

**Universidade de Évora
Departamento de História**

PEDRO THEOTÓNIO PEREIRA: UMA BIOGRAFIA (1902-1972)

1.ª parte

Tese de Doutoramento em História

Autor: Fernando Manuel Santos Martins

Orientador: Professor Doutor Fernando José Mendes Rosas

Co-orientador: Professor Doutor Helder Adegar Fonseca

**Évora
2004**

Universidade de Évora
Departamento de História

PEDRO THEOTÓNIO PEREIRA: UMA BIOGRAFIA (1902-1972)

1.ª parte

Tese de Doutoramento em História

Autor: Fernando Manuel Santos Martins

Orientador: Professor Doutor Fernando José Mendes Rosas

Co-orientador: Professor Doutor Helder Adegar Fonseca



166 317

Évora
2004

Índice Geral

Introdução – Biografia, Historiografia & Arte	1
Capítulo I – “... ser mestre do vapor de Cacilhas!”	19
Capítulo II – “... uma cruzada de salvação pública.”	83
Capítulo III – “... alguma vez há de ser.”	175
Capítulo IV – “... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”	261
Capítulo V – “A Reforma Corporativa.”	353
Capítulo VI – “Guinada de leme.”	493
Capítulo VII – “Impossível ficar calado!”	629
Capítulo VIII – “[...] explicar Portugal o melhor que posso.”	781
Capítulo IX – “[...] e aí revelou as suas deliberações, não sábia, mas insanamente.”	923
Epílogo – “Um aluno de 16” valores que foi “alguém na história portuguesa dos últimos quarenta anos.”	991
Fontes & Bibliografia	999
Agradecimentos	1035

Índice

1.^a parte

Introdução – Biografia, Historiografia & Arte	1
Capítulo I – “ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”	19
Capítulo II – “... uma cruzada de salvação pública.”	83
Capítulo III – “... alguma vez há de ser.”	175
Capítulo IV – “... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”	261
Capítulo V – “A Reforma Corporativa.”	353

Introdução

Biografia, Historiografia & Arte.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo de ainda não existente, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para, com este disfarce de velhice venerável e esta linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal.¹

Caminhos que a mão de Deus traça no espaço!... É ainda uma frase de Sardinha sobre o determinismo: Deus prepara os acontecimentos e os homens podem ou não aceitá-los. Dêmos graças ao bem, se os soubermos entender.²

Read no history: nothing but biography, for that is life without theory.³

“O Teotónio está às portas da morte. Não será ele!”⁴

Poucos meses depois do acidente que incapacitou Salazar, a irmã mais nova de Pedro Theotónio Pereira, Virgínia, visitou-o no Hospital da Cruz Vermelha. Conheciam-se “desde sempre”. “Muito fraco”, mas “perfeitamente lúcido” e “terrivelmente inquieto”, a dada altura Salazar pegou com “muita força em ambas as mãos” de Virgínia e “perguntou-lhe angustiado «se era verdade que Pedro se encontrava doente... assim tão doente.» «Diga-me».” Virgínia ter-lhe-á respondido “afirmativamente.” “Salazar perguntou-lhe então «se não havia esperança que o Pedro pudesse...».” A resposta foi que de facto o irmão estava muito doente. “Não pode contar com ele” foi a sentença proferida por Virgínia Theotónio Pereira.⁵

Na mesma altura, durante a crise política que se sucedeu à incapacitação de Oliveira Salazar, o presidente da República, Américo Thomaz, que tinha a competência constitucional

¹ Karl Marx, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas), 2.ª ed., Lisboa – Moscovo, Ed. “Avante!” - Ed. Progresso, 1982 (2.ª ed. original alemã de 1869), p. 21.

² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano,” 21 de Outubro de 1944 (documento n.º 50). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Theotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

³ Benjamin Disraeli, *Contarini Fleming*, parte I, capítulo 23.

⁴ Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, p. 144.

⁵ Breve Depoimento de Clara Maria Palha Theotónio Pereira, Abril de 2004 (BDCMPTP).

para escolher um substituto ou um sucessor para a chefia do Governo, não deixou de pensar, como testemunhou nas suas *Memórias*, que “muito possivelmente em Setembro de 1968,” Theotónio Pereira era “a personalidade mais indicada para suceder ao doutor Salazar, se a sua saúde o tivesse permitido”.⁶

Embora se desconheçam em rigor quais as esperanças que alguma vez Theotónio Pereira possa ter sustentado de vir a substituir ou a suceder a Salazar como chefe de Governo, certamente que em Setembro de 1968 não terá deixado de pensar que caso não se encontrasse grave e irreversivelmente doente, poderia ser ele, tanto ou mais do que qualquer outra figura relevante do regime, a ocupar o cargo que estava prestes a vagar.⁷ Em Setembro de 1968, Pedro Theotónio Pereira tinha um currículo político impressionante, não sendo mais vasto apenas pelo facto de em 1963 lhe ter sido diagnosticada uma doença que o incapacitaria para o exercício de qualquer cargo público de maior responsabilidade. Entre 1933 e 1963, com excepção de alguns largos meses no ano de 1950,⁸ Theotónio Pereira manteve-se sempre ao serviço do Estado Novo, sendo que quando chegou à subsecretaria de Estado das Corporações, em Abril de 1933, exercia actividade política de forma ininterrupta desde 1920. E ainda que no desempenho de funções diplomáticas tenha passado no estrangeiro grande parte da sua vida, a verdade é que, globalmente, foi uma figura de grande destaque do Estado Novo.

Enquanto diplomata, além de ter sido colocado em postos de grande importância em momentos chave,⁹ foi um dos poucos conselheiros de Salazar tanto para temas de política interna x como de política externa.¹⁰ Entre 1933 e 1937, como subsecretário de Estado das

⁶ Américo Thomaz, *Últimas Décadas de Portugal*, 4.º vol., s.e., Lisboa, Fernando Pereira Editor, s.d., p. 262. “Julgando [Américo Thomaz] que Salazar tinha real estima por Caetano podia estar convencido de que no seu lugar, moribundo, faria a mesma escolha, tanto que Pedro Theotónio Pereira, o menino querido, estava fisicamente incapacitado e Luiz Supico Pinto não escondia a indisponibilidade.” Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 153. Manuel de Lucena notou que Theotónio Pereira era o único, entre os vários candidatos à sucessão de Salazar, ao qual “Marcello Caetano talvez se não pudesse opor.” Manuel de Lucena, “Pereira, Pedro Teotónio” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, p. 43.

⁷ Na lista de prováveis sucessores, foram ventilados os nomes de Antunes Varela, Luiz Supico Pinto, Kaúlza de Arriaga, Franco Nogueira, José Soares da Fonseca, José Gonçalo Correia de Oliveira, Adriano Moreira, Gomes Araújo, José Frederico Ulrich – “como ponte de passagem para Francisco Leite Pinto” – e, sobretudo, Marcello Caetano. Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 146.

⁸ A 13 Março de 1950, poucas semanas depois do seu regresso de Washington, Pedro Teotónio Pereira passou à situação de “licença ilimitada”. A 25 de Novembro daquele mesmo ano assumiu as funções de procurador à Câmara Corporativa. Entrara para o Governo, subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a 11 de Abril de 1933. Cessou as suas funções de embaixador em Washington, onde se encontrava colocado pela segunda vez, a 5 de Maio de 1964, quando passou à situação de “licença ilimitada”. A 12 de Dezembro de 1955, fora nomeado membro vitalício do Conselho de Estado.

⁹ Madrid, 1938 a 1945, Washington, 1947-1949, Londres, 1953-1958 e outra vez Washington, 1961-1963. Apenas a passagem pelo Rio de Janeiro mostrou não ter relevância político-diplomática de maior significado.

¹⁰ Como se verá, foi-o, mais do que nunca à medida que a Segunda Guerra Mundial evoluía. No Rio de Janeiro e, mais tarde, quando colocado em Washington, perdeu esse estatuto. Procurou e conseguiu, em parte, recuperá-lo à medida que foi avançando a década de 1950. Porém, quando no Verão de 1958, encontrando-se em Londres,

Corporações e Previdência Social e, depois, como ministro do Comércio e Indústria, foi um dos pais fundadores do regime, cabendo-lhe um papel marcante na afirmação política e institucional do Corporativismo. A partir da década de 1940, e talvez poucos anos antes,¹¹ Theotónio Pereira começou a ser falado como provável sucessor de Salazar. Também em Pedro Theotónio Pereira se pensou para candidato do Governo à presidência da República nas eleições de 1949 e 1951, ou, ainda, em 1944, 1950 e 1958, para ocupar algumas das pastas de maior significado da estrutura governamental – Negócios Estrangeiros, Colónias, Economia, Corporações –, acabando por regressar ao exercício de funções ministeriais apenas em 1958 e em circunstâncias imprevistas.¹²

É verdade que muitos dos rumores em torno das possibilidades políticas de Theotónio Pereira ascender ao topo do regime não tiveram, pelo menos que se saiba, a chancela de Salazar.¹³ Eram hipóteses que chegavam às Embaixadas sediadas em Lisboa ou que as próprias criavam a partir das análises que faziam da situação política portuguesa. Podiam ser postas a correr e discutidas por influentes do regime, a maior parte das vezes fruto da intriga política que naturalmente lhe alimentava o quotidiano, quase sempre com o intuito de medir ou enfraquecer as possibilidades reais ou remotas de ascensão de Pedro Theotónio Pereira no firmamento político do Estado Novo. Mesmo assim, ao longo da década de 1950, aceitou ser nomeado procurador à Câmara Corporativa (1950-1953), embaixador em Londres (1953-1958) e ministro da Presidência (1958-1961), emergindo então aos olhos de muitos observadores como a figura do regime melhor colocada para suceder a Salazar.¹⁴ Quando em 1961 seguiu para Washington, onde iria retomar as funções de embaixador que com assinalável êxito havia desempenhado cerca de quinze anos antes, nada fazia prever que a sua carreira política estava a ponto de terminar. No Verão de 1963, foi-lhe diagnosticado Parkinson. Regressou a Lisboa e recuperou o seu lugar na administração da Fundação Calouste Gulbenkian. Entre 1963 e 1972,

recebeu o convite para ocupar a pasta da Presidência deixada vaga por Marcello Caetano, a sua proximidade com Salazar era menor do que aquela que houvera sido entre 1942 e 1949. Sobre o “papel dos ‘conselheiros políticos’ informais” de Salazar, António Costa Pinto, “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo” in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1067-1068. Curiosamente, na lista de conselheiros apresentada não é citado o nome de Pedro Theotónio Pereira.

¹¹ Na década de 1930, Pedro Theotónio Pereira era visto em certos sectores mais como alternativa do que como sucessor.

¹² Sendo certo que em 1950 não regressou ao Governo por capricho mais pessoal do que político (ver capítulo 8).

¹³ Salazar não suportava falar nem que lhe falassem no assunto, embora uma vez tivesse dito a Francisco Leite Pinto: “ – de todos vocês o que tem melhor formação administrativa é o Marcello Caetano.” Declaração, aliás, politicamente inócua. Citado em Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 146 (nota 42). Valha a verdade que Salazar gostava de mostrar preocupação pelos riscos políticos que implicaria o seu desaparecimento político. Era qualquer coisa que dizia muito sobre o seu carácter. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª ed., Barcelos, Liv. Civilização Ed., 1986, p. 308.

¹⁴ “É então considerado em certos meios como o possível «delfim» de Salazar.” Fernando Rosas, “Pereira, Pedro Teotónio” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, M-Z, Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 719.

ano da sua morte, aos 70 anos, era apenas membro vitalício do Conselho de Estado, para o qual fora nomeado em Dezembro de 1955.

“Human beings are too important to be treated as mere symptoms of the past.”¹⁵

Apesar da relevância do seu currículo político, tão ligada à história de um país e de um regime ao longo de décadas, uma biografia de Pedro Theotónio Pereira não tem porque ser do tipo prosopográfico, no sentido em que se preocupa em estabelecer uma relação “entre *habitus* de grupo e *habitus* individual”.¹⁶ Numa biografia desse tipo, além de se perscrutar um percurso político, vislumbrar-se-ia, senão o representante, pelo menos o membro de uma elite social que desde muito cedo acedeu a fazer parte da elite política do Estado Novo. Para além dessa não ser a perspectiva desta biografia, ela não faria qualquer sentido do ponto de vista científico, salvo enquanto a história de uma excepção. Analisado sob tal ponto de vista, Pedro Theotónio Pereira foi uma figura singular do salazarismo, particularmente nos seus primeiros anos, uma vez que, por exemplo, foi dos poucos membros dos governos constituídos entre 1933 e 1944, que tinha as suas origens familiares e profissional, portanto económicas e sociais, no sector comercial e no sector financeiro.¹⁷ Mas não é essa a preocupação deste trabalho, uma vez que a biografia de Pedro Theotónio Pereira não se entende aqui como o instrumento identificador de um grupo social, confirmando ou infirmando um padrão. Esta biografia não parte também do pressuposto de que é um instrumento suficiente para analisar no seu todo uma elite política que nasce na década de 1930 e se extingue com o processo revolucionário saído do pronunciamento militar de 25 de Abril de 1974.

Através da biografia de Pedro Theotónio Pereira, isso sim, pretende-se vislumbrar e esclarecer alguma coisa do contexto político em que se movimentou desde a sua juventude.¹⁸

¹⁵ Lytton Strachey, *Eminent Victorians. With an introduction by Michael Holroyd*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d., p. 10.

¹⁶ “Ce type de biographie, que l’on pourrait dire modale en ce que les biographies individuelles ne servent qu’à illustrer des formes typiques de comportement ou de statut, présente bien des analogies avec la prosopographie : de fait, la biographie n’y est pas celle d’une personne singulière, mais plutôt celle d’un individu qui concentre toutes les caractéristiques d’un groupe. C’est d’ailleurs un procédé courant que d’énoncer d’abord des normes et des règles structurales (structures familiales, mécanismes d’évolution des biens et de l’autorité, formes de stratification ou de mobilité sociale...) avant de présenter des exemples modaux qui interviennent dans la démonstration à titre de preuves empiriques.” Giovanni Levi, “Les usages de la biographie” in *Annales ESC*, n.º 6, Novembro-Dezembro, 1989, pp. 1330.

¹⁷ Sobre o “perfil socio-profissional” dos “ministros do salazarismo,” António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 1060-1062.

¹⁸ Poder-se-á até acrescentar que se procurou conhecer com grande pormenor o contexto político em que se movimentou durante a sua juventude. O peso que no conjunto deste trabalho ocupam os capítulos 2 a 4, anteriores à entrada de Pedro Theotónio Pereira para o Governo, justificam-se pela necessidade de definir historicamente as circunstâncias políticas complexas em que Pedro Theotónio Pereira se movimentou. Para melhor se perceber o percurso do biografado, num contexto em que individualmente pouco emerge dos factos políticos nacionais e pouco ou nada neles intervém, optou-se por reforçar a descrição e a análise de um contexto definido pela existência de

Neste caso, a biografia apresenta-se como o “chamado caso limite”, ajudando, mas não esgotando, a análise de uma certa cultura e de uma certa prática política portuguesa desde o início da década de 1920 até ao derrube do regime constitucional fundado em 1933.¹⁹ Neste domínio, esta biografia não pode deixar de ser, entre outras coisas, a crónica de uma cultura “cortesã” – anterior e posterior a 1933 –,²⁰ e para a qual uma grande parte das fontes utilizadas é bastante útil e generosa, embora até hoje tenha sido pouco utilizada com esse objectivo, tanto por historiadores como por biógrafos.²¹ Procuram-se enfrentar algumas das características essenciais da alta política cortesã como são a ambição política, a ganância, as convicções ideológicas ou os ódios pessoais, sendo que sob este ponto de vista se sopesa aquilo que é cinismo ou crença autêntica nas virtudes da matriz ideológica pela qual a corte – ou as cortes, e os indivíduos que lhe pertencem –, no seu todo se rege. Como é óbvio, esta análise do ambiente cortesão faz-se tanto a partir de dentro como de fora, dependendo das fontes e da posição descritiva ou analítica em que o narrador se coloca. Mesmo assim, e neste sentido, o género biográfico não pretende ser entendido aqui apenas como a tentativa de diferenciar personagens ou indivíduos entre si, por oposição à história que se centra naquilo que é comum a todos os indivíduos. Tenta declaradamente ir mais além, ajudando a proporcionar uma perspectiva geral a partir daquela que é uma abordagem que privilegia a singularidade.²²

Mas não é por isso que esta biografia de Pedro Theotónio Pereira deixa de seguir o padrão clássico definido pelos dois primeiros grandes cultores do género biográfico no mundo greco-latino: Suetónio e Plutarco. A Suetónio foi-se buscar aquela que é uma estrutura assente nas sucessivas etapas que compõem uma vida biografada. Começa-se pelos antecedentes familiares, passando-se ao nascimento e às circunstâncias do desenvolvimento pessoal. Retrata-se em seguida o caminho percorrido em direcção ao poder, seguido do exercício do poder propriamente dito. Analisa-se o comportamento privado e, finalmente, dá-se atenção à forma

pequenos agrupamentos políticos até hoje relativamente pouco estudados pela historiografia. O peso daqueles capítulos pretende também sublinhar uma concepção não teleológica e anacrónica da biografia e, em especial, da biografia política. Assim, e apesar dos anos pós-1933 terem sido mais relevantes do ponto de vista histórico para Pedro Theotónio Pereira, do ponto de vista biográfico não é assim. Ou seja, não se pretendeu sacrificar a riqueza da biografia de Theotónio Pereira entre 1902 e 1933 ao facto de ela, do ponto de vista histórico, ter sido mais importante a partir da sua entrada para o Governo e de hoje sabermos que ela teve uma maior relevância depois daquela última data. A perspectiva aqui adoptada defende que uma biografia vale, sobretudo, do ponto de vista biográfico e não do ponto de vista histórico.

¹⁹ Sobre o conceito de “biografia e casos limites,” Giovanni Levi, *op. cit.*, pp. 1331-1332.

²⁰ Mas que globalmente, e naquilo que respeita ao Estado Novo, está por fazer. No caso do estalinismo esse objectivo foi plenamente cumprido. Veja-se Simon Sebag Montefiore, *Stalin: The Court of the Red Tsar*, s.e., s.l., Phoenix, 2004 (1.ª ed., 2003).

²¹ Desde a correspondência enviada – e alguma recebida – a António Sardinha, Oliveira Salazar e Marcello Caetano, até à correspondência diplomática norte-americana, espanhola ou britânica, e outro tipo de documentação – cartas e relatórios, acima de tudo – disponíveis no Arquivo Oliveira Salazar.

²² Michael Holroyd, *Works on Paper: The Craft of Biography and Autobiography*, s.e., Londres, Abacus, 2003, pp. 21-22.

como se perde o poder e, finalmente, se morre.²³ É claro que a estrutura da narrativa não segue estes preceitos de forma rígida.²⁴ Porém, cada um deles constitui-se num dos principais pilares daquilo que forma a estrutura desta biografia. Mas como a Suetónio também remonta a concepção do género biográfico enquanto globalidade e totalidade, procurou-se incorporar, ou pelo menos não ignorar, dentro dos limites impostos pela qualidade e quantidade das fontes disponíveis, os vários aspectos que no plano humano ajudam a definir o biografado: o carácter, a “maneira de ser”, o “retrato físico e moral, as virtudes e os vícios.”²⁵ Finalmente, como homem privado, faz-se alusão às relações familiares, às amizades e a alguns dos aspectos do seu quotidiano. No entanto, a história é contada do ponto de vista cronológico e não temático. Desse modo, a biografia de Theotónio Pereira segue, onde deve seguir, o modelo de Plutarco que se caracteriza por dar uma grande importância à cronologia dos factos e a partir dos quais, com maior rigor, é possível deduzir o carácter, a essência do biografado.²⁶

Esta abordagem diacrónica, por oposição à sincrónica, mais ao gosto de Suetónio, torna em grande medida, e do ponto de vista da análise, o indivíduo dono dos seus próprios actos, o que tem duas implicações. Em primeiro lugar, a constituição do género biográfico como uma disciplina autónoma da historiografia, ainda que com ela mantenha pontos de confluência e de ser evidente que mudanças verificadas num dos géneros têm quase sempre contribuído para alterações no outro. A autonomia do género biográfico, definida desde Plutarco, mas conhecendo ao longo da história momentos de maior avanço ou recuo,²⁷ de grande aceitação ou de quase generalizada recusa, radica na “diferença de objectivos e de enfoque” por comparação com o género histórico. Na abordagem historiográfica, e ao assumir-se o crescente papel que os indivíduos foram adquirindo na vida da sociedade grega – e em especial na ateniense –, à medida que se afirmava a crise das instituições democráticas, aqueles tenderam a emergir subordinados ao colectivo. Funcionavam assim como causa imediata dos factos, protótipos do seu “povo” ou executores de “um destino histórico” que excedia “a sua própria individualidade.” Neste contexto, aquilo que o biógrafo apreende, e o torna diferente do historiador, é a qualidade única do indivíduo na história, na sociedade. O biógrafo não se “propõe contar a história de um

²³ Suetónio atribuía ainda uma grande importância ao “plano transcendente” dos biografados. Neste particular, e pelo seu evidente anacronismo, decidiu-se não repetir o modelo. Integrou-se a religiosidade de Theotónio Pereira no comportamento privado.

²⁴ Vicente Picón, “Introducción” in Suetonio, *Vidas de los Césares*. Edição e tradução de Vicente Picón, 2.ª ed., Madrid, Cátedra, 2000, pp. 70-73.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 74.

²⁶ *ibidem*, pp. 68-69.

²⁷ Giovanni Levi, *op. cit.*, pp. 1326-1328 e Michael Holroyd, *op. cit.*, pp. 22-26. A etapa moderna do género biográfico remonta aos finais do século XVIII (1791), com a publicação de *Life of Johnson* de James Boswell. (James Boswell, *Life of Johnson*, ed. R. W. Chapman, introd., Pat Rogers, s.e., Oxford-Nova Iorque, Oxford University Press, s.d.), sendo normalmente aceite que entre os clássicos e Boswell o género biográfico desapareceu enquanto tal.

povo ou dos seus acontecimentos”, mas sim indagar a vida de uma personagem concreta, nomeadamente o seu carácter, colocando o ênfase na sua parte de responsabilidade sobre os factos a que a sua “figura se circunscreve”, sendo que a selecção das fontes se subordina a esse objectivo.²⁸ Em segundo lugar, a opção por uma abordagem diacrónica, por oposição à sincrónica, permite valorizar aquilo que de mais essencial existe na história e, sobretudo, na biografia: a contingência. Uma biografia só o é quando o biógrafo trata o seu objecto de um ponto de vista indeterminado, como se em cada momento de uma vida a acção do indivíduo e o modo como sobre ele agem as circunstâncias pudessem muitas vezes produzir um resultado diferente – muito ou pouco, agora não importa – daquele que apenas posteriormente se conhece.²⁹ É claro que esta abordagem não pretende dizer que não existam “leis causais”. O problema está sempre em saber onde se deve “traçar a fronteira entre a liberdade e as leis causais [...]”,³⁰ sendo que o relevo a dar à contingência numa biografia, e em particular na biografia de Theotónio Pereira, merece ser particularmente sublinhado. Isso sucede por uma questão de método, mas também pelo facto do próprio biografado ter sido um defensor, ao longo da sua vida (por convicção e em consequência das circunstâncias históricas que ajudaram a moldar o seu carácter), de um tipo de sistema social (expresso naquilo que foi o Estado Novo, mas também naquilo que era o modelo de sociedade projectado pela doutrina integralista), em que se sobrepunha “a paz do cativo, uma segurança satisfeita, a sensação” de ter sido “finalmente encontrado o seu [e o dos seus compatriotas] lugar no cosmos, aos conflitos penosos e às perplexidades da liberdade desordenada do mundo que fica para além dos muros do cárcere.”³¹

Ainda que este seja, do ponto de vista académico, um trabalho de história, a verdade é que para cumprir o seu desiderato – e o seu desiderato é prioritariamente biográfico –, ele centra-se em Pedro Theotónio Pereira e fá-lo não apenas como sintoma do passado – o que é importante, tem de ser e deve ser feito –, mas acima de tudo em função do seu “valor eterno como indivíduo”, que vale em si e por si mesmo.³² Nesse sentido, a biografia de Pedro Theotónio Pereira deve sempre ser vista como um recurso limitado para melhorar o conhecimento histórico de várias décadas da história de Portugal no século XX. Tratando-se de uma biografia, não é um estudo sobre a história de Portugal naquele século e, em particular, no período que vai de 1933

²⁸ Aurelio Pérez Jiménez, “Introducción general” in Plutarco, *Vidas Paralelas. I. Teseo – Rómulo. Licurgo – Numa*, 1.ª ed., Madrid, Editorial Gredos, 2000, pp. 32-33 e 76-78.

²⁹ John Lukacs, *A Thread of Years*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1998, p. 5.

³⁰ Isaiha Berlin, “A Inevitabilidade Histórica” in *A Busca do Ideal: Uma Antologia de Ensaio*, s.e., Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, p. 200.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 236.

³² Lytton Strachey, *op. cit.*, pp. 9-10.

a 1963 ou a 1972. Uma biografia, a biografia de Pedro Theotónio Pereira, é um esforço para recuperar aquilo que foi uma experiência humana nos termos em que ela possa ser recuperada – o que depende mais, valha a verdade, do talento do biógrafo, ou da falta dele, do que da qualidade das fontes ou de outras variáveis.³³ Nesse sentido, uma biografia é um todo, público e privado, que para ser (re)construído deve mais à literatura e, portanto, à arte, do que à história e, portanto, à ciência.³⁴

“[...] uma intensa crise de humanismo.”³⁵

É claro que arte e ciência não são incompatíveis. Pelo contrário, completam-se. Num trabalho académico, nomeadamente de história – mesmo tratando-se de uma biografia –, a parte científica corresponde ao método seguido na recolha das fontes e da bibliografia e à forma como ambas são utilizadas, ao passo que a dimensão artística emerge na interpretação, na redacção e na síntese, ou seja na configuração derradeira dada pelo historiador à história que quer contar, pelo biógrafo ao biografado. É claro que a este nível nada distingue o género biográfico e a historiografia. Ambos podem e, eventualmente, devem ser considerados arte. No entanto, quando se escreve sobre uma vida, “explora-se o cosmos de um único ser.” Lidando a história com “generalizações” acerca de uma época, um determinado período – o Antigo Regime, a Grande Guerra, uma conjuntura económica, um Estado, um grupo ou classe social –, a biografia, pela sua parte, lida com as “particularidades da vida” de um ser humano. Nesse sentido, e embora tanto a história como a biografia não tenham nunca uma relação fácil com a arte – no caso com a literatura –, a verdade é que não é difícil considerar a biografia como um ramo dessa mesma literatura. Sendo certo que o género biográfico se afasta da literatura, o biógrafo do novelista, do poeta ou do romancista, uma vez que a biografia radica em factos e a literatura decorre da imaginação, da fantasia, a verdade é que enquanto o escritor de ficção tem como objectivo criar um mundo ao qual procura “dar a ilusão da realidade”, o biógrafo, a partir de um

³³ As fontes são necessárias mas não suficientes para a produção de uma biografia na verdadeira acepção do termo. Uma biografia depende da capacidade do biógrafo para recriar a individualidade da ou das personagens, conservando-lhe ou até salientando-lhe o perfil humano. Aurelio Pérez Jiménez, *op. cit.*, p. 85. Para uma visão da biografia como mero expediente historiográfico, em que o estudo do indivíduo está subordinado a um panorama histórico mais geral, Barbara Tuchman, “Biography as a Prism of History” in *Practising History. Selected Essays by Barbara Tuchman*, s.e., Londres, Papermac, 1983, pp. 80-90. Também Hannah Arendt considerava a biografia “um dos géneros mais admiráveis da historiografia.” Hannah Arendt, *Homens em Tempos Sombrios*, s.e., Lisboa, Relógio D’Água, col. “Antropos,” 1991, p. 45.

³⁴ É verdade que ciência e arte não são realidades incompatíveis, e que sendo a produção historiográfica científica não deixa por isso de ser arte. Sobre o propósito legítimo e saudável do historiador “praticar a ciência sem excluir a arte, ou de exercitar a ciência como uma arte,” José Mattoso, “História – Arte ou Ciência” in *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa, 1988, p. 42.

³⁵ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 27.

“manto de uma experiência extrínseca, registada de modo imperfeito”, procura, com recurso à “imaginação”, recriar, reconstituir,³⁶ “um mundo ao qual tenta dar” algo que se assemelhe “à realidade da ilusão.” No caso da biografia, a sua “autenticidade reside não apenas naquilo que é dado mas no que se é persuadido a aceitar.” Um biografado é sempre a criação do seu ou dos seus biógrafos, e esse facto faz do género biográfico uma arte que o aproxima mais da literatura do que da história ou do género historiográfico.³⁷ Para ser realidade, uma biografia sustenta-se na verdade dos factos. Mas para atingir o ponto mais alto, a biografia tem de perseguir a verdade da interpretação.³⁸

Para que a biografia possa então cumprir o seu desiderato em relação à singularidade do objecto e à verdade da interpretação assente na criatividade artística do biógrafo, não pode deixar de ser outra coisa que não a expressão de uma vida tanto na esfera pública como privada e, nesse sentido, uma análise atenta, um estudo, do carácter do biografado. Desde que Lytton Strachey escreveu e publicou *Eminent Victorians*, justamente no fim da Grande Guerra, a cultura vitoriana, defensora de uma separação clara entre o público e o privado na vida dos indivíduos, e que naturalmente se reflectia no domínio dos estudos biográficos, foi desaparecendo.³⁹ A partir de então, tem tomado forma uma visão segundo a qual o indivíduo tem um valor intrínseco que se mede não apenas na sua relação com o mundo que o rodeia, que sobre ele age e no qual o biografado de alguma forma intervém. A expressão ou a dimensão do indivíduo, do seu valor intrínseco, está no estudo do carácter do biografado, na determinação dos princípios que dão forma a uma vida pública e a uma vida privada e que neste caso destacam Pedro Theotónio como homem e como político. O género biográfico assume que uma pessoa é uma vida interior, com personalidade, motivações, aspirações e carácter.⁴⁰ É por esta via, portanto, que a biografia emerge e se afirma na sua originalidade e na sua essência, uma vez que só assim é possível recriar a individualidade das personagens que se biografam e que por isso mesmo conservam

³⁶ Sobre a exequibilidade do conceito de “reconstituição” na explicação histórica da acção humana, tão contestada durante décadas, Karsten R. Stueber, “The Psychological Basis of Historical Explanation: Reenactment, Simulation, and the Fusion of Horizons” in *History and Theory*, 41, Fevereiro, 2002, pp. 25-42. O argumento original em torno da operacionalidade do conceito de “reconstituição da experiência passada,” R. G. Collingwood, *A Ideia de História*, 7.ª edição, Lisboa, Ed. Presença, 1989, pp. 343-364.

³⁷ Paul Murray Kendall, *The Art of Biography*, s.e., Nova Iorque, W. W. Norton & Company, Inc., 1965, pp. 4-9.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. xii. “Nevertheless, a biography is a work of interpretation. A succession of facts does not create a life or reveal a character. The accuracy of my portrait of Richard depends, in the last analysis, on the validity of the imaginative judgments that I have drawn from facts. The notes offer the reader some opportunity of estimating that validity for himself.” Paul Murray Kendall, *Richard the Third*, s.e., Nova Iorque – Londres, W. W. Norton & Company, s.d., p. 12.

³⁹ No caso de biografias produzidas por autores portugueses, tem sido possível encontrar tanto uma abordagem que separa a esfera pública da esfera privada, privilegiando, por exemplo, a biografia política, como aquela que entende o biografado como um todo público e privado. Para o primeiro caso veja-se, José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal — Uma Biografia Política*, volume I, “Daniel,” *O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, 1.ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999. Para o segundo, Vasco Pulido Valente, *Glória: Biografia de J. C. Vieira de Castro*, s.e., Lisboa, Gótica, 2001.

⁴⁰ Paula R. Backscheider, *Reflections on Biography*, s.e., s.l., Oxford University Press, 2001, p. xviii.

Biografia, Historiografia & Arte

um perfil humano, não se convertendo em protótipos longínquos do terreno do puramente biográfico.⁴¹

Esta abordagem centrada no conhecimento do carácter do biografado coloca claramente o biógrafo e o género biográfico perante a questão do juízo moral, um tema que, aliás, também diz respeito à história e à produção historiográfica.⁴² A razão porque o juízo moral é não só válido como necessário, em história como na biografia, resumiu-o Isaiah Berlin ao afirmar que só assim não se violentam “as noções básicas” da “moralidade”, do conjunto de valores pelos quais se rege o historiador ou o biógrafo e que não podem ser negados. Uma vez que tanto o historiador como o biógrafo, ao contrário do físico, do filólogo ou até do sociólogo, não trabalham com “ternos técnicos moralmente neutros”, a ausência do juízo moral significa “adulterar o sentimento do passado e ignorar alguns dos conceitos e das categorias mais gerais do pensamento comum.” Isto porque todos “os que se interessam pelos problemas do homem estão sujeitos ao uso das categorias e de conceitos morais que a linguagem corrente incorpora e exprime.” Os historiadores, como os biógrafos, não estão obrigados a moralizar – “e não estão por certo obrigados” a fazê-lo. Mas “também não podem evitar o uso da linguagem normal com todas as suas associações e ‘integrada’ em valores morais.” Evitar o juízo moral não significa uma ausência daquele mas sim a adopção de uma outra “perspectiva moral” que apenas parece revelar

o desejo de renunciar à responsabilidade, de deixar de julgar desde que nós próprios não sejamos julgados e, essencialmente, se não formos compelidos a julgar-nos a nós próprios; do desejo de nos evadirmos e buscar refúgio num todo imenso, amoral, impessoal e monolítico – a natureza, a história, a classe, a raça, as ‘cruéis realidades do nosso tempo’ ou a evolução irresistível da estrutura social [...].

Resumindo, aqueles que “descrevem as vidas normais vividas pelos homens em termos tais que acabam por não assinalar as mais importantes distinções psicológicas e morais” que se conhecem, fazem-no

ao serviço de uma ciência imaginária; e, à semelhança dos astrólogos e dos adivinhos de que são sucessores, erguem os olhos para as nuvens e exprimem-se através de imagens e de comparações grandiosas e imateriais, de metáforas e alegorias extremamente ilusórias, recorrendo a fórmulas hipnóticas com pouco respeito pela experiência, pela argumentação racional ou por testes de comprovada credibilidade.

⁴¹ Aurelio Pérez Jiménez, *op. cit.*, p. 85.

⁴² A minha opinião sobre este assunto encontra-se em Fernando Martins, “Historiografia, Biografia e Ética” in *Análise Social*, Volume XXXIX (171), Verão de 2004. Aqui não faço mais do que reformular de acordo com as circunstâncias, e de modo abreviado, parte daquilo que disse no citado artigo.

No fundo, o que fazem é obstruir “a visão do mundo real” e confundir ainda mais “um público já suficientemente perplexo quanto às relações entre a moralidade e a política e a natureza e métodos das ciências naturais e dos estudos historiográficos.”⁴³

Neste contexto a questão da definição, da análise e do julgamento do carácter de uma individualidade biografada, merece ser tratada, ainda que com brevidade, de forma a que se perceba até onde se pretende chegar quando se evoca tal conceito e se defende que ele é determinante na forma como se entende o género biográfico. Estando em causa neste trabalho a elaboração da biografia de um político, é natural que se comece por definir carácter como sinónimo de integridade, de adesão a um código claro de valores morais. Porém, em termos mais gerais, o carácter, e em especial um bom carácter, definir-se-ia pela inclusão de outros conceitos tais como compaixão, generosidade, prudência, coragem, lealdade, responsabilidade, temperança, humildade e perseverança. Como é óbvio, certos pressupostos básicos em torno do conceito de carácter presumem um sentido moral forte daquilo que é bem e que é mal, algo que faz parte da herança civilizacional do Ocidente e que se encontram profundamente incutidas no seu discurso cultural. Por outro lado, e mesmo que ao longo da vida de Theotónio Pereira esses valores tenham conhecido mudanças, tendendo a tornar-se mais permissivos, isso não significa que não tivessem mantido o essencial dos imperativos morais originais. Assim entendido, pode-se ainda acrescentar que o carácter começa a formar-se na infância e é em grande medida uma consequência da influência recebida, e mais ou menos aceite, da família. Porém, a formação de um carácter evolui ao longo de uma vida e recebe muitos contributos. Se na política como noutros domínios da vida muitas variáveis ajudam a determinar o perfil de um indivíduo, a verdade é que é o carácter que constitui a estrutura em que assenta e a partir da qual é possível determinar uma estatura humana e a natureza dos seus comportamentos (falta aqui qualquer coisa).⁴⁴

“[...] um longínquo neto meu [...] limpará do pó, um maço de documentos antigos dos tempos do avô Pedro Theotónio [...].”⁴⁵

Numa biografia, a documentação epistolar é certamente a mais importante com que um biógrafo pode contar. No caso de Pedro Theotónio Pereira, a correspondência política é particularmente relevante vista a longevidade da sua carreira e o facto de durante quase duas décadas ter ocupado postos diplomáticos que naturalmente se encontravam afastados dos centros de

⁴³ Isaiah Berlin, *op. cit.*, pp. 238-240.

⁴⁴ Thomas C. Reeves, *A Question of Character. A Life of John F. Kennedy*, s.e., s.l., Forum, 1997, pp. 11-17.

⁴⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 4 de Novembro de 1922 (documento n.º 20). Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII.

decisão política. Esse facto obrigou-o a redigir – só ou com os seus colaboradores – milhares de telegramas, aerogramas, cartas e ofícios sobre matéria estritamente político-diplomática ou meramente administrativa.⁴⁶ O grosso desta documentação encontra-se depositada no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como se isso não bastasse, quer enquanto membro do Governo, quer como diplomata, Theotónio Pereira redigiu centenas de cartas que enviou a Oliveira Salazar e que embora não entrassem no circuito oficial,⁴⁷ ou precisamente por causa disso, tratavam temas políticos da maior relevância. Nesta correspondência enviada a Salazar e cuja primeira missiva data de Março de 1931 – sendo possível que outras tenham sido escritas e enviadas anteriormente, embora estejam desaparecidas ou tenham sido destruídas –, encontram-se ainda algumas referências à vida pessoal de Theotónio Pereira, de Salazar ou de outras figuras do regime. Nela é ainda possível descortinar todo o tipo de comentários acerca das idiossincrasias das mais variadas figuras políticas europeias, brasileiras e norte-americanas com as quais Theotónio Pereira conviveu mais ou menos de perto. Nessa mesma correspondência abundam impressões, muitas delas produzidas no calor do momento, sobre a situação política ou as condições sociais existentes nos países em que desempenhava as suas funções, retratos sobre o quotidiano, comentários acerca da cultura de uma nação ou de um grupo político ou social específico. Embora Theotónio Pereira nunca esquecesse que se dirigia ao ministro das Finanças e, depois, ao presidente do Conselho, isso não implica que nesta correspondência não se possam encontrar muitas das ideias, opiniões, emoções e desabafos que qualquer biógrafo reputa de enorme importância. Ela diz muito sobre o universo em que Theotónio Pereira se movimentou, diz certamente mais sobre a forma como o mesmo Theotónio Pereira via o mundo, desejando naturalmente que essa sua visão fosse partilhada por Salazar, mas diz, sobretudo, alguma coisa sobre alguns dos seus sentimentos e pensamentos mais íntimos, mesmo que não os revele todos nem cada um deles na sua totalidade.⁴⁸

⁴⁶ Em vários dos quinze volumes da colectânea *Dez Anos de Política Externa (1936-1948)*, como em dois dos quatro volumes dos *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, foi publicada documentação relativa à passagem de Theotónio Pereira pelos postos diplomáticos de Espanha, Estados Unidos e Reino Unido.

⁴⁷ Tanto Theotónio Pereira como Salazar utilizavam portadores de confiança para o transporte de toda a correspondência que consideravam possuir um conteúdo político relevante, sobretudo nos anos da Guerra Civil espanhola e da Segunda Guerra Mundial. Quando Pedro Theotónio Pereira esteve colocado no Rio de Janeiro, em Washington e em Londres, este procedimento manteve-se, embora com uma intensidade bastante mais reduzida. Entre 1938 e 1945, também para o embaixador Teixeira de Sampaio remetia Theotónio Pereira correspondência por circuitos informais produzida à margem dos canais oficiais.

⁴⁸ Uma parte muito significativa da correspondência enviada por Pedro Theotónio Pereira a Salazar foi publicada. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar*. 4 volumes, (1931-1944), Presidência do Conselho de Ministros, v.d.. A correspondência inédita, oficial e pessoal, enviada por Theotónio Pereira a Oliveira Salazar, encontra-se depositada no arquivo que leva o nome do antigo presidente do Conselho. Existem ainda algumas missivas dirigidas a Salazar e da autoria de Theotónio

Biografia, Historiografia & Arte

Muito importante para a redacção deste trabalho foi o conjunto epistolar da autoria de Pedro Theotónio Pereira depositado na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica de Lisboa. Pertencendo ao espólio António Sardinha, reúne cerca de cinquenta documentos, a maior parte deles cartas que foram dirigidas àquela figura cimeira do Integralismo Lusitano depois do seu regresso do exílio. Iniciada em 1921, esta troca de correio prolongou-se até às vésperas da morte de Sardinha em Janeiro de 1925.⁴⁹ Além da sua importância para o conhecimento da história do Integralismo Lusitano naqueles anos, revelou-se de extrema relevância para acompanhar os primeiros passos dados por Theotónio Pereira na política, da mesma maneira que revela muito do seu percurso escolar, de alguns aspectos da sua vida pessoal e, sobretudo, do seu carácter.

No Arquivo Marcello Caetano, aberto parcial e condicionalmente à consulta pública no início de 2004, encontraram-se, além de núcleos de documentação que ajudam a conhecer melhor a passagem de Theotónio Pereira e de Marcello Caetano pelos movimentos políticos em que militaram na sua juventude, algumas dezenas de cartas de correspondência pessoal, remetida por Theotónio Pereira a Marcello Caetano desde os primeiros anos da década de 1920. Além de iluminar os termos em que foi evoluindo a sua relação pessoal e política – sendo que foi pela política que se conheceram e que se fizeram amigos –, fornece indiscutivelmente uma visão mais humana da figura que se biografava neste trabalho. As referências de Theotónio Pereira à sua família, nomeadamente as impressões que deixou sobre o afastamento que lhe era imposto em relação à sua mulher, a seus filhos e a sua mãe, a preocupação que manifesta pela felicidade destes ou pela do seu interlocutor e dos familiares deste, independentemente da sua importância, apenas fazem lembrar a relevância ainda maior que certamente teria para este trabalho a utilização da correspondência que Pedro Theotónio Pereira enviou a sua mulher, a seus pais, a seus filhos e aos seus irmãos nos anos em que esteve colocado no estrangeiro ou, no caso de sua mulher e de seu filho, quando estes viveram no estrangeiro procurando uma melhoria de um sempre delicado estado de saúde ou prosseguindo os seus estudos.⁵⁰ Sublinhe-se que a correspondência enviada a Marcello Caetano, apesar de pessoal, possuía sempre uma

Pereira dispersas um pouco por todo o Arquivo Oliveira Salazar. De algumas delas se dará conta ao longo deste trabalho.

⁴⁹ Também alguma da correspondência trocada entre Pedro Theotónio Pereira e Hipólito Raposo, à guarda da família deste no Arquivo de Teresa Martins de Carvalho, foi-me facultada pelo dr. José Manuel Quintas – a quem agradeço –, ajudando a esclarecer alguns dos aspectos relativos à ruptura de Pedro Theotónio Pereira com a Junta Central do Integralismo Lusitano.

⁵⁰ Apenas no Arquivo da Sociedade Comercial Theotónio Pereira, onde se encontram diversos papéis que pertenceram à irmã mais nova de Pedro Theotónio Pereira – Virginia –, está depositada alguma, muita pouca, correspondência enviada aos familiares mais chegados, embora nenhuma dirigida a sua mulher, Isabel Palha. O dr. Gonçalo Sampaio e Mello, sobrinho-neto de Pedro Theotónio Pereira, disponibilizou alguma correspondência pessoal trocada entre o embaixador, o seu irmão Luís e o seu sobrinho, o arquitecto Nuno Theotónio Pereira.

forte componente política, mesmo quando já em finais da década de 1960, ou no início da seguinte, Pedro Theotónio Pereira se encontrava gravemente doente.⁵¹ Não se pode dizer que exista uma carta ou um postal que Theotónio Pereira tenha remetido em que não haja uma referência, pequena que seja, a factos políticos ou a personalidades ligadas à actividade política. Apesar de pessoal, tal como a correspondência enviada a Sardenha, a política está sempre presente, como uma espécie de obsessão, como um traço indelével e fundamental da sua relação com o mundo.⁵²

Para ajudar a perceber do ponto de vista pessoal e político a figura de Pedro Theotónio Pereira, recorreu-se ainda a documentação depositada em arquivos britânicos e norte-americanos, a livros de memórias, a artigos dispersos por jornais e revistas em que se comenta a vida e o percurso de Pedro Theotónio Pereira. Nos aniversários do Estatuto do Trabalho Nacional, semanas ou mesmo meses após a morte de Theotónio Pereira, por altura da publicação dos dois volumes das suas *Memórias*, escreveu-se muito e algumas vezes bem, tanto sobre o político como sobre o homem. Noutros arquivos, muitos deles ricos mas nem por isso particularmente bem organizados – alguns deles incompreensivelmente, como é o caso do Banco Nacional Ultramarino –, recolheu-se informação com alguma relevância para a redacção deste trabalho. Os dois arquivos da família a que tivemos acesso – o da Sociedade Comercial Theotónio Pereira e o Arquivo de Clara Maria Palha Theotónio Pereira –, pecam pela sua compreensível desorganização. No entanto, além de extremamente úteis, sobretudo o segundo, revelam a intenção saudável de preservar a memória de um homem e de uma família. O acesso aos arquivos históricos do Banco de Portugal, do Banco Espírito Santo e da Companhia de Seguros Fidelidade esteve-nos vedado. Nos dois primeiros por persistir o critério de assim agir com o público. No último pelo facto de ter sido informado que não existia um arquivo histórico organizado.

Num ambiente político fortemente autoritário como aquele que vigorou em Portugal entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974, o recurso à imprensa que circulava legalmente como fonte histórica fiável pode parecer um excesso e uma excentricidade. Dado o regime de censura que vigorou entre aquelas duas datas, e que condicionava qualitativa e quantitativamente a informação veiculada, é natural que os estudiosos não só a utilizem com muita cautela como, muitas vezes, tendam a considerar que a sua relevância histórica é muito limitada, uma vez que

⁵¹ O mesmo se passa com a correspondência pessoal enviada a Salazar entre 1963 e 1968.

⁵² É verdade que tanto Marcello Caetano como António Sardenha poderão ter tido a preocupação de preservar apenas aquela correspondência em que se escrevia sobre política. Porém, as duas ou três excepções que encontramos nos dois espólios, com referências apenas a assuntos particulares, fazem parecer pouco provável esta hipótese.

através da imprensa apenas é possível saber ou conhecer aquilo que a censura e, portanto, o poder político autorizavam. Dever-se-á ter presente, no entanto, que apesar das condicionantes, ou por causa delas, muitos consumidores ou leitores de imprensa em Portugal durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, e independentemente daquela que era a sua posição política e ideológica em relação ao regime, não deixaram de ler e consumir essa imprensa. Isto significa, portanto, que a imprensa era um poder que exercia uma enorme influência política e social independentemente de não funcionar nos mesmos moldes das sociedades abertas onde vigorava a liberdade de imprensa. A existência de um regime de censura significou várias coisas. Em primeiro lugar, que havia a tendência para ler as notícias de forma particularmente atenta de maneira a procurar perceber-se aquilo que efectivamente estava a acontecer – ou podia estar a acontecer. Nas entrelinhas tentava-se apreender aquilo que a censura teria cortado ou aquilo que o autor de uma determinada notícia ou comentário estava efectivamente a querer dizer, à margem daquilo que a censura permitia. Em segundo lugar, e apesar da censura e do controle político exercido por instituições do regime sobre a informação em geral e a imprensa em particular, isso não significa que aquelas funcionassem de forma homogénea e eficaz. Ou seja, não havia apenas formas de romper o controlo político, também havia maneira de manifestar na informação veiculada as diversas sensibilidades que davam forma tanto ao regime como à própria sociedade. Daí o interesse e a importância da imprensa e dos órgãos de informação como forma de apreender uma nunca desaparecida heterogeneidade de posições na política e na sociedade.

No caso deste trabalho, em que aquilo que está em causa é a utilização de informação (veiculada pela imprensa ou por outros *media*) de natureza eminentemente política sobre um homem que rapidamente se tornou num dos mais notáveis de um regime, o que verdadeiramente importa não é tanto aquilo que a censura quis que fosse ostensivamente ignorado, mas sim aquilo que queria ou permitia que se soubesse, nomeadamente sobre Pedro Theotónio Pereira e os acontecimentos políticos em que esteve directa ou indirectamente envolvido, sendo importante interpretar a forma como as notícias eram construídas, trabalhadas num determinado momento e, portanto, de que modo esse facto condicionava a percepção pública que se podia ter, ou que se pretendia que se tivesse, tanto sobre pessoas como sobre acontecimentos, em Portugal e a até no estrangeiro.⁵³ Finalmente, e ainda no domínio da utilização da imprensa como fonte histórica, convém sublinhar a relação de grande proximidade

⁵³ Sobre a utilidade da imprensa e de outros *media* como fontes históricas em sociedades onde vigorem regimes autoritários e, naturalmente, também um sistema de censura prévia, Robert Gellately, *Backing Hitler: Consent and Coercion in Nazi Germany*, s.e., Nova Iorque, Oxford University Press, 2001, p. 6.

que o biografado sempre com ela manteve (desde o início da década de 1920), assim como com os seus fautores. Isso sucedeu tanto ao longo da sua carreira política, como depois de 1963 quando formalmente se retirou quase completamente da vida pública. Em Portugal (e no estrangeiro), antes e depois do 28 de Maio, sem censura ou com censura, os meios de informação, os jornais, as revistas, depois a rádio e, mais tarde, a televisão foram sempre entendidos por Theotónio Pereira como dos mais úteis e eficazes instrumentos de acção política, mesmo numa sociedade que, apesar do seu atraso, caminhava a passos largos para a massificação. Nas cartas enviadas a Salazar, a Marcello Caetano ou até a António Sardinha demonstra sistematicamente uma atenção e um cuidado muito grande em relação ao fenómeno informativo. Para Theotónio Pereira a imprensa, a informação, o seu controlo e a sua manipulação, tanto em Portugal como no estrangeiro (na qualidade de embaixador), eram um dos factores mais importantes na determinação dos êxitos ou dos fracassos que a maior parte das iniciativas políticas podiam ter. Ao longo de décadas, notícias e entrevistas envolvendo directa ou indirectamente Pedro Theotónio Pereira, foram, sempre que possível, por ele cuidadosamente preparadas, sendo importante notar que, neste domínio, possuía ideias muito próprias que não poucas vezes divergiam das daquele que durante muitos anos foi o expoente máximo da propaganda do regime: António Ferro.

O que fica dito é capaz de ser importante por algumas razões, mas sobretudo para sublinhar que apesar dos sinais em contrário, e tanto quanto possível, se seguiu neste trabalho uma linha “essencialista”. Toda a biografia é teoricamente muito pobre porque nela propositadamente faltam grandes teorizações ou asserções muito vastas. Limitei-me, tanto quanto me foi possível, à análise empírica. E isso não significa qualquer valorização depreciativa por abordagens teóricas, às quais, aliás, não é possível nem desejável fugir em absoluto. Acontece que não conheço qualquer teoria nem pretendi criar nenhuma capaz de encaixar devidamente nos factos aqui tratados.⁵⁴

Nota Final Sobre Transcrição de Fontes Escritas.

Na transcrição de documentos, ou de excertos destes, actualizou-se sempre a ortografia, corrigiram-se os erros ortográficos e as gralhas e respeitaram-se as maiúsculas. Mantiveram-se nos nomes próprios e nos apelidos os arcaísmos ortográficos, excepto quando em citações de

⁵⁴ Sobre a bondade e as vantagens das abordagens de tipo “essencialista,” J. Arch Getty, “Palaces on Monday” in *London Review of Books*, volume 22, n.º 5, 2 de Março de 2000, p. 23.

Biografia, Historiografia & Arte

terceiros não eram utilizados. A manutenção destes arcaísmos teve como objectivo ajudar à caracterização daqueles que os utilizaram.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Capítulo I

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”¹

I am Born.

Whether I shall turn out to be the hero of my own life, or whether that station will be held by anybody else, these pages must show.

Charles Dickens, David Copperfield.

“[...] talvez não haja [...] gente mais laboriosa do que eles [...].”²

A véspera do dia 7 de Novembro de 1902 apresentara-se “como de Inverno”. De manhã, mostrara “cara de maus humores”, embora não deixasse de deliciar os lisboetas, “amiudadas vezes, com uns raios de sol.” Já próximo do meio-dia, começara a cair “uma torrencial chuva, que se prolongou até às 6 horas da tarde, sempre copiosa, [...] por vezes com fortes bâtegas de água. Depois das 6 limpam-se os astros, estando a noite bonita.”³ Mas não tardou muito para que o mau tempo voltasse. Pelas “duas horas e meia da madrugada” do dia 7, levantou-se um grande “vendaval” que causou prejuízos, nomeadamente em algumas das “barracas” da feira do Campo Pequeno. Foi assim um pouco por toda a região centro do país,⁴ naquela Sexta-feira do mês de Novembro de 1902 em que nasceu Pedro Theotónio Pereira.⁵ Não lhe prognosticando o estado do tempo bons augúrios. Era verdade que, pelo menos, nascia no seio de uma família de prósperos negociantes e financeiros, oriunda de Santo André de Poiares, povoação situada no concelho de Coimbra. Estabelecera-se em Lisboa em finais do século XVIII, provavelmente em

¹ “Para a Clarinha: O sonho do seu pai quando era pequenino: ser mestre do vapor de Cacilhas! Mas isto é a bordo da Sagres.” Inscricção, pelo punho de Pedro Theotónio Pereira, no verso de uma fotografia a preto e branco tirada a bordo do navio escola Sagres, s.d.. Depositada no Arquivo da Sociedade Comercial Theotónio Pereira, Lisboa (ASCTP).

² Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *Memoria Historico-Chorographica dos Diversos Concelhos do Distrito Administrativo de Coimbra*, s.e., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853, p. 120.

³ “O tempo” in *Diário de Notícias*, 7 de Novembro de 1902, p. 2, 2.ª coluna. Acrescentava-se ainda: “Devido ao péssimo calcetamento das ruas, era difícil o trânsito, pois que se sucediam as poças, que a câmara municipal, podia, o que não se tomava muito dispendioso, consertar.”

⁴ “O Temporal” in *O Século*, 8 de Novembro de 1902, p. 2, 3.ª coluna.

⁵ Segundo a certidão de nascimento, Pedro Theotónio Pereira nasceu às 10 horas do dia 7 de Novembro de 1902 na freguesia dos Mártires do 2.º Bairro em Lisboa. Neste documento, o pai aparece registado como “negociante” e a mãe como “doméstica”.

1797,⁶ e, a pulso, com pequenos mas firmes passos, ao longo de três gerações, soube criar, afirmar e prestigiar um nome nos negócios. Mas neste início do século XX, além da actividade comercial, também a finança, especialmente o sector dos seguros, davam ao avô e ao pai de Pedro a auréola e os cabedais de que beneficiavam à data do nascimento daquele que foi o penúltimo dos cinco filhos⁷ de João Theotónio Pereira Júnior⁸ e Virgínia Carlota Hermann Von Bötischer.⁹ Do ponto de vista material, mas não só, e apesar dos supostos maus agouros que uma noite e um dia tempestuosos podem trazer a uma criança no momento em que é dada à luz, Pedro tivera a sorte de nascer bem.

Em meados do século XIX, o concelho de (Vila Nova de) Poiares foi parcial e sucintamente descrito por Alexandre Herculano. A prática do ofício de historiador tinha-o levado a percorrer parte do país com o desígnio de inventariar e resgatar as chamadas fontes que seriam não apenas úteis, mas também imprescindíveis, para prosseguir a redacção tanto da sua *História de Portugal* como de outros trabalhos de cariz historiográfico e que, durante grande parte da sua vida de escritor, foi tendo entre mãos. O breve retrato que nos deixou da geografia física e humana da região de Poiares, se não nos ajuda a captar na perfeição o meio de onde eram naturais os antepassados de Pedro Theotónio Pereira, e do qual terão saído no último quartel do século XVIII, é, pelo menos, daqueles que mais próximo estará do que seria a região de Poiares naquela data.

No Verão de 1853, mais precisamente a 18 de Julho, Alexandre Herculano saíra de Penacova, deixando para trás o Mosteiro do Lorvão, onde permanecera trabalhando durante alguns dias. Dirigiu-se para sul rumo à Lousã. Após a “descida pela margem [direita] do rio” Mondego, e depois de o atravessar a vau, retomou o seu caminho pela estrada de Poiares. Ao cruzar essa fronteira natural que era o rio, entrara no concelho de Poiares criado na sequência

⁶ Uma data não confirmada por qualquer tipo de documentação disponível, mas que a família Theotónio Pereira evoca desde longa data, como sendo a do estabelecimento da sua actividade comercial em Lisboa.

⁷ O irmão mais velho, Alberto, nasceu no dia 6 de Julho 1893 e viria a falecer vítima de um acidente de viação a 23 de Junho de 1957 (sua mulher, Alice Bettencourt Pereira, não resistindo tanto aos ferimentos, tinha falecido doze dias antes). O outro irmão, Luís, nasceu no dia 31 de Março 1895 e faleceu a 13 de Fevereiro de 1990. A mais velha das duas irmãs, Clara, nasceu 19 de Abril 1897, vindo a falecer no dia 1 de Julho de 1992. Virgínia, desaparecida a 24 de Maio de 1996, nascera a 14 de Agosto 1900. RIEFTP e Agência Barata, Título do Jazigo n.º 6 971, Rua n.º 11, Lado Esquerdo, 2.º Cemitério. Resumo dos Interesses Empresariais da Família Theotónio Pereira e daqui em diante citado como RIEFTP. Contém informação que consta num documento em formato A4, de 25 páginas, elaborado por Pedro Teotónio Pereira, sobrinho neto do biografado neste trabalho. Para a sua elaboração, Pedro Teotónio Pereira utilizou documentação original de natureza vária que se encontra na posse da família. Agradeço a Pedro Teotónio Pereira a cedência desta e de outra documentação.

⁸ “Nasceu em Lisboa, a 29 de Setembro de 1869 e faleceu na mesma cidade a 30 de Novembro de 1948.” AAVV, *Assinaturas das Notas do Banco de Portugal*, 2.ª Edição Revista, s.l., Banco de Portugal, 2000, p. 184.

⁹ Nasceu em Lisboa em 1871, vindo a falecer na mesma cidade no dia 9 de Janeiro de 1969. RIEFTP e Agência Barata, Título do Jazigo n.º 6 971, Rua n.º 11, Lado Esquerdo, 2.º Cemitério.

da reforma administrativa de 1834.¹⁰ Tendo sido Herculano aquilo a que se pode chamar um homem de letras, mas também um antigo soldado do exército liberal, um anterior “emigrado”, tanto em França como em Inglaterra, permitiu-se juntar às considerações de pendor geográfico e político que teceu sobre Poiares, algumas analogias curiosas. Afirmou Alexandre Herculano que o que se lhe deparava, após o atravessamento do Mondego, não era apenas um “território delicioso”, mas também, e o que era mais original, uma “espécie de América Inglesa”, muito por causa daquilo que parecia ser o “liberalismo dos [seus] habitantes”. A aldeia de Santo André, sensivelmente no centro geométrico do concelho, era “a sua Washington”, adjectivação decorrente do “absurdo de um templo [situado] no cume de uma montanha” no meio de quase nada.¹¹ Mas o autor do *Monge de Cister* pôde ainda notar, o que abonava a favor das gentes de Poiares, o facto de os “terrenos” serem “áridos mas cultivados”.¹²

Theotónio Pereira foi, em 1797, o fundador de uma “dinastia” que se tornou razoavelmente conhecida e reconhecida em Lisboa e, depois, noutras regiões do País, pela actividade exercida no mundo do comércio e da finança, sobretudo a partir de finais do século

¹⁰ Antes desta data, a paróquia de São Miguel pertenceu ao concelho da Lousã. A paróquia de Santo André [de Poiares], a sede do concelho, fizera parte de Penacova. São Miguel e Santo André, e umas poucas paróquias mais, estiveram na origem do concelho Poiares, tendo Santo André passado mais tarde, por decreto de 17 de Agosto de 1905, à categoria de vila e à designação de Vila Nova de Poiares. As freguesias e o concelho de Poiares haveriam de ser um alvo privilegiado das indefinições administrativas que Portugal atravessou ao longo de grande parte do século XIX. Em 1855, “foram tiradas ao concelho de Poiares a freguesia de São Mateus de Friumes, para Penacova, a freguesia de Semide, da margem direita do rio Ceira, para Miranda do Corvo e a parte da freguesia de Serpins, também na margem direita do Ceira para a Lousã.” Em 1867, o concelho de Poiares foi suprimido, sendo novamente criado em 1868. Ao que parece, nesta altura, Correia da Costa, um dos vizinhos de Poiares, “chegou a ir a Lisboa falar com o Ministro [José Dias Ferreira], vestido de pastor, com safões e carapuça de lã, pois havia secretários do Ministro que estavam interessados em não deixar chegar até junto do Ministro qualquer poiarense.” Mais tarde, por decreto de 21 de Maio de 1896, “quando era Ministro João Franco, [o concelho] foi novamente extinto, sendo finalmente restaurado em 31-1-1898 pelo chefe progressista José Luciano de Castro, então presidente do Conselho de Ministros. Para esta restauração muito trabalhou o deputado pelo Círculo, Ernesto Lima Duque.” Manuel Leal Júnior, *Vila Nova de Poiares. Monografia*, s.e., Vila Nova de Poiares, 1978, p. 55. A criação do concelho de Poiares oscila na indefinição de dois anos: 1834 e 1836. Tudo por causa das datas de publicação dos decretos respeitantes à redefinição administrativa de Portugal – respectivamente, 3 de Junho de 1834 e 6 de Novembro de 1836. Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, s.e., Cascais, Patrimonia, 1997, pp. 144 e 145. Ver ainda Mário Reis Marques, “Estruturas Jurídicas” in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, “O Liberalismo (1807-1890)” in *História de Portugal*, vol. V, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 173-175. Para a reforma administrativa falhada de 1867, ver também Vasco Pulido Valente, *Glória: Biografia de J. C. Vieira de Castro*, s.e., Lisboa, Gótica, 2001, pp. 245-247.

¹¹ Tratava-se da pequena capela situada no alto da Serra de S. Pedro Dias. Nela se realizava, no segundo Domingo do mês de Agosto, a romaria em honra da Nossa Senhora das Necessidades, considerada como “uma das mais notáveis do distrito administrativo de Coimbra,” havendo “grande arraial, e fogo de artifício, na véspera; e no dia, grande função de igreja, com procissão, música, sermão, etc., tudo com a maior magnificência.” António Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heraldico, Archeológico, Histórico, Biográfico e Ethimológico de todas as Cidades, Vilas e Freguesias de Portugal e de grande número de Aldeias*, vol. 7, s.e., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1876, pp. 115-116. Na mesma capela decorriam as festividades de S. Pedro, orago de Santo André de Poiares, a 29 de Junho. Américo Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. 9, s.e., Porto, Livraria Civilização, 1947, p. 210.

¹² Alexandre Herculano, *Cenas de Um Ano da Minha Vida: Poesia e Meditação [1831-1832]. Apontamentos de Viagem [1853-1854], Prefácio e Notas de Vitorino Nemésio*, s.e., Amadora, Livraria Bertrand, 1973, pp. XXXII e 153. Uma outra descrição de Poiares, menos literária, mas mais informativa, foi deixada por Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *op. cit.*, pp. 118-120.

XIX, embora a sua repercussão pública se tenha afirmado definitivamente apenas nos cerca de quarenta anos em que vigorou o chamado Estado Novo. Theotónio Pereira nasceu no lugar de Vale de Vaide em 1771,¹³ 82 anos antes da data em que Alexandre Herculano percorreu e descreveu parcialmente, tanto a paróquia de Santo André de Poiães como uma pequena parte dos seus arrabaldes.¹⁴ Porém, no ano de 1771 era outra a realidade. A arquitectura monumental da aldeia que dava nome à paróquia resumia-se a uma igreja de estilo indefinido. Este edifício, onde muito provavelmente se realizou o baptizado de Theotónio Pereira, é no seu conjunto descrito como “proporcionado e simples”, nele se destacando a torre de onde sobressai um “relógio de sol” datado de 1744. A igreja, construída, reconstruída e acrescentada mais do que uma vez apenas e só até à chegada do século XIX, permitia que se lesse no “arco” existente no seu “corpo”, posicionado no seu “lado direito”, a data de 1684 e, na face oposta, a de 1742. Neste templo de pequenas dimensões, dispunha-se no seu interior uma estatuária de que se destacava uma figura de Santo André.¹⁵

Segundo a divisão administrativa que vigorava em 1801, trinta anos após o nascimento de Theotónio Pereira, a paróquia de Santo André de Poiães era parte do concelho de Penacova, tendo Coimbra como sede tanto de comarca como de bispado.¹⁶ Na viagem que o conduziu definitivamente a Lisboa – por razões e em data que em absoluto se desconhecem –¹⁷ é bem provável que Theotónio Pereira tenha percorrido, caso optasse por descer o Mondego em direcção a Coimbra, uma pequena parte do caminho contrário àquele que Alexandre Herculano andou e muito sucintamente descreveu. Já na margem esquerda do rio, para continuar com a maior segurança e, também, o mais cómoda e rapidamente possível a jornada para Lisboa,

¹³ Baptizado no dia 27 de Outubro. RIEFTP.

¹⁴ Segundo um estudo publicado em 1854, era povoação para 45 fogos, a segunda maior da paróquia depois de Pereiro de Além. Santo André contava então com 33 fogos, sendo que a 40 passos [1 passo=82 cm] se situava o lugar de Aldeia Nova, com 19 fogos. Por isso, uma e outra eram quase “uma só povoação,” “ambas” formando, em meados de 1800, a “cabeça do Concelho.” Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *Mappa do Districto Administrativo de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854, pp. 93-94.

¹⁵ Manuel Leal Júnior, *op. cit.*, p. 29.

¹⁶ Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849: Edição Crítica*, s.e., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 157.

¹⁷ Os dados relativos à naturalidade de Theotónio Pereira, como à sua chegada a Lisboa – estes, aliás, muito incertos – foram fornecidos ao autor por descendentes de Pedro Theotónio Pereira e do seu irmão, Luís Theotónio Pereira. Foram tidos como credíveis, embora careçam de confirmação documental, nomeadamente junto dos chamados registos paroquiais. Uma vez que a data e o local de nascimento de Theotónio Pereira, como a referência aos seus dois casamentos, são dados como adquiridos pela família, e a sua verosimilhança, embora passível de confirmação documental, não põe em causa a natureza académica, e em certa medida científica, deste trabalho, nomeadamente no que à descoberta das origens familiares de Pedro Theotónio Pereira diz respeito, considerou-se ser útil, mesmo que somente do ponto de vista estritamente formal da narrativa, reportar a origem deste trabalho à geração da família Theotónio Pereira que deixou Santo André de Poiães e se fixou em Lisboa, fundando com êxito um negócio a que esteve ligada, pelo menos, durante cinco gerações.

deverá ter seguido em direcção à capital da diocese.¹⁸ É imaginável que o tenha feito palmilhando uma estrada que, mais de perto do que ao longe, serpenteava a margem esquerda do Mondego até àquele que era o primeiro destino de uma longa viagem.¹⁹ O mais provável, porém, e assim o caudal do rio o permitisse, seria que embarcasse no pequeno porto fluvial da sua freguesia, situado em Louredo.²⁰ Isto porque não só testemunhos garantem que “o transporte para Coimbra das produções agrícolas” do concelho de Poiães, “e frequentemente o das pessoas, fazia-se em outro tempo, [...] até ao *porto* de Louredo e daí para baixo de barco, pelo rio Mondego”,²¹ como, nomeadamente para o século XVIII, existem fontes nas quais taxativamente se declara que os “transportes ordinários por terra custa[va]m dez vezes mais que os de água”²², o que com regularidade induziria a procura do transporte fluvial em detrimento do terrestre. Embora a navegabilidade do rio fosse frequentemente difícil e até impossível para a deslocação de pessoas e bens, facto que tanto preocupava as populações e os estudiosos de problemas económicos,²³ o recurso à via fluvial era uma realidade e a eleição privilegiada, embora nem sempre de forma igualmente segura e regular ao longo do ano.²⁴ O transporte fluvial no maior rio português era praticável desde a foz do Dão – que entrava na margem direita

¹⁸ Em meados do século XIX calculava-se que Santo André de Poiães quedava 18 quilómetros ao este de Coimbra e 215 ao norte de Lisboa. Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7, Lisboa, 1876, p. 114.

¹⁹ “Mapa das Estradas de Portugal – 1808” in Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2.ª ed., Lisboa, Quercus, 1982. Esta estrada começava em Almeida e prosseguia até Figueira da Foz. Em Coimbra seguia-se em direcção ao mar pela margem direita do Mondego.

²⁰ *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, Américo Costa, vol. 7, s.e., Porto, Livraria Civilização, 1940, p. 764. Povoação pertencente às freguesias de Santa Maria e de Santo André de Poiães. Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *op. cit.*, pp. 93 e 95.

²¹ *Guia de Portugal*, 3.º vol., *Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*, s.e., s.l., s.d., p. 428.

²² Luis Ferrari Mordau citado em David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal 1810-1913*, vol. 1, s.e., Lisboa, Veja, s.d. (1988), p. 187.

²³ “O meio de condução, e extracção de todos os sobreditos géneros, é a navegação do rio Mondego; duas são porém as circunstâncias que retardam o aumento do sobredito comércio, a saber; o não ser o dito rio mais abundante de águas no Verão, e o não se poder navegar senão até pouco mais acima desta cidade [de Coimbra] por causa dos cachopos, e cataratas de que abunda. Se não fossem estes dois obstáculos, a província da Beira reputaria melhor os seus frutos, e receberia uma grande vantagem de todo o género de comércio, que sempre se poderia fazer pelo dito rio.” Manuel Dias Baptista, “Ensaio de uma descrição, física e económica de Coimbra, e seus arredores” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Aditamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e Suas Conquistas (1789-1815)*, tomo I, Lisboa, Banco de Portugal, 1990, p. 224. Com grande probabilidade, afinal, tratava-se de um falso problema ou, pelo menos, somente uma parte do problema da ausência do desejado progresso económico da província da Beira. Tanto em algumas regiões de Portugal, como em muitas outras de Espanha, apesar da escassez das estradas, do seu mau estado, do cruzamento difícil e perigoso dos rios, da debilidade da navegação fluvial, tanto homens como mercadorias circulavam regularmente e, às vezes, intensamente. Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 130-144.

²⁴ Naquilo que ao Mondego diz respeito, no Inverno havia não poucas vezes que esperar pela “diminuição das águas” para que se passasse por “baixo dos arcs da ponte” em Coimbra. Isto independentemente de, sobretudo no caso do transporte de passageiros, se poder sempre desembarcar antes da ponte e voltar a embarcar depois dela. No Verão a navegação fazia-se frequentemente “à vara,” vendo-se os “barqueiros” na “obrigação de saltarem muitas vezes o rio, e mesmo escavar a areia para abrirem passagem.” Quando assim era, aumentava o custo do transporte e o tempo de viagem. David Justino, *op. cit.*, p. 182.

do Mondego, a cerca de “50 quilómetros acima de Coimbra”²⁵ – até à Figueira da Foz, numa extensão total de aproximadamente 85 quilómetros.²⁶ A montante de Coimbra, as condições de viagem deterioravam-se, sobretudo no Verão, como consequência da “diminuição da influência das marés, pela tortuosidade e assoreamento do rio, pela maior velocidade da corrente”, embora esta fosse verdadeiramente assustadora e nada recomendável nas épocas chuvosas.²⁷ Tudo isto fazia com que, na segunda metade do século XVIII, o Mondego tivesse sido, com o Tejo, o único rio em que as autoridades administrativas foram “encarregadas de zelar pelas [respectivas] valadas e obras”, o único curso fluvial cujo encanamento, no início do século XVIII, foi tentado e, onde, no reinado de D. Maria I (1777-1816), juntamente com o Tejo e o Lis, se construíram alguns canais.²⁸

Visto isto, é evidente que por finais da centúria de 1700 seriam três os itinerários possíveis e mais prováveis que Theotónio Pereira podia antecipadamente apreciar ao viajar de Vale de Vaide para Lisboa.²⁹ Uma primeira opção obrigá-lo-ia a seguir por estrada em direcção a sul, mas acabava por entrar em Lisboa por via fluvial, depois de ter embarcado num porto do Tejo algures nas imediações da Golegã.³⁰ Uma segunda possibilidade seria avançar ininterruptamente pelas difíceis estradas que a custo ligavam Poiares à capital.³¹ Neste caso, muito embora se tratasse de uma opção pouco provável, podia avistar pela primeira vez a cidade de destino, depois de contornar uma curva ou subir uma encosta nuns arrabaldes em que se desenvolvia intensa actividade agrícola e pecuária, e que do ponto de vista económico e comercial tinha o mercado da capital tanto como destino da sua produção, como enquanto fornecedor de boa parte da sua diversificada e crescente procura. Atravessaria, portanto, a chamada região saloia, cruzando Loures e o Lumiar. Uma terceira probabilidade, eventualmente a mais rápida e certamente a mais segura, cumprir-se-ia percorrendo o curso fluvial até à foz do

²⁵ António Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Ethimologico de todas as Cidades, Vilas e Freguesias de Portugal e de grande número de Aldeias*, vol. 2, s.e., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874, p. 464.

²⁶ *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, Américo Costa, vol., 8, s.e., Porto, Livraria Civilização, 1943, p. 211. Esta distância fazia-se, normalmente, demorando entre um dia e um dia e meio. Porém, quando as condições climáticas não ajudavam, apenas entre Coimbra e a Figueira da Foz, ou no percurso inverso, podia tardar-se “dois e três dias [...] mesmo na ausência de todo o vento.” D. António de Almeida citado em David Justino, *op. cit.*, p. 182.

²⁷ *Idem*, *ibidem*.

²⁸ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 139 e 215.

²⁹ É possível que antes de iniciar a sua vida de negociante em Lisboa, Theotónio Pereira tenha exercido estas ou outra actividade num qualquer outro ponto do território nacional, metropolitano ou ultramarino. O Brasil era, à época, um bom sítio para se começar. No entanto, decidiu-se trabalhar com uma hipótese assente na ida directa de Theotónio Pereira de Poiares para Lisboa, “chamado” por um tio.

³⁰ Neste caso repetindo, em sentido contrário, tanto quanto aos meios de transporte como às vias de comunicação, uma parte da viagem entre Lisboa e Santarém relatada por Almeida Garrett nas *Viagens na Minha Terra*.

³¹ “Segue [...] pela estrada velha que passa a Foz d’Arouce, Miranda, Espinhal, Thomar, etc.” Este itinerário pode ser acompanhado no “Mapa das Estradas de Portugal – 1808” in Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Mondego,³² situada “entre a Figueira e Buarcos”,³³ embarcando nas suas imediações com destino a Lisboa.³⁴ Cumprindo o percurso por via marítima, ao entrar no Tejo pela sua foz, Theotónio Pereira desfrutaria com toda a certeza de uma panorâmica inúmeras vezes descrita de forma elogiosa pela literatura de viagens tanto contemporânea como posterior.³⁵ Já depois do desembarque, não admiraria se concluísse serem as ruas de Lisboa mal cheirosas, muito por se despenharem das “janelas as cataratas de imundícies que os bandos de cães vadios exploravam.” E fosse Theotónio Pereira, algo que manifestamente não podia ser, um dos vários “viajantes sábios, que tinham visto mundo”, e que na altura acudiam a Lisboa com certa frequência, não teria outra alternativa senão recordar “Fez ou Mequinez em Marrocos”, isto apesar de “por sobre a Lisboa africana” existir “uma outra Lisboa afrancesada.”³⁶

Theotónio Pereira deixou uma região que em certa medida permaneceu adormecida e impermeável a grandes transformações entre a fase final de governação do marquês de Pombal e os primeiros anos da Regeneração – o que, aliás, torna particularmente legítima a utilização de testemunhos produzidos umas quantas décadas após o seu nascimento. Como muitas outras partes do país, e muito por causa do seu atraso e da sua pobreza relativa, também Santo André de Poiares terá alimentado o crescimento demográfico de Lisboa, dando-lhe alguns dos seus filhos mais capazes. Mas isso não significa que se tratasse de uma região económica e socialmente estagnada. Para que melhor se determine, ainda que em termos genéricos, a realidade estrutural e conjuntural com a qual Theotónio Pereira conviveu nas vésperas da sua partida para Lisboa e, portanto, as razões objectivas que do ponto de vista socio-económico o

³² A descida fluvial, nomeadamente entre Poiares e Coimbra, proporcionava “à maioria dos viajantes” um “interesse pictural e emotivo”. *Guia de Portugal*, 3.º vol., p. 428. No caso de seguir por estrada até Coimbra, em meados da 1800, o itinerário era: “Ao carvalho 1 légua, às Torres 1, a Coimbra 1=3.” Daqui seguiria para Lisboa pela “estrada real”. Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *Memoria Historico-Chorographica dos Diversos Concelhos do Distrito Administrativo de Coimbra*, 1853, p. 118.

³³ António Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Ethimologico de todas as Cidades, Vilas e Freguesias de Portugal e de grande número de Aldeias*, vol. 5, s.e., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874, p. 391.

³⁴ Muito embora desconheça a publicação de quaisquer valores que identifiquem a importância da navegação de cabotagem entre a Figueira da Foz e Lisboa por meados do século XVIII, aqueles que respeitam a meados do século XIX, mais precisamente ao ano de 1851, demonstram a intensidade do movimento marítimo de mercadorias, e implicitamente de pessoas, entre os dois portos. Depois do Porto, com 9534 toneladas, a Figueira da Foz ocupava o segundo lugar nas suas ligações mercantis com a capital, tendo sido contabilizadas 6 426 toneladas (4,1% da tonelagem do comércio interno marítimo movimentado no porto da capital). David Justino, *op. cit.*, quadros 5.1 e 5.2..

³⁵ De acordo com um relato da época, era possível que presenciasse o espectáculo da contratação, por parte do comandante do navio em que viajava, de um piloto que conduzisse a embarcação no percurso complicado de entrada na barra. “At eleven o'clock we fired a gun, and hoisted a signal for a pilot. A number of boats immediately put off to us, and the quickest sailor obtained the job.” Henry Matthews, *The Diary of an Invalid*, 2.ª ed., Londres, John Murray, 1820, p. 9.

³⁶ “[...] e a reunião das duas, e a cor rajada de preto e branco da população, produziam contrastes extravagantes.” Oliveira Martins, *História de Portugal*, 16.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1972, pp. 498-499. Uma Lisboa tida por estrangeiros que a visitavam, como modesta nos “seus edifícios” e na sua “vida social”. Maria Alexandre Lousada, “Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834.” 1.º vol., Lisboa, 1995, p. 48.



poderão ter conduzido à opção migratória, vale a pena caracterizar com algum detalhe a realidade a sua paróquia e o seu entorno na segunda metade do século XVIII. Essa caracterização é necessariamente sucinta e cheia de incertezas. Em parte por culpa da escassez de fontes contemporâneas do período que aqui interessa. Por outro lado, e como é óbvio, pela quase total ausência de estudos que tenham vindo a ser efectuados sobre aquela realidade.

“Poiares” era, como é, o nome dado ao “território – ou bacia – banhado pelos rios Alva, ao Este – Mondego ao Norte – e Ceira, ao Sul.” Grande “parte da sua base, formando uma bacia oblonga,” encontra-se localizada “entre as serras da Mucela (ou Mursela) ao Este”, do “Carvalho, ao Oeste”,³⁷ e de “Serpins e Cabeço de Magarrufe, ao Sul.”³⁸ O solo na generalidade do território que viria a constituir-se em concelho no rescaldo da guerra civil, não era “calcário” nem “humoso”, predominando os “barros amarelos e silicosos, uns e outros de pouca profundidade,” nomeadamente os das vertentes onde “abunda o calhau.” Por este facto, e por se tratar de uma região com um solo “bastante frio”, não era considerado “demasiadamente produtivo”. A prática agrícola dominante, familiar, e essencialmente de subsistência – como era próprio tanto na região como na época – via-se apoucada pelo facto das “frutas, hortaliças e legumes” modestamente prosperarem.³⁹ Como se isso não bastasse, as vinhas escasseavam.⁴⁰ As “videiras” criavam-se geralmente em “latadas, corrimões e árvores”, produzindo um “fraco vinho, com excepção das duas freguesias de *traz de serra*, S. José e S. Mateus de Friumes, onde por ser cultivado em vinhas”, adquiria “uma qualidade mais fina”.⁴¹ As encostas encontravam-se “povoadas pelo pinheiro”, produzindo-se centeio e trigo em algumas clareiras.⁴² Significativo, e

³⁷ Os vértices das serras elevam-se “acima da base cerca de 1400 a 1500 palmos [1 palmo=22 cm].” Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *op. cit.*, p. 118.

³⁸ Recorde-se que Santo André de Poiares se situa nas imediações das localidades de Penacova, Farinha Podre, Arganil, Góis, Lousã, Semide e Coimbra. Até à criação do concelho, achavam-se os “seus termos distribuídos pelos seus vizinhos.” *Idem, ibidem*, p. 119.

³⁹ Os terrenos agrícolas regados e fertilizados pelas ribeiras de Poiares e de Vila Chã, eram comparativamente mais produtivos. Nas vertentes muito inclinadas que caracterizam o concelho de Poiares, contavam-se “numerosas nascentes em propriedades particulares.” Américo Costa, *op. cit.*, p. 212.

⁴⁰ “A vinha é a cultura ideal para a pequena exploração tão característica das zonas mais povoadas, mas também se ajusta bem à grande exploração, não havendo, por consequência, dificuldades de ordem estrutural fundiária [à sua introdução]. [...] Por outro lado, seriam vários os benefícios económicos a colher duma grande expansão vitivinícola orientada para a exportação. Para além de ser uma cultura trabalho-intensiva, e, logo, absorvedora da mão-de-obra rural subutilizada, a plantação de vinha seria uma forma de aumentar a produtividade da terra. Isto seria particularmente indicado para regiões onde este factor produtivo escasseava.” Jaime Reis, *O Atraso Económico Português (1850-1930)*, s.e., s.l., IN-CM, s.d., p. 25.

⁴¹ Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *op. cit.*, pp. 119-120.

⁴² Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7, p. 115 e Américo Costa, *op. cit.*, pp. 210 e 212.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

segundo opiniões assisadas, era o facto do solo acabar por se revelar “bastante produtivo, graças ao denodado esforço dos seus agricultores.”⁴³

Aquilo que, por meados do século XIX, poderia e parecia ser a débil economia de Poiães, não se afastaria muito da realidade talvez um pouco mais complexa já ali existente um século antes. Assentava ela não só numa agricultura desfrutando de uma posição economicamente dominante, mas também numa indústria tradicional que se presume um tanto rudimentar – entre o artesanato e manufactura – e, claro, no comércio. Mas importante era mesmo o, tantas vezes notado e já aqui referido, espírito empreendedor das gentes.

Esta justiça deve ser feita aos Poaristas [sic]: que talvez não haja no Distrito gente mais laboriosa do que eles; pois que além da cultura da terra, a que se entregam assiduamente, frequentam vários ramos do comércio e indústria, não só de pequena monta, como o fabrico de cestas, compra de ferros velhos, farrapos para as fábricas de papel,⁴⁴ mas ainda ao comércio interno do azeite, fabrico e exportação de cera branca e amarela, aquele para o Porto, e esta para o Porto e Espanha, negócios ambos de vulto, e com que muitos se têm enriquecido.⁴⁵

As características peculiares da economia em Santo André de Poiães, se sublinhavam, em primeiro lugar, o fraco potencial agrícola, por outro lado, chamavam a atenção tanto para o relativo dinamismo comercial e industrial, como para a natureza laboriosa da sua população. Aliás, a importância económica e a prosperidade relativa das actividades não agrícolas terá sido, em boa medida, uma consequência das limitações impostas, à partida, pelo apertado rendimento retirado do trabalho agrícola. Numa situação em que eram escassas as oportunidades oferecidas ao factor trabalho no sector agrícola, e existiam não poucas razões para que tal acontecesse, um conjunto de condições facilitaram o emprego de um volume significativo de mão-de-obra no

⁴³ Américo Costa, *op. cit.*, p. 210. Repetindo, entre outras, a constatação de Alexandre Herculano.

⁴⁴ Tratavam-se de fábricas de papel (ou “papelão”) localizadas nas imediações de Santo André de Poiães, nomeadamente na Lousã. “No que diz respeito ao papel, instalou-se a respectiva manufactura na Lousã, seguindo sempre o processo habitual de a instalar numa zona anteriormente utilizada pela mesma indústria. Com efeito, ao contrário do que se tem dito, já se fabricavam tipos de papel na Lousã, pelo menos desde 1698. [...] Embora o fabrico do papel da Lousã lhe seja anterior, data do reinado de D. João V a sua transformação em manufactura. Em 1716 já a laboração continuava em condições suficientemente eficazes para vender em Coimbra o seu papel à tipografia dos jesuítas, embora existisse no mercado, em abundância, excelente papel italiano e inglês. [...] Em 1743, os empresários queixavam-se da concorrência inglesa, a quem responsabilizavam pela rarefacção da matéria-prima. Tendo solicitado a protecção contra o facto, foi publicado o alvará de 19 de Abril de 1749, em [que] se proibia a saída da matéria-prima necessária à sua laboração. A manufactura do papel da Lousã triunfara [...]” Em 1758, foi descrita como a “melhor fábrica do Reino” daquele “género” e “pela diligência e experiência que naquele tempo se fez pela eleição das águas para se fundar o engenho e estabelecer a fábrica se achou serem as deste rio as melhores e mais puras para o ministério.” Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 66-67. No início da década de 1860, as “fábricas de papel da Lousã (duas) e de Góis (uma), empregam no total 275 operários. A mais importante, propriedade de João Gonçalves de Lemos e situada no concelho da Lousã, emprega 170 operários; a segunda, no concelho de Góis, localiza-se na ponte do Sotão e emprega 95 operários; a terceira é uma pequena unidade que na Lousã tem 10 operários.” Para o mesmo período, e no que diz respeito “à pequena indústria doméstica,” e com excepção de Mira, “todos os concelhos” do distrito de Coimbra eram produtores e manufacturadores de lã” e em todos existia “mercado para as transacções que o consumo exige [...]”. David Justino, *op. cit.*, p. 113.

⁴⁵ Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *op. cit.*, p. 120.

comércio e na indústria. Visto isto, torna-se mais fácil explicar a estrutura demográfica da paróquia de Santo André de Poiares por meados do século XVIII, e que subsistiu, pelo menos, até ao início do século XIX. Através de uma análise que se poderia considerar minimamente detalhada dos valores populacionais disponíveis, aquela que era uma economia assente numa estrutura tradicional pareceu ser capaz de gerar um crescimento económico que sustentasse um importante e continuado crescimento demográfico.⁴⁶ Naquele hiato, e no que diz respeito à paróquia de Santo André de Poiares, os historiadores que puderam levar a cabo a análise da sua realidade populacional, registaram um panorama demográfico com uma tal vitalidade que apenas por excesso, e com vantagem discutível, pode ser considerado semelhante aos valores médios registados tanto à escala nacional – metropolitana⁴⁷ – ou ainda, mais especificamente, na área geográfica pertencente à diocese de Coimbra.⁴⁸

Ao longo do século XVIII, foram contabilizados na chamada Beira Litoral valores significativos de crescimento populacional. Esses valores reflectiam-se, por exemplo, na densidade populacional estimada, independentemente de se quedarem “aquém da metade da densidade minhota”, a mais elevada do território nacional. Em 1776, a densidade populacional na Beira Litoral e no Minho seria, respectivamente, de 9,3 e 24,4, e em 1798, segundo a mesma ordem, de 9,9 e 25,1%.⁴⁹ Naquelas datas, a densidade populacional do território nacional metropolitano era de 8 e 8,4, também respectivamente. Este crescimento contabilizado da densidade populacional estimada para a província da Beira, significa uma variação percentual no crescimento da população de 35,5, entre 1732 e 1801.⁵⁰ Ora segundo um cálculo efectuado que tem o ano de 1763 como referência, a paróquia de Santo André de Poiares terá contado com

⁴⁶ O mais do que aparente dinamismo político e social da população de Santo André de Poiares manifestou-se ainda, a título de pequeno mas significativo exemplo, na reclamação de colocação na paróquia de um “professor de escola menor,” nomeadamente de “Gramática latina” e de mestre de ler. Isto depois da lei de 6 de Novembro de 1772, não ter contemplado Santo André de Poiares com um meio importante no acesso à instrução por uma parte dos seus paroquianos. A rectificação veio com o alvará de 11 de Novembro de 1773. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, volume VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, s.e., s.l., editorial Verbo, s.d., pp. 256-259. Este facto merece uma referência especial, uma vez que a educação é, não poucas vezes, considerada como uma variável importante a ter em conta no longo processo de superação do subdesenvolvimento por parte das sociedades tradicionais, pré-industriais. Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les Paysans de Languedoc*, s.e., s.l., Flammarion, s.d. (1.ª ed., 1966), pp. 362-365 e Jaime Reis, *op. cit.*, pp. 28-29 (neste caso a inter-relação entre “baixo nível educacional” e a “pobreza em capital humano” é válido numa análise produzida para o período que se estende de 1860 a 1913).

⁴⁷ José Vicente Serrão, “O quadro humano” in António Manuel Hespanha, “O Antigo Regime (1620-1807)” in *História de Portugal*, vol. 4, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores. 1994, p. 52.

⁴⁸ Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra no Século XVIII: População, Oragos, Padroados e Títulos dos Párcos” in *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 11, Faculdade de Letras, Coimbra, 1989, pp. 175-268.

⁴⁹ Estes valores da densidade populacional têm como base a divisão do número de fogos, e só indirectamente o número de habitantes, pela superfície das províncias medida em Km².

⁵⁰ José Vicente Serrão, *op. cit.*, pp. 55-56.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

uma densidade populacional muitíssimo elevada, de 55,9 indivíduos por Km²,⁵¹ o que significa uma de duas realidades. Ou o rendimento disponível oriundo do sector agrícola era de facto elevado, e portanto sustentava esta realidade demográfica. Ou bem que, ao longo do século XVIII, o rendimento criado pelo sector agrícola foi sendo complementado com vantagem por outros provenientes de actividades ligadas ao comércio e à indústria. Muito embora a fatalidade geográfica seja não poucas vezes um factor determinante para aferir a forma como, lentamente, pequenas unidades socio-económicas subdesenvolvidas podem vencer os poderosos obstáculos ao crescimento e ao desenvolvimento, no caso de Santo André de Poiares parece evidente que muito para além do clima⁵² ou da qualidade dos solos, outras variáveis se poderão ter revelado determinantes na superação daquilo que seriam os limites estruturais ao crescimento. À partida, e sem mais, Poiares beneficiava essencialmente da proximidade do Mondego e, portanto, da sua foz. Era também favorecida pela cercania de Coimbra e, finalmente, pelo facto do seu território se situar nas imediações de vias de comunicação terrestres muito percorridas nas ligações entre o norte e o sul e entre o interior e o litoral do território nacional. No seu conjunto, estas circunstâncias geográficas terão contribuído para a relativa prosperidade que certamente gozou na segunda metade do século XVIII. Por outro lado, é importante recordar que tendo havido quem calculasse que “uma vila de 3000 habitantes, para viver da sua própria terra, necessitava de 85 km² de terrenos rurais,”⁵³ e independentemente das críticas que possam ser feitas a esta espécie de modelo demasiadamente generoso,⁵⁴ a verdade é que dificilmente o crescimento da população de Santo André de Poiares, como os respectivos valores elevados de densidade populacional, terão sido compatíveis com a predominância de uma realidade socio-económica essencialmente tradicional, virada de forma esmagadora para um cultivo da terra em regime de quase subsistência. Assim se compreenderá o alcance dos testemunhos já citados que afixam o dinamismo das populações de Poiares, facto esse que se reflectiria não apenas no aspecto trabalhado e cuidado que apresentavam os campos – o que permitiria rendimentos acima da

⁵¹ A área calculada da paróquia é de 28km². 1560 seriam os seus habitantes com idades superiores aos 7 anos (*almas de confissão*). Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra no Século XVIII: População, Órgãos, Padroados e Títulos dos Párocos” in *op. cit.*, p. 264.

⁵² “Le climat y est plus froid que chaud, à cause de la grande quantité de montagnes : dans quelques cantons du côté de la mer, la Beira produit du vin excellent, et des huiles aussi renommées que celles de l’Andalousie ; on en fait grand commerce avec les Anglois, ainsi que d’oranges et limons. [...]” *État Présent du Royaume de Portugal. Nouvelle édition revue, corrigée et considérablement augmenté*, Hamburgo, P. Chateaufort, Libraire, 1797, p. 12.

⁵³ Wilhelm Abel, *Crises Agraires en Europe, (XIIe-XXe siècle)*, 1973, p. 15 segundo Fernand Braudel, *Civilização material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII. Tomo 3. O Tempo do Mundo*, s.e., Lisboa, Teorema, s.d., p. 240. Como já foi dito, mas vale a pena recordá-lo, a paróquia de Santo André de Poiares tinha, em 1763, 1560 habitantes maiores de sete anos espalhados por 28km², o que dava, aproximadamente, uma média de 55,9 indivíduos por Km².

⁵⁴ Fernand Braudel, *op. cit.*

média –, mas também na expressão económica que assumiam actividades proto-industriais⁵⁵ e comerciais. Santo André de Poiares tinha, por exemplo, mercado semanal às segundas-feiras,⁵⁶ um facto apesar de tudo pouco comum em povoações de pequena dimensão. É claro que será sempre fácil presumir que, em finais do século XVIII, Santo André de Poiares pudesse ser um local

[...] onde a história corre ao retardador, as vidas sucedem-se, iguais a si próprias, de geração em geração; a paisagem obstina-se em permanecer quase igual: aqui campos lavrados, prados, hortas, pomares, canhaveiras [sic]; além, bosques familiares, baldios úteis para pastagens; e sempre os mesmos utensílios: a enxada, o alvião, a charrua, o moinho, a forja, a oficina do carroceiro...⁵⁷

No entanto, e a avaliar pelos poucos dados disponíveis de que se deu conta, dificilmente se poderá deduzir que Theotónio Pereira se dirigira a Lisboa deixando para trás uma região miserável, mesmo segundo os padrões da época, sem qualquer dinamismo e fatalmente marcada pela estagnação.⁵⁸

Para além de tudo isto, terá existido um terceiro factor capaz de justificar um crescimento demográfico e uma densidade populacionais fora do comum. É verdade que tanto alterações climáticas duradouras como melhorias de natureza técnica introduzidas no sector agrícola, e que nos escapam, poderão ter contribuído de forma decisiva para um crescimento da produtividade e, portanto, da riqueza disponível. Mas por outro lado, cumpre recordar que o inverso também terá sido verdadeiro, pelo que o dinamismo económico, como o dinamismo demográfico, podem apresentar-se como as duas faces de uma mesma moeda. Ou seja, a própria dinâmica demográfica terá estimulado o crescimento económico que, por sua vez, garantia a continuação do crescimento populacional. Atente-se, por isso, na evolução dos valores populacionais de partida para Santo André de Poiares em 1763, quando foram contabilizados 1560 residentes com idades superiores a 7 anos, e os 3231 para 1801.⁵⁹ Esta duplicação populacional, mesmo que aferida à época, como mais recentemente, em termos certamente grosseiros, constituíra-se por si só num estímulo ao dinamismo da economia e da

⁵⁵ Não utilizo aqui a expressão “proto-indústrias” com a mesma precisão e extensão conceptual que Mendels e, mais tarde outros historiadores económicos, o fizeram a partir de meados da década de 1970. A indústria a que me refiro é apenas “proto” no sentido em que tem uma base energética não orgânica, desconhecadora da maquinaria a vapor que fez as delícias da chamada primeira Revolução Industrial. Para que conste, e sobre o conceito de protoindustrialização, são no mínimo essenciais: Franklin F. Mendels, “Proto-Industrialization: The First Phase of the Industrialization Process” in *The Journal of Economic History*, vol. XXXII, n.º 1, Março, 1972, pp. 241-261; Peter Kriedte et alia., *Industrialización antes de la industrialización*, s.e., Barcelona, Ed. Crítica, 1986 e L. A. Clarkson, *Proto-Industrialization: The First Phase of Industrialization?*, s.e., s.l., Macmillan, s.d.

⁵⁶ E feira todas as segundas e últimas segundas-feiras de cada mês. *Guia de Portugal*, 3.º vol., p. 428.

⁵⁷ Fernand Braudel, *op. cit.*, p. 238.

⁵⁸ Mais difícil é aferir, por falta de documentação, a sua condição social, e daí concluir se as razões da sua abalada terão sido, ou não, essencialmente económicas.

⁵⁹ Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849: Edição Crítica*, 3 volumes, s.e., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 157.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

sociedade locais.⁶⁰ Cerca de meio século mais tarde, com várias guerras, movimentos revolucionários e contra-revolucionários pelo meio, o crescimento populacional de Santo André de Poiares passou à condição de residual. O censo de 1849 contabilizou 3814 almas por oposição às 3231 da contagem de 1801. Para compreender este fenómeno, não basta apenas que se fixem os dados respeitantes aos nascimentos e óbitos para os anos de 1801 e 1849, mas que se recordem também os factos da conjuntura que justificam aquilo que foi uma quase estagnação demográfica registada entre aquelas duas datas. Em 1801, os nascimentos e os óbitos foram, respectivamente, de 80 e de 52. Em 1849, contabilizaram-se 100 nascimentos e 69 óbitos. Ou seja, e aparentemente, a instabilidade política e social que o país atravessou ao longo de quase toda a primeira metade do século XIX, minou o curso normal do duplo crescimento económico e demográfico, sendo certo, porém, que o número de fogos tinha passado apenas de 847 para 901.⁶¹ Mas por outro lado, estas variáveis político-sociais deverão sempre ser cruzadas com um muito provável bloqueio de natureza local ou regional. Isto pelo facto de Santo André de Poiares, na primeira metade do século XIX, não ter deixado de se tratar de um meio no qual, apesar do esforço de diversificação, os caprichos da economia agrícola poderiam sempre acabar por impor as suas regras, os seus entraves.⁶² Numa paróquia de base económica essencialmente rural, caso não se constituíssem alternativas ao crescimento, estariam criadas condições para que se manifestasse um cenário com características malthusianas no qual ao ritmo geométrico do crescimento demográfico, se contrapunha o mero crescimento aritmético do produto agrícola.⁶³ Deixando para trás as vicissitudes da primeira metade de Oitocentos, o certo é que, nos cinquenta anos anteriores, tal fenómeno não se registou, tanto na região que viria a constituir-se no concelho de Poiares, como na área mais vasta pertencente à diocese de Coimbra. Se se manifestou mais tarde, sucedeu de forma discreta, oculta, mas também provocada, pela instabilidade política e social sentida na generalidade do País. Para a segunda

⁶⁰ Estes valores são absolutamente extraordinários, sobretudo se comparados com o da paróquia de São Miguel de Poiares. Tendo 1737 como ano de referência, contabilizaram-se 440 almas com mais de 7 anos e uma densidade populacional de 21 habitantes por km². A taxa média de crescimento demográfico entre 1721-1798 foi de 0.13%, sendo que em 1801 a paróquia contava com 529 habitantes. Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra no Século XVIII: População, Oragos, Padroados e Títulos dos Párcos” in *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 11, Faculdade de Letras, Coimbra, p. 264 e Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849: Edição Crítica*, s.e., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 156.

⁶¹ Luís Nuno Espinha da Silveira, *op. cit.*, p. 157 e 721. Comportamento demográfico um tanto divergente, entre 1801 e 1849, teve lugar em S. Miguel de Poiares. A população subiu um pouco mais, de 529 para 584 almas. Isto enquanto, em 1801, os nascimentos foram 15 e os óbitos 6, ao passo que 48 anos mais tarde se registaram 24 nascimentos e 14 óbitos. *Idem, ibidem*, pp. 156 e 721.

⁶² Emmanuel Le Roy Ladurie, *op. cit.*, *passim*.

⁶³ Sobre esta e outras interrogações acerca das características e dos limites do crescimento económico suscitadas pelos chamados economistas clássicos, E. A. Wrigley, “Los Economistas Clásicos y la Revolución Industrial” in *Gentes, Ciudades y Riqueza: La transformacions de la sociedad tradicional*, s.e., Barcelona, Editorial Crítica, 1992, pp. 37-69.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

metade do século XVIII, a ausência de tal tipo de imponderáveis, acompanhada pela inexistência de qualquer salto qualitativo que tivesse conduzido a uma aceleração ímpar do crescimento económico, terá tido como causa ou solução necessária, a mobilidade populacional, tanto no interior da região, como para fora desta. Daí que a emigração, qualquer que tenha sido o seu tipo, se apresentasse como o principal desfecho para os problemas colocados pelos bloqueios ao crescimento económico e que uma forte pressão demográfica agravava numa sociedade de recursos limitados. Neste caso, a partida para Lisboa de Theotónio Pereira, e independentemente das suas razões particulares, era parte dum movimento que foi criando raízes em Santo André de Poiares. Do ponto de vista da análise demográfica, a emigração poderia ser genericamente causada pela estrutura do agregado familiar a que pertencia Theotónio Pereira e à regra de residência a que estaria eventualmente submetido, pelo que neste caso seria importante saber se na Beira Litoral, e em especial na região de Poiares, o casamento implicava a fixação num novo domicílio. Por outro lado, importaria conhecer – o que não sucede – a relevância de um outro conjunto de variáveis como o “padrão de nupcialidade”⁶⁴ ou a situação financeira da sua família. Parece certo, e visto o quadro geral, que a ida de Theotónio Pereira para a capital de um vasto império, terá resultado de um fenómeno migratório geral que se pode interpretar à luz do forte crescimento demográfico que caracterizou a sociedade portuguesa, a área ocupada pela diocese de Coimbra e, em particular, Santo André de Poiares, depois de dobrado o primeiro terço do século XVIII.⁶⁵

Lisboa exercia um forte poder de atracção sobre as populações de várias regiões. Esse facto tornava-a num depositário de gentes, o principal do Portugal metropolitano.⁶⁶ A capital da metrópole e do respectivo império tinha um grande peso, tanto absoluto como relativo, na

⁶⁴ José Vicente Serrão, *op. cit.*, p. 60.

⁶⁵ As correntes migratórias nas sociedades de Antigo Regime em direcção aos grandes centros urbanos, são tidas como encontrando-se no limiar de duas explicações. Ou é um fenómeno de “necessidade” (*push*), “vinculado à magnitude e profundidade da pobreza rural,” a denominada “migração de ‘subsistência’,” ou, pelo contrário, deve-se à existência de um “elemento de ‘atracção’,” quando “os níveis de vida já subiram,” passando a predominar a emigração com o objectivo de melhorar o nível de vida e não já de garantir a sobrevivência. E. A. Wrigley, “Crecimiento urbano y cambio agrícola: Inglaterra y el Continente a principios de la Edad Moderna” in *op. cit.*, p. 233.

⁶⁶ Naquilo que diz respeito à análise das migrações internas definitivas em Portugal neste período, tem cabimento reproduzir as palavras de um estudioso: “Quanto às migrações definitivas, elas têm sido evidenciadas através de vários estudos demográficos de carácter local. Mas precisaríamos de muitos mais estudos desse tipo, centrados, nomeadamente, sobre os registos paroquiais de casamentos, para podermos determinar com alguma segurança, os padrões típicos de mobilidade interna. Muitas dessas migrações definitivas seriam certamente o produto da fixação de trabalhadores migrantes, ajustando-se, por conseguinte, aos eixos de circulação já apontados. Outras correspondiam, porventura, ao efeito de atracção exercida pelos centros urbanos. O grande crescimento populacional registado pelas duas maiores cidades, Lisboa e Porto, durante o século XVIII é a melhor prova de que a corrente migratória em direcção às cidades funcionou nesta época. Mas, aparentemente, apenas em relação às cidades maiores, pois que as restantes não mostraram crescimento. Falar duma corrente migratória campo-cidade é ainda prematuro, visto que não é de excluir a hipótese de uma mobilidade realizada por populações já urbanizadas ou semi-urbanizadas. José Vicente Serrão, *op. cit.*, p. 64.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

distribuição da população portuguesa.⁶⁷ Lisboa cumpria, também por esse facto, um “domínio avassalador” sobre o “movimento comercial e o tráfego portuário” do País, não só metropolitano mas também colonial e internacional. Apenas o Porto se aproximava modestamente de Lisboa, ao albergar “uma significativa comunidade mercantil, ainda que, como seria de esperar, menos numerosa que a da capital.” Por outro lado, só na outra margem do Atlântico onde se falava português e se mantinha sob soberania portuguesa, no litoral brasileiro, havia cidades onde se desenvolvia uma actividade comercial com certa importância, sendo que algumas delas possuíam já uma dimensão assinalável. No entanto, pela sua modesta grandeza, é indiscutível que sempre se encontraram muito mais próximas da realidade portuense – “descontados os comerciantes estrangeiros” – do que da lisboeta.⁶⁸

Era, por isso, enorme a importância da capital e proporcional a atracção que exercia sobre aqueles que vindo do exterior a procuravam em busca de uma melhoria da sua condição social e meios de vida. Como foi o caso de Theotónio Pereira, demandavam-na para nela se radicarem com o intuito de exercerem actividade mercantil.⁶⁹ Uma avaliação mais realista da dimensão de Lisboa e das oportunidades de negócio que poderia oferecer, mesmo para uma pequena empresa ligada ao comércio do azeite, do vinho e dos seus derivados, como era a de Theotónio Pereira, pode ser feita comparando-a com outras grandes cidades portuárias do velho continente. Na década de 1770, por exemplo, Lisboa era idêntica, em volume de tráfego portuário, a Marselha, superando cidades britânicas com as mesmas características como Bristol e Glasgow, as francesas Bordéus e Nantes e a espanhola de Cádis – todas elas importantes entrepostos de comércio ultramarino. No fundo, apenas Londres, por um lado, e Liverpool e Manchester, por outro, estas duas com uma natureza económica e social diversa e mais complexa, ultrapassavam à escala atlântica a dimensão que a capital portuguesa conquistara no

⁶⁷ Em 1789, Lisboa contaria com 127 000 habitantes. Em 1801, seriam 164 731. A população metropolitana estaria próxima dos três milhões. Teresa Rodrigues, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1995, Quadro X, “Informações sobre fogos e população de Lisboa no século XVIII”. Com base no “cômputo para 1798” a “provincia da Estremadura, juntamente com Lisboa, era a zona com maior número de fogos, ainda que o mais forte da população se concentrasse nas Beiras e no Minho, devido ao número das suas freguesias.” Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 358.

⁶⁸ Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira, “Os Homens de Negócios da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social.” Dissertação de doutoramento em Sociologia (especialidade de Sociologia e Economia Históricas), Lisboa, UNL-FCSH, 1995, p. 128.

⁶⁹ “Foi durante o governo de D. José I que se verificou um mais sensível aumento dessa grande burguesia mercantil, sobretudo com o comércio monopolizado de certas zonas do Brasil e o tráfego de Hamburgo e do Báltico. Ao mesmo tempo, empreendeu-se o descolamento da pequena burguesia do seu aliado tradicional, a nobreza, para a ligar à grande burguesia e ao Estado. [...] Surgiram, no último quartel do século XVIII, [sobretudo em Lisboa e no Porto] expressões numerosas e poderosas dessa grande burguesia [...]”. Piedade Braga Santos; Teresa Rodrigues; Margarida Sá Nogueira, *Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p. 43.

trato ultramarino.⁷⁰ Quanto ao exercício da actividade comercial com ligação aos mercados estrangeiros, e usando como comparação uma contagem de valores relativos, Lisboa era uma cidade pouco dinâmica e pouco cosmopolita. Os negociantes, não sendo poucos, eram sobretudo naturais do próprio burgo e do resto do País.⁷¹

Lisboa enriquecia essencialmente à sombra do comércio e, em especial, das vantagens directas e indirectas que as trocas com o Brasil proporcionavam. Embora se deva ter tratado de uma coincidência, verdade é que quando Theotónio Pereira iniciou, em 1797, o exercício da actividade comercial, começara a consolidar-se a lenta mas firme recuperação da crise que poucos anos antes afectara “os grandes eixos do comércio externo português” e, com isso, todo o panorama económico nacional a ele ligado.⁷² Até 1790, “a recuperação” mostrou-se “apenas parcial,” sendo de sublinhar “algumas mudanças estruturais, introduzidas pela organização dos principais tráficos de exportação e pela política de nacionalização da actividade mercantil e de diversificação dos parceiros comerciais.”⁷³ De qualquer forma, e isto não passa de uma sugestão, é possível que Theotónio Pereira não se tenha estabelecido em Lisboa para se dedicar imediatamente ao comércio de grosso trato com o exterior nos produtos que negociava. Esse salto, possivelmente, terá sido dado uns anos mais tarde. Mas o facto da década de 1790 se ter apresentado cada vez mais favorável para o comércio externo que passava pelo porto da

⁷⁰ A importância de Lisboa e o interesse que suscitava sob o ponto de vista comercial, e portanto económico, mas também estratégico, foram já sublinhadas pela historiografia: “O interesse de Junot por Lisboa não era, portanto, uma adulação estratégica para contentamento dos Portugueses ou só fruto das instruções superiores. Relacionava-se com uma realidade facilmente apreensível a quem frequentasse este porto, tanto em condições normais como de excepção. Esse interesse atingia mesmo o entusiasmo: nas cartas que remetia a Napoleão, chegou a dizer que se encontrava na mais rica cidade do mundo. E do entusiasmo que Lisboa e o seu porto produziam, na sua sensibilidade de continental, afinada nas condições do mar Mediterrâneo, encontramos eco nas memórias da Duquesa de Abrantes: ‘Percomi a Europa e, com excepção de Nápoles, nada vi que causasse mais admiração que esta cidade, surgindo em anfiteatro para lá da imensa planura líquida do Tejo... No primeiro plano do quadro, o rio – cuja abertura é, naquele lugar, mais de duas léguas francesas – aparece coberto de centenas de barcos cujos mastros empavesados proclamam que a marinha do mundo pode encontrar no porto de Lisboa.’” Jorge Borges de Macedo, *Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, s.e., Lisboa, Delfos, 1962, pp. 48-49.

⁷¹ “Os homens de negócios de Lisboa, mesmo compreendendo os comerciantes de outros países aqui estabelecidos, ficavam longe dos efectivos da corporação do comércio londrino. Contudo, essa distância seria surpreendentemente abreviada se contabilizássemos somente os naturais.” Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira, *op. cit.*, pp. 128-132. Ver ainda Jorge Miguel Pedreira, “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais” in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), pp. 423-435.

⁷² “Esta expansão – que, em termos globais, se pode exprimir pela multiplicação por quatro das trocas externas, entre 1789 e 1806 – corresponde a uma redefinição geral da economia portuguesa, após a crise provocada pela quebra profunda das remessas de ouro, nos anos 60-70 do século XVIII.” Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, s.e., Porto, Ed. Afrontamento, 1993, p. 25. Há quem defenda que em finais do século XVIII, o crescimento assinalável do comércio externo não assumiu “os contornos multiplicadores que se atribuem frequentemente.” Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes, *Movimento do Porto de Lisboa e o Comércio Luso-Brasileiro (1769-1836)*, s.e., Lisboa, CNCDP, 2001, p. 36.

⁷³ Jorge Miguel Viana Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*, s.e., Lisboa, Difel, 1994, p. 51.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

capital portuguesa, significava que se vivia uma conjuntura económica favorável à criação e à prosperidade de novos negócios, e em especial na generalidade do sector mercantil e daqueles outros que dele dependiam.

Nas vésperas de 1797, a emergência lenta, mas firme, de uma conjuntura expansionista, dependera de vários factores. Embora de forma pouco perceptível ou pelo menos incerta para os contemporâneos, tais factores contribuíram para que as perspectivas de negócio se tornassem bastante mais animadoras. A primeira condição claramente favorável decorria da ruptura do “bilateralismo” em que até aí “laboravam [tradicionalmente] as relações mercantis de Portugal” com a Inglaterra.⁷⁴ Por outro lado, a conjuntura beneficiou não apenas das transformações estruturais por que passava a economia europeia, mas ainda da repercussão das medidas de fomento tomadas por Pombal e, finalmente, dos sucessivos acontecimentos políticos que não deixavam de prejudicar muitos dos concorrentes portugueses no mercado internacional.⁷⁵ Por último, como reflexo daqueles mesmos acontecimentos políticos, reforçou-se extraordinariamente “a posição portuguesa no comércio da Ásia.”⁷⁶ Neste contexto, uma declaração do cônsul francês em Lisboa procurava demonstrar que a capital portuguesa se tornara então no “maior entreposto das mercadorias da Índia e China, onde quase toda a Europa se vinha abastecer.” As embarcações oriundas das “escalas orientais que entravam no Tejo, assim como os [navios] que partiam de Lisboa para a Ásia, passaram de 2 ou 3 por ano a 8, 10 e até 20 em 1784-1786.” Já no início do século XIX, mantinham-se num nível elevado (10 ou 11 em 1804-1806).⁷⁷ Por outro lado, também o comércio com o Brasil e com a Europa conheceu um “maior dinamismo”. Globalmente, “as exportações e reexportações de Portugal para as nações estrangeiras, que eram compostas em proporção superior a metade por artigos coloniais, cresceram 18% entre 1776-1777 e 1783, com destaque para as saídas de algodão que aumentavam quase duas vezes e meia.”⁷⁸

⁷⁴ Idem, *ibidem*. Sublinhe-se, por outro lado, “que a participação da produção metropolitana no intercâmbio com as nações estrangeiras” diminuiu “em finais do século XVIII.” Entre “1776-1777 e 1789, a exportação de vinho, sal, azeite, lã e frutos (citrinos e figos)” acompanhou “o movimento geral de crescimento das trocas, mas depois abrandou sensivelmente. Até 1789, os produtos do reino representavam cerca de 44% de todas as remessas para o estrangeiro, entre 1796 e 1800 essa proporção baixou para 24,8%. Idem, *ibidem*, pp. 263-264.

⁷⁵ “[...] a guerra de independência americana e os conflitos que se seguem à Revolução Francesa e vão culminar nas guerras napoleónicas, passando pela crise das Antilhas.” Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 25.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 26.

⁷⁷ A contagem dos navios provenientes do “Oriente” com escala em portos brasileiros encontra-se em Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes, *op. cit.*, pp. 161-163 (Quadro 3.5).

⁷⁸ Jorge Miguel Viana Pedreira, *op. cit.*, pp. 265-266. “A expansão não se limitaria [...] ao comércio dos produtos coloniais: [...] a prosperidade toca igualmente as matérias-primas e os produtos manufacturados metropolitanos, propiciando um carácter mais variado à economia nacional no seu conjunto e correspondendo a uma maior capacidade da burguesia mercantil portuguesa.” Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 26.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Mas para além da conjuntura económica favorável, decorrente da recuperação do comércio externo, Lisboa possuía outras características que a tornavam numa boa oportunidade para o estabelecimento de uma actividade empresarial de tipo mercantil na última década de 1700. Independentemente do crescimento económico, Lisboa era bafejada pelo forte incremento demográfico que voltava a conhecer após o impacto negativo, no imediato mas também no médio prazo, provocado pelo terramoto de Novembro de 1755. Apesar das “incertezas das contagens” típica das “cidades da era pré-industrial”, para o que muito contribuía uma articulação demográfica não apenas com um “vasto *hinterland*”, mas também com um “espaço que se estendia para além das fronteiras do reino (nomeadamente a Galiza) que lhe fornecia ciclicamente uma população migrante dotada de grande mobilidade”, a não contagem dos menores de sete anos, do “clero regular, dos militares e dos estrangeiros” e, finalmente, a existência de uma “população flutuante (em alguns casos talvez sazonal) de trabalhadores sobretudo braçais”, a verdade é que, e indiscutivelmente, os valores da população residente antes do terramoto, foram repostos no último quartel do século.⁷⁹ Numa palavra, Lisboa era um mercado promissor como consequência do duplo estímulo proporcionado pelo crescimento económico e demográfico – havia mais riqueza e mais gente disponíveis. Consequentemente, em finais do século XVIII, Lisboa podia constituir-se numa oportunidade única naquilo que era o limitado universo de mobilidade social para a generalidade dos súbditos portugueses. Num esboço daquela que seria a “estrutura social” de Lisboa, precisamente nos vinte a trinta anos que precederam a saída da corte para o Brasil, a “primeira categoria social”, sob o ponto de vista quantitativo, era a da “população (i)migrante”. Constituía, em média, “cerca de um quinto dos efectivos populacionais da capital”, independentemente das diferenças que devam ser estabelecidas entre aqueles imigrantes que passavam a residir permanentemente em Lisboa, e os que aí permaneciam apenas temporariamente, de acordo com as necessidades de mercado e as ofertas de emprego disponíveis tanto em Lisboa como na sua região de origem. É claro, no entanto, que Theotónio Pereira não era um imigrante como os outros. Nomeadamente, sabe-se que não veio para Lisboa, como era hábito da grande maioria, ocupar-se dos “trabalhos menos qualificados”. Mas neste caso isso não era de todo relevante, nem sequer um particular factor de distinção a favor de Theotónio Pereira, uma vez que os trabalhos sujos e mais pesados em Lisboa, eram quase sempre realizados por trabalhadores migrantes estrangeiros, nomeadamente galegos. Ou seja, se era comum que os imigrantes em Lisboa se dedicassem a

⁷⁹ A conjuntura demográfica em Lisboa, nas quatro primeiras décadas do século XIX, apresentou um comportamento muito diferente. Várias razões, de natureza política, social e económica, fizeram com que a população tivesse “regredido em alguns momentos, e quase estagnado no seu cômputo global até aos anos quarenta, pelo menos.” Maria Alexandre Lousada, *op. cit.*, pp. 45-47.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

tarefas menos qualificadas, não as realizavam, em geral, todos os imigrantes, mas sobretudo aqueles que vinham do estrangeiro, essencialmente da Galiza.⁸⁰

Theotónio Pereira fixou-se num ramo da actividade económica muito concorrido e em que não apenas a afirmação, mas também a progressão, eram difíceis. Economicamente, Lisboa era o maior centro do comércio retalhista no País. Oito anos após a sua chegada à capital, em 1805, já se recenseavam “4 185 lojas de mercadores das ‘cinco classes’ de retalhistas e 4 000 lojas de mercearia”, já para não falar das cerca de duas mil lojas-oficinas de artesãos.⁸¹ É pois no quadro conjuntural descrito que Theotónio Pereira se fixa, tornando-se num comerciante de vinhos e azeite, naquilo que era uma actividade em que se misturava a venda por grosso com o retalho. Em 1801, sabe-se, residia na Rua dos Barbadinhos⁸² e, entre 1809 e 1811, na Rua Fresca.⁸³ É possível que a morada de residência e do estabelecimento comercial coincidissem ou, pelo menos, se encontrassem próximos.⁸⁴ Simultaneamente, e além de se ter confrontado uns anos mais tarde com as dificuldades de negócio criadas pelo alastrar das guerras napoleónicas, a vida empresarial de Theotónio Pereira deparava-se igualmente com o facto de se fazer num meio social impregnado de conservadorismo, no qual a ascensão e a consequente assimilação pelos mais notáveis e notados apenas se consumava no caso de se verificar uma excepcional acumulação de riqueza. Assim, e apesar de uma promoção social que se revelaria, até certo ponto, rápida, a família Theotónio Pereira esteve durante várias décadas muito longe do topo da “burguesia mercantil” existente em Lisboa. O caminho em direcção ao vértice da sociedade lisboeta acabaria por ser cumprido pelos seus descendentes algumas gerações mais tarde, já próximo do século XX, ou até com maior firmeza já depois da Grande Guerra.⁸⁵ De qualquer forma, a geração que sucedeu ao seu fundador, enfrentando as adversidades e aproveitando as circunstâncias favoráveis, não apenas expandiu mas também diversificou os negócios. Seria a centúria do liberalismo a possibilitar a mobilidade social como consequência do

⁸⁰ Idem, *ibidem*, pp. 51-52.

⁸¹ *Ibidem*, p. 55.

⁸² No *Itinerário Lisbonense ou Directorio Geral de todas as Ruas, Travessas, Becos, Calçadas, Praças, etc...*, de 1804, não se encontra identificada qualquer rua com este nome. Apenas duas calçadas: a dos Barbadinhos Italianos (“he a segunda á esquerda no fim da Calçada de Santa Apollonia, vindo da Rua da Bica do Çapato, e termina na Rua do Abarracamento da Cruz dos Quatro Caminhos”) e dos Barbadinhos Franceses (he a primeira á esquerda, descendo pela Calçada do Marquez de Abrantes, e termina na Rua da Esperança). Talvez se tratasse desta última, uma vez que geograficamente, em relação ao centro da cidade, era menos excêntrica e situava-se nas imediações de Santos-o-Velho, zona da capital onde durante várias décadas a empresa fixará o seu escritório sede.

⁸³ Situada em São Bento: “[...] é a primeira à direita, subindo pela Rua da Flor da Murta, vindo do Poço dos Negros, e termina na Rua de Caetano Palha.” *Itinerário Lisbonense ou Directorio Geral de todas as Ruas, Travessas, Becos, Calçadas, Praças, etc...*, Lisboa, Na Imprensa Regia, 1804, p. 113.

⁸⁴ Por meados da centúria, o “escritório” da empresa ficava localizado no n.º 13 da Rua Fresca (freguesia de Santos-o-Velho). RIEFTP.

⁸⁵ Como se verá, os casamentos de Luís Theotónio Pereira e Pedro Theotónio Pereira, com duas filhas da melhor sociedade, são disso excelente exemplo.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

mérito nos negócios. Quando da morte do fundador daquela que se tornaria uma nova dinastia de negociantes, a 3 de Maio de 1850,⁸⁶ os Theotónio Pereira tinham contactos comerciais com diversos fornecedores e agentes em vários pontos do País e do mundo, e uma actividade que se alargara ao sector financeiro e aos prudentes, ou conservadores, mas sempre seguros investimentos imobiliários, tanto em prédios rústicos como urbanos.⁸⁷ Por outro lado, cem anos após o nascimento de Theotónio Pereira, os seus descendentes mantinham contactos com as suas raízes. Tratavam-se de ligações de natureza patrimonial com o concelho de Vila Nova de Poiares, ligações essas que implicavam a existência de uma espécie de administrador no local com a incumbência de gerir um património que apesar de aparentemente sequioso de capital parece confirmar a comportamento histórico e economicamente racional de uma burguesia essencialmente comercial incapaz de descurar o investimento em bens imóveis eventualmente pouco lucrativos mas muito seguros.

É na edição de 1812 do *Almanaque de Lisboa* que se torna possível pela primeira vez descortinar o nome de “Theotónio Pereira” na qualidade de negociante estabelecido na capital.⁸⁸ Porventura como consequência da relativa modéstia do negócio, não é indicado qualquer endereço. Convém ainda recordar, a avaliar pelos testemunhos assentes na tradição oral existente no seio da família e na documentação por ela ainda conservada, que naquela que foi a fase inicial de arranque da actividade, Theotónio Pereira terá vindo para Lisboa chamado por um familiar seu já estabelecido. Resta saber se veio para criar o seu próprio negócios ou para continuar um já estabelecido. Numa situação como esta última, é natural que tenha apostado, ou continuado a apostar, numa organização da actividade comercial em que acumulava, como era aliás característico, “o grosso trato” – virado provavelmente tanto para o mercado interno como externo – com a actividade retalhista. Se começou do princípio, é provável que o “retalho” fosse predominante, uma vez que era menos arriscado e exigia menor empate de capital. Na senda de outros comerciantes instalados na capital portuguesa, e numa tradição que remontava pelos menos a finais do século XVII, enquanto grossista e retalhista Theotónio Pereira operaria como exportador e distribuidor, possuindo ainda um estabelecimento no qual vendia por atacado e por miúdo. Por outro lado, era natural que fizesse finca pé na diversificação dos bens comerciáveis, tanto para dispersar os riscos, como para melhor aproveitar as possibilidades que os mercados ofereciam. Comerciava o vinho, as aguardentes e o vinagre, mas também vários tipos de cereais e leguminosas. É importante sublinhar que o negócio com o vinho, e, nomeadamente, a aposta

⁸⁶ RIEFTP.

⁸⁷ RIEFTP.

⁸⁸ *Almanaque de Lisboa*, 1812, p. 550. No volume subsequente disponível em microfilme na Biblioteca Nacional, “Theotónio Pereira” volta a estar ausente.

na sua exportação, foi favorecida não apenas pela conjuntura comercial existente à data do estabelecimento de Theotónio Pereira em Lisboa, mas ainda por uma oportunidade mais auspiciosa criada politicamente pela abertura, em 1808, dos portos brasileiros à navegação estrangeira.⁸⁹ Este facto, se por um lado restringiu na generalidade as “oportunidades do comércio transitário”, beneficiou em particular aqueles que se encontravam no negócio da exportação do omnipresente vinho.⁹⁰ Tendo o mercado criado esta abertura, e muito embora directamente nada nos indique que Theotónio Pereira a tenha aproveitado, a verdade é que por meados do século XIX o Brasil era, talvez, o principal mercado de exportação da empresa.

Theotónio Pereira casou, pela primeira vez, em 1800 na cidade de Lisboa com Doroteia Maria do Carmo.⁹¹ Após a morte de sua primeira mulher, contraiu matrimónio com Joana Alegro, desconhecendo-se a data do falecimento daquela e do segundo casamento. A 13 de Maio de 1850, dez dias após a morte do seu marido, Joana Alegro tomou oficialmente conta dos negócios da família pela constituição da empresa Viúva Theotónio Pereira & Filhos. É possível que esta solução tenha sido encontrada fundamentalmente por duas razões. Em primeiro lugar, por ser a melhor decisão para conciliar os interesses heterogéneos dos herdeiros legítimos garantindo ao mesmo tempo o bom curso dos negócios. Tal facto decorria tanto do significativo número de filhos e filhas nascidos dos dois matrimónios de Theotónio Pereira. Em segundo lugar, por ter sido decidido que ao contrário daquilo que sucedeu com vários bens da família, nomeadamente prédios rústicos e urbanos, que foram repartidos pelos filhos, genros, noras ou netos após a morte do patriarca, se optaria por manter a unidade da empresa, essencialmente comercial, através da criação de uma sociedade na qual a matriarca se apresentava, juridicamente, como o rosto – ou a testa de ferro –, da actividade fundada e consolidada pelo seu marido e que a todo o custo deveria ser prosseguida pelos descendentes – é até possível e lógico que Theotónio Pereira, antes da sua morte, tivesse sugerido ou mesmo imposto esta solução.⁹² Assim sendo, em 1853, e como sucedera anteriormente, a empresa Viúva Theotónio Pereira & Filhos, dedicava-se à “compra e venda de líquidos”, à sua “exportação”, mas também a

⁸⁹ A mudança da Rua dos Barbadinhos, situada na zona oriental de Lisboa, nas imediações de Santa Apolónia, para a Rua Fresca, na freguesia de Santos, registada em 1809, tanto pode ser uma coincidência, como o resultado de uma expansão continuada dos negócios que precisamente em 1808 sofreu um bom impulso.

⁹⁰ O padrão de actuação dos homens de negócios encontra-se em Jorge Pedreira, *op. cit.*, pp. 325 e ss.. A descrição e análise do comportamento da exportação de vinho para o Brasil, com os respectivos ciclos de crise e expansão verificados entre 1808 e 1831, pode ver-se em Valentim Alexandre, *op. cit.*, pp. 788-790.

⁹¹ Seguimos um Quadro Genealógico da Família Theotónio Pereira, original e incompleto, sem data, cedido por Pedro Theotónio Pereira. A partir daqui citado como QGFTP. Ver ainda RIEFTP. Não se conhece a paróquia em que o acontecimento terá ocorrido.

⁹² Quando faleceu, em 1850, Theotónio Pereira deixou lavrado em testamento aquela que era sua vontade no que respeitava à evolução futura dos negócios. Os seus filhos deveriam dar-lhes seguimento através da constituição de uma firma. Nasce então a “Viúva Theotónio Pereira & Filhos”. *Sociedade Theotónio Pereira, Lda., 1797-1997* (brochura comemorativa do bicentenário da constituição da Casa Comercial Theotónio Pereira), p. 3.

“receber comissões e administrar bens de raiz, pertencentes à mesma sociedade”.⁹³ No entanto, e como no ano de 1856 aparecem entre os negociantes nacionais matriculados na Praça de Lisboa as empresas de dois dos filhos de Doroteia e de Theotónio Pereira – Theotónio Pereira Júnior e Bento José Pereira –, assim como uma outra designada por Viúva de Theotónio Pereira, embora “não matriculada”, isto significa que a solução encontrada em 1850 foi, afinal, transitória.⁹⁴ Embora até este período se desconheça com pormenor a estrutura dos negócios familiares, é óbvio que o comércio se tornara apenas numa parte, por certo significativa, dos seus interesses, tendo pouco depois do início da década de 1850 sido iniciada a sua ligação ao sector segurador e no qual os seus interesses irão permanecer até política de nacionalizações que teve lugar depois de 11 de Março de 1975.⁹⁵

Não poucas vezes atribui-se à família Theotónio Pereira, ou a um dos seus membros – bisavô de Pedro Theotónio Pereira⁹⁶ – a participação no processo de fundação da Companhia de Seguros Fidelidade, assim como a participação na direcção da “Associação Comercial e do Banco Lusitano”.⁹⁷ O único estudo disponível sobre a história da Companhia de Seguros Fidelidade, não revela qualquer participação no acto fundador,⁹⁸ tendo sido preciso esperar pelos anos de 1867 e 1868 para ver o primeiro Theotónio Pereira guindado à qualidade de director. Aliás, a lista dos primeiros accionistas não indica qualquer Theotónio Pereira.⁹⁹ Isso não significa que não possa ter havido alguma participação nas actividades da seguradora ou, pelo menos, um acompanhamento das mesmas. Mas se tal aconteceu foi sempre de forma discreta e

⁹³ RIEFTP.

⁹⁴ Theotónio Pereira Júnior e Bento José Pereira encontravam-se instalados no n.º 27, F da Rua de São Paulo. A negociante não matriculada “Viúva de Theotónio Pereira & Filhos” tinha morada na Rua Fresca. *Almanach de Portugal para 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 641 e 644. Os “negociantes não matriculados” eram mencionados no “Edital do Tribunal do Comércio de 1.ª Instância” datado de 7 de Dezembro de 1855.

⁹⁵ Será em 1866 que Theotónio Pereira, o primogénito de Theotónio Pereira natural de Vale de Vaide, aparece ligado à seguradora Fidelidade. Fá-lo-á como membro da “Comissão Fiscal”. No ano seguinte era membro da direcção. António Alves Caetano, *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. II, *Primus inter pares (1864-1907)*, s.e., Lisboa, 2002, p. 816.

⁹⁶ Theotónio Pereira Júnior, nascido em 1810. Filho primogénito de Theotónio Pereira e Doroteia Maria do Carmo. Casou com Guilhermina Severiana Ataíde Pereira (1816-1910). QGFTP.

⁹⁷ Virgínia Theotónio Pereira, *Simples Memórias (1910-1990)*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor, 1993, p. 36. Cita um artigo do jornal *A Voz* publicado depois da morte de João Theotónio Pereira Júnior, o que sucedeu a 30 de Novembro de 1948. *A Voz*, 7 de Dezembro de 1948, pp. 1 e 6 (“Uma figura portuguesa”). Resta saber se Virgínia Theotónio Pereira sabia que uma parte do texto publicado – inclusive uma porção das informações que citou nas suas *Memórias* – tinha sido enviado pela família aos jornais. Ver, por exemplo, *Diário da Manhã*, 7 de Dezembro de 1948, a notícia necrológica na p. 2. *A Voz*, ao contrário do *Diário da Manhã*, foi mais generosa na introdução de elogios da sua lavra na nota que lhe foi enviada para publicação. O próprio Marcello Caetano passou esta informação à posteridade, talvez (des)informado pelo seu amigo Pedro Theotónio Pereira: “Terminada a licenciatura em Matemática o Pedro fora fazer a sua especialização na Suíça como actuário e, de regresso, estava a montar o Ramo Vida na Companhia de Seguros Fidelidade de que seu Pai era director e seu Bisavô fora um dos fundadores no longínquo ano de 1835.” Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 22.

⁹⁸ António Alves Caetano, *op. cit.*, p. 816.

⁹⁹ António Alves Caetano, *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. I, *Da Fundação à Sede do Corpo Santo (1835-1863)*, s.e., Lisboa, 2000, pp. 393-399.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

não capitalista. Note-se que a Companhia de Seguros Fidelidade foi, em boa medida, uma criação do liberalismo português que voltava a emergir, de forma naturalmente tibia mas um tanto “voluntariosa”, na sequência da Guerra Civil concluída em 1834. O primeiro passo teve lugar a 15 de Maio desse ano, quando um “grupo de negociantes de Lisboa reuniu-se”, decidindo fundar a Associação Mercantil Lisbonense, sendo que a constituição desta se consumou a 12 de Junho. Esse grupo, e do qual poderia fazer parte, pelo menos, um representante da casa comercial Theotónio Pereira – o tal bisavô de Pedro Theotónio Pereira –, agiu na convicção de que após a morte jurídica das “reminiscências medievais da organização económica das cidades” e da restauração da Carta, chegara a hora da “afirmação da cidadania, para o que era fundamental que se agrupassem” os interesses.¹⁰⁰ Rapidamente, a recém criada “Associação Mercantil Lisbonense”, partindo de uma ideia original defendida por um dos seus membros, avançou para a fundação de uma companhia de seguros, no pressuposto de que as “três existentes”¹⁰¹ na praça lisboeta não serviam os seus objectivos dadas as características que apresentavam: “uma só de risco de fogo, outra só de seguros marítimos e outra de ambas as coisas, porém nenhuma de seguros de vida, que não obstante haverem essas duas companhias de seguros marítimos, muitos prémios se estavam dando às Praças estrangeiras.” Como é óbvio, aquilo que interessava sobremaneira aos proponentes, era a criação de uma nova Companhia de Seguros que se dedicasse à protecção do comércio marítimo, mas também, e como veio a suceder mais tarde, ao chamado “Ramo Vida” – que viria a ser criado em 1845.¹⁰² O voluntarismo e a determinação que acompanharam a criação da nova seguradora manifestaram-se a partir do momento em que se convidaram todos os negociantes e capitalistas, ou “outras pessoas Nacionais, ou Estrangeiras” que quisessem “interessar-se” e ser accionistas da nova Companhia, a dirigirem-se ao “local da Associação, rua do Arsenal N.º 60, ou em carta fechada” a qualquer um dos “Membros da Comissão nomeada pela Associação Mercantil Lisbonense para promover assinaturas, e levar a efeito” o projecto.¹⁰³

O resultado foi o nascimento de mais uma seguradora. A listagem dos primeiros accionistas permite identificar e reconhecer “a elite económica de então”.¹⁰⁴ Dos 242 accionistas

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 11.

¹⁰¹ A companhia “Lisboa” ou “Lisia,” seguradora só de fogo, fundada em 1819. A companhia “Restauração,” fundada em 1822, que se dedicava apenas aos seguros marítimos. A companhia “Bonança,” fundada em 1808, que fazia tanto seguros marítimos como de “fogo”. *Ibidem*, p. 13, nota 15.

¹⁰² Todo o percurso que conduziu à criação do seguro de vida na Fidelidade, como os primeiros passos dados pelo mesmo na Companhia, encontra-se em idem, *ibidem*, pp. 67-77. Ver ainda S.A., *100 Anos de Seguros de Vidas*, s.e., Lisboa, Companhia de Seguros Fidelidade, 1945, *passim*.

¹⁰³ Associação Mercantil Lisbonense, *Projecto para a formação de uma nova Companhia de Seguros Marítimos, Terrestres e de Vidas*, Lisboa, 1835. Citado em António Alves Caetano, *op. cit.*, pp. 12-13.

¹⁰⁴ Fátima Sequeira Dias, “Prefácio” in António Alves Caetano, *op. cit.*, p. XII.

fundadores, destacavam-se “no grupo que detinha, individualmente, 6 Acções, o Duque de Palmella, [e] Francisco António de Campos, primeiro presidente da Associação [Mercantil].” Mas o maior de todos era o Visconde de Picôas, com 40 acções, e que ocuparia inicialmente a presidência da Mesa da Assembleia Geral. José Ferreira Pinto Basto detinha 30 acções. Entre aqueles que adquiriram uma vintena de títulos sobressaíam o conde de Farrobo e Duarte Ferreira Pinto Basto. Era evidente que a “Fidelidade” arrancou como a “seguradora dessa burguesia lisboeta empolgada pela abnegação do Rei-Soldado, também ela nascida para uma vida nova em Liberdade.” No final das contas, como resultado da concorrência entre os subscritores, a Companhia constituiu-se com um fundo de mil e duzentos contos de réis, e não com os mil propostos inicialmente, “divididos em mil e duzentas Acções de um conto de réis cada uma.”¹⁰⁵ Apesar, ou por causa, do entusiasmo criado à volta da constituição da Companhia de Seguros Fidelidade, nem toda a burguesia lisboeta interessada em entrar no negócio logo na sua fase inicial o pôde fazer. Fosse porque a concorrência pelas acções era grande e não havia possibilidade de as ceder a todos os eventuais interessados, fosse porque o custo das mesmas era realmente elevado, independentemente dos dividendos que poderiam vir a apresentar, ou da valorização que poderiam conhecer. Um conto de réis não era, sobretudo logo após o fim da Guerra Civil, uma quantia que muitos possuíssem para a aquisição de uma acção, mesmo numa empresa com um futuro aparentemente tão promissor. Talvez por isso, nenhum Theotónio Pereira participou na fundação da Fidelidade na condição de accionista. Não é então possível perceber, a não ser com recurso a documentação que não está disponível ou, em último caso, à especulação, a razão desse aparente equívoco que nasceu e medrou mais tarde, e que atribuiu erradamente a um bisavô de Pedro Theotónio Pereira, o papel de fundador daquela que rapidamente se tornou na mais dinâmica e mais sã das seguradoras portuguesas com assento na praça lisboeta.¹⁰⁶ De qualquer forma, e independentemente daquela que tenha sido a relação dos Theotónio Pereira com a “Fidelidade” na fase inicial desta,¹⁰⁷ e também daquele que foi o princípio da sua aproximação ao sector financeiro, a verdade é que apostaram numa seguradora que se tornaria numa referência, tanto pelo volume do seu património, como pela sua

¹⁰⁵ Nesta altura também a burguesia portuense criou, enquanto sociedade por acções, a sua seguradora: a Companhia Segurança. António Alves Caetano, *op. cit.*, pp. 14-15 e pp. 393-399.

¹⁰⁶ É verdade que existe na lista dos accionistas fundadores um tal José Luís do Amparo Sobral. Em 1856 era dado como negociante não matriculado segundo o *Edital de Comércio de 1.ª Instância* (7 de Dezembro de 1855), estabelecido na rua Direita de S. Paulo, 67 (agradeço ao professor Helder Adegar Fonseca esta informação). Pelo apelido poderia ser avô materno de João Theotónio Pereira Júnior, já que sua mãe se chamava Clara Maria Sobral Pereira (1840-1910). Por outro lado, a 12 de Janeiro de 1838 surge, entre outros novos accionistas, o nome de João José Pereira. No entanto, não se conhece para esta data qualquer membro da família Theotónio Pereira com aquele nome. António Alves Caetano, *op. cit.*, pp. 130-135.

¹⁰⁷ O alvará de aprovação dos estatutos da Companhia data de 29 de Outubro de 1835. O primeiro seguro, no “ramo marítimo,” tinha sido aceite a 17 do mesmo mês. António Alves Caetano, *op. cit.*, pp. 16 e 18.

capacidade de proporcionar aos seus clientes apólices com condições mais favoráveis do que as da concorrência.¹⁰⁸

Do ponto de vista dos interesses empresariais, é evidente que para os Theotónio Pereira o século XIX foi de expansão e consolidação, independentemente dos altos e baixos, parecendo certo que a consolidação dos negócios se verificou na segunda metade da centúria através de um bem sucedido comércio por grosso de vinhos, aguardentes, azeite ou vinagre, mas também pelo amadurecimento e diversificação da actividade empresarial. Do comércio, os Theotónio Pereira passaram para a finança, primeiro para a Fidelidade e, mais tarde, já no século XX, também para o Banco de Portugal¹⁰⁹ e para o então Banco Espírito Santo.¹¹⁰ Por outro lado, Theotónio Pereira, bisavô de Pedro Theotónio Pereira, em 1865, era um dos doze directores da Associação Comercial de Lisboa,¹¹¹ sendo que nove anos antes era reconhecida a sua capacidade de cidadão eleitor e elegível para deputado e cargo municipal. Casado, inscrito pela freguesia de São Paulo em Lisboa, pagava uma décima de 8 620 réis.¹¹² Era já um negociante e um proprietário muito respeitável.

Segundo os poucos testemunhos disponíveis, a actividade comercial exercida pela Sociedade Theotónio Pereira no século XIX e, ainda, na primeira metade do século XX, tinha por base uma série de produtos agrícolas já transformados, de que se destacavam, entre outros, os vinhos,¹¹³ as aguardentes e o azeite. A firma que, tanto quanto se sabe, nas suas várias fases

¹⁰⁸ “[...] foi possível identificar alguns vectores que caracterizavam a progressiva afirmação da Companhia como seguradora de referência no panorama português. Claro indicador dessa importância encontra-se em 1886, quando a Câmara Municipal de Lisboa, ao fazer a repartição, pelas empresas de seguros que actuavam na capital, do imposto então criado para financiar o Serviço Municipal de Incêndios, atribui à «Fidelidade» a quota de 40%!” Idem, *ibidem*, p. 1. Outro exemplo da prosperidade e arrojo da empresa fica demonstrado pela “absorção,” logo em 1839, da Companhia Lisboa. *ibidem*, p. 53.

¹⁰⁹ Desempenhou pela primeira vez as funções de administrador do Banco de Portugal “quando acabara de completar 30 anos.” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 148.

¹¹⁰ A sua entrada nesta instituição teria sido consequência de um pedido que lhe foi feito pelos “irmãos mais velhos Espírito Santo Silva”. Pretenderiam que com a sua larga experiência e conhecimento do sector financeiro, os ajudasse na direcção do seu Banco. Sentindo o peso de serem “órfãos e bastante novos perante a obra a que [...] metiam mão,” João Theotónio Pereira Júnior, podia ser, e de facto foi, um precioso colaborador na afirmação do mais dinâmico Banco português durante os anos do salazarismo e do marcelismo. Breve Depoimento de Clara Maria Palha Theotónio Pereira, Abril de 2004 (BDCMPTP). Ver ainda Leonardo Ferraz de Carvalho, “Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento AVE*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 167-168.

¹¹¹ Zacharias de Vilhena Barbosa *Almanak Industrial, Comercial e Profissional de Lisboa para o Anno de 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 405.

¹¹² Arquivo Municipal – Arco do Cego, Lisboa. Fundo: Livros de Registo de Recenseamento Eleitoral. Ano de 1856. Livro 0210. No mesmo ano, o seu irmão Bento José Pereira, com 41 anos, “negociante,” pagava de “décima” 2 822 réis. Idem, *ibidem*. O mesmo Bento José Pereira pagava de “décima,” nove anos mais tarde, 18 736 réis. Arquivo Municipal – Arco do Cego, Lisboa. Fundo: Livros de Registo de Recenseamento Eleitoral. Ano de 1865. Livro 0234.

¹¹³ Sobre as contingências e as oscilações quantitativas (comércio) e qualitativas (mercados) na exportação da produção vitivinícola pela praça de Lisboa entre 1890 e 1926, Maria Paula Pereira, “A Associação Comercial de Lisboa e a Grande Burguesia Comercial da Praça de Lisboa. Um Projecto de Desenvolvimento do Comércio Externo

em momento algum se dedicou à produção ou sequer à transformação dos produtos que transaccionava, pelo menos em grande escala, tinha a sua sede em Lisboa, sendo possível, ou bastante provável, que até à aquisição dos armazéns localizados no Cais do Ginjal¹¹⁴ – não sendo de descartar a possibilidade de aqui ter funcionado sempre a actividade armazenista¹¹⁵ –, toda a mercadoria ficasse acondicionada em depósitos situados na zona ribeirinha de Lisboa ou nas imediações desta. A de qualquer modo precoce localização, na vida da empresa, dos seus armazéns no Cais Ginjal,¹¹⁶ encontra-se indirectamente documentada por se saber que quando em Agosto de 1871 foram adquiridos por Theotónio Pereira vários prédios no dito cais, dos números 12 ao 22, havia pelo menos um deles que confrontava “com a propriedade da Viúva Theotónio Pereira & Filhos.”¹¹⁷ Por outro lado, esta aquisição de imóveis era um sinal claro de que os negócios corriam de feição e de que havia necessidade não apenas de investir num ramo tradicional, mas também de criar melhores condições para aquela que seria ou se previa vir a ser uma continuada expansão dos negócios.

Português (1890-1926),” Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção século XX), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1994, pp. 70-103.

¹¹⁴ “O Cais do Ginjal situa-se na base da arriba fóssil e constitui o prolongamento possível do porto natural de Almada, Cacilhas, até à base do núcleo urbano a que se encontra ligado por um conjunto de azinhagas que conduzem ao cimo da arriba, ligação essa formalizada por umas escadas contemporâneas do cais e que o ligam ao Largo da Boca do Vento.” Maria Ângela Correia Luzia, “A Memória, a Cidade e o Rio. Proposta de Musealização dos Núcleos de Almada e do Cais do Ginjal Com Base Num Estudo de Memória Social,” Tese apresentada no âmbito do Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1994/96, p. 31. O topónimo é conhecido desde o século XVIII.

¹¹⁵ “Desde a Fonte da Pipa até Cacilhas havia, já no séc. XVIII dous pórtos de mar, hum he o da Fonte da Pipa, com seu Forte para a banda do Poente, com huma praya (...), frequentado de muitas embarcações, especialmente lanchas, que a ella vem fazer aguadas e pode admitir até 18 nesta casta de embarcações. O outro porto he o do Cubal, com huma praia mais espaçosa, que a do primeiro (...), frequentado de várias embarcações: bateiras e fragatas, e as que frequentão todos os dias são dezaseis, e tem capacidade para admitir até cincoenta embarcações, como barcos de Cassilhas, que em muitas occasioens do anno vem amarrar nella, pela causa de ser abrigado das tormentas dos Nordestes, e Lestes, que por aqui correm com grande violencia.” Padre Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico...*, Lisboa, 1747, citado em Alexandre M. Flores, *Almada Antiga e Moderna, Roteiro Iconográfico*, II, *Freguesia de Cacilhas*, s.e., s.l., Câmara Municipal de Almada, 1987, p. 157. Sobre o estabelecimento dos armazéns dos Theotónio Pereira no Ginjal logo em 1797, e a propósito de uma enorme figueira existente nas suas traseiras, havia quem sustentasse que talvez “aquela gigantesca árvore viesse desse tempo remoto [...]” de que datavam “os negócios dos Theotónios.” Romeu Correia, *O Tritão*, s.e., s.l., Editorial Notícias, s.d., p. 37. Além de subsistirem traços “do cais e instalações [...] com características identificáveis de final do séc. XVII e XVIII [...]”, sofrendo, no entanto, “sucessivos acrescentos e alterações, particularmente após meados de oitocentos,” também é verdade que no século XVIII se construíram de raiz “armazéns e cais de alvenaria. A impossibilidade de expansão para a arriba obriga à extensão do cais pela margem à medida das necessidades.” Em 1813, “parte significativa destes armazéns eram propriedade da família Paliarte [...]”, Dedicava-se, como de resto a maioria dos comerciantes de vinho ali estabelecidos, à actividade exportadora. Maria Ângela Correia Luzia, *op. cit.*, p. 31.

¹¹⁶ Convém sublinhar que aquilo que poderia ser designado por estrutura moderna do Cais do Ginjal, foi mandada construir em 1860, “quando presidia à edilidade almadense o dr. Francisco Inácio Lopes (1806-1887),” amigo pessoal de Fontes Pereira de Melo. Romeu Correia, *op. cit.*, p. 17n.

¹¹⁷ Vendeu António Matias Viana. Comprou, em nome individual, Theotónio Pereira (presume-se que o avô de João Theotónio Pereira Júnior). Os prédios confrontavam, a norte, com Raimundo José Caparica; a nascente, com João Carneiro Xavier Alves; a, finalmente, poente, com os herdeiros de Francisco Pedroso de Lima e Viúva Theotónio Pereira & Filhos. RIEFTP.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

No início da década de 1880, teve lugar uma mudança na actividade comercial exercida pela família Theotónio Pereira. Emerge a sociedade Theotónio Pereira & Filhos com sede no Largo de São Paulo, 7, 2.º,¹¹⁸ havendo ainda a notícia da existência de um núcleo de armazéns de vinhos localizado na Rua de São Bento, ocupando os números 168 e 172, mas sob o nome de Bernardo Theotónio Pereira & Filhos.¹¹⁹ Este facto tornava claro que aquele que fora filho de Theotónio Pereira e (presumivelmente) de Joana Alegro, optara em determinado momento por seguir a sua própria actividade comercial, o que implicava que fosse encerrada a firma Viúva de Theotónio Pereira & Filhos. Porém, e nesta mesma época, o que atesta a existência ainda de uma comunhão de interesses no mundo dos negócios, encontramos conjuntamente matriculados no Tribunal do Comércio, na qualidade de negociantes, Bento José Pereira,¹²⁰ Bernardo Pereira, João Theotónio Pereira, José Theotónio Pereira e Teodoro Pereira, todos fornecendo como morada o Largo de São Paulo, 7, 1.º.¹²¹ Dez anos mais tarde (em 1890) o *Almanaque Comercial de Lisboa*, confirma a cisão definitiva dos negócios familiares, muito provavelmente como consequência da morte de Bernardo Pereira. Enquanto um ramo, o de Bernardo Pereira & Filhos, centra a sua actividade na rua de São Bento, 168, o outro, Theotónio Pereira & Filhos, permanece em São Paulo.¹²²

A avaliar pela escassa documentação que se debruça sobre os negócios da família, sobretudo para meados do século XIX, percebe-se a dimensão da actividade, não apenas no comércio – com a “compra e venda de liquidos, [e] a sua exportação” – mas também pelo recebimento de “comissões” e administração de “bens de raiz” pertencentes à Sociedade Viúva Theotónio Pereira & Filhos à data da sua constituição a 13 de Maio de 1853.¹²³ Por outro lado, e logo para o ano de 1797, há registo da posse de propriedades em Lisboa, Almada (provavelmente algum armazém no cais do Ginjal) e Coimbra (possivelmente em Poiães). Uma carta datada do início de 1854, dá uma imagem de como a gestão de bens de raiz ocupava uma

¹¹⁸ Lista de sócios da Associação em Carlos Augusto da Silva Campos, *Almanach Commercial de Lisboa. Para 1881. Publicado sob protecção da Associação Commercial de Lisboa. Primeiro Anno*, Lisboa, Typographia Universal, 1880, p. 105.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 226. Sobrevivia ainda a firma Bernardo [Theotónio] Pereira com sede na rua de São Paulo, 7, 1.º.

¹²⁰ No início da década de 1930, continuará em actividade uma empresa exportadora de vinhos, principalmente para o mercado brasileiro e para os territórios do império colonial português, denominada Bento José Pereira Júnior, Sucessora, Alda P. Pereira Gomes de Melo. Legitimamente, também ela se reivindicava herdeira da empresa fundada por Theotónio Pereira, em Lisboa, no ano de 1797. A sede ficava na Rua Vítor Cordon, 24 – 1.º e os respectivos armazéns no Ginjal. Ministère des Affaires Etrangères – Direction Générale des Affaires Commerciales, *Le Portugal et Son Activité Économique*, s.e., Lisboa, 1932, p. 170.

¹²¹ Idem, *ibidem*, pp. 231, 234, 236 e 237. Já a firma “Viúva Theotónio Pereira & Filhos” (Largo de São Paulo, 7), declara-se “negociante” não matriculada no Tribunal do Comércio. Idem, *ibidem*, p. 241.

¹²² Carlos Augusto da Silva Campos, *Almanach Commercial de Lisboa. Para 1890. Decimo Anno*, Lisboa, Companhia Typographica, 1889, p. 105.

¹²³ Ver nota 92.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

fatia importante da actividade empresarial desenvolvida nos escritórios situados no largo de São Paulo. Por outro lado, nessa missiva datada de 21 de Janeiro, dirigida a um tal Joaquim António de Carvalho Montenegro, residente em Vindinha de Poiares, fica-se ainda com a ideia de que uma certa informalidade era parte importante da estrutura dos negócios nas mãos da Sociedade Theotónio Pereira:

Recebemos a conta das despesas feitas com as nossas casas dos Sobreiros, e do rendimento da renda das nossas fazendas nos três anos findos de 1851, 1852, 1853, resultando de tudo um saldo a favor de VS^a de R 110\$040 metal, e que para embolso do mesmo enviamos incluso uma letra nossa contra o nosso amigo e correspondente em Coimbra o Dr. José Manuel Ruas com loja na Calçada, à ordem de V. Sr.^a, e que sendo paga a dita, como temos de certeza, ficam as nossas contas saldadas com V. Sr.^a até à presente data, restando-nos unicamente agradecer-lhe o incómodo, e boa vontade, que tem tido em nos obsequiar, de cujos favores estamos muito e muito penhorados.¹²⁴

Quando, posteriormente, se for alterando a designação e composição accionista da Sociedade – 1881 será Theotónio Pereira & Filhos e, em 1921, João Theotónio Pereira Júnior, Lda. – esta e outras vertentes de administração de prédios, tanto rústicos como urbanos, irá manter-se, sendo que já depois da Segunda Guerra Mundial, em 1953, surge pela primeira vez uma referência à “cultura e exploração de quaisquer prédios rústicos.”¹²⁵ Talvez se tratasse de aproveitar a muito favorável conjuntura para produção e exportação de vinho corrente de qualidade sofrível para os então territórios ultramarinos portugueses, embora não se possa deixar de considerar que se resumisse tão somente a uma referência à produção em propriedade(s) pertencente(s) à família mas sem grande expressão comercial.

Voltando aos primeiros anos da década de 1850, é possível resumir o tipo de produtos e as respectivas regiões fornecedoras da firma Theotónio Pereira, precisamente nas vésperas da constituição da Sociedade Viúva Theotónio Pereira & Filhos. Da Abrigada vinham molhos de junco, enquanto de Alhandra, Carregado, Chamusca, Coimbra, Cortes, Cortegaça e Faro eram oriundos os figos e a alfarroba; da Figueira da Foz chegava o feijão; da Graciosa, nos Açores, chegava a jeropiga; na Labrujeira, Leiria, Maceira, Madeira, Mealhada, Paiol, Porto e São Miguel fazia-se o abastecimento em aguardente; na ilha Terceira adquiria-se o trigo e em Torres Novas

¹²⁴ Carta dirigida a Joaquim António de Carvalho Montenegro, Vindinha de Poiares, 21 de Janeiro de 1854. *Livro de registo de correspondência*. ASCTP. A correspondência trocada, do início da década de 1870 ao início da década seguinte, entre José Maria da Fonseca – produtor de vitivinícola da região de Setúbal – e a Viúva Theotónio Pereira & Filhos ou, mais tarde, a Theotónio Pereira & Filhos, é igualmente testemunho da informalidade de trato instituída no mundo dos negócios. Arquivo Histórico José Maria da Fonseca, Lisboa. Fundo Empresa. Correspondência. Caixas 1 e 2. Décadas de 1870 e 1880. Agradeço à Dra. Rita Almeida Carvalho à localização e disponibilização desta documentação.

¹²⁵ RIEFTP.

o vinho abafado.¹²⁶ Em Ferreira de Poiares e Vindinha de Poiares concentravam-se o grosso dos prédios rústicos e urbanos que a Theotónio Pereira administrava.¹²⁷ Os mercados nos quais a empresa escoava os seus produtos, e na mesma altura, tinham não só a vantagem de não serem poucos mas, e sobretudo, de serem bastante diversificados, encontrando-se espalhados praticamente pelos quatro cantos do mundo. No Brasil, colocavam-se produtos directamente em São Salvador da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro; no Reino Unido, em Londres; na Alemanha, em Hamburgo; e, finalmente, na China, através de Macau.¹²⁸ Toda esta actividade, além do risco que comportava, impunha uma significativa organização e dedicação. Numa carta de 1845, enviada por Theotónio Pereira a um seu cliente, e agente, português estabelecido em Hamburgo, nota-se uma vez mais o trato que denuncia alguma proximidade pessoal quando se procurava explicar um incidente frequente neste tipo de transacções. Ao que parece as “vasilhas” nas quais se acondicionara o vinho, e que do armazém tinham saído em perfeito estado, teriam chegado ao destino claramente violadas, ou seja, com uma menor quantidade do precioso liquido embarcado no estuário do Tejo. Este problema sério, que poderia alienar aquele que seria um cliente e um mercado importante, era da presumível responsabilidade do fragateiro ou do navio. Pelo menos assim o denunciava Theotónio Pereira.¹²⁹

Como se pode imaginar, trabalhando com tantas variáveis dificilmente controláveis, problemas desta natureza aconteciam com certa regularidade, com prejuízos financeiros ou outros. Aliás, tudo poderia começar a montante do negócio. O seu êxito ou fracasso dependia da qualidade da produção – no caso da vitivinícola com origem primordial no centro do País –, do tipo de relação mantido com produtores, fornecedores¹³⁰ e agentes¹³¹ – que tanto podiam ser contratados em Lisboa como nas imediações ou nas próprias regiões produtoras – e das vicissitudes do transporte desses produtos em direcção aos armazéns. Tanto antes da criação da rede de caminho de ferro, como mesmo depois da extensão desta pelo território nacional, o

¹²⁶ “[...] o comércio nacional (Continente e Ilhas) adquire novas proporções: para além dos vinhos adquiridos no centro do país, também comercializavam vinhos do Porto, da Madeira, dos Açores; os anos de má colheita eram compensados pelas trocas comerciais no mercado nacional que incluía trigo, milho, junco, feijão, chá, manteiga [...] e a importação de melação do Brasil.” Theotónio Pereira & Filhos. *Sociedade Theotónio Pereira, Lda., 1797-1997*, p. 4.

¹²⁷ Uma aparente evidência de que o fundador da casa comercial em 1797 poderia ser descendente de lavradores abastados da região de Poiares.

¹²⁸ *Livro de registos de correspondência*. ASCTP.

¹²⁹ *Ibidem*. ASCTP.

¹³⁰ *Sociedade Theotónio Pereira, Lda., 1797-1997*, p. 1.

¹³¹ Era comum que fossem membros da família ligados à actividade mercantil a deslocarem-se periodicamente para junto da produção de forma a avaliarem a qualidade do produto a ser adquirido. Um excerto de uma carta redigida, pensa-se que no final da primeira metade do século XIX, e enviada a um fornecedor dizia: “Na 2.ª feira 3 do corrente, sobe daqui o nosso sócio Bernardo Theotónio Pereira com dois moços com direcção a essa, por conseguinte sirva-se vossemecê mandar para Alenquer uma cavalgadura para o dito nosso sócio de Alenquer para essa, pois vai na diligência até ali, e os dois moços vão logo de Vila Franca a cavalo por essa.” *Idem, ibidem*, p. 2.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

transporte de mercadorias fazia-se por estradas difíceis, inseguras, tendo as margens do Tejo como destino prioritário. A mercadoria prosseguia então por via fluvial, em fragatas, com o vinho acondicionado em cascos de 900 litros e em quartolas de 800 litros, procedendo-se ao desembarque e armazenamento nas instalações localizadas no Ginjal, onde se aguardava e preparava o embarque para os mais variados mercados externos. O vinho, por exemplo, era então tratado, depois carregado em barris de 50 ou 100 litros e, finalmente, embarcado.¹³² A generalidade dos restantes produtos chegava aos armazéns do Ginjal usando meios e vias idênticas. O seguro de transporte, a partir de determinada altura, mas cuja data precisa do seu início se desconhece, era feito na Companhia de Seguros Fidelidade. A variação nos preços, tanto na produção como, sobretudo, nos mercados em que os produtos, sobretudo o vinho, eram colocados, constituía-se num factor essencial para o êxito dos negócios e num motivo permanente de agitação. A escassez da produção como consequência de fatalidades naturais – os maus anos agrícolas, a “moléstia nas vinhas”, casos do mildio e do oídio –, embora pudesse inflacionar os preços, podia igualmente, e essa era a consequência verdadeiramente nefasta, reduzir o valor e o volume dos negócios para níveis incomportáveis para todos. Por outro lado, o comportamento dos mercados de exportação mostrava-se naturalmente imprevisível, fosse por motivos de natureza política ou meramente do foro económico ou financeiro. Um confronto político-militar geograficamente excêntrico, como foi o caso da Primeira Guerra do Ópio (1839-42), influenciava o rumo dos negócios em geral, e a evolução dos preços no Brasil em particular, especificamente em São Salvador da Bahia e no seu interior.¹³³ Uma outra característica da actividade exportadora decorria do facto dos produtos serem muitas vezes colocados em mercados estrangeiros em regime de consignação. Este facto, além de demonstrar a volatilidade dos mercados, implica também a existência de uma rede de parceiros constituída na base de uma forte confiança comercial e pessoal que reforça o cunho transnacional da actividade exercida.¹³⁴

¹³² “De recuados tempos, num indispensável complemento orgânico, os armazéns recebiam vasilhame dos seus tanoeiros privativos. Cada exportador tinha uma oficina, um mestre e artífices. E era sob o tecto dos grandes casarões mercantis que melhor se podia aquilatar da arte dos construtores de vasilhas. Gigantescos toneis e balseiros, de capacidades astronómicas, num alinhamento espantoso, modorravam sobre pilares. Vasilhame menor – pipas, meias-pipas, quartolas, barris e ancoretas – rolava sob o impulso dos homens para o cais de embarque. [...]” Romeu Correia, *Gandaia*, s.e., Lisboa, Guimarães Editores, s.d. (1952), pp. 131-132.

¹³³ *Sociedade Theotônio Pereira, Lda., 1797-1997*, p. 2.

¹³⁴ O excerto de uma missiva enviada para um agente em Londres aclara alguns dos termos em que os negócios se realizavam: “Em consequência das suas notícias vamos continuar a fazer as nossas remessas para esse mercado, à consignação de vossemecê e pelo incluso conhecimento verão que temos carregado na Escuna Inglesa Jano, Capp. W. Thompson, 10 Pipas, 12 meias Pipas e 16 Barris de 4.^a em Pipa, com vinho tinto de superior qualidade, até completar 200 Pipas, isto enquanto as notícias que vocemessê nos for dirigindo forem satisfatórias.” *Ibidem*, p. 3.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Em Outubro de 1878, a designação e constituição da empresa altera-se. Como já vimos, filhos do patriarca, que antes tinham grande importância na vida da firma, como era o caso de Bento José Pereira e Bernardo Pereira, afastam-se, ficando a nova sociedade sob a batuta do segundo filho de Theotónio Pereira e neto do fundador da empresa. Referimo-nos a João Theotónio Pereira, avô de Pedro Theotónio Pereira.¹³⁵ Assim nasceu a Theotónio Pereira & Filhos, mantendo o objecto social previsto na anterior sociedade. Três anos depois, quando do falecimento, no dia 2 de Março de 1881, de Theotónio Pereira Júnior – o primogénito do patriarca desaparecido em 1850 – além de se ter procedido à constituição imediata (19 de Março) da Sociedade Theotónio Pereira & Filhos, em continuação de outra do mesmo nome que se havia dissolvido por sua morte, a inventariação que foi feita dos seus bens patrimoniais mais valiosos poderá dar uma ideia, ainda que por defeito, da riqueza acumulada ao longo de 70 anos de vida, grande parte dela dedicada aos negócios.

Efectivamente, Theotónio Pereira, bisavô do futuro embaixador Pedro Theotónio Pereira, morrerá rico. Mas mesmo assim não muito rico. Ainda que se tenha em conta aquele que era o modesto figurino português, Theotónio Pereira não deixara uma herança milionária, nem nada que se parecesse.¹³⁶ Além de uma empresa comercial com bom nome e prestígio na praça, o seu maior legado era um número modesto de acções na Fidelidade. E se à partida se tratava de uma herança que nominalmente pouco valia, na verdade um conjunto de vicissitudes pouco conhecidas na vida da Seguradora e da acção nela exercida pela família Theotónio Pereira, fez com que, em 1867 e em 1871, Theotónio Pereira e o seu filho José Theotónio Pereira tivessem ocupado, respectivamente, o cargo de director da Companhia de Seguros Fidelidade. Mais tarde, em 1900, seria a vez de João Theotónio Pereira Júnior chegar a director.

Na década de 1890, João Theotónio Pereira Júnior, e não esquecendo aquilo que posteriormente seria considerado como tendo “uma longa vida consagrada à Fidelidade”, era

¹³⁵ Nascido 1844, em Lisboa, e falecido em 1926. “Das minhas duas primeiras avós, uma morreu antes de eu nascer e outra pouco depois [refere-se a Clara Maria Sobral Pereira, nascida em 1840, faleceu em 1910]. E dos meus avós, o que viveu até mais tarde foi o avô [João] Theotónio Pereira, que pouco conheci porque estava muito em Itália. Morreu no dia 8 de Dezembro [de 1926], ao sair da missa, numa igreja de Nice ou Monte Carlo, não me lembro bem.” Virginia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 20.

¹³⁶ Três prédios na Rua Fresca; dois prédios na Estrada de Campolide de Cima; um prédio na Rua Direita em Almada; um prédio rústico no Ginjal; um outro, também no Ginjal, descrito como rústico e urbano (composto de vinhas – parreiras – árvores de fruto, horta, com duas nascentes de água, casa para caseiro, telheiro e forno); sete prédios urbanos no Ginjal, quase todos eles armazéns com um ou dois pisos; um “domínio” principal de uma “praia denominada do baixo mar, no sítio do Ginjal” de que era “senhoria” a Câmara Municipal de Almada; um segundo “domínio” principal de “uns armazéns, casa e pátio no Ginjal” de que era “senhoria directa” a mesma Câmara Municipal; quatro acções da Companhia de Seguros Fidelidade; finalmente, o capital que detinha na sociedade com os seus filhos na “Theotónio Pereira & Filhos.” Note-se que em 1889, num período de extraordinária prosperidade iniciado em 1882, as acções em carteira da Fidelidade vendiam-se a 650\$000 réis, “três vezes o capital desembolsado”. Das vinhas do citado prédio rústico e urbano, “uma quinta encantadora, encostada à rocha de Almada,” com o seu “grande parreiral de belíssimas uvas,” seguia este seu fruto “em caixas para o estrangeiro”. Virginia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 12.

não apenas “um jovem, empregado numa casa comercial pertencente a seu pai e a um seu teu tio”, mas também “assíduo nos escritórios da Fidelidade, a tratar assuntos de seguros”. Um dia foi informado “de que um dos Directores (nesse tempo ainda não existia a Administração) desejava falar-lhe.” Foi por isso levado à presença de Pedro Augusto da Silva, “Capitão da Marinha Mercante”, que lhe confessou já há algum tempo andar a reparar no “jovem” João Theotónio Pereira e que por isso sobre ele se procurara informações para depois chegar à conclusão de que reuniria “as qualidades necessárias para preencher uma vaga” que surgira na “Direcção”. João Theotónio Pereira Júnior, “perplexo” nos seus 29 anos, não sabia o que responder ao “inesperado convite.” Pelo que se sabe, o único obstáculo que se levantava entre si e o exercício de um cargo directivo, decorria do facto de não possuir o número suficiente de acções da Companhia. No entanto, esse embaraço não o deveria “preocupar”, uma vez que o seu pai, “accionista”, não deixaria de “lhe facultar as necessárias”.¹³⁷ No futuro, João Theotónio Pereira Júnior manteria uma posição de destaque na empresa, ao ponto, como veremos, de ter indigitado o seu filho Pedro para nela desempenhar uma das tarefas de maior importância, inclusivamente do ponto de vista simbólico. Como se verá depois com mais detalhe, Pedro Theotónio Pereira orientou toda a sua formação universitária, e pós universitária, no sentido de ficar em condições de restaurar na Companhia de Seguros Fidelidade o ramo de seguros de vida. De qualquer forma, e do ponto de vista da actividade comercial, no primeiro terço do século XX, se se procurasse traçar o percurso e avaliar a actividade dos Theotónio Pereira, talvez não se andasse muito longe daquela que nos foi deixada pelo escritor Romeu Correia numa obra de ficção, mas que gozava pelo menos de uma dupla vantagem: a de ter sido ele residente no Cais do Ginjal durante os quase primeiros vinte anos da sua vida; e neto de José Correia, homem que nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX foi o braço direito da família

¹³⁷ Luís Theotónio Pereira, “Uma longa vida consagrada à Fidelidade” in *Aniversário. Primeiro Jornal Comemorativo do 5.º Aniversário da Reorganização da Casa do Pessoal da Companhia de Seguros Fidelidade*, Maio de 1967, p. 1. Note-se que no “exame da relação nominal dos Directores que em cem anos têm dirigido a Companhia, desde logo impressiona a continuidade administrativa resultante da permanência das mesmas pessoas nos cargos de gerência. Sabido que até 1848 foram cinco os directores; que de 1848 a 1923 o seu número passou a três, não reelegíveis no ano em que terminavam o mandato, do que resultava andarem nos pelouros directivos quatro ou cinco accionistas que se substituíam por turnos; e que em 1923 voltou a ser de cinco o número dos directores, corresponde a cada um dos 37 directores da Companhia uma permanência média de 7 anos no cargo – o que não deixa de ser interessante.

Mas esta média foi excedida em muitos casos: José Rodrigues Tarujo dos Santos foi eleito pela primeira vez em 1852 e serviu pela última vez em 1874; Pedro Augusto Martins da Silva foi director, com os intervalos forçados de um ano de dois em dois, desde 1881 a 1905; José Rodrigues Tarujo Fornigal serviu, nos mesmos termos, de 1890 a 1907; o Conselheiro José Adolfo de Melo Sousa, de 1893 a 1916; e dos actuais Directores, um serve há trinta e cinco anos, outro há trinta e um anos, e dois há vinte e sete anos!” S.A., *A Companhia de Seguros “Fidelidade” no seu primeiro centenário: 1835-1935*, s.e., Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1935, pp. 31-32. João Theotónio Pereira, pai de João Theotónio Pereira Júnior, pertenceu à Comissão Fiscal da Fidelidade entre 1885, “quando a ela presidiu,” e 1891. António Alves Caetano, *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. II, *Primus inter pares (1864-1907)*, s.e., Lisboa, 2002, p. 818.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Theotónio Pereira, nomeadamente de João Theotónio Pereira Júnior, na empresa comercial que possuíam.¹³⁸ De facto, a descrição, e salvo o pormenor dos nomes, ajusta-se aquilo que se pensa ter sido uma parte da vida da empresa.

*Teles Coutinho & C.ª (Filhos) eram os mais antigos exportadores de vinhos azeites e vinagres da margem sul do Tejo. Outros havia, mas nenhum com maior estabilidade e tamanhos mercados no ultramar e no estrangeiro. De pais para filhos, engrossando sempre o património, os Teles orgulhavam-se da tradicional homogeneidade da família e da sua crescente prosperidade. Ao longo de décadas, tempestades varreram o mundo, perigando e eliminando concorrentes, mas eles ficaram como que inacessíveis. Falecido o velho Rodolfo, seus filhos, Abílio e Marta, entestaram a gerência dos negócios. Já prático, em vida do pai, no contacto do dia-a-dia com operários, moços e fragateiros, manteve-se o primogénito à testa dos armazéns. Marques Silva, marido de Marta, chefiava os escritórios em Lisboa.*¹³⁹

Mas nada daquilo que ficou dito significa que seja fácil arrumar socialmente os Theotónio Pereira no período compreendido entre o último quartel do século XIX e os anos que precederam a Primeira Guerra Mundial. Se essa arrumação for feita tendo em conta o todo social, é óbvio que se tratava de gente socialmente distinta, negociante, proprietária, ligada pelo exercício de importantes cargos no ramo da actividade financeira. Se, no entanto, forem comparados com os que na escala social acima deles se encontravam, é óbvio que apenas se pode concluir pela sua modéstia relativa. Esta apreciação é válida tanto do ponto de vista do volume dos seus rendimentos e bens, como pela sua projecção pública ou, ainda, pela capacidade de exercerem influência nos meios em que se movia o topo da pirâmide social. Viu-se que assim era aquando da fundação da Companhia de Seguros Fidelidade – independentemente dessa ideia falsa que se generalizou e segundo a qual os Theotónio Pereira tinham estado entre os seus fundadores – , quando ninguém com o seu nome subscreveu o capital inicial da empresa, restando saber se isso sucedeu por falta de interesse, de recursos financeiros ou (também) por falta de influência. Mais tarde, tendo em conta a informação disponível sobre a história da Fidelidade no século XIX, percebe-se que quem mandava, como mandava e onde mandava, os Theotónio Pereira tinham uma posição discreta, sendo evidente que se encontravam na fase ascendente do seu percurso pela hierarquia social. Aliás, uma análise minimamente atenta da forma como Luís Theotónio Pereira descreveu o convite que foi dirigido a seu pai para ascender ainda muito jovem à direcção da Companhia de Seguros, deixa claro no tom e nos termos em que esse mesmo

¹³⁸ José Henrique Correia nasceu a 29 de Junho de 1853 em Santarém, freguesia de São Salvador. “Consociou-se com Josefina Rosa Flores, natural de Lisboa,” a 29 de Janeiro de 1881. “Faleceu em 12 de Janeiro de 1930.” Romeu Correia, *O Tritão*, s.d., p. 159n.

¹³⁹ Romeu Correia, *Gandaia*, p. 131. A acção deste romance “tem o seu início nos [...] anos trinta, [e] termina vinte anos depois, em plena metade do nosso século [...]” Romeu Correia, *Os Tanoeiros. Romance (Nova versão de Gandaia)*, s.e., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1976, p. 8. Coincidência, ou não, Abílio Teles Coutinho é o único exportador do Ginjal que mantém uma boa relação com os tanoeiros protagonistas da história e que, a dada altura, decidem constituir uma cooperativa para enfrentar as dificuldades colocadas pelo mercado.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

convite lhe foi feito, e apesar do pai de João Theotónio Pereira Júnior ser um accionista com uma certa disponibilidade de títulos em carteira, que de maneira alguma o proponente estava a convidar alguém que começava a ser tida em conta do ponto de vista social e, sobretudo, dos interesses da empresa. Isto porque quem fosse rico e influente e desejasse pertencer à direcção de uma seguradora já era director de uma seguradora! Por outro lado, não era convidado pelo facto da eventual qualidade do seu trabalho ser alvo de uma atenção especial. Era convidado porque era imprescindível.

Os verdadeiramente notáveis da sociedade portuguesa na passagem do século XIX para o século XX, nomeadamente a autêntica elite social lisboeta, aparecia, por exemplo e como já foi notado, na “relação dos sócios fundadores”, em 1899, da Assistência Nacional aos Tuberculosos, sendo que o teor das contribuições monetárias aí “inscritas” nada tinham de novo, uma vez que “reproduziam mais ou menos a da subscrição nacional de 1890”. A dita Assistência, “criada por iniciativa de D. Amélia, mantinha em 1902, com um orçamento de 101 contos, três sanatórios e cinco dispensários.” “A gente de distinção, cortesãos, milionários, políticos” fazia toda ela parte da respectiva “Comissão de Propaganda”. Lá estavam os

abastados Palha, Bensaúde, Lima Mayer, Ferreira dos Anjos, José Maria dos Santos, conde de Burnay, viscondessa de Valmor, Pinto Coelho, Sommer, Eugénio de Almeida, O'Neill, Pinto Basto, etc., os cortesãos, como o duque de Loulé, duque de Palmela, marquês de Pombal, marquesa de Fronteira, Conde de Ficalho, conde de Sabugosa, e outros.

Juntavam-se-lhes “os descendentes dos líderes históricos liberais, de Fontes Pereira de Melo, de Silva Carvalho, de Costa Cabral e de Joaquim Tomás Lobo de Ávila” e aqueles que eram os “chefes dos partidos políticos” da altura, casos de “Hintze, Alpoim, Veiga Beirão, bem como os políticos sem partido, Emidio Navarro e António Enes.” Vinham depois organismos colectivos como as associações comerciais, nomeadamente a de Lisboa, a que os Theotónio Pereira pertenciam por via das suas ligações ao comércio de exportação, além das “redacções dos jornais, etc., etc., num total de 309 nomes, que [na altura] produziram 79 contos.” Alguns destes nomes eram ainda “constantemente requisitados para acudir ao País” como quando em “Março de 1892, perante o naufrágio de barcos de pesca na Póvoa do Varzim, o rei convidava para Belém vários ‘titulares e capitalistas’, entre eles o marquês do Faial, Lima Mayer, Francisco Isidoro Viana, José Maria dos Santos e o duque de Palmela – os quais, muito patrioticamente, se dispuseram a minorar as tristezas dos pescadores.”¹⁴⁰ Sucede que os Theotónio Pereira não apareciam.

¹⁴⁰ Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926),” in *História de Portugal*, vol. VI, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1994, p. 73.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

No entanto, a alta sociedade “não estava junta apenas na filantropia patrocinada pelo rei.” Encontrava-se no momentos de lazer. No mês de “Janeiro de 1892, um *raout* em casa da condessa de Valbom, em que três cantoras italianas exercitaram peças de Beethoven, Mozart e Verdi,” reuniram-se

54 senhoras e respectivas filhas, e 82 cavalheiros, entre os quais se notava o duque de Palmela, o conde de Sabugosa e os políticos António Enes, Hintze Ribeiro, António Cândido, Francisco Beirão, João Arroio, Ferreira do Amaral e outros membros do Governo, além do embaixador em Londres Luís de Soveral, dos escritores Oliveira Martins e Ramalho Ortigão e dos ricos Jorge O'Neill e conde de Burnay (Novidades, de 5 de Janeiro de 1892). A alta sociedade parecia, assim, uma mistura de titulares, funcionários, políticos e capitalistas, todos suficientemente bem-educados para apreciarem ópera e saberem-se comportar nos salões de uma condessa.¹⁴¹

Independentemente desta definição de alta roda lisboeta não ser das mais úteis para tentar classificar socialmente os Theotónio Pereira, uma vez que estes não apenas sabiam comportar-se nos “salões de uma condessa” mas, sobretudo no caso da ópera, eram provavelmente capazes de a apreciar e conhecerem bastante mais do que alguns dos presentes no *raout*, a verdade é que não há notícia de terem alguma vez sido chamados a este ou a qualquer outro tipo de convívio habitual com os mais poderosos.

Resta o consolo de que os Theotónio Pereira deveriam ou poderiam fazer parte daquele grupo restrito de lisboetas, 2631 contribuintes, que em 1885 pagava “imposto relativo ao emprego de criados.” Este valor “representava 4% dos 67 623 fogos” recenseados no concelho da capital. Por outro lado, já não lhes assentava uma definição qualitativa uma vez dada por Oliveira Martins sobre o que deveria ser um *gentleman*, e que no fundo era aquela na qual genericamente toda a gente se revia, independentemente de o ser ou não e de se preocupar minimamente com estes problemas. Dizia Oliveira Martins:

É gentleman em Inglaterra [e no caso também em Portugal] todo aquele que, no moral e no formal da vida, se conforma com o tipo de dignidade estabelecida; mas é ‘gentleman-gentlemanizante’ aquele que, tendo isso, tem a mais a riqueza, e, a mais ainda, o nascimento ilustre. Não se pode ser “gentleman” sem qualidades de costumes; mas é-se muito mais ‘gentleman’ com dinheiro abundante, e muito mais ainda com ascendência fidalga.¹⁴²

Aceitando que “maneiras, dinheiro e fidalguia” definiam “a alta sociedade”, pode-se então ressaltar que a “primeira, ao alcance de todos que pudessem educar-se, criava a primeira divisão entre as pessoas respeitáveis e os outros.”¹⁴³ Ao pertencerem a esse primeiro grupo, os Theotónio Pereira tinham garantido parte do seu lugar ao sol na sociedade portuguesa. De facto,

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 73-74.

¹⁴² Oliveira Martins, *A Inglaterra de hoje*, p. 88., citado em Rui Ramos, *op. cit.*, p. 74.

¹⁴³ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 74.

João Theotónio Pereira Júnior e sua mulher, ao colocarem os seus dois filhos Alberto e Luís no Colégio de Campolide (Colégio de Maria Santíssima Imaculada),¹⁴⁴ faziam um investimento que além de garantir uma educação tida como de qualidade, distinguia-se ainda por ser exactamente aquela que era ministrada aos filhos de algumas famílias de nomeada da capital.¹⁴⁵ Em 1900, “com cerca de 330 alunos”, com cada um deles obrigado ao “pagamento de 19 000 réis mensais”, o famigerado Colégio de Jesuítas tinha já uma história de 30 anos a afidalgar os descendentes de todos aqueles – “cortesãos, políticos, altos funcionários, ricos” – que tinham sido para lá mandados estudar.¹⁴⁶ Alberto e Luís ainda frequentaram o primeiro ano do ensino secundário no sistema público, no ano lectivo de 1905-1906.¹⁴⁷ Fizeram-no conjuntamente no Liceu do Carmo, e pertenceram os dois à 1.ª turma.¹⁴⁸ Terão transitado no ano subsequente para o Colégio de Campolide,¹⁴⁹ uma vez que já não aparecem nos livros de turma da “2.ª classe” depositados na actual Escola Secundária Passos Manuel, nem como repetentes nos da “1.ª classe.”¹⁵⁰ Embora, por falta dos livros de turma para este ano lectivo, não seja possível determinar o percurso escolar (faltas e avaliação), sabe-se que tiveram como professores Ventura Faria de Azevedo (director e docente de Português, Francês, Geografia e História),

¹⁴⁴ Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 17. Esta instituição funcionaria durante 20 anos no “exílio”. Primeiro num antigo palácio localizado nos arredores de Bruxelas, em Dielighem, Jette-Saint-Pierre. Passou em 1914, com o início da Grande Guerra, para a Galiza. Ficou instalado na Província de Pontevedra e passou a designar-se por Instituto Nun’Álvares de Los Placeres. Entre 1916 e 1932, o Instituto Nun’Álvares instalou-se numa pequena povoação próxima de A Guarda, nas faldas do Monte de Santa Tecla, junto ao rio Minho, frente a Caminha e com vista para Portugal. Utilizava as antigas instalações do Colégio Jesuíta do Apóstolo Santiago. Passou a ser conhecido por *Colégio de La Guardia*. José, S. J., (redactor e coordenador), *80 Anos na Educação, 1912-1992*, s.e., Caldas da Saúde, 1992, pp. 23-26.

¹⁴⁵ Veja-se a lista dos alunos do Colégio de Campolide que acompanharam Alberto e Luís Theotónio Pereira na Primeira Comunhão no dia 23 de Maio de 1907. *O Nosso Colégio*, 1908, p. 29.

¹⁴⁶ Segundo um estudo publicado por Manuel Borges Grainha. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 75.

¹⁴⁷ Segundo informação recolhida e disponibilizada posteriormente, Luís Theotónio Pereira frequentou o Colégio de Campolide entre 1906 e 1909, com o n.º 209. *Catálogo dos Antigos Alunos dos Colégios da Companhia de Jesus em Portugal*, s.e., s.l., 1963, p. 171. Não aparece qualquer referência a Alberto Theotónio Pereira, mas isso não significa que o mais velho dos cinco irmãos não tenha frequentado o Colégio. Ou bem que se tratou de um lapso decorrente das “falhas, [e] inexactidões” reconhecidas pelos autores ou, o mais provável, terá sido uma consequência do falecimento de Alberto entretanto ocorrido e que não lhe permitia pertencer à Associação dos Antigos Alunos da Companhia entretanto constituída em Portugal a 26 de Janeiro de 1961.

¹⁴⁸ Existiam nesta data três liceus em Lisboa: Carmo, Lapa e São Domingos.

¹⁴⁹ No entanto, Luís Theotónio Pereira encontrava-se matriculado e a frequentar a “IV classe” no ano lectivo de 1909-1910. Pertencia à turma D de “inglês e alemão”. A turma, de trinta e dois alunos, entre os quais uma única rapariga, Maria Clotilde da Conceição. *Guia dos Alunos Matriculados nos Lyceus ou que n’elles pretendem fazer exame. Anuário para 1909-1910*, coord. João Baptista de Lemos Figueiredo, s.l., Typographia do Commercio, 1909, pp. 60-61. Como se compreenderá, uma vez que não se localizou qualquer arquivo do Colégio de Campolide e por o arquivo da actual Escola Secundária Passos Manuel não conter toda a informação que se buscava, optou-se por narrar o percurso escolar de Alberto e Luís Theotónio Pereira, com as suas várias implicações, à luz do testemunho que sua irmã Virgínia nos deixou nas suas *Simplex Memórias*.

¹⁵⁰ Os livros da “1.ª classe” (o actual 5.º ano), do ano lectivo de 1905-1906, encontravam-se desaparecidos à data em que trabalhei no arquivo da Escola Secundária Passos Manuel. Os dados sobre a frequência da “1.ª classe” por Alberto e Luís podem ser consultados no *Guia dos Alunos Matriculados nos Lyceus ou que n’elles pretendem fazer exame. Anuário para 1905-1906*, coord. João Baptista de Lemos Figueiredo, Lisboa, Typographia do Commercio, 1905, pp. 87 e 93.

Manuel José Francisco d’Almeida Castello Branco (Matemática), general Pedro Euzebio Leite (Ciências Naturais) e Joaquim José de Barros (Desenho), desconhecendo-se o nome do docente da disciplina de Inglês, mas cujo ensino era então obrigatório.¹⁵¹ A partir do ano lectivo de 1906-1907, Alberto e Luís frequentaram o Colégio de Campolide, tendo em Maio de 1907 feito a sua primeira comunhão.¹⁵² Até Outubro de 1910 frequentaram este estabelecimento de ensino, tendo a implantação da República impedido a continuação dos seus estudos naquela instituição.

Quanto ao dinheiro, a situação dos Theotónio Pereira não era certamente motivo de grandes cuidados, mesmo que não acumulassem uma grande fortuna. Não consta que fossem particularmente ricos, embora vivessem desafogadamente.¹⁵³ Os relatos que ficaram registados nas *Memórias* escritas por Pedro Theotónio Pereira e por sua irmã Virginia, parecem claros quanto ao modo de vida discreto levado pela família, pelo menos até ao fim da Grande Guerra. Apenas na educação dos filhos e em algumas viagens ao estrangeiro se via que não eram propriamente gente humilde.¹⁵⁴ É claro que como a maioria dos portugueses que viviam acima da média, também os Theotónio Pereira guardavam para si aquilo que poderia ser considerado ostentação ou extravagância.¹⁵⁵ Mas o factor determinante que os distinguiu pela negativa das celebridades da sociedade lisboeta era a ausência de “fidalguia”. Aqueles que a não possuísem, e os Theotónio Pereira procuraram em parte conquistá-la enviando Alberto e Luís para o Colégio de Campolide, tinham à sua frente literalmente fechadas “as portas da ‘sociedade’”. Sem “fidalguia” não havia “toque de distinção”. Sem “toque de distinção” era todo

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 85. A estrutura curricular em vigor a partir do ano lectivo de 1905-06, uma consequência da reforma protagonizada por Eduardo José Coelho, encontra-se em Vasco Pulido Valente, “O Estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930)” in *Tentar Perceber*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 452 e ss.

¹⁵² Uma descrição da cerimónia, assim como o retrato e a lista nominal completa dos alunos que pela primeira vez comungaram no dia 19 de Maio, na festa do Espírito Santo, *O Nosso Colégio*, 1908, pp. 29-29.

¹⁵³ Sobre a situação financeira de seu avô paterno, escreveu Virginia Theotónio Pereira o seguinte: “E meu Avô não era nenhum nababo: vivia num 3.º andar da Rua da Emenda sem elevador, não tinha carro e dispunha apenas, para veraneio, de uma pequena casa na correnteza de Sintra; criado para o servir à mesa, porém, não dispensava [...]”. E mais à frente: “[...] O brasão do meu avô, por exemplo, tem uma cruz, um mocho e um carvalho: a cruz significa fé; o mocho sapiência; o carvalho fortaleza. É vergonha ter tido alguém na família que se distinguiu pelas virtudes da fé, da sapiência e da fortaleza? [...]” Virginia Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 143 e 171.

¹⁵⁴ Uma dessas viagens foi relatada com alguns pormenores interessantes por Virginia Theotónio Pereira: “Partimos daqui num barco da «White Star Line» e, chegados a França, dirigimo-nos para Auvergne, onde meu pai ia fazer tratamento à bronquite com que ficara de solteiro após ter tido grave pneumonia.

[...] Meu Pai foi ainda conosco a um hotel caríssimo chamado «Sarciron», só para jantar. Mas mal tínhamos penetrado na luxuosa sala de jantar e de todas as mesas se começaram a levantar automaticamente as pessoas. Só compreendemos o que se passava quando o chefe-de-mesa nos veio informar, sorrindo, que haviam tomado meu Pai, com os seus bonitos olhos azuis e a sua barba loira, pelo Rei Jorge V de Inglaterra [1910-1936]!” Idem, *ibidem*, p. 109.

¹⁵⁵ Durante toda a sua vida de adulto a residência de João Theotónio Pereira Júnior localizava-se no terceiro e quarto andares de um edifício, inicialmente sem elevador, situado na então chamada Rua Duques de Bragança, nas imediações do Teatro São Carlos. Segundo o testemunho de Virginia Theotónio Pereira, seu pai não se cansava de dizer que fora “viver” para aquela “trapeira” poucos anos depois de se casar e que ali se conservava “sem mais ambições”. Virginia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 34.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

um mundo que se tornava inacessível, impenetrável. E este facto é tanto mais importante por ser possível “notar como a velha linguagem da ‘nobreza’ se podia aplicar ainda à alta sociedade do fim do século XIX.” Daí que verdadeiramente apenas restasse como forma de ascensão social, depois de recebida a boa educação, o exercício de “grandes funções do Estado, políticas, judiciais, militares, eclesiásticas”.¹⁵⁶ Num outro contexto, naquilo que era já uma sociedade completamente diferente, foi Pedro Theotónio Pereira que pôde cumprir a missão percorrendo o caminho que antes da queda da Monarquia começara por ser atribuído aos seus irmãos Luís e Alberto. De qualquer forma, se quisermos resumir em duas palavras aquela que seria a posição social dos pais e avós de Pedro Theotónio Pereira no limiar do século XX, utilizando a terminologia de Max Weber, pode-se afirmar que enquanto “empresários” pertenciam às “classes lucrativas positivamente privilegiadas”.¹⁵⁷

João Theotónio Pereira Júnior não casou mal.¹⁵⁸ Pode até dizer-se que casou o melhor que lhe estaria permitido pela compostura social da época. Fê-lo com Virgínia Carlota Hermann Von Bötischer. Sua mulher, dois anos mais nova, nascera em Lisboa em 1871, na freguesia de Santa Engrácia. Senhora possuidora de

*uma beleza clássica [...] movia-se com extrema graciosidade. Católica fervorosa, preocupava-se e procurava ajudar quantos a procuravam. Exercia uma caridade discreta mas muito eficiente. Sempre activa e atenta em casa, era doce com os filhos mas sabia mostrar-se severa naquilo que considerava o cumprimento do dever.*¹⁵⁹

Virgínia Carlota era filha de um engenheiro “muito ligado à introdução dos telefones em Portugal”. Chamava-se August Hermann Von Bötischer, por sua vez “filho de um oficial alemão [...] que veio para Portugal no séquito de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha” e de uma portuguesa de nome absolutamente plebeu: Maria José da Silva.¹⁶⁰ A sua neta mais nova, Virgínia, gabava-se que no lado materno da família, “para trás”, tinham ainda havido os apelidos “Rotschild” e “Paramentier”, o que significava que tanto ela como os seus quatro irmãos tinham “algum sangue francês, daquele senhor que trouxe a planta da batata da América no reinado de

¹⁵⁶ E também sintomático da escassa para não dizer nula projecção social da família o facto de não haver notícia que algum dos seus membros alguma vez tenha sido, durante a monarquia, agraciado com alguma ordem titular. Isto quando a “produção de titulares era grande.” Em 1894, por exemplo, “houve 607 indivíduos agraciados com o grau de cavaleiro, comendador ou oficial de uma das ordens.” Ter um destes títulos não compensaria a ausência de fidalguia. Mas já teria sido qualquer coisa. Seriam nobres por “mérito individual,” já que nunca o poderiam ser por “antiguidade e tradição”. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 74.

¹⁵⁷ “Classes” constituídas por “comerciantes,” “armadores,” “industriais,” “empresários agrários,” “banqueiros e financeiros” e, “em determinadas circunstâncias,” “profissionais liberais’ com capacidades ou formação de valor preferencial (advogados, médicos, artistas).” Max Weber, *Economia y Sociedad: Esbozo de sociologia comprensiva*, 2.ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 244.

¹⁵⁸ A boda realizou-se no dia 6 Julho de 1892. RIEFTP.

¹⁵⁹ BDCMPTP.

¹⁶⁰ Gonçalo Nemésio, *Azevedos da Ilha do Pico (A Descendência de Francisco de Azevedo, Capitão de Milícias, e de Sua Mulher D. Maria da Terra)*, s.e., Lisboa, 1987, p. 245.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Luis XVI.¹⁶¹ Para além disso, Virgínia Theotónio Pereira garantia que o bisavô materno tinha vindo para Portugal “no tempo de D. Pedro IV”, tendo sido “condecorado com a Torre e Espada” pela rainha D. Maria II “por ter servido no seu exército” no decurso da guerra civil que opôs liberais e miguelistas. Já o avô não tinha seguido a “carreira das armas”. Ficara sem pais muito cedo, por terem morrido “de febre amarela, e ainda com o encargo do irmão mais novo, que mais tarde foi viver para Paris.” Maximilian August, ainda segundo Virgínia Theotónio Pereira, “fundou a grande Casa Hermann, cujas oficinas confinavam com os jardins dos Marqueses de Rio Maior, nas Portas de Santo Antão e Calçada do Lavra” em Lisboa. Em família contava-se que montara “o sistema Morse, os telégrafos, o telefone e a electricidade”.¹⁶² Também exerceu “o professorado na Escola Industrial, regendo a cadeira de Física entre 1895 e 1898”. A importância do avô Maximilian era atestada pelo facto de estar incumbido de contratar “para a corte os professores dos príncipes: do Príncipe Real e do Infante.” Esta proximidade com a família real trouxera benefícios aos Von Bötischer. Os filhos podiam e puderam partilhar professores, ainda que não no mesmo espaço, com o Príncipe Real e o Infante. Aqueles, depois de irem à corte cumprir as suas obrigações, seguiam para a Calçada do Lavra “para leccionar os filhos e filhas” do avô Maximilian. Foi esta promiscuidade entre professores que permitiu a Virgínia Carlota tornar-se, ou pelo menos considerar-se, discípula de Silva Porto e da Senhora Greno.¹⁶³

O primeiro filho de Virgínia Carlota e de João Theotónio Pereira Júnior, Alberto, nasceu em 1893. Viria a casar com Júlia Teixeira e, bem mais tarde, a manter uma relação sentimental com Fernanda Pires da Silva, de quem teria o seu único filho, João Paulo Theotónio Pereira. Alberto, no entanto, não correspondeu, ao contrário dos seus dois outros irmãos, às esperanças que nele seu pai depositou para que desempenhasse um papel de destaque na vida empresarial que se dispunha a proporcionar-lhe, fosse no comércio, fosse na finança.¹⁶⁴ Por Alberto teve

¹⁶¹ “Tem graça que há bons trinta anos [na década de 1950] procurei minha mãe uma senhora alemã que tinha em sua posse um lindíssimo vestido de baile bordado, o qual comprara num leilão em Paris. O vestido era do tempo da Imperatriz Eugénia, casada com Napoleão III, e ela soubera que havia sido usado num grande baile a que assistira a mulher de um nosso antepassado, a esse tempo embaixador em Paris. A minha Mãe ficou muito espantada! O vestido era do tempo da saias de balão e por baixo estava já a romper-se, sendo de uma musselina extremamente fina. A senhora não pediu muito caro e eu própria o comprei. Virgínia Theotónio Pereira, op. cit., pp. 20-21.

¹⁶² “O primeiro telefone foi feito em marfim, com cordões de seda azul e instalado com grande pompa no Palácio Real da Ajuda. Para a electricidade, deu nos salões de sua casa na Calçada do Lavra uma grande festa a que os Reis assistiram e onde os convidados admiraram a brilhante e prática iluminação. Foi ele próprio quem executou a instalação da luz em alguns dos principais estabelecimentos públicos de Lisboa, tais como a Câmara dos Deputados, a Câmara dos Pares, a Casa da Moeda, o Instituto Bacteriológico, o Teatro de S. Carlos e o Banco de Portugal.” Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁶³ *Ibidem*, pp. 20-22.

¹⁶⁴ Num documento dactilografado facultado ao autor pelos descendentes de Luis Theotónio Pereira, e no qual se procura registrar tanto a Sociedade Theotónio Pereira como alguns dos membros da família, lê-se a dado momento: “Trabalhando desde jovens com seu Pai, João Theotónio Pereira Jor, na condução dos negócios da Firma, os irmãos Alberto e Luis contribuíram decisivamente para o que se pode considerar a época de ouro da casa

Pedro Theotónio Pereira, e pelo menos na sua juventude, uma grande e especial admiração e amizade. Apesar da diferença de idades, Alberto e Pedro eram fortes amigos e grandes cúmplices, unindo-os profundamente paixões idênticas e feitos semelhantes. Foram companheiros nas pescarias e noutras actividades que tinham a água como pano de fundo. As aventuras fluviais e marítimas que cumpriam a preceito tanto nas margens do Tejo como em vários pontos da costa portuguesa que percorriam, uniram-nos sempre de forma muito especial,¹⁶⁵ sobretudo a partir do momento em que se deu um incidente grave no decurso de umas curtas férias que tiveram lugar em Outubro de 1924. Nesta altura da sua vida, Pedro contraiu para com o seu irmão mais velho uma daquelas dívidas que raramente podem ser pagas. A Alberto ficou a dever o resgate da sua vida e a demonstração de uma enorme dedicação e amor fraternal.¹⁶⁶ Um e outro tinham personalidades extrovertidas – por oposição à irmã Clara e ao Luís. De entre os cinco irmãos, e tal como Virgínia, possuíam um assinalável sentido de humor¹⁶⁷, sendo ainda aqueles que desde sempre demonstraram uma grande paixão por um contacto permanente com a natureza e, em especial, com o mar (por oposição a Luís e a Clara). Mas Pedro distingui-se por ter sido capaz, e provavelmente por sentir essa necessidade, de combinar estas qualidades com a profunda ambição de cumprir tanto uma carreira profissional como política.

Luís foi talvez o mais ensimesmado dos três varões.¹⁶⁸ Independentemente deste seu temperamento ter sido essencialmente inato ou, pelo contrário, uma consequência do facto de seus pais terem, inconscientemente ou não, preferido a natureza mais extrovertida de Alberto e de Pedro – este com a vantagem de ser o benjamim, aquele favorecido com o papel de um primogénito numa família apegada a valores tradicionais –, a verdade é que nunca a amizade entre os três irmãos, e sobretudo entre Pedro e Luís, se baseou numa comunhão de estilos de vida. Enquanto Alberto e Pedro eram cúmplices no lazer, Luís e Pedro foram-no na política e nos negócios e, sobretudo, na forma como conviveram com o fenómeno religioso – um catolicismo profundo, místico, repleto de grandes preocupações sociais, mas sempre rigoroso e tradicional.¹⁶⁹ Tal como Alberto, também Luís frequentou em regime de internato o Colégio

Theotónio Pereira, desde os anos 20 até à década de 50.” Mas noutras conversas informais com membros da família foi dito que Alberto sempre foi, de entre os irmãos, o menos dedicado profissionalmente.

¹⁶⁵ As duas primeiras embarcações à vela de Pedro Theotónio Pereira, o *Beau Geste* e o *Santa Maria*, eram também pertença do seu irmão Alberto. BDCMPTP.

¹⁶⁶ O episódio foi relatado por Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 44-46. Ver capítulo II deste trabalho.

¹⁶⁷ Qualidade que Virgínia Theotónio Pereira se gabava de partilhar. Na “Apresentação” das suas *Memórias* escreveu: “Espero não ser enfadonha ou resvalar demasiadas vezes para o humor. É que sou alegre por natureza, e só em raras vezes me sinto possuída de severa austeridade.” *Idem, ibidem*, p. 11.

¹⁶⁸ Nasceu a 17 de Março de 1895, na freguesia do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa (tal como seu pai). Gonçalo Nemésio, *op. cit.*. Faleceu em Lisboa em 13 de Fevereiro de 1990.

¹⁶⁹ BDCMPTP.

jesuíta de Campolide. Foi bom aluno. Filho de comerciantes, teve depois Brighton como destino. Ainda em Inglaterra frequentou a Pitman's Commercial School, regressando a Portugal em 1914 quando teve início a Grande Guerra.¹⁷⁰ Toda a sua formação académica teve como objectivo o domínio de conhecimentos, métodos e técnicas que lhe deveriam ser, e seriam, úteis tanto para prosseguir e alargar a actividade da empresa comercial da família, como para subir ao Conselho de Administração da Fidelidade em 1950, onde se manteve até 1970. Pelo meio, mais por desejo de servir do que por vocação, desempenhou vários cargos políticos. Além de deputado à Assembleia Nacional e, antes disso, procurador à Câmara Corporativa, foi durante largos anos presidente da Câmara Municipal de Almada.¹⁷¹ Durante a Grande Guerra, e na sequência da entrada de Portugal no conflito, Luís Theotónio Pereira alistou-se como voluntário na Marinha de Guerra, ficando colocado na Reserva Naval como oficial.¹⁷² Casou com Alice de Azevedo Gomes Moniz de Bettencourt,¹⁷³ na Basílica da Estrela a 17 de Dezembro de 1919. Seguindo os passos de vários dos seus antepassados que sempre cuidaram em deixar uma descendência generosa, teria seis filhos, sendo o mais reconhecido o arquitecto Nuno Theotónio Pereira.¹⁷⁴ Entre os irmãos de Pedro Theotónio Pereira, seguia-se Clara Theotónio Pereira, com os seus “lindos olhos verdes”,¹⁷⁵ a terceira dos cinco irmãos, que nasceu em 1897 e casaria com Henrique Nunes da Silva. A mais nova das irmãs, que publicou as suas *Simple Memórias*, nasceu em 1900, mantendo-se celibatária ao longo da vida. Além de ter estudado pintura e, naturalmente, pintado, tornou-se com os anos uma adversária do formato que o catolicismo adquiriu na sequência da realização do Concílio Vaticano II.¹⁷⁶ Fortemente crítica do marcelismo, não

¹⁷⁰ Informações dadas ao autor pelo dr. Gonçalo Sampaio e Mello (12 de Abril de 2004).

¹⁷¹ Ser-lhe-ia concedido o título de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Industrial. No decurso de uma visita realizada ao norte do País – Gaia, Porto, Leixões, Aveiro e Gafanha – em que acompanhou o seu irmão Pedro, então ministro do Comércio e Indústria, foi por este anunciada a distinção conferida pelo presidente da República. Também ao eng. Pedro Inácio Alvares Ribeiro foi na mesma altura conferida a mesma distinção. Segundo Pedro Theotónio Pereira, a resolução de Carmona devera-se “à dedicação” de “ambos pela causa dos trabalhadores portugueses.” Recorde-se que os dois agraciados foram os “presidentes das duas primeiras Caixas Sindicais de Previdência instituídas em Portugal pelo Estado Novo.” *Diário da Manhã*, 19 de Abril de 1936, p. 8 (2.ª coluna).

¹⁷² Informações dadas ao autor pelo dr. Gonçalo Sampaio e Mello (12 de Abril de 2004).

¹⁷³ “[...] diplomada com o Curso de Pintura (Aquarela) de Roque Gameiro e distinta aquarelista, nasceu a 31 de Dezembro de 1895, em Angra do Heroísmo [...] e faleceu a 11 de Junho de 1957 em Lisboa.” Vasco Bettencourt de Faria Machado e Sampaio, *Ascendência e Descendência do Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt*, s.e., Lisboa, 1991, pp. 115-116.

¹⁷⁴ Gonçalo Nemésio, *op. cit.*, pp. 245-246. Nuno Theotónio Pereira (Lisboa, 1922), além de se ter tomado, a partir de finais da década de 1950, num convicto opositor ao salazarismo, chegando a ser detido pela polícia política do regime, destacou-se como um notável arquitecto da sua geração. Foi presidente do Centro Nacional de Cultura, da Associação dos Arquitectos Portugueses e do Conselho Europeu de Arquitectos. Foi durante algumas décadas – de 1949 a 1971 – arquitecto de Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência. Duarte Nuno Simões, “Pereira, Nuno Teotónio” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 42-43.

¹⁷⁵ “Alguns anos mais tarde, apareciam por ali [na margem, junto ao Cais do Ginjal] guigas com jovens remadores, fazendo já namoro aos lindos olhos verdes da minha mana Clara.” Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 15.

¹⁷⁶ Transformou-se numa fervorosa admiradora de Monsenhor Marcel Lefèvre.

conseguia admirar Marcello Caetano nem como político nem como homem. Achava-o um fraco.¹⁷⁷ As suas *Simple Memórias*, além de descreverem inúmeros, importantes e, sobretudo, interessantes episódios da vida quotidiana dos Theotónio Pereira, assumem um cunho de forte intervenção política e social, sendo veiculados valores ultramontanos que se pode não apenas suspeitar, mas também garantir, nunca terem vigorado em Portugal ou na restante Europa no período em que viveu a autora.

Pedro Theotónio Pereira, tal como seus irmãos e irmãs, seguiram parcialmente de “uma forma idêntica até à puberdade” aquilo que os teóricos definem como o “processo educativo” típico das chamadas “classes dominantes”, independentemente do significado do “conceito”.¹⁷⁸ Generalizando, pode-se presumir que a sua educação se teria caracterizado por “aprendizagens culturais e precoces em casa”, com professores de “Português ou Línguas¹⁷⁹, seguidas da frequência inequívoca do ensino primário particular [...]”. Tal como parece que seria típico no meio social a que pertenciam e frequentavam, deveria ser na adolescência que Pedro Theotónio Pereira e os seus dois irmãos seguiriam um caminho claramente diferente daquele que estaria reservado às suas duas irmãs. Neste caso, não apenas este último pressuposto não se confirmou, como os anteriores apenas parcialmente se concretizaram. É verdade que Virgínia Hermann cuidara que todos os seus filhos, antes de entrarem “para a escola”, já soubessem “ler e contar e o princípio de uma ou duas línguas estrangeiras.” Neste caso, o padrão cumpria-se – pelo menos em parte. Porém, na década de 1920, pelo menos a irmã mais nova não cumpriu o percurso que à partida, por fatalidade social e de género, lhe estaria destinado. Virgínia Theotónio Pereira frequentou, primeiro, o colégio inglês, e depois, a «École Française». Do

¹⁷⁷ “Estando eu um dia a almoçar no Hotel do Buçaco sozinha numa mesa, mandou o seu secretário convidar-me para me sentar perto de si, a fim de conversarmos. Levantei-me prontamente e agradeci. Observando o meu apetite, comendo gostosamente uma maionese de lagosta que escolhera, confessou-me com tristeza ter de fazer dieta pois não se sentia bem, e precisar também de fazer um pouco de repouso após o almoço. Era muito amigo do meu irmão Pedro desde a juventude e, recordando o meu Pai, comentou que o admirava muito mas o achara talvez demasiado repressivo.

Ri-me e contei-lhe que desde os oito anos andava sozinha, embora em liberdade condicionada, visto ser esse também o parecer de minha Mãe. Mas aí de mim se me passasse pela cabeça mentir, pois ela mesma não se ensaiaria em dar-me umas fortes palmadas. Ao dizer isto, o Sr. Presidente Caetano estremeceu e observou: ‘Ah, bater não!’

Fiquei calada e um pouco triste. Marcello Caetano não seria o homem para a situação e estava já com poucas forças para lutar.” Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 254.

¹⁷⁸ Maria Manuel Vieira, “Letras, artes e boas maneiras: a educação feminina das classes dominantes” in *Análise Social*, vol. XXVIII (120), 1993 (1.º), p. 17.

¹⁷⁹ Neste caso seria pertinente afirmar que os Theotónio Pereira não pertenciam afinal às classes dominantes, uma vez que não existe nenhum testemunho sobre qualquer professor doméstico contratado com qualquer tipo de funções pedagógicas. Mas a mãe, Virgínia Carlota Hermann, a quem nas *Memórias* a sua filha Virgínia apelida de “educadora,” possuía “o curso completo dos Liceus e do Conservatório premiado com distinção e louvor” tivesse chamado a si o ensino não apenas das primeiras letras (e números) mas também de idiomas como o francês e o inglês. Tinha também o gosto pelo desenho e pela pintura. Tanto o seu filho Pedro como, sobretudo, a filha Virgínia, viriam a herdá-lo. Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 13.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

primeiro só tinha “bem a dizer”, apenas lhe custando adaptar-se à comida: “grossas fatias de ‘roastbeef’ com grandes cebolas cozidas, feijão encarnado guisado que nunca comera, e sobremesa só em dias de festa.” Embora o colégio fosse “protestante”, ou precisamente por causa disso, “antes de começar as aulas todos nos púnhamos de pé, rapazes e pequenas”, e lá rezavam o “Pai Nosso” e a seguir entoavam o “God Save the King”. Na “École Française”,¹⁸⁰ depois promovida a Liceu Charles Lepierre, como seria óbvio, não se rezava “nada [...] talvez por serem republicanos”. Mas para além do laicismo, os colegas franceses, isto já depois da Grande Guerra, quase chegaram a proscrever Virgínia Theotónio Pereira, tudo por causa do apelido alemão que herdara da mãe, e apesar da pequena se considerar “portuguesa legítima.”¹⁸¹ Virgínia Theotónio Pereira cumpriu ainda um curso de violino de oito anos “para dar gosto” ao seu pai, “que em solteiro tocara muito e possuía dois bons instrumentos – um de estudo e outro de concerto.”¹⁸²

Isto significa que como seria de esperar, não foram apenas os irmãos Theotónio Pereira a usufruírem do privilégio, absolutamente normal para a época, que seria a frequência do ensino secundário (ou liceal). Ficou-lhes apenas reservado o exclusivo do ensino superior, sendo claro que pelo menos Luís e Pedro tiveram uma formação que os preparou para a “inevitabilidade de um futuro social indissociável de uma carreira profissional – desejavelmente compatível com a posição social de origem [...]”¹⁸³ Luís estudou no Reino Unido, sendo-lhe dada uma formação que tinha como objectivo prepará-lo tanto para poder conduzir os negócios da família, sobretudo na esfera comercial, mas também, como se veria mais tarde, na política e no sector financeiro. Pedro, depois de estudar Matemática e se licenciar na Faculdade de Ciências em Lisboa, foi para a Suíça estudar cálculo actuarial, para poder ocupar na Companhia de Seguros Fidelidade o cargo que lhe fora destinado.¹⁸⁴ Numa carta que enviou ao então já seu muito amigo Marcello Caetano, fez um retrato breve de uma parte da cidade e do comportamento dos seus habitantes

¹⁸⁰ Localizada desde 1917 no palácio Braancamp do Pátio do Tijolo. Aquando da sua inauguração, em 1907, funcionara na rua da Emenda. Até 1914, apenas ministrou o chamado ensino elementar. Em 1952, a Escola Francesa passou a Liceu Charles Lepierre, e mudou-se, ainda em Lisboa, para a avenida Duarte Pacheco. Sebastião C. da Costa-Sacadura, *De L'École Française de S. Vicent de Paul (1864) au Lycée Charles Lepierre (17 Novembre 1952)*, s.e., Lisboa, 1952, p. 5.

¹⁸¹ “Houve uma grande festa certa ocasião, e estive quase para não entrar nela por ser «boche»! Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 30

¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 13.

¹⁸³ Maria Manuel Vieira, *op. cit.*, p. 18.

¹⁸⁴ Desconhece-se, no entanto, a instituição em que Pedro Theotónio Pereira se viria especializar. Certo é que esteve em Zurique, vivendo num quarto situado na Splügenstr., 6. Transcreve-se a informação que nos foi dada pelo Doutor António Alves Caetano: “Ignoro qual o estabelecimento de ensino em que fez a especialização de Actuário, na Suíça; pode ter sido, até, uma Companhia de Seguros ou de Resseguros – as da Suíça eram renomeadas – que abrisse essa possibilidade ao filho do Director de uma congénere portuguesa, com quem tinham boas relações. Com efeito, tem de se ter presente que a actividade seguradora é uma das de mais antiga internacionalização. Julgo que o Dr. Francisco Leite Pinto [...] o acompanhou nesse estágio.” E-mail recebido de António Alves Caetano, 11 de Setembro de 2002.

num Sábado outonal ao fim da tarde. Nele deixava transparecer a sua admiração pelos valores sociais cultivados pelos helvéticos, mas onde era também evidente –demasiadamente evidente talvez – o culto da saudade da terra portuguesa.

Aos Sábados, tem-se aqui a tarde livre.

Por regra toda a gente abala para as montanhas de farnel às costas ou pelo menos todas que se cruzam na rua vão equipados como o velho Tartarin,¹⁸⁵ com a picareta e as botas ferradas. Eu fiquei umas horas a escrever, gozando o cachimbo da paz. Sai já com as primeiras sombras e encaminhei estes exilados passos para a parte da cidade que me fica da banda de lá do lago, trepando em ruas velhas pelo monte: mas estas acabam logo, limitadas à antiga Zurique que pouco se afastava da sombra das altas torres da Catedral Católica. A seguir, as ladeiras são mais floridas que as do Monte Estoril, e as casas, quase todas de gente modesta, são de estremecer. As janelas, largas e baixas molduradas de sardinheiras vermelhas como as nossas, cortinas muito brancas mesmo nas mais pobres, um tufo de trepadeira abraçando um balcão de alpendre envidraçado e os telhados de ardósia negros, a prumo, por onde a neve escorre no inverno...Fui jantar a um restaurante de estudantes com menus a 3 preços, franqueza larga e nada de cerimónias. Todos muito correctos mastigando as suas salsichas e só dum grupo de italianos numa mesa, falavam alto e contendiam com as criadas. Voltei para o quarto, acendi o candeeiro e deixei-me cair numa cadeira como se me esmagasse todo o peso dum Sábado solitário, esquecido no interior da Europa.¹⁸⁶

“Monárquicos de muitas gerações, Miguelistas [...]”¹⁸⁷

Antes de ter feito chegar um dos seus filhos à Suíça, vale a pena recordar que a oportunidade de frequentar o Colégio de Campolide e de beneficiar de toda a sua excelência pedagógica, seria negada a Pedro Theotónio Pereira,¹⁸⁸ uma vez que o ensino em colégios religiosos, nomeadamente católicos, foi proibido na sequência do 5 de Outubro e da promulgação de legislação tida, não apenas pela Igreja, como anticlerical e limitadora da chamada liberdade religiosa.¹⁸⁹ A implantação da República e o anticlericalismo que se lhe seguiu, conduziu ao

¹⁸⁵ Referência a uma personagem protagonista de três novelas de Afonso Daudet intituladas: *As Aventuras Prodigiosas de Tartarin de Tarascon*, *Tartarin nos Alpes* e *Port-Tarascon*. Uma breve caracterização da personagem e um resumo trama de cama uma das aventuras encontra-se em “Tartarin de Tarascon” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 30, s.e., Lisboa – Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., pp. 770-771.

¹⁸⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 3 de Outubro de 1925 (documento n.º 9). Arquivo Marcello Caetano (AMC), Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

¹⁸⁷ BDCMPTP.

¹⁸⁸ O Colégio de Campolide era “famoso pelas instalações e pela qualidade da instrução” ministrada. “A média anual de alunos, até 1885, variava entre os 150 e os 200,” subindo a frequência da escola na década de 1890 para os 300. “Nas vésperas da República, Campolide era frequentado por 321 estudantes,” sendo que desde a “sua fundação até 1903,” o “colégio já ministrara a instrução a 2100 alunos,” o que se tomara num factor de influência social presente e futura. Naturalmente, e não apenas o Colégio de Campolide, todos os colégios Jesuítas eram “reputados e faziam concorrência às escolas públicas do ensino secundário.” Vítor Parreira Neto, “Ensino III. *Época Contemporânea (até 1910)*” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), C-I, s.e., s.l., Circulo de Leitores, 2000, p. 126.

¹⁸⁹ Sobre a “resistência da hierarquia religiosa” à “concretização do projecto laicizador republicano” em finais de 1910 e em 1911, Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, s.e., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., pp. 278-285. Ver ainda Romulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, s.e.,

encerramento do Colégio de Campolide já depois de ter sido “saqueado pelas massas populares.” Forças militares procederam a buscas naquele “estabelecimento de ensino, tentando encontrar armas e as famosas passagens subterrâneas”. Entretanto, e segundo testemunhos da época, uma “pequena multidão cercou não só” o edifício de Campolide, “como outras casas religiosas, manifestando a sua oposição à presença dos frades.”¹⁹⁰ Já segundo Virgínia Theotónio Pereira, “por alturas do 5 de Outubro”, Alberto e Luís Theotónio Pereira, “que estavam internos no Colégio de Campolide, foram mandados para casa. O Colégio fechou e houve padres assassinados.” Como se isso não bastasse, o irmão mais velho, Alberto, “vinha doente com um ataque de apendicite e foi operado de urgência, conforme minha Mãe contava, em cima da nossa mesa da cozinha, à luz dos candeeiros de petróleo, pelo grande operador Dr. Augusto de Vasconcelos, que durante um mês nunca ousou dar esperança de poder salvá-lo.”¹⁹¹ Mas desta infelicidade não se poderá responsabilizar o anticlericalismo da plebe lisboeta.

É verdade que o ódio aos frades, e também aos padres, e o anticlericalismo que se lhe associa, não era absolutamente novo, embora as circunstâncias o fossem.¹⁹² Os Theotónio Pereira viviam no seio de uma sociedade na qual, desde o marquês de Pombal, tinham sucessivamente sido tomadas medidas que penalizavam o clero regular e, em particular, os Jesuítas. Tinha sido assim, já no século XIX, sob a batuta de Joaquim António de Aguiar, José da Silva Carvalho e Anselmo Braancamp “que expulsaram os Jesuítas e as Irmãs de Caridade, proibiram a profissão de frade e dissolveram as ordens religiosas.”¹⁹³ Mas uma coisa era conhecer a realidade através dos livros da história ou de relatos de família, e acreditar piamente que nada deveria nem poderia repetir-se. Outra era ter notícias não apenas do saque do Colégio de Campolide, mas ainda, o que era particularmente importante para quem tinha interesses na margem esquerda do Tejo, do incêndio e destruição provocados pela plebe republicana na residência de Val de Rosal na Costa de Caparica, ou do apedrejamento pelo operariado de

Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 658-662. Sobre as origens do anticlericalismo português oitocentista, Maria de Fátima Bonifácio, “A republicanização da monarquia (1858-1862)” in *Apologia da História Política: Estudos sobre o século XIX português*, s.e., Lisboa, Quetzal, 1999, pp. 241-362.

¹⁹⁰ Vítor Neto, *op. cit.*, p. 359.

¹⁹¹ Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 17. Apesar deste e de outros testemunhos que atestam a frequência do Colégio Jesuíta de Campolide pelos irmãos Alberto e Luís, também é verdade que os encontramos no *Guia dos Alunos Matriculados nos Lyceus Ou que n'elles pretendam fazer exame*. No entanto, e embora isso não esteja explicitamente declarado, é possível que ali apareçam apenas na qualidade daqueles alunos que recorriam aos estabelecimentos de ensino oficial para ali realizarem os seus exames, o que teria sucedido no então Liceu do Carmo. João Baptista de Lemos Figueiredo, *Guia dos Alunos Matriculados nos Lyceus Ou que n'elles pretendam fazer exame, Anuario para 1905-1906*, s.e., Lisboa, Typographia do Commercio, 1905, pp. 87 e 93. Indiscutível é o facto de ambos, no ano lectivo de 1905-1906, terem frequentado a mesma “I Classe” (actual 5.º ano) no citado liceu. *Guia dos Alunos Matriculados nos Lyceus Ou que n'elles pretendam fazer exame, Anuario para 1909-1910*, João Baptista de Lemos Figueiredo (coord.), s.e., Lisboa, Typographia do Commercio, 1909, pp. 60-61.

¹⁹² Imagens do anticlericalismo de extracção popular em Lisboa encontram-se em António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Retrato da Lisboa Popular 1900*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983, pp. 150-153.

¹⁹³ Vítor Neto, *op. cit.*, p. 355.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Setúbal das casas da Companhia de Jesus situadas nesta cidade. O sentimento fortemente anticlerical que fora tomando conta do ideário e da prática política dos republicanos em Lisboa e noutros centros urbanos e operários com alguma importância por todo o País, tomara o poder e fazia-se sentir impunemente pelas ruas. Além disso, se hoje eram os frades que se viam na contingência de se recolherem aos presídios para aí serem protegidos pelas forças da ordem daquilo que era a violência exercida pela plebe, amanhã poderiam ser outros, a começar por aqueles que ricos e poderosos, ou tidos como tal, que sendo católicos mais ou menos fervorosos, poderiam ser impedidos de viver no ambiente senão de paz, pelo menos de protecção político-social e religiosa que a Monarquia garantira a partir da Regeneração.¹⁹⁴ De qualquer forma, após a implantação da República rapidamente o “Estado nacionalizou os bens da Companhia de Jesus e não só arrolou como selou os das restantes associações religiosas.” Embora a generalidade dos Jesuítas detidos pelas autoridades tenham sido bem tratados, é também verdade que foram “sujeitos a interrogatórios conduzidos pelo próprio Afonso Costa”, tendo ainda sido nos presídios “fotografados e submetidos, pelos funcionários do posto antropométrico de Lisboa, à medição dos crânios, como era usual na época fazer aos criminosos” de delito comum. Além do mais, logo três dias após o 5 de Outubro, o chefe do Governo Provisório, Teófilo Braga, tinha decretado a “reposição das leis anticongreganistas do marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar”, além de ter revogado o decreto de 18 de Abril de 1901 que permitia a reconstituição das ordens religiosas sob determinadas condições.¹⁹⁵ Obviamente, no seio de uma família profundamente religiosa, mas também convictamente monárquica,¹⁹⁶ não apenas a Revolução mas também toda a agitação que se lhe seguiu, que não parecia atenuar-se mas apenas agravar-se com a passagem do tempo, assim como o facto de alguns dos seus acontecimentos iniciais terem sido tanto directamente vividos como presenciados, reforçaram em toda a família as velhas convicções favoráveis à vigência de um ambiente político e social estável, assente na autoridade do Estado e nos valores emanados por aqueles que eram os seus dois pilares essenciais: a Monarquia e a Igreja Católica.

Embora construídos e transmitidos muito posteriormente, a verdade é que os relatos de Pedro e de Virgínia sobre o par de acontecimentos emblemáticos que marcaram a crise final da Monarquia, o regicídio e o 5 de Outubro, demonstram o forte impacto moral e emocional que

¹⁹⁴ Há notícia de no ano de 1914, em Almada, se “ter juntado um grupo de homens que não queriam nada com a religião, [e que] levaram santos de todas as igrejas e capelas de Almada, da igreja velha, de Cacilhas, da capela do Pragal, de todas, e deitaram os santos pela rocha abaixo. [...] Houve um senhor que quando soube veio com uma carroça buscar as imagens, já mutiladas.” Excerto de uma entrevista reproduzida em Maria Ângela Correia Luzia, *op. cit.*, “Anexos,” p. 64.

¹⁹⁵ Eram elas a instrução, a beneficência e a “missionação” das colónias. Vítor Neto, *op. cit.*, p. 360.

¹⁹⁶ “Na casa de Meus Avós, embora Monárquicos de muitas gerações, Miguelistas mas dedicando à memória de El Rei Dom Carlos e de El Rei Dom Manuel um sentido respeito [...]” BDCMPTP.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

tiveram no ambiente familiar. É claro que grande parte desse tipo de sentimentos e sensações, nas suas cambiantes – da consternação ao júbilo –, teve lugar um pouco por todos os lares portugueses.¹⁹⁷ Simplesmente, para os Theotónio Pereira, que pelo menos indirectamente tinham tido algum contacto com a corte – contacto esse que apurou o seu monarquismo –, o choque provocado pelo assassinato de D. Carlos e do príncipe herdeiro, sobretudo, e depois não apenas pela implantação da República mas, essencialmente, pelo ambiente de violência e até de terror em que julgavam o País ter sido lançado, foi marcante. Virginia Theotónio Pereira, que nasceu apenas em 1910, “recordava-se” também ela perfeitamente dos acontecimentos. Deixou-nos o seu testemunho do horror e do desgosto profundo causado pelo regicídio, assim como a evocação recorrente de que o fatal acontecimento era alvo na sua infância, lado a lado com a promoção do culto daqueles que tinham tombado assassinados. Escreveu ela:

[...] a minha infância decorreu em parte enlutada pelo atentado contra a Família Real. A primeira República nasceu de um crime hediondo, de que ninguém deveria orgulhar-se: assassinio à traição de um Príncipe Real e de seu pai, El-Rei D. Carlos. A maldade foi tanta, que o plano era para liquidar toda a família. A grande Rainha que foi D. Amélia de Orleans e Bragança, na carruagem descoberta em que viajavam, apesar de terem sido avisados do perigo a que se iriam expor, pôde ainda salvar o Infante, cobrindo-o com o seu corpo, ao mesmo tempo que o ramo de flores que trazia na mão desviou o braço do assassino.

[...]

Quando alguma vez estava doente, a minha Mãe, para me manter quieta na cama, trazia-me ilustrações antigas para ver. Eu ficava olhando aqueles meninos tão bonitos que podiam ter sido os nossos Reis e, comparando-os com as imagens dos que então governavam, dizia: ‘Não gosto destes homens: aqueles meninos não faziam mal a ninguém.’¹⁹⁸

Para o seu irmão Pedro, na altura ainda com apenas cinco anos, o regicídio foi um acontecimento que nas suas *Memórias* classificou como determinante para todo o percurso de vida, pessoal e pública. Não por acaso, foi com a descrição da profunda emoção que o assassinato do rei provocara em toda a família, e a ele em particular, que iniciou a obra na qual recolheu os momentos mais marcantes da sua vida:

¹⁹⁷ Pode parecer exagerada esta afirmação. Afinal, uma grande parte da população lisboeta, independentemente da sua origem social, era republicana e anticlerical (de uma forma mais ou menos radical, mais ou menos moderada). No entanto, convém recordar que em “casa de alguns dos próceres do anticlericalismo, [...] havia mulheres doloridas pela ofensa à sua fé.” Marcello Caetano, “Uma Página de História” in *A Voz*, 29 de Janeiro de 1966, p. 4. Também Fernanda de Castro, iniciou as suas memórias chamando a atenção para este facto quando escreveu: “No dia em que nasci, os meus pais discutiram por minha causa.

[...] Meu pai que se dizia ateu, decidiu que eu nascera aos cinco minutos de 9 de Dezembro [de 1906]. Minha mãe, católica praticante, afirmava que eu nascera nos últimos cinco minutos do dia 8, dia de Nossa Senhora da Conceição. Assim, para tudo o que é oficial, [...] nasci a 9. Para a minha família, porém, para os amigos, para a festinha de anos, para as prendas, para o arroz-doce e leite-creme polvilhados com canela, nasci a 8 [...].” Fernanda de Castro, *Ao Fim da Memória. Memórias [1906-1939]*, s.e., s.l., Editorial Verbo, 1986, p. 7.

¹⁹⁸ Virginia Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 16-17.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Foi num frio entardecer de um mês de Fevereiro. Não havia ainda completado os 6 anos quando o que viria a tornar-se a mais remota e dolorosa memória da infância me feriu profundamente a alma. Lembro-me que em nossa casa estavam já acesas as luzes do gás. Meu Pai, chegado a casa havia instantes, abraçara emocionado minha Mãe e, ao fim dum longo silêncio que o detivera com o olhar imóvel e terrivelmente pálido, só pôde dizer: Mataram o Rei.

Eu nunca tinha visto o Rei D. Carlos senão passando na sua carruagem, uma vez no Corpo Santo e outra no alto da Avenida. Mas sabia que na nossa casa se falava do Rei com respeito e que ao rezar, todas as noites, pedíamos a Deus que o protegesse. O desgosto de meu Pai devia ser muito grande, pois nunca tinha pensado que ele pudesse chorar.

As crianças sentem estas coisas e, mesmo que as não entendam completamente, guardam lembrança pela vida fora dos acontecimentos que lhes causam maior impressão. E por isso, conforme a recordação é feliz ou triste, assim, muitos anos depois, se sorri ainda ou se sente nos olhos um orvalho de lágrimas.¹⁹⁹

Mas também as escaramuças que, tendo o estuário do Tejo e as suas margens como cenário, conduziram à mudança de regime a 5 de Outubro de 1910, causaram impressão profunda em Pedro Theotónio Pereira. Cerca de seis décadas mais tarde não se eximiu de relatar os factos políticos e militares que presenciou naquela data, sublinhando o desgosto que lhe causaram.

A minha recordação mais nítida dos dias da revolução reporta-se à manhã do dia 5, em que um numeroso grupo de pessoas observava da margem esquerda do Tejo o espectáculo oferecido pelos incidentes que tinham lugar em frente de Lisboa, no chamado quadro dos navios de guerra, de onde partira a revolução. Tínhamos passado o Verão na nossa quinta da Outra Banda, e o facto de vivermos à beira rio permitia-nos assistir de perto à maior parte do drama.

O navio-chefe era o cruzador Dom Carlos. [...]

Sabia-se que a rebelião não pudera dominar o estado-maior do navio e que por essa razão a bandeira azul e branca continuava içada no mastro próprio e era a última esperança dos que a não queriam ver substituída.

A certa altura da manhã vimos atracar ao Dom Carlos um rebocador do arsenal e saltar a bordo um grande número de indivíduos armados. A brisa trouxe-nos logo a seguir o eco de descargas que se prolongaram por alguns minutos. Depois, fez-se um silêncio e avistaram-se várias silhuetas correndo pelo tombadilho como num assalto ao último reduto dum castelo cujos defensores soçobrassem.

Era em terra um numeroso grupo, a que eu e meus irmãos mais velhos nos havíamos juntado, e aí estávamos assistindo ao dramático lance. Sem dúvida, haveria no grupo muitos que simpatizavam deveras com a mudança de regime e que certamente por isso não tinham cessado os seus gracejos bem humorados e confiantes. Mas quando no mastro de ré do Dom Carlos a bandeira antiga começou a descer, os gracejos acabaram. Fez-se de repente um fundo silêncio e alguns tiraram os chapéus. Houve como que uma críspação dolorosa em que todos evitaram olhar-se de frente. E o grupo dispersou sem mais comentários. Eu devia ser pela bandeira azul e branca, porque voltei para casa desfeito em pranto.²⁰⁰

¹⁹⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 13.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 13-14.

É claro que esta narração não é do ponto de vista factual totalmente fidedigna. Sobretudo por aparentar um cunho dramático demasiadamente pesado, uma vez que quase não evoca os episódios burlescos e picarescos que normalmente marcam este tipo de acontecimentos quando presenciados por grupos de populares sempre dispostos a proferirem os comentários e opiniões mais extravagantes.²⁰¹ Por outro lado, omite o facto de no concelho de Almada, assim como noutros situados nos arredores de Lisboa, casos do Montijo, Seixal, Barreiro e Loures, a República ter sido proclamada logo no dia 4 de Outubro.²⁰² Mas, sobretudo, demonstra como vários dos acontecimentos emblemáticos que selaram o fim da Monarquia ficaram indelevelmente marcados na memória de Pedro Theotónio Pereira, como da restante família. E no entanto, não foram apenas estes acontecimentos que ajudaram a moldar as opções tomadas mais tarde no campo político por Pedro Theotónio Pereira e seus irmãos. As convicções políticas e ideológicas de seus pais, e em especial da mãe, monárquica e profundamente católica, condicionaram as opções políticas de seus filhos e, em particular, de Pedro. Tendo Virgínia Hermann a obrigação e o desejo de educar e formar os filhos em todos os seus mais pequenos pormenores, transmitiu-lhes naturalmente a importância da devoção pelos princípios monárquicos e católicos. Mas para além das juras de fidelidade à causa da Monarquia e às vantagens para os portugueses que decorreriam da sua restauração, Virgínia Hermann empenhou-se em transmitir-lhes, e especialmente a Pedro Theotónio Pereira, por ser aquele por quem nutria uma maior afinidade, a convicção de que no domínio das opções político-ideológicas se deveria ser não apenas capaz de identificar e apoiar as soluções de restauracionismo monárquico mas, sobretudo, aquelas que se mostrassem ordeiras, conservadoras, capazes de vencerem a instabilidade social e política que recrudescera dramaticamente à sombra da República. Finalmente, e para além de ter ensinado aos seus filhos aquilo que deviam ser, demonstrou-lhes ainda aquilo poderiam e deveriam fazer, nomeadamente manifestando em público, se necessário fosse, as suas convicções, mas também agindo e sacrificando-se.²⁰³ A

²⁰¹ As populações da zona pareciam ter uma apetência especial para se manifestarem quando se verificava a mudança de regimes políticos em Lisboa. Nas vésperas da ocupação da capital por tropas liberais, e que foi o dia do abandono pelos miguelistas do forte de Almada (às sete da manhã do dia 24 de Julho de 1833), os almadenses “organizaram em Cacilhas e no Ginjal festejos,” a “luz das fogueiras bem visíveis de Lisboa,” dançando-se e cantando-se “pela noite fora,” o que terá contribuído “para animar os adeptos do liberalismo e desanimar os miguelistas” na outra margem do Tejo. A 24 de Julho, em Almada, a Câmara reuniu sob a presidência de um vereador e rapidamente redigiu “uma proclamação de fidelidade à rainha D. Maria II, [...] subscrita por [um] grupo de liberais. A burguesia almadense aliava-se ao povo. Presente também o clero: assinam a proclamação três padres. Decididamente, Almada estava com os liberais! [...]” R. H. Pereira de Sousa, *Fortalezas de Almada e seu termo*, s.e., s.l., Edição do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada, 1981, pp. 42-43.

²⁰² A. H. de Oliveira Marques (coord.), “Portugal: da Monarquia para a República” in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, 1.ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1991, p. 699.

²⁰³ Estando Pedro Theotónio Pereira, no fim da sua adolescência, em casa de cama por causa de uma “angina,” apareceu Pequito Rebelo reclamando os “serviços” do enfermo. “Vivia-se novo ‘Episódio’ Monárquico!” Tendo

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

acreditar no testemunho segundo o qual Pedro Theotónio Pereira manteve sempre com sua mãe, e claro está nos anos da infância, da adolescência e do princípio da sua idade adulta, uma relação de extrema cumplicidade,²⁰⁴ foi certamente nos conselhos nos exemplos por ela dados que encontrou um incentivo e um modelo para a uma dedicação à actividade política iniciada nos tempos do sidonismo.²⁰⁵

“[...] gente [...] que mourejava nos armazéns e nas fábricas [...]”²⁰⁶

Sucedeu também que a “outra banda”, além de ponto de observação privilegiado de acontecimentos marcantes e paradigmáticos da vida da Nação, foi ainda a referência de episódios comuns de qualquer quotidiano familiar. Embora, com excepção de João Theotónio Pereira Júnior, que por dever profissional tinha a obrigação de visitar regularmente as instalações da empresa no Cais do Ginjal, toda a família passasse a maior parte do ano na residência de Lisboa, verdade é que parece ter sido na margem esquerda do estuário do Tejo que, regra geral, se registaram acontecimentos que mais mereceram ser evocados. As recordações e, portanto, os bons e inesquecíveis momentos pessoais, solitários ou com a família, a grande parte das histórias que ficavam para contar, tiveram lugar na casa situada no Cais do Ginjal “que tinha por detrás uma quinta encantadora, encostada à rocha de Almada” ou, ainda, na Quinta do Pombal, conhecida pelas suas encantadoras rosas. Foi no Ginjal que nasceu de madrugada Virginia Theotónio Pereira, a mais nova dos cinco irmãos. Na altura, e como sucedia não poucas vezes, seu pai encontrava-se num pequeno bote a pescar “ao candeio’ acompanhado de dois pescadores vizinhos.” No fim dessa madrugada, levou para casa, entre outro pescado, um “possante congro de 15 quilos”. Regressou entusiasmado pela pescaria mas “mal passou os umbrais ouviu um ‘cué-cué’ de bebé nascido.”²⁰⁷ Depois, e como era hábito, logo no primeiro Verão após o nascimento de cada novo membro da família, a “Mãe tinha por costume [...], assim que podia, ir para o mar e levá-los consigo.” Pelo menos até ao início da década de 1920, os pais de Pedro Theotónio Pereira, o próprio Pedro e os seus irmãos, passavam longas temporadas à beira rio, a pescar, a nadar e, sobretudo no caso de Pedro, a

alguém da família dito que o “Pedro” não podia nem devia acudir à chamada, “Logo a Mãe voltou: ‘Ora essa, suba lá o Senhor Dr. ao quarto, porque eles têm um dever a cumprir!’ E assim foi.” BDCMPTP.

²⁰⁴ “Meu Pai era um filho afeiçoado e respeitoso. Porém, entre ele e minha Avó, existia algo mais: existia aquele sentimento tão belo que define a completa harmonia entre duas almas. [...] Esta afinidade que os levava a longas conversas, a desabafos mútuos manteve-se por toda a vida.” Ibidem.

²⁰⁵ “Monárquica [Virginia Hermann] não fora diferente de outras senhoras, na sua admiração por Sidónio Pais e por tudo o que ele representou para o Portugal dessa época. Quando numa tarde subia o Presidente-Rei o Chiado no seu automóvel, minha avó acompanhou-o no meio da enorme Multidão que o aclamava e cercava de todos os lados, agarrada ao mesmo tempo ao carro e ao seu lindo chapéu de flores!” Ibidem.

²⁰⁶ Romeu Correia, *O Tritão*, s.d., p. 37.

²⁰⁷ Virginia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 12.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

manejar vários tipos de embarcações. Com o tempo tornou-se num aficionado da vela e num apaixonado por todo o tipo de embarcações. “Nesses passados anos” a “convivência” no Ginjal foi descrita como sendo muito restrita. Passavam por lá uns primos mas, sobretudo, brincava-se com algumas crianças filhas dos vários empregados da família nos armazéns ou na casa localizada próximo destes.²⁰⁸ “Não deixava, porém, de ser alegre.” Após o jantar, normalmente às seis da tarde, “havia, umas vezes por outras, bailarico na chamada casa ‘de fora’”. Frequentemente, à noite “ouvía[-se] o seu toque de guitarra cantarolando em surdina um fadinho.” Aliás, a partir da implantação da República alguns dos armazéns do Ginjal “foram adaptados a restaurantes, onde as suas famosas caldeiradas, sardinhas assadas, ostras abertas nos fogareiros junto às suas portas, mariscos”, deliciavam os “forasteiros que também” usufruíam do “grande divertimento local: as burricadas.” Regressavam à noite às “suas terras” nas camionetas ou nos “vapores (alguns de rodas),” com a “vontade de que o próximo” Domingo “chegasse em breve, para voltarem ao lugar das suas predilecções.”²⁰⁹

Era naquela mesma casa “de fora” do Ginjal que José Correia,²¹⁰ o encarregado das adegas e dos armazéns de vinhos, marcava os “*pas de quatre* e as quadrilhas”. Juntava-se-lhes “sempre que possível o pessoal menor, depois de se assear”, para dar o “seu pé de dança, que acabava sempre num galope à roda mesa da sala de jantar.” A família – primeiro os avós, depois João Theotónio Pereira Júnior e Virginia Hermann –, cultivava o convívio de José Correia. Muitas vezes, aos Domingos, na temporada de ópera, ia almoçar a casa dos Theotónio Pereira na rua Duques de Bragança. Vestia “um elegante fato completo cinzento claro, com gravata a condizer, alfinete de pérola e chapéu debruado.” Ao que parece, esta indumentária “era o chique para as matinés da ópera”, sendo que o sr. José Correia tinha o condão de trautear “com voz afinada todo um vasto repertório”.²¹¹ No entanto, além desta descrição de pequenos episódios de são convívio social sem a mácula da chamada “luta de classes”, existe uma outra narrativa e interpretação, se não dos mesmos factos, pelo menos do carácter das personagens e das

²⁰⁸ Para todos os efeitos, o Cais do Ginjal era um sítio “solitário”. “Não havia uma escola, uma farmácia, uma capela, nem lojas de qualquer espécie [com excepção de tabernas e casas de pasto]. Quem necessitasse do que quer que fosse haveria de subir a rocha ou ir de volta por Cacilhas.” Romeu Correia, *op. cit.*, pp. 19-20. Note-se que o grosso das descrições de Romeu Correia se reportam, normalmente, ao final da década de 1920 e às décadas de 1930 e 1940. Nessa altura, o número de famílias que vivia no Ginjal podia contar-se “pelos dedos de duas mãos”. *Idem, ibidem*, p. 24.

²⁰⁹ Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 308.

²¹⁰ Avô do escritor Romeu Correia. Uma fotografia com vários membros da sua família, tirada no Corredor do Cais do Ginjal em 1900, foi publicada em Romeu Correia, *op. cit.*, p. 166. José Correia foi um dos fundadores dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas. José Correia terá sido pai de 15 filhos, a maior parte deles falecidos ainda bebês ou crianças. Vivia inicialmente em Lisboa e trabalhava quotidianamente no Cais do Ginjal nos armazéns da família Theotónio Pereira. Quando “vagou um 1.º andar sobre o armazém de vinhos,” José Correia e a sua família mudou-se para o Ginjal. Romeu Correia, *O Tritão*, s.d., p. 27.

²¹¹ Virginia Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 13-14.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

características do ambiente social que caracterizaria o Cais do Ginjal. Assim, o neto de José Correia, o escritor Romeu Correia,²¹² não descartava ser o Cais do Ginjal “livre e rico para o rapazio, ofertando as águas do Tejo peixes e gandaia,” mas “um cativo de solidão para as mulheres solteiras do lugar.” Lamentavam-se por “viver debruçadas naquela muralha”, o que “só lhes trazia tristeza e infelicidade.” Desesperavam uma vez que por “aquele caminho só passavam operários, trabalhadores braçais e tripulantes das fragatas e dos rebocadores, que vinham carregar mercadoria para os grandes navios.” Era “tudo gente” sem futuro “que mourejava nos armazéns e nas fábricas, velhos e jovens andrajosos, muitos deles descalços, que alugavam a força de trabalho aos proprietários das firmas.” Diziam aquelas “moças da pequena-burguesia” que tais “homens não haviam sido talhados para elas lhes darem atenção.” Achavam que “os anos passavam e o cais continuava embruxado”, mantendo-se inalterada “a vida das mulheres que não perdiam a esperança de casar”, repetindo “as tias que viver ali era como se fossem condenadas ao degredo, a um viver sem futuro”, acrescentando Romeu Correia que “nada mais” parecia poder “existir para lá do sustento e dos carinhos do papá e da mamã.” Os tais trabalhadores, essa gente “sem futuro” aos olhos de alguns, “formigavam” em direcção aos “armazéns e fábricas” para “pegar às oito” numa “labuta” que a partir da década de 1930 se “prolongava até às cinco”. Eram horas de “faina intensa” em “armazéns de vinhos e azeites, tanoarias, fábricas de conservas de peixe, enlatados em folha-de-flandres, barricas em salmoira, grandes e pequenas.” A vitalidade económica da zona podia ver-se nas várias nacionalidade dos “patrões” que a dada altura tanto eram portugueses, como espanhóis, tendo chegado a haver pelo menos um grego e um alemão, rematando-se esta “variedade” com o aparecimento, um “certo dia”, de “um russo, um estranho russo,” que dirigia “a fábrica de conserva de fruta seca do velho Moreira.” Além de “trigueiro, magro, de bigodes longos retorcidos nas pontas, boné de pala oleado”, nos “fins de tarde, quando o sol caía lá para a Torre de Belém”, ficava numa janela, a contemplar “o crepúsculo, deixando deslizar duas melancólicas lágrimas pelas faces magras. Dizia-se que o homenzinho chorava pelo seu saudoso czar Nicolau II, morto pelos revolucionários de Outubro...”²¹³

²¹² Nasceu em Almada na então Calçada da Pedreira (actual rua Elias Garcia) no ano de 1917. No ano seguinte mudou-se para o Ginjal, onde viveu até finais da década de 1930. Além de escritor multifacetado, foi, nas décadas de 1940 e 1950, praticante de atletismo e boxe. Militante comunista, em 1965 pertenceu à direcção da Sociedade Portuguesa de Autores, aonde regressaria no ano de 1980. Depois de Abril de 1974, ocupou vários cargos na vida política municipal de Almada e da vida cultural e recreativa da mesma cidade. Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 158. Em romances da sua autoria, como *Gandaia* (1952) – reeditado numa nova versão em 1976, sob o título *Os Tanoeiros* – ou *O Tritão* (s.d.), além do *Cais do Ginjal (Romance)*, (1989), Romeu Correia retrata alguns aspectos do quotidiano no Cais do Ginjal.

²¹³ Romeu Correia, *O Tritão*, s.d., p. 37.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Os armazéns dos Theotónio Pereira, pelo menos nas décadas de 1920 e 1930, apresentavam uma imponência e uma organização aparentemente extraordinária.

Enormes espaços eram ocupados por dezenas e dezenas de tonéis e balseiros que recebiam milhões de litros de vinhos, azeites e vinagres. Caldeiras para tratamento de vários lotes, tanoaria privativa e os sótãos onde se armazenava a casca de arroz para acondicionar as latas do azeite. Havia o gaiolão envidraçado do avô [José Correia], com livros, papelada, ferramentas, a enorme balança decimal onde se pesavam cascos e barnis, e ainda prateleiras com garrafinhas de vinho para análise. Ao fundo, um comprido corredor perpendicular ao cais e à rocha estava dividido em três partes: o sítio da lenha para a caldeira do vinho abafado, a cozinha do pessoal e o pátio onde a minha família tinha os animais de criação. E nesse chão térreo a Natureza realizara a maravilha do Ginjal: a figueira mais alta do mundo.²¹⁴

Mas para além das fábricas, dos armazéns, do cais e das embarcações, o Ginjal tinha “as pequenas quintas e hortas que havia entre as traseiras das casas e a rocha que subia até à vila [de Almada], onde se cultivam figos, pêras, uva garrafal e ginja, tanta ginja, que há muito o lugar, de Ribeiros, passou a denominar-se Ginjal.”²¹⁵ Despontavam flores desse “chão vizinho do rio,” eram “amarelas, brancas e azuis, tão azuis em quantidade que obrigavam os [...] olhos a confundir todas as outras com esse matiz.” Para as solteiras “as flores do cais eram tristes, desmaiadas” por reflectirem “o desgosto das raparigas pelo desprezo a que eram votadas naquele lugar solitário.”

Os habitantes da muralha viviam enamorados do rio e, de pais para filhos, conservavam os apetrechos da pesca. Todos os peixes lhes eram familiares e as manhas para os capturar pertenciam à sabedoria do lugar. Canas de pesca, linhas empataadas com anzóis de várias barbelas, camaroeiros de boca redonda ou rectangular, de malha larga ou a terminar com um saco de rede miúda. Camarões capturados na vazante barrenta, camarão branco, com o linguadinho parasita junto da cabeça. Polvos, santolas, lagostas e lavagantes. Charrocos, tainhas, congros, saífos, cações, robalos, corvinas, eirós e fanecas...²¹⁶

Mas aquilo de que Virgínia Theotónio Pereira não falava, talvez por esquecimento, era que o distinto sr. José Correia tinha morrido de botas calçadas, num infeliz acidente de trabalho na altura muito comum em locais onde se movimentavam a pulso objectos muito pesados. José Correia morreu esmagado por um tonel como um “operário vulgar.”²¹⁷ Também omite, como nos

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ “[...] Aqui desembarcaram pescadores da borda-d’água e navegadores do mar oceano, que a estas paragens vinham em busca de mantimentos, repouso e amor. Era um sítio de acaso, praia de passagem e ancoradouro, com a povoação lá em cima, onde havia pão, vinho e calor humano. Mais tarde os homens ergueram cabanas de colmo e semearam pequenas hortas e pomares, aproveitando a riqueza da água cristalina que brotava ao longo da rocha. De tantos e tão fartos riachos a escorrer para as areias do Tejo, os primitivos habitantes do lugar baptizaram a longa praia de Ribeiros.” Romeu Correia, *O Tritão*, s.d., p. 12.

²¹⁶ Romeu Correia, *Cais do Ginjal (Romance)*, s.e., s.l., Editorial Notícias, s.d., pp. 39-40. Apenas parcialmente se trata de um romance onde abundam os tiques do chamado “realismo fantástico”. Na verdade é um exercício autobiográfico da infância e juventude passada pelo autor no Cais do Ginjal.

²¹⁷ José Correia foi uma das principais personagens do romance *O Tritão*. Romeu Correia teve a oportunidade de aí o caracterizar cuidadosamente. “O meu avô [...] sabia de tudo um pouco. Sabia de coisas remotas que os velhos livros narram, dedilhava instrumentos de corda, era bom jogador de bilhar e de cartas, entendia de toda a sorte de

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

confidencia o seu neto, que ao sr. José Pereira lhe terá sido “uma vez” prometida sociedade na “firma”, mas que tal nunca se cumpriu. Como se isso não bastasse, o próprio Romeu Correia recordava as inúmeras vezes em que escutava as “pequenas conversas entre dois ou mais operários, que logo mudavam de assunto mal eu me aproximava.” Atribui a esta atitude ao seu “parentesco com o avô José Correia, gerente dos armazéns Theotónio.” Era essa “a razão da mudez e do disfarce desses homens. Alguns eram meus amigos, falavam-me sobre tudo – cinema, desporto, sexo, isto e aquilo –, mas menos de política. [...]”²¹⁸ À harmonia social de que Virgínia Theotónio Pereira nos fala nas suas *Memórias*, contrapõe Romeu Correia um ambiente de animosidade e potencial confronto entre grupos e interesses, sublinhando a implantação que o Partido Comunista Português, sobretudo a partir da década de 1940, ia conquistando junto de muitos trabalhadores das empresas implantadas no Cais do Ginjal e nas suas imediações. Porém, aos olhos de Romeu Correia, pouco a pouco, mais do que o nascer de uma consciência da situação de exploração em que viveriam os trabalhadores, perturbou-o a percepção clara da natureza da relação pessoal e laboral do avô – e da família – com os Theotónio Pereira. As suas legítimas ambições teriam sido traídas não apenas pela sua ingenuidade ou pela ingratidão dos Theotónio Pereira mas, sobretudo, pelo peso das regras impostas por uma sociedade estruturada de forma injusta. O avô José Correia não estava afinal “acima dos moços e dos tanoeiros.” Sendo um “homem tão educado, tão honesto, ao ponto de aproveitar os pregos das caixas recebidas no armazém para que o velho patrão economizasse, não poderia ser considerado como um trabalhador qualquer.” Afinal, como lhe tinha feito ver uma amiga e camarada, José Correia não teria passado de “um explorado como todos os outros.” Não só não lhe tinham dado uma sociedade eventualmente prometida, como, e Romeu Correia recordava-se, no “Natal, os patrões ofereciam ao bom José Correia roupas velhas de cerimónia, que eles já não vestiam. Eram casacas, fraques, calças de lista, camisas, camisas espampanantes, colarinhos de goma” que a “avó e as tias costuravam [...] para os corpos dos homens da família. [...]”²¹⁹ Os Theotónio Pereira acreditavam nas virtudes sociais e políticas da tradicional caridade cristã, Romeu Correia já sonhava com políticas de profunda reforma para não dizer revolução social. Sobre José Correia, não sabemos o que pensava. Tratou de falecer ao serviço dos Theotónio Pereira.

mistérios da Natureza, tais como os movimentos dos astros, os eclipses, a razão do vaivém das marés, as estações do ano que prodigalizam a vinda de certos pássaros, e peixes e frutos, e flores...” Romeu Correia, *O Tritão*, s.d., p. 12.

²¹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 75-76.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 76.

“[...] alguma coisa tinha morrido.”²²⁰

Pedro Theotónio Pereira, como os seus irmãos, passaram o grosso da infância, adolescência e juventude, até meados de 1920, entre Lisboa e a “Outra Banda”, fosse na casa do Ginjal, fosse na Quinta do Pombal situada na Cova da Piedade. Lisboa estava, compreensivelmente, ligada ao dever, o que nos primeiros vinte e poucos anos de vida de Pedro Theotónio Pereira equivalia naturalmente à frequência escolar e, depois, à actividade política. Não sendo possível conhecer com minúcia o seu percurso académico, sabe-se, porém, que ao contrário dos seus irmãos, não frequentou o Colégio Jesuíta de Campolide. Existe testemunho de que em parte da sua adolescência estudou numa instituição do ensino privado, a Escola Académica, situada na Calçada do Duque n.º 20, em Lisboa.²²¹ Pelo menos no ano lectivo de 1916-1917, tê-la-á frequentado em regime de internato, uma vez que num ofício dirigido ao reitor do Liceu Passos Manuel, em que pede a inscrição para o “exame do curso geral 2.ª secção”, é dada a morada da Escola como sendo a de residência.²²² Embora não exista qualquer outro testemunho directo que confirme a frequência daquela Escola em regime de internato, convirá recordar terem seus irmãos Alberto e Luís frequentado nesse mesmo regime o Colégio de Campolide. A Escola Académica publicitava o facto de ter “classes infantis regidas por mestras portuguesas e estrangeiras, instrução primária e curso dos liceus,” oferecendo ainda um curso comercial “em 4 anos, modelarmente organizado e de brilhantes e comprovados resultados práticos.” A todos os alunos, “internos, semi-internos e externos”, ministrava-lhes “a par dos maiores confortos, sólida instrução literária e esmerada educação intelectual, moral, cívica e física.”²²³

Na Escola Académica pôde Pedro Theotónio Pereira, eventualmente pela primeira vez, publicar vários textos da sua autoria e exercer os seus primeiros encargos de chefia. Naquele estabelecimento de ensino publicava-se, em principio com alguma regularidade, um pequeno folheto intitulado *A Crónica*.²²⁴ Dirigido por Theotónio Pereira, nele colaboravam vários alunos. Escreviam sobre ciência e tecnologia, literatura, desporto – nomeadamente sobre futebol –, publicavam “folhetins” e, claro está, poesia. O “director” publicou uma “Crónica Científica” que era, nada mais nada menos, do que uma “história” da “Marinha” desde o Antigo Egipto até à

²²⁰ *Idem, ibidem*, p. 36.

²²¹ Curiosamente, a Escola Académica era anunciada no “Diário Integralista da Tarde,” *A Monarquia*. Obviamente, a direcção da escola procurava recrutar alunos junto de pais que tivessem por hábito ler aquele jornal. Dirigia-se a uma clientela monárquica, católica e conservadora.

²²² No ASCTP encontra-se depositado um cartão de aluno da Escola Académica com “permissão de saída” das 13 às 15 horas. Tinha o n.º 274.

²²³ A Escola Académica, além de publicar “512 aprovações no último ano lectivo,” proclamava-se a “mais antiga e frequentada escola particular do país.” *A Monarquia*, 16 de Setembro de 1919, p. 2.

²²⁴ *A Cônica. Publicação Mensal dos Estudantes da Escola Académica*. Os redactores do n.º 6 (Ano 1), publicado a 15 de Maio de 1916 – o único que foi possível consultar – eram José de Meneses Veiga, Francisco Aboim Inglês e Manuel Ivo da Cruz. Augusto Leitão do Prado editava a revista.

“actualidade”.²²⁵ Em duas páginas, percorria um período que ia desde o tempo de faraós até finais do século XIX, não deixando de dedicar algumas palavras aos submarinos, o que não era de espantar dado o impacto que este tipo de embarcações assumira nos combates navais que iam tendo lugar durante o conflito militar mundial em curso. Nas duas últimas páginas de *A Crónica*, publicava-se um folhetim (em continuação) da autoria de Pedro Theotónio Pereira.²²⁶ Ai se sucediam uns quantos episódios que serviam o propósito de louvar a brandura de costumes, a pureza de sentimentos e a bondade das gentes oriundas da província – onde ainda viviam os portugueses autênticos –, e para criticar asperamente o ambiente lisboeta, no qual, tanto como causa como em consequência da afirmação dos ideais republicanos, se vivia, desde logo no seio das classes médias baixas, uma situação de clara deliquescência moral. Porque de alguma forma o horrorizava, e horrorizava o ambiente familiar e social onde se movia Pedro Theotónio Pereira, pelo folhetim passavam pequenos episódios em que se deparava a insegurança nas ruas e a especulação, mas ainda o desleixo no trato, no comportamento e na compostura tanto individual como colectiva das gentes de Lisboa. Finalmente, numa crónica literária,²²⁷ Theotónio Pereira mostrava a sua inclinação para a política e o comentário político – já evidente no folhetim –, não deixando de dar atenção aos acontecimentos de política internacional. Na crónica evocava-se, para justificar o alastramento da guerra em curso a vários pontos do globo, o desembarque de Marte (o “deus da Guerra”) no planeta Terra e a sua subsequente passagem por vários pontos do globo.²²⁸ Tendo começado pelo México,²²⁹ Marte mudara-se depois para a Europa – “que percorre em todos os sentidos como nunca”. “Já farto da civilização, passa ao sul da África, onde pôs tudo em reboição.”

²²⁵ Inserida neste artigo estava a imagem de uma nau do século XVII. O autor do desenho era Pedro Theotónio Pereira.

²²⁶ Pedro Theotónio Pereira, “A Comissão das Lapinhas em Lisboa” in *A Crónica*, ano 1, n.º 6, 15 de Maio de 1916, pp. 30-32.

²²⁷ Idem, “O Deus Marte” in *op. cit.*, p. 28.

²²⁸ “Li há já muito tempo, não sei onde, uma velha lenda do tempo dos gregos, na qual Marte, o deus da guerra, havia ainda um dia de descer ao mundo, não havendo então um só homem que não pegasse em armas.

Pois está-me bem parecendo que esse dia já chegou e que o valente deus da guerra já cá anda a fazer das suas vais para três anos.” Idem, *ibidem*.

²²⁹ Em 1913, teve lugar naquele país da América Latina uma sucessão de acontecimentos político-militares que rapidamente degeneraram em guerra civil. Era a esses acontecimentos que, sem sombra de dúvida, Pedro Theotónio Pereira se referia ao evocar o México no seu pequeno texto sobre a visita de Marte à Terra. É de sublinhar o interesse que os sectores católicos e monárquicos portugueses sempre manifestaram, ao longo das décadas de 1910 e 1920, pela evolução dos acontecimentos no México. País de população maioritariamente católica e que, aos olhos de sectores da sociedade portuguesa, parecia estar a ser alvo de ataques idênticos àqueles sofridos pelos católicos em Portugal após a instauração da República (ver capítulo IV). Enrique Krauze, *Mexico: Biography of Power. A History of Modern Mexico, 1810-1996* (Trad. de Hank Heifetz), s.e., Nova Iorque, Harper Collins, 1997, pp. 334-373.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Finalmente, Sua Excelência por um louco capricho, dirige-se à China, onde os pobres chineses viviam muito tranquilos entre o seu chá e o seu arroz, e, pelo que me dizem, creio estar preparando as malas para uma viagemzita [sic.] à América do Norte.

Não se pretendendo aqui afirmar o óbvio, uma vez que se reconhecem ao ler estes textos de 1916 os grandes traços daquela que viria a ser a biografia política de Pedro Theotónio Pereira – o óbvio seria afirmar que na adolescência eram já evidentes algumas linhas do seu carácter, da sua personalidade, mas também uma panóplia de interesses que se iriam necessariamente afirmar, materializar, ao longo da sua vida adulta, tanto do ponto de vista da sua vida pública como privada –, a verdade é que em *A Crónica* se manifesta um enorme gosto pela escrita e pela participação em projectos de reflexão e produção tanto literária como até política, passando pela manifestação de uma evidente vontade e capacidade de liderança. Nesta publicação da Escola Académica está também presente de forma ostensiva o gosto de Pedro Theotónio Pereira pela náutica, pela actividade política e, sobretudo, pela observação atenta e muitas vezes crítica dos mais variados fenómenos sociais, sempre do ponto de vista dos valores inculcados no ambiente familiar e que condicionaram a sua formação. Desse ponto de vista, o “folhetim” é um documento emblemático uma vez que por ele perpassam situações e personagens que, embora caricaturais, revelam um sentimento de profunda desconfiança e crítica em relação à forma como uma sociedade em guerra e conduzida pelos valores impostos pela República e, antes, por uma Monarquia republicanizada, teria conduzido grande parte do País e dos portugueses ao retrocesso, à decadência, tanto do ponto de vista material como, sobretudo, moral.

Depois da frequência do ensino geral na Escola Académica,²³⁰ transitou no ano lectivo de 1917-1918 para o Liceu Passos Manuel onde pertenceu à turma “A” de Ciências. Não foi aquilo que se poderia designar como um bom aluno. Transitaria para 7.^a classe com a média de 11,6 valores, mas “com insuficiência de média a Química”²³¹ o que, de qualquer forma, correspondia àquilo que era normal entre os seus companheiros de turma, cujo grosso de classificações finais andava entre os 10 e os 12 valores.²³² A passagem, apesar da sua curta duração, pelo Liceu Passos Manuel, no ano lectivo de 1917-1918, e independentemente de nele ter feito um ou outro exame na qualidade de aluno da Escola Académica, deixou recordações em

²³⁰ Apenas foi possível recolher informação sobre a classificação obtida por Pedro Theotónio Pereira no “exame do curso geral, primeira secção” realizado “no dia trinta e um de Julho de mil novecentos e quinze,” sendo “aprovado com a classificação de treze valores, tendo optado pela língua inglesa.” ESPM-LPMSEC/190 01 01.14.01.

²³¹ As restantes classificações finais foram: Inglês, 12; Geografia, 13; Física, 10,5; Química, 8; Ciências Naturais, 12,6 e Matemática, 13,5. ESPM-LPMSEC/135 102 02.02.01 Sexta Classe de Ciências, Turma A, 1918.

²³² Apenas dois alunos da turma se destacaram pelas suas classificações finais claramente acima da média: António de Carvalho Ivo aprovou com 15 valores, Artur Martins Guerreiro com 14,2 valores e Fernando de Vilhena e Vasconcelos com 14,5.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

Pedro Theotónio Pereira. Nem que fosse pela traça arquitectónica, bem pouco elegante por sinal, o Liceu Passos Manuel era à época um edifício a todos os títulos marcante.²³³ Fora fundado em Janeiro de 1911, situava-se “na antiga Cerca de Jesus,” entre a Calçada do Combro e o Palácio de São Bento, naquela que para uns era uma “esplêndida construção de grandes dimensões, com amplas divisões, salas adequadas aos diversos serviços de ensino, bem ventiladas e com cubagem suficiente”. No entanto, e para outros, apesar de ser o mais luxuoso dos liceus lisboetas, era

una construcción cara, excesivamente cara. No obstante, la instalación es peor que la de los liceos de Pedro Nunes y Camões, los cuales, aunque hechos con materiales más baratos, son superiores pedagógicamente, Está situado en un barrio populoso, rodeado de casas y no tiene la amplitud que estos. Consta de un gran cuerpo de edificio y de un campo de juegos inmediato. Sus gimnasios, gabinetes y laboratorios son análogos á los del liceo de Pedro Nunes. Hay una colección de minerales de Portugal formada por los alumnos. Es el único liceo que tiene skating.

Dispone de una sala de estudio para los alumnos los cuales en ella bajo la vigilancia de un empleado especial.

Existe una asociación de alumnos llamada “caja escolar del liceo Passos Manuel” que tiene por fin auxiliar á los estudiantes pobres y organizar excursiones y conferencias.

*Desde el año 1917 tiene servicio de duchas.*²³⁴

A partir do momento em que foi fundado, o reitor vivia atormentado pela manifesta incapacidade do edifício para abrigar “a sua enorme população escolar, que é superior a 1100 alunos por ano.”²³⁵ A acreditar na enumeração e avaliação das dificuldades expostos pelo responsável máximo da instituição no ano de 1912, o problema do “excesso” de alunos obrigava “à rotação das turmas pelas aulas” e implicava uma aceleração do processo de degradação do material e das instalações, uma vez que era “muito difícil imputar responsabilidades pelos estragos causados.”²³⁶ Encontrando-se então logo no momento da sua inauguração com excesso de população escolar, o reitor não duvidava que ao trabalhar com um número superior a 800 alunos era muito difícil apresentar resultados satisfatórios:

²³³ O Liceu Passos Manuel foi o produto do desmembramento em três do velho liceu de Lisboa que se instalara inicialmente no Convento de S. João de Nepumoceno em Setembro de 1837. Andou em bolandas pela capital – Largo do Poço Novo, Palácio da Rua de São José, Palácio da Condessa da Anadia (na Rua de Santo Antão), Largo do Intendente e Casa do Carmo. Finalmente, em 9 de Janeiro de 1911, foi dada a primeira aula no então novo edifício da Travessa da Misericórdia. *Núcleo dos Antigos Alunos do Passos Manuel*, ALPA, n.º 1, 9 de Janeiro de 1968, pp. 3-5.

²³⁴ Rubén Landa, *La Enseñanza Secundaria en Portugal*, s.e., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, pp. 83-84.

²³⁵ Liceu Passos Manuel, *Relatório. Ano Lectivo de 1910-1911*, Lisboa, Tipografia e Papelaria Académica de Pires & C.ta, 1912, p. 3. Trata-se de um relatório produzido com referência ao ano lectivo de 1910-1911, dando cumprimento ao disposto no art.º 128.º, n.º 19, do regulamento vigente na instrução secundária, produzido por Alberto Ferreira Vital com data de 1 de Março de 1912. Fora eleito para o cargo de reitor a 19 de Outubro de 1910.

²³⁶ *Idem, ibidem*, p. 3.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

*Nem o ensino, com população escolar superior a esta, é tão proficuo como devia ser, nem o grande número de empregados basta a uma boa e eficaz vigilância, nem a orientação pedagógica dos professores será homogénea, nem é possível por parte da direcção uma conscienciosa fiscalização, sendo, como é actualmente, essa direcção sobrecarregada ainda com a obrigatoriedade de oito horas semanais de lição. Todos fazem o que podem e tanto quanto é possível, mas muito deixa a desejar a boa ordem e a regularidade que se impõem em estabelecimento desta espécie.*²³⁷

A estas dificuldades juntava-se a crónica escassez de meios financeiros. O reitor não tinha quaisquer dúvidas de que a “verba consignada no orçamento do Estado para este liceu [...] de três contos e quinhentos mil reis, menos do que é concedido aos outros dois liceus do sexo masculino desta capital,” era “exígua”. A soma estava “em desproporção não só com a vastidão do edificio, o maior dos três desta cidade, como com a sua extraordinária população escolar,” não havendo nada que justificasse “esta diferença para menos.” Se a isso juntarmos o facto de aquele enorme bloco ter sido planeado, construído e fundado sem ter instalada electricidade “quer para iluminação em caso de necessidade, quer para o ensino prático deste importante capítulo da Física, quer ainda para tornar possível o funcionamento do aparelho de projecções, já anteriormente adquirido e que tão bom auxiliar é do ensino”, a que se juntariam outros factos como o de ser o edificio “humidíssimo e muito frio” ou de a biblioteca ter um recheio medíocre,²³⁸ percebem-se algumas das razões pelas quais não poucas vezes houvesse quem podendo optasse por fazer com que os seus filhos frequentassem o ensino privado.

Nas suas *Memórias*, Pedro Theotónio Pereira evoca um incidente cujas implicações não expõe na totalidade, mas que revela entre outras coisas aquilo que seria aos seus olhos de jovem estudante o deficiente funcionamento do Liceu e a sua intransigência pessoal para com a ineficácia daí decorrente.²³⁹ Ao que parece, muito como consequência do “estado do ensino” que “nesse tempos reflectia ângulos de verdadeira caricatura”, mas também por se encontrar já “inclinado a seguir estudos estatísticos”, Pedro Theotónio Pereira deu-se ao trabalho de registar as horas perdidas nos “corredores aguardando que os professores aparecessem ou se

²³⁷ *Ibidem*, p. 4.

²³⁸ “Os livros que a biblioteca possuía eram, na maior parte, de nula ou problemática utilização num estabelecimento de ensino como este. Os que a traça não tinha roído e inutilizado, se não são totalmente inúteis, não oferecem imediata utilidade. Importa promover e fomentar entre os alunos o gosto pela consulta de livros na biblioteca, o que lhes inspira hábitos de trabalho e desenvolve a inteligência. Para tanto, porém, e até para consulta dos professores, não há, nem haverá, talvez, tão cedo, as obras necessárias, em qualidade e quantidade e, nem sequer, dos nossos clássicos temos ainda os exemplares cuja consulta é indispensável para as aulas de literatura. Tenho envidado todos os esforços no sentido de dotar a biblioteca com as obras que se me afiguram de mais urgente necessidade. E algumas foram adquiridas, em segunda mão, na maior parte [...]” *Ibidem*, p. 6.

²³⁹ Nas mais variadas situações deixou transparecer a sua impaciência para com o princípio da ineficácia. Nas suas *Memórias* levou este princípio quase ao domínio do absurdo quando assinalou que a superioridade do Estado Novo face ao parlamentarismo residia no facto de sob este regime, monárquico ou republicano, os seus resultados terem sempre ficado “aquém do trabalho produzido pelas sucessivas legislaturas que tiveram lugar desde o 28 de Maio.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 23.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

decidissem a mandar recado pelo contínuo de que afinal não dariam aula”. A tabela produto do trabalho estatístico tornou-se famosa. Não apenas os alunos davam palpites, como o reitor – professor de inglês conhecido pela alcunha de *Coachman* – teve conhecimento da excitante iniciativa. Pedro Theotónio Pereira foi chamado ao gabinete daquele (homem que falava inglês “com perfeição e gozava da estima dos alunos” mas que não tinha grandes resultados junto dos alunos). O *Coachman*, provavelmente o professor Agostinho de Almeida, pediu-lhe as “estatísticas” e “leu o papel com sinais de vivo interesse [...] e disse-me: ‘estamos em fins de Maio. O Senhor já tem notas para não voltar cá mais. Está passado para o sétimo ano!’” No ano seguinte, o último antes da entrada na Universidade, rumou ao Liceu Camões e aí fez amizades que seriam das “mais duradoiras” da sua vida.²⁴⁰ De qualquer modo, ou por causa do incidente relatado já não era bem vindo ao Passos Manuel, ou o Passos Manuel por qualquer motivo deixara de ser bem visto por Pedro Theotónio Pereira e a sua família.²⁴¹

Nos anos em que frequentou tanto o Liceu Passos Manuel (1917-1918), como o Liceu Camões (1918-1919), e muito por força de circunstâncias extraordinárias, Pedro Theotónio Pereira foi pela primeira vez ao encontro da política.²⁴² O assassinato e, sobretudo, o funeral de Sidónio Pais, seriam o seu baptismo de fogo, embora tenha antes assistido das galerias a alguns debates no parlamento sidonista, ao mesmo tempo que se tornou num leitor compulsivo de *A Monarquia*. O significado da figura do “Presidente-Rei” para Pedro Theotónio Pereira, tal como testemunhou nas suas *Memórias*, dizem-nos mais sobre aquele que foi ministro de Oliveira Salazar, do que sobre Sidónio, reflectindo ao mesmo tempo a imagem que sobre este último o salazarismo procurou guardar e transmitir. De qualquer modo, parece indiscutível que tal como sucedeu com grande parte dos seus contemporâneos de profunda formação católica e sincera simpatia pelo ideal monárquico, Pedro Theotónio Pereira foi alvo da forte impressão que Sidónio

²⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 29.

²⁴¹ Quando concluiu o seu curso liceal, Pedro Theotónio Pereira recebeu de seu pai uma recompensa de 150 escudos. Utilizou-os numa viagem aos Açores. Aí ocuparia o tempo a pescar, a velejar e a deliciar-se com as suas belezas naturais. Declarações feitas numa entrevista ao *The Standard Times*, s.d., cujo recorte se encontra em AOS/CP 213 6.1.6. 46.^a

²⁴² A elevada politização dos “liceus” em Portugal até , pelo menos, ao início ao início da década de 1930 é frequentemente corroborada por diversos testemunhos. No decurso da I República os depoimentos pessoais directos são escassos. No entanto, durante os primeiros anos da Ditadura Militar, e para o Passos Manuel, há quem tenha registado algumas impressões pessoais: “Se bem me lembro, naqueles anos de 1927 e 1928, após a malograda revolução de 7 de Fevereiro, a mais demorada e a mais violenta, a maioria da população, ainda lembrada da balbúrdia anterior ao 28 de Maio, aceitava bem o governo da Ditadura mas não se manifestava publicamente, pensando que manter e apoiar o governo era um problema do exército. Quem falava alto, nos cafés, nos eléctricos e no Liceu Passos Manuel, onde eu andava, eram os descontentes. Havia uma Liga dos Estudantes Republicanos, creio que espalhada pelas escolas, que tinha uma secção no Passos Manuel, patrocinada por alguns professores, políticos do anterior regime e, naturalmente, pela maçonaria.” António Seabra, *O Meu Tempo*, s.e., Lisboa, 1989, p. 113.

Pais junto daquele e da sua família indiscutivelmente causou.²⁴³ Mas por aquilo que Pedro Theotónio Pereira nos deixou escrito, é óbvio que o seu testemunho não se reporta ao que o Presidente de facto terá significado política e quotidianamente entre Dezembro de 1917 e Dezembro de 1918. Registado ficou apenas o lado quase mitológico e simbólico da personagem, a imagem que dela foi sendo construída pela moderna direita autoritária portuguesa. Sidónio Pais era nada mais nada menos do que aquele que ficaria “na História como um herói nacional,” que rapidamente “se tornaria [...] num mártir, pois foi assassinado em Dezembro daquele ano pelas sociedades secretas. Depois de El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real, Sidónio.” Além de vítima de uma conspiração urdida por uma pequena e sinistra minoria, como tudo aquilo que de nefasto acontecia no País desde o regicídio, o “valoroso Presidente, que fora um diplomata de grande distinção e prestígio pessoal – depois de ensinar Matemáticas Superiores em Coimbra”, tinha vindo no “seu curto e fulgurante mandato presidencial a ocupar um lugar no coração do povo, como só muitos anos depois se voltaria a verificar através da gloriosa ascensão do Dr. Salazar.” À legitimidade política assente em premissas excepcionais, mas tidas por mais autênticas do que as democráticas, juntava-se o facto de Sidónio ter sido “como um arcanjo que todos os demais talentos tivessem adornado.” A sua qualidade de dirigente carismático, cujos antecedentes na história portuguesa não custaria muito identificar, permitia-lhe falar “como um predestinado que não esquecesse os segredos da alma do povo, e onde aparecia era ele que absorvia a admiração dos homens e o amor das mulheres.” Como quase todos os dirigentes políticos abençoados por uma vida pública curta porque violentamente interrompida, e que nesse reduzido espaço de tempo conseguem transmitir uma ideia de determinação e integridade, Pedro Theotónio Pereira podia sobre ele afirmar, cerca de meio século sobre o seu assassinato, que passara “no céu de Portugal como um meteorito e todos julgaram que o seu fim estava próximo, porque homens daquele espírito não eram para se demorar entre a mediocridade humana.”²⁴⁴

No derradeiro mês de 1918, Pedro Theotónio Pereira acompanhou “com milhares de estudantes” o féretro do Presidente assassinado. Segundo o seu relato, e não apenas o seu,²⁴⁵

²⁴³ BDCMPTP.

²⁴⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 29-30. Um itinerário iconográfico sobre a permanência de Sidónio Pais no imaginário político português, tanto no que diz respeito ao processo de construção da sua “imagem” em vida, como à preservação dessa imagem e aproveitamento político-ideológico por personagens e forças que se lhe sucederam, Maria Alice Samara, *Sidónio Pais*, 1.ª ed., s.e., Círculo de Leitores, 2002, *passim*.

²⁴⁵ O relato que Humberto Delgado nos deixou da sua participação no funeral de Sidónio Pais é verdadeiramente épico, sendo de notar o facto de ter sido este evento e a figura do Presidente o motivo de um autêntico despertar de gente muito jovem para a política. “Após menos de um ano de governo, Sidónio Pais foi assassinado [...]. Tinha eu então doze anos e fiz parte de um grupo de crianças que foram fazer guarda de honra em volta do seu caixão. A certa altura, aparentemente depois de se terem ouvido alguns tiros, a multidão entrou em pânico. Eu estava voltado para o norte, de frente para o Teatro Nacional, no Rossio, o principal largo de Lisboa. A tremenda pressão das

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

diversas “vezes surgiram incidentes sérios e foi o cortejo fúnebre atacado à bomba”, sendo que “as brechas dos que caíam ou se retiravam eram logo preenchidas, e o afluxo do povo ao longo do trajecto até aos Jerónimos foi uma coisa impressionante.”²⁴⁶

De qualquer forma, a militância política quotidiana de Pedro Theotónio teve que esperar pelo seu ingresso na Faculdade de Ciências, o que aconteceu no ano lectivo de 1919-20, estando-se na altura no rescaldo da “tentativa de restauração da Monarquia em Lisboa e Porto”, ocorrida em Janeiro de 1919. Este nefasto acontecimento, que não lhe alterou as convicções, fê-lo constatar que “muita gente se desgraçou” e que o “desgoverno do regime” se tornara cada “vez mais evidente.”²⁴⁷ Mas, sobretudo, que apesar de durante vinte dias ter estado a “bandeira azul e branca içada em vários distritos do Norte”, não sucedera o “movimento de adesão geral que se esperara.” Era sinal de “que alguma coisa tinha morrido.”²⁴⁸ Por uma lado, os princípios da Carta Constitucional. Por outro, o próprio apelo da Monarquia quando baseado nos princípios expressos naquele documento. Estava definitivamente aberto o caminho que o levaria para o campo do Integralismo Lusitano e com o qual terá contactado pela primeira vez durante o consulado sidonista.

Apesar de várias afirmações em contrário, e que não se cansaria de repetir ao longo da vida, uma espécie de gene da política existia e manifestar-se-ia em Pedro Theotónio Pereira de uma forma cada vez mais intensa ao longo da vida, independentemente de lhe ter sido estimulado e acarinhado pela mãe desde tenra idade.²⁴⁹ Até aos trinta anos, o gene da política teria que conciliá-lo com o destino que seu pai lhe preparara e que era o de servir uma prestigiada empresa seguradora, a Fidelidade, na qualidade de técnico actuário director do ramo

peças ameaçava fazer tombar o caixão. Encontrando-me na segunda fila, voltei-me espontaneamente na direcção oposta e outros imitaram-me. Posteriormente, o Ministério da Guerra louvou-nos colectivamente.

Aprendi assim uma grande lição quando tinha doze anos – ter cuidado a lidar com as multidões. Dão vivas e aplaudem, mas também empurram, e só evitarão atropelar-nos, se sentírem a nossa baioneta contra o seu estômago.” Humberto Delgado, *Memórias*, s.e., Lisboa, Ed. Delfos, s.d., pp. 45-46. Também o embaixador António Leite de Faria, nascido em 1904, relatou a impressão que em si causou tanto o breve contacto pessoal que manteve com Sidónio Pais. Participou, igualmente, no cortejo fúnebre do “presidente-rei.” António José (org.), *António de Faria*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 17. Francisco do Casal-Ribeiro, personagem destacada do Estado Novo, contactou pessoalmente por breves instantes com Sidónio Paz na sua infância. A profunda impressão causada pelo então chefe de Estado permaneceria na sua memória até ao fim da vida. Francisco do Casal-Ribeiro, *Longos Dias*, 1.ª ed., Queluz, Litoral, 1978, pp. 15-18.

²⁴⁶ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 30. Para uma descrição detalhada e fidedigna de várias das peripécias do cortejo fúnebre, João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1994, pp. 51-79.

²⁴⁷ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 30.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 36.

²⁴⁹ Isto não significa que se considere que uma vida humana não assuma muitas trajectórias, com avanços e recuos. Por isso se entende que dificilmente se pode desenvolver em relação ao biografado uma teoria sobre a coerência de carácter, de personalidade. Daí que o papel que aqui se atribui à mãe na formação política de Pedro Theotónio Pereira, deva ser considerado em termos relativos. Paula R. Bakscheider, *Reflections on Biography*, s.e., s.l., Oxford University Press, 2001, pp. 121-124.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

vida. Independentemente de ter sofrido mais ou menos com a “brusca transição de um grau de ensino para outro” e que “era sempre causa duma crise de adaptação”, a verdade é que foi no decurso da frequência da Faculdade de Ciências que iniciou, mais do que um percurso da sua vida repartido entre aquilo que seria o previsível destino profissional preparado e desejado por seu pai, e a paixão política que lhe vinha das entranhas e que sua mãe em si aguçara, aquela que seria uma longa carreira dedicada à coisa pública. Porém, e como me parece ter ficado demonstrado, não chegou à Politécnica politicamente virgem. Mesmo que de forma ainda pouco sofisticada, em família e com alguns amigos era já politicamente católico, monárquico (miguelista) e nacionalista, tendo ainda podido aprender nos meios que frequentava alguma coisa com a experiência do republicanismo sidonista. Apesar de na Faculdade de Ciências se ver na obrigação de cursar aquilo que jurava não gostar, sendo privado do estudo do que sempre garantiu interessar-lhe verdadeiramente, as “letras” – o latim²⁵⁰, a literatura, a história... –, certo é que no Outono de 1919 ficou para trás o “vazio” que mais tarde veio a reconhecer terem sido os seus anos de frequência dos liceus Passos Manuel e Camões, sobretudo quando comparados com os “vividos na Universidade.”²⁵¹ Mas igualmente para trás foram entretanto ficando, não as recordações vivas de momentos únicos passados num pedaço muito especial da margem esquerda do rio Tejo que enfrentava Lisboa, mas a consciência cada vez maior de que boa parte do quotidiano que ali conhecera e vivera intensa e apaixonadamente lhe estava vedado. Era essa realidade que evocava quando escreveu um dia à sua filha Clara, no verso de uma fotografia em que aparecia a bordo do navio *Sagres*, confessando-lhe – logo ele que preferia veleiros –, que um dia sonhara ser mestre de um cacilheiro. Não estava apenas a tentar transmitir-lhe, escondido da nostalgia e da própria ambiguidade do desabafo, as alegrias de uma meninice vivida na proximidade do Tejo e as emoções nessa altura causadas pelas embarcações que o cruzavam entre Lisboa e Cacilhas e pelos homens que as conduziam. Exibia uma visão que sempre possuiu da vida e que à data do regresso da primeira missão diplomática cumprida em Washington, pelas suas vicissitudes, parecia mais verdadeira do que nunca. Uma visão assente na crença de que a captação da essência de toda a existência humana estava nas coisas simples, humildes e modestas e que, por fatalidade do nascimento que sempre aceitou, agradeceu e procurou cumprir, lhe estavam vedadas. Restava-lhe, no início de 1950 como eventualmente já na sua juventude, o dever de carregar o fardo que era pensar e executar as

²⁵⁰ Sobre a confessada paixão pelo latim e as suas virtudes, idem, *ibidem*, pp. 27-28.

²⁵¹ “Não tendo seguido o caminho que mais correspondia ao meu feitio, e já com dois anos de Matemáticas Superiores, achei que não havia outra hipótese que persistir nessa direcção e buscar consolo nos domínios da ciência pura.” *Ibidem*, p. 49 e pp. 27-31.

“ ... ser mestre do vapor de Cacilhas!”

tarefas que determinariam, melhorando, os destinos da Nação. No seu caso orientado por uma ideia e conduzido por um homem.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Capítulo II

“... uma cruzada de salvação pública.”¹

Protestar, para quê? Isto chegou a um tal estado que não vale a pena tomar nada a sério. Limitamo-nos, por isso, a registar estas manifestações da justiça popular como prova flagrante dos bons resultados da educação e da propaganda republicana!...²

Vamos dar batalha ao Manuelismo e aos constitucionais na certeza de que temos de os esmagar para não morrermos. Continuar como até aqui é a morte, e uma morte sem defesa por que ninguém nos houve.³

“[...] a morte ou a glória.”⁴

Foi a enterrar no cemitério de Monforte numa “tarde fria de Janeiro de 1925”. Vinte e cinco anos mais tarde, havia ainda quem tivesse “bem presente” no seu “espírito o que foi essa *romagem de saudade*”. Em tal jornada, “intensas foram as emoções experimentadas por todos aqueles que [...] empreenderam” uma caminhada “memorável desde Elvas até à última morada do malogrado escritor.” “Devia soar o meio-dia”, António Sardinha, “amortalhado no burel franciscano”, foi encerrado numa urna e esta colocada num carro que a deveria transportar depois de “coberta com a bandeira integralista.”⁵ Entretanto, nos “templos da cidade ouvia-se o triste dobrar dos sinos a finados. [O féretro de Sardinha] Deixava a sua *Quinta do Bispo* [...]”

“Organizou-se [...] o préstito em que se incorporaram todos os carros que havia na cidade, pondo-se vagarosamente em marcha.” O cortejo transpôs os “portões da Quinta [do Bispo] e o largo do terreiro de relva fresca” que se abria à “sua frente”, passando “sob o Aqueduto das Amoreiras”. “O longo percurso de Elvas a Monforte, através da vasta planície alentejana [...] foi realmente” uma excursão “de glória e de saudade, que jamais” se apagaria “da

¹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 34.

² “Baptismo de Fogo” in a *Monarquia*, 19 de Agosto de 1919, p. 1.

³ “Mensagem da Junta Escolar de Lisboa à Junta Central do Integralismo Lusitano.” 22 de Fevereiro de 1922 (documento n.º 38). Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII.

⁴ Pedro Theotónio Pereira numa conferência sobre o “nacionalismo integral”. A *Monarquia*, 31 de Janeiro de 1922, p. 1.

⁵ Bandeira que tinha “em campo branco, a Cruz de Cristo, aberta, brocante e vazia de campo, tendo ao centro um pelicano de sua cor, volante e sangrando. As bandeiras devem guardar as proporções exactas da gravura.” A *Monarquia*, 23 de Maio de 1921, p. 1.

“... uma cruzada de salvação pública.”

memória dos que a fizeram.” À medida que o “cortejo passava pelos povoados que se debruçam sobre esses trinta quilómetros de estrada, dobravam os sinos dos campanários brancos das igrejas.” O “bom povo do Alentejo” formava “alas” e “descobria-se respeitosamente perante a urna que seguia envolta na bandeira que o sol beijava e em que sangrava a Cruz de Cristo.” Já em Monforte, terra natal de Sardinha, desceu “gente aos caminhos para esperar o cortejo fúnebre; velhinhos e crianças, lavradores abastados, pastores e pobres pedintes das estradas. Apoderara-se a tristeza de todos e de tudo. Choravam as almas e as coisas.” Continuando a seguir o testemunho deixado por Fernando Campos,⁶ cabe acreditar que “todo o povo veio ao encontro do enterro” e, ao “som da Marcha Fúnebre de Chopin, tocada sentidamente pela banda da terra”, o cortejo encaminhou-se “para o cemitério, cujos ciprestes já se avistavam [...]”. A “noite caía rapidamente” quando “os restos mortais do escritor deram ingresso no jazigo.” As “fisionomias” e “vultos” dos que assistiam assumiam um “claro-escuro impressionante”, assemelhando-se “às figuras sombrias, misteriosas de uma tela de Greco.” Quando toda aquela apreciável massa de gente, aos poucos, começou a retirar-se “com os olhos rasos de lágrimas e o corpo a tremer de frio”, deixava para trás “na Eternidade o espírito gentilíssimo de António Sardinha” que, ao “fechar os olhos para a vida”, dissera “*Meu Deus, permiti que seja para Vós o último palpitar do meu coração.*” No regresso a Lisboa, além das “emoções”, ficara registada para sempre “essa «cena medieval» que foi o enterro de António Sardinha, conforme Lopes Vieira a classificou [...]”.⁷

Pedro Theotónio Pereira, seguira imediatamente para junto da cabeceira de António Sardinha assim que lhe chegara a notícia de que o seu amigo se encontrava gravemente enfermo. Partiu acompanhado, fazendo parte daquele número restrito de amigos políticos e pessoais que consolou e acompanhou o “Mestre” nos derradeiros momentos de vida.⁸ No início da década de 1970, tal como sucedera com Fernando Campos cerca de vinte anos antes, também Pedro Theotónio Pereira não tinha ainda esquecido a morte de Sardinha, recordando, embora de uma forma bem menos expansiva, que este dormia “o sono eterno no pequeno cemitério de Monforte,” para onde tinha sido levado “num dia de Janeiro inundado dum sol radioso, já quando a nascença do trigo novo começava a reverdecer a terra.”⁹

⁶ Que assistiu ao funeral de António Sardinha em representação da Acção Realista *A Época*, 12 de Janeiro de 1925, p. 1.

⁷ Fernando Campos, “O enterro de António Sardinha” in *Gil Vicente*, vol. 1.º, 2.ª Série, n.º 1 e 2, Janeiro-Fevereiro, 1950, pp. 7-9.

⁸ “No comboio da noite de ontem, partiram para Elvas os nossos amigos srs. dr. José Pequito Rebelo, dr. Afonso Lucas, dr. Hipólito Raposo, dr. Pedro Theotónio Pereira, António Rodrigues Cavalheiro, José Fernandes Júnior e Carlos d’Ornellas.” *A Época*, 10 de Janeiro de 1925, p. 1.

⁹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 1ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 35.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Desde 1915, com a publicação de *O Valor e a Raça*,¹⁰ António Sardinha tornara-se numa figura intelectualmente destacada, mas também polémica, do Integralismo Lusitano,¹¹ sendo que a sua posição e prestígio no seio do movimento se consolidaria definitivamente à custa do papel que assumiu como redactor principal de *a Monarquia* – o órgão de imprensa mais proeminente do Integralismo – na primeira fase da vida do jornal, sucedendo a João do Amaral,¹² e ainda pela colaboração empenhada com o sidonismo – foi deputado¹³ –, por contra ele ter conspirado,¹⁴ por ter participado activamente, no início de 1919, em várias peripécias políticas e militares em torno da aventura restauracionista conhecida pela Monarquia do Norte (com a sua excrecência lisboeta em Monsanto)¹⁵ e, finalmente, por ter suportado em Espanha, de Janeiro de 1919 a Abril de 1921,¹⁶ aquilo que os seus correligionários sempre classificavam como a dura

¹⁰ *O valor da raça : introdução a uma campanha Nacional*, 1.ª ed., Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa, 1915.

¹¹ Na falta de uma biografia de António Sardinha, alguns apontamentos da sua vida podem ser encontrados em José Manuel Alves Quintas, “Filhos de Ramires. No Advento do ‘Integralismo Lusitano’, 1913-1916,” Dissertação de Mestrado em História Contemporânea (século XX), Lisboa, UNL, FCSH, 1997, passim. Ver ainda João Cabral do Nascimento, “SARDINHA, António (1888-1925)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume V, *Paróquia – Sintra*, dir., Joel Serrão, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 493-494.

¹² A evocação do passado plebeu e republicano de António Sardinha foi feita, entre outros, por Cunha Leal: “Este plebeu, que tanto acabou por deleitar-se com os seus contactos com a aristocracia, pareceu, durante muito tempo, manifestar certas simpatias pelo Partido Democrático. Num daqueles artigos jornalísticos do P.e Manuel Gonçalves Cerejeira que, mais tarde, quando já elevado à púrpura cardinalícia, foram compilados em volume cujo título evoca os seus Vinte Anos de labuta coimbrã, refere-se aquele senhor aos seus tempos de moca e pistola para combate pouco evangélico ao anticlericalismo militante de Afonso Costa e constata que, por essa altura, o futuro categorizado discípulo de Charles Maurras ainda andava deambulando por arraiais republicanos. Cunha Leal, *Coisas dos Tempos Idos. As Minhas Memórias*, vol. II, *Na Periferia do Tufão. De 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*, s.e., s.l., Edição do Autor, 1967, pp. 73-74.

¹³ Com Sidónio Pais “colaborou largamente o Integralismo Lusitano, que conseguiu introduzir no projecto de reforma da Constituição alguns dos seus princípios e levar ao Parlamento Xavier Cordeiro, como Senador e Pequito Rebelo, António Sardinha e Visconde do Sardeal, como deputados.” A. Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano: Uma doutrina política de ideias novas*, s.e., Lisboa, Edições Cultura Monárquica, 1991, p. 58.

¹⁴ Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)*, 2.º vol., s.e., Lisboa, Inquérito, s.d., pp. 69-70 e Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d., pp. 170-171 e 173.

¹⁵ Uma breve descrição do papel desempenhado pelos chefes do integralismo, e nomeadamente por António Sardinha, na preparação do levantamento civil e militar que levou à Monarquia do Norte, chamando a atenção para a contradição flagrante entre aquilo que aconteceu e aquilo que os referidos dirigentes disseram que aconteceu, foi motivo de notícia de primeira página na imprensa monárquica afecta a D. Manuel II. *Correio da Manhã*, 25 de Janeiro de 1922, p. 1. Ver ainda notícia na mesma página na edição do dia 26 de Janeiro do *Correio da Manhã*. Sobre o mesmo tema, Vasco Pulido Valente “Prefácio” in Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde: Incursões Monárquicas, 1910-1920*, 3.ª ed., Lisboa, Quetzal Editores, 2002, pp. 30-3, onde se sublinham os limites e contradições existentes na preparação do movimento militar restauracionista. Para uma descrição de um planeamento coerente e sintonizado por parte dos integralistas na preparação das operações político-militares, Manuel Braga da Cruz, “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, p. 21. Parece óbvio, caso se pretendam avaliar os acontecimentos de Janeiro de 1919 e o comportamento das facções monárquicas no decurso dos mesmos, que a atitude das cúpulas integralistas e, sobretudo, de António Sardinha, esteve longe de ter sido aquela que tentaram – com algum êxito – deixar à posteridade.

¹⁶ Sobre as linhas gerais da actividade conspiradora de António Sardinha durante a sua estada no exílio – contra a República e contra os sectores não integralistas dos campo monárquico português –, e o ambiente de intriga vivido entre os exilados monárquicos, Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)*, 3.º vol., s.e., Lisboa, Inquérito, s.d., pp. 24-32

pena de um exílio imposto pelas autoridades republicanas.¹⁷ A Pedro Theotónio Pereira, quase cinquenta anos depois dos acontecimentos de Elvas e Monforte, cabia-lhe implicitamente sublinhar a importância intelectual e política que tivera para Sardenha o seu exílio espanhol. Fora esta expatriação que o fizera ser tomado “pelos surtos do hispanismo” pouco recomendáveis, embora fosse também verdade que o mesmo Sardenha acabara por ter o mérito de os vencer para chegar feliz e “definitivamente” à “fórmula da dualidade peninsular”,¹⁸ de que havia sido “mestre incomparável”, facto que lhe permitira conquistar com merecimento o estatuto de “maior doutrinador português do primeiro quartel” do século XX.¹⁹

A morte de António Sardenha, cujo significado para o Integralismo Lusitano Pedro Theotónio Pereira cautelosamente omite nas suas *Memórias*, como em quaisquer outros textos que depois da sua juventude tenha escrito evocando o homem do monóculo, apanhou toda a gente de surpresa. Se os danos irreparáveis que o seu desaparecimento provocou naquele movimento aguardam ainda o seu historiador,²⁰ a verdade é que, no imediato, o inesperado do

¹⁷ O fim do exílio de Sardenha foi assinalado pela *Monarquia* nos seguintes termos: “Chegou há três dias à sua casa de Elvas este nosso querido amigo e ilustre redactor principal da *Monarquia* que havia mais de dois anos estava exilado em Espanha onde a fúria democrática não deixou de procurar persegui-lo. Na hora do seu regresso ao lar, queremos relembrar os altíssimos serviços pelo Dr. António Sardenha prestados ao nosso movimento nos meios intelectuais e políticos espanhóis e o grande exemplo de fé e de dedicação que a todos o seu longo exílio. Felicitando o Dr. António Sardenha, felicitamo-nos a nós mesmos por agora termos mais próxima e fácil a possibilidade da sua colaboração assídua que tão apreciada é sempre pelos leitores da *Monarquia*.” A *Monarquia*, 16 de Maio de 1921, p. 1. Sobre o exílio espanhol de Sardenha houve quem escrevesse: “O mal que a Espanha fez a António Sardenha é coisa que ainda não foi suficientemente apreciada.” Alfredo Pimenta, *A propósito de António Sardenha. Carta ao escritor brasileiro Guilherme Auler com quatro cartas de António Sardenha*, Lisboa, Edição do Autor, 1944, p. 17.

¹⁸ Evocava Pedro Theotónio Pereira aquela que tinha sido a acusação de iberismo feita a António Sardenha e que este carregara, justa ou injustamente, mesmo depois de morto. A polémica foi relançada em 1971 com a publicação de *As crises e os homens* (Lisboa, Ática), da autoria de Franco Nogueira. Na resposta, José Pequito Rebelo recordava uma vez mais que a defesa que Sardenha fizera de uma “Aliança Peninsular” se desenvolveria “dentro de uma absoluta independência e na convicção de que, firmados claramente os limites, estes nunca seriam pisados, nem ultrapassados...” José Pequito Rebelo, “As Crises e os Homens» (pequeno comentário a um grande livro)” in *António Sardenha e o Iberismo: Acusação Contestada*, Lisboa, 1974, pp. 4-5. São interessantes os comentários críticos à *Aliança Peninsular* publicados por Alfredo Pimenta, acusando Sardenha de ali apenas ter desenvolvido e glosado “a tese esboçada por Moniz Barreto, e vincada por Oliveira Martins em artigos de jornal.” Alfredo Pimenta, *op. cit.*, pp. 39-40. E ainda: “Se António Sardenha tivesse sido historiador e erudito, nunca teria escrito as páginas infelizes da *Aliança Peninsular*, que, no seu conjunto, não passa de simples romance.” Alfredo Pimenta também evoca o incómodo a *Aliança Peninsular* provocou tanto ao seu autor como a Hipólito Raposo, não deixando ainda assim de exercer uma crítica cerrada sobre a faceta de Sardenha enquanto “historiador,” *idem, ibidem*, pp. 37-43.

¹⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 34. Mais acertadas, embora cruas, foram as palavras de Alfredo Pimenta acerca do significado da morte de António Sardenha: “António Sardenha morreu cedo – para a sua família e para os seus amigos. Morreu, porém, a tempo para o seu nome.

Há homens que só lucram em não sobreviverem a certos acontecimentos. [...] António Sardenha, porque morreu em 1925, anda por aí aos ombros duma turba de mediócras ou falsários do Espírito que não o leram nem são capazes de o ler.” *idem, ibidem*, p. 45.

²⁰ A primeira tentativa de avaliar este facto encontra-se em *idem, ibidem*, passim. A. Jacinto Ferreira, não tem dúvida em classificar a morte de Sardenha como o desaparecimento do “seu principal animador [...]”. Ele era “o chefe, não por ambição própria, não por eleição dos seus pares, mas por imposição natural do seu intelecto, das suas qualidades morais, do seu espírito lutador esclarecido e decidido.” A. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 75. Cita depois inúmeras apreciações acerca das qualidades de Sardenha, da autoria de várias figuras destacadas dos meios

“... uma cruzada de salvação pública.”

acontecimento foi logo reconhecido na sua importância e acompanhado por aquela imprensa que, não sendo integralista, era não apenas monárquica e católica mas, sobretudo, antidemocrática e antiliberal.²¹ Contudo, além da notícia dos factos, do elogio genérico das qualidades intelectuais, políticas e religiosas do defunto, em Janeiro de 1925 ninguém escreveu uma linha sobre as suas qualidades de liderança política do Integralismo e das consequências que neste domínio o seu desaparecimento iria ter, independentemente de, do ponto de vista formal, o Integralismo Lusitano não existir politicamente enquanto organização, situação à qual regressaria apenas a 12 de Março 1926.

A *Época*, dirigida pelo conselheiro Fernando de Sousa, noticiou a trágica doença de António Sardinha, pela primeira vez, na manhã do dia 8 de Janeiro.²² Já depois de aí terem sido escritas as linhas que relatavam a partida dos seus amigos para Elvas, o redactor informava ter sido recebido do “dedicado correspondente em Elvas”, um telegrama datado da véspera no qual se garantia ter sido o “sr. dr. António Sardinha, atacado de septicemia,²³ provocada por um

integralistas e católicos. Não passam, porém, de adjectivos. Faltam os factos que justificariam que Sardinha se tivesse destacado tanto politicamente no seio do Integralismo Lusitano.

²¹ Nomeadamente na *Época*, onde Fernando de Sousa preparava, tal como os integralistas – “movimento de jovens que olhou com simpatia, mas no qual nunca se integrou” –, a “mentalidade que em Portugal viabilizou o 28 de Maio.” José Barreto, “Sousa, José Fernando de” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 474.

²² “Encontra-se doente na sua casa de Elvas o nosso querido amigo e eminente escritor sr. dr. António Sardinha.” Mas o único inconveniente daí decorrente parecia um atraso na publicação do n.º 3 da 3.ª série da *Nação Portuguesa*. A *Época*, 8 de Janeiro de 1925, p. 6. Em Fevereiro de 1925, o número especial da *Monarquia* de homenagem a António Sardinha dava a conhecer a percepção cronológica, nos meios integralistas lisboetas, da sua doença e morte: “António Sardinha ficou já no leito impossibilitado de sair pela doença, no dia 1.º de janeiro. Só no dia 4, porém, a redacção da *Nação Portuguesa* soube que o seu director estava doente; mas ninguém ainda então presumia que o organismo aparentemente robusto de António Sardinha não pudesse resistir.” *A Monarquia*, 10 de Fevereiro de 1925, p. 2.

No dia 9, à tarde, os jornais e os *placards*, subitamente, em breves palavras, anunciavam a todo o País a tremenda notícia. Às 8,30 da manhã de sábado, 10, António Sardinha morreu.

A impressão causada pela morte inesperada foi extraordinária. À *Nação Portuguesa*, à *Época*, às residências dos vários membros da J.C.I.L. chegavam milhares de telegramas e cartas. E alguns ainda pediam ansiosamente notícias, quando outros, mais cedo sabedores da morte do egrégio poeta, enviavam sentimentos. “A morte e os funerais de António Sardinha” in *A Monarquia*, 10 de Fevereiro de 1925, p. 2.

²³ “Septicemia is a serious, rapidly progressive, life-threatening infection that can arise from infections throughout the body, including infections in the lungs, abdomen, and urinary tract. It may precede or coincide with infections of the bone (osteomyelitis), central nervous system (meningitis), or other tissues. Septicemia can rapidly lead to septic shock and death. Septicemia associated with some organisms such as meningococci can lead to shock, adrenal collapse and disseminated intravascular coagulopathy, a condition called Waterhouse-Friderichsen syndrome. Onset of septicemia can be heralded by spiking fevers and chills, rapid breathing and heart rate, the outward appearance of being seriously ill (toxic) and a feeling of impending doom. These symptoms rapidly progress to shock with decreased body temperature (hypothermia), falling blood pressure, confusion or other changes in the mental status, and clotting abnormalities evidenced by hemorrhagic lesions in the skin (petechiae and ecchymosis). [...] This disorder must be treated in a hospital, usually with admission to an intensive care unit. [...] The infection is treated with broad spectrum antibiotics (those that are effective against a wide range of organisms) before the organism is identified. Once cultures have identified the specific organism that is responsible for the infection, antibiotics that are specific for that organism are begun.” <http://www.nlm.nih.gov/medlineplus/ency/article/001355.htm>. Página acedida no dia 28 de Dezembro de 2003.

antraz,²⁴ continua[ndo] em estado gravíssimo, desesperado, mesmo.” Também se noticiava que, chamado pela família, o dr. Reinaldo dos Santos confirmara logo as piores suspeitas. Ou seja, não havia “esperanças de salvação.” Aliás, antes da chegada do telegrama com esta notícia dramática, já se sabia que António Sardinha recebera “os últimos sacramentos com a mais edificante serenidade e que S. Ex.a Rev.ma o sr. Arcebispo de Évora,” celebrara “uma missa no quarto do enfermo”. Acabou por falecer às “oito horas da manhã” do dia 10, “rodeado por sua esposa e por alguns dos seus amigos mais queridos.” Tão “triste notícia correu [então] veloz por toda a cidade [de Elvas], causando profundíssima comoção. O comércio encerrou as suas portas e a Câmara Municipal, de que o ilustre morto era presidente, pôs a bandeira a meia haste.” Convenientemente divulgou-se o facto do “sr. dr. António Sardinha, católico convicto e praticante” ter recebido, “ao sentir avizinhar-se a morte, os auxílios da Religião, tendo, ainda ontem, comungado à missa, celebrada no seu quarto [...],” sendo que em “todos estes actos mostrou o malogrado escritor a mais admirável resignação e edificante piedade cristã.” O “funeral”, já se sabe, “imponentíssimo”, seguiu no Domingo “para Monforte, terra da naturalidade do talentoso e ardente paladino do nacionalismo.”²⁵ Às 9 horas da manhã fora celebrada “missa de corpo presente”, por “Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Arcebispo de Évora”, sendo que a “câmara ardente achava-se literalmente repleta de pessoas da família e amigos do saudoso escritor.” Um pouco antes “tinham chegado mais os srs. drs. Rolão Preto, Pinto de Mesquita, Tenente Ribeiro da Silva, Melo Lapa, Marquês de Penafiel e Vicente Moreira.” Ao funeral assistira,

além de muito povo, o Senhor Arcebispo de Évora, os internados do Asilo dos velhos oficiais da guarnição, membros da Câmara Municipal, jornalistas espanhóis, alcalde de Badajoz, autoridades civis e militares, membros da Associação dos Caixeiros de Elvas e do Grupo de Amigos da Biblioteca, representantes do Diário de Lisboa, da Época, da Livraria Portugália, da Acção Realista, da Gazeta dos Caminhos de Ferro e da indústria e do comércio local.

Pedro Theotónio Pereira, que no funeral representara o “sr. José do Sacramento Xara Brasil”,²⁶ e no qual se reuniu uma fatia importante das diversas facções que constituíam o campo monárquico e nacionalista, encontrava-se indiscutivelmente abatido e inconsolável. Perdera não apenas aquele que era o seu mais íntimo e notável companheiro político, mas, especialmente, um amigo que se tornara numa referência da sua vida pessoal. Aliás, se se perceber até que ponto para Pedro Theotónio Pereira não existia já na altura, como nunca existiu posteriormente, uma separação clara entre aquilo que era o homem público e o privado, melhor se compreende

²⁴ “[...] uma pequena borbulha, como ele despreocupadamente o designava no início da infecção.” A. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 75.

²⁵ A *Época*, 11 de Janeiro de 1925, p. 1.

²⁶ A *Época*, 12 de Janeiro de 1925, p. 1. Segundo a edição de *a Monarquia* de 10 de Fevereiro de 1925, Pedro Theotónio Pereira representava “o C.A.D.C. de Coimbra, a Junta Escolar Integralista de Coimbra, o dr. Vaz Pinto, Pereira Dias Magalhães, Adriano Pimenta da Gama e Abranches Martins, director dos *Estudos*.”

“... uma cruzada de salvação pública.”

de que forma este falecimento repentino provocou um profundo choque.²⁷ Este facto, apesar de acompanhado por muitos outros, seria quase imediatamente testemunhado e posteriormente relatado por Manuel Alves de Oliveira. Segundo nos conta, quando pouco depois da morte de António Sardinha a redacção da *Gil Vicente* decidiu que o número imediato (o segundo) da revista deveria ser “consagrado à memória do grande Mestre”,²⁸ e tendo sido Pedro Theotónio Pereira instantaneamente convidado para nele participar, a verdade é que declinou “qualquer colaboração [...]”, parecendo notório para Manuel Alves de Oliveira que a “funda emoção causada pelo desaparecimento” de Sardinha, não lhe permitia “tomar parte entre os colaboradores” da homenagem que a *Gil Vicente* se apressou a prestar.²⁹ Nesta sobressairam “alguns dos mais íntimos camaradas” do Mestre, “seus dedicados companheiros na orientação doutrinária do Integralismo Lusitano.”³⁰

Na verdade, e sem que seja posta em causa a funda impressão causada, merece uma atenção especial tentar perceber o significado que a morte de Sardinha teve em Pedro Theotónio Pereira. Embora se possa aceitar que a escusa por si dada era, pelo menos parcialmente, genuína, e que Manuel Alves de Oliveira era sincero quando transmitia este seu testemunho sobre os motivos de uma recusa, a verdade é que ela merece ser cruzada com outros factos e, a partir daí, dever-se-á procurar encontrar outras razões para essa não colaboração com a *Gil Vicente*. Vale a pena principiar por recordar que, em Fevereiro de 1925, Pedro Theotónio Pereira colaborou no número da *Monarquia* que homenageou António Sardinha e, portanto, pelo menos

²⁷ A correspondência enviada por Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha é o exemplo acabado desta espécie de esquizofrenia. Praticamente tudo aquilo que nela se pode ler tem uma dimensão política e pública. Muito do que de mais pessoal é contado por Pedro Theotónio Pereira ao seu interlocutor, está intimamente ligado a factos políticos relatados ou explicitamente omitidos. A evocação de acontecimentos pessoais apresenta-se quase sempre como uma escapatória a um quotidiano predominantemente político. O mesmo pode ser dito em relação à sua vida de estudante universitário. Todas as peripécias aparecem como um parêntesis imposto à política.

²⁸ Também a *Ação Realista* publicou, com a data de 15 de Março de 1925, um número [4-5 (17-18)] de homenagem a António Sardinha. Rolão Preto foi o único integralista a dar o seu contributo a este volume da *Ação Realista*.

²⁹ Pedro Theotónio Pereira, e à medida que o ano de 1925 ia ficando mais para trás, teve várias vezes a oportunidade de reconhecer publicamente a relevância do labor e do pensamento de António Sardinha. “Palavras que não foram escritas” in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista*, 3.ª série, n.º 7-8, 1925, pp. 320-325; “Recensão do livro de António Sardinha: *Na Feira dos Mitos* (ed. da Liv. Universal)” in *Ordem Nova*, n.º 8, Outubro de 1926, pp. 256-259; “António Sardinha e o renascimento do espírito monárquico” in *Gil Vicente*, 3.ª Série, Janeiro-Dezembro, 3.º Ano, 1927, p. 16; “O último Livro de António Sardinha” in *Gil Vicente*, n.º 1 e 2, VI volume, 1930, pp. 7-11; “António Sardinha e a sua missão” in *Gil Vicente*, n.º 1 e 2, IX volume, 1933, pp. 11-13.

³⁰ Manuel Alves de Oliveira, “Pedro Theotónio Pereira – da nossa saudade e em achega às suas Memórias –” in *Gil Vicente. Revista de Portugalidade*, vol. XXIV, 49.º ano, 2.ª série, Guimarães, 1973, pp. 7-8. Na altura em que este pequeno texto foi redigido, Manuel Alves de Oliveira, um integralista de 3.ª geração, era o director da *Gil Vicente*. Convém salientar que o número da revista *Gil Vicente* relativo ao ano de 1925, e no qual se homenageou António Sardinha, se encontram dois textos de Pedro Theotónio Pereira. O primeiro, “Aos que souberem crer” (pp. 15-17), surge datado de Outubro de 1924, e é uma espécie de epitáfio ao Integralismo enquanto “realidade política”. O segundo, “Notas desenfadadas sobre coisas mais ou menos conhecidas” (pp. 139-145), muito provavelmente entregue ainda antes da morte de Sardinha, consta de um comentário ao livro de León Daudet, *Le Stupide XIX Siècle*, publicado em França no ano de 1922.

neste momento, pôde ultrapassar a comoção que a morte do amigo lhe provocara. É por isso aparentemente incompreensível que a sua recusa em participar numa homenagem mais tardia – dada a periodicidade e a natureza da *Gil Vicente* – residisse, exclusiva e essencialmente, na “funda emoção causada pelo desaparecimento” de António Sardinha. Ou seja, é bem possível que a indisponibilidade manifestada para uma colaboração num evento com algum simbolismo, significasse que no momento em que o convite lhe foi dirigido, estivesse a decorrer um processo, se não de degradação das relações políticas e até pessoais entre Theotónio Pereira e os dirigentes Integralistas da chamada primeira geração, dos “Mestres”, casos, entre outros, de Hipólito Raposo e Pequito Rebelo, ocorresse pelo menos o desejo puro e simples de se afastar ou de não se comprometer excessivamente com estes mesmos sectores do Integralismo. Politicamente, recorde-se, no início de 1925, mais propriamente em Fevereiro, ser-lhe-ia certamente útil colaborar na homenagem da *Monarquia*.³¹ Sob o mesmo ponto de vista, talvez a colaboração na *Gil Vicente*, mais tardia, não fizesse grande sentido. Recorde-se, aliás, que apesar desta revista e da *Nação Portuguesa*,³² continuarem a existir, Pedro Theotónio Pereira empenhou-se, em Março de 1926, no lançamento de uma outra publicação, também ela de raízes integralistas: a *Ordem Nova*. Por outro lado, e do ponto de vista pessoal, 1925 foi para Pedro Theotónio Pereira um ano com alguns acontecimentos relevantes na sua vida pessoal e que poderão ter sido impeditivos de uma assunção mais significativa de compromissos políticos e editoriais. Não apenas ficou noivo de Isabel Van-Zeller Pereira Palha,³³ com quem viria a casar-se em Janeiro de 1926, como concluiu a sua licenciatura, ocupou o primeiro trimestre de 1925 a cumprir um ligeiro serviço militar e, sobretudo, passou boa parte da segunda metade desse ano na Suíça, estagiando ali numa companhia de seguros, onde se especializou em cálculo actuário, o que lhe permitiria restaurar o “ramo vida” na Companhia de Seguros Fidelidade.³⁴ No entanto, e com excepção desta sua ausência no estrangeiro no segundo

³¹ Pedro Theotónio Pereira participou na homenagem que, naturalmente, a *Nação Portuguesa* prestou a Sardinha. Fê-lo com um texto que demonstrava o alcance da sua morte e a mudança que o seu pensamento vinha sofrendo, além da influência dessa mudança teve no pensamento e na acção de muitos jovens integralistas que, com propriedade e maior exactidão, podiam já há algum tempo designar-se por sardinhistas. Pedro Theotónio Pereira, “Palavras que não foram escritas” in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista (Director: Manuel Múrias)*, 3.ª série, n.º 7-8, 1925, pp. 320-325. Do notável significado deste pequeno artigo, falar-se-á com algum detalhe no capítulo III.

³² A mais importante de um conjunto de publicações periódicas, muitas delas de periodicidade irregular e acidentada, que nasceu com a revista *Alma Portuguesa*, em Maio de 1913. Este conjunto incluiu, para o período entre guerras, entre outros títulos, o diário a *Monarquia* (aparecido em Fevereiro de 1917 e dirigido por Alberto de Monsaraz) e a revista *Gil Vicente*. Carlos Eduardo de Soveral, “*Nação Portuguesa*” in *Dicionário da Literatura*, 2.º volume, L/S, 3.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1976, p. 696.

³³ “No dia 18 de Abril de 1925 fui ver minha noiva ao Monte Estoril. Semanas antes decidira escolher companhia para a vida e atravessava então o período do noivado mais harmonioso com o casamento previsto para o ano seguinte.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 52.

³⁴ Partiu para a Suíça, Zurique, em Julho. Regressou ainda “antes do fim do ano” de 1925. *Idem, ibidem*, pp. 54-55.

“... uma cruzada de salvação pública.”

semestre do ano em que António Sardinha faleceu, é pouco provável que a sua vida pessoal impusesse tão grandes sacrifícios, ao ponto de impedirem uma colaboração com a *Gil Vicente* para homenagear o seu mestre. O mesmo pode ser dito naquilo que respeita à “comoção”. Basta recordar não apenas os termos em que Pedro Theotónio Pereira evocou nas suas *Memórias* a revolução falhada de 18 de Abril, assim como o teor de uma curta declaração que aí deixou, para sublinhar o significado político que guardou do ano de 1925, apesar da “funda emoção causada pelo desaparecimento” de António Sardinha.³⁵ Segundo aquilo que escreveu nas suas *Memórias*, em Abril já não guardava qualquer luto político.

Não tendo, portanto, Pedro Theotónio Pereira optado por afastar-se da política, parece claro que a sua não participação no número da *Gil Vicente* de homenagem a António Sardinha, com um texto expressamente escrito para o evento, muito terá tido que ver com a existência de um ambiente de certo mal estar político, e que tinha precedentes, entre certas figuras do Integralismo Lusitano e que o desaparecimento Sardinha pouco terá podido melhorar. Por outro lado, e como testemunhou mais tarde Pedro Theotónio Pereira, confirmando aquele que seria o ambiente pouco recomendável vivido no seio do movimento que o fizera nascer para a política, após a “morte de António Sardinha”, e tendo a *Monarquia* deixado de ser publicada desde 5 de Maio de 1922 – com excepções devidamente explicadas – para todo o sempre,³⁶ passou a caber à *Época*, na opinião de muitos, o papel de agrupar “os escritores de tendência nacionalista” e manter

*o fogo do ataque no campo dos princípios que havia de fazer desmoronar-se o regime dos partidos e a política de ateísmo que alguns dos autores da República tinham tentado implantar em Portugal.*³⁷

Acrescentando ainda, de forma sintomática em relação àquilo que eram as clivagens no seio da direita “conservadora” e à relevância que nesta passara a ter alguns sectores do Integralismo em detrimento de outros:

«A Época» tornou-se então o reduto das ideias que haviam de pôr em marcha o movimento nacional de 28 de Maio. Nas suas colunas se fez sempre, não uma defesa académica do património moral da Nação,

³⁵ “Este último ano em que frequentei a Universidade foi cheio de inquietações e pródigo de acontecimentos de transcendente importância.

O panorama político mostrava um descalabro cada vez maior. Cavara-se um divórcio irremediável entre a Nação e o Estado. Sentia-se que uma tal situação não podia durar. E, na inquietação em que se vivia, cada um perguntava a si próprio que mais ia acontecer.” *Idem, ibidem.*

³⁶ A *Monarquia* não se publicou de 6 a 12 de Maio de 1922, depois de a 5 a JCIL ter tomado pública a sua posição sobre o Pacto de Paris. É retomada a 15 de Maio (como suplemento ao n.º 1194 de 5 de Maio), a 10 de Dezembro (ainda de 1922), a 5 de Abril e a 26 de Outubro de 1923 (nestes casos “Para garantia do título do nosso jornal e em conformidade com as disposições da lei [...]”) e, finalmente, a 10 de Fevereiro de 1925 (“Em homenagem ao Dr. António Sardinha que foi seu ilustre director e obedecendo simultaneamente ao que dispõe a lei de imprensa, publica-se hoje mais um número deste jornal, cuja edição diária recomeçará, logo que as circunstâncias políticas o exigiam ou o aconselhem os interesses do nosso agrupamento.” A *Monarquia*, Terça-feira, 10 de Fevereiro de 1925, p. 1.).

³⁷ Pedro Theotónio Pereira, “«A Época» e o Seu Tempo” in *A Voz*, 29 de Janeiro de 1966, p. 1.

“... uma cruzada de salvação pública.”

*mas a política activa e agressiva que não deixava passar sem condenação uma atitude errada ou perigosa por parte de gente responsável ou um agravo aos princípios da nossa cartilha cristã e nacionalista.*³⁸

Embora não seja possível determinar o momento exacto em que Pedro Theotónio Pereira e outros jovens integralistas iniciaram a sua mudança da redacção da *Monarquia* para a *Época* – da Rua Serpa Pinto para a Rua do Mundo³⁹ – a verdade é que a interrupção da publicação do “diário integralista da tarde”, na sequência da publicitação do Pacto de Paris, tornou progressivamente o jornal conduzido por Fernando de Sousa,⁴⁰ no porta-voz mais ou menos relutante de algumas ideias e de algumas notícias ligadas ao Integralismo Lusitano. Com a passagem dos anos, e com maior frequência, a sua Redacção tornou-se no local por excelência de conspirações e confabulações político-militares, cujo ponto alto seria o triunfo do movimento militar de 28 de Maio de 1926, dada a sua ligação privilegiada que alguns dos colaboradores do jornal e discípulos de Sardinha conseguiram estabelecer com o general Gomes da Costa e com certas sensibilidades militares.⁴¹

Embora a ligação de Pedro Theotónio Pereira a Fernando de Sousa e a *Época* tenha precedido em cerca de, pelo menos, dois anos a morte de António Sardinha, e se é verdade que o mesmo Pedro Theotónio Pereira recorda nas suas *Memórias* que apenas depois da morte de António Sardinha a *Época* se tornaria num “grande jornal político, empenhado na defesa do património português e porta-voz dos sentimentos dominantes da nossa gente,”⁴² talvez convenha chamar a atenção para a pouca exactidão – voluntária ou involuntária – desta

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 1 e 22. Um monárquico e nacionalista da geração de Pedro Theotónio Pereira, classificaria nos seguintes termos a relevância do conselheiro José Fernando de Sousa no pensamento e acção do nacionalismo português durante a vigência da República: “[...] grande jornalista doutrinário e combativo, personificação corajosa do combate católico e nacionalista à Maçonaria anti-católica e internacional, director, sucessivamente, dos jornais *A Ordem*, *A Época*, *A Voz*, baluartes da contra-revolução diariamente animados pela sua chefia e pelo seu exemplo.” João Ameal, *Panorama do Nacionalismo Português*, s.e., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932, pp. 25-26.

³⁹ Em Janeiro de 1966, Pedro Theotónio Pereira recordava-se de ter escrito o seu primeiro editorial com “23 ou 24 anos,” acrescentando, “É difícil traduzir o alvoroço que senti nessa manhã abrindo o jornal e encontrando no lugar tão cobijado e de tanta responsabilidade, a suas colunas, a prosa enviada na véspera ao Conselheiro.” *Ibidem*, p. 22.

⁴⁰ Monárquico e membro do Centro Católico, tendo permanecido na sua direcção entre 1917 e 1919, acabará por dele sair no início de 1925, depois de inúmeras e tenazes polémicas com a liderança do dito Centro, e “por entender que não devia renunciar à acção política fora do Centro.” Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d. (1980), p. 304.

⁴¹ “Em Março de 1926, cheirando a revolução, cuja trama podiam acompanhar ao pormenor na redacção de ‘A Voz’ [na verdade *A Época*], onde Manuel Múrias servia como elemento de ligação e porta-voz dos oficiais conspiradores, Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira fundam a ‘Ordem Nova’ [...]” Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, p. 160.

⁴² Pedro Theotónio Pereira, *Memórias...*, 1.º vol., p. 35. Pedro Theotónio Pereira chegaria a defender condicionalmente *A Época* e Fernando de Sousa junto de António Sardinha, numa altura em que este se considerava vítima de uma “conspiração de silêncio dos jornais.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” s.d. (documento n.º 7). Loc. cit..

evocação. Em primeiro lugar, porque subestima, *a posteriori*,⁴³ a importância de *A Época* como jornal “conservador” – para usar o mesmo adjectivo de que se socorreu Pedro Theotónio Pereira para classificá-lo⁴⁴ – nos anos anteriores a 1925 (muito maior do que aquela de que *a Monarquia* gozava). Em segundo lugar, porque com estas declarações, Pedro Theotónio Pereira pretende retardar não apenas o início da decadência do Integralismo Lusitano, o acentuar das suas divisões internas e, sobretudo, o seu então já significativo afastamento, e até do próprio António Sardinha,⁴⁵ em relação à intransigência nos princípios do movimento tal como foram sendo definidos – mas apesar de tudo pouco praticados –, quer nos anos da sua fundação durante a Grande Guerra, quer da sua refundação em Agosto de 1919 e cujo ponto alto, mas talvez fatal, foi a suspensão da *Monarquia* e o posteriormente tão propagandeado, mas em parte inverosímil, abandono da “actividade de organização política” na sequência do pacto dinástico celebrado em Paris a 17 de Abril de 1922. Nesse sentido, aquilo que aconteceu no seio do Integralismo Lusitano depois de 10 de Janeiro de 1925, com a morte de António Sardinha, não foi o deflagrar mais ou menos acelerado de uma forte crise, mas apenas a confirmação de uma espécie de desorientação, tanto estratégica como táctica, que vinha de trás e que, em boa medida, Sardinha protagonizara. Finalmente, ao colocar numa data posterior à morte de Sardinha a emergência de *A Época* como o jornal das forças conservadoras e dos seus jovens militantes, aquilo que Pedro Theotónio Pereira pretendia era introduzir um elemento de coerência política em todo o seu processo de progressivo afastamento do Integralismo Lusitano. Segundo esta lógica, fora apenas a partir de 1925 que o Integralismo perdera grande parte das suas capacidades e relevância como movimento político – depois do desaparecimento de Sardinha – pelo que a aproximação a *A Época* e a outros sectores monárquicos e católicos, por parte de Theotónio Pereira, acabara por ser imposta mais por esta circunstância fatal do que por opção tomada e

⁴³ Se até ao início de 1923 não há sinais de estreito contacto entre Pedro Theotónio Pereira e *A Época* – e ver-se-á em que circunstâncias se tornará evidente essa aproximação –, também é verdade que, em 1922, aquele enviou uma elogiosa carta a Fernando de Sousa, que fará publicar na *Monarquia*, na qual faz uma declaração política em seu nome e da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, e exprime o desejo de cultivar pessoal e politicamente o director da *Época*. *A Monarquia*, 7 de Abril de 1922, p. 1. O pretexto da missiva estava no facto de Fernando de Sousa ter publicado na *Época* uma série de “admiráveis artigos sobre a obra de Junqueiro.” Resta saber em que medida a missiva foi mais uma obra de Pedro Theotónio Pereira, da Junta Escolar de Lisboa ou da redacção da *Monarquia*.

⁴⁴ Havia quem, no seio do Integralismo Lusitano, classificasse *A Época* como um jornal de “feição moderada.” Mas acrescentava que, no “ambiente de terror” que tinha caracterizado a “nova república velha,” merecia ser salientada “a corajosa direcção do grande jornalista José Fernando de Sousa” que também “sofreu neste período uma perseguição sistemática.” Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943, pp. 60 e 61n.

⁴⁵ “Entre 1919 e 1922, os integralistas romperam primeiro com D. Manuel e depois com os miguelistas, suspendendo, finalmente, toda a actividade política. No meio de tudo isto, eles próprios se dividiram. Sardinha iniciou então a sua evolução para fora do monarquismo. [...] Em 1924, Sardinha sentia-se tão longe da monarquia como da república. [...] A Rolão Preto confessava que o maior erro do Integralismo tinha sido abraçar-se àquilo que não passava de um cadáver – a monarquia portuguesa.” Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926),” in *História de Portugal*, vol. VI, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores. 1994, p. 546.

assumida antes de Janeiro de 1925. Como se verá mais detalhadamente não foi nada disto que sucedeu. Por outro lado, e como vários integralistas intransigentes o confirmavam quotidianamente, *A Época* não era a *Monarquia*. Política e doutrinalmente estavam muito distantes, embora não existisse, pelo menos até 1926, qualquer outro vespertino católico e monárquico com o qual os integralistas pudessem contar e colaborar.

Simultaneamente, é tanto curioso como importante sublinhar que Pedro Theotónio Pereira se ligou a *A Época* e a Fernando de Sousa no momento em que a polémica, e a consequente tensão que dividia os católicos nos derradeiros meses de 1922, conduziu a uma situação de “quase rotura”. Uma polémica que tinha como protagonistas Oliveira Salazar e Fernando de Sousa. Enquanto o primeiro, sustentou num “estudo” apresentado no II Congresso do Centro Católico realizado em Lisboa nos dias 29 e 30 de Abril de 1922,⁴⁶ o princípio da indiferença dos seus membros em relação à forma assumida pelo regime político que pudesse servir os interesses dos católicos, Fernando de Sousa sustentava precisamente o contrário. Para o director de *A Época* era total a identificação do Centro Católico e dos católicos com a fórmula monárquica de organização do Estado e da Nação.⁴⁷ Logo “nos finais de Setembro de 1922”, e como se não bastassem as profundas divisões existentes no campo monárquico, e que tanta atenção tinham merecido a Pedro Theotónio Pereira e aos integralistas, ao ponto do Pacto de Paris ter contribuído para a quase liquidação do movimento nascido no estrangeiro à sombra da revista *Alma Portuguesa*, “a tensão entre católicos atingia já quase o ponto de rotura”, para o que muito contribuiu “um libelo acusatório, deduzido” por Domingos Pinto Coelho, que *A Época* publicou e no qual se responsabilizava o Centro Católico Português “por uma política de aproximação com os republicanos.” A resposta que, naturalmente, deu o órgão de imprensa do Centro, *A União*, negando as acusações, contribuiu para o prolongamento e agravamento da crise. Sendo neste ambiente que Pedro Theotónio Pereira (con)viveu na redacção da *Época*, é curioso que nunca sobre ele se pronunciasse, excepto numa curta e indirecta, embora veemente e indignada, referência que lhe fez numa carta a António Sardinha.⁴⁸ Nem nas *Memórias*, nem

⁴⁶ O teor dos seus trabalhos foi analisado por Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 287-290 e Adelino Alves, *A Igreja e a Política. Centro Católico Português*, s.e., Editora Rei dos Livros, s.d., pp. 116-127.

⁴⁷ Para um resumo e uma análise da polémica que teve lugar na imprensa, bem como das suas implicações, polémica essa gerada nos meios católicos e monárquicos pelas teses defendidas por Oliveira Salazar no Congresso do Centro Católico Português, Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 290-301 e Adelino Alves, *op. cit.*, pp. 128-164. Os vários textos sobre esta temática, da autoria de Oliveira Salazar, foram recolhidos e publicados em Manuel Braga da Cruz, *Inéditos e Dispersos. I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Organização e Prefácio de Manuel Braga da Cruz, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, pp. 251-316. A opinião de Fernando de Sousa ficou expressa em *Acção Católica e Política Nacional*, s.e., Lisboa, 1922 e em *A Religião na Monarquia. A solução do problema religioso na restauração monárquica*, s.e., Lisboa, 1923.

⁴⁸ Numa crítica que era feita à hierarquia da Igreja Católica Portuguesa, e não directamente ao Centro, a propósito da autorização dada pela Santa Sé para que a imposição do barrete cardinalício a Mons. Achille Locatelli (1856-1935), nuncio apostólico em Lisboa desde 1919 – o primeiro depois da implantação da República –, e entretanto

“... uma cruzada de salvação pública.”

noutros textos políticos que publicou ao longo da década de 1920 se lhe nota qualquer referência àquela que para muitos dos seus parceiros doutrinários e políticos seria a má conduta do Centro Católico e dos seus dirigentes.⁴⁹

A morte da *Monarquia*,⁵⁰ com a consequente atribuição a *A Época* do papel muito parcial de jornal (também) dos integralistas, foi terrível.⁵¹ É certo que os integralistas tinham a *Nação Portuguesa*, que em Agosto de 1922⁵² reiniciara a sua publicação (da qual e das circunstâncias da sua refundação já se falará). Mas o seu papel não podia ser nunca o mesmo daquele desempenhado por um jornal diário. Como se tal não bastasse, em *A Época* os chamados mestres eram considerados mas, simplesmente, não mandavam. O chefe incontestável, com ideias e ambições muito próprias, era o decano do jornalismo católico e monárquico português, o conselheiro Fernando de Sousa (mais conhecido por NEMO), que aproveitou, primeiro, o desaparecimento da *Monarquia* e o exílio voluntário de Sardenha em Elvas para se rodear e cativar os jovens integralistas aguerridos e, depois, após a morte daquele, para confirmar o seu ascendente e dar corpo no jornal não a um programa político e à constituição de um partido, mas sim à reunião de vontades, à produção de informação e de desinformação e à recolha e troca de relatos fidedignos, ou de rumores mais ou menos inócuos, que ajudaram a criar o ambiente para que, por via militar, a República caísse.⁵³

Pelo menos a partir de 1923, não se sabe em que circunstâncias mas sim a propósito de que acontecimento, Pedro Theotónio Pereira contou com *A Época* para apoiar iniciativas que

“elevado ao cardinalato,” fosse feita pelo presidente da República, António José de Almeida, o que veio a suceder com grande visibilidade política a 3 de Janeiro de 1923. Na carta que enviou a António Sardenha a 1 de Maio de 1923, Pedro Theotónio Pereira indignava-se pelo facto de, no momento em que Locatelli abandonou Portugal, cessando a sua missão diplomática (em finais de Abril), o “Episcopado português” lhe ter manifestado publicamente todo o “apreço pela sua acção em Portugal.” Adelino Alves, *op. cit.*, pp. 167-168. “Veja os bispos! Deus me perdoe! Mas aquela nota ao Locatelli! Triunfos da diplomacia? O quê ? Só se for a imposição do Barrete que no meu entender foi uma humilhação da Igreja! Sejamos contra os manuelistas, mas por amor de Deus não nos façam melhor a república do que ela é, como gritava o Trindade Coelho no domingo ali no Chiado.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardenha,” 1 de Maio de 1923 (documento n.º 24). Loc. cit. Locatelli que era conhecido pelo “especial carinho” que nutria pelo Centro, já para não falar na absoluta sintonia política que existia entre o Episcopado português e os dirigentes do Centro Católico.

⁴⁹ Sobre o agravamento da confrontação política no campo monárquico, Adelino Alves, *op. cit.*, pp. 158-164.

⁵⁰ Cujá ressurreição foi várias vezes anunciada a partir de 14 de Maio de 1922.

⁵¹ Notícias de um quase iminente ressuscitar da *Monarquia* foram inclusivamente dadas pela *A Época*. No dia 18 de Dezembro de 1922, podia ler-se na primeira página: “A Junta Central do Integralismo Lusitano resolveu começar os seus trabalhos de propaganda, para o que dividiu o país em 4 zonas confiadas a cada um dos membros da Junta: o norte a sr. dr. Pequito Rebelo; a Beira marítima ao sr. dr. Afonso Lucas; a Beira transmontana ao sr. dr. Rolão Preto; e o sul ao sr. dr. António Sardenha.

Consta-nos que a Monarquia reaparece em Janeiro próximo, devendo reaparecer também, em breve, um semanário na província.” Destaque nosso.

⁵² Tendo na capa o mês de Julho.

⁵³ “Já antes «A Época» criara o ambiente para o movimento militar de 28 de Abril de 1925, chefiado por Filomeno da Câmara e Raul Esteves. Isso lhe valeu ser suspensa. Os seus redactores (o director estava ausente) fizeram sair a «Nova Época,” também suspensa depois de dois números.” “Editorial” in *A Voz*, 29 de Janeiro de 1966, p. 22.

protagonizou mas que não se sabe quem engendrou.⁵⁴ Isto queria dizer que ao contrário de Pequito Rebelo, Hipólito Raposo⁵⁵ e Alberto Monsaraz, que sempre trataram alguns daqueles jovens com distância e prudência – não se sabe se por motivações essencialmente pessoais ou fundamentalmente políticas –, Fernando de Sousa acarinhava-os, cativava-os e incentivava-os, tal como Sardinha fizera.⁵⁶ Por outro lado, aquelas três personagens, embora nunca incompatibilizadas com Fernando de Sousa, e este com eles, jamais lhe mostraram a deferência que António Sardinha lhe concedeu e que Fernando de Sousa lhe terá retribuído.⁵⁷ Deferência esta, aliás, mais assente naquele respeito que apenas os mais velhos podem merecer por fatalidade biológica, do que no reconhecimento tácito de uma superior qualidade intelectual. De qualquer forma, e apenas com 20 ou 21 anos, Pedro Theotónio Pereira pôde fazer em *A Época* muito daquilo que não o deixaram fazer em *a Monarquia*, apesar do seu estatuto de destacado dirigente estudantil e de virtual frequentador assíduo da sua redacção, mesmo descontando o impacto provocado pelo sumiço prematuro do órgão integralista. Sob a batuta de Fernando de Sousa, Pedro Theotónio Pereira viu-se a publicar “os primeiros editoriais”, ao mesmo tempo que se tornava num “camarada e amigo do valoroso e austero conselheiro, já então próximo dos 80 anos.”⁵⁸

⁵⁴ A propósito, como se verá, da campanha que Theotónio Pereira promoveu e protagonizou contra a “literatura imoral” que tomava conta de muitas das livrarias de Lisboa.

⁵⁵ Um desses jovens, embora em tom de elogio, não se eximiria de adjectivar Hipólito Raposo nos termos pessoais e políticos provavelmente exactos e muito ao gosto dos espíritos nacionalistas da época: “[...] ele que é o único temperamento de ditador que conheço.” Nuno de Montemor, “O Carácter do Mestre” in *Política*, ano I, n.º 10, 1930, p. 36.

⁵⁶ Curiosa, acertada e implicitamente, Raul Rego ao destacar as qualidades de António Sardinha, aproximava-o de Fernando de Sousa. “Ele [António Sardinha] será como que a figura de proa do movimento, no seu estilo vivo, fremente, evocativo de outras eras e como que a querer revivê-las. Doutrinário que conhece o valor do sentimento. Sardinha é fundamentalmente poeta e jornalista, e os seus livros grandes recolhas de estudos vibrantes mais do que eruditos, prendendo o leitor e tendo aquela comunicabilidade que é a dos apóstolos.” Raul Rêgo, *História da República, volume IV, Do Sidonismo ao 28 de Maio*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1987, p. 223.

⁵⁷ Vale a pena recordar que Fernando de Sousa e António Sardinha mantiveram uma relação de alguma proximidade pessoal e política. Um exemplo desse facto é o conteúdo de uma curta alocução pronunciada por António Sardinha na sequência de um “banquete político” que comemorava o lançamento da 1.ª série da revista *Nação Portuguesa*. O discurso foi publicado mais tarde sob o título “A Geração Nova e a Esperança”. Ai, depois de se dirigir à mocidade propriamente dita, escolheu o Conselheiro Fernando de Sousa como destino das suas palavras, reconhecendo-o como “símbolo da mocidade” que não contando com “vinte anos de idade [...], não deixou jamais de os contar em toda a admirável frescura do seu espírito admirável.”

⁵⁸ Pedro Theotónio Pereira exagera na idade. Na verdade, em 1925, Fernando de Sousa completava “apenas” 70 anos. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 35. Ainda sobre a proximidade entre o Integralismo Lusitano da *Monarquia* e *A Época* de Fernando de Sousa, é interessante juntar um outro testemunho. “A atmosfera criada pelo Integralismo, atmosfera essa que aos poucos se tinha ido tomando numa mística, envolvera figuras notáveis do tempo que trabalhavam no mesmo sentido rítmico que nós. [...] ainda que confessasse o seu ideal católico e a sua formação religiosa e monárquica dentro desse ideal, foi um dos poderosos, um dos grandes desbravadores de erros e de desvios de opinião que teve a sociedade portuguesa. Os seus artigos modelares, a sua intenção puríssima e a sua autoridade indiscutível e a sua cultura variada, estendendo-se a vários aspectos das questões nacionais, fizeram do seu jornal uma das forças da opinião pública orientada.” Carlos Pires de Lima da Fonseca, *Roteiro da Minha Vida. Memórias (Obra Póstuma)*, 2.º volume, s.e., Lisboa, 1960, p. 121. Sobre Carlos Pires de Lima da Fonseca, António Ventura, “Um integralista da primeira geração” in *História*, ano XXV (III Série), Abril de 2003, pp. 66-67. Convém ainda recordar que folheando as páginas de *A Época* entre 1922 e 1926, apenas se encontra um

“... uma cruzada de salvação pública.”

Mas se a separação de águas no seio do Integralismo Lusitano, envolvendo desavenças entre os seus dirigentes, conheceu um importante fôlego na Primavera de 1922, tendo como referência imediata a decisão tomada pelos seus órgãos dirigentes de abandonarem qualquer actividade de organização política na sequência da celebração do Pacto de Paris, já naquilo que diz respeito à acção de alguns dos seus mais jovens militantes, ela será confirmada pela colagem a Fernando de Sousa e a *A Época* – a uma outra ideia de monarquia e de catolicismo –, ou ainda por acontecimentos político-ideológicos singulares. Foram estes o início da publicação da revista *Ordem Nova* em Março de 1926, a publicação do diário *A Ideia Nacional* em Março de 1927 e, em Abril deste mesmo ano, a ratificação da desvinculação de obediência à Junta Central do Integralismo Lusitano feita em grupo, por parte de alguns antigos jovens integralistas.⁵⁹ Se, eventualmente, respeitavam as linhas essenciais do ideário integralista, reconheciam-se fundamentalmente como “sardinhistas”⁶⁰ e recusavam manter-se enredados nas teias que a Junta Central continuava a tecer depois dos acontecimentos golpistas de Maio e Junho de 1926.

É certo que o mundo da política dá sempre muitas voltas e é obviamente difícil, e até algumas vezes pretensioso, procurar, encontrar e marcar acontecimentos fundadores. Porém, não deixa de ser significativo o facto de numa data tão madrugadora como Abril de 1922, Pedro Theotónio Pereira ter tornado claro num documento político produzido para circulação interna em alguns órgãos do Integralismo, que a Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, à qual presidia, respondia perante António Sardinha e não perante a Junta Central:

*Assim [...], nós, uma vez mais vimos reconhecer em V. Ex.a o doutrinário do nosso Movimento. V. Ex.a é para nós o Mestre, um Mestre pouco mais velho do que nós, mas bem aquele em volta de quem nos agrupamos, que sabemos compreender e sentir e temos o orgulho de escutar. Porque nunca a J. E. L. esquecerá que a Doutrina é a parte fundamental do Integralismo Lusitano. Aqui deixo pois, mais uma vez ainda bem vincada a estreita ligação que nos une – a V. Ex.a e a nós. Faço-o com alvoroço, com satisfação profunda porque além do consolo de cumprir um grande dever nesta carta que lhe escrevo, tenho a certeza que a forte solidariedade moral e intelectual que lhe envio em nome dos estudantes integralistas será para V. Ex.a um incentivo vigoroso para a grande obra que lhe cumpre realizar.*⁶¹

editorial da autoria de Pedro Theotónio Pereira. Por meados da década de 1920, Manuel Múrias ou Marcello Caetano tiveram muito mais vezes o privilégio de assinar editoriais ou artigos de fundo naquele jornal.

⁵⁹ Numa carta enviada a Hipólito Raposo, Pedro Theotónio Pereira reafirma o fim da sua “obediência [...] à Junta Central,” referindo-se a dado passo “à minha geração – a 2.ª do Integralismo”. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Hipólito Raposo,” Lisboa, 30 de Abril de 1927. Espólio de José Hipólito Raposo, Correspondência, Arquivo de Teresa Martins de Carvalho, Lisboa. Este documento foi-me gentilmente cedido pelo Dr. José Manuel Quintas, a quem agradeço. Daqui em diante todos os documentos citados, apresentando como referência este mesmo espólio, têm implícito este mesmo agradecimento ao Dr. José Manuel Quintas.

⁶⁰ Sobre os termos em que pode ser historicamente definido o “sardinhismo,” Rodrigues Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo” in *António Sardinha e o Iberismo: Acusação Contestada*, Lisboa, 1974, pp. 45 e 62-64.

⁶¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 30 de Abril de 1922 (documento n.º 42). Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Indo um pouco atrás, assinala-se que foi em 1920 que Pedro Theotónio Pereira iniciou a sua militância no Integralismo Lusitano. É verdade que, em finais de 1918, acompanhara o cortejo fúnebre de Sidónio Pais e que, aquando da Monarquia do Norte e da revolta fracassada do Monsanto, seguira os acontecimentos com ansiedade.⁶² Porém, apenas em 1920, a propósito do segundo aniversário do assassinato de Sidónio Pais, é publicado em *A Monarquia* um artigo da sua autoria⁶³ e confirmado pelo redactor o facto de Pedro Theotónio Pereira se tratar de “um companheiro que de há muito vem acompanhando o nosso movimento com o esforço inquebrantável da sua vontade e o equilíbrio admirável da sua bela inteligência.”⁶⁴ Além de “Os Césares” pretender ser um artigo, escrito em tom exuberante, de elogio às virtudes do poder carismático exercido por ditadores como Sidónio Pais, mas também por César, Cromwell ou Napoleão, é sobretudo uma chamada de atenção muito integralista para as virtudes quase nulas de um poder ditatorial quando não assente em princípios doutrinários sólidos que assegurassem a sua perenidade. Por outro lado, tanto este artigo como a correspondência trocada com António Sardinha, antecipa em alguns anos a declaração feita por Pedro Theotónio Pereira nas suas *Memórias* e segundo a qual apenas nos últimos anos de frequência da Faculdade de Ciências se teria começado a interessar pela política.⁶⁵ Ou seja, quando frequentava o segundo dos cinco anos que impunha a formatura em “Matemáticas Superiores”.⁶⁶

No primeiro ano na Faculdade de Ciências, Pedro Theotónio Pereira estava portanto já muito atento à política e à melhor forma de passar de uma situação de espectador para actor, o que sucedeu, eventualmente, na segunda metade de 1920. Por outro lado, também é verdade, e segundo um testemunho que nos deixou, publicado um mês após a morte de António Sardinha, que no “Inverno de 1918” vivia deslumbrado com a actividade política e parlamentar. Quase um ano antes da morte de Sidónio Pais, o ainda jovem estudante de liceu ia assistir com regularidade aos debates em S. Bento, sendo evidente que o triunfo do sidonismo e a derrota momentânea da República do Partido Democrático fizeram com que se sentisse não apenas

⁶² Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 36.

⁶³ “Os Césares” in *A Monarquia*, 16 de Dezembro de 1920, p. 2 (1.º e 2.ª coluna).

⁶⁴ “Pedro Theotónio Pereira” in *A Monarquia*, 16 de Dezembro de 1920, p. 2 (3.ª coluna).

⁶⁵ Como se verá, apenas um lapso de memória, consequência da eventual falta de documentação que lhe permitisse confirmar uma informação mais precisa, poderá justificar este seu testemunho acerca do início da sua actividade política: “O meu interesse pela política (descontada a minha falta de pachorra para a retórica) cresceu, como é natural, durante os últimos anos da Universidade.” Idem, *ibidem*, p. 33. Talvez considerasse que os primeiros anos da sua vida política na Universidade não tivessem passado de “retórica.”

⁶⁶ Curiosamente, nas páginas das suas *Memórias*, redigidas já depois da Segunda Guerra Mundial, que Carlos Pires de Lima da Fonseca dedica aos meses em que desempenhou temporariamente o cargo de director da *Monarquia*, e quando se refere aos “rapazes que por ali passaram,” não menciona Pedro Theotónio Pereira. Nomeia, entre outros, Augusto da Costa: “tão novinho, tão inteligente, tão alegre que eu vi singrar por lugares do Estado Novo que a sua inteligência honrou.” Carlos Pires de Lima da Fonseca, *op. cit.*, p. 118.

atraído mas também galvanizado pela actividade política.⁶⁷ Foi precisamente na sequências destas suas incursões pelo palácio de São Bento – era então “*Bicho* de liceu confundido com a multidão das galerias” – que assistiu a uma “inovidável sessão do *D. João VI* na Câmara dos Deputados.”⁶⁸ Ai, recordava Pedro Theotónio Pereira, António Sardinha, “esticado num fraque preto, mais esguio e mais nervoso que nestes últimos anos, o monóculo a faiscar por entre um resto de sol que vinha do alto”, enquanto à sua volta “a Câmara forçando um sorriso para aquela eloquência brava, estranha defensora de causas condenadas”, exerceu todo o seu fascínio.⁶⁹ Certamente, não terá sido este episódio a constituir a *Estrada de Damasco* de Pedro Theotónio Pereira naquilo que à descoberta da política e do Integralismo Lusitano diz respeito. Mas no testemunho redigido e publicado com apenas 22 anos, o mesmo Pedro Theotónio Pereira recordava de que forma, e contando tão só 16 anos incompletos, sentira um enorme fascínio pelos aspectos mais eloquentes que constituíam a actividade política e parlamentar, especialmente por aquele que era o seu lado simultaneamente mais lúdico, mais nobre e mais combativo, mesmo que depois se viesse a tornar num seu crítico acérrimo. No ano de 1918, limitava-se a fazer parte daquele grupo de “rapazitos” que, “ansiosos de Verdade e de acção”, sabia “compreender como badaladas espirituais dum sino novo tocando a rebate para uma guerra que andava” pelos seus “peitos e aonde os ecos, por maravilha, nasciam no mesmo instante”, enquanto reconhecia de que forma António Sardinha “vincava bem as singulares qualidades” que os mesmos “rapazitos” queriam ver e ouvir.⁷⁰ Esta sessão tinha sido de tal

⁶⁷ Embora não exista qualquer testemunho do facto, e apesar de ainda apenas aluno de liceu, a verdade é que dificilmente Pedro Theotónio Pereira terá sido indiferente à agitação estudantil que caracterizou uma parte importante da vida do sidonismo. Tendo, eventualmente, sido iniciada, “na véspera da partida de Afonso Costa para o exílio parisiense,” por uma Comissão de Alunos da Universidade de Lisboa que se dirigiu à “mocidade republicana.” Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 125-127.

⁶⁸ “[...] nesse discurso improvisado em defesa do pobre *D. João VI* e no dia seguinte publicado na «Monarquia», peça formosíssima na forma e na ideia [...]” Pedro Theotónio Pereira, “Seara morta” in *a Monarquia*, 30 de Fevereiro de 1925, p. 3.

⁶⁹ *Idem*, *ibidem*. É possível ver nesta descrição a confirmação de uma das razões para a afirmação do Integralismo em certos meios político-sociais durante a República. “[...] A contribuição dos integralistas para o sidonismo começou pelas modas. Sempre tinham pintado os republicanos como gente do mato, mal vestidos, mal barbeados. [...] Na abertura do novo parlamento, a 15 de Julho de 1918, apareceram muitíssimo bem vestidos, contribuindo, assim, para abrilhantar a sucessão de missas elegantes, faustosas paradas militares e quermesses aristocráticas, em que Sidónio passeava o seu uniforme elegante. O snobismo integralista, no entanto, irritou alguns.” Rui Ramos, *op. cit.*, p. 546. Sobre o impacte da figura de Sidónio Pais num jovem republicano nacionalista que muito contribuirá para a ascensão política de Oliveira Salazar, António Ferro, *D. Manuel II. O Desventurado*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, 1954, pp. 24-28.

⁷⁰ *Idem*. Mas Pedro Theotónio Pereira não estava só, deliciando-se com os debates parlamentares proporcionados durante a vigência da República Nova e com o protagonismo que ai os integralistas e, em particular, António Sardinha assumiam. “E eu bem me lembro de, no turbulento Parlamento sidonista, em 1918, [...] [assistir a] um espectáculo pitoresco de ver e ouvir. Muitos deputados riam a bom rir de tamanho despautério e, nas galerias, os fedelhos, que nós éramos nessa data, mais nos ríamos ainda. Mas Sardinha devia rir-se mais que todos [...]” Rodrigues Cavalheiro, Rodrigues Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo” in *op. cit.*, p. 46.

forma “memorável” que Pedro Theotónio Pereira, com um “entusiasmo quase patético”, apertou “a mão a um estudante que estava” a seu lado, “sem trocarmos uma palavra, sem nos conhecermos mais que por aquela voz moça que nos punha a vibrar.” Andava toda esta juventude, que no segundo quartel do século XX fez política e determinou o formato de novos regimes assentes nos pressupostos do nacionalismo, do autoritarismo e do totalitarismo, ansiosa por encontrar o chefe que desse corpo aos seus anseios.⁷¹ Estes eram incompatíveis com os princípios essenciais do liberalismo e do parlamentarismo que foram ganhando terreno desde que a Revolução francesa mudara a Europa pela força das suas ideias e das suas armas, mas que o impacte tremendo da Grande Guerra não apenas travou, como fez com que, no curto e no médio prazo, fosse regredindo.

Embora com António Sardinha no exílio e Pedro Theotónio Pereira, possivelmente ainda, sem qualquer ligação formal ao Integralismo Lusitano, o ano de 1920 terá sido aquele em que o movimento cresceu e se afirmou, tanto sob o ponto de vista do recrutamento de novos “apóstolos” e “soldados”, como de uma maior divulgação das suas ideias. Na verdade, depois de retomada a publicação diária da *Monarquia*, o Integralismo conheceu um novo fôlego. Num editorial de 3 de Janeiro de 1921, da responsabilidade de Hipólito Raposo, o ano que acabara de terminar podia ser caracterizado pelo crescimento e afirmação do movimento, tanto naqueles meios onde tradicionalmente resgatara algumas almas, como em domínios que até aí lhe haviam estado quase exclusivamente vedados.⁷² Para aquele que era na prática o director da *Monarquia* e o dirigente máximo do Integralismo no país,⁷³ não apenas era “grato recordar o grande caminho percorrido na marcha do [...] movimento”, mas, acima de tudo, que “em nenhum dos anos de batalha foi mais abundante a colheita da esperança.”⁷⁴ É verdade que por trás de tão grande optimismo poderiam estar intuits meramente propagandísticos. No entanto, e forem tidos em conta outros editoriais com designios idênticos publicados em época de balanço, as apreciações feitas pelos dirigentes integralistas nas páginas do seu órgão oficial apenas permitem constatar que qualquer nota de optimismo mais exacerbado anda arredia, ou pelo

⁷¹ Um dos factores de divisão no interior do Integralismo Lusitano dependeu, sem dúvida, do peso relativo que deveria ser dado ao elemento institucional (de regime) e individual. Enquanto homens como Hipólito Raposo garantiam que “a questão é sempre de princípios, pois são eles que informam o carácter e a inteligência e os homens são todos do mesmo barro impuro,” nas novas gerações foi-se cada vez tornando mais nítida a ideia de que sem um chefe carismático não havia “princípios orgânicos” que se salvassem. Hipólito Raposo, “EM FRENTE!” in *a Monarquia*, 18 de Agosto de 1919, p. 1.

⁷² No Verão e no Outono de 1920, “Todos os dias ao jornal o correio trazia o índice da maré alta que se estava atingindo pelo número de cartas, de dedicações, de incitamentos que nos vinham de toda a parte.” Carlos Pires de Lima da Fonseca, *Roteiro da Minha Vida. Memórias (Obra Póstuma)*, 2.º volume, s.e., Lisboa, 1960, p. 124.

⁷³ Durante o período de exílio de Alberto Monsaraz e António Sardinha, e no decurso do qual a *Monarquia* foi publicada, um e outro eram considerados, respectivamente, director e redactor principal do vespertino. Efectivamente, porém, a direcção e edição do jornal estava nas mãos de Hipólito Raposo.

⁷⁴ Hipólito Raposo, “Integralismo Lusitano: O Ano Passado” in *a Monarquia*, 3 de Janeiro de 1921, p. 1.

“... uma cruzada de salvação pública.”

menos não é expressa de forma tão desabrida e num texto tão extenso, como sucedeu a 3 de Janeiro de 1921. Bastaria comparar o optimismo expresso nesta data, por exemplo, com outros textos de autoavaliação apresentados após o reinício da publicação da *Monarquia*, nomeadamente em Julho de, nem mais nem menos, 1920.

De facto, pouco menos de um ano após o reinício da publicação do *Diário Integralista da Tarde*,⁷⁵ o jornal utilizou uma linguagem clara para falar aos seus colaboradores, militantes e simpatizantes acerca da caótica situação financeira em que se encontrava a empresa sua proprietária, a Sociedade Integralista Editora. O défice mensal era de 3.701.310 reis. O total das receitas, 2.444.000 reis, não pagava sequer os gastos mensais com o papel, orçados em 3.276.00 reis. Mantendo-se esta situação, as perdas anuais da dita sociedade subiriam a 44.421.820 reis. O custo de cada exemplar rondava os 59 reis, tendo sido contabilizado que cada cópia deixava um prejuízo de 35,5 reis. Para que o jornal deixasse de dar prejuízo, calculou-se que deveriam vender-se cerca de 140.000 exemplares diários. Pelo que se concluiu:

Como este jornal não é uma empresa industrial e como se torna impossível reduzir o défice durante o tempo em que as actuais condições se mantiverem, só há um meio eficaz, digno e honrado para o manter: a contribuição de todos os nossos amigos, por períodos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais.

*A vida ou morte deste jornal depende da generosidade do dever de todos os que o leiam e que têm a honra e a obrigação de se confessarem monárquicos.*⁷⁶

Mas o que verdadeiramente importa é que, para além da resolução ou não dos problemas financeiros da *Monarquia* e da sociedade que garantia a existência do seu órgão oficial – e os jornais políticos são (quase) sempre financeiramente fiascos garantidos –, apesar dessa dura realidade e da ocorrida suspensão de publicação do jornal, 1920 acabaria por correr de feição. Podia-se clamar que em “todos os recantos da Terra Portuguesa” tinham começado a “alvorecer as energias da Raça”, levantando-se “cada vez mais nos céus de Portugal e na flama dos corações” a bandeira integralista “ensanguentada pelo sacrificio dos mortos e dos feridos”. Em Lisboa, surgiam os “primeiros núcleos de propaganda e neles se juntavam, nas mesmas linhas de combate, o pobre e o rico, o operário e o patrão, a nobreza e o povo”, ao mesmo tempo que a

⁷⁵ De 10 de Abril a 11 de Julho de 1920 (inclusive), a publicação de *a Monarquia* foi interrompida. Esta suspensão decorreu das “exigências excessivas e impertinentes que às empresas impunha o sindicatos dos tipógrafos” e à incapacidade das “direcções dos jornais” para se unirem na “defesa da utilidade comum”. Segundo *a Monarquia*, aquilo “que conseguem os fragateiros, os carroceiros, os criados de servir, não é possível alcançá-lo um conjunto de homens que se intitulam orientadores de opinião.” Nas palavras de Hipólito Raposo, a “imprensa portuguesa divide-se hoje em dois grupos bem distintos e profundamente desiguais em número e em importância. Há a imprensa de princípios que luta por divulgar e impor uma determinada rotina política, económica, social, religiosa ou artística; e a imprensa como função ou meio de servir, sem condição de nenhuma espécie, determinados grupos de industriais, comerciantes, não tendo em vista a razão que lhes assiste, mas a recompensa que deles recebe.” Hipólito Raposo, “De Volta...” in *a Monarquia*, Segunda-feira, 12 de Julho de 1920, p. 1. Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro, volume I (1911-1925)*, s.e., s.l., Edições Gama, 1945, p. 103.

⁷⁶ *A Monarquia*, 14 de Julho de 1920, p. 1.

chamada “propaganda individual” se ia intensificando “assombrosamente”. Testemunho desse facto era a notícia nas páginas da *Monarquia* do alistamento “às dezenas” de “bons portugueses de todas as idades e profissões”, sendo especialmente de registar os “158 novos combatentes” que, no dia em que se comemorava o 10.º aniversário da República, aderiram ao movimento “não nos prometendo o voto, mas que nos oferecem a vida...” Como se não bastasse a propagandeada vitalidade do ideal e do movimento anunciada nestes termos, também se via o seu desenvolvimento pela constituição nas “províncias”, com “nomes da maior respeitabilidade, [de] numerosas Juntas municipais.” Tinham nascido as juntas provinciais do Minho, do Douro, de Trás-os-Montes e da “Beira Marítima”, ao mesmo tempo que se publicavam vários semanários de entre os quais Hipólito Raposo destacava “a *Reacção*, de Águeda e *A Ideia Nacional*, de Lisboa.”⁷⁷ Finalmente, “a população escolar dos liceus e escolas superiores e especiais” também se manifestava integralista. Nessas instituições e naquele que era um universo pequeno e relativamente homogéneo, os “princípios” integralistas conquistavam “rapidamente a adesão da melhor parte das gerações novas.” Os seus “espíritos [...] despreconceitualizados e libertos ainda da escravidão das chamadas conveniências, abraçam com entusiasmo a verdade que há sete anos” o Integralismo proclamava. E avisava: “Por honra sua, a mocidade de Portugal que não é declaradamente integralista, é convictamente anti-republicana.” Independentemente da influência que António Sardinha terá exercido ou de factos particulares que se desconhecem, foi sem sombra de dúvida neste ambiente globalmente favorável que Pedro Theotónio Pereira começou o seu percurso político integralista, rodeado de um ambiente de crescimento e furor em torno do movimento, mas ainda anti-republicano, profundamente hostil ao Partido Democrático, mas também genuinamente avesso aos partidários de D. Manuel II e àquilo que representavam.⁷⁸

Aquilo que atraía as pessoas para o Integralismo não era tanto o conteúdo da sua doutrina, o maior ou menor carisma dos seus dirigentes ou, ainda, o vigor da sua propaganda ou

⁷⁷ Semanário que se autodesignava “Monárquico-Sindicalista - Órgão e propriedade dos Núcleos Integralistas” de que se publicaram três números em Outubro de 1920. O seu Director era Luís Chaves. A redacção, administração e tipografia funcionavam na Rua Serpa Pinto, 58-3.º, em Lisboa, na exacta morada da redacção da *Monarquia*. O secretariado de redacção estava a cargo de Rodrigues Leal e o editor era Caetano dos Reis. O editorial do 1.º número intitulava-se: “Quando o Bolchevismo Passar” da autoria de Augusto da Costa, que seria colaborador próximo de Pedro Theotónio Pereira quando este desempenhou o cargo de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social. *A Ideia Nacional* publicou-se a 11 (Segunda-feira), 17, 24 e 31 de Outubro. Todos os números com duas páginas, excepto o segundo, com quatro. *A Monarquia* deu a notícia da sua publicação afirmando que se destinava “à expansão das doutrinas sindicalistas-integralistas entre as classes operárias.” *A Monarquia*, 18 de Outubro de 1920, p. 1. No dia 27 de Novembro de 1920, um Sábado, *a Monarquia* noticiou a detenção de Luís Chaves e a consequente suspensão da *Ideia Nacional*. Garantia-se, como era normal nestas situações, que iria reaparecer, ainda por cima completamente melhorado.

⁷⁸ A hostilidade a este sector do campo monárquico, era evidente tanto no ódio público e privado manifestado ao *Correio da Manhã*, o seu órgão de imprensa, como a Aníbal Soares e a Aires de Omelas, director do *Correio da Manhã* e lugar-tenente de D. Manuel II, respectivamente.

“... uma cruzada de salvação pública.”

a eficácia dos seus “apóstolos” e soldados – embora tudo isto fosse importante. Em 1920, o Integralismo Lusitano, além de ter beneficiado quantitativamente pela sua aproximação ao ramo legitimista monárquico – consumada a 2 de Setembro de 1920 –, destacava-se pela sua evidente coragem em defrontar, tanto na rua como na imprensa – sobretudo na imprensa –, as franjas mais radicais do Partido Democrático, quer quando instalada no poder e agindo institucionalmente a partir dele, quer quando actuava de forma aleatória a partir da rua.⁷⁹ Disso dava conta a *Monarquia* em muitos dos seus números, nomeadamente quando tornava públicos factos como a imposição, tida por ilegal, de um regime de censura prévia,⁸⁰ ou ainda as sucessivas apreensões de números do jornal, os assaltos às suas instalações, a violência física de que eram alvo leitores ou colaboradores seus, etc., etc..⁸¹ Em 1920, precisamente, essas dificuldades tinham-se sucedido e andado de braço dado, para não dizer alimentado, o crescimento do Integralismo. Como dizia Hipólito Raposo em editorial, apesar dos “bons resultados” do “ano que passou”

logicamente ele seria também abundante em perseguições e violências de toda a ordem, estabelecendo-se um regimen especial de perseguição a este jornal que durante semanas foi sujeito à censura prévia e à apreensão.

A tal ponto subiu contra nós a sanha dos cães de guarda do regimen que em dias sucessivos, nas ruas, nos comboios, nos cafés, nos eléctricos, se prendiam pessoas sob a simples suspeita de serem integralistas!

Valia que dos “cárceres não saiam vencidos”, que “nenhuma vontade se quebrava” e que nunca nenhuma “consciência deixou de clamar bem alto as suas convicções.” Como seria de esperar,

⁷⁹ É evidente que o Integralismo Lusitano não tinha nada que ver com os movimentos nacionalistas de tipo miliciano que pululariam a Europa nas décadas de 1920, 1930 e, ainda, de 1940. De qualquer forma, a retórica, a demagogia e um certo culto da legitimidade da violência aplicado à política por parte do integralismo, como de outras franjas radicais da vida política portuguesa, interpretava correctamente, ainda que com alguma circunspeção, a máxima que dominou a política europeia e mundial no século XX a partir do primeiro pós-guerra e correctamente designado por “vontade de poder”. Paul Johnson, *Modern Times: A History of the World From the 1920s to the Year 2000*, 3.ª ed., s.l., Phoenix Giant, 1999, p. 48.

⁸⁰ “Continua a dispensar-se à casa de impressão deste jornal a honra diária de um cerco de polícia. As coisas passam-se com esta franqueza e simplicidade: às 4 horas a casa da máquina é rodeada pelos agentes do governo, os vendedores são detidos à porta na rua e a *Monarquia* não circula, enquanto um dos guardas não regressa àquele local. Depois de ter levado à leitura do Governo Civil um dos exemplares de cada edição.

Estes factos repetem-se há uma semana e só hoje, a despeito das nossas insistentes reclamações, o governo manda publicar nos outros jornais, que não o nosso [...] uma “nota oficiosa.” A *Monarquia*, 13 de Setembro de 1919, p. 1. No dia 1 de Outubro de 1919, A *Monarquia* continuava a queixar-se da aplicação do regimen diário de censura prévia. Na 1.ª página da edição de 1 de Outubro, dá-se notícia da solidariedade do *Mundo* para com a *Monarquia*, ao manifestar-se contra a sujeição à “censura”. Na edição do dia 13 de Setembro de 1920 fora publicitada a solidariedade do jornal a *República*. Finalmente, a 20 de Novembro do mesmo ano, a *Monarquia* publicava na 1.ª página: “A todos os nossos colegas que publicaram a nossa carta de protesto contra a censura prévia restabelecida para a *Monarquia*, salientando os que fizeram acompanhar essa carta dos seus protestos contra a arbitrariedade do governo, apresenta a *Monarquia* os seus agradecimentos.”

⁸¹ “Estabelecia-se para a *Monarquia* e para os jornais *Vanguarda* (socialista) e *Batalha* (comunista) um especial regime de revista prévia pela notícia. Então ainda repugnava o emprego da palavra censura à imprensa, pois que a liberdade na Constituição fora solenemente inscrita e respectiva lei com firmeza assegurava.” Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro, volume I (1911-1925)*..., p. 95.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Hipólito Raposo confessava que era até motivo de satisfação os integralistas poderem ser “julgados e perseguidos pelos próprios algozes da Pátria, pelos réus de todos os crimes.” Para o futuro era garantido que a “jornada” ia

continuar [...] cada vez mais depressa, por que a terra e a casa portuguesas, depois de roubadas, estão a arder e é urgente fazer justiça aos ladrões e aos incendiários.

Quem for por Portugal, tem de vir connosco! E nesta cruzada de honra, há uma só lei – a do sacrifício.

Rapazes, em nome dos Mortos, pelo destino da Pátria, pela nossa própria honra, ponhamos os olhos e a alma na bandeira e vamos para a frente.⁸²

Ora Pedro Theotónio Pereira, independentemente de ter sido recrutado pelo Integralismo, ou ter optado pelo mesmo Integralismo, na Faculdade de Ciências em 1920, foi politicamente o resultado do reaparecimento da *Monarquia* a 18 de Agosto de 1919 e do ambiente favorável que este criou à sua volta – apesar, ou sobretudo, por causa das duras penas que lhe eram impostas. Se o Integralismo Lusitano se lhe revelou no Parlamento – onde assistia das galerias aos debates entre os deputados do sidonismo – e nas páginas da primeira série da *Monarquia*, em 1917-18, apenas lhe permitiu agir politicamente com o renascimento que o movimento veio a conhecer a partir do Verão de 1919, com o início da publicação da segunda série daquele diário. Um ambiente, curiosamente ou não, que cultivava determinados princípios românticos assentes na coragem física e intelectual, no valor intrínseco da mudança radical, no patriotismo e no nacionalismo afirmados em função não de uma ameaça externa mas interna – embora com origem exterior, como os integralistas nunca se cansaram de afirmar.⁸³ Mas também convém sublinhar que no início da década de 1920, e apesar dos êxitos relativos que o movimento conhecera anteriormente, em 1918-1919, como daqueles êxitos que muitos dos seus membros viriam a conhecer num futuro relativamente próximo, fazer política no Integralismo era sobretudo um acto de generosidade, de devoção a uma doutrina, de fé quase cega em princípios. Por volta de 1920, apenas com algum cinismo um observador frio poderia vislumbrar uma tão ligeira quanto quase absurda esperança de vir a ver tão insignificante grupelho

⁸² Hipólito Raposo, “Integralismo Lusitano: O Ano Passado” in a *Monarquia*, 3 de Janeiro de 1921, p. 1. “A subtil manobra era esta: um guarda de polícia esperava à porta da oficina a saída do jornal; comprava um exemplar e em corrida ofegante, ia levá-lo a quem lhe tinha mandado fazer a diligência. Lido o periódico, entre cintilações de sabres e murros na secretária, telefonava-se para as esquadras a ordenar a apreensão. E começava a perseguidora corrida atrás dos vendedores [...].

Muitos garotos escondiam a gazeta para a vender clandestinamente à freguesia, outros eram agarrados e espancados pelos agentes da Autoridade, que os obrigavam a abandonar os maços e a desistir de tão fatídico periódico. O jornal era depois queimado no Rossio, em gloriosas fogueiras, com grande gáudio da canalha política. Das suas cinzas quentes sempre se erguiam chamas maiores.” Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro, volume I (1911-1925)*..., pp. 95-96.

⁸³ É verdade que para o Integralismo, a realidade política e social portuguesa que vigorou desde 1834, era, essencialmente, estrangeira e apenas triunfara porque imposta pelo apoio que os vencedores conseguiram junto de terceiras potências. Porém, na década 1920, o inimigo fazia-se de todos aqueles portugueses que abraçavam ideias estranhas àquilo que os integralistas consideravam ser a essência histórica da nação portuguesa.

“... uma cruzada de salvação pública.”

conseguir um lugar à mesa do orçamento, produzindo a revolução social a que se propunha por via do exercício de um poder conquistado por meios mais ou menos violentos. Independentemente da violência, da demagogia, da superficialidade da doutrina, sobretudo tal como afirmada na *Monarquia* – o que factualmente contradizia o discurso de autocongratulação que, a todos os níveis, os integralistas sempre reproduziram –, a verdade é que o reaparecimento do órgão oficial do Integralismo Lusitano, cerca de meio ano após o fracasso da *Monarquia do Norte*, veio ao encontro dos desejos de um conjunto de cidadãos, que embora com escassa expressão numérica, mesmo depois do crescimento que o Integralismo conheceu nos primeiros anos da década de 1920, não apenas desejavam a consumação de uma profunda mudança, no sentido de “restauração”, na ordem social e política vigente, como acreditavam que ela era possível, fosse pelo exemplo interno e próximo do sidonismo, fosse pelo exemplo daquilo que vinha de fora e anunciava a viabilidade de uma outra existência, de um outro mundo anti-burguês, anti-parlamentar, anti-liberal, anti-capitalista.⁸⁴ Como é obvio, e enquanto a conjuntura política, tanto interna como externa, não mudasse, não apenas os ideais, mas sobretudo as atitudes do Integralismo, tinham que atrair, e atraíam muito, independentemente de não ter sido e possivelmente não ter desejado ter sido, um movimento de massas.⁸⁵ Assim, durante menos de três anos, de Agosto de 1919 até Maio de 1922, enquanto movimento formalmente organizado, o Integralismo era uma instituição política que mais do que pouco significativa, reunia pessoas em torno de uma doutrina cujo triunfo não se vislumbrava, nem que fosse por estar ainda longe o definir da ordem interna e externa contra a qual se afirmara.

Ao mesmo tempo, não admira que o número de 18 de Agosto de 1919, que marcou o regresso da *Monarquia* e, com ele, da expressão pública dos ideias integralistas, tivesse sido do ponto de vista do movimento “um verdadeiro sucesso jornalístico”. Como consequência desse facto, no “Rossio alguns exemplares” tinham atingido “elevados preços”, enquanto num curto espaço de tempo “se esgotaram todas as tiragens.”⁸⁶ A importância do regresso do jornal foi ostensivamente manifestada pelos seus mais entranháveis inimigos que tinham fresca a memória do apoio dado pelos integralistas ao consulado de Sidónio e aos episódios de guerra

⁸⁴ Uma descrição daquela que foi a progressiva afirmação e posterior triunfo dos ideias autoritários, nacionalistas e anti-capitalistas em grande parte da Europa das décadas de 1920 e 1930, Mark Mazower, *Dark Continent: Europe's Twentieth Century*, s.e., s.l., Penguin Books, 1999, pp. 1-39.

⁸⁵ Mas socialmente heterogéneo. Pelo menos a acreditar no testemunho de Carlos Pires de Lima da Fonseca, que desempenhou, transitória e discretamente, o cargo de director da *Monarquia* enquanto Hipólito Raposo esteve detido em São Julião da Barra, entre Julho e Outubro de 1920: “Nos cadernos de filiação do Integralismo encontravam-se pessoas de todas profissões; ao lado de pessoas distintas pela inteligência [com] que nos manifestavam a sua simpatia, havia simples e modestos operários que, cansados de vãs promessas de políticos se voltavam para um movimento que tinha a espontaneidade, o impulso e a generosidade de tudo quanto é moço, sincero e sentido.” Carlos Pires de Lima da Fonseca, *op. cit.*, p. 119.

⁸⁶ *A Monarquia*, 19 de Agosto de 1919, p. 1.

“... uma cruzada de salvação pública.”

civil conhecidos como a Monarquia do Norte e a revolta do Monsanto. Havia quem tivesse relatado à *Monarquia* incidentes mais ou menos pitorescos, mais ou menos violentos. Sob o título “Baptismo de Fogo”, garantia-se que:

Publicar hoje em Portugal um jornal adverso ao grupelho reinante é certamente mais arriscado e mais perigoso do que fazer a travessia do Atlântico em hidroavião. Pelos precedentes dos últimos dias, previmos logo que o nosso jornal traria sérios engulhos aos defensores do regimen e provocaria da parte deles as costumadas violências.

Não nos enganâmos.

Na Rua do Carmo, um individuo comprou dez exemplares e rasgou-os um a um. Vá lá que este ainda fez uma coisa que não estamos habituados a ver. - pagou...

Um nosso leitor que em frente da Brasileira comprava o jornal, foi valentemente socado por um grupo de bolchevistas verde-rubros, entre apupos e insolências.

Mais tarde, à porta do Café do Gelo, foram arrancados dois exemplares das mãos dos seus leitores e ali mesmo consumidos pelo fogo - com grande pena dos vermelhos inquisidores por não fazerem o mesmo aos redactores...

Protestar, para quê? Isto chegou a um tal estado que não vale a pena tomar nada a sério. Limitamo-nos, por isso, a registar estas manifestações da justiça popular como prova flagrante dos bons resultados da educação e da propaganda republicana!...⁸⁷

Na falta de outros testemunhos, apenas é possível encontrar Pedro Theotónio Pereira, existindo e activo politicamente no seio do Integralismo Lusitano, já no Verão de 1921. Na sequência de uma reunião realizada em Lisboa nos dias 19 e 20 de Julho, onde estiveram presentes os delegados dos organismos integralistas, a *Monarquia* noticiou que na reunião do dia 20, Pedro Theotónio Pereira, na qualidade de vice-presidente da Junta Escolar de Lisboa, usou da palavra depois de António Sardinha.

A convocação desta reunião era esperada e necessária para que se fizesse um balanço da situação em que se encontrava o movimento monárquico, o Integralismo Lusitano, o país e, claro, a luta pelo derrube do regime constitucional vigente. Pretendia pesar o seu crescimento, conferir regras à expansão recente e futura, e disciplinar a nova realidade do Integralismo enquanto organismo de acção e, sobretudo, dizia-se, de doutrinação política. A reunião foi ainda o corolário não apenas do regresso a Portugal, vindos do exílio,⁸⁸ de dois dos seus mais distintos

⁸⁷ “Baptismo de Fogo” in *a Monarquia*, 19 de Agosto de 1919, p. 1.

⁸⁸ A amnistia conferida aos exilados monárquicos implicados na Monarquia do Norte, fez-se a propósito das “cerimónias de tumulização dos soldados desconhecidos” a 9 de Abril de 1921. A partir desta data, enquanto os monárquicos constitucionalistas e [os] católicos puseram, transitoriamente de parte, o propósito de restaurar a monarquia pelas armas, esta continuou a ser a intenção dos integralistas das correntes em que se dividiram os antigos adeptos da Junta Central e outros que partilhavam as suas ideias, embora não se submetessem à sua autoridade. Entre estes se contava Paiva Couceiro [...]” Carlos Ferrão, *op. cit.*, 3.º vol., s.e., p. 159. Esta amnistia teve ainda o mérito de, do ponto de vista dos sectores monárquico manuelista ter “liquidado” o “movimento revolucionário de 1919,” decidindo a “Causa Monárquica” entrar “em luta legal com a República, logo” tratando “da

“... uma cruzada de salvação pública.”

“Mestres” – Monsaraz e Sardinha –, o que implicou não apenas dá-los a conhecer aos novos “apóstolos” e “soldados”, mas também alguns destes aos heróicos “Mestres”, nesta altura também designados na *Monarquia* como os “grandes sacrificados da Causa que defendemos.”⁸⁹ Em segundo lugar, era necessário definir uma nova estratégia em função da nova realidade política consagrada pela amnistia que fora concedida pela República à generalidade dos monárquicos que se tinham sublevado no início de 1919 e que, portanto, alterava os pressupostos em que o combate político podia ser feito, deslocando-o do domínio de uma espécie de clandestinidade para a legalidade, ainda que parcialmente indesejada no caso dos Integralistas. Finalmente, o acontecimento pretendia avaliar e congratular-se pela extraordinária vitória política para o Integralismo Lusitano⁹⁰ – no que ao confronto político no seio do campo monárquico e da direita nacionalista de pendor autoritário dizia respeito – que fora a “Proclamação de Princípios” de Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon, na sequência da qual ficavam estabelecidos os “fundamentos da monarquia nova”, facto que, destacada e orgulhosamente, a *Monarquia* publicara a 5 de Julho de 1921.⁹¹ Esta “proclamação” seria, transitoriamente, o culminar de um conjunto de factos que tinham levado, primeiro, à ruptura do Integralismo com D. Manuel II e à sua posterior aproximação ao ramo legitimista.

De facto, no dia 20 de Outubro de 1919, a *Monarquia* publicara uma declaração comunicando que, desde a véspera, o Integralismo Lusitano se desligara de “toda a obediência ao Sr. D. Manuel II que foi Rei de Portugal e nos afastamos inteiramente das suas direcções políticas.” Esta atitude era o resultado, aparente, da infidelidade do monarca

*às suas obrigações políticas, especialmente pelo seu alheamento perante a restauração monárquica no Norte [...], e também porque o Soberano se mostrara intransigente no carácter que deveria ter a Monarquia restaurada que, em seu entender, deveria ser uma Monarquia Constitucional, isto é, liberal. Além de tudo isto, recusava-se a designar sucessor no Trono, uma vez que, por si, não possuía descendência.*⁹²

sua organização para tal fim.” Luís de Magalhães, *A Crise Monárquica: Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, s.e., Porto, Livraria Lello, Limitada – Editora, 1934, p. 91.

⁸⁹ Na sequência do regresso e coincidência em Lisboa das personagens, “um grupo de amigos pessoais e políticos [...] resolveram promover um jantar de homenagem.” *A Monarquia*, 20 de Julho de 1921, p. 1.

⁹⁰ Típica vitória de Pirro que, cerca de dez meses mais tarde, desorientaria e constituir-se-ia num importante revés para o movimento.

⁹¹ A proclamação data de 26 de Junho de 1921. Caetano Beirão, em nome dos integralistas que se mantiveram fieis a D. Manuel, diria mais tarde que este acto tomara a Junta Central do Integralismo Lusitano em grupo dissidente, “pois tinha ido construir uma «igrejinha» sua à margem do partido legitimista, ficando os integralistas manuelistas onde sempre estiveram, desde 1915.” Caetano Beirão citado em Carlos Ferrão, *op. cit.*, vol. 3.º, p. 226. Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro, volume I (1911-1925)*..., pp. 229-230.

⁹² Para uma versão muito breve e suave dos acontecimentos. A. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 64. Na verdade, as propostas com as quais os delegados do Integralismo Lusitano (Luís de Almeida Braga e Pequito Rebelo) confrontaram D. Manuel II, a 16 e 28 de Setembro de 1919, em Eastbourn e Twickenham, respectivamente, não passavam de um ultimato. Damião Peres, *História de Portugal. Edição Monumental. Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade. Suplemento*, s.e., Porto, Portucalense Editora, 1954, pp. 230-232. Ver

“... uma cruzada de salvação pública.”

Após este afastamento, no dia 2 de Setembro de 1920, a Junta Central do Integralismo Lusitano reconheceu e declarou “Herdeiro do Trono de Portugal, Sua Alteza Real, o Príncipe Senhor Dom Duarte Duque de Bragança e, na sua falta, aquela das Senhoras Infantas, suas Irmãs a quem de direito pertencer a sucessão.” Neste contexto, a “proclamação” de Dona Aldegundes apresentava-se como o testemunho de uma vitória integralista em toda a linha nas altas esferas da realeza e a certificação, uma vez mais, da sua propensão para a intriga, como sinónimo, pelo menos, de capacidade para se mover e agir nos bastidores, independentemente dos resultados. O Integralismo Lusitano tinha agora, mas por pouco tempo, uma figura capaz de preencher o topo da pirâmide do Estado nacionalista e integral que idealizava, um herdeiro – que podia ser rei – e uma espécie de regente identificada com as intenções político-doutrinárias integralistas e, claro, um ambiente político favorável à expansão das ideias do movimento.⁹³ Mas tinha também maior margem de manobra para conduzir as suas actividades conspiratórias sem as limitações que D. Manuel II directa ou indirectamente lhe impunham, sobretudo desde que a amnistia aos monárquicos fora decretada e a via eleitoral se vislumbrava como a via do restauracionismo monárquico.

Na reunião do dia 19, que teve lugar na redacção da *Monarquia*, “os delegados dos organismos integralistas do País” foram “postos ao corrente da marcha triunfal” do “movimento”, além de lhes ter sido dado “conhecimento de algumas resoluções” que interessavam “fundamentalmente à vida e à vitória” dos “princípios” integralistas na “Pessoa do Príncipe Real Senhor Dom Duarte de Bragança.” Nesta “sessão”, e ainda segundo a *Monarquia*, “foram presentes alguns documentos políticos da mais alta importância” e “que a Junta Central entregou à apreciação dos [...] amigos da Província.” Ficavam assim ao corrente “das resoluções tomadas e dos factos políticos ocorridos nos últimos dez anos, depois dos tristes sucessos do Norte e de Monsanto.” De tudo isto, resultou, pelo que se transmitiu aos leitores do jornal, o “mais decidido

ainda Junta Central do Integralismo Lusitano, *A Questão Dinástica. Documentos para a História mandados coligidos e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, s.e., Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921. A repugnância de D. Manuel II pelo frenesim intriguista e revolucionário dos integralistas, tão evidente logo em Setembro de 1919, aquando da realização das conferências acima citadas, tomou-se num dos mais determinantes factores de separação entre o monarca exilado e os seus interlocutores. D. Manuel II desprezava igualmente o Integralismo doutrinário, tendo-o sempre rejeitado enquanto as circunstâncias políticas o permitiram. Idem, *ibidem*, pp. 2 e 22.

⁹³ A narrativa mais interessante e verosímil nos detalhes e na avaliação do processo de negociações envolvendo integralistas, legitimistas e o pretendente ao trono, D. Miguel II, feita com pormenores pitorescos e comentários acertados, apesar de se tratar de um autor claramente hostil ao Integralismo, encontra-se em Carlos Ferrão, *op. cit.*, 3.º vol., pp. 124-141. Um resumo acético destas mesmas negociações, e que permitiram aos integralistas passar uma certidão de autenticidade à “outra linha dinástica” da monarquia portuguesa, encontra-se em Damião Peres, *op. cit.*, pp. 232-233. Com perspicácia, e retrospectivamente, Simeão Pinto de Mesquita, que foi membro da Junta Nacional do Douro durante a Monarquia do Norte, viria a considerar ter sido a “questão dinástica” um produto típico da emigração, “meio péssimo onde surgem os conflitos que desunem.” *A Ideia Nacional*, 16 de Maio de 1927, p. (1.ª coluna).

“... uma cruzada de salvação pública.”

apoio à orientação política” da Junta Central e a “mais absoluta conformidade de vistas quanto à resolução dos assuntos de que lhe foi dado conhecimento.” Como em qualquer outra reunião político-partidária considerada de alto nível, foram tomadas resoluções de “carácter reservado” e que, num curto espaço de tempo, se reflectiriam “nos mais fecundos resultados de acção política em todo o País.” Garantido estava também que todos os intervenientes tinham participado “numa grande manifestação de fé nos princípios” do Integralismo, pelo que o primeiro encontro tinha sido “uma poderosa afirmação de vitalidade e coesão política.”⁹⁴

No dia seguinte (Quarta-feira, dia 20 de Julho), reuniram-se com a Junta Central “os delegados de grande número de Juntas Municipais, Núcleos Paroquiais, sindicatos profissionais.” Fizeram-no “para saudar todas as organizações integralistas de Lisboa e da Província,” para que lhes fossem expostas “as condições da posição política do Integralismo Lusitano” e para que lhes atribuíssem “novas direcções” naquilo que à “propaganda” e à “acção contra a República” dizia respeito. Hipólito Raposo, que presidiu a este encontro, além de evocar “o sacrificio de tantos amigos nossos, mortos, feridos e perseguidos”, pediu dinheiro para a *Monarquia* e, no seu natural sectarismo, se não gritou quaisquer mortes à República, preocupou-se em consolidar tão pequeno grupo, afirmando que nunca o Integralismo, e em especial aqueles que participavam em tão relevante reunião, em circunstância alguma deveriam perder tempo a dar ouvidos aos “agenciadores de acordos ou plataformas com os liberais e o seu rei.” Reforçou o alerta contra cantos de sereia admoestando-os com uma evocação: “Temos princípios diferentes e um Rei que deseja servi-los. Nada mais precisamos do que trabalhar até ao sacrificio, para vencermos.”⁹⁵ Era óbvio que, desde Abril, aquilo que mais preocupava as cúpulas integralistas era a possibilidade da via legalista (ou manuelista), predominante no seio do campo monárquico, se afirmar, uma vez que, por princípio, entrava nas contendas eleitorais e, eventualmente, parlamentares. Enquanto durasse uma situação legal de banimento de toda a actividade política de todos os monárquicos, os Integralistas estariam numa situação de relativa vantagem uma vez que se recusavam sempre a participar no jogo democrático, nomeadamente naquilo que à disputa de eleições parlamentares dizia respeito. Neste contexto o seu radicalismo e intransigência, como a sua natural tendência para a conspiração, eram politicamente rentáveis, da mesma forma que penalizava o campo monárquico constitucional historicamente habituado às disputas eleitorais, às garantias constitucionais expressas na liberdade de associação ou de imprensa. Numa conjuntura de abertura política, sucedia o oposto. Muitos monárquicos, mais ou menos crentes, nos princípios democráticos em vigor antes e depois da proclamação da

⁹⁴ *A Monarquia*, 21 de Julho de 1921, p. 1.

⁹⁵ *Ibidem*.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Constituição de 1911, mais ou menos seguidores dos princípios intransigentemente antidemocráticos do Integralismo Lusitano, acabavam sempre por acompanhar e apoiar as movimentações do campo manuelista. Não era portanto de admirar que, em Novembro de 1921, Hipólito Raposo tivesse dado uma entrevista à *Época* na qual sublinhava a total indisponibilidade da Junta Central do Integralismo Lusitano para participar numa “Frente Única” de “conservadores” no acto eleitoral que se avizinhava, por não passar de um “paliativo generoso [...], uma cataplasma de curandeiros, aterrados à extensão do mal de que eles são em grande parte responsáveis...”⁹⁶ Paralelamente, a mesma Junta Central fazia publicar uma nota na qual definia a sua atitude em “face das próximas eleições legislativas”. As “instruções” aí tornadas públicas recordavam a não existência oficial de “candidatos seus ao sufrágio dos eleitores”; que aqueles “amigos” que dispunham de “influência para se elegerem”, podiam “fazê-lo, comunicando previamente a sua resolução à respectiva Junta Provincial e à Junta Central.” Em terceiro lugar, e naquilo que era o sinal claro de uma transigência imposta pela realidade, onde não concorressem “amigos nossos”, as “influências integralistas” podiam “apoiar candidatos regionalistas ou católicos” que não fossem republicanos”, tudo dependendo do “assentimento expresso da Junta Central e da Junta Provincial da sede do círculo.” Finalmente, e de qualquer forma, em “todos os outros casos”, era “prescrita a mais rigorosa abstenção eleitoral aos nossos amigos.”⁹⁷ A recusa do frentismo não podia, obviamente, ser levada às últimas consequências.

Ainda na reunião da segunda quinzena de Julho, os intervenientes que usaram da palavra depois de Hipólito Raposo, fizeram discursos de congratulação em torno dos méritos do movimento, das virtudes dos seus dirigentes e da felicidade que representava o seu crescimento. A intransigência foi louvada e tanto os monárquicos seguidores de D. Manuel, como os Republicanos, foram sistematicamente tratados como farinha do mesmo saco.⁹⁸ O liberalismo, monárquico ou republicano, era o inimigo e contra ele todas as palavras deveriam ser ditas e todos os actos praticados. Mas sobretudo contra o monárquico, chamado “manuelismo”. Foi neste ambiente que “o sr. Pedro Theotónio Pereira”, depois de Hipólito Raposo, Afonso Lucas e António Sardinha terem usado da palavra,

fez algumas considerações de ordem política e histórica, mostrando nas suas palavras uma segurança notável de dedução e um perfeito conhecimento dos deveres dos integralistas.

⁹⁶ Entrevista ao jornal *A Época*, reproduzida na *Monarquia* de 20 de Novembro de 1921, p. 1.

⁹⁷ *A Monarquia* de 20 de Novembro de 1921, p. 1.

⁹⁸ Afonso Lucas, sublinhou a “necessidade de mantermos firmemente a nossa intransigência com os adversários dos nossos princípios, quer eles sejam republicanos declarados ou se disfarcem em monárquicos. [...] qualquer intransigência nossa importaria uma ofensa grave ao interesse nacional e à dignidade política de todos nós.” *Ibidem*.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Em nome do organismo que representava [a Junta Escolar de Lisboa] afirmou a sua mais estreita solidariedade com a orientação superior do Integralismo Lusitano, de que é um dos mais inteligentes e dedicados aderentes.

É claro que todo o acontecimento tinha, para quem o observasse do exterior, um conteúdo um tanto ou quanto inconsequente.⁹⁹ Uma minoria esmagadora de cidadãos portugueses, que pouco ou nada fora na política e pouco representava socialmente, congratulava-se pelas cisões que induzia no campo monárquico em nome de princípios utópicos que, ao contrário de outros igualmente quiméricos, não respondiam aos novos desafios de uma sociedade. Ou melhor, pretendia responder aos desafios do presente propugnando o regresso a um passado ainda por cima integralmente fantasioso. E não tardou muito para que vários integralistas dissessem se dessem conta. Porém, em Julho 1921, Pedro Theotónio Pereira, na qualidade de vice-presidente da Junta Escolar de Lisboa, tivera oportunidade de assistir à afirmação do renascimento do Integralismo Lusitano – apesar das suas penas – participando num encontro relevante para a sua história, e no decurso do qual foi possível, apesar dos seus 19 anos incompletos, tomar o pulso aos seus membros, desde os seus dirigentes históricos até àqueles, mais ou menos anónimos, que desde a “Província” tinham vindo a Lisboa em cavilosa profissão de fé. Além disso, usara da palavra, fizera-o na sequência dos discursos proferidos por dirigentes maiores do movimento e, mais importante, não apenas a relevância das suas ideias e das suas palavras fora publicamente elogiada, como a natureza genuína da sua fé fora reconhecida.

Por esta altura, apenas um de dois desejos políticos que manifestamente possuía não pôde concretizar. Ter-lhe-á parecido frustrante não ter podido estar presente no banquete de homenagem a Alberto Monsaraz, António Sardinha e Pequito Rebelo,¹⁰⁰ e no qual participaram não apenas alguns amigos políticos de Pedro Theotónio Pereira mas, sobretudo, algumas figuras notáveis, tanto do integralismo como do próprio ramo legitimista da monarquia portuguesa, e que a um jovem curioso e ambicioso muito teria importado poder conviver de perto e assim fazer uso dos dotes pessoais e políticos reconhecidamente tidos por sedutores. Não lhe restou mais do que esperar por outra oportunidade, uma vez que, como o próprio confessou, não se encontrava na data do evento “aí em Lisboa”. Por outro lado, o mais profundo desejo não

⁹⁹ Enquanto Pequito Rebelo proclamava “Nós havemos de vencer, porque temos razão e porque queremos vencer,” depois de “ter dado alguns esclarecimentos sobre a impossibilidade de qualquer acordo com homens que não professavam os nossos princípios, nem reconheciam o nosso Rei,” Rolão Preto “com grande ardor e um grande dom de sinceridade,” gritava “Acção! Acção! Acção! meus amigos.” *Ibidem*, p. 1.

¹⁰⁰ Jantar que reuniu integralistas e legitimistas. No discurso que pronunciou no decurso do evento, Alberto Monsaraz além de novamente dar notícia da sua fé no Integralismo, afirmou a sua convicção na força das “minorias audaciosas” que “julgando-se possuídas da verdade política e encamando as tendências da época” eram capazes de, “para o bem ou para o mal dos povos e das nações,” transformar os regimes. Como exemplos evocou, curiosamente, Napoleão e o “golpe de Brumário” e Lenine que “foi apenas o capitão de uma ínfima minoria de quadrilheiros russos.” *A Monarquia*, 23 de Julho de 1921, p. 1.

apenas se confirmaria como, e o tempo viria a demonstrá-lo, superou as expectativas que Pedro Theotónio Pereira colocou na primeira pequena carta que enviou a António Sardinha, pedindo desculpa pela sua ausência do banquete e manifestando a sua alegria pelo facto de ter sido apresentado ao notável mestre.¹⁰¹ É que a avaliar pelo conteúdo da correspondência trocada entre os dois, e que pelo menos em parte ainda hoje sobrevive, na sequência da reunião de 20 de Julho teria início, além duma relação de natureza política e doutrinal, uma convincente amizade pessoal.¹⁰² As primeiras palavras que enviou a António Sardinha iam ainda em tom formal, mas davam a entender o rapaz aparentemente de trato humilde e amável que sabia insinuar-se, especialmente junto daquelas personalidades que política e intelectualmente admirava e cuja atenção e convívio lhe interessava promover.¹⁰³ Ao “Meu Ex.mo Amigo” seguia-se:

Ainda que apenas na passada 4.ª feira [20 de Julho], por ocasião da reunião na “Monarquia”¹⁰⁴ eu tivesse tido a grande honra e o grande prazer de ser apresentado a V.ª Ex.a, não me tendo sido possível, por não me encontrar aí em Lisboa, ter assistido ao banquete de ontem,¹⁰⁵ entendo ser meu dever apresentar a V.ª Ex.a as minhas desculpas e ao mesmo tempo como ontem teria feito, a expressão sincera da minha maior simpatia e admiração. Convencido que a vinda do Sr. Doutor Alberto Monsaraz e de V.ª Ex.a, marcará o começo da grande etapa que nos levará ao triunfo final.

Disponha o meu Ex.mo

Amigo de quem se

¹⁰¹ Ao contrário de Pedro Theotónio Pereira, o seu amigo António Rodrigues Cavalheiro, jovem estudante de Letras, deixaria um testemunho do momento em que foi apresentado a António Sardinha. “Conheci pessoalmente António Sardinha no Verão de 1921, semanas depois do seu regresso do exílio [...]. Lembro-me perfeitamente: - foi na redacção do órgão integralista, num terceiro andar modesto, a dois passos do Chiado. Um amigo comum, já falecido também - o desditoso e tão dedicado Vasco Falcão -, fizera as apresentações e, ao lançar o meu nome, logo António Sardinha me felicitou generosamente por um artigo - o meu primeiro escrito sobre política! - publicado no jornal bastantes meses atrás.” Rodrigues Cavalheiro (selecção e prefácio), *António Sardinha*, s.e., Lisboa, Edições Panorama - S. N. I., 1959, p. xi.

¹⁰² Esta correspondência faz parte do espólio de António Sardinha depositado na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica. As cartas, e outro tipo de correspondência, enviadas por Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha, perfazem um total de 54 espécimes. A cada documento foi atribuído um número que o identifica, e embora a lógica de atribuição do mesmo não seja óbvia, optou-se mesmo assim por indicá-lo, ficando facilitada a identificação original do mesmo no local em que se encontra depositado. Algumas vezes foi possível determinar a data de correspondência que a não tinha, ou tinha apenas parcialmente, ou ainda corrigi-la em função do confronto que foi feito com outras fontes.

¹⁰³ Mas Pedro Theotónio Pereira não era certamente o único jovem interlocutor de António Sardinha, embora se acabasse por tomar num dos seus favoritos. António Sardinha tinha “os «seus rapazes», como ele gostava de dizer,” espalhados por todo o País, e naturalmente, também, por Lisboa, Coimbra e Porto, “uns cursando as universidades, outros subindo na vida pelo trabalho,” recebendo “sempre com alvoroço as suas cartas tão comunicativas” e lendo com “entusiasmo crescente os seus fulgurantes estudos.” Rodrigues Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo” in *op. cit.*, p. 45.

¹⁰⁴ Na Terça-feira e na Quarta-feira, dias 19 e 20 de Julho, reuniram-se nas salas da redacção da *Monarquia* “os delegados dos organismos integralistas do País, afim de serem postos ao corrente da marcha triunfal do nosso movimento e de lhes ser dado conhecimento de algumas resoluções que interessam fundamentalmente à vida e à vitória dos nossos princípios na Pessoa do Príncipe Real Senhor Dom Duarte de Bragança.” *A Monarquia*, 21 de Julho de 1921, p. 1, 1.ª coluna.

¹⁰⁵ Refere-se ao citado jantar de homenagem a Alberto Monsaraz, António Sardinha e Pequito Rebelo, “promovido por um grupo de seus amigos pessoais e políticos.” Pretendia-se celebrar o seu regresso do exílio.

“... uma cruzada de salvação pública.”

assinada de V.^a

C/V Ex.a admirador e amigo mto. Grato

Quinta do Pombal Pedro Theotónio Pereira

Almada 23/7/XXI [Sábado]¹⁰⁶

Só em meados de Outubro, já no regresso de “um mês pela província”, teve Pedro Theotónio Pereira notícia de que António Sardinha lhe tinha respondido. Na volta do correio, o jovem dirigente da Junta Escolar de Lisboa mostrava o seu desvanecimento “pelas bondosas palavras”, mas “de todo imerecidas”, que acabara de ler. Depois, a propósito da notícia segundo a qual António Sardinha se retirara para o “fundo do Alentejo, o seu querido Alentejo, para escrever a ‘História de Portugal’”,¹⁰⁷ Theotónio Pereira confessava ser “já psicologicamente” um crente no Integralismo. Terminava, garantindo que já não tinham sentido as queixas que lhe fizera sobre a situação do Integralismo aquando da reunião de 20 de Julho, uma vez que lera com “grande interesse” os artigos da *Monarquia* publicados desde aquela data, sobretudo o último “que começava pelo capítulo esplêndido da ‘Legalidade da República’” e que o deixara “entusiasmado”.¹⁰⁸

Não tardou muito para que depois de nomeado presidente da Junta Escolar de Lisboa – o que sucedeu no decurso do mês de Dezembro de 1921¹⁰⁹ –, Pedro Theotónio Pereira começasse a assumir algum destaque político no seio do Integralismo Lusitano. No Sábado, dia 28 de Janeiro de 1922, e quando no anterior mês de Novembro o novo presidente completara

¹⁰⁶ Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 23 de Julho de 1921 (documento n.º 36). Loc. cit.

¹⁰⁷ A este propósito, afirmava Pedro Theotónio Pereira: “Achei absolutamente natural. O Integralismo como o grande obreiro da Restauração deve escrever a verdadeira História. Quem, dos nossos, mais “integral” que o meu querido amigo?” O “plano definitivo” desse projecto de *História de Portugal* em 32 capítulos, encontra-se reproduzido em A. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, pp. 129-130.

¹⁰⁸ Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 13 de Setembro de 1921 (documento n.º 31). Loc. cit. Esta carta foi mal datada pelo seu autor. Será de 13 de Outubro e não de 13 de Setembro. O artigo de António Sardinha a que se refere – “Passado um Ano” – iniciado com o “capítulo esplêndido intitulado ‘Legalidade da República’” – publicou-se na *Monarquia* de Terça-feira, 11 de Outubro de 1921. A partir daqui este documento será sempre citado com a data que se pensa correcta.

¹⁰⁹ “O nosso prezado amigo Guilherme de Ayala Monteiro, vogal da Junta Provincial da Estremadura, deixou de presidir à Junta Escolar de Lisboa, por ser esse cargo incompatível com os seus muitos afazeres, sendo investido naquele lugar o nosso querido amigo Pedro Theotónio Pereira que já no ano transacto serviu de vice-presidente, havendo a esperar muito das suas invulgares qualidades de energia e de inteligência.” A Junta Escolar de Lisboa ficou constituída da seguinte forma: Faculdade de Ciências - Pedro Theotónio Pereira, presidente; Faculdade de Letras - António Rodrigues Cavalheiro, secretário; Faculdade de Direito - Vasco Falcão; Faculdade de Medicina - Guilherme Bastos Gonçalves; Instituto Superior Técnico - Higinio Melo Queirós; Instituto Superior de Comércio - José Xara Brasil; Instituto Superior de Agronomia - Álvaro da Rocha Cabral; Instituto Comercial de Lisboa - José Gonçalves. A *Monarquia*, 28 de Dezembro de 1921, p. 1. No dia 28 de Dezembro, reuniu-se pela primeira vez a nova Junta Escolar. “Compareceram os delegados da Faculdade de Ciências, Letras, Direito e Medicina e dos Institutos Superior Técnico e Superior de Comércio” sendo “aprovado o texto de uma mensagem a enviar a Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno”. Foi resolvido enviar uma saudação à “Junta Central do Integralismo Lusitano e manifestar-lhe inteira obediência e solidariedade.” Além de ter sido votada uma “saudação ao Senhor Doutor Guilherme Ayala Monteiro, que durante três anos presidiu tão brilhante e superiormente à Junta Escolar de Lisboa,” ainda houve tempo para se “louvar a atitude combativa e vibrante que o jornal ‘A Monarquia’ tem tomado recentemente e em especial quando dirigida pelos senhores Armando da Silva e Guilherme de Ayala Monteiro.” Finalmente, foram tomadas “outras resoluções de carácter reservado.” A *Monarquia*, 29 de Dezembro de 1921, p. 1.

“... uma cruzada de salvação pública.”

apenas 19 anos, a *Monarquia* noticiava com grande destaque a conferência que iria ser proferida por aquele que era tido como um dos “melhores valores com que o nosso movimento conta dentro da gente nova”, tanto “pela sua inteligência”, como “pela sua dedicação” e “extraordinária actividade”. O editor vincava o retrato do conferencista afirmando tratar-se de um “dos mais moços” e, “ao mesmo tempo”, um dos “mais activos propagandistas das nossas ideias.” Em função do seu curto mas aparentemente já fértil percurso no seio do Integralismo, o artigo de primeira página, na terceira coluna, com uma foto de Pedro Theotónio Pereira em pose tão empinocada como serena, salientava que a conferência daquela noite seria “mais uma afirmação da sua bela inteligência”, prevendo-se um “trunfo” para o conferencista e para o movimento, e, com isso, “uma magnífica afirmação da vitalidade do pensamento integralista.” Para aguçar o apetite da assistência potencial, terminava a notícia com o “sumário” da palestra:

A Democracia sob os pontos de vista: – filosófico, político, intelectual.

– A falência das ideias democráticas.

– Monarquia Integral.

Não é difícil imaginar o significado político e pessoal do acontecimento para Theotónio Pereira. Desde logo pela distinção que lhe conferia o apontamento na *Monarquia*.¹¹⁰ A apresentação da sua pessoa aos mais ou menos anónimos companheiros de jornada, era feita com grande destaque em notícia de primeira página com fotografia – uma autêntica raridade nos jornais na altura – o que o colocava transitoriamente em pé de igualdade com as poucas personalidades destacadas do Integralismo, ou que o Integralismo apoiava, e que desde 8 de Agosto de 1919 tinham tido semelhante honra. Excluindo as figuras do ramo legitimista da monarquia portuguesa – desde D. Miguel I, D. Miguel II e do jovem D. Duarte, à regente Dona Maria Aldegundes de Bragança – e António Sardinha, raramente, para não dizer nunca, uma edição corrente da *Monarquia* reproduzia fotos de pessoas ou acontecimentos.¹¹¹ Em regra, recorde-se, e com excepção de publicações vocacionadas para o efeito, a imagem encontrava-se em regra ausente dos jornais. A *Monarquia* nunca publicou, por exemplo, qualquer foto de Ayala Monteiro, o antecessor de Pedro Theotónio Pereira na presidência da Junta Escolar de Lisboa. Logo no início da década de 1920, poucos eram os políticos de renome nacional que viam fotos suas editadas na imprensa, excepto em publicações com as características da *Ilustração Portuguesa*. Eram, para a generalidade dos portugueses, conhecidos apenas pelo nome – e a maior parte

¹¹⁰ A *Monarquia*, 28 de Janeiro de 1922, p. 1.

¹¹¹ Uma excepção relevante e próxima da edição da *Monarquia* que publicou a foto de Pedro Theotónio Pereira, diz respeito ao número especial de 23 de Janeiro de 1922, evocativo da revolta do Monsanto. Aliás, em edições da *Monarquia* imediatamente anteriores e subsequentes a esta, publicaram-se várias fotos de heróis fardados que tinham tombado em Monsanto – mortos ou feridos – e que o Integralismo Lusitano queria ostensivamente transformar em mártires da sua causa.

“... uma cruzada de salvação pública.”

das vezes nem pelo nome –, nunca pelos traços do seu rosto, pelo seu porte, pela roupa que vestiam, pelo olhar que lançavam à objectiva e que partir daí se poderia tornar cúmplice de quem o fixasse na página de um jornal. Desconhecendo-se de quem partiu a decisão, e em que circunstâncias, de publicação da foto, também é verdade que não se estará muito longe da verdade se reconhecermos que ela dependeu da influência que Pedro Theotónio Pereira tinha, se não no Integralismo, pelo menos na *Monarquia*, do apoio com que num e noutro contava por parte de alguns dos seus mais destacados dirigentes e, ainda, da importância que para o Integralismo e para o seu órgão oficial da imprensa tinham os meios estudantis. Por outro lado, é óbvio que a Pedro Theotónio Pereira lhe terá agradado a possibilidade de, através da publicação de uma foto sua na primeira página da *Monarquia*, se poder colocar num nível de notoriedade, dentro e fora do movimento, claramente acima de muitos daqueles que nele militavam há mais tempo. Além do mais, o destaque jornalístico, mesmo num periódico que poucos liam, significava uma intenção de afirmação pessoal e, ainda, uma sensibilidade e instinto apurados para rentabilizar aquilo que seria o novo potencial da propaganda feita através da imprensa, que deveria dizer respeito não apenas a ideias – à palavra escrita – mas também aos indivíduos e à sua imagem. E ainda que, aos 19 anos, nada disto pudesse existir amadurecida e conscientemente no espírito de Pedro Theotónio Pereira, revelava um tipo de atitude e de percepção instintiva da realidade política e social que (coincidência ou não) o marcaria e o distinguiria pela vida fora – no decurso da República, da Ditadura Militar e do Salazarismo – da generalidade dos políticos da sua geração e da precedente.

A alocução de Pedro Theotónio Pereira sobre o “nacionalismo integral”, pelo menos aos olhos do jornalista da *Monarquia* enviado “à Liga Naval”¹¹² para ouvir aquilo que, com toda a certeza, já tinha sido dito e repetido na redacção do mesmo jornal nos vários dias que precederam a conferência – e até, porque não, preparado por várias cabeças e mãos –, tinha “constituído um verdadeiro triunfo integralista.”¹¹³ Às nove e meia de Sábado, na “hora marcada para o começo, a sala encontrava-se repleta, vendo-se muitas senhoras e notando-se a presença de bastantes republicanos.” Era óbvio que não sendo Pedro Theotónio Pereira conhecido nos meios políticos da capital, pretendia-se pelo menos transmitir a ideia de que suscitava uma certa curiosidade nesses mesmos meios. Assim se justificaria, senão a chamada

¹¹² A Liga Naval tinha para o Integralismo Lusitano uma grande importância tanto real como simbólica. Nas conferências aí proferidas em 1915, e “interrompidas violentamente pelos revolucionários triunfantes em 14 de Maio” – reunidas mais tarde num volume intitulado *A questão ibérica* –, não apenas se enfrentou pela palavra uma eventual “ameaça espanhola” como, sobretudo, se divulgou como nunca o “ideário patriótico e a acção exercida pelo Integralismo Lusitano.” Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943, pp. 46-48.

¹¹³ A natureza política totalmente irrelevante da conferência fora dos meios integralistas, é atestada pelo facto de nem sequer *A Época* a ter noticiado.

“... uma cruzada de salvação pública.”

de atenção para a presença de “senhoras”, pelo menos a referência aos “republicanos”, de qualquer forma menos umas do que outros bastante ausentes dos acontecimentos políticos promovidos pelos integralistas, excepto daqueles que possuíssem uma maior dimensão. Nesses casos, membros de facções opostas àquelas que organizavam estes eventos apareciam com intuítos suspeitos de observação e/ou de provocação.

Coube a Hipólito Raposo apresentar o conferencista, aproveitando o ensejo para comparar as duas gerações do integralismo representadas na mesa. Os mais novos, por oposição aos “inúmeros defeitos” dos mais velhos, caracterizavam-se pelas “suas magníficas qualidades”. Possuíam “Fé, audácia, inteligência límpida, combatividade”, sendo o conferencista daquela noite de Sábado “um exemplo concreto das afirmações” proferidas.¹¹⁴ Quanto ao teor da conferência, de que a *Monarquia* publicou um excerto, convém sublinhar que tinha como objectivo converter à “Fé”, que enchia o coração do conferencista, “esses rapazes, alguns dos quais” se contariam entre os “melhores amigos” de Pedro Theotónio Pereira. Rapazes que eram “sinceros, dedicados e bons e que na sua obstinação da crença republicana”, ao constatarem o “estendal de misérias” que era “o nosso país”, tinham, tal como os integralistas, as “mesmas palavras de consternação”. Dirigia-se aos que se interessavam por ideias, os mais novos, e queria dar-lhes a conhecer as linhas gerais do “Nacionalismo Integral”, por ser este o único regime político capaz de curar o mal de que padecia a pátria. O problema de Portugal não radicava, portanto, nos homens. Numa visão que encerrava um evidente pessimismo ontológico, aqueles apareciam-lhe como sendo “sempre os mesmos”, tal como “uma planta má [que] nunca dará senão maus frutos” e que em democracia “serão sempre péssimos”. Por isso, os republicanos mais velhos eram um caso perdido, incapazes de entenderem “questões de ideias porque o seu cérebro” estava “transformado num ventre insaciável.” Passando depois à constatação da morte do racionalismo, que imperara por toda a parte na segunda metade do século XIX, Pedro Theotónio Pereira anunciou o começo de “uma nova era” que, no caso português, tinha as suas raízes em dois vultos de oitocentos: Antero de Quental e Eça de Queirós. O primeiro, “crucificado na dúvida”, colocava-o Pedro Theotónio Pereira “de parte”, mesmo “depois de ter escrito o soneto sublime: «Na mão de Deus».” Eça de Queirós, por seu lado, nos *Maias*, a sua “obra-prima”, pela forma como compusera duas personagens – Alencar e Ega – fora capaz de pintar o retrato do século XIX em todas as suas limitações, nomeadamente pela incapacidade demonstrada por um e outro para entenderem e abraçarem a monarquia da Carta, para defenderem um regresso ao tradicionalismo social e político mas, sobretudo, para

¹¹⁴ A *Monarquia*, 30 de Janeiro de 1922, p. 1. Hipólito Raposo arrependeu-se-ia várias vezes, ao longo da sua vida política, destes elogios que reservou neste e noutros eventos aos integralistas mais novos.

“... uma cruzada de salvação pública.”

aceitarem o último passo do “progressismo político” que seria a instauração de uma República laica. Confirmado o fracasso da república pela crueza dos factos e, antes disso, pelo testemunho de Eça – que falava pelas suas personagens –, nada mais restava à “geração nova” do que a restauração de Portugal e da monarquia. Essa monarquia, que tinha como referência de política dinástica os compromissos doutrinários entretanto assumidos por Da. Aldegundes em nome de D. Duarte perante representantes da Junta Central do Integralismo Lusitano, seria o regime onde caberiam todos os portugueses “bons, leais e honestos”. Ao falar da missão histórica e vital para uma geração, que muito se assemelharia “à dos homens ousados que foram à descoberta do Caminho da Índia”, porque o que estava em causa era a “descoberta do caminho perdido dessa Índia mais bela que é a glória da nossa Pátria”, Pedro Theotónio Pereira pedia patriotismo, valentia, inteligência e sensibilidade, e recordava que a “trincheira” do Integralismo era de “sacrifício, batida pelo fogo de todos os inimigos, onde se levanta a bandeira das ideias puras” e onde apenas se buscava “a morte ou a glória!” Concluía, finalmente, com imagens de redenção, com o “Pelicano” a alongar “serenamente o seu voo de redenção” e evocando a “madrugada sempre bendita de 1640”, em que a “alma nacional” teve, como teria no momento do triunfo do nacionalismo integral, “a intuição de que chegou [...] essa mística manhã de bruma que trará ao Reino o Bom Rei Desejado, [...] num sonho de glória...”¹¹⁵

Embora extraordinariamente crítico da República e do parlamentarismo, zurzindo sem piedade sobre os seus piores defeitos, Pedro Theotónio Pereira emergia publicamente na acção política comportando-se, apesar de falar em nome de uma outra doutrina, de forma idêntica aos mais radicais dos seus inimigos. Era demagógico, pretensioso e, sobretudo, usava um calor verbal que em muito pouco o distinguia das franjas mais radicais do campo republicano.¹¹⁶ Misturava afectações que andavam entre a crítica literária e a análise histórica, com esoterismo, filosofia da história e um moralismo pueril. Mas era natural e lógico que assim fosse. Depois do fracasso do sidonismo, do impacte da Guerra, e tendo em conta a realidade política portuguesa que triunfara desde os derradeiros anos em que vigorara a monarquia constitucional, era muito difícil uma normalização da actividade política nos estritos parâmetros definidos pela Constituição de 1911 que, aliás, era por muita gente tida por ilegítima. Daí que tudo pudesse ser

¹¹⁵ *A Monarquia*, 31 de Janeiro de 1922, p. 1.

¹¹⁶ Pedro Theotónio Pereira explicou da seguinte maneira o objectivo da sua conferência e das subseqüentes que organizou: “Eu chamo “estado nascente” ao estado moral em que um homem pode considerar-se livre da ideia democrática e portanto apto para receber a iniciação da Verdade. Esse estado, inteiramente espontâneo e natural em muitos rapazes da minha geração, precisa no entanto de ser procurado, provocado nos espíritos ainda impregnados de ideias falsas, para que depois, e só depois as nossas doutrinas possam ser sentidas e compreendidas em toda a sua forte pureza. A minha conferencia buscou, nesta ordem de ideias, antes de se proceder propriamente à exposição do nosso programa, atingir, pelo combate cerrado à democracia, esse estado nascente de que lhe falei.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Março de 1922 (documento n.º 39). Loc. cit.

dito, por mais banal que se tratasse, podendo passar pelo conjunto mais extraordinário de ideias alguma vez reveladas. O Integralismo e os integralistas eram assim e não estavam sós.

Esta primeira conferência, e duas mais que se lhe seguiriam (de Fernando Amado e Manuel Múrias, respectivamente), eram uma consequência do empenho que Pedro Theotónio Pereira, depois de “investido no alteroso cargo” de presidente da Junta Escolar de Lisboa, anunciara a António Sardinha. Iria ele não apenas esforçar-se por “corresponder à boa vontade” que sentia à sua volta mas, sobretudo, confirmar que tinha “grandes projectos”.¹¹⁷ O que é que do ponto de vista do Integralismo e de Pedro Theotónio Pereira parecia essencial na acção política do meio estudantil universitário lisboeta? O “plano de acção” passava, em primeiro lugar, por hegemonizar o campo monárquico, “consistindo ele na sua essência em eliminar do nosso caminho o único obstáculo à reunião completa dos estudantes realistas: o Sr. D. Manuel.” Estando António Sardinha e Alberto Monsaraz de acordo com esta estratégia, como recordava Pedro Theotónio Pereira ao primeiro, a iniciativa que lhe parecia determinante para cumprir tal desiderato seria a realização de “conferências”. Estas propunham-se divulgar as ideias do Integralismo e, por aí, arregimentar um pequeno exército integralista junto dos meios estudantis universitários. Logo no início de 1922, porém, parecia difícil poder realizá-las “por causa do local”.¹¹⁸ Mas as (três) conferências aconteceram.

Depois da palestra de abertura ter competido ao presidente da Junta Escolar de Lisboa, a segunda coube a Fernando Amado.¹¹⁹ Porém, ao contrário do esperado, pelo menos naquilo que ao campo político dos anfitriões diz respeito, esta prelecção gerou alguma polémica. Da controvérsia não apenas deu nota a notícia saída na *Monarquia*,¹²⁰ como, sobretudo, a

¹¹⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 31 de Dezembro de 1921 (documento n.º 34). Loc. cit.

¹¹⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Janeiro de 1922 (documento n.º 36). Loc. cit.

¹¹⁹ Fernando Alberto da Silva Amado, futuro dramaturgo e professor. Nasceu em Lisboa, em 15 de Junho de 1899. vindo a falecer, também em Lisboa, a 23 de Dezembro de 1968. Duarte Ivo Cruz, *Introdução ao Teatro Português do Século XX*, Lisboa, s.d. (1969). Em 1943, publicaria *Estrada Real*, um enunciado de pendor doutrinário de princípios integralistas. Trabalho dado à estampa pelas insuspeitas Edições Gama, que naquela data ainda se constituíam na editora oficiosa dos mais destacados autores integralistas, caso de António Sardinha, Hipólito Raposo e Pequito Rebelo. Como se verá, e apesar das polémicas, parece que Pedro Theotónio Pereira não se equivocou quanto ao potencial de bom nacionalista de Fernando Amado quando o convidou para dizer de sua justiça nas conferências da Liga Naval no início de 1922. Participaria naquele movimento heterogéneo vivido pelo teatro português depois da Segunda Guerra Mundial, de que fizeram parte “grupos experimentais, ou mesmo simples amadores consciencializados,” e que ajudaram “a batalha do moderno teatro português.” Criou, em 1946, o grupo a “Casa da Comédia,” que se tomaria “veículo” de “divulgação” da sua doutrina e dramaturgia. As suas “mais de trinta peças” revelam um “pensador que logra vazar [...] as suas preocupações estéticas e humanas.” O seu “texto principal será eventualmente *A Caixa de Pandora*.” Duarte Ivo Cruz, *op. cit.*, pp. 107-108. “O atletismo e o teatro terão sempre primazia nos seus prazeres e nos seus interesses.” Na década de 1920, concluiu o curso de “Ciências Histórico-Geográficas” e “descobre o Integralismo Lusitano e a «ideia monárquica», onde encontra uma filiação política e ideológica a que se manterá fiel.” Fernando Amado, *Peças de Teatro*, organização de Teresa Amado e Vítor Silva Tavares, prefácio de Augusto Sobral, s.e., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., p. 7.

¹²⁰ A *Monarquia*, 9 de Março de 1922, p. 1. Um pequeno excerto da conferência de Fernando Amado foi publicado na edição da *Monarquia* de 10 de Março de 1922, pp. 1 e 3.

“... uma cruzada de salvação pública.”

correspondência trocada entre Pedro Theotónio Pereira e António Sardinha, mas de que apenas nos restam duas cartas sobre o tema enviadas pelo discípulo ao mestre. Numa delas, a primeira¹²¹ e mais importante – uma vez que na segunda¹²² o incidente aparece já sanado –, é evidente o tom aflito do autor, de tal forma que é redigida e enviada a António Sardinha imediatamente após o incidente. Logo na primeira notícia e comentário à conferência, o redactor da *Monarquia*, apesar de considerar Fernando Amaro um dos “melhores valores mentais” com que o Integralismo Lusitano poderia “abertamente contar”, nem que fosse por tanto procurar, “por tendência natural”, “não apenas a verdade política mas a verdade moral”, chamava a atenção para as

*muitas ideias contraditórias e anárquicas, notando-se sem maior dificuldade que a inteligência de Fernando Amado, hábil na negação, não conseguiu ainda uma disciplina mental capaz de no seu espírito realizar uma obra de sólida construção filosófica e orgânica.*¹²³

De qualquer modo, na sua dimensão pública, a inconveniência provocada pela conferência e pelo conferencista ficou-se por aqui. Já no domínio privado do Integralismo, os termos da polémica, aliás na sua essência insignificante, não apenas, e naturalmente, atingiram Pedro Theotónio Pereira, como conheceram notórias proporções, pelo menos no ponto de vista deste. Na qualidade de presidente da Junta Escolar de Lisboa, tinha, em geral, a responsabilidade política pela organização das conferências e, em particular, pelo convite que dirigira a Fernando Amado para que proferisse a segunda do ciclo. Nas palavras de Theotónio Pereira, naquela que foi a sua versão dos incidentes enviada a António Sardinha, tudo se resumira a

*um abuso de confiança que podia ter sido gravíssimo. O amigo Amado a certa altura, fala de repente na cisão dos monárquicos e comenta: ‘não posso deixar de reconhecer que da parte dos mais novos tem havido um radicalismo grave e inconveniente’.*¹²⁴

Simplesmente, a reacção de alguns dos notáveis que se tinham prestado a assistir à prelecção selou o fracasso político da mesma e causou desassossego ao organizador. É verdade que depois da gafe, Fernando Amado

[...] mudou logo de assunto, felizmente sem ninguém ter percebido a desgraçada frase, tão infeliz como incoerente, e evitando-me o desgosto de ter de intervir. Lá acabou e foi muitíssimo felicitado porque de facto, toda a gente, mesmo os muitos que o não compreenderam por vezes sentiram que estava ali um

¹²¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Março de 1922 (documento n.º 39). Loc. cit.

¹²² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 18 de Março de 1922 (documento n.º 40). Loc. cit.

¹²³ Estas afirmações publicadas na *Monarquia* foram suficientes para que Fernando Amado se tivesse decidido a publicar na íntegra, com algumas correcções e acrescentos, o texto da conferência. Pretendia defender-se, por exemplo, das acusações de “jogar com ideias contraditórias” ou de ser “anárquico na maneira de expor.” Finalmente, por não poder concordar que lhe faltava um “sentido”. Fernando Amado, *O Nosso Lugar (Conferência realizada na Liga Naval, na noite de 8 de Março de 1922)*, s.e., Lisboa, Tipografia da Livraria Ferin, 1922, pp. 5-6.

¹²⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Março de 1922. Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

homem. O Hipólito vem ter comigo e despega-me: ‘Só lhe tenho a dizer que se estas coisas não fossem feitas pela Junta Escolar eu tinha-me levantado e tinha-o liquidado!’ Eu justifiquei-me imediatamente, mas o Hipólito e o Pequito foram-se logo embora, mal encarados, e sem ao menos cumprimentar o rapaz. Tenho impressão que só eles notaram o facto! E como vê não mo perdoaram. Já lhe disse, ao meu querido amigo que foi um abuso de confiança do Amado, mas estou pronto a assumir a responsabilidade toda da questão. Enfim, uma maçada! É um inferno! Outro qualquer que faça uma conferencia já não ma torna a repetir!¹²⁵

Fernando Amado, que Pedro Theotónio Pereira conhecia desde os “8 anos, duma cultura invulgaríssima, inteligência muito interessante e um espírito cheio de ideias” e ainda por cima “entusiasmado com a [...] audácia” do anfitrião, fora convidado a proferir a sua palestra, em primeiro lugar, pelo simples facto de se encontrar no tal “estado nascente” e por ter manifestado a “ambição de poder um dia subir ao estrado das conferencias”.¹²⁶ Porém, não tinha sido por sentimentalismo ou estrita simpatia e amizade pessoal que Fernando Amado acabara por apresentar uma palestra na Liga Naval. Pedro Theotónio Pereira tivera razões de fundo – mais doutrinárias do que políticas – para o convidar, como aliás as explicou ao seu mestre:

Aqui há coisa de 15 dias, não sei bem porquê, tive a ideia que seria interessante, antes de entrarmos na análise da nossa doutrina, levar a efeito uma nova conferencia de preparação. Quis o acaso que nesse dia lesse uma página de Bourget, aquela celebre página que vem na Enquete, e em que ele, diz que hoje as grandes leis da ciência moderna cada vez elevam mais a Monarquia. Fiquei impressionado, e se nós conseguíssemos pôr a falar, um estudioso, um homem que estivesse dentro do seu século, um homem enfim que tivesse inteligência para ler os Mestres e para os compreender? Se a Monarquia, é uma verdade, porque não há-de ser uma verdade, na Ciência, na Filosofia e na Arte? A dificuldade estava em achar um homem que estivesse bem integrado na vida intelectual do momento em que vivemos. Para o nosso caso era preciso um estudante. Foi então que me lembrou o Amado. Falei-lhe, expus-lhe a minha ideia. Tive a consolação de achar nele o que procurava.

A conferencia escreveu-se e, na véspera da sua apresentação, foi lida pelo autor na casa de Pedro Theotónio Pereira. A “forma” era “um tanto modernista, um pouco Almada Negreiros, mas duma sinceridade” que se podia garantir em absoluto. Independentemente de apresentar “alguns erros doutrinários, mas muito leves, quase insignificantes”, era “um conjunto admirável, soberbo, revelador, dum grande temperamento de filósofo” com futuro. A palestra, “tinha as melhores palavras para nós, os integralistas, e pedia-nos para o recebermos como um irmão.” O trabalho impressionara tão favoravelmente que Theotónio Pereira aconselhava Sardinha a lê-la quando viesse a Lisboa. Era óbvio que, correspondendo àquilo que pelo proponente tinha sido imaginado, a conferencia prometia. Na noite em que se realizou, estavam na assistência

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

¹²⁶ Na mesma missiva, a propósito de Fernando Amado, confessava Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha: “Devo acrescentar-lhe que este rapaz, absolutamente pouco vulgar, tem tido uma vida de filosofo rico, vivendo entre os seus livros, reservado, sem nunca ter esboçado uma opinião política.”

“... uma cruzada de salvação pública.”

“Pequito, Hipólito, Afonso Lopes Vieira [...] uma casa esplêndida! Sobre todos os aspectos!” O anfitrião, ao apresentar o conferente, afirmou “sem sofismas que ele não era integralista como não era nenhuma outra coisa, mas que naquela conferencia se iria revelar.” E de facto revelou-se. Produziu “afirmações admiráveis, torceu, desfez, a democracia, o liberalismo, o romantismo e tudo isto, falando a cada passo em Monarquia, incisivamente, constantemente.” É claro que “na plateia, escandalizados pela forma, pela originalidade, a maior parte das pessoas abriam a boca de espanto ou com sono.” Já próximo do fim, e sabe-se lá porque razão, “é que se deu um abuso de confiança que podia ter sido gravíssimo”, quando o “amigo Amado a certa altura, fala de repente na cisão dos monárquicos e comenta: ‘não posso deixar de reconhecer que da parte dos mais novos tem havido um radicalismo grave e inconveniente’.”¹²⁷

A casa não veio abaixo, mas o que é óbvio é que não apenas alguns dos notáveis abandonaram intempestivamente as instalações da Liga Naval, como antes disso procuraram tornar claro a Pedro Theotónio Pereira que pretendiam colocá-lo numa posição delicada perante a Junta Central. Aquilo que verdadeiramente os irritava era o simples facto de a ruptura dos integralistas com D. Manuel II ser, em si mesma, muito criticável, tendo em conta ora as questões de princípio doutrinal que a Junta Central evocou ou, ainda, o comportamento eventualmente ambíguo que o monarca tivera em relação à sublevação conhecida pela Monarquia do Norte. Era evidente que para muitos monárquicos que se sentiam próximos do ideal integralista, o movimento não tivera em relação à pessoa do rei o comportamento mais correcto. Nestas condições, numa situação de conflito aberto e violento no seio do campo monárquico, ter um conferencista, numa iniciativa tomada em mãos pela Junta Escolar de Lisboa, a chamar a atenção para a forma como alguns integralistas – os mais novos – se manifestavam contra os partidários de D. Manuel II e do próprio monarca, era intolerável.

Mas para além destes factos e das suas consequências mais imediatas, é possível retirar-lhe uma outra leitura. Por isso, talvez valha a pena olhar para as reacções que o evento provocou, não apenas à luz daquilo que se passou na noite de 7 de Março, mas de outros factos que marcaram a vida do Integralismo Lusitano desde 2 de Setembro de 1920, quando a Junta Central ligara em grande medida os seus destinos aos da causa legitimista. Na realidade, Hipólito Raposo e Pequito Rebelo apenas aproveitaram a meia dúzia de palavras eventualmente menos acertadas pronunciadas pelo conferencista, para ajustarem algumas contas pendentes com o presidente da Junta Escolar de Lisboa. Motivos de discórdia já existiriam.

Em termos mais imediatos, e até porque não se encontram disponíveis testemunhos de que qualquer antagonismo se possa fazer remontar a uma data ou acontecimento mais recuado,

¹²⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Março de 1922. Loc. cit. Sublinhados no original.

é evidente que a razão pela qual os membros da Junta Central presentes na conferência de Fernando Amado se comportaram da forma descrita por Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha, remontava ao conteúdo dum documento datado do dia 22 de Fevereiro de 1922, e no qual Pedro Theotónio Pereira terá aproveitado uma reunião do órgão máximo do Integralismo Lusitano para não apenas tecer duras críticas às opções políticas deste, mas ainda para se fazer notado pessoal e politicamente. Em concreto, e com aquela data, enviou Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha uma mensagem, e para a qual este deveria chamar “a atenção possível” dos seus camaradas dirigentes do Integralismo, em que não só criticava duramente a Junta Central e algumas decisões políticas por ela tomadas (ou não tomadas), como zurzia na linha editorial da *Monarquia*, pondo conseqüentemente em causa os seus méritos como órgão de propaganda. Este documento foi redigido, é preciso notá-lo, na sequência das eleições parlamentares realizadas a 29 de Janeiro ganhas pelos Democratas e na sequência das quais caiu o Governo de Cunha Leal. Apesar das dificuldades, os monárquicos constitucionais, clamaram vitória pelo facto de terem vencido “as minorias nos dois círculos de Lisboa” e eleito vários deputados e senadores em diversos círculos.¹²⁸ Este facto, como é óbvio, lançou de desorientação no campo integralista, sobretudo nos meios estudantis, uma vez que aí a luta política era mais acesa e as fidelidades bem mais fluidas.

Por isso, era até natural que o atrevimento de Pedro Theotónio Pereira fosse ainda mais longe. Garantia que se na sua escola, a “politécnica”, o Integralismo Lusitano ainda merecia as simpatias de algumas dezenas de jovens estudantes, tal não sucedia pelo mérito da doutrina e pelo acerto da sua acção política, mas pelo carisma do presidente da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, precisamente o autor da mensagem.¹²⁹ Por último, e ainda no mesmo documento, não se eximia a afirmar: “visto que o Integralismo é um sistema representativo onde todos os organismos têm direito de falar”, havia que dizer aos “chefes” que embora comandassem “um exército que tem sofrido derrotas e se acolhe a um monte a ganhar tempo”, tal situação de impasse não se devia prolongar e que, portanto, deveriam tomar decisões. Assim,

Uma vez que revestimos o carácter de organização política, e querendo seguir nesse sentido, precisamos dum esforço hercúleo para vencer. Vamos dar batalha ao Manuelismo e aos constitucionais na certeza de que temos de os esmagar para não morrermos. Continuar como até aqui é a morte, e uma morte sem defesa por que ninguém nos houve. O jornal tem que ser outra coisa, e não o jornaleco, sem força nem prestígio que ninguém atende nem lê.

¹²⁸ *Correio da Manhã*, 30 de Janeiro de 1922, p. 1.

¹²⁹ Este misto de vaidade e ingenuidade era evidente noutras afirmações que davam forma à “mensagem”. Já nos derradeiros parágrafos, Pedro Theotónio Pereira escrevia: “Tenho a certeza que ninguém ainda falou á Junta Central com a coragem e a audácia com que agora o fiz. Ela que pense e que medite no que lhe digo.” “Mensagem da Junta Escolar de Lisboa à Junta Central do Integralismo Lusitano.” 22 de Fevereiro de 1922 (documento n.º 38). Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

É preciso ir gritar a verdade aonde for preciso e reconquistar o terreno perdido palmo a palmo.

O alvo a abater, e na linha daquele que era o seu pensamento sobre a matéria exposto no princípio do ano num par de cartas enviadas a António Sardinha – e no que teria todo apoio deste –, era o ramo constitucional da congregação monárquica. Era este o principal inimigo com que se defrontava na Faculdade de Ciências, e que reduzia fortemente qualquer possibilidade do Integralismo hegemonizar o campo monárquico entre as juventudes estudantis das várias escolas que compunham a Universidade de Lisboa.

Dai que na sua opinião, e caso a Junta Central não pretendesse “abandonar de vez todas as veleidades de ordem numérica e muito serenamente recolher à torre de marfim da doutrina”, então tudo deveria fazer para que o órgão oficial do constitucionalismo monárquico – o *Correio da Manhã* – fosse “esmagado e não passar a vida [apenas] a prometer pancada ao Aníbal Soares”.¹³⁰ Tudo porque só com determinação e luta se poderia acabar com “o Senhor D. Manuel e com os equívocos.” Paralelamente, era “indispensável que a voz da Regente”¹³¹ se fizesse “ouvir para calar os risos de troça que nós deixámos começar.” Esta era a receita para vencer. “Tudo o que não seja isto é tempo perdido.” Quanto ao “esforço”, à “dedicação”, ao “dinheiro”, necessários “para essa batalha decisiva”, a Junta que visse.

Paralelamente à audácia e às certezas reveladas pelo presidente da Junta Escolar – e do órgão a que presidia – à Junta Central, é importante destacar a apreciação que Pedro Theotónio Pereira fazia da história recente do Integralismo Lusitano, dos desafios com que se confrontara em função do crescimento que conhecera e, claro, da incapacidade do seu colégio dirigente para lidar da forma mais conveniente com a expansão quantitativa que provocara ao ligar “os destinos” do Integralismo aos “do Príncipe D. Duarte Nuno.” Na sequência dessa opção, que tal como a ruptura com D. Manuel,¹³² provara a “fidelidade admirável do I. L. ao princípio Monárquico”, o movimento deixara de ser “a corrente doutrinária, quase esotérica, para se transformar como não podia deixar de ser num verdadeiro partido político.”¹³³ Tomara a pretensão de se espalhar “por todo o país”, ao mesmo tempo que começara a haver “a necessidade da disciplina interna”, a *Monarquia* se transformara num “órgão de combate” e, portanto, pela primeira vez no ano de 1921, passou a encarar-se “numericamente o movimento!”

¹³⁰ Monárquico constitucionalista, director do matutino *Correio da Manhã*.

¹³¹ Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon, condessa de Bari e duquesa de Guimarães.

¹³² De 20 de Outubro de 1919.

¹³³ É curioso recordar que uma das razões que impedira a aceitação por D. Manuel das propostas que a Junta Central do Integralismo Lusitano lhe levava a Londres e que conduziria à ruptura, foi a percepção por aquele de que a dita Junta assumira uma “dinâmica de tipo partidário.” António Francisco Figueiredo Cordeiro Lopes, “O Pensamento e a Acção de João Ameal – um Percorso Antimoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo (1917-1934),” Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 160 (nota78).

“... uma cruzada de salvação pública.”

Para Theotónio Pereira, e cingindo-se exclusivamente aos “factos”, parecia-lhe evidente que o caminho pelo qual a Junta Central tinha “enveredado” era “errado”. Embora soubesse do que estava a falar, é provável que exagerasse. Exagerasse, sobretudo, na forma como sobrestimava aquela que considerava poder ser a capacidade dos dirigentes integralistas para enquadrarem um processo de expansão que não tinham procurado e que, naturalmente, não podiam controlar. As opções dinásticas tomadas eram uma consequência própria daquilo que julgavam ser a coerência doutrinária do movimento, embora não fosse a única e, muito menos, indiscutível. O crescimento do Integralismo Lusitano era um acontecimento que lhes escapava mas, ao mesmo tempo, apenas significativo em função do reduzido número de efectivos à nascença. Só se poderia ter condicionado o crescimento no caso do Integralismo Lusitano cessar as suas actividades ou se extinguir – as duas coisas sucederam mais tarde –, uma vez que seria impossível evitar que a *Monarquia* fosse ainda menos lida, ou que um punhado de portugueses procurassem as secções do Integralismo Lusitano – muitas delas funcionando numa quase clandestinidade voluntária – para nele se alistarem.¹³⁴ Mas se Pedro Theotónio Pereira se enganava ao afirmar que teria sido possível controlar, ou até evitar, o crescimento quantitativo do movimento a partir do momento em que este fizera causa comum com os legitimistas, acertava nas críticas que fazia à Junta Central ou, pelo menos, a alguns dos seus membros.

Talvez valha a pena recordar que esta espécie de anos de charneira do Integralismo, aos quais parecia referir-se genericamente Pedro Theotónio Pereira, corresponderam ao exílio de António Sardinha, tendo como fronteiras cronológicas, a montante, as sublevações monárquicas do início de 1919 e a ruptura com D. Manuel II, e, a jusante, a publicação no dia 9 de Abril de 1921 do decreto de amnistia dos exilados e presos monárquicos e, a 26 de Junho do mesmo ano, a “Proclamação de Princípios”, por Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon, pelos quais ficavam estabelecidos os “fundamentos da monarquia nova” (declaração publicada em a *Monarquia* a 5 de Julho). Durante os anos de 1919, '20 e '21, com os seus dirigentes geograficamente dispersos e, portanto, com maior dificuldade em comunicarem, aquele que se tornara no principal responsável pelo movimento, pelo seu jornal e, claro, ainda que involuntariamente, pelo crescimento quantitativo e a forma naturalmente anárquica que conheceu, era Hipólito Raposo.¹³⁵ Este jurista com pretensões literárias e uma enorme devoção

¹³⁴ O êxito relativo do Integralismo Lusitano, mesmo no ano de chumbo de 1919, era, por exemplo, confirmado por uma notícia publicada em vários números do mês de Setembro da *Monarquia*: “Pedimos a todos os nossos obsequiosos colaboradores a fineza de não nos enviarem originais que não sejam solicitados, para não nos darem o desgosto de os não publicarmos por falta de espaço.”

¹³⁵ Luís de Almeida Braga e Pequito Rebelo eram, antes do regresso de Sardinha e Monsaraz, os membros da Junta Central do Integralismo Lusitano a exercer funções dentro das fronteiras do país.

pela política,¹³⁶ foi afastado da direcção da *Monarquia* algumas semanas após o regresso do exílio de Sardenha e Monsaraz,¹³⁷ seguindo depois para Angola onde exerceu advocacia e colaborou com Norton de Matos.¹³⁸ E a verdade é que, entre meados de Maio, data do regresso de Sardenha a Portugal, e Julho, houve algumas manobras de bastidores que, além de pretenderem, aparentemente, potencializar a oportunidade política proporcionada pela publicação da amnistia aos exilados e presos provocados pelos acontecimentos da Monarquia do Norte e de Monsanto, desejavam limitar o impacto que essa mesma medida teria na forma de fazer política no seio do campo monárquico, uma vez que viria a impor um reajustamento no equilíbrio de forças no seio da direcção do movimento e nos procedimentos da mesma. Os exilados, sobretudo António Sardenha, tinham visto com apreensão o rumo que o Integralismo Lusitano tomava e que subvertia a sua natureza. Além de inquieto pela relativa massificação, de que nos fala Theotónio Pereira no relatório citado ao evocar as “veleidades de ordem numérica”, António Sardenha preocupava-se com o quase abandono em que julgava encontrar-se a actividade estrita e puramente doutrinária.¹³⁹ Dai que os seus planos, primeiro para 1921, e depois para o ano seguinte passassem, essencialmente, pelo lançamento da segunda série da *Nação Portuguesa*,¹⁴⁰ além de que tinha dado toda a sua concordância e apoio à iniciativa de Pedro Theotónio Pereira para lançar um ciclo de conferências cujo objectivo era preparar o terreno para a tão desejada doutrinação.

Certamente influenciado pelo pensamento de António Sardenha quanto ao rumo que o Integralismo deveria tomar num prazo mais ou menos curto, o documento enviado por Pedro Theotónio Pereira à Junta Central, tendo aquele como portador, só muito dificilmente não teria o

¹³⁶ Raul Miguel Rosado Fernandes, “Raposo, José Hipólito” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 208.

¹³⁷ Entre Setembro e Outubro de 1920, Hipólito Raposo e António Sardenha tinham-se muito seriamente incompatibilizado por causa de um empenho de nobilitação em que o conde de Vilas Boas muito insistia – queria, com o apoio de Sardenha, que Hipólito Raposo intervisse junto da duquesa de Guimarães para que esta lhe reconhecesse os direitos ao título de conde de Alvelos. Sobre este incidente: Nuno de Montemor, *op. cit.*, pp. 35-36 e Carlos Ferrão, *op. cit.*, 3.º vol., pp. 151-154.

¹³⁸ “Demitido dos seus cargos, partiu para Luanda onde exerceu advocacia em 1922 e 1923. Era, ao tempo, alto comissário de Angola o general Norton de Matos, junto de quem Hipólito Raposo exerceu a sua acção para que terminasse o vergonhoso regime disciplinar a que estavam sujeitos os presos da «Cova Onça» e da «Casa da Cal», na fortaleza de S. Miguel.” *Diário da Manhã*, 27 de Agosto de 1953, p. 2.

¹³⁹ “Em 1921 vinha Sardenha da emigração disposto a limitar a sua actividade ao puro campo dos trabalhos intelectuais, cada vez mais convencido da necessidade de propagar previamente um pensamento orgânico em que se inserisse, mais tarde, uma salvadora instauração política. Os seus últimos anos de vida, pode bem dizer-se, foram, pois, exclusivamente dedicados, após a falência do acordo dinástico conhecido por *Pacto de Paris*, à sementeira doutrinária e à difusão de ideias que ele reputava indispensáveis ao despertar de uma verdadeira consciência nacional.” Rodrigues Cavalheiro (selecção e prefácio), *op. cit.*, p. XIII.

¹⁴⁰ Sobre o carácter inovador desta segunda série da *Nação Portuguesa*, pronunciou-se Manuel Múrias, numa entrevista à *Voz*, nos seguintes termos: “[...] Principalmente com o seu reaparecimento sob a direcção de António Sardenha, a influência transformadora da revista é considerável. O grande escritor, auxiliado por uma extraordinária cultura, com um grande amor a tudo o que tivesse o cunho português, com o entusiasmo dos apóstolos, conseguiu na verdade dominar na vida mental portuguesa. [...]” *A Voz*, 18 de Maio de 1927, p. 3 (2.ª coluna).

seu conhecimento prévio. Resta saber até que ponto teria o seu apoio e, também, o seu incitamento. A proximidade na acção política entre Pedro Theotónio Pereira e António Sardinha, torna-se evidente quando, por exemplo, numa missiva enviada pelo primeiro ao segundo, o Presidente da Junta Escolar se afirma “fiel” à sua “promessa” ao relatar-lhe “alguma coisa a respeito da J.E.L..” Nas duas reuniões deste organismo que até aí haviam acontecido, e “tendo sido muitas e variadas as nossas resoluções”, no essencial assentara-se um “plano de acção”, que Theotónio Pereira cria já ter exposto a Sardinha, e cuja “essência” era “eliminar do nosso caminho o único obstáculo à reunião completa dos estudantes realistas: o Sr. D. Manuel.”¹⁴¹ Pelo meio recordava, como noticiara a *Monarquia*,¹⁴² que os estudantes tinham enviado uma “mensagem ao Sr. D. Duarte” e que Alberto Monsaraz a “achou magnífica”. Aproveitava esta referência para dizer que estava “muito em contacto” com Monsaraz e que, tal como Sardinha “vaticinara”, guardava a “seu respeito” uma “esplendida impressão”. “É um belo rapaz, um grande carácter e uma alma ardente de guerreiro.” Rematava a epístola com os votos de que “estes relatórios” não o aborrecessem “demasiado” e que mandasse “sempre no seu discípulo grato e amigo verdadeiro.”¹⁴³

Por último, dera-se ainda, desde que o Integralismo Lusitano rompera com D. Manuel, e, depois, se colara ao chamado ramo legitimista da monarquia portuguesa, a entrada numa competição política surda entre monárquicos constitucionalistas e legitimistas – estes com os braços integralista e miguelista – pela hegemonização do campo monárquico. Se não é possível determinar em que medida a ruptura dos integralistas com D. Manuel e a posterior aproximação a D. Duarte e a sua tia D. Aldegundes, os tornou conscientes que se iriam empenhar numa luta quase secular entre os monárquicos portugueses e, portanto, diminuir profundamente a sua liberdade de acção política – facto com consequências imprevisíveis –, era por demais evidente para as cúpulas do Integralismo que desde a publicação, na Primavera de 1921, da amnistia

¹⁴¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Janeiro de 1922. Loc. cit. Itálico nosso.

¹⁴² “Por se ter estropeado ontem um granel na nota da Junta Escolar de Lisboa, publicamo-la hoje de novo, pondo em itálico o que ontem se estropeou:

Reuniu ontem a Junta Escolar de Lisboa, cuja constituição publicámos no nosso último número e hoje voltamos a publicar por ter saído bastante galhada.

Compareceram os delegados da Faculdade de Ciências, Letras, Direito e Medicina e dos Institutos Superior Técnico e Superior de Comércio.

Depois de aprovado o texto de uma mensagem a enviar a Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno, resolveu-se saudar a Junta Central do Integralismo Lusitano e manifestar-lhe inteira obediência e solidariedade.

Foi igualmente aprovado um golpe de saudação ao Senhor Doutor Guilherme Ayala Monteiro, que durante três anos presidiu tão brilhante e superiormente à Junta Escolar de Lisboa.

Por último, resolveu-se louvar a atitude combativa e vibrante que o jornal “A Monarquia” tem tomado recentemente e em especial quando dirigida pelos senhores Armando da Silva e Guilherme de Ayala Monteiro.

Tomaram-se outras resoluções de carácter reservado.” *A Monarquia*, 29 de Dezembro de 1921, p. 1 (itálico no original).

¹⁴³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Janeiro de 1922. *Op. cit.*

“... uma cruzada de salvação pública.”

dirigida a boa parte dos monárquicos presos e exilados, e com o consequente regresso dos monárquicos constitucionais à luta política legalista e democrática – com edição de jornais e participação em actos eleitorais – que algo mudaria irreversivelmente e, o mais provável, para pior. Assim, ou a Junta Central do Integralismo Lusitano aceitava participar directa ou indirectamente na contenda democrática na sua expressão numérica, combatendo aquilo que mais profundamente todos os monárquicos odiavam – o anticlericalismo e as bases políticas e sociais plebeias do republicanismo – ou então teria muita dificuldade em afirmar-se. Não seria levada a sério pela generalidade dos monárquicos, começando por aqueles que desejavam o regresso à monarquia não como sinónimo da restauração da Carta, mas como o da futura instauração de uma ordem assente noutra legitimidade, de inspiração tradicional, tal como vislumbrada do ponto de vista da doutrina pelos integralistas. Embora o Integralismo Lusitano tivesse crescido após o seu regresso à actividade política no Verão de 1919, como consequência da sua ruptura com D. Manuel II, e, acima de tudo, depois da sua ligação ao legitimismo, é também verdade que criou fortes inimizades tanto nos meios republicanos como, e trata-se daquilo que aqui importa salientar, no campo monárquico.¹⁴⁴ Na sua ruptura com D. Manuel II, os integralistas tinham a seu favor a antipatia de muitos monárquicos em relação à pessoa do rei. Residia ela no facto deste ser acusado, justamente ou não, de ter recebido a “influência deletéria da mãe; de ter criado o caos político depois da morte do pai; e, principalmente, de [ser responsável por] uma fuga precipitada e covarde [...]” em Outubro de 1910. Como é óbvio, a hostilidade dos monárquicos em relação ao rei subiu “com as desventuras do exílio, da Galiza e da «Monarquia do Norte»”, o que dava margem de manobra aos integralistas para impor-lhe ultimatoss políticos e, até, para consumarem uma ruptura que era, antes de tudo, uma manobra de grande oportunismo, embora de desenlace sempre difícil de prever.¹⁴⁵

¹⁴⁴ A lógica do apoio condicional conferido por muitos monárquicos ao Integralismo e a D. Duarte, depois da entrevista entre D. Manuel e os enviados da Junta Central integralista, no Outono de 1919, pode apreender-se nas seguintes palavras amarguradas: “As declarações dos integralistas continuam na ordem do dia. Eu que só o que ambiciono é um regime para o meu país que lhe garanta o sossego e a possibilidade de progresso e que estou convencido que só o regime monárquico pode satisfazer a estas condições, não se me dá muito do Rei, que tanta tolice faz por não ter competidor. Que apareça amanhã um nome protegido pelas nações que mais directamente influem aqui e que a propaganda faça aceitar da nação e é uma vez D. Manuel. Mas enquanto ele não aparecer é aguentar e cara alegre.

Esta minha forma de pensar é bastante diferente da maior parte que, ao estilo quinhentista, seguem o rei por dedicação pessoal, ou preconceito de tradição. Eu sou monárquico só por patriotismo e hei de continuar a sê-lo enquanto vir na monarquia a melhor esperança de sossego e de prosperidade nacional...” Excerto de uma carta datada de 8 de Dezembro de 1919, enviada por Fernando de Albuquerque, conde de Mangualde, a sua mulher. Citada em Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *op. cit.*, p. 181.

¹⁴⁵ Vasco Pulido Valente, “Prefácio” in Maria Teresa de Sousa Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde: Incursões Monárquicas, 1910-1920*, 3.ª ed., Lisboa, Quetzal Editores, 2002, p. 10. Data ainda do ano de 1919, naturalmente dos seus últimos seis meses, a solicitação pelo Integralismo Lusitano de “contactos com a Direcção do C. C., pedindo explicações sobre vários pontos do [seu] programa, no intuito de ressaltar a estratégia

“... uma cruzada de salvação pública.”

Independentemente de, como sublinhavam os monárquicos fiéis à Carta e a D. Manuel II, a atitude dos Integralistas em Outubro de 1919 ou em Setembro de 1920, ter provocado uma profunda crise monárquica assente em duas questões essenciais – dinástica e doutrinal –,¹⁴⁶ e mesmo descontando a pouca simpatia de que gozava o monarca exilado em Inglaterra, a verdade é que aquelas duas incursões no terreno do conflito dinástico lhes viria a criar fortes inimigos de que não necessitavam, fazendo com que desperdiçassem inúmeros recursos e suportassem no seu seio várias cisões, decepções, fracassos e derrotas ao longo de toda a década de 1920. Finalmente, com a amnistia aos monárquicos, os integralistas viram-se confrontados com a quase inevitável necessidade de se dividirem entre aquilo que juravam não querer vir a tornar-se, mas que algumas vezes reconheciam ser – um partido político –, e aquilo que as exigências quotidianas praticamente os obrigavam a fazer – competir eleitoralmente, não para ganhar o poder por via do sufrágio, mas para marcar o seu espaço e o seu peso no campo monárquico. Ironicamente, era o sentir monárquico de que os integralistas se orgulhavam de padecer e garantiam ser os melhores intérpretes, que os empurrava para a luta política no campo que depois do sidonismo definitivamente descobriram que não podiam tolerar: as eleições, o Parlamento.

Apesar dos avisos e dos evidentes sinais de crise no seio do movimento, a sua situação não melhorou. Em especial, tanto do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, como para o próprio Pedro Theotónio Pereira. Era evidente que continuava muito próximo de António Sardinha e que deste ouvia “comentários por vezes amargos [...] acerca de pessoas muito nosso conhecidas”. O jovem presidente ia aprendendo. Recebia criaturas, distribuía tarefas, mas o “conhecimento, sempre mais completo que de dia para dia” ia tendo dos homens, faziam-no tornar suas as percepções que o mestre lhe transmitia acerca das limitações que ao ser humano eram impostas pela sua própria natureza. Theotónio Pereira aguçava a curiosidade do seu interlocutor, informando-o de que quando este viesse a Lisboa teria “ocasião de lhe contar coisas interessantes e até de certo modo lamentáveis.” De qualquer modo, e em comparação com o conteúdo do seu relatório entregue cerca de três semanas antes, confessava agora que o jornal estava “indiscutivelmente bom”. Para além disto, era óbvio que o movimento se confrontava com os mesmos dilemas e que lhe custava presenciar o “espectáculo” dado por “pessoas que se

do *politique d'abord*.” Dois anos mais tarde, os mesmos integralistas combaterão ferozmente as “candidaturas centristas, nomeadamente em Portalegre [...]” Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 287.

¹⁴⁶ É verdade que “desde os seus primórdios, o movimento de reacção monárquica [...] enfermou de dois elementos de perturbação [...] ingénitos: o das divergências de concepções quanto à constituição do estado e o do reaparecimento do velho fantasma miguelista [...]” No entanto, a Monarquia do Norte tinha restaurado sem contestação a Carta Constitucional e “reassentou no trono o Senhor D. Manuel.” O que Integralismo Lusitano fez, em 1919 e em 1920, foi “tomar irreparável uma desunião”. Luís de Magalhães, *A Crise Monárquica: Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, s.e., Porto, Livraria Lello, Limitada – Editora, 1934, p. 7.

“... uma cruzada de salvação pública.”

obstinavam em não querer ver.” Uma vez que o presidente da Junta Escolar de Lisboa insistia fazer ouvir as suas críticas, passara os “últimos tempos [...] particularmente evitado.” Continuava a achar-se “ingenuamente mal criado pela franqueza” que manifestava pelo estado em que a causa se encontrava, e isso não só o fazia esquecer “constantemente as regras, as praxes e preconceitos”, como lhe custava a hostilidade de muita gente. Restava-lhe dar “murros na mesa” por causa de “meia dúzia de coisas aborrecidas”. Esperança só lhe advinha do tão aguardado regresso da *Nação Portuguesa* e das boas recordações que lhe eram trazidas pelo tempo que estivera a pensar no “velho projecto” alimentado por Sardinha de “escrever a ‘História de Portugal’”. Simplesmente, acrescentava, visto o momento de crise, a “tarefa” tinha que esperar, uma vez que exigia “um descanso e um isolamento hoje impossíveis.” Sobrava, e com o optimismo que sistematicamente tomava conta do carácter de Pedro Theotónio Pereira nos momentos mais nefastos, a certeza de que se deveria

*fazer primeiro a Monarquia, e depois então teremos nós, na sua Quinta do Bispo, o Herculano da Era Nova, do Nacionalismo Integral escrevendo a ‘verídica crónica do Reyno de Portugal e Algarves!’ Hão de ser então os filhos dos que hoje vão louvar Gama Barros que lhe irão levar a homenagem da Pátria.*¹⁴⁷

Era óbvio que o movimento estava dividido internamente, não apenas pelo impacto que a “cisão” com D. Manuel II provocara desde 19 de Outubro de 1919,¹⁴⁸ mas também por ter passado a “obedecer politicamente e a apoiar as pretensões ao trono de D. Duarte Nuno de Bragança.”¹⁴⁹ Embora a cisão não tenha significado, como alguns dirigentes integralistas o afirmaram – nomeadamente Hipólito Raposo –, e alguns comentadores assinalaram,¹⁵⁰ o triunfo de “um pensamento idêntico de aspiração nacional”, mas sim uma “divergência”,¹⁵¹ a verdade é que a sucessão de intrigas e negociações que conduzira a estes resultados mudara, na prática, o

¹⁴⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 18 de Março de 1922. Loc. cit.

¹⁴⁸ Sendo que nem “todos os integralistas [...] seguiram as decisões da Junta Central. Alguns mantiveram-se fiéis a D. Manuel II, vindo a formar em 1921 a Acção Tradicionalista Portuguesa. Liderada por Alfredo Pimenta e Caetano Beirão, assinaram também com eles o primeiro manifesto da nova organização, publicado no *Correio da Manhã* [...]” de 28 de Julho daquele ano, várias personalidades, sendo “seguidores, entre outros, João Ameal, Fernando Campos [...]. A partir de 10 de Dezembro desse ano iniciaram até a publicação de um boletim e vieram a editar a revista mensal *Acção Realista* [...], o semanário *A Voz Nacional* [...] e ainda, em 1926, um quotidiano intitulado *Acção Realista* [...]. Seria aliás com esse nome – *Acção Realista Portuguesa* – que a organização passaria a conhecer-se a partir de 1923.” Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 22. “O pendão do protesto contra a Junta Central do Integralismo Lusitano foi erguido por Alfredo Pimenta, que nunca reconheceu a sua autoridade, e por Caetano Beirão, que reconhecera e fora assíduo colaborador da «Monarquia».” Carlos Ferrão, *op. cit.*, 3.º vol., pp. 157 e ss..

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 21-22.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 23.

¹⁵¹ Segundo Hipólito Raposo, o Integralismo Lusitano não professava “a legitimidade da pessoa do *Rei*.” Proclamava “a legitimidade do interesse nacional. Numa palavra, somos nacionalistas antes de sermos monárquicos e somos monárquicos porque só pela Monarquia podemos servir a Nação.” Hipólito Raposo in *a Monarquia*, 27 de Dezembro de 1919, citado em Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 22. Como é óbvio, e o próprio Hipólito Raposo o reconhece nestas palavras, havia uma importante contradição numa qualquer relação formal entre o Integralismo Lusitano e o “Rei,” qualquer que ele fosse. Excepto, claro, se o “Rei” seguisse e impusesse à nação os princípios doutrinários do Integralismo Lusitano.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Integralismo Lusitano como movimento e organização política. Ora as mudanças implicam sempre resistências. E se a ruptura com D. Manuel II provocou sérios estragos, a aproximação a D. Duarte também. E isso é claro. Foram as consequências nefastas da colagem do Integralismo ao legitimismo que, entre outras, Pedro Theotónio Pereira destacou no relatório acima citado e que, provavelmente, já tinha assinalado no “congresso” de Julho de 1921. Fosse porque o Integralismo mudava. Fosse porque deveria mudar ainda mais em função dos desafios lançados pela colagem ao legitimismo, arriscando assim a perder muita da sua identidade. Apesar do regresso de Sardenha e de Monsaraz, no qual Pedro Theotónio Pereira depositou grandes esperanças, de forma a que se alterasse o rumo que o movimento tomava¹⁵² – senão para voltar àquilo em que se tornara desde finais de 1919, pelo menos para responder aos desafios colocados pela opção tomada em Setembro de 1920 – a verdade é que as dificuldades, pelo menos, se mantiveram, ficando demonstrada toda a sua amplitude com a celebração do Pacto de Paris na Primavera de 1922.

No entanto, e logo a partir de Setembro de 1920, aquilo que para alguns passara a ser o desvirtuamento do Integralismo Lusitano, acentuara-se ainda mais pela deficiente liderança do movimento que emperrara na capacidade de definir objectivos e desenvolver estratégias que lhe permitissem agir e colher frutos dessa acção. Prioritariamente, havia que intervir no dia-à-dia da acção política contra os manuelistas, tentando hegemonizar o campo monárquico. Em segundo lugar, haveria que, na imprensa do movimento, continuar e melhorar a acção de propaganda doutrinária, domínio em que o adversário era tanto a República, e o parlamentarismo em geral, como os outros monárquicos. Esta indefinição prolongar-se-ia até à declaração de suspensão da actividade política da Junta Central do Integralismo Lusitano, que se consumou na sequência do conhecimento que teve da celebração, à sua total revelia, do Pacto de Paris em Abril de 1922. A partir de Setembro de 1920 e, mais ainda, depois de Junho de 1921 – com a “Proclamação de Princípios” por Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon – o Integralismo Lusitano passara a assemelhar-se a um partido pelo simples facto de, por um lado, ter cedido à vertigem do número e a todas as implicações daí decorrentes, e, por outro, ao ter deixado para segundo plano os seus intuitos doutrinários e que, juntamente com a enorme capacidade desde sempre desenvolvida para a conspiração e a intriga,¹⁵³ lhe tinham permitido durante o sidonismo e no

¹⁵² “Convencido que a vinda do Sr. Doutor Alberto Monsaraz e de V. Ex.a, marcará o começo da grande etapa que nos levará ao triunfo final.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardenha,” 23 de Julho de 1921. Loc. cit.

¹⁵³ Conhecidos e reconhecidos como “intrigalhistas” a propósito da entrevista que tiveram com D. Manuel II e da inconfidência a propósito da forma como o monarca exilado se teria referido a Paiva Couceiro e à utilização duvidosa que este teria dado aos “fundos” dos emigrados monárquicos. Em várias cartas enviadas por Fernando de Albuquerque, conde de Mangualde, a sua mulher em Dezembro de 1919, refere-se aos integralistas, e aos seus

pós-sidonismo imediato, ter uma capacidade significativa para condicionar a criação de factos políticos e de influenciar alguns acontecimentos. Ainda neste contexto do pós-sidonismo, e que se prolonga numa primeira fase até à celebração do Pacto de Paris – o do primeiro triénio da nova república velha – convém talvez precisar que toda a acção do Integralismo Lusitano – ruptura com D. Manuel, reconhecimento do ramo legitimista, esforço de doutrinação e captação das elites, atenção ao número – se fez apenas com um objectivo: tomada do poder pelo recurso ao golpe de Estado, sinónimo de pronunciamento. Disso estavam aliás convencidos os republicanos, sobretudo os mais excitáveis, mas também mais atentos aos bastidores da actividade conspiradora que se exercia em Lisboa.¹⁵⁴

De facto, muito mais do que simples paranóia justificou que, entre 6 de Janeiro e 4 de Março 1921, a *Monarquia* tivesse visto suspensa a sua publicação e que, logo a 7 de Janeiro, a polícia invadisse a sede daquele vespertino com o “pretexto” de que para as suas “salas haviam [...] transferido os depósitos de munições do exército.”¹⁵⁵ Ao contrário daquilo que pretendiam fazer crer, os Integralistas não estavam apenas a ser vítimas de uma cabala montada por determinados sectores da rua republicana e das autoridades governamentais republicanas então em funções.¹⁵⁶ Numa nota publicada na primeira página de *a Monarquia* de 5 de Janeiro de 1921, em título com texto em caracteres de grande dimensão dispostos em toda a largura da folha, procurava-se desmentir aquilo que alguns jornais acabavam de noticiar:

“A Capital”, “O Mundo” e “A Manhã” acusam-nos de conspirar. Pois bem! Às suas insinuações miseráveis feitas para açular contra nós a ira da canalha jacobina ou as prepotências dos governantes, desviando a atenção do povo dos inúmeros escândalos que este regimen nos revela diariamente, respondemos nós com estas claras e simples palavras:

- Desafiemos estes três jornais a que provem - primeiro, que a Junta Central do Integralismo Lusitano tenha a mínima interferência em quaisquer movimentos revolucionários, segundo, que algum dos

actos, como “trapalhada *intrigalista*,” “*intriga integralista*” e “*intrigalhadas integralistas*”. Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *op. cit.*, pp. 181-182.

¹⁵⁴ Sintomaticamente, houve quem designasse o período que se estende de Dezembro de 1918 até ao 18 de Abril de 1925, como o “reino dos pronunciamentos”. Já se vê que nem todos inspirados pelos monárquicos. Douglas L. Wheeler, *op. cit.*, pp. 216-237.

¹⁵⁵ Hipólito Raposo, “Em Nossa Casa” in *A Monarquia*, 18 de Abril de 1921. Entre 30 de Novembro de 1920 e 2 de Março de 1921, a chefia do ministério esteve nas mãos do Chefe de Estado Maior da Guarda Nacional Republicana, o tenente-coronel Liberato Damião Ribeiro Pinto, culminando um período em que a “política interna da Guarda,” comandada por “oficiais democráticos,” era a da “nação.” Douglas W. Wheeler, *op. cit.*, p. 227. Independentemente da desordem ter ou não imperado nas ruas, no início de Janeiro de 1921 sectores católicos e conservadores, como o jornal *A Época*, a Associação Industrial Portuguesa, “com Alfredo da Silva à frente, seguido por Cunha Leal,” então ministro das Finanças, sugeriram a “Liberato Pinto que Portugal estaria a salvo se ele se decidisse a «ir sem hesitação até onde for necessário».” Rui Ramos, *op. cit.*, p. 623.

¹⁵⁶ Sobre as razões e a forma do radicalismo político generalizado que se viveu no país, e sobretudo em Lisboa, entre 1919 e 1921, com ameaças permanentes de revoluções de esquerda e de direita, com a GNR, a Marinha e o Exército desempenhando um papel de destaque, Rui Ramos, *op. cit.*, pp. 622-623 e Douglas W. Wheeler, *op. cit.*, pp. 223-230.

“... uma cruzada de salvação pública.”

organismos integralistas cuja constituição aqui tenha sido publicada tenha qualquer função que não seja exclusivamente de organização política e de propaganda.

Desmentido inglório. Aos olhos do público, o Integralismo pretendia que se subestimasse a sua vocação para a intriga e a conspiração. Nos meios republicanos houve quem não acreditasse no esforço e passasse rapidamente à acção. A pressão sobre o Integralismo era de tal forma grande e a propensão para o golpismo ainda tão assinalável, pelo menos em alguns sectores dos seus sectores, que quando a *Monarquia* volta a ser publicada, com Bernardino Machado já à frente do ministério e o ambiente político nacional mais desanuviado, a Junta Central emite uma nota política na qual assegura que “não dirige, não promove nem aplaude *neste momento*, qualquer intervenção revolucionária, seja qual for a sua origem, a sua natureza e os seus fins”, da mesma forma que garante ser tal “atitude” aquela “com que julga mais utilmente servir o interesse nacional,” não podendo por isso “prestar solidariedade política nem partilhar responsabilidades de qualquer organização armada que porventura possa existir.” Finalmente garantia que assim pensavam e sentiam “todos os monárquicos filiados nas nossas organizações, *na perfeita compreensão dos seus deveres de disciplina política.*”¹⁵⁷ Mas os últimos meses tinham sido de tal forma intensos em actividade política conspiradora, deixando amigos, adversários, inimigos e neutrais em tal estado de desorientação, que um outro desmentido importante teve que ser noticiado, dessa vez relativo à existência de “acordos realizados ou a realizar entre o Integralismo Lusitano e os partidários do sr. D. Manuel II que foi rei de Portugal.”¹⁵⁸ E de facto, até à data da promulgação pelas autoridades republicanas da apaziguadora amnistia, sucedem-se não apenas os rumores de revoluções congeminadas pelos integralistas, como o seu jornal é mantido sob estrita vigilância das autoridades, cercado pela polícia e por populares, os seus colaboradores seriamente molestados e não poucas vezes vetada, de forma mais ou menos arbitrária, a publicação ou a saída para as ruas já depois de impresso.¹⁵⁹ Com a amnistia de 9 de Abril – coincidindo com o terceiro aniversário da Batalha de La Lys – inicia-se todo o processo de normalização de publicação de *a Monarquia*.¹⁶⁰ As

¹⁵⁷ *A Monarquia*, 4 de Março de 1921, p. 1. Destaques nossos.

¹⁵⁸ *A Monarquia*, 5 de Março de 1921, p. 1.

¹⁵⁹ Em editorial publicado no dia 15 de Março, era dada uma no cravo e outra na ferradura, naquilo que diz respeito aos insistentes rumores de uma iminente revolução monárquica. Nele se escrevia, e bem, que a República tinha todo o “interesse” na “existência de qualquer convulsão política, seja monárquica, republicana ou bolchevista,” pelo que os rumores não passariam de “inventonas”. Mas por outro lado, recordava quem lesse o citado editorial – integralistas, sobretudo – que “fazer uma revolução neste momento, seria fazer simplesmente a revolução pela revolução.” Portanto, mesmo que a Junta Central, em meados de Março, estivesse convictamente contra qualquer tentativa revolucionária, esta teria sido equacionada num passado recente pela mesma Junta, sendo ainda desejada e preparada de modo torpe pelas bases do Integralismo. *A Monarquia*, 15 de Março de 1921, p. 1.

¹⁶⁰ Desde 1919 que se falava numa amnistia de boa parte dos conspiradores monárquicos presos ou exilados. “[...] o projecto de amnistia política apresentado no Senado, meses antes, por Jacinto Nunes, e depois retirado da discussão, foi ali novamente trazido a 6 de Abril e aprovado; enviado à Câmara dos Deputados foi aí também

“... uma cruzada de salvação pública.”

instalações na Rua Serpa Pinto, 38, 3.º, são devolvidas pelas autoridades à Sociedade Integralista Editora, Limitada. Pelo facto, o jornal não se publicou nos dias 14, 15 e 16 de Abril (Sexta, Sábado e, naturalmente, também no Domingo), pondo fim a um “exílio” com mais de três meses, sendo ainda que apesar da amnistia ter sido “decretada para os presos e exilados políticos”, nas palavras de Hipólito Raposo, a “nação continua oprimida, está e continua a ferros. A questão política portuguesa não se modificou: ela persiste aguda, urgente e sem outra solução que não seja a da restauração da Monarquia.”¹⁶¹

Independentemente de quem no Integralismo tenha congeminado a aproximação ao legitimismo e a proclamação de D. Aldegundes, a verdade é que desde, pelo menos, o Verão de 1921, havia no movimento e, em especial, nos meios estudantis do Integralismo Lusitano lisboetas, quem considerasse que os acontecimentos não corriam favoravelmente. Fosse pelo erro que encerrara os acordos com os legitimistas de 1920 e 1921, fosse pelo facto de depois daquelas decisões terem sido tomadas, a oportunidade criada por essa aproximação não ter sido politicamente aproveitada. É isso que, se seguirmos a correspondência de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha entre o Verão de 1921 e a Primavera de 1922, se nota claramente, além da óbvia sensação de que este último era, senão um dos principais críticos, pelo menos um dos maiores cépticos em relação a algumas das mais emblemáticas opções tomadas pela Junta Central depois do fracasso da restauração monárquica no Norte e no Monsanto.

Neste contexto, a celebração do Pacto de Paris foi um acontecimento absolutamente terrível para as hostes integralistas,¹⁶² embora alguns o tenham visto como a oportunidade de salvar o movimento, apostando tudo na propaganda dos princípios, antes que este se tornasse, definitivamente, num partido político e, portanto, numa organização moral e politicamente

aprovado por grande maioria, mas com algumas emendas, na sessão de 8 prolongada até às 5 horas da manhã do dia 9; seguindo logo para o Senado, aí se aprovaram aquelas emendas. Graças ao prolongado esforço e rara celeridade desse inusitado labor legislativo, a amnistia pôde ser promulgada nesse mesmo dia.” Damião Peres, *op. cit.*, pp. 299 e 301. “Esta nova amnistia, no entanto, não incluía os principais chefes da Monarquia do Norte, tais como Paiva Couceiro.” Douglas W. Wheeler, *op. cit.*, p. 227. Sobre as peripécias em torno da apresentação do primeiro projecto de lei de amnistia, que conheceria forte oposição dos republicanos radicais, tanto dentro como fora do parlamento, Relatório da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o FO. 9 de Novembro de 1920. PRO, FO 371/5491. O autor do documento, citando uma fonte fiável, sublinhava que existiriam tão somente cerca de sessenta presos e todos tinham sido julgados apropriadamente. Por outro lado, e citando o general Norton de Matos, confidenciava que toda a espécie de crimes normalmente atribuídos aos monárquicos durante a chamada Monarquia do Norte, e especialmente aqueles cometidos no Porto, não passavam de um exagero

¹⁶¹ *A Monarquia*, 11 de Abril de 1921, p. 1.

¹⁶² Uma história resumida das peripécias ocorridas do campo monárquico após a celebração do Pacto de Paris, nas suas inúmeras intrigas, cisões e conflitos, encontra-se em Carlos Ferrão, *op. cit.*, vol. 3.º, pp. 200-311. Para o País em geral, no entanto, este acontecimento não teve qualquer relevância. Percebendo a sua insignificância, um funcionário do Foreign Office (G. Williers) comentou nos seguintes termos a informação sobre o assunto enviada de Lisboa: “The prospect of Dom Manuel’s return is so remote that this has no real importance.” “Restoration of monarchy in Portugal,” 8 de Maio de 1927. PRO FO 371/8366.

corrompida.¹⁶³ O pacto deu razão a Sardenha, aos sardinhistas e à intervenção intempestiva de Pedro Theotónio Pereira no documento político que apresentara em Março à Junta Central, comprovando de forma crua o erro que fora o reconhecimento de D. Duarte como o futuro monarca da nação e do Estado nos quais o movimento se revia.¹⁶⁴ A facção do Integralismo que optara, não apenas por favorecer a ruptura com D. Manuel II – tendo em conta aquilo que reclamavam ter sido a ausência do seu apoio ao esforço restauracionista durante a Monarquia do Norte e a reafirmação da sua fidelidade aos princípios da Monarquia Constitucional –, mas, sobretudo, por ligar os seus destinos ao reconhecimento do ramo legitimista e, em especial, da figura do “ Príncipe Senhor Dom Duarte Duque de Bragança” como herdeiro do “trono de Portugal” e, na sua falta, “das Senhoras Infantas, suas Irmãs a quem de direito pertencer a sucessão”, hipotecara uma fatia excessiva da sua liberdade de acção política e até doutrinária. Por outro lado, o Pacto de Paris era a demonstração da incapacidade política do Integralismo, algo que os seus dirigentes reconheciam e de que o ramo legitimista da família real portuguesa não duvidava.¹⁶⁵

Infelizmente, a historiografia pouco ou nada tem a dizer sobre a forma como a Junta Central reagiu a um acontecimento que não podia nem queria, eventualmente, controlar.¹⁶⁶ Repete a notícia veiculada pela *Monarquia*, e que depois alguns integralistas não se cansaram de ampliar, segundo a qual se teria dado o abandono de toda a “actividade política”. Na verdade, sucedeu que a celebração do Pacto separou primeiro, e reuniu depois, as sensibilidades que no seio dos órgãos dirigentes do Integralismo Lusitano tinham avaliado de diferente modo tanto as negociações e o acordos a que se chegara com os representantes do chamado legitimismo monárquico português em 1920 e 1921, como as consequências desses mesmos acontecimentos e acordos.

¹⁶³ “Depois que o Pacto de Paris nos libertou da triste situação de «partido-político» para que as circunstâncias nos haviam atirado [...]” António Sardenha, “Dinheiro do Resgate” in *a Monarquia*, 5 de Abril de 1923, p. 1 (1.ª coluna).

¹⁶⁴ “Estas oscilações de atitudes políticas não contribuíram para engrandecer o prestígio do Integralismo. Pelo contrário, levaram ao afastamento de Luís Almeida Braga e Alberto de Monsaraz, que haviam sido, um e outro, delegados do Movimento à elaboração do referido Pacto.” Foram substituídos por Rolão Preto e Afonso Lucas. A. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 73.

¹⁶⁵ “Descontentes [os miguelistas] com a incapacidade conspiratória da Junta, voltaram-lhe as costas e julgaram mais seguro reconhecer D. Manuel como Rei legítimo. A agravar isto deu-se a cisão, há muito latente, dos integralistas críticos quanto à conduta da própria J. C. I. L. (Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, etc.), os quais constituíram a “Acção Realista Portuguesa” em 1923.” Armando Barreiros Malheiro da Silva, Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano (Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXXVI – N.º 81-82 (94-95) Janeiro-Dezembro de 1982), s.e., Braga, 1982, pp. 11-12.

¹⁶⁶ O Integralismo entendeu que Da. Aldegundes de Bragança “havia excedido os poderes de tutela, e só a sua intervenção pessoal junto de Luís Almeida Braga e Alberto de Monsaraz, que haviam sido delegados do Movimento à assinatura do Pacto, conseguira o acordo destes.” A. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 70. Sobre este acontecimento, António Sardenha, em 1923, não se coibiria de afirmar que os integralistas tinham “sido atraídos por uma infanta de Portugal,” ao mesmo tempo que se tinham enterrado “com desprezo vexatório aqueles princípios que constituíam o melhor brasão da nossa inteligência.” António Sardenha, “Mais longe ainda” in «*A Prol do Comum...*» *Doutrina & História*, s.e., Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1934, p. 262.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Sendo, aparentemente, a cessação de toda a actividade política a única atitude coerente que a Junta Central podia tomar, desistindo da intenção de tornar o Integralismo no movimento político no qual os monárquicos portugueses se deveriam e poderiam rever, foi difundida uma espécie de declaração em que se evocava uma espécie de regresso às origens, facto particularmente relevante se se reconhecer quão notável tinha sido, apesar de tudo, o passado do movimento. Essa espécie de idade dourada do Integralismo tinha-se caracterizado pela sua ainda maior insignificância numérica, sendo constituído essencialmente por uma espécie de camarilha hegemonzada por intelectuais enfatuados de origens sociais variadas, muitas vezes mais modestas do que aquilo que gostavam de aparentar,¹⁶⁷ que tivera a possibilidade de conspirar com êxito e, dessa forma, exercer alguma influência política junto da governação durante o consulado sidonista.¹⁶⁸ Ao pretender retomar, a partir de 1922, algumas das velhas características de organização e acção que os tinham feito prosperar entre finais de 1917 e os acontecimentos da Monarquia do Norte, aos integralistas pode ser reconhecido o mérito de terem influenciado nos bastidores algumas movimentações políticas, nas quais seus militantes como alguns jovens oficiais do Exército desempenharam um papel activo, tendo conduzido a golpes militares relevantes como foram o 18 de Abril de 1925 e o 28 de Maio de 1926. De qualquer modo, é importante sublinhá-lo, a partir de Maio de 1922 não se verificou, por parte do Integralismo, a tão propalada suspensão da “actividade de organização política, até que as circunstâncias demonstrem que só os processos e doutrinas do Nacionalismo podem assegurar a certeza da restauração”. Não se confirmou, também, em absoluto, o regresso à actividade doutrinária, pura e dura, na sequência da qual, e como era desejo de Sardinha, a *Nação Portuguesa* substituiu a *Monarquia*. Retomou-se, essencialmente, a prática conspirativa que, em 1917, contribuíra para que se produzisse um levantamento militar bem sucedido, ao mesmo tempo que se abandonaram as chamadas veleidades anteriormente existentes de transformar o Integralismo Lusitano numa organização política com características idênticas a dos partidos políticos. Mas da mesma forma que não se pode afirmar ter a *Monarquia*, em todo o período que mediou o relançamento do jornal¹⁶⁹ e a reacção pública do movimento à publicação do Pacto de

¹⁶⁷ “António Sardinha viveu vida fácil, despreocupada e alegre que lhe proporcionou a fortuna de sua mulher.

Pela carta que me escreveu em 1912, e adiante se publica, vê-se que, nesse ano, procurava colocar-se à mesa do orçamento, porque se queria casar. Fosse pelo que fosse, não obteve o que desejava.” Alfredo Pimenta, *op. cit.*, p. 52.

¹⁶⁸ Uma visão claramente hostil, mas apesar de tudo realista, da propensão do Integralismo Lusitano para a intriga e a conspiração durante a presidência de Sidónio Pais, encontra-se em Carlos Ferrão, *op. cit.*, 2.º vol., s.e., Lisboa, Inquérito, s.d., pp. 60-97.

¹⁶⁹ 8 de Agosto de 1919.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Paris, virado as costas a tarefas de doutrinação,¹⁷⁰ convém ainda matizar essa ideia transmitida à posteridade, segundo a qual a componente mais significativa da reacção do Integralismo ao Pacto, teria sido o fim da actividade política.¹⁷¹ É verdade que a *Monarquia*, na sua edição de 5 de Maio de 1922, no segundo ponto da declaração que fez publicar, a Junta Central informou suspender “imediatamente a sua actividade de organização política até que as circunstâncias demonstrem que só os processos e doutrinas do Nacionalismo podem assegurar a certeza da restauração”, sendo que o fazia, também, para que se não atribuísse “ao Integralismo Lusitano a responsabilidade de retardar ou prejudicar o advento da Monarquia.” Se no ponto primeiro da citada declaração, o texto publicitado pela Junta Central via como uma traição o acordo dinástico celebrado, declarava com alívio poder retomar “desde hoje a sua independência.” Finalmente, no terceiro dos quatro pontos que constituíam o âmago da declaração, era afirmado o “propósito de continuar o combate à república, pela defesa e propaganda doutrinária dos princípios do Integralismo Lusitano, enquanto não lhe for dado lutar de novo no campo da acção política pela proclamação da Monarquia dos Municípios e das Corporações, cujas Cortes Gerais aclamarão por direito o Rei Legítimo [...] o Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança.”¹⁷² No entanto, no dia 15 de Maio, em *Suplemento* ao n.º 1194 publicado a 5 de Maio, a Junta Central do Integralismo Lusitano fez publicar uma nota na qual desdizia algumas das declarações dadas à estampa 10 dias antes.¹⁷³ Na edição deste número, que se fez para publicitar as resoluções da reunião que tivera lugar em Lisboa na véspera e na qual participaram “delegados dos organismos integralistas do País”, eram desautorizadas as conclusões políticas que a Junta Central do Integralismo Lusitano retirara da celebração do Pacto de Paris. Nomeadamente, logo no segundo ponto da declaração – sendo o primeiro meramente circunstancial – comunicava-se que

¹⁷⁰ Nomeadamente, através de vários artigos da autoria de António Sardinha publicados a partir do mês de Outubro de 1921. Precisamente nessa altura, Pedro Theotónio Pereira saudou o seu mestre pelo facto. Classifica-o como o “amigo [...] mais ‘integral’” pelo facto de se propor escrever a famigerada *História de Portugal* e, também, pelo “grande interesse” que indiscutivelmente tinha a “série de artigos” que começara a publicar na *Monarquia*. “O último sobretudo, que começava pelo capítulo esplendido da ‘Legalidade da Republica’ deixou-me entusiasmado.” Tomara-se evidente para Pedro Theotónio Pereira que já não tinha “o mesmo direito de repetir aquelas palavras do nosso Congresso de há dois meses!...” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 13 de Outubro de 1921.

¹⁷¹ Entre outros: “[...] a Junta Central do Integralismo Lusitano [...] declarava ter resolvido suspender «imediatamente a sua actividade de organização política», mantendo [...] [a] propaganda doutrinária dos princípios monárquicos-tradicionistas [...]” Damião Peres, *op. cit.*, p. 347. “[...] Este período de intervenção política do movimento encerrar-se-ia a 17 de Abril de 1922, com a assinatura do Pacto de Paris [...]” Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 22; “[...] em 1920, integram a causa constituída em tomo de D. Duarte Nuno; em 1922, não aceitando o Pacto de Paris, suspenderam a actividade política, lançando-se em apostolado de ideias; [...]” José Manuel Alves Quintas, “Filhos de Ramires. No Advento do ‘Integralismo Lusitano’, 1913-1916,” Dissertação de Mestrado em História Contemporânea (século XX), Lisboa, UNL, FCSH, 1997, p. 11.

¹⁷² *A Monarquia*, 5 de Maio de 1922, p. 1.

¹⁷³ Vale a pena notar, sendo uma casualidade ou não, que enquanto no número de 5 de Maio o director de *a Monarquia* era Alberto Monsaraz, já no suplemento publicado no dia 15 António Sardinha veio a ocupar aquele cargo, mantendo-se Ayala Monteiro como subdirector.

fora decidido “retomar desde já a sua actividade política, pelos trabalhos de *organização* e pela defesa e propaganda dos princípios da Monarquia Portuguesa, afirmando o propósito de retomar no mais curto prazo a publicação do jornal ‘a Monarquia’.” E a seguir, no parágrafo subsequente da declaração, insistia-se quanto à necessidade de “*promover a organização e intensificação dos seus meios de actividade política* segundo o plano de que oportunamente será dado conhecimento às nossas organizações.”¹⁷⁴ Sucedeu que, entre aquelas duas datas (4 e 14 de Maio), as diversas organizações do Integralismo manifestaram a sua vontade e esta, de 14 de Maio, que acabaria por se impor, não era coincidente com a de 4, da responsabilidade da Junta Central. Esta atitude era evidente em função não apenas do relato do encontro que no dia 14 reunira nas instalações do “Grémio Português Tradicionalista” os representantes dos organismos integralistas – e muito provavelmente reclamada por estes –, mas também de algumas movimentações e declarações tornadas públicas de oposição à suspensão da “actividade de organização política” por parte de alguns desses mesmos organismos.¹⁷⁵

Talvez valha a pena começar por notar que a primeira reacção ao pacto de Paris foi tomada na sequência de uma reunião que juntou os membros do Conselho Superior do Partido Legitimista e da Junta Central do Integralismo Lusitano “em casa do falecido médico miguelista, dr. Manuel Ferreira Cardoso [...]”¹⁷⁶ Conforme assinalava uma notícia da *Época*, e recordando o facto de “desde há tempos e a pedido de S. A. R. A Senhora Duquesa de Guimarães,” ter sido “estabelecida” a “fusão” daqueles “dois organismos”, uma assembleia reunindo os dirigentes máximos das duas formações, na qual se apreciava o “acordo dinástico, tinha um singularíssimo relevo.” A principal dúvida que suscitava, atendia à posição que os “dirigentes políticos” da Causa Tradicionalista tomariam: “[...] não acataria ou acataria o Pacto de Paris?” A reunião, que teve um grande número de participantes oriundos do Partido Legitimista, contou com a presença, do lado da Junta Central do Integralismo Lusitano, de Luís de Almeida Braga, José Pequito Rebelo e António Sardinha.¹⁷⁷ Tanto quanto fora permitido saber, depois de terem escutado “o sr. D. Lourenço Vaz de Almada” relatar as “suas diligências em Paris” e a leitura que fez dos

¹⁷⁴ *A Monarquia*, 15 de Maio de 1922, p. 1. Destaques nossos.

¹⁷⁵ *A Época*, de 8 de Maio, dava notícia de “uma importante reunião de estudantes integralistas, com a assistência de numerosos académicos e delegados de todas as faculdades, institutos e outros estabelecimentos de ensino da capital.” Depois de “largamente discutido” o pacto dinástico, foi aprovada uma resolução cujo ponto principal convidava os “membros da Junta Central do Integralismo Lusitano [...] a reassumir a actividade política, afirmando-lhes que não podem abandonar um momento a Causa que orientam e que é a Causa da Pátria.” A mesma edição da *Época* relatava as demonstrações de solidariedade para com a atitude da Junta Central por parte dos integralistas de Guimarães, do Sindicato misto da Construção Civil (Integralista) e do semanário *A Revolução*.

¹⁷⁶ António Cabral, *El-Rei D. Duarte II (Rei Morto, Rei Posto): A Sua vida – Os Seus direitos – Páginas de História*, s.e., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1934, p. 75.

¹⁷⁷ Juntamente com alguns membros do Partido Legitimista, também Hipólito Raposo se escusou a participar na reunião. Estava de partida para Angola. Mandou, no entanto, o seu voto.

“... uma cruzada de salvação pública.”

“documentos relativos ao acordo dinástico”, constava que os “presentes discordaram por unanimidade das clausulas do pacto, resolvendo o Conselho Superior adjunto à Lugar-tenência abandonar completamente a actividade política.” Quanto à “atitude dos integralistas”, e ainda antes da *Monarquia* fazer publicar nessa mesma tarde a posição oficial do movimento sobre o pacto, pela manhã *A Época* dava notícia de que era intenção daqueles recomendarem

aos seus correligionários que abandonassem provisoriamente a actividade política, para não criarem embaraços à restauração da monarquia que os negociadores do pacto dizem depender da validação e execução do mesmo.

*Apesar disso continuarão na propaganda doutrinária dos princípios orgânicos da Nação Portuguesa.*¹⁷⁸

Um outro relato desta reunião indicava que nem legitimistas nem integralistas, apesar da traição subjacente ao acordo, deixavam de reconhecer “o Senhor Dom Duarte, que nenhuma responsabilidade podia ter na acto praticado em seu nome.”¹⁷⁹ Mas esta espécie de traição cometida pela tutora de D. Duarte, fizera-se por razões de bom senso político, facto que apenas a intransigência legitimista e integralista não vislumbrava. Desde logo, era a resposta a um problema evidente que se arrastava sem solução à vista. A partir da ruptura dos integralistas com D. Manuel e da aproximação daqueles ao ramo legitimista da monarquia portuguesa, o campo monárquico dividira-se profundamente, tornando-se gritante a sua incapacidade para dar luta à República e derrubá-la. Como escreveu António Cabral, interpretando as razões do pacto, os “monárquicos, desorientados, sem organização conveniente, sem orientação, sem norte, ora corriam à toa, numa confusão desastrosa, ora se limitavam [...] a servir de espeque à república!” Era natural, portanto, que houvesse

*quem pensasse em levar a união às hostes desunidas. Por todos os motivos, convinha congraçar manuelistas e miguelistas, conjugando os esforços de uns e outros, em acção comum contra a república malfazeja. Para esse fim, em Paris, realizaram-se conferencias entre [...] miguelistas [...] e [...] manuelistas.*¹⁸⁰

Dizer, por exemplo, como disseram os integralistas, que o pacto era a “mais completa afirmação do parlamentarismo”, não passava de uma demonstração de intransigência, como de uma interpretação sectária do texto do pacto.¹⁸¹ Mas por outro lado, o Integralismo não queria ficar

¹⁷⁸ A notícia da *Época* chamava ainda a atenção para a “maneira como foi redigida a circular convocatória para a reunião de legitimistas e integralistas [...]. Envelope e papel com tarja de luto rigoroso. Nota de urgente.” *A Época*, 6 de Maio de 1922, p. 1. Era a “manifestação do luto e do pesar que ia no coração dos legitimistas e dos integralistas [...]”. António Cabral, *op. cit.*, p. 75.

¹⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 77.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 73.

¹⁸¹ José Pequito Rebelo, “De pé, os mortos!” in *a Monarquia*, Suplemento ao n.º 1194, 15 de Maio de 1922, p. 1. Na primeira alínea do pacto, D. Manuel comprometia-se a aceitar a competência “das Cortes Gerais da Nação Portuguesa” para indicar o seu sucessor no caso de não haver um “herdeiro directo.” A segunda alínea, e sem grande boa vontade na leitura, tinha tudo aquilo que era necessário para descansar os monárquicos das três

“... uma cruzada de salvação pública.”

com a responsabilidade moral e política de contribuir para a continuação das divisões no campo monárquico. Daí que tenha, inicialmente, dado uma manifestação pública da sua intenção de entrar num período de luto, sinónimo de suspensão da sua actividade política, para mais tarde recuar, dar o dito por não dito, e manter-se no seu caminho de combate ao republicanismo parlamentar, que era tanto o combate ao regime constitucional vigente como ao manuelismo. Se legitimistas e integralistas perdiam alguma coisa com o pacto, seria sempre uma perda transitória. Pelo menos enquanto D. Manuel II não tivesse herdeiro, o novo pretendente ao trono, D. Duarte II, estaria sempre minimamente sintonizado com a fórmula de organização do Estado, da Nação e da Monarquia tal como era defendida tanto por legitimistas, como por integralistas. Como fez notar António Cabral, na mente de Da. Aldegundes, aquando das “negociações preliminares do pacto político”, presidia, além do “intuito de levar a cabo a união de todos os monárquicos de Portugal”, o objectivo de não “sujeitar os legitimistas à submissão aos liberais, com prejuízo dos princípios e das convicções dos fieis partidários de Seu Pai, Seu Irmão e de Seu Sobrinho, o Senhor D. Duarte Nuno.” Estava ainda convencida, depois de ter conversado com Aires de Ornelas e Rui da Câmara – os “negociadores da convenção – “que os principais políticos liberais seriam postos de parte”, como “desapareceriam os dois jornais monárquicos, então existentes em Lisboa” – *Correio da Manhã* e a *Monarquia* – e que em sua “substituição” seria criado “um novo jornal, que se intitularia *Gazeta de Portugal* e seria o órgão da Causa Monárquica unida.”¹⁸² Finalmente, a Infanta

*estava certa de que a direcção da Causa, de harmonia com o que fora previamente combinado, seria entregue também, em parte a legitimistas leais: metade do Conselho Superior seria composta por legitimistas e a outra por manuelistas, que estivessem, enraizadamente, dentro das ideias por Sua Alteza Real. O governo provisório, depois da restauração da Monarquia, seria formado, também, em metade, por miguelistas e integralistas, sendo os restantes membros manuelistas, que não fossem ferrenhos cartistas ou constitucionalistas. As cortes que se reunissem, seriam constituídas de forma tradicionalista.*¹⁸³

É verdade que estas condições anteriormente acordadas, e que chegaram a ser articuladas num apêndice ao pacto, nunca chegaram a ser tornadas públicas: nunca foram assinadas e os termos em que ficaram assentes acabaram por não ser respeitados.¹⁸⁴ Mas havia grande margem de manobra para os Integralistas, desde logo pelo facto da tutora de D. Duarte não ter renunciado

tendências – constitucional, legitimista e integralista – ao prever que a “Constituição Política da Monarquia Restaurada” seria aquela que as Cortes resolvessem.

¹⁸² “Viria a ser Aires de Ornelas o director desse órgão, que seria redigido pelo antigo director de *A Nação*, sr. João Franco Monteiro, e pelos redactores de *A Monarquia*. O primeiro número da *Gazeta de Portugal*, estampania os retratos do Senhor D. Manuel e do Senhor D. Duarte.” António Cabral, *op. cit.*, pp. 82-83.

¹⁸³ *Idem, ibidem*, p. 83.

¹⁸⁴ Mariotte, pseudónimo do Padre Amadeu de Vasconcelos, em Outubro de 1923, nos *Meus Cadernos* que fez reaparecer, foi quem primeiro deu “conta de que havia [no pacto] cláusulas não publicadas e não cumpridas pelos constitucionalistas” Esta revelação deu lugar a uma polémica com o *Correio da Manhã*. Carlos Ferrão, *op. cit.*, vol. 3.º, pp. 210-211. A primeira série dos *Meus Cadernos* foi publicada em Paris entre 1913 e 1916.

“... uma cruzada de salvação pública.”

expressamente à “proclamação de princípios” acordada com representantes com a Junta Central em Junho de 1921.¹⁸⁵

Os manuelistas, através do *Correio da Manhã* que deveria ser extinto, clamaram vitória, apesar da natureza efémera do acordo,¹⁸⁶ ao contrário de legitimistas e integralistas que de forma bem mais masoquistas do que realista, reconheciam a derrota das suas pretensões.¹⁸⁷ Indiscutível é que, embora todos saíssem efectivamente derrotados pelo simples facto da monarquia não se ter restaurado, no médio prazo, e quanto aos termos da sucessão e da forma que deveria assumir a futura monarquia restaurada, miguelistas e integralistas saíram vencedores. Os integralistas saíram ainda beneficiados pelo facto de terem reconquistado uma importante liberdade de acção política, nomeadamente por terem deixado de estar presos à causa da restauração da monarquia. A sua luta contra a república poderia ser feita sem esse condicionalismo. Dai para a frente foi isso que sucedeu, sendo até que muitos integralistas nunca mais se preocuparam seriamente com a resolução de um problema criado pelos acontecimentos de 5 de Outubro de 1910. Tinham, pelo menos, António Sardinha do seu lado, a partir do momento em que escreveu, entre outras coisas:

Convençamo-nos, pois, de que a questão portuguesa não é separável da questão europeia, – de que a crise que o nosso país atravessa é a crise que atravessa a civilização ocidental. Monarquia? República? Oh, a balbúrdia ignóbil dos mitos que nada exprimem! O drama vem de mais longe e o seu conflito é bem mais patético. Dum lado a Matéria com o seu cortejo de «conservadores» e de «radicais», adorando o mesmo deus, – o Oiro onnipotente e aliciante. Do outro lado o Espírito, contrapondo-lhe o inefável sorriso da primeira alvorada do mundo, – da alvorada inigualável da criação.¹⁸⁸

Intransigente, com rei ou sem, definitivamente sem jornal, liberto do compromisso restauracionista,¹⁸⁹ mas retomando a sua actividade de organização política,¹⁹⁰ assim saiu o

¹⁸⁵ Os membros da Junta Central e, especialmente, os seus enviados a Paris, tinham conhecimento “dos compromissos secretos ligados ao pacto.” Em 1923, disseram publicamente – Pequito Rebelo e Hipólito Raposo – que eram insuficientes para o “triunfo da sua doutrina.” Idem, *ibidem*, pp. 213-214.

¹⁸⁶ Que seria denunciado pela Infanta, em a carta a D. Manuel II, em Outubro de 1925.

¹⁸⁷ O chamado ramo integralista do manuelismo – uma criação do tão propalado rompimento da Junta Central do Integralismo Lusitano com D. Manuel no Outono de 1919 – recebeu com “júbilo, a noticia do pacto de Paris vendo neste a consagração da unidade monárquica.” Carlos Ferrão, *op. cit.*, vol. 3.º, p. 208.

¹⁸⁸ António Sardinha, “Adiante, por sobre os cadáveres” in «*A Prol do Comum...*» *Doutrina & História*, s.e., Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1934, p. 286.

¹⁸⁹ Houve, apesar de tudo, logo em 1922 ou no início de 1923, uma tentativa para conciliar “integralistas e constitucionalistas.” Tratou-se duma “iniciativa” do “grupo «Restauração», de Coimbra, composto por integralistas que não se separaram de D. Manuel. Os representantes deste grupo, Costa Leal e Ernesto Gonçalves, secundados por outros, como Marques Mano e Henrique Parreira (couceirista), avistaram-se com Aires de Omelas e a Junta Central do Integralismo.” Os integralistas “puseram três condições para a conciliação.” Aires de Omelas não as aceitou, cortando qualquer possibilidade das conversações se iniciarem com as seguintes palavras: “«– Já há muito tempo que eu andava com vontade de espirrar. Chegou agora a ocasião – Malograram-se, pois, as esperanças de acordo por culpa do sr. Aires de Omelas.»” Carlos Ferrão, *op. cit.*, vol. 3.º, pp. 215-216.

¹⁹⁰ A intenção de retomar a actividade política estava também presente numa moção apresentada por Rolão Preto e Afonso Lucas. Seria retirada “em virtude da aprovação duma outra da Junta Provincial da Estremadura, que convocara a reunião, de conclusões absolutamente e rigorosamente iguais.” Nela podia ler-se, no seu ponto 3.º:

“... uma cruzada de salvação pública.”

Integralismo Lusitano do Pacto de Paris e das duas reuniões que juntaram a 14 de Maio, na sede do Grémio Português Tradicionalista, “representantes de todos os organismos” do movimento convocados “pelas Juntas Provinciais da Estremadura e do Douro”. Reafirmada ficou a pretensão de “conquistar o Governo da Nação”, mas não por “sufrágio universal”.¹⁹¹ Mas terá havido ainda uma derradeira razão para a não aceitação do Pacto de Paris e que tinha determinado o afastamento de D. Manuel II pelo Integralismo em 1919. É que mantendo-se e cumprindo-se a obediência ao rei no exílio e aos seus representantes em Portugal, qualquer tentativa revolucionária teria de ser sempre consumada à revelia de um e de outros. De facto, tanto uma parte dos integralistas da Junta Central, como outros integralistas que, como Alfredo Pimenta, mantiveram a sua obediência a D. Manuel, conheciam mas não toleravam, uns e outros à sua maneira, o facto dos “monárquicos constitucionalistas e os seus dirigentes” aceitarem as regras do jogo constitucional vigente, recusando liminarmente o fomentar de “aventuras revolucionárias”, ou qualquer “nova tentativa de derrubar a República pelas armas [...]”.¹⁹²

Depois dos acontecimentos de Maio,¹⁹³ Pedro Theotónio Pereira, jovem activista político inconformado, continuou a enviar a António Sardinha breves comentários sobre o quotidiano político do Integralismo Lusitano em Lisboa. Em Junho, as coisas iam com calma, embora se irritasse com conversas sem sentido mantidas em casa de Pequito Rebelo¹⁹⁴ e com as celebrações em torno dia da “Raça” – que era também de Camões – e do êxito da viagem aérea, cruzando o Atlântico rumo ao Brasil, de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.¹⁹⁵ No último dia de

“Manifestar à mesma Junta o seu ardente desejo de a ver retomar imediatamente a actividade política e o seu posto de comando no combate sem tréguas à república assassina da Nação.” “Proclamação de Princípios” in *A Monarquia*, Suplemento ao n.º 1194, 15 de Maio de 1922, p. 2.

¹⁹¹ *A Monarquia*, Suplemento ao n.º 1194, 15 de Maio de 1922, pp. 1-2.

¹⁹² Carlos Ferrão, *op. cit.*, 3.º vol., p. 218. A Acção Realista Portuguesa, nasceu da publicação no *Correio da Manhã*, em 26 e 27 de Novembro de 1923, “de dois artigos nos quais se defendiam os princípios da monarquia constitucional, como existia à data da implantação da República.” Os integralistas que, em 1919, não tinham acompanhado a Junta Central, “declararam-se, por sua vez, em estado de rebeldia contra os dirigentes da Causa, em mensagem datada de 8 de Dezembro, dirigida a Aires de Ornelas. À sua frente estava Alfredo Pimenta [...]”. *Idem, ibidem*, pp. 224-225. Fernando de Sousa foi um dos cerca de 600 subscritores deste documento.

¹⁹³ Numa breve história do movimento, como noutras declarações proferidas por membros do Integralismo das mais variadas gerações, o pacto de Paris é apresentado como “um profundo golpe político” do qual não houve recuperação possível. Na verdade, os problemas do Integralismo vinham de trás, eram graves e profundos. Se assim não fosse, dificilmente um pacto adjectivado como mero produto do “maquiavelismo *talassa*” teria os resultados que se conhecem. Os integralistas transformaram-no no necessário e desejado bode expiatório das suas desgraças e dos seus fracassos. Leão Ramos Ascensão, *op. cit.*, pp. 75-81.

¹⁹⁴ “Francamente não sei o que lá fui fazer. Estive calado até à ½ noite. Depois, destrambelhei durante um quarto de hora. Foi depois disso que o Pequito me encarregou muito veladamente da Declaração Princípios – é claro – para me dar inteira liberdade. Fiquei muito embaraçado. E isto, porque se tenho a intuição do que há a dizer, acho difficilimo de escrever uma coisa que esteja à altura. Enfim aí vai qualquer coisa. O Mestre que corrija.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 7 de Junho de 1922. *Loc. cit.*

¹⁹⁵ “Estes 15 dias foram inacreditáveis. Os aviadores, a festa da Raça e a dívida externa. Pobre Camões! Acabam por desacredita-lo como ao Nun’Alvares! Deus do Céu! Como custa ver estes miseráveis [...] a estragarem tudo de bom que por cá havia.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” s. d. (documento n.º 5). Carta

Julho, da Quinta do Pombal, na Cova da Piedade em Almada, enviava uma missiva na qual, além de se queixar do muito calor e desesperar pelo reinício da publicação da *Nação Portuguesa*, chamava a atenção para a necessidade imperiosa do movimento preparar e aproveitar politicamente o Inverno que aí vinha.¹⁹⁶

Quando o primeiro número da segunda série da revista finalmente saiu, apanhou Pedro Theotónio Pereira “amarrado a uma cadeira, a fumar cachimbo, como um lobo do mar reformado.” Durante uma semana que passara na Trafaria a “aparelhar” o *Albatroz* – ao pôr em prática os seus “instintos de gajeiro” trepando “mastros” – teve uma “avaria no pé esquerdo”.¹⁹⁷ A *Nação Portuguesa* proporcionou-lhe então “aquele alvoroço interior” que os “integralistas” costumavam “sentir por tudo o que” era “genuinamente” seu e, “portanto, cristão, perfeito e belo.” Revelando Pedro Theotónio Pereira uma atenção especial pela forma, pela aparência, da *Nação Portuguesa*, comprazia-se pelo facto da “revista” estar não apenas “inteiramente digna” daquilo que tinha sido, mas por possuir também um “equilíbrio esplêndido” e um “aspecto integralmente forte”, com uma “apresentação [...] felicíssima”. Como aluno atento, aplicado, mas também crítico, deixava cair na missiva enviada a António Sardinha um pequeno comentário acerca de cada um dos artigos.¹⁹⁸

escrita depois do dia 17 de Junho de 1922, data da conclusão da travessia aérea do Atlântico Sul por Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Loc. cit.

¹⁹⁶ “Politicamente, esta minha missiva vai branca como as cautelas da misericórdia para os namorados felizes. [...] O Chiado faisca: A população que lá ficou de guarda à cidade, como os faxinas dum quartel quando o regimento sai, olham para a gente que desce a correr, á tarde, a Rua do Alecrim, com um ódio despeitado. [...] A Campanha do Inverno tem de ser estudada com um cuidado meticoloso. Não o podemos esbanjar como o que passou. É preciso logo em Outubro cair em cima desta sucia toda. Ontem na missa o Padre explicou o Evangelho do dia. Era aquela parábola de Cristo em que o amo, pede contas ao feitor. E eu fiquei a meditar que se já bastante temos feito [...].” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 31 de Julho de 1922. Loc. cit.

¹⁹⁷ O *Albatroz*, uma chalupa, foi a primeira embarcação de recreio que Pedro Theotónio Pereira e o seu irmão Alberto possuíram. Fora comprada por um grupo de sócios da Associação Naval, “aí por 1916, para servir de semente de novos entusiasmos” no lançamento da prática de um desporto quase ignorado em Portugal. Foi no *Albatroz* da Associação Naval, e ensinado por José Leal Wintermantel, que Pedro Theotónio Pereira aprendeu os primeiros rudimentos da navegação à vela. Após a morte de Wintermantel, Pedro Theotónio Pereira, o seu irmão Luís e João Djalme Bastos, utilizaram os “três contos” que Wintermantel deixara para ajudar a desenvolver o gosto pelo *yachting* em Portugal, na criação da Taça Wintermantel. Tratou-se da primeira regata de cruzeiro realizada periodicamente em Portugal. Pedro Theotónio Pereira, “Regatas de Cruzeiro” in *Vela. Desportos Náuticos*, n.º 12, ano IV, Inverno de 1950-51, p. 11.

¹⁹⁸ “O do Múrias, achei um pouco fraco. O Pequito, admirável. O seu e o dele completam-se. Encantou-me o do Sá Carneiro. Tenho a certeza que aquele rapaz, no meio da sua modéstia aparente, há de ser um grande valor para nós. Não conheço nenhum outro, saído do Técnico, que se lhe compare. É o temperamento completo do engenheiro moderno. O do Rolão Preto bom e vibrante como costume. Finalmente o do Afonso Lucas, delicioso.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 9 de Agosto de 1922 (documento n.º 17). Loc. cit. Nesta mesma carta, Pedro Theotónio Pereira confessa-se “impressionado” pela leitura de alguns textos das *Farpas*, da autoria de Ramalho Ortigão. Ramalho e Eça de Queirós, foram na juventude de Pedro Theotónio Pereira – mais o segundo do que o primeiro, as suas grandes referências políticas, ideológicas e, sobretudo, literárias.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Politicamente, o Verão de 1922 correu calmo.¹⁹⁹ A segunda quinzena de Setembro, passou-a Pedro Theotónio Pereira na Quinta do Pombal, a braços com uma séria complicação gástrica, que gostaria de poder atribuir aos “géneros avariados dos senhores açambarcadores”, os “merceeiros”, mas que na verdade se devia a “uma lagosta na Trafaria.”²⁰⁰ O “embaraço gástrico” de que “jocosamente” Pedro Theotónio Pereira tinha falado a Sardinha por carta, “desandou”, na tarde em que a escrevera, “numa violentíssima febre intestinal, que assustou o médico, o prior e toda a boa gente dos meus. Julgou-se uma pneumonia, depois um tifo e por fim, depois de 10 ou 12 dias bastante amargos” pudera levantar-se, “muito enfraquecido, às portas duma convalescença” que prometia “demorar uma semana ainda.”²⁰¹ O Verão passou-o ainda Pedro Theotónio Pereira a preparar aquele que seria o seu primeiro e último texto de algum fôlego a ser publicado na *Nação Portuguesa*.²⁰²

O meu primeiro capítulo – o ocultismo – deve estar pronto por estes dias. Estou com a cabeça em água. Aproveitei uns outros livros que eu cá tinha por acaso e vi a questão em geral. Não faço a menor ideia do que sairá dali. Gostava imenso que o Doutor lhe passasse a vista. Ler é maçada incapaz de pedir a um amigo, mesmo que esse amigo seja um mestre. Mas, passar a vista talvez lhe seja possível.. Eu não sou propriamente uma autoridade no assunto... gosto no entanto de me atirar para a frente e será bom que alguém me modere os ímpetos, entendendo necessário. Porque com franqueza! Eu saio agora

¹⁹⁹ Apenas se vislumbrava uma iniciativa política em Coimbra, mas cujos pormenores a correspondência recebida por António Sardinha não deixa transparecer. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 14 de Setembro de 1922 (documento n.º 28). Loc. cit. Em carta enviada posteriormente a Sardinha, escrevia: “Já recebi notícias de alguns rapazes de Coimbra.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” s.d.. Redigida e enviada entre 24 e 26 de Setembro de 1922. (documento n.º 13).” Loc. cit.

²⁰⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 14 de Setembro de 1922 (documento n.º 28).” Loc. cit.

²⁰¹ A tão inesperada como grave doença além de ter impedido a aprazada ida a Coimbra, afectou o aproveitamento escolar. “Levo um mês a ver a imbecilidade da Quimica, com uma relativa boa vontade e quando me dispunha a assaltar a Fisica para desforrar o ignóbil 10 do Almeida Lima, cai-me uma destas! Julgo que se me foi tudo por água abaixo. No fundo consola-me repetindo baixinho o que me disse o medico: - Mais vale um burro vivo que um Doutor morto! Enfim, o Integralismo pode pois contar com o burro vivo, se Deus, que não me quer tão cedo Doutor, permitir que eu subsista mesmo no estado de burro.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” missiva sem data, mas redigida e enviada entre 24 e 26 de Setembro de 1922. (documento n.º 13). Loc. cit. Talvez dois anos mais tarde, Pedro Theotónio Pereira confessava em carta a Marcello Caetano: “Não estou ainda, infelizmente, licenciado e isso é talvez devido a quatro anos inteiros da minha vida – os primeiros da Universidade que dei de todo o coração às Ideias Novas, que tão poucos fiéis guardam. Para endireitar a vida, tive naturalmente que me lançar ao trabalho agora, no fim, e espero em Deus acabar o curso quase sem atraso.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano,” 10 de Setembro de [1924] (documento n.º 12). Arquivo Marcello Caetano (AMC), Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

²⁰² “A fascinação da Esfinge” in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista (Director: António Sardinha)*, 2.ª série, n.º 8, Fevereiro de 1923, pp. 358-365. Pedro Theotónio Pereira manteve até à última hora muitas dúvidas sobre a pertinência e a qualidade deste seu texto e do teor de toda a sua colaboração prevista na *Nação Portuguesa*. Em carta dirigida ao director da revista, dava de forma clara notícia das dúvidas que o assaltavam: “Ovi dizer que se vai apressar a publicação da *Nação Portuguesa*. É um pedido de amigo. O Doutor não achará preferível deixar as minhas ocultices na gaveta? Se inteiramente for da opinião que o Conde deve apanhar pela tabela, peço-lhe apenas que me deixe rever a matéria 24 horas antes de ir para a composição.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 26 de Dezembro de 1922 (documento n.º 33). Loc. cit. O cuidado que pôs no texto, e a insegurança na produção do mesmo, encontra-se expressa nas cartas de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha datadas de 30 de Setembro (documento n.º 16) e 3 de Outubro de 1922 (documento n.º 19). Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

*comentador do ocultismo, porque o meu querido amigo se lembrou disso numa manhã de bom humor. E eu, com esta decisão que me há-de desgraçar, agarrei-lhe a ideia e não a largo. Tem sido uma distração para a minha convalescença!*²⁰³

E de facto, de uma distração se tratava, além, claro, de uma oportunidade de se fazer notar na publicação doutrinária do movimento. Mas como é óbvio, para aquele que mais tarde viria a ser apelidado como doutrinador do vector nacionalista e corporativo do Estado Novo,²⁰⁴ ter no seu currículo, numa publicação doutrinária como a *Nação Portuguesa*, um estudo sobre temas esotéricos em que o ocultismo se constituía em “primeiro capítulo”, não se revelaria particularmente exultante, independentemente de na época e, em particular, de no seio do Integralismo Lusitano estes temas serem bastante considerados e do seu texto ter sido um testemunho e um exemplo de uma luta em nome do catolicismo contra falsas mas renovadas fés.²⁰⁵ Para além dos comentários que, a propósito do segundo número da *Nação Portuguesa*, enviava a Sardinha sobre a qualidade de cada um dos artigos, Pedro Theotónio Pereira não deixava de recordar “casos” e de tecer considerações mais de índole pessoal do que política sobre alguns dos colaboradores que passaram pelas páginas da revista.²⁰⁶

Outubro correu sem novidades – nunca tendo sido pronunciada uma palavra sobre os efeitos do pacto de Paris – com excepção do facto de Pedro Theotónio Pereira ter sido escolhido – segundo as suas próprias palavras – para “Presidente da Federação Académica!”, ainda antes da “eleição de confirmação”, e de Fernando de Sousa ter escrito um editorial na *Época* que, para Theotónio Pereira, “citava amplamente a doutrina integralista.”²⁰⁷ Parece óbvio, muito até por causa de acontecimentos que o futuro “Presidente da Federação Académica” iria protagonizar, que pelo menos da parte deste estava em curso uma aproximação à *Época* e ao conselheiro Fernando de Sousa. Ainda a propósito da presumível eleição em Dezembro de Pedro Theotónio Pereira para presidente da Federação Académica, o que permitiria que se comesçassem a

²⁰³ Sublinhado no original. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 30 de Setembro de 1922. (documento n.º 16). Loc. cit.

²⁰⁴ Por exemplo, referindo-se ao editorial publicado a 6 de Junho de 1926: “O dr. Pedro Theotónio Pereira assina o editorial de hoje de *A Época*. O seu nome é já conhecido. *Adquiriu vigoroso prestígio intelectual pela sua acção de doutrinador político.*” João Ameal (ed.), *Anais da Revolução Nacional*, vol. 3.º, s.d., p. 239.

²⁰⁵ Um esforço, talvez excessivo, de racionalização, arrumação e normalização dos textos publicados na *Nação Portuguesa* – em grandes temas e segundo as idiossincrasias de cada uma das gerações do Integralismo Lusitano e das séries da revista –, encontra-se em Cecília Barreira, “Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da «Nação Portuguesa», 1914-26), in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3º.-4º.5º., pp. 1421-1429.

²⁰⁶ “O que me diz do Anibal de Azevedo é profundamente lógico. Sempre o achei digno disso e mais. No meu entender é um moína doublé de cinico. Um dia falei-lhe nele. O Doutor respondeu: - É um herói. Concordei intimamente mas não achei bastante. É um dos causadores do desastre Ayala e Monsaraz.” Pedro Theotónio Pereira, refere-se aqui a presumíveis intrigas e incompatibilidades envolvendo, além de Anibal de Azevedo, Alberto Monsaraz e Ayala Monteiro que foram, respectivamente, director e subdirector da *Monarquia*. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 30 de Setembro de 1922. (documento n.º 16). Loc. cit.

²⁰⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 25 de Outubro de 1922. (documento n.º 47). Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

cumprir as esperanças de que o Inverno de 1922-23 desse alguns frutos políticos ao Integralismo,²⁰⁸ o então presidente da Junta Escolar de Lisboa demonstrava a sua intenção de romper com a tradição democrática existente no seio daquela estrutura, recorrendo, nada mais nada menos, ao tipo de tática golpista que recomeçara a fazer furor nos sectores nacionalistas europeus do pós-guerra, inspirados no êxito de Mussolini.

Quanto ao presente [...], há uma certa Federação Académica de Lisboa, que, pela atenção que ao meu bom amigo, mereceu nesta sua ultima carta, mais ainda merece hoje, que eu dela me ocupe, mercê de sucessos novos, que agora surgiram. A questão era a seguinte: em Dez.º próximo o presidente actual termina o seu mandato. Por outro lado, S. Ex.a está num grave conflito pessoal com a Academia de Coimbra, que com certeza, o obrigará a sair antes mesmo do fim do tempo. Como sempre, se escolhe antes da reunião o novo presidente escusado será dizer-lhe pois, que o meu nome, foi o que geralmente era citado. Ontem houve a 1.ª reunião da assembleia. Eu fui lá, porque sem ver a cara dos novos delegados, nada podia responder, se aceitava ou não. A minha impressão foi desgraçada. Aí pela ½ noite e ½ hora, aquilo era pior que o Parlamento. Pus o chapéu na cabeça, abandonei a mesa e fui deitar-me. É evidente que continuo nas mesmas condições. Simplesmente, com aquelas criaturas nada há a fazer. Resolvo então seguir as pisadas do Mussolini: golpe de estado. Vou tentar dissolver a Federação actual, eleger em todas as escolas, delegados novos. Tenho impressão que não será difícil. Assim, não vale a pena e só será prejudicial, para mim, e para o Integralismo. Aquilo está para a academia, como o Parlamento para a Nação.²⁰⁹

Como é óbvio, pelo menos o sector estudantil das universidades de Lisboa e Coimbra não deixara de agir politicamente de forma organizada, uma vez que o interesse demonstrado por Sardinha para que Theotónio Pereira ocupasse o cargo de presidente da Federação Académica de Lisboa não podia ser encarado como estrita actividade doutrinária. Onde queria e podia, o braço sardinhista do Integralismo procurava conquistar posições, fazendo-se neste caso valer do carisma, das capacidades, dos seus membros. Apreender o Integralismo Lusitano nos tempos posteriores a Maio de 1922 como, fundamentalmente, de doutrinação, não passa de mera ficção. Excepto se se considerar a publicação da Nação Portuguesa como a única e a mais relevante actividade do grupo e, sobretudo, do seu braço sardinhista. Como, pelo menos, fizeram notar dois cronistas do movimento e com opiniões opostas acerca da relevância e até integridade do movimento, “após o Pacto de Paris”, António Sardinha, com o seu “entusiasmo comunicativo” conseguiu manter “uma certa coesão entre os integralistas mais novos, que sem dificuldades”, e depois da sua morte, “se reconheciam seus discípulos”, enquanto os “camaradas da Junta

²⁰⁸ Para o início de 1923 a Junta Central do Integralismo tinha, aparentemente, grande projectos. Ver notícia da *Época* citada na nota 40.

²⁰⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 4 de Novembro de 1922. (documento n.º 20). Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Central tinham-se afastado, talvez demasiadamente.²¹⁰ Tanto porque desde aquela data houve documentos que foram tornados públicos, com origem na Junta Central, que desdisseram aquilo que fora publicado a 5 de Maio, mas porque muitos integralistas, com o conhecimento, anuência e cumplicidade dos membros da dita Junta Central, agiram politicamente de forma mais ou menos crua, mais ou menos eficaz, tanto contra o regime vigente, como contra os chamados “manuelinos”. Para o caso, importa sublinhar o papel que Pedro Theotónio Pereira teve na conquista para o Integralismo Lusitano, tanto da estrutura federativa das associações de estudantes da Universidade de Lisboa, como na criação e articulação de uma estratégia comum com os seus colegas monárquicos, católicos e, se possível, integralistas das estruturas do associativismo estudantil da Universidade de Coimbra. Fê-lo, tanto quanto é possível perceber, mobilizando os seus camaradas integralistas da academia lisboeta com o conhecimento e a benção de vários dirigentes históricos do Integralismo Lusitano, casos de António Sardinha – sobretudo – e Pequito Rebelo. Apesar dos excessos de retórica, é evidente que o plano de acção que Pedro Theotónio Pereira pretendia pôr em prática para precipitar a queda da direcção da federação académica de Lisboa e a sua subida ao desempenho do cargo de presidente daquela estrutura associativa, demonstra, em primeiro lugar, não apenas a paixão pela acção em detrimento da sempre tão louvada mas por ele pouco praticada doutrinação. Em segundo lugar, a capacidade de apreender a essência e o essencial de um novo formato de acção política – golpista – que se afirmou rapidamente na Europa com a Primeira Guerra Mundial e que nos anos subsequentes quase se tornaria regra para não dizer moda. A evocação de Mussolini feita por Pedro Theotónio Pereira, é particularmente relevante pelo facto de, em finais de 1922, o chefe do movimento fascista italiano se tratar duma figura ainda pouco conhecida, essencialmente aventureira e com muito poucas qualidades que permitissem identificá-lo enquanto personagem com futuro e de futuro.²¹¹ Mussolini não era ainda o grande dirigente político de uma ideologia coerente, eficaz e vencedora, situação em que se manteve até ao início

²¹⁰ Leão Ramos Ascensão, *op. cit.*, p. 97. Carlos Ferrão, *op. cit.*, vol. 3.º, p. 306, cita esta passagem do trabalho de Leão Ramos Ascensão, enquanto exemplo dos limites e da impossibilidade de uma união entre os monárquicos após o 28 de Maio.

²¹¹ À falta de um órgão de imprensa diária do Integralismo, apenas aquando da publicação de um número especial da *Monarquia* em finais de 1923, se pode atestar uma declaração de clara identificação entre os ideais integralistas e o programa e a acção do chefe fascista italiano (o mesmo sucedendo em relação a Primo de Rivera em Espanha). A *Monarquia*, 26 de Outubro de 1923, p. 1. Ali se escreveu: “Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquelas verdades e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses. Hora alta de triunfo, esta hora em que na Europa ocidental a reacção nacionalista levanta a sua bandeira de resgate! Possuímos também nós uma doutrina de salvação.” Outros artigos neste número da *Monarquia* evocam o significado político do triunfo de Mussolini e Primo de Rivera. É claro que muito embora tal pudesse não parecer demasiadamente evidente aos contemporâneos, verdade era que o regime de Primo de Rivera tinha muito pouco que ver com o fascismo, aproximando-se muito mais dos regimes ditatoriais existentes à época na Europa de leste, como o do general Metaxas na Grécia, Pilsudski na Polónia ou Horti na Hungria. José Luis Rodríguez Jiménez, *La extrema derecha española en el siglo XX*, s.e., Madrid, Alianza Editorial, 1997, p. 87.

“... uma cruzada de salvação pública.”

da década de 1940. Mas é óbvio que, pelo menos, a Pedro Theotónio Pereira lhe interessava tanto o método como o resultado.²¹² De qualquer modo, com ou sem recurso a técnicas golpistas de inspiração mussoliniana, a verdade é que foi presidente da Federação Académica de Lisboa, mas por pouco tempo.²¹³

“[...] a vergonhosíssima desmoralização [...]”²¹⁴

Durante o mês de Fevereiro e no início de Março, Pedro Theotónio Pereira, além de ter andado a preparar e a fazer exames, naquele período do ano que designava por “quadra científica”, e que lhe tinham deixado a “cabeça como um filtro partido”, congeminou “uma pequena surpresa”.²¹⁵ Tratava-se, a “surpresa”, e tanto quanto se pode saber, de uma iniciativa que escapava, mesmo nas suas linhas gerais, a António Sardinha. Seria igualmente do desconhecimento, por força das vicissitudes políticas do movimento, do restante núcleo dirigente do Integralismo Lusitano.²¹⁶ Na verdade, e tanto quanto é possível vislumbrar, desde logo pelo protagonismo que *A Época* assumiu, tratava-se de uma iniciativa congeminada por determinados sectores católicos, nomeadamente do Centro Católico.²¹⁷ Apesar de Fernando de Sousa, desde 1919, ter abandonado todo e qualquer cargo dirigente no Centro, entrando em “conflito com a linha

²¹² Este fascínio pelos métodos utilizados por Mussolini, e sem que Pedro Theotónio Pereira muito provavelmente o soubesse, era o fascínio pelo modelo de conquista do poder inaugurado por Lénine na noite de 6 para 7 de Novembro de 1917. “The ‘conquest of institutions,’ which one early student of Fascism regarded as ‘the most unusual conquest of the state known to modern history,’ was, of course, a mere copy of a similar process that had occurred in Soviet Russia after October 1917.” Richard Pipes, *Russia Under The Bolshevik Regime, 1919-1924*, s.e., Londres, The Harvill Press, 1997, p. 267. Sobre as semelhanças entre Mussolini e Lénine, idem, *ibidem*, pp. 246-247 e 251. Sobre o encontro entre Mussolini e Lénine na Suíça, em 1904, Renzo De Felice, *Mussolini il rivoluzionario. 1883-1920*, s.e., Turim, Einaudi, 1995, pp. 34-35 e 35n.

²¹³ Naquela que foi a sua primeira entrevista a um jornal (*A Época*, 22 de Fevereiro de 1923), a propósito do “movimento de acção moralizadora dos estudantes de Lisboa,” Pedro Theotónio Pereira é apresentado como “antigo director da Federação Académica de Lisboa e distintíssimo aluno do 4.º ano de matemática da Escola Politécnica [...]”.

²¹⁴ *A Época*, 22 de Fevereiro de 1923, p. 1.

²¹⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 2 de Março de 1923. (documento n.º 46). Loc. cit.

²¹⁶ Segundo o testemunho de Pedro Theotónio Pereira, foi-lhe possível contar, no decurso de estes acontecimentos que deixariam lastro, com a colaboração e cumplicidades do seu amigo pessoal e político, António Rodrigues Cavalheiro. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 16 de Abril de 1923. (documento n.º 50). Loc. cit.

²¹⁷ “[...] a 6 de Março, publicava a mesma *Época* o *Manifesto dos Estudantes das Escolas Superiores de Lisboa*, ou seja, do grupo sob a chefia do ex-director da Federação Académica e constituído, em grande parte, por sócios do Centro Católico [...]” João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História duma geração*, 5.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, p. 469. António Augusto Sales, *António Botto Real e Imaginário*, s.e., Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1997, p. 56. Sobre as principais iniciativas políticas levadas a cabo pelo Centro Católico na primeira metade da década de 1920, Manuel Braga da Cruz, “Partidos Políticos Confessionais” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, J-P, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2001, p. 383. Por outro lado, é possível presumir que Pedro Theotónio Pereira se juntara, às Juventudes Monárquicas, sendo verdade que, em Março-Abril de 1924, será já membro da Juventude Católica de Lisboa (capítulo III). Em carta a António Sardinha, informava-o da resolução, em reunião das “juventudes,” da “realização de um congresso monárquico.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 16 de Abril de 1923. (documento n.º 50). Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

democrata-cristã de Lino Neto, a quem acusaria mais tarde de querer impor, apoiado pelo Vaticano, o credo republicano aos católicos”,²¹⁸ a verdade é que gozava de notoriedade política nos meios católicos e monárquicos de matriz manuelina e, também, de argumentos e de recursos para agir e fazer-se notar politicamente. A iniciativa de moralização de uma sociedade que muitos consideravam em degeneração acelerada, levada a cabo no início de 1923, vale por si mesma, mas foi também um exercício de afirmação de uma importante sensibilidade política no seio do Centro Católico, ainda que minoritária, e que se mostrava particularmente activa na passagem de 1922 para 1923.²¹⁹

Segundo a imprensa, que acompanhou a “surpresa”, é evidente que esta se começou a preparar de maneira já ostensiva no decurso do mês de Fevereiro. Tratava-se de uma iniciativa anunciada na *Época* sob o título “Higiene Moral”. Aí se garantia que os estudantes das escolas superiores de Lisboa iam “iniciar um grande e imediato movimento de acção moralizadora.” A notícia repetia, aliás, numa outra linguagem, as declarações de Pedro Theotónio Pereira à *Época*. Nela podia ler-se que nos “últimos tempos, a par doutros sintomas alarmantes, como o torpíssimo baile da Graça, apareceram por aí, à venda, nas montras de conhecidos livreiros, que reduzem a ‘negócio’ a antiga moral do negociante [...], uns livros, onde não sabemos o que seja mais repugnante e baixo, se a infâmia da linguagem, se a falta de vergonha de quem assina; se a ganância miserável de quem vende ou a falta de escrúpulos do comprador.” O jornal lamentava a inoperância das autoridades e, portanto, a legitimidade de uma espécie de acção directa contra “a pornografia mais hedionda, [que] segura da impunidade, alastra por todos os cantos da cidade, desde o postal obsceno ao livro ignominioso.” A *Época* evocava depois a “legítima revolta [que] se propõe queimar a ferro em brasa esses cancros de depravação de costumes e de espíritos. “ Como consequência, fora decidido numa “grande reunião de alunos das Escolas Superiores de Lisboa” entretanto realizada, e onde tinham sido “analizados os aterradores sintomas” a que notícia se referia, fora “decidido iniciar-se um grande e imediato movimento de acção moralizadora, tendente a reprimir, com a máxima energia e *por todos os meios*, a continuação e aumento do miserável estado social.” A *Época* podia “acrescentar ainda, que em breves dias esse movimento” se exteriorizaria “duma maneira decisiva e enérgica.” Para

²¹⁸ No ano de 1922, o seu mal estar, como o de Alfredo Pimenta e Paiva Couceiro, em relação ao Centro subiria de tom. Isto pelo facto de no congresso do Centro Católico daquele ano, terem imperado as teses de Salazar e Cerejeira, teses essas que aceitavam o regime estabelecido na sequência do 5 de Outubro de 1910. José Barreto, *op. cit.*, p. 475. Na sequência do Congresso do Centro realizado “nos finais de 1919 [22 de Novembro]” é eleita “uma nova Comissão Central.” Dela saíram Pinheiro Torres e Fernando de Sousa, “conhecidos como antigos nacionalistas e monárquicos confessos, para serem substituídos por nomes de dirigentes apenas identificados publicamente como *católicos* e partidariamente desvinculados [...]” Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d. (1980), p. 276.

²¹⁹ Sobre as sucessivas e sistemáticas investidas, estampadas na imprensa católica, do remanescente sector monárquico contra a direcção do Centro, tal como reformado em 1919, idem, *ibidem*, pp. 278 e ss. e pp. 300-301.

“... uma cruzada de salvação pública.”

além do programa de acção enunciado, era ainda óbvio que Pedro Theotónio Pereira escrevia notícias para *A Época*, notícias que depois aproveitava sob a forma de entrevista.²²⁰

Toda a iniciativa não passava de um exercício, sob a forma e a designação de campanha, que Pedro Theotónio Pereira dirigia e que contava com a participação de umas largas dezenas de alunos das escolas superiores lisboetas, coadjuvados pela *Época* e seguida com interesse, aplausos, simpatia e também muitas críticas, por vários jornais lisboetas. Por outro lado, recorde-se que, entre outros jornais, tanto *O Século* como *A Época*, vinham dedicando havia já algum tempo alguma atenção à “pornografia” e à necessidade das autoridades lhe darem um combate feroz. No fim do Verão de 1922, o jornal de Fernando de Sousa informava que

O comissário de policia, alferes sr. Lopes Soares, ordenou o varejo a alguns estabelecimentos da Baixa, tendo-se apreendido uma boa quantidade de livros e postais acentuadamente pornográficos. Ainda é pouco.

*É necessário que essa medida se alargue e repita, compreendendo o castigo dos editores e vendedores dessas imoralidades. E é também preciso que haja idêntico procedimento contra os cinemas e teatros, que o merecem.*²²¹

Em entrevista à *Época*, Pedro Theotónio Pereira, na qualidade de aluno de matemáticas pertencente à “vanguarda prestigiosa” que tinha sacudido “as teias de aranha do preconceito liberalista” e lavado o “espírito” nas “fontes eternas e saudáveis das tradições nacionais e religiosas”, declarou que o “movimento de acção moralizadora” que os “estudantes das escolas superiores” iam “imediatamente iniciar”, decorria dum sentimento de alarme perante “a vergonhosíssima desmoralização que, sob os mais repugnantes aspectos,” alastrava “constantemente por aí...” Não se tratava, na opinião de Pedro Theotónio Pereira, de um fenómeno novo. Simplesmente, e uma vez que os alunos “não estavam em contacto directo com os elementos desmoralizadores,” tinha passado “muito tempo, alguns anos”, sem que houvesse a decisão de se tomarem “quaisquer resoluções.” A oportunidade da iniciativa decorria, portanto, de se terem passado a sentir “a gravidade dos sintomas, por demais conhecidos de toda a gente”, aliada “à criminosa indiferença das autoridades.” Por isso, uns dias antes, fizera-se uma reunião dos alunos das escolas superiores de Lisboa, tendo sido deliberada a criação de “uma espécie de Liga de acção directa” que teria como objectivo “exercer com a máxima energia funções preventivas e, ao mesmo tempo, repressivas.”²²² Esta “obra de higiene moral e social”,

²²⁰ *A Época*, 20 de Fevereiro de 1923, p. 1, 6.ª e 7.ª coluna.

²²¹ *A Época*, 20 de Setembro de 1922, p. 1 (7.ª coluna).

²²² *A Época*, 22 de Fevereiro de 1923, p. 1. Apenas na *Época* e no *Século* do dia 6 de Março, viria a ser publicado na íntegra o texto do “Manifesto da Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa,” isto depois de, na véspera, a direcção da “Liga” ter estado com o “sr. governador civil.” Tinham-se, finalmente, decidido a passar à acção, disponibilizando-

“... uma cruzada de salvação pública.”

deveria começar por “meter na ordem esses equivocados senhores, que andam por aí, nas ruas e nos cafés, irritando o *indígena* [...] com maneiras femininas e elegâncias ridiculamente exageradas.”²²³ Reportando-se ao então famoso, e por isso ainda bem presente na memória dos lisboetas, baile da Graça,²²⁴ o entrevistado evocava os “meninos desavergonhados, que frequentam *clubs* e baile[s] duvidoso[s] e que, num dia de carnaval, foram presos na Graça e logo soltos por andarem vestidos de mulher...” Mais depressa do que seria imaginável, Pedro Theotónio Pereira prometia que estes meninos iam “ser metidos na ordem.” Embora não estivesse disposto a revelar a forma de agir da Liga, era garantido que os estudantes tomavam nos seus ombros esta tarefa pela simples razão de que quase toda a gente se furtava às suas responsabilidades. Prometia “queimar a ferro em brasa, expondo à luz do sol, esses cancros nauseabundos” que medravam “à custa das fraquezas de uns e da tolerância incompreensível de outros.”²²⁵

Além de perseguir e punir fisicamente homossexuais efeminados – uma novidade nas declarações do dirigente estudantil por comparação com o teor da notícia sobre o mesmo tema que saíra do dia 20 –, os alunos das escolas superiores propunham-se “fiscalizar as livrarias e meter também na ordem os artistas decadentes, os poetas de Sodoma, os editores, autores e vendedores de livros imorais [...]” Neste caso, a razão directa das acusações e do comportamento dos estudantes, era provocada por dois acontecimentos editoriais que tiveram lugar entre finais de 1922 e o início de 1923. Nos derradeiros meses de 1922, foi publicada uma

se junto da autoridade para “oferecer todo o seu apoio à repressão da imoralidade.” *O Século*, 6 de Março de 1923, p. 4 (1.ª coluna). Foi no dia 5, o da reunião, que se distribuiu “nas ruas da cidade, um importante manifesto pedindo às autoridades a repressão enérgica e imediata da pornografia” e que alguma imprensa reproduziu no dia 6. “A distribuição” do “manifesto” pretendia coincidir “com o início da acção moralizadora que os referidos estudantes se impuseram.” *A Época*, 4 de Março de 1923, p. 4, (7.ª coluna).

²²³ *A Época*, 22 de Fevereiro de 1923, p. 1.

²²⁴ Sob o título “Um baile escandaloso,” *O Século* de 15 de Fevereiro de 1923, p. 2 (3.ª coluna), dava notícia dos últimos desenvolvimentos do evento carnavalesco: “Foram ontem julgados no Governo Civil os indivíduos que foram presos vestidos de mulher.

No Tribunal dos Pequenos Delitos, que funciona no Governo Civil, foram ontem julgados os indivíduos presos num baile escandaloso realizado na Graça, na noite de Sábado Gordo.

No referido baile, a pretexto da folia carnavalesca, tomaram parte, segundo afirmações dos delinquentes e das testemunhas, cerca de 300 indivíduos, das mais variadas profissões e situações sociais, entre eles, médicos, advogados, militares, muitos filhos famílias e rapazes de sociedade.

Nessa indigna festa, em que se notou a mais significativa ausência de mulheres, muitos dos convidados apresentaram-se em trajos femininos, ostentando decotes e enfeites próprios de mulher. [...]

Durante o julgamento, que foi presidido pelo juiz de investigação, sr. dr. Paulo Menano, produziram-se revelações que provocaram, entre o auditório, um riso misturado de asco, aumentado ainda pelo impudor e inconsciência manifestados pelos réus. Estes, que permaneceram nos calabouços do Governo Civil durante os três dias de Carnaval, ostentavam ainda os trajos com que haviam sido presos, foram condenados na multa de 160\$00 cada um, e mais 90\$00 de custas e selos a dividir por todos.

Um, por trocar o nome, pagou uma multa de 180\$00.”

²²⁵ *A Época*, 22 de Fevereiro de 1923, p. 1.

segunda edição das *Canções* de António Botto,²²⁶ obra essa que além de não esconder o tema da homossexualidade, saía agora apoiada por um texto que Fernando Pessoa publicou no número três da *Contemporânea*, intitulado “António Botto e o Ideal Estético em Portugal”,²²⁷ no qual, e na opinião dos seus críticos, a pretexto da defesa de um ideal estético de matriz greco-romana, aquilo que se apresentava era tão só a defesa do culto e da prática da pederastia sem quaisquer paliativos.²²⁸

Entretanto, já em finais de Janeiro de 1923, a editora Olissipo que estivera por trás da publicação da segunda edição das *Canções*, deu à estampa o opúsculo de Raul Leal intitulado *Sodoma Divinizada*.²²⁹ Não tendo este trabalho de Raul Leal podido já contar com o ambiente de entorpecimento das opiniões que vigorava ainda aquando da publicação das *Canções*, tratando-se também de um exercício literário e filosófico que se pretendia mais ambicioso na apologia que fazia da submissão dos valores de toda uma sociedade aos desígnios estéticos aí preconizados, além de uma crítica às críticas de Álvaro Maia,²³⁰ Raul Leal e *Sodoma Divinizada* foram as gotas de água que fizeram transbordar o copo da paciência dos estudantes e outros defensores de valores tradicionais que consideravam estar a desaparecer mas que urgia manter como dominantes.²³¹ Por último, o opúsculo era ostensivamente uma provocação a todos aqueles que

²²⁶ Uma terceira edição seria publicada em 1930 e, a edição considerada definitiva, em 1932, em plena Ditadura Militar, estando já em vigor uma legislação censória mais rigorosa. Maria da Conceição, *António Botto – Um Poeta de Lisboa. Vida e Obra. Novas Contribuições*, s.e., Lisboa, Editorial Minerva, 1998, pp. 15-16.

²²⁷ Fernando Pessoa, “António Botto e o Ideal Estético em Portugal” in Fernando Pessoa, *Obras em Prosa*, (org. João Gaspar Simões), II volume, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1987, pp. 57-64.

²²⁸ Inicialmente, o principal, se é que não o único, intelectual que consistente e ostensivamente criticou o texto de Fernando Pessoa, foi o jornalista Álvaro Maia. Segundo Álvaro Maia, o estudo de Pessoa, a propósito da poesia de Botto, apenas certificava uma realidade totalmente ausente do ideal estético segundo os greco-latinos, uma vez que aqueles, ao contrário destes, ao celebrarem a beleza masculina, se tinham deixado resvalar para a chamada “sexualidade urânica”. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História duma geração*, 5.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, p. 465. Maria da Conceição, *António Botto – Um Poeta de Lisboa. Vida e Obra. Novas Contribuições*, s.e., Lisboa, Editorial Minerva, 1998, pp. 88-96.

²²⁹ Raul Leal (Henoch), *Sodoma Divinizada*, s.e., s.l., Contraponto, s.d. (1.ª ed., 1923).

²³⁰ “Publicou o sr. Álvaro Maia na *Contemporânea* um artigo bastante infeliz, criticando um outro do meu querido Fernando Pessoa sobre a bela individualidade de António Botto. Nesse artigo o sr. Maia, sem argumentar, cobre o autor das *Canções* de insultos os mais grosseiros. E através duma pretensiosa e falsa erudição em que só se sente vazio, não havendo na sua obrinha a mínima substância, não havendo enfim, nada, o sr. Maia chega ao ponto, na sua bilis invejosa e despeitada perante a alheia formosura do corpo e do espírito que ele, coitado, não pode possuir, chega ao ponto, digo, de negar talento e arte ao grande poeta que é António Botto.” Idem, *ibidem*, p. 1.

²³¹ Filósofo do “Paracletianismo,” assim o classificou Pinharanda Gomes numa curta mas original e completa nota biográfica. Raul Leal, pode encontrar-se em Raul de Oliveira de Sousa Leal, *O Sentido Esotérico da História (coordenação, prefácio e notas de Pinharanda Gomes)*, s.e., Lisboa, Livraria Portugal, 1970, pp. 5-7. Ver ainda Pinharanda Gomes, *Raul Leal: Iniciação ao seu conhecimento*, s.e., Guimarães, Separata da revista *Gil Vicente*, s.d., pp. 4-5 e João Gaspar Simões, *Retratos de Poetas Que Conheci: Autobiografia*, 1.ª ed., s.l., Brasília Editora, 1974, pp. 136-137. Houve quem peremptoriamente designasse Raul Leal como “poeta em francês de uma mística homossexual.” António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 11.ª ed., Porto, Porto Editora, s.d., p. 1044.

tinham chamado a atenção e sublinhado a “luxúria e a pederastia” da poesia de António Botto e do ensaio de Fernando Pessoa.²³²

No decurso da curta entrevista citada, Theotónio Pereira aludiu precisamente aos diversos “folhetos, publicações e livros”, mas que o seu interlocutor, “por uma questão de limpeza”, se recusava a citar.²³³ Garantiu ainda que a “Academia” estava, em geral, a receber muito bem a iniciativa – na véspera, queria Pedro Theotónio Pereira fazer acreditar aos leitores da *Época*, tinham sido recebidas “umas trezentas adesões” –, havendo ainda outros motivos para que se tranquilizassem aqueles que viam com simpatia a movimentação dos estudantes. Assim devia acontecer, tanto pelo facto de por esses mesmos estudantes estar a ser exercida uma “rigorosa censura nos teatros e cinemas”, como pela certeza de que os alunos da Academia de Lisboa tinham chamado a si o “papel” dos censores que “lá fora compete aos poderes legalmente constituídos.”²³⁴

Descontando aquilo que nesta iniciativa havia daquela inquietação típica das gerações mais novas, e que não poucas vezes se materializa em arrogância, voluntarismo e vanguardismo – linha de interpretação na qual, ao fim ao cabo, Pedro Theotónio Pereira se escudaria nas suas *Memórias* ao evocar estes acontecimentos²³⁵ –, na verdade aquilo que estava realmente em

²³² João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História duma geração*, 5.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, pp. 467-468. Fernando Pessoa também se envolveu nesta polémica pela pena do seu heterónimo Álvaro de Campos, neste caso com uma atitude moralista que era em tudo contrária à posição de abertura demonstrada por Fernando Pessoa enquanto ele próprio. “Carta de Álvaro de Campos à «Contemporânea»” in Fernando Pessoa, *Obras em Prosa (organização de João Gaspar Simões)*, II volume, s.e., Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, pp. 65-66, matizado, ainda pelo heterónimo Álvaro de Campos: “Aviso por causa da moral” in idem, *ibidem*, p. 68. Também Raul Leal reacendeu a polémica, atacando fortemente as posições dos estudantes e dos seus apoiantes através de um “manifesto” intitulado *Uma Lição de Moral aos Estudantes de Lisboa e o Descaramento da Igreja Católica*. Para além dos seus méritos argumentativos e literários, este documento apontava sectores católicos proeminentes como cúmplices na iniciativa da “Liga,” da *Época* e do governo civil. Acusação pertinente, uma vez que era conhecida a pressão que os bispos portugueses tinham exercido sobre os católicos, de forma a que estes constituíssem uma “organização político-religiosa, apta a intervir política e eleitoralmente em defesa das reivindicações católicas.” Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d. (1980), p. 264.

²³³ Curiosamente, Raul Leal teve mais tarde a oportunidade de colaborar numa revista de pendor fascista. Veja-se Raul Leal, “O Abstraccionismo trágico de Artur Bual” in *Tempo Presente: Revista Portuguesa de Cultura*, n.º 25, Ano III, 1961, p. 25. Por outro lado, António Ferro e a sua peça *Mar Alto* foram alvo da sanha censória do Governo Civil. Ferro respondeu à perseguição de que fora alvo no prefácio à segunda edição da peça. Fê-lo em termos que poderão ajudar a moderar alguns juízos sobre a natureza política e ideológica da iniciativa protagonizada por Theotónio Pereira. “Julgavam talvez que eu iria estrear-me com uma peça calma, de fácil digestão, uma peça para rir e chorar... Julgavam talvez que eu ia dar-lhes o pretexto para me alcunharem de esperançoso dramaturgo... Ingénuos... A uma obra prometedoras preferi escrever uma obra comprometedoras. A uma peça nem peixe nem carne preferi fazer uma peça onde a carne se afirma como um dogma. Eu não pertença a essa raça de escritores, sem individualidade e sem anseio, que assinam, todas as manhãs, o livro do ponto da sua arte, sem um rabisco a mais ou um rabisco a menos... É possível que eu falhe muitas vezes, mas orgulho-me, pelo menos, de jamais ter transigido com a vulgaridade mesmo quando essa vulgaridade me espera a uma esquina e procura amordaçar-me.” António Ferro, “Prefácio – Mar Alto” in Raquel Pereira Henriques, *António Ferro: Estudo e Antologia*, s.e., s.l., Alfa, 1990, pp. 125-126.

²³⁴ Idem, *ibidem*.

²³⁵ Começava por recordar, e bem, que o “alarme fora dado de Londres e de Paris, a propósito da publicação de livros que tinham provocado escândalo nos meios literários.

“... uma cruzada de salvação pública.”

causa era muito mais do que isso. Neste início de 1923, o então presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências protagonizou um acontecimento que dava livre curso a sentimentos de intolerância que estiveram muito em voga em Portugal e, pelo menos, no resto da Europa no chamado período entre-guerras.²³⁶ Por trás de um discurso moralista, não necessariamente dúplice, aquilo que motivava iniciativas como esta eram objectivos claramente políticos. Uns mais imediatos, outros relacionados com uma percepção nova e clara da forma como as sociedades se deviam organizar e daquilo que deveriam permitir em vários domínios, nomeadamente no moral. É difícil declarar objectivamente o que é que, em termos políticos imediatos, Pedro Theotónio Pereira pretendia com a sua iniciativa inquisitorial, além de reforçar a sua posição como dirigente estudantil fora do seu meio ambiente natural que era a Faculdade de Ciências, onde o reconheciam como líder indiscutível e indiscutido, depois da sua passagem meteórica pela direcção da Federação Académica de Lisboa. Por outro lado, era evidente que tinha congeminado, pelo menos parte da iniciativa, na redacção da *Época*, recordando Pedro Theotónio Pereira nas suas *Memórias* que percorrera um caminho naquele jornal que o levava não apenas a colaborador regular – assinando vários editoriais – mas também a “camarada e amigo do valoroso e austero conselheiro” Fernando de Sousa.²³⁷ A aproximação à *Época* e a Fernando de Sousa, por parte de Pedro Theotónio Pereira, à qual já se fez referência, consubstanciava indiscutivelmente uma vontade de entendimento e uma identificação com

Quando se lembra o que, nesse tempo, era susceptível de provocar tal escândalo, não pode deixar de pensar-se que estávamos em época que oferecia certas garantias contra todos os excessos e em meio ambiente que se defendia quase automaticamente. [...]

Quem passa em revista obras que há quarenta anos provocaram grandes controvérsias literárias e filosóficas tem ganas de ir de chapéu na mão a um Sr. Victor Margueritte ou a um Sr. Lawrence e pedir-lhes desculpas pelos incómodos causados, anunciando que as suas obras vão ser incluídas no acervo da «Bibliothèque Rose». Mas, por volta de 1970, Pedro Theotónio Pereira mantinha ainda uma enorme desconfiança em relação àqueles autores que tinham sido alvo da sua ira e dos seus colegas nos primeiros meses de 1923: “Dentro do País surgiram de repente meia dúzia de livros de homens e de mulheres já nesse tempo havidos por muito estranhos [...]” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 1ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 40.

²³⁶ Para uma caracterização deste novo ambiente de intolerância em Portugal, como antecâmara do advento de sistemas políticos e sociais de matriz totalitária, Rui Ramos, *op. cit.*, pp. 658-665. Existe uma vasta bibliografia que trata da crescente intolerância moral em matéria de sexualidade como fenómeno político nos principais países que, a partir da década de 1920, conheceram o triunfo e a afirmação de regimes de cariz totalitário, ainda que em diferentes graus. Sobre as condições em que teve lugar a afirmação de um ambiente, antes larvar, de intolerância em relação à homossexualidade na Alemanha nacional-socialista, Robert Gellately, *Backing Hitler: Consent and Coercion in Nazi Germany*, s.e., Nova Iorque, Oxford University Press, 2001, pp. 34, 47, 49, 82 e 113 e Michael Burleigh, *The Third Reich: A New History*, s.e., Nova Iorque, Hill & Wang, 2000, pp. 232-234. Ver ainda George L. Mosse, “Toward a General Theory of Fascism” in *The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism*, s.e., Nova Iorque, Howard Fertig, 1999, p. 43, para uma caracterização da forma como, na Alemanha e na Itália, o nacional socialismo e o fascismo se colocaram ao lado da “sociedade normativa” e agiram contra os indivíduos que viviam nas suas margens, entre eles os homossexuais. Sobre a recuperação dos valores tradicionais em matéria de sexualidade na Rússia do período entre guerras, Richard Pipes, *op. cit.*, pp. 329-334 e Shelia Fitzpatrick, *Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times: Soviet Russia in the 1930s*, s.e., Nova Iorque-Oxford, Oxford University Press, 1999, pp. 142-147.

²³⁷ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 35.

“... uma cruzada de salvação pública.”

sectores católicos²³⁸ e monárquicos que não sendo integralistas – ou, pelo menos, do Integralismo da Junta Central – se propunham combater a república e o parlamentarismo, apesar da sua fidelidade a D. Manuel II, ainda que não aos seus desejos cada vez mais tímidos de restauracionismo da monarquia segundo os princípios da Carta Constitucional que o rei exilado jurara perante as Cortes em 1908.

Além disso, e ainda do ponto de vista dos resultados políticos pretendidos, esta iniciativa de acção directa, e independentemente dos detalhes da sua preparação e do nome dos seus mentores, foi também uma maneira encontrada por Pedro Theotónio Pereira para se afirmar, com destaque, nos meios políticos que passou a frequentar.²³⁹ Também foi, e independentemente da avaliação que possa ser feita dos resultados políticos desta iniciativa – para Pedro Theotónio Pereira e para os meios em que se movia – ,um acontecimento que marcou decisivamente tanto os seus alvos – sobretudo escritores como António Botto, Raul Leal ou Judith Teixeira²⁴⁰– como o dirigente da acção, havendo quem nele encontrasse, logo em 1923, o inevitável colaborador de Salazar que, depois de 1928, estava destinado a dar uma importante ajuda na edificação e consolidação do Estado autoritário português extinto apenas em 1974.²⁴¹ O problema desta avaliação encontra-se não apenas na acertada premonição produzida obviamente depois de todos acontecimentos terem tido lugar, mas acima de tudo no facto de não haver qualquer esforço para explicar que esta atitude de afirmação de uma forte intransigência moralista não era exclusiva de uma minoria puritana “proto-salazarista” e, muito menos, de uma minoria com um programa de intenções que se tivesse feito sentir apenas em Portugal, no sempre tão proclamado provincianismo de Lisboa. Foi um fenómeno geral comum aos países ocidentais que aliás, como no caso português, gozou de grande popularidade e apoio.²⁴² Nesse sentido, e apesar das inúmeras críticas que, como veremos, ao tempo a

²³⁸ Os católicos do Centro Católico eram uma constelação de sensibilidades políticas. O seu mínimo denominador comum era o desejo de verem restaurada a liberdade religiosa e a dignidade da igreja católica e dos católicos que consideravam perdida desde Outubro de 1910. Sobre o Centro Católico, Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 263-371; idem, “Partidos Políticos Confessionais” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, loc. cit., pp. 382-385.

²³⁹ Convém sublinhar que, mais importante do que o apoio e acompanhamento que lhe foi dado pela *Época*, seria a atenção dada ao assunto pelo *Século*, embora neste caso houvesse que pagar os custos de um acompanhamento muitas vezes crítico. *A Batalha* foi o jornal de maior oposição às intenções e ao programa da “Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa”.

²⁴⁰ Autora de *Decadência*. Publicado originalmente em edição da autora, foi reeditado mais tarde. Judith Teixeira, *Poemas. Decadência. Castelo de Sombras. NVA. Conferência de Mim*, s.e., s.l., & etc., 1996.

²⁴¹ Ver, sobretudo, João Gaspar Simões, *Retratos de Poetas Que Conheci: Autobiografia*, 1.ª ed., s.l., Brasília Editora, 1974, p. 154.

²⁴² Na *Época* de 25 de Fevereiro de 1923, podia ler-se: “O Vice-Chanceler da Universidade de Oxford proibiu a dança aos estudantes sob pena duma multa de 3 libras. Esta decisão apenas provocou ligeiros protestos.” O mesmo jornal, no dia 9 de Março, informava que a iniciativa da “Liga” tinha sido recebida com “entusiasmo” pelos jovens na “provincia”. Houve ainda a notícia de que na “cidade espanhola de Alicante” se tinha constituído “uma liga d’acção idêntica à dos estudantes de Lisboa.” *A Época*, 2 de Março de 1923, p. 4 (3.ª coluna). Finalmente, a iberização da acção moralista da “Liga” era atestada por uma notícia na qual se garantia terem os “jornais

“... uma cruzada de salvação pública.”

iniciativa dos estudantes conheceu por parte de representantes das elites intelectuais lisboetas, não podia deixar de ser vista com simpatia por sectores sociais conservadores, à esquerda e à direita²⁴³ e, claro, por amplas esferas de católicos.

Nas suas *Memórias*, Pedro Theotónio Pereira recorda que a iniciativa dos estudantes da Academia da capital, tinha começado por ser nada mais do que a transferência um pouco tardia para Lisboa de “uma bertoeja de literatura tida por imoral em toda a Europa e que deu lugar a certa reacção por parte do público e da própria imprensa.” Numa postura nada original e ainda menos nacionalista, Pedro Theotónio Pereira ter-se-ia prestado a procurar reproduzir no seu meio natural o “alarme” que “fora dado” em Londres e em Paris a propósito da “publicação de livros que tinham provocado escândalo nos meios literários.” Havendo a percepção de que essa literatura estava a chegar a Portugal logo no início de 1923 – como aliás sempre tinha chegado –, e como se isso não bastasse, que tinham surgido “de repente meia dúzia de livros de homens e de mulheres [...] havidos por muito estranhos” e “várias manifestações que davam a impressão de se estar ensaiando o terreno para mais ousados consentimentos”, houve quem decidisse ter chegado a hora de agir, sobretudo quando parecia evidente que as autoridades não cumpriam o seu papel de defesa da ordem moral. Aproveitando, não a sucessiva publicação de peças de literatura “imoral”, mas a oportunidade lançada pelo “baile da Graça” que, do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, não terá deixado indiferente a opinião pública, representantes da sua geração – que “amadurecera precocemente e que se criara para a vida com os olhos postos no prestígio nacional” –, os estudantes, terão desempenhado “um papel muito activo” naquela que era uma reacção generalizada contra a imoralidade.²⁴⁴

É claro que se por um lado uma parte da opinião pública poderia estar do lado dos estudantes, também é verdade, como recordou mais tarde Pedro Theotónio Pereira, que as “livrarias esgotavam, remessa após remessa, os exemplares que compravam directamente aos editores e que por virtude dessa extraordinária propaganda transformavam em *best sellers* as obras mais mediócras.”²⁴⁵ No entanto, apesar do apelo que obras e autores, tidos por muitos

espanhóis” referido “largamente, em telegramas datados de Lisboa,” o “incidente provocado pela Liga d’Acção dos Estudantes de Lisboa numa livraria do Chiado, incidente que noticiámos há dias numa entrevista com Pedro Theotónio Pereira. Um desses jomais, *O Debate*, punha em relevo facto do sr. Júlio Dantas, conhecido escritor de coisas fúteis, ter tomado uma atitude contra os estudantes, quando eles pretendiam apenas fazer cumprir a ordem de apreensão que pesa sobre um certo livro pornográfico.” *A Época*, 3 de Março de 1923, p. 4 (3.ª coluna).

²⁴³ O diário católico e monárquico *Correio da Manhã*, francamente tolerante em matéria de pensamento e acção política, escreveu muito pouco sobre estes acontecimentos. Acabaria por publicar uma pequena notícia onde se lia, debaixo do título “Uma Iniciativa Simpática,” que os “Estudantes das Superiores de Lisboa pedem apreensão dos livros imorais.” *Correio da Manhã*, 6 de Março de 1923, p. 1 (4.ª coluna). É possível que mais tarde este matutino manuelista se tenha arrependido da sua condescendência.

²⁴⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 39-41.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 41. Toda esta polémica dizia respeito a um universo muito restrito de gente que lia obras em línguas estrangeiras como o francês, sobretudo, e o inglês, e que, simultaneamente, podia ter acesso aos trabalhos

como censuráveis, conquistaram junto de inúmero público, em 1923, como anos antes, a verdade é que a República em nome das virtudes morais de que sempre se considerou portadora, produzira legislação que proibia tanto a comercialização de literatura “imoral”, como, por exemplo, a realização de outras actividades de índole cultural que pudessem ser consideradas atentatórias da moral prevalecente.²⁴⁶ Simplesmente, e regra geral, as autoridades não agiam. No caso da baile da Graça, tornara-se evidente que tinham agido contrariadas, da mesma forma que a atitude da polícia e dos tribunais foi por muitos considerada demasiadamente permissiva, nomeadamente ao punir os participantes conotados com meios mais humildes e ao deixar sair em liberdade, na maior descrição, os intervenientes socialmente mais proeminentes.²⁴⁷

Ainda nas suas *Memórias*, por avisada humildade ou por mero recato, Pedro Theotónio Pereira pretende que o “papel” dos estudantes foi posterior à emergência de “um movimento” que tinha “os olhos postos no prestígio nacional,” embora reconhecesse ter sido a sua Faculdade de Ciências a “primeira escola superior que veio a público solidarizar-se com o novo movimento.”²⁴⁸ É de todo improvável que existisse, pelo menos em Lisboa, o “novo movimento” de que nos fala Pedro Theotónio Pereira, embora pudesse existir um mal estar generalizado em questões morais junto de importantes sectores da sociedade lisboeta e portuguesa.²⁴⁹ Aquilo que sucedeu a partir de Fevereiro, tendo inúmeros estudantes da Academia de Lisboa, Pedro Theotónio Pereira e *A Época* como mentores, foi uma tentativa de rentabilizar a favor de sectores integralistas, monárquicos, nacionalistas e católicos que se reuniam em torno daquele jornal e que gozavam de alguma notoriedade – especialmente na capital, mas também no Porto e, sobretudo, em Coimbra – esse sentimento de mal estar.

dos escritores portugueses afectados por esta polémica. Talvez seja importante sublinhar que António Botto, Judith Teixeira e Raul Leal acabaram beneficiados com a polémica. Pelo menos no longo prazo. Independentemente da qualidade objectiva dos seus trabalhos – ou da falta dela – viram muito do seu prestígio crescer à sombra do estatuto de vítimas do fascismo precoce que cedo ou tarde sofreram. Sobre a mediania artística dos trabalhos daquele tridente de escritores, trazidos à “notoriedade” através do “escândalo dos costumes e do senso comum.” António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 1044.

²⁴⁶ A censura à pornografia fazia-se ao abrigo do disposto na alínea c) da Lei de 9 de Julho de 1912. A lei remetia ainda para as disposições contidas no art.º 5.º do decreto de 28 de Outubro de 1910. Júlio Gonçalves, *Leis da Informação (Portugal), 1627-1965*, s.e., Braga, Editora Pax, 1965, pp. 114-115.

²⁴⁷ “A pedido da pessoa que alugara a casa, por desconhecer o fim a que era destinada, acudiu a certa altura da reunião a polícia que se limitou a efectuar a prisão dos indivíduos ontem julgados, dos mais humildes que tomaram parte na ignóbil mascarada, deixando em discreta liberdade os restantes...” *O Século*, 15 de Fevereiro de 1923, p. 2 (3.ª coluna).

²⁴⁸ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 40-41.

²⁴⁹ Um discreto mas veterano integralista comentou: “[...] A pornografia dos livros franceses alastrava e essa literatura ia envenenando a pouco e pouco os espíritos da gente nova incapacitando-a de uma obra de reacção. [...]” Carlos Pires de Lima da Fonseca, *Roteiro da Minha Vida. Memórias (Obra Póstuma)*, 2.º volume, s.e., Lisboa, 1960. p. 114.

“... uma cruzada de salvação pública.”

No entanto, um dos mais interessantes aspectos deste incidente que se arrastou até ao mês de Maio, residiu no facto da iniciativa não ter gozado nem dum apoio activo nem alargado fora do meio em que foi gerado. Apesar de existir uma legislação protectora dos chamados bons princípios morais – e que as autoridades habitualmente ignoravam – e do governador civil estar do lado dos objectivos do movimento, a verdade é que não passou de um incidente. Mais interessante era a proximidade de vistas existente entre os meios estudantis e *A Época*, por um lado, e o Governo Civil, por outro. Essa proximidade decorria do facto do governador civil, um oficial do exército, o major Viriato Lobo, ser também aluno da Faculdade de Ciências e “um excelente camarada”, sempre disponível “a interessar-se pelas causas académicas.” Pedro Theotónio Pereira e Viriato Lobo, segundo o testemunho deixado pelo primeiro, estavam “inteiramente de acordo nas medidas a tomar, que incluíam um susto a umas tantas livrarias e a inclusão, numa lista, dos autores que se mostrassem mais recalcitrantes.” Havendo “legislação suficiente para actuar”, mas faltando “gente com vontade ou coragem” de a fazer “cumprir”, Pedro Theotónio Pereira terá proposto, e Viriato Lobo evidentemente aceite, que a lei e a ordem se impusessem à margem e contra si mesmas.²⁵⁰ Porém, e como se isso não bastasse, da mesma forma que os estudantes se organizaram e sobretudo agiram à margem da lei, também um grande número de cidadãos, sobretudo do meio literário e jornalístico decidiram enfrentar uma iniciativa censória que consideravam intolerável, independentemente da matriz moral das obras e dos seus autores. Era óbvio que a sociedade portuguesa vivia uma situação em que o estado da governação era muito débil – facto atestado por inúmeros incidentes de natureza social e política que remontavam aos últimos anos de vigência da monarquia constitucional e que não vale a pena aqui citar –, pelo que os problemas de eficácia, legitimidade, organização ou consenso, se viam sistematicamente ultrapassados pela debilidade objectiva do sistema político.²⁵¹ Neste caso, e, surpreendentemente decerto, do ponto de vista daqueles que sempre viram a República, como os últimos anos da Monarquia Constitucional, apenas enquanto a antecâmara necessária e inevitável do advento do autoritarismo salazarista,²⁵² é óbvio, e só

²⁵⁰ Uma notícia da *Época* não queria deixar quaisquer dúvidas quanto ao facto de ser o governador civil a andar às ordens da Liga e quanto ao mérito, indiscutível, desta estranha realidade. Podia ler-se: “Por indicação da Liga d'Acção, o sr. Governador Civil mandou ontem apreender uma porcaria que dava pelo nome de novela.” *A Época*, 11 de Março de 1923, p. 4 (7.ª coluna).

²⁵¹ Sobre a enumeração e caracterização das fissuras existentes no seio dos sistemas políticos em situações de debilidade na governação, Samuel P. Huntington, *Political Order in Changing Societies*, s.e., New Haven, Yale University Press, 1968, pp. 1-8 e *passim*.

²⁵² Manuel Villaverde, “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal” in *Análise Social*, vol. XII (48), 1976-4.º, pp. 914-915; e, sobretudo, idem, “A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)” in *Análise Social*, vol. XV (58), 1976-2.º, pp. 373-392; César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1.ª ed., s.l., O Jomal, 1987, p. 18; Fernando Rosas, “A crise do liberalismo e as origens do ‘autoritarismo moderno’ e do Estado Novo em Portugal” in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, Fevereiro de 1989, pp. 98-114. Mas talvez tenha sido Fernando Pessoa

“... uma cruzada de salvação pública.”

assim aliás se compreenderia a capacidade de resistência da Nova República Velha e as enormes dificuldades de afirmação da Ditadura Militar e até do Estado Novo,²⁵³ que havia na sociedade portuguesa sectores dispostos a enfrentar manifestações de intolerância e de autoritarismo que se manifestavam das mais variadas formas.

Nas suas *Memórias*, Pedro Theotónio Pereira deu notícia da resistência pontual de que ele e os seus colegas foram alvo numa livraria no Chiado (a Portugal-Brasil), quando Júlio Dantas manifestou a sua indignação pela atitude dos estudantes que pretendiam apreender as obras “imorais” discreta e ilegalmente ali vendidas.²⁵⁴ Tirando isso, o episódio pouco mais significado teria tido e, em geral, a “Liga” teria cumprido os seus objectivos ao conseguir, se não o saneamento moral da sociedade portuguesa por via da censura à produção literária, pelo menos a aceitação da sua bondade e necessidade por parte da generalidade da opinião pública e publicada. Esta impressão, no entanto, poderá ter sido muito mais uma consequência da falta de memória de Pedro Theotónio Pereira ou, mais provavelmente, da utilização selectiva dessa mesma memória. De facto, e à data, rapidamente o incidente foi tratado nos termos em que devia e podia ter sido numa sociedade onde, apesar de tudo, ainda imperava a liberdade de expressão e de pensamento. José de Magalhães, num editorial do *Século* intitulado “Literatura e Moral”, chamou a atenção para a essência do problema ao afirmar que se por um lado pouco lhe interessava saber se havia literatura imoral, ou não, preocupava-o sim o facto da lei poder atribuir a um governador civil – ou permitir que este se atribuísse a si próprio –, qualquer que ele fosse, a “competência para decidir que obras podem, ou não podem, ser postas à venda. É a porta aberta a todos os arbítrios.” E acrescentava:

É, hoje, um governador civil anti-religioso proibindo a venda de certo «Manual dos confessores» por considerá-lo imoral; é, amanhã, um governador civil católico interdizendo, pela mesma razão, a venda em Portugal de determinada obra de Le Dantec. É uma das conquistas que mais custaram às sociedades modernas – a liberdade de pensamento – posta outra vez em discussão. É o artigo XI da «Declaração dos

o primeiro responsável deste equívoco. “Percursor do que não sabemos, / Passado de um futuro a abrir / No assombro de portais extremos / Por descobrir,” in *A Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*.

²⁵³ Entre outros, para a luta contra a Ditadura Militar e o Estado Novo, nas décadas de 1920 e 1930, Luís Farinha, *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, 1ª. ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1998. Sobre a resistência das Forças Armadas à política de defesa salazarista e às implicações político-ideológicas desta, Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000. Sobre a luta interna e externa ao Estado Novo em consequência da edificação do balbuciente Estado Corporativo, Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995. *passim*.

²⁵⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 41-42. Uns anos mais tarde, ainda antes do advento do Estado Novo, Júlio Dantas e Pedro Theotónio Pereira continuarão a frequentar meios políticos e culturais distintos. Por exemplo, a 14 de Julho de 1927, *A Ideia Nacional*, vespertino com o qual Theotónio Pereira colaborará a vários níveis, dedicou meia coluna da primeira página a escarnecer Júlio Dantas, pelo facto de estar prevista a sua colaboração regular num anunciado novo diário intitulado *A República Portuguesa* (órgão oficioso do Partido Nacionalista). Na edição de 16 de Julho do mesmo jornal, seria acusado de escritor plagiador.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Direitos do Homem e do Cidadão», [...] atirado para o cesto dos papéis velhos por um regimen que se proclama republicano.

Mas José de Magalhães ia mais longe ao acusar o próprio regime republicano e a forma como este transigia em relação a princípios que deviam constituir a sua essência, chamando a atenção para a realidade recorrente segundo a qual os “regimens não caem aos golpes dos adversários, aluem sob o peso dos seus próprios erros.” Já do ponto de vista da relação entre a obra de arte e a moral, e que tantas consciências parecia agitar, era óbvio que ela não existia:

A moral visa o comportamento humano, os seus ideais, as suas normas, as suas consequências para o individuo e para a sociedade. A literatura, a obra de arte, procuram tão somente, representar a natureza e a vida, tais quais o autor as vê ou imaginou. Nestas condições, a experiência o tem mostrado, todas as vezes que se pretenda introduzir a moral na obra de arte, a obra falha como arte e não é muito melhor como moral.

Depois de tratada a questão genérica, José de Magalhães atirava-se aos estudantes propriamente ditos. Além de lhes chamar “hipócritas”, uma vez que não lhes conhecia, como a qualquer outro pobre mortal, um comportamento moralmente irrepreensível, usava do sarcasmo ao reconhecer achar muito estranho serem jovens de dezoito e vinte anos, e não “um velho senador, como o sr. Bérenger”, a atirar “às chamas tantas obras de literatura infecta”, a começar pela *La Garçonne* de Victor Margueritte.²⁵⁵ Estaria bem para aqueles a quem o

*dobrar dos anos bambou o entusiasmo fisiológico e entibiou os ardores da mocidade, já desabusados das promessas de rejuvenescimento dos anúncios da quarta página dos jornais. Mas rapazes de dezoito, vinte anos! Anda o mundo pernas para o ar, não há que duvidar.*²⁵⁶

Este artigo do *Século* era particularmente interessante, não apenas pelos princípios que defendia e como os defendia, por ser publicado no maior jornal português da época, mas também por ter tido esse jornal, no início da campanha, noticiado favoravelmente a iniciativa dos estudantes, transcrevendo na íntegra o manifesto que a “Liga de Acção dos Estudantes”, entretanto constituída, tinha “dirigido aos poderes constituídos e a todos os homens honrados de Portugal.”²⁵⁷ Esta notícia do *Século* reconhecia ainda, tal como os membros da Liga, que a imoralidade campeava, e que o “procedimento” do “chefe do distrito” nestas matérias, ao ordenar

²⁵⁵ Victor Margueritte, *La Garçonne. Roman*, s.e., Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, s.d. (1922). Anos mais tarde, quando representada, presumivelmente, no Teatro Ginásio, mereceu uma forte pateada da parte de monárquicos que ainda a consideravam capaz de escandalizar os seus “sentimentos”. Acabaram todos no Governo Civil. Eduardo Brazão, *Memorial de Dom Quixote*, s.e., Coimbra, Coimbra Editora, 1976, p. 200.

²⁵⁶ José de Magalhães, “Literatura e Moral” in *O Século*, 10 de Março de 1923, p. 1.

²⁵⁷ O texto de José de Magalhães mereceu da *Época* o seguinte comentário: “O *Século* publicitou ontem um artigo de fundo no qual se defendia a literatura imoral e se condenava ao mesmo tempo a bela e nobre atitude dos estudantes das Escolas Superiores de Lisboa.

Que o publicista tenha, em família, aquelas ideias, vá lá. Isso é com ele. Mas que as exponha em público e por intermédio de um jornal que é hoje propriedade de homens que se dizem conservadores, isso é que nós não queremos deixar passar sem o nosso protesto, protesto já não de conservadores, mas de reaccionários conscientes do nosso dever e do nosso papel.” *A Época*, 11 de Março de 1923, p. 4 (7.ª coluna).

a apreensão de obras imorais, merecia ser aplaudida.²⁵⁸ Mas o mais importante, era que *O Século* tivesse, acima de tudo, privilegiado a liberdade de opinião, o que sendo um mérito em si mesmo numa sociedade em profunda crise política como era a portuguesa no ano de 1923, era o sinal de que havia ainda espaço, mesmo no seio dos instrumentos conservadores de influência directa do poder político, para o debate e o confronto livre de opiniões dissemelhantes. Ainda nada estava perdido, a República não estava condenada.

De qualquer modo, a verdade é que veio a caber à *Batalha*, “porta-voz da organização operária portuguesa”, o papel de protagonizar o sentimento de oposição à iniciativa da Liga fortemente apoiada pelo governador civil de Lisboa. A causa que *A Batalha*, ou alguns dos seus colaboradores, abraçou e pretendia defender, era justa aos olhos de muita gente, e não apenas dos leitores deste matutino, embora tivesse sobretudo concitado o apoio daqueles que sobre o incidente escreveram algumas décadas mais tarde.²⁵⁹ Simplesmente, o mais curioso é que a posição da *Batalha*, nomeadamente de Mário Domingues, era em si mesma, independentemente da postura política e ideológica demonstrada, extremamente moralista.²⁶⁰ Mas era natural que assim fosse. Ainda que por outros motivos, Mário Domingues como Pedro Theotónio Pereira, *A Batalha* como antes *a Monarquia* e agora *A Época*, buscavam o mesmo desiderato: a cidadania e a sociedade moralmente puras. Se algo havia em comum nas ideias que procuravam promover, à esquerda e à direita, era a de um modelo de sociedade alternativo ao liberalismo, o culto e a prática da intransigência, a tentativa de imposição de comportamentos que expurgassem a realidade da permissividade moral que, garantiam as franjas político-ideológicas, definia a essência do liberalismo. O confronto de ideias, ao qual Mário Domingues deu início na *Batalha*, era irónico. Tinha como alvo o governador civil e, como é óbvio, implicitamente também os pressupostos da iniciativa levada a cabo pela “Liga” dos estudantes a quem chamava de “rapazes sisudos e castos.” Sob a forma de requerimento, Mário Domingues incitava a apreensão não apenas das peças literárias alvo da sanha estudantil, que designava de incompleta, mas de obras igualmente imorais como *O Primo Basílio*, *Os Maias*, *As Filhas de Babilónia*,²⁶¹ *Os Lusíadas*, ou ainda, *O Barão de Lavos* de Abel Botelho, ou, entre outros

²⁵⁸ *O Século*, 6 de Março de 1923, p. 4 (4.ª coluna). É verdade que numa coluna de comentário à iniciativa da “Liga,” ainda na fase inicial da sua acção, *O Século* declarou o seu apoio à “campanha contra a pavorosa decadência de costumes,” mas declarava temer poder ela ir longe de mais. Defendia-se que os cidadãos deveriam apenas sensibilizar os poderes públicos e nunca substituir-se-lhes. *O Século*, 5 de Março de 1923, p. 2 (1.ª coluna).

²⁵⁹ O mais destacado foi, talvez, João Gaspar Simões.

²⁶⁰ O que, justamente, não sucedia na posição assumida por José de Magalhães nas páginas do *Século*.

²⁶¹ Obra de Aquilino Ribeiro “onde, com minúcia enervante, se descreve a nudez duma rapariga tentadora e se relata – ó céus! – que as donzelas de determinada aldeia, ansiosas por serem possuídas por certo cavalheiro possante, vão procurá-lo à montanha, voltando derreadas... e senhoras.” *A Batalha*, 31 de Março de 1923, p. 1. Aquilino Ribeiro, *Filhas de Babilónia: Novelas*, 1.ª ed., Lisboa, 1920. O mesmo Aquilino Ribeiro, num artigo

exemplos de literatura portuguesa e estrangeira, *O Jardim dos Suplícios*²⁶², *As memórias de uma criada de quarto*²⁶³ de Octave Mirbeau e, claro, a “Bíblia Sagrada que mete a palavra fornicar a torto e a direito e que só a questão do fruto proibido bastaria para fazer corar um santo.” Mário Domingues rematava o seu apontamento, sublinhando que sendo uma realidade a existência de inúmeros livros que mereceriam a “salutar intervenção” do chefe do distrito, o seu dever seria encerrar “todas as bibliotecas onde tais imoralidades podem ser consultadas pelo público” e “proibir a circulação de jornais, revistas, *magazines*, folhetos”, acabando “finalmente com a palavra escrita, para que a humanidade viva tranquila e feliz, longe de conhecer imoralidades e ideias dissolventes.” Pedia “deferimento [...] respeitosa.”²⁶⁴ Mas o moralismo fácil, de feição naturalista, não tardou. Três dias mais tarde, Mário Domingues fazia publicar um texto no qual deixava claro que a *Garçonne* do livro de Victor Marguerite – uma *novela de costumes* como se subintitulava – uma mulher sem rumo, de vida fácil, não era mais do que o produto de uma sociedade machista, na qual os homens eram necessariamente predadores e verdugos, enquanto as mulheres não passavam de vítimas inocentes daqueles e que, portanto, e só por isso, enveredavam por caminhos nada recomendáveis. Além de um apelo à consciência desses homens impiedosos e hipócritas, o artigo era uma denúncia:

[...] Tu, leitor, foste o primeiro a declarar que livros desses deviam ser queimados. E afinal La Garçonne imoral e prostituída não existiria se não fosse o teu pouco escrúpulo, o teu egoísmo feroz de macho insaciável.

*Conheces La Garçonne? Talvez não te lembres ainda? Fraca memória... Abre os olhos, que ela vive por aí, por toda a parte; nas ruas escuras da baixa e nos clubes de jogo, nas casas suspeitas e nos calabouços do Governo Civil. Abre os olhos, abre os olhos!*²⁶⁵

Perante isto, era óbvio e até compreensível que escapasse à generalidade dos contendores da polémica, aos que observaram mais de perto ou mais de longe, aquele que era o seu aspecto mais preocupante. Isto é, a capacidade manifestada por aqueles agrupamentos que pretendiam destruir a ordem política e os fundamentos de uma sociedade que aquela devia garantir, para aliciarem no seio dos centros de poder que constituíam o regime republicano, as pessoas, grupos e as “classes” que podiam fazer com que pudesse sobreviver, ou não, a república. Na questão da perseguição à literatura imoral por parte da “Liga” dos estudantes, o

construído em jeito de conversa informal, saíra a terreiro manifestando a sua discordância pela “apreensão de livros”. *A Batalha*, 1 de Abril de 1923, p. 1

²⁶² “[...] que do começo ao fim só fala de misérias humanas, chegando a contar-nos que, num maravilhoso jardim chinês, se matavam homens à força de carícias sexuais feitas por mulheres lindas e irresistíveis.” Idem, *ibidem*.

²⁶³ “[...] no qual se lêem coisas horripilantes como estas: um tísico que morre, entre golfadas de sangue, no momento delicioso em que pratica o acto de cópula com a sua criada; um velho que sente prazeres sensuais só de contemplar as botas pequeninas e graciosas de certas mulheres; uns literatos invertidos que num banquete elogiam a pederastia em discursos floreados e sensuais.” *Ibidem*.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ *A Batalha*, 3 de Abril de 1923, p. 1.

“... uma cruzada de salvação pública.”

importante não era o acto em si mas os pressupostos censórios em que assentava. Isso houve por toda a Europa, a começar pela Grã-Bretanha democrática e parlamentar. Importante era o facto de um governador civil da República, ainda por cima militar, ter mandado apreender livros imorais não para fazer cumprir a lei vigente, mas sim por ordens de um dirigente estudantil apoiado numa “liga”, num jornal e em agrupamentos políticos com escassa expressão democrática cuja existência tinha como finalidade a subversão e o derrube do regime republicano assente na lei constitucional promulgada em 1911. Como Viriato Lobo não era o único militar e servidor da república a deixar-se seduzir pelos encantos dos inimigos que aquela fora ganhando, e como Pedro Theotónio Pereira não era o único inimigo da república com acesso privilegiado a cidadãos que ocupavam alguns dos importantes centros de decisão político-militar existentes no seio do regime, é óbvio que a sobrevivência deste corria um perigo muito sério, perigo esse que foi crescendo à medida que os anos foram passando.

No imediato, contudo, a direcção e a dimensão da polémica que a iniciativa da “Liga” dos estudantes projectou, acabaria por ser bastante ingrata para o seu mentor mais visível, Pedro Theotónio Pereira. Não se conhecem, exactamente, quais os objectivos da iniciativa, para além de tentar obrigar e ajudar as autoridades a impor a lei e a moral. Mas pelo menos uma coisa parece ser óbvia. Tanto na correspondência trocada com Sardinha, como nas declarações que *A Época* publicou – mas sobretudo no primeiro caso –, Pedro Theotónio Pereira não pareceu ter uma percepção mínima da situação delicada em que se estava a envolver. Independentemente de ter agido ou não com base em convicções, de ter ou não sempre pretendido notoriedade para si e para a iniciativa, estava convencido de que se tratava de uma cruzada com um muito maior apoio da imprensa e, eventualmente, de uma parte da população da capital. Fazia-se notado, agitavam-se umas consciências, pressionavam-se uns livreiros e alguns editores, punham-se em sentido uns quantos escritores, quebrava-se a monotonia do Chiado. Restaurava-se a moral nas letras e dava-se sinal de que o conserto brevemente chegaria a outros domínios. Ele, a “Liga” e *A Época* seriam muito provavelmente reconhecidos nos seus méritos. Sucede que assim não foi. Independentemente da onda de choque e das críticas que o “baile da Graça” mereceu – mais pela incompetência e favorecimento de alguns notáveis por parte das autoridades, do que pela natureza homossexual da iniciativa –, e do facto da chamada “literatura imoral” não ser particularmente apreciada – apesar de lida, ou pelo menos comprada, por boa parte do escasso público leitor –, a verdade é que os meios intelectuais, jornalísticos e culturais, se aperceberam com rapidez daquelas que eram algumas das implicações da iniciativa, sobretudo a partir do momento em que se passou de declarações à imprensa, notícias em jornais e publicitação pelos mesmos daqueles que eram os objectivos da “Liga”, para uma situação em que bandos de

“... uma cruzada de salvação pública.”

estudantes aparentemente descontrolados, entravam pelas livrarias em busca de obras proibidas, molestavam os transeuntes enquanto diligenciavam pela purificação das almas, quando se pretendiam substituir aos agentes da autoridade na fiscalização do cumprimento da lei, mas, sobretudo, quando, quase inexplicavelmente, conseguiam do governador civil de Lisboa um zelo que este nunca demonstrara nem em situações idênticas, nem em muitas outras mais preocupantes. Finalmente, e isso era o mais importante, aqueles que reagiram à iniciativa da “Liga”, perceberam que a suposta questão de moral era, sobretudo, uma manifestação política que pretendia atingir os alicerces dos princípios liberais em que assentava o regime político em vigor.

Esta notável e inesperada reacção, surpreendeu e indis pôs terrivelmente Pedro Theotónio Pereira. Além de, muito provavelmente, lhe custar a aceitar o erro que cometera ao promover uma iniciativa assente em premissas de fácil triunfo muito pouco realistas, não parecia compreender, e sobretudo não aceitava, o preceito de que uma sociedade podia ser construída com base no princípio da livre expressão das ideias, embora esta atitude, por razões objectivas, estivesse cada vez mais em voga, e não só em Portugal, após o desfecho da Grande Guerra. Porém, a forma como tudo o agastou, sem tolher o seu bom humor, ficou bem claro numa carta enviada a António Sardinha. Nela descarregava em Mário Domingues, que considerava um “destes negros, que o zelo incomensurável dos missionários arrancou dos batuques e muito naturalmente lançou na *Batalha* como redactor-libertário.” Não o fazia a propósito dos editoriais publicados dias antes na *Batalha* – que se calhar nem leu – mas por causa de “um dos números duma tal novela sucesso, intitulado «Delicioso Pecado».”²⁶⁶ O seu conteúdo era uma “torpeza [...] de tal ordem”,²⁶⁷ que mereceu um artigo de Alfredo Pimenta “no jornal da Causa, em termos

²⁶⁶ Refere-se à novela com 24 páginas em formato de “cordel” da autoria de Mário Domingues publicada na colecção “Novela de Sucesso,” com o número 8, com data de 5 de Abril de 1923. O Director era Francisco Direitinho e o Editor Mário Filipe Ribeiro. Ferreira de Castro foi, certamente, aquele que se viria a tomar no mais famoso colaborador desta colecção (autor do n.º 6, intitulado *O êxito fácil*). A generalidade dos títulos publicados, tinha como ponto de partida a colocação no mercado de uma literatura cujo conteúdo, além de pretender agradar ao maior número possível de leitores – confirmando a sua importante dimensão comercial –, copiava tanto na forma como no conteúdo, tendências então muito em voga na literatura europeia do primeiro pós-guerra, nomeadamente na literatura francesa.

²⁶⁷ Ao longo de 24 páginas o estilo é, para os padrões da época, de grande e ostensiva sensualidade. As duas mulheres, mãe e filha (Elena), que protagonizam o enredo, para além do pai, o narrador, caracterizam-se pela sua enorme sensualidade (nos pensamentos como nos actos) necessariamente pecaminosa. Como se não bastasse, o texto expõe de forma explícita os desejos carnaais, incestuosos, de e entre pai e filha, não os condenando mas apenas explicando. “A sua carne em flor, palpitando à hora melancólica do crepúsculo – como é horrível confessá-lo! – despertou a minha sensualidade de homem. Quase esqueci a minha condição de pai. Quantos pais, não terão passado por idênticos transe, sem que, entretanto, tenham coragem de revelá-los publicamente? Não é ainda tão forte a tradição que reduza a nada toda a sensibilidade humana.” Mário Domingues, *Delicioso Pecado*, 1923, p. 12. Vem depois a consumação do incesto, ao qual o pai inicialmente resiste mas que feliz acaba por aceitar. Afinal a “Natureza não se incomodara com o meu acto indecoroso. Estava tudo tão quedo e sereno...” p. 23. E rematava a novela: “Na alva e poeirenta luminosidade que a lua espalhava na atmosfera os galos entoaram o seu hino triunfal.” Idem, *ibidem*, p. 24.

violentíssimos”, e no qual acusava “esse negro” de querer “lançar na esquina duma viela os dejectos dos seus dejectos”, apelando depois “para nós”, ficando-se sem saber se era à “Liga” se aos integralistas. Sem uma pinga de humildade, mas com grande sinceridade, Theotónio Pereira confessava não ter perdido a oportunidade para “no mesmo dia lhe escrever [a Alfredo Pimenta] um postal em que dizia: «à hora em que o *Correio da Manhã* leva nas ruas o seu belo brado de indignação, já está sendo apreendido por minha imposição ontem feita à autoridade, essa porcaria sem nome»”²⁶⁸ Tendo o livro sido “apreendido, o negro deu urros de fera” e “nós acrescentamos um risco, ao nosso Índice... “ Simplesmente, “o Pimenta não foi capaz de dizer no *Correio da Manhã* umas palavras a nosso respeito!” Era evidente que a notoriedade pública da acção da “Liga” e do seu dirigente número um, com a acumulação por uma e outro dos consequentes dividendos políticos, uma vez mais não se consubstanciava.

A novela de “sucesso” era “uma coisa abominável” e “inconcebível” e, para “cúmulo”, trazia “na capa um anúncio que me encheu de arreliá.”²⁶⁹ Pelo teor da parte subsequente da carta, percebe-se que a questão da perseguição à “literatura imoral” passara definitivamente a interessar a António Sardinha. Por esse facto, a carta aqui citada não apenas teria sido acompanhada de “documentação”, como o seu autor confessava estar-se perante uma “derrocada [...] cada vez mais brutal.” Acrescentando: “Fatalmente tudo se volta contra nós. Tudo nos morde e ataca. Excepção da *Época*, o resto é uma canalha. Ao menos, tiveram o condão de me radicar o meu desprezo pelo jornalismo.”²⁷⁰ Como se isso não bastasse, outros factos, que “na sua simplicidade” eram “duma eloquência esmagadora e evidente sobre a desgraça deste pobre povo”, mereciam ser relatados. Assim, e em primeiro lugar, uma rapariga de boas famílias, que não tinha “mais que 19 anos” e que “nas condições do que dantes se chamava uma donzela,” apresentara “nas Belas Artes a escultura que junto remeto, recortada dum dos muitos jornais em que tem vindo.” Por outro lado, “o Magalhães Colaço²⁷¹ no seu 1.º discurso de Academia,” começara por recordar que “nos meus tempos, há 10 anos, [quando] eu

²⁶⁸ Essa “porcaria” poderia ser: “Os seus seios estavam duros e frementes. Apertou-me mais, mais nos seus braços. Eu ainda pude murmurar: «não sou culpado, não sou culpado». Veio a vertigem, a loucura e uma vontade agridoce de esmagá-la sob meu peito. Teve um grito de dor e de volúpia...”

E raivosamente, numa vingança estranha, tomei posse plena da sua carne vitoriosa!...” p. 23. Convém notar que a filha fazia lembrar a mãe, e que esta fugira com outro não deixando ao pai outra hipótese que não fosse o de abandonar Lisboa e refugiar-se no Algarve onde viveram dezasseis anos praticamente afastados do mundo e das suas convenções.

²⁶⁹ O original da edição consultada na Biblioteca Nacional não inclui qualquer anúncio na capa. Na contracapa é anunciada a revista *Contemporânea*. No verso da capa é publicado o anúncio ao n.º 9 da colecção “novela sucesso” (*O Fuzilado*, pelo capitão Meneses Ferreira) e à “Imprensa Libânio da Silva”. No verso da contracapa surge um anúncio à empresa “Fotogravura Nacional”.

²⁷⁰ Afirmação que o futuro, mesmo imediato, viria a desmentir.

²⁷¹ Referia-se a João Maria Telo Magalhães Colaço. Nasceu em Lisboa em 1893, falecendo na mesma cidade a 19 de Janeiro de 1931. Foi professor de Direito, especialista em Direito Administrativo, e sócio da Academia das Ciências.

“... uma cruzada de salvação pública.”

comecei a ler Garrett, ainda os estudantes não proibiam a leitura de certas obras, o que me permitiu deliciar-me etc..” Esta crítica à atitude dos estudantes e esta defesa da liberdade de criação e de pensamento, faziam com que Pedro Theotónio Pereira promettesse a Sardinha o envio, ao professor da Faculdade de Direito, do “último número da novela sucesso, dirigida a ele e S. Ex.ma família.” Garantia que a encomenda seguiria anónima: – “Não porei o nome, é claro, porque nem valerá a pena dar-lhes a honra disso.” O importante era “que ele” apanhasse “a mulher a ler *O Delicioso Pecado*.”²⁷² Mas apesar de lamentar ainda o facto dos integralistas, ou pelo menos os sardinhistas, não possuírem “um jornal capaz” e que na presente situação de grande dificuldade “valeria a pena” tê-lo para “dar batalha e tentar curar esta pobre gente, porque eles afinal o que são é dignos de dó!”, animava-se Pedro Theotónio Pereira com “a geografia física” e com o facto de ter tido “a alegria de conseguir um 16”, tornando-se “escandalosamente um distinto aluno!”. Quanto aos assuntos político-literários, apesar de tudo não desesperava. Prometia um “golpe de mão [...] que há de produzir sensação.”²⁷³

Aquilo que definitivamente marcava e definia Pedro Theotónio Pereira nesta fase era a sua entrega pela afirmação de uma ideia de sociedade assente em princípios de intolerância quase absoluta. Para a afirmação de tais princípios, estava disposto a tomar como seus aqueles que se estavam a tornar os padrões éticos e políticos do seu tempo, cujas origens remontavam ainda aos anos anteriores à Grande Guerra,²⁷⁴ mas que o impacte desta e o subsequente triunfo do bolchevismo e do fascismo acabaram por tornar praticamente hegemónicos em grande parte do velho continente. A sua identificação, neste período da sua vida, com o exemplo daquilo que ia conhecendo de Mussolini e do Fascismo, marcaram-no politicamente, na doutrina que professava e na acção política que protagonizava, embora esta descoberta não pusesse minimamente em causa um percurso político que apesar de curto se mantinha coerente. Mussolini e o Fascismo, enquanto factores que contribuíam para reforçar as suas convicções e o sentimento de uma certa coerência no seio daquelas, faziam com que não se cansasse de demonstrar o seu desprezo para com os eternos inimigos, os monárquicos constitucionais.²⁷⁵

²⁷² No fim da carta mudara ligeiramente de opinião quanto à direcção para a qual o livro deveria ser enviado: “Eu vou agora tratar do Magalhães Colaço e não sei porquê sinto uma piedade pela mulher. Vou mandar o livro para a Faculdade de Direito.”

²⁷³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 16 de Abril de 1923. (documento n.º 50). Loc. cit.

²⁷⁴ “The shock of the war and its immediate consequences no doubt precipitated the birth of fascism as a political movement, but its ideological roots in fact go back to the years 1880-1890, when an alliance sprang up between theories deriving from one or another type of socialism – whether non-Marxist, anti-Marxist, or indeed post-Marxist – and from nationalism. Those were the incubation years of fascism [...]” Zeev Sternhell, “Fascist Ideology” in Walter Laqueur (ed.), *Fascism : A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, s.e., Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1976, p. 321.

²⁷⁵ A este propósito, referia-se a Aníbal Soares, director do *Correio da Manhã* e autor do artigo muito crítico do fascismo, como o “animal Soares”.

“... uma cruzada de salvação pública.”

Repugnava-lhe que escrevessem no *Correio da Manhã* que as “notícias” que chegavam de Itália eram motivo para encher “de desolação os espíritos liberais”. Por outro lado, o exemplo do recente triunfo de um modelo de acção política como o do fascismo italiano, faziam ainda com que Pedro Theotónio Pereira confessasse que se preparava para ir ao “*Século* insultar o Director segundo as circunstancias!” Afinal, garantia que naquele jornal tinham “procedido connosco como salteadores de estrada.” Por último, para confirmar o seu agora legitimado estilo de fazer política, não se esquecia de informar que às quatro da tarde reuniria “a rapaziada para lhes arengar e manter a chama.”²⁷⁶

Ao ter fomentado uma iniciativa que estabelecia a moralização dos costumes através do recurso à censura imposta de forma ilegal por uma agremiação *ad hoc* de cidadãos, Theotónio Pereira caía numa contradição evidente. É que parecia esquecer-se ser ele próprio um confesso admirador de Eça de Queiroz, romancista por demais (re)conhecido pelo facto de ser o autor de alguns grandes títulos da literatura portuguesa que se caracterizavam por incorporarem elementos de imoralidade, pelo menos do ponto de vista daquilo que estava em causa na acção e nos objectivos da “Liga” no início de 1923.²⁷⁷ Se é verdade que Mário Domingues tinha chamado a atenção para o facto de algumas obras de Eça de Queirós poderem ser consideradas imorais, não destacou – certamente por desconhecimento –, que para aquele que era aparentemente o mentor da acção inquisitorial e para a generalidade dos integralistas, a começar pelos seus dirigentes de topo como Sardinha, a mensagem de Eça, como escritor, pensador, intelectual, era uma referência incontornável e quase fundadora do movimento. Daí que seja particularmente interessante constatar o facto da iniciativa da “Liga”, como nunca sucedera desde a implantação do liberalismo em Portugal, se ter transformado num fenómeno de cultura cívica, por um lado, e de perseguição à actividade cultural – cinema,²⁷⁸ literatura, fotografia/ilustração, teatro, pintura, etc. – por outro. Mesmo que para isso os seus fautores ignorassem ou negassem – de forma enigmática ou então simplesmente hipócrita – os seus próprios gostos, as suas próprias escolhas.²⁷⁹

²⁷⁶ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 16 de Abril de 1923. (documento n.º 50). Loc. cit.

²⁷⁷ Seria o caso de *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e *Os Maias*.

²⁷⁸ O ano de 1923, foi ainda o de uma “série de impressões cinematográficas,” elogiada por Fernando Pessoa pelo facto de ser não apenas uma demonstração de “elegância” que retratava “uma alta-roda lisboeta decadente, homossexual e cocainómana.” António Manuel Couto Viana, *Coração Arquivista*, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 200.

²⁷⁹ Uma prova de que toda esta questão não era apenas uma artimanha congeminada pelos futuros arquitectos do Estado Novo, mas que, pelo contrário, merecia a atenção dum universo mais alargado politicamente, embora mais restrito do ponto de vista temático, pode certificar-se pelo facto de, em Outubro de 1923, um colaborador, Luís de Oliveira Guimarães, do *Diário de Lisboa* ter achado relevante pronunciar-se sobre a “imoralidade” na arte – neste caso no teatro –, uma realidade que reconhecia existir e que importava saber se mereceria o exercício da censura. Começava o artigo afirmando: “A vida é essencialmente uma batalha entre duas formulas opostas: a moralidade e a imoralidade.” Reconhecida a existência da imoralidade, importava saber se valia a pena o exercício da censura. Propunha uma solução liberal, ao afirmar que não “há o direito de proibir a imoralidade. O público é que tem de

“Ocultices”.²⁸⁰

Nas palavras de Pedro Theotónio Pereira, toda a excitação e trabalhos ateados pelo alvoroço que pretendeu restaurar a moral em Lisboa e no país nos primeiros meses de 1923, com os custos pessoais e políticos que esse mesmo alvoroço indiscutivelmente teve,²⁸¹ apenas foi compensado, do ponto de vista do restabelecimento do seu amor-próprio, pelos elogios que terá recebido como consequência da publicação daquele que seria o seu primeiro e derradeiro trabalho divulgado na *Nação Portuguesa*. “Ocultices”, foi a expressão, em tom irónico mas também depreciativo, utilizada no ano anterior por Pedro Theotónio Pereira para se referir ao tema que deveria sustentar um conjunto de vários artigos que António Sardinha o desafiara a escrever para a *Nação Portuguesa* (presume-se que no Verão de 1922) sobre teosofia.²⁸² A hospitalidade que o director da revista lhe dera para publicar um primeiro “pequeno ‘ensaio’”, fizera com que pudesse desfrutar do prazer de ver reconhecido o seu trabalho.²⁸³ *A Fascinação da Esfinge*, além de ter sido, tanto quanto é possível saber, o segundo texto assinado publicado por Pedro Theotónio Pereira, pode ser ainda considerado importante por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, por demonstrar da parte da direcção da revista (i. e. António Sardinha) a

pronunciar-se.” Manifestando o seu cepticismo quanto à possibilidade de educar o público pelo recurso à censura – até porque “proibir uma peça imoral é redobrar-lhe o prestígio” – concluía afirmando que “as atitudes do público são as que melhor se coadunam com as realidades dos factos – e a realidade dos factos são o que mais nos interessa na vida.” *Diário de Lisboa*, 22 de Outubro de 1923, p. 2.

²⁸⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 26 de Dezembro de 1922 (documento n.º 33). Loc. cit.

²⁸¹ A degradação do ambiente político, na óptica de Pedro Theotónio Pereira, suscitava vários comentários: “Desta vez ainda eu lhe poderia enviar em resposta um estendal de coisas mais para chorar do que para rir, em boa verdade. Mas, não sei bem porquê falta-me o gosto para remexer neste barril do lixo e sinto crescer em mim cada vez mais uma tendência, uma aspiração dum isolamento aonde não chegue o rumor deste mundo em derrocada.[...] Há como que uma mão formidável dum anti-cristo semeando a discórdia e a confusão entre os homens. Veja o Nemo! Cada vez é mais difícil pensar bem? Que Deus nos ilumine por entre a névoa que vem confundindo as coisas.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 1 de Maio de 1923 (documento n.º 24). Loc. cit.

²⁸² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 30 de Setembro de 1922. (documento n.º 16). Loc. cit. O combate à teosofia a que *A Fascinação da Esfinge* dava corpo, era também, e mais uma vez, um combate contra homens como Fernando Pessoa e Raul Leal, personagens muito dadas ao teosofismo, ao esoterismo e ao espiritismo. Pessoa será o “organizador e quase único tradutor” da “*Colecção Teosófica e Esotérica* dada à estampa pela Livraria Clássica Editora,” entre 1916 e 1926. Em 1925, a Clássica Editora tinha publicados trinta e seis títulos sobre temas de teosofia e “psicologia experimental” em quatro colecções. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História duma geração*, 5.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, pp. 487-488. Segundo António Quadros, terá sido a teosofia que permitiu a Fernando Pessoa a passagem do “estádio neo-pagão [1915-16 a 1920] para o estágio gnóstico [...] que durará até ao fim da sua vida (30-11-1935).” António Quadros citado em J. M. Anes, “Introdução: Fernando Pessoa e a Teosofia” in Helena Blavatsky, *A Voz do Silêncio, tradução e notas, Fernando Pessoa, desenhos, Ana Marchand*, s.e., s.l., Assírio & Alvim, 1998, p. 11.

²⁸³ “Gente cotadíssima tem voltado os olhos à minha humildade com uma certa estranheza. Eu limito-me a achar curioso e isso me dará força para escrever o [‘ensaio’] n.º 3 que falta.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 30 de Setembro de 1922. (documento n.º 16). Loc. cit.

vontade genuína de transformar *A Nação Portuguesa* na publicação doutrinária do campo nacionalista e integralista, para o que era fundamental a concepção e publicação de artigos sobre temas e preocupações novas, afastadas da essência do pensamento tradicionalista tal como existira nos anos da Grande Guerra e nos que imediatamente a antecederam. Esses novos desafios, nunca vistos, e dos quais a teosofia fazia parte, não só não podiam ser ignorados, como deviam ser combatidos.²⁸⁴ Ora este desiderato, e olhando tanto para a estrutura do conteúdo das segunda e terceira séries da *Nação Portuguesa*, como para a sua lista de colaboradores, apenas podia e pôde ser cumprido com a colaboração das novas gerações de integralistas.²⁸⁵ Enquanto os mais velhos somente se disponibilizavam para escrever sobre os temas histórico-políticos de sempre, que eles próprios escolhiam, com a excepção parcial de Rolão Preto que, desde muito cedo, escreveu sobre o fascismo italiano e várias das formas assumidas pelo nacionalismo sindical, revolucionário e orgânico,²⁸⁶ os mais novos tinham gosto e a necessidade de tocarem novos temas. Foi, portanto, a segunda geração integralista que, disponível para enfrentar extraordinários desafios, mobilizada pelo entusiasmo, pelo carisma e pelo prestígio intelectual que António Sardinha quotidianamente capitalizava, não apenas renovou o Integralismo como, acima de tudo, conquistou uma legitimidade importante no seio do movimento e, depois, prestígio, maturidade e projecção política e doutrinal no seio do amplo, contraditório e complexo campo nacionalista português.²⁸⁷ Tal legitimidade, aliada a uma importante experiência da prática política, viria a permitir-lhes construir as suas próprias carreiras, a maior parte delas, coerentemente, em colaboração com o regime estruturado em torno da Constituição de 1933.

²⁸⁴ De facto, na *Nação Portuguesa* dirigida por António Sardinha entre 1922 e 1924, os “mais novos” não se pronunciam politicamente, mas “esmeram-se na descrição de lendas e ritos, no ensaísmo histórico ou filosófico. Já refeitos da explicação positivista, menos preocupados com a Raça, são permeáveis à tradição católica e ao apostolado ocidentalista cristão.” Cecília Barreira, *op. cit.*, p. 1425.

²⁸⁵ Sobre as sucessivas fases da *Nação Portuguesa* durante as diferentes fases da vida da revista, *idem, ibidem*, pp. 1422-1425.

²⁸⁶ “Rolão Preto, até pelo tumultuoso da sua trajectória pessoal – curiosamente, o mais novo da 1.ª geração [...] – estabelece uma ponte entre o genuíno integralismo lusista e os novos ideais fascistas e primo-riveristas.” “Rolão Preto é o trânsfuga deste grupo de homens com os olhos teimosamente fundidos na medievalidade.” *Ibidem*, pp. 1423 e 1425.

²⁸⁷ Assim se compreende, por exemplo, que tenha sido o jovem Manuel Múrias, e não um veterano da Junta Central, a suceder a António Sardinha à frente da *Nação Portuguesa*, após a morte deste, dando início à sua quarta série. Manuel Múrias era aquele que, “nos últimos anos de Sardinha” se tomara no “seu discípulo mais chegado.” Luís Almeida Braga, *Posição de António Sardinha*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943, pp. 68-69. Por outro lado, convém recordar que enquanto a nova, ou segunda, geração integralista presidia aos destinos da *Nação Portuguesa*, até à data da sua extinção, em 1938, os velhos integralistas da Junta Central fundavam, em 1932 a revista *Integralismo Lusitano* (sob a direcção de Luís Almeida Braga e Hipólito Raposo). Vale a pena recordar que a partir do n.º 7 da 4.ª série, Marcello Caetano será secretário da *Nação Portuguesa*. Sobre as várias versões do nacionalismo português no período entre guerras, Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1999, *passim*.

“... uma cruzada de salvação pública.”

O segundo motivo pelo qual deve ser destacada a importância da *Fascinação da Esfinge*, decorre do facto de se tratar de um ensaio que revela por parte do seu autor, de António Sardinha e da redacção da *Nação Portuguesa*, uma enorme atenção para com alguns dos movimentos culturais que se produziram na Europa e na América com o fim da Grande Guerra, decorrente, no caso do teosofismo, do profundo impacte emocional gerado pelo conflito,²⁸⁸ pelo que subitamente tais movimentos pareciam pôr em causa, se genérica e acriticamente aceites, os fundamentos da civilização cristã, sobretudo se interpretados de modo tradicional e rigoroso, como era apanágio dos sectores integralistas.²⁸⁹ Atentos aos ventos da história, sob a forma de modas espirituais, e às ameaças que putativamente colocavam, António Sardinha e Pedro Theotónio Pereira puseram mãos à obra.²⁹⁰ “Sobre o teosofismo”, escreveu Pedro Theotónio Pereira, “espero fazer qualquer coisa. Tenho ideia dum trabalho intitulado: ‘A fascinação da Esfinge’ e subdividido em três partes: ciências ocultas, espiritismo e teosofismo.”²⁹¹ Daquilo que se sabe, além do primeiro ensaio publicado, sobre as “ciências ocultas”, um segundo terá sido concluído mas nunca publicado (sobre “espiritismo”, supõe-se), havendo a promessa, de Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha, de que o terceiro e último seria escrito.²⁹² Por motivos que se desconhecem, nem o segundo nem o terceiro ensaios foram dados à estampa.

O primeiro, *A fascinação da Esfinge*, era uma tentativa de rebater frontalmente os pressupostos da teosofia que presumem que através da “possibilidade da análise da Vida Universal” se pode chegar ao “conhecimento da natureza Divina e seu processo construtivo”, sendo que no caso do teosofismo muito em voga nesta época e protagonizado por Elena Blavatsky (o chamado teosofismo moderno), o ocultismo e o espiritismo eram duas componentes

²⁸⁸ Sobre as circunstâncias históricas que provocaram, no mundo do primeiro pós-guerra, a emergência de um ambiente favorável ao regresso a uma espiritualidade de raiz teosófica, George L. Mosse, *Fallen Soldiers. Reshaping the Memory of World Wars*, s.e, Nova Iorque e Oxford, Oxford University Press, 1990, *passim* e, sobretudo, Jay Winter, *Sites of Memory, sites of mourning. The Great War in European cultural history*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1998, pp. 1-116, para quem a ruptura provocada pela Guerra de 1914-1918, no domínio da história cultural da Europa, terá sido bem “menos completa” do que muitas vezes se sugere. O teosofismo é disso um exemplo. “Os termos *Teosofia* e *teosófico* foram introduzidos no vocabulário da cultura ocidental do séc. XIX após a fundação da Sociedade Teosófica em Nova Iorque, em 1875.” Joy Mills, “Introdução à Versão Parcial” in H. P. Blavatsky, *A Chave da Teosofia*, s.e., s.l., Edições 70, s.d., p. 9.

²⁸⁹ A primeira e, eventualmente, única conferência que Pedro Theotónio Pereira pronunciou numa reunião do Instituto de Estudantes Católicos de Lisboa, a 20 de Fevereiro de 1924, versou exactamente sobre o espiritismo e suas variantes. AMC, Instituto dos Estudantes Católicos de Lisboa, 1923-1924, Caixa 1, n.º 1-4.

²⁹⁰ O teosofismo com o qual se confrontavam os Integralistas da *Nação Portuguesa*, era não aquele que remontava aos berços das civilizações pré-clássica e clássica, mas à sua nova expressão, “uma nova escola, que o adoptou como doutrina, aliando a ela muitos dos aspectos dogmáticos das religiões do Oriente, tais como a Reincarnação e o Karma [...]”.

²⁹¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” missiva sem data, mas redigida e enviada entre 24 e 26 de Setembro de 1922. (documento n.º 13). Loc. cit.

²⁹² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha,” 1 de Maio de 1923 (documento n.º 24). Loc. cit.

“... uma cruzada de salvação pública.”

essenciais.²⁹³ Pedro Theotónio Pereira evocava o “caos angustioso e lúgubre que avassalava o espírito inquieto dos mágicos e dos alquimistas da Meia Idade”, e que prevalecia de forma “porventura” mais devastadora “nos ocultistas dos nossos dias.” Isto independentemente dos avanços de uma “civilização rumorosa e formidável”, cujo lado mais evidente era, por exemplo, “o telégrafo, a máquina de costura e o aeroplano...” Resumidamente, tendo o conjunto dos três artigos, como pretensão inicial, anatemizar a teosofia, condenar o “falso” saber esotérico – substituindo-o por outro saber de base científica e cristã – e lutar contra o irracionalismo então muito em voga, o derradeiro objectivo não era mais do que rectificar, por um lado, a “mentalidade primária” do “materialismo” que “confundia o campo da Fé com o campo da Ciência – e os julgava incompatíveis!”, e, por outro, consequência inevitável daquilo que era a certeza do advento de uma nova era que rompia com a herança cultural que hegemonizara o século XIX, proclamar a conciliação da ciência e do cristianismo, o que impedia em definitivo qualquer tentativa antes tida como necessária e legítima de conciliar a “ciência” com “falsas metafísicas e [...] confusões danadas”. Os falsos deuses que se escondiam por trás da falsa ciência, deviam ser e tinham que ser desmascarados numa “época” nova que tanto se apercebera “da mentira dos deuses”, destruiu “tabernáculos vazios”, acabando por fazer resplandecer a “Verdade feita Carne através do sacrifício de Cristo.” Assim, e do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, se o século XIX se caracterizara por separar ciência e fé, sagrado e profano, criara condições para uma invasão da ciência pelo transcendente e deste pela ciência. A expressão máxima desta realidade era o teosofismo, e, por trás deste, o ocultismo e o espiritismo. Sucedia que para intelectuais como aqueles que colaboravam na *Nação Portuguesa*, os novos tempos se caracterizavam pelo advento de uma vaga nacionalista e tradicionalista, com um regresso ao cristianismo e, portanto, por uma libertação do laicismo e dos falsos cultos do transcendente. Este novos tempos seguiam, como afirmava Theotónio Pereira, no “seu caminho, bem determinado”, administradores excelentes “dum capital que a Providência lhe confiou e que as origens ela inteligentemente sabe não ser missão sua profundar.”²⁹⁴ No entanto, a vitória anunciada dos novos tempos impunha ainda um processo de desmontagem do discurso argumentativo do teosofismo, tendo sido esse o objectivo de Pedro Theotónio Pereira, instado

²⁹³ “Teosofia,” *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume 31, s.e., Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s.d., pp. 301-306, mas especialmente pp. 301-302. Do ponto de vista da história da cultura, é muito curioso e importante a vários níveis, além de curiosamente extenso, o artigo acabado de citar.

²⁹⁴ Pedro Theotónio Pereira, “A fascinação da Esfinge” in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista (Director: António Sardinha)*, 2.ª série, n.º 8, Fevereiro de 1923, pp. 358 e 365. Sobre a degradação da relação cada vez mais precária entre o racional e o transcendente ao longo do século XIX, com os seus reflexos no ambiente político e cultural das décadas iniciais do século XX, A. N. Wilson, *God’s Funeral*, s.e., Nova Iorque e Londres, W. W. Norton & Company, 1999, *passim*. e Owen Chadwick, *The Secularization of the European Mind*, s.e., s.l., Cambridge University Press, s.d., pp. 161-187.

por Sardinha, ao escrever o seu primeiro artigo na *Nação Portuguesa*. O seu trabalho teve por base uma poderosa informação histórica – certamente com um importante apoio de António Rodrigues Cavalheiro – em torno de factos e protagonistas que se viram confrontados com o dilema da conciliação, ou não, entre a ciência e o transcendente. Mas além da sua erudição, da sua forma literária bastante acessível e globalmente despreziosa, do fascínio pelas descobertas e o conhecimento cada vez maior que à época se ia tendo das civilizações antigas do Próximo e Médio Oriente e da América pré-colombiana, sempre muito evocadas em todas as discussões sobre teosofia,²⁹⁵ o mais evidente no texto de Theotónio Pereira é o seu aparente domínio da literatura apologética do ocultismo, do espiritismo e da teosofia, do ponto de vista da estrutura da doutrina e das bases da sua legitimação histórica.²⁹⁶ Por assim ser, é que se torna verosímil o modo como Pedro Theotónio Pereira evoca o cristianismo – nos seus dogmas e na sua fé. O modo como pretende destruir a “falsa” espiritualidade da teosofia e a via que apresentou para o conhecimento da única forma de espiritualidade que considerava autêntica – a fé católica, apostólica, romana –, permitiu-lhe chegar a uma solução segundo a qual a única forma legítima de unir a espiritualidade à ciência moderna era através do casamento do catolicismo com a ciência eventualmente racionalista embora necessariamente não materialista. Sublinhe-se, portanto, a notável preocupação mais do que uma vez mostrada por Pedro Theotónio Pereira em conciliar a ciência com os pilares da doutrina católica e, depois, com as grandes linhas do pensamento integralista. Notou-se essa preocupação no tema da conferência proposta a Fernando Amado e por este realizada no início de 1922, sendo que voltaria a repetir-se outras vezes no futuro.

Abrangência política e (in)coerência moral.

Nestes anos iniciais daquela que viria a ser uma carreira política que se prolongou, com regularidade e em condições normais, até 1963, há um elemento substancial muito interessante e que merece desde já ser sublinhado na biografia política de Pedro Theotónio Pereira, uma vez que com ele se viria a confrontar recorrentemente. Tem ele que ver, à partida, com o seu autoproclamado monarquismo e com o facto de, segundo o seu próprio testemunho, ter esse monarquismo sido muito mais uma marca política incrustada no seu mapa genético, do que uma opção consciente, racional, tomada num determinado momento da sua vida, mesmo quando criança ou jovem. Nas suas *Memórias*, recorde-se, testemunhou que o seu monarquismo se

²⁹⁵ Pedro Theotónio Pereira, “A fascinação da Esfinge” in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista (Director: António Sardinha)*, 2.ª série, n.º 8, Fevereiro de 1923, pp. 359-360.

²⁹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 361-364.

“... uma cruzada de salvação pública.”

manifestou pela primeira vez aquando do regicídio, sendo confirmado na precisa data em que se deu a implantação da República, quando presenciou desde as margens do Tejo, na “Outra Banda”, a tomada do “cruzador Dom Carlos”, especialmente do seu “estado-maior” que ainda resistiu, pelas forças revoltosas.²⁹⁷

Não se pretende aqui pôr em causa a sinceridade por trás da evocação destes acontecimentos dramáticos e das personagens que lhe deram forma. Em particular, por se tratarem de um expediente, como qualquer outro, para se afirmar que se tomou um rumo em função da aceitação do pensamento dominante nos meios em que se movia. Mas a verdade é que apesar do seu monarquismo, toda a acção política de Pedro Theotónio Pereira em boa parte da década de 1920, como mais tarde, se fez mais contra a monarquia, e a própria família real – ou pelo menos contra uma forma de interpretação doutrinal da primeira e de reconhecimento da legitimidade da segunda – do que em prol destas. Pode-se até afirmar que ela se fez mais a favor da República do que contra a República. A constatação desta realidade pode parecer absurda, mas a verdade é que ela não pode ser escondida. Mas é o facto de assim ter sido e de nesta atitude Pedro Theotónio Pereira não ter estado só, que nos permite perceber que aquilo que estava em causa no combate político- ideológico da década de 1920 em Portugal, não era um confronto de regime de base parlamentar com a solução monárquica de um lado e a solução republicana do outro, mas um choque entre uma opção democrática, liberal e parlamentar, por um lado, e a escolha autoritária e corporativa (a chamada democracia orgânica), por outro, independentemente do tipo de regime político que sustentasse uma ou outra solução de base absolutamente distinta. Independentemente de outras considerações, é óbvio que, na sua essência, e apesar de tal solução não se ter feito notar imediatamente aos contemporâneos, a República, mesmo a de 1911 e, sobretudo, a de 1925, estava muito mais próxima da monarquia parlamentar que vigorara nos dois derradeiros terços do século XIX e na primeira década do século XX, do que da solução republicana autoritária e depois nacionalista, corporativa e filofascista que se foi afirmando em Portugal, paulatina mas não inevitavelmente, a partir de 28 de Maio de 1926.

Apesar de todas as afirmações em contrário, a verdade é que para a generalidade dos integralistas a partir do fracasso da Monarquia do Norte em 1919 e do vexame que constituiu o pacto de Paris, a questão da restauração monárquica deixou verdadeiramente de interessar. É sabido que se fizeram muitas juras em contrário, mas se se recordar que para os integralistas a relação mal mantida com os ramos manuelista e miguelista da monarquia portuguesa se fez em

²⁹⁷ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972 pp. 13-14.

torno da forma que esta deveria assumir quando restaurada – “tradicional” ou não –, facilmente se percebe que o essencial era a forma de organização do Estado e da nação, e os instrumentos doutrinários e os meios de acção política para atingir essa organização, e não o tipo de regime implantado na sua cúpula. Daí que, do ponto de vista histórico, ainda que não da intriga política à época, tenha havido na atitude política de Pedro Theotónio Pereira uma assinalável coerência no seu percurso político ao longo dos mais de quatro décadas que medeiam entre 1921 e 1963. É difícil saber de que forma e em que momento terá Theotónio Pereira compreendido – ainda que em termos naturalmente muito genéricos – qual seria a melhor solução para atingir os objectivos que considerava como os mais correctos.²⁹⁸ No entanto, existem alguns dados que permitem afirmar ter neste domínio sido determinante a influência de António Sardinha (e de que se tratará com maior detalhe nos capítulos III e IV). Fosse para lhe mostrar que o caminho podia ser aquele que Pedro Theotónio Pereira escolheu, fosse para que este legitimasse no seu pensamento e na sua acção a bondade dessa convicção segundo a qual o essencial da solução política que buscava e que encontraria estava no conteúdo e não forma.²⁹⁹ É bem provável que em nenhum momento da sua vida política que decorreu nos primeiros anos da década de 1920, Pedro Theotónio Pereira tenha pensado alguma vez que num futuro não muito distante lutasse pela triunfo e afirmação de um regime político tão afastado das principais linhas mestras da doutrina do movimento a que se considerou formalmente ligado entre 1921 e 1927. No entanto a constância e as circunstâncias da luta política, aliadas ao desaparecimento de António Sardinha em 1925 e à emergência de uma figura como Oliveira Salazar a partir do ano seguinte, contribuíram para o rumo (conhecido) das suas opções. Simplesmente, a passagem de Sardinha para Salazar foi legitimada pelo primeiro em função daquilo que aquele pensou e fez entre 1922 e 1925, e consolidada pelo segundo em consequência da sua capacidade política para, entre muitas outras coisas, utilizar em proveito próprio os méritos de terceiros, sobretudo quando estes se encontravam na posse de qualidades políticas, senão extraordinárias, pelo menos apreciáveis. Como se verá, o rumo que Salazar tomou e levou muitos dos integralistas de segunda geração a tomar, embora os tenha afastado da pureza de ideais que alimentara a sua curta juventude, não foi feito contra a sua vontade. A verdade é que os chamados integralistas da chamada segunda geração o seguiram de bom grado – apesar dos sobressaltos –, buscando através de Salazar o cumprimento dos seus próprios ideais e das suas próprias ambições. Se do ponto de vista doutrinário alguma coisa do salazarismo é devida ao Integralismo Lusitano e a

²⁹⁸ Na sequência da Monarquia do Norte e do Monsanto, Pedro Theotónio Pereira terá concluído que, pelo menos, tinha desaparecido a Monarquia tal como existira entre 1834 e 1910. Idem, *ibidem*, p. 36.

²⁹⁹ Forma que, para o Integralismo Lusitano ortodoxo, se manifestava na intransigência em relação aos princípios da monarquia, do municipalismo e de um corporativismo que emanasse da sociedade para o Estado.

“... uma cruzada de salvação pública.”

António Sardinha, a verdade é que o maior contributo deste para o Estado Novo residiu, ainda que involuntariamente, na forma como cimentou um agrupamento político que, embora informal, muito contribuiu em momentos decisivos para a ascensão e consolidação de Salazar e do salazarismo. Nesse sentido, de António Sardinha, terá ficado algo muito próximo daquela imagem que uma vez Pedro Theotónio Pereira deu notícia aos, como ele, jovens discípulos de Sardinha poucos dias após a morte do Mestre: “[...] a visão fugitiva de uma labareda alta, vermelha e ardente, erguida da Terra para o Céu.”³⁰⁰

³⁰⁰ Rodrigues Cavalheiro (selecção e prefácio), *op. cit.*, p. XL.

“... alguma vez há-de ser.”

Capítulo III

“... alguma vez há-de ser.”¹

[...] varrer os partidos para salvar a Nação.²

“Sejamos nós, integralistas, alguma coisa de mais digno [...].”³

Em finais de Março de 1924, o País confrontava-se com chuvas quase diluvianas que, especialmente em Lisboa, provocaram a derrocada de alguns prédios recentemente construídos, sendo mais noticiada aquela que teve lugar em Campolide, na travessa do Tarujo, e na sequência da qual morreram soterradas doze pessoas, “sendo 3 homens, 3 mulheres e 6 crianças – os feridos, em número de 4,” ficaram em estado considerado “grave”.⁴ Como o prédio tinha apenas dez anos “e logo de princípio deu sinais de ruína”, nos dias que imediatamente se sucederam à derrocada a imprensa recordou outros casos recentes de desmoronamento. A 22 de Março, *O Século* chamou para a primeira página a notícia de que o senhorio do prédio que abatera em Campolide iria ser “processado”. A partir daqui apareceram não apenas notícias doutras derrocadas, embora sem vítimas, como foi retomada uma campanha contra os construtores civis sem escrúpulos, apelidados de “gaioleiros”.⁵ A “catástrofe” da travessa do Tarujo tinha posto “novamente em evidência o problema da má qualidade de muitas das construções em Lisboa, problema que por diversas vezes” tinha “dado causa a reclamações, quase todas baseadas em derrocadas mais ou menos graves, mas todas elas indicadoras de um mal” a queurgia “dar remédio”. E então vinham as acusações:

¹ Segundo Pedro Theotónio Pereira, tratava-se de uma expressão recorrentemente usada por Manuel Rodrigues Leal, um “nacionalista”, participante assíduo nos movimentos políticos e militares de direita que por meados da década de 1920 pretendiam por fim à República. Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2.ª ed., s.l., Verbo, 1972, p. 54.

² A. [Armando] da S. [Silva], “Das Intervenções do Exército” in *A Ideia Nacional*, 27 de Junho de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

³ Pedro Theotónio Pereira, “Aos que souberam crer” in *Gil Vicente*, 1.ª Série, 1.º ano, Janeiro-Dezembro, 1925, p. 17.

⁴ “O prédio abateu tão rapidamente, que a maior parte das vítimas nem deu sinal de si.” *O Século*, 21 de Março de 1924, 1.ª página.

⁵ A imagem fotográfica de uma imponente manifestação na capital contra os “gaioleiros” – a outra palavra para “senhorios exploradores” – em 1921, demonstrando a profunda antipatia de que eram alvo, sobretudo junto das camadas sociais médias e baixas, encontra-se em António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Retrato da Lisboa Popular 1900*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 45.

“... alguma vez há-de ser.”

A obra de «gaioleiros» sem escrúpulos, associados a capitalistas insensíveis e sôfregos de lucro, está já marcada por um longo rasto de sangue. O número de vítimas inocentes constitui um tremendo libelo contra a indiferença das autoridades. Todas as vezes que uma nova desgraça, como a que acaba de enlutar a cidade faz ouvir os seus ecos, logo a opinião pública num alarme justificado, apela para quem de direito para que sejam dadas providencias. Mas tudo é vão. Passados uns dias, quando se extinguem os últimos gemidos das vítimas e o último corpo baixou à sepultura, tudo cai no esquecimento e as entidades a quem cabe velar pela segurança da colectividade entregam-se a outros mais gratos afazeres, relegando para planos secundários a aplicação daquelas medidas de que depende a vida da população.⁶

No dia 24, *O Século* voltaria em força ao tema para noticiar “O Funeral das Vítimas da Catástrofe de Campolide”, e ainda para registar a derrocada de “parte do prédio da rua Correia Teles”.⁷ O tema só foi temporariamente esquecido com o fim das chuvas.

Foi neste ambiente de trapalhada urbanística provocada pelo mau tempo e pelos “gaioleiros”, a que se juntava o retomar de uma velha e recorrente campanha da imprensa contra os ditos, que Pedro Theotónio Pereira se deslocou a Coimbra para participar num encontro no CADC – a “única organização católica de juventude, [existente] em Coimbra”⁸ –, e do qual sairia a fundação da União Católica dos Estudantes Portugueses (UCEP). A criação da União fez-se “no âmbito” de um poderoso “movimento estudantil” católico, estruturado na Federação das Juventudes Católicas Portuguesas, mas com a pretensão de gozar de autonomia face à Federação, “embora mantendo com ela «colaboração franca e amiga»”. A União foi também, e sobretudo, o resultado de “uma coordenação de esforços do C. A. D. C. – que entretanto relançara a sua revista *Estudos*, em 1922 – e dos núcleos de estudantes católicos de Lisboa e do Porto, que ali se fizeram representar.”⁹ Para além de todas estas condicionantes, fez-se ainda sentir um outro conjunto de circunstâncias específicas que melhor permitem perceber o surgimento da União. Desde logo, e como sublinhou o presidente do CADC e do Congresso que conduziu à constituição da União,¹⁰ Vaz Pinto,¹¹

⁶ “As ‘gaiolas’ e os ‘gaioleiros” in *O Século*, 22 de Março de 1924, p. 4, 5.ª coluna.

⁷ *O Século*, 24 de Março de 1924.

⁸ Adelino Alves, *A Igreja e a Política. Centro Católico Português*, s.e., Editora Rei dos Livros, s.d., p. 77.

⁹ Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d. (1980), pp. 257-258. Manuel Braga da Cruz chama ainda a atenção para o facto de muitos dos jovens e estudantes católicos participantes no congresso fundador da União terem, mais tarde, desempenhado “papel de primeiríssimo relevo na edificação do regime salazarista.” Idem, *ibidem*, p. 258 (destaque nosso).

¹⁰ A UCEP, diga-se, foi um nado morto. Não passou do seu congresso preparatório. Aliás, a existência da União estava dependente da aceitação das suas bases pelo Episcopado. *Novidades*, 6 de Abril de 1924, p. 1. Estava previsto que o primeiro congresso da UCEP acontecesse até 25 de Março de 1925, o que nunca se verificou. *A Época*, 3 de Abril, 1925, p. 4 (5.ª coluna).

¹¹ José Augusto de Queirós Ribeiro Vaz Pinto, aluno do 5.º ano de Direito em Coimbra. José Augusto Vaz Pinto, apesar de membro e presidente do CADC, fazia já parte da lista de colaboradores da Nação Portuguesa, onde publicou “Da administração das Colónias em Monarquia Orgânica” (2.ª série, n.º 9, Março de 1923, pp. 396-399). Um texto entregue em Janeiro de 1923 e no qual, à luz “dos princípios políticos do Integralismo”, defendeu a “doutrina da descentralização” em Monarquia no caso concreto das colónias. Depois de 1933, viria a ser “nomeado” por Pedro Theotónio Pereira juiz do Trabalho numa das varas de Lisboa”, juntamente com o conde de Aurora e

“... alguma vez há-de ser.”

Há muito que se fazia sentir em Portugal a falta de uma organização dos estudantes católicos que fosse verdadeiramente profissional e ao mesmo tempo integralmente católica (...).

*A Direcção do C. A. D. C. (...) resolveu procurar fazer desaparecer uma grande lacuna nacional.*¹²

Até ao momento da criação da União dos Estudantes Católicos Portugueses (UECP), na sequência do seu “Congresso Preparatório”, e depois do “advento do novo regime” e da “Lei de separação”, os jovens católicos tinham-se organizado num movimento designado por Juventude Católica Portuguesa (JCP). A JCP manteve sempre “um carácter heterogéneo”, uma vez que era constituída por “jovens pertencentes a profissões diversas e a diferentes classes sociais.” No seio “duma mesma secção encontravam-se conjuntamente camponeses, operários e estudantes”. Uma vez que, no seu início, as secções eram muitas mas constituídas por um reduzido número de membros, “não era possível pensar numa organização doutro tipo.”¹³ Para além da realidade numérica, esta lógica organizativa tinha, em função das virtudes que o interclassismo pode acarretar – e explicitamente acarreta em modelos políticos e sociais de cunho liberal –, tanto os seus defensores como os seus críticos. Para estes, independentemente do ideal que unia numa mesma organização jovens católicos de várias proveniências sociais, haveria que produzir uma alteração no modo como se organizavam, algo que antes de suceder em Portugal estava já a acontecer noutros países católicos, nomeadamente na Bélgica.¹⁴ Foi aliás deste país que se importaram as experiências conducentes a uma outra fórmula de arrumação da JCP. Começou-se, não pelos estudantes, mas pelos operários, numa reacção da Igreja e dos seus organismos de enquadramento social e político. Pretendia-se, por um lado, responder à concorrência dos sindicatos e das formações políticas de pendor socialista e social-democrata, que vinham dando passos importantes na mobilização das classes trabalhadoras nos meios urbanos e industriais. Por outro, satisfiziam-se os apelos feitos por gente ligada ou pertencente à Igreja Católica e que buscava encontrar soluções mais eficazes para defrontar os desafios colocados por sociedades formalmente liberais, mas profundamente divididas socialmente, pelo que, nomeadamente no respeitante aos meios operários, reclamavam a

Manuel Rebelo de Andrade. Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 226.

¹² “Congresso Preparatório da U. C. E. P.” in *Estudos*, Ano III, n.º 25, Maio de 1924, p. 7, citado em M. D’Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a Sua Época*, s.e., Coimbra, Casa do Castelo – Editora, 1958, p. 257n.

¹³ *Idem*, *ibidem*, p. 256.

¹⁴ Mas também em Itália, em França, onde “quando os chefes falaram [...] a juventude submete-se”, e em Espanha, as autoridades faziam sentir esta necessidade. No já citado editorial das *Novidades* que abordava o premente problema de organização da juventude católica escrevia-se: Acabámos de ler a notável Pastoral publicada pelo sr. Bispo de Madrid-Alcalá, na qual se ocupa [...] dos princípios que devem orientar o movimento das juventudes e com desvanecimento, constatamos que por ele se vem orientando decididamente a nossa juventude [...].” E prossegue o editorial na sua apreciação do caso espanhol recordando que o “ilustre prelado” se queixava “de que os diversos grupos de Juventude organizados” no seu País, “não constituíam ainda um todo orgânico e vivo, no qual se enquadrem todos os agrupamento, seccionados conforme as diversas classes ou condições, rurais, operárias, comerciais, académicas.” “Juventude Católica” in *Novidades*, 31 de Março de 1924, p. 1 (destaque nosso).

“... alguma vez há-de ser.”

institucionalização de organizações que respondessem às suas exigências políticas. Num caso como noutro, impôs-se o princípio segundo o qual “os apóstolos de determinado meio são os membros desse mesmo meio.” Ora esta “aquisição veio a ser integrada na organização dos católicos portugueses” a vários níveis, mas em especial, a partir de 1933, na Acção Católica Portuguesa,¹⁵ sendo que em Coimbra, entre Março e Abril de 1924, o objecto destes esforços e desta nova estratégia, deviam ser os estudantes liceais e universitários católicos portugueses. Porém, nas vésperas do congresso, os meios católicos que perseguiram este desiderato reconheciam haver ainda largo caminho a percorrer, estabelecendo o seu ponto de situação:

A Juventude Católica Portuguesa, contando já núcleos admiráveis, em todas as classes e condições, está ainda longe de constituir esse todo orgânico e vivo, que fará dela uma força invencível.

*Mas com esse intuito estão sendo dirigidos todos os trabalhos de fundação, organização e federação, de novos núcleos, e, desta forma temos fundadas esperanças de que, dentro de poucos anos, o movimento da Juventude Católica Portuguesa virá a ser perfeito e modelar.*¹⁶

Ao CADC, e com ele o padre Luís Lopes de Melo – assistente eclesiástico do Centro – coube defender e pôr em prática aquela “maneira de ver”. Portanto, com o objectivo de “organizar os estudantes portugueses numa associação homogénea, desintegrada da *Juventude Católica*, mas pretendendo caminhar *pari e passu* com ela,” realizou-se o congresso de Coimbra. Por isso se chamou congresso preparatório e nele estiveram presentes delegados de muitos pontos do País, representando as associações católicas a que pertenciam. Das associações femininas – pelo Círculo Académico Católico de Coimbra – participou tão só uma representante, Dionísia Camões, enquanto de Espanha vieram dois membros da Confederação Nacional dos Estudantes Católicos de Espanha e com o qual o CADC “mantinha amistosas relações.”¹⁷

Segundo opinião de quem já o estudou, o Congresso fez-se dominado por duas ideias, muito de acordo com a personalidade e os desejos do já nomeado padre Lopes de Melo. Em primeiro lugar, aspirava-se resolver um problema que correspondia a uma “necessidade”, sendo aquele e esta nada mais do que a vontade sentida por “parte dos membros [católicos] das associações de estudantes”, de perseguir e conquistar uma “séria vida religiosa”. Como afirmaram muitos dos intervenientes nos trabalhos, e mais do que uma vez, a sua “acção externa” tinha que ser “como que uma irradiação duma intensa vida interior.” Não era possível comunicar aos outros “o espírito de Cristo” sem que Ele não estivesse “dentro” daqueles que o faziam e sem que vivessem esse mesmo “espírito”.¹⁸

¹⁵ M. D’Almeida Trindade, *op. cit.*, pp. 256-257.

¹⁶ “Juventude Católica” in *Novidades*, 31 de Março de 1924, p. 1.

¹⁷ M. D’Almeida Trindade, *op. cit.*, pp. 257-258.

¹⁸ *Idem, ibidem.*

“... alguma vez há-de ser.”

A segunda “ideia” que levou à realização do Congresso e que nele esteve presente – aparentemente com as maiores implicações políticas –, estava intimamente ligada ao imperativo de uma sujeição, das organizações e dos indivíduos que participavam no encontro, “à Hierarquia da Igreja.” Assim, e quando foi lida a “3.ª Base do Estatuto sobre a constituição canónica da U. C. E. P., o Padre Melo fez notar a importância do assunto, de maneira a não ser votada essa Base sem uma reflexão especial.” Do ponto de vista dos mentores da iniciativa, e para uma organização como a UCEP, a “autoridade eclesiástica era imprescindível”. Os que de Coimbra saíssem com um compromisso com a União, deveriam estar conscientes de que daí em diante estavam sujeitos “ao *placet* dos Prelados”, o qual deveria ser dado “livremente e não sob pressão.” O mais interessante na argumentação apresentada e que deveria fazer doutrina junto dos membros da União espalhados pelo País, era que para o CADC nunca se tinha distinguido aquilo que era “dogma” daquilo que era “conselho”. A partir daí, todos os “inscritos” nessa “obra” que era a “União”,¹⁹ tornavam-se, pelo menos informalmente, num braço político e doutrinário do CADC e, portanto, também, embora em menor grau, do Centro Católico Português. Para que não restassem dúvidas, recordava-se a obrigatoriedade de serem “absolutamente fiéis [...] sujeitos à autoridade única do Papa, representado pelos nossos Prelados.” Estava-se, seguia o argumento, perante a organização de “uma obra católica”, pelo que católica tinha de ser “da raiz até ao vértice.”²⁰

Mas havia ainda um terceiro e derradeiro motivo para a realização do congresso. A criação da UCEP equivalia à tentativa, por parte do CADC, do Centro Católico e do Episcopado, em última análise, de a si próprios fazerem subordinar o maior número possível de organizações de estudantes (católicos) existentes à escala nacional, hegemonizando e, sobretudo, controlando

¹⁹ Quando o Padre Lopes de Melo justificou ao congresso aquele que deveria ser o conteúdo da base 3.ª dos estatutos da União (a da “constituição legal e canónica”), fê-lo nos seguintes termos: “[...] esta base tem uma alta importância, pois encerra a aceitação da doutrina de toda a acção católica, particular ou pública, como se tem adoptado nos outros congressos.

Nela não se distingue o que é dogma ou preceito do que é conselho; aprovando-a afirmam a sua fé completa, sem reservas; e a adesão integral à doutrina e orientação de Roma e do Episcopado.” A proposta foi aprovada por unanimidade. *Novidades*, 2 de Abril de 1924.

²⁰ *Ibidem*, p. 258. Este par de ideias encontra-se também plasmada, de forma mais completa e detalhada, numa nota editorial das *Novidades*. “O primeiro desses princípios [presente nos movimentos católicos de juventude] respeita à forma de constituição dos diversos núcleos que devem atender para a sua formação, às diversas categorias ou modalidades sociais e profissionais, guardando a sua autonomia, mas sem quebra da solidariedade que os torne elementos de uma única organização regional, e de uma mesma federação nacional.[...]”

O segundo princípio completa e torna realizável o primeiro.

Os diversos núcleos ou unidades da Juventude guardam, na sua constituição e funcionamento, uma estreita afinidade com os graus da hierarquia eclesiástica. São grupos paroquiais, são juntas diocesanas e constituem uma só federação nacional.

E esta afinidade com a hierarquia não deve ser apenas exterior, mas há de traduzir-se na vida e acção dos núcleos por uma *absoluta submissão e respeito não apenas ao ensino da Igreja, mas a direcção e conselho dos seus legítimos representantes em todos os graus*. “Juventude Católica” in *Novidades*, 31 de Março de 1924, p. 1 (destaques no original).

política e doutrinamente este movimento amplo e heterogéneo. Como terá declarado o quintanista de Direito, Vaz Pinto, aos seus colegas, justificando um centralismo tão evidente que mataria a espontaneidade política e social de várias associações

Em vez de apresentar teses sobre todos os pontos de programa, resolveu para maior comodidade e simplificação de trabalhos, elaborar um projecto de estatutos que coordenasse todos os seus pontos de vista.

[...] assim o projecto das Bases da União Católica dos Estudantes de Portugueses, visa organizar uma Associação Única e não uma federação administrativa de organizações locais diferentes.²¹

Por detrás desta sugestão muito afirmativa saída da presidência, estava a necessidade de “coordenação de esforços, e a enorme simplificação para se conseguir a aprovação civil dos estatutos.”²²

Por mais importantes que fossem as consequências do dilúvio que tinha assolado o País, quando Pedro Theotónio Pereira, na companhia de Marcello Caetano, abandonou Lisboa em direcção a Coimbra – com as inseparáveis derrocadas de prédios em Lisboa, inundações no norte e centro do país, nomeadamente no Porto e em Gaia, na Régua, no Ribatejo e, claro, nas margens do Mondego junto à cidade de Coimbra²³ –, centravam-se na política o grosso das suas preocupações.²⁴ O Congresso Preparatório da UCEP, teria para Theotónio Pereira, e não só, um importante significado. Como já foi sublinhado, e sendo certo que não avaliando todas as suas consequências senão de uma forma incompleta, a verdade é que as ideias defendidas no Congresso, assim como a doutrina que dele saiu, acabariam por dar “uma nova organização à vida católica portuguesa” na sua expressão não apenas laica como política, sendo que a este poderoso efeito se voltará mais tarde.²⁵

De qualquer modo, o encontro de Coimbra fez-se como uma peça mais de todo um edifício que tinha como objectivo criar e consolidar soluções de entendimento entre vários sectores políticos e sociais católicos organizados que se opunham ao poder republicano e anticlerical instalados ininterruptamente desde o início de 1919, não esquecendo, embora, que estavam já longe os momentos tempestuosos imediatamente anteriores e posteriores à publicação da famosa lei de separação.²⁶ Desconhecendo-se, do ponto de vista de Pedro

²¹ *Novidades*, 1 de Abril de 1924, p. 1 (destaques nossos).

²² *Idem*, *ibidem*.

²³ “O Mondego, a transbordar, corre caudaloso entre as duas margens de choupos esguios [...]. Os campos estão inundados – que a cheia dos últimos dias foi grande.” *A Época*, 1 de Abril de 1924, p. 4, 1.ª coluna.

²⁴ Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira tinham-se conhecido numa reunião de estudantes católicos de Lisboa “em que ambos” se salientaram “pelas intervenções que tiveram.” Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 99.

²⁵ M. D’Almeida Trindade, *op. cit.*, p. 258.

²⁶ Lei de separação do Estado das Igrejas publicada por Afonso Costa, em 20 de Abril de 1911, e que pôs fim ao sistema concordatário que vigorara em Portugal durante a vigência da monarquia constitucional. Sobre o fim do

Theotónio Pereira, aqueles que poderão ter sido os motivos políticos directos e imediatos da sua participação no Congresso, muito embora seja de supor um certo cansaço da sua parte para com a forma de fazer política no estrito domínio do Integralismo Lusitano – cansaço evidenciado pelo próprio volume de correspondência enviada a António Sardinha depois de uma certa euforia que se regista entre meados de 1921 e o início de 1922²⁷ –, e em relação ao qual – movimento – tinham desaparecido quaisquer esperanças de que pudesse produzir algum resultado consequente, positivo e concreto, fora do campo da doutrinação ou do também chamado apostolado.

A deslocação a Coimbra aconteceu cerca de um ano após a realização da campanha de moralização de costumes que Pedro Theotónio Pereira protagonizara em Lisboa, e que teria contado com o apoio de alguns sectores católicos da política e da imprensa,²⁸ nomeadamente de parte dos católicos afectos a D. Manuel II, ou seja, ligados à *Época* e a Fernando de Sousa.²⁹ No estado actual do conhecimento da história política dos meios católicos de juventude durante a “nova república velha”, e em particular na biografia política de Pedro Theotónio Pereira, não será exagerado considerar como relevante o encontro no CADC. Desde logo porque a partir de 1922, o Integralismo Lusitano era, e apesar dos esforços em contrário desenvolvidos fora (e no seio?) da Junta Central, um movimento de doutrinação e de conspiração, mas sem actividade significativa de organização política. Independentemente de, após a suspensão das suas actividades, decretada numa primeira fase depois da publicitação do pacto de Paris, mas logo depois formal mas debilmente retomada como consequência da pressão exercida pelas suas

regime concordatário, as raízes da lei de separação e a resistência que conceitou, Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1932-1911)*, s.e., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., pp. 265-294 e 297-361.

²⁷ Vale a pena registar que de um total que em pouco ultrapassa as cinquenta missivas que lhe foram enviadas por Pedro Theotónio Pereira, descontando as seis que não foi possível datar, vinte e três foram expedidas em 1922, três no ano em que foram apresentados pessoalmente, dezasseis em 1923 e, finalmente, apenas sete em 1924. Desconta-se desde já que é de presumir a não preservação, por motivos vários que se podem facilmente conjecturar, de várias espécies.

²⁸ E à qual explicitamente se referiu no decurso dos trabalhos no CADC. “Aludindo à obra que, já hoje, a mocidade portuguesa vem realizando, diz que quando se criara em Lisboa uma Liga de Estudantes destinada a protestar contra todos os abusos e imoralidade da sociedade, *A Época* esteve incondicionalmente ao lado desse movimento.” *A Época*, 2 de Abril de 1924, p. 4. O jornal *Novidades* na edição do mesmo dia cita, truncada, a intervenção de Pedro Theotónio Pereira. Os acontecimentos protagonizados pela Liga assim como o papel desempenhado pela *Época* são omitidos. Menciona tão só os elogios com que, anteriormente, na sua declaração, brindou o CADC. *Novidades*, 2 de Abril de 1924, p. 1.

²⁹ Na correspondência de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha esta incursão coimbrã nunca é citada. Nas suas *Memórias*, não deixou qualquer referência à sua militância política nos meios católicos – esta eventualmente iniciada na segunda metade 1922 – e, claro, a sua importante ida a Coimbra. Também Marcello Caetano omite os termos em que se verificou a sua militância em meios católicos durante a juventude. Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 16-20. Está, aliás, por demonstrar a origem de muitas afirmações e informações que a historiografia tem produzido em torno do quotidiano político de Marcello Caetano durante a sua juventude, quando militou nos campos católico e integralista. José Freire Antunes, “Introdução: Salazar e Caetano nas encruzilhadas do Estado Novo” in Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 4.ª ed., s.l., Verbo, 2000, pp. 33-38; Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano: As desventuras da razão*, s.e., Lisboa, Gótica, 2002, p. 18; e mais recentemente, Joaquim Vieira, *Marcello Caetano*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 20-21.

“... alguma vez há-de ser.”

bases,³⁰ a verdade é que o Integralismo Lusitano era apenas visível através da edição um tanto irregular da *Nação Portuguesa*, pela publicação, por parte de alguns dos seus membros mais destacados, de alguns livros e artigos dispersos em publicações várias, nomeadamente nalguma imprensa conservadora, e, finalmente, pelas notícias soltas que sobre o Integralismo e alguns dos seus membros iam aparecendo nos jornais, nomeadamente na *Época*.³¹ Certo noticiário veiculado por este órgão da imprensa monárquica e católica, indicava terem sido vários os momentos em que a Junta Central pretendeu retomar em pleno a sua actividade de organização política, o que por não ter acontecido não apenas nos faz pensar na existência de importantes divisões internas, mas cujos detalhes neste momento a historiografia ignora, como, sobretudo, que a interrupção de actividade que progressivamente se verificou a partir de Maio-Junho de 1922, se deveu precisamente a uma crise profunda existente no seio do movimento já antes daquela data, e oriunda tanto de dificuldades na definição de uma orientação política como da penúria financeira que sempre apoquentou o movimento. Política, porque havia opiniões dificilmente conciliáveis sobre aquilo que devia ser feito e como devia ser feito – desde logo, mais acção (Hipólito Raposo, até 1922) ou mais doutrinação (António Sardinha, até 1922). Financeira, porque a actividade do Integralismo enquanto organização, e de que a publicação da *Monarquia* sempre fora um instrumento imprescindível, exigia recursos de que o movimento não dispunha, como se viu no capítulo anterior. Sucedem-se assim em 1922, '23 e '24, por exemplo, notícias que dão nota desses problemas.

A Junta Central do Integralismo Lusitano resolveu começar os seus trabalhos de propaganda, para o que dividiu o país em 4 zonas confiadas a cada um dos membros da Junta: o norte a sr. dr. Pequito Rebelo; a Beira marítima ao sr. dr. Afonso Lucas; a Beira transmontana ao sr. dr. Rolão Preto; e o sul ao sr. dr. António Sardinha.

*Consta-nos que a Monarquia reaparece em Janeiro próximo, devendo reaparecer também, em breve, um semanário na província.*³²

Dezanove meses mais tarde, é evocado publicamente, por integralistas que dizem obedecer à Junta Central, o problema respeitante à necessidade do movimento mudar de estratégia:

Em virtude da convocação assinada por um grupo de integralistas que publicámos, reuniram-se ontem no Grémio Português Tradicionalista os monárquicos que não acataram o pacto de Paris. Tendo presidido o sr. dr. Bernardo Freire, que expôs o fim da reunião, apresentando em seguida uma moção que foi muito

³⁰ Ver Capítulo II deste trabalho.

³¹ Também a *Monarquia*, depois da sua suspensão pós publicitação do pacto de Paris, foi sendo publicada com a regularidade mínima que lhe permitia garantir legalmente a posse do título. Foi assim a 10 de Dezembro de 1922, a 5 de Abril e a 26 de Outubro de 1923. Cessará a sua publicação a 10 de Fevereiro de 1925, com um número de "homenagem ao Dr. António Sardinha que foi seu ilustre director e obedecendo simultaneamente ao que dispõe a lei de imprensa." Prometia-se o recomeço da sua "edição diária [...], logo que as circunstâncias políticas o exijam ou o aconselhem os interesses do nosso agrupamento." A *Monarquia*, Terça-feira, 10 de Fevereiro de 1925, p. 1.

³² A *Época*, 18 de Dezembro de 1922, p. 1.

“... alguma vez há-de ser.”

discutida sendo afinal aprovada por aclamação no meio de vibrantes saudações à Junta Central do Integralismo Lusitano e ao Conselho Superior Partido Legitimista, a seguinte moção que é apresentada pelo sr. dr. Bernardo Freire com as modificações propostas pelos srs. Felix Correia e João de Melo e Lapa:

«Os integralistas e legitimistas que não concordaram com o pacto de Paris seguindo assim e em tudo, a superior e inteligente direcção da Junta Central do Integralismo Lusitano pela sua nobre e intransigente atitude na defesa dos seus princípios da Monarquia Tradicional Portuguesa; manifestam à Junta Central o seu propósito e desejo firmes de voltar à actividade política logo que ela o julgar oportuno e necessário, confiando em que ela o fará assim que possa realizar essa aspiração de todos os integralistas e legitimistas, e mais pedem respeitosamente para lhes serem comunicadas as suas ultimas resoluções.»³³

As posições discrepantes em torno da forma como a Junta Central deveria conduzir o movimento, não se ficavam por estas notícias. Também uma leitura dos números especiais da *Monarquia* transmite de igual modo essa percepção, sendo que num mesmo número se chegaram a publicar as opiniões mais díspares. Em destaque, na primeira página, louvavam-se os triunfos de Mussolini e Primo de Rivera, tanto pelo mérito intrínseco das suas ideias – e que eram nada menos do que aquelas mesmas “verdades” e “métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha[va] a todos os bons portugueses” –, como pelo facto de, recorde-se, terem triunfado escudados no apoio de monarcas. Ainda na mesma nota editorial, afirmava-se que havendo em Portugal “uma doutrina de salvação”, apenas faltava o “Ditador, porque será Chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus eternos destinos”.³⁴ Paralelamente, havia quem tivesse a preocupação de sublinhar a inverosimilhança destas asserções. Num artigo de fundo intitulado “Esperança Nossa”,³⁵ da autoria de Hipólito Raposo, depois de se chamar a atenção para o facto do “estado da mentalidade portuguesa” ser “ainda a mesma exposição de fósseis do pensamento europeu”, era feito o enunciado do ambiente político nacional. Daí se deduzia a total impossibilidade de, àquela data, poder ser encontrado qualquer sinal que pudesse fazer pensar que em Portugal iriam suceder quaisquer

³³ *A Época*, 6 de Julho de 1924, p. 2.

³⁴ *A Monarquia*, 26 de Outubro de 1923, p. 1. Editorial não assinado, mas certamente da autoria de António Sardinha, o director, uma vez que resume um texto da sua autoria publicado nesta mesma edição e intitulado “Exortação à Guerra”. Neste número da *Monarquia*, textos da autoria de Mariotte (“Na Alvorada da Libertação”), de Rolão Preto (“Vamos a Isto!”) e de Félix Correia (“A Nossa Hora”), não tinham quaisquer dúvidas, em função daquilo que houvera sucedido em dois países da Europa latina, sobre a iminência do momento em que também em Portugal soaria a hora do triunfo do nacionalismo e cuja fórmula estava na posse dos integralistas.

³⁵ Curiosamente acompanhado da seguinte nota: “A doutrina deste artigo é da exclusiva responsabilidade do seu autor.”

“... alguma vez há-de ser.”

acontecimentos conducentes ao triunfo do novo ideário nacionalista, em sintonia com aquilo que vinha sucedendo noutras latitudes da Europa latina.³⁶

Em Portugal, desde logo, e ao contrário da vizinha Espanha, o Exército não era uma fonte de esperança:

Das campanhas da Flandres e da África saiu o nosso exército menos unido, menos forte, menos exército do que já era. E a atmosfera social é de tal modo asfixiante que, como há dias publicamente afirmei mau grado os altos valores individuais, que nesses grandes sacrifícios se afirmaram, nenhum oficial português, desde o mais novo alferes ao mais antigo general, regressou à fronteira portuguesa com o prestígio bastante para levar cem soldados para a vitória ou para a morte, atrás da folha da sua espada.

Com a chefia do Estado, que um papel determinante acreditavam ter desempenhado, tanto em Itália como em Espanha, para o triunfo nacionalista, também não se podia contar:

E se no nosso exército já não poderia encontrar-se aquela reserva de disciplina necessária para domar a epilepsia social em que estamos agonizando, inútil seria apelar para outra expressão de autoridade num país em que o chamado chefe de Estado é um funcionário público contratado por um partido político para assinar decretos durante quatro anos.

Finalmente, em Portugal, e ao contrário de Itália, a inteligência não inspirava confiança:

Em Portugal, os homens de pensamento, especialmente os professores de ensino superior em cujos programas isso viesse mais a propósito, são incapazes de arriscar uma opinião ou tomar uma atitude que hostilize as convicções do contínuo da sua aula que é presidente da junta republicana da freguesia. Assistimos a esta abdicação alarmante: escritores de mérito que muito bem estariam no cenáculo de uma academia, se a houvesse, professores bem reputados, advogados e tratadistas de direito, aceitam pôr-se ao serviço de grandes sindicatos de indústria ou de clãs financeiros, fazendo de cabeça de pau de seus patrões, escravizando-lhes a dignidade do seu espírito e olhando para toda a gente com sorrisos de manso cinismo que já parece velho...³⁷

Vinha depois a dedução esperada, após aquela que tinha sido a análise das circunstâncias objectivas que se pensava poderiam sustentar a esperança num golpe iminente e bem sucedido: “Nestas condições, prudente e acertado é não confiar demasiado nos bons exemplos, quando eles não podem reproduzir-se com igual eficácia.”³⁸

³⁶ Se os integralistas acreditaram genuinamente que Afonso XIII foi de alguma maneira cúmplice do pronunciamento militar que levou ao poder do general Primo de Rivera, estavam enganados. Javier Tusell, *Historia de España en el Siglo XX. I. Del 98 a la proclamación de la República*, s.e., s.l., Madrid, Taurus, 1998, pp. 439-448. Opinião diferente é sustentada por Raymond Carr, *España. 1808-1975. Edición española corregida y aumentada por el autor*, 5ª ed., Barcelona, Ariel, 1990, pp. 504-505 e pp. 542 e ss.. Interpretações e descrições sobre o papel de Vittorio Emanuel III na subida dos fascistas ao poder – antes e depois da demonstração de força conhecida como “marcha sobre Roma” – e em que se sublinha o papel do monarca como obstáculo aos designios de Mussolini, Renzo De Felice, *Mussolini il fascista. I. La conquista del potere. 1921-1925*, s.e., Turim, Einaudi, 1995, pp. 310-315 e pp. 353-387; Denis Mack Smith, *Mussolini*, s.e., Londres, Phoenix, 1994, pp. 50-54; R. J. B. Bosworth, *Mussolini*, s.e., Londres, Arnold, 2002, p. 168.

³⁷ Hipólito Raposo, “Esperança Nossa” in *A Monarquia*, 26 de Outubro de 1923, p. 7 (destaques no original).

³⁸ Idem, *ibidem*.

“... alguma vez há-de ser.”

Pelo meio, na mesma data e no seio do mesmo movimento, entre, grosso modo, António Sardinha e Rolão Preto, por um lado, e Hipólito Raposo, por outro, apresentava-se José Pequito Rebelo. Muito embora aparentasse desprezar aquilo que intimamente o preocupava enquanto decorria o ano de 1923 – a “continuidade governativa do Sr. António Maria da Silva, esperançosa criança de mais de um ano”³⁹ –, garantia que o Integralismo não tinha morrido (uma notícia na qual até o próprio teria dificuldade em acreditar). Vivia, por enquanto, “uma vida interior, fecunda e esperançosa”, não anunciando o seu “regresso à actividade militante, porque no momento azado os actos falarão mais do que as palavras.” Mas quando o Integralismo reaparecesse, fá-lo-ia “com mais intensa vida e perfeita consciência, corrigido até de defeitos e preconceitos, a que a luta quotidiana o poderia ter arrastado.” Esse “integralismo novo” deveria definir os seus “caracteres”. Ora dois desses caracteres, eram particularmente importantes, porque por um lado legitimavam, e por outro permitiam perceber o alcance e significado de várias iniciativas políticas tomadas pelos integralistas em 1924, 1925 e 1926, nomeadamente a razão, ainda que indirecta, da ida e participação de Pedro Theotónio Pereira no encontro de estudantes católicos no CADC em Março-Abril de 1924. O primeiro caracter estipulava que o Integralismo

*Deverá aproximar-se ainda mais do catolicismo, integrando-se nas direcções gerais da política católica e professando um cristianismo integral, juntando-se estreitamente o critério da conveniência social à certeza de fé.*⁴⁰

Mas simultaneamente, e este era o segundo caracter,

*No campo da acção e da política prática, não incorrerá no sectarismo ou partidarismo e pregará a união de todos os portugueses numa Cruzada de organização profissional e de luta nacionalista contra os bandos financeiros e as clientelas.*⁴¹

Na circunstância de se tornar a ter em atenção o teor da correspondência enviada por Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha, é possível aferir alguns pormenores da vida política quotidiana, do campo monárquico e conservador, mas curiosamente nunca da católica, decorrida no período que mediou entre a campanha moralista de 1923 e a incursão coimbrã de Pedro Theotónio Pereira na qualidade de estudante nacionalista integral e (futuro) *católico integral*. Essa correspondência permite compreender, parcialmente, em que circunstâncias políticas e em que situação política o jovem dirigente estudantil da Faculdade Ciências chegou a Coimbra. Dias

³⁹ A ela se referia de forma inopinada as mais variadas vezes ao longo do artigo.

⁴⁰ Um outro caracter afirmava: “Dará toda a importância à propaganda doutrinária de ideia nacionalista e monárquica com a certeza de que a força das ideias é irresistível; evitará cair nos perigos do excesso nacionalista, corrigindo-os com o princípio cristão e o princípio tradicionalista.”

⁴¹ O quarto e último caracter, pretendia do Integralismo o seguinte: “Pôr-se-á ao serviço da Contra Revolução nacional, apelando para a capacidade reconstrutora da Raça, que, uma vez que lhe seja ministrada uma doutrina de razão e de Tradição, será a competência executora do que convém à Nação.” *A Monarquia*, 26 de Outubro de 1923, p. 4.

antes da publicação daquele que seria o penúltimo número da *Monarquia*,⁴² Pedro Theotónio Pereira enviou a António Sardinha uma carta na qual dava, uma vez mais, notícia do seu crescente desinteresse por aquelas que considerava serem “questões secundárias como o Chiado e quejandos”, embarcado que estava “resolutamente nas coisas da ciência.” Longe do Chiado, enfiado na “Patagónia”, confessava “continuar a habitar a velha rua da Luta [n.º 20, 3.º Dr.]”⁴³, ou seja a casa de seus pais, trocando assim a intriga política e mundana do Chiado e da “Brasileira” pelo recato dos estudos e do convívio familiar. Pedro Theotónio Pereira, anunciava ter acabado de “travar relações com o sr. Mariotte”, não se eximindo de confessar ter-se sentido imediatamente mal impressionado com a personagem que já algumas dores de cabeça dera aos integralistas, em geral, e a Sardinha, em particular.⁴⁴ O reverendo, autor dos *Meus Cadernos*, provocara-lhe uma “péssima impressão”. Uma “afirmação” assim tão delicada, seguia, porém, “muito confidencial”, ficando para um dia a promessa de que provaria a “embirração dos primeiros aspectos.” Ainda sobre o mesmo tema, e antes de poder fazer pessoalmente a António Sardinha (in)confidências mais detalhadas, escrevia: “Grito-lhe apenas: Cuidado com esse homem!”⁴⁵ Simultaneamente, informava que corriam rumores de que havia “rijos esforços para renovar a chama monárquica”. Era algo que, pelos vistos, ao menos os monárquicos da *Nação Portuguesa* e da *Época* não estavam a conseguir fazer, e que claramente, em 1923, António Sardinha já deixara para plano secundário. A renovação da chama, procurada por terceiros, far-

⁴² O que sucedeu, como se viu, a 26 de Outubro de 1923.

⁴³ A antiga R. Duques de Bragança.

⁴⁴ Sobre as divergências envolvendo Mariotte e os integralistas, nomeadamente com António Sardinha, a propósito da paternidade do ideário expresso nos *Meus Cadernos* e, um ano mais tarde, em 1914, na *Nação Portuguesa*, José Manuel Alves Quintas, “*Filhos de Ramires. No Advento do «Integralismo Lusitano», 1913-1916*”. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea (século XX), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1997, pp. 14-15 e pp. 156-158. Mais tarde, Pedro Theotónio Pereira mudaria, consciente e radicalmente, a sua opinião sobre Mariotte, escrevendo o seguinte a António Sardinha: “Li também a do Mariotte e confesso-lhe lealmente que gostei. Tudo o que até agora tinha visto a respeito dele era bem pouco simpático. Aquilo assim está certo, se bem que eu navegue na sua opinião quanto ao êxito do manejo... Esta coisa por aqui vai de mal a pior.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, s.d. (documento n.º 51). Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII. Nesta mesma missiva, dava a conhecer ao seu interlocutor aqueles que se tinham tornado nos seus ódios políticos de estimação: “Ai! Meu amigo! Que desespero o de se viver num tempo destes, ter olhos para ver, mas não ter força nem valor para os correr à chicotada. Jornalistas, homens de letras, políticos Talassas, que cáfila tão reles!...”

⁴⁵ A 18 de Outubro de 1923, saíra o primeiro número da “nova série” de *Os Meus Cadernos*. O reaparecimento desta publicação, da responsabilidade do correspondente da *Época* em Paris, “levou ao auge o pandemónio em que mergulharam os monárquicos”. O resultado imediato mais relevante que produziu, foi a proclamação pelo *Correio da Manhã*, em finais de 1923, da fidelidade do ramo monárquico que representava aos princípios da monarquia constitucional. Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)*, 3.º vol., s.e., Lisboa, Inquérito, s.d., pp. 220-231. Mais tarde, a propósito da polémica que envolvia os católicos da *Época* e das *Novidades*, o “sr. Mariotte” não deixaria de fazer das suas a Fernando de Sousa. Numa carta que enviou, através do matutino *Novidades*, ao “clero português”, apelidava Fernando de Sousa e Domingos Pinto Coelho de “transviados portugueses” pelo facto de terem querido fazer da *Época* um “baluarte de resistência à política da Igreja em Portugal, ordenada pelo Santo Padre e executada pelo venerando Episcopado.” Para rematar, “Mariotte insinuou que Fernando de Sousa recusara um lugar proeminente no Centro Católico em virtude da sua recentíssima aceitação de vogal do Conselho Político da Causa Monárquica.” Acusações publicadas a 13 de Janeiro de 1925 e citadas em Adelino Alves, *op. cit.*, pp. 174-175.

“... alguma vez há-de ser.”

se-ia pela criação de um jornal no qual se reuniram em “plataforma”, integralistas e manuelistas, procurando talvez constituir aquilo que fora estipulado aquando da celebração do pacto de Paris mas que nunca se cumprira, nem se cumpriria.⁴⁶ O responsável do periódico seria um tal Costa Pinto, o “Couveiro cá de dentro!” Pedro Theotónio Pereira, naturalmente, não só estava e se dizia de fora desta iniciativa, como considerava uma autêntica “miséria!” tudo aquilo que pudesse significar uma aproximação, uma cedência a D. Manuel e aos seus seguidores. Isto apesar da sua colaboração com *A Época*, jornal do manuelismo, ainda que em versão que se podia presumir “integralista”. Por outro lado, era evidente que Hipólito Raposo procurava manter alguma distância em relação a Theotónio Pereira e, talvez também, em relação à estratégia do Integralismo em curso – presumindo que alguma havia –, enquanto Pequito Rebelo mantinha os defeitos políticos de sempre – que Pedro Theotónio Pereira, infelizmente, não especifica –, mas claramente compensados pela beleza do seu carácter.⁴⁷

Algumas das noites lisboetas, passava-as Pedro Theotónio Pereira a conspirar, fazendo-o não apenas na redacção da *Época*, mas também na calçada do Combro, ou seja, na sede das Juventudes Monárquicas.⁴⁸ Na noite do dia em que completou 21 anos, conspirou moderadamente. Fê-lo com Afonso Lucas, Almeida Correia e o Padre Terças, discutindo “coisas do Manuelismo” e escutando a proposta de criação “duma Confederação Social-Católica” – cujo significado se desconhece –, na qual entravam Trindade Coelho,⁴⁹ Rodrigues Leal⁵⁰ e um certo Forjaz.⁵¹ A conversa foi longa, durando até muito próximo das três da madrugada. Os participantes dividiam-se entre aqueles que se constituíram num “bloco prudente” (Augusto Forjaz, Manuel Rodrigues Leal e o próprio Pedro Theotónio Pereira), e aqueles que diziam “coisas extraordinárias.”⁵²

No que restava do mês de Novembro de 1923, nas missivas que enviava para Elvas, além de garantir continuar a “ignorar o Chiado”,⁵³ Pedro Theotónio Pereira fazia fé na relevância

⁴⁶ Sobre este tema, ver o capítulo II deste trabalho.

⁴⁷ “O Hipólito esteve aí e falhei-lhe de raspão. Tenho a impressão de que continua impenetrável. Falei com o Pequito. Apesar de todos os pequenos defeitos é um grande coração e um belo carácter. É para mim uma grande consolação reconhecer estas coisas ainda que pela centésima vez.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, 23 de Outubro de 1923 (documento n.º 51). Loc. cit.

⁴⁸ Onde, de vez em quando, Fernando de Sousa, entre outros, fazia umas palestras. Fê-lo, nomeadamente, em Maio de 1923. Avelino Alves, *op. cit.*, pp. 160-161.

⁴⁹ Henrique Trindade Coelho.

⁵⁰ Provavelmente, Manuel Rodrigues Leal.

⁵¹ Talvez se trate de Augusto Forjaz, sendo também (pouco) possível que se referisse a D. António Pereira Forjaz.

⁵² O nome da personagem que preferiu tais “coisas”, encontra-se ilegível na epístola original. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, 8 de Novembro de 1923 (documento n.º 9). Loc. cit.

⁵³ Mas mais à frente, confessava ter ido na véspera, Quinta-feira, à *Brasileira* do Chiado.

“... alguma vez há-de ser.”

de dois artigos da autoria de António Sardinha publicados na *Nação Portuguesa*.⁵⁴ Acreditava poderem vir a ser um instrumento útil de combate em prol da causa integralista – na qual, nos momentos êxtase provocados pela leitura dos textos de Sardinha, parecia voltar a acreditar – e, sobretudo, de reafirmação de posições doutrinárias no campo monárquico, uma vez que, julgava, os “possíveis contraditores portugueses ou galegos” – referindo-se aos apoiantes e/ou nostálgicos das cavalgadas monárquicas comandados por Paiva Couceiro –, se falassem, perderiam “excelentes ocasiões de ficarem calados.” Iguamente “indispensável” era que não houvesse “eclipses” na visibilidade de uma doutrina expressa quase exclusivamente através da *Nação Portuguesa*.⁵⁵ A situação actual, com a publicação muito irregular, poderia ser fatal.

Quanto à intriga política pura e à diminuta constelação de pessoas e factos que dela quotidianamente faziam parte, Pedro Theotónio Pereira recordava, como toda a gente sabia, a começar pelo próprio Sardinha, apesar de afastado e plantado à beira de Badajoz, que havia “imensas revoluções na forja”. Confidenciava depois: “Fui convidado para uma, muito misteriosamente, mas Deus louvado, tenho a impressão de que poderei continuar circulando entre a Escola e a Casa. Suporá do que se trata...” De regresso “às tais reuniões sociais da Calçada do Combro”,⁵⁶ nelas participava aparentemente sem qualquer interesse. Não havendo discursos e declarações com espírito de megalomania, como sucedera dias antes por parte dum interlocutor, Pedro Theotónio Pereira declarava ter sido rapidamente assaltado pelo sono. Mantinha, porém, ou pelo menos dele dava notícia, ainda que não fosse absolutamente exacto, o

⁵⁴ António Sardinha, “Significado do Amadis – I” in *Nação Portuguesa*, 2.ª série, n.º 9, Março de 1923, pp. 400-409; idem, “Significado do Amadis – II” in *Nação Portuguesa*, 2.ª série, n.º 10, Abril de 1923, pp. 455-468.

⁵⁵ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, sem data (documento n.º 3). Missiva redigida após a publicação dos números 9 e 10 da *Nação Portuguesa*, e aos quais o seu autor se refere implicitamente. Muito embora, na capa, estes números da *Nação Portuguesa* tenham as datas de Março e Abril, respectivamente, a verdade é que apenas no dia 31 de Outubro de 1923, a imprensa, e em particular o *Diário de Lisboa*, publicou uma nota dando notícia de ter sido recebido na redacção o n.º 10 daquela revista. É também posterior à carta do dia 8 de Novembro, já citada, uma vez que nesta Pedro Theotónio Pereira se queixava de ainda não ter recebido as botas que encomendara aquando da sua estada em Elvas, em casa de António Sardinha, na primeira quinzena de Setembro. “Calculo que o Gama seja um indigno descendente do almirante. Nunca mais vejo aproar à barra as botas de bezerro. Peço-lhe desculpa e agradeço-lhe a maçada que isso lhe deve ter dado.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha.” Novembro de 1923 (documento n.º 3). Loc. cit. É óbvia a vaidade de Pedro Theotónio Pereira em matéria de calçado. Queria fazer furor com as botas, no Chiado ou em Londres. Não é difícil imaginá-lo do alto do seu 1,87 m, com uma voz poderosa, chamar a atenção dos seus interlocutores para a originalidade e qualidade de umas botas feitas por encomenda na terra de António Sardinha.

⁵⁶ Para ter uma noção clara da exiguidade geográfica, social e política do espaço lisboeta, e pelo qual Pedro Theotónio Pereira se movia, vale a pena transcrever o seguinte trecho: “No sítio em que a R. do Século vem desembocar à calçada do Combro, vê-se, à esquerda, o palácio dos Castros Marim e Olhão, onde esteve durante muitos anos o Correio Geral, hoje sede do jornal *A Batalha* [...]”

Em seguida abre-se do lado direito a R. do Marechal Saldanha, em cuja esquina [...] E. [se situa] o palácio Azambuja, hoje ocupado pelo *Centro Nacionalista* [...].

A seguir, do lado esquerdo, esquinando para as ruas da Rosa e Atalaia, [situa-se] o palácio Sousa Calharizes, hoje dos duques de Palmela, onde se acham a Liga Naval, o Automóvel Clube de Portugal, o Aero-Clube, o Centro Nacional de Esgrima e outras associações desportivas.” *Guia de Portugal*, 1.º vol., *Generalidades, Lisboa e Arredores*, s.e., s.l., s.d., p. 358.

“... alguma vez há-de ser.”

seu cepticismo antropológico – ou seria diletantismo? – quando se tratava de avaliar genericamente o papel dos homens em matéria de acção política:

Falas mansas, sorrisos, espírito claro. A alma humana é um mistério insondável. O que me desorienta mais no meio de tudo isto é a dificuldade que há em julgar para quem queira ser justo. Há o mal, o erro, a mentira, a patifaria mais sórdida. Ergue-se a mão e encontra-se o vácuo. Meu Deus ! E pergunta-se! Bater em quem ? Castigar quem ? Isto não é pessimismo. É uma maçada.

Depois de pedir a António Sardinha que lhe escrevesse “duas linhas”, Pedro Theotónio Pereira agradecia-lhe as “botas” que em cartas anteriores tanto desesperara por receber em Lisboa.⁵⁷ Comunicava que, depois de “devidamente tratadas”, fariam “um sucesso londrino.”⁵⁸

Resumindo, naquilo que ao Integralismo respeitava, prosseguia, como sempre, a acreditar nas virtudes da doutrina, na capacidade que esta teria para regenerar Portugal e, também, no enorme talento de Sardinha como arauto dessa doutrina. Embora não se conheça qualquer outra correspondência que neste período Pedro Theotónio Pereira tenha trocado com as restantes figuras gradas do Integralismo Lusitano, não se pode afirmar em que medida se lhes poderá ter dirigido exprimindo uma outra visão da política e do movimento, e, também, o papel que a essa outra, ou outras, figuras atribuía enquanto “apóstolo” da doutrina do movimento. De qualquer modo, em finais de 1923, Pedro Theotónio Pereira encontra-se algo afastado do Integralismo, o que não significa que o estivesse de António Sardinha. Tendo o movimento praticamente deixado de existir e procurando às vezes reemergir na acção política aos ombros de pessoas e de ideias que não lhe mereciam qualquer consideração intelectual e, sobretudo, política, restou-lhe refugiar-se na *Época* e no seu catolicismo monárquico que, por seu lado, e por motivos que se desconhecem, o levaram a aproximar-se e a colaborar com os sectores de juventude estudantil católica e, também, monárquica que acabariam por cair – voluntariamente ou não – nas mãos do CADC e, mais remotamente, do Centro Católico Português e do Episcopado Luso. A coisa era de tal forma, tornando-se o CADC, passo a passo, para Pedro Theotónio Pereira cada vez mais importante, que no segundo dia do Congresso as palavras por ele ali proferidas mereceram uma referência na imprensa:

O sr. dr. Pedro Theotónio Pereira, representante de um grupo de estudantes católicos de Lisboa,⁵⁹ pronuncia interessantes palavras sobre a finalidade do C. A. D. C., cuja obra descreve e elogia.

⁵⁷ “Esse Gama que me descubra o caminho das botas cá chegarem e isto é claro sem o meu Amigo se maçar mais.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, 23 de Outubro de 1923 (documento n.º 51). Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII

⁵⁸ Fosse porque se preparava para ir a Londres, fosse porque pareceriam importadas da capital britânica. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, Novembro de 1923 (documento n.º 3). Loc. cit.

⁵⁹ Mais propriamente, o Instituto de Estudantes de Lisboa. No Arquivo Marcello Caetano encontra-se depositada alguma documentação respeitante a este organismo. Trata-se de duas actas de duas sessões do dito Instituto, uma listagem dos seus membros e a cópia de uma carta de apresentação do Instituto enviada ao cardeal patriarca de

“... alguma vez há-de ser.”

Refere-se à mocidade portuguesa dizendo ser lastimável ver uma grande parte dela dispersa, dividida, por falta de espírito cristão. Defende a propaganda do ideal religioso por todo o país, e por todas as classes, sem a qual – afirma – será impossível o ressurgimento nacional.

[...]

Foi muito aplaudido.⁶⁰

De qualquer modo, nesta fase, Pedro Theotónio Pereira e António Sardinha, não deixavam de perseguir objectivos e desempenhar algumas tarefas em comum. Um dado bastante interessante na correspondência trocada entre si nos derradeiros meses de 1923, refere-se, por um lado, ao testemunho de que certas propostas políticas da responsabilidade de António Sardinha e que deviam chegar – ou até podiam já ter chegado – a alguns dos membros da Junta Central, em Lisboa, mas que não eram aceites, por delicadas ou discutíveis, tinham a intermediação e o empenho de Pedro Theotónio Pereira. Juntamente com António Rodrigues Cavalheiro, cabia-lhe recordar e reforçar argumentos que Sardinha dava por carta ou telegrama.⁶¹ Por outro lado, e igualmente considerável, é a evidência da constituição e cristalização de uma sensibilidade, para não dizer facção, no seio do que restava do Integralismo Lusitano e que tinha António Sardinha como chefe. Uma sensibilidade que além de política e doutrinal era, ou pretendia ser, pessoal e, acima de tudo, ética. Este facto, tornou-se particularmente evidente a propósito de um artigo da autoria de Afonso Lucas publicado na *Época* e no qual este, em tom pretensioso, além de reivindicar para si a denúncia de uma eventual pantominice envolvendo o Ministério das Finanças e a Administração do Banco de Portugal, fazia gala de grande conhecimento técnico e maior superioridade moral em matéria de negócios públicos. A história, que remontava aos finais do Verão de 1923, podia, para Afonso Lucas, resumir-se da seguinte forma:

[...] Ora eu sabia que o Estado não tinha dinheiro – e o Estado aparecia-me com dinheiro! Logo...onde ia o Estado buscá-lo senão às estampanias do Banco de Portugal?!

Natural seria, contudo, que colocados perante o inegável e o irremediável, o Estado e o Banco confessassem toda a verdade: precisámos de dinheiro – fizemo-lo. Contávamos saldar o suprimento com o produto dos impostos mas este não chegou. Ficou um saldo a descoberto – é este.

Era ao menos honesto.

Lisboa implorando o “reconhecimento canónico.” Arquivo Marcello Caetano (AMC), Instituto dos Estudantes Católicos de Lisboa, 1923-1924, Caixa 1, n.º 1-4.

⁶⁰ A *Época*, 2 de Abril de 1924, p. 4 (3.ª coluna).

⁶¹ “Tomei na devida consideração o seu conselho e tanto o António [Rodrigues Cavalheiro] como eu, faremos sempre por lembrar as suas palavras. O assunto, como de resto concorda, é confuso. Falei com o Alberto [Monsaraz] que me afirmou estar resolvido a não perder a ocasião. Esse, pelo menos está bem informado. O Hipólito [Raposo] que estava presente não rejeitou em princípio. Torceu o nariz é certo. Pelo Alberto fiquei no entanto com a impressão de que o quer que mas(?) tem mais carácter defensivo que ofensivo. Pela minha parte, observo, e espero cumprir simplesmente o meu dever.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, 23 de Novembro de 1923 (documento n.º52). Loc. cit.

“... alguma vez há-de ser.”

Cedo me convenci, porém, de que nem os eunucos que constituíam o governo, nem os eunucos que dirigem o Banco Emissor, a instituição bancária mais ignóbil que existe em todo o mundo, teriam a coragem moral de assim proceder – e agora se vê que não me enganei.⁶²

Pedro Theotónio Pereira, perante esta linguagem e aquilo que, do seu ponto de vista, não passava de um julgamento superficial e demagógico de factos expostos e analisados de forma leviana, ferido no seu orgulho pela razão de seu pai ser um dos directores da instituição financeira em causa, indignava-se e dava nota desse seu estado de espírito a António Sardinha.

Eu cada vez mais me encho de tédio pela contemplação destas águas mortas. Leu na Época de ontem, um artigo do Lucas chamado Profeta ou coisa parecida ? Leu-o todo ? Esse homem está-me causando um misto de tristeza e de nojo. Digo-lhe isto sem azedume e com o coração bem aberto em ambas as mãos. Há coisa duma semana tive uma conversa com ele e com a lealdade que sempre uso para aqueles a quem suponho amigos, expus-lhe amplamente a questão confessando eu próprio os pontos fracos, mas provando-lhe com firmeza que nenhuma imoralidade nem crime havia da Direcção do Banco. Fui até ao ponto de lhe contar as diligencias e os esforços empregados por meu Pai para travar como travou o desvario dessa gente. Ainda anteontem lhe enviei os relatórios dos últimos cinco anos para estudar a questão. A resposta foi esse artigo das profecias bem fácil de fazer para quem como ele estava bem informado, aonde nada se respeita, nada se reconhece e não hesita até em chegar ao insulto. Eu sei que a Direcção tem erros e responsabilidades. Nada porém de comparável ao que o Lucas afirma, colocando-os no mesmo pé de igualdade que os ministros da republica. Assim não se faz justiça nem obra de verdade. Aí tem em que deu um advogadeco da provincia que veio de Alvaiázere para a cidade disposto a largar fogo ao templo para que lhe notassem a pouca figura.⁶³

Independentemente do ressentimento pessoal provocado por todo este incidente, e que terá feito com que Pedro Theotónio Pereira se expusesse em demasia junto do seu interlocutor epistolar, certo era que buscava uma solidariedade, mesmo que não expressa por António Sardinha, de que se sentia não apenas necessitado mas sobretudo credor.⁶⁴ Por isso, rematava a abordagem de um assunto que lhe era tão caro, recordando aquilo que do seu ponto de vista diferenciava, para melhor, o campo sardinhista do restante Integralismo. Estava evocada uma cumplicidade que o unia e manteria em relação privilegiada com o seu interlocutor, mesmo que uma e outra existissem apenas na cabeça de Pedro Theotónio Pereira.

Decididamente, nós somos doutra loiça. E quantas vezes lhe tenho eu dito que esses poucos homens da Junta Central reuniam de facto qualidades admiráveis de sinceridade e de honradez!! É desolador este abandono em que tudo naufraga e os que parecem melhores por vezes oscilam e caem !...⁶⁵

⁶² Afonso Lucas, “Uma campanha anti-inflacionista” in *A Época*, 22 de Novembro de 1923, p. 2.

⁶³ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”, 23 de Novembro de 1923 (documento n.º 52). Loc. cit.

⁶⁴ Uma vez que se desconhece a correspondência de António Sardinha para Pedro Theotónio Pereira, apenas se pode especular sobre se essa solidariedade pessoal e política terá sido, ou não, prestada.

⁶⁵ *Ibidem*. Destaque nosso. Afonso Lucas tornou-se, apenas tardiamente, membro da Junta Central.

“... alguma vez há-de ser.”

Finalmente, já em Dezembro de 1923, continuava a ser presentida, aos olhos de Pedro Theotónio Pereira, a persistência da degradação do Integralismo Lusitano. Qualquer iniciativa mais voluntariosa parecia-lhe, no mínimo, ingénua e, claro, inconsequente. Escrevia ele:

O Sarmento Brandão⁶⁶ lá continua resolvido a levantar a bandeira do pelicano, rodeado da sua melancólica Junta, pensando em publicar um semanário: a Voz da Nação. Chamou-me, instou-me, nomeou-me. Eu respeito-o, porque me habituei hoje a respeitar tudo em que veja sinceridade e convicção. Coitado! Quer formar Núcleos! A mim, escolheu-me para chefiar a organização secreta “A Milícia da Pátria”.⁶⁷

Do mesmo modo, algumas iniciativas mais abrangentes do ponto de vista doutrinário, e teoricamente promissoras, mexiam-lhe com os nervos. Sobretudo se feitas fora do espírito de reacção que pautava o pensamento conservador em que quotidianamente se movia. Não admira, portanto, que tivesse ficado fora de si com o artigo de apresentação da *Homens Livres*,⁶⁸ e da autoria de António Sérgio. Considerava-o “pouco sincero – e isso é bem mau –”, ou então estava “muito mais no século XIX do que julga[va].”

[...] esse artigo do Sérgio que devia ser um pórtico largo e aberto e é uma portinha bem pouco sugestiva. Se ele tornar a repetir semelhantes dislates talvez me resolva a quebrar o isolamento que me impus e atirar às ortigas esses tais iluminados da Biblioteca e do séc. XX. E desde já lhe peço que não se desgoste nem me chame faccioso. Compreendo perfeitamente a necessidade de transigir para quem queira abrir caminho – já que por desgraça a nós nos falta os mais elementares meios de agir.⁶⁹

⁶⁶ Provavelmente, António Sarmento Pereira Brandão. Advogado, monárquico, presidente da Junta Municipal de Lisboa do Integralismo Lusitano, membro da Cruzada Nacional Nun'Álvares e de várias estruturas que a precederam. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 191.

⁶⁷ Documento truncado. Pelas referências aí feitas à recente publicação da revista *Homens Livres*, datou-se este documento Dezembro de 1923. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha.” Dezembro de 1923 (documento n.º 11). Loc. cit. Nesta missiva, e a propósito de uma alusão ao incidente envolvendo a Administração do Banco de Portugal, acima citado, aproveita para chamar “imbecis” e “iconoclastas” àqueles que lançavam “mão da pena” para se pronunciarem sobre aquilo que desconheciam.

⁶⁸ “Nos inícios de 1923, Sardinha escrevia a Proença, comunicando que aceitava colaborar no Guia de Portugal sobre Elvas e Portalegre, e já anunciava a necessidade do encontro entre os da *Nação Portuguesa* e os da *Seara Nova*: ‘Como homens de inteligência e de boa vontade, precisamos de dar o exemplo nesta sociedade dividida por ódios ignaros e ignóbeis’ [...]” Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, p. 372. Sobre a colaboração de Sardinha na *Homens Livres*, pronunciou-se um monárquico e integralista e que bem conhecia a vida e o carácter daquele: “Vimo-lo, nos últimos tempos da sua vida, acamaradar com uma chafarica de ‘Homens Livres’, sabujando dois autênticos mistificadores e malfeitores da Inteligência - Raul Proença e António Sérgio [...]” Alfredo Pimenta, *A propósito de António Sardinha. Carta ao escritor brasileiro Guilherme Auler com quatro cartas de António Sardinha*, Lisboa, Edição do Autor, 1944, p. 46.

⁶⁹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”. Dezembro de 1923 (documento n.º11). Loc. cit. Destaque nosso. Sobre a revista e o grupo dos *Homens Livres* escreveu Hipólito Raposo: “Não chegou a efectivar-se a minha adesão a este grupo, por me ter sido recusada a publicação de um artigo intitulado *Nos liberi sumus*, em que abertamente combatia a personalidade política e moral do presidente da república, Manuel Teixeira Gomes. Vendo que em tal reduto não se reconhecia a todos o pleno direito de ser livre, desde logo me desinteressei do intento que, sob aliciente rótulo, congregava tantos e tão ilustres portugueses.” Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro, volume I (1911-1925)*, s.e., s.l., Edições Gama, 1945, p. 235.

“... alguma vez há-de ser.”

Porém, em coerência, o ódio político de estimação continuava a reservá-lo para os “talassas de dia para dia mais estúpidos”, aproveitando para recordar que “pelo Pacto de Paris” teria sido “até capaz de combater contra o Pai se ele o houvesse assinado.”

Desde Maio de 1922, do ponto de vista político, a biografia de Pedro Theotónio Pereira vinha acumulando fracassos, independentemente do Pacto de Paris lhe ter dado, como a António Sardinha – o seu principal mentor e protector político e doutrinário⁷⁰ –, aquilo que mais desejavam. É certo que, apesar de rude, a nova situação provocada pelo pacto criou todas as condições para que de modo informal se impusesse no seio do Integralismo Lusitano o projecto sardinhista. Um projecto que recusava para o movimento as veleidades do número e qualquer, ainda que vaga, pretensão de o tornar, a prazo, num autêntico partido político, mesmo que agindo nas margens ou totalmente fora do sistema político e eleitoral vigente. Recusando Sardinha e Theotónio Pereira, ao contrário doutros – nomeadamente Hipólito Raposo –, a ditadura do número que era, também, na opinião deles, a da mediocridade; resolvido o problema da legitimidade do ramo da monarquia portuguesa que se deveria impor aquando da sua restauração, em virtude das (tidas por más) decisões tomadas pelos Braganças em Abril de 1922, Sardinha e os seus jovens seguidores detinham, duplamente, as mãos livres para levarem a cabo uma estratégia política idêntica àquela que, com êxito, o Integralismo Lusitano adoptara entre 1914 e 1919. Constava ela da afirmação duma forte identidade política e doutrinária que, porém, apenas seria rentabilizada nos seus objectivos de regeneração da pátria no caso de se encontrar em condições de promover uma colaboração com entidades e indivíduos que buscavam o mesmo desiderato, partilhavam princípios e se entendiam quanto aos meios. Fomentando o entendimento à escala mais alargada possível e colaborando nas plataformas que o dito entendimento criava, aos integralistas e ao integralismo apenas restava, enquanto protagonistas que queriam ser e achavam que deviam ser, assumirem-se como vanguarda – a *vanguarda* – de um projecto que apenas poderia triunfar se fosse único porque agregador, e agregador porque único. O seu cimento seria a doutrina e, eventualmente, Sardinha, embora seja bom reconhecer que nunca ele gozou fora dos meios socialmente exclusivistas em que se movia e que pretendia cativar, qualquer popularidade e prestígio político. De qualquer modo, através da influência que António Sardinha exerceu sobre Pedro Theotónio Pereira e outros jovens integralistas que lhe permaneceram fiéis e que com ele directamente colaboraram até

⁷⁰ Fernando de Sousa tê-lo-á sido também, talvez em menor grau do ponto de vista intelectual, a partir de finais de 1922. O conhecimento da correspondência eventualmente trocada entre Pedro Theotónio Pereira e Fernando de Sousa talvez pudesse ajudar a esclarecer essa dúvida.

Janeiro de 1925,⁷¹ criar-se-ia e consolidar-se-ia um pequeno mas tenaz núcleo que agiu, após a sua morte, com o objectivo de regressar ao tipo de estratégia frentista que o conservadorismo⁷² em sentido amplo – monárquico, republicano, católico, laico, autoritário, reaccionário, revolucionário, patriótico, nacional, nacionalista... – poderia permitir. A partir do relançamento da *Nação Portuguesa*, em 1923, e independentemente de, por variadíssimas razões, a começar por aquilo que eram e faziam tanto Sardinha como o Integralismo, já nada ser como antes,⁷³ a verdade é que estavam reunidas as condições para, pela segunda vez, tanto António Sardinha como parte do Integralismo, trabalharem na busca da constituição de uma ampla frente conservadora e, portanto, de mostrarem capacidade para a influenciarem, a cada passo, assim como os acontecimentos que como objectivo derradeiro teriam a instauração de uma ordem social e política cujo elemento constitutivo essencial seria a negação dos pressupostos que vinham vigorando em Portugal desde, pelo menos, 1834, e não já tanto a aplicação do programa original do Integralismo.⁷⁴

Note-se que aquilo que alguns integralistas, como Pedro Theotónio Pereira, procuraram com denodo a partir de 1922, tinha precedentes e legitimidade histórica à luz do seu ponto de vista. Desde muito cedo, no ano imediatamente a seguir à saída da primeira série da *Nação Portuguesa*, o que aconteceu em 1914, vários integralistas tinham participado activamente na constituição da então chamada Liga Nacional. Na primeira reunião preparatória que conduziu ao seu estabelecimento, apareceram, entre outros, os nomes de António Sardinha, Hipólito Raposo e Alberto de Monsaraz. Em reuniões posteriores participaram ainda Rui Ennes Ulrich e José Pequito Rebelo.⁷⁵ Não tendo sido este tipo de iniciativas e movimentos alheios ao advento do

⁷¹ Sobre Sardinha escreveu Marcello Caetano: “Poucas vezes me foi dado conviver com alguém que oferecesse uma imagem assim de vibração permanente, harpa eólia em que todos os sentimentos humanos, todas as manifestações de inteligência e todos os apelos celestes disferiam cantos de altura.” Marcello Caetano, *Problemas da Revolução Corporativa*, s.e., s.l., Editorial Acção, 1941, p. 137.

⁷² Aqui como noutras circunstâncias, conservadorismo não exclui pensamento e acção revolucionária. Pelo contrário, inclui-o.

⁷³ Como os anos do sidonismo e aqueles escassos meses que imediatamente o precederam e sucederam.

⁷⁴ Era também a esta impossibilidade que Pedro Theotónio Pereira se referia nas suas *Memórias* quando escreveu: “A *Monarquia* publicava todos os dias um quadro encimado pela declaração: *O que nós queremos*.”

Indiscutivelmente, todos os propósitos e objectivos ali expressos eram bons, e só no terreno da pura especulação política, ou na controvérsia sobre o regime, seria possível encontrar quem discordasse.

Tudo na nossa doutrina nos parecia perfeito e acabado, tal qual Minerva nascendo já armada de elmo e lança.

Restava, porém, ver como se iriam realizar essas fórmulas no terreno dos factos. E foram talvez essas inquietações que me puseram a discutir o grau de realismo político que se podia conter nos programas partidários.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 36.

⁷⁵ Pouco tempo depois destas reuniões, em Abril e Maio, realizaram-se no “salão nobre da Liga Naval Portuguesa”, as famigeradas conferências de inspiração integralista em que se pretendia dissecar a propalada “Questão Ibérica”. O relato das peripécias que envolveram a curta vida da Liga Nacional encontra-se em Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, pp. 109-116. O autor recorda ainda a colaboração de vários integralistas (António Sardinha, Alberto de Monsaraz e João do Amaral) na revista literária *A Ideia Nacional*, dirigida por Homem Cristo Filho, publicada em Coimbra em duas séries, entre 17 de Março de 1915 e 15 de Julho de 1916. Espelho do “ressurgimento monárquico”, nela

regime político personalizado por Sidónio Pais, e apesar do fracasso em que redundaria, a vários níveis, a experiência sidonista, agravada ainda pelas revoltas monárquicas no “Norte” e no Monsanto, a verdade é que desde o seu regresso do exílio António Sardinha procurou, no essencial, retomar a sua política e a do Integralismo no ponto em que ficara antes da morte de Sidónio Pais ou, quiçá, mesmo antes da revolução de Dezembro de 1917, esforçando-se apenas para que os erros não se repetissem e, portanto, os resultados pudessem ser outros. Logo, e independentemente do exclusivismo Integralista, da sua tão autoproclamada intransigência, havia da parte de alguns dos seus membros a intenção de, a par da acção de doutrinação em prol dos seus ideais, e no terreno da prática política, se procurar estabelecer e consolidar pontes em torno de um programa comum de derrube da ordem republicana e liberal e da sua substituição por uma outra arrumação social e política. É claro que a dificuldade de concretização de tal desiderato era enorme, e que pelo facto de mais tarde ele ter sido conseguido, embora nunca ao gosto de todos aqueles que por essa nova ordem tinham propugnado, não significa que antecipadamente tudo estivesse (pré)definido e o papel do Integralismo, enquanto movimento de ideias e de conspiração política, fosse tão relevante como muitas vezes se diz e escreve.⁷⁶ Assim, para explicar e compreender o alcance da ida de Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano a Coimbra no fim de Março de 1924, dever-se-á ter presente aquele que era um amplo, desordenado e contraditório movimento de oposição ao republicanismo vigente e no qual Sardinha e os sardinhistas colaboraram mas não protagonizaram. Nesse amplo movimento, é claro que as intervenções de Sardinha podiam ter um certo alcance e significado, ao passo que aqueles que mereceram a participação de Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano em Coimbra se revestiam curta relevância. Porém, uns e outros, faziam parte de uma impressionante mobilização da sociedade civil e política portuguesa contra a ordem vigente.

estavam presentes as sensibilidades que definiriam todo o campo conservador até, pelo menos, à instituição do Estado Novo. Revolucionários e evolucionistas, liberais e anti-liberais. Idem, *ibidem*, p. 112.

⁷⁶ Ver, por exemplo, a lista de personalidades apresentadas por Oscar Paxeco no seu livro sobre o movimento militar de Maio de 1926. Ai aparecem alguns integralistas, mas não apenas se tratam de uma minoria quantitativa e qualitativa, como, em termos relativos, o seu peso seria ainda menor se o autor tivesse contabilizado também aqueles que fizeram o 28 de Maio com o comandante Cabeçadas. Oscar Paxeco, *Os que Arrancaram em 28 de Maio*, s.e., Lisboa, Editorial Império, 1937, pp. 8-9. Quanto à representatividade do universo de conspiradores enunciados nesta lista, vale a pena acrescentar o seguinte comentário: “Estes nomes pertencem quase todos às correntes ultramontanas, integralistas, monárquicas e até assumidamente fascistas, e são apresentados dez anos após o golpe; já a lista publicada no *Diário do Governo* de 5 de Junho de 1926 é de carácter mais republicano, embora não figurem nomes relevantes ou conhecidos.” José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 144. Mas quanto à questão da participação do Integralismo Lusitano e de Pedro Theotónio Pereira no 28 de Maio, voltar-se-á mais à frente no texto.

“... alguma vez há-de ser.”

Neste contexto, pode causar alguma perplexidade, mas é afinal bastante elucidativo, o facto de Pedro Theotónio Pereira e o campo do Integralismo a que pertencia, desenvolver um combate tão duro e sistemático aos chamados “talassas”, nome por que eram conhecidos os monárquicos apoiantes de D. Manuel II. É claro que esse combate era alimentado por rivalidades e ódios pessoais e que tinha uma causa doutrinária profunda em torno da forma como a Nação se deveria organizar social e politicamente (pormenor de que no capítulo anterior já se falou). Porém, as diferenças foram discutidas e, por exemplo, apesar da reacção ao fim ao cabo histriónica dos integralistas ao pacto de Paris, tanto o pacto como outras conversas e acordos formais ou informais poderiam ter sanado as diferenças. Porém, enquanto monárquicos, senão todos os integralistas, pelo menos a sua Junta Central e, especialmente, os sardinhistas queriam a intransigência porque pensavam que apenas ela, a prazo, lhes permitiria hegemonizar o campo monárquico, hegemonia essa de que necessitavam para emergirem mais fortes e coesos na luta contra o republicanismo vigente. Na realidade, apenas uma interpretação desta natureza permite compreender que se por um lado se criticava doutrinariamente o manuelismo, os “talassas”, o seu parlamentarismo, a sua falsa democracia, a sua demagogia ou a sua submissão aos interesses da finança, por outro não lhes repugnasse a aproximação ao CADC e ao Centro Católico Português,⁷⁷ ou a personalidades e forças civis e militares profundamente republicanas, apesar de mais ou menos antiparlamentaristas, mas certamente adversárias do republicanismo vigente sob a batuta de Afonso Costa e, mais tarde, de António Maria da Silva.

Convém, por isso, notar as dificuldades e o elevado grau de improbabilidade na obtenção dum entendimento entre os diversos sectores conservadores – mesmo a uma pequena escala, como demonstram as missivas enviadas por Pedro Theotónio Pereira a António Sardinha –, e apesar de entre muitos deles existirem pontos políticos e doutrinários e canais pessoais de contacto. Basta evocar que, enquanto em Outubro de 1923, António Sardinha louvava os acontecimentos de Espanha e de Itália e o papel neles assumido por Primo de Rivera e Benito Mussolini, em Janeiro de 1924, Lino Neto, dirigente máximo do Centro Católico, proferia no *parlamento republicano*, na qualidade de deputado católico conservador com profundas

⁷⁷ Também Rolão Preto se aproximou, ou foi convidado a aproximar-se, do Centro Católico Português, tornando-se colunista regular das *Novidades* a partir de Abril de 1924. “Vem hoje trazer um novo brilho ao nosso jornal, a colaboração distintíssima do talento, da experiência e da fina observação do alto espírito que é Rolão Preto. Todo o país o conhece. Apresentá-lo seria apoucar-lhe o merecimento. A sua primeira crónica [social intitulada A “Farândola Internacional”] com que hoje inicia a sua colaboração, promessa magnífica de outras muitas, é segura afirmação do seu valor.

E como o é também da sua boa amizade por nós, pela bandeira que no jornalismo hasteamos, – a independência política ao serviço da Causa de Deus e de um Portugal melhor – um bom abraço com muitos obrigados.” *Novidades*, 4 de Abril de 1924, p. 1.

convicções políticas e sociais, um discurso contra os homens providenciais e contra as soluções políticas e institucionais por tais homens preconizadas e adoptadas naqueles dois países.⁷⁸

*O País não quer mais revoluções nem mais ditaduras. O que o País quer é trabalhar [...]. Eu bem sei que muitas pessoas voltam olhos para Espanha e para Itália, mas os regimes desses países são tremendas interrogações [...]. Não estamos à espera de Messias [...]. Não estejamos, como faziam os nossos antepassados, a olhar o horizonte a ver se descobriam o Encoberto, depois de Alcácer-Quibir. O Messias, o Encoberto, o Salvador, está dentro de cada um de nós.*⁷⁹

Embora se pudesse sempre argumentar que Sardinha, tal como Lino Neto, não esperava por um “Messias” – excepto, claro, se ele fosse esse “Messias” –, porque afirmava ter uma doutrina, um programa e um exército, ainda que diminuto, de generais, a verdade é que não era a forma diversa como em finais de 1923 e no início de 1924 as forças conservadoras liam as experiências espanhola e italiana, que impedia liminarmente o diálogo entre si.⁸⁰

Daí que, em meados de Novembro de 1923, não parecesse estranho que Pequito Rebelo se deslocasse a Coimbra, a convite do CADC, vindo a realizar uma conferência intitulada “As doutrinas sociais do catolicismo”. Na mesa presidia Oliveira Salazar, um homem com o qual, à partida, e tendo em conta as suas posições e as do Centro Católico, a que pertencia, em matéria dos princípios orientadores das relações entre o Estado e a Igreja e ao formato institucional que deveria assumir a cúpula desse mesmo Estado, estaria vedado qualquer tipo de colaboração por parte dos reconhecidamente intransigentes membros da Junta Central do Integralismo Lusitano. Não foi assim. Não era assim. Entretanto, no dia 25, realizar-se-ia no mesmo local uma conferência intitulada “Os lutadores da Vida”⁸¹ e proferida por António Pereira Forjaz, nada menos do que um dos presumíveis interlocutores de Pedro Theotónio Pereira nas discussões que mantinha pela madrugada dentro em Lisboa, na sede das juventudes monárquicas. Sabe-se ainda, por outras fontes, que Pequito Rebelo e António Sardinha

⁷⁸ Mesmo mais tarde, quando haveria da parte dos católicos do Centro uma maior margem para a defesa das soluções fascistas, as *Novidades* publicaram um editorial no qual a rendição aos encantos do fascismo, enquanto solução política, estava longe de ser total. “E assim sucede que inconscientemente as simpatias do mundo vão para o fascismo. Não tanto para a sua fórmula política, porventura discutível por ser fruto de um clima especial, como para o seu sistema corporativo. No domínio económico e social, a nossa época tem ainda muito de agrário e feudal que no século do maquinismo não corresponde já às nossas necessidades. A nossa época está, portanto, em busca de uma fórmula nova. A do bolchevismo é odiosa, estranha à nossa mentalidade e cultura. Mas a fórmula corporativa, recentemente introduzida na Itália pelo fascismo, é talvez aquela grande criação do espírito humano que, um dia, o futuro agradecerá à Itália mussoliniana.” “O Momento Internacional. Cinco Anos Depois...” in *As Novidades*, 28 de Outubro de 1927, p. 1.

⁷⁹ Lino Neto, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 17, 9 de Janeiro de 1924, p. 19, citado em Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, p. 117.

⁸⁰ As profundas divisões existentes depois de 1919 no campo monárquico, por um lado, e entre os católicos do Centro e os católicos monárquicos em matéria de regime, por outro, não impediram o progressivo triunfo de um certo conservadorismo a partir de 28 de Maio de 1926, muito por causa da incapacidade da I República para se reformar, como da ambiguidade política intrínseca ao movimento militar que se produziu naquela data e que criou enorme espaço para que a luta política se fizesse em novos moldes.

⁸¹ Ver notícias na *Época* dos dias 18 a 21 de Novembro de 1923.

tornaram-se, pelo menos a partir de 1923, visitantes frequentes de Coimbra,⁸² onde além de proferirem conferências em que apresentavam e repetiam as linhas gerais da sua doutrina, estreitavam laços com o importante grupo integralista de Coimbra e iam dialogando e buscando entendimento com figuras intelectual e politicamente relevantes daquela cidade, figuras essas normalmente ligadas à Universidade, ao CADC e ao Centro Católico Português,⁸³ sendo natural que gente destas instituições poderia também ela procurar, com objectivos políticos mais ou menos declarados, uma aproximação aos integralistas da Junta Central.⁸⁴

Para que se avalie o real significado dos acontecimentos na conjuntura em que se produziram, é bom que se adiantem algumas notas capazes de dar fundamento àqueles momentos em que Oliveira Salazar e outros parceiros seus do Centro Católico e do CADC não se abstinham de estabelecer pontes com personalidades destacadas dos meios conservadores, católicos, monárquicos e, nomeadamente, do Integralismo Lusitano. Esta atitude, é certo, apenas daria os seus frutos no médio prazo. Mas no curto prazo, e no decurso da citada conferência de Pequito Rebelo no CADC, Salazar, um dos seus dirigentes máximos, comportava-se à altura. No momento de anunciar o convidado, apresentava-se a si próprio ao

⁸² “Sei que vai a Coimbra e lá é esperado por muitos fiéis antigos, com rara ansiedade. Venha depois por aqui aonde tem amigos de verdade que o verão com muita alegria.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”. 21 de Novembro de 1923 (documento n.º 2). Loc. cit. “Suponho que esta [carta] ainda aí o vá encontrar prestes a sair talvez para a sua corrida a Coimbra a rebater o Spengler e vir depois enfim passar uns dias a este burgo do Augusto de Castro [...]” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha”. S.d. [1924] (documento n.º 15), loc. cit..

⁸³ Também é verdade, e convém não o esquecer, que Pequito Rebelo era, em 1923, e sê-lo-á posteriormente, dirigente tanto do Integralismo Lusitano como da União Agrária, entidade esta pertencente à União dos Interesses Económicos. Ora, sobretudo “ao longo de 1925 e durante o primeiro semestre de 1926”, convergiram politicamente “personalidades” do Centro Católico Português, da Causa Monárquica e, também, do Partido Republicano Nacionalista de Filomeno da Câmara, com a União dos Interesses Económicos. Duas das expressões visíveis desta convergência foram o vespertino *O Século* e a Cruzada Nuno Álvares. Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, p. 181.

⁸⁴ Existe, pelo menos, um testemunho daquela que seria a possível e desejável proximidade de posições entre o Integralismo Lusitano e o Centro Católico, proximidade essa cultivada por Sardinha e anterior ao próprio sidonismo. “Do apreço de Sardinha pelo Dr. Lemos Ferreira sou eu [Simeão Pinto de Mesquita] boa testemunha. Recorda-me bem, aí por 1916 ou 17, quando em Lisboa fazia o meu serviço militar, que ele me falou com verdadeiro interesse do estudo que o nosso amigo então consagrara ao “Ideal Português”.

Manifestava Sardinha a sua inteira concordância com os pontos de vista do autor no que tocava as directrizes do antigo partido legitimista, do Integralismo e do Centro Católico, que longe de se combaterem ou ignorarem, deviam colaborar dentro dos seus respectivos campos para bem do país. [...]

O tradicionalismo português, a Igreja e a força para um rejuvenescimento nacional não se guerreiam, ou excluem, mas implicam-se, são aspectos duma unidade essencial.

Eis o propósito que já guiou Lemos Ferreira no seu trabalho de então, eis o grande pensamento de António Sardinha convertido à dupla verdade católica e monárquica bem evidenciada na síntese da sua obra que é esta conferência. Simeão Pinto de Mesquita, “Um morto que vive” in António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, *António Sardinha. Apóstolo contra-revolucionário e rectificador da História de Portugal (Conferência pronunciada na noite de 23 de Maio de 1930)*, s.e., Porto, Araújo & Sobrinho, 1930, pp. xxiv-xxv. Num texto escrito na sequência da realização do I Congresso do Centro Católico (Braga, 1917), o seu autor, um notável integralista, não poupa elogios àquele organismo, fazendo finca pé na comunhão de princípios, meios e objectivos por parte dos católicos do Centro e dos integralistas. Luís de Almeida Braga, “O Centro Católico” in *Sob o Pendão Real*, s.e., s.l., Edições Gama, 1942, pp. 239-251.

“... alguma vez há-de ser.”

não desaproveitar o ensejo para dar a conhecer a sua já muito apreciada inteligência política.⁸⁵ Naquele momento, falou ignorando não apenas as questiúnculas que normalmente dividiam a direita conservadora – parlamentarismo ou presidencialismo, monarquia ou república, relações do Estado com a Igreja, democracia ou autoritarismo –, como tinha a lucidez de recordar aos presentes, em termos claros, aquilo que efectivamente os preocupava e definia tanto pela afirmação como pela negação. Fê-lo evocando o campo dos princípios e o dos factos, e, portanto, a possibilidade de os (re)unir. O então professor da “Cadeira de Finanças”, afirmou que se caminhava “nas pontas aguçadas de um dilema, porque ou se tomava o sentido de Roma ou se tomava o sentido de Moscovo.” Quem, entre os presentes, poderia discordar? Porém, tão ou mais importante do que estas declarações públicas feitas por Oliveira Salazar na presença de Pequito Rebelo, para o estreitamento das suas relações políticas e dos interesses que virtualmente representavam, foi uma conversa que os dois mantiveram em Coimbra, em data incerta, mas não muito afastada daquela em que se verificou esta conferência de Pequito Rebelo. Se tal conversa algum significado encerrou no que respeita tanto a uma aproximação pessoal e política entre os dois, como, sobretudo, à possibilidade de um entendimento, naturalmente informal, entre os agrupamentos políticos a que pertenciam (no caso de Pequito Rebelo, não necessariamente como representante do Integralismo Lusitano), ele poderá ser aferido pela transcrição que uma testemunha fez da ocasião:

Já não me lembro se foi antes dessa conferência, se depois que houve um encontro do Dr. Pequito Rebelo com o Dr. Salazar. As coisas passaram-se desta forma: eu fui solicitado, não me recordo já por quem, para arranjar meio de um encontro do Dr. Oliveira Salazar com o Dr. Pequito Rebelo. Este viria a Coimbra e encontrar-se-iam os dois. No dia combinado o Dr. Salazar aparecia no Parque, ao fundo daquela álea que corre à beira do rio, acompanhado do Dr. Gonçalves Cerejeira [...]. Quando me viram acompanhado do Dr. Pequito Rebelo, encaminharam-se para mim. Fiz as necessárias apresentações depois do que o Dr. Pequito Rebelo dando a direita ao Professor Salazar se separou de nós começando a conversar com este tendo eu ficado com o Dr. Gonçalves Cerejeira a entretê-lo e dando lugar a que a conferência que se estava a dar entre o Professor de Economia e um dos mais destacados vultos do Integralismo. [...] eu fui apenas um comparsa de um acontecimento talvez histórico. O que foi a conversa entre o Dr. Salazar e Dr. Pequito Rebelo, esperei que ma dissessem. Nada quis perguntar.⁸⁶

⁸⁵ Ficou reconhecida no documento que apresentou ao II Congresso do Centro Católico, realizado em Lisboa nos dias 29 e 30 de Abril de 1922. António de Oliveira Salazar, “Centro Católico Português: Princípios e Organização (Tese apresentada ao II Congresso do Centro Católico Português, 1922)” in idem, *Inéditos e Dispersos. I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Organização e Prefácio de Manuel Braga da Cruz, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, pp. 253-282.

⁸⁶ Carlos Pires de Lima da Fonseca, *Roteiro da Minha Vida. Memórias (Obra Póstuma)*, 2.º volume, s.e., Lisboa, 1960, pp. 195-196 (destaques nossos). Embora Carlos Pires de Lima da Fonseca confesse, um pouco mais à frente, não se lembrar de alguma vez ter falado a Salazar da “conversa havida” com Pequito Rebelo, considera o facto “bem natural [...] porque os assuntos de Economia e das Finanças só incidentalmente” o “interessavam [...]”. Idem,

“... alguma vez há-de ser.”

É claro que este encontro, tal como a passagem por Coimbra de outros notáveis do Integralismo, apenas significa a disponibilidade de alguns dirigentes do Centro Católico e da Junta Central do Integralismo Lusitano para se encontrarem e conversarem, procurando estabelecer uma colaboração cujos pormenores e o alcance, infelizmente, não se podem definir. Certo, porém, é o facto de muito se ter exagerado a influência do pensamento integralista em Oliveira Salazar e, sobretudo, no regime político que ajudou a fundar, como se o primeiro e o Centro Católico a que pertenceu tivessem, por qualquer fatalidade, de ser agentes históricos essencialmente passivos em matéria de doutrinação e iniciativa política antes de Maio de 1926 ou até depois. Além das afirmações já clássicas sobre o ascendente exercido sobre Salazar e os católicos, e nunca sobre o ascendente exercido em sentido contrário, e que se afirmaram no discurso historiográfico e de ciência política, valerá a pena fazer uma análise em que se parta de pressupostos mais simples e mais subtis daquela que era, apesar de tudo, uma relação privilegiada – política e às vezes até pessoal mas nunca de dependência doutrinal – entre alguns católicos do Centro Católico Português e do CADC e personalidades do Integralismo – como, aliás, de muitos outros sectores e sensibilidades políticas do campo conservador. Daí que a virtual sintonia política existente entre Oliveira Salazar e as cúpulas do Integralismo tivesse também podido (e porque não?), radicar na semelhança (ou na “curiosa coincidência”) das suas origens sociais, nomeadamente na partilha das raízes rurais que partilhavam, o que quereria significar, em última análise, que as influências sociais e culturais recebidas eram em boa parte idênticas.

Às semelhanças poderá chegar-se através duma descrição simples, que não resolvendo totalmente as perguntas que coloca, suscita a pertinência da hipótese. António Sardinha “tinha nascido em Monforte, uma tranquila e sossegada terra de província onde o trabalho era um brasão natural, a família um sacrário, e a vida de todos os dias um rosário desfiado pelo esforço em louvor da saúde e do bem-estar da mulher e dos filhos.”⁸⁷ Hipólito Raposo, por seu lado, tinha em sua defesa o facto de ser oriundo da Beira Baixa, de uma “família modesta, cujo timbre tinha sido sempre o trabalho e nessa terra participando da rudeza, do esforço, e das tradições nobilíssimas [...]”. Era depois bastante acertado o retrato – e o seu autor conhecia particularmente bem Hipólito Raposo – quando realçava ter ele no “sangue essa serena dureza

ibidem, p. 196. Há aqui, aparentemente, uma contradição, uma vez que num “acontecimento talvez histórico” – como lhe chamou Carlos Pires de Lima da Fonseca –, dificilmente se fala tecnicamente de economia e finanças.

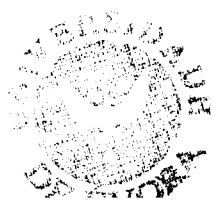
⁸⁷ Esta descrição bastante ficcionada e repleta de voos interpretativos em tomo da relevância do meio social de que Sardinha era oriundo e pelo qual teria sido profundamente marcado, terminava da seguinte forma: “Terra do Sul, de hábitos morigerados e pacatos, Monforte, mantinha através do tempo as suas tradições de terra portuguesa onde a França não tinha dominado e onde os homens e as mulheres se criavam dentro daquela sã moral antiga que fazia da vila um relicário da vila alentejana.” Carlos Pires de Lima da Fonseca, *op. cit.*, pp. 241-242.

“... alguma vez há-de ser.”

dos penhascos que o fazia caminhar sempre em frente sem cuidar do que aos lados se passava.” Luís Almeida Braga, outro notável integralista, “representava nesse grupo o Portugal do Norte com toda a alegria das romarias minhotas mas toda a louçania de trato e de maneiras que os minhotos trazem sempre a sorrir [...]”. Ao passo que, finalmente, Alberto Monsaraz “representava pela ductilidade e gentileza do seu trato o elo que os prendia desde Coimbra [...]”. O “sangue” de Monsaraz também era de província, tendo-se formado “numa escola de família morigerada nos seus actos, bondosa no seu trato com todos e querida em Reguengos de Monsaraz pela sua caridade.” Possuía ainda “costumes provincianos do Norte na vida de trabalho e de honradíssimo equilíbrio que foi a de seu avô materno grande comerciante da Figueira”, tendo-se destacado, “na nossa história económica”, por ter sido “um dos homens” que “mais aumentou” as “relações de comércio” de Portugal com a Grã-Bretanha “através da exportação do vinho do Porto.”⁸⁸

Eventualmente seduzido pela coerência das suas ideias, convencido da consistência que consigo poderia trazer o provincianismo arreigado que as destacadas figuras integralistas entre si partilhavam, o que contribuiria para que se alicerçasse alguma colaboração política em determinados momentos entre alguns dos mestres integralistas e os dirigentes de Coimbra do Centro Católico, Oliveira Salazar – como a generalidade dos membros do Centro –, não apenas não terá recusado eventuais avanços que alguns integralistas possam ter tentado. Por outro lado, Salazar e dirigentes católicos terão feito as suas próprias diligências, estabelecido os seus contactos, junto de integralistas e de outras formações movimentos políticos opositores férreos da ditadura do Partido Democrático ou da República. De qualquer modo, assinala-se que tanto numa situação como noutra o chamado grupo de Coimbra do Integralismo poderá ter desempenhado um importante papel de intermediação. Mas para já, é claro que tudo aquilo que tenha sido a demonstração de uma profunda identidade de pressupostos de doutrina e acção política entre Oliveira Salazar e o Integralismo Lusitano ou, pelo menos, daquele com algumas personalidades destacadas deste, não passa duma impressão correcta na aparência mas errada no essencial. Não apenas pelo facto de estar por demonstrar uma tão perfeita comunhão política e doutrinal, como, sobretudo, pelo facto da história política da Ditadura Militar e do Estado Novo, ter acabado por consumir, não uma aproximação, mas um afastamento político e doutrinal entre Oliveira Salazar e várias figuras centrais do Integralismo Lusitano – e também entre Oliveira

⁸⁸ Curiosamente, o autor esqueceu-se de um outro honrado provinciano que foi destacado dirigente do Integralismo Lusitano. Trata-se do albacastrense Rolão Preto, que a partir da década de 1930 se tomava num cada vez mais veemente inimigo político de Oliveira Salazar. Também neste grupo Rolão Preto se integraria “como a expressão máxima da terra como culto e da Religião como sua forma expressiva.” Idem, *ibidem*, pp. 242-243. Ainda sobre a proximidade de posições entre integralistas e católicos, sobretudo do CADC, António José Telo, *Decadência e Queda da Primeira República*, 2.º vol., Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, pp. 65-66.



“... alguma vez há-de ser.”

Salazar e o próprio Centro Católico –, e, sobretudo, entre o regime que o primeiro ajudou a criar e aquele sobre o qual os integralistas tanto escreveram, discutiram, especularam e, até, lutaram politicamente para que pudesse ser uma realidade. O que será valioso para Oliveira Salazar, naquilo que a figuras próximas do Integralismo diz respeito, pelo menos a partir de 1927, serão os jovens sardinhistas e, entre as figuras de proa do movimento, apenas João do Amaral.⁸⁹

Voltando a finais de Março, princípios de Abril, de 1924, vale a pena evocar o ambiente que, segundo alguns testemunhos, se vivia na cidade de Coimbra. Continuava ele a não ser, em absoluto, favorável aos sectores católicos e/ou monárquicos. Não porque estes não reunissem apoios amplos – nomeadamente naquilo que ao universo académico dizia respeito –, mas por subsistir um clima de intimidação tanto física como emocional. Em Fevereiro desse mesmo ano, por exemplo, deflagrara um artefacto explosivo nas obras do “ginásio do CADC [...] que causou grande pânico mas que não provocou estragos.”⁹⁰ Independentemente destes constrangimentos, as conversas que iriam ter lugar em Coimbra procurariam produzir resultados no domínio da organização da reflexão e acção política estudantil, nomeadamente na forma como se desenrolava tanto no seio das instituições do ensino universitário de Lisboa, Porto e Coimbra, como dos liceus.⁹¹

Caso a iniciativa fosse minimamente bem sucedida, e ainda que possuísse uma dimensão política e institucional de significado reduzido fora do meio em que decorria, a verdade é que se tratava de mais um sinal no sentido de permitir o aliciamento e a mobilização, por um braço do Centro Católico Português, o CADC, de jovens dirigentes estudantis que exerciam actividade política de forma permanente e organizada, mas com expressão localizada sobretudo nos órgãos de representação estudantil das escolas a que pertenciam, em organismos católicos de estudantes exteriores às escolas e, claro está, na imprensa. Recorde-se que Pedro Theotónio Pereira era, nesta altura, além de dirigente da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, frequentador da *Época*, interlocutor de António Sardinha e Fernando de Sousa (entre outros

⁸⁹ Este tema será tratado detalhadamente no próximo capítulo.

⁹⁰ António José Soares, *Saudades de Coimbra. Pequena História da Academia de Coimbra, 1901-1950*, fascículo 7, s.l., s.d., s.p.. Alguns exemplos da violência exercida sobre o CADC, antes e depois da implantação da República, Manuel Alberto Carvalho, “A Academia de Coimbra (1880-1926): Sociedade, Cultura e Política”, Dissertação de doutoramento em Ciências da Educação (na área de especialização da História da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1.º vol., Coimbra, 1994. pp. 603-607. E ainda: “O CADC, viu assaltada a sua sede quatro meses depois da implantação da República, os seus papéis queimados na rua entre alarido desvairado [...]” Luiz Teixeira, *Perfil de Salazar: Elementos para a história da sua vida e da sua época*, Lisboa, 1938, p. 44.

⁹¹ A primeira notícia na *Época* acerca do “Congresso dos Estudantes Católicos em Coimbra”, foi publicada a 28 de Março, na p. 4, ao fundo da 4.ª coluna. “Promovido pelo CADC de Coimbra, realiza-se naquela cidade nos dias 31 de Março e 1 e 2 de Abril o primeiro congresso de estudantes católicos portugueses que lançará as bases da respectiva Federação.” Acrescentava depois que nele iriam comparecer “delegados das três Academias Universitárias e dos vários liceus do país.”

“... alguma vez há-de ser.”

nomes maiores do conservadorismo monárquico), e uma figura de referência, mesmo para os seus adversários, do universo político estudantil lisboeta. Mas, por outro lado, encontrava-se politicamente sem rumo ou, na melhor das hipóteses, com rumo incerto, sendo que desse facto não apenas acabaria por dar notícia no decurso do Congresso Preparatório mas, também, e sobretudo, após a sua conclusão. A iniciativa do Congresso era, por isso, duplamente útil. Por um lado, servia ao CADC e ao Episcopado para tomarem o pulso a parte do movimento estudantil em Portugal, percebendo-o, influenciando-o, enquadrando-o e, eventualmente, utilizando-o. A Theotónio Pereira, o Congresso servia porque lhe poderia permitir sair do isolamento e do beco sem saída político em que se enfiara ao abraçar a causa do Integralismo. A sua necessidade era tal que não se poupou a algumas declarações efusivas e emotivas sobre o alcance que o evento poderia ter do ponto de vista político, tanto a um nível mais lato como num outro mais particular. Num patamar genérico, declarou ter-lhe vindo “à mente”, no decurso da sessão de encerramento do Congresso, “a conquista dos apóstolos para a conquista espiritual do mundo. *Por Deus e pela Pátria*” clamou, incitando depois a que se lutasse “com a fortaleza dos fundadores da nacionalidade junto de cujos túmulos comungámos ontem o *Pão dos Fortes*.” E concluía usando uma das ideias chave do encontro dos estudantes católicos: “Se queremos salvar Portugal, comecemos por recristianizá-lo!”⁹² Já num limiar mais pessoal desta experiência Coimbra, foi sintomática uma declaração por si feita, que a revista *Estudos* viria a reproduzir. Após a aprovação da base terceira do *Estatuto* da futura União, e na qual se proclamava a sua obediência ao Episcopado, com “palavras cheias de sinceridade e de humildade cristã”, Pedro Theotónio Pereira na qualidade de representante de um núcleo de “estudantes de Lisboa não organizados [...] declarou que, tendo até hoje andado longe desta orientação, acabava de reconhecer que ela era a única própria de católico, e que daqui por diante por ela iria traçar o seu caminho.”⁹³ De qualquer modo, e no que respeita às consequências políticas que a curto, médio e longo prazo o Congresso da UCEP teve em Pedro Theotónio Pereira e, também, já agora, em Marcello Caetano, implicaram o seu natural e progressivo afastamento do Integralismo e uma cada vez maior identificação com o modelo cristão social corporizado em Portugal pelo autoritarismo pragmático protagonizado por Oliveira Salazar e vários dos seus companheiros políticos dos meios católicos coimbrãos.

Ainda que o encontro de Coimbra tenha sido promovido com o objectivo de criar e reforçar linhas de entendimento entre meios católicos ligados ao CADC, ou que a ele pudessem

⁹² *Novidades*, 4 de Abril de 1924, p. 1 (5.ª coluna).

⁹³ “Congresso Preparatório da U. C. E. P.” in *Estudos*, Ano III, n.º 25, Maio de 1924, p. 26, citado em M. D’Almeida Trindade, *op. cit.*, p. 258n.

“... alguma vez há-de ser.”

vir a aderir. Mesmo que tenha sido pensado para seduzir outras sensibilidades políticas que lhe eram próximas e com as quais se poderia entender – ainda que individualmente consideradas –, isso não significa que se tivesse chegado a uma percepção, mesmo que mínima, daquela que seria a necessidade de substituir, por intermédio de qualquer acção político-militar exercida à margem do quadro constitucional vigente, a república de base liberal e parlamentar por um regime autoritário de características idênticas àquelas que triunfaram com a promulgação da Constituição de 1933.⁹⁴ Em 1923 e em 1924, o Centro Católico, pela voz de Lino Neto, máximo dirigente político do “partido” e líder parlamentar do mesmo, tinha tido oportunidade de franca e veementemente criticar todas as tentativas de, através do recurso a meios violentos, superar o parlamentarismo, independentemente de não se abster de criticar o seu funcionamento e reconhecer a sua crise.⁹⁵ Apesar dos variados e às vezes contraditórios esforços desenvolvidos no sentido de se proceder a uma agregação do amplo leque de forças conservadoras portuguesas, a verdade é que só mais tarde estariam reunidas as condições objectivas e subjectivas mínimas que fariam parecer ter-se tornado essencial que se procedesse à escolha do ditador e do tipo de ditadura, mas com os quais, em 1924, ainda relativamente poucos sonhavam. Houve que esperar, sendo que o próprio caos criado pela Ditadura Militar viria a dar o seu forte contributo para que, cada vez mais, se passasse a considerar a instauração de um regime autoritário como o único e essencial instrumento capaz de resolver os problemas da pátria.

Sintomaticamente, demonstrando como se estava longe das soluções extremas pelas quais os católicos portugueses enveredariam cada vez mais a partir de Maio de 1926 e, sobretudo, após chegada de Salazar ao poder – acolitado, entre outros, por Pedro Theotónio Pereira –, a declaração pública final produzida pelos congressistas reunidos em Coimbra enquadrava-se não numa linha radical de direita mas naquele rumo moderado de reconhecimento tácito do regime parlamentar vigente. De que constava essa declaração?⁹⁶ Em geral, do problema do restabelecimento da liberdade religiosa no domínio específico e muito

⁹⁴ A este propósito, a imprensa ia dando notícia de possíveis atitudes políticas heterodoxas passíveis de serem tomadas por parte da oposição, mas estritamente dentro do marco constitucional vigente. A título de exemplo: “Anda correndo a versão de que os parlamentares nacionalistas têm pensado renunciar aos seus lugares, como protesto contra a ditadura da maioria.” *A Época*, 30 de Março de 1924, p. 4, 3.ª coluna.

⁹⁵ Manuel Braga da Cruz, “Centro Católico Português” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 288-291. Um relato mais detalhado da fidelidade do Centro Católico à ordem constitucional vigente, encontra-se em Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d. (1980), pp. 314-320, chamando-se aí a atenção para as várias sensibilidades que sobre esta tão delicada matéria existiam no seio do Centro. Ver ainda, Adelino Alves, *op. cit.*, pp. 75 e ss. e 116 e ss.

⁹⁶ *As Novidades* chamou-lhe a “moção” que “incarna a primeira reclamação da U. C. E. P. perante os poderes públicos.” 4 de Abril de 1924, p. 1.

“... alguma vez há-de ser.”

relevante para os católicos, sobretudo para os autoproclamados estudantes católicos, como o do ensino, ao mesmo tempo que se insurgiam contra a proposta governamental de instituição da então chamada “coeducação dos sexos”. Aprovada por unanimidade, a declaração seria apresentada pelo “dr. Lopes de Melo”, em representação da “Comissão Executiva da União”, aos “parlamentares católicos.”⁹⁷

Aparte o natural oportunismo, solidão e ambição política, aquilo que movia Pedro Theotónio Pereira em 1924 não passava de um conjunto de ideias muito gerais e contraditórias sobre aquele que devia ser o destino da pátria. Sabia que não queria a República parlamentar, mas é difícil supor que possuísse uma ideia clara sobre a solução a adoptar e, sobretudo, sobre o melhor meio para de aquilo que não queria, construindo uma solução alternativa e duradoura. Ora isto é muito diferente dos testemunhos que deixaria, em especial nas suas *Memórias*,⁹⁸ a propósito dos termos políticos concretos em que sucederia e porque sucederia a passagem de uma república parlamentar para uma república autoritária corporativista, com escolha prévia de programas e protagonistas, e, sobretudo, aquela que seria a sua, afinal falsa, absoluta intransigência a qualquer colaboração com o parlamentarismo vigente até aos primeiros dias do mês de Junho de 1926. Sublinhe-se que naquilo que respeita à sua acção política quotidiana na juventude e coberta, sobretudo, pela correspondência que enviou a António Sardinha, as suas preocupações se resumiam ao confronto político que dividia o campo monárquico, à luta estudantil – primordialmente, também, com monárquicos – e às diversas fases porque passaram algumas tentativas de tornar politicamente consequente um movimento que, depois de 1919, não apenas nunca teve como, sobretudo, foi perdendo o seu escasso peso político e social. É provável que, mais tarde, mesmo ainda antes do 28 de Maio, Pedro Theotónio Pereira mudasse e passasse a poder ter uma outra percepção mais concreta daquela que poderia ser a alternativa política à República de António Maria da Silva. Porém, essa mudança só decorreu de uma aprendizagem posterior cujos passos se podem reconstruir de forma incompleta e de que se tratará noutra parte deste trabalho.

O encontro de Coimbra, em função das intervenções de Pedro Theotónio Pereira e daquilo que no domínio político foi discutido e aprovado, demonstram a improbabilidade, em 1924, não apenas do regime autoritário constitucionalizado em 1933, mas do papel relevante que o mesmo Theotónio Pereira desempenhou no seu advento e consolidação. À falta doutra

⁹⁷ Esta moção contendo quatro considerandos e três parágrafos reivindicativos, mas muito relevante pelo seu reconhecimento da relevância política e social da instituição parlamentar, encontra-se transcrita em: *Novidades*, 4 de Abril de 1924, p. 1 (4.ª coluna).

⁹⁸ Entre outras passagens, na sua atracção pela simplificação da vida política portuguesa no rescaldo mais ou menos imediato do 28 de Maio, Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, pp. 61-62.

documentação, pode-se seguir o Congresso Preparatório da UCEP, através de alguma imprensa. *O Século*,⁹⁹ acompanhou-o sucintamente, sendo que a cobertura detalhada, quase passo a passo, foi feita, exclusivamente, por títulos da imprensa católica, conservadora e/ou monárquica, como *As Novidades* e *A Época*. Dois jornais que, embora igualmente católicos, desde muito cedo se dividiram e dividiram profundamente o campo conservador, uma vez que interpretavam duas correntes opostas no que respeita àquela que consideravam ser a atitude legítima dos católicos face à República. Por outro lado, tanto as *Novidades* como a *Época* acompanharam o acontecimento procurando perceber em que medida os resultados ali produzidos podiam favorecer mais os católicos do Centro ou os católicos monárquicos e, já agora, antiparlamentaristas, além de que, naturalmente, através do tipo informação veiculada, não resistissem à tentação de influenciar o desenrolar do congresso pelo condicionamento dos resultados, tanto *in loco*, como *a posteriori*.¹⁰⁰

Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira foram os dois representantes de um grupo não organizado de estudantes católicos de Lisboa,¹⁰¹ grupo esse que rapidamente, depois do

⁹⁹ Nos dias 2 e 3 de Abril, *O Século* publicou notícias referentes ao congresso preparatório da União Católica de estudantes portugueses realizado em Coimbra. Respectivamente, na página 2 e nas páginas 1 e 2.

¹⁰⁰ Sobre os diferentes papéis desempenhados pelo *Novidades* e pela *Época* no campo político católico conservador, apontando o teor das diferentes posições que veiculavam, Adelino Alves, *op. cit.*, pp. 170-187.

¹⁰¹ Este foi o primeiro acontecimento público em que os nomes de Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano aparecem juntos. Uma vez que nas respectivas memórias estes dois amigos pessoais e políticos omitem as circunstâncias em que se conheceram e em que nasceu uma amizade que perduraria até à morte do primeiro, em Novembro de 1972, resta especular sobre tal facto. Não se pode afastar a possibilidade de que se tenham conhecido na *Época* – uma vez que neste periódico Marcello Caetano colaborou desde muito jovem como autor de crónicas tauromáquicas –, onde falariam menos de touros e mais de política. Por outro lado, é também possível que se tivessem conhecido através dos organismos estudantis da academia lisboeta – integralistas e/ou católicos – que chegaram a frequentar simultaneamente apesar de Marcello ser mais novo quatro anos do que Pedro. No caso de organismo integralista, estaria em causa a Junta Escolar de Lisboa. No caso de organismo católico, tratar-se-ia, precisamente, do Centro Académico da Juventude Católica de Lisboa. Marcello Caetano é, indiscriminadamente, apelidado na historiografia e, antes disso, em inúmeros testemunhos, de jovem integralista e, até, discípulo mais ou menos dilecto de António Sardinha. Sendo indiscutível que se deixou fascinar pelo pensamento e até pela personalidade de Sardinha, não viveu este o suficiente para poder fazer de Marcello seu discípulo. Basta, aliás, consultar a lista nominal da correspondência recebida por Sardinha que se encontra depositada na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, para perceber que qualquer eventual contacto entre os dois terá sido mínimo. Não se encontra ali registada qualquer missiva enviada por Marcello Caetano a António Sardinha. O pouco que ainda se conhece da juventude de Marcello Caetano, faz pensar que tanto ou mais do que um integralista, era católico e monárquico. Embora a influência de Sardinha tenha sido importante, e Marcello Caetano ao Integralismo Lusitano se tenha vinculado, aparecendo como responsável pelo lançamento do Instituto António Sardinha e da revista *Ordem Nova*, será importante sublinhar o papel que Fernando de Sousa e *A Época* tiveram na sua formação política inicial e que Marcello Caetano reconheceu num artigo que escreveu para *A Voz* a 29 de Janeiro de 1966. Sobre a juventude política de Marcello Caetano, todo o período anterior à chegada de Salazar ao poder em Abril de 1928, Joaquim Vieira, *op. cit.*, pp. 19-23; Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, pp. 18-19. Ainda sobre esta fase pouco conhecida da sua vida, e apesar de se tratarem testemunhos de adversários políticos, são importantes: Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, pp. 157-162; e Eduardo Freitas da Costa, *Acuso Marcello Caetano*, s.e., s.l., Editorial e Publicidade Portugal Brasil, 1975, pp. 15-23, onde Marcello Caetano é apresentado, entre outras coisas bem menos abonatórias, como “um jovem universitário [...] integralista desde os bancos do liceu [...]”. Ver ainda o testemunho muito discreto que Marcello Caetano deixou sobre a sua juventude. *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 16 a 34. É evidente que nestas páginas Marcello Caetano é frequentes vezes atraído pela falta de memória e de documentação que o pudesse

“... alguma vez há-de ser.”

Congresso, se procurou estruturar. No início da segunda semana de Abril, já em Lisboa, Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano fizeram reunir os “estudantes católicos de Lisboa” que os tinham eleito delegados, com intuito de lhes prestarem contas das “conclusões votadas no Congresso de Coimbra”, mas, sobretudo, “de resolverem [...] vários assuntos que interessam à sua organização” ainda embrionária e de designação desconhecida.¹⁰² De qualquer modo, mais do que se pode presumir, não deixava de ser uma organização que reflectia o espírito do tempo e, também, a biografia política de dois dos seus membros que, num futuro não muito longínquo, se tornariam nos mais notados e notáveis. Revelava um catolicismo de cariz conservador, aos olhos dos seus adversários, integral, na opinião dos seus seguidores. De qualquer modo, e por comparação com experiência política e social que imperara em boa parte da Europa e, também, de Portugal desde o segundo terço do século XIX, tratava-se dum catolicismo profundamente inovador e ambicioso, mas também generoso e necessário, uma vez que protagonizava uma luta sem tréguas em prol das liberdades e, em especial, da liberdade religiosa e cuja expressão máxima seria a publicação da revista *Ordem Nova* a partir de Março de 1926.

Precisamente em Coimbra, onde se encontravam os grupos de estudantes de sempre, a atravessarem as ruas, com as famosas “capas negras”, aparentemente não tão velhas, não tão rotas como as que se viam “há mais de vinte anos, do tempo das serenatas e... do tempo da *Catholica* – correspondente, hoje, ao CADC”, os acontecimentos que levaram à constituição da União permitiriam perceber de que matéria se faziam as organizações católicas de juventude. O seu fortalecimento, digno de registo, pressentia-se no facto de, passados 20 anos, o clima em Coimbra se ter alterado substancialmente sob o ponto de vista político e ideológico. As modas eram outras. Enquanto no princípio do século, os “estudantes católicos de Coimbra” existiam em “número reduzido”, pelo que na altura “a geração académica Coimbrã era [...] quase toda republicana e ateísta, por uma questão de *moda* [...], produto do livrinho barato do Heliodoro Salgado,” no qual “os rapazes esgravatavam o *materialismo* oriundo da *liberdade* de 34 e precursor da *fraternidade* em que temos vivido”,¹⁰³ pelo que se viam quase que obrigados a reunir em segredo nas repúblicas, aqueles que desejassem organizar “uma associação católica”, já na Primavera de 1924, parecia poder-se avaliar muito positivamente os esforços dos católicos. O CADC, era não apenas o símbolo do triunfo da antiga *Catholica* coimbrã, como conseguira

ajudar a encadear factos e a sobre eles pronunciar-se. Assinala que passou da Ideia Nacional para A Voz, o que é correcto, mas esquece-se da colaboração na *Época*. Também data de 1925 a *Ordem Nova*, quando esta revista foi publicada entre Março de 1926 e o início do Verão do ano seguinte.

¹⁰² A *Época*, 9 de Abril de 1924, p. 1 (3.ª coluna). Na capital existia ainda o Centro Académico da Juventude Católica de Lisboa, que também participou no Congresso coimbrão. Esta organização levou a cabo uma palestra a cargo do seu presidente, o “académico Marques d'Oliveira,” na qual relatou as incidências do “Congresso de Estudantes Católicos realizado em Coimbra, em que tomou parte.” A *Época*, 9 de Abril de 1924, p. 1 (3.ª coluna).

¹⁰³ A *Época*, 1 de Abril de 1924, p. 4, 1.ª coluna. Itálico no original.

“... alguma vez há-de ser.”

que muitos dos antigos “iconoclastas, dos materialistas, dos ateus, dos niilistas de então” lhe rendessem “as suas homenagens.” Resumindo, parecia de qualquer forma indiscutível que a uma “geração sem fé”, sucedera a “geração da mocidade cristã.”¹⁰⁴

O Congresso Preparatório da fundação da UCEP, realizava-se na sede do CADC, instalado, provisoriamente, num velho prédio, enquanto se aguardava a conclusão do “edifício próprio já em construção.” No decurso da primeira sessão, o presidente do CADC, o quintanista de Direito de Coimbra, José Augusto Vaz Pinto,¹⁰⁵ além de ter feito votos para que o Congresso fosse “um grande benefício para a Causa Católica Portuguesa”, pediu que fossem enviados “telegramas de respeitosa cumprimentos aos Srs. Nuncio Apostólico, Cardeal Patriarca e Arcebispos de Braga e Évora”, além dos “Senhores Bispo Conde, Bispo Auxiliar de Coimbra e saudações à imprensa católica, *A Época* e *Novidades*.” O primeiro incidente dos trabalhos, teve como causa imediata e directa esta questão dos “cumprimentos”. Enquanto o presidente Vaz Pinto teria ficado satisfeito com uma saudação formal às autoridades religiosas das quais do Congresso e a União deveriam, primeiro que tudo, depender, o “sr. Vítor Marques de Oliveira, de Lisboa” propôs que também se enviassem cumprimentos aos “reitores da Universidade e Liceu” de Coimbra, às “autoridades civis (governador civil)” e que se endereçasse um telegrama de saudações ao “sr. Ministro da Instrução”, propondo ainda que fosse cumprimentado “em especial o sr. dr. Mário de Figueiredo, professor da Universidade.” Além de ter havido quem votasse desfavoravelmente a proposta de envio de cumprimentos às autoridades civis, sobretudo por causa da inclusão do ministro da Instrução,¹⁰⁶ na sessão da noite do primeiro dia, uma nova divergência surge quando Pedro Theotónio Pereira apresentou a sua discordância relativamente à denominação que deveria tomar a organização a ser criada e em função da qual o encontro de Coimbra fora convocado. Enquanto a mesa propôs a designação de “União Católica dos Estudantes”, Pedro Theotónio Pereira contrapôs a denominação de “União dos Estudantes Católicos”. A discussão em torno duma designação mais sectária ou exclusivista – a defendida por Pedro Theotónio Pereira –, seria acesa e importunaria os congressistas. Acabou aprovada a proposta da mesa com um resultado de oito contra sete, mas ficando o congresso dividido

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ Secretariado por Vítor Marques de Oliveira, da Academia de Lisboa, e Rocha Páris, da Academia do Porto.

¹⁰⁶ Enquanto *A Época* de 1 de Abril, trata este incidente enquanto um confronto de sensibilidades, as *Novidades* do mesmo dia apenas testemunham que Vítor Marques de Oliveira propusera que se cumprimentassem as “autoridades escolares” e as “autoridades civis”, rematando que “todas as saudações foram aprovadas.” O mesmo jornal valoriza, porque transcreve, o teor dos telegramas de saudações a enviar às autoridades religiosas.

“... alguma vez há-de ser.”

apesar do triunfo daquela que era uma interpretação abrangente e germinada no seio do CADC para triunfar a todo o custo.¹⁰⁷

Tendo estado presentes no encontro oitenta estudantes, “entre os quais os delegados das Associações Académicas de Lisboa e Porto”, respectivamente, Pedro Theotónio Pereira e Rocha Páris, participaram ainda representantes dos “núcleos académicos das Juventudes Católicas de Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real, Braga, Bragança, Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Faro”, além das “Associações Femininas Académicas de Coimbra e Braga e dos alunos do Instituto Nun’Álvares dos Jesuítas Portugueses.” Theotónio Pereira ao representar, igualmente, “um grupo de estudantes católicos de Lisboa, ainda não organizados”, evidenciava-se não apenas como jovem dirigente em acumulação de vários cargos, como parecia indiscutível a existência de uma divergência, cujo alcance se desconhece, entre o grupo de estudantes católicos que representava e o Centro Académico da Juventude Católica de Lisboa. Por outro lado, e ao contrário deste grupo, aquele a que Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira pertenciam e representavam, teria ainda de fazer o seu percurso para ser (re)conhecido formalmente pelo CADC.

Esta pequena constelação de delegações provenientes de grande parte do país – valendo a pena registar a ausência de qualquer representante dos distritos alentejanos (em que se inclui Setúbal) –, era o produto de uma elite dentro de uma outra elite. Para além das naturais divisões existentes entre os delegados ao congresso, era ainda possível discernir uma heterogeneidade que passava por um maior ou menor laicismo, ou por um maior ou menor empenho na missão restauracionista da instituição monárquica. Daí, também, e como vimos, que o congresso constitutivo da Federação ou União, apenas procurasse tratar o essencial, definindo um programa e uma acção mínima, de forma a poder criar um ponto de partida do qual se pudesse avançar para realizações mais ambiciosas. Ao propor-se criar a organização dos estudantes católicos à escala nacional que faltava e na qual e com a qual colaborassem todos os estudantes católicos, independentemente do seu credo político, punha-se em prática, num domínio social e politicamente vital, uma estratégia idêntica àquela que norteava politicamente o Centro Católico Português desde a realização do seu II Congresso Nacional, em Lisboa, no mês

¹⁰⁷ A *Época*, 2 de Abril de 1924. Enquanto este jornal faz relato vivo da discussão, valorizando-a, as *Novidades* descrevem-no como um incidente sem importância. “Pedro Theotónio Pereira, felicitando o C. A. D. C. pela sua obra, declara querer que fique assente na acta da sessão, que preferia, como já o dissera na Comissão de Estudos [dos estatutos da futura União e para a qual fora nomeado na véspera na qualidade de “académico de Lisboa”], o nome de União dos Estudantes Católicos Portugueses.

Albano Pereira Dias Magalhães [representante do Instituto Nun’Álvares em La Guardia] manifesta-se nesse sentido. O dr. Lopes de Melo [um autêntico “comissário político” em funções no Congresso, além de seu mentor e estrateg] justifica a denominação adoptada.

É aprovada.” *Novidades*, 2 de Abril de 1924.

de Abril de 1922. Uma organização que “fosse verdadeiramente profissional e, ao mesmo tempo, integralmente católica.” Este desiderato era importante, como em qualquer outra organização política de juventude estudantil, criada ou a criar, uma vez que existia a clara percepção de que os estudantes são sempre o “elemento vivo da sociedade que se prepara para, amanhã, tomar nela o lugar de *elementos directos*.”¹⁰⁸ E o momento era certamente bastante favorável. De facto, havia lugar, e nem sequer apenas em Portugal, para consolidar um pensamento político de matriz católica, conservador, às vezes reaccionário, e que se constituiu no manancial que alimentou os mais variados acontecimentos e doutrinas.¹⁰⁹ A implantação de uma República de raiz jacobina e anticlerical, o impacte da guerra, agravado pela participação directa de Portugal, reforçou a militância católica que se produzia a par de uma poderosa intervenção política. Os mais novos, quando desgostados da república, da democracia e do parlamentarismo, se convictamente católicos, normalmente, mas não sempre, por tradição familiar, vinham procurando intervir politicamente. Assim, em 1924, e quando parecia evidente para muitos jovens – mas não já no caso de Pedro Theotónio Pereira – que o Integralismo Lusitano iria manter os estudantes de direita sob a sua alçada, relegando as formações políticas monárquicas e/ou católicas para uma posição secundária, o Centro Católico, através do CADC, tentava tomar a iniciativa, organizando e, portanto, controlando a acção política dos estudantes católicos espalhados pelo país que tinham vontade de intervir e não o faziam ou, quando isso acontecia, actuavam de forma desconcertada e às vezes desconcertante. Depois de, em 1922, e também em Coimbra, se ter realizado o derradeiro Congresso da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas,¹¹⁰ passou-se então, definitivamente, das soluções heterogéneas para as homogéneas, sendo a tentativa de constituição de uma União Católica de Estudantes o exemplo desse esforço.

Mas o evento, além de por sobre alguns escolhos ter constituído a citada “União”, revelou-se indispensável na forma como afectou seriamente a “vida religiosa” de alguns dos “membros das associações de estudantes” reunidas em Coimbra, além de que marcou “uma plena sujeição à Hierarquia da Igreja” da (quase) totalidade dos estudantes participantes. Pedro Theotónio Pereira, precisamente, terá conhecido e percorrido então aquilo que se poderia designar como uma autêntica “estrada de Damasco”, na sequência da demonstração e

¹⁰⁸ A *Época*, 4 de Abril, p. 4, 2.ª coluna. Itálico no original.

¹⁰⁹ Mark Mazower, *Dark Continent: Europe's Twentieth Century*, s.e., s.l., Penguin Books, 1999, pp. 26-31.

¹¹⁰ O primeiro, de sete, tinha-se realizado em Coimbra no ano de 1913. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 432. Apesar de assim ter sido, a afirmação de Manuel Braga da Cruz acima reproduzida, e segundo a qual a UCEP tentou, e conseguiu, manter, com a sua criação, uma “autonomia em relação à Federação”, conserva todo o sentido. É bem possível que a “Federação” se mantivesse com actividade visível, sendo que apenas o passar do tempo e não reunião de qualquer outro “congresso”, impossibilitada por motivos aparentemente desconhecidos, selasse o seu destino.

“... alguma vez há-de ser.”

consequente aceitação de sujeição e fidelidade absoluta “à autoridade única do Papa” representada em Portugal pelos seus “Prelados”.¹¹¹

“Ao serviço da Verdade... a Igreja Católica.”¹¹²

O progressivo afastamento, mas tão sincero como decisivo e definitivo, do Integralismo Lusitano por parte de Pedro Theotónio Pereira – nunca renegando, embora, aquelas que consideravam as extremas virtudes da sua doutrina, antes pelo contrário, valorizando-as sempre –, tornou-se um facto evidente a partir de 1924, acelerando-se cada vez mais a partir de 1925, quando, em Janeiro, António Sardinha faleceu de forma repentina.¹¹³ Para além de não existir qualquer testemunho que prove directa e definitivamente esta ruptura quase total com o Integralismo depois de 1924, a verdade é que a correspondência que enviou a António Sardinha, primeiro, e o teor da participação de Pedro Theotónio Pereira durante o Congresso Preparatório da UCEP, que sobreviveu através da imprensa, permitem que se depreenda que assim foi. Não vale agora a pena recordar, ponto por ponto, todo o processo ou evocar argumentos já utilizados. De qualquer modo, e como derradeiro exemplo, subsiste um texto da sua autoria publicado na *Gil Vicente* que testemunha a confirmação da mudança acelerada pela participação de Pedro Theotónio Pereira no Congresso de Coimbra. Este texto – pode-se presumir que apenas por coincidência –, foi publicado no volume da revista em que se homenageou Sardinha, tendo sido escrito em Outubro de 1924. Intitulava-se, sintomaticamente, “Aos que souberam crer”. Nele, e em coerência com a sua atitude já com um par de anos e algumas vezes patente nas missivas que endereçava a Sardinha, Pedro Theotónio Pereira declarava a morte do Integralismo Lusitano como “realidade política”. Que não se tratava de uma traição ao movimento e muito menos ao seu mestre, António Sardinha, demonstrava-o o facto de se tratar de uma reflexão que tinha como motivo imediato a recente publicação de *Ao Princípio era o Verbo*, um trabalho em que se recolhiam alguns textos dispersos publicados ao longo de vários anos na imprensa integralista. Assim, e apesar daquela obra de Sardinha evocar “intensamente as horas ardentes em que foram escritos”, sentindo por isso Pedro Theotónio Pereira, dentro de si, o reacendimento da “chama audaciosa e violenta que em tempos bem próximos e simultaneamente distantes,” tinha

¹¹¹ M. D’Almeida Trindade (Reitor do Seminário Maior de Coimbra), *O Padre Luís de Melo e a Sua Época (1885-1951)*, s.e., Coimbra, Casa do Castelo-Editora, 1958, pp. 257-258. Ver, ainda, *Novidades*, 31 de Março a 4 de Abril de 1924 e, ainda, o número de 6 de Abril.

¹¹² “Juventude Católica” in *Novidades*, 31 de Março de 1924, p. 1.

¹¹³ Demonstração mais do que simbólica da grande proximidade de Pedro Theotónio Pereira aos meios católicos, foi o facto de nas cerimónias fúnebres de Sardinha ter representado “o C.A.D.C. de Coimbra, a Junta Escolar Integralista de Coimbra, o dr. Vaz Pinto, Pereira Dias Magalhães, Adriano Pimenta da Gama e Abranches Martins, director dos *Estudos*.” *A Monarquia*, 10 de Fevereiro de 1925 (cf. nota 23, capítulo II).

“... alguma vez há-de ser.”

congregado à “volta duma bandeira estranha, erguida num país em ruínas, um punhado de corações moços”, a verdade era que o seu “Pobre Integralismo, erguido com tanta esperança e purificado por tanto sacrifício”, não tinha logrado fazer com que uma “realidade política [...] arrancasse o país à loucura” que o devastava.” Restava a “extensão imensa e definitiva da [...] vitória espiritual” que tinha sido e ainda era o Integralismo. E fazia depois uma síntese sobre o significado e a influência que alcançara a doutrina daquele movimento, referindo-se à “vastíssima sementeira, florindo até entre pedras, nascendo a par das ortigas” e que era não uma consequência da realidade presente do Integralismo, mas sim “daquelas verdades que [...] espalhou durante os curtos anos da sua vida ardente.” Daí que notasse, para o bem ou para o mal, mas com acerto, que “em todos esses esboços de movimentos políticos e intelectuais dos últimos tempos”, a presença do pensamento integralista, mesmo que “mais ou menos abastardado, diluído por vezes, até à caricatura” era uma realidade incontornável e de muito peso.¹¹⁴ Constatada a dupla inconsequência política do Integralismo – pelas mãos dos próprios integralistas e pela acção daqueles que usurparam as suas ideias – impunha-se uma mudança de atitude que era ainda uma mudança de estratégia. Sendo bastante provável que as causas públicas como, eventualmente, as mais pessoais, dessa sua mudança, e que tornava pela primeira vez públicas através da edição deste texto na *Gil Vicente*, possam remontar ao sucedido no Congresso de Coimbra de Abril de 1924 e à transformação por si aí sentida e vivida e que acabaria por levar Theotónio Pereira a fazer uma declaração na qual, precisamente, deu sentida nota do que significava para si ter percebido o que seria passar a pensar e a fazer política seguindo as orientações do Episcopado português e do papado, em “Aos que souberam crer” evocava novas linhas de condução da luta vasta e ambiciosa a que os integralistas – os autênticos –, como outros, não deveriam virar as costas mas, sim, iniciar ou ajudar a prosseguir.

Mais que portugueses votados a salvar Portugal, nós somos hoje cristãos, neste sentido superior da responsabilidade, defendendo o Reino de Deus. Sem se apoucar, o nosso nacionalismo tomou agora um sentido universal filho daquela herança da Cristandade, pastora dos povos.

[...]

E entretanto que o nosso esforço não falte aonde a consciência de bons portugueses no-lo imponha, Portugal é hoje um «fórum» cristão, caído em poder da horda bárbara, misto de cretinos e de canibais e aonde os grandes templos, órgãos vitais da sociedade, estão fendidos a toda a altura e alguns já em ruínas. Defendamo-los, tentemos salvá-los ainda da catástrofe que, em muitos países, subverteu toda a ideia imortal.

¹¹⁴ Pedro Theotónio Pereira, “Aos que souberam crer” in *Gil Vicente*, 1.ª Série, 1.º ano, Janeiro-Dezembro, 1925, pp. 15-16.

“... alguma vez há-de ser.”

*E serenamente, com a grande serenidade dos que pisam pela graça de Deus a rocha dura que os tempos não abalam, olhemos confiados o futuro.*¹¹⁵

O facto de Pedro Theotónio Pereira ter ignorado em textos de cunho memorialista esta guinada que a sua vida política sofreu quando era ainda muito jovem, não significa que ela não apenas não tenha tido lugar como, sobretudo, não tenha sido determinante na sua biografia. A omissão deste acontecimento pode ter várias explicações. Pode, em primeiro lugar, dever-se ao facto das suas *Memórias* propriamente ditas, terem sido escritas em condições de grande debilidade física e emocional provocadas por um estado de saúde precário em que se encontrava. Em segundo lugar, é muito provável que, preocupado naquele seu testemunho em tratar, sobretudo, os temas mais relevantes da sua carreira política em momentos em que ela foi realmente importante para os destinos de Portugal, tenha omitido os episódios políticos relativos à sua juventude que, naturalmente, lhe pareciam insignificantes. Em terceiro lugar, podemos ser levados a pensar que pretendendo dar à sua biografia política uma coerência que na realidade não teve, nem tinha que ter, tenha propositada e conscientemente ignorado aqueles aspectos que menos cabimento possuíam num percurso que queria, acima de tudo, ser ele a definir. Um percurso que deveria ser de uma meridiana coerência por contraposição aos percursos, que considerava incongruentes, de todos aqueles que antes do advento do salazarismo tinham sido os protagonistas políticos da para si odiosa Primeira República. Introduzir coerência política onde, precisamente, ela menos tinha existido, equivalia a reivindicar e ratificar a superioridade moral de um regime e dos homens desse regime por contraposição a outro regime e a outros homens. Daí que sobre a sua actividade no Integralismo Lusitano pouco mais tenha testemunhado do que a sua admiração por Sardinha, admiração essa que teria sido bem mais doutrinal do que política.¹¹⁶

Finalmente, e porque não, o esquecimento dos episódios envolvendo a sua passagem por uma fase de desilusão em relação ao Integralismo, a que se seguiria uma aproximação e, depois, uma cada vez maior colaboração com os católicos do CADC e do Centro Católico, pode

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 17.

¹¹⁶ “Logicamente, a minha formação ideológica levou-me para o Integralismo. Era o terreno mais sólido à minha frente, por recolher toda a minha herança no campo dos princípios.

O movimento integralista surgira como uma cruzada de salvação pública contra os desmandos dos partidos políticos e, sem se limitar ao papel de os combater em todos os terrenos, apresentava pela primeira vez ao País um programa de acção que se apoiava nas fontes mais puras do nacionalismo português, ao mesmo tempo que proclamava, com igual ardor, inadiáveis reformas no domínio económico e social.” E depois concluía, com uma sensatez que apenas o passar das décadas lhe acabaria por conceder: “Foi este rejuvenescimento de ideias que levou muita gente para a actividade política nos anos que se seguiram à fracassada tentativa de restauração monárquica no Porto e em Lisboa, em Janeiro de 1919. *Durante vinte dias estive a bandeira azul e branca içada em vários distritos do Norte sem dar lugar ao movimento de adesão geral que se esperara. É que alguma coisa tinha morrido.*” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 1ª. ed., s.l., Verbo, 1972, pp. 34 e 36 (destaque nosso).

“... alguma vez há-de ser.”

ter-se devido a uma percepção pouco clara, da sua parte, tanto desse processo como, sobretudo, da importância que ele teve, tanto a nível pessoal como de política geral. Na realidade, serviu para a constituição e afirmação de mais uma corrente política no seio do chamado campo conservador e nacionalista português, campo esse que acabaria por sair triunfante na sequência não só da promulgação do texto constitucional de 1933, como, nomeadamente, da afirmação política de um homem e de um conjunto heterogéneo de ideias e de personalidades com histórias e percursos políticos durante algum tempo não apenas diferentes mas, inclusivamente, divergentes. Como se sabe, há já alguns anos, e mais do que uma vez, tem vindo a ser afirmado que o Estado Novo, ou o salazarismo, foi, do ponto de vista ideológico ou doutrinário, o produto do triunfo da democracia cristã adulterada ou corrompida pelo radicalismo nacionalista e integral do Integralismo Lusitano. Esta corrupção ter-se-ia dado em consequência da influência que homens como Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano e, ainda, outros jovens falcões do Integralismo, teriam exercido sobre Salazar – a partir de quando e em que termos concretos nunca foi definido – de forma a que a solução política e jurídica triunfante após o 28 de Maio de 1926 fosse muito menos aquela que poderia interessar, à partida, aos sectores políticos católicos de onde era oriundo Salazar e vários dos seus companheiros.¹¹⁷ Não penso que tenha sido assim. De facto, os jovens integralistas da chamada segunda geração foram muito mais influenciados do que influentes na forma como uma solução autoritária de matriz cristã social se foi afirmando na política portuguesa a partir de 1926 ou, até, talvez, apenas um ano, ano e meio, mais tarde. Como demonstra o Congresso Preparatório de criação da UCEP, em 1924, aquilo que sucedeu foi uma adesão de alguns jovens integralistas ao CADC e não uma rendição deste e dos políticos católicos ao Integralismo, apesar de, a partir de 1927 – pelo menos desde Fevereiro daquele ano até ao malogrado golpe dos “fifis” –, se possa pensar que o vento político soprasse mais a favor do radicalismo do Integralismo Lusitano, do que da moderação que caracterizara o Centro Católico e o CADC nos derradeiros anos da Nova República Velha. Porém, o Centro, ou parte dele, mudou, acompanhando, mas não se rendendo, aos novos tempos.

No que sobrou do ano de 1924, Pedro Theotónio Pereira aproveitou para cumprir mais um ano lectivo, o que fez com êxito, ficando para 1925 a conclusão da licenciatura.¹¹⁸ No Verão,

¹¹⁷ Houve quem sustentasse uma opinião intermédia sobre a influência doutrinária exercida pelo Integralismo Lusitano na institucionalização do Estado Novo. “[...] depois de 1926, [o Integralismo Lusitano] seria assimilado pela ideologia conservadora unitária do Estado Novo, de que formaria um dos mais importantes alicerces.” António José Telo, *op. cit.*, p. 68.

¹¹⁸ “A Escola ganhou-me enfim neste ano em que eu luto por ser o último e durante o entrudo notei muitas vezes que não erraria se me dissesse mascarado de bom estudante!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha.” Documento sem data, mas redigido na Primavera de 1924 (documento n.º 24). Loc. cit. “Em 1925

segiu em peregrinação para Lurdes,¹¹⁹ não se esquecendo de daquelas terras do sul de França, tão do agrado dos católicos mais fervorosos, enviar um postal a António Sardinha.¹²⁰ Daí para a frente escrevia para Elvas apenas para abordar problemas pessoais.¹²¹ No artigo que escreveu para o número da *Monarquia* dedicado à memória de António Sardinha, além de uma descrição da personagem, que se transcreveu no capítulo anterior, aquilo que se destaca é a sua admiração pelo homem e pelo intelectual, pelo doutrinador, não no que respeitasse às suas miudezas, mas às suas grandes linhas. E era nesse domínio, quase exclusivamente, que do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, mas não só,¹²² se fazia sentir uma perda tão inesperada e tão precoce. Depois de chamar a António Sardinha, talvez abusivamente, o “coordenador das energias contra-revolucionárias, no sentido mais amplo, surgidas em Portugal neste quartel do século XX,” elogiava-lhe os artigos publicados na *Monarquia* contra os princípios parlamentares e, sobretudo, aqueles escritos onde tinha definido, ensinado, esclarecido, para ajudar a “levantar este país desventurado, reduzido aos 50 metros do Chiado

terminei a minha licenciatura muito agarrado à vida da Faculdade (ao contrário do que me sucedera no liceu) [...]” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 1ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 49.

¹¹⁹ Na viagem de regresso, Pequito Rebelo levou Theotónio Pereira para os “confins do Alentejo”, por lá ficando até à “abertura da caça, vivendo a vida forte da chameca, conversando de coisas simples e profundas, comendo como portugueses antigos e vendo à tarde, depois de um dia fatigado de percorrer os campos, o sol mergulhar ao longe num mar verde e imenso [...]. Depois, já na bela companhia de Hipólito Raposo subimos toda a Beira de automóvel, através da Serra da Estrela [...]” Nestes termos escrevia a Marcello Caetano, já depois de ter regressado a Lisboa, e quando se preparava para os exames de Outubro. As duas cartas que aquele lhe enviara, enquanto Pedro Theotónio Pereira se ausentou da capital, falavam de política, nelas transparecendo um enorme “desejo de acção” por parte de Marcello Caetano. Neste contexto, tomado pela sua lucidez natural e por aquela que ganhara com a ausência prolongada de Lisboa, Pedro Theotónio Pereira profetizou: “Vamos ter um inverno de trabalho intenso e você tem que ganhar, meu velho Marcelo, as suas esporas de ouro! Tenho uma sincera esperança no seu valor e no seu futuro. Pense sempre no entanto, quanto temos de lutar com nós mesmos!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 4 de Setembro de 1924 (documento n.º 3). Arquivo Marcello Caetano (AMC), Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34. Carta insuficientemente datada quanto ao ano, mas que a referência Lurdes permite situar com toda a certeza em 1924.

¹²⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha.” 17 de Agosto de 1924 (documento n.º 27). Loc. cit. “Escusado será pintar-lhe o que tem sido a minha vida. Depois de Lurdes e do Alentejo, a volta à ciência pura foi qualquer coisa de trágico! Fiquei amachucado de todo e só agora voltei a recuperar a estabilidade que permite regularizar a vida.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha.” 26 de Setembro de 1924 (documento n.º 29). Loc. cit.

¹²¹ “Deus louvado parece que antes de meado do mês que vem haverá o Concurso para o Banco de Portugal e como o rapaz é jeitoso espero lá poder mete-lo. Já lhe escrevi a pô-lo ao facto. Esta carta irá já provavelmente encontra-lo a provar a casaca ou o gibão de mantenedor! O que eu daria – seu fiel espectador – para poder juntar à minha galeria de A(ntónio) S(ardinha) sportsman, político, orador, poeta, essa alta dignidade que leva a falar por en cima de las fronteras! Espero que as festas de Elvas tenham sido brilhantes. Eu comemorei-as cá assobiando o hino, saudosamente nesta desolada companhia do calculo das probabilidades. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha.”, doc. cit., loc. cit..

¹²² Opinião idêntica mantém Manuel Múrias, para quem a acção de António Sardinha se tinha verificado no domínio intelectual, podendo a sua morte ser obviada. “Agora, porém, que a sua pena queda imobilizada e a sua obra parou no ponto em que a deixara naquela manhã em que para sempre nos deixou, tomemos os seus ensaios precisamente no conceito em que, para si, António Sardinha os tinha. Que eles sejam as “sebentas” das novas gerações! Procurando extrair-lhes o Espírito que os produziu, ergamos de novo as teses que, sem nós, poderiam morrer também; agitemos de novo à luz clara do dia as grandes preocupações mentais de António Sardinha. [...]” Manuel Múrias, “António Sardinha – mestre das novas gerações” in *A Monarquia*, 10 de Fevereiro de 1925.

“... alguma vez há-de ser.”

[...].” Fora “um pensador profundo e um poeta dos mais belos, [...] deixando uma verdadeira obra, largo e luminoso caminho aberto no pensamento e nem ao de leve tocado por essa literatice do século e essas inferioridades imbecis que encham as letras de tédio.” Ainda no mesmo registo, Pedro Theotónio Pereira esclarecia:

Que obra formidável a que a mão agora inerte, iria transmitindo pelos anos fora! Inconscientemente acodem-me ao espírito as páginas que ficaram por escrever, aquelas em que ele falava possuído da inquietação incessante de construir e que eu lhe conheci como as outras que puderam ficar, por mercê desta sincera estima que nos ligou e me deu a alegria, hoje misturada de tristeza, de o ter considerado um amigo dos mais raros.¹²³

Não se será muito arrojado se se concluir que, em si mesma, a obra de Sardinha tivesse uma qualidade que se possa considerar de grande significado. Independentemente dos discípulos não terem sido das figuras mais habilitadas, desde logo pela sua falta de objectividade, para avaliarem a qualidade intrínseca da produção literária e doutrinária de António Sardinha, a verdade é que homens como Pedro Theotónio Pereira, Manuel Múrias – como mais do que uma vez reconheceu –, António Rodrigues Cavalheiro, Marcello Caetano e muitos outros, se deixaram seduzir quando o liam e, sobretudo, quando o ouviam, colhidos pelo “entusiasmo” que “arrastava e prendia”, pela “vivacidade do seu espírito, a presteza da sua memória, a rapidez da sua compreensão, a sua Inteligência” que, no seu todo, “deslumbravam”.¹²⁴

Quando, já depois da morte de Sardinha, se dá o 18 de Abril, Pedro Theotónio Pereira pretendeu dar a entender que ele, tal como a generalidade dos integralistas, especialmente os da primeira geração que eram, também, os da Junta Central, ignoravam a iminência do estalar do golpe. Conhecia os rumores mas, segundo confessa nas suas *Memórias*, era tudo.¹²⁵ Não estava envolvido e isso faz-nos recordar não apenas o teor de algumas das cartas que dirigira a Sardinha, nas quais, sistematicamente, se referia ao desprezo que nutria por revoluções e conspirações, mesmo as oriundas do campo nacionalista, e, portanto, aquela que era a sua

¹²³ Pedro Theotónio Pereira, “Seara morta” in *A Monarquia*, 10 de Fevereiro de 1925.

¹²⁴ Manuel Múrias, *op. cit.* O fascínio pessoal e a influência intelectual exercida por António Sardinha sobre Marcello Caetano, encontra-se testemunhada em Marcello Caetano, *Problemas da Revolução Corporativa*, s.e., s.l., Editorial Acção, 1941, pp. 136-139. Mais à frente evoca a figura do padre da igreja dos Anjos, Pereira dos Reis – “figura excepcional de inteligência e bondade” –, como tendo sido para Marcello Caetano comparável à de Sardinha, sendo que enquanto este “era a fogueira que aquecia, era a inquietação a despertar, era o anseio a nascer”, aquele tinha “o dom de espalhar a Paz interior.” *Idem, ibidem*, pp. 141-142.

¹²⁵ Desde logo, de entre os integralistas, caberia a Afonso Lucas “a primazia nas diligências e nos esforços para promover e muitas vezes conduzir a conspiração militar, centralizada na direcção de um triunvirato, constituído pelo general Sinel de Cordes, coronel Raul Esteves e comandante Filomeno da Câmara.” Hipólito Raposo, *op. cit.*, p. 236. A participação de Hipólito Raposo no evento foi, segundo o próprio, modesta. Coube-lhe redigir três documentos: os projectos da “Proclamação ao País depois da vitória, do decreto da Junta Revolucionária [...]”; e o Decreto da Defesa Social, para reprimir e punir os assaltos a tiro e à bomba, assim como os crimes de interrupção da água, da luz e da viação.” *Idem, ibidem*, p. 236.

recusa sistemática, por posição de princípio, em nelas participar.¹²⁶ Mas o dia 18 de Abril, pelo significado que guardou, e também pelo lastro que deixaria, vindo a ser futuramente considerado como inevitável prólogo do 28 de Maio de 1926, não se apagou da memória de Pedro Theotónio Pereira.¹²⁷

No dia 18 de Abril de 1925 fui ver minha noiva ao Monte Estoril. [...]

Quando o comboio ainda estava no Cais do Sodré, ouvi dizer que os regimentos da guarnição de Lisboa haviam saído dos seus quartéis para convidar o Governo a entregar o poder ao Exército.

Minha noiva quis vir para Lisboa, onde tinha a mãe e, por isso, logo a seguir ao almoço, tomámos o comboio para o Cais do Sodré. Em Lisboa respirava-se o ambiente de agitação que infelizmente se tornara tão frequente. As pessoas de ordem, que eram a esmagadora maioria da população, recolhiam a casa de corrida e as lojas fechavam com grande ruído de taipais e portas onduladas. Nunca se podia dizer como ia acabar uma tal empresa!

Pus a bom recato em casa da família a minha preciosa companheira e decidi ir ver de perto os acontecimentos.

Corriam de boca em boca os nomes dos chefes militares sublevados e acontece que conhecia praticamente todos, Sinel de Cordes, Filomeno da Câmara e Raul Esteves. No Rossio apanhei um eléctrico quase vazio que subia a Avenida e ouvi o condutor dizer que iam recolher ao Arco do Cego. Comprei um bilhete de três tostões e enquanto o guarda-freio punha o manípulo «a nove», como se dizia na expressão popular, para o máximo de velocidade, eu ia pensando que era na realidade uma situação com o seu quê de extraordinário aquela de ter tomado no Rossio um eléctrico com destino à revolução.¹²⁸

Já na “revolução”, ou seja, tendo rompido as linhas das tropas revoltosas e reunido com as forças militares e civis instaladas na Rotunda,¹²⁹ viu de perto o fiasco em que se tornou uma iniciativa – um autêntico e profundo revês –,¹³⁰ mas que viria a ser identificado como a

¹²⁶ O ambiente de conspirações sucessivas, a maior parte delas nunca tendo visto a luz do dia, que teve lugar após a “Monarquia do Norte” e a aventura monárquica no Monsanto, em 1919, até ao 18 de Abril de 1925, encontra-se sucintamente tratado em António José Telo, *op. cit.*, pp. 85 e 100. Usa como fonte principal o testemunho do visconde de Ponte Cruz, *Paixão e Morte de Sidónio Pais*.

¹²⁷ Mais tarde, Pedro Theotónio Pereira classificou o ano de 1925, o último em que frequentou a Universidade, como tendo sido “cheio de inquietações e pródigo de acontecimentos de transcendente importância.” Seria igualmente importante e interessante que justificasse esta afirmação. Apenas adianta, muito em função daquilo que sucederia nos anos subsequentes que o “panorama político mostrava um descalabro cada vez maior. Cavara-se um divórcio irremediável entre a Nação e o Estado. E, na inquietação em que se vivia, cada um perguntava a si próprio que mais ia acontecer.” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 52.

¹²⁸ *Idem, ibidem*, p. 52.

¹²⁹ “No alto da Rotunda passei sem dificuldade os postos avançados de uma concentração militar que se estendia por aquelas colinas então inteiramente rústicas e que se situavam dentro de um quadrilátero limitado por Marquês de Pombal, Avenida António Augusto Aguiar, Marquês de Fronteira e Rua Artilharia Um.” *Ibidem*, pp. 52-53.

¹³⁰ “O movimento foi dominado pelas armas em duas ou três horas de intenso bombardeio.” Armando Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, s.e., Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1926, p. 369. Sobre a natureza deplorável da estratégia militar adoptada pelos revoltosos, escreveu o então embaixador do Reino Unido em Lisboa, Sir L. Carnegie, o seguinte: “At 3 P.M. an artillery duel began, and later on the Government troops attacked the revolutionaries from various sides. The position occupied by the latter was the same as that from which Senhor Sionio Paes initiated his movement in 1917. It is true that he was successful, but the position is not a good one, as it is exposed to artillery fire from many points, of which the Government forces occasion quickly availed themselves.” “Sir L. Carnegie to Mr. Austen Chamberlain – (Received May 6).” (Nº. 83) Lisbon, April 24, 1925. FO 371/11086.

antecâmara não apenas do 28 de Maio mas, até, do salazarismo, num discurso segundo o qual os estranhos e nefastos factos ocorridos em Abril de 1925, estariam condenados a iniciar um processo cujo desenlace viria a ser conhecido posteriormente.¹³¹ Como muitas, mas não como todas as revoluções que no primeiro terço século XX tiveram Lisboa como cenário, o ambiente, junto da “Penitenciária”, eterna retaguarda estratégica da Rotunda, onde se encontrava “o comando do golpe de Estado rodeado de oficiais e jornalistas”, era de conversa feita em tom desprovido de “excitação acerca da cartada que estava sendo jogada.” Pedro Theotónio Pereira ter-se-á então apercebido de que “a conjura militar abrangia toda a área de Lisboa”, encontrando-se no local “três regimentos que haviam sido os três primeiros a sair e a todo o momento se aguardava a chegada de novas forças.” Por outro lado, e aparentemente, com alguma surpresa, encontrou “um grande número de amigos”, tendo sido “imediatamente reconhecido por jovens oficiais” do tempo em que cumprira o “serviço militar”, tendo um deles “ainda” apelidando-o “por 214 da Primeira.”¹³²

E naquela “tarde de Abril, luminosa e fresca, de inexcedível transparência para os binóculos dos oficiais que observavam os altos da cidade, fora do seu domínio”, chegou de repente ao fim a “paz do ambiente [...]” Unidades que se tinham mantido fieis ao Governo, a partir de “um ou dois pontos exteriores começaram a fazer fogo de artilharia contra as forças em rebeldia. As granadas eram a sério e várias explodiram junto aos objectivos. Valeram os abrigos e trincheiras que tinham sido cavados em torno dos postos de combate.” E prossegue depois o relato da sua fuga do cenário onde por alguns instantes recebera o seu primeiro baptismo de fogo real.

Entretanto, a luta intensificou-se, e eu e dois amigos que se me tinham juntado, na impossibilidade de continuar a circular pelas imediações e já com o campo cercado por forças visivelmente mais numerosas, recolhemos à residência dum deles, na esquina da António Augusto Aguiar, e ali passámos um pedaço da noite. O que manifestamente tinha acontecido é que a parte principal das forças militares de Lisboa se recusara a tomar parte na sublevação.

Pela manhã intensificou-se o ataque, em face do qual os chefes do levantamento deram por finda a peleja e entregaram-se à prisão.

Metido aparentemente na peleja por pouco mais que simples curiosidade e solidariedade, além de comunhão de objectivos, tanto para com os militares revoltosos, como para com os seus

¹³¹ Quem seguir a narrativa dos preparativos do golpe e das múltiplas contingências que os envolveram, percebe como é até difícil estabelecer uma relação linear entre o 18 de Abril e o 28 de Maio. António José Telo, *op. cit.*, 157-185. Existe uma afirmação interessante, por que ambígua, sobre a relação entre os dois golpes, produzida por um estudioso das questões militares no século XX: “A revolta do 18 de Abril é para muitos o ensaio geral, abortado, do que viria a ser um ano mais tarde o 28 de Maio.” José Medeiros Ferreira, *op. cit.*, p. 113.

¹³² Pedro Theotónio Pereira cumprira o serviço militar, depois de muitos adiamentos, alguns deles com argumentos eticamente pouco claros, na 1.ª Companhia de Saúde. “Folha de Matrícula de Pedro Theotónio Pereira, classe de 1925.” 692 caixa 148. 1923. AGE.

“... alguma vez há-de ser.”

amigos sardinhistas e integralistas, por pouco não foi Pedro Theotónio Pereira parar às mãos da tropa e, sobretudo, do povo que se manteve fiel ao governo e ao regime. Com os seus “companheiros”, quando a troca de tiros amainou, esteve de volta e durante parte da “madrugada” assistiu no “posto de comando às conversas telefónicas que puseram termo à luta.” Recordava-se, quase meio século mais tarde, dum toque de clarim a anunciar o cessar fogo. Retirou-se então definitivamente de cena, com os seus companheiros, escapando, discretamente mas com eficácia, andando junto “ao paredão (quando o havia!) da Rua Marquês da Fronteira,” numa atitude que lhe pareceu “um tanto aventureira.”

Sibilavam balas por todos os lados, mas se nos demorássemos com os rebeldes (aliás a gente da nossa simpatia) teríamos seguido naquela tarde sob prisão para um dos fortes do campo entrincheirado até que se comprovasse, pelo que me dizia respeito, que eu unicamente tinha subido a Avenida de eléctrico, com um bilhete de três tostões para a revolução.

Tivemos uma inesperada ajuda para atravessarmos a Avenida António Augusto de Aguiar. Com muita surpresa encontrámo-nos com Fidelino de Figueiredo, que agitava uma bandeira branca sobre as calhas dos eléctricos! Nunca me chegou a explicar o que fazia ali àquela hora.

Lembro-me de que o grupo que andou comigo era composto por José Pequito Rebelo, António Rodrigues Cavalheiro e Manuel Rodrigues Leal, todos eles, como se sabe, ardentemente nacionalistas. Pequito, verdadeiro cavaleiro andante no século XX, queria sempre estar entre aqueles que se declarassem contra a demagogia. Rodrigues Cavalheiro já era um historiador respeitado e luzia para nós a grande distinção de ter sido de nós todos o mais erudito amigo de Sardinha. Leal morreu muito novo, tendo dedicado ao jornalismo a maior parte da sua vida. Era um esplêndido rapaz, natural de Trás-os-Montes, e escrevia com graça e perfeição de estilo. Aparecia sempre em manifestações de nacionalismo porque costumava dizer «que alguma vez há-de ser».¹³³

A comparência de Pedro Theotónio Pereira, pouco mais do que casual, como nos pretende fazer crer no testemunho que deixou, mas, eventualmente, bem mais consciente, decidida e politicamente empenhada, ao ponto de ter estado presente no centro dum dos palcos centrais do 18 de Abril de 1925 – o que era ocupado pelos revoltosos –, não dá uma percepção, aproximada sequer, do sentido político e militar do golpe.¹³⁴ Por outro lado, não quer significar que o pronunciamento em causa se tratou duma manobra político-militar congeminada e manipulada apenas por uma direita de expressão autoritária e, muito menos ainda, monárquica e integralista. Como também já foi notado, a quase ausência de uma componente civil no golpe de 18 de Abril,

¹³³ *Ibidem*, pp. 52-55. Embora nas suas *Memórias* não lhe faça qualquer referência, já na nota biográfica sobre Pedro Theotónio Pereira produzida pelo jornal espanhol *A. B. C.*, aquando da sua chegada a Salamanca em Janeiro de 1938 para exercer as funções de “agente especial” do Governo português junto do Governo nacionalista liderado por Franco, refere-se nos seguintes termos aquela que teria sido uma participação bem mais activa no 18 de Abril: “[...] *Hombre de acción, puesto que con las armas en la mano tomó parte en la revolución de 18 de Abril de 1924* [sic.] [...]”. *A. B. C.*, 21 de Janeiro de 1938.

¹³⁴ Uma boa descrição e análise das peripécias decorridas a 18 de Abril e nos dias subsequentes, encontra-se em António José Telo, *op. cit.*, pp. 95-100.

assim como a definição, para o 28 de Maio, de um plano operacional absolutamente distinto em que se privilegiava o recurso a unidades de província, entre outros factores, torna difícil aceitar a ideia de que o 18 de Abril tornou inevitável o 28 de Maio.¹³⁵ A presença de Pedro Theotónio Pereira junto dos revoltosos do 18 de Abril, queria, em primeiro lugar, dizer que ele era um entre muitos dos que ardentemente desejavam, antes de tudo, o derrube do parlamentarismo, parlamentarismo esse que para Theotónio Pereira era sinónimo de instabilidade política, ditadura de um só partido no seio do regime político vigente, mesmo que se encontrasse profundamente dividido, e desordem social que hipotecavam o país no presente e no futuro.¹³⁶ Mas, simultaneamente, e apesar de o esconder no testemunho que sobre o golpe nos deixou, na verdade Pedro Theotónio Pereira, como muitos outros integralistas, tinha um conhecimento preciso daquilo que se tinha preparado e, eventualmente, se poderia passar. O seu amigo António Rodrigues Cavalheiro, além de sobrinho do general Adriano Abílio de Sá¹³⁷ (o oficial que “recebeu e aceitou o encargo da chefia das tropas do Governo” no decurso da reacção política e militar ao golpe), aquando dos preparativos do pronunciamento, fora um dos dois delegados escolhidos pelos conspiradores que procuraram o general Adriano Abílio de Sá “afim de lhe sondarem a opinião”.¹³⁸ Os “revoltosos nunca pretenderam que o General tomasse parte activa na revolta” – acabando por fazê-lo para reprimi-la –, estavam apenas interessados em “conhecer-lhe os intuítos, e, pelo que ouviram, avaliaram da sua boa vontade. *E com essa contaram em absoluto.*”¹³⁹ Independentemente do tio de Rodrigues Cavalheiro ter sido mal

¹³⁵ Opinião distinta é sustentada por Aniceto Afonso, *A História de uma conspiração: Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, s.e., s.l., Editorial Notícias, 2000, pp. 130-136.

¹³⁶ Sobre a multiplicidade e aparentemente contraditória rede de apoios políticos e ideológicos com que os revoltosos puderam contar na preparação e execução do 18 de Abril, Aniceto Afonso, *op. cit.*, pp. 107 e 108. Ai são identificados “monárquicos de todas as correntes, nacionalistas [...], forças vivas, Igreja (embora com os habituais cuidados e algum distanciamento), posição que se repercutiu intensamente na imprensa afecta a todos estes sectores.” O apoio da *Época* aos golpistas foi de tal forma que o jornal seria suspenso e, transitoriamente, substituído por um novo título (*A Nova Época*).

¹³⁷ Uma curta mas impiedosa biografia política do general encontra-se em Jorge Botelho Moniz, *O 18 de Abril. Subsídios para a História de Uma Revolução Vencida*, 2.^a ed., Lisboa, 1926, pp. 203-204. Uma outra biografia política, mais detalhada, mais igualmente impiedosa, do mesmo oficial do Exército, incluindo os termos da sua intervenção nos acontecimentos de 5 de Março e 18 de Abril, encontra-se em Joaquim C. de Vasconcelos, *O Movimento Nacional do 18 de Abril: Comentários e Revelações*, s.e., Porto, Manuel Guedes Cardoso, 1925, p. 175-203.

¹³⁸ O outro delegado, que entraria mais tarde em acção, foi o escritor Campos Monteiro. António Rodrigues fora “informado”, em “fins de Fevereiro”, pelo seu “amigo” Afonso Lucas, “dum movimento revolucionário.” Ao saber que o movimento era chefiado por Filomeno da Câmara, ofereceu-se “para abordar o sr. general Adriano de Sá.” Filomeno da Câmara “não aceitou em princípio”, mas mais tarde pedia que Rodrigues Cavalheiro se encontrasse com o seu tio. *Idem, ibidem*, pp. 188-189. Rodrigues Cavalheiro depôs como testemunha no julgamento dos implicados no 18 de Abril. A forma como aí se comportou, nomeadamente no confronto que sustentou com as declarações de Campos Monteiro e o modo como teria desmascarado a atitude do seu tio perante o 18 de Abril, granjearam-lhe um importante prestígio no campo nacionalista. Sobre o papel do general Adriano de Sá no fracasso do 18 de Abril, ver ainda “Sir L. Carnegie to Mr. Austen Chamberlain – (Received May 6).” (N.º. 83) Lisbon, April 24, 1925. FO 371/11086.

¹³⁹ Jorge Botelho Moniz, *op. cit.*, p. 206 (italico no original).

“... alguma vez há-de ser.”

interpretado ou traído os revoltosos, a verdade é que a conspiração do 18 de Abril, como a sua posterior declaração, eram do conhecimento de Pedro Theotónio Pereira. Treze meses e dez dias mais tarde estaria atento e também participaria numa outra conspiração político-militar contra a ordem política reinante. Dessa vez, com muito mais razões para se congratular.¹⁴⁰

Mas a mais interessante e certamente mais genuína reflexão feita por Pedro Theotónio Pereira sobre o 18 de Abril, produziu-a na Suíça seis meses depois dos acontecimentos e mandou-a por carta a Marcello Caetano.¹⁴¹ Na Sexta-feira, dia 2 de Outubro – através de um *Século* que lhe tinham mandado – soubera com “grande prazer” da “absolvição dos homens do 18 de Abril”. E porque a notícia estava fresca e o tema fora tratado por Marcello Caetano na carta à qual Theotónio Pereira respondia no dia 3, tratou então de tecer largas considerações sobre o evento e o seu significado. Assim, e embora a absolvição dos réus “fosse o resultado mais de prever pelo caminho que as coisas tomaram, nem por isso deixaram” o “impressionar.” Vista de longe, a absolvição e as reflexões que sobre ela imediatamente se permitiu fazer, permitiam-lhe concluir que o “movimento” possuía um “ambiente raramente puro. Puro no sentido das intenções, no frêmito da espontânea energia que gerou.” Acrescentando que, “possivelmente”, apenas o movimento do Sidónio “tenha vindo assim.” E depois continuava:

*Eu presenciei-o como sabe e sem ser grande psicólogo segui-lhe até quase à rendição, a marcha nos olhos dos chefes. Vi a confiança cega dos primeiros momentos, a incerteza dessa noite de espera em que tudo era vago – mesmo a ideia de vencer – e no fim o frio desespero, mas desespero, com que foram entregar-se.*¹⁴²

Mas muito mais importante tinha sido a impressão que lhe causara o ambiente na cidade durante a fuga que o próprio iniciou, juntamente com o Rodrigues Leal, quando se tornou evidente a derrota do “movimento.” Não se “ouvia” um “único viva. Os que venceram mesmo, estavam apáticos, atordoados como atingidos também dessa modorra que mal deixou o país abrir um olho para tentar perceber e logo se virar a roncar para o outro lado.” E continuava:

A revolução não o acordou e bem pode dizer o nosso “historiador” [Rodrigues Cavalheiro] que até à revolução de Julho – e calculo também depois – não fez senão conspirar!

¹⁴⁰ É impossível saber, até porque pouco estudado, se os jovens sardinhistas teriam tido algum conhecimento e intervenção no chamado “movimento do Quartel General” (ou “assalto ao Quartel General”) da guarnição de Lisboa que, como se sabe, e apesar de se pretender nacional, se tratou duma conspiração conduzida essencialmente por jovens oficiais monárquicos. Damião Peres, *História de Portugal. Edição Monumental. Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade. Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 394. Ver ainda a carta da autoria de um dos principais conspiradores deste movimento, o oficial monárquico Francisco Xavier Quintela, reproduzida em Jorge Botelho Moniz, *op. cit.*, pp. 222-225.

¹⁴¹ Não é, naturalmente, de descartar a possibilidade de que outros companheiros políticos de Theotónio Pereira tenham dele recebido missivas nas quais se pronunciasse também sobre o significado do acontecimento. Simplesmente, apenas se conhece aquela que aqui se cita.

¹⁴² “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 3 de Outubro de 1925 (documento n.º 9). Arquivo Marcello Caetano (AMC), Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

“... alguma vez há-de ser.”

Sobre o julgamento propriamente dito, considerava ter-se tratado de “alguma coisa de belo.” Parecia-lhe uma daquelas “raríssimas manifestações em que a criatura humana consegue mostrar todo o lado superior, fazendo esquecer a sombra e a imperfeição onde vegetamos dia a dia.” Daí que constatasse que apenas no caso de ser tremendo o “mal que rói o país” é que não se começariam a dar “alterações profundas.” Uma vez que se dera um “combate de artilharia” provocado por oficiais, oficiais estes que publicamente “troçaram do Parlamento e do Chefe do Estado, [e] que em pleno tribunal redobram as afirmações” – nomeadamente com Raul Esteves e outros a confirmarem que tinham “tenção” de acabar com o Parlamento –, parecia-lhe óbvio que mais cedo ou mais tarde a tropa teria de vir “em massa para a rua!” O diagnóstico apresentado fazia com que Pedro Theotónio Pereira se permitisse evocar os anos de “1920, 1921 e 22”, quando em Portugal eram apenas os integralistas a declarar ter como objectivo acabar com o Parlamento. Na altura, eram “apedrejados de todos os lados, como animais raros e nocivos!” Em 1925, porém, a “ideia” tinha alastrado e era “dita pelo chefe duma revolução que vencida na rua, triunfa no tribunal ante todos os poderes do Estado!” Dirigindo-se directamente a Marcello Caetano comentava: “Diz-me você que tenha confiança! Mas Deus do Céu! Quando poderá qualquer dos nossos deixar de a ter?” Mas apesar da “confiança”, recorria à retórica e à argumentação sardinhista, apontando aquele que lhe parecia não poder deixar de ser o maior obstáculo ao triunfo dos ideais que defendia:

Há apenas um factor grave: a raça. Entre nós, no século XX, siflisados [sic.] como estamos pelo francesismo, perdidos do caminho da nossa vocação histórica, sem monarquia que nos ampare como na Itália ou na Espanha, tudo é possível. E essa medonha realidade que nunca posso esquecer e que lhe faz a você dizer com a sua alegre amizade que rabujo. Não [...]. A nossa gente, está na verdade muito reles. Tudo se corrompeu e se abastardou. A Civilização encaixotada pelo cabotinismo francês sufocou-nos as melhores qualidades. Eu sei que bastam uns poucos de boa vontade, um grão de mostarda para mover montanhas! Esperemos portanto sempre, e esperemos com a ansiedade dos que querem ser os primeiros a abrir caminho e a passar.

Por fim, e curiosamente, Pedro Theotónio Pereira rematava a sua deambulação pela política portuguesa chamando a atenção para o facto de apesar de encontrar virtudes na vida social e política helvética – “aqui não se conhece nada desses baixos aspectos desses Palmas Cavalões, Correias da Costa, Álvaro de Castros e Abílios de Sás que são a nossa grande chaga” –, a verdade era que na Suíça também não se lançavam “voos pelos espaços imortais do espírito”, tudo se resumindo à acomodação e à resignação na “cozinha de Marta, esfregada e branca...” Ora a Pedro Theotónio Pereira bastava-lhe a abrir *A Aliança Peninsular* para logo “uma exaltação profunda” lhe “arder no sangue”, recuperando dessa forma a confiança numa

civilização diferente e superior como era a católica porque assente num espiritualismo único, arrebatador e exaltante.¹⁴³

O 18 de Abril foi assim o último grande acontecimento político em que Pedro Theotónio Pereira participou antes da sua ida para a Suíça,¹⁴⁴ para onde seguiu acompanhado de Luís Leite Pinto, seu colega de curso na Faculdade de Ciências e o mais distinto aluno do seu curso de “matemáticas superiores”.¹⁴⁵ Na Suíça, presume-se que numa instituição financeira ou num qualquer instituto especializado em formação técnica específica na área dos seguros, Theotónio Pereira familiarizou-se com o cálculo actuarial, o que lhe permitiu, após o seu regresso a Lisboa, ocupar na Fidelidade um cargo de grande importância para esta instituição onde a sua família tinha uma posição accionista privilegiada (juntamente com a família Formigal), considerando-a até “como bem patrimonial”,¹⁴⁶ o que lhe garantia uma presença regular e, partir de determinada altura, ininterrupta na sua direcção e, mais tarde, administração.

Mas a sua estada na Suíça, em Zurique, impressionou-o, não tanto pela falta de sol que, em meados de Setembro, havia já desaparecido “há muitos dias”, mas por razões mais substantivas. Numa carta para Marcello Caetano – que na altura se encontrava de férias na região do Douro (Mesão Frio) –, afirmava:

Falei-lhe de cá em trabalho porque é esse o primeiro aspecto que verdadeiramente assombra quando se deixa a ladeira nacional. Este país tem só 60 dias de pão na própria terra e nem você calcula que bem se vive aqui, mesmo doente do coração como eu... Bem sei que esta gente cumpre em geral a parte de Marta. Mas é preciso que nos lembremos que os nossos nem a de Marta nem a de Maria, e só de Judas tipo Abílio de Sá...¹⁴⁷

Na Fidelidade, foi então Pedro Theotónio Pereira criar, pela segunda vez na história da seguradora, o chamado “ramo seguros de vidas”. Ainda em pleno Verão, seguiu com a sua família – os pais e as duas irmãs – para a Suíça, fazendo grande parte do percurso a bordo de um “pacote brasileiro que seguia para o Havre [...]”. A companhia de pais e irmãs, demonstrava não apenas a relevância, para os interesses da família, da ida de Pedro Theotónio Pereira para a

¹⁴³ *Ibidem*. Nesta carta Theotónio Pereira diz a Marcello Caetano que tinha prevista para 17 de Outubro a sua saída de Zurique. Porém, e antes do regresso a Lisboa, ia “visitar o Príncipe [D. Duarte]”, que estava com D. Miguel na Baviera, por ter sido convidado por eles convidado “com hospitalidade real.” Depois seguia para Roma, partindo depois de volta a Portugal.

¹⁴⁴ O golpe de 19 de Julho, dirigido pelo comandante Cabeçadas, terá tido lugar quando Pedro Theotónio Pereira se encontrava já a caminho da Suíça. De qualquer modo, não foi ideológica e politicamente tão abrangente como o 18 de Abril.

¹⁴⁵ “Pedro Theotónio Pereira foi enviado à Suíça e especializou-se no ramo vida, fazendo-se acompanhar pelo seu amigo e chefe de curso Luís Leite Pinto. Quando regressou, Pedro Theotónio Pereira foi designado director do ramo vida da sua companhia, tendo como actuário Luís Leite Pinto. Convidou Marcello [Caetano] para consultor jurídico. Luís Leite Pinto passou a director quando Pedro Theotónio Pereira passou à governação.” Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 161.

¹⁴⁶ Esta expressão, proferida sistematicamente por Manuel Múrias, encontra-se em *idem*, *ibidem*, p. 161.

¹⁴⁷ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 6 de Setembro de 1925 (documento n.º 8). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

“... alguma vez há-de ser.”

Suíça, mas ainda, como o próprio revelou, a afirmação de um “traço solidamente familiar”: “preferir os navios a qualquer outra forma de transporte”, só andando de comboio “quando de todo em todo não havia outro recurso.”¹⁴⁸

Em Zurique, estagiou cerca de três meses. Seria normal que ficasse mais tempo. O professor que recebeu Theotónio Pereira e Leite Pinto, a propósito do “tempo esplendoroso” e “algo lisonjeado pelo fogoso elogio” feito “à abundância de sol ao mesmo tempo que enxugávamos o cabelo com os lenços”, perguntou-lhes se tinham vindo “prevenidos com roupa para os desportos de Inverno [...], a época do ano mais bela e mais típica Suíça.” Leite Pinto terá declarado que nessa altura pensava já vir a encontrar-se em Lisboa a trabalhar. Pedro Theotónio Pereira, por seu lado, tinha-se já comprometido com a sua noiva e familiares de forma a que as bodas se efectuassem em Janeiro, “o que de certo modo revelava ainda mais pressa e obstinação.” De facto, antes do fim do ano estavam já em Lisboa, “com boa informação do estágio e ansiosos por ganhar os primeiros vinténs.”¹⁴⁹ Em Portugal, nessa altura, o ambiente político era de calma relativa. A calma possível depois da ressaca daquele que havia sido, juntamente com a morte de Sardinha e o pronunciamento de 18 de Abril, o acontecimento mais marcante para Pedro Theotónio Pereira: o julgamento e a absolvição dos militares implicados. Mas como deixa cair nas suas *Memórias*, apesar do 18 de Abril e da direcção que tomara o julgamento dos militares implicados, estava-se longe de perceber o que aí vinha. “*Muitas coisas aconteceram que ultrapassaram a previsão dos mais audaciosos* ou que vieram a ter implicações que mostraram bem quanto o País ansiava por uma mudança.”¹⁵⁰

“Casar em Janeiro” e “ganhar os primeiros vinténs.”¹⁵¹

Quando, em finais de 1925, Pedro Theotónio Pereira regressou a Lisboa, duas certezas se lhe deparavam. Uma, do foro profissional, e embora transitória, levá-lo-ia à Companhia de Seguros Fidelidade onde ia ter a incumbência de refundar o ramo “seguros de vidas”. Era um objectivo dos accionistas da seguradora já há algum tempo perseguido, mas ao qual apenas seria

¹⁴⁸ Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 54.

¹⁴⁹ *Ibidem*. Aquando da sua passagem por Zurique, a direcção da empresa onde estagiou “insistiu para que ele continuasse ali, num lugar importante, o que o sr. dr. Theotónio Pereira não aceitou.” *O Século*, 12 de Abril de 1933, p. 5.

¹⁵⁰ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 54-55 (destaques nossos). Num outro importante testemunho deixado por Pedro Theotónio Pereira, e que deixa bem visível o grau de imprevisibilidade dos acontecimentos que tiveram lugar nestes anos de meados da década de 1920, pode ler-se: “Quando o sargento da Guarda Nacional Republicana, que tinha a seu cargo a vigilância do Palácio de S. Bento, fechou pesadamente os portões de ferro que lhe davam acesso na entrada principal e se retirou depois tilintando o molho de chaves antigas, *mal sabia ele e mal sabiam os escassos espectadores dessa cena* [em que se incluía Pedro Theotónio Pereira] *que a interrupção saída do 28 de Maio ia ter consequências a um tempo tão extensas e tão profundas.*” *Ibidem*, p. 59 (destaques nossos).

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 55.

possível aceder nesta nova fase de organização e de planeamento da expansão dos seus negócios.¹⁵² De facto, em 1926, no relatório respeitante ao “exercício que findara”, a Direcção da Fidelidade deu notícia de que sendo seu “intuito [...] desenvolver as [...] transacções”, fora resolvido, em “harmonia” com os estatutos, “encetar os trabalhos de seguros no Ramo Vida,” depois de ouvido o Conselho Fiscal. Ao contrário do que sucedera no passado, quando o ramo vida tinha sido uma sua aposta, a “Fidelidade passou a trabalhar em bases técnicas, seguras, de harmonia com a ciência actuarial.”¹⁵³ Esperava, naturalmente, bons resultados e conseguiu-os. No primeiro relatório que Pedro Theotónio Pereira apresentou sobre o ramo entretanto criado e por si dirigido, não apenas dava conta dos seus riscos mas, sobretudo, apresentava-o como muito mais do que uma aposta que interessaria às seguradoras e através das quais poderiam fazer ou perder dinheiro. Chamava a atenção, isso sim, para o facto do “Seguro de Vida” ocupar, ou poder ocupar, na

economia social moderna um lugar de tão alta importância, *que o seu quase desconhecimento em Portugal, não obstante a boa vontade de quantos neste trabalho viemos a encontrar, só se pode explicar pelo sensível atraso que infelizmente se é obrigado a reconhecer na maior parte das nossas manifestações de actividade. [...]*

Nestas condições, o Seguro de Vida realiza o factor de economia e de previdência, simultaneamente, mais completo que o espírito humano apoiado nos métodos rígidos da matemática, poderia ter conseguido.¹⁵⁴

Chamava-lhe, por isso, a “perfeita instituição de crédito, que não pouco concorrerá para a prosperidade de certos países em que a vida atinge um bem estar superior.” Consciente, portanto, tanto da importância do seguro de vida, mas ciente ainda mais das limitações da economia portuguesa, estruturais e conjunturais, dava a conhecer o facto de se ter visto obrigado a adaptar os modelos de contrato praticados noutras realidades económicas àquela com a qual a Fidelidade quotidianamente se confrontava. Por outro lado, o lançamento do produto financeiro ficou condicionado às circunstâncias políticas que, em 1925, tinham conduzido à extinção do ministério do Trabalho, pelo que só depois de regressado da Suíça e já a trabalhar na Fidelidade, foi aprovada em *Diário do Governo* a portaria que regulamentava e autorizava o funcionamento do “ramo vida”.¹⁵⁵ Mas tão ou mais importante seria o facto de,

¹⁵² “Em 1848 declara-se na Europa ‘o terrível flagelo da cólera’. Cautelosamente recusa-se logo a renovação dos seguros anuais existentes e a admissão de novos: no fim do ano só dois ficam em carteira, e desde então o ramo se podia dizer morto. Um ou outro risco tomado de quando em vez, mas as epidemias de cólera *morbis* e da febre amarela (que produziu um sinistro, o único) a tolherem os desejos de prosseguimento. Por isso, em 1858, resolve-se acabar com o ramo, e em 1859, expirados os prazos dos últimos contratos, de facto se termina a exploração, levando a ganhos e perdas as reservas na importância de 6.741\$944 reis.

Só 67 anos depois, em 1926, de novo se iniciou na ‘Fidelidade’ a exploração do ramo seguros de vidas.” Companhia de Seguros Fidelidade., *100 Anos de Seguros de Vidas*, s.e., Lisboa, Companhia de Seguros Fidelidade, 1945.

¹⁵³ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁴ Citado em *ibidem*. Destaques nossos.

¹⁵⁵ Citado em *ibidem*.

apesar das limitações, a aposta neste novo produto se ter revelado um êxito empresarial. As receitas do ramo duplicaram entre 1926 e 1927, conhecendo um crescimento nominal constante e muito significativo nos quase vinte primeiros anos do seu relançamento, tendo os anos da Segunda Guerra Mundial, de 1941 a 1944, presenciado uma ainda maior aceleração no crescimento dos valores das receitas em termos nominais.¹⁵⁶ Pedro Theotónio Pereira, portanto, através da sua formação teórica e profissional, pela experiência que acumulou no lançamento e consolidação dos seguros de vida, apercebeu-se da importância estratégica da “previdência social” para a resolução dos problemas económicos, sociais e financeiros que o país conhecia. Em grande parte, e como se verá, a sua passagem pela subsecretaria de Estado das Corporações, sobretudo, e depois pelo ministério do Comércio e Indústria, onde procurou dar um novo fôlego à obra ainda muito incompleta de edificação do Estado corporativo português, teve sempre em mente a ideia de que a poupança das famílias e das empresas, tendo em vista o longo prazo, teria, pelo menos, um duplo efeito muito positivo. Por um lado, resolveria o problema da sobrevivência material das famílias quando confrontadas com situações imprevistas como a doença ou a morte de um dos seus membros. Por outro lado, a poupança gerada por esta atitude previdente dessas mesmas famílias libertaria recursos que poderiam ser rentabilizados pela comunidade no seu todo. Caso o Estado pudesse conduzir ou, pelo menos, orientar e apropriar-se de uma parte dessa poupança, estaria em condições de libertar recursos para um investimento que promoveria desenvolvimento e crescimento económico mais ou menos imediato, mais ou menos longínquo, ganhando duplamente pelo facto de se assegurar a estabilidade presente e futura daqueles abrangidos pelo princípio da previdência social, mas também pelo facto da apropriação presente de recursos acelerar o processo de distribuição de riqueza, uma vez que aqueles, quando bem investidos, tinham um importante efeito multiplicador na distribuição e acumulação de riqueza. Este elemento, e como se verá, como outros que condicionaram os primeiros anos em que exerceu funções governativas, permitem encarar e interpretar a uma outra luz toda a concepção e execução do seu programa, e que poderia ter sido também o do Estado, corporativo.

Num outro plano, seria interessante saber em que medida a estratégia de formação universitária que Pedro Theotónio Pereira recebeu em “Matemáticas Superiores”, rematada pelo estágio na Suíça, não terá sido delineada desde muito cedo com o objectivo da sua família poder dar, finalmente, à Fidelidade o quadro e os respectivos recursos de que estava necessitada para criar, novamente, o ramo de seguros de vidas e, por via disso, poder ganhar mais, ou mesmo um

¹⁵⁶ Em 1945, previa-se, os “capitais seguros no Ramo Vida da Fidelidade ultrapassarão a verba de cem milhões de escudos e a receita excederá cinco milhões de escudos.” *Ibidem*.

maior, ascendente no seio da empresa, apesar da sua posição accionista, e tanto quanto se sabe, se ter mantido sempre minoritária. Fosse ou não o caso – e é até possível que não fosse, não passando por isso tudo de uma mera coincidência até ao ano de 1925, quando João Theotónio Pereira Júnior se demitiu da administração da Banco de Portugal¹⁵⁷ e passou a desempenhar o cargo de director da Fidelidade, lembrando-se só então que poderia rentabilizar o papel do seu filho mais novo na seguradora –, certo é que, ao contrário do seu irmão Luís, e sobretudo, do mais velho Alberto, Pedro foi aquele que teve uma formação específica para, mais cedo do que tarde, ocupar um lugar destaque na Fidelidade e aí ajudar a consolidar a presença da família. Embora com a sua entrada na subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social se tenha encerrado, na sua quase totalidade, a relação profissional que até tinha mantido com a seguradora, vindo depois Luís Theotónio Pereira a ocupar sucessivos cargos de destaque na empresa, a verdade é que tinham sido os seus dois irmãos mais velhos a receberem a formação adequada para desempenharem funções na empresa comercial da família ou para se envolverem outros negócios em que aquela estivesse envolvida ou se pudesse envolver.

A segunda certeza com que se confrontava Pedro Theotónio Pereira em finais de 1925, prendia-se com a realização do seu casamento, o mais tardar, no início do ano seguinte.¹⁵⁸ Como deixou escrito nas suas *Memórias*, por volta de Março de 1925 escolhera para desposar Isabel Maria Van-Zeller Pereira Palha.¹⁵⁹ De qualquer modo, se naquilo que respeita à constituição da sua própria família, e tanto quanto se sabe, a eleição não terá suscitado grandes hesitações ou dúvidas,¹⁶⁰ já o percurso de Pedro Theotónio Pereira enquanto estudante,

¹⁵⁷ Demitiu-se, para nunca mais voltar, na sequência do escândalo “Alves dos Reis”. Ao contrário dos seus colegas, não voltaria com a palavra atrás. Nunca mais desempenharia qualquer cargo junto do banco emissor.

¹⁵⁸ Não se conhece, como é típico nestes casos, qualquer aventura amorosa de Pedro Theotónio Pereira durante a sua juventude ou as várias fases da sua idade adulta, com excepção de um romance com a “Rainha Mãe”, durante a sua estada em Londres como embaixador, entre 1953 e 1958. Mas sobre este caso se falará a seu tempo (ver capítulo VIII). Na sua correspondência para Sardenha, apenas duas vezes se lhe escapou uma referência, aliás irónica, aos encantos proporcionados pelo convívio com (um certo) universo feminino. “Por aqui, a vergonha carnavalesca do costume. Eu tenciono não ir a parte alguma aonde se cultive o chamado divertimento. Apenas no Sábado passado [...] fui para um baile de Semitas, ali à Avenida. Como deve calcular, obrigado a ir por um motivo de força maior [...], persignei-me à entrada e avancei convencido de que apenas sobre mim se apoiava a cruz naquela desolação de infieis. E sabe quem eu fui encontrar, solene, óculos a faiscar, entre as damas? O Senhor [António Rodrigues] Cavalheiro. Enfim, apesar dos inconvenientes e das apreensões do Sionismo, esteve-se lá muito bem, comeu-se e bebeu-se melhor. Eu passei a noite a pensar que uma andorinha não faz a Primavera.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardenha, s.d. [Sábado Gordo] (documento n.º 4).” Loc. cit. E ainda uma inconfidência feita a Sardenha, aliás bastante ambígua: “Marquei uma entrevista a Vénus para as 9 ½. Perdoe não lhe escrever mais. Vou para a Astronomia!...” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardenha, 10 de Maio de 1923 (documento n.º 1).” Loc. cit.

¹⁵⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 52.

¹⁶⁰ Pedro e Isabel conheceram-se num salão literário organizado informal mas regularmente em Lisboa por Madalena Martel Patrício. Reunindo senhoras e jovens identificados com o modelo de monarquia tradicional que unia miguelistas e integralistas, nele se discutia, além de literatura, muita política. Isabel, ao contrário do seu futuro marido, mantinha-se silenciosa, limitando-se a ouvir e a cumprir o dever de acompanhar sua mãe. Um dia, de forma

primeiro, e, depois, na qualidade de quadro superior duma seguradora, exercendo uma actividade que, manifestamente, não era a da sua vocação, foram tudo menos lineares. De facto, caso não tivesse acabado por abraçar uma carreira política que, nas suas várias fases no desempenho de diferentes tarefas, praticamente não sofreu interrupções, desde a sua juventude até que veio a falecer, em 1972, poder-se-ia dizer que teria tido uma carreira ou uma vida profissional frustrante, sobretudo porque não seria na actividade seguradora que Pedro Theotónio Pereira poderia rentabilizar todo o potencial de uma enorme energia criativa como era a sua. O futuro embaixador de Portugal em Madrid, era um homem extremamente activo, a quem não satisfazia o simples e tantas vezes monótono trabalho de gabinete. Se o executava com rigor e competência – e fê-lo tanto enquanto estudante aplicado, como quando ainda muito novo exercia algum trabalho intelectual de colaborador de revistas políticas e de doutrinação, ou ainda quando meteu mãos à obra para escrever o seu primeiro, e pensa-se que único, romance que permaneceria inédito, ou já depois, anos mais tarde, como subsecretário de Estado e ministro –, a verdade é que Pedro Theotónio Pereira foi sempre um homem de acção para quem o seu meio natural eram a permanente intervenção, a viva discussão de ideias, o culto dos espaços abertos e da natureza e a vincada informalidade. Caso se tivesse ficado pela Fidelidade – e era impossível que assim tivesse sido – todo o seu potencial humano ter-se-ia visto coarctado. Nessas circunstâncias, e apenas de forma muito limitada, o maior espaço de tempo que poderia ter dedicado à família, aos amigos e ao mar, teriam, mas muito limitadamente, compensado aquela que seria a enorme frustração de não se dedicar em pleno a uma actividade mais de acordo com o seu temperamento.

Desde muito novo, Pedro Theotónio Pereira teve, pelo menos, duas grandes paixões. A primeira, a política, tendo vindo a ser detalhadamente tratada, por ser aquela que o tornou numa figura cimeira da sociedade portuguesa a partir do início da década de 1930, foi aquela a que dedicou o melhor de si próprio ao longo de cerca de meio século. A segunda, a sua paixão pelo mar e pelos navios, apenas parcialmente se lhe pôde dedicar.¹⁶¹ No entanto, poder-se-ia essa paixão pelo mar ter consumado em absoluto caso, segundo a versão dos acontecimentos que deixou registados nas suas *Memórias*, não tivesse tido lugar a famigerada “Noite Sangrenta” de

totalmente inesperada, quando se discutia a cor dos olhos de Pedro Theotónio Pereira, afirmou, veementemente, serem doirados e não amarelos. Era óbvio que havia já algum tempo que vinha prestando uma particular atenção a Pedro Theotónio Pereira. Entrevista a Maria Clara Theotónio Pereira. Lisboa, 30 de Abril de 2004. Isabel Palha considerava ser o seu marido o homem mais bonito de Portugal. Entrevista com Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

¹⁶¹ Segundo o testemunho de Eduardo Van-Zeller, Pedro Theotónio Pereira, pelos seus muitos afazeres na política, sobretudo a partir da década de 1930, pôde dedicar cada vez menos do seu tempo à actividade marítima e, em particular, à fruição dos veleiros que sucessivamente foi adquirindo. Entrevista com o eng. Eduardo Van-Zeller. Lavrador e industrial reformado. Lisboa, dia 13 de Novembro de 2001.

“... alguma vez há-de ser.”

Outubro de 1921. Com desgosto recordava, cerca de 50 anos mais tarde, o impacto desmoralizador do evento no quadro de oficiais da Armada, a que se juntaria como confidenciou, embora na altura, e para o ainda aspirante a marinheiro, isso não fosse determinante, o estado deplorável dos vasos de guerra então disponíveis para o exercício de um poder naval minimamente consequente. De facto, em 1921, e como era corrente em alguns alunos da Faculdade de Ciências, Pedro Theotónio Pereira decidiu “concorrer à Escola Naval e fazer carreira pela Marinha”, tudo por causa da sua forte “inclinação pelas coisas do mar”. Chegou a completar os “preparatórios para o concurso”, tendo-lhes juntado “algumas disciplinas que aumentariam a pontuação”, preparando-se depois para as “provas”. Mas, “de repente”, teve lugar um “cataclismo”, um “horível pesadelo da vida nacional”, que ficou conhecido pelo “«19 de Outubro»” e que destruiu todas as suas “esperanças”.

Oficiais da Armada e do Exército, e o próprio Chefe do Governo, foram uma noite monteados como feras e alguns sucumbiram aos golpes duma conjura tenebrosa. Outros lograram salvar-se e disseram-me: «Não venhas para cá, isto dá vontade de morrer.»

Um dos mais abalados foi um meu velho amigo e professor capitão-de-fragata António de Carvalho Brandão, entusiasta da proclamação da República e perfeito homem de bem, com quem eu costumava ter infundáveis e amistosas discussões.

Fui-me ao requerimento e às folhas de papel selado anexas e rasguei tudo em mil pedaços. O meu sonho de tantos anos desfez-se em fumo e tive um desapontamento dos que ferem por dentro para toda a vida.¹⁶²

Porém, este relato daquela que teria sido uma das maiores frustrações da sua vida, não corresponde, em absoluto, à verdade dos factos. Na realidade, e como confessou mais tarde ao seu secretário pessoal, José Cordeiro Blanco, quando ocupava o cargo de ministro da Presidência (1958-1961), qualquer entrada sua na Armada estava-lhe à partida vedada pelo simples facto de ser daltónico.¹⁶³ Pode-se ainda acrescentar que sendo verdade que Pedro Theotónio Pereira sempre manteve uma forte relação com vários aspectos da vida no mar – desde a pesca desportiva, que praticou, até à devoção que manteve pela frota bacalhoeira portuguesa e por toda a actividade piscatória, o gosto pela navegação, sobretudo à vela, as colecções que foi enriquecendo de pequenas miniaturas de embarcações, a paixão pela Armada e, em especial pela portuguesa, o seu carinho pela Associação Naval portuguesa ou pelas actividades ligadas ao mar desenvolvidas tanto pela Legião Portuguesa como pela Mocidade Portuguesa – não podem fazer esquecer que, do ponto de vista técnico – como marinheiro – era

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 39.

¹⁶³ Pedro Theotónio Pereira pediu uma vez a José Cordeiro Blanco que lhe identificasse a cor de uma bandeira que se encontrava hasteada, confessando depois que o facto de ser daltónico tinha sido verdadeiro motivo que o tinha levado a não enveredar por uma carreira ligada à navegação. Entrevista com o Dr. José Júlio Pereira Cordeiro Blanco, administrador da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, dia 3 de Setembro de 2001.

uma quase nulidade. Era incapaz de manobrar uma embarcação com porte significativo, nomeadamente quando em marcha à ré, em manobras mais ou menos apertadas de entrada ou saída de portos ou docas. Portanto, e não questionando a sinceridade da sua devoção pela actividade marítima de lazer, é evidente que a relação de Pedro Theotónio Pereira com veleiros ou outro tipo de embarcações, com oficiais de marinha mercante ou de guerra, o tempo que dedicava a fazer travessias marítimas mais ou menos longas em navios que lhe pertenciam ou não, etc., era sobretudo o paradigma do exercício de uma actividade à qual muito poucos se dedicavam em Portugal e no mundo – mesmo que por obrigação. Ainda que muito por causa do ambiente em que nasceu e com o qual conviveu durante a infância e a adolescência na margem esquerda do Tejo, em Almada, pela influência da família, certo é que a sua paixão pelas coisas do mar se constituiu também na forma por si escolhida para celebrar a sua pertença a uma parte específica e exclusiva daquele grupo de eleição que detinha poder económico e se distinguia socialmente. Foram, aliás, os barcos que lhe permitiram conviver com alguma intimidade com uma parte da elite europeia e norte-americana, tanto quando se encontrava em Portugal como quando exerceu missões diplomáticas no estrangeiro, muito em especial nos EUA e no Reino Unido. Finalmente, a devoção pelas coisas do mar significava para Pedro Theotónio Pereira uma maior proximidade cultural e até espiritual com aquilo que de melhor tinha havido na história portuguesa: a gesta dos descobrimentos e da expansão e que tantas vezes evocava em declarações públicas.

Não seria, porém, apenas a propósito da frustrada tentativa de entrada na Escola Naval, e que não se teria dado por motivos eminentemente políticos, que ficaria marcada uma relação algo estranha e conturbada de Pedro Theotónio Pereira com a instituição militar no decurso da sua juventude. Na qualidade de estudante universitário, tinha o direito de pedir vários adiantamentos no seu assentamento de praça. Se esta situação era, em princípio, compreensível e normal, deve notar-se o facto de nunca ter sido o prosseguimento dos estudos evocado como pretexto para um adiamento na sua incorporação militar, mas sim sempre o mesmo problema de saúde. Mais do que uma vez, o padecimento duma “anemia” garantiu-lhe a não incorporação, sendo ainda curioso o facto de, nos três primeiros meses de 1925, quando finalmente cumpriu as suas obrigações com a tropa, o tenha feito na qualidade de “estudante de medicina”.¹⁶⁴ Logo na primeira vez que foi à “inspecção,” no dia 30 de Junho de 1922, foi considerado “isento temporariamente para tratamento de anemia.” Na mesma altura, foi “dado

¹⁶⁴ Mais tarde viria a ser acrescentada à sua “folha de matrícula”, no espaço reservado às “habilitações literárias e profissionais”, a “Licenciatura em Ciências Matemáticas em 1925.” “Folha de Matrícula de Pedro Theotónio Pereira. Classe de 1925”. 692 caixa 148. 1923. AGE.

“... alguma vez há-de ser.”

como frequentador do 2.º ano do Curso de Engenharia no I.S.T..¹⁶⁵ No ano seguinte, aparece então, e pela primeira vez, como “estudante de Medicina” (sendo que, por baixo de “Medicina”, se nota que uma outra palavra foi apagada), e pertencente ao contingente de 1923, tendo sido “proclamado” no dia 25 de Junho de 1923. Voltou à inspecção a 5 de Janeiro de 1925, sendo “apurado definitivamente”, pelo que ficou adscrito ao 1.º G (?). da Companhia de Saúde.¹⁶⁶ Alistado no dia 5 de Janeiro de 1925 “como recrutado”, foi incorporado a 14 de Janeiro e considerado “pronto na escola de recruta em 26 de Março de 1925.”¹⁶⁷

Com o serviço militar cumprido e a licenciatura entretanto concluída, com uma média de dezasseis valores, feito o estágio na Suíça, casou em Lisboa, na capela do Palácio dos Palha em Santa Apolónia, indo depois residir para o Estoril para casa dos sogros. Em 1932, comprou à família de Isabel Palha uma casa situada no Dafundo e que seria a sua residência em Portugal até à data da sua morte. Com Isabel Palha veio Pedro Theotónio Pereira a manter uma relação singular ao longo dos quase quarenta e sete anos em que permaneceram casados, muito por causa dos constantes problemas de saúde que terão passado a atormentá-la após o nascimento do primeiro filho. Na correspondência pessoal trocada com Salazar e com Marcello Caetano encontram-se numerosos testemunhos do amor sincero que sentia por sua mulher e da profunda preocupação que sempre lhe causou, mesmo quando exerceu cargos públicos, nomeadamente no estrangeiro, o estado de saúde de sua mulher. Quase cinco anos após a data do seu casamento, e em resposta a uma carta que Marcello Caetano lhe escreveu durante a sua lua-de-mel,¹⁶⁸ exprimiu Theotónio Pereira aquela que era a sua impressão mais sincera sobre o significado do casamento e do amor que o justificava e sustentava, o de uma profunda e sincera espiritualidade:

É costume velho e venerável dizer aos noivos que se lhes deseja lua de mel para toda a vida. Eu não receio repetir-lho, porque creio que é o voto mais sincero e mais belo e também aquele que encerra mais verdade. Lua de mel é o estado de espírito alado e triunfante, a claridade que emana da ½ dúzia de linhas que você me escreveu. Guardá-lo para toda a vida – de corpo e alma como o Evangelho o ordena – é conservar acesa uma chama que o mundo não pode apagar.

Theotónio Pereira prosseguia afirmando:

¹⁶⁵ AGE. *Livro do 2.º Bairro de Lisboa. Livro de Recrutamento aos 20 Anos*, 1922, sem página.

¹⁶⁶ AGE. *Livro do 2.º Bairro de Lisboa. Livro de Recrutamento aos 20 Anos*, 1923, pp. 37-38.

¹⁶⁷ “Folha de Matrícula de Pedro Theotónio Pereira. Classe de 1925”. 692 caixa 148. 1923. AGE.

¹⁶⁸ “Devo-lhe as mais variadas e inesquecíveis provas de amizade. Mas esta de me escrever em plena lua de mel, deixou-me enternecido e a um tempo perturbado, hesitante nos termos da replica, receoso de lhe não saber dizer com que alvoroço recebi notícias de gente tão feliz e tão amiga – notícias que me parecem vir de um mundo distante.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 8 de Novembro de 1930 (documento n.º 16). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

“... alguma vez há-de ser.”

Eu creio pois nesse luar da alma que brilha na vida dos corações fieis e não receia nem o outono nem o inverno da passagem por este mundo – a eternidade do amor que parece tão curta em certos momentos em que a vida parece não bastar.

Deus lha conserve imensa e perfeita! E não há par de noivos que mais a tenha feito evocar, a quem [sic.] considere na serena harmonia com que Deus os juntou.¹⁶⁹

Falando depois de si próprio, e evocando o tormento que para si era viver afastado dos seus em consequência dos problemas de saúde de sua mulher e a faziam ausentar-se quase permanentemente, confessava a Marcello o quanto rejubilava por ter a “família toda junta! Pai, Mãe e os seus dois filhos, aqui tem você o que um homem casado há quase 5 anos, não sabia o que era!” Comovia-o saber que “a Isabel [estava] bastante bem, cheia de cuidados e trabalhos e mando-lhe mil lembranças amigas.”¹⁷⁰ Apesar da curta da bonança, Pedro Theotónio Pereira era e seria sempre um homem atormentado pela impossibilidade de ter para si e para os seus a família organizada nos termos harmoniosos e cristãos de que usufruía na sua infância e adolescência, que sinceramente desejara para todos aqueles com que naturalmente sempre sonhara. E, no entanto, nunca desistiu. Independentemente de ser impossível descortinar em Pedro Theotónio Pereira a verdadeira dimensão da sua infelicidade pessoal, a verdade é que sempre pareceu disposto a aceitar com humildade cristã as penas pessoais que lhe foram impostas pelo estado de saúde sempre muito frágil de Isabel Palha.

Isabel era oriunda de uma família cujos interesses e riqueza patrimonial tinham como origem o latifúndio ribatejano, mais propriamente na região de Vila Franca de Xira. Os Palhas além de gostarem de se distinguir pelo facto de sustentarem pretensões aristocráticas, sendo ainda que alguns dos seus familiares tinham estado ligados a manifestações culturais típicas tanto dos meios populares como mais elitistas da região de onde eram originários, isto é, o toureio, em particular a cavalo, e o fado. Isabel Maria era filha de Maria do Patrocínio Palha Van-Zeller que, em Setembro de 1893, casara com o seu primo Constantino Nicolau Pereira Palha.¹⁷¹ O casal, além de Isabel Maria, tivera outros três filhos, todos varões, tendo o segundo falecido com apenas três anos incompletos. Os Van-Zeller Pereira Palha eram aparentados com os duques de Palmela, já para não falar na sua suposta descendência de D. João II através do filho

¹⁶⁹ Aquando do falecimento de Teresa Barros, mulher de Marcello Caetano, Theotónio Pereira tentou consolar o seu amigo nos seguintes termos: “Já éramos amigos há alguns anos quando lhe ouvi a primeira confidência do seu romance com a Teresa. Lembro-me da nossa alegria no dia do casamento e do que a Isabel apreciou assistir à festa. E nos tempos que se lhe seguiram, passamos juntos dias muito felizes.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Dafundo, 14 de Janeiro [de 1971] (documento n.º 132). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 126-155.

¹⁷⁰ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 8 de Novembro de 1930 (documento n.º 16). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

¹⁷¹ Filho de José Pereira Palha Blanco e Maria Madalena Pereira Palha. Em finais da década de 1920, a “avó Patrocínio” tinha dezanove criados. Entrevista com Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

natural deste, D. Jorge, que foi duque de Coimbra, pelo que podiam reivindicar a posse de sangue aristocrático e, até, real.¹⁷² Embora se desconheçam os detalhes, poder-se-á sempre especular se o casamento entre Isabel e Pedro, não se tratou de uma união que permitiu uma aliança familiar muito comum em todas as épocas entre a chamada burguesia comercial e financeira, endinheirada e de “pé fresco”, representada naturalmente por Pedro Theotónio Pereira, com uma (pseudo) aristocracia – os Palhas –, grande proprietária de prédios rústicos e urbanos, com interesses na indústria e na finança, e que embora não tivesse por que se encontrar económica e financeiramente decadente, necessitava de um certo tipo de laços familiares e sociais para manter, ou retomar, o caminho da renovação.¹⁷³

É, portanto, bem possível que na década de 1920 o partido de Pedro Theotónio Pereira fosse bastante apetecível para uma família da média, alta aristocracia ribatejana e não só, que quisesse casar a sua filha e, dessa forma, garantir-lhe uma vida não apenas com desafogo económico mas, também, com notável projecção numa sociedade que se regia por valores burgueses ligados ao dinheiro oriundo da actividade comercial e financeira na cidade de Lisboa. Embora não seja possível conhecer em detalhe a situação financeira dos Theotónio Pereira por meados da década de 1920, não será difícil presumir que a guerra, ao fim ao cabo, não lhes teria provocado grandes dissabores, tanto quanto àquilo que dizia respeito aos interesses na Fidelidade, como no respeitante aos negócios de comércio por grosso da empresa familiar, pelo que os Theotónio Pereira se poderiam incluir naquele grupo significativo de portugueses que, com a Grande Guerra e a crise económica e financeira que lhe sucedeu, não viram os seus interesses lesados. Bem pelo contrário, pode supor-se que a Guerra e a conjuntura subsequente os terá materialmente beneficiado. Justifica-se e explica-se, por isso, a criação, logo a 30 de Junho de 1921, da firma João Theotónio Pereira Júnior, Lda., tendo os quatro filhos maiores como “sócios”.¹⁷⁴

¹⁷² Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 1.º vol., s.e., Lisboa, Edições Gama, 1945, pp. 11-12.

¹⁷³ Uma relativa decadência económica e financeira dos Palhas pode deduzir-se, embora não seja segura, a partir duma informação que na década de 1920 constava do *Guia de Portugal* – “Na rua de Santa Apolónia [...] o palácio da família Palha (rica biblioteca), com ermida dedicada a S. Pedro de Alcântara, hoje transformada em mercearia.” – e passível de confirmação a propósito do destino dado à biblioteca (em nota de roda pé acrescentada por Sant’Anna Dionísio na edição publicada na década de 1970): “Esta preciosa biblioteca, singulamente rica em cimélios e manuscritos, foi lamentavelmente objecto de uma discreta transacção efectuada, em 1928, entre os herdeiros desse espólio e um agente de negócios norte-americano, que, por uma quantia irrisória (800 contos), a adquiriu para a Universidade de Harvard, onde hoje se encontra.” *Guia de Portugal*, 1.º vol., *Generalidades. Lisboa e Arredores, Apresentação e Notas de Sant’Anna Dionísio*, s.e., s.l., Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., p. 317 e p. 317 (nota).

¹⁷⁴ Além de João Theotónio Pereira, apareciam Pedro Theotónio Pereira (casado, comerciante e morador na Calçada da Estrela, 108), Luís Theotónio Pereira (casado, comerciante e morador na Rua Borges Cameiro, 8), Clara Hermann Pereira, solteira, maior e Pedro Theotónio Pereira, solteiro, emancipado, estudante. Resumo dos Interesses Empresariais da Família Theotónio Pereira, (RIEFTP), s.d., pp. 10-11.

“Católicos por arreigada fé e não em homenagem ao interesse nacional...”¹⁷⁵

*Ordem Nova*¹⁷⁶ era e foi o título de uma revista mensal que logo na capa se afirmava irreverentemente “anti-moderna; anti-liberal; anti-democrática; anti-burguesa¹⁷⁷ e anti-bolchevista”, e, ainda, “contra-revolucionária; reaccionária; *católica, apostólica e romana*; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa”.¹⁷⁸ O seu título teria “sido sugerido por Sardinha numa carta” que dirigiu a Albano de Magalhães.¹⁷⁹ O primeiro número, que levava na capa o mês de Março e o ano de 1926, dizia ter redacção em Coimbra (na Rua do Norte), mas “administrava-se” em Lisboa, no Largo do Directório, no 3.º andar do n.º 8¹⁸⁰ (meses mais tarde toda a sua actividade concentrar-se-ia já em Lisboa). Tinha um proprietário, José Fernandes Júnior, e era impressa, também em Lisboa, pela Imprensa Beleza, situada na rua da Rosa, no Bairro Alto. Marcello Caetano, e antes dele, pelo menos indirectamente, António Sardinha, parecem ter sido os cérebros por trás da criação da revista.¹⁸¹ Um ano mais tarde, mais

¹⁷⁵ Marcello Caetano, “Um ano depois...” in *Ordem Nova*, ano 1.º, Fevereiro, Fascículo 12, 1927, p. 367.

¹⁷⁶ Lista de colaboradores: Nuno de Montemor, Domingos de Gusmão Araújo, Manuel Múrias, Pedro Theotónio Pereira, José Luiz da Silva Dias, Frederico de Carvalho, Rodrigues Cavalheiro, José Augusto Vaz Pinto (presidente do CADC em 1924), Angelo César (denodado conspirador do 28 de Maio), José Ribeiro da Silva, Adriano Pimenta da Gama, António Gonçalves Rodrigues, António de Abrantes Tavares, Leão Ramos Ascensão, etc.. Para uma caracterização da *Ordem Nova*, Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d., pp. 251-258.

¹⁷⁷ Anti-burguês não significa tanto o renegar das suas origens sociais, mas o “ataque” e a “condenação” dos valores e das instituições políticas burguesas na forma como eram vividos quotidianamente, ou seja, o seu carácter putativamente “corrupto”. Eugen Weber, “The Men of the Archangel” in ed. Walter Laqueur & George L. Mosse (ed), *International Fascism: 1920-1945*, s.e., Nova Iorque, Harper Torchbooks, 1966, pp. 103-104. Este estudo clássico reveste-se de alguma utilidade para o caso do radicalismo de direita em Portugal, pela sua análise da base social de apoio do fascismo num país periférico como a Roménia.

¹⁷⁸ *Ordem Nova*, ano 1.º, Fascículo 1, Fevereiro, 1926. Destaques nossos.

¹⁷⁹ Marcello Caetano, “Um ano depois...” in *Ordem Nova*, ano 1.º, Fascículo 12, Fevereiro, 1927, p. 363. “Ordem Nova” tinha sido ainda o título do artigo de abertura do primeiro número da segunda série da *Nação Portuguesa* e António Sardinha o seu autor. António Sardinha, “Ordem Nova” in *Nação Portuguesa*, 2.ª série, n.º 1, Julho de 1922, pp. 6-12. O seu conteúdo nada tinha que ver com o espírito da revista que se começou a publicar em Março de 1926.

¹⁸⁰ O mesmo sucedia com a *Nação Portuguesa*, vindo aí a ficar instalado, a partir de Abril de 1926, o Instituto António Sardinha.

¹⁸¹ Juntamente com Albano Pereira Dias de Magalhães, Marcello Caetano repartia a responsabilidade e o título de “redactor fundador”. Este último estreou-se no número inaugural com um texto de pendor “monárquico e católico, apostólico, romano”, absolutamente inofensivo, anti-coisa-nenhuma, intitulado “A falência do Senhor dos Passos”. De qualquer forma, parece ter provocado algumas reacções. Ver uma pequena nota de resposta da autoria de Marcello Caetano no n.º 2, pp. 67 e 68. Mais tarde, o mesmo Marcello Caetano referiu-se à sua passagem por aquilo que se suspeita ser a *Ordem Nova* nos seguintes termos: “Cedo comecei a escrever nos jornais. Ainda estudante destaquei-me quer na acção católica, quer como militante do movimento de doutrinação monárquica, denominado Integralismo Lusitano, mantendo em 1925 [sic] uma *pequena revista combativa*.” (itálico nosso). Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 16. Marcello Caetano dá muito mais importância à sua passagem, em 1927, pela *Ideia Nacional* e, mais ou menos na mesma altura, pela *Época* e pela *Voz*. Tanto quanto se sabe, em 1926-27, o grosso da sua experiência literária e jornalística remontava à sua colaboração no “*Quinzenário católico e literário* publicado em Lisboa, de 21 de Novembro de 1918 a Março de 1919”, intitulado *A Esperança*, e à sua passagem, também muito breve, pela revista *A Mocidade*. Fundada e

“... alguma vez há-de ser.”

precisamente em Fevereiro de 1927, o mesmo Marcello Caetano enumerou e classificou as colaborações numa publicação que aprestava a fechar as suas portas, agradecendo-as. Além dos jovens, lá estava entre os nomes que mereciam um cumprimento, o de António Sardinha. Não apenas porque sugerira o nome de baptismo da revista, mas, sobretudo, porque nas suas páginas, em doze fascículos, se tinha procurado sempre “pregar” o “integralismo lusitano, segundo as lições dos últimos anos de vida de António Sardinha.”¹⁸² Portanto, a responsabilidade de Sardinha pela criação e lançamento de uma revista como a *Ordem Nova*, decorreu não apenas do facto dele ter sugerido o seu título em carta que enviou a Albano de Magalhães e na qual o tema terá sido tratado, mas também porque a generalidade dos jovens estudantes, ou antigos estudantes, integralistas, colaboradores da *Ordem Nova*, pertenceram ou identificaram-se com o grupo sardinhista que nasceu e cresceu no seio do Integralismo Lusitano a partir de 1922. Daí que seja altamente provável que tenha sido Sardinha a sugerir e a abençoar o lançamento de uma revista com as características da *Ordem Nova*. Sonhava, e bem, com a edição dum título dirigido a um público integralista, ou potencialmente integralista, mas diferente daquele, aliás muito pouco, que se interessava pela *Nação Portuguesa*.¹⁸³

Independentemente da *Ordem Nova* ter veiculado o pensamento e os ensinamentos de Sardinha tal como interpretados pelos seus jovens discípulos, e apesar das já citadas palavras de ordem que cobriam a sua capa, que pretendiam definir a sua linha editorial e a doutrina que lhe dava forma e conteúdo, a verdade é que, sob o ponto de vista político-ideológico, era praticamente inócua, sobretudo se pretendemos designá-la como exemplo do sectarismo filofascista que começava a estar na moda em boa parte da Europa àquela data. O seu desejado e declarado radicalismo, raramente ultrapassou as duas linhas seguidas por artigo, e só as características muito próprias da vida política portuguesa, além do provincianismo da sua

dirigida em Lisboa por José Rodrigues Miguéis, Marcello colaboraria apenas em dois números, sendo que no segundo fez publicar um editorial por si assinado e no qual justificou a ruptura por razões tanto de ordem estética como de orientação editorial. No primeiro número propusera-se “coordenar uma secção de «Literatura, História e Religião», sendo que seria à religião que caberia o papel mais interessante. Prometia que a “liturgia” apareceria em “toda a sua beleza”, ao mesmo que se garantia a abertura de uma “subsecção de perguntas sobre Dúvidas acerca da religião para a qual convidaremos uma autoridade no assunto.” Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, s.e., Lisboa, Grifo, s.d., pp. 152 e 241.

¹⁸² Destaque nosso.

¹⁸³ “Julgamos que algum bem fez a *Ordem Nova*. Modestíssima embora, [...] com um público reduzido e um formato mais reduzido, ainda, vivendo dificilmente, publicada com atraso, às vezes mal composta, outras vezes mal impressa, ela teve no entanto a virtude de sempre falar claro – procurando falar verdade.” Marcello Caetano, “Um ano depois...” in *Ordem Nova*, ano 1.º, Fevereiro, Fascículo 12, 1927, p. 364. Sobre as diferenças entre a *Nação Portuguesa* e a *Ordem Nova* houve quem afirmasse: “A ‘Nação Portuguesa’ figurava-se a essa segunda geração integralista demasiado pacífica e académica; era preciso alguma coisa violentamente reaccionária e polémica. Um jovem universitário de 20 anos, integralista desde os bancos do liceu, ia lançar-se à tarefa: em Março de 1926, Marcello Caetano aparece à frente de uma revista panfletária, que ia realmente dar que falar sob o título significativo de ‘Ordem Nova’.” Eduardo Freitas da Costa, *Acuso Marcello Caetano*, s.e., s.l., Editorial e Publicidade Portugal Brasil, 1975, p. 16.

sociedade, a começar pelo da capital, poderiam, eventualmente, recear, se é que alguma vez recearam, as pretensões da nova publicação. É verdade que, por exemplo, a *Seara Nova*, pela pena de Raul Proença, zurziu na revista e nos seus colaboradores, mas essa era uma atitude absolutamente normal, condizente com a sua história e orientação editorial.¹⁸⁴ Afinal, depois de um parto, que a avaliar pela data, nunca lhe retirou a fama dos seus membros poderem ter tido algo que ver com os dramáticos e sangrentos acontecimentos ocorridos a 19 de Outubro de 1921, a *Seara Nova* caracterizava-se por atacar tudo e todos.¹⁸⁵ Ao contrário daquilo que pretendia Raul Proença, que se encontrava, em 1926, na sua fase “antifascista”,¹⁸⁶ os colaboradores e responsáveis da *Ordem Nova* não eram fascistas, embora simpatizassem e se identificassem com o fascismo italiano, como, aliás, com ele simpatizava grande parte da direita europeia, mesmo a mais moderada. Em dúzia e meia de linhas, numa polémica que não sabiam se queriam ou não ter com o antifascismo manifestado por Raul Proença (a propósito de um artigo publicado por este, atacando-os, na *Seara Nova*), confessavam não ser “camisas negras” e não percebiam a razão pela qual o “Sr. Raul Proença” dava “indícios duma verdadeira fobia pelo sistema político que restituiu à Itália a dignidade de nação.” Sorriam perante a “má vontade” do “Sr. Raul Proença” e a “incoerência” com que comentava “os actos de Mussolini e a situação política italiana actual”. Confessavam responder-lhe por uma questão de “bom senso”, algo que, convém registar, não era apanágio daqueles que, pertencendo à geração de Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira, em Portugal e por essa Europa fora, procuravam mudar o mundo com os olhos postos no exemplo da Itália fascista. Era tudo de tal forma pacífico que até prometiam a Raul Proença não lhe “dar uma purga de óleo de rícino.”¹⁸⁷ No entanto, e apesar deste esforço de negação pública do fascismo, a revista e alguns dos seus mentores e colaboradores, nomeadamente Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira, ficariam para sempre com a fama

¹⁸⁴ António Fernandes Marques Ribeiro Reis, “Raul Proença: Biografia de um intelectual político republicano”, 1.º vol., Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas 2000, pp. 481-485.

¹⁸⁵ “No Inverno e Primavera de 1921-1922, Raul Proença, o principal orientador político da revista entre 1921 e 1926, teve o cuidado de atacar toda a gente: os republicanos de António Maria da Silva, os republicanos da direita, o golpismo radical, a Cruzada Nun’Álvares, o Integralismo, etc.. Em todos os casos, os visados apressaram-se a responder-lhe.” Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in *História de Portugal*, vol. VI, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores/Ed. Estampa, 1994, p. 547.

¹⁸⁶ A partir de Novembro 1925, Raul Proença e a *Seara Nova* deixaram de condescender com qualquer “ditadura de reforma”, como a de Primo Rivera em Espanha, “observando que propor ditaduras, quando os proponentes não estavam em condições de as fazer, era apenas criar na opinião pública uma recepção favorável à ditadura dos outros.” Passou-se à “defesa do parlamentarismo”, acabando os “Homens Livres” e começando os “antifascistas”. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 553. Raul Proença, *Polémicas (Organização, Prefácio e Cronologia de Daniel Pires)*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 553-588. Para exemplos textuais do confronto de Raul Proença com o “protofascismo” português, nomeadamente contra a Cruzada Nun’Álvares, João Medina, *Os Primeiros Fascistas Portugueses. Subsídios para a história ideológica dos primeiros movimentos fascistas em Portugal anteriores ao nacional-sindicalismo. Estudo antológico*, s.e., s.l., 1978 s.e., s.l., 1978, pp. 4-6.

¹⁸⁷ *Ordem Nova*, ano 1, n.º 2, Abril de 1926, pp. 71-72.

de, pelo menos nesta fase das suas biografias políticas, terem sido fascistas porque a *Ordem Nova* era, ou seria, uma publicação política e ideologicamente fascista.¹⁸⁸ É verdade que se apenas nos ficarmos pelo sentido literal das palavras de ordem impressas nas capas de todos os números publicados e exacerbarmos, ou retirarmos do contexto, os elogios, poucos e cautelosos, que ali são feitos a Mussolini e ao fascismo italiano, poderemos considerar Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira fascistas e a *Ordem Nova* uma publicação igualmente fascista. Por outro lado, dada a visibilidade que a *Ordem Nova* assumiu, enquanto publicação de direita radical, e a tendência bastante precoce que pelo menos um vulto da *Seara Nova* e da intelectualidade portuguesa do período entre-guerras teve para conotar o Integralismo Lusitano com o fascismo de Mussolini, percebe-se a insistência no erro, a sua perenidade. Porém, e por respeito à verdade, não se estaria a ser rigoroso. Apesar das aparências, na sua dimensão política, a revista era uma publicação essencialmente católica e só depois integralista ou então, se se quiser, o seu integralismo assumira uma nova e reforçada matriz católica.¹⁸⁹ E isto é particularmente importante pelo facto de, em 1926, o fascismo não ter assumido ainda em Portugal, na Europa e no mundo, a feição ética e politicamente depreciativa e ultrajante dos tempos da Guerra Civil de Espanha e, sobretudo, da Segunda Guerra Mundial, após a entrada da Itália no conflito, na Primavera de 1940. Por outro lado, a *Ordem Nova* existiu com a pretensão de procurar aperfeiçoar política e doutrinariamente, mas sobretudo no estilo, as outras duas grandes revistas integralistas existentes na altura: a *Nação Portuguesa* (sobretudo) e a *Gil Vicente*. Mas este facto apenas reforça o argumento de que veiculava um outro integralismo e não uma qualquer forma de fascismo à portuguesa. Finalmente, seria ainda integralista porque procurou promover e consolidar os seus princípios doutrinários através do lançamento do Instituto António Sardinha.¹⁹⁰ Simultaneamente, porém, nada tinha que ver com o Integralismo

¹⁸⁸ Em defesa do argumento segundo o qual a *Ordem Nova* e os neo-integralistas nela representados foram um caso inequívoco de identificação com o fascismo italiano, António José Telo, *op. cit.*, pp. 65-66. Mais próxima da verdade, apesar da ambiguidade que, por vezes, o termo “nacionalista” encerra, está esta definição da linha editorial e doutrinária da *Ordem Nova*: a “revista *Ordem Nova* [...] merece ser citada pelo seu nobre esforço de doutrinação católica e nacionalista.” João Ameal, *Panorama do Nacionalismo Português*, s.e., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932, p. 25.

¹⁸⁹ Numa apreciação global dos dois primeiros números da revista, escreveu Fernando de Sousa: “Fiéis à tradição nacional restaurada, afirmam acima de tudo que são cristãos.” E se louvava a ousadia da *Ordem Nova* e o facto de ter causado “escândalo” no “meio burguês e conservador...do seu bem estar”, não se eximiu de aconselhar os colaboradores da revista a fugirem “à tentação declamatória, aos fáceis verbalismos retumbantes e apaixonados. A verdade tem de ser conquistada por árduo labor e um são realismo é a base granítica do pensamento norteado pelo ideal divino.” NEMO (J. Fernando de Sousa), “«Ordem Nova» Grito de Guerra dos Novos” in *A Época*, 10 de Maio de 1926, p. 1.

¹⁹⁰ Se há alguma coincidência entre o início da publicação da *Ordem Nova* sai – em Março de 1926 – e a fundação do Instituto António Sardinha, inaugurado a 19 de Abril daquele ano, a extinção da revista será posterior à do Instituto, entretanto encerrado pelas autoridades na sequência do golpe reviralista de Fevereiro de 1927. Sobre o facto escrevia-se na *Ideia Nacional*: “Insistimos uma vez mais, porque nunca nos cansaremos de pedir justiça...O que se está passando com o Instituto António Sardinha é simplesmente extraordinário. Quando se resolve o sr.

corporizado pelos dirigentes da Junta Central do Integralismo Lusitano que, em 12 de Março de 1926, anunciaram o seu regresso à actividade política. Os jovens sardinhistas da *Ordem Nova*, procuravam agir política e doutrinariamente de modo distinto, parecendo ser claro que neste ponto aquela publicação serviu para selar ou ratificar a maturidade política dos seus então jovens colaboradores.¹⁹¹

Sendo verdade que na *Ordem Nova* se poderá, aqui e ali, encontrar apreciações favoráveis ao fascismo e a Mussolini – e em 1926 era muito difícil não as encontrar na boca e na pena de muita gente da direita europeia, mesmo democrática –,¹⁹² bastaria, no entanto, não apenas recensar os títulos dos artigos ali impressos, assim apreendendo os respectivos temas, mas, sobretudo, ler atentamente esses mesmos textos e aqueles outros aparentemente mais próximos do fascismo italiano, para perceber que se simpatias havia, e alguma identificação política e doutrinária também, certo era que tudo se passava num domínio bastante superficial, não havendo da parte dos supostos fascistas portugueses vontade ou capacidade não apenas para apreender mas, sobretudo, para assimilar o alcance e o significado do fascismo italiano enquanto nova ideologia, nova forma de fazer política, de organizar as sociedades e de refazer o ser humano. Deste modo, é digno de registo que, logo no segundo número da *Ordem Nova*, tenha sido publicado um artigo que era nada mais nada menos do que a marca do seu reacçãoarismo, sim, mas moderado e, portanto, absolutamente limitado pelos cânones tradicionais da discussão política. Tratando-se dum curto artigo anti desporto e, sobretudo, anti “*foot-ball*”,¹⁹³ nele se atacavam os defensores e os argumentos a favor da prática desportiva, pelo facto desta fazer cada vez mais com que os jovens, na “sua maioria” desprezassem “as mais instantes preocupações morais e intelectuais para se entregarem de alma e coração, queimados os seus ócios e os melhores das suas energias, à prática dos mais violentos desportos que o

Governador Civil de Lisboa a pôr cobro a estado de coisas, castigando presumíveis culpados, se entende que os há, mas permitindo a reabertura dum centro de estudos nacionalista.

Ficamos aguardando.” (30 de Abril de 1927, 1.ª página). Sobre a cerimónia de inauguração do Instituto António Sardinha, *A Época*, 20 de Abril de 1926, p. 1. Sobre as vicissitudes do Instituto António Sardinha, ver capítulo IV.

¹⁹¹ Se recordarmos que a denúncia do pacto de Paris, pelo chamado braço legitimista da monarquia portuguesa, teve lugar em Novembro de 1925, e o anúncio do regresso da Junta Central do Integralismo Lusitano à actividade política aconteceu apenas em meados de Março de 1926, poderemos ser levados a pensar que esta decisão foi, também, uma resposta às diversas iniciativas em que os sardinhistas se iam multiplicando desde a morte do seu mestre, nomeadamente o lançamento da *Ordem Nova* e do Instituto António Sardinha, além da apropriação, ainda que parcial, da *Nação Portuguesa*, onde passou a pontificar Manuel Múrias. O texto da declaração produzida pela Junta Central encontra-se reproduzido em Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943, pp. 199-202. Para uma notícia detalhada do evento, *Novidades*, 18 de Março de 1926, p. 4.

¹⁹² Sobre o significado do fascismo na Europa e no mundo da década de 1920, tão diferente daquele que assume nos dias de hoje, emblemática é a seguinte afirmação: “No es ninguna exageración ni ninguna imputación injustificada: se puede afirmar que, tal y como estaban las cosas, el Churchill de los años veinte era un fascista. Únicamente su nacionalidad lo impidió que lo fuera de verdad.” Sebastian Haffner, *Winston Churchill. Una biografía*, tradução de Rosa Sala Rose, s.e., Barcelona, Ediciones Destino, 2003 (1.ª ed. alemã de 1967), pp. 113-114.

¹⁹³ Ribeiro da Silva, “O desporto - «Maravilha fatal da nossa idade»” in *Ordem Nova*, ano 1, n.º 2, Abril de 1926, p. 69.

“... alguma vez há-de ser.”

mal avisado espírito saxónico se tem lembrado de parturejar – e à frente de todos eles o negregado *foot-ball*.” “O desvairamento” de uma sociedade que parecia deleitar-se por presenciar espectáculos desportivos, em especial o “*foot-ball*”, ia ao ponto de se realizarem “dois encontros importantes entre grupos estrangeiros e nacionais! [...] precisamente em Quinta-feira Santa e Sexta-feira de Paixão.” Que “frutos” se poderiam esperar, numa “época de decadência manifesta”, senão “materialidade, futilidade, e indiferença por aquilo que em mais alto grau devia interessar a toda a criatura humana?!” E para rematar, escrevia citando:

O foot-ball – dizia-nos há tempo um distintíssimo médico ginasta nosso amigo – é o mais nefasto jogo de quantos se têm popularizado ultimamente no nosso país. A maior parte dos rapazes que hoje se apresenta nos consultórios médicos para tratar de doenças pulmonares – quantas vezes já irremediavelmente perdidos! – arruinou-se cultivando apaixonadamente tão pernicioso desporto.

O artigo terminava com um voto: “Ora permita Deus que o desaforo dos desportos – com o *foot-ball* à cabeça do rol – não produza efeitos bem mais desastrosos para a nossa raça, quer sob o ponto de vista físico, quer sob o ponto de vista intelectual.”

Além de supostamente arruinar a saúde dos jovens que o praticavam e, sobretudo, afastar as massas que assistiam a esses espectáculos da prática religiosa, o desprezo manifestado pela prática desportiva e pelo desporto espectáculo, enquanto instrumento de acção e propaganda político-ideológica, demonstra o alcance reduzido, senão nulo, do fascismo italiano enquanto ideologia totalitária que existia dependente da sua capacidade de mobilização e enquadramento das massas, processo no qual a prática desportiva e o espectáculo desportivo eram um elemento essencial. O autor do artigo, escrevia sobre o futebol criticando-o vivamente e propondo a sua extinção como prática desportiva, quando o natural, como bom e esclarecido “fascista”, seria que criticasse não a prática deste desporto em si mesmo e a sua existência como espectáculo desportivo, mas a forma como a República e as próprias forças do nacionalismo político e ideológico português ignoravam e desprezavam uma realidade cultural e social que, se devidamente potencializado, manipulado, instrumentalizado, poderia ser extremamente útil, algo de que, em Itália, Mussolini se apercebera e procurava rentabilizar.¹⁹⁴

De facto, para as individualidades e forças políticas da direita radical portuguesa, a luta contra os ideais nefastos cuja causa reconheciam encontrar-se nas Luzes e na revolução Francesa, no liberalismo, na democracia parlamentar e no bolchevismo, era privilégio exclusivo de meia dúzia de intelectuais absolutamente afastados das massas e que, a avaliar pelos dotes

¹⁹⁴ Sobre a importância dada pelo *Duce* à aparência e à actividade física, assim como à prática desportiva, Pierre Milza, *Mussolini*, s.e., Paris, Fayard, 1999, pp. 444-450. Sobre a relação e o interesse político manifestado por Mussolini em relação à actividade desportiva, R. J. B. Bosworth, *Mussolini*, s.e., Londres, Arnold, 2002, pp. 211, 374-5 e 427 (onde levanta dúvidas sobre a genuinidade da paixão de Mussolini pela prática desportiva que alardeava e onde tantas vezes aparecia publicamente envolvido com intenções propagandísticas).

“... alguma vez há-de ser.”

exclusivamente apresentados na *Ordem Nova*, jamais se aproximariam do exercício do poder político. Realmente, nas páginas da *Ordem Nova*, e apenas com algum esforço, se vê algo que possa equivaler a uma forma ou a uma intenção de actividade política que se possa dizer aproximasse a direita radical da *Ordem Nova* do fascismo italiano. Os exercícios, sobretudo ideológicos, e não tanto políticos, feitos pelos jovens colaboradores da *Ordem Nova* nascida na Primavera de 1926 carecem de qualquer importância política em si mesmos. De facto, apenas a conseguem garantir se se desviar a atenção para aquilo que viria a acontecer no futuro e durante o qual, aí sim, e ao contrário daquilo que se pode depreender lendo as páginas da *Ordem Nova*, alguns dos seus mentores e colaboradores vieram a desempenhar um importante papel na vida do seu País.¹⁹⁵

A uma distância de quase meio século, para Pedro Theotónio Pereira, a *Ordem Nova*, que recordava ter lançado “com Marcello Caetano”, fora uma “uma pequena revista cujos artigos eram bem as nossas certidões de idade.”¹⁹⁶ Lembrava-se que a publicação tivera “grande êxito em Lisboa, Coimbra e no Porto”, vindo “recheada de firmes convicções que começavam a preocupar os teóricos da democracia.” A intransigência ali demonstrada, “fremente de vitalidade”, era “uma porta de entrada para as fileiras mais aguerridas do nosso nacionalismo”.¹⁹⁷ Mas tanto no caso de Pedro Theotónio Pereira como de Marcello Caetano, o essencial do seu radicalismo foi uma ficção criada pelos seus adversários políticos da esquerda antifascista a partir da década de 1920 e que, acriticamente, veio a ser aceite no futuro pela escassa historiografia que sobre

¹⁹⁵ O próprio Marcello Caetano, num testemunho que não parece ser minimamente branqueador da actividade política da sua juventude, reconhece a inconsequência política da sua passagem por publicações com natureza e objectivos idênticos ao da *Ordem Nova*. A esta revista, que data de 1926, sem nomear, classifica-a de “combativa”. Da sua colaboração, em 1927, no diário *A Ideia Nacional*, recordava-se da “redacção boémia, cheia de literatos e com poucos profissionais.” Pinto Quartin, o chefe de redacção, “declarava-se anarquista e olhava com complacência, mas reprovando-a manifestamente [...]” a actividade dos “defensores da nação e da autoridade do Estado.” Estava-se na “idade de discutir tudo”. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3.ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 16-17.

¹⁹⁶ Esta afirmação de Pedro Theotónio Pereira não corresponde totalmente à verdade. Numa carta datada de 27 de Janeiro de 1926, Theotónio Pereira definia junto de Marcello Caetano a sua posição em relação à *Ordem Nova* com uma clareza que nos diz muito sobre o radicalismo da revista: “Agora peço-lhe que não esteja zangado comigo nem me considere um trãsfuga. Não lhe disse logo para me tirar o nome da Direcção da Revista para não o desanimar. Apenas você tivesse mais dois ou três nomes que o pudessem ao menos acompanhar, eu dir-lhe-ia francamente para me deixar de lado, agora que já não sou estudante e que a vida de trabalho que escolhi me coloca em situação difícil de poder figurar lá sem complicações inúteis. Demais sabe o Marcello como eu estou sempre consigo e o entusiasmo com que lhe acompanho a ideia.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 27 de Janeiro de 1926 (documento n.º 10). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34. Era óbvio que o início da actividade profissional como director-técnico do Ramo Vida na Fidelidade, assim como a aproximação do casamento, pareciam fazer crer, a começar pelo próprio Theotónio Pereira, que a sua relação com a política, nos termos em que tinha acontecido, era uma coisa do passado. Aliás, no dia 30 de Agosto, comunicava a Marcello Caetano que já tinha enviado para a redacção da *Ordem Nova* o primeiro de dois artigos a publicar (“A alavanca do Progresso”). “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 30 de Agosto [de 1925] (documento n.º 11). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

¹⁹⁷ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 35.

estes temas político-doutrinários se tem debruçado. Com o tempo, e segundo o testemunho de Pedro Theotónio Pereira, até os próprios jovens colaboradores da *Ordem Nova*, depois de tanto ouvirem repetir as mesmas acusações e de observarem o passado com os olhos e a vida de figuras essenciais de um sistema profundamente conservador e ordeiro, acreditaram que tinham sido muito irrequietos. Enganaram-se...

Por exemplo, em 1926, o apregoado antibolchevismo da *Ordem Nova*, daqueles que nela colaboravam e que devotadamente a liam, não passava de uma figura de retórica e, no limite, do desejo em seguir uma moda, uma vez que na realidade político-social do Portugal de então (estava-se em 1926) o bolchevismo (ou o comunismo) não encontrava qualquer expressão, nem nas massas, nem pela existência de qualquer vanguarda revolucionária (mais ou menos intelectual) mais ou menos minoritária que se reclamasse ou se pudesse identificar com o bolchevismo.¹⁹⁸ Já uma sensibilidade interessante e relativamente original, que percorria a revista em muitos dos seus artigos, condicionando os seus objectivos, era o de uma abordagem da política segundo a qual esta se colocava, não poucas vezes, ao serviço da igreja católica, mas, sobretudo, obedecer a um sentimento e a uma ética religiosa seguindo o espírito reafirmado no Congresso preparatório da UCEP.

Não quereis conformar-vos com este século». As palavras intimativas do Apóstolo [São Paulo] são ainda hoje a declaração de guerra que nós fazemos ao mundo moderno, – a isso que para aí se está desfazendo, cheio de todos os pecados, corroído por todos os vícios e tresandando odores fétidos de podridão.

Corpos podres, estigma miserável da humanidade decaída, arrastando pela terra desolada a sua marcha de forçados da eternidade! Restos do pecado antigo, lepra da matéria que se revoltou contra o Espírito e ficou a sofrer o tropeçar dos séculos, apedrejando os profetas, abafando a voz dos justos, calcando o desespero iluminado dos visionários de Deus, atirando aos céus os braços impotentes que não puderam amparar a derrocada de Babel. [...]»¹⁹⁹

A *Ordem Nova* foi por isso uma publicação que procurava fazer a síntese possível entre a religião católica e a política nacionalista de raiz integralista, sintonizado tanto com o espírito do CADC, como com o neo-integralismo sardinhista.²⁰⁰ Queria arregimentar e purificar almas, muito

¹⁹⁸ Como já foi notado, e naquilo que a Pedro Theotónio Pereira diz respeito, o bolchevismo (ou o “comunismo”) tomar-se-ia numa preocupação séria apenas na década de 1930. Manuel de Lucena, “Pereira, Pedro Theotónio” in volume IX, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, p. 45.

¹⁹⁹ “Anúnciação” in *Ordem Nova*, ano 1, n.º 1, Março de 1926, p. 5.

²⁰⁰ Isto não significa que, pontualmente, alguns sectores próximos do episcopado e do CADC, com assento nas *Novidades* e no *Correio de Coimbra*, respectivamente, não tenham mostrado que os integralistas da *Ordem Nova* não escapavam “ao vento da indisciplina religiosa que sopra[va] da França.” Contra estas acusações se indignou Marcello Caetano, assim como contra a “perseguição” que os católicos do Centro moveriam a Fernando de Sousa e à *Época*, o que teria levado à extinção deste jornal (a 26 de Janeiro de 1927) e à criação de *A Voz* (a 29 de Janeiro de 1927). *A Ideia Nacional*, 16 de Abril de 1927, p. 1 (3.ª coluna).

“... alguma vez há-de ser.”

mais do que constituir-se numa alavanca para a tomada do poder à maneira dos textos publicados por teóricos da revolução ao longo da história moderna, fossem eles das esquerdas ou das direitas radicais. O exemplo acabado estava em dois dos destaques escolhidos pela redacção, tanto para animar os espíritos, como para ajudar a fazer doutrina e preencher espaços vazios nas páginas da revista:

Teoria da verdadeira civilização. Não está no gás, nem no vapor, nem nas mesas girantes. Está na diminuição dos traços do pecado original – Baudelaire-Oeuvres posthumes, p. 118.

Às vezes o Tirano é Calígula ou Nero, mas pode também ser Trajano ou Marco Aurélio. A multidão é muitas vezes Calígula ou Nero e nunca Trajano ou Marco Aurélio – Rivarol.²⁰¹

A *Ordem Nova*, pode ser vista como uma revista de um braço do Integralismo Lusitano composto por seus jovens membros ou simpatizantes que pretenderam refundar o movimento depois da morte de Sardinha. Faziam-no por não suportarem o impasse para o qual a inacção da Junta Central tinha conduzido o Integralismo e tudo aquilo que ele significava na direita radical portuguesa na década de 1920. No entanto, e muito mais do que isso, a *Ordem Nova* era essencialmente uma revista de jovens católicos que desde sempre, nuns casos, e mais recentemente, noutros, entenderam a superação da República e do Parlamentarismo, com a inerente restauração da liberdade religiosa, pelo recurso ao chamamento e aos ensinamentos do papado, em Roma, e do Episcopado em Portugal. No texto de despedida, como bom católico, escreveu Marcello Caetano, a caminho de se querer tornar numa personagem política e socialmente respeitável e pensando naqueles que os seus textos, e de outros companheiros, poderiam seriamente ter melindrado ou ofendido. “Porém, se nela se magoou alguém, se nela se faltou à caridade cristã e a vivacidade se converteu em injustiça alguma vez, aqui nos penitenciamos por isso, *humilhando-nos contritamente e pedindo perdão.*”²⁰²

A relação de Pedro Theotónio Pereira com a *Nova Ordem*, além de político-ideológica, e pessoal – era ali que se encontravam alguns dos seus amigos, nomeadamente o “redactor fundador” Marcello Caetano –, foi, desde logo, financeira. O facto de a sua família ser co-proprietária da Companhia de Seguros Fidelidade, e de ele ali se encontrar estrategicamente colocado ao dirigir a implementação do chamado ramo seguros de vidas, fez com que os números da *Nova Ordem* contassem sempre com uma página de publicidade desse mesmo ramo seguros de vidas comercializado pela Fidelidade.²⁰³ Um facto tanto mais importante e

²⁰¹ Citado em *ibidem*, p. 34.

²⁰² “Marcello Caetano, “Um ano depois...” in *Ordem Nova*, ano 1.º, Fascículo 12, Fevereiro, 1927, p. 366.

²⁰³ Negócio de retorno financeiro mais do que discutível, além de poder conotar a Fidelidade com uma revista que continha um projecto político, ainda por cima extremamente sectário. O facto da publicidade ao ramo vida da Fidelidade ter sido feita, significa tão somente que Pedro Theotónio Pereira agia naquela empresa, no campo que lhe adscrito, com bastante autonomia.

significativo do empenho de Pedro Theotónio Pereira neste projecto editorial, uma vez que este tipo de relação entre a Fidelidade e revistas de doutrinação política não existiu, pelo menos de forma sistemática e com tal grau de importância, com a *Nação Portuguesa* ou a *Gil Vicente*. Para uma publicação de pequena tiragem e público reduzido mas, certamente, com custos fixos não despreciandos, a generosidade financeira de Pedro Theotónio Pereira foi muito importante sob vista dos interesses mais ou menos imediatos da revista. Mas a importância de Theotónio Pereira para a *Ordem Nova* manifestou-se, pelo menos, por mais duas razões: como mentor e como colaborador. Do seu papel de *mentor* pouco sabemos, excepto aquilo que sobre o tema escreveu nas suas *Memórias* e, sobretudo, pelas palavras que sobre ele Marcello Caetano deixou cair. Em Lisboa, juntamente com Adriano Pimenta da Gama, Pedro Theotónio Pereira tinha sido um dos “padrinhos” da *Ordem Nova*, pelo que com um e com outro foram combinados “planos vários”, deles provindo “muitas sugestões e conselhos” e ouvido, porque não, “muitos desabafos e muito desânimo.” Pedro Theotónio Pereira tinha ainda colaborado no artigo de apresentação da revista, sintomaticamente intitulado “Anunciação”,²⁰⁴ além de ter provado ser “tão sereno, tão justo e tão original.”²⁰⁵ Como colaborador, Pedro Theotónio Pereira deu à *Ordem Nova* o concurso de quatro textos, três artigos de fundo²⁰⁶ e um comentário a um livro de António Sardinha,²⁰⁷ além da autoria conjunta da já citada “Anunciação”, texto que à medida que a leitura avança se constitui numa ladainha pouco imaginativa de crítica cerrada aos princípios liberais que ainda resistiam moldando o Estado e a sociedade portuguesa. O retrato aí traçado, revela uma visão assente num pessimismo ontológico de base cristã que procura uma profunda regeneração da sociedade através de uma recuperação, ou regresso, aos valores mais puros do cristianismo tal como lido e estruturado por São Paulo.²⁰⁸ Ou seja, destilavam ódio ao modelo de sociedade burguesa em que viviam e que queriam mudar radicalmente, da mesma forma que São Paulo teria pretendido subverter a ordem imperial romana com o espírito e a acção do seu apostolado. Acrescia que então, como agora (em 1926), havia uma necessidade e uma vontade de mudança que se manifestava na busca incessante do sobrenatural, do espiritual, fosse “nas mesas do espiritismo”, nas “sociedades teosóficas” e, até, “na moderna psicanálise, tentativa de um médico austríaco para achar as razões da nossa vida moral no

²⁰⁴ “Anunciação” in *Ordem Nova*, ano 1, volume 1, Março de 1926, pp. 5-13.

²⁰⁵ “Marcello Caetano, “Um ano depois...” in *Ordem Nova*, ano 1.º, Fascículo 12, Fevereiro, 1927, pp. 363 e 366.

²⁰⁶ “O Pesadelo de Gonçalo Ramires” in *Ordem Nova*, n.º 2, Abril de 1926, pp. 41-46; “A alavanca do Progresso (I)” in *Ordem Nova*, n.º 7, Setembro de 1926, pp. 204-212; “A alavanca do Progresso (II)” in *Ordem Nova*, n.º 9-10, Novembro-Dezembro de 1926, pp. 288-293.

²⁰⁷ “Recensão do livro de António Sardinha: *Na Feira dos Mitos* (ed. da Liv. Universal)” in *Ordem Nova*, n.º 8, Outubro de 1926, pp. 256-259.

²⁰⁸ Sobre o papel de São Paulo na estruturação e conseqüente renovação do Cristianismo, A. N. Wilson, *Paul: The Mind of the Apostle*, s.e., Nova Iorque e Londres, W. W. Norton & Company, 1997.

fundo sombrio do inconsciente.”²⁰⁹ Independentemente da (muito breve) evocação que depois é feita do “chefe” que “passa”, necessariamente “precedido do *fascio* símbolo da justiça, no qual o machado simboliza o *jus vitae et necis*”, a convicção dos autores estava em que seria nas “palavras do Senhor”, na sua “doutrina”, que se encontraria “toda a paz e toda a certeza de que as [...] almas” estavam “carecidas” e que “as inteligências estão suplicando.” Finalmente, nos seus derradeiros parágrafos, o texto é percorrido por profundo êxtase de fé católica.

A melancolia indefinida dos que não têm esperança, a dor morta dos que se perdem da verdade, a fome dos pobres e dos desgraçados, o desesperado surdo dos que se obstinam em negar a Deus, – toda essa mancha sombria estremece e oscila ao contacto irresistível dum vento novo, dum vento eterno, sopra divino que agitou o caos, separando a luz das trevas e arrancando ao Nada o assombro infinito!

[...]

*Duelo entre a Verdade e o Mal, eco da primeira luta que chega até nós ampliando pela ressonância dos tempos, – que a Graça de Deus desça do alto em nossas almas, as tempere na firmeza dos bronzes eternos contra os quais se quebram as potências tenebrosas, concedendo-nos a força viril para defrontar o Erro e para, como o Arcanjo, o prostrar vencido a seus pés!*²¹⁰

A solução dos problemas terrenos, tão prementes no “novo século”, estava para os autores da “Anunciação”, e deveria estar também para os seus leitores, em Deus, no Deus dos católicos. Serão pois estes ensinamentos, esta fé, estes princípios de doutrina que, mais do que qualquer outros, guiavam e guiarão Theotónio Pereira na vida e na política. Mas para além desta realidade, convém sublinhar que a sua participação na vida da revista, como a própria vida desta, foi profundamente marcada pelo 28 de Maio e as consecutivas mudanças políticas que este acontecimento introduziu na vida portuguesa. Pensada para viver em regime político civil, liberal e parlamentar, a *Ordem Nova* acabaria por existir, durante nove meses, num ambiente em que as expectativas dos seus colaboradores quanto à instauração de um regime que fizesse justiça aos seus ideais passaram a poder ser maiores – ao fim ao cabo tinha sido a direita conservadora que parecia triunfar no período inicial de vigência da Ditadura Militar, restando saber se seria essa direita ou outra que vingaria no final. Mas, nem por isso, a marcha dos acontecimentos se mostrou linear e triunfal. Ora o teor dos textos de Pedro Theotónio Pereira publicados na *Ordem Nova*, reflecte não apenas as suas ideias mas também a influência que sobre elas exerceram acontecimentos que não só acompanhou de perto, mas ainda com uma expectativa inusitada.

²⁰⁹ Nesta parte da “Anunciação” (p. 11), parece evidente a influência de Pedro Theotónio Pereira, uma vez que os factos aí evocados remetem para o artigo que publicara na *Nação Portuguesa* três anos antes. “A fascinação da Esfinge” in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista* (Director: António Sardinha), 2.ª série, n.º 8, Fevereiro de 1923, pp. 358-365 (ver capítulo II).

²¹⁰ “Anunciação” in *op. cit.*, p. 13.

“... alguma vez há-de ser.”

Desde logo, torna-se evidente a profunda impressão que lhe causou a estada na Suíça, assim como algumas passagens anteriores por outros países,²¹¹ sabendo-se, por exemplo, que tinha estado em Lurdes no Verão de 1924. No primeiro texto que publicou na *Ordem Nova*, transpira esse sentimento que assalta os portugueses que não têm outra opção, por mais patriotas que se sintam e se proclamem, senão a de constatarem a superioridade material e cívica das nações que, para lá dos Pirinéus, na década de 1920, não apenas ainda dominavam o mundo, como serviam de farol para as elites das regiões mais atrasadas do globo.²¹² Em “O pesadelo de Gonçalo Ramires”, apresenta Pedro Theotónio Pereira aos seus leitores, seguindo as preocupações, argumentação e raciocínio dos “vencidos da vida”, as linhas gerais com que se cosia a “modorra” da vida portuguesa. E se era certo, como dizia, que à constatação dessa superioridade se podia chegar, à distância, “mercê das facilidades da cultura moderna”, era pisando “terra estrangeira” que se experimentavam “logo sensações estranhas e dolorosas que nos amachucam intimamente e a que de momento nem o velho patriotismo de dar ao gatilho do poeta Alencar, poderia resistir.” Como muitos outros antes e depois dele, e mesmo não sendo “um apaixonado do progresso”, Pedro Theotónio Pereira sentia-se humilhado pela patente inferioridade da pátria.²¹³ “O pesadelo de Gonçalo Ramires” foi, nada mais nada menos, do que a sua primeira tentativa de, no domínio das ideias, procurar encontrar soluções para aquilo que parecia ser uma fatalidade, a fatalidade do atraso material do pátria.²¹⁴

Não se eximindo de evocar António Sardinha e a sua *Aliança Peninsular*, onde segundo Pedro Theotónio Pereira aquele doutrinador do Integralismo teria encontrado a prescrição capaz de curar a decadência nacional, à qual os “vencidos da vida” tinham chegado mas não ultrapassado, ao redescobrir aquele que era o seu virtuosismo expresso na superioridade espiritual dos povos peninsulares. Em “O pesadelo de Gonçalo Ramires”, é feito um grande apelo de mobilização dos portugueses – das suas elites, entenda-se – em torno de um projecto nacionalista e nacional de superação de atavismos vários que se reflectiam na incapacidade de

²¹¹ “[...] pelo contacto que tenha tido em duas ou três viagens, aliás fugitivas, por terras de gente mais civilizada.” Pedro Theotónio Pereira, “O Pesadelo de Gonçalo Ramires” in *Ordem Nova*, n.º 2, Abril de 1926, p. 42. (Destques nossos).

²¹² A menos que se procurassem “plagas onde se use ainda tanga”, estava-se “logo” rodeado por “outro meio, a sugestão duma vida mais forte, feita de preocupações sérias, pontualidade, comodidade, facilidade, precisão, rapidez... Tudo se afigura tão diferente do que aqui se topa, como os costumes insólitos que Fernão Mendes Pinto veio revelar no seu século.” Idem, *ibidem*, pp. 41-42.

²¹³ “Deus o livre de tal! Ainda há poucos meses, numa estada mais longa em que deveres de ofício o retiveram entre esforçadas raças do norte, teve ele inúmeras e dilatadas ocasiões de reviver no íntimo do seu ser, o pesadelo de Gonçalo Mendes Ramires, gemendo o desconsolo do presente para os avós reunidos à volta do leito.” Idem, *ibidem*.

²¹⁴ Sobre o artigo de Pedro Theotónio Pereira, escreveu Fernando de Sousa: “O n.º 2 da *Ordem Nova* representa sensível progresso sobre o n.º 1. Abre com um belo artigo de Pedro Theotónio Pereira, de grande nobreza de sentimento e revelador de uma raça bem orientada, comportando com exactidão de vistas a nossa desordem moral com as lições de trabalho e disciplina que outros países nos dão.” NEMO, “«Ordem Nova» Grito de Guerra dos Novos” in *A Época*, 10 de Maio de 1926.

dar uma resposta minimamente válida às necessidades e aos desafios impostos pela afirmação de um modelo de civilização material oriunda do Norte da Europa e da América (também) do Norte. Encurralado entre um profundo patriotismo e nacionalismo, por um lado, e por uma devoção sincera por aqueles parâmetros de uma cultura que considerava, no seu domínio tradicional e popular de extracção rural, como virtuoso e genuíno, por outro, Pedro Theotónio Pereira não poderia deixar de reconhecer que sem uma assimilação dos novos valores da civilização moderna e progressista que imperavam no exterior, a qual, objectivamente, tornava as nações fortes e poderosas, Portugal estaria condenado a “acabar numa curiosidade histórica [...]”. Propunha, por isso, que, ao contrário que sucedera já durante a vigência da monarquia absolutista do século XVIII e, depois, definitivamente, com o exílio de D. Miguel, em que se apostara com terríveis resultados na importação e implantação pelas elites portuguesas de tudo o que era europeu e, em particular, francês, iniciando-se dessa forma um processo de descaracterização e destruição do País, se avançasse finalmente na recuperação e assimilação dos valores portugueses pelo próprios portugueses, mas adoptando, inevitavelmente, um conjunto de recursos que, à partida, lhes eram civilizacionalmente estranhos. Independentemente dos países do sul, como Portugal, serem “menos hábeis para o labor das mãos, inclinados à concentração interior”, deveriam, para sobreviverem, primeiro, e garantirem a sua dignidade, depois, “aprender a trabalhar, a regularizar a vida, introduzindo nela uma ordem nova e sã.” Portanto, aquilo que de melhor houvesse no “tipo do norte, germânico ou saxónico”, para “ajudar a retemperar o corpo e a alma, decaídos por muitas razões dos altos destinos em que andámos”, deveria ser aproveitado. Ora aí poder-se-ia chegar, apenas e só, pela rejeição e deposição de um sistema político que, naturalmente, substituído por um outro que fosse intérprete do ser português, resgataria a pátria resolvendo os seus dilemas, fazendo, por isso, Portugal e os portugueses regressarem aos “grandes caminhos que Deus nos traçou...” e que, precisamente, António Sardinha tinha não apenas identificado mas, sobretudo, trabalhado para que pudessem voltar a ser trilhados. Ou seja, os portugueses deveriam voltar a ser aquilo que historicamente sempre tinham sido, expurgados dos males do estrangeirismo que triunfara em 1834 e se reafirmara em 1910, tendo a obrigação de aproveitar de terceiros aquilo que era aproveitável. De que forma e com quem é que este desiderato político e cultural podia ser cumprido, era uma incógnita. Mas naquilo que a Pedro Theotónio Pereira dizia respeito, a tarefa deveria cumprir-se, sendo que a *Ordem Nova* e o ânimo expresso na sua capa, em cada número, uma referência, um “pensamento sério”, um “programa duro que é preciso levar na vanguarda dos que quiserem reconquistar Portugal.”²¹⁵

²¹⁵ *Ibidem*, pp. 42-44.

“... alguma vez há-de ser.”

Nos dois outros textos que publicou na *Ordem Nova*, Pedro Theotónio Pereira escolheu a imprensa (e a natureza da actividade da imprensa em liberdade) como tema e enquanto alvo das suas críticas e bode expiatório dos males que atormentaram e atormentavam o País no seu século de liberalismo. Num escrito dividido em duas partes,²¹⁶ e no primeiro dos quais Pedro Theotónio Pereira começa por citar e elogiar Mussolini,²¹⁷ insurge-se contra a “supremacia” que a palavra escrita, “a prosa impressa”, historicamente assumira nas sociedades ocidentais.²¹⁸ Não sendo totalmente claro no enunciado se essa supremacia fora uma consequência de um evidente enfraquecimento dessas sociedades ainda antes do advento do liberalismo ou, pelo contrário, se seria a imprensa que paulatinamente se impôs e, portanto, conduziu a um enfraquecimento social dificilmente reversível, verdade é que, para Theotónio Pereira, embora o triunfo da palavra escrita se tivesse baseado em pressupostos bem intencionados,²¹⁹ certo é que acabara por condenar as sociedades a uma vida deleitada

*à volta de mitos sonoros, ressuscitando a controvérsia brilhante de Bizâncio, afastando os ímpetos bruscos da natureza humana, adormecendo-lhe a acção, corrigindo-lhe as asperezas de espontaneidades primitivas, trazendo a existência para um terreno de conciliação cómoda, adoçando os choques com plataformas oportunas de transigência, envolvendo tudo e todos no manto sofisticado do livre-exame, da discussão e da opinião, isto a que se poderia chamar, no fim de contas, o princípio social do século XX, vingou e criou raízes.*²²⁰

Deste enunciado histórico bastante fragmentado, voluntarioso, opinativo e parcial, deduzia Pedro Theotónio Pereira que a imprensa se tornara “omnipotente” e “omnisciente” pelo simples facto de a ela tudo e todos se terem passado a submeter, dominando “o campo social”, da mesma forma que o “sufrágio universal e o parlamentarismo dominaram no campo político.” A consequência lógica desta asserção fora a emergência dum núcleo de gente empenhada em falar pelos cidadãos – “os sacerdotes da opinião pública” – mesmo que para tal não tivessem qualquer mandato.

Estando-se, no entanto, no limiar daquela que ia ser uma nova fase da vida social e política europeia – e também portuguesa – sinónimo da mais que vista “falência” da

²¹⁶ Pedro Theotónio Pereira, “A alavanca do Progresso (I)” in *Ordem Nova*, n.º 7, Setembro de 1926, pp. 204-212 e idem, “A alavanca do Progresso (II)” in *Ordem Nova*, n.º 9-10, Novembro-Dezembro de 1926, pp. 288-293.

²¹⁷ Cita uma curta afirmação de Mussolini feita perante uma audiência de jornalistas, classificando-a de “absolutamente lógica, digna da sua obra e do seu génio.” Pedro Theotónio Pereira, “A alavanca do Progresso (I)” in *Ordem Nova*, n.º 7, Setembro de 1926, p. 204.

²¹⁸ A inspiração, e não só, para este texto terá Pedro Theotónio Pereira certamente ido bebê-la a uma carta de Fradique Mendes: “A Bento de S.” in *Correspondência de Fradique Mendes*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, “col. Obras Completas de Eça de Queirós, XVIII volume”, s.d., pp. 179-186.

²¹⁹ “Os homens, fartos da supremacia bruta do direito da força, deslumbram-se com a supremacia fácil da força do direito pela recorrência aos altares quotidianos da prosa impressa. O aço das espadas passou para os aparos das canetas de pataco. Os pingos deixaram de ser de sangue para serem de tinta.” Idem, *ibidem*, p. 205.

²²⁰ *Ibidem*, pp. 205-206.

“... alguma vez há-de ser.”

“Democracia”, em que os “parlamentos fazem penitência” e as “quadrilhas políticas” debandavam, “como quando morre o chefe de prestígio nas quadrilhas de ladrões”,²²¹ também a “alavanca do progresso” (“Deusa Opinião Pública, Sentinela da Liberdade e outras quantas metáforas utilizadas para designar a imprensa”²²²), iria mudar, teria que mudar, sendo que na segunda parte do seu texto, Theotónio Pereira apresentou os termos em que tal iria suceder ao definir-lhe as “funções que lhe correspondiam”, funções essas que mais do que definirem a imprensa, definiam o *modelo* de organização social preconizado por Pedro Theotónio Pereira. Deveria pois existir uma imprensa “especializada, destinando-se a cada profissão, cingindo-se às exigências particulares de determinada colectividade, realizando completamente o seu fim.” Deste modo se ajudaria “à reconstituição orgânica do país, reintegrando-o nos seus centros vitais, dando-lhe dignidade de existência hoje ignorada.” Lado a lado com este tipo de imprensa, deveria restaurar-se uma outra, inspirada na “sua fonte primitiva” que remontava aos

tempos felizes da «Gazeta de Lisboa», aquela honesta e benemérita função do noticiário diverso, da publicidade útil e fiel, acompanhando com dedicação o desenvolvimento económico do país, entregue à regeneração do trabalho, modesta e bem intencionada, esquecida de má vida de outrora.

Seria esta, então, a única forma da imprensa “encarar com uma dignidade calma o decorrer dos tempos, na consciência dum dever cumprido.”²²³

Independentemente daquilo que nesta reflexão ficou assente acerca daquele que deveria ser o papel da imprensa numa sociedade orgânica estruturada à imagem do corporativismo católico integral, e da relevância que tem o facto de a Pedro Theotónio Pereira ter cabido teorizar na *Ordem Nova* o papel da palavra escrita em sociedades assentes em pressupostos dos mais diversos, cabe acima de tudo sublinhar uma outra coisa. Todo o tipo de imprensa na qual Pedro Theotónio Pereira colaborou e com a qual se identificou, entre o início da década de 1920 e a chegada de Oliveira Salazar à pasta das Finanças, padeceu precisamente das fraquezas e dos defeitos que na “Alavanca do Progresso” identificava. A *Monarquia*, como *A Época*, foram títulos de imprensa que, apesar de aqui e ali acenderem uma boa chama tecnocrática, publicando artigos de fundo sobre grandes questões culturais, sociais, económicas e financeiras nacionais, sempre se caracterizaram pelo apelo que faziam à subversão e ao derrube de uma ordem, ordem essa que, precisamente, lhes permitia fustigar quase impunemente aqueles princípios de liberdade que tanto criticavam e dos quais sempre dependeram para fazer ouvir a sua voz e, eventualmente, espalharem ideias consolidando-as,

²²¹ *Ibidem*, pp. 209-210.

²²² *Ibidem*, p. 204.

²²³ Pedro Theotónio Pereira, “A alavanca do Progresso (II)” in *Ordem Nova*, n.º 9-10, Novembro-Dezembro de 1926, pp. 292-293.

“... alguma vez há-de ser.”

fazendo, por isso, uso do mais sagrado princípio que sustentou o século liberal. Acabaria por ser então esta uma das bases do pensamento autoritário que paulatinamente tomou conta de grande parte da Europa e também de Portugal depois do fim da Grande Guerra tornando-se praticamente hegemónico à esquerda como à direita. Também para Pedro Theotónio Pereira o aproveitamento desta contradição essencial mas vital na existência do liberalismo – a liberdade de opinião – para a promoção do seu aniquilamento, não colocava em 1926 quaisquer dilemas éticos, sendo certo que os políticos também nunca o atormentaram, uma vez que sempre aproveitou as vantagens que o odioso liberalismo conferia para o combater sem quaisquer tréguas e, finalmente, vê-lo derrubado, humilhado, destruído. A perfeição do social e do político estavam num outro (porque novo e revolucionário) patamar da realidade.

“– Não sei se vá... se não vá....”²²⁴

O 28 de Maio de 1926 não foi, como depois muita gente ligada ao regime, e não só,²²⁵ quis fazer crer, um movimento militar, nas suas raízes e objectivos, homogéneo, mesmo que tão só genericamente.²²⁶ A relevância particular que se pode retirar da análise do papel de Pedro Theotónio Pereira nos acontecimentos que tiveram lugar em torno daquela data, reside no facto dessa análise ajudar a compreender não apenas a complexidade daquele pronunciamento militar – vistas as forças, facções, tendências, projectos, etc. –, mas, sobretudo, a percepção de que o seu triunfo – ou o triunfo transitório da facção Gomes da Costa à qual os “integralistas”, por comodidade de expressão, estiveram particularmente ligados –, pareceu claramente, e durante vários dias, não ter condições para se verificar, inclusivamente naquele curto espaço de tempo em que tal se veio a acontecer.²²⁷ Com vinte e quatro anos incompletos, Theotónio Pereira não assistiu apenas aos acontecimentos. Teve neles um papel activo, ainda que longe daquele que foi o protagonismo dos seus jovens camaradas integralistas, como Manuel Múrias e António

²²⁴ Expressão de Gomes da Costa, proferida enquanto descia as escadas da casa de Manuel Múrias, imediatamente antes da sua partida para o Porto, e de onde seguiria para Braga para se pôr à frente das guarnições militares a sublevar. Oscar Paxeco, *op. cit.*, p. 164.

²²⁵ “O uso do termo *fascismo* para designar o regime que, a partir da intervenção militar de 28 de Maio, vai até à beira da segunda guerra mundial *parece-me* legítimo.” Manuel Villaverde Cabral, “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a propósito de alguns livros recentes” in *Análise Social*, vol. XII (48), 1976-4.º, p. 914; idem, “A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)” in *Análise Social*, vol. XV (58), 1976-2.º, p. 389.

²²⁶ Sobre a construção, durante o Estado Novo, do “mito da unidade, capacidade e objectivos do Exército”, ver as considerações tecidas por Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, 1986, p. 82, nota 12.

²²⁷ Digamos que o triunfo de um grupo plural e informal que se constituiu em torno da figura de Gomes da Costa, com o objectivo de hegemonizar politicamente o movimento militar e que vigoraria entre 6 de Junho e 7/8 de Julho.

Rodrigues Cavalheiro.²²⁸ De qualquer modo, conspirou e procurou participar activamente num movimento militar que contribuiu para mudar radicalmente a face do País. Como em tudo aquilo em que se metia, colaborou no golpe de forma empenhada, entusiasta e, até, muito emotiva, fazendo parte daquele braço civil constituído por vários jovens sardinhistas que faziam política na redacção da *Época*, à tardinha e à noite,²²⁹ sob a tutela paternal de Fernando de Sousa, jovens sardinhistas esses que viviam já afastados dos velhos integralistas da Junta Central, mesmo que, e pela sua parte, também estes tenham intervindo modestamente no 28 de Maio.

Segundo alguns testemunhos, teria cabido a *A Época* constituir-se “no reduto das ideias que haviam de pôr em marcha o movimento nacional de 28 de Maio”.²³⁰ Na sua redacção ter-se-ia ainda acompanhado o evoluir de toda a conspiração, sendo que um dos colaboradores regulares do matutino, Manuel Múrias, serviu “como elemento de ligação e porta-voz dos oficiais conspiradores.”²³¹ Não o tendo sido, no entanto, de todos os conspiradores do “28 de Maio”, *A Época* foi, certamente, uma espécie de porta-voz duma das várias correntes do movimento. Uma corrente à qual pertenceu durante muito tempo, tendo-a até protagonizado, o general Sinel de Cordes, mas que nas vésperas do seu arranque conheceu o recuo deste, verificando-se a partir daí uma cisão no planeamento e execução do movimento. Como consequência da deserção, embora com margem para retorno, de Sinel de Cordes,²³² com a consequente secundarização dos muitos e importantes apoios com que contava, a partir daí, *A Época* tornar-se-ia, tanto imediatamente antes do pronunciamento, como na meia dúzia de semanas que lhe sucederam, no porta-voz do sector encabeçado por Gomes da Costa. Este ramo da conjuração foi municiado por jovens tenentes de algumas unidades situadas nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e,

²²⁸ Além dos testemunhos que os três deixaram sobre a sua participação no 28 de Maio, a relevância das suas intervenções seria ratificada pelo jornalista Oscar Paxeco, uma vez que aqueles três nomes constam da extensa lista de personagens políticas e militares cuja acção contribuiu decisivamente “para o 28 de Maio.” Oscar Paxeco, *op. cit.*, pp. 8-9.

²²⁹ “Por volta das dez e meia da noite, o Conselheiro Fernando de Sousa chegava ao jornal e se não havia já «fundo» para «A Época» da manhã seguinte, sentava-se à sua mesa num canto da sala e começava logo a escrever o artigo.” Pedro Theotónio Pereira, “«A Época» e o seu tempo” in *A Voz*, 29 de Janeiro de 1966, p. 1.

²³⁰ *Idem, ibidem.* “No último destes jorais [*A Época*] onde havia uma equipa aguerrida de jornalistas nacionalistas, o dr. Manuel Múrias fazia sob o pseudónimo de «Ansilianus» uma campanha activa e permanente, com o objectivo de dar coesão e consistência à Revolução, já então tomada inevitável. Eram artigos e entrevistas forjadas, com pretensos oficiais do Exército, sobre elementos fornecidos pelo general Sinel de Cordes.” Oscar Paxeco, *A Arrancada de 28 de Maio. Elementos par a história da sua preparação e eclosão*, s.e., s.l., Editorial Vanguarda – Companhia Nacional Editora, 1956, p. 29.

²³¹ Manuel Maria Múrias, *op. cit.*, p. 160. Manuel Múrias foi o autor da proclamação que Costa Gomes dirigiria em Braga às tropas revoltosas e ao País. Na derradeira reunião antes da partida de Gomes da Costa para o norte, e que se realizou na “casa do dr. Manuel Múrias, à Calçada de Carriche, onde então estava instalado o Colégio Nun’Álvares”, participaram, além do dono da casa e do general, Trindade Coelho (director do *Século*), Aníbal de Azevedo, Pinto Correia, João Pereira de Carvalho, Silva Dias e Luís Charters de Azevedo. Oscar Paxeco, *op. cit.*, p. 35. Sobre as relações dos integralistas e da *Época* com general Gomes da Costa na fase preparatória do movimento, António José Telo, *op. cit.*, pp. 178, 187 e 188.

²³² Episódio relatado por Manuel Múrias na entrevista que concedeu a Oscar Paxeco. Oscar Paxeco, *Os que Arrancaram em 28 de Maio*, s.e., Lisboa, Editorial Império, 1937, pp. 159-160.

sobretudo, Braga, mas ainda por Trindade Coelho e *O Século*²³³ e, finalmente, por pequenos grupos e vários indivíduos da direita radical, mas no seio dos quais se destacavam os jovens sardinhistas da *Época*.

Essa corrente, radical, a que pertenceu Pedro Theotónio Pereira, “persistente no seio da Força Armada, [...] desenvolvia-se com base em oficiais de baixa patente, sargentos e alguns apoios de oficiais superiores”. Muito justamente, Sinel de Cordes e o seu grupo, aquele que conduziria a Ditadura entre Julho de 1926 e Abril de 1928, sempre recearam os jovens radicais, civis e militares,²³⁴ apesar de com eles terem conspirado de forma intrincada e cúmplice até depois do início no movimento em Braga.²³⁵ Mas foi tanto a forma como o conteúdo do depoimento que Pedro Theotónio Pereira apresentou no primeiro volume das suas *Memórias* – um depoimento tão recheado de contradições –, sobre os preparativos do movimento e o desenrolar dos acontecimentos que tiveram lugar entre finais de Maio e princípios de Junho de 1926, que ajudam a perceber o sucedido do ponto de vista de uma das facções em presença. Essa facção reduzia-se a um estrito núcleo de jovens sardinhistas, tendo sido um amigo de Pedro Theotónio Pereira, António Rodrigues Cavalheiro, quem chamou a atenção para a sua importância, natureza ideológica e objectivos políticos. Fê-lo em testemunhos que deixou sobre os acontecimentos de Maio e Junho de 1926, mas, também, de Abril de 1925 e dos anos de 1927 e 1928, na convicção de todos eles conduzirem ao derrube da República, primeiro, e à condução de Oliveira Salazar à pasta das Finanças, depois.²³⁶

Mas vamos por partes. À data em que escreveu aquele que seria o seu derradeiro testemunho público sobre os acontecimentos a que nos temos vindo a referir, a Pedro Theotónio Pereira parecia começar por valer a pena evocar a coincidência do “28 de Maio” com o famoso “congresso mariano” realizado simultaneamente em Braga. Recordava-se de quanto tinha sido

²³³ Eduardo Freitas da Costa, *História do 28 de Maio*, s.e., Lisboa, Edições do Templo, 1979, p. 214. (163-270).

²³⁴ As correntes conspiradoras no seio do 28 de Maio seriam sensivelmente as seguintes: a primeira, mais robusta e mais bem organizada, era conduzida por Sinel de Cordes, vindo a nela destacar-se a figura de Carmona. A segunda, composta por jovens oficiais radicais, e que viriam a arregimentar Gomes da Costa para a sua causa trabalhava em grande proximidade com jovens integralistas (nomeadamente militares e estudantes universitários) de Lisboa e Coimbra. Ao terceiro, que não pretendia uma rotura total com o quadro vigente ainda no dia 28 de Maio de 1926, pontificavam Mendes Cabeçadas, Filomeno da Câmara e Cunha Leal. Finalmente, existiria o grupo, com “ideias reformistas”, conduzido por José Eugénio Dias Ferreira, mas que, no fundo, radicava na proximidade de Mendes Cabeçadas. Aniceto Afonso, *op. cit.*, pp. 136-141 e 176. Um historiador norte-americano ao referir-se à “rede de conspirações”, chamou a atenção para o facto de que qualquer cristalização dos diversos grupos, tendo em vista uma maior facilidade na explicação das raízes do 28 de Maio, tende a esquecer “a heterogeneidade dos que nela participaram e dos seus aliados.” Douglas Wheeler, *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d., p. 262. Sobre a “barafunda das conspirações”, e seguindo declarações de Manuel Múrias, Oscar Paxeco, *A Arrancada de 28 de Maio. Elementos par a história da sua preparação e eclosão*, s.e., s.l., Editorial Vanguarda – Companhia Nacional Editora, 1956, pp. 25-32.

²³⁵ Oscar Paxeco, *Os que Arrancam em 28 de Maio*, s.e., Lisboa, Editorial Império, 1937, pp. 62, 126 e 159-161; Aniceto Afonso, *op. cit.*, pp. 179-180.

²³⁶ Rodrigues Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu hispanismo” in AAVV, *António Sardinha e o Iberismo: Acusação Contestada*, s.e., Lisboa, 1974, pp. 61-65.

“... alguma vez há-de ser.”

feliz essa justaposição, e de como ela tinha levado os soldados, não apenas a “porem flores nos canos das espingardas”, mas, sobretudo, a “associarem-se aos cânticos” religiosos, e, mais tarde, sem quaisquer problemas, a permitir-lhes que chegassem a Lisboa onde consumariam uma “entrada apoteótica” para a “ocupação de Belém e dos ministérios”. Mais de quarenta anos depois do 28 de Maio, Pedro Theotónio Pereira evocava o lado redentor e quase épico do pronunciamento: “o povo via naquele gesto do Exército a certeza reconfortadora de que nem tudo estava perdido”. O mesmo povo tinha ainda tido tempo para chorar “à passagem das bandeiras militares”, enquanto os “toques de clarim soavam como o apelo às armas dos grandes momentos da história da Pátria.” Sublinhava que “não havia inimigo que saísse a terreiro” e que não se tinha derramado “uma gota de sangue em luta fratricida”.²³⁷

Este lado festivo do 28 de Maio, evocado por Pedro Theotónio Pereira décadas mais tarde, é compreensível pelo desejo de afirmação do sentimento de dever cumprido, como ainda de vitória política e militar de um movimento que fora preparado e se consumara de forma quase sempre algo atabalhoada, facto omitido nas *Memórias*, mas que acabaria por ser finalmente capaz de derrotar e varrer do exercício do poder o odioso Partido Republicano Português – um desiderato tantas vezes perseguido mas sem sucesso durável. Por outro lado, verdade é que os inimigos, as gotas de sangue e as lutas fratricidas se tornaram desde o primeiro instante em elementos essenciais da Ditadura Militar, convertendo-se em acontecimentos cada vez mais graves e dramáticos à medida que se passou da fase de concepção do movimento para o da sua imposição e consolidação. Tanto Pedro Theotónio Pereira, como os seus parceiros, perceberam-no rapidamente, sendo que desse facto veio também a dar conta nas suas *Memórias*, em contradição tão evidente com aquilo que escrevera imediatamente antes. Assim, após os acontecimentos de Braga, os eventos de Coimbra e a tentativa falhada de entrada triunfal em Lisboa de Gomes da Costa e da tropa que comandava, os jovens sardinhistas esperaram com ansiedade por sinais claros de triunfo. De facto só o desfile das tropas de Gomes da Costa na capital, acontecimento que selaria a sua vitória, significaria a vitória de um projecto político que propunha a total ruptura com a ordem política e constitucional vigente. Por isso, e enquanto Gomes da Costa e as suas tropas se mantinham acampados nos arredores da capital, porque indecisos e constrangidos, os jovens sardinhistas afadigaram-se em curtas mas penosas viagens de Lisboa para Sacavém – onde conferenciavam os revoltosos já divididos quanto aos objectivos do golpe de Estado militar que tinham levado a cabo e que quase simultaneamente se

²³⁷ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, pp. 59-60.

“... alguma vez há-de ser.”

pronunciara em vários pontos do País – e de Sacavém para Lisboa, procurando perceber aquilo que se passava e, sobretudo, tentando influenciar o rumo dos acontecimentos.²³⁸

Enervante e desesperante foi para Pedro Theotónio Pereira presenciar em Lisboa, onde se manteve durante estes acontecimentos, a forma como o comandante Mendes Cabeçadas, na sequência do levantamento de Braga, acabou por receber das mãos do presidente da República, Bernardino Machado, o poder, dentro de um compromisso de cumprimento das normas constitucionais vigentes, vê-lo enfrentar e acabar por debelar uma “sublevação de marinheiros que o comandante Procópio de Freitas levantara contra o ministério de António Maria da Silva” – uma sublevação radical “declaradamente adversa à constituição de um governo militar” –, como assistir, já no mês de Junho, ao confronto entre Cabeçadas e a solução golpista aparentemente moderada que protagonizou, com os sectores revoltosos que, ancorados na figura de Gomes da Costa, pretendiam levar o golpe ao ponto de romper com a Constituição, formando um “Governo Nacional militar”.²³⁹

Embora se tenda a ver o 28 de Maio, e a evolução do regime de excepção a que deu lugar em direcção ao Estado Novo, como inevitáveis, normalmente partindo duma análise que se alicerça nos condicionamentos estruturais e conjunturais impostos por um extenso conjunto de forças sociais e políticas, a verdade é que assim não foi. Tendo-se tratado dum daqueles grandes acontecimentos históricos do século XX português, extraordinário pelas suas consequências, a verdade é que mais do que determinado por forças profundas, dependeu no seu desenlace da imprevisibilidade dos eventos e dos caprichos dos homens. Extemporaneamente comandado pelo general Gomes da Costa, a verdade é que a movimentação a partir de Braga esteve muito perto de não acontecer. Chegou a constar que teriam sido o padre jesuíta Sousa Peres, que possuía “o vírus político em alto grau”, e Angelo César, a evitarem que o general Gomes da Costa desistisse, “ainda em Braga, do 28 de Maio.”

²³⁸ Sobre os acontecimentos iniciais do 28 de Maio e as peripécias da sua preparação, Oscar Paxeco, *A Arrancada de 28 de Maio. Elementos par a história da sua preparação e eclosão*, s.e., s.l., Editorial Vanguarda – Companhia Nacional Editora, 1956, *passim*; Damião Peres, *História de Portugal. Edição Monumental. Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade. Suplemento*, s.e., Porto, Portucalense Editora, 1954, pp. 419-432; António José Telo, *op. cit.*, pp. 173-212; Douglas Wheeler, *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d., pp. 256-271; Arnaldo Madureira, *O “28 de Maio”: Elementos para a sua compreensão. I – Na Génese do Estado Novo*, s.e., Lisboa, Editorial Presença, s.d., pp. 35-68; Manuel Braga da Cruz, “A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 75-84; Rui Ramos, *op. cit.*, pp. 624-633; Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)”, in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 151-164; Aniceto Afonso, *op. cit.*, pp. 129-196.

²³⁹ Damião Peres, *op. cit.*, p. 425. Este desiderato era confirmado, na sua amplitude, pelos termos em que era redigido o editorial de *O Século* do dia em que se deu início ao movimento. “Está-se a operar na política portuguesa um grande e profundo movimento nacional contra o Democratismo...Isto que aí está é que não pode continuar porque é, em todos os sentidos, uma vergonha...” Citado em Jesús Pabón, *La Revolución Portuguesa. II (De Sidonio Paes a Salazar)*, s.e., Madrid, Espasa-Calpe, 1945, p. 219.

Isto porque o general “ficara muito impressionado ao ver”, naquela cidade, “que as forças armadas não só se lhe não somavam às suas como nem sequer lhe diziam uma palavra! Seria, portanto, mais uma tentativa falhada...” Sabendo Gomes da Costa que “naqueles tempos, só a guarnição de Lisboa estava bem armada: e que, se quisesse, o venceria pelas armas”, ao ver-se “quase isolado, do ponto de vista militar”, pensou em desistir. Foi então que “o padre Peres, auxiliado pelo talentoso e fogoso advogado Angelo César o convenceram a descer sobre Lisboa”, argumentando que assim que “o País o visse nesse caminho se levantaria, como um só homem, apoiando-o decisivamente. O general acreditou no padre e no jovem advogado e saiu tudo como eles diziam...”²⁴⁰ Independentemente daquilo que de pouco exacto possa existir nesta descrição e comentário, a verdade é que demonstra, com outros testemunhos sobre aquele pronunciamento, a imprevisibilidade, a ausência de qualquer pré-determinação no triunfo daquele grupo de revoltosos formalmente comandado por Gomes da Costa. Por detrás do acontecimento, ou como causa deste, além da ausência de quaisquer determinantes impessoais, sobrava a vontade humana. Simplesmente, ela manifestava-se condicionada pela, e alicerçada na, impossibilidade da generalidade dos intervenientes disporem de qualquer capacidade significativa para determinarem globalmente o desenlace da história como consequência da situação caótica que se tinha gerado, tendo sido o “28 de Maio”, e aqueles factos que imediatamente o precederam e lhe sucederam, um daqueles momentos históricos relevantes em que a utilização do “se” pode ser feita com todo o sentido e propriedade.²⁴¹

Mais do que os radicais de esquerda, que também nos momentos iniciais exprimiram o seu apoio ao 28 de Maio, os integralistas ou simplesmente monárquicos, de que Theotónio Pereira fazia parte, conspiravam militantemente contra a ditadura do Partido Democrático, participaram no movimento, não apenas na sua preparação, mas no próprio dia, nas horas que se lhe seguiram e, posteriormente, com grande e cada vez maior intensidade à medida que se

²⁴⁰ Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 2.^a edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1987, p. 110. Também no Porto o general Gomes da Costa terá hesitado quanto ao melhor uso a dar à tropa que tinha sob o seu comando, nomeadamente quanto ao ritmo que deveria imprimir ao seu avanço sobre Lisboa. Ezequiel de Campos, acolitado por dois oficiais, terá sido o principal responsável pela forma como o general pôs fim às suas dúvidas ao decidir-se por “partir já a caminho de Lisboa.” Ezequiel de Campos, *Política*, 2.^a edição actualizada, Porto, Lello & Irmão Editores, 1954, p. 149.

²⁴¹ Sobre estas questões de teoria e método em torno dos conceitos de “modalidade” (enquanto noção de necessidade, impossibilidade, possibilidade, ou contingência), história “contrafactual” ou “virtual”, “vontade”, “determinantes impessoais” e “caos-história”, Johannes Bulhof, “What If? Modality and History” in *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, vol. 38, n.º 2, Maio de 1999, pp. 145-168; David Lindenfeld, “Causality, Chaos Theory, and the End of the Weimar Republic: A Commentary on Henry Turner’s *Hitler’s Thirty Days to Power*” in *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, vol. 38, n.º 3, Outubro de 1999, pp. 281-299; Henry Ashby Turner, Jr., “Human Agency and Impersonal Determinants in Historical Causation: A Response to David Lindenfeld” in *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, vol. 38, n.º 3, Outubro de 1999, pp. 300-306. Finalmente, Niall Ferguson, “Introduction. Virtual History: Towards a ‘chaotic’ theory of the past” in Niall Ferguson (ed.), *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals*, s.e., s.l., Picador, 1997, pp. 1-90.

“... alguma vez há-de ser.”

tornavam cada vez mais evidentes as hesitações tácticas e estratégicas no topo. Prestaram serviços à tropa na convicção de que o triunfo do movimento, mais cedo do que tarde, poria em marcha uma revolução nacional que cumprisse a maior parte possível da agenda política republicana e integralista.²⁴²

Tendo Pedro Theotónio Pereira omitido sempre a sua eventual participação – ainda que eventualmente modesta – na preparação do golpe, dificilmente isso significará uma correspondência com a realidade. De qualquer modo, se poupou nos detalhes de uma sua intervenção nos preparativos, deixou largo testemunho sobre a sua participação nos acontecimentos que, em Lisboa, se sucederam à saída da tropa de Braga. Além de ter estado diante do edifício do Parlamento no dia 31 de Maio, quando os seus “pesados portões de ferro” foram fechados por um “sargento da força da Guarda Nacional Republicana, que tinha a seu cargo a vigilância do Palácio de S. Bento”, presenciou as duas entradas do general Gomes da Costa na capital.

*Uma, montando um belo cavalo negro e à frente de um luzido estado-maior de jovens oficiais. Surgiram num domingo à tarde no Campo Grande e tiveram o acolhimento que as nações antigas reservavam aos seus grandes triunfadores. A outra, muito mais dramática e realista, foi efectivamente a que alterou o curso da História.*²⁴³

Considerando o fracasso da primeira incursão de Gomes da Costa em Lisboa como decorrendo do facto de não se ter “sentido feliz na capital” e que, por isso, o “velho e galhardo general” “resolveu dias depois retirar para o seu quartel-general em Sacavém”, o campo nacionalista, ao qual pertencia Theotónio Pereira, sentiu-se então alarmado. Porque “mais experimentado na guerra do que nos jogos da política”, e ao contrário dos seus mentores, Gomes da Costa esteve, pelo meio, tentado a desistir. Correu na capital, “como coisa certa”, que parte das “forças militares começavam a dobrar as tendas para retirarem para os seus quartéis de província.” Foi então que os civis nacionalistas avançaram “para Sacavém em *side-cars*, que se alugavam então junto ao Monumento aos Restauradores”, enquanto outros terão “escrito longas cartas ao caudilho.” No entanto, Pedro Theotónio Pereira tinha já, dias antes, dado o seu muito modesto contributo para o triunfo de Gomes da Costa. Em *A Época*, no dia 6 de Junho, escrevera um editorial intitulado “Clarins que esmorecem”, em que apelava a Gomes da Costa, em tom eloquente, para entrar em Lisboa, “disposto a só parar no Terreiro do Paço.”²⁴⁴

²⁴² Jesús Pabón, *op. cit.*, pp. 220-221.

²⁴³ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 59-60.

²⁴⁴ Nas suas *Memórias* Theotónio Pereira diz ter sido escrito e publicado este seu texto antes da segunda entrada – a decisiva – de Gomes da Costa em Lisboa, e que sucedeu a 18 de Junho. Na verdade, o editorial foi capa de *Época* no dia em que se previa e anunciava o desfile do Exército revoltoso pelas principais artérias de Lisboa, o que ocorreu a 6 de Junho.

“... alguma vez há-de ser.”

Independentemente do apelo lancinante impresso na *Época*, foi o que o general fez, mesmo que de seguida se tivesse retirado. Finalmente, a 18 de Junho, e depois de na véspera os sectores da “direita radical” e o “bloco conservador” terem imposto a demissão de Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa emergia formalmente como a figura do golpe, parecendo que a aposta do grupo sardinhista, entre outros, tinha ganho mais do que um primeiro confronto na luta pelo poder e pela afirmação de um projecto político de ruptura com a República.

Sendo evidente que momentos de grande expectativa foram vividos por parte dos sectores da direita radical depois de consumada a saída das tropas de Braga, e nomeadamente quando estas se encontravam já em Lisboa – ou nas suas imediações –, mas parecendo incapazes de desferirem um golpe final na situação política que, herdeira da Constituição de 1911, apesar de tudo, ainda sobrevivia, Pedro Theotónio Pereira e os seus amigos conspiradores da *Época* rapidamente perceberam que a principal questão política, e que, evidentemente, podia estar a pôr em causa o triunfo de Gomes da Costa em toda a linha, decorria das suspeitas e do receio de que o êxito do general e do pronunciamento iniciado em Braga fosse também o da vitória imediata, ou num curto prazo, da Monarquia. Isto por Gomes da Costa contar com o apoio de inúmeros monárquicos – a começar pelos jovens sardinhistas –, como por, ao contrário de Sinel de Cordes, nunca ter dado sinais claros de que a sua acção jamais seria um golpe restauracionista da Monarquia. No artigo de fundo publicado por Pedro Theotónio Pereira na *Época*, e já citado, além da demagogia eloquente e, no caso, inconsequente, detectava-se como sua, e daqueles que o rodeavam, a grande preocupação política expressa na intenção de declarar que o objectivo das tropas comandadas por Gomes da Costa era nacional e não afecto a propósitos de restauração monárquica.

Do mesmo modo, só um imbecil é que pensaria, no momento que corre, em substituir as bandeiras verde-rubras por outras azuis e brancas.

*Mais alta do que a ideia imediata do regime há a ideia da Pátria para os que trazem um coração ao peito.*²⁴⁵

²⁴⁵ Pedro Theotónio Pereira, “Clarins que esmorecem” in *A Época*, 6 Junho de 1926. Sobre este seu texto, e quando Pedro Theotónio Pereira era já figura notável do salazarismo, numa crónica oficiosa do regime sobre os anos na altura já percorridos da “Revolução Nacional”, escreveu-se: “[Pedro Theotónio Pereira] assina o editorial de hoje de *A Época*. O seu nome é já conhecido. Adquiriu vigoroso prestígio intelectual pela sua acção de doutrinador político. Sob o título de ‘Clarins que esmorecem’, lêem-se [...], entre outras, as seguintes afirmações cheias de lucidez:

‘O movimento militar soltou nos seus clarins um grito de vida [...] cheios da vocação de mandar.

Foram quatro ou cinco dias de esperança vibrante. [...] a gargalhada cínica da quadrilha política.’

E prossegue, a propósito do grande acontecimento do dia:

‘Hoje, o sr. general Gomes da Costa entrará em Lisboa à frente das suas tropas [...].’

O dr. Teotónio Pereira com a sua mocidade e o seu espírito desempoeirado de velhos preconceitos, de caducas ideologias comenta:

‘Governó! Constituíção! E são essas muletas [...] com formas mortas!’ João Ameal (dir.), *Anais da Revolução Nacional*, vol. 1.º, s.e., s.l., s.d., .p. 91.

“... alguma vez há-de ser.”

Os partidários do movimento que conspiravam na *Época*, tanto a 6 de Junho como alguns dias mais tarde, viviam cientes de que estavam perante uma débil vitória política e militar. Aquilo que por volta de 6 de Junho caracterizava os partidários do general Gomes da Costa em os “Clarins que esmorecem”, era o pessimismo, mesmo que ponderado, e os apelos ao comedimento. Chamavam por isso a atenção para o efeito que o ambiente político da capital poderia exercer sobre os golpistas, subvertendo-lhe a prazo os objectivos.²⁴⁶ Depois do 28 de Maio, escreveu Theotónio Pereira,

*Foram quatro ou cinco dias de esperança vibrante. Depois, à medida que a arrancada generosa dos que se revoltaram se aproximava desta cidade de traição, mais fortes do que as armas que não souberam resistir-lhe, as emanações mornas e pérfidas deste meio corrupto amoleceram-lhe o ímpeto, quebraram-lhe a vontade – e nos corações dos portugueses sinceros há de ter ressoado dolorosamente a gargalhada cínica da quadrilha política.*²⁴⁷

E prosseguia:

*Se esta tentativa nobre vier, por desgraça a fracassar, deverão os que depois voltarem ao combate, enquanto o que resta de Portugal lutar contra a morte, recordar com firmeza a lição destas horas. Todo o esforço que se erga contra Lisboa, contra esta cidade de intriga e de traição, desvairada por uma política reles, teatro do descalabro que decompõe a Nação, deve defender-se com desespero dessa influência danada com miasmas dum charco. O Chefe ou o Poder que queira ficar na História como o nosso salvador da miséria actual, terá, se tanto for preciso, de arrancar daqui o coração do país e levá-lo para outra cidade, talvez para Coimbra, onde se sinta pulsar mais sereno e mais puro o sangue de Portugal.*²⁴⁸

Apesar do pessimismo, e muito por causa do demérito dos adversários e da transigência temporária por parte do sector mais forte e organizado do movimento – ao qual pertencia Sinel de Cordes e Fragoso Carmona –, os sardinhistas puderam clamar vitória depois dos acontecimentos que tiveram lugar entre 14 e 19 de Junho.²⁴⁹ Em Julho, porém, com a destituição de Gomes da Costa, sucumbiam à malfadada intriga que, do seu ponto de vista, caracterizava a

²⁴⁶ Sobre as tentativas frustradas de reacção de sectores republicanos e sindicais em Lisboa à entrega do poder, a 17 e 18 de Junho, à direita golpista do 28 de Maio, Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 162.

²⁴⁷ Pedro Theotónio Pereira, “Clarins que esmorecem” in *A Época*, 6 Junho de 1926.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ A 14 de Junho, apresentaria Gomes da Costa, em conselho de ministros, o programa de governo do 28 de Maio (o depois chamado programa retroactivo). Foi redigido na noite do dia 13 e na madrugada do dia 14 por Trindade Coelho (republicano nacionalista, director do *Século*), Pequito Rebelo, Afonso Lucas e Hipólito Raposo, todos monárquicos integralistas. Um relato destes factos e a versão integral do programa encontram-se em Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro, volume II (1926-1952)*, s.e., Lisboa, 1986, pp. 14-20. Correu o rumor de que os “integralistas iriam aderir à República.” Assim colocado, o rumor era falso. Porém, é mais do que óbvio que depois de terem redigido o programa da Ditadura, os integralistas pensaram seriamente em aderir à Ditadura. Naturalmente, nas suas memórias Hipólito Raposo não diz tudo sobre essa forte possibilidade. Acerca das indecisões integralistas e a proximidade entre estes e a Ditadura Militar durante o consulado de Gomes da Costa, ver o capítulo IV. A principal resposta ao irrealismo político evidenciado por este programa foi o facto de, praticamente, ter sido ignorado pela imprensa. Acontecimento, aliás, sublinhado pelo representante diplomático do Governo de Londres em Lisboa. “Portugal. Annual Report, 1926. Sir L. Carnegie to Mr. Austen Chamberlain – (Received March 17 [1927]).” (Nº. 71) Lisbon, March 12, 1925. PRO, FO 371/12709.”

sociedade política lisboeta prejudicando todo o País.²⁵⁰ No início de Julho, praticamente tudo parecia voltar à estaca zero, muito pelo facto de entre meados de Junho e a destituição de Gomes da Costa a 9 de Julho, a direita radical se ter esquecido da moderação a que havia apelado nas páginas de *A Época* no dia 6 de Junho. Mas os mesmo sardinhistas, agora vencidos mas não conformados, aproveitaram para uma vez mais reunirem forças, aprenderem com os seus erros e definirem novos objectivos.

Nesta altura, uma das críticas mais violentas à destituição de Gomes da Costa que os sardinhistas tornaram pública – ao acto em si e ao seu significado –, fizeram-no através do comentário à notícia, que também deram, da prisão do tenente e jornalista da *Revolução Nacional*, Pinto Correia. Armando Pinto Correia, que fora ajudante de Gomes da Costa enquanto este formalmente conduzia os destinos da Ditadura,²⁵¹ tratava-se igualmente de um “jornalista másculo e vigoroso” que “não dobrara ainda o cabo dos trinta anos.” A prisão, garantia Amadeu Pereira, o autor do comentário, “constituía uma vergonha para o exército e para a imprensa” que se mantivera calada ao não noticiar e muito menos comentar tal injustiça. Mas este texto da *Ordem Nova* é importante por ajudar a confirmar que o Integralismo Lusitano, ou alguns dos seus sectores mais jovens e mais activos, procuraram logo desde o início do 28 de Maio, com o recurso à acção de jovens oficiais do Exército com fortes simpatias integralistas,²⁵² influenciar Gomes da Costa no sentido de, através da Ditadura, reformar totalmente o estatuto de uma “Nação desnaturada por cem anos de desaportuguesamento...” Por outro lado, e isso é importante para se perceber a evolução política futura de alguns sectores integralistas, apesar de “integralista ferrenho”, o jovem tenente, como outros, acreditava com “teimosa ingenuidade” que “à República se poderia aplicar o ideário do integralismo.” Finalmente, e pelo menos para os

²⁵⁰ Sobre a “curta «balbúrdia belenense»”, Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 162-164; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, volume XIII, *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d. (1997), pp. 52-54. A mais detalhada narrativa dos eventos, destacando Sinel de Cordes como o “verdadeiro animador do Movimento” de destituição de Gomes da Costa, encontra-se em Guilherme Braga da Cruz, *A Revista de Legislação e de Jurisprudência: Esboço da Sua História. Publicação Comemorativa do Centenário da Revista (1868-1968)*, volume I, s.e., Coimbra, 1975, pp. 673-678 (notas 1439 e 1440). Note-se que foi o Governo saído deste golpe, com Sinel de Cordes nas Finanças, que nomeou Oliveira Salazar presidente duma Comissão encarregada de “elaborar as bases para revisão e remodelação das contribuições e impostos do Estado, com excepção das aduaneiras”, e “que viria a ter o seu peso [...] na entrada” de Salazar “para o Governo, quase dois anos mais tarde.” *Idem, ibidem*, pp. 684-685.

²⁵¹ Pinto Correia, segundo a *Ordem Nova*, teria impedido “[...] que o general Gomes da Costa, militar valente e bem intencionado, mas cheio de cândida ingenuidade, fizesse mais asneiras do que as que fez.” Amadeu Pereira, “A prisão do tenente Pinto Correia ou a vitória da Talassocracia” in *Ordem Nova*, n.º 5, Julho de 1926, p. 138.

²⁵² O jovem tenente tinha chefiado “uma plêiade de moços militares” que, por sua vez, teria impedido Bernardino Machado de “desvirtuar a finalidade do movimento” através de Cabeçadas. Ao mesmo grupo se devera “o programa apresentado por Gomes da Costa”, programa esse que “tinha causado sensação por quase inteiramente ir ao encontro das aspirações patrióticas da mocidade de hoje.” Os jovens oficiais tinham ainda conduzido “remodelações de gabinete, medidas contra talassas e democráticas – ambos estreitamente ligados contra o movimento! – a guerra aos financeiros e moageiros” e as “medidas de necessária violência tomadas quase no fim por Gomes da Costa contra certos devoristas [...]” *Ibidem*, pp. 139-140.

“... alguma vez há-de ser.”

sardinhistas da *Ordem Nova*, a destituição de Gomes da Costa, além de uma derrota política que sempre consideraram momentânea, alertava-os para o facto de, apesar da Ditadura Militar ser uma realidade, ela não eliminar, pelo facto de existir, nem o risco de um regresso à “velha ordem”, nem, sobretudo, a possibilidade dos seus principais chefes militares aparecerem demasiadamente em atitudes de cedência aos jogos de influência expressos pelos interesses económicos, sociais e políticos que tinham dominado a República, sobretudo na sua fase derradeira.²⁵³ A destituição de Gomes da Costa – que a certa altura teria também deixado de dar o seu apoio firme aos jovens oficiais –, e com ela a derrota evidente dos sectores militares nacionalistas de inspiração integralista – mesmo que republicanos – não fazia prever nada de bom, até porque clamavam ser a luta desigual. Confrontavam “os grandes diários do país, ao serviço da Procuradoria Geral da Cobardia Nacional” e, através destes, a “Maçonaria, a Finança e a Moagem.”²⁵⁴ Daí que do Verão de 1926 à Primavera de 1928, lhes possa ter sido penoso viverem muito tentando, mas nada de muito palpável conseguindo, numa acumulação de fracassos que lhes não permitia ver confirmados os seus desejos e as suas ambições. No entanto, aprenderam, e muito. Tanto foi assim que, à medida que se aproximava Abril de 1928, o seu labor e as circunstâncias ocorrentes pareciam poder dar alguns frutos. A posse de Salazar como ministro das Finanças seria o primeiro resultado palpável de uma perseverança que caracterizara aquela que também se autodesignaria como a “mocidade de 1917”²⁵⁵ e que com o sidonismo despertou para a política e para o virtuosismo da mesma quando feita sob a alçada do Integralismo (e) de António Sardinha. De qualquer modo, e sem que tudo tivesse dependido do seu mérito, a partir de Abril de 1928 passaram a estar, como nunca, comprometidos com um homem e um projecto político concreto que se fazia e desfazia quotidianamente e que lançaria alguns deles na ribalta da vida pública portuguesa. Este desenlace teria ainda o mérito de fazer com que esses para sempre jovens e discípulos de António Sardinha, conservassem a consciência do dever cumprido. Mas cumprido de acordo com os desígnios políticos e doutrinários definidos por António Sardinha a partir de 1921, os quais, desde sempre, tinham sido considerados como imprescindíveis ao bom resgate de Portugal.²⁵⁶

²⁵³ “[...] a tropa judenga da finança e dos políticos a soldo da Maçonaria, as várias moagens, a talassaria em peso – desde os talassas de D. Bernardino I, Rei de ouros, até aos talassas de D. Manuel II, Rei de Copas – e mesmo muitos graduados do exército começaram tremendo e, é claro, tramando.” *Ibidem*, p. 140.

²⁵⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 141.

²⁵⁵ Rodrigues Cavalheiro, (selecção e prefácio), *António Sardinha*, s.e., Lisboa, Edições Panorama – S. N. I., 1959, pp. XII.

²⁵⁶ António Rodrigues Cavalheiro seria o mais fiel depositário do testemunho e do discurso histórico e político que procurou estabelecer uma relação política e doutrinária – mas também histórica – entre António Sardinha e os seus discípulos e Oliveira Salazar e o salazarismo. *Idem*, *ibidem*, pp. VII-XL. Ver ainda AAVV, *António Sardinha e o Iberismo: Acusação Contestada*, s.e., Lisboa, 1974, pp. 61-65.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Capítulo IV

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”¹

[...] o Poder é sempre uma ditadura, consistindo apenas as diferenças que o hajam de distinguir na forma como essa ditadura se exerce, se em benefício se em detrimento da colectividade. [...]
[...] Mais orgânico, mais inspirado nas razões claras do Ocidente, o ensaio governativo de Mussolini descobre-nos o lado positivo do fenómeno que, em termos opostos, a Rússia fornece à nossa meditação. É à morte da Democracia a que assistimos, é à vitória da sinceridade e do desassombro na arte de governar. Consequentemente, para nós renovadores, tão elucidativo é o exemplo do fascismo, como o exemplo do bolchevismo.²

“Palavras que não foram escritas.”³

Na véspera de São Pedro, no ano de 1924, António Sardinha fez uma das suas regulares aparições em Lisboa. Em parte, e como era normal, tal sucedeu pelo facto de ter acabado de sair mais um número da *Nação Portuguesa* e de nele ter sido publicado um “ensaio” da sua autoria intitulado “A Religião da Beleza”.⁴ Nessa noite, Pedro Theotónio Pereira e António Sardinha, “com poucos amigos”, rumaram, como sucedia tantas vezes, a esse “eirado suspenso” que era o “jardim do Alto de Santa Catarina”. Em noite de arraial, “alguma coisa dessa esperança obstinada mais forte que a morte”, terá levantado nos presentes “uma onda de espiritualidade”. Segundo o testemunho que nos deixou desse encontro em Santa Catarina, e pela segunda vez nesse mesmo dia, Pedro Theotónio Pereira manifestou “com entusiasmo”, a impressão que “A Religião da Beleza” lhe tinha criado. É verdade que, como o próprio confessou, a satisfação causada era “indefinível”. Porém, verdadeiramente importante era o facto de existir um caminho glorioso que “ele”, Sardinha, “começava a abrir.”⁵ Depois de ouvir em

¹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 63.

² António Sardinha, “Adiante, por sobre os Cadáveres!” in “*A Prol do Comum...*”. *Doutrina & História*, s.e., Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1934, pp. 281-282.

³ Pedro Theotónio Pereira, “Palavras que não foram escritas” in *Nação Portuguesa. Revista Mensal de Cultura Nacionalista (Director: Manuel Múrias)*, 3.ª série, n.º 7-8, 1925, p. 320.

⁴ António Sardinha, “A Religião da Beleza” in *A Nação Portuguesa. Revista de Cultura Nacionalista*, 2.ª série, n.º 12, 1924, pp. 601-613.

⁵ Francamente, através da leitura do texto de Theotónio Pereira não é possível perceber em que medida a “Religião da Beleza” seria um ensaio inovador, propiciador de novos caminhos. Se, porém, nos debruçarmos sobre o trabalho original, da autoria de António Sardinha, talvez lhe encontremos algum interesse pela forma como aborda a relevância da obra de arte e do seu autor na relação com os ensinamentos da humildade cristã na sua vertente

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

silêncio, o mesmo Sardinha terá então falado durante “horas seguidas, até muito tarde”, divagando sobre a segunda e derradeira parte do artigo que a morte inesperada o impediria de escrever.⁶

A necessária e sistemática evocação de António Sardinha e dos seus ensinamentos, que os seus jovens discípulos julgavam tão repletos de espiritualidade e sensibilidade, o desejo de honrarem a confiança intelectual que neles pelo mesmo Sardinha fora depositada, além da sincera vontade de prosseguirem na divulgação do pensamento do seu “Mestre”, fez com que os seus jovens discípulos, depois da sua morte, tivessem dado início à publicação da *Ordem Nova* e que recebessem de braços abertos a direcção da *Nação Portuguesa*, passando aquela para as mãos de Manuel Múrias.⁷ Nesta linha, a terceira importante iniciativa dos seus devotados seguidores, mas quase totalmente frustrada, em parte por não ter sido totalmente da sua lavra, uma vez que, formalmente, partiu duma diligência da Junta Central, foi a criação do Instituto António Sardinha. Inaugurado a 19 de Abril de 1926, esta agremiação foi pensada e tenuamente activada com o objectivo de sistematizar, discutir e divulgar as ideias da personalidade que lhe dava o nome, assim como de todo o ideário tido como nacionalista.⁸ Não é fácil seguir a sua curta vida – seria proibido pelas autoridades nos finais de Fevereiro de 1927 e, finalmente,

católica, apostólica, romana. Como se pode confirmar pelo conteúdo na nota seguinte, não era isso que mais impressionava os discípulos de António Sardinha. É um texto muito diferente daqueles que Sardinha escrevera sistematicamente na primeira série da *Monarquia* – textos altamente combativos, políticos e demagógicos. É indiscutível que após o seu regresso de Espanha, Sardinha via-se, e queria que o vissem, definitivamente, como *um intelectual sério e respeitável*. Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in *História de Portugal*, vol. VI, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores, 1994, p. 546. Sardinha terá concluído a redacção definitiva da “A Religião da Beleza” em Novembro de 1923. Pedro Theotónio comentou a notícia nos seguintes termos: “Foi com imensa satisfação que recebi a sua nova de haver terminado «A Religião da Beleza». Essa ideia era uma das tais que nos andava dentro da alma, ainda imprecisa e vaga, toda feita de instinto e de intuição. Vou-me deliciar ao lê-la e sobretudo em podê-la apresentar a certas pessoas com quem tenho esboçado audaciosas escaramuças de tão chocante matéria.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha, 23 de Novembro de 1923 (documento n.º 52).” Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII.

⁶ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 320 e 324. Sobre “A Religião da Beleza” e o seu significado, escreveu António Rodrigues Cavalheiro o seguinte: “[...] essa autópsia da denominada *Religião da Beleza*, obra-prima de dissecação crítica, em que se instrui o processo da avariose [sic.], desde o *Renascimento* quinhentista às manifestações manicomialis [sic.] do *Modernismo* contemporâneo, derradeira e venenosa flor do desvario humano que arrastou o Mundo às convulsões apocalípticas dos nossos dias.” Rodrigues Cavalheiro (selecção e prefácio), *António Sardinha*, s.e., Lisboa, Edições Panorama – S. N. I., 1959, pp. XIV-XV. Vários relatos breves mas representativos, feitos pelo próprio Sardinha, sobre os seus inúmeros compromissos, na qualidade de escritor, ensaísta, conferencista e político, durante o ano de 1924, encontram-se em Manuel Alves de Oliveira, *Em lembrança de António Sardinha*, Separata da *Revista de Portugalidade Gil Vicente*, s.e., Guimarães, 1954, pp. 9-12.

⁷ Manuel Múrias, “No mesmo rumo” in *Nação Portuguesa*, n.º 3, 3.ª série, 1925, pp. 124-129. Neste editorial, além de ser evocado o legado espiritual de António Sardinha, reivindicava-se a bondade da herança racionalista aristotélica, à luz emanada pelo “pensamento de Santo Tomás”. Era a resposta dada pelos jovens sardinhistas às acusações de irracionalismo que lhes eram dirigidas por sectores intelectuais situados à sua esquerda. *Idem, ibidem*, pp. 125-126.

⁸ Embora fundado pela Junta Central do Integralismo Lusitano, o novo Instituto apenas se destina a reunir todos os intelectuais conscientes, sem distinção política, – e a desenvolver e comentar, perante eles, as teses principais que o Nacionalismo de António Sardinha proclamava e apostolava. *Acção Realista. Diário da Tarde. Órgão da Acção Realista Portuguesa*, 19 de Abril de 1926, p. 1.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

dissolvido em 1929⁹ –, sendo certo que ela nunca foi muito além de um projecto, apesar de ter conhecido uma existência formal e alguma obra ter sido feita. Em Dezembro do ano da sua criação, certa imprensa recordava ser o Instituto António Sardinha “um meio de difusão de cultura”, mas não podia ignorar, como os seus leitores, a sua incapacidade para produzir quaisquer resultados práticos.¹⁰ Uma existência aparentemente tão desejada em alguns sectores, e não poucas vezes proclamada pelos seus membros como sendo muito necessária e imprescindível para ajudar ao saneamento da vida política portuguesa, tardava em aparecer, em afirmar-se. Nos primeiros meses de 1927, ainda com o Instituto se prestavam a colaborar integralistas da Junta Central – como Afonso Lucas e Hipólito Raposo¹¹ –, mas para todos os efeitos tratava-se, sobretudo, de uma obra de jovens sardinhistas, bastando para isso notar a distribuição tanto de funções como de cargos.¹² A acreditar no conteúdo da acta da reunião da direcção do Instituto que conduziu à sua extinção e no teor do relatório que a acompanhou, era óbvio que o seu fracasso, independentemente do significado de um acontecimento como foi o encerramento forçado pelas autoridades de que viria a ser alvo na sequência dos acontecimentos revolucionários de Fevereiro de 1927, se deveu a atitudes tomadas tanto pela Junta Central como alguns dos seus membros. Desde logo, pelo facto da Junta Central do Integralismo Lusitano ter decidido, unilateralmente, não apenas realizar a sessão de inauguração mas, também, de no “seu decorrer” ter nomeado os directores do Instituto, “alguns dos quais ainda nem sequer haviam sido convidados.” Depois, reunida a Direcção, esta rapidamente concluiu que o Instituto tinha sido “prematuramente inaugurado”, uma vez que possuía,

⁹ A “dissolução” do Instituto terá sido da responsabilidade de Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira, com o apoio dos restantes membros da Direcção, facto que selou a sua ruptura com a Junta Central do Integralismo Lusitano. José Manuel Quintas, “O Integralismo face à institucionalização do Estado Novo: Contra a ‘Salazarquia’” in *História*, Ano XXIV (III série), n.º 44, Abril, 2002, p. 37. Nas suas contas de gerência para o período de 1925 a 1929 – um simples documento manuscrito em que se apresenta um balanço final –, destaca-se a contabilização de um subsídio de 850\$00 concedido pela Junta de Acção Integralista ao Instituto, parecendo por isso evidente que com o passar dos curtos anos da sua existência, o Instituto António Sardinha deixara de se encontrar ligado, minimamente que fosse, à Junta Central do Integralismo Lusitano. Na luta pelo legado político e ideológico de Sardinha, e que teve como cenário o citado Instituto, os jovens sardinhistas e a Liga de Acção Integralista levaram vantagem. Arquivo Marcello Caetano (AMC), Integralismo Lusitano, 1927-1929, Caixa 1, n.º 1-5.

¹⁰ *A Época*, 10 de Dezembro de 1926, p. 1.

¹¹ *A Voz*, 8 de Março de 1927, p. 1 (2.ª coluna). Este acontecimento demonstra que decorriam ainda alguns contactos políticos entre o grupo da direita nacionalista que lançara *A Ideia Nacional*, representado na Direcção do Instituto António Sardinha, e a Junta Central. A ruptura definitiva dar-se-ia dias mais tarde.

¹² Na declaração que precedia os boletins de inscrição no Instituto António Sardinha, ele era descrito como “um centro de estudos nacionalistas, destinado a fomentar o desenvolvimento e a expansão das doutrinas a que António Sardinha deu o melhor da sua inteligência e da sua actividade.” A constituição da Direcção do Instituto era a seguinte: Domingos de Gusmão Araújo (Presidente), um veterano do Integralismo, uma vez que fora, enquanto exilado na Bélgica, fundador da *Alma Portuguesa*. Manuel Múrias (Vice-Presidente) e, na altura, figura de proa dos sardinhistas (além de sucessor de António Sardinha à frente da *Nação Portuguesa*, protagonizou acontecimentos que ajudaram, no imediato, a preparar e a concretizar o 28 de Maio); Pedro Theotónio Pereira (1.º Secretário); Marcello Caetano (2.º Secretário); José Maria Ribeiro da Silva, Francisco Beliz e António Rodrigues Cavalheiro (Vogais). *Nação Portuguesa*, 3.ª série, n.º 12, 1926.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

simplesmente, “uma mesa que importara em 600\$00 à Bolsa de Propaganda Integralista e alguns bancos corridos de pinho”, além de uma “casa medíocre onde não havia instalação eléctrica.” Por outro lado, e como se verá, apesar da Direcção ter resolvido melhor ou pior o problema de falta de meios do Instituto, a verdade é que pela sua curta história perpassa o cada vez maior afastamento político entre a Junta Central e a Direcção daquele, uma vez que esta era composta maioritariamente por jovens sardinhistas que, em Abril de 1927, cessaram a sua obediência à Junta Central. A julgar pelo conteúdo do relatório já citado, parecia óbvio que o Instituto António Sardinha se tratara de um presente envenenado entregue aos jovens sardinhistas com o objectivo de mostrar a quem quisesse ver toda a sua incompetência, ou então uma tentativa desesperada para preservar uma relação cada vez mais difícil entre duas importantes sensibilidades políticas do Integralismo Lusitano.¹³

É claro que este afastamento e posterior ruptura era acima de tudo uma consequência do reflexo no Integralismo Lusitano tanto da morte de Sardinha como da evolução dos acontecimentos de política nacional naqueles meses em que teve lugar uma situação de destruição gradual dum sistema político e a permanente cadeia de episódios que – alguns deles dramáticos –conduziram tanto à confrontação político-ideológica no seio da nova situação como à luta pelo seu derrube. Certo é que, não tendo ainda nascido de facto, a partir do momento em que foi decretada a sua proibição foram tornados públicos os desentendimentos existentes entre os membros do Instituto e o governador civil de Lisboa,¹⁴ condenando aqueles a aplicação do decreto n.º 13 138 à instituição a que pertenciam. Esta peça legislativa tinha como objectivo extinguir todas as organizações políticas e afins que teriam participado do movimento revolucionário de Fevereiro de 1927 e, portanto, tentado o derrube da Ditadura Militar e a promoção do regresso à ordem política destituída na sequência do 28 de Maio.¹⁵ Em *A Ideia Nacional*, vespertino da refundição integralista e de promoção da unidade monárquica cuja publicação se iniciara havia pouco – apenas algumas semanas após a promulgação do decreto – , podiam ler-se as queixas respeitantes ao encerramento do Instituto António Sardinha à luz da aplicação tanto do espírito como da letra do citado diploma:¹⁶

¹³ Aparentemente, alguns membros da Junta Central não se cansavam de criticar a Direcção do Instituto pelo atraso no início da sua actividade. Por outro lado, e já depois de Fevereiro de 1927, um vogal da Junta Central teria tido a desfaçatez de, ao defender o Instituto das acusações de iberismo, piorar a situação do Instituto e da sua Direcção face às autoridades e à opinião pública. AMC, Integralismo Lusitano, 1927-1929, Caixa 1, n.º 1-5.

¹⁴ Major aviador João Luís de Moura.

¹⁵ Promulgado no dia 15 de Fevereiro, o decreto dissolvia, igualmente, as unidades do Exército e da GNR que, total ou parcialmente, tivessem tomado parte nos recentes acontecimentos revolucionários.

¹⁶ Uma nova versão do Instituto António Sardinha aparecerá mais tarde. Não foi possível determinar quando, nem com quem. De qualquer modo, pelo menos em meados da década de 1960, publicou um trabalho intitulado *Para Uma Definição do Problema Português*, s.e., Lisboa, 1965.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Até ao presente, voltamos a insistir, permanece por liquidar a questão do Instituto António Sardinha, arbitrariamente encerrado com pretexto no decreto 13.138, que se refere aos centros e associações que se envolveram no movimento revolucionário.

No movimento revolucionário envolveu-se, de facto, ao menos um dos directores do Instituto António Sardinha, mas para o sufocar, batendo-se voluntariamente ao lado do Governo, na sua qualidade de oficial do exército não colocado em unidade militar.

Lá o vimos nós, onde não vimos ninguém que se parecesse com os patrioteiros ardentes a quem se atribui, com largas probabilidades, a iniciativa de encerramento do Instituto.¹⁷

É claro que do ponto de vista dos seus fundadores, não deixava de ser irónico e merecedor da atenção dos historiadores, o facto do Instituto ter sido criado ainda na vigência do odioso parlamentarismo, e suspenso o seu funcionamento no decurso da tantas vezes louvada Ditadura Militar. Por outro lado, as fortes objecções colocadas à actividade do Instituto dizem-nos alguma coisa sobre o significado da putativa guinada autoritária de direita que a Ditadura Militar teria sofrido depois de sobreviver à primeira grande iniciativa militar reviralhista e que teve início a 3 de Fevereiro de 1927 no Porto. Na realidade, aquilo que sucedeu foi que a Ditadura se tornou, como reacção aos acontecimentos, mais autoritária, colocando-se, eventualmente até e pelas mesmas razões, mais à direita, mas, sobretudo, insistiu continuar a ser o menos política possível, o mais militar possível, adiando para uma conjuntura de maior acalmia qualquer decisão quanto ao rumo a tomar. Nesse sentido, e embora a Ditadura, que desde o 28 de Maio, para alguns sectores monárquicos e nacionalistas se reclamava dever ser acima de tudo, mais “nacional” e nunca republicana,¹⁸ na verdade, e na sequência dos acontecimentos de Fevereiro de 1927, não seguiria por esse caminho, nem era óbvio que viesse a fazê-lo.¹⁹ As sensibilidades que conduziam os destinos da Ditadura optariam então por se escusar a proceder a qualquer

¹⁷ *A Ideia Nacional*, 2 de Abril de 1927, p. 1 (1.ª coluna). Despeitados, em finais de Abril, os integralistas do Instituto António Sardinha queixavam-se do facto deste se manter encerrado – quando dele faziam “parte pessoas que à actual situação política têm prestado serviços” – enquanto a sede da *Seara Nova* – da qual teriam saído “alguns dos membros do último comité revolucionário” –, permanecia “aberta e em plena actividade de propaganda.

Sem comentários.” *A Ideia Nacional*, 25 de Abril de 1927, p. 1 (6.ª coluna). Itálico no original. Raul Proença e Jaime Cortesão tinham sido demitidos, a 16 de Fevereiro, dos cargos de director da Biblioteca Nacional de Lisboa e de director dos serviços técnicos da mesma instituição, respectivamente.

¹⁸ “Tem-se falado muito, ultimamente, em redor da Ditadura Militar actual, em Ditadura republicana e Ditadura nacional. [...]

Tivemos [...] até à data, quatro ditaduras republicanas. Creio que chegam, para experiência.

A Ditadura que está, deve ser monárquica? Seria impróprio do Exército estar a servir uns portugueses contra outros. Que deve ser então a Ditadura que está? Deve ser nacional – quer dizer, encarar e resolver os problemas nacionais independentemente das preocupações políticas que dividem ainda a Nação.

Ditadura republicana quer dizer Ditadura partidária. Ditadura partidária façam-na os partidos, se quiserem e tiverem força para isso. O Exército não é moço de fretes de partidos. O Exército serve a Nação. Uma Ditadura do Exército só pode ser nacional.” Alfredo Pimenta, “À Volta da Ditadura” in *A Ideia Nacional*, 21 de Abril de 1927, p. 1 (1.ª e 2.ª colunas).

¹⁹ Após os acontecimentos de Fevereiro, vale a pena recordar que o exercício do poder “repressivo” por parte da Ditadura, sobre a direita e os monárquicos, se fez ainda pela imposição da suspensão do jornal monárquico *Correio da Manhã* (órgão das juventudes monárquicas conservadoras) e pela detenção durante alguns dias de Fernando Pizarro, seu director.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

tipo de definição política e doutrinária que permitisse prever o triunfo de uma solução como aquela que, por exemplo, seria propiciada pela aprovação da Constituição de 1933.²⁰ Se reprimiram os revoltosos de Fevereiro de 1927 severamente, não deixaram de dar sinais claros de que o caminho a tomar não seria aquele que os nacionalistas – republicanos e, sobretudo, monárquicos – desejavam, porque esse não era o caminho que queriam seguir e porque caso desajassem fazê-lo rapidamente ficaria desfeito o consenso que permitira tanto o golpe bem sucedido de Julho de 1926 ou a resistência tenaz aos acontecimentos revolucionários de Fevereiro de 1927. Entretanto, o apaziguamento que se seguiu a estes acontecimentos, permitiu que fosse tomando forma um confronto entre aquelas sensibilidades, facções ou agrupamentos políticos que, embora dizendo-se apoiantes da Ditadura, dela permaneciam excluídos. Além de, a curto ou médio prazo, pretenderem tomar as rédeas da Ditadura – e para conseguir tal desiderato os sectores republicanos nacionalistas acabariam por recorrer à solução golpista conhecida como o “golpe dos Fifis” –, passaram a Primavera e parte do Verão de 1927, em acesa polémica, polémica essa que envolvia os integralistas entretanto reunidos na *Ideia Nacional* e os republicanos nacionalistas ou conservadores apoiantes da situação que se distribuíam por vários jornais. Através dos respectivos órgãos de imprensa manifestavam não apenas o desejo de serem integrados na e pela Ditadura, como definiam as linhas ideológicas que o regime transitório em vigor deveria adoptar. Para um dos órgãos de imprensa dos republicanos conservadores, *A Situação*,²¹ dirigido por Jorge Botelho Moniz e próximo de Passos e Sousa (e portanto, também, de Cunha Leal) a solução ditatorial deveria ser não apenas republicana mas, sobretudo, não esquecer que deveria permitir um regresso a uma solução constitucional de inspiração parlamentar, ainda que numa versão que possibilitasse uma maior estabilidade.²² Já para os órgãos de imprensa do nacionalismo monárquico, *A Voz* e *A Ideia Nacional*, a Ditadura não deveria ser republicana e não podendo, eventualmente, ser monárquica, deveria ser nacional, mesmo que no topo permanecesse a forma republicana de representação do Estado. E se em Agosto de 1927, até ao momento em que teve lugar a

²⁰ Opinião contrária parece sustentar Luís Farinha, *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, 1ª. ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1998, p. 63.

²¹ Neste mesmo campo republicano, seria criado um outro órgão de imprensa. *A Cidade*, que se publicou entre 7 de Abril e 6 de Maio de 1927, quando foi forçado a cessar a sua actividade por ter passado a estar “impossibilitado de defender a sua orientação política”. Tratava-se dum órgão do republicanismo conservador, defensor de uma solução do problema político do regime republicano com recurso ao “rotativismo” entre um “partido radical” e outro “moderado”. Era considerado muito próximo de Magalhães Lima, Aresta Branco, Cunha Leal, Júlio Dantas ou do antigo ministro da República, Marques Guedes. O seu director era Carlos Faro e Agatão Lança o redactor principal. Em Julho, *A República Portuguesa* viria a ocupar o seu lugar. *A Cidade* teve uma existência acidentada, uma vez que a sua publicação foi algumas vezes interrompida por imposição das autoridades.

²² Sobre o percurso do sector político-militar republicano e conservador no seio da Ditadura Militar, Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)” in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores/Ed. Estampa, 1994, pp. 165-173.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

tentativa fracassada de um golpe republicano nacionalista²³ protagonizado por Fidelino Figueiredo e Filomeno da Câmara,²⁴ o curso dos acontecimentos parecia fazer crer que a balança poderia pender para o campo nacionalista e, em particular, para o lado do programa de matriz republicana defendido por Henrique Galvão, entre outros, no *Imparcial*, debelada a intentona, e ainda em Agosto, numa entrevista ao jornal inglês *Refree*, e que o *Diário de Lisboa* parcialmente transcreveu, Carmona teve a preocupação de recordar duas coisas que, naturalmente, não agradavam à direita radical, nacionalista, fosse ela monárquica ou republicana. Afirmou que o 28 de Maio de fizera para salvar o País e “salvar as instituições republicanas”, mesmo que isso implicasse, como implicava, uma “mudança radical na nossa Constituição.” Mas sobretudo, e antes de produzir esta afirmação, o presidente da República tivera a preocupação de sublinhar que na sua “opinião [...] a ditadura não pode durar em Portugal senão como meio de transição”, embora fosse necessário um “lapso de tempo indispensável para mudar completamente as nossas instituições.”²⁵ No fundo e após a Ditadura, vigoraria um regime republicano e democrático, ainda que de matriz conservadora, substituindo-se o parlamentarismo todo poderoso por um presidencialismo forte do chefe do Governo e/ou do chefe de Estado.

A permanência desta indefinição quanto ao futuro modelo do sistema político, e as tensões que gerava, mas que mantinha a Ditadura numa linha autoritária moderada, mais republicana do que nacional, era uma das razões que contribuía para a continuação da ordem de encerramento do Instituto António Sardinha por parte das autoridades militares com assento no Governo Civil de Lisboa, sendo que, muito por causa do “golpe dos Fifis”, praticamente expirou a ideia da sua reabertura, pelo que, também por isso, acabaria por ser dissolvido pelos sardinhistas. Independentemente de, como afirmavam publicamente os mentores e membros do Instituto – antes e depois de terem recebido ordem de encerramento –, este organismo não pretender ter quaisquer intuitos políticos idênticos aos dos partidos, e ser apenas um centro de discussão e divulgação de uma doutrina, a verdade é que, fosse por capricho ou por as autoridades político-militares da Ditadura temerem efectivamente a utilização do Instituto como instrumento de acção política por parte dos sectores monárquicos nacionalistas contra a integridade e a estabilidade da situação duramente conquistada após o fracasso do reviralhismo em Fevereiro, havia o receio de que poderia ser uma peça mais num xadrez político complicado

²³ Cujos órgãos de imprensa era o *Imparcial*, onde se destacava Henrique Galvão, inimigo fidalgo de Passos e Sousa e do programa moderado e reformista de Ditadura que sempre representou.

²⁴ António Ferro chamava-lhe, como a Sidónio Pais, “republicano português sem barrete frígio.” António Ferro, *D. Manuel II. O Desventurado*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, 1954, pp. 27-28.

²⁵ *Diário de Lisboa*, 18 de Agosto de 1927, p. 8 (1.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

e que, por isso, iria pôr em causa o equilíbrio de forças que os militares desejavam construir e manter. A verdade, portanto, foi que aquilo que a República autorizara, a Ditadura viria liminarmente a condenar.

Num derradeiro esforço, Manuel Múrias, entre outros, ainda viria a público condenar a atitude do Governo Civil. Queria acreditar que, do ponto de vista político e ideológico, as instalações da sede provisória do Instituto se conservavam inexplicavelmente encerradas e lacradas e que isso não passava de ajuste de contas intolerável. Recordou que a situação criada tinha motivos mesquinhos, sendo a consequência do facto do governador civil manter com António Sardinha, desde os tempos do liceu de Évora, um conflito pessoal. Sublinhava-o tornando públicas declarações que aquele alegadamente produzira sobre Sardinha, quando confessara que “*não dava nada pelo talento do futuro autor da *Epopeia da Planície*”, embora mais tarde, e muito a custo, acabasse por reconhecer que “*escrevia bem e tinha talento*”.²⁶*

No Verão de 1927, após o fracasso golpista de Agosto, as coisas começaram de tal forma a correr mal para os sectores nacionalistas monárquicos e republicanos, que a única opção que praticamente tinham ao seu dispor seria unirem esforços no apoio a uma eventual ascensão de Oliveira Salazar ao cargo de ministro das Finanças da Ditadura, algo que não tinham qualquer garantia que poderia vir a acontecer, e que quando sucedesse não sabiam que resultados políticos estaria em condições de produzir.

Não querendo saltar etapas na narrativa, e voltando ao seu fio condutor num momento de dificuldade tão evidente para a direita nacionalista – o Verão de 1927 – vale a pena interpretar as acusações públicas feitas por um discípulo de Sardinha, segundo as quais a perseguição de que era alvo o seu mestre já desaparecido, não passava do produto de uma cabala engendrada por um governador civil mesquinho, como nada menos do que um sinal de que embora considerada pelos integralistas da *Ideia Nacional* como globalmente positiva do ponto de vista político, a Ditadura estava a ser mal servida, tendo a miná-la indivíduos que tanto ética como politicamente punham em causa os altos designios proclamados com o 28 de Maio. Por outro lado, e tendo aquela acusação um qualquer fundo de verdade, esqueceu-se de acrescentar – porque provavelmente ainda não tinha chegado o momento – que o nacionalismo radical que se alimentava e alimentava o mito de Sardinha, e que, caso não mudasse, caso não moderasse os seus instintos e os seus intuitos, e caso, também, não se alterasse a conjuntura, dificilmente poderia fazer carreira no seio de uma Ditadura Militar que, contando embora com monárquicos e com nacionalistas, era ainda, intrinsecamente, política e ideologicamente moderada e, sempre,

²⁶ Manuel Múrias, “O caso do Instituto António Sardinha” in *A Ideia Nacional*, 26 de Julho de 1927, p. 1 (1.ª e 2.ª colunas).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

republicana. Finalmente, convém acrescentar que enquanto os sardinhistas clamavam pela ausência de quaisquer lucubrações políticas por trás da existência do Instituto António Sardinha, o jornal que utilizavam para fazer correr esta tese, promovia a criação da Liga de Acção Integralista.²⁷ Isso era algo que amplos sectores políticos e militares da Ditadura não apenas não viam com bons olhos mas, sobretudo, não toleravam. Se recordarmos que desde o último trimestre de 1926, e ainda com mais vigor nos primeiros meses de 1927, a Ditadura tentava “congregar numa força política os partidários da Revolução”, e que um dos elementos dessa iniciativa tinha sido a criação de um jornal – o *Portugal*, “publicamente conhecido como o órgão «oficioso» da Ditadura” –, mais argumentos se iam acumulando para que esta iniciativa dos monárquicos de inspiração integralista não fosse bem vista pela generalidade dos militares que conduziam os destinos da situação. Por outro lado, e ainda como iniciativa interna à Ditadura, será em finais de Fevereiro, no rescaldo dos acontecimentos revolucionários, que “o embrião da nova organização, que se convencionou chamar Milícia Nacional”, conhecerá um importante desenvolvimento. Depois, em Março, no dia 20, o coronel Vicente de Freitas deu posse à “«Comissão para a Organização Civil» e uma anexa «Federação Nacional Académica».”²⁸ Ao mesmo tempo, as dificuldades, os comentários e as críticas de que este projecto político será alvo – da parte dos “republicanos liberais” – demonstram como a Ditadura ainda vivia um ambiente de indefinição que, no entanto, a prazo, parecia poder pender mais para uma solução moderada – de que Cunha Leal e Passos e Sousa serão os rostos visíveis –, do que propriamente radical e nacionalista.²⁹ E mesmo que os acontecimentos acabassem por não ir de encontro aos seus desígnios, a verdade é que os três ou quatro primeiros anos da Ditadura

²⁷ “A *Liga de Acção Integralista* propõe-se agrupar todos os militantes desta causa nacionalista. Além dos antigos filiados do Integralismo Lusitano e da Acção Realista, muitos aderentes novos procuram servir nela o mais imperioso e o mais humano dos deveres.” J. do A., “No bom combate” in *A Ideia Nacional*, 26 de Julho de 1927, p. 1 (3.ª coluna). Sobre os pressupostos políticos (“nela não haverá lugar, nem hoje, nem nunca, para quem não esteja animado do sincero desejo de restituir à Causa Monárquica a unidade de doutrina e de acção por que anseiam príncipes e súbditos e que de nós reclama a sagrada memória dos que pela Monarquia morreram desde 1910”) e os propósitos doutrinários (“Estão sendo elaborados, para esse efeito, os estatutos duma Liga de Acção Integralista, cujo objectivo essencial é a propaganda dos princípios da Monarquia orgânica, tradicionalista e anti-parlamentar”) que levaram à constituição da Liga, João do Amaral, “No Bom Combate: Liga de Acção Integralista” in *A Ideia Nacional*, 11 de Maio de 1927, p. 1.

²⁸ Manuel Braga da Cruz, “A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 84-86. Para uma resenha, embora incompleta, dos vários esforços e intenções manifestadas no seio da Ditadura Militar para organizar, entre 1926 e 1930, uma entidade política civil ou miliciana da Nação, Arlindo Manuel Caldeira, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)” in *Análise Social*, vol. XXII (94), 1997, pp. 943-954.

²⁹ Manuel Braga da Cruz, por exemplo, sustenta que desde a derrota de Cabeçadas no início de Junho de 1926, a Ditadura entrara irreversivelmente numa via revolucionária de total ruptura com a velha “ordem constitucional”. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, 75-82. Há quem tenha defendido que Gomes da Costa “desejava, depois do 17 de Junho, “uma restauração rápida das liberdades parlamentares, posição que os oficiais direitistas não aceitavam.” Douglas Wheeler, *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d., p. 268.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

“constituíram [...] uma escora junto da elite militar conservadora [nomeadamente] perante as ofensivas dos radicais da direita.”³⁰ Enquanto Cunha Leal serviu a Ditadura, nomeado que foi para a direcção do recém criado Banco de Angola, e manteve intactas esperanças e ambições políticas mais alargadas, até que acabou banido da política situacionista já com Salazar nas Finanças,³¹ Júlio Dantas manteve-se como referência intelectual sem mácula durante toda a Ditadura Militar e o Estado Novo.³²

De qualquer modo, e em linhas gerais, o Instituto António Sardinha que tinha nascido com o objectivo de criar “núcleos sólidos” de “elites”, “ideais” de “fé” e de “direcção” que permitissem “apoiar a grande obra definitiva de reconstrução,” sendo que a tudo isso se chegaria através do reconhecimento do valor dos ideais de António Sardinha, o “Mestre dos tempos modernos” que tinha possuído uma “visão profética” capaz de descobrir “de longe os caminhos da salvação”, nunca seria um recurso com qualquer utilidade. Mesmo que ao Instituto devessem pertencer todos aqueles que “seguiram e admiraram o nosso Mestre morto, e quantos pelas veredas da Ordem-Nova, que ele apontou,” procuravam a “regeneração da nossa Pátria”, ao mesmo tempo que reconheceriam o Instituto como o “grande centro espiritual das doutrinas nacionalistas”, ou que através dele a “mocidade que todos os dias desponta como as espigas numa ceara eterna,” não se perderia e que “toda a colheita” seria “salva do escalracho” que então “infesta[va] os campos”,³³ todo o esforço seria em vão.

Mas as acusações produzidas depois de Fevereiro eram em parte absurdas, uma vez que ainda em Dezembro de 1926, enquanto a Ditadura navegava por águas relativamente calmas, o Instituto se mantinha com as portas fechadas.³⁴ É certo que poderia finalmente vir a abri-las depois das férias do Natal, enquanto os membros da sua direcção e alguns colaboradores mais próximos se desdobravam em “trabalho de organização: inscrever sócios,

³⁰ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1992, p. 77.

³¹ Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, 1986, pp. 43-44.

³² “[...] os intelectuais do regime não eram os jovens fascistas, mas os antigos liberais conservadores, levados a aderir ao autoritarismo salazarista por zelo anticomunista ou por simples oportunismo. Assim, as grandes iniciativas culturais do Estado Novo foram presididas por gente como Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, líder da Embaixada cultural ao Brasil (1941) e delegado português na Comissão de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (1934), ou Augusto de Castro, director do Diário de Notícias e comissário-geral da Exposição do Mundo Português (1940). Dantas e Castro correspondiam ao perfil dos recrutados da União Nacional na década de 1930, gente de meia idade, respeitável, pouco doutrinária.” Rui Ramos, “Intelectuais e Estado Novo” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VIII, *Suplemento F/O*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, p. 282.

³³ Pedro Theotónio Pereira, “Na hora da reconstrução” in *Gil Vicente*, 2.ª Série, Janeiro-Dezembro, 2.º Ano, 1926, p. 156.

³⁴ Isto significa que, quando em Março de 1927 o Instituto António Sardinha foi encerrado pelas autoridades militares era, de facto, não mais do que um mera existência fictícia, agravada pela acusação feita pelas autoridades de que os seus estatutos, numa data tão tardia como Julho de 1927, não se encontravam “em ordem”. Manuel Múrias, “O caso do Instituto António Sardinha” in *A Ideia Nacional*, 26 de Julho de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

solicitar donativos, organizar a biblioteca e, finalmente, introduzir na sede provisória [...] os melhoramentos indispensáveis para que o Instituto” começasse “com o mínimo de decência...” Embora nada de palpável, do ponto de vista do público, tivesse até então sido feito, sonhava-se já com o dinheiro que permitiria a mudança para uma nova sede. A actividade propriamente dita, a iniciar em Janeiro, seguia a velha tradição do Integralismo Lusitano, e, em particular, o mesmo tipo de iniciativas desenvolvidas pela Junta Escolar de Lisboa, sob a batuta de Pedro Theotónio Pereira, nos primeiros meses de 1922. Era precisamente a Pedro Theotónio Pereira que competia organizar “círculos de estudos”, actividade essa que constava “de pequenas palestras em estilo simples sobre pontos essenciais das doutrinas” da “escola” sardinhista, pelo que lhes estava “cometida a tarefa da formação e preparação de ouvintes para os cursos e conferências.”

Os “cursos”, constariam de “séries de quatro conferências, o máximo em que, duma forma genérica, serão versados os mais interessantes assuntos políticos, económicos, sociais, jurídicos, culturais.” As “conferências”, por outro lado, seriam proferidas tanto por “alguns dos mais notáveis nacionalistas portugueses”, como pelos “mais nobres amigos de Portugal” vindos “lá de fora”.³⁵ Politicamente, e isso era tanto uma novidade em relação à actuação tradicional do Integralismo, como a afirmação de uma linha de continuidade face aos ensinamentos de António Sardinha, os membros do Instituto garantiam que este era apenas nacionalista e não necessariamente monárquico, uma vez que nele teriam acolhimento todos os “nacionalistas convictos”. Numa atitude típica e compreensível, garantiam que o Instituto não se filiava em “nenhum grupo, partidário ou não partidário, vivendo [apenas] sobre si.” Da política, atraía aos membros do Instituto “os problemas mais interessantes e mais gerais da ciência política”, pelo que prometia tratar da “Crise do Estado” e do “estudo, tanto quanto possível profundo, das doutrinas políticas modernas.”³⁶ Independentemente daquilo que o Instituto, segundo o núcleo duro dos seus membros, terá pretendido e conseguido ser,³⁷ a verdade é que não passou de um ponto de encontro de nacionalistas que se reconheciam nas ideias personificadas por António Sardinha, mas que, sobretudo, tanto a propósito, como independentemente da existência do Instituto – antes da sua fundação e depois da sua extinção –, se constituíram num núcleo de

³⁵ Estavam apalavrados para fazerem os “primeiros cursos”: Simão Pinto de Mesquita, Almeida Correia, Hipólito Raposo e João do Amaral. *A Época*, 10 de Dezembro de 1926, p. 1.

³⁶ *Ibidem*. Convém notar que o número de Junho-Julho de 1926 da *Ordem Nova* anunciava que o Instituto António Sardinha “deve iniciar a sua actividade em Outubro próximo futuro, com uma série de conferência e círculos de estudos regularmente realizados. [...] Também em Outubro deve começar a funcionar a «Secretaria Geral de Propaganda Nacionalista», onde se poderão obter todas as informações, subsídios bibliográficos, etc., que sejam necessários.” *Ordem Nova*, Lisboa, ano 1.º, n.º 4-5, Junho-Julho, 1926, p. 168.

³⁷ “É necessário coordenar energias dispersas, estimular actividades adormecidas, despertar vocações ocultas, suscitar entusiasmos, promover estudos, fornecer subsídios – numa palavra, dar vida a um grande movimento que todos pressentem, todos querem e a todos seduz.” *Ibidem*. Sobre as vicissitudes da instalação do Instituto António Sardinha, *Ordem Nova*, n.º 11, Fevereiro de 1926, pp. 358-359.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

figuras que criaram laços que lhes permitiram constituir no seio da Ditadura Militar e, mais tarde, do salazarismo, num curto espaço de tempo, uma pequena facção organizada que regularmente demonstrou ser necessário ser tida em conta. Por isso, e sem querer antecipar acontecimentos e conclusões, quando, em Abril de 1928, na noite do dia da posse de Oliveira Salazar como ministro das Finanças, Pedro Theotónio Pereira foi por este chamado à sua presença, apresentar-se-á, e ao contrário daquilo que pretende fazer crer nas suas *Memórias*, não na qualidade de técnico reputado em seguros de vida e futuramente em acidentes de trabalho,³⁸ mas como representante de um núcleo de jovens nacionalistas constituído formalmente à sombra do legado ideológico e político de António Sardinha, e que o Instituto que levava o seu nome, como outras iniciativas e instituições que viram a luz do dia entre 1925 e 1928, ajudaram a cimentar e a agir.³⁹

Quer isto dizer que os membros do Instituto António Sardinha se constituíam numa facção política organizada ou que desejariam nela constituir-se a curto ou médio prazo. Até ao início de 1927, parece evidente que havia ainda alguns importantes passos a serem dados. Tornaram público que andavam preocupados a discutir ideias, a divulgar o pensamento de António Sardinha e, portanto, a formar o escol nacionalista de que o País carecia e que, naturalmente, consideravam imprescindível para a sua regeneração.⁴⁰ Em Março de 1927, precisamente, com o fim que se aproximava – já aguardado ou não – da *Ordem Nova*,⁴¹ com a criação do diário *A Ideia Nacional*, o inesperado encerramento pelas autoridades do Instituto António Sardinha e todo um amplo movimento de reformulação do campo nacionalista, monárquico e integralista – com a criação da Liga de Acção Integralista –, e não negando aquilo que os movera no passado recente, os jovens discípulos de António Sardinha, em que Pedro Theotónio Pereira se incluía, trocarão cada vez mais a reflexão pura, o espírito de clube de ideias, pela acção política que, com outros mais, se constituirá no complexo partido informal da direita católica, militar e nacionalista que em tudo contribuirá para conduzir Oliveira Salazar ao cargo de ministro das Finanças e, depois, em circunstâncias já bastante diferentes, ao lugar de chefe do Governo. No fundo, trocavam o espírito do Instituto – de apostolado e doutrinação –

³⁸ O ramo “acidentes de trabalho” foi criado pela Fidelidade e sob a direcção de Pedro Theotónio Pereira, no ano de 1930, mas vinha sendo pensado e preparado desde há alguns anos. Parecer do Conselho Fiscal ao Relatório ao exercício da Fidelidade no ano de 1929. *Boletim de Seguros*, n.º 1 (2.ª série), p. 58.

³⁹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 1.ª ed., s.l., Verbo, 1972, pp. 64-66.

⁴⁰ Mas omitiram que estava em curso, com todo o seu empenho, uma iniciativa política protagonizada por João de Amaral, iniciativa essa que tinha por objectivo promover a unidade dos integralistas dos dois ramos dinásticos.

⁴¹ Tratando-se do 12.º fascículo e devendo, teoricamente, corresponder a Fevereiro de 1927, foi publicado apenas em Julho. Sem avançar as razões, *A Ideia Nacional* noticiou a suspensão da *Ordem Nova*. Tratara-se duma revista “brilhante e combativa”, dirigida com “tanta inteligência” por Dias de Magalhães e Marcello Caetano. *A Ideia Nacional*, 11 de Julho de 1927, p. 2 (2.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

pelo da *Ideia Nacional* – de acção política. Mas, sobretudo, romperam com o imobilismo da Junta Central do Integralismo Lusitano para seguirem aqueles que consideravam ser os ensinamentos e o legado de António Sardinha para e na acção. Já no início de 1928, pouco ou nada hesitariam de modo a voltarem a protagonizar uma profunda ruptura tanto do ponto de vista doutrinal como moral, mas, sobretudo, com um enorme alcance e significado político.

Antes de se chegar à acção desenvolvida por Pedro Theotónio Pereira, e pelos seus companheiros discípulos de Sardinha, no apoio à ascensão de Oliveira Salazar, vale ainda a pena dizer alguma coisa sobre aquilo que era ou pretendia ser o sardinhismo – por oposição e como superação do Integralismo Lusitano –, uma vez que isso permite conhecer e perceber o ambiente político mais chegado a Pedro Theotónio Pereira, em que ele se movia e que lhe serviria para se tornar politicamente influente. Como escreveu António Rodrigues Cavalheiro, ainda que omitindo alguns factos importantes do enredo,

Sequiosa de acção, mas desejosa igualmente de uma verdade teórica que respondesse positivamente às interrogações do seu espírito inquieto e vivíssimo, a mocidade de 1917 – camada admirável de rapazes, a quem se ficou a dever a redenção de Portugal vilipendiado e abatido! – encontrara na prosa ardente e sugestiva de António Sardinha as razões impulsionadoras do seu patriotismo alarmado para uma luta que se prolongaria por mais de dez anos.⁴²

Ou seja, na posse “de uma verdade teórica”, que os jovens sardinhistas faziam com que, depois de Janeiro de 1925, se reflectisse na *Nação Portuguesa*, na *Ordem Nova* e no Instituto António Sardinha, e tendo ganho o gosto pela acção no contributo modesto que deram à preparação do 28 de Maio e à afirmação, ainda que transitória, de Gomes da Costa no seio do movimento que conduzira à implantação de uma Ditadura Militar, progressivamente, a partir desta data, constituíram-se num grupo organizado de acção política. A dada altura, já com a experiência conferida pela constituição da *Ideia Nacional* e da Liga de Acção Integralista – mas sobretudo muito conscientes dos limites destas –, um núcleo de jovens sardinhistas foi capaz de recuperar e reforçar os seus contactos com os meios católicos de Coimbra ligados a Oliveira Salazar e ao CADC, dando o seu contributo para reorganizar e reformular politicamente o campo nacionalista. Não é possível saber concreta e objectivamente quando e porque motivo os sardinhistas se voltaram para Oliveira Salazar, um professor da Faculdade de Direito de Coimbra cuja competência técnica em matéria de finanças públicas praticamente ninguém discutia, da mesma forma que se desconhece o papel que Pedro Theotónio Pereira poderá ter desempenhado nesse processo. Embora o professor de Coimbra possuísse uma assinalável ambição política, que fez com que, aos poucos, e talvez apenas depois da sua primeira

⁴² Rodrigues Cavalheiro (selecção e prefácio), *op. cit.*, pp. XII-XIII.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

passagem fugaz pelo Governo em Junho de 1926, começasse a tecer uma teia que teria como objectivo levá-lo de volta ao Terreiro do Paço, Oliveira Salazar não encerrava em si as qualidades do dirigente nacionalista típico e que são indissociáveis dos conceitos de carisma e de vigor. Ou pelo menos, se possuía um e outro, com características muito próprias, em Abril de 1928 ainda não eram evidentes. Como personagem e personalidade política, convém recordá-lo, Salazar era o oposto de Sardinha e daí que, também sob este ponto de vista, fosse interessante saber que grupos, como o dos jovens sardinhistas,⁴³ terá Oliveira Salazar, com os seus mais próximos colaboradores em Coimbra e em Lisboa, procurando seduzir e arregimentar, de que forma o terá feito e com que tipo de garantias, tanto do ponto de vista da prática política como da feição doutrinária desta.⁴⁴ Por enquanto, não é possível historiograficamente satisfazer essa curiosidade, embora se saiba que parte dos contactos entre individualidades do Integralismo Lusitano e Oliveira Salazar, foi sendo desenvolvido ainda antes do 28 de Maio – como se viu no capítulo anterior. Mas nessa altura os objectivos em vista teriam de ser necessariamente outros. E embora uma parte da ambição política de Oliveira Salazar não tenha estado apenas à espera de um golpe militar para ser posta em prática, a verdade é que apenas à medida que os meses foram passando, depois de Maio de 1926, é que o futuro ministro das Finanças terá tido uma noção mais clara daquilo que pretendia e de como é que poderia conquistá-lo.⁴⁵ O que na realidade sucedeu, foi que apenas em ditadura se criaram as condições subjectivas e objectivas que permitiriam a sua ascensão. Ainda na mesma linha, também se sabe que, desde 1924, se verificou uma aproximação entre jovens sardinhistas de Lisboa e o CADC, sendo de presumir que entre esta data e o encontro de Pedro Theotónio Pereira com Oliveira Salazar, em Lisboa,

⁴³ Testemunho dos encantamentos lançados por Oliveira Salazar sobre os jovens oficiais do Exército que frequentavam a Universidade de Coimbra, Assis Gonçalves, *Intimidades de Salazar. O Homem e a sua Época (Memórias do seu Secretário nos primeiros sete e difíceis anos da sua Vida Pública)*, 2.ª ed., Lisboa, Liv. Bertrand Editora, 1972, pp. 7-9.

⁴⁴ Uma afirmação de Rolão Preto tanta vezes evocada para caracterizar a forma como Salazar acedeu ao poder em Abril de 1928, está longe de corresponder à verdade: A diferença essencial que há entre Salazar e outros Ditadores é esta: os outros conquistaram eles o poder, Salazar aceitou que outros lhe conquistassem o lugar mas não deu para isso o seu esforço. Rolão Preto, *Salazar e a sua época: comentário às entrevistas do actual chefe do governo com o jornalista António Ferro*, s.e., Lisboa, Imprensa Moderna, 1933, pp. 10-11. Para um perfil realista e equilibrado do carácter e das qualidades políticas de Oliveira Salazar no período em que cultivou a sua ascensão, Douglas Wheeler, *op. cit.*, pp. 31-40.

⁴⁵ Uma simples vista de olhos pela literatura política que produziu até Maio de 1926, desmente a presunção de que apenas em ditadura estaria Salazar em condições de se tornar num político de renome nacional. Veja-se, por exemplo, “Centro Católico Português, Princípios e Organização (Tese apresentada ao II Congresso do CCP, 1922)” in António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos. I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Organização e Prefácio de Manuel Braga da Cruz, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, pp. 253-282. E, ainda, os artigos sobre o mesmo Centro Católico que escreveu na *Época* em resposta às críticas e comentários que a sua tese suscitou nos meios católicos mais tradicionalistas, nacionalistas e monárquicos. Idem, *ibidem*, pp. 285-316. Grande inteligência e ambição política terá demonstrado Salazar ao abster-se de se pronunciar, publicamente, sobre questões políticas, tanto em 1926 como em 1927. Remeteu as suas parcas intervenções para os aspectos – apenas aparentemente – técnicos que a resolução dos problemas de finanças públicas encerraria.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

no dia 27 de Abril de 1928, os dois tivessem tido a oportunidade de se conhecerem, mesmo que nunca tivessem conspirado na definição de qualquer tipo de iniciativa política.⁴⁶ De qualquer modo, naquela noite Salazar trazia atrás de si uma plêiade numerosa e contraditória de apoios civis, militares e religiosos – mas que se poderia desfazer num qualquer momento de acumulação de um volume insustentável de contradições e contrariedades –, a sua inteligência política e o prestígio tecnocrático, enquanto Theotónio Pereira, não passava do representante de um dos grupos que constituíam aqueles apoios, e que tinha atrás de si não apenas uma história mas, sobretudo, a coesão assente no percurso comum que constituía essa mesma história. De qualquer modo, a aproximação decisiva entre os interesses e os programas que os dois homens representavam poderá ter tido lugar durante ou depois do Verão de 1927, uma vez que na Primavera deste ano as divergências entre sardinhistas, tanto nas páginas da *Ideia Nacional* como de *A Voz*, e o órgão de imprensa do episcopado, as *Novidades*, eram públicas e notórias.⁴⁷

Anos depois desta aproximação e colaboração – que Pedro Theotónio Pereira ignora em absoluto nas suas *Memórias* –, António Rodrigues Cavalheiro – amigo pessoal daquele e seu íntimo colaborador político durante os anos de juventude – relatou-as. Infelizmente fê-lo poupando os detalhes e apenas com a preocupação de sublinhar a coerência, nos princípios doutrinários, entre aquilo que era o pensamento político de António Sardinha a partir de 1921, e aquilo que foi a atitude política dos jovens discípulos deste – a “geração do Resgate”⁴⁸ – tendo em vista a chegada de Salazar à pasta das Finanças e, depois, na sua manutenção no poder através da edificação de novo regime constitucional.

Desde logo, e como garantia de uma linha de continuidade e de coerência política e doutrinária entre o sardinhismo e o salazarismo – que era importante assinalar para certificar que a opção salazarista nunca fora uma traição ao Integralismo, como os membros da Junta Central sempre afirmaram –, Rodrigues Cavalheiro evocaria mais tarde palavras proferidas por António Sardinha numa entrevista de Junho de 1924 ao *Diário de Lisboa*. Aí teria Sardinha não apenas previsto que a gravidade da questão financeira iria ser aquela que conduziria ao deflagrar duma

⁴⁶ É uma hipótese arriscada, mas convém ler atentamente a seguinte passagem das *Memórias* de Pedro Theotónio Pereira, independentemente de ser repetida mais à frente neste capítulo. “Eu tinha escrito uma série de artigos nas *Novidades* sobre seguros sociais e seguros em geral que Salazar tinha lido, parece que com agrado, e acerca de cujas ideias não tardou em me dizer uma palavra amável. Ficara mesmo assente que nos encontraríamos por ocasião da sua próxima vinda a Lisboa. Mas os acontecimentos precipitaram-se e nunca cheguei a saber se essa prevista vinda era já causada pela sua entrada no Governo. Penso que não.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 65.

⁴⁷ É verdade que nem Oliveira Salazar era as *Novidades*, nem as *Novidades* eram politicamente um todo homogêneo. Por isso, e apesar das diferenças evidenciadas publicamente, tal não significava em absoluto que não houvesse espaço para um entendimento presente ou futuro entre integralistas e católicos do Centro.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. X.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

situação em que, “de um momento para o outro”, “monárquicos e republicanos [se pusessem] de acordo para salvar o Estado republicano ou repor o Estado monárquico [...] para salvar a Nação”,⁴⁹ mas ido inclusivamente mais longe. Interrogado sobre qual seria o acontecimento fundador – “«Esse acontecimento será uma revolução?»” – respondeu que sim, mas precisando que a revolução não era o “acontecimento, mas apenas o incidente provocador do acontecimento.»⁵⁰ Ainda naquele ano, em Outubro, durante um jantar no “Tavares” feito para o homenagear, António Sardinha teria uma vez mais definido os termos em que a futura e tão necessária como inevitável mudança seria feita. Disse ele:

*Se repararmos que integralistas, legitimistas, até liberalistas e bastantes republicanos se encontram nesta sala, logo reconheceremos que alguma coisa de grande e de inesperado se anuncia nas jornadas de Portugal vindouro. Essa alguma coisa é a unidade moral da Pátria por que todos ansiamos, para além das mentiras convencionais da nossa sociedade, sejam elas das direitas ou das esquerdas. [...] E porque só terminará na vitória – que, para além do inerte e do putrefacto, seja chefe dos Portugueses o homem que tomar hóstia viva, pão para a boca, realidade de todos os dias, a aspiração sacratíssima que a todos aqui nos lembra: – uma única maternidade – a da velha Lusitânia, Virgem acastelada e forte, aprisionada na terra erguida por suas mãos heróicas e belas!*⁵¹

Para além de uma doutrina para a acção, António Sardinha deixou ainda, o que se revelaria tão ou mais importante, um grupo de “rapazes”, de “generosa e entusiástica mocidade, que, seus discipulos atentos, o acompanhavam sempre nas suas estadas em Lisboa.” Além de amigos leais e admiradores profundos de António Sardinha, a devoção que pelo seu mestre cultivavam criou “laços de solidariedade intelectual e afectiva de tal ordem” que mais do que, eventualmente, não se terem rompido “pela existência fora”, não apenas perpetuaram a memória de António Sardinha, como, sobretudo, os fez comportarem-se enquanto grupo de acção política de conquista e exercício do poder do Estado.

Na “fase derradeira” do “apostolado” de Sardinha, os “rapazes” que compareciam aos encontros realizados quando aquele vinha a Lisboa, oriundo da sua Quinta do Bispo – hospedando-se no Hotel Borges e tomando café na Brasileira do Chiado – eram, além de António Rodrigues Cavalheiro, “Pedro Theotónio Pereira, Manuel Múrias, Rodrigues Leal, Ribeiro da Silva, João Penafiel, Rui de Sá Carneiro, José Fernandes Júnior...”, que “com a cidade já

⁴⁹ *Ibidem*, p. XX.

⁵⁰ Na busca incessante de uma legitimação da atitude política da sua geração – que se consumou na total identificação com Salazar e o Estado Novo –, a propósito do significado da entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, António Rodrigues Cavalheiro acrescentava ainda: “Na altura, com a desordem permanente que então era a vida portuguesa, elas [as afirmações de Sardinha] passaram quase despercebidas. Lidas hoje [em 1959], porém, essas linhas, em que fulgura, em cada palavra, a imagem acabada do que estava para suceder, assumem extraordinárias proporções proféticas, só comparáveis às que celebrizaram a antevisão memoranda de Eça de Queirós.” *Ibidem*, p. XXII.

⁵¹ Rodrigues Cavalheiro (selecção e prefácio), *op. cit.*, pp. XXVII-XXVIII.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

meia adormecida,” percorriam “as ruas da Baixa,” subiam e desciam, inúmeras vezes, “a Avenida da Liberdade, sem que a conversa esmorecesse, tão atraente era o convívio desse grande amigo, tão estimulantes eram para os nossos espíritos em formação, as suas lições, os seus conselhos.”⁵² Não é de admirar que, depois da morte de António Sardinha, estes jovens se tenham considerado “como que órfãos, não apenas de uma grande amizade, mas principalmente de uma segura autoridade intelectual”, uma autoridade que os “protegia dos erros e pecados de espírito” com que consideravam estar envenenada a sociedade em que viviam.⁵³

Porém, a perda sentida, assim como a formação de que se consideravam credores, permitir-lhes-ia dar início a um movimento que embora ausente da ribalta dos grandes acontecimentos considerados estruturantes da Ditadura Militar e do salazarismo, seria relevante na sua história. A partir do 18 de Abril de 1925⁵⁴ – quando a “semente começou a frutificar” –, no 28 de Maio – que se deveu “em grandíssima parte, ao entusiasmo, à dedicação e ao desembaraço «sardinhistas» [...] dos estudantes de Braga, do Porto e de Coimbra, sempre na brecha, alentados pelos mais antigos companheiros do Mestre [...]” –, com o lançamento da *Ideia Nacional* e a posterior traição aos monárquicos tradicionalistas que foi o seu apoio activo à eleição de Carmona em Março de 1928, a “corrente política” que ficara órfã em Janeiro de 1925, com a morte de Sardinha, mas “produzida pelo «seu pensamento, impregnado de paixão e combatividade»”, não só passou à “acção”, como por tanto e tão bem porfiar “se apoderou do poder.” A partir do “núcleo da «Ideia Nacional»”, em “manobras de bastidores que se conservaram sempre ocultas, renovou contactos em Coimbra com o futuro chefe da Revolução Nacional.” João do Amaral, o director da *Ideia Nacional*,⁵⁵ que além de “grande amigo e

⁵² Idem, *ibidem*, p. XXXIII. Àquela lista de fieis discípulos de Sardinha, juntou o mesmo António Rodrigues Cavalheiro uma outra que o mesmo Sardinha prepara para lançar na “batalha: – Armando da Silva, Pedro Theotónio Pereira, Manuel Múrias, Marcello Caetano, Fernando Campos, D. Bernardo da Costa (Mesquitela), João Ameal, Castro Fernandes, Francisco Beliz, Augusto da Costa, Águia de Pina e tantos, tantos outros[...].” António Rodrigues Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu hispanismo” in AAVV, *António Sardinha e o Iberismo: Acusação Contestada*, s.e., Lisboa, 1974, p. 63.

⁵³ Rodrigues Cavalheiro (selecção e prefácio), *op. cit.*, p. XXXVIII. Mais à frente, António Rodrigues Cavalheiro acrescentava: “Os nossos vinte e poucos anos sofreram um traumatismo moral que dolorosamente tem perdurado ao longo de uma existência que viu cumprirem-se muitos dos mais ardentes votos patrióticos do Mestre.” *ibidem*, p. XXXIX.

⁵⁴ A *Ideia Nacional* comemorou o evento na sua edição de 18 de Abril de 1927, transcrevendo declarações de Sinel de Cordes e de Raul Esteves sobre o significado do acontecimento e o rumo político e doutrinário que a Ditadura devia tomar. *A Ideia Nacional*, 18 de Abril de 1927, p. 1.

⁵⁵ Além desta *Ideia Nacional*, existiu anteriormente um semanário “Monárquico-Sindicalista – Órgão e propriedade dos Núcleos Integralistas”, intitulado *A Ideia Nacional* e do qual se publicaram três números em Outubro de 1920 (Director: Luís Chaves. Redacção, administração e tipografia: Rua Serpa Pinto, 58-3.º. Secretariado de Redacção: Rodrigues Leal. Editor: Caetano dos Reis). O editorial do primeiro número, da autoria de Augusto Costa, intitulava-se: “Quando o Bolchevismo Passar.”. Publicou-se a 11, 17, 24 e 31 de Outubro. Todos os números com duas páginas, excepto o segundo, com quatro. A *Monarquia* deu notícia da sua publicação afirmando que se destinava “à expansão das doutrinas sindicalistas-integralistas entre as classes operárias.” *A Monarquia*, 18 de Outubro de 1920, p. 1. No dia 27 de Novembro de 1920, um Sábado, a mesma *Monarquia* noticiava a detenção de Luís Chaves e a

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

fervoroso admirador de António Sardinha, de quem fora companheiro universitário e redactor de «A Monarquia» na fase inicial do Integralismo, até à Monarquia do Norte “, e que o obrigaria a exilar-se no Brasil, era também “antigo discípulo de Salazar”, com o qual mantinha excelentes relações, não se furtando, portanto, a produzir elogios politicamente nada inocentes ao professor de Coimbra, foi também uma peça importante nestas maquinações. Mas seriam os jovens sardinhistas de *A Ideia Nacional* a desempenhar um importante papel – embora provavelmente não tão decisivo como aquele que para si reclamaram – na “entrada de Salazar no governo e à sua consolidação perante as investidas dos interesses feridos pelas suas medidas de exemplar administração.”⁵⁶

“A Organização Necessária.”⁵⁷

O vespertino *A Ideia Nacional*,⁵⁸ que se publicava de Segunda-feira a Sábado, tinha como característica mais original, por comparação com os jornais ditos sérios, eminentemente políticos, da capital, a pretensão de apresentar as suas ideias e tratar o quotidiano da política com alguma ironia e relativo humor.⁵⁹ Publicava regularmente, encimado numa das páginas interiores, o teor da “ideia nacional” que explicava o porquê do seu nome. Intitulava-se “O Que Nós Queremos” e reproduzia uma doutrina, e não um programa – “triste vocábulo já agora desacreditado pela falência dos velhos e dos novos partidos” –, retirada do primeiro número da revista *Nação Portuguesa* que começara a ser publicada a 8 de Abril de 1914 e que, a partir de 1917, todas as edições da *Monarquia* tinham religiosamente publicitado. *A Ideia Nacional*, procurava retomar os princípios doutrinários do Integralismo Lusitano, muito embora, e na prática, pretendesse ser, e fosse, muito menos intransigente ou, melhor dizendo, mais abrangente do que aquele seu antecessor. Aliás, o seu título, por oposição à *Monarquia*, demonstrava um objectivo político e doutrinário de maior alcance, ao procurar reunir e integrar todos aqueles que identificando-se com esse conceito um tanto ambíguo que era o nacionalismo, não lhes repugnava reconhecer a bondade do legado político e doutrinário do Integralismo – eventualmente

consequente suspensão do semanário *A Ideia Nacional*. Garantia-se, porém, que iria reaparecer completamente melhorado. Em 1922, publicou-se no Porto um jornal igualmente intitulado *A Ideia Nacional*.

⁵⁶ António Rodrigues Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu hispanismo” in *op. cit.*, pp. 62-63.

⁵⁷ Manuel Múrias, “A Organização Necessária” in *A Ideia Nacional*, 4 de Abril de 1927, p. 1.

⁵⁸ O primeiro número data de Quarta-feira, dia 30 de Março de 1927. O Director era João do Amaral, o Editor D. Pedro Escórcio da Câmara, a Redacção, Administração e Oficinas ficavam na Rua do Mundo, 116, 1.º em Lisboa. A proprietária do jornal era a empresa “Ideia Nacional”.

⁵⁹ Um exemplo: “O tipógrafo resolveu-se, ontem, a informar os nossos leitores, erradamente, de que se ia proceder não ao saneamento, como se tinha escrito, mas ao asneamento do funcionalismo.

Ora a rectificação chega a ser inútil: quem leu compreendeu com certeza muito bem. O Governo não pensa em inutilidades. Se o pessoal burocrático (cautela sr. tipógrafo) está por sanear, o que não está é por asneare. Saneado, de forma alguma; asneado sim, numa larga percentagem.” *A Ideia Nacional*, 7 de Abril de 1927, p. 1 (2.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

numa autoproclamada versão sardinhista –, legado esse que deveria ser canalizado, num momento de oportunidade política única, para a acção, ou seja, para a tomada do poder.⁶⁰

A *Ideia Nacional*, tal como a intenção de restaurar a unidade dos integralistas desavindos desde 1919-20, foi a consequência da iniciativa de uma dúzia de individualidades. Em primeiro lugar, de representantes de uma mocidade integralista que não tinha tido ainda, até 1927, e com excepção daquilo que se passou em torno do 28 de Maio e do breve consulado de Gomes da Costa, qualquer oportunidade de agir politicamente, tudo em virtude da atitude intransigente tomada pela Junta Central do Integralismo Lusitano após a publicitação do pacto de Paris na Primavera de 1922. De entre essa mocidade, destacou-se o “camarada António Rodrigues Cavalheiro”. Desde, sensivelmente, Setembro de 1926, foi o braço direito de João do Amaral num esforço que procurava o lançamento de *A Ideia Nacional*, conseguida que fora uma significativa, embora periclitante e transitória, restauração da unidade de todo o campo monárquico tradicionalista.⁶¹ O primeiro e decisivo passo a ser dado tendo em vista “unir num só corpo e com uma só orientação os dispersos membros da família monárquica portuguesa”, coube a D. Manuel. Fê-lo numa mensagem escrita “que Aires de Ornelas⁶² “leu” em 27 de Fevereiro de 1926, “ante grande assistência, numa sessão magna do Conselho Superior da Causa Monárquica”. Nela o rei exilado modificou “anteriores pontos de vista” ao assumir de forma moderada “uma atitude de transigência doutrinária”, anunciando “que a fórmula

⁶⁰ Sobre o significado da *Ideia Nacional*, como sinal claro do regresso de parte do Integralismo Lusitano à acção política, escreveu Manuel Múrias em editorial: “Considere-se a *Ideia Nacional* o larário da mais pura ideia nacionalista e que nos não falte agora o apoio e a colaboração dos que, até agora, não podiam ver sem confrangimento a nossa provisória desistência de acção: - desistência provisória, de facto, mas a que a muitos poderia parecer, e de facto pareceu, completa inaptidão para a organização dos princípios de salvação nacional que enunciámos.” Manuel Múrias, “A Organização Necessária” in *A Ideia Nacional*, 4 de Abril de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

⁶¹ A *Monarquia*, 20 de Outubro de 1919. Este assunto encontra-se desenvolvido no capítulo II deste trabalho. Pelo final do Verão e início do Outono de 1926, os esforços e objectivos de federação dos integralistas das duas tendências dinásticas não impedia que a Junta Central fizesse anunciar que, nos primeiros dias de Novembro, João do Amaral iria abrir uma série de conferências organizadas por aquele organismo e onde dissertaria “sobre «A Hora das Ditaduras.»” Esta iniciativa era motivo de regozijo para a Junta Central uma vez que o Integralismo regressava “assim [...] à sua actividade.” Neste documento era ainda apresentado como sinal do regresso da Junta Central do Integralismo Lusitano à actividade política, o prosseguimento dos “trabalhos de organização” e a “activação da “propaganda das suas doutrinas por meio de conferências em Lisboa e nas principais terras do País”. Também se propunha publicar um “Boletim de estudos e informações”; “convidar todos os adeptos do Integralismo a renovar a sua inscrição”, recordando-lhes que a partir do dia 1 de Janeiro de 1927, “só se considerarão válidas as inscrições que forem renovadas nos termos destas resoluções [...]”. E concluiu: “Nada de se permitirem enxertos nos nossos princípios. Se eles são a única garantia de ressurgimento da nossa Pátria é, assim, íntegros, que os devemos sempre defender. Nada de contemporar. Não se deve fazer transigir a Verdade, mas sim impô-la.” “Integralismo Lusitano” in *Gil Vicente*, 2.ª Série, Janeiro-Dezembro, 2.º Ano, 1926, p. 149. Era óbvio que a Junta Central tentava impedir e, caso isso não fosse possível, atenuar as consequências do lançamento do movimento de dissidência integralista liderado por João do Amaral e que se consubstanciaria com a publicação de *A Ideia Nacional* em Março de 1927. Por outro lado, nada daquilo que a Junta Central se propunha realizar, e apresentado no citado documento, efectivamente aconteceu.

⁶² Lugar-tenente do rei e ele próprio um tradicionalista.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

institucional a estabelecer pelas Cortes Gerais para a Monarquia, quando restaurada, poderia vir a ser [...] respeitadora dos princípios por que se batiam os tradicionalistas.”⁶³

*A Monarquia do futuro – dizia, com efeito, D. Manuel II – tem de ser baseada sobre Deus e a Religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre princípios e convicções, sobre a Ordem.*⁶⁴

Independentemente do esforço pessoal e do sacrifício moral que esta declaração significou para D. Manuel II, e da mesma declaração não ter conseguido reunir ainda à volta da pessoa do rei e de uma única doutrina todas as tendências monárquicas,⁶⁵ a verdade é que criou espaço para o surgimento de um jornal e de um movimento, a *Ideia Nacional* e a Liga de Acção Integralista, respectivamente (tendo esta última conhecido uma breve existência formal entre 26 de Janeiro,⁶⁶ data em que foi anunciada na imprensa a sua constituição, e 9 de Fevereiro de 1928),⁶⁷ cujo objectivo era lançar e consolidar, em primeiro lugar a unidade, dos monárquicos em torno de D. Manuel II e dos princípios doutrinários do Integralismo.⁶⁸

Tendo esta parecido adquirida, os monárquicos da futura Liga de Acção Integralista passaram notoriamente os meses em que *A Ideia Nacional* pôde existir, a procurar uma progressiva integração das múltiplas sensibilidades nacionalistas que apoiavam a Ditadura Militar, tanto em torno desta, como do projecto integralista que deveria tornar-se na sua base doutrinária. Para além de João do Amaral e António Rodrigues Cavalheiro, desempenharam um papel importante neste projecto personalidades como Álvaro de Sousa Rego,⁶⁹ Francisco Xavier Quintela,⁷⁰ Jaime Alto Mearim (“exemplo de dedicação ao rei”), o conde de Calhariz (“cujo

⁶³ Damião Peres, *História de Portugal. Edição Monumental. Comemorativa do 8º. Centenário da Fundação da Nacionalidade. Suplemento*, s.e., Porto, Portucalense Editora, 1954, pp. 410-412.

⁶⁴ Citado em idem, *ibidem*, p. 412.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 413.

⁶⁶ *A Ideia Nova*, 26 de Janeiro de 1928, p. 1.

⁶⁷ *A Ideia Nova*, 15 de Fevereiro de 1928, p. 1.

⁶⁸ Convém recordar que, entre Abril de 1926 e Dezembro de 1927, na sequência da “declaração” de D. Manuel II, decorreram conversações entre representantes da Acção Realista Portuguesa e da Causa Monárquica. A interpretação que uns e outros faziam daquela que passara a ser “a nova orientação” política e doutrinária de D. Manuel e dos monárquicos que o seguiam, continuava a divergir profundamente. O compromisso que cartistas e tradicionalistas transitoriamente obtiveram em Dezembro de 1927, desfez-se em Fevereiro de 1928. António Francisco Figueiredo Cordeiro Lopes, “O Pensamento e a Acção de João Ameal – um Percurso Antimoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo (1917-1934)”, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 136-138. Em Março de 1926, Sir Lancelot Carnegie, comentando a “declaração” e avaliando o papel dos jovens integralistas no “partido” monárquico, duvidava que o gesto de D. Manuel produzisse quaisquer resultados políticos favoráveis. Como se verá, dois anos mais tarde apenas poderia reconhecer que estava redondamente enganado. O gesto de D. Manuel II contribuíra para integrar vários jovens integralistas na Ditadura, através do apoio que deram à eleição de Carmona e à ascensão de Oliveira Salazar à pasta das Finanças. “Relatório do embaixador do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office.” Lisboa, 20 de Março de 1926. FO371/11927. Sobre estas e outras desavenças entre as sensibilidades da Causa Monárquica, desavenças essas criadas pelo triunfo e afirmação da Ditadura Militar, Manuel Braga da Cruz, “Causa Monárquica” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 270.

⁶⁹ “[...] integralista da primeira hora e primeiro presidente da primeira Junta Provincial do Integralismo Lusitano [...]” *A Ideia Nacional*, 3 de Maio de 1927, p. 3 (1.ª coluna)

⁷⁰ “[...] do Conselho Executivo da Acção Realista [...]” *Ibidem*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

panache todos conhecem e admiram”), António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, representantes da “esclarecida e nobre fidelidade dos integralistas do Porto.”⁷¹

No editorial do primeiro número da *Ideia Nacional*, o seu director, o antigo exilado (porque) integralista João do Amaral,⁷² colocava, e aí sempre permaneceriam, os objectivos políticos do jornal numa dimensão bem pragmática, fazendo, por um lado, uma demonstração clara de pretender seguir e fazer cumprir a herança sardinhista pós-1921, mas dando ao mesmo tempo uma satisfação aos sectores da direita nacionalista, anti-parlamentar e anti-liberal que ansiavam por uma maior abrangência – que o velho Integralismo tendia a dificultar – e por mais acção (que os últimos textos de Sardinha, aliás, já previam). É claro que criticava, como qualquer integralista – mas escolhendo uma aparência e um conteúdo que não era apenas apanágio dos integralistas –, “as formas democráticas” de governação, uma vez que considerava que estas atribuíam ao cidadão “uma soberania” com “a liberdade e os meios jurídicos” que lhe permitiam agir contra a “sua Pátria, contra a sua profissão, contra o seu município, contra a sua família”, além de que podia substituir as “fronteiras naturais”, que separariam “as classes e as regiões”, por outras que o “ódio político escava entre os homens da mesma parentela, entre os operários do mesmo ofício, os munícipes do mesmo município, os cidadãos da mesma cidade.” E assim sendo, “na mais pacífica das hipóteses, o Estado democrático” não passava de “uma entidade parasitária que se alimenta de riquezas que não elabora, na mais comum delas é o agente provocador da ordem e da guerra civil.”

Mas neste mesmo editorial, se se reconhecia a importância da história do Integralismo Lusitano, das suas figuras de referência, das suas privações passadas, nomeadamente o exílio, tal realidade era evocada em jeito de despedida, optando-se por chamar a atenção para o facto dos tempos e, conseqüentemente, os desafios, serem outros. Escrevia João do Amaral:

Antes que seja tarde para fazê-lo, permita-se ao mais obscuro dos iniciadores da campanha integralista que evoque, sem palavras, porque a saudade dos mortos as mancharia de lágrimas, cinco nomes que a mocidade portuguesa deverá associar sempre ao ideal nacionalista que hoje a conduz: António Sardinha, Xavier Cordeiro, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz e Pequito Rebelo.

*Olhando, outro dia, as braçadas de flores com que a mocidade das escolas coroou a Ditadura, os sobreviventes da primeira Junta Central do Integralismo Lusitano decerto pensaram, como eu, que, se as flores não tinham espinhos, é porque nós coroámos com eles a nossa dolorosa mocidade.*⁷³

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² Uma biografia abreviada, parcial e parcelar de João do Amaral encontra-se em J. M. Quintas, *Filhos de Ramires*, pp. 150-155 e 279-280.

⁷³ João do Amaral referia-se a uma manifestação que, na capital, no dia 17 de Fevereiro, terá reunido mais de dois mil estudantes das academias do Porto, Coimbra e Lisboa. Fez-se com o objectivo de manifestar o apoio dos estudantes à Ditadura Militar, após os acontecimentos revolucionários do início daquele mês. Não sem ironia, serão recebidos por alguns membros do Governo, na sala de sessões do Parlamento. Alberto Calejo, delegado dos

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Por isso era legítimo considerar que pelo facto de a história de catorze anos do Integralismo Lusitano constituir “uma consagração penosa das críticas [...] enunciadas contra a democracia portuguesa”, era necessário proceder a algumas alterações, senão estratégicas, pelo menos tácticas. Num artifício de retórica, usado para agradar aos integralistas ortodoxos – os da Junta Central –, mas também para apaziguar as consciências dos integralistas ferrenhos que desejavam mais e mais acção – entre os quais o próprio João do Amaral se incluía, além dos jovens sardinhistas –, o director da *Ideia Nacional* assegurava que nada pretendia mudar no comportamento e no pensamento integralista: “Nada temos que alterar nesse sentido; pelo contrário; o sentimento do dever que nos impeliu a esta campanha é lisonjeado agora pela certeza de que nos sobra autoridade moral para persistir nela.” Porém, prestava-se a enunciar rápida e abertamente a questão de princípio em que, pelo menos temporariamente, os integralistas deveriam estar na disposição de transigir. Tratava-se da questão do regime, declarando-se favorável ao adiamento da antes tão reclamada, porque necessária, restauração monárquica,⁷⁴ ao mesmo tempo que reconhecia D. Manuel II como o pretendente justo e natural ao trono português, no caso deste vir a ser restaurado. E continuava:

Fechando o parlamento e impondo aos políticos a penitência de um longo jejum, a Ditadura Militar realiza praticamente os primeiros objectivos do nacionalismo integral. Apoiando-a com a lealdade e o desinteresse que sempre caracterizaram a nossa acção política, estamos onde sempre estivemos, se alguém mudou não fomos nós... Mais calorosa e fortemente a apoiaremos se ela quiser encetar o programa integralista de reorganização nacional, que recebemos como herança positiva do passado, e ao qual aderem todas as conclusões da ciência política moderna.

É certo que no plano lógico dessa reorganização a Realeza surge como elemento integrador e, portanto, essencial. É certo que, nesta hora em que tantas boas vontades e tantas imaginações se atormentam à procura de ditadores e de chefes, nós asseguramos a nossa fidelidade à pessoa de El-Rei D. Manuel II, associando ao seu Augusto nome, como todos os portugueses que desejam a unidade nacional, o de Sua Alteza Real o Príncipe D. Duarte Nuno. Mas também é certo que há momentos excepcionais em que um governo forte pode suprir a ausência do Rei. Vivemos um desses momentos. Enquanto a unidade e a força do Exército garantirem a unidade e a força da Nação este jornal será uma trincheira donde, até ao último alento, defenderemos a Nação e o Exército contra os seus e nossos inimigos.⁷⁵

estudantes de Lisboa, pronunciou um discurso ouvido por representantes do Governo da Ditadura, encontrando-se, entre eles, o general Carmona, que então desempenhava as funções de presidente do Ministério e chefe do Estado. De entre os estudantes, alguém terá comentado: “– Vamos, afinal, abrir o Parlamento!...” Falaram ainda os representantes das academias de Coimbra e do Porto. *A Voz*, 18 de Fevereiro de 1927, p. 1. Sir Carnegie contou 1500 e avaliava a manifestação com eloquência ao afirmar: “This evidence of sympathy with the Government that stands for law, order and honesty, on the part of the educated youth of the country, is most encouraging.” Despacho n.º 51, 25 de Fevereiro de 1927. Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. PRO, FO 371/12703.

⁷⁴ Seguindo, aliás, no caminho que neste domínio António Sardinha tinha aberto.

⁷⁵ João do Amaral, “De volta ao bom combate” in *A Ideia Nacional*, ano 1.º, n.1, 30 de Março de 1927, 1.ª página, 1.ª coluna. Destaques nossos. O princípio de abrangência que pretendia sustentar *A Ideia Nacional*, evidenciava-se na

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

À medida que o tempo foi passando e a evolução dos acontecimentos impôs que a *Ideia Nacional* os acompanhasse e comentasse, a linha editorial do jornal não se cansava de responder àqueles que, no seio da Ditadura, buscavam a sua marginalização, nomeadamente lançando sobre o jornal e os seus mentores acusações de ser seu objectivo traí-la na primeira oportunidade, nomeadamente por estarem certos de ser sua pretensão substituírem a república pela monarquia. Ora, e sem qualquer cinismo, a resposta dos acusados fez-se sempre usando uma linha de argumentação que demonstrava terem compreendido, em especial os integralistas de feição sardinhista, que o seu programa apenas poderia tornar-se não apenas mais abrangente, mas também exequível, no caso de se afirmar sistemática e inequivocamente, as vezes que fossem necessárias, que, independentemente da sua “fidelidade à Monarquia”, o seu pensamento político se solidarizava com a Ditadura, com “o Governo Militar”,

*por ser a Ditadura uma forma de governo em que o poder se liberta, como no governo monárquico, ainda que transitoriamente, da origem e da finalidade democrática que constituem a essência do regime republicano.*⁷⁶

Manifestando toda e qualquer objecção ao regresso a uma situação política idêntica àquela que existia antes do 28 de Maio, confessava João do Amaral, em nome dos integralistas representados na *Ideia Nacional*, que não só não lhes importava colaborar com republicanos em Ditadura e identificarem-se com esses republicanos e com essa república, como estavam dispostos a fazê-lo eternamente.⁷⁷

Independentemente destes propósitos, *A Ideia Nacional* foi, como sublinhou Armando da Silva, um esforço de conceber e realizar “a aliança estreita e íntima de todos os monárquicos”,

primeira página do seu primeiro número. Aí se publicou um artigo assinado por Alfredo Pimenta e intitulado “Reflexões de um isolado”. A colaboração prometia ser regular. Numa “nota política” intitulada “A Organização Civil”, João do Amaral escrevia: “[...] integralistas, interessados num duplo objectivo de combate político e de reorganização nacional, temos de formar os nossos quadros próprios, exclusivos e irreductíveis; submissos, para a conquista do poder, à disciplina de um exército em campanha e conformes, por outro lado, com a multiplicidade hierarquizada dos interesses morais e económicos da Nação, visto pretendermos reconstruir sobre eles a arquitectura da vida portuguesa. Mas por isso mesmo que o Integralismo possui formas consubstanciais de organização, por isso mesmo que só elas podem garantir o êxito da sua acção antidemocrática e tradicionalista, a colaboração individual de integralistas numa milícia civil mobilizada para o fim acidental de apoiar a forma transitória de governo que nos rege [...]” *A Ideia Nacional*, 2 de Abril de 1927, p. 1 (1.ª coluna). Era evidente que apesar de nada satisfeitos com a moderação política e ideológica evidenciada pelo Exército, mesmo durante e depois dos acontecimentos de Fevereiro, os sectores nacionalistas e reaccionários não se cansavam de se oferecer para colaborar com a tropa. Este mesmo artigo de João do Amaral, acusa sectores da Ditadura Militar de, inexplicavelmente, terem recusado, tanto no Porto como em Lisboa, a constituição de uma milícia pensada e composta em grande parte “por alguns dos mais destemidos e leais servidores da Ditadura.” Idem, *ibidem*.

⁷⁶ João do Amaral, “Razões que convencem” in *A Ideia Nacional*, 11 de Abril de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

⁷⁷ “[...] a esses republicanos quisemos peremptoriamente significar que nós, monárquicos, quisemos, aceitamos e respeitamos o «factor-República» enquanto ele se mantiver tal como a Ditadura Militar o tornou possível, isto é, expungido dos germens de corrupção e de morte que a «ideia-República substancialmente contém. Esse «facto» não nos é indiferente que dure um ano ou dez anos porque antes queremos que dure dez que um; mas é nos indiferente que se prolongue até ao termo da nossa vida desde que ele restitua aos portugueses a paz e a ordem moral que a democracia lhes roubou.” Idem, *ibidem*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

mas do qual não decorria que os mesmos monárquicos suscitassem a questão do regime e conduzissem toda a sua acção política dentro dessas coordenadas. Pelo contrário, deveriam unir-se em torno de uma “Ditadura” que embora formalmente republicana, pela sua natureza e pela sua prática, cumpria os pressupostos do governo nacional advogado pelos monárquicos nacionalistas e tradicionalistas.

A questão hoje em Portugal não é uma questão posta entre republicanos e monárquicos. De um lado estão todos os nacionalistas, agrupados pelo prestígio das ideias de autoridade e ordem: de outro lado estão, com os elementos de degradação social, todos os políticos do liberalismo que, só por falta de coragem, não tiveram o desassombro de concluir no anarquismo integral.

A “Ditadura Militar”, o “Governo Nacional” ou a “Ditadura Nacional”, todo um conjunto de expressões utilizadas pelos monárquicos de feição nacionalista e tradicionalista para justificar a sua adesão a um fenómeno novo na política portuguesa, era afinal a “fórmula neutra do Estado [...]”.⁷⁸

Pedro Theotónio Pereira aceitou, naturalmente, não apenas este tratamento daquela que era uma questão política delicada, mas, sobretudo, a dura realidade, ao concluir que mais importante do que restaurar a monarquia ao gosto dos integralistas, era manter o País num percurso de ordem e estabilidade que fosse social e politicamente corporativa e nacionalista. Por outro lado, parece óbvio que desaparecesse – ou pelo menos se esbatesse – a sua radical oposição ao manuelismo, muito por causa tanto pelo apoio tácito que D. Manuel deu à Ditadura Militar, como, antes disso, pelo teor da sua declaração de 17 de Fevereiro de 1926. Do ponto de vista da história do Integralismo Lusitano, esta cedência de Pedro Theotónio Pereira, e doutros integralistas da sua geração, em pontos doutrinal e politicamente relevantes – algo que dois ou três anos antes seria impensável –, provaria a sua importância fundamentalmente por duas razões. Em primeiro lugar, porque provocou uma cisão no Integralismo. Tal cisão, entre outras implicações, significou que entre a primeira e a terceira geração do Integralismo deixassem de existir quaisquer figuras intocáveis e incontestáveis – doutrinal e politicamente – que servissem como elo de transmissão, não tanto das ideias mas, sobretudo, daquilo que são as grandes e as pequenas linhas da experiência na acção política quotidiana. Em segundo lugar, porque demonstra que a segunda geração integralista era e foi intrinsecamente diferente de todas as outras, em especial daquela que a precedeu. Era mais pragmática e mais ciosa do exercício do

⁷⁸ *A Ideia Nacional*, 2 de Maio de 1927, p. 3 (colunas 2.ª e 3.ª). O próprio general Sinel de Cordes, embora numa perspectiva mais moderada, gostava da expressão e advogava a subjugação da acção governativa àquilo que essa mesma expressão significava. “[...] General Sinel de Cordes, who regarded the Dictatorship as Republican in name but neutral in reality, and consider the present Government as a coalition, whose aim is to conciliate the warring parties as well as to carry through reforms.” “Mr. Grant Watson to Sir Austen Chamberlain – (Received September 5 [1927]).” (N.º 284) Lisbon, August 29 1927. PRO, FO371/12703.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

poder político. Chegara ao Integralismo porque se revia nas ideias do movimento e no carisma dos seus dirigentes, estando disposta a seguir umas e outras. No entanto, acabaria por não estar disposta a esperar indefinidamente por uma oportunidade de poder, o que, mantendo-se fielmente integralistas – como os integralistas de primeira geração definiam fidelidade aos princípios do Integralismo desde a celebração do Pacto de Paris –, não era nada claro de que forma se poderia vir a consumir. Como dificilmente o Integralismo chegaria ao poder pelo seu próprio mérito, em situação de monopólio de conquista e exercício do poder político, ou outra, mesmo com táticas, ou sobretudo com táticas de inspiração leninista, trotsquista e mussoliniana,⁷⁹ cuja adopção estava absolutamente fora de causa, os representantes da chamada segunda geração não fizeram mais do que aproveitar uma conjuntura favorável – que a nenhuma outra geração do Integralismo foi proporcionada⁸⁰ – e, portanto, agir politicamente em coerência, com a vantagem de o fazer em conformidade com a legitimação que decorria da evolução do pensamento político de António Sardinha já naquela que seria a fase derradeira da sua vida. Isto é, tanto o peso como a evolução da conjuntura política depois de Maio de 1926 – e da política europeia antes desta data –, a par da influência exercida por Sardinha e a proximidade e a cumplicidade entre este e jovens como Manuel Múrias, Rodrigues Cavalheiro ou Theotónio Pereira, de 1922 a 1925, libertaram a segunda geração integralista, permitindo-lhe fazer o seu caminho na política portuguesa com a certeza – que era a mesma dos integralistas da Junta Central defendendo, porém, posições opostas – de que continuavam fiéis aos seus ideais e que se tratavam dos princípios doutrinários que tinham bebido em António Sardinha.⁸¹

Precisamente por isso, a sua importância, e em particular a importância de Manuel Múrias, na qualidade de director da *Nação Portuguesa*, seria reconhecida por João do Amaral cerca de um mês após o lançamento da *Ideia Nacional* e num momento em que a reunião quase absoluta da família integralista parecia não apenas ir no bom caminho, mas acima de tudo ser capaz de protagonizar a reunião do autodenominado campo nacionalista no seio da Ditadura

⁷⁹ A escolha destes dois exemplos paradigmáticos deve-se ao facto de não apenas serem considerados clássicos mas, sobretudo, se terem produzido sem qualquer intervenção directa de apoio por parte do Exército. Curzio Malaparte, *Técnica do Golpe de Estado*, s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, pp. 31-61 e 143-173; Renzo De Felice, *Mussolini il fascista. I. La conquista del potere. 1921-1925*, s.e., Turim, Einaudi, 1995, pp. 282-387; Richard Pipes, *The Russian Revolution, 1899-1919*, s.e., Londres, The Harvill Press, 1997, pp. 485-486.

⁸⁰ Diga-se em abono da verdade e para benefício da relativa bondade e legitimidade das posições adoptadas pela segunda geração integralista em relação à Ditadura Militar e ao salazarismo, que também a primeira geração, quando teve a sua oportunidade de conviver com o poder, não virou as costas à oportunidade. Estou-me a referir, claro está, ao sidonismo e aos episódios militares e revolucionários conhecidos pela Monarquia do Norte e revolta do Monsanto.

⁸¹ Convém acrescentar e recordar que, entre 1921-22 e 1925, tudo indica ter havido uma muito maior proximidade e cumplicidade político-ideológica entre os integralistas da chamada segunda geração e Sardinha, do que entre este e os homens da Junta Central (Ver capítulos II e III).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Militar.⁸² João do Amaral chamou-lhes, na pessoa de Manuel Múrias, “os novos mestres do pensamento integralista”. Com isso reconhecia que sem o seu concurso teria sido “difícil [...] levar às novíssimas camadas da população integralista a convicção” de que ele, João do Amaral, apesar do seu currículo integralista, “nunca poderia ligar-se a um programa de acção política que não obedecesse rigorosamente ao pensamento, à doutrina e aos métodos lógicos do Integralismo Lusitano.”⁸³

É claro que independentemente do papel desempenhado pelo Integralismo sardinhista na fase derradeira da Ditadura Militar e na etapa inicial do salazarismo, aquele foi sempre, sob o ponto de vista tanto ideológico⁸⁴ como social, uma realidade sem grande expressão real. Ou, pelo menos, com a expressão mínima que lhe permitisse estabelecer regras e impor condições politicamente decisivas. A solução para o êxito estava, portanto, e em primeiro lugar, no reconhecimento desta realidade. A partir daí, saber optar entre permanecer agarrado à intransigência a que os fundadores se foram cada vez mais ligando depois da celebração do pacto de Paris, ou aproveitar a oportunidade que os desenvolvimentos políticos pós-28 de Maio ia dando aos vários pequenos grupos da direita autoritária, na esfera civil e na esfera militar, para que, finalmente, tivessem uma dimensão prática alguns dos princípios considerados essenciais no ideário integralista. Para homens como Pedro Theotónio Pereira, Marcello Caetano, Manuel Múrias, Armando da Silva, entre outros, havia mais do que uma tentação. Havia a vontade de passar das ideias à prática. Havia a percepção de que caso não se viesse a beneficiar da abertura oferecida pelo golpe de 28 de Maio e pela deriva direitista que a Ditadura pareceu poder estar em condições de assumir após o fracasso do golpe reviralthista de Fevereiro

⁸² Recorde-se que a *Nação Portuguesa* era “órgão da Junta Central do Integralismo Lusitano” e que após a “morte de Sardinha, a *Nação Portuguesa* (n.º 3, 3.ª série) publicou uma nota oficiosa da Junta [...], pela qual Manuel Múrias era encarregado da direcção literária da mesma revista e se designava Rodrigues Cavalheiro para exercer as funções de secretário.” Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943, pp. 91 e 91n.

⁸³ *A Ideia Nacional*, 3 de Maio de 1927, p. 3 (1.ª coluna). Num discurso pronunciado por Armando da Silva, a propósito de uma homenagem a João do Amaral que teve lugar no Porto, aquele afirmaria que até à entrada em cena de *A Ideia Nacional*, “apenas duas posições sustentavam com galhardia singular os princípios contra-revolucionários.” A *Acção Realista* e “o grupo reduzido da «Nação Portuguesa», [que] afirmava, no campo intelectual, a superioridade da doutrina, proclamando a excelência e a eficiência dos princípios tradicionalistas.” Esta afirmação, eventualmente discutível, tratava-se de um elogio a Sardinha e aos jovens sardinhistas e uma crítica aos restantes membros da Junta Central do Integralismo que, desde 1922, se caracterizavam politicamente por uma enorme ausência. Por outro lado, e apesar da “diminuição da actividade política da Junta Central [...] parecia corresponder – é difícil descobrir-lhe os motivos, uma mais larga disseminação dos princípios [...], criando-se um potencial extraordinário de energias novas dispostas a servir a Causa Nacional.” *A Ideia Nacional*, 18 de Maio de 1927, p. 3 (1.ª coluna).

⁸⁴ Teria expressão ideológica ou doutrinal pelo facto da direita nacionalista, antes, durante e depois da Ditadura Militar, do salazarismo e do marcelismo, a ele se reportar e referir abundantemente tanto no domínio das ideias como da prática política. No entanto, independentemente das ideias, e não negando em absoluto a relevância histórica destas, aquilo que realmente mobilizava a direita nacionalista no processo de conquista de poder que se seguiu ao 28 de Maio, era a sua fome de poder, pelo simples facto de dele ter sido afastada desde Janeiro de 1919.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

de 1927,⁸⁵ perderiam a sua possibilidade de fazer política fora do meio restrito em que se movimentaram desde os tempos da Universidade. Desejavam participar na construção duma “situação” na qual se revissem, pondo em prática as suas ideias. Além disso, manifestavam claramente a percepção de que caso não concorressem na constituição de uma solução que tal como a vislumbravam, seria ordeira, autoritária, nacionalista, perderiam uma oportunidade que poderia ser a oportunidade política das suas vidas. Ficando de fora, tal como a Junta Central, reclamando apenas soluções que outros potenciais parceiros na construção dessa nova ordem não podiam aceitar, viam finalmente como alternativa já não tanto o regresso à República Democrática, mas, muito provavelmente, a uma solução inspirada no bolchevismo.⁸⁶

Em finais de Março de 1927, com uma Ditadura de meses, era óbvio que os integralistas da *Ideia Nacional* tinham abandonado uma posição de mera expectativa que, reflexão doutrinal à parte,⁸⁷ os tinha caracterizado desde 1922 até ao 28 de Maio de 1926. A partir desta data, e apesar do afastamento de Gomes da Costa, com o regresso, em Agosto, de João do Amaral do Brasil, onde se exilara para depois se manter na condição de emigrado, ganhou força em amplos sectores do Integralismo a ideia de que não apenas havia condições para regressar à “actividade política”,⁸⁸ como se começava a trabalhar com o objectivo de organizar um jornal integralista, “à volta do qual” se tornasse “possível realizar a união dos melhores elementos nacionalistas.”⁸⁹ Finalmente, acicatados pelos acontecimentos de Fevereiro que, entre outras coisas, demonstraram a força mas também as contradições existentes no seio da Ditadura Militar, aproveitando os contactos e a experiência que lhes tinham ficado de uma actividade de anos ao lado de António Sardinha e renovada pelo 18 de Abril e o 28 de Maio, os sardinhistas decidiram passar à acção e fizeram-no com recurso ao mais óbvio instrumento à disposição dos homens

⁸⁵ Para uma visão historiográfica do golpe que reproduz, em grande medida, o tipo de linguagem e o discurso justificativo dos seus protagonistas, Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 15-73. Ver ainda, Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 214-218; Telmo Faria, “Revoltas de Fevereiro de 1927” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 248-250 e Rui Ramos, “O fim da República” in *Análise Social*, vol. XXXIV (153), 2000, pp. 1059-1082.

⁸⁶ Para João Ameal, por exemplo, enquanto no início de 1926 a “questão do regime” [...] “era essencial, e nenhuma outra solução era admitida”, já no início de Julho do mesmo ano a sua posição “estratégica” se tinha alterado. Finalmente, em Março de 1927, a sua tese de colaboração com a Ditadura secundarizava a questão de regime. António Francisco Figueiredo Cordeiro Lopes, *op. cit.*, p. 140-141.

⁸⁷ “Mas a esta *diminuição* da actividade política da Junta Central do Integralismo Lusitano parecia corresponder-lhe – é difícil descobrir-lhe os motivos, uma mais larga disseminação dos princípios que iam, pouco a pouco, sendo assimilados, criando-se um potencial extraordinário de energias novas dispostas a servirem a Causa Nacional, e um ambiente esplêndido de aplauso e de aceitação das nossas ideias, senão como um corpo de doutrina constituído, ao menos parcelarmente como soluções lógicas dos problemas portugueses.” Armando da Silva, “As directrizes d’A Ideia Nacional” in *A Ideia Nacional*, 18 de Maio de 1927, p. 3.

⁸⁸ “Tudo aconselhava, portanto, o regresso a uma actividade política que nunca se deveria ter abandonado, por mais legítimo que se pudesse deparar o pretexto desse abandono. Não há pretextos nem justificações legítimas quando se trata duma deserção.” *Idem*, *ibidem*.

⁸⁹ *ibidem*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

políticos daqueles tempos: publicando um jornal.⁹⁰ No primeiro número da *Ideia Nacional*, eram evidentes os desejos dos seus mentores.

Numa crónica na qual, aparentemente, se simulava a entrevista a quatro importantes figuras políticas da Ditadura,⁹¹ tornava-se óbvio que, do seu ponto de vista, nem tudo estava bem no seio da Ditadura mas que, ao mesmo tempo, sabiam com quem e em que direcção se deveria avançar. Carmona emergia com uma imagem muito idêntica aquela que, por exemplo, as sucessivas oposições à Ditadura Militar e ao Estado Novo lhe colariam, isto é, a de um homem politicamente, senão incapaz, bastante titubeante ou então, na melhor das hipóteses, sempre na defensiva. Ao ser-lhe perguntado aquilo que pensava “sobre política”, a resposta óbvia que se lhe colocava na boca era:

- Política? Mas você bem sabe que eu nunca fui nem sou político.
- Perdão, sr. Presidente, refiro-me à política do Governo...
- Que hei de eu dizer-lhe... A nossa obra é vasta e de difícil execução. [...] ⁹²

As declarações prestadas por Filomeno da Câmara, Martinho Nobre de Melo e João de Almeida assumem um tom tanto crítico como irónico, mas nelas subentende-se que, do ponto de vista da *Ideia Nacional*, a Ditadura Militar beneficiaria politicamente muito mais com um protagonismo daquelas duas primeiras personagens – entretanto remetidas para a margem da situação –, do que do chefe de Estado e do imobilismo que simbolizava. O mote, porém, era dado na entrevista de Fidelino de Figueiredo e nas declarações, neste caso que se podem supor reais, por ele proferidas à *Ideia Nacional*. A crítica e a ironia implícitas estão ausentes, tornando-se evidente que Fidelino de Figueiredo era uma figura na qual os integralistas da *Ideia Nacional* depositavam algumas das suas esperanças para que a Ditadura pudesse avançar na direcção que consideravam acertada, mas sobretudo uma demonstração pública de que *A Ideia Nacional*, embora vespertino integralista, não fechava as portas, pelo menos, ao entendimento dos e com os sectores republicanos do chamado nacionalismo. Às perguntas feitas, teria então respondido:

- Que pensa do movimento político?
- Eu lhe digo:

⁹⁰ Como reconheceu Manuel Múrias, num pequeno discurso que pronunciou num jantar de homenagem a João do Amaral, a propósito da celebração do primeiro mês de publicação da *Ideia Nacional*, o “esforço intelectual em que nos empenhámos só esperava o instante de se transformar em acção. Esse instante ofereceu-no-lo João do Amaral, de volta do exílio, empunhando de novo e erguendo-a ao alto a bandeira quase esquecida do Integralismo.” E depois, num recado à Junta Central do Integralismo Lusitano, rematava: “E porque assim foi, não precisámos nós de deixar de ser o que dantes éramos – não precisamos de rectificar no que quer que seja o quadro dos nossos princípios. Pela minha parte – sem hesitações o proclamo – integralista por razões de inteligência, não peço licença a ninguém para continuar a sê-lo.” *A Ideia Nacional*, 2 de Maio de 1927, p. 3 (5.ª coluna).

⁹¹ Na secção intitulada “O momento político”, *A Ideia Nacional* apresentava uma simulação de entrevistas realizadas junto de Carmona, Filomeno da Câmara, Martinho Nobre de Melo e Fidelino Figueiredo.

⁹² Pelo seu teor, as declarações dificilmente teriam sido proferidas por Carmona. No entanto, poderão ter sido feitas espontaneamente e reproduzidas numa forma que o reflectisse.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Em pouco se cifra o meu pensar a respeito do momento político. Penso que ele é de uma excepcional delicadeza e gravidade, mas também que é acompanhado de circunstâncias poderosas que asseguram o triunfo do alto empreendimento do Exército: o descrédito sem apelação dos partidos; a uniformidade moral do Exército (que não exclui, é claro, os dois matizes, «moderado» e «forte»), a situação externa e os ventos favónios da História, a honradez, a sinceridade e o patriotismo dos homens do Governo.

Todos devemos abater, «sine die», bandeiras de regimes, rasgar os estandartes dos partidos e corrilhos, esquecer melindres e malquerenças e disciplinadamente formar outro grande Exército – o Exército do dever – e acarrear os materiais para a reconstrução da Pátria.

[...]

Para meu gosto, preferia talvez mais execução, mais fomento, mais severidade para com os inimigos inconciliáveis e muito pão e muita justiça para os pobres. A Ditadura precisa de se popularizar por obras, já que não tem caudilhos que galvanizem o espírito público.

E rematou:

- Mas... isto é uma opinião de um espectador sem responsabilidade...

*E... aqui findam as entrevistas telefónicas do dia... político.*⁹³

A Ideia Nacional foi o reflexo de uma nova oportunidade de protagonismo político dado ao Integralismo Lusitano, ou a uma ou a algumas das “cambiantes” que o movimento assumira,⁹⁴ tanto pelas circunstâncias de alguma forma favoráveis proporcionadas pela atitude de D. Manuel II,⁹⁵ pelo 28 de Maio e pelo fracasso reviralista que lhe sucedeu,⁹⁶ pelo momento internacional cada vez mais auspicioso para o novo nacionalismo, e, finalmente, pela forte mobilização de consciências, para utilizar a linguagem nacionalista da época, que os integralistas das novas gerações procuravam impor à vida política portuguesa e, em particular, aos seus sectores nacionalistas. Para conseguir tal desiderato, *A Ideia Nacional* incorporou, ou pelo menos procurou incorporar, no amplo campo nacionalista, não apenas o discurso homogéneo e doutrinalmente coerente do Integralismo (agora legitimista e manuelista), mas também um discurso e uma prática de abertura aos novos desafios e oportunidades proporcionadas pela situação política saída do 28 de Maio de 1926. *A Ideia Nacional*, além de pretender retomar as

⁹³ Armando Boaventura, “O momento político. ‘A Ideia Nacional’ entrevista, pelo telefone...” in *A Ideia Nacional*, ano 1.º, n.º 1, 30 de Março de 1927, pp. 1 e 4.

⁹⁴ Como, e bem, reconheceram as *Novidades*. Num artigo de resposta a acusações que eram feitas pelas *Novidades* e pelo *Correio de Coimbra*, de mau comportamento católico do Integralismo Lusitano, Marcello Caetano não só não o negava como se sentia orgulhoso das acusações que eram dirigidas aos integralistas. *A Ideia Nacional*, 16 de Abril de 1927, p. 1 (3.ª coluna). Já na edição de 13 de Janeiro da *Ideia Nacional*, Marcello Caetano se insurgira contra a afirmação que aparecera no *Correio de Coimbra* e segundo a qual, em “Adiante por sobre os cadáveres”, António Sardinha afirmara a sua adesão ao Centro Católico. Nem Marcello Caetano, nem *O Correio de Coimbra* tinham toda a razão na disputa.

⁹⁵ Convém ainda sublinhar que, em boa medida, a emergência de *A Ideia Nacional* e a união dos monárquicos que possibilitou, foi, cinco anos mais tarde, o cumprimento daqueles aspectos do Pacto de Paris que, em 1922, tinham permanecido secretos, nunca haviam sido ratificados e, veio a considerar-se, prejudicaram tanto integralistas como legitimistas (ver capítulo II).

⁹⁶ Refiro-me, naturalmente, aos golpes falhados, no Porto e em Lisboa, e iniciados, respectivamente, 3 e a 6 de Fevereiro de 1927.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

ideias e o espírito da *Nação Portuguesa* e da *Ordem Nova*, criou um espaço de divulgação não apenas do programa integralista, mas, acima de tudo, do campo nacionalista. Aglutinava uma direita que era simultaneamente nacionalista e radical, que nutria óbvias simpatias pelo fascismo,⁹⁷ mas cuja experiência e desígnios a aproximavam muito mais da solução autoritária que tomara conta de Espanha com Primo de Rivera. Por outro lado, e ao contrário da *Nação Portuguesa* ou da *Ordem Nova*, e mesmo em comparação com a *Monarquia* do pós-sidonismo, não se preocupava em fundamentar as suas ideias e os seus programas numa base religiosa, católica, apostólica, romana.⁹⁸ Paralelamente, o novo jornal era o reconhecimento de que o Integralismo Lusitano se tornara num movimento heterogéneo, reivindicando uma raiz comum, mas com várias sensibilidades, cada uma agindo em conformidade com a leitura que fazia tanto da doutrina como da actualidade política. Caracterizando-se igualmente por se opor não apenas àquilo que o 5 de Outubro e a Constituição de 1911 representavam, mas, sobretudo, ao conservadorismo de direita, militar como civil, não desdenhando a crítica àquele catolicismo que, inspirado na hierarquia da Igreja Católica, aceitara antes de Maio de 1926, a cooperação com as autoridades republicanas e, já em Ditadura, se mantinha política e doutrinariamente branda. A *Ideia Nacional* procurava a polémica e criticava sistematicamente toda a imprensa, com excepção da *Voz*. Para o jornal tudo era política e motivo de discussão, embora o objectivo que perseguia e que considerava poder vir ajudar a cumprir, era nada mais do que a implantação de um regime “reaccionário” em Portugal. Convém ainda recordar que se até ao início da publicação da *Ordem Nova*, os sardinhistas – entre outros integralistas – não desdenharam a busca da cooperação e do entendimento com o Centro Católico, a partir de Março de 1926, e até ao Verão de 1927 – na *Ideia Nacional*, como na *Voz* –, algumas foram as vozes sardinhistas – com destaque para Marcello Caetano –, a criticarem veementemente atitudes políticas e religiosas assumidas pelo Centro Católico e, sobretudo, pela sua imprensa.

⁹⁷ Mas pelo fascismo tal como era entendido em Portugal na década de 1920 e parte da década de 1930, muito diferente, portanto, daquele que, vigorando em finais da década de 1930 e na primeira metade da década de 1940, passaria a ter uma carga política e histórica cada vez mais negativa. Um resumo dessa evolução histórica do fascismo, do ponto de vista de um antifascista italiano católico, encontra-se em R. J. B. Bosworth, *Mussolini*, s.e., Londres, Arnold, 2002, pp. 28-29. Ver ainda, Richard Lamb, *Mussolini and the British*, s.e., s.l., John Murray, 1997, nada menos do que um estudo bastante exaustivo acerca da evolução – da aceitação alargada para a rejeição absoluta – do entendimento que vários sectores da sociedade e do universo político britânico tiveram de Mussolini. Exemplificativo da ambiguidade que caracterizou a relação de muitos não fascistas com o fascismo e Mussolini é o seguinte relato: “When Togliatti in Rome heard that Mussolini had been captured by partisans, he sent orders by radio to the Communist members of the Resistance Council not to allow Mussolini to fall alive into British or American hands; as soon as his identity was established, he was to be executed. Togliatti’s attitude is understandable; too many British and American politicians had praised Mussolini in the past for his zeal in fighting communism.” Jasper Ridley, *Mussolini*, s.e., s.l., Constable, 1997, p. 366.

⁹⁸ Muito embora um número significativo de artigos com feição religiosa preenchessem um importante espaço na economia global das edições do periódico, o factor religioso era muito mais importante na *Ordem Nova*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

A *Ideia Nacional* incorporava ainda um discurso fortemente moralista no que respeitava aos costumes sociais – em coerência com a campanha que Pedro Theotónio Pereira e *A Época* tinham dirigido contra a literatura imoral quatro anos antes. No princípio de Abril de 1927, Marcello Caetano reproduzia certamente o discurso e o sentimento do puritanismo católico, ao zurzir na iniciativa do *Diário de Notícias* que organizava, pela primeira vez em Portugal, um concurso de “misses”. O primeiro patamar da crítica ao comportamento amoral do *Diário de Notícias* – jornal plutocrático conhecido pejorativamente por “Kolossal” – tinha que ver com o facto deste matutino pautar a sua acção pelo lucro, sem que para isso olhasse a meios. E acusava: “Talvez um dia o redactor do «Diário de Notícias» venha a conhecer a existência de outros sentimentos e interesses mais altos e mais nobres do que a publicidade e expansão do jornal.” O outro patamar era nacionalista. A ideia da realização de um concurso de misses era americana, nascera “de um jornal norte-americano” e dera “origem” a um “paradoxo” que dava pelo nome de “«miss» Portugal”. O terceiro patamar era cultural:

Estes senhores ultimamente têm caprichado em nos mudar o sexo. Dantes Portugal era macho, com grande gáudio do Bandarra, e representava-se por um velho guerreiro de longas barbas e comprida espada. Depois, a Administração Geral dos Correios inventou uma anémica menina com uma foice inútil, ar ingénua e perturbado de quem se deixa fotografar pela primeira vez, e chamou-lhe «República Portuguesa». Agora chamam-lhe «miss»: pediam-lhe ao menos ter chamado «menina Portugal». Era indecente mas era português.

E seguia:

Quem é a tal «miss» de Portugal inventada pelo «Diário de Notícias»? Não sabemos nem queremos saber. É uma senhora que hoje pertence a toda a gente, despida por todas as imaginações, bestialmente desejada por todos os olhares da multidão que a procura e aplaude.

É uma rapariga arrancada do seu honesto sossego, à sua vida tranquila para a feira das vaidades, vitorizada e exaltada por aquilo que possui de transitório e mais perigoso: a sua beleza física.⁹⁹

Por aqui, percebem-se, pelo menos em parte, não apenas as razões aparentemente mais corriqueiras que faziam com que o *Diário Notícias* vendesse e fosse um jornal popular junto daqueles que procuravam os jornais não apenas para se manterem informados politicamente, indo assim ao encontro dos desejos do público, da mesma forma que se percebe a razão do fracasso de *A Ideia Nacional*, do modelo de sociedade e das soluções políticas em que apostava. De tanto procurarem a essência do País, de a recuperarem e da procurarem pôr em prática, a verdade é que dele se mantinham afastados.¹⁰⁰ A intransigência do Integralismo

⁹⁹ M. C. [Marcello Caetano], “‘Miss’ Portugal” in *A Ideia Nacional*, 6 de Abril de 1927, p. 1 (5.^a e 6.^a coluna).

¹⁰⁰ No entanto, a “miss” de Portugal acabou por ser tratada com simpatia. As notícias sobre as deambulações da “miss” foram saindo em *A Ideia Nacional*. Resta saber se para fazer satisfazer a curiosidade dos leitores, se por iniciativa de algum infiltrado, se por sarcasmo, se pelo facto de a direcção do jornal não se rever no puritanismo de Marcello Caetano, se, pura e simplesmente, por espírito democrático. Por exemplo, a edição de 2 de Maio, p. 2,

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Lusitano, dos seus ideais e dos seus prosélitos, a extracção social dos seus membros, assim como de muitos outros nacionalistas, faziam com que nem com a abertura não poucas vezes demonstrada nos editoriais de *A Ideia Nacional* facilitassem a saída do gueto em que sempre estivera.

Esta abertura, numa tentativa de (re)unir reais ou presumíveis nacionalistas “reaccionários”, produzia, pontualmente, artigos elogiosos de primeira página sobre a actividade de gente reputada e recrutável. Martinho Nobre de Melo era uma personagem interessante e eventualmente importante no esforço de constituição de uma frente “reaccionária”. Daí que se noticiasse:

*No jantar mensal do Rotary Club de Lisboa, o sr. dr. Martinho Nobre de Melo pronunciou algumas palavras a que não queremos deixar de fazer a necessária referência. Não perde o sr. dr. Martinho Nobre de Melo um único ensejo para explicar os seus pontos de vista políticos, que estão muito perto dos nossos, e que lhe têm valido as gerais simpatias da melhor parte da mocidade portuguesa.*¹⁰¹

O rotarismo podia merecer, e merecia, dos integralistas críticas, sobretudo pelo seu carácter cosmopolita,¹⁰² no entanto na versão apresentada por Martinho Nobre de Melo no jantar do *Rotary Club* de Lisboa, a “filosofia rotária” podia ganhar o aplauso do Integralismo.¹⁰³ Os argumentos utilizados por aquele antigo colaborador de Sidónio Pais, no sentido da valorização do espírito rotário, não deixavam dúvidas quanto ao cabimento da personagem na frente nacionalista e reaccionária que, com a ajuda de *A Ideia Nacional*, se pretendia rápida e eficazmente constituir e fazer actuar, pressionando as cúpulas da Ditadura que se mostravam mais resistentes a uma radicalização nas doutrinas e na acção política.

Dirigindo-se aos comensais, e perante o ouvido e o lápis atento de um repórter de *A Ideia Nacional*, Martinho Nobre de Melo mostrara uma vez mais algumas das ideias de referência da “reacção”:

V. Ex.as. não desconhecem que a mística política que, desde a Revolução de 89, inspira e informa a Constituição e as leis, é baseada na declaração exclusiva dos direitos do homem. É certo que o marquês de Mirabeau, representante do terceiro estado, entendia, apreensivo, que era mister fazer-se uma declaração dos «deveres» do homem. Em outro campo, o sublime reaccionário que foi De Bonnard,

intitulava. “«Miss Portugal» chegou a Galveston.” E depois escrevia: “Por notícias telegráficas recebidas hoje em Lisboa, sabe-se que «Miss» Portugal acaba de chegar a Galveston.” Talvez se tratasse de uma informação estritamente patriótica. Afinal, nestas idas ao estrangeiro, a “miss” promovia o nome de Portugal no mundo, um objectivo em torno do qual nacionalistas como Pedro Theotónio Pereira sempre se mobilizaram.

¹⁰¹ “Dr. Martinho Nobre de Melo” in *A Ideia Nacional*, 6 de Abril de 1927, p. 1 (6.ª coluna). Destaque nosso.

¹⁰² “[...] a certos pormenores da acção profissional dos membros dos vários Rotary Clubs [...] tendentes a uma internacionalização que pode ter um alcance diverso do que se lhe pretende dar, devemos opor certas restrições [...]” Idem, *ibidem*, p. 2, 1.ª coluna.

¹⁰³ Aplauso circunstancial. Num artigo que publicou meses depois deste episódio, já no jornal *A Voz*, Marcello Caetano, na qualidade de católico e integralista, insurgia-se contra esta caridade ecuménica (mas, sobretudo, e mais do que aparentemente, laica e maçónica), praticada por gente rica e exercida semanalmente ao almoço. Marcello Caetano, “Os Rotários” in *A Voz*, 13 de Dezembro de 1927, p. 1 (6.ª e 7.ª colunas).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

defendia a tese cristã do «serviço» nos empregos e cargos públicos. Mas debalde. Pois, como acentuava recentemente no seu livro «Explication de notre temps», o ilustre director do «Figaro» e o mais celebrado dos actuais cronistas financeiros da França, Lucien Romier, a filosofia do nosso tempo, pelo menos até à guerra, pode resumir-se no vício indolente, no egoísmo invejoso, no «je m'enfichisme», tudo consubstanciado na formula torpe: «tira o mais que poderes do teu vizinho ou do teu chefe e ri-te do resto.»

Em *A Ideia Nacional*, o desprezo pelo espírito de 1789 não equivalia a qualquer pretensão de atropelo ou abandono das classes trabalhadoras. Antes pelo contrário. Embora no programa “reaccionário” e “integralista” não tivesse sido reservado às ditas classes trabalhadoras qualquer papel na luta pela conquista do poder político, a verdade é que, de forma sistemática, *A Ideia Nacional* demonstrava para com elas a sua preocupação, especialmente naquilo que respeitava à imperiosa necessidade de verificar a sua elevação material e moral. Na mesma linha, manifestava preocupação pela resolução do problema da pobreza daqueles que nem sequer trabalhavam, e ainda com a estabilização, mesmo que temporária, antes de nova melhoria, do nível de vida das classes médias urbanas, em particular daquelas ligadas ao exercício de actividades comerciais e industriais. No dia 2 de Maio de 1927, *A Ideia Nacional* dava de forma fleumática, notícia do comício que se realizara na véspera no “Salão de festas da Voz do Operário” celebrando o merecido e justo dia do trabalhador. Tratava-se de uma iniciativa levada a cabo pelos “sindicatos não confederados na C.G.T”. A sessão fora “numerosamente concorrida” e presidida por um padeiro: Domingos Gonçalves. Usaram da palavra vários “operários”, representando os arsenalistas, alfaiates e fragateiros, tendo uma mulher falado em nome dos operários do sector dos tabacos. Evocou-se aquilo que os oradores classificavam de “tragédia mexicana”,¹⁰⁴ sendo depois produzidas “várias afirmações revolucionárias” e aprovadas duas moções que reclamavam do “governo” tanto “o cumprimento do horário de trabalho”, como o “tratar da crise que assoberba as classes trabalhadoras.” E rematava *A Ideia Nacional*: “Na sede de outras associações operárias realizaram-se também idênticas sessões comemorativas”.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Referindo-se certamente à situação de revolução e guerra civil quase permanente que o México conheceu ao longo da década de 1920 e, eventualmente também, ao conflito entre o Governo e a hierarquia da Igreja Católica mexicana que conduziu à chamada *Guerra de la Cristiada*, uma revolta que alastraria por todo o México central e ocidental. “For them [A huge section of the peasant population of ‘Old Mexico’ [...] the ‘cause’ was clear: They were fighting to bring back masses, they were fighting to defend religion. They war cry was Viva Cristo Rey! [...] They would become known as the Cristeros and their war was the Cristiada.” Enrique Krauze, *Mexico: Biography of Power. A History of Modern Mexico, 1810-1996* (Trad. de Hank Heifetz), s.e., Nova Iorque, Harper Collins, 1997, p. 422. No decurso de 1928, especialmente nos seus primeiros meses, *A Voz* acompanhará com alguma exaustão os acontecimentos políticos do México, mostrando-se chocada pelo ambiente ali vivido de violenta perseguição aos católicos. Por exemplo, *A Voz*, entre outras datas, 27 de Fevereiro e 23 e 27 de Setembro de 1928. Também as *Novidades* noticiaram e comentaram abundantemente os acontecimentos do México.

¹⁰⁵ *A Ideia Nacional*, 2 de Maio de 1927, p. 2, 2.ª coluna.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

De fora de *A Ideia Nacional*, como da *Nação Portuguesa*, da *Ordem Nova* e, posteriormente, do Instituto António Sardinha, tinham ficado os membros da Junta Central do Integralismo Lusitano. Um deles, Afonso Lucas¹⁰⁶ – que um par de anos antes tinha invectivado a direcção do Banco de Portugal, melindrando dessa forma, do ponto de vista pessoal, Pedro Theotónio Pereira (ver capítulo III), mas permitindo que este, em carta a António Sardinha, tivesse aproveitado para sublinhar a superior qualidade moral do sardinhismo por comparação com o Integralismo da Junta Central –, veio a terreiro, numa carta publicada pela *Ideia Nacional*, demarcar a facção do Integralismo a que pertencia, dos desígnios de agremiação do campo monárquico que João do Amaral pretendia levar a cabo a partir do jornal que dirigia. Insurgia-se contra o teor de um artigo publicado por João Ameal,¹⁰⁷ e no qual este teria dado a entender que em torno da *Ideia Nacional* estaria reunido “o bloco tradicionalista, constituído por todos os valores do Integralismo.” Recordava Afonso Lucas, que embora não existissem “divergências doutrinárias” que separassem os “tradicionalistas portugueses”, o “Integralismo Lusitano” – leia-se a Junta Central – tinha sobre a “questão dinástica”,¹⁰⁸ e “fundada em razões” que “particularmente” tinham sido “comunicadas”, uma posição diferente da *Ideia Nacional*. O rumo da Junta, fosse ele qual fosse, não seria nunca a do jornal do qual João do Amaral era responsável. Porém, do ponto de vista deste, que reconhecia e desculpava o desconhecimento que João Ameal evidenciava das razões do protesto de Afonso Lucas – pelo facto de se encontrar “retirado na sua aldeia” –, esperava, em primeiro lugar, que a “divergência” pudesse “vir em breve” a ser “sanada” – até porque incidia “sobre uma questão alheia à essência do pensamento integralista”. Mas recordava, em seguida, que o lapso de João Ameal – ao falar de uma união do campo integralista que de facto ainda não era plena – se poderia dever ao facto de ele, muito justamente, reconhecer mérito ao facto de *A Ideia Nacional* reunir os integralistas da Acção Realista – sempre fiéis a D. Manuel – com os “integralistas propriamente ditos” que tinham mantido, na *Nação Portuguesa*, na *Ordem Nova* e no Instituto António Sardinha, o “fogo sagrado do Integralismo Lusitano”. Prosseguia a resposta a Afonso Lucas, lembrando-lhe que nunca João Ameal pretendia ser deselegante nas suas afirmações, da mesma forma que

¹⁰⁶ Que chegou a ser membro do Instituto António Sardinha e, nessa qualidade, foi recebido pelo governador civil de Lisboa. Procurou convencê-lo de que, ao contrário das acusações que eram dirigidas ao mesmo Instituto, este não era “um foco de propaganda hispanista, propugnando a união ibérica sob a forma duma monarquia dual.” *A Voz*, 25 de Fevereiro de 1927, p. 1 (5.ª coluna). Dias mais tarde, Afonso Lucas e Hipólito Raposo voltaram à fala com o governador civil. Desta vez, a notícia da *Voz* dava conta que tinham pedido que lhes fossem mostradas provas da acusação ou dados os nomes dos acusadores. Foi-lhes dito que nem uma coisa nem outra era do conhecimento do Governo Civil e aconselhado um pedido de audiência com o presidente da República. Era óbvio que havia sectores influentes no seio da Ditadura que não estavam interessados em dar ao Integralismo, sequer, este pequeno espaço intervenção política. *A Voz*, 8 de Março de 1927, p. 1 (2.ª coluna).

¹⁰⁷ João Ameal, “Um passo mais” in *A Ideia Nacional*, 18 de Abril de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

¹⁰⁸ Porque para a Junta Central continuavam de pé “os compromissos tomados perante S. A. o sr. D. Duarte Nuno.”

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

nunca dum jornal dirigido por João do Amaral – um dos pioneiros do Integralismo Lusitano –, partiria uma “provocação desprimorosa para homens como Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz,¹⁰⁹ Pequito Rebelo e Luís d’Almeida Braga.” Recordava, por isso, ao seu interlocutor o longo percurso que fizera no seio do Integralismo e a legitimidade que daí, tanto pessoal como politicamente, decorria.¹¹⁰ E depois concluía.

Quanto à afirmação de que o Integralismo Lusitano discorda da opinião da «Ideia Nacional» a respeito da questão dinástica, parece-me que o número e o nome dos meus colaboradores lhe tiram qualquer valor prático. O facto dos membros da Junta Central do Integralismo não poderem, por motivos que nada têm com o que há de essencial e fundamental na doutrina integralista, aceitar um plano de acção política que reúne nesta trincheira do bom combate todos os integralistas que ainda ontem lutavam separadamente, esse facto não diminui a autoridade da «Ideia Nacional» para falar em nome do «Integralismo Lusitano», cujos princípios rigorosamente dominam a acção (e não Integralismo sem acção integralista) da quase totalidade dos seus mais representativos propagandistas.

A carta do sr. dr. Afonso Lucas poderia ter um efeito: desunir o que está unido; destruir o que tanto custou a construir; partir nas mãos dos integralistas a melhor arma com que o Integralismo se defende e ataca. Não o conseguiu. Pelo contrário. Essa alegre certeza basta para imprimir à resposta eu aqui lhe deixo a serenidade de que se reveste. Adiante com a ajuda de Deus!

E «sans rancune»...¹¹¹

Esta polémica vinha de trás, dos momentos que imediatamente precederam e se seguiram ao início da publicação da *Ideia Nacional*. Os integralistas da Junta Central acusavam o vespertino de ser “republicano” e “situacionista”, como se, respondia João do Amaral, os integralistas estivessem na disposição de entrar na “Maratona” em que porfiavam “os políticos de todas as matizes na direcção do Terreiro do Paço”, ou como se a Ditadura e os integralistas da *Ideia Nacional* estivessem dispostos a estabelecerem “compromissos” e a insinuarem “cumplicidades”. Porém, e por mais que fosse produzido este tipo de afirmações, reforçadas com a apresentação do currículo impecável de integralistas da maior parte dos colaboradores do jornal, a verdade é que dele saíam nomes que viriam a continuar e a aprofundar a sua colaboração com a Ditadura e, depois, com o Estado Novo.¹¹²

¹⁰⁹ Chegaria a colaborar em *A Ideia Nacional*, na edição de 5 de Abril de 1927.

¹¹⁰ “Onde quer que eu me encontre, nem o sr. dr. Afonso Lucas nem ninguém tem autoridade para me substituir no grato dever de lembrar o que esses nomes [Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz, Pequito Rebelo e Luís d’Almeida Braga] representam na história do Integralismo Lusitano. Ganhei esse direito de precedência, não só nas horas felizes que uma grande amizade nos proporcionou, como nas horas tristes em que, procurando ser digno duma tão alta fraternidade, expus como eles a vida, sofri como eles o exílio e, talvez mais do que eles, as dores que o exílio trás.”

¹¹¹ *A Ideia Nacional*, 20 de Abril de 1927, p. 1 (4.ª e 5.ª colunas). A polémica voltaria às páginas da *Ideia Nacional* poucos dias após o anúncio público de criação da Liga de Acção Integralista, e à qual os elementos da Junta Central reagiram. *A Ideia Nacional*, 17 de Maio de 1927, p. 1 (3.ª e 4.ª colunas).

¹¹² Quanto à acusação de que *A Ideia Nacional* transigia na questão dinástica e, portanto, não se poderia reivindicar do Integralismo, João do Amaral respondeu à *Voz*: “O Integralismo é uma doutrina que não se reconhece, como as moedas, pelas esfinges dos reis... A questão dinástica é uma questão morta. O mais alto objectivo da nossa

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Era comovente como uma decisão tomada pela Junta Central do Integralismo Lusitano a 20 de Outubro de 1919 e reforçada no início de Setembro de 1920 (ver capítulo II), tão contestada desde o início por variadas personalidades e sensibilidades do movimento e que, além de produzir cisões, alimentou discussões e a oposição entre aqueles que não cindiram – desde Sardinha até Pedro Theotónio Pereira –, que tantas humilhações e derrotas políticas impôs, continuasse não apenas a impedir a união de esforços de um grupo tão pequeno como era o dos monárquicos tradicionalistas mas, sobretudo, a alimentar polémicas que nas mais variadas formas se perpetuaram, pelo menos, até ao fim do Estado Novo.¹¹³

“[...] caminho novo.”¹¹⁴

No decurso do mês de Abril de 1927, no dia 23,¹¹⁵ alguns dos mais proeminentes jovens sardinhistas promoveram a ruptura com a Junta Central. É verdade que entendiam essa ruptura numa perspectiva estritamente formal, o que implicava que reconheciam caber àquele organismo, ao qual obedeceram durante vários anos, pelo menos um resto de legitimidade política, doutrinária e histórica. Porém, também tinham a consciência de que o Integralismo passara a ser muito mais do que a Junta Central. Na carta que redigiram e enviaram,¹¹⁶ evocavam a “situação actual do país” e o aparecimento de “soluções” que consideravam “mais conformes ao interesse nacional”, para justificar o fim da sua “obediência”. Porém, o fim dessa “obediência” justificava-se não porque deixassem de ser e de se considerar integralistas, mas apenas por “dever” de “consciência”, uma vez que retomavam a “sua actividade política”, que

campanha é realizar a unidade nacional; associar ao nome d'El-Rei Dom Manuel o de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno constitui um passo decisivo nesse sentido. Nós démo-lo.” *A Voz*, 30 de Março de 1927, p. 1 (6.ª coluna). Quando, a 4 de Maio de 1927, o *Correio da Manhã* reapareceu, não deixou de cumprimentar e elogiar *A Ideia Nacional* e o seu director. Este respondeu agradecendo e sublinhando que os elogios se inspiravam “na preocupação superior da Unidade Monárquica.” *A Ideia Nacional*, 4 de Maio de 1927, p. 1 (2.ª coluna).

¹¹³ Prolongou-se, a bem da verdade, para além desta data, pelo facto dos discípulos da Junta Central do Integralismo Lusitano terem conseguido praticamente monopolizar a produção historiográfica do e sobre o movimento à luz do legado político e ideológico da dita Junta, tal como existia e se via a partir da transição da Ditadura Militar para o Estado Novo. A maior e a mais interessante omissão histórica produzida neste domínio, foi a ocultação do afastamento doutrinário e político que, pelo menos a partir de 1922, António Sardinha levou a cabo em relação aos seus companheiros da Junta. Nesta linha historiográfica, para quem a história do Integralismo Lusitano é a história da respectiva Junta Central, podemos incluir, além dos testemunhos deixados por homens como Hipólito Raposo e Rolão Preto, Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943; A. Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano: Uma doutrina política de ideias novas*, s.e., Lisboa, Edições Cultura Monárquica, 1991 e, tratando embora um período curto da história do movimento, José Manuel Alves Quintas, *op. cit.* Menos claros nesta questão, são Manuel Braga da Cruz, “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 13-74 e António Costa Pinto, “Integralismo Lusitano” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VIII, *Suplemento F/O*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 280-281.

¹¹⁴ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Hipólito Raposo”, 30 de Abril de 1927. Espólio de José Hipólito Raposo. Correspondência. ATMC.

¹¹⁵ Menos de um mês após o lançamento de *A Ideia Nacional* e do projecto de criação da Liga de Acção Integralista.

¹¹⁶ José Maria Ribeiro da Silva, Pedro Theotónio Pereira, Manuel Múrias, António Rodrigues Cavalheiro, Marcello Caetano e Pedro de Moura e Sá.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

não era exactamente aquela que a mesma Junta Central ordenara em Março de 1926. Porém, aos signatários, restava-lhes afirmar a “muita consideração e simpatia que os vogais da Junta mereciam e a satisfação com que sempre tinham cumprido as suas determinações.”¹¹⁷

Pedro Theotónio Pereira, sobre tão importante e delicado assunto, tanto do ponto de vista político mais geral, como particular, achou que se deveria justificar, mas apenas “perante” aquelas “duas únicas pessoas da Junta Central” que lhe mereciam consideração. Diante de Hipólito Raposo e Pequito Rebelo, sentia-se no “dever e no direito de prestar contas” sobre a sua “conduta”.¹¹⁸ Em carta datada de 30 de Abril, Pedro Theotónio Pereira informava Hipólito Raposo de que a subscrição da missiva enviada três dias antes à Junta Central, não fora apenas um acto de solidariedade com os restantes signatários, mas um acto de “plena consciência e como se tratasse dum facto isolado que só a mim dissesse respeito.” Toda a carta dirigida por Theotónio Pereira a Hipólito Raposo – figura que conduzia o Integralismo Lusitano (e *A Monarquia*) na altura em que Pedro Theotónio Pereira e outros da sua geração a ele formalmente aderiram –, é particularmente elucidativa do fosso que se cavara entre formas diferentes de pensar o movimento e o modo como deveria comportar-se politicamente. Evidenciava o impacto político que haviam tido no campo nacionalista as alterações que a implantação da Ditadura Militar impusera. A prazo, tornara praticável a criação da *Liga de Acção Integralista* e de *A Ideia Nacional* – um “movimento de actividade monárquica” que se estava esboçando –, abrindo um “caminho” pelo qual Theotónio Pereira confessava sentir-se atraído e que, na “hora inquieta de Portugal”, “melhor” poderia “conduzir” os integralistas. Esta nova realidade deveria ser considerada como o desfraldar da “bandeira dos nossos princípios”, pelo que caso Pedro Theotónio Pereira ou Hipólito Raposo viessem eventualmente a renunciar à acção política, não poderiam ainda assim deixar de apoiá-lo “espiritualmente”, uma vez que correspondia à nova fase da vida do Integralismo. Tendo optado pela acção e tendo diligenciado junto de Hipólito Raposo e dos restantes membros da Junta Central para que participassem no projecto de federação de todo o campo monárquico integralista,¹¹⁹ aos poucos notou não estar essa

¹¹⁷ Carta de 27 de Abril de 1927, dirigida pelos signatários supracitados à Junta Central do Integralismo Lusitano. Espólio de José Hipólito Raposo. Correspondência. Arquivo de Teresa Martins de Carvalho (ATMC). Lisboa. Agradeço ao dr. José Manuel Alves Quintas a cedência deste e dos demais documentos pertencentes ao espólio Hipólito Raposo citados neste trabalho. O rascunho do documento enviado pelos jovens sardinhistas à Junta Central, encontra-se no AMC, Integralismo Lusitano, 1927-1929, Caixa 1, n.º 1-5.

¹¹⁸ “Uma é o Pequito Rebelo. Sabe bem os laços profundos que a ele me ligam. Mas o Pequito está muito longe e não será hoje ainda que lhe escreverei. A outra, é, como não podia deixar de ser, o meu querido amigo. Mais ninguém, hoje que Deus levou o Sardinha.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Hipólito Raposo”, 30 de Abril de 1927. Espólio de José Hipólito Raposo. Correspondência. ATMC.

¹¹⁹ Este esforço de neutralização das figuras mais proeminentes da Junta Central, torna-se evidente numa outra passagem: “A sua posição nada sofre com a dos outros. Foi sempre assim e é o agora ainda. O primeiro lugar do movimento de actividade monárquica que se está esboçando poderia ter sido para si, se o quisesse ter aceite. Todos os dias o tenho constatado e isso me conforta no meu coração de amigo.” Idem, *ibidem*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

participação nas intenções e iniciativas de homens como Hipólito Raposo. Esta atitude, caracterizava-a Pedro Theotónio Pereira como sendo reflexo de um “carácter rígido” e duma “vontade firme”, mas que nas circunstâncias presentes não fazia sentido. Paralelamente, a missiva de 30 de Abril procurava sublinhar a linha de continuidade que se considerava existir, tanto quanto aos princípios morais como políticos, entre a primeira e a segunda geração integralista, com destaque para aquilo que tinha sido a influência exercida pelo “exemplo sempre alto e sereno” de Hipólito Raposo.¹²⁰

Mas independentemente de tudo o resto, e mesmo podendo merecer uma leitura política, Pedro Theotónio Pereira procurou que os motivos que o afastaram da obediência à Junta Central, não tivessem quaisquer repercussões pessoais.

A sua consciência impede-o de continuar a dirigir-nos neste caminho novo. Não me queira mal por eu me atrair sentido por ele.

[...]

Resta-me fazer-lhe um pedido. Pedido que eu lhe dirijo com a consciência clara e tranquila de quem nunca faltou ao menor dos deveres duma amizade profunda e fiel, esta velha amizade que a si me liga e que eu não quero num instante ver esmorecida por um ponto de vista diferente que agora nos separa.

*Sei como é grande o seu coração, por isso rogo-lhe que ma conserve e abraço-o com o mais verdadeiro afecto e gratidão.*¹²¹

As respostas aos desejos de neutralização e de apaziguamento das atitudes de Hipólito Raposo e da Junta Central, insinuados por Pedro Theotónio Pereira e, provavelmente também, por outros camaradas que desejavam prosseguir o mesmo caminho sem o incómodo de serem publicamente acusados de traição política, moral e ideológica, não tardaram a ser dadas. Sucederam, em primeiro lugar, no *Diário de Notícias* e, depois, no caso de Pedro Theotónio Pereira, numa carta que Hipólito Raposo lhe endereçou e que era uma refutação tanto à primeira missiva daquele, como a uma segunda – que ainda não conhecia – em que Pedro Theotónio Pereira comentaria a reacção da Junta Central, publicitada naquele diário, e os acontecimentos que nos últimos meses, tinham abalado a vida por vezes agitada do Integralismo Lusitano.

¹²⁰ Numa entrevista dada por Hipólito Raposo ao *Correio Paulista*, e reproduzida na edição de 3 de Março de 1930, comentaria este a situação política sob a Ditadura Militar em termos que legitimavam a atitude de Pedro Theotónio Pereira em Maio de 1927. Terá declarado Hipólito Raposo: “– A Ditadura preocupou-se demasiadamente com o perigo monárquico, sem rezear o perigo republicano, deixando-se condicionar pelas forças ocultas dos partidos que pertenciam (e pertencem) a maior parte dos oficiais do exército e da armada.” Ora aquilo que Pedro Theotónio Pereira, e todo o grupo de *A Ideia Nacional*, procurava fazer era lançar-se no combate político, em novos moldes, com o objectivo declarado de inverter estado de coisas que Hipólito Raposo constava retrospectivamente em 1930 e que entre Maio de 1926 e, pelo menos, 1933, toda a direita nacionalista reconhecia ser a realidade. A entrevista citada e de que reproduziu um curto excerto, encontra-se reproduzida em Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro, volume II (1926-1952)*, s.e., Lisboa, 1986, pp. 44-48

¹²¹ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Hipólito Raposo”, 30 de Abril de 1927. Loc. cit..

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Na nota que a Junta Central distribuiu à imprensa e de que o *Diário de Notícias* fez eco, informava-se, em primeiro lugar, que a reunião daquela fora o resultado de “diversos pedidos de esclarecimento” que lhe tinham sido dirigidos e que a nota política emitida visava “evitar equívocos futuros.”¹²² Em seguida esclarecia que a Junta Central não tivera “nenhuma intervenção” na “formação da empresa editora do diário «A Ideia Nacional», dirigida pelo sr. dr. João do Amaral”, da mesma forma que negava qualquer responsabilidade “na sua orientação e atitudes políticas.” Recordava depois a sua fidelidade aos compromissos políticos celebrados a 19 de Outubro de 1919 e a 2 de Setembro de 1920, que haviam levado, respectivamente, à ruptura com D. Manuel II e a um compromisso com os direitos de D. Duarte Nuno ao trono português, prestando-lhe “mais uma vez a sua obediência, em perfeito acordo com a Direcção do velho e honrado Partido Legitimista Português.” O documento da Junta Central fazia depois um pedido “aos monárquicos integralistas” para que, embora na sua “melhor boa fé”, não continuassem a solicitar a Junta Central para “tomar atitudes e manifestar propósitos, incompatíveis com a sua dignidade política e com a fidelidade devida ao Rei.” Em seguida, dirigia o “seu melhor louvor e reconhecimento àqueles correligionários e aos diversos organismos que firmemente” a acompanhavam e honravam nos compromissos “assumidos em nome de toda a organização integralista.” Embora recordasse que não pretendia “prender a deveres de lealdade política aqueles que aos mesmos” não se julgavam “obrigados por escrúpulo próprio”, verdade era que a Junta não esquecia o “dever”, nem renunciava ao “direito de continuar a intervir na vida nacional, por todos os meios legítimos, mantendo as suas responsabilidades do passado e servindo pelo destino do Integralismo Lusitano, os supremos interesses da Nação Portuguesa.” Finalmente, lembrava o teor da nota publicada a 15 de Junho de 1926, e na qual tornara pública a “suspensão da sua reivindicação política, na esperança de ver realizadas pelo Exército português, as suas intenções e promessas de Salvação Pública.”¹²³

Embora a nota da Junta Nacional do Integralismo Lusitano não tivesse merecido qualquer réplica formal e directa em *A Ideia Nacional*, no derradeiro número da *Ordem Nova* – que ainda não vira a luz do dia – ou na *Nação Portuguesa*, ela não passou sem resposta a Pedro Theotónio Pereira. A missiva que este endereçou a Hipólito Raposo, e a resposta deste, com um atraso de mais de oito dias à carta que aquele lhe enviara a 30 de Abril, tornavam-se na demonstração clara de que tinham desaparecido todas as esperanças de uma ruptura relativamente pacífica entre os integralistas da segunda geração e aqueles que, sobretudo da

¹²² O documento trazia a data de 5 de Maio e era assinado por Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Alberto de Monsaraz, José Pequito Rebelo, Francisco Rolão Preto e Afonso Lucas.

¹²³ *Diário de Notícias*, 7 de Maio de 1927, p. 4 (2.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

primeira geração, se tinham mantido fieis à atitude da Junta Central contra o frentismo que A *Ideia Nacional* procurava preconizar. Pedro Theotónio Pereira e Hipólito Raposo não deixariam de dizer aquilo que pensavam – e isso era muito, chegando no caso de Hipólito Raposo a roçar o sarcasmo –, sobre os caminhos que integralistas das mais variadas proveniências tinham decidido tomar a partir do fim do Verão de 1926. Por outro lado, esclarecia alguma coisa sobre a história do Integralismo Lusitano vista por dentro, desde 1922, da mesma forma que revelava algo que até aí tinha permanecido na sombra acerca do passado político de Pedro Theotónio Pereira, da segunda geração integralista, mas também daquilo que os representantes desta poderiam, em linhas gerais, fazer num futuro próximo.

Em duas cartas escritas no mesmo dia – 8 de Maio de 1927 –, e em que a de Pedro Theotónio Pereira é uma resposta à de Hipólito Raposo, a um discurso fortemente sarcástico e paternalista, de alguém que se julga ciente da sua superioridade política e intelectual, ratificada aliás pela sua já longa biografia, Pedro Theotónio Pereira procura apenas discutir política e os limites de alguns princípios que lhe davam e dão forma. Hipólito Raposo punha em causa tanto a sinceridade e a plausibilidade dos votos de continuação dos valores de amizade evocados pelo seu interlocutor na carta do dia 30 de Abril, como sublinhava aquilo que considerava serem os falsos argumentos que Pedro Theotónio Pereira encontrara para justificar o confessado abandono da obediência política à Junta Central do Integralismo Lusitano.¹²⁴ Mas uma pergunta há que, pelo menos os historiadores poderão fazer, e à qual Hipólito Raposo e os restantes membros da Junta Central do Integralismo Lusitano nunca responderam. Porque razão houve membros da Junta Central (como Afonso Lucas e Pequito Rebelo) que participaram activamente na Cruzada Nun'Álvares, sem que isso implicasse qualquer reparo público por parte da Junta, ou qualquer dissidência, e a mesma Junta Central não apenas se afastou do projecto de reunificação da família integralista e nacionalista em torno da *Ideia Nacional*, como criticou duramente aqueles que com ele se identificassem e colaborassem?¹²⁵ Finalmente, o que é que,

¹²⁴ “Tenho o dever de acreditar que a sua resolução de abandonar os companheiros políticos de ontem, fosse determinada por sérios motivos de interesse público que inteiramente ignoro e dos quais não posso, por conseguinte, ajuizar.

Se você está contente consigo próprio e com as razões da sua sinceridade, só me resta afirmar-lhe o respeito que devo à sua causa maior, em nome da funda amizade que me testemunha e oferece e que o Pedro bem sabe ter-lhe sido e continuará a ser-lhe retribuído com igual fervor.” “Carta de Hipólito Raposo para Pedro Theotónio Pereira”, 8 de Maio de 1927. Espólio de José Hipólito Raposo. Correspondência. ATMC.

¹²⁵ Afonso Lucas era, em Fevereiro de 1926, vogal da Direcção-Geral da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. Da Junta Consultiva da Cruzada fizeram parte, em 1924-25, José Pequito Rebelo e Hipólito Raposo. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 195 e 333, respectivamente. Afonso Lucas, Afonso Lopes Vieira e Hipólito Raposo, por exemplo, participaram activamente na revista *A Reconquista* (“órgão da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e Ligas Operária e Académica do Condestável”), dirigida por Martinho Nobre de Melo e

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

no domínio da acção política, distinguia *A Ideia Nacional* em 1927 da *Monarquia* antes, durante e após o sidonismo?

Pedro Theotónio Pereira, pela sua parte, desgostoso com a atitude política tomada pela dita Junta mas, sobretudo, pelo próprio Hipólito Raposo, depois de ter lido o documento enviado à imprensa e divulgado pelo *Diário de Notícias* no dia 7, procurava explicar o absurdo das posições políticas sancionadas pela Junta Central desde a celebração do Pacto de Paris, algo que evitara fazer nas missivas dos dias 27 e 30 de Abril. Depois dos cerca de seis anos que dera da sua vida política ao Integralismo Lusitano e à respectiva Junta Central, sentia-se magoado e triste pelo conteúdo da nota. Naquilo que parecia ser mais um deslize na forma do que um primeiro passo no corte de uma relação de amizade que levava alguns anos, Pedro Theotónio Pereira comunicava que queria dar a Hipólito Raposo “uma última e rara prova de amizade”, prova essa que se reflectia na sua atitude de falar “francamente” sobre o que pensava acerca da dissidência que a Junta Central, através do teor da nota publicada na imprensa, decidira consumir no seio do movimento monárquico que se autodesignava e considerava de inspiração e vocação integralista. Sobre o “documento” deixava assim cair dois adjectivos: “infeliz e injustificável”. Reportando-se depois a factos e a intrigas que teriam preenchido a história do Integralismo Lusitano nos últimos meses, Pedro Theotónio Pereira sublinhava que Luís Almeida Braga e Alberto de Monsaraz eram “as últimas criaturas [...] com autoridade moral para terem assinado” a nota da Junta Central, enquanto “Rolão Preto e o [Afonso] Lucas estão fora da questão por muitos motivos.” Quanto a Pequito Rebelo, era evidente que assinara o documento “de Roma”. Neste contexto, e para Pedro Theotónio Pereira, tornava-se evidente que o único interlocutor disponível era Hipólito Raposo.¹²⁶ Interessante nesta missiva é o facto do seu autor se referir à iminência da celebração de um pacto político entre os integralistas da Junta Central e os integralistas reunidos em torno de *A Ideia Nacional*,¹²⁷ sendo que a “intervenção” da Junta Central se reflectia no facto das “próprias bases do acordo” terem saído do “próprio punho” de dirigentes da Junta Central.¹²⁸ Por isso, e pelo facto de na nota saída de imprensa do dia 7, não se dedicar “uma palavra” sequer às negociações em curso entre as duas famílias desavindas do Integralismo, obviamente que ela não só não era “destinada a esclarecer os integralistas”, não

publicada de 15 de Janeiro a 15 de Maio de 1926 e classificada como revelando da parte da Cruzada uma “intenção política cada vez mais manifesta de conquista do poder.” Idem, *ibidem*, p. 198.

¹²⁶ Podia ter acrescentado que Hipólito Raposo era nesta altura, como pretendia ser no passado e viria a ser no futuro, a Junta Central e o Integralismo Lusitano.

¹²⁷ O pacto a celebrar, além de político, seria também dinástico.

¹²⁸ No topo da primeira página da carta, escrito pelo punho de Hipólito Raposo, pode ler-se: “Ainda acredita (?) na conclusão de um Pacto.” Parece evidente que a Junta Central acenava aos integralistas de *A Ideia Nacional* com a sua disponibilidade de celebração de um pacto político que, aparentemente, apenas os membros da Junta Central sabiam nunca poder vir a verificar-se.



“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

tendo qualquer justificação, como, “evidentemente”, nas presentes “condições”, não traduzia “mais do que um espírito de irredutibilidade sistemática que excedendo todos os limites do razoável” conduzia “a todos os erros e a todas as injustiças.”

Ainda sobre o significado e as implicações do pacto, Pedro Theotónio Pereira acrescentaria: “[...] mesmo que esse acordo político e dinástico perdesse subitamente a visibilidade, não vejo que por esse facto a nota da J. C. adquirisse mais direito a ser respeitada e acatada.” Quem tinha redigido a nota, e antes de o ter feito,

deveria ter procedido a um sereno exame de consciência, não apenas sob o aspecto pessoal que a possa revestir, mas sobretudo encarando-a bem à luz daquela realidade política, defensora intemerata do interesse nacional que sempre norteou os momentos mais solenes do Integralismo e a cujas responsabilidades a J. C. deveria corresponder até aos maiores sacrifícios.

Sendo verdade, como reconhecia Pedro Theotónio Pereira, que a restauração da monarquia era uma “necessidade imperiosa”, os integralistas não podiam por outro lado ignorar as “lições dos factos”. Se estes demonstravam “que só os povos possuidores de monarquia conseguiam caminhar sem embaraços e com a necessária decisão para a resolução dos grandes problemas à luz salvadora da nova ordem” – referindo-se, naturalmente, aos exemplos espanhol e italiano – , de modo algum escondiam que tendo os integralistas “começado [o seu combate] muito antes dos outros” – monárquicos e nacionalistas espanhóis e italianos –¹²⁹ iam “ficando para trás a braços com dificuldades que se repetem sempre e permanecem constantes.” Acusava o Integralismo Lusitano de, após o pacto de Paris, ter perdido o seu “carácter intransigentemente monárquico” que até então o tinha caracterizado e que ao “pobre Sardinha” se devia a introdução dessa “perturbação nos espíritos.”¹³⁰ Desaparecido Sardinha, e reportando-se ao 18 de Abril e ao 28 de Maio, Pedro Theotónio Pereira acusava a Junta Central de não ter sido capaz de fazer outra coisa senão “uma política de oportunidades quase sempre mesquinha e demolidora, sem elevação nem plano seguro.” Finalmente, censurava e chamava a atenção para o facto de, após “ter sido possível uma Ditadura Militar em Portugal”, não ter havido ainda nenhum “avanço sério no caminho da contra-revolução”. Sem qualquer capacidade ou vontade

¹²⁹ Anteriormente, num texto que se tomaria tão célebre como polémico nos meios integralistas, tinha António Sardinha chamado a atenção para este mesmo desfasamento histórico entre carácter pioneiro do Integralismo Lusitano e o seu fracasso no domínio da prática política, por oposição à emergência tardia e rápido triunfo político de movimentos homólogos em Itália e em Espanha, com Mussolini e Primo de Rivera, respectivamente. António Sardinha, “Mais longe ainda” in «A Prol do Comum...» *Doutrina & História*, s.e., Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1934, pp. 255-256.

¹³⁰ Note-se que o problema da apropriação do legado político e doutrinário do Integralismo Lusitano, através do pensamento de António Sardinha, seria um elemento essencial de legitimação da *Liga de Acção Integralista* e de *A Ideia Nacional*, tal como estaria presente na história do salazarismo.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

de tomar a iniciativa política,¹³¹ à Junta Central deveria ter restado “manter-se na sua torre de marfim, misto de saudosismo e de academia.”¹³² É que tal como os integralistas de *A Ideia Nacional* interpretavam o curso dos acontecimentos posteriores ao 28 de Maio, ou bem que se abandonava a atitude de paralisia, ou então assistir-se-ia impassivelmente à morte das “possibilidades” favoráveis que a situação proporcionara para a afirmação de uma “solução nacional”. Reconhecendo que faltavam ao Integralismo da Junta Central “muitas das condições” para se tornar num “movimento de política activa”, nomeadamente porque “o problema do Rei continuava na verdade sem solução prática” – e depois deste “todos os outros” – Pedro Theotónio Pereira confessava que aos “homens de boa vontade” sobravam duas “atitudes”.

– ou procuram pelos meios ao nosso alcance e com a fé e tenacidade dos que não desistem, a solução nacional, – ou passarem a um afastamento digno [de] todos aqueles que não querendo ou não podendo seguir aquele caminho, não teriam no entanto o menor direito de agravar os que o fizessem.

A atitude da J. C. não foi uma nem outra. Recusou-se a orientar e dificultou um movimento cheio de sinceridade; veio agora com a nota quebrar aquele silêncio que podia ser o último refúgio duma atitude digna.

[...]

A Junta Central cometeu um erro grave. Erro político e erro humano. E não lhe encontro aquele atenuante que me parece cristãmente o maior: a boa vontade.¹³³

Embora não o tenha feito, nesta sua crítica à Junta Central do Integralismo Lusitano, Pedro Theotónio Pereira poderia ter recordado António Sardinha e uma das afirmações que, reproduzida em *O Valor da Raça*, mais definiam o seu pensamento e a sua atitude nos domínios tanto político como doutrinário e que, como muitas outras, legitimava o programa de acção política que estava por trás da criação de *A Ideia Nacional* e da unidade de integralistas dos dois ramos dinásticos da monarquia portuguesa: “é o facto que nos inspira, unicamente o facto... não a pretensa excelência dos princípios.”¹³⁴ Fosse porque já tinha falecido, fosse porque com ele

¹³¹ Escrevia Pedro Theotónio Pereira: “[...] organismos assim não criam nem renovam: logo não se podem manter como realidade política.”

¹³² Armando da Silva, em discurso pronunciado no Porto, utilizaria expressão idêntica para sublinhar a sua crítica à posição da Junta Central. “Não podíamos [...] encerrar-nos, em atitudes esotéricas, na torre de marfim do narcisismo.” E logo a seguir, rematava: “A política é acção, acção, mais acção. Outros podiam satisfazer-se com as vitórias passadas, recolherem-se, inválidos e impotentes, ao tédio aristocrático do seu desdém e da sua indiferença.” *A Ideia Nacional*, 18 de Maio de 1927, p. 3 (2.ª coluna).

¹³³ Numa demonstração de coerência pessoal e política, Pedro Theotónio Pereira confessava a Hipólito Raposo que, caso o movimento integralista em que se encontrava muito empenhado viesse a falhar, e a Junta Central para isso contribuisse, mesmo assim garantia que permaneceria “tão conscientemente integralista como nos dias do primeiro Pacto de Paris” e não se arrependeria de ter “acompanhado” Hipólito Raposo. *Ibidem*.

¹³⁴ António Sardinha, *O Valor da Raça*, 1915, p. 152, citado em António José de Brito, *Para a Compreensão do Pensamento Contra-Revolucionário: Alfredo Pimenta, António Sardinha, Charles Maurras, Salazar, s.e., s.l., Hugin*, 1996, p. 79. Por exemplo, nesta mesma linha, logo em finais de 1922, Pedro Theotónio Pereira e António Sardinha tinham acordado quanto às vantagens políticas da negociação de um apoio dos jovens “manuelistas” à eleição do mesmo Pedro Theotónio Pereira para presidente da Federação Académica de Lisboa. A amplitude de movimentos

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

tinham convivido numa cada vez maior intimidade entre 1922 e 1925, fosse porque de facto o pensamento de Sardinha foi evoluindo no sentido de legitimar os comportamentos políticos adoptados pelos seus jovens discípulos depois de Janeiro de 1925 – e isso parece indiscutível –, a verdade é que todos estes em geral, e Pedro Theotónio Pereira, em particular, continuaram proclamar publicamente que agiam em política na linha do mais puro pensamento sardinhista.

Nesta altura pôde Pedro Theotónio Pereira procurar demonstrar uma certa coerência política e doutrinária no seu percurso político. Nomeadamente, no que dizia respeito àqueles que deveriam ser alguns dos princípios orientadores da mensagem política que condicionaria a sua acção. No primeiro editorial que publicou na *Ideia Nacional*¹³⁵ – não assinaria mais do que três colaborações neste vespertino –, tal como em “Na hora da reconstrução”,¹³⁶ adoptava o discurso de crítica radical ao liberalismo, às ideias estrangeiras que tinham tomado conta da governação do País através de “clientelas vorazes,” do “culto da incompetência e da irresponsabilidade,” imposto “o seu entrudo parlamentar e toda a anarquia moral.” Recordando que fora o Integralismo Lusitano quem, antes de todos, chamara a atenção para uma realidade intolerável, não perdia a oportunidade para descrever e julgar, recorrendo a um discurso rico tanto em certezas que não mereciam qualquer contestação como em adjectivos típicos daqueles que se movimentam ainda muito longe dos centros de exercício da autoridade política e institucional, embora seja verdade que no caso de Pedro Theotónio Pereira esse tipo de comportamento e de linguagem o acompanharia quando exerceu responsabilidades governativas na década de 1930. Para zuzir na monarquia constitucional e na república, afirmava

Enquanto uns se contentaram com uma monarquia bem constitucional, espécie de doloroso Carnaval de manto e coroa, os outros foram no seu entusiasmo até cobrir com um vermelho barrete frígio todas as suas instituições tradicionais.

Depois, queixava-se dos resultados da aplicação prática de uma doutrina como o liberalismo, chamando a atenção tanto para a situação grave em que se encontravam as finanças públicas – em 1927, diga-se, muito mais o produto da acção dos governos da Ditadura do que dos erros cometidos nos derradeiros governos da “nova república velha” –, como para os aspectos de uma confrontação de índole política, cultural mas, sobretudo, civilizacional, que a República iniciara após a sua implantação em 1910 e que se agravara com a sua posterior radicalização.

E gastou-se! Gastou-se à larga e à doida! Desperdiçaram-se tesouros de riqueza e tesouros de energia, quebraram-se as raízes profundas da ordem antiga, deixaram-se estafar as últimas reservas do património

dos sardinhistas era enorme e fazia-se certamente à revelia da Junta Central. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha, 4 de Novembro de 1922 (documento n.º 30).” Loc. cit.

¹³⁵ Pedro Theotónio Pereira, “O Levantar da Feira” (Editorial) in *A Ideia Nacional*, ano 1.º, 13 de Abril de 1927, p. 1, 1.ª coluna.

¹³⁶ In *Gil Vicente*, 2.ª Série, Janeiro-Dezembro, 2.º Ano, 1926, pp. 155-156.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

dos séculos. E, enquanto em Portugal se foi desbaratando o melhor da riqueza nacional, resvalando as finanças públicas para o caos, no campo moral uma miséria maior surgia, a das camadas da população mais directamente influenciadas pela democracia, desde as crianças criadas no lema sinistro de “sem Deus nem religião” até aos políticos - produto inquietante que não tem deixado de alarmar os próprios profissionais mais antigos - irmanando aos jovens legionários da bomba e do punhal esses jovens bacharéis de dentes afiados.

Rematava a sua redacção recorrendo ao mesmo tipo de imagem e ao mesmo tipo de apelo que utilizara (ou ainda iria utilizar) na *Gil Vicente*,¹³⁷ na certeza de que se tratava uma mensagem com capacidade mobilizadora dos homens e dos seus espíritos.

O espírito da democracia é incompatível com a mais elementar ideia de criação. Nos novos que não queiram morrer está soando a hora em que todas as raízes deste danado escalracho, parasita do esforço e do sacrifício alheios, têm de ser expurgados, para que possa prosseguir o grande movimento de ressurreição que os agita.

No segundo editorial escrito para *A Ideia Nacional*, Pedro Theotónio Pereira voltou a não ser muito original, uma vez que retomou uma ideia que, em parte, desenvolvera em “O pesadelo de Gonçalo Ramires”.¹³⁸ Citando um amigo suíço, reconhecia que um dos grandes dramas dos portugueses residia no facto de no interior da Nação subsistirem “duas raças perfeitamente distintas”, sendo que a efectivamente decadente parecia ter sido o produto tanto de “qualquer cabila do Riff”, como de “alguma leva de emigrados políticos da América Central.” A esta fatalidade que marcava o drama português, juntavam-se os efeitos perniciosos produzidos pelo clima (“País de sol e céu azul”), o que tornava a sua vida “permanentemente numa mandrieira nacional, egoísta e desmazelada.” Tendo o democratismo não apenas agravado estes defeitos de que muitos portugueses eram naturalmente portadores, mas feito com que ganhasse “raízes” e crescesse “às braçadas”¹³⁹ Em concreto, esta realidade fizera com que Portugal se tornasse

¹³⁷ O facto de publicações como a *Gil Vicente* terem uma periodicidade real muito incerta, é difícil estabelecer o período de tempo que, efectivamente, terá mediado entre a redacção destes dois textos de conteúdo tão idêntico publicados nesta revista e na *Ideia Nacional*.

¹³⁸ “O Pesadelo de Gonçalo Ramires” in *Ordem Nova*, n.º 2, Abril de 1926, pp. 41-46.

¹³⁹ “As Duas Raças” in *A Ideia Nacional*, ano 1.º, 6 de Maio de 1927, p. 1, 1.ª coluna. Igual título dera António Sardinha a um artigo que publicou na *Monarquia*, em Novembro de 1917, e reproduzido em *Durante a Fogueira* (1927, pp. 133-141), uma colectânea de textos dispersos do mesmo António Sardinha. De qualquer modo, aquele texto não passava “de uma interpretação racista da história da nossa pátria, com forte tonalidade anti-republicana [...]”. António José de Brito, *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Verbo, s.d., p. 122. Uma vez que *Durante a Fogueira* foi publicada no ano de 1927, é possível que tanto o título deste editorial de Theotónio Pereira de *A Ideia Nacional*, assim como o tipo de temática abordada, tenham sido directamente inspiradas no trabalho de António Sardinha. Também em *O Valor da Raça* (1914), tinha Sardinha encontrado uma base que considerava científica para caracterizar a etnia portuguesa típica. Designava-a por *homo atlanticus* e era descendente de povos oriundos da Atlântida e do Mar Egeu dos tempos de Homero. Richard A. H. Robinson, *Contemporary Portugal: A history*, s.e., Londres, George Allen & Unwin Ltd, 1979, p. 3. Afirmações de natureza idêntica eram produzidas na época por outros pensadores portugueses, como foi o caso de Raul Proença. António Fernandes Marques Ribeiro Reis, “Raúl Proença: Biografia de um intelectual político republicano”, 2 volumes. Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2000, pp. 57 e 516 (nota).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

num país produtivamente ineficaz, com excesso de “bacharéis” e uma aflitiva falta de gente ligada a actividades produtivas, sendo que um dado importante e incontornável desta realidade – o crescimento de actividades e actores não produtivos que depredavam o orçamento –, “decorrente da aplicação de princípios falssíssimos”, também se acentuara com o modo democrático e liberal de governar a Nação, tendo como resultado de perspectivas alarmantes, “o ‘déficit’ que atingia “proporções de catástrofe.” Identificando os “partidos” como as “clientelas parasitárias do Estado” e, portanto, os responsáveis directos e imediatos do descalabro das finanças públicas, Pedro Theotónio dedicava os derradeiros parágrafos do seu editorial a um apelo à mobilização dos portugueses que honrassem e merecessem o seu País – “Portugal, para os portugueses” –, e em especial os “mais novos”, para que realizassem pela sua “fé, o grande milagre de reconduzir Portugal à sua antiga unidade!”¹⁴⁰ Mas o essencial do texto parece ser, ao tratar das questões financeiras do Estado, a existência de uma disponibilidade anteriormente nunca evidenciada – ou pelo menos nunca evidenciada de uma forma tão clara – para perceber e explicar aos seus eventuais interlocutores as graves consequências que tinha para o País a política orçamental sem rigor e que caracterizara tanto a generalidade dos governos da República como, em 1926-27, os da Ditadura Militar. Nestas condições é óbvio que também para Pedro Theotónio Pereira, Oliveira Salazar estava em condições de aparecer cada vez mais como a figura com o perfil técnico – e eventualmente também político – de que o País necessitava para ver resolvidos os seus problemas.¹⁴¹

Para além de dois editoriais, a presença de Pedro Theotónio Pereira em *A Ideia Nacional* fazia-se notar na publicidade regular que a Companhia de Seguros Fidelidade comprava nas páginas de algumas edições do vespertino¹⁴² e, finalmente, num comentário que

¹⁴⁰ Ao longo das décadas de 1920 e 1930, todas as declarações, e são inúmeras, proferidas por sardinhistas, entre os quais se encontrava Pedro Theotónio Pereira, e outros Integralistas – nomeadamente do ramo que se designava da Junta Central –, identificavam-se como um “grupo de homens que conduziam [ou se sentiam capazes de conduzir] a sociedade a uma era pós-liberal.” Porém, enquanto os sardinhistas eram gente com pressa, os integralistas da Junta Central – ou pelo menos uma parte – sentia que devia e podia esperar. Sobre a definição do conceito de vanguardismo nos movimentos nacionalistas europeus no período de entre guerras na Europa, e em particular dos fascismos, assim como a sua concretização, George L. Mosse, “Fascism and the Avant Garde” in *Masses and Man. Nationalist and Fascist Perceptions of Reality*, s.e., Detroit, Wayne State University Press, 1987, pp. 229-245. Convém sublinhar que a forma como George L. Mosse interpreta neste artigo o alcance e a influência do conceito de *avant garde* nos “fascismos” alemão, francês e italiano – já bastante diferentes entre si –, não permite identificar o Integralismo Lusitano, e até mesmo o sardinhismo, como uma face do fascismo. Antes pelo contrário.

¹⁴¹ Numa entrevista publicada em 1937, Manuel Múrias recordava o ambiente político em que Oliveira Salazar chegou ao Ministério das Finanças e exerceu a sua acção: “[...] aqueles que tinham responsabilidades na Revolução, se forem sinceros hão de confessar que nos fins de 1927 todos apelavam para Salazar como quem apela para um pára-raios.” Oscar Paxeco, *Os que Arrancaram em 28 de Maio*, s.e., Lisboa, Editorial Império, 1937, p. 166.

¹⁴² Por exemplo, na terceira página da edição do dia 1 de Abril, podia ler-se: “Fundada em 1835. Seguros de vida, contra fogo e marítimos. O Seguro de Vida é o melhor título de independência de todo o homem trabalhador. Largo do Corpo Santo, 13. Telefone C. 388 - Lisboa.”

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

fez à versão francesa de uma “peça recente de Sutton Vane,¹⁴³ *Outward bound*.”¹⁴⁴ O texto chegara-lhe às mãos através da “separata da *Illustration Française*”, traduzida por “Paul Verola, com o título *Au grand large*,” e que reputava de “muito curiosa”. Numa peça que não chegava a ter uma dúzia de personagens (nove para ser exacto), e em que o elemento espiritual tinha primazia, uma vez que a bordo do navio seguia gente que, independentemente de não se conhecer, a dado momento se apercebe que segue rumo a uma espécie de juízo final, caberá a Pedro Theotónio Pereira centrar o seu comentário numa personagem, um homem na casa dos 50, “Lingley, de Lingley Limited Company, ‘brasseur d'affaires’, financeiro, homem de iniciativa, materialão e barriguista.”

Lingley é o último a convencer-se da temerosa realidade. Por fim, ante a esmagadora evidencia do ajuste de contas que se aproxima, Lingley toma esta decisão desesperada e a única digna de Lingley, de Lingley Limited Company: - convoca uma assembleia geral!

E então é vê-lo naquela assembleia geral de fantasmas, na véspera do dia terrível que julgará o seu eterno destino, agitar a campainha na mesa da presidência e tentar a aprovação da moção salvadora, que embrulhando a sorte de Lingley na da boa gente que ele explorou toda a vida, lhe permite este último récord: – intrujar Deus.

Mas a assembleia termina breve e Lingley desta vez sente naufragar-lhe a rabulice. O navio fantasma acaba de chegar ao seu destino. Sobe a bordo o julgador, um bom pastor protestante, de capacete colonial, o rosto queimado pelo ar forte daquela praia estranha donde se parte definitivamente para o céu ou para o inferno.

E o último acto finda. Lingley vai, como não podia deixar de ser, para o diabo.

Aqui está uma peça que convinha ser vista por muita gente boa cá da nossa terra.¹⁴⁵

O que estava portanto em causa nesta sua crónica sobre uma peça de teatro que lera mas não vira, não era a sua qualidade como obra de arte – sob este ponto de vista era apenas “curiosa” e, a espaços, divertida – mas a sua mensagem política e social, ou seja a forma como um plutocrata era caracterizado e desmascarado. Como resultado, esperava que caso a peça pudesse ser vista, por exemplo, em Lisboa ou no Porto – mas ela nunca seria representada em Portugal – contribuisse não tanto para uma mudança de atitude dos plutocratas portugueses, mas para alertar a generalidade do público tanto para o perigo que representavam como para a

¹⁴³ Actor e dramaturgo britânico. Nasceu a 9 de Novembro de 1888, falecendo igualmente no Reino Unido a 15 de Junho de 1963. *Outward Bound*, peça invulgar que conheceu um enorme êxito, tratou-se do trabalho pelo qual seria recordada a sua longa carreira ligada ao teatro. “Vane, (Vane) Sutton” in *The New Encyclopaedia Britannica in 30 volumes, volume X, Ready Reference and Index*, 15.ª ed., v. I., Encyclopaedia Britannica Inc., 1943-1973, p. 353.

¹⁴⁴ Drama. Peça de 1923, estreada a 7 de Janeiro de 1924 no Ritz Theatre (Broadway), sendo representada 144 vezes. Duas vezes passada ao cinema, foi estreada num teatro dos subúrbios de Londres. O imediato e enorme êxito da peça fez com que passasse a ser representada num palco londrino de primeira linha e, um pouco mais tarde, em Nova Iorque. A acção decorre a bordo de um navio que faz uma travessia oceânica. Paulatinamente os passageiros apercebem-se que estão mortos e a caminho de um outro mundo que tanto poderá ser o céu como o inferno. *Outward Bound* seria reposta entre 22 de Dezembro de 1938 e 22 de Julho de 1939. *Ibidem*.

¹⁴⁵ Pedro Theotónio Pereira, “O ‘Au-Delá’ dum plutocrata” in *A Ideia Nacional*, 29 de Abril de 1927, p. 4 (3.ª e 4.ª colunas). Secção de Teatro (destaques nossos).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

luta sem tréguas que lhes deveria ser feita. Restaria apenas que Pedro Theotónio Pereira explicasse porque razão seu pai, director de uma seguradora, já para não falar no facto da sua família se ter mantido intimamente ligada ao longo de várias gerações, à actividade no sector financeiro – o da plutocracia por excelência – não deveriam ser alvos dessa luta sem quartel para a qual Pedro Theotónio Pereira tantas vezes apelou. Talvez fosse por estar convencido que existia uma plutocracia benigna e outra maligna, sendo que esta se caracterizaria por ter estado fortemente ligada ao exercício do poder político entre, pelo menos, Outubro de 1910 e Maio de 1926. De qualquer modo, a generalidade dos seus textos políticos, publicados tanto na *Ordem Nova* como em *A Ideia Nacional*, enfermavam de algumas contradições. Embora seja irrelevante questionar o patriotismo evidenciado, é óbvio que ele assentava não apenas em pressupostos, mesmo para a época, discutíveis – tanto do ponto de vista filosófico, ético ou rácico – mas acima de tudo em contradições aparentemente insanáveis. Ou seja, embora demonstrasse desejo de contribuir politicamente para melhorar a situação moral e material em que se encontravam Portugal e os portugueses, é óbvio que não se cansava de utilizar como paradigma benigno exemplos que resultavam da experiência histórica muito mais positiva vivida por outros povos europeus. Reconhecia, por isso, independentemente do seu patriotismo, que para melhorar a situação dos portugueses, estes tinham de ser expurgados de muitas das suas características mais repulsivas, adoptando outras que seriam típicas de outros povos marcados que estavam com outras experiências históricas. Viverá por isso Pedro Theotónio Pereira permanentemente enredado nesta contradição. Por um lado, atormentado pelos piores defeitos de Portugal e dos portugueses, factos esses que lhe causavam profundo desgosto e, por vezes, quase repugnância. Por outro lado, trabalhando no sentido de recuperá-los na sua dignidade para os tornar nos portugueses genuínos que não apenas honrassem os seus antepassados mas, sobretudo, tratassem da sua situação presente e melhorassem o seu futuro. Nem que para isso, afinal, deixassem de ser intrinsecamente portugueses, ou passassem esforçadamente à condição de novo homem português aliviado de toda a espécie de enfermidades acumuladas e agravadas desde que, pelo menos, o liberalismo de feição francesa e maçónica se instalara em Portugal.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

“Pátria ao alto e política ao lado.”¹⁴⁶

Um mês após o início da publicação da *Ideia Nacional*, no decurso de um banquete de homenagem ao seu director que se realizou no restaurante “Tavares”, mas que também pretendia assinalar o “ressurgimento da acção integralista à volta de «A Ideia Nacional»“, o optimismo parecia ter tomado conta de parte significativa do campo monárquico. Finalmente, este não apenas queria como podia dar sinais de estar em condições de se reunir em torno do ideário integralista, independentemente dessa reunião se fazer à revelia da Junta Central do Integralismo Lusitano. Além disso, e como notava *A Voz*, a cerimónia transformar-se-ia, “pela força das circunstâncias, numa estrondosa, numa vibrante, numa definitiva afirmação de política nacionalista, cujo alcance não se pode esconder ou desvirtuar”, independentemente do enorme contributo que o novo vespertino dera para o renascimento tanto do Integralismo Lusitano como da Causa Monárquica.¹⁴⁷

O repórter da *Ideia Nacional* que cobriu o evento, não se absteve de referir que tanto o periódico para o qual trabalhava, como o próprio banquete testemunhavam de que forma se tinha posto fim a “alguns anos de estagnação” do Integralismo Lusitano, tendo regressado este à actividade política em “melhores condições do que nunca”.¹⁴⁸ Se ninguém da Junta Central se dignou a aparecer no evento, lá estiveram todos os jovens sardinhistas, sem excepção, desde Manuel Múrias a Rodrigues Cavalheiro, passando por Pedro Theotónio Pereira, além de Marcello Caetano que, na qualidade de director da *Ordem Nova*, “leu as mensagens de aplauso à obra da «Ideia Nacional» [...]”.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Expressão atribuída a Ayres d’Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel II, e utilizada por João do Amaral no seu discurso de celebração do primeiro mês de publicação do vespertino integralista *A Ideia Nacional*. Pretendia João do Amaral chamar a atenção para a necessidade da unidade de toda a acção nacionalista nos primeiros anos de vigência da Ditadura Militar, independentemente das preferências das suas sensibilidades acerca da forma que deveria assumir a representação política de um regime. *A Ideia Nacional*, 3 de Maio de 1927, p. 3 (2.ª coluna).

¹⁴⁷ *A Voz*, 1 de Maio de 1927, p. 1. Tanto neste banquete como naquele que se realizará no Porto a 15 de Maio, com propósitos aliás idênticos, Alfredo Pimenta e João Ameal, aproveitarão, respectivamente, para recordar que a Acção Realista deixara de existir “como organismo autónomo, integrando-se na corrente da *Ideia Nacional*.” *A Ideia Nacional*, 16 de Agosto de 1927, p. 3 (2.ª coluna). Acção Realista que, no seio da Causa Monárquica, reunia os apoiantes de D. Manuel II “contrários à restauração de uma monarquia constitucional.” Manuel Braga da Cruz, “Causa Monárquica” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 270.

¹⁴⁸ A hostilidade da Junta Central do Integralismo Lusitano tanto a este evento como à estratégia “integralista” de lançamento da *Ideia Nacional* e de aproximação aos “talassas”, foi sendo atenuada pelo repórter várias vezes ao longo do texto. Na primeira vez que tal aconteceu, referia-se a presença do sr. Conde Vilas Boas, “antigo membro da Junta Central do Integralismo, e um dos mais altos valores da causa monárquica, chefe prestigioso da acção, soldado admirável de todas as horas.” *A Ideia Nacional*, 2 de Maio de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

¹⁴⁹ *A Ideia Nacional*, 2 de Maio de 1927, p. 1 (2.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

João do Amaral, naturalmente, discursou. Ele, que muitos viam como “executor testamentário”¹⁵⁰ do pensamento de António Sardinha, e, no fim de contas, como o chefe da “causa integralista unificada”,¹⁵¹ tinha de facto em várias aspectos muito que ver com o homem que lhe sucedera como redactor principal do órgão integralista, *A Monarquia*. Desde logo, na aparência física de que cuidavam de forma muito semelhante, na forma como insinuavam uma pose idêntica, e, finalmente, por ambos terem eleito o monóculo como acessório distinto e distintivo. Tal como Sardinha, também na sua juventude João do Amaral fora republicano e passara pela Universidade de Coimbra, tendo aí conhecido e convivido com Manuel Gonçalves Cerejeira e António Oliveira Salazar.¹⁵² Porém, era uma personalidade política e culturalmente menos provinciana do que António Sardinha, o que se reflectiu no facto de, por exemplo, ter convivido de perto com personagens relevantes do meio artístico português das primeiras décadas do século XX (Guilherme Santa-Rita, Amadeu de Sousa Cardoso, José de Almada Negreiros, Eduardo Viana, o músico Rui Coelho, seu conterrâneo de Alcácer do Sal, e o escultor Francisco Franco), fazendo assim parte do grupo de artistas monárquicos com ideias futuristas organizado por Vítor Falcão, seu amigo desde a época em que os dois colaboraram no *Intransigente*, e que ficou conhecido por *Grupo do Tavares*.¹⁵³ Tendo partido para o Brasil depois do fracasso da Monarquia do Norte – episódio durante o qual foi secretário de Paiva Couceiro – o seu exílio fez com que não tivesse tido – ao contrário de Sardinha – qualquer intervenção directa nas questões dinásticas em que a Junta Central do Integralismo Lusitano achou por bem envolver-se a partir de 1919.¹⁵⁴ Mas como afirmou Alfredo Pimenta, que conhecia bem tanto António Sardinha como João do Amaral, este assemelhava-se àquele no “proselitismo”, no “dom” para o “apostolado”, na acção que desenvolveu, na capacidade para arregimentar seguidores, sobretudo junto de gerações mais novas. João do Amaral, como Sardinha, e ao contrário, por exemplo, de Hipólito Raposo, era, perante os combates que se perfilavam na década de 1920,

¹⁵⁰ Afirmação de Lemos Ferreira no decurso de um banquete realizado no Porto para comemorar o primeiro mês de vida de *A Ideia Nacional*. *A Ideia Nacional*, 16 de Maio de 1927, p. 3 (1.ª coluna).

¹⁵¹ Segundo João Ameal. *A Ideia Nacional*, 16 de Maio de 1927, p. 3 (2.ª coluna).

¹⁵² Nos seus anos de juventude em Coimbra, João do Amaral era reconhecido por muitos pelo “brilho da sua inteligência e o fulgor da sua oratória.” O mesmo João do Amaral foi “[...] amigo de Salazar e antigo frequentador dos Grilos [...]” Franco Nogueira, *Salazar, I A Mocidade e os Princípios (1889-1928). Estudo Biográfico*, 2.ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 1986, p. 324. Detalhes do convívio social e intelectual entre João do Amaral e os mentores do *Imparcial* – Salazar e Cerejeira, entre outros – no início da década de 1910, encontram-se em D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte Anos de Coimbra*, s.e., Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 209-213.

¹⁵³ O menor provincianismo de João do Amaral, como a sua maior lucidez intelectual, nunca o levaram, como António Sardinha, a escrever ensaios filosóficos ou estudos historiográficos de qualidade medíocre. Nunca lhe passaria pela cabeça, como passou a Sardinha, independentemente de essa poder ou não ser a sua vocação, escrever uma História de Portugal à luz dos ideais integralistas. Sobre a mediocridade intelectual de António Sardinha, em geral, e as suas profundas limitações como historiador, em particular, Alfredo Pimenta, *A propósito de António Sardinha. Carta ao escritor brasileiro Guilherme Auler com quatro cartas de António Sardinha*, s.e., Lisboa, Edição do Autor, 1944, pp. 21, 34, 44 e 45.

¹⁵⁴ http://www.argnet.pt/portal/biografias/amaral_joao.html. Página acedida no dia 28 de Dezembro de 2003.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

mais expansivo, mais comunicativo, mais ardente – “numa palavra” – mais combativo.¹⁵⁵ Foi sobretudo essa qualidade que lhe permitiu acreditar que seria possível, pelo menos a partir do fim do Verão de 1926, lançar um novo diário monárquico com o objectivo de se tonar no “órgão de um novo movimento político, a *Liga de Acção Integralista*,” e que, entre outras coisas, seria a “derradeira tentativa para restabelecer a unidade monárquica”. Assim, e enquanto arriscava pôr em prática o acordo monárquico de 1922, ainda que em novos moldes, enfrentou a oposição dos militares republicanos que procuravam conduzir os destinos do país, mas também a dos “seus antigos camaradas da Junta Central do Integralismo Lusitano,”¹⁵⁶ que não só o não apoiavam como se opunham ao seu esforço de unificação da “família” monárquica e que, para João do Amaral, era um meio indispensável para se atingir uma espécie de confederação daquilo que designava como campo nacionalista, composto indiferentemente por monárquicos e republicanos nacionalistas, desde que todos partilhassem o mesmo credo.

No discurso que pronunciou no jantar que comemorava o primeiro mês de vida da *Ideia Nacional*, aproveitou para falar de (quase) tudo aquilo que seria suposto falar, e dizer (quase) tudo aquilo que era suposto dizer. A abrir, apelou aos jovens sardinhistas para que o seguissem e abraçassem o projecto político que *A Ideia Nacional* e a Liga de Acção Integralista significavam, destacando que as penas que a geração de João do Amaral sofrera na sua juventude não se comparavam com aquelas que os chamados integralistas da segunda geração suportavam. Desejando estes, legitimamente, passar à acção, à actividade política – que, aliás, a Junta Central do Integralismo Lusitano legitimara numa nota publicada na imprensa a 18 de Março de 1926¹⁵⁷ – viam-se constrangidos nesse propósito por causa das ilegítimas pressões de natureza moral que sobre eles exerciam os membros mais destacados da Junta Central. Como resumia João do Amaral, aos jovens integralistas, “cuja sensibilidade pudera ser educada nos realismos da época moderna”, faltavam os “sedutores exemplos das atitudes românticas” que tanto haviam preenchido a experiência política dos mais velhos, mas que apenas se alcançava através da acção, do combate político.

Congratulava-se depois pelo facto daquele que tinha o motivo primeiro da criação da *Ideia Nacional*, a unidade de todos os monárquicos que “aceita[va]m a doutrina do Integralismo

¹⁵⁵ Alfredo Pimenta, op. cit., p. 28.

¹⁵⁶ http://www.arqnet.pt/portal/biografias/amaral_joao.html. Página acedida no dia 28 de Dezembro de 2003.

¹⁵⁷ “A Junta Central do Integralismo Lusitano fez publicar nos jornais uma nota oficiosa, congratulando-se com o facto da senhora Duquesa de Guimarães ter denunciado o pacto de Paris, convidando todos os integralistas a intensificarem a sua propaganda, e fazendo votos para que se unam «em pensamento e acção todos os monárquicos de convicções e sacrifícios, de modo a tomar-se mais eficaz o combate à República e mais próxima a restauração de Portugal pela verdadeira Monarquia – a Monarquia Representativa dos Municípios e Corporações». A referida nota é assinada pelos drs. José Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Alberto Monsaraz, José Pequito Rebelo, Francisco Rolão Preto e Afonso Lucas.” *Diário de Lisboa*, 18 de Março de 1926, p. 1 (3.ª coluna) e *Novidades*, 18 de Março de 1926, p. 4.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Lusitano” – que era em si mesmo a expressão de uma acção política –, se ter tornado, no espaço de um mês, não apenas “tão consistente [e] tão robusta”, mas também capaz de resistir aos seus principais adversários que, curiosamente, não eram republicanos apoiantes ou adversários da Ditadura Militar, mas aqueles que defendiam o “preconceito” e acenavam com o cumprimento de compromissos que, afinal, considerava João do Amaral, eram estranhos ao que o “serviço da Nação” impunha. Prosseguindo na sua crítica aos adversários de eleição neste período da vida da *Ideia Nacional* e do projecto político que o seu jornal corporizava, a Junta Central, repudiava publicamente que alguém pudesse ter a pretensão de incarnar “uma Ideia tão nobre e tão alta” como era a do Integralismo, prometendo ao mesmo tempo que aqueles que estavam na *Ideia Nacional* iriam todos “até ao fim lutando pela salvação da Pátria ou morrendo com ela.”

Sendo para João do Amaral aparentemente claro que em torno do projecto de *A Ideia Nacional* se uniam já, ou observavam com renovado interesse, não apenas monárquicos integralistas ou de outros credos, mas também inúmeros nacionalistas “a quem a ideia de uma restauração monárquica ainda magoa ou escandaliza”, ao mesmo tempo que o “Governo da República” estava nas mãos de “chefes militares” divorciados dos “princípios democráticos e dos partidos republicanos”, estariam então criadas as condições para que se conjugassem razões de ordem política e moral capazes de pôr em prática todo um comportamento que fora resumido numa expressão feliz certa vez utilizada por Ayres d’Ornelas: “«Pátria ao alto e política ao lado.»” Sugeriu que se trabalhasse para “realizar na «Ideia Nacional» a unidade de toda a acção nacionalista”, contribuindo assim para que a Ditadura não fosse uma solução política temporária, e que, portanto, só transitoriamente serviria aos “interesses internos e externos do país”. Propunha-se, finalmente, trabalhar para “fornecer” à Ditadura “os estímulos necessários” para que encetasse “uma reorganização da vida política portuguesa moldada nas indicações do empirismo organizador que o Integralismo Lusitano coligiu e sintetizou.”¹⁵⁸

Além de ter exposto aos comensais do “Tavares”, e aos leitores de *A Ideia Nacional*, as virtudes do programa integralista – e que se aplicado implicaria uma profunda revolução na sociedade portuguesa – merecia destaque a forma como era apresentada a sua compatibilidade com uma Ditadura que embora não tivesse rei, também não era republicana. Como é óbvio, do ponto de vista da biografia política de Pedro Theotónio Pereira e de outros jovens sardinhistas, esta era a parte mais relevante da alocução de João do Amaral, não apenas naquilo que significava naquele momento político, mas também naquilo que poderia significar em relação ao futuro e que ficou resumida numa afirmação exemplar: “Respeitaremos o pacto do Exército com

¹⁵⁸ *A Ideia Nacional*, 3 de Maio de 1926, p. 3 (2.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

a República,¹⁵⁹ realizaremos uma ditadura sem Rei, porque o Rei seria o primeiro a aceitar a experiência.”¹⁶⁰ Em última análise, esta disponibilidade, que era também uma cedência importante em matéria de princípios, significava, por exemplo, que os monárquicos, sob a batuta de João do Amaral, estavam a prazo em condições de se aliarem politicamente àqueles que, no início de 1919, tinham sido dos mais ferozes inimigos do duplo esforço do restauracionismo monárquico: os jovens militares republicanos – sobretudo cadetes e alferes – que, tal como os monárquicos, tinham apoiado o curto consulado sidonista.¹⁶¹ Por outro lado, tanto em questões táticas, como de princípio, os integralistas da *Ideia Nacional* podiam aliar-se às gentes do CADC. Independentemente de tal ser possível por um conjunto muito variado e relevante de razões, em finais de Abril de 1927 havia pelo menos uma questão política e técnica em que, por exemplo, João do Amaral e Oliveira Salazar estavam de acordo:

*Não nos envergonhemos, portanto, de clamar por uma compressão violenta das despesas públicas; não receemos exigir que o Estado, liberto de preocupações eleitorais, procure dinheiro onde, sem agravar senão o que pode ser agravado, pode ainda ir buscá-lo.*¹⁶²

Neste sentido, as nomeações de Salazar em Julho de 1926 e em Julho de 1927, para ocupar a presidência, respectivamente, da Comissão de Estudo da Reforma Tributária e da Junta de Crédito Público, devem ser interpretadas não apenas como a atribuição de funções essencialmente de natureza técnica a um especialista reputado, mas também uma manobra

¹⁵⁹ Uns parágrafos atrás, João do Amaral caracterizaria esse pacto do Exército com a República e aquilo que seria a sua aceitabilidade: “Mas se essa opinião republicana apenas exige da Ditadura que mantenha uma simples situação de facto que, de resto, não caracteriza exclusivamente a República e que nós exprimimos pela frase – ausência de Rei – se é apenas um sentimento anti-monárquico que a Ditadura quer dar satisfação, – neste caso, senhores, o problema muda de figura e passa a ter, para nós, monárquicos integralistas, um interesse que, na primeira hipótese não tinha.” *A Ideia Nacional*, 3 de Maio de 1927, p. 3 (2.ª e 3.ª coluna).

¹⁶⁰ Esta era uma referência clara ao facto do advento da Ditadura ter sido recebida com expectativa favorável pela generalidade dos sectores monárquicos e, em especial, por D. Manuel II ter instruído o seu “Lugar-Tenente, desde a primeira hora, para que a Causa Monárquica apoiasse os governos militares da Ditadura.” Manuel Braga da Cruz, “Monárquicos” in volume VIII *Suplemento F/O*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 510.

¹⁶¹ A 18 de Abril, estes militares republicanos e nacionalistas colaboraram com militares e civis monárquicos numa tentativa de derrubar a ditadura do chamado Partido Democrático. A 28 de Maio sucederia o mesmo. Aquando do “golpe dos Fifis”, a experiência repetiu-se parcialmente, mas desta vez sem êxito. A prova de que os monárquicos integralistas não eram (interessadamente) rancorosos estava na afirmação que João do Amaral escolheu para concluir o seu discurso no “Tavares”: “E é em nome desses monárquicos que sofreram e morreram no serviço da Pátria, que lhes peço, meus senhores, para beberem comigo – pela Pátria e pelo Exército.” *A Ideia Nacional*, 3 de Maio de 1927, p. 4 (6.ª coluna).

¹⁶² *A Ideia Nacional*, 3 de Maio de 1927, p. 4 (2.ª coluna). Em Julho, discutindo problema das finanças públicas, João do Amaral criticará nos seguintes termos a paralisia do Governo da Ditadura Militar: “[...] à reforma do sistema tributário levada a cabo por uma comissão a que presidiu a alta competência do dr. Oliveira Salazar: a adopção das medidas aconselhadas por essa comissão não contribuiria para a diminuição do déficit?” *A Ideia Nacional*, 6 de Julho de 1927, p. 1 (1.ª coluna). Na edição do dia 7 de Julho, *A Ideia Nacional* elogiava o convite dirigido a Oliveira Salazar para presidir à Junta de Crédito Público. “Da sua competência em assuntos financeiros e do valor real dos seus métodos de trabalho fala suficientemente o relatório sobre a reforma do sistema tributário que veio ultimamente a lume.

Por todos os motivos não podia o Governo ter feito uma escolha mais acertada e inteligente, pelo que o felicitamos com sinceridade.” (p. 1, 3.ª coluna).

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

política dirigida por Sinel de Cordes que tinha como objectivo apaziguar aqueles sectores da Ditadura Militar que desde muito consideravam que o problema financeiro do Estado português se deveria resolver com base nos seus próprios recursos e não em recursos externos. Assim, enquanto Sinel de Cordes, e depois dele Ivens Ferraz, “desde o Golpe de Estado contra Gomes da Costa”, a 9 de Julho de 1926, encabeçavam muito provavelmente,

*a corrente de opinião que pretendia fazer face à delicada situação financeira do País através dum empréstimo externo de 12 milhões de libras, sendo apoiado nesse sentido pelos sectores da Banca e da alta finança;*¹⁶³

Salazar dava expressão a todos aqueles que, pelo contrário, “formavam [um] aguerrido” grupo constituído pelas

*forças políticas mais jovens – oficiais subalternos do Exército e agrupamentos nacionalistas de estudantes ou recém diplomados, mais ou menos doutrinados no Integralismo Lusitano –, que se haviam deixado entusiasmar, na linha de pensamento do Mestre de Finanças de Coimbra, por soluções financeiras mais austeras, assentes [...] no restabelecimento do equilíbrio orçamental, através duma redução drástica das despesas supérfluas e da promulgação de reformas fiscais de «salvação nacional» – com o que se poderia eventualmente dispensar o recurso ao crédito externo.*¹⁶⁴

De qualquer modo, sem a dissidência que a pretensão da criação da Liga da Acção Integralista significou no campo do Integralismo Lusitano – dissidência essa que Armando da Silva implicitamente reconhece no seu discurso pronunciado no Porto em meados de Maio de 1927 –, e com a conseqüente criação de um novo agrupamento de individualidades com propósitos comuns que se mostraria coerente do ponto de vista político e doutrinário, é óbvio que teria sido muito mais espinhoso confrontar o campo republicano conservador, que aos olhos dos integralistas da Liga parecia ir dominando a Ditadura Militar, e, ao mesmo tempo, preparar-lhe uma alternativa. Por outro lado, e como fenómeno de dissidência integralista e de procura da unidade e do fortalecimento da Causa Monárquica, a Liga de Acção Integralista tinha uma pretensão tão clara como singular: dar todo o apoio ao poder para que ele realizasse a “obra que lhe pertence executar”; “colaborar” com o poder, expondo-lhe os “pontos de vista em relação aos

¹⁶³ Guilherme Braga da Cruz, *A Revista de Legislação e de Jurisprudência: Esboço da Sua História. Publicação Comemorativa do Centenário da Revista (1868-1968)*, volume I, s.e., Coimbra, 1975, pp. 696-701 (nota 1453).

¹⁶⁴ Nesse sentido, o “golpe dos Fifis” deverá ser interpretado como o resultado deste confronto no contexto da remodelação ministerial em marcha desde Julho e, em última análise, da “obstinada recusa de Salazar” em sobraçar a pasta das Finanças. Com o relatório sobre a reforma tributária da autoria daquele “metido na gaveta” por Sinel de Cordes, com sua a recusa em aceitar qualquer indigitação para a pasta das Finanças, os oficiais subalternos mais ligados às correntes nacionalistas (também) em matéria de finanças públicas, voltaram-se para, e alimentaram alguns deles, a solução Filomeno da Câmara como alternativa a Sinel de Cordes e Passos e Sousa (Finanças e vice-presidência do Ministério, respectivamente). Idem, *ibidem*. A experiência financeira de Sinel de Cordes decorria do cargo que durante alguns anos ocupara na administração do Montepio Geral. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 30. Sinel de Cordes foi accionista fundador da Companhia de Seguros A Nacional, sendo membro do seu Conselho Fiscal ainda em 1929, data da sua morte. Joaquim Romero de Magalhães, *Tranquilidade: História de uma Companhia de Seguros*, s.e., Lisboa, Companhia de Seguros Tranquilidade, 1997, p. 80.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

problemas que se forem ventilando, e insistindo sempre por que se mantenha a linha inalterável de tenacidade e de aprumo” que seria a única “compatível com a dignidade e com o prestígio do Exército que apoia a actual situação política.” Queriam o poder e lutavam pela faculdade do seu exercício na situação política proporcionada pelo 28 de Maio, rompendo com a teorização integralista “de ribalta” que, em estado puro, e independentemente de alguns méritos que se lhe possa querer reconhecer, “nunca tinha afluído o duro caldeamento das responsabilidades governativas do poder central.”¹⁶⁵

Em Julho, contrariando aquelas que seriam as expectativas criadas com a derrota das revoltas revirahistas do mês de Fevereiro, não tinha havido ainda nenhum sinal claro por parte da Ditadura Militar de que iria adoptar a agenda nacionalista que monárquicos e republicanos daquele bando exigiam.¹⁶⁶ Era evidente que as coisas estavam piores do que no tempo da última ditadura nacional republicana, a de Sidónio Pais, quando no espaço de tempo inferior a um ano se tinha procedido a uma subversão global da quase totalidade dos princípios políticos, institucionais e doutrinários da República que nascera em 1910-11. Apesar, por exemplo, das esperanças que os integralistas da *Ideia Nacional* depositaram na celebração do primeiro aniversário do 28 de Maio como momento de anúncio da escolha pela Ditadura dos caminhos desejados pelos nacionalistas, nada disso aconteceu.¹⁶⁷ Além da ambiguidade que as proclamações em torno a essa data trouxeram, os nacionalistas apenas vislumbravam o desejo de um regresso à velha ordem constitucional, “democrática”, dos partidos e do parlamento, ainda que reformada porque na posse duma feição mais conservadora, uma vez que os militares pareciam dispostos a “reorganizar os partidos políticos” – como então diziam – de forma a reduzir o peso tido por ilegítimo que os Democráticos, até Maio de 1926, tinham mantido a nível governativo. Daí que na *Ideia Nacional* se clamasse contra a maçonaria, a favor da ordem pública, pelo fomento económico através, nomeadamente, de uma política de (re)armamento, de

¹⁶⁵ Jorge Borges de Macedo, *Marcello Caetano e Marcelismo*, s.e., Lisboa, Colibri, 1995, p. 6.

¹⁶⁶ Da Suíça, e a propósito da situação de indefinição vivida no seio da Ditadura, Theotónio Pereira fazia o seguinte comentário a Marcello Caetano: “As suas notícias políticas foram as primeiras que recebi de Portugal. Perdão, cometo um erro involuntário. O Figaro trazia no outro dia um telegrama de Lisboa com declarações sisudas de Carmona quanto ao futuro da Ditadura.” Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 8 de Julho de 1927 (documento n.º 13). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

¹⁶⁷ Vejam-se os editoriais de *A Voz* de 26 de Abril e 4 de Maio de 1927 e, muito especialmente o do dia 28 de Maio daquele ano onde a dado passo se escrevia: “[...] Os partidos não renunciaram às suas ambições; simplesmente parecem ter mudado de tática. Continuam a considerar a Ditadura como uma situação governativa transitória, que deverá acabar por deixar-lhes o poder, pois julgam-se insubstituíveis e indispensáveis à governação nacional. Por outro lado, o Governo da Ditadura não se abalçou ainda às grandes reformas que hajam de modificar profundamente a própria orgânica do Estado, de maneira que os partidos políticos se vejam forçados a desaparecer por não corresponderem a nenhum dos agregados naturais, aos quais deva ser atribuída alguma parcela da representação nacional.

O Governo da Ditadura está disposto a ir até ao fim? a realizar integralmente o seu programa?”

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

estabilidade monetária e de rigor orçamental, contrário ao empréstimo externo,¹⁶⁸ e ainda de atenção ao fomento colonial. Apostando claramente numa estratégia em que o fomento económico precederia o “levantamento financeiro”, os integralistas insistiam, e para que se garantisse a sua salvação, que a Ditadura Militar resolvesse o problema da chamada “burocracia hostil.”¹⁶⁹ “A par da acção desenvolvida nestas directrizes fundamentais,” havia que “reconduzir a Nação a uma legalidade nova, substituindo à precária constitucionalidade de hoje uma situação estável, assente em instituições firmes e definidas”, capazes de consagrarem e completarem “a vitória dos princípios de Autoridade que o movimento de 28 de Maio [...] inequivocamente” representara.¹⁷⁰

“[...] pescar nas águas turvas.”¹⁷¹

Se a vida dos monárquicos, e especialmente dos integralistas, não foi politicamente fácil na sequência do golpe palaciano de Julho de 1926 que destituiu Gomes da Costa – golpe executado pela junta militar que, efectivamente, podia governar o País –,¹⁷² nos meses que se seguiram, e até às intencionas militares de Fevereiro de 1927, tal como notaram os diplomatas britânicos creditados em Lisboa, a Ditadura Militar deu início a uma política de aproximação a muitas das mais notáveis figuras da República recentemente derrubada. Confrontados os militares com a sua inexperiência política e administrativa, e ainda que não tenham deixado de fazer múltiplos saneamentos na Administração Pública, acabaram por rapidamente, e ainda em Agosto de 1926, escolher para o desempenho de cargos de grande responsabilidade gente

¹⁶⁸ Havia, no entanto, quem escrevesse em *A Ideia Nacional* apoiando as virtudes desse empréstimo e criticando implicitamente a campanha que *O Século* vinha promovendo a favor do empréstimo interno: “O empréstimo externo tem de ser a alavanca da nossa reconstrução financeira, mercê da conversão da moeda, e o semeador da ordem nova de prosperidade graças a uma acertada política de fomento. [...]”

Ao empréstimo interno, realmente produtivo de dinheiro fresco, não pode recorrer-se no momento presente. E por uma razão muito simples - porque não há dinheiro fresco disponível.

Mas pode não tardar a sua hora e o seu sucesso, assegurado pela repatriação do dinheiro português emigrado para o estrangeiro durante os sete ou oito últimos anos, após Sidónio e após o Monsanto. Para que essa hora bata, e chegue mais cedo, será mister preparar-lhe o advento - como atrás ficou dito.” E. L. [Eduardo Lourenço], “O Orçamento” in *A Ideia Nacional*, 7 de Julho de 1927, p. 1 (6.ª coluna).

¹⁶⁹ Segundo o representante máximo do Governo britânico em Lisboa, Sir Lancelot D. Carnegie, tratava-se de uma realidade preocupante para a Ditadura. “The difficulties of the Government are increased by the attitude of many of the officials in the state departments, who, while not daring to strike, are offering passive resistance by adopting a policy of ‘going slow’.” Despacho n.º 51, 25 de Fevereiro de 1927. Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. PRO, FO 371/12703.

¹⁷⁰ Armando da Silva, “Em resumo” in *A Ideia Nacional*, 13 de Julho de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

¹⁷¹ João do Amaral, “Manobras suspeitas” in *A Ideia Nacional*, 13 de Agosto de 1927, p. 1 (2.ª coluna).

¹⁷² “The military junta consists of General Domingues, commanding the First Division, Colonel Valadas, commanding the Republican Guard, Colonel de Albuquerque, commanding the troops at Sacavem, and General Sinel de Cordes and Colonel Raul Esteves. When they appointed the new Government, an unofficial notice in the following terms was sent to the press:

‘The military command of the First Division, in agreement with the forces stationed at Sacavem and Queluz, the navy and the Republican Guard, have resolved to appoint the following Ministry: - [...]’.” “Mr Grant Watson to Sir Austen Chamberlain – (Received July 16 [1926]).” (N.º. 177) Lisbon, July 12, 1926. PRO, FO371/11927.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

ligada ao anterior regime e, também, no caso de Cunha Leal, à chamada facção Mendes Cabeçadas do 28 de Maio. Álvaro de Castro, corria em Lisboa em finais de Agosto, fora não apenas convidado para assumir o cargo de alto comissário em Moçambique, como se preparava para aceitar a proposta, apesar de menos de um mês antes ter sido detido pelos militares. Cunha Leal foi nomeado governador do recém criado Banco de Angola. Brito Camacho, por outro lado, parecia estar em trânsito para o também recém criado Conselho Superior Colonial. E se não tiveram grande êxito os avanços dos militares no sentido de apaziguarem e integrarem na nova situação todos os membros do Partido Democrático que desejariam, a verdade é que pelo menos um dos seus membros mais reputados e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Borges, passara à condição de presidente do Comité português e sul americano, organismo dependente do ministério que chefiara. Finalmente, o comandante Pereira da Silva (que fora ministro da Marinha num Governo dos democráticos) e o general Vieira da Rocha (que na anterior situação desempenhara o cargo de ministro das Colónias), passara também à condição de membro do Conselho Superior Colonial.¹⁷³

Vistos estes factos, como muitos outros, que incluíam a impotência dos ministros monárquicos, como Sinel de Cordes, para substituírem na administração pública, ainda que moderadamente, funcionários republicanos tidos por incompetentes por funcionários monárquicos cuja competência era garantida ao menos pelos próprios,¹⁷⁴ o olhar atento da embaixada britânica fazia então notar que o comportamento dos jornais monárquicos em relação à Ditadura Militar não parecia muito diferente daquele que conservara em relação aos governos Democráticos.¹⁷⁵ Foi neste contexto que João do Amaral preparou a unidade monárquica em

¹⁷³ Recorde-se que as declarações de Carmona a *O Século*, reproduzidas na edição de 6 de Julho, foram uma das causas directas da crise que levou à apressada reconstituição do Governo e posterior destituição de Gomes da Costa em Julho de 1926. Na entrevista àquele diário o ministro dos Negócios Estrangeiros afirmara, numa crítica severa a algumas das orientações imprimidas pelos sectores radicais do Governo com a benção de Gomes da Costa, que “hostilizar não é boa política e pode, até, ter consequências prejudiciais. A cooperação dos bem intencionados deve ser bem recebida”, recordando ainda que verdadeiramente “necessário” era “pôr o país a trabalhar.” *O Século*, 6 de Julho de 1926, citado em Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, volume XIII, *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d. (1997), p. 52.

¹⁷⁴ Quanto à impotência da Ditadura para resolver logo em 1926 o problema da fidelidade política da força armada, houve quem décadas mais escrevesse: “Tudo isto dá, de algum modo, a máscara da suspeição e incerteza em que se encontrava o país. Em presença de tantos e tão generalizados receios, andávamos sempre na expectativa de uma forte reacção que ainda não viera e seria lógico esperar. [...]”

E o que fez o Governo? Limitou-se a dormir o sono repousante da fácil vitória e a descurar o principal, que era colocar comandos fieis e oficiais dedicados na Marinha, na Polícia, na G. N. R., nas Unidades de Lisboa e Porto, de onde sempre saíam os elementos armados para fazer as revoluções, arrebatados em conluios nas tabernas e alcouces pelos próceres revolucionários.” Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 32.

¹⁷⁵ Já as relações da Ditadura com os católicos iam de vento em popa, sobretudo porque um conjunto importante de “direitos civicos” tinham sido conferidos pelo Governo à Igreja Católica. “Mr Grant Watson to Sir Austen Chamberlain – (Received August 20 [1926]).” (N.º. 211) Lisbon, August 24 1926. PRO, FO371/11927. A diplomacia britânica não se esquecia de recordar que em Portugal, e depois do Exército, o Partido Democrático era a mais poderosa instituição, nomeadamente por causa das suas imponentes ramificações clandestinas e subversivas. Em Lisboa, sobretudo, logo no mês de Agosto, parecia óbvio que os democráticos preparavam qualquer coisa, apenas

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

torno do Integralismo, incentivado que estava pela mensagem de D. Manuel II quanto aos termos em que a unidade e a união dos monárquicos se deveria fazer, moderadamente alentado pelo facto do parlamentarismo ter sido transitoriamente derrotado, mas apreensivo por a Ditadura tardar em dar passos mais decisivos no sentido não só de romper com o parlamentarismo mas de optar também por um caminho mais de acordo com as aspirações monárquicas, o que não implicaria sequer uma restauração do trono mas, sobretudo, a adopção de um programa e de uma prática autoritária e nacionalista idêntica àquela que vigorava em Espanha, conduzida por Primo de Rivera, e que quase desde o início tinha sido muito aplaudida por aqueles sectores da política e da sociedade portuguesa (não apenas os monárquicos) que pugnavam por um derrube da república parlamentar.

Em geral, e nesta conjuntura, preocupante não era propriamente o facto do Partido Democrático se conservar na oposição, mas sim o ter dado início, após o Verão, à preparação do derrube pela força do Governo militar em funções, havendo o sentimento de que para que tal sucedesse poderia vir a contar com os inúmeros oficiais das Forças Armadas que apenas aos governos democráticos deviam as suas carreiras e as suas promoções.¹⁷⁶ Em finais de 1926, de qualquer modo, aquilo que se pensaria poder ser o espírito reformador do movimento e do Governo, desprovido que era de qualquer “carácter heróico”, tornara-se muito moderado, de acordo, “talvez”, com o “temperamento letárgico” dos portugueses, e que, aliás, historicamente se caracterizaria por reclamar melhorias nas suas condições de vida apenas na condição de que tal pudesse ser “obtido sem um esforço excessivo.” Do ponto de vista político-militar, porém, a lentidão e a moderação não eram mais do que uma consequência do facto da Ditadura e do Governo dependerem da “unidade do Exército” e da “continuação da colaboração entre os seus chefes militares.” Ou seja, o valor permanente e objectivo das reformas de que o País necessitaria, dependia dum “factor inconstante” e subjectivo que era a necessidade de manter unida a junta militar. Não agindo para manter a unidade a Ditadura corria o risco de se tornar incapaz e desnecessária. Agindo de forma a procurar resolver os inúmeros problemas financeiros, económicos, políticos, administrativos e outros, arriscava-se a perder a sua unidade e sua coerência e, portanto, a ser mais ou menos facilmente derrubada pelos democráticos. De igual modo, a ausência de parlamento e de presidente tornavam mais forte a noção de que a Ditadura se tratava de uma solução transitória e intrinsecamente fraca. Mas paralelamente, os instáveis equilíbrios no seio da Ditadura impediam que se vislumbrasse uma forma que

esperando para ver divisões entre os chefes militares. Despacho n.º 214, 27 de Agosto de 1926. Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. PRO, FO 371/11927.

¹⁷⁶ “Mr Grant Watson to Sir Austen Chamberlain – (Received August 20 [1926]).” (N.º. 211) Lisbon, August 24 1926. PRO, FO371/11927.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

permitisse que a “normalidade” pudesse vir a ser atingida. Daí que subsistisse a convicção por parte de Carmona, entre outros, de que no momento em que se decidisse o destino da Ditadura, ao povo caberia pronunciar-se, ao mesmo tempo que o então presidente do Ministério prometia que a sua administração resistiria com todas as suas forças a qualquer tentativa de revolta.¹⁷⁷

No final 1926, e neste ambiente de ambiguidade, os conspiradores do Partido Democrático procuraram sondar a representação diplomática do Reino Unido em Lisboa, tentando saber se o embaixador estava disposto a recebê-los, especialmente a António Maria da Silva. Embora o antigo chefe de Governo nunca tivesse visto satisfeito este seu desejo, a verdade era que, através de um seu emissário, fizera saber na Embaixada que em caso de um regresso ao poder – provável apenas por via revolucionária – os Democráticos não apenas estavam na disposição de demonstrar que tinham aprendido com os erros cometidos antes do 28 de Maio, assim como com os da Ditadura, adiantando depois argumentos e promessas sobre a forma como a República parlamentar se regeneraria depois de restaurada na sequência de uma revolução que já se vislumbrava vitoriosa.¹⁷⁸

Neste contexto, e independentemente da direita integralista (monárquica e também republicana) ter começado a organizar-se no fim do Verão de 1926, com os intuitos que já foram destacados neste capítulo, a verdade é que se encontrava remetida a um papel irrelevante no processo político que ia evoluindo em termos muito moderados.¹⁷⁹ Seriam o sentido, o significado e o fracasso das tentativas revolucionárias de Fevereiro de 1927 a fazer com que os monárquicos se colocassem mais do que nunca e com um novo empenho ao lado da Ditadura Militar, não apenas porque lhe tivesse perdoado as presumíveis tergiversações político-ideológicas cometidas após o fim do curto consulado de Gomes da Costa, mas, sobretudo, por dois outros motivos. Em primeiro lugar, pelo facto da Ditadura ter conseguido uma vitória político-militar única na história dos conflitos armados internos pós-1910, sendo isso tanto um sintoma da sua força como da convicção dos seus dirigentes. Na realidade, sempre que os confrontos haviam assumido uma dimensão idêntica à dos de Fevereiro, as forças republicanas conotadas e apoiadas pelos mais variados sectores do Partido Democrático – a começar pela “rua”, pela

¹⁷⁷ Despacho n.º 214, 27 de Agosto de 1926. Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. PRO, FO 371/11927.

¹⁷⁸ “Sir L. Carnegie to Sir Austen Chamberlain – (Received December 28 [1926]).” (N.º. 341) Lisbon, December 28 1926. PRO, FO371/11927.

¹⁷⁹ Um jovem integralista comentaria nos seguintes termos os momentos de frouxidão que teriam caracterizado os primeiros meses da Ditadura Militar: “A Ditadura Militar imposta pela necessidade que o país tinha de se libertar dos políticos, viveu, nos primeiros tempos, cercada de inimigos ocultos que lhe dificultavam a obra pelo conhecido processo de resistências passivas.

Perdeu-se assim um tempo precioso, o tempo das realizações mais activas, como é sempre o início destas grandes obras de reforma moralizadora.” Augusto Pires de Lima, “A Ditadura” in *A Palavra*, 19 de Dezembro de 1927, p. 1 (1.ª coluna)

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

tropa da Armada e por parte do Exército – tinham saído vencedoras.¹⁸⁰ Em segundo lugar, por se ter tornado evidente durante a revolução, demasiado evidente mesmo, qual o destino que seria dado aos opositores de sempre, ou meramente circunstanciais, do Partido Democrático no caso de um regresso deste ao poder. Como chamava a atenção o embaixador do Governo de Sua Majestade britânica em Lisboa, se é verdade que à vitória sobre os revoltosos se seguiu uma forte repressão por parte do Governo – que fechou jornais, instituições cívicas, saneou funcionários, dissolveu unidades militares, deportou implicados, etc. –, é igualmente verdade que tanto por causa do comportamento de alguns elementos que combateram ao lado dos revoltosos, como por causa da mensagem política que parte desses sectores transmitiram durante os combates, tornou-se evidente não apenas que a estrutura do velho Partido Democrático ainda existia e podia causar forte dano, mas, sobretudo, que no momento em que o mesmo Partido Democrático recuperasse o poder com o recurso à força das armas, aquilo que se verificaria não seria apenas um regresso à situação anterior ao 28 de Maio, ou sequer imediatamente posterior ao 5 de Outubro. A violência da ditadura republicana a exercer sobre os vencidos seria certamente muito maior do que alguma vez tinha sido na sua história – parcialmente evitável apenas com uma guerra civil no seu próprio seio –, pelo que o preço a pagar por adversários e inimigos assumiria indubitavelmente uma dimensão nunca vista.¹⁸¹ Nesse sentido, o recrudescer dos apoios à Ditadura por parte de sectores que até aí tinham permanecido pouco ou nada exuberantes em relação à mesma, era não apenas a assunção daquilo que se queria mas, sobretudo, daquilo que não se queria. Na realidade, depois de Fevereiro de 1927 a Ditadura não se tornou mais nacionalista. Aliás, as suas cúpulas mantiveram-se exactamente iguais. O que mudou foi o mundo político e social à sua volta, nomeadamente aqueles sectores mais conservadores e mesmo reaccionários que até Fevereiro tinham hesitado, ou mesmo recusado, colocar-se a seu lado por não acreditarem na força e nas

¹⁸⁰ Especialmente durante as incursões monárquicas, a revolta do Monsanto e a “Monarquia do Norte”.

¹⁸¹ Despacho n.º 51, 25 de Fevereiro de 1927. Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. PRO, FO 371/12703. Neste mesmo despacho, referindo-se à violência dos revolucionários e àqueles que pareciam ser os propósitos dos seus elementos mais radicais e violentos, Lancelot Carnegie escrevia: “There is no doubt that had the revolution succeeded, the extremists and the Bolsheviks, who hoisted respectively a red and a black flag on the Arsenal, would have instituted a reign of terror before order was restored and the foolish and corrupt promoters of the movement would probably have been among the first victims.” E, no entanto, a “revolução” teria sido generosamente financiada por “banqueiros e industriais” e por “aquele poderoso bando, os moageiros cujas extorsões” estariam a ser “coarctadas” e os “pedidos de favores especiais” estavam a ser “recusadas pelo Governo.” Vista a realidade política portuguesa sob este prisma, e tendo em conta outros acontecimentos revolucionários que tiveram lugar em Portugal ao longo da década de 1920, até Fevereiro de 1927, mas ainda depois desta data, prolongando-se pela década de 1930, parece acertada a forte suspeita de que a “ameaça revolucionária” foi “elemento decisivo na constituição do *Estado Novo*, em 1926” e de que os contemporâneos tinham boas razões para acreditarem, como acreditavam, na “probabilidade” e no “perigo” da “revolução”. Luís Filipe Salgado de Matos, “Um «*Estado de Ordens*» contemporâneo – a organização política portuguesa”, 1.º volume, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais, 1999, p. 129-138.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

convicções da Ditadura e dos ditadores, atormentados que estavam pelas experiências sucessivamente fracassadas por que tinham passado entre 1910 e 1926, mas que a partir dos dramáticos acontecimentos de Fevereiro se aproximaram, fizeram notar os seus apoios e começaram a apresentar os seus programas, embora, convenha dizer, ao longo de 1927 e mesmo uns anos depois, os nacionalistas republicanos e monárquicos não passassem dum fenómeno com reduzida expressão.

Por isso, convém sublinhar que não era apenas a uma direita nacionalista e profundamente antidemocrática e antiliberal que a atitude do Governo da Ditadura antes, durante e, sobretudo, depois da intentona revolucionária de Fevereiro merecia respeito e apoio. Nesta altura, a “União Liberal” de Cunha Leal apoiava abertamente a Ditadura, sendo que corriam rumores que davam como certa a adesão de muitos “nacionalistas” à dita “União Liberal”.¹⁸² Até 1928, senão mesmo até 1930, as atenções políticas no interior da Ditadura estarão concentradas neste grupo e as vitórias dos nacionalistas mais à direita não parecem ser muito mais do que circunstanciais. No momento da celebração do primeiro aniversário do 28 de Maio, a apresentação pelo Governo de um muito aguardado programa de acção, parecia querer significar um regresso aos projectos aprovados em Junho de 1926 e conhecidos pela designação de programa “retroactivo”. Nada mais falso, como acabariam por reconhecer publicamente na *Ideia Nacional* os integralistas e como viriam a reconhecê-lo os jovens oficiais republicanos nacionalistas que apoiaram em várias unidades de Lisboa e do Porto o abortado “golpe dos Fifis”.

No entanto, e no momento em que os “Fifis” fracassaram, a que se seguiu uma derrota política da sensibilidade cunhalista, republicana e conservadora, com o adiamento da nomeação de um vice-presidente, que seria Passos e Sousa, na orgânica governativa, é possível interpretar este facto como o equivalente ao reconhecimento pela generalidade das facções da Ditadura de que o caminho a seguir teria certamente que ser aquele que mantivesse a mesma linha de ambiguidade.¹⁸³ Uma outra lição a retirar acerca dos riscos que comportaria qualquer definição político-ideológica no seio da Ditadura, tivera lugar durante o mês de Abril, quando Sinel de Cordes – e vários apoiantes seus – insatisfeito com o rumo da acção governativa e a expressão que considerava excessiva de certas sensibilidades ligadas ao período anterior ao 28 de Maio no

¹⁸² “Sir L. Carnegie to Sir Austen Chamberlain – (Received March 17 [1927]).” (Nº. 69) Lisbon, March 11 1927. PRO, FO371/12703.

¹⁸³ O cortejar de Passos e Sousa por Cunha Leal e por vários, mas não nomeados, políticos republicanos, encontra-se brevemente relatado em Assis Gonçalves, *op. cit.*, pp. 47-48.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

interior da “situação”, procurou afastar o ministro da Guerra¹⁸⁴ e, portanto, eliminar quaisquer veleidades estritamente reformistas nos destinos da Ditadura.¹⁸⁵ Por isso, o segundo aniversário do 18 Abril serviu à imprensa nacionalista, nomeadamente à *Ideia Nacional*, para exactamente celebrar os dirigentes daquele movimento e com os quais política e ideologicamente quase exclusivamente se identificava. Além do próprio general Sinel de Cordes, evocavam o coronel Raul Esteves e, sobretudo, o comandante Filomeno da Câmara.¹⁸⁶ Testemunho do impasse vivido, tanto antes como depois de Abril de 1927, como após o fracasso do “golpe dos Fifis”, a imprensa de maior influência integralista, como *A Ideia Nacional*¹⁸⁷ e *A Voz*,¹⁸⁸ continuava a reclamar a necessidade de adopção pela Ditadura de um programa nacionalista que cortasse com o passado recente, reivindicação em relação à qual não conseguia obter respostas concretas.

Precisamente, até Agosto, e podendo transitoriamente contar no Governo com uma referência e uma esperança moderada como terá tentado ser Sinel de Cordes, mas olhando para Filomeno da Câmara como o líder incontestável do 28 de Maio fortemente nacionalista que desejam afirmar, jovens oficiais nacionalistas e republicanos conspirarão – não se sabe se com o conhecimento e o apoio dos integralistas da *Ideia Nacional* –, com o objectivo de imporem, na

¹⁸⁴ Coronel Passos e Sousa. No rescaldo dos acontecimentos de Fevereiro, a oficialidade de Caçadores 5, sita em Campolide, conhecida pelo seu forte nacionalismo e extremado apoio à Ditadura, chegaria a desafiar Passos e Sousa para desempenhar o papel de chefe político e doutrinário do movimento. Recusou. Na sequência desta recusa, pelo menos um dos jovens oficiais ter-se-á lembrado de Salazar para o desempenho de tal papel. *Idem, ibidem*, pp. 44-47.

¹⁸⁵ “The Minister of War, although perhaps a good soldier, is, from a political point of view, very stupid. Owing to certain influences which have been brought to bear on him, he had been strongly advocating the inclusion in the Cabinet of Senhor Cunha Leal, formerly leader of the Nationalist party and an ex-Prime Minister, an able but totally unscrupulous man. This proposal was strongly opposed by the majority of the Ministers. It would have been most unpopular in the army and have led to the resuscitation of political influences in the Government. Taking advantage of the absence during the Easter holidays of the Minister of War, the Minister of Finance projected a coup d’État in order to eject the former from the Cabinet and at the same time to make other changes in it. Fortunately, better counsels prevailed and the matter was amicably arranged, but in what way and by whom I have not learned. There is no doubt, however, that the position of the Government, as composed at the present, is not secure.” Lancelot Carnegie acrescentava depois que o “Exército” se encontrava dividido em duas facções. Uma composta, essencialmente, por oficiais superiores e apoiante do Governo. A outra por jovens oficiais, acusando de forma sistemática o Governo de ser insuficientemente energético e, portanto, capaz de impor as mudanças que se imporia e que estariam implícitas no espírito da 28 de Maio. Carnegie considerava que além de “impulsivos e ignorantes”, estavam sempre a reivindicar “qualquer coisa espectacular”. “Sir L. Carnegie to Sir Austen Chamberlain – (Received May 4 [1927]).” (N.º. 137) Lisbon, April 29 1927. PRO, FO371/12703.

¹⁸⁶ *A Ideia Nacional*, 18 de Abril de 1927. Aqui se vinca que as declarações prestadas por aqueles três oficiais iam no sentido de sublinhar a “inviabilidade do regresso ao sistema parlamentar e à política dos partidos.”

¹⁸⁷ Um exemplo extremado desse espírito foi emitido por Armando da Silva: “Chegou a hora de governar com mão de ferro, de governar com violência. Reclama-o o país inteiro em nome da sua tranquilidade sobressaltada. Reclama-o o interesse de uma Nação que não pode viver eternamente em regime de guerra civil.” *A Ideia Nacional*, 5 de Julho de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

¹⁸⁸ *A Voz*, 23 e 31 de Julho e 12, 17 e 19 de Agosto de 1927. Em editorial de *A Voz* acusam-se os “partidos” de manterem “as suas posições de domínio político.” Esta realidade, acusava o editorialista, era tanto motivo da fraqueza presente da Ditadura como da sua exposição futura a um golpe de força que lhe poderia ser fatal. “Paz civil e confraternização republicana” in *A Voz*, 27 de Setembro de 1927, p. 1.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

seqüência de um golpe de mão bem sucedido, o seu programa que, definitivamente, rompesse com a herança Democrática e inaugurasse uma nova etapa na vida política do País, independentemente de como causa para a sua iniciativa sempre tenha sido apresentada a questão premente que era o estado deplorável em que se encontravam as finanças públicas.¹⁸⁹ Estes homens – militares, sobretudo, mas também civis, republicanos na sua maior parte – arriscaram definitivamente a sua sorte no “golpe dos Fifis”,¹⁹⁰ para depois, enfraquecidos mas não desmobilizados, tentarem a tomada do poder no seio da Ditadura, não por via ilegal e mais ou menos violenta, mas por via legal, colocando e ajudando a colocar no poder – na pasta das Finanças – Oliveira Salazar que, além de tecnocrata consagrado, prometia ser politicamente muito mais aquilo que os nacionalistas desejavam.¹⁹¹ Transitoriamente derrotados em Agosto, depois de avançarem com uma iniciativa demasiadamente audaciosa, impediram por um lado a iminente afirmação da facção de Cunha Leal no seio da Ditadura e que poderia parecer inevitável na seqüência da nomeação de Passos e Sousa a 12 de Agosto de 1927 para vice-presidente do Ministério e, portanto, para virtual sucessor de Carmona quando este fosse, como se esperava, eleito presidente da República no sufrágio que vinha a ser pensado e preparado mas que apenas decorreria em Março de 1928 em circunstâncias muito diversas.¹⁹²

¹⁸⁹ Esta linha de argumentação, completada pelo relato de outros importantes acontecimentos que envolveram o golpe, encontram-se em Assis Gonçalves, *op. cit.*, pp. 69-79.

¹⁹⁰ Que começou por ser uma tentativa, aliás conseguida, de impedir o reforço do papel de Passos e Sousa no Governo da Ditadura. Passos e Sousa, além de um homem politicamente próximo de Cunha Leal, era um defensor da transitoriedade da Ditadura, vendo-a, essencialmente, como um período de reforma da situação económica e financeira de Portugal, mas, também, do sistema político. A mudança política passaria pela constituição de um partido conservador forte que deveria, antes do regresso à normalidade, constituir-se no primeiro e principal apoio político da Ditadura para depois, e eventualmente, lhe suceder. Despacho n.º 220, 15 de Julho de 1927. Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. PRO, FO 371/12703. Um outro importante aliado de Passos e Sousa era Jorge Botelho Moniz, director de *A Situação*. Manuel Braga da Cruz, “A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, p. 86n. *A Ideia Nacional*, ao longo de vários meses, criticará indirectamente o programa de Passos e Sousa, servindo como bode expiatório Júlio Dantas, antigo ministro da República e figura literária destacada e conceituada no *establishment* cultural lisboeta.

¹⁹¹ Para resolver a crise ministerial desse Verão, consequência da assunção exclusiva por Carmona do cargo de presidente da República, Passos e Sousa, chefe de Governo indigitado, convidaria Oliveira Salazar para as Finanças. Este não aceitaria, diminuindo as possibilidades de êxito de um Governo às ordens de Passos e Sousa, uma vez que dessa forma deixava de contar com o apoio dos jovens oficiais nacionalistas de pelo menos uma das mais importantes unidades de Lisboa: Caçadores 5. Assis Gonçalves, *op. cit.*, pp. 46-51. A partir daqui, e reconhecidas as limitações de Sinel de Cordes como ministro das Finanças, os jovens oficiais das guarnições de Lisboa, a começar por Caçadores 5, voltaram os “seus olhares” para a “luz de um novo farol, o comandante Filomeno da Câmara. [...] Os generais queriam Sinel de Cordes nas Finanças e os novos queriam Filomeno da Câmara.” *Idem, ibidem*, pp. 63-64. Numa carta que enviou a Joaquim Dinis da Fonseca, Salazar fez a análise da situação política vivida em finais de Julho de 1927, referiu o convite que lhe foi feito por Assis Gonçalves para que ocupasse a pasta das Finanças e enunciou as condições em que poderia aceitar tal convite. Datada de 30 de Julho, encontra-se reproduzida na íntegra em Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 31-33. Será referido o seu conteúdo com maior detalhe mais à frente neste capítulo.

¹⁹² Telegrama n.º 23, 13 de Agosto de 1927. Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. PRO, FO 371/12703.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

É óbvio que foram significativos os efeitos do “golpe dos Fifis” no campo nacionalista e monárquico em que Pedro Theotónio Pereira se movimentava.¹⁹³ Suspensa *A Ideia Nacional*,¹⁹⁴ viram-se privados de um importante e praticamente único instrumento de propaganda do seu programa e de promoção tanto da Liga de Acção Integralista como da ampla frente nacionalista advogada desde o primeiro número de publicação do jornal.¹⁹⁵ Embora não tenham tido qualquer interferência digna de nota no “golpe dos Fifis”, o que não significa que não apoiassem directa ou indirectamente as ambições políticas de Filomeno da Câmara que, tal como Passos e Sousa, desejava a vice presidência do Governo, a liderança da Ditadura aproveitou a oportunidade não apenas para se ver livre de vários oficiais implicados no golpe – Filomeno da Câmara, Moraes Sarmiento ou Henrique Galvão, para referir os mais sonantes –, para chamar à razão nacionalistas radicais republicanos como António Ferro – todos estes indiscutivelmente implicados nas conspirações e no golpe que delas decorreu – mas também para silenciar aquelas figuras da extrema direita monárquica integralista que desde Fevereiro-Março se mostrara particularmente activa e incómoda para os sectores moderados da Ditadura que ainda aí imperavam e que não viam com agrado as propostas nacionalistas, independentemente de serem monárquicas ou republicanas. Em Agosto de 1927, como, por exemplo, em Junho e Julho de 1926, as iniciativas e as propostas nacionalistas tinham aparecido demasiadamente concertadas e demasiadamente perigosas e eficazes, em especial como consequência dos argumentos político-ideológicos e militares que efectivamente possuíam. Embora nunca lhes tenha sido possível conquistar em exclusividade as rédeas da governação, a sua persistência a par da evolução das circunstâncias iria permitir-lhes transformar aquilo que era uma fracção da força do Exército e uma diminuta facção dos monárquicos tradicionalistas – parte dos então membros da Liga de Acção Integralista – numa alavanca da ascensão política de Oliveira

¹⁹³ Aparentemente não tão profundos como teriam estado para ser, uma vez que dois dias após a dissolução de Caçadores 5, que os oficiais superiores que sustentavam o Governo da Ditadura associaram ao “golpe dos Fifis”, ficou sem efeito. Ao que parece, “Metralhadoras” e “Aviação”, reunidas na Amadora, preparavam um golpe reviralista e Caçadores 5 era a principal unidade fiel à Ditadura e contra a qual nenhuma outra ousava levantar-se. Assis Gonçalves, *op. cit.*, pp. 78-79.

¹⁹⁴ “[...] a paper of small importance, supported the cause of the ‘Legitimists’ and ‘Integralists.’” “Mr. Grant Watson to Sir Austen Chamberlain – (Received August 22 [1927]).” (N.º. 272) Lisbon, August 15 1927. PRO, FO371/12703.

¹⁹⁵ Na *Voz*, onde se multiplicou na redacção de inúmeros artigos de fundo após a suspensão de *A Ideia Nacional*, Marcello Caetano tentava mostrar a sua relevância e manter parte das hostes nacionalistas unidas e moralizadas. Comentava e teorizava sobre as mais prementes questões e acontecimentos políticos e sociais. Insistia que o mais relevante que o nacionalismo podia fazer era continuar a afirmar a necessidade de se realizar uma grande reforma do Estado “que não fique apenas nas aparências e no papel em breve amarelecido do *Diário do Governo*.” Quanto à muito aguardada mas não concretizada “conquista do Estado” pelos nacionalistas, transmitia ânimo e apontava um caminho, embora ambíguo, escrevendo: “[...] finalmente, uma infinita paciência, porque o tempo há de vir, na rigidez de um braço há um lugar onde ele se dobra, e a questão é procurar e premir porque a articulação aparecerá. Ai dos impacientes e dos que não têm esperança, porque esses nunca hão de gostar o sabor da vitória final.” Marcello Caetano, “O Grande Problema” in *A Voz*, 12 de Setembro de 1927, p. 1.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Salazar e, com ele, de várias sensibilidades católicas e nacionalistas, fossem elas monárquicas, republicanas ou indiferentes quanto à forma que deveria assumir a cúpula do regime político.

Na sequência do “golpe dos Fifis”, e apercebendo-se que o perigo espreitava, João do Amaral tentou reagir. Fê-lo em primeiro lugar, e enquanto pôde, na *Ideia Nacional*, tentando veementemente desmascarar a cabala que envolvia os integralistas no golpe, lançando acusações em várias direcções, não ficando incólumes tanto alguns pseudo integralistas como os caxapins democráticos.

Nos momentos de agitação política mais intensa, aparece sempre quem pretenda pescar nas águas turvas. Assim aconteceu agora, perante a fracassada tentativa dum golpe de Estado que, não implicando uma mudança de regime, mantendo o statu quo, só acidentalmente nos poderia interessar.

Pois houve logo patriotas que se apressaram a redigir um papelucho, encabeçado aos “integralistas e a todos os sinceros Patriotas”, incitando-os a pegar em armas em nome da “monarquia integralista”, porque havia soado “a hora de passarmos das palavras aos factos”... Pretendia-se, assim, dar ao golpe de Estado um carácter anti-republicano que ele não tinha, galvanizar as massas com um novo “perigo monárquico” e reconduzir assim os partidos ao poder, perante uma pretensa insuficiência do Exército para defender a república.

Estas manobras sujas são, porém, demasiadamente conhecidas para que alguém nelas acredite. Quando os integralistas um dia pretenderem restaurar a monarquia, não precisarão fazê-lo a coberto de qualquer golpe de Estado republicano: saberão dizer claramente o que querem, e bater-se por aquilo que querem.

Os integralistas, ao contrário dos caxapins democráticos, são soldados que sabem bater-se, frente a frente, e não serão as canalhices e as infâmias dos partidos acorrentados ao orçamento que os farão mudar de natureza e de caminho.

Suspenso, finalmente, o jornal, João do Amaral fez declarações à imprensa e diligências junto das autoridades garantindo o não envolvimento do jornal que dirigia e do grupo político que o sustentava no “golpe dos Fifis”, vendo-se, subitamente, vítima da ofensiva do Governo, hegemonizado pela facção de que Carmona era o dirigente quase único e incontestado, contra as franjas nacionalistas, republicanas ou monárquicas, de apoio condicional à Ditadura.¹⁹⁶ Da derrota sobrou-lhe um convite de D. Manuel II para ir a Lurdes onde poderia sentir a “honra” de “conversar” com “El-Rei”, sendo certo, como reconheceu João do Amaral, que com a “suspensão” da *Ideia Nacional* ficou praticamente “suspensa” a actividade da Liga de Acção

¹⁹⁶ Sobre a elevada improbabilidade dum não envolvimento dos monárquicos integralistas no “golpe dos Fifis”, “Mr. Grant Watson to Sir Austen Chamberlain – (Received August 22 [1927]).” (N.º. 272) Lisbon, August 15 1927. PRO, FO371/12703. João do Amaral deu uma entrevista à *Voz* negando o envolvimento dos integralistas no golpe. A *Voz*, 16 de Agosto de 1927. Sobre este mesmo facto podia ler-se no *Diário de Lisboa*: “Foi suspenso, por ordem do Governo, o nosso colega A *Ideia Nacional*. O seu director, o sr. dr. João do Amaral, declara numa entrevista a A *Voz* que não teve qualquer colaboração nos últimos acontecimentos. Não é costume seu faltar à verdade.” *Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1927, p. 1 (3.ª coluna). O panfleto distribuído em Lisboa no dia do golpe, e que implicaria os integralistas no mesmo encontra-se reproduzido em João Medina (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. XII, O “Estado Novo”, I O ditador e a ditadura, s.e., s.l., Clube Internacional do Livro, s.d., p. 146.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Integralista.¹⁹⁷ Tudo aquilo que lhe sucedeu daí em diante não passou de formalidades intimamente ligadas às rivalidades que, como sempre, iam dilacerando a Causa Monárquica e em que cada sensibilidade e, por vezes, cada monárquico, pretendia ser o interprete do pensamento do “desventurado” D. Manuel II.¹⁹⁸

Desolados ficaram certamente os jovens sardinhistas. Chegados ao início de 1928, alguns deles perceberam que pela monarquia só conseguiriam tentar influenciar os destinos da Ditadura se seguissem os conselhos de D. Manuel II e a estratégia que o monarca e o seu lugar-tenente engendraram. Mas enquanto Pedro Theotónio Pereira desapareceu definitivamente de circulação – aliás desde o início de Maio esteve ausente das páginas de *A Ideia Nacional* –, Marcello Caetano passaria imediatamente a colaborar regularmente com *A Voz*, enquanto Manuel Múrias seguiria o mesmo caminho, passando no início de 1928 a colaborar também com o *Correio da Manhã*.¹⁹⁹

Tendo sido efémera a vitória de Passos e Sousa e da sensibilidade que ele representaria tanto no Exército como na política portuguesa, a sua não continuação na pasta que tanto cobiçara – a vice-presidência do Governo – significava que não possuía qualquer capacidade para constituir um Gabinete que contasse com o apoio de uma parte muito significativa do Exército.²⁰⁰ Os sectores mais moderados da Ditadura Militar – porque posicionados entre Passos e Sousa e os monárquicos e republicanos mais ou menos nacionalistas, mais ou menos radicais –, capitaneados por Carmona, apercebendo-se de que caso continuassem a apoiar a opção Passos e Sousa colocariam em perigo o seu poder e o projecto de reforma que queriam levar a bom porto – designio que teria justificado o 28 de Maio e a Ditadura (ainda) transitória. Daí que

¹⁹⁷ “Atitudes...” in *A Ideia Nova*, 15 de Fevereiro de 1928, p 2 (3.ª coluna).

¹⁹⁸ “[...] ocupamos por Vontade d’El-Rei o posto de Seu Lugar Tenente a Quem compete e a mais ninguém dizer qual seja o Pensamento d’El-Rei e fazê-lo cumprir quanto em nós couber.” Aires d’Omelas, “Causa Monárquica” in *Correio da Manhã*, 5 de Fevereiro de 1928, p. 1 (1.ª coluna).

¹⁹⁹ Nas suas *Memórias*, Pedro Theotónio Pereira a dada altura escreveu: “Eu tinha escrito uma série de artigos nas *Novidades* sobre seguros sociais e seguros em geral que Salazar tinha lido, parece que com agrado, e acerca de cujas ideias não tardou em me dizer uma palavra amável.” Isto teria sido entre finais de 1927 e Abril de 1928, ainda antes da entrada de Oliveira Salazar para o Governo. Sucede que nas *Novidades*, do segundo semestre de 1927 até ao primeiro de 1928, não se encontram quaisquer artigos assinados por Pedro Theotónio Pereira. Procurou-se ainda no *Século*, no *Diário de Notícias*, em *A Voz*, em *O Jornal do Comércio* e no *Correio da Manhã*. Nada foi encontrado. Isto não significa que os artigos não tenham sido escritos e publicados, até porque entre finais de 1927 e o início de 1928, o Governo colocou à discussão, e depois aprovou, nova legislação sobre Seguros. Simplesmente, parece que Pedro Theotónio Pereira não pôde confirmar o nome do jornal onde teria publicado os seus artigos. Também não é de excluir a possibilidade de o artigo, ou artigos, terem sido publicados sob pseudónimo ou não assinados. No entanto, e folheando as *Novidades* do primeiro quadrimestre de 1928, nada se encontra escrito sobre seguros que pelo seu teor possa ser atribuído a um técnico conceituado de seguros como era Pedro Theotónio Pereira. Por outro lado, convém recordar que Dinis da Fonseca pertencia aos quadros daquele jornal. Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 65.

²⁰⁰ “Mr. Grant Watson to Sir Austen Chamberlain – (Received September 5 [1927]).” (N.º. 284) Lisbon, August 29 1927. PRO, FO371/12703.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

não tivessem fechado totalmente a porta, antes pelo contrário, à cooperação com os sectores nacionalistas, sobretudo quando apareceram a apoiar a eleição de Carmona numa companhia recomendável como era a de D. Manuel II.²⁰¹ Portanto, e ainda que no Verão de 1927 os integralistas da *Ideia Nacional* não passassem de uma minoria sem qualquer expressão política e social que pudesse fazer prever uma futura e tão decisiva participação no regime que sucederia à Ditadura Militar – como já nos derradeiros anos de vigência desta –, a verdade é que tanto por força do nacionalismo e do integralismo que campeava no Exército – sobretudo junto da oficialidade mais jovem –, como da fraqueza do reformismo republicano, viram que as suas opções ou propostas continuaram a ter espaço de manobra política para se aproximarem e, a seu tempo, influenciarem o decurso dos factos que, por um lado, contribuíram para levar Salazar à pasta das Finanças e, por outro, fizeram que com ele colaborassem numa posição mais relevante a partir de Abril de 1928.²⁰²

Entretanto, e tal como sucedera antes do banimento da *Ideia Nacional*, a Liga de Acção Integralista prosseguiu em busca da união e, sobretudo, da unidade dos monárquicos. Simplesmente, enquanto até Agosto essa manobra teve uma dinâmica de maior visibilidade e transcendência – porque havia um jornal e porque havia a ambição de integrar republicanos no movimento – a partir daquele mês tudo se passava no seio da Causa Monárquica. Se essa unidade em torno dos ideais tradicionalistas simbolizados pelo Integralismo pareceu realmente possível como consequência da declaração de D. Manuel II de 27 de Fevereiro de 1926, em que chamara todos os portugueses à “unidade política”, através de um regresso às suas instituições tradicionais, parecendo assim ter resolvido em favor dos tradicionalistas a disputa dos termos em que se iria proceder a uma eventual restauração monárquica – dando ainda a entender haver por parte de D. Manuel II a abjuração do julgamento da Carta a que procedera em 1908 quando iniciara o seu reinado –, a não aceitação desta aparente mudança de rumo por parte dos monárquicos de feição cartista ou liberal, além de ter prolongado por mais de um ano as discussões entre duas comissões nomeadas para determinar os termos políticos e institucionais em que se faria a restauração da Monarquia, acabaria por provocar, ainda que indirectamente,

²⁰¹ A pasta das Finanças foi entretanto entregue a Ivens Ferraz, um prestigiado e moderado militar republicano.

²⁰² No fim de 1927, um semanário de Coimbra obediente à Liga de Acção Integralista, embora confessasse em editorial o seu apoio à Ditadura, sublinhava que esse apoio se traduzia em “não embaraçar a sua obra, em dar-lhe força para exterminar os partidos políticos e ainda para executar a obra que se impôs [...]. E das duas uma: - ou a ditadura nos leva aos partidos políticos ou então à monarquia. Aos partidos políticos anteriores ao 28 de maio? Aos partidos políticos que se esforçam por constituir aqueles que se dizem apoiar a ditadura? Pouco importa. São sempre os partidos políticos e os partidos políticos são sempre a mesma coisa.” Bento Caldas, “Nós e a Ditadura” in *A Ideia Nova*, 15 de Dezembro de 1927, p. 1.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

uma nova dissidência entre os monárquicos unidos até então em torno da figura do rei e tendo como base o ideário tradicionalista de feição integralista.²⁰³

Quando em 1927 prosseguiram as discussões que não se sabia a que resultado poderiam conduzir, alguns jovens sardinhistas da Liga de Acção Integralista encetaram uma dissidência na sector tradicionalista da Causa. Seriam duas as causas desta dissidência. A primeira, e causa mais próxima, foi motivada pela proximidade da eleição de Carmona para a presidência da República e pela discussão sobre se os monárquicos – sobretudo aqueles que (re)negavam o princípio do voto democrático expresso nas urnas –, deveriam ou não participar no acto, esclarecendo dessa forma o alcance do seu apoio até então tido como inquestionável, mas também condicionado, à Ditadura Militar. Uma segunda causa, mais remota – mas tão ou mais relevante do que a primeira e a ela intimamente chegada –, ligava-se à tentativa de perceber que tipo de interpretação seria válida no respeitante ao significado das eleições presidenciais, no caso de se ter como referência tanto à declaração de D. Manuel de Fevereiro de 1926 e já citada, como as poucas mas firmes declarações de apoio proferidas pelo rei, a partir do seu exílio, à Ditadura Militar. Deveria a declaração e a aprovação manifestadas à Ditadura pelo rei exilado significar a possibilidade de apoio e escolha, por parte dos monárquicos, do chefe de estado a ser eleito segundo fórmulas (parcialmente) democráticas, sobretudo por esse acto poder significar um reforço político da Ditadura? Ou pelo contrário, os monárquicos (tradicionalistas ou não) por fidelidade à monarquia e ao rei deveriam abster-se de manifestar o seu apoio activo, por mais relevante que politicamente fosse para o reforço político da Ditadura a eleição de Óscar Fragoso Carmona para a presidência da República?²⁰⁴

²⁰³ A mensagem de 27 de Fevereiro de 1926 fora enviada ao Conselho Político da Causa Monárquica. Nela pedia-se que fosse constituída uma Comissão capaz de chegar a “um acordo de princípios gerais, não sem deixar de frisar que «a Monarquia a restaurar não pode ser a de 1910.» D. Manuel II aprovará esse relatório em Abril de 1927. Mas como o relatório não mereceu “a concordância dos liberais”, estes irão em Julho a Londres “dar disso conta a D. Manuel II.” Finalmente, em Novembro de 1927, a Comissão volta a reunir-se e chega a um “Acordo de sete pontos, com desacordo num oitavo, que dizia respeito às competências das Cortes.” Abandonando por este facto a dita Comissão os membros da antiga Acção Realista, D. Manuel II volta a nomear nova Comissão, “mais numerosa que a anterior, integrada pelos membros da primeira, à excepção dos três liberais, que procedeu a uma reestruturação da Causa em sentido mais «autoritário», a condizer com a nova situação política.” Aprovados os novos Estatutos por D. Manuel II apenas em finais de 1928 seria nomeada uma “nova Comissão Executiva e novo Conselho Nacional.” Manuel Braga da Cruz, “Causa Monárquica” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 270-271.

²⁰⁴ O tormento político e moral que a eleição de Carmona poderia colocar a muitos nacionalistas monárquicos apoiantes da Ditadura Militar, além dos dilemas doutrinaários que suscitava, fizeram com que em *A Palavra* – jornal semanário do Porto dirigido pelo integralista Augusto Pires de Lima – se publicasse um texto no qual se colocava claramente o problema político criado pela próxima realização do acto eleitoral e os argumentos favoráveis à participação no mesmo de todos os apoiantes da Ditadura – a começar pelos monárquicos. “A Eleição Presidencial” in *A Palavra*, 30 de Janeiro de 1928, pp. 1 e 2.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

No início do ano de 1928, nos meses de Janeiro e Fevereiro, e finalmente conseguida a constituição da direcção Liga de Acção Integralista,²⁰⁵ seguir-se-á, rapidamente, não apenas a sua extinção²⁰⁶ mas também a divulgação de uma declaração inesperada e inusitada por parte de alguns dos seus antigos membros mais destacados. Esse documento, datado de 7 de Fevereiro, e dirigido ao “Conselheiro Aires d’Ornelas”, lugar-tenente do rei, não apenas condenava a via de afrontamento da autoridade do rei que alguns monárquicos tradicionalistas da extinta Liga de Acção Integralista teriam iniciado ou patrocinado,²⁰⁷ como colocava os seus subscritores à disposição política do Conselho Superior da Causa Monárquica que embora não fosse então já a “organização” de feição liberal que tinha sido, e que alguns acusavam de continuar a ser, se caracterizava, no início de 1928, por se preparar para apoiar de modo inequívoco, e em moldes nunca vistos – à revelia portanto do pensamento tradicionalista –, tanto o aplauso à eleição de Carmona, mas, sobretudo, para dar o voto e fazer o elogio do valor do voto naquele candidato nas eleições que se aguardavam para daí a algumas semanas.²⁰⁸ Ou seja, o problema maior não era o anúncio do apoio à pessoa do candidato, mas a intenção de participar activamente num acto que, pela sua natureza, era contrário aos princípios de doutrina política que definiam o tradicionalismo e o Integralismo Lusitano.²⁰⁹ Alfredo Pimenta sinalizava este facto com indignação, dando a entender que membros do Conselho da Causa tinham andado a aliciar, com recurso à intriga mais baixa, membros da Liga para realizar os seus objectivos. Essa atitude não se tratava apenas de uma forma condenável de enfraquecer, dividindo, a Causa e a Liga, mas, sobretudo, de um caso de corrupção activa do pensamento do rei em matéria de doutrina política. Assim, enquanto para tradicionalistas como Alfredo Pimenta,

²⁰⁵ A Junta Directiva da Liga de Acção Integralista era constituída por: Alfredo Pimenta, Francisco Xavier Quintela, Jaime Alto Mearim, João Ameal, João do Amaral e Manuel Múrias. *A Ideia Nova*, 26 de Janeiro de 1928, p. 1.

²⁰⁶ *A Ideia Nova*, 15 de Fevereiro de 1928.

²⁰⁷ Por isso diziam que “dentro” da Liga tinham actuado sempre “no sentido de evitar que o [seu] pensamento inicial se perdesse” e “se tornasse um elemento de indisciplina, de perturbação e de rebeldia.” Assinado por Rodrigues Cavalheiro, Armando da Silva, Pinto da Cunha e Manuel Múrias, o documento não mencionava o acto eleitoral que se avizinhava, mas afirmava, no entanto, que as suas “atitudes de ontem” justificavam a sua “posição de hoje.” Numa crítica à aparente intransigência dos tradicionalistas no debate em curso que os envolvia com os liberais, acrescentavam: “Nós somos pela unidade dos monárquicos portugueses contra todas as insubordinações que só podem conduzir ao desprestígio dos monárquicos e à negação de toda a autoridade legítima.” Apoiava ainda a “posição política” do lugar-tenente “na presente oportunidade.” “Um documento” in *A Ideia Nova*, 11 de Fevereiro de 1928, p. 1 (5.ª coluna).

²⁰⁸ A “posição política” a que se referiam reportava-se ao conteúdo de dois artigos assinados pelo lugar-tenente publicados no *Correio da Manhã* dos dias 30 de Janeiro e 5 de Fevereiro de 1928, e nos quais defendera, apesar do seu reconhecido “tradicionalismo” monárquico, a posição do rei que seria de “apoio à Situação actual sem levantar o problema político”. Aires d’Ornelas, “Causa Monárquica” in *Correio da Manhã*, 30 de Janeiro de 1928, p. 1 (2.ª coluna). A data para a realização do sufrágio (25 de Março), as condições em que ele decorreria e a duração do mandato presidencial foram fixadas por decreto-lei publicado a 25 de Fevereiro (Decreto-lei n.º 15 063).

²⁰⁹ “O voto político não tem [...] as mais indispensáveis garantias de legitimidade, de eficácia de idoneidade, para o exercício das funções sociais a que se destina.” António Quitério, “A Organização Nacional” in *A Ideia Nova*, 15 de Dezembro de 1927, p. 4.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

a mensagem de D. Manuel II de Fevereiro de 1926 fora inequívoca e nunca implicaria um apoio incondicional à Ditadura republicana, nomeadamente através de uma participação na eleição de um novo presidente, para muitos outros monárquicos, tradicionalistas ou não, membros da extinta Liga, da ressuscitada Acção Realista Portuguesa, ou do Conselho Político da Causa, aquela mesma declaração do rei, como muitas outras mensagens por si enviadas de apoio implícito ou explícito à Ditadura, implicavam o empenhamento na eleição de Carmona, se necessário fosse recorrendo a “demonstração do seu poderio de caciques.”²¹⁰

No imediato, e do ponto de vista dos interesses dos monárquicos, é óbvio que este apoio foi politicamente sensato, uma vez que lhes permitiu, progressivamente, serem não apenas integrados pela Ditadura mas também pelo Estado Novo – em grande medida uma obra de monárquicos e de católicos. Já a médio, longo prazo, a atitude de apoio a uma e a outra solução política revelar-se-ia um erro e um fracasso. Isso veio a suceder porque a restauração monárquica não se fez como sempre se imaginou que poderia ser feita sob o Estado Novo, como o ideal monárquico ficaria durante muito tempo associado a um apoio intenso ao regime autoritário explanado na Constituição de 1933.²¹¹ Simplesmente, em 1928, como depois, a tentação foi sempre demasiado grande.

Embora se desconheça a posição assumida por Pedro Theotónio Pereira neste incidente, certo é que através da imprensa que noticiou este acontecimento, aparentemente com escassa ou nenhuma relevância nacional, se verifica da parte de jovens sardinhistas como António Rodrigues Cavalheiro e Manuel Múrias, uma ruptura com os preceitos políticos e doutrinários do Integralismo ao declararem não apenas o seu apoio à eleição de Carmona como a intenção de activamente participarem naquele acto político, assumindo portanto que as declarações proferidas até aí por D. Manuel II de apoio à Ditadura explicitamente permitiriam a sua atitude, acompanhando nesta decisão a generalidade dos monárquicos não integralistas.²¹²

²¹⁰ Alfredo Pimenta, “A Causa Monárquica” in *A Ideia Nova*, 19 de Janeiro de 1928, p. 1 (2.ª coluna).

²¹¹ Acertadamente, mas não necessariamente pelas melhores razões, a propósito das discussões entre monárquicos que atingiram o seu ponto alto no início de 1928, Alfredo Pimenta diria: “[A eleição presidencial] É acontecimento que não nos interessa – que só pode comprometer a própria Ditadura. Se esta entende que deve abrir as urnas eleitorais – que o faça, sob a sua única responsabilidade, e contando apenas com os votos dos republicanos ditatoriais.” *Idem, ibidem*. Destaque nosso.

²¹² Para os jovens sardinhistas, e como é óbvio, esta sua atitude era um acto de coerência em que se cumpriam, em geral, os ensinamentos do Integralismo Lusitano e, em particular, os de António Sardinha. Por mais voltas que as respectivas biografias políticas viessem a dar, nunca em circunstância alguma reconheceram que tinham rompido com os princípios doutrinários em que assentara a sua formação política. Rodrigues Cavalheiro, no entanto, em data posterior ao início de 1926, era dado como assíduo frequentador dos meios integralistas que sempre se tinham mantido fieis a D. Manuel II. “Eu, desde jovem, militava na Acção Realista que reconhecia o sr. Dom Manuel, embora adoptando o ideário integralista, e onde eram valores de primeira grandeza João Ameal, João do Amaral, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, António Cabral, Rodrigues Cavalheiro, Luís Chaves e muitos outros.” A. Jacinto Ferreira, *Ao Serviço da Pátria e do Rei: Memórias Políticas (1926-1974)*, Prefácio de Henrique Martins de Carvalho, s.e., Lisboa, Ed. Autor, 1991, p. 31.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Já os monárquicos integralistas – e em circunstancia alguma estão aqui a ser incluídos aqueles que se mantiveram fieis às indicações da Junta Central – analisaram aquela atitude fundamentalmente de duas maneiras. Enquanto Alfredo Pimenta ou João Ameal consideraram aquela atitude totalmente em desacordo com os preceitos teóricos duma doutrina que em absoluto recusava o sufrágio e, em particular, a eleição do chefe de Estado, João do Amaral criticava o documento por ser essencialmente muito duro e até mentiroso na apreciação que fazia da atitude da Liga de Acção Integralista e de alguns dos seus membros mais destacados em relação às instruções que D. Manuel ia enviando para orientar o comportamento dos monárquicos no delicado momento vivido pela Ditadura nos derradeiros meses de 1927 e primeiros do ano seguinte. A João do Amaral, e desde que o rei assim o entendesse, era legítimo que os monárquicos votassem na eleição do presidente da República. Importante era que nenhuma das facções da Causa Monárquica impusesse o que quer que fosse à consciência de todos os monarcas enquanto nada fosse claramente definido pelo rei.²¹³

Vista a composição desta dissidência no seio da recém criada e logo extinta direcção da Liga de Acção Integralista, e apesar das declarações sobre o tema de certo modo patéticas porque politicamente contraditórias de João do Amaral,²¹⁴ a atitude dos sardinhistas além de lhes dar ostensivamente uma imagem de moderação e aproximação ao núcleo politicamente mais forte e representativo da Ditadura, pode ser o sinal de que de facto existiriam contactos entre Oliveira Salazar, e/ou representantes seus, e os jovens sardinhistas da Liga de Acção Integralista. Entre finais de 1927 e o início de 1928, uns e outros teriam como grande desígnio político comum, além de guindarem Oliveira Salazar à pasta das Finanças, contribuirem tanto para a sua credibilização política enquanto grupo de apoio mais ou menos ostensivo do futuro ministro, como para criar as condições de estabilidade política e institucional que no imediato só a eleição de Carmona com um número significativo de votos poderia garantir, sendo que o primeiro objectivo só seria exequível quando se consubstanciasse o segundo. Portanto, e no

²¹³ “Atitudes...” in *A Ideia Nova*, 15 de Fevereiro de 1928, pp. 1 e 2. Recorde-se que iam decorrendo negociações entre representantes das diversas sensibilidades da Causa Monárquica com o objectivo de determinar em que termos político-institucionais e doutrinários se faria a restauração, algo que apenas aconteceria em finais de 1928, quando D. Manuel II aprovou os novos estatutos da Causa Monárquica. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 270-271. Sobre as duas rondas negociais, envolvendo as facções e sub-facções cartistas e tradicionalistas monárquicas, em tomo da “questão doutrinária” e que tiveram lugar entre 1926 e 1928, ver o testemunho e a recolha de documentação que se encontra em Luís de Magalhães, *A Crise Monárquica: Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, s.e., Porto, Livraria Lello, Limitada – Editora, 1934, pp. 12-102. Para uma perspectiva diferente do significado dos acontecimentos que envolveram os monárquicos, de 1926 e 1928, em tomo da questão doutrinária, António Cabral, *Cartas D’El-Rei D. Manuel II: O Homem, o Rei, o Português. Notícias e revelações. Memórias políticas*, s.e., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933, pp. 62-80 e idem, *El-Rei D. Duarte II (Rei Morto, Rei Posto): A Sua vida – Os Seus direitos – Páginas de História*, s.e., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1934, pp. 89-178.

²¹⁴ “Atitudes...” in *A Ideia Nova*, 15 de Fevereiro de 1928, pp. 1 e 2.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

início de 1928, os jovens sardinhistas, além de se terem aproximado de Oliveira Salazar, utilizando para isso os contactos de João do Amaral em Coimbra, contribuiriam – modestamente – para alargar a base política e social de apoio em que se sustentaria a primeira e muito importante eleição de Carmona para a chefia do Estado como, sobretudo, para aquela que seria a primeira de várias colaborações decisivas dada por vários monárquicos para o triunfo e afirmação da Ditadura Militar e do Estado Novo.²¹⁵ Finalmente, era óbvio que os apoiantes da ascensão de Oliveira Salazar tinham já conhecimento das condições políticas que este considerava imprescindíveis para ocupar a pasta das Finanças e que com grande clareza apresentara na carta que enviara a Joaquim Dinis da Fonseca no dia 30 de Julho de 1927:

[...] Nisto se resumiu toda a conversa [com Assis Gonçalves], que durou até às duas da noite e me foi desagradável, pois tinha mais ou menos assente em que não tornaria a falar ou a entrar em combinações políticas senão com o Snr. Presidente da República, sabendo que a minha última ida a Lisboa e a conversa como M. da Guerra deu origem a várias intrigalhadas.

[...]

Estar a indicar Ministros para que outrem assuma a responsabilidade dos seus actos é superior ao que legitimamente se me pode exigir. É preciso notar que a generalidade das pessoas que me querem no Ministério das Finanças me querem apenas como um técnico que conserta uma caldeira rota e não como um político. [...] Tudo o que agora são promessas de liberdade de acção se desvaneceria como fumo no Governo. E duvido mesmo se, entrando como técnico, eu poderia impor como condição qualquer coisa do muito que interessa em certos pontos morais à política e governo do País.

[...] Jogo tudo por tudo e exijo as condições da máxima liberdade de acção, de escolha e de direcção.²¹⁶

Entre Julho de 1927 e Abril de 1928, muitos acontecimentos se passaram. Essencial foi que nem o problema financeiro do Estado se resolveu como, em virtude da quase histeria que a questão do empréstimo à Sociedade das Nações suscitou junto das elites e das classes médias das três principais cidades portuguesas, se agravou transitoriamente. Na sequência da evidente impossibilidade de Ivens Ferraz, o então ministro interino das Finanças, sucessor transitório de Sinel de Cordes, e do Governo poderem aceitar as condições do empréstimo, havendo maior

²¹⁵ Como confessou nas suas *Memórias*, também Marcello Caetano, na altura “destacado” em Óbidos como oficial do Registo Civil, participou com um cacique local na mobilização dos cidadãos tão necessários para tomarem credível a eleição de Carmona: “[...] tendo em 1928 tido lugar a eleição, por sufrágio directo, do General Carmona [...], o administrador do concelho, um excelente homem que exercia o comércio de adubos nos arrabaldes da vila, pediu-me que o acompanhasse no giro da praxe a visitar os eleitores influentes para solicitar-lhe os votos. E lá andámos, de charrete puxada por um bonito cavalo, pelas estradas nem sempre cómodas do alfoz obidense.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 22.

²¹⁶ Citado em idem, *ibidem*, pp. 32-33. Este relato reporta-se à segunda tentativa do indigitado vice presidente do Ministério, Passos e Sousa, para convencer Salazar a ocupar a pasta das Finanças no novo Governo. A primeira ocorrera em Lisboa, no gabinete do ministro da Guerra – o mesmo Passos e Sousa – onde decorreu uma entrevista pessoal entre os dois homens. Salazar não terá aceite o convite “não já por falta de confiança nos responsáveis (como em Junho de 1926), mas por não considerar satisfatórias, para a obra que entendia ser necessário realizar, as condições de trabalho que lhe eram oferecidas no seio do Governo.” Guilherme Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 694-695.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

estabilidade política e institucional após a eleição de Carmona para a chefia do Estado e da alternativa Oliveira Salazar se mostrar mais forte do que nunca, mesmo junto dos seus adversários no interior da Ditadura, o professor de Coimbra pôde negociar numa posição de força com as cúpulas da Situação e aceitar o convite que Duarte Pacheco lhe foi fazer a Coimbra para que ocupasse o cargo tão ambicionado.²¹⁷ Como testemunhou Marcello Caetano, seria já “em íntima ligação com o Presidente Carmona” que Salazar passaria a orientar “cada vez mais de perto a acção do Governo pondo-se em prática, afinal, o projecto referido na carta de 1927”.²¹⁸ Poderia Marcello Caetano ter acrescentado que em Abril 1928, quando entrou para o Governo, Salazar tinha já garantias suficientes dadas por Carmona de que as suas condições por si consideradas vitais seriam satisfeitas.²¹⁹ Faltava apenas a nomeação de um chefe de Governo efectivamente macio, e para que isso acontecesse haveria ainda muito que porfiar, vindo a concretizar-se em 1930 quando Domingos de Oliveira passou a desempenhar as funções de presidente do Ministério. Mas era evidente que a resolução “do problema político” que Salazar, Mendes Remédios e Manuel Rodrigues Júnior prometiam ficar a aguardar, a 17 de Junho de 1926, para eventualmente voltarem ao Governo, se tinha finalmente resolvido.²²⁰ No entanto, em 1928, e pelo menos na opinião do mesmo Marcello Caetano, o general José Vicente de Freitas era já um presidente do Conselho de Ministros muito aceitável para os objectivos e ambições de Salazar e dos seus apoiantes.²²¹

²¹⁷ “[...] a insistência do governo, sublinhada pelas convincentes palavras que lhe levou a Coimbra o Prof. Duarte Pacheco, e a aceitação das condições que pôs, decidiram a sua aquiescência de então [...]” Damião Peres, *op. cit.*, p. 446. Ver ainda Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 170-171. Talvez, mas não necessariamente, confundindo o convite recebido por Salazar em Abril de 1928 e que aceitou, com aquele que lhe dirigiram no Verão de 1927, e que recusou, Cabral de Moncada deixou-nos um testemunho que, mesmo assim, merece ser citado: “Em 18 de Abril de 1928, sendo Carmona presidente da República, e presidente do Conselho Vicente de Freitas, este mandou a Coimbra dois oficiais da guarnição de Viseu para convidar, ou quase obrigar, Salazar a aceitar a pasta das Finanças.” Luis Cabral de Moncada, *Memórias. Ao Longo de Uma Vida (Pessoas, Factos, Ideias): 1888-1974*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d. (1992), p. 158.

²¹⁸ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 43.

²¹⁹ Sobre o papel desempenhado por Carmona na afirmação política de Oliveira Salazar no período de vigência da Ditadura Militar, José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 165-171 e Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 187-188. Uma muito importante, e à data original, enumeração e análise dos acontecimentos políticos desenrolados entre Maio de 1926 e Abril de 1928, que permitiram a chegada de Oliveira Salazar à pasta das finanças, encontra-se em Guilherme Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 659-806.

²²⁰ O golpe protagonizado por Gomes da Costa no dia 16 de Junho – com o apoio de amplos sectores militares –, além de ter produzido o afastamento de Cabeçadas e a queda do Governo, conduziu ainda à demissão do “trunvirato” governamental composto pelos professores de Coimbra atrás citados. Guilherme Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 666-672.

²²¹ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 34. Sobre a tremenda luta política que decorreu no seio do Governo da Ditadura, opondo Salazar (corrente autoritária) a Ivens Ferraz (republicanismo conservador), quando este ocupou as funções de presidente do Ministério (Julho de 1929 a Janeiro de 1930), ver Artur Ivens Ferraz, *A Ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz*, Lisboa, 1988, com o estudo introdutório de César de Oliveira.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

“Temos muito que fazer. Preciso de quem me ajude.”²²²

No estrito domínio do confronto interno ao campo integralista, e independentemente da *Ideia Nacional* e da Liga de Acção Integralista terem sido, ou não, “obra de aventura e de habilidade”, a verdade é que ambas tiveram “curta duração”, enquanto o Integralismo Lusitano, na versão da Junta Central, sobreviveria até à sua auto-dissolução em Julho de 1933, na sequência da união monárquica que decorreu da morte de D. Manuel II e do reconhecimento por todas as sensibilidades monárquicas da realeza de D. Duarte como “sucessor legítimo” de D. Manuel II. Porém, tão dramatizada que tem sido ao longo da história do Integralismo Lusitano a ruptura com a Junta Central protagonizada em Abril de 1927 por vários jovens sardinhistas, entre eles Pedro Theotónio Pereira, a verdade é que tal acontecimento era uma consequência quase inevitável de dois factos. Em primeiro lugar, da morte de Sardinha, cujo “entusiasmo comunicativo” não apenas “conseguiu manter uma certa coesão entre os integralistas mais novos” – e que “sem dificuldade se reconheciam seus discípulos” – mas, sobretudo, formalmente obedientes à Junta. Desaparecido, e sendo um facto que “os seus camaradas da Junta Central tinham-se afastado, talvez demasiadamente”, era apenas uma questão de tempo que as dissidências no seio do Integralismo e, depois, da Causa Monárquica acontecessem, como nunca tinham deixado de suceder no passado. Em segundo lugar, e sobretudo após o 28 de Maio, muito dificilmente haveria condições políticas para manter a unidade já de si periclitante do Integralismo. Se se avaliar a dissidência à luz da história genérica do Integralismo Lusitano entre 1922 e 1925, ou daquilo que lhe sucedeu a partir de 1927, é óbvio que se pode considerá-la um acontecimento extraordinário. Se, no entanto, se valorizar aquele que foi o comportamento da Junta Central à luz de outros factos, então a dissidência dos jovens sardinhistas não apenas não é dramática, como possui um interessante e legítimo traço de coerência política com aqueles que eram os procedimentos da Junta Central e dos seus membros. Recorde-se o conteúdo de documentos que a Junta Central produziu, a acção individual de muitos dos seus membros que, além de terem conspirado na preparação do 18 de Abril de 1925 e do 28 de Maio de 1926 e de terem dado todo o seu apoio à facção Gomes da Costa no seio da então recém instituída Ditadura Militar, ainda discutiram a possibilidade de “adesão em bloco à nova situação” (mesmo que sem um “intuito de abdicação”, mas certamente na procura de adoptar “novos métodos de acção política, exigida pelas circunstâncias”, uma vez que se considerava que “seriam mais eficazes para o fim em vista”). Havendo, portanto, pelo menos na segunda metade de 1926, um

²²² Oliveira Salazar a Pedro Theotónio Pereira durante uma conversa mantida em Lisboa no dia 28 de Abril de 1928 à noite. Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 66.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

ambiente generalizado, entre os integralistas da Junta Central, de “abdicação total, sem reservas nem condições [...]”, no mínimo, aquilo que se pode dizer, como reconheceu o mais oficioso dos historiadores do Integralismo Lusitano, foi que se viveu, por demissão dos dirigentes da Junta Central, pela morte inesperada de um deles e pela sucessão extremamente rápida dos acontecimentos, “um grande vácuo – e não menor desorientação”, cujo desenlace não poderia, naturalmente, estar muito longe dos incidentes que o movimento internamente conheceu a partir de 1925.²²³

Neste contexto, a dissidência de Pedro Theotónio Pereira – como eventualmente a de Marcello Caetano – decorria da tentação e da alteração que nos seus espíritos lhes provocara a aproximação ao CADC em 1924. Foi de tal forma marcante essa aproximação que permitiu, em 1927, não apenas a ruptura com a Junta Central mas ainda, e sobretudo, a aceitação de que a questão de regime era secundária para a definição dos bons ou maus destinos do País, facilitando por isso a sua aproximação à Ditadura Militar formalmente republicana pela mão de Aires d’Ornelas e, indirectamente, de D. Manuel II. Embora a esta atitude também não tenha sido estranha mais uma situação de impasse provocada pela intransigência doutrinal por parte de dirigentes da Liga de Acção Integralista como Alfredo Pimenta e João Ameal, parecendo repetir-se uma conjuntura com características idênticas àquelas que a Junta Central fora capaz de criar e prolongar com elevados custos políticos entre 1922 e 1927, paralelamente, a anterior cumplicidade com o CADC fora reforçada pelo facto do principal dirigente da futura Liga de Acção Integralista e director de *A Ideia Nacional*, ter sido em Coimbra um companheiro próximo de Oliveira Salazar e daquilo que este na década de 1910 representava politicamente e, a partir de 1927, representava ainda mais. João do Amaral e a Liga, além da *Ideia Nacional*, tal como o Conselho Superior da Causa Monárquica, foram as pontes utilizadas por sardinhistas e salazaristas para o início de uma colaboração política de grande importância que conheceria o seu fim apenas em Setembro de 1968.

Quando na noite do dia em que Oliveira Salazar tomou posse como ministro das Finanças, Pedro Theotónio Pereira foi chamado a casa de Joaquim Dinis da Fonseca,²²⁴ é óbvio, mesmo que fosse isso que se pretendeu sem grande êxito dar a entender no relato que foi deixado, que o encontro não se fez apenas para falar da reforma da legislação sobre seguros sociais recentemente publicada pelo Governo da Ditadura Militar. A transcrição do relato deste encontro que Pedro Theotónio Pereira deixou nas suas *Memórias* é particularmente interessante, porque revela tanto sobre aquilo que de facto estava a acontecer, tinha acontecido e iria suceder

²²³ Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, s.e., s.l., Edições Gama, 1943, pp. 97-98.

²²⁴ Onde “o Doutor Salazar costumava hospedar-se” quando vinha a Lisboa. Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 48

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

na política portuguesa, condicionada em grande medida pelo papel que Salazar nela desempenhou, como enuncia as linhas gerais do discurso que o salazarismo não se cansaria de reproduzir sobre as condições de (pseudo) independência política em que se produziu a chegada do novo ministro à pasta das Finanças.

Nessa noite [da tomada de posse como ministro das Finanças], logo depois do jantar, fui fazer-lhe uma visita à casa de um amigo comum a cuja hospitalidade ele recorrera para passar aqueles momentos de grande alvoroço [...].

Como ia contando, um amigo comum, o Dr. Joaquim Dinis da Fonseca, telefonou-me ao princípio da noite, para me avisar que o Dr. Salazar me esperava às 9 horas.

Quando transpus os umbrais daquela hospitaleira residência, havia no ambiente um sussurro de vida familiar com correrias e risos de criança. Fui conduzido a uma pequena saleta onde esperei curtos minutos. Fora eu que, conforme o meu costume, chegara antes da hora. Sempre preferi esperar a fazer esperar os outros.

Salazar apareceu-me tranquilo e simples, apenas com um ar um pouco mais severo, que a vida em Coimbra necessariamente lhe imprimira durante aqueles dois anos de voluntário afastamento. Escutou com uma cortesia, que não chegou a um sorriso, as felicitações que eu lhe transmiti com alvoroço, na qualidade de velho nacionalista com 25 anos de idade, pelo efeito galvanizador da sua posse.

Depois foi ele quem falou. E eu ouvia-o fundamentalmente perturbado, revolvendo os acontecimentos daquela tarde e colocando quando muito alguma curta palavra nas pausas da sua exposição.

Ai estava Salazar sozinho. Não havia nenhum partido à sua volta, nem apaniguados, nem amigos, políticos condicionando o seu apoio. Nem grupos, nem postulantes, nem destes impacientes aventureiros que se atrelam por toda a parte ao carro do vencedor.

Nem sequer tinha família consigo porque vivera sempre só. Salazar começava assim o seu labor no Governo com uma conversa quase de trabalho (igual a milhares de outras que viria a realizar com o mesmo espírito), sentando, sempre que podia, do outro lado da mesa, não propriamente um correligionário nem um membro do seu partido – que não existia –, mas um amigo que pudesse ser útil. Eu tinha escrito uma série de artigos nas Novidades sobre seguros sociais e seguros em geral que Salazar tinha lido, parece que com agrado, e acerca de cujas ideias não tardou em me dizer uma palavra amável. Ficara mesmo assente que nos encontraríamos por ocasião da sua próxima vinda a Lisboa. Mas os acontecimentos precipitaram-se e nunca cheguei a saber se essa prevista vinda era já causada pela sua entrada no Governo. Penso que não.

A conversa durou mais – com mais vagar – do que viriam a durar outras nossas conversas oficiais do futuro, sempre sob a premência do tempo. Não houve da sua parte desabaços políticos, nem confidências, nem o menor propósito de falar para a galeria, ali representada pelo seu único interlocutor daquela noite. Foram raras as suas referências ao discurso feito na posse. Recordo que só uma vez disse com simplicidade:

- Eu creio que já falei nessa questão, esta tarde, no Terreiro do Paço.

À saída disse-me:

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

- Voltaremos a encontrar-nos. Temos muito que fazer. Preciso de quem me ajude. Pense na questão dos seguros sociais e também na actualização da lei de João Franco.²²⁵

É óbvio que Oliveira Salazar e Pedro Theotónio Pereira já se conheciam e tinham trocado impressões sobre os artigos que o quadro da Fidelidade fizera recentemente publicar na imprensa, restando apenas saber se o haviam feito por carta ou pessoalmente.²²⁶ O facto de Pedro Theotónio Pereira ter sido convidado para visitar Salazar na noite da sua tomada de posse, de modo a permitir que os dois mantivessem uma conversa em que o tema de eleição seriam os seguros – no qual um dos presentes era especialista –, não passou afinal de um pretexto para justificar um encontro que, pelo menos a prazo, seria politicamente relevante. De facto, o tema dos seguros acabou por não ser o único tocado, centrando-se parte da conversa na sempre tão necessária intriga política, não sendo também de excluir a possibilidade de através de Theotónio Pereira ter Salazar procurado avaliar politicamente o seu interlocutor e aquilo que ele representava. As sucessivas referências feitas por Pedro Theotónio Pereira ao facto de Salazar ter chegado ao poder pelo seu esforço e mérito individual – sem o apoio de mais nada nem de mais ninguém –, não apenas são absurdas em política, como não estão de acordo com a sua referência a uma longa conversa de duas horas²²⁷ e na qual Salazar não produzira “desabafos políticos, nem confidências, nem o menor propósito de falar para a galeria, ali representada pelo seu único interlocutor daquela noite.” Que pouco se falou de seguros atestam-no ainda as palavras que terão sido trocadas à despedida e às quais Theotónio Pereira explicitamente se referiu nas suas *Memórias*.

Por mais relevante que fosse, tanto técnica como politicamente, a questão da reforma de toda a legislação relativa aos mais diversos aspectos do exercício da actividade seguradora, a verdade é que dificilmente o novo ministro das Finanças escolheria duas horas da noite da sua

²²⁵ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 64-66 (destaque nosso – letra cursiva). O relato mais abreviado deste encontro deixado por Marcello Caetano nas suas *Memórias*, recordava que um dia Pedro Teotónio Pereira aparecera “um dia [...] alvoraçado” informando que tendo o novo ministro das Finanças, Salazar, tomado posse, logo decidira suspender “uns decretos publicados na despedida do seu antecessor e que nacionalizavam o resseguro, tocando em alguns pontos, avulsos, o regime do seguro.” Tendo Salazar desejado “estudar o assunto por si próprio [...] um amigo comum apresentara-lhe o Pedro Teotónio como pessoa capaz de o informar, promovendo o encontro dos dois. Daí por diante iriam ter reuniões frequentes para examinar os problemas e estudar as soluções.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 23. A narrativa de Marcello Caetano parece seguir de perto o testemunho deixado por Teotónio Pereira nas suas *Memórias*. É possível que as tenha consultado para escrever sobre este tema.

²²⁶ Valha a verdade que numa carta que enviou a Salazar a 26 de Abril de 1938, Pedro Theotónio Pereira escrevia: “Faz também 10 anos que V. Ex.a me conheceu e comigo conversou demoradamente. Mal pensava então que no futuro V. Ex.a fizesse de mim seu colaborador tão próximo! Com o país inteiro peço a Deus que conserve V. Ex.a à testa dos destinos da Nação e o guie e ampare com a sua divina graça.” CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I, (1931-1939), s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, p. 99 (Documento 54).

²²⁷ “Saí por volta das 11 da noite e caminhei pelas ladeiras do bairro da Lapa (onde então morava) [...]” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 66.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

posse para falar do tema e só desse tema. Pedro Theotónio Pereira e Oliveira Salazar falaram obviamente de política – do quê, concretamente, é provável que nunca se venha a saber. Não fosse assim e possivelmente nunca a Pedro Theotónio Pereira lhe tivesse passado pela cabeça, depois de se despedir de Salazar, que “talvez” lhe “competisse um dia desempenhar alguma parte na grande era que ia começar em Portugal.”²²⁸ Finalmente, tendo realmente Salazar dito qualquer coisa como “Temos muito que fazer. Preciso de quem me ajude”, implica naturalmente a pretensão reforçar ou, pelo menos, criar, no curto-médio prazo, alguns laços de confiança pessoal e sobretudo política com o seu interlocutor e com quem mais com ele estivesse. Independentemente daquilo que neste encontro remontasse, na linha do testemunho deixado por António Rodrigues Cavalheiro, aos tempos de *A Ideia Nacional*, da Liga de Acção Integralista e à importância das relações pessoais de Salazar com João do Amaral ressuscitadas a partir do Verão ou do Outono de 1927, a verdade é que aquelas três realidades foram pelo menos importantes para consolidar política e ideologicamente um pequeno grupo, e que tanto terá cortejado Oliveira Salazar como poderá ter sido cortejado por este ou por alguém em seu nome, sendo que os primeiros resultados práticos desse cortejar mútuo se começaram a ver a partir da noite de 27 de Abril de 1927.

“«Deve estar a dar a uma e meia [...]»”²²⁹

Casado em 1926, Pedro Theotónio Pereira seria pai de um rapaz, que recebeu o seu nome e do qual Marcello Caetano seria o padrinho.²³⁰ Nasceu o primogénito no dia 26 de Novembro de 1927, em casa, no Monte Estoril, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais.²³¹ Numa família cultora de valores tradicionais, é natural que este acontecimento tenha sido grande motivo de regozijo para pais e avós. Pedro Theotónio Pereira, filho, que em Lisboa viria a fracassar nos seus estudos superiores – tentou primeiro Economia e depois Direito – foi em seguida enviado por seu pai para a Califórnia, onde estudou Engenharia Pecuária na Universidade de Berkeley. Ia entregue ao cuidado de uma família açoreana ali radicada – os Borba – e que Pedro Theotónio Pereira conhecia pessoalmente. Ali, além de estudar, trabalhava

²²⁸ *Ibidem*.

²²⁹ *Idem, ibidem*, p. 148.

²³⁰ Nome completo: Pedro Van-Zeller Palha Pereira. Pedro Theotónio Pereira, por seu lado, seria padrinho de João de Barros Alves Caetano, o primogénito de Marcello Caetano, nascido a 12 de Dezembro de 1931.

²³¹ Quando no início de Julho de 1927, Pedro Theotónio Pereira, que se encontrava a acompanhar sua mulher nos tratamentos que se vira na necessidade ir fazer a Val Mont na Suíça, recebeu uma notícia sobre seu filho que não deixou de partilhar com Marcello Caetano: “Recebi hoje um telegrama do meu pequenito: ‘Pai, tenho um dente!’ Mal sonha aquele inocente que agora estará dormindo em Sintra ao lado da avó, que já os telégrafos falam por ele. Um dente, é o primeiro. Deus permita que daqui a 20 anos você se possa rir comigo desta recordação alegre.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 8 de Julho de 1927 (documento n.º 13). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

na propriedade dos Borba, um rancho onde eram criados vários milhares de cabeças de gado bovino. Assim tinha que ser, uma vez que se viu privado, quase na totalidade, de qualquer auxílio financeiro por parte da família. Seu pai cansara-se de o ver levar por Lisboa uma vida indolente e totalmente inútil. Segundo testemunho de sua irmã Clara, uma das principais razões de desagrado de Pedro Theotónio Pereira em relação ao tipo de vida levado pelo seu filho em Lisboa prendia-se com as benesses quotidianas garantidas pela sua condição social e inerente desafogo financeiro. Portava-se como um “menino família” que, sobretudo, a avó materna, a “Avó Patrocínio”, fazia questão de proteger, transformando-se em aliada numa luta surda contra as regras rigorosas que Pedro Theotónio Pereira definira para a educação do seu filho. Pedro acabaria por regressar a Portugal no início da década de 1960. Veio contrariado. Porém, os negócios de sua mãe, muito ligados à actividade agrícola e pecuária, exigiram a partir daquela data a saída da Califórnia e o retorno a casa, mostrando que também deste ponto de vista a opção de seu pai pela Califórnia, pela Universidade de Berkeley e pelo curso escolhido, fora totalmente acertada.²³²

Novamente grávida no Verão de 1928, às oito horas do dia 26 de Março de 1929 Isabel Palha daria à luz uma rapariga, Maria Madalena Van-Zeller Palha Theotónio Pereira.²³³ Finalmente, em 1934, no dia 5 de Agosto, nasceu a última filha do casal, Clara Van-Zeller Palha Theotónio Pereira.²³⁴ Pai extremoso, embora a partir de 1933 mais intensamente mergulhado na actividade política e em todo o tipo de compromissos sociais que desde muito novo preenchiem os seus momentos de lazer, guardava para si um entendimento daquele que deveria ser o seu papel na educação dos filhos que estava longe de pressupor uma intensa presença, acompanhamento e dedicação que passou a ser tida socialmente como exigível apenas algumas décadas mais tarde.²³⁵ Testemunhos dados por familiares confirmam uma relação difícil de Pedro Theotónio Pereira com o seu único filho. Criança, rapaz e depois homem que deveria seguir em tudo as pisadas do pai, a verdade é que nunca cumpriu as esperanças, e eram

²³² Entrevista a D. Clara Theotónio Pereira. Lisboa, 30 de Abril de 2004. Breve Depoimento de Clara Maria Palha Theotónio Pereira, Abril de 2004 (BDCMPTP).

²³³ Nasceu, tal como o seu irmão, na Vila Abamonte, situada no Monte Estoril (freguesia e concelho de Cascais). Segundo conta a própria, no dia do seu nascimento, o pai foi atropelado, embora sem gravidade, quando corria desalmadamente pelas ruas do Estoril em direcção à casa do médico que deveria auxiliar no parto. O primeiro idioma que falou, por tradição familiar do lado de sua mãe, foi o inglês. Aprendeu depois o francês e, finalmente, o português. Entrevista com Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

²³⁴ Natural de Lisboa, freguesia de Santa Engrácia. Provavelmente Isabel Pereira Palha mudara-se da sua residência no Monte Estoril para o palácio da família situado em Lisboa, próximo da estação de Santa Apolónia. Fernando de Castro da Silva Canedo, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 2.º vol., s.e., Lisboa, Edições Gama, 1945, p. 312. Quando contava apenas dois meses, seu pai e sua tia Virgínia decidiram levá-la “à mostra” a São Bento.” Ter-se-á portado “incrivelmente mal.” Colocaram Clara ao “lado do Doutor Salazar que estava de cama constipado [...]”, mas a bebé fartou-se de “chorar.” BDCMPTP.

²³⁵ Como consequência dos permanentes e profundos problemas de saúde que apoquentaram Isabel Palha, e visto o tipo de vida atribulada de Pedro Theotónio Pereira, os três filhos do casal foram criados pelos avós. Idem, *ibidem*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

muitas, em si depositadas. Profissionalmente tardou em encontrar o seu caminho. Por outro lado, a sua vida pessoal ficaria marcada por um casamento secreto que teve lugar na cidade de Salamanca. Fê-lo com uma senhora que servira na casa da família – algo considerado no meio familiar e social que frequentava como liminarmente inaceitável. Pedro Theotónio Pereira faleceu ignorando o facto, tendo já depois de Novembro de 1972 a situação de seu filho e sua nora sido regularizada à luz da lei portuguesa, sucedendo ainda que não viria a ter lugar a continuidade do nome da família por via varonil.²³⁶ Suprema ironia, nunca apreciou a vida do mar. Jamais se adaptou à vida a bordo de navios, sobretudo dos veleiros para recreio que o pai, o tio Alberto e seus amigos tanto frequentavam e apreciavam. Enjoava e, quando estava em condições para tal, aborrecia-se com a rotina a bordo.

Maria Madalena, que frequentou o colégio das Escravas do Sagrado Coração e ainda pensou em ser freira, encarnava o porte soberbo de seu pai e avós. Dos três filhos, foi aquela que mais de perto acompanhou Pedro Theotónio Pereira, sobretudo depois de ter irremediavelmente adoecido no início da década de 1960. Sempre ambicionou cumprir pelo menos um de dois sonhos. Uma formatura em Direito ou uma carreira no mundo do espectáculo, onde pudesse dar asas a um talento de que se considerava naturalmente portadora e que apenas precisava de ser trabalhado. Seu pai, porém, nunca permitiu que franqueasse nem as portas Faculdade de Direito nem do Conservatório. Como sucedeu com a sua irmã mais nova, recebeu uma educação para a família, para o casamento e que se materializava na frequência do ensino secundário, aprendizagem de francês e inglês, formação musical, labores... A certa altura, Pedro Theotónio Pereira convenceu-se de que Maria Madalena não casaria e de que, portanto, se tornariam numa espécie apoio e companhia mútuos, obviando a ausência quase em permanência de Isabel Palha, vistos os graves problemas de saúde de que padecia e que com o passar dos anos não pareciam parar de se agravar. Porém, já no fim da década de 1950, Maria Madalena casou. Lutou para conseguir uma autorização legal de seu pai, algo que convém recordar a lei impunha. Mas para além desta, era-lhe imprescindível o consentimento moral e afectivo. Acabou por consegui-lo, embora no dia em que o futuro marido foi pedir a Theotónio Pereira a sua mão, um e outro tenham falado sobretudo de matemática.²³⁷ A cerimónia decorreu no dia 31 de Março de 1959, na capela do Palácio da Cerca, edifício localizado na zona histórica de Almada.²³⁸ Trata-se de uma construção da segunda metade do século XVIII que Pedro

²³⁶ Informações fornecidas ao autor pelo dr. Gonçalo Sampaio e Mello (24 de Abril de 2004).

²³⁷ Entrevista com Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, Junho de 2001.

²³⁸ “Muito obrigado pela carta tão amiga. Tivemos o casamento da Madalena na Capela da Cerca e foi uma alegria ver a pequena tão contente.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” *Dafundo*, 7 de Abril de 1959 (documento n.º 104). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 92-125.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Theotónio Pereira entretanto adquirira a familiares seus. Com a fachada nobre debruçada sobre o Tejo, da casa como dos jardins avistava-se uma ampla superfície de água salgada que dá forma ao estuário, e ainda toda a cidade de Lisboa, sobretudo as zonas ribeirinhas, desde a Baixa, da zona do Castelo de São Jorge e a cúpula do panteão nacional, até aos seus limites ocidentais. A partir daqui podia seguir com o olhar ainda mais para esquerda vislumbrando os arrabaldes de Lisboa localizados junto ao Tejo e ao Oceano, ou então, já no interior, os que se situavam no enfiamento da serra de Sintra. Esta, diga-se, constituía uma das suas paixões na paisagem portuguesa. Avistava-se com facilidade desde Almada, sobretudo nos dias em que a meteorologia favorecia observações cuidadas, assim como uma série de pequenas povoações que com o passar dos anos tenderam a tornar-se em centros urbanos de fixação de populações e de intensa actividade económica não agrícola. Olhando para a direita, além da zona nobre de Lisboa, vislumbrava-se o movimento dos cacilheiros e, mais para diante, um intenso movimento fluvial provocado pelas inúmeras embarcações que cruzavam o mar da Palha vindo das mais diversas proveniências. Quando comprou o Palácio da Cerca, ainda a ponte que levaria o nome de Oliveira Salazar não havia sido sequer começado a ser construída, pelo que Almada era ainda uma vila pacata, preservando ainda muito da sua vertente rural, independentemente da construção que já se dera da base naval do Alfeite.

O marido de Madalena Theotónio Pereira foi Mário Pedro de Alemquer. Médico, especialista em doenças pulmonares, doutorado e aprovado no concurso para professor pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Discípulo de Pulido Valente, contava com mais dez anos do que a sua nubente. Homem que, à data do casamento, já se sabia de saúde frágil, viu os diabetes precoces e com acelerado ritmo de evolução cegarem-no, primeiro, e tiraram-lhe a vida quatro anos após a realização da cerimónia que decorrera quando Pedro Theotónio Pereira desempenhava as funções de ministro da Presidência. Em 1962, passou o casal uma larga temporada em Washington, já depois de Pedro Theotónio Pereira ter regressado ao desempenho das funções de embaixador na capital dos EUA. Em Agosto de 1963, no ano em que foi diagnosticada a doença de Parkinson a Pedro Theotónio Pereira, Mário Pedro de Alemquer faleceu. A partir daí, Maria Madalena estaria quase permanentemente ao lado de seu pai, uma ajuda preciosa a uma pessoa progressivamente cada vez mais diminuída nas suas faculdades físicas, emocionais e intelectuais.²³⁹

Clara, se não foi a filha favorita de Pedro Theotónio Pereira, pelo menos muito longe não andaria dessa condição. Embora a escassa documentação manuseada no Arquivo da Sociedade

²³⁹ Idem (12 de Abril de 2004). Cópia do “Registo de Nascimento” e respectivos “averbamentos” de Maria Madalena Van-Zeller Palha Theotónio Pereira. BDCMPTP.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Theotónio Pereira,²⁴⁰ assim como o depoimento que produziu sobre seu pai, não sejam taxativos, a verdade é que deixam alguns indícios.²⁴¹ Possuidora de uma personalidade que em nada se confundia com as dos seus dois irmãos mais velhos, Clara teve igualmente a esmerada e típica educação de uma rapariga nascida no seio de uma das famílias portuguesas de nomeada no período do salazarismo. Não tendo, tal como sua irmã Madalena, frequentado a Universidade, quando seu pai ocupou o posto de embaixador de Portugal em Londres (1953-1958), cursou Belas Artes durante três anos, beneficiando das oportunidades “oferecidas aos estudantes de uma das melhores Escolas de toda a Inglaterra.” Sempre acompanhada por seu pai, pôde conhecer a pintura “Inglesa, Francesa, os móveis, as porcelanas.” Visitavam “juntos as exposições de pintura, [e] as galerias que se dedicavam exclusivamente a ‘Marinhas’.”²⁴² Antes de Londres, e tal como os seus irmãos, deambulou com o seu pai pelos diversos postos diplomáticos que ocupou desde a segunda metade da década de 1930, nomeadamente por Espanha e pelos EUA. Em Londres chegaria a fazer algum furor, sendo notícia nas secções dos jornais que acompanhavam aqueles acontecimentos que reuniam a elite social no Reino Unido,²⁴³ nomeadamente quando acompanhada por sua irmã Madalena e por D. Juan de Bourbon (conde de Barcelona).²⁴⁴ Tendo sido emancipada por seu pai aos 18 anos, dele recebera um sinal, nos tempos que corriam, de grande confiança. De uma beleza e elegância acima de qualquer discussão, mas reservada tal como o seu feitio, era um dos melhores partidos da alta sociedade lisboeta.²⁴⁵ A 14 de Outubro de 1957, em Londres, casou com Carlos Manuel

²⁴⁰ Exemplo disso é o tom e o significado das palavras que lhe escreveu e que está integralmente transcrita na primeira nota do primeiro capítulo deste trabalho.

²⁴¹ BDCMPTP.

²⁴² *Idem, ibidem.*

²⁴³ O *Daily Mail* de 20 de Janeiro de 1956 publicou uma foto com Clara Theotónio Pereira, na companhia de Mrs. Peter Thomeycroft, participando num desses eventos. Na legenda podia ler-se: “The smiles of Mrs. Peter Thomeycroft and Miss Clara Pereira, daughter of the Portuguese Ambassador, perhaps express mutual admiration at an elegant turnout.”

²⁴⁴ Numa pequena nota de imprensa intitulada “Incognito”, podia ler-se: “The-man-who-is-not here. Spanish pretender DON JUAN, had a gay evening out last night. He is staying incognito with the Portuguese ambassador, but all six foot six inches of him was much in evidence in the West End. With the ambassador’s daughters, CLARA PEREIRA, her sister MAGDALENA, and another man, Don Juan went to the Piccadilly Theatre to see a A Question of Pact.

After the show the party went to the Savoy Restaurant for dinner and dancing.” *The Evening Standard*, 18 de Maio de 1954. Influências movidas pela Embaixada portuguesa na capital do Reino Unido conseguiram evitar que a imprensa sensacionalista voltasse a uma notícia que se destacava por incluir algumas tropelias, aliás habituais, cometidas pelo pretendente ao trono de Espanha. Informações dadas ao autor pelo dr. Gonçalo Sampaio e Mello (12 de Abril de 2004).

²⁴⁵ Em Espanha, que na década de 1950 Clara visitava frequentemente acompanhando seu pai – que ali ia ao encontro dos muitos amigos que fizera quando fora embaixador –, receberam propostas informais de casamento vindas de algumas das mais “aristocráticas” famílias espanholas. Entrevista com Gonçalo Sampaio e Mello, Lisboa, 30 de Abril de 2004.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Cabral Marques de Sousa.²⁴⁶ Desta união nasceram os únicos netos de Pedro Theotónio Pereira.²⁴⁷ Em carta a Marcello Caetano deu Theotónio Pereira nota dos cuidados e das esperanças que o casamento de Clara lhe suscitava:

Creio bem que a Clarinha encontrou um bom marido e que terá feito um casamento feliz.

Desde o começo que fiquei a gostar muito do rapaz. E o contacto directo só tem melhorado a minha impressão dele em todo o sentido. Estão agora 2 ou 3 meses na Alemanha onde ele está a preparar a montagem duma nova fábrica.²⁴⁸

Poderá parecer excessivo, e ao mesmo tempo demasiado óbvio, ver na relação que Pedro Theotónio Pereira manteve, ou procurou manter, com os seus filhos uma tentativa de reprodução do exemplo que tinha recebido de seu pai e ao qual, pelo menos uma vez, fez cuidada e afectuosa referência nas suas *Memórias*. Mas por outro lado, não é descabido pensar que Pedro Theotónio Pereira procurasse transmitir aos seus filhos aquilo que de mais marcante tinham sido as referências sociais e éticas herdadas de João Theotónio Pereira Júnior. Assentavam, desde logo, no culto da ética do trabalho, algo que sujeitou ao longo da sua vida Pedro Theotónio Pereira “a obrigações diárias de muitas horas.” Como viria a afirmar, para que se pudesse trabalhar muito e bem havia que possuir um forte “domínio [...] sobre a marcha do tempo.” De facto, e desde logo, tanto por Pedro Theotónio Pereira, como por seu pai, “ninguém esperava.”²⁴⁹ Mas, “sobretudo”, o seu “espírito de pontualidade” devia ser evidenciado perante os “pequenos”, o que “correspondia exactamente ao que se costuma dizer da delicadeza dos reis.” Esta atitude de respeito para com os que considerava como mais humildes, a começar pelos seus empregados, ter-lhes-á permitido, a João Theotónio Pereira e ao seu filho Pedro, granjear junto deles particular respeito e devoção, embora também exigisse como contrapartida o cumprimento dos mesmos valores por parte daqueles que de si dependiam, não tolerando nem

²⁴⁶ A cerimónia realizou-se em Londres por ter tido lugar poucos meses após o dramático e inesperado falecimento de Alberto Theotónio Pereira. Na capital britânica era mais fácil realizar um acontecimento aprazado há algum tempo, mas que se deveria desenrolar em ambiente discreto, que não chocasse com o luto da família nem com algumas regras de comportamento social vigentes. Sobre o assunto disse a Salazar: “Está já assente a data do casamento de minha filha. Será em Londres e na mais estrita intimidade, por causa do luto, no dia 14 de mês que vem. O Delegado Apostólico vem celebrar Missa na Embaixada. Como já disse a V. Ex.a, gosto muito do rapaz e penso que a pequena o acolheu bem.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Lisboa, 25 de Setembro de 1957. AOS/CD-18, fls. 88-89. A cerimónia “comoveu fundamentalmente os poucos que assistiram.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar”, Lisboa, 15 de Outubro de 1957. AOS/CD-18, fls. 91-95.

²⁴⁷ Cópia do “Registo de Nascimento” e respectivos “averbamentos” de Clara Maria Palha Theotónio Pereira. Entrevista com Gonçalo Sampaio e Mello, Lisboa, 30 de Abril de 2004.

²⁴⁸ “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 6 de Novembro de 1957 (documento n.º 90). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 35-64.

²⁴⁹ João Theotónio Pereira Júnior, por causa da sua pontualidade quase obsessiva, era uma espécie de Immanuel Kant dos bairros de Lisboa que diariamente calcorreava a pé. “Os porteiros velhos das ruas em volta do prédio em que nasci costumavam dizer: «Deve estar a dar a uma e meia porque acaba de passar o Senhor Theotónio Pereira.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 148.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

“carência de pontualidade” nem “falta de cumprimento das obrigações.”²⁵⁰ Para Pedro Theotônio Pereira, como para seus irmãos e toda a família, inclusivamente para as gerações mais novas, a natureza do carácter de João Theotônio Pereira Júnior foi marcante, apresentando-se como exemplo a ser seguido a atitude que tomou durante a crise, ou o escândalo, Alves dos Reis (mais propriamente “Angola e Metrópole”) e que levaram à sua demissão da direcção do Banco de Portugal. Sobre a atitude de seu pai no decurso destes graves eventos, escreveu Pedro Theotônio Pereira:

Durante as primeiras e difíceis semanas da instituição do processo, meu Pai mostrara grande firmeza de ânimo e concorrera para manter a administração do banco no conceito público que lhe era devido. Suportara porém com extrema repugnância os ataques ao banco e só se resolvera a retirar um pedido de demissão, que se propunha apresentar, depois de prometidos da parte dos colegas uma firmeza e espírito de união que não consentissem brechas até à vitória final.

*Infelizmente, um dos antigos do banco, brilhante personalidade e que foi meu amigo durante dezenas de anos, veio declarar publicamente que tinha resolvido pedir a demissão, mas sem efectivamente consultar os colegas. E outros o seguiram. Isso deu lugar a que meu Pai se zangasse e voltasse à decisão de retirar-se. Mas todos os impacientes acabaram por regressar e só meu Pai não voltou.*²⁵¹

O exemplo do pai,²⁵² neste momento melindroso e marcante da sua vida, foi para Pedro Theotônio Pereira de grande relevância, uma vez que ao longo da sua carreira política, confessou o próprio, embora sem particularizar, viria a confrontar-se com várias “situações semelhantes” e que apenas se terão resolvido favoravelmente por ter podido apresentar uma

²⁵⁰ Quando desempenhava já funções governativas, entre 1933 e 1937, Pedro Theotônio Pereira ia regularmente jantar com seus pais. Porém, nos dias de “Conselho de Ministros ou de levante político” ou não aparecia ou apenas o fazia “o mais cedo que fosse possível!” Nessas alturas, a família esperava, mas o pai não deixava de opinar que talvez valesse a pena que os compromissos que retinham o filho começassem “mais cedo...” Idem, *ibidem*.

²⁵¹ *Ibidem*, pp. 149-150. Na altura, o Governador da instituição era Inocêncio Camacho Rodrigues, sendo vice-governador João da Motta Campos Júnior. À direcção do banco pertenciam ainda Fernando Emygdio da Silva, Ruy Ulrich, José Caeiro da Matta, Lobo d’Ávila Lima, Manuel Casal Ribeiro de Carvalho, António José Pereira Júnior e Ramiro Leão).

²⁵² Enquanto Pedro Theotônio Pereira sublinha em seu pai “a extrema bondade que o caracterizava”, Marcello Caetano guardava em relação àquele homem falecido há mais de vinte anos, a impressão sincera de que se tratava de uma personalidade que “admirava muito mas o achara talvez demasiado repressivo.” Sabia do que falava, uma vez que o pudera apreciar durante os anos que passou na Companhia de Seguros Fidelidade, além dos comentários que sobre seu pai Pedro Theotônio Pereira lhe terá confidenciado. Ao reproduzir o comportamento e os ensinamentos de seu pai, é provável que Pedro Theotônio Pereira se tenha tomado para seus filhos numa figura demasiadamente severa. Sobre as considerações de Marcello Caetano sobre João Theotônio Pereira Júnior, Virginia Theotônio Pereira, *Simple Memórias (1910-1990)*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor, 1993, p. 254. À observação de Marcello Caetano atrás citada – na altura em que desempenhava as funções de presidente do Conselho, terá respondido a Virginia Theotônio Pereira: “Ri-me e contei-lhe que desde os oito anos andava sozinha, embora em liberdade condicionada, visto ser esse também o parecer de minha Mãe. Mas aí de mim se me passasse pela cabeça mentir, pois ela mesma não se ensaiaria em dar-me umas fortes palmadas. Ao dizer isto, o Sr. Presidente Caetano estremeceu e observou: «Ah, bater não!»

Fiquei calada e um pouco triste. Marcello Caetano não seria o homem para a situação e estava já com poucas forças para lutar.” Idem, *ibidem*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

quase idêntica grande firmeza de princípios.²⁵³ Com o pai, e ao contrário daquilo que sucedia com os irmãos Luis e Alberto, Pedro Theotónio Pereira tinha o hábito de, após a “sobremesa” do jantar, pedir-lhe autorização para começar a fumar os seus cigarros *Chesterfield*.²⁵⁴ Quedavam-se os dois à conversa horas a fio “na sala de jantar”, naquele que era entre muitos outros sinais uma demonstração clara da confiança e respeito que nutria por seu pai.

Sobretudo pelo exemplo herdado, e segundo o testemunho da sua filha mais nova, Pedro Theotónio Pereira era “exigente” com Pedro, Madalena e Clara, mas sabendo de igual forma “não pedir demais”, da mesma forma que caso chegasse à conclusão de não ter tido razão “nalguma crítica, dizia-o francamente.” Sempre fez ver a seus filhos que “uma educação” que privilegiasse “a posição social em detrimento do aproveitamento das qualidades” que aqueles “porventura” tivessem, “era um erro muito grave e uma injustiça para quem apenas queria ter na vida aquilo” que “tinha sido dado a seus filhos.” Segundo o mesmo testemunho, Pedro Theotónio Pereira procurou sempre, com “entusiasmo”, “desenvolver” nos seus filhos “aquilo que achava” que os “enriqueceria para [a] vida”, jamais olhando, “se fosse preciso”, a “sacrifícios.” Clara nunca esqueceu, “entre tantas outras coisas”, a “paciência” com que a tinha sabido “encaminhar” na vida.²⁵⁵ Estes pormenores de carácter no relacionamento com os filhos – especialmente com Madalena e Clara – pareciam, no entanto, dever-se muito ao legado recebido de sua mãe. Com ela desenvolveu uma forte relação de cumplicidade, desde a infância até à morte da mãe em Janeiro de 1959. Era com a mãe que Pedro Theotónio Pereira tinha podido “conversar de (quase) tudo [...]”. Fora com ela que eventualmente aprendera a ser “doce” com as filhas, mas mostrando-se “severo naquilo que considerava ser o cumprimento do dever.” Esta confiança e cumplicidade manteve-se “durante toda a vida”, proporcionando-lhes o privilégio de trocarem “desabafos”. Quando esteve em Espanha e depois no Brasil, nos EUA e, mais tarde, no Reino Unido, era à mãe que telefonava e que escrevia mais frequentemente, e quem logo que podia, quando passava por Lisboa, visitava.²⁵⁶

²⁵³ Pedro Theotónio Pereira foi procurado pelos restantes membros da administração do Banco de Portugal para funcionar como intermediário junto de seu pai na tentativa de levá-lo a uma mudança de atitude. A intermediação não resultou. Aliás, Pedro chamou a atenção àqueles que o procuraram para a intransigência de seu pai quando se tratava de questões de princípio. *Ibidem*, p. 150. É verdade que enquanto desempenhou, às ordens de Salazar, vários cargos de nomeação política, apenas uma vez, e durante um espaço de tempo relativamente curto, demonstrou Pedro Theotónio Pereira uma tal intransigência de princípios. No entanto, nem Pedro Theotónio Pereira era seu pai, nem a sua relação com a actividade política era a mesma que seu pai mantivera com o Banco de Portugal.

²⁵⁴ “O respeito que [João Theotónio Pereira Júnior] inspirava a seus filhos mais velhos era tal que quando entrava na sala em que estes se encontravam fumando, os cigarros desapareciam imediatamente sob o tacão dos sapatos.” BDCMPTP.

²⁵⁵ *Idem*, *ibidem*.

²⁵⁶ *Ibidem*.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Apesar das inúmeras horas de trabalho que o exercício de cargos públicos sempre lhe tomou, sobretudo depois de ter iniciado funções governamentais, primeiro, e diplomáticas, mais tarde, verdade é que Pedro Theotónio Pereira manteve o seu culto pela frequência e fruição, tão assídua quanto lhe era permitido, de espaços abertos. Desde a correspondência que trocou António Sardinha até ao testemunho que deixou nas suas *Memórias*, não sendo muitas são apesar de tudo suficientes as referências aos longos passeios que antecipadamente preparava e que o levavam com vários amigos à serra da Arrábida – então ainda terra esmagadoramente inóspita, praticamente sem estradas, sem indústria, quase totalmente desabitada, excepto por algumas casas de pescadores situadas no enfiamento da foz do rio Sado ou no seu sopé nas vertentes viradas a Setúbal, Azeitão e Sesimbra. Na dita serra e nas suas imediações, a poucos quilómetros de Lisboa, podia-se caminhar, caçar e, junto à sua recortada faixa costeira, pescar.²⁵⁷ Nos seus tempos de estudante, tinha por hábito meter os “pés a caminho munido de farnel”. Por lá, isolava-se “para estudar na solidão da natureza e na do convento que um só guarda vigiava.” Ali “ficava, revendo a matéria durante o dia, recolhendo à noite a uma das celas baixas, dormindo sobre a pedra nua onde os frades arrábidos se haviam deitado.”²⁵⁸

Por outro lado, e pelo menos até à data do seu casamento, Pedro Theotónio Pereira deixava-se ficar algumas temporadas na Quinta do Pombal. Por lá passava – e dali também partia frequentemente para outros destinos –,²⁵⁹ as férias do Carnaval e a pausa para exames que ocorria nessa altura, além de parte das férias da Páscoa e do descanso das actividades escolares que se repetiam cada Verão e que, caso não tivesse compromissos pendentes na Universidade, se estendiam ininterruptamente desde Junho até ao início de Outubro. A Quinta do Pombal, uma propriedade que com essa designação remontava ao século XVIII,²⁶⁰ terá passado para as mãos João Theotónio Pereira Júnior no limiar do século XX. Segundo o testemunho de Virgínia Theotónio Pereira, quando seu pai soube que aquela “propriedade na Cova da Piedade” estava “à venda [...] decidiu comprá-la, não obstante a sua fama de casa assombrada onde à

²⁵⁷ Para uma descrição dos elementos naturais e humanos – estes últimos quase ausentes –, da serra da Arrábida e das suas imediações, para a segunda metade da década de 1920, e onde se enunciam alguns dos percursos que, por via marítima e terrestre, permitiam conhecer as suas características mais relevantes, *Guia de Portugal*, 1.º vol., *Generalidades. Lisboa e Arredores, Apresentação e Notas de Sant'Anna Dionísio*, s.e., s.l., Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., pp. 677-691.

²⁵⁸ Segundo o mesmo testemunho, Pedro Theotónio Pereira sentiu-se fascinado pela Arrábida durante toda a sua vida. “Gostava também muito de Sintra e mais tarde das montanhas da Suíça e dos picos das Navarras Espanhola e Francesa. Sentia-se na montanha em completa paz.” Ainda segundo a sua filha Clara, a montanha produzia em seu pai um “forte sentimento quase místico.” Sentimento esse que vinha dos tempos de estudante e será sido do “conhecimento de alguns amigos mais íntimos dessa época.” BDCMPTP.

²⁵⁹ Com excepção dos anos da Grande Guerra, todos os anos no Verão a família Theotónio Pereira fazia férias no estrangeiro. Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 29.

²⁶⁰ Embora a toponímia fosse medieval, a casa teria sido construída em meados do século XVIII. Alexandre M. Flores, *Almada Antiga e Moderna, Roteiro Iconográfico*, III, *Freguesia da Cova da Piedade*, s.e., s.l., Câmara Municipal de Almada, 1990, p. 227.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

meia-noite diziam ouvirem-se agudos gemidos abafados, vindos dum quarto que tinha um armário com pesadas gavetas metido na parede.” Até então, a famosa quinta, conhecida pelo esmero com que aí eram tratadas as suas rosas, pertencera à família Plantier.²⁶¹ Por lá chegaram a reunir-se mais de “vinte pessoas de família à mesa e doze na sala de jantar do pessoal, que dava para a cozinha.” À noite improvisava-se “bailarico na eira, no alto da Quinta, que durava frequentemente, nas lindas noites de luar, até quase de manhã, ao som da gaita de beijos ou do harmónio.”²⁶² De triste ou decepcionante das temporadas passadas na quinta, Virgínia Theotónio Pereira apenas se recordava dos “tempos da primeira República [...]”²⁶³ Ainda que não fosse comum, e já depois de 1917, terá acontecido mais do que uma vez. Quando senhoras pertencentes a várias famílias que residiam no Pombal se juntavam, em “obediência ao pedido da Senhora que apareceu em Fátima a brilhar como o sol,” para “todas as tardes rezarem o terço, na igreja de S. Paulo de Almada”, as suas excursões – “ora a pé, ora num pequeno toneau [sic]”²⁶⁴ –, acabavam “invariavelmente” molestadas pelas pedras que lhes eram arremessadas e, “por vezes”, as “atingiam”.²⁶⁵

A Quinta do Pombal constituía-se num ponto importante da pequena povoação com o mesmo nome (Pombal). Onde veio mais tarde a figurar a rua da Liberdade na Cova da Piedade, passava a estrada do Pombal, situando-se de um lado a dita Quinta do Pombal²⁶⁶ e do outro, além de uma outra propriedade conhecida como a Quinta das Fontainhas, o “chafariz e bebedouro onde o gado se saciava”. A propriedade dos Theotónio Pereira tinha capela privativa

²⁶¹ Ao que parece, D. Carlos costumava visitar as exposições de rosas que regularmente se apresentavam na quinta. Também se contava que ali vivera um homem tão ciumento que quando era obrigado a “ausentar-se por uns tempos, prendia numa dessas gavetas a grossa trança da bela consorte – sem sorte...” Finalmente, e ainda segundo a lenda, numa das alas da primitiva casa da quinta chegara Vasco da Gama a estudar “os planos da sua gloriosa viagem [à Índia].” Idem, *ibidem*, pp. 24-25.

²⁶² “Quando, no mês de Junho, nos instalávamos no Pombal para saltarmos às fogueiras, lembro-me que veio de uma vez a Filarmónica «Incrível Almadense» cumprimentar o meu Pai, que punha o seu palhinhas de usar no Verão logo que chegava.” *Ibidem*, p. 25. Pedro Theotónio Pereira, na sua juventude, durante estes bailaricos não se eximia de convidar para dançar algumas das moças de famílias humildes que assistiam e participavam na festança. Entrevista com o Dr. Gonçalo Sampaio e Mello.

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ “Tonneau”. Pequeno carro puxado por dois cavalos.

²⁶⁵ Para Virgínia Theotónio Pereira os republicanos que assim procediam não faziam mais do que manifestarem-se “contra o céu que os queria proteger.” Culminava o seu relato destes actos criminosos que teriam sido praticados pelos inimigos do catolicismo em Almada, com uma história triste mas exemplar. Uma história que, pelo menos na altura em que era contada, serviria mais para reconfortar espíritos crentes do que para mobilizar gente sem fé. De qualquer modo, esse relato diz-nos alguma coisa sobre o ambiente de confronto político e cultural que se viveu durante a primeira República: “Eu saía muitas vezes acompanhada da viúva de um antigo empregado nosso [...], para visitar um homem que jazia há muitos anos num catre, junto a uma janela. Contava-se que aquele homem fora um dos vândalos que, no 5 de Outubro, assaltara as igrejas, derrubara os santos e os deitara pela rocha abaixo. O pobre morto-vivo, ao erguer os braços para lançar ao abismo, creio que uma cabeça de Cristo, ficara nesse mesmo momento totalmente paralisado.” *Ibidem*.

²⁶⁶ A Quinta do Pombal “era conhecida na giria por Quinta do Plantier ou ainda por Quinta do Bigodes.” Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 224. Sobre o demorado e penoso desenvolvimento das infra-estruturas urbanas no concelho de Almada entre meados dos séculos XIX e XX, Jorge de Sousa Rodrigues, “Infra-estruturas e urbanização da margem sul: Almada, séculos XIX e XX” in *Análise Social*, vol. XXXV (156), 2000, pp. 547-581.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

– “inserida no conjunto do palácio” – com “retábulo de talha dourada”, sendo que o “tecto de pintura barroca com motivos florais emoldurava um rico monograma.” A mesma capela, do século XVIII, possuía imagens dessa época.²⁶⁷ Por razões que se ignoram, e em data que se desconhece, o “altar foi desmontado e depositado num dos armazéns do Ginjal, da família Teotónio Pereira”, ao passo que o tecto “foi transferido para a capela do palácio da Cerca”,²⁶⁸ propriedade de Pedro Theotónio Pereira e para a qual terá planeado fixar a sua residência, o que nunca se verificaria em definitivo como consequência quer da recusa de sua mulher em acompanhá-lo, como, mais tarde, já na década de 1960, da degradação do seu estado de saúde.²⁶⁹ Independentemente das razões, a verdade é que, por finais da década de 1920, havia quem garantisse que a Quinta do Pombal tinha entrado definitivamente em decadência:

Ninguém calcula! Entra-se o portão e somos conduzidos aos restos dum velho jardim, onde sobrepairam ainda emanações dumas plantas que vegetativamente ali diligenciam quiçá conservar a tradição perfumada dum passado brilhante. E lembram-se os poucos detentores destas reminiscências doiradas, dos tempos em que ali se realizavam una ágapes famosos, e em que a misteriosa beleza das rosas do Pombal, que Paulo Plantier cultivava com a mágica varinha da sua requintada sensibilidade olfactiva [...]. [...] outro dia entrei naquela formosa quinta ...! Como tudo anda mudado nesta terra. Lá dentro não há ainda a devastação, mas já o esquecimento e amigo de futuras ruínas. Depois, há uma surpresa para cada visitante. Sobre algumas portas vêem-se dísticos, naturalmente indicando ao curioso a função destinada a cada casa. Numa delas há este: “Parlamento”. Inquirindo da razão da tabuleta, fomos informados de que, no interior, a casa servida por tal porta, era uma cavaleriça!...²⁷⁰

Independentemente dos Theotónio Pereira não esconderem aos seus contemporâneos no Pombal aquela que era a sua opinião sobre o sistema e o regime político vigentes em Portugal entre o 5 de Outubro de 1910 e o 28 de Maio de 1926, a verdade é que, e segundo conta

²⁶⁷ “N.ª Sra. Do Monte do Carmo (ao centro), Santo Tomás de Aquino (à esquerda), S. Paulo (à direita), Maria Madalena de Jesus e N. Sra. das Dores (nas laterais exteriores).” Tudo imagens de “madeira estofada.” Idem, *ibidem*, pp. 226-227.

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ Esta propriedade, que incluía também uma quinta de 14 000 m², tendo o edifício de dois pisos 572 m², foi adquirido por Pedro Theotónio Pereira, em meados da década de 1950, pela quantia de 1 milhão de escudos. Pertencia à família, a um primo que descendia, tal como o novo proprietário, da primeira geração dos Theotónio Pereira que viera de Poiães para se estabelecer em Lisboa em finais do século XVIII. Pedro Theotónio Pereira viria a desfazer-se da propriedade em 1970, vendendo-a à família Barahona da Cruz e Silva pelo valor de 4 milhões e 200 mil escudos. Informação contida num verbete distribuído gratuitamente aos visitantes do Centro de Arte Contemporânea instalado na Casa da Cerca.

²⁷⁰ J. da Cruz in *O Almadense*, 3 de Junho de 1929, citado em Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 226. Depois da década de 1950 a família Theotónio Pereira vendeu a Quinta do Pombal, sendo, como era previsível, urbanizada. Sobre os resultados deste processo e as potencialidades urbanísticas do terreno onde se encontrava instalada a Quinta, escreveu Nuno Theotónio Pereira: “[...] lembro[-me] de ter levado os meus colegas de curso à Quinta do Pombal, ainda quando toda a área compreendida entre a antiga Almada e a Cova da Piedade era rural. [...] A vila já manifestava tendência para crescer e pensámos como aquela encosta suave, voltada a sul e com vista para o Alentejo e o Mar da Palha, tinha ótimas condições para uma expansão urbana exemplar, ao estilo da “Ville Radieuse” de Le Corbusier, cujas ideias nos fascinavam. Não foi isso que aconteceu e toda aquela belíssima área acabou por ser estragada com as banais urbanizações da periferia.” Nuno Theotónio Pereira, “Na Casa da Cerca, a propósito de uma homenagem” in *Anais de Almada. Revista Cultural*, n.º 3, Câmara Municipal de Almada, 2000, p. 204.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Virgínia Theotónio Pereira, a sua família procurou encontrar junto daqueles, sempre sem qualquer êxito, diga-se, alguém que pudesse explorar a Quinta ao gosto dos seus proprietários. Dela procuraram seus pais retirar para consumo, tanto em Lisboa como no Pombal ou no Ginjal, uma parte da sua rica e variada produção. A propriedade “possuía vinhas,²⁷¹ pomares de fruta, um lago, jardins, tanques de rega, dois poços com nora, [e] uma grande amoreira no [seu] centro [...], escadaria exterior em pedra, cavalariças, vacaria, adegas e casa de caseiro.”²⁷² Mas por presumível incompetência dos caseiros que se foram sucedendo na Quinta do Pombal, os legumes produzidos foram sempre poucos e de escassa qualidade, as galinhas punham cada vez menos ovos, enquanto o leite enviado em bilhas para Lisboa passou a ser cada vez mais “aguado”, vindo-se a descobrir que era misturado “com água com dejectos de peixes”, ficando a família a saber que “era ‘baptizado’, não com água do Jordão, mas com a água do lago do jardim onde os homens lavavam os pés e havia muitos peixes...”²⁷³ Explicação mais verosímil para o fracasso que se verificou ser a exploração dos recursos agrícolas e pecuários da Quinta do Pombal, estaria no facto da família, e em particular João Theotónio Pereira Júnior, possuir outras prioridades. Se a qualidade de proprietário agrícola absenteísta no Ginjal não terá tido demasiadas consequências nefastas – até porque ali, e por causa dos seus interesses comerciais, João Theotónio Pereira Júnior era uma presença bem mais assídua –, na Quinta do Pombal a sua ausência revelou-se fatal. Nunca ninguém na família mostrou interesse ou foi capaz de tornar produtiva uma propriedade agrícola que, a ajuizar pelas descrições, teria algum potencial. Mais tarde, já nas décadas de 1940 e 1950, a propriedade seria retalhada e vendida para dar passo ao crescimento urbanístico de Almada, sendo outras partes do seu património utilizadas pela família da forma que considerou mais conveniente.²⁷⁴

No entanto, da Quinta do Pombal, e na década de 1920, escrevia Pedro Theotónio Pereira muitas vezes ao seu mestre António Sardinha. Por lá mergulhava no estudo da matemática, alinhavou o seu romance que permaneceria inédito e, provavelmente, inacabado, ou partia em expedições pelos arredores da Cova da Piedade, muitas vezes indo até à Costa de

²⁷¹ A Sociedade Comercial Theotónio Pereira, Lda., chegou a comercial um vinho com a designação de *Quinta do Pombal*, mas não necessariamente ali produzido. Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 227.

²⁷² *Idem, ibidem.*

²⁷³ Ao contrário do sucedido nos terrenos da Quinta que a família possuía nas traseiras dos seus armazéns no Ginjal e que eram muito produtivos, funcionando dessa forma como um interessante complemento de rendimento da família e como um retorno importante ao investimento ali feito. Segundo Virgínia Theotónio Pereira, tudo se devia não a diferenças na qualidade da terra mas ao facto de, na Quinta do Pombal, os trabalhadores serem geralmente uns “intrujõesitos”. Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 26.

²⁷⁴ “As portas em madeira trabalhada e os soalhos da casa apalaçada foram utilizados no andar nobre da Companhia de Seguros Fidelidade (quando da sua remodelação), sita no Largo do Corpo Santo em Lisboa (projecto da aut. do arq.º Nuno Teotónio Pereira). O portão e as pedras da antiga entrada principal da Qt.ª do Pombal [...] encontram-se depositados no Convento dos Capuchos.” Alexandre M. Flores, *op. cit.*, p. 227.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Caparica ou à Trafaria, outras afoitando-se um pouco mais e fazendo as já mencionadas excursões à Arrábida.²⁷⁵ Utilizando carreiras públicas de transporte mas, sobretudo, viatura da família ou dos amigos, Pedro Theotónio Pereira desaparecia em direcção ao litoral, sendo que, no início da década de 1920, um primo da sua futura mulher e amigo de toda a vida, Eduardo Van-Zeller, o terá iniciado nos prazeres e na técnica da navegação à vela,²⁷⁶ revelando uma predisposição que, por exemplo, os seus irmãos Luís e Clara, nunca manifestaram. De qualquer modo, e antes disso, a sua história pessoal de proximidade física e emocional com a vida que ia decorrendo à beira do estuário do Tejo, as viagens a bordo de transatlânticos que conduziam tantas vezes a família em direcção ao norte da Europa – e, depois, por comboio, para a Suíça –, ou cruzando o Mediterrâneo rumo a estâncias balneares ou termas situadas no sul de França, ajudaram a consolidar a devoção de Pedro Theotónio Pereira pelas coisas do mar.²⁷⁷ O Estoril, e muito naturalmente, foi também um destino frequente da família para passar algumas temporadas de maior sossego, sendo que tanto Pedro Theotónio Pereira como a sua irmã

²⁷⁵ “Toda a minha vida tive uma paixão pela serra da Arrábida. Quando ali fui pela primeira vez só se podia alcançar o Convento ou o Portinho fazendo a viagem de barco ou em escalada trabalhosa, vindo de Azeitão e atravessando a pé o dorso da montanha. Tinha-se para algumas horas de caminho. Devo porém dizer que o aparecimento do horizonte marítimo, quando se atingia os altos da serra, compensava todas as fadigas.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 82. E ainda: “Ficou combinado um excelente passeio à Arrábida apenas o tempo, passado o Carnaval, entenda ser desnecessária a queda de chuva.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha, s.d. [Sábado Gordo] (documento n.º 4).” Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII.

²⁷⁶ O primeiro veleiro – provavelmente um palhaborde – com dimensões significativas que Pedro Theotónio Pereira possuiu, a meias com o seu irmão Alberto, foi o *Beau Geste*. Embarcação com cerca de 32 pés e 2 mastros adquirida em 1931. Como se viu, Pedro Theotónio Pereira bem tentou inculir no filho o gosto pelas coisas do mar. Também neste domínio a relação entre pai e filho não produziu qualquer tipo de cumplicidade. Entrevista com o eng. Eduardo Van-Zeller. Lavrador e industrial reformado. Lisboa, dia 13 de Novembro de 2001. Numa carta datada de Agosto de 1922, endereçada a António Sardinha, Pedro Theotónio Pereira faz já referência aos seus “instintos de gajeiro a trepar aos mastros” e à semana que tinha passado na Trafaria “a aparelhar” o seu “Albatroz”. Por causa desta referência, é possível que a informação dada pelo engenheiro Van-Zeller, e acima citada, possa não ser totalmente exacta ou necessitada de alguma rectificação apenas de pormenor. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha, 9 de Agosto de 1922 (documento n.º 17).” Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII.

²⁷⁷ Na verdade, Pedro Theotónio Pereira pouco dominava as técnicas de manejo de uma embarcação com características semelhantes àquelas que possuiu desde a década de 1920 até meados da década de 1960. Entrevista com o eng. Eduardo Van-Zeller, *loc. cit.* Não se pretendendo pôr em causa tudo o que Pedro Theotónio Pereira fez e disse – e foi muito – sobre aquilo que a fruição do mar lhe proporcionou, também é óbvio que, para ele, sempre se tratou de uma forma singular de afirmação do seu estatuto social. Por outro lado, nunca perdeu a convicção de que a sua tão manifesta dedicação ao mar era, talvez, a melhor forma de interpretar a gesta dos Descobrimientos. Apesar de se tratar de um momento histórico que para si, como para muitos compatriotas seus, não apenas seus contemporâneos, equivalia ao período áureo da existência da nação portuguesa, não devia porém ser entendido como um capítulo ou uma etapa da história portuguesa sem qualquer possibilidade de voltar a ocorrer. Para Pedro Theotónio Pereira era dever de todos tudo fazerem para que se repetissem, através do estabelecimento de uma relação privilegiada com o mar, outros momentos de grande significado histórico, equiparáveis àquelas que tinham ocorrido nos séculos XVI e XVII. Por outro lado, a sua irmã Virgínia lembrava-se que, durante os serões passados em família, enquanto a irmã Clara “cosia ou bordava” e o “Pai, no meio de tudo isto, escrevia imperturbável e, volta e meia levantava a cabeça e sorria,” o Pedro “desenhava barcos e lia livros que comentava alto.” O “Pai [...] chamava a estes serões, por troça, a «hora da porcaria».” Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 37.

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

Virgínia disso deixaram testemunho.²⁷⁸ A família de Isabel Palha, no período de entre guerras, permanecia largas temporadas no Estoril – onde tinha também uma casa –, passando normalmente o pico do Verão em Sintra. Pedro Theotónio Pereira terá portanto começado a frequentar com mais assiduidade o Estoril a partir do momento em que se tornou oficial o seu noivado com Isabel Palha.

A uma primeira visita à serra da Arrábida ainda praticamente inóspita – que D. Carlos e D. Amélia tinham podido conhecer quando se instalavam na Casa Palmela, então “dona daquelas colinas cobertas de vegetação luxuriante de arbustos silvestres”²⁷⁹ – levou Pedro Theotónio Pereira, por volta de finais da década de 1920 ou no início da década de 1930, Oliveira Salazar. Utilizando uma estrada que pouco mais era do que um caminho pedregoso “sobre os penhascos” – aberto pela família Palmela ainda no reinado de D. Carlos e previamente inspeccionado por Pedro Theotónio Pereira quando quis lá levar Salazar –, “depois de muitas hesitações [...], utilizando o grande *Studebaker* do Ministério das Finanças e levando pás, pranchas e umas esteiras fortes”, foi “possível passar nos sítios piores”, chegando ao Convento “moídos de tombos, mas sem novidades” e apetrechados com “os competentes cabazes de almoço que faziam prever um apetite devorador.”²⁸⁰

Porém, o convívio de Salazar com Theotónio Pereira tornou-se um hábito em consequência dos inúmeros convites que este lhe fez para ir a bordo dos dois veleiros que possuiu desde o início da década de 1930 até cerca de trinta anos mais tarde. A maior parte das vezes almoçavam a bordo e percorriam o trajecto entre Cascais e Lisboa (iam, frequentemente, até Belém ou Alcântara e regressavam),²⁸¹ sendo curioso constatar, através de uma observação mesmo que superficial das fotos que retratam estes encontros, e que Pedro Theotónio Pereira publicou no primeiro volume das suas *Memórias*, como eram, desde logo na aparência, diferentes em tudo aqueles dois homens. Enquanto nestes almoços e curtas viagens Theotónio Pereira nos aparece informalmente vestido, com roupa totalmente adequada ao momento,

²⁷⁸ “Eu, cada vez tenho menos paciência para o Chiado. Fui passar uma semana ao Estoril e lá me senti deliciosamente a lavar a alma no mar. De resto, o hotel é bom, boa água, bom pão, excelente manteiga fresca e ingleses a substituir os hóspedes, o que é sempre ganho porque na generalidade são taciturnos, discretos e asseados. O tempo anda agora a jogar a cabra cega. Hoje frio de Janeiro. Ontem verão de Agosto. Eu por agora sinto-me espartano.” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para António Sardinha, 3 de Abril de 1922. (documento n.º 49). Espólio de António Sardinha. Correspondência. UCP-BUJPII. Virgínia Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 142-143.

²⁷⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 82.

²⁸⁰ Durante a visita ao Convento, conta Pedro Theotónio Pereira, os animais que pululavam pelas imediações – “cães, raposas ou gatos-bravos” – deram conta “do almoço”. Mesmo assim, “a Arrábida tinha ganho um amigo que lhe faria justiça”, nomeadamente por ter fomentado a construção de uma estrada – “a ligar a serra com a estrada de Sesimbra e lançar depois, pelo alto da montanha, uma boa estrada para automóveis que viesse desembocar em Setúbal! – que Pedro Theotónio Pereira considerava essencial para permitir a fruição da beleza da serra por um cada vez maior número de portugueses. *Idem, ibidem*, pp. 82-83.

²⁸¹ Interessante seria conhecer o fundamento da afirmação do embaixador Calvet Magalhães,

“... o homem providencial que o povo procurava naquela hora.”

denunciando gestos largos, efusividade e espontaneidade, a par duma enorme auto-estima, Salazar não consegue transmitir – apesar do esforço que se nota fazer para se transformar numa personalidade que não seria exactamente a sua –, outra imagem que não seja a de homem provinciano, preso de movimentos e de ideias, totalmente incapaz de se separar do fato escuro e da gravata, mesmo que para almoçar ao Sábado ou ao Domingo ao largo da baía de Cascais.²⁸² Para além dos tranquilos passeios marítimos e fluviais – e nos quais raramente se falava de política –,²⁸³ Pedro Theotónio Pereira convidava Oliveira Salazar para o acompanhar ou para que este o fosse visitar à quinta dos Palha – situada nas imediações de Vila Franca de Xira²⁸⁴ – ou à sua casa no Dafundo.²⁸⁵ Desta forma, foram-se criando e intensificando os laços de proximidade pessoal entre os dois homens, uma proximidade que nenhuma outra figura de destaque do salazarismo – com excepção daqueles que conheciam intimamente Salazar dos tempos de Coimbra – alguma vez pôde desfrutar.²⁸⁶ As eventuais consequências políticas desta relação pessoal bastante próxima, são qualquer coisa que poderemos imaginar mas que não se encontra suficientemente documentada.²⁸⁷

²⁸² Ver fotos intituladas “Salazar lendo o jornal a bordo do Santa Maria, numa tarde de Domingo” e “Salazar num quarto de leme” in Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, entre pp. 80-81.

²⁸³ Pelo menos naqueles, e foram muitos, em que participou o eng. Eduardo Van-Zeller. Entrevista com o Eng. Eduardo Van-Zeller, loc. cit..

²⁸⁴ Entrevista com D. Maria Teresa Palha (Duquesa de Palmela). Lisboa, 24 de Novembro de 2001.

²⁸⁵ Entrevista com D. Maria Madalena Van-Zeller Palha Pereira. Lisboa, 2001. Salazar também convidava Pedro Theotónio Pereira para almoços privados em S. Bento. Entrevista com D. Maria Teresa Palha (Duquesa de Palmela). Loc. cit..

²⁸⁶ Durante a década de 1930, Armindo Monteiro, conhecido e de certa forma íntimo de Pedro Theotónio Pereira, partilhava com este último e Salazar alguns momentos de pacata intimidade, nomeadamente nas visitas que se faziam regularmente à já citada quinta dos Palha situada no Ribatejo, nas imediações de Vila Franca de Xira. Ministro das Finanças e, depois, presidente do Conselho, foi pela primeira vez convidado para uma visita à quinta dos Palha pelo facto de ali existir um jardim reconhecido pela particular beleza das suas flores. Algo que, reconhecidamente, desvanecia a sensibilidade de Salazar. Maria Teresa Palha, então ainda criança, confrontada com a presença de tão ilustre visitante, não queria acreditar que se tratava Salazar. É que ao contrário de Armindo Monteiro – o único membro do Governo que conhecia – não usava “calças de fantasia”. Entrevista a D. Maria Teresa Palha (Duquesa de Palmela), sobrinha política de Pedro Theotónio Pereira. Lisboa, 24 de Novembro de 2001. Sobre o mesmo episódio, “que várias vezes foi recordado”, Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 81-82.

²⁸⁷ Já na década de 1950, a censura achou por bem cortar a publicação na imprensa escrita de uma notícia com foto em que se relatava um encontro pessoal de Salazar com Pedro Theotónio Pereira a bordo do iate deste. Era indiscutível e evidente, até para a censura, o significado político destes acontecimentos ligados à vida pessoal dos dois homens. Procurar referência.

Capítulo V

“A Reforma Corporativa.”¹

[...] para se distribuir é necessário primeiro criar.²

*Tenho o maior gosto em visitar este Ministério, quartel-general da política social que o Governo prossegue e acarinha entre os seus objectivos essenciais. Esta reunião dos delegados do Instituto Nacional do Trabalho evocame, aliás, recordações dos tempos heróicos da fundação do Instituto quando Pedro Theotónio Pereira, realizando o pensamento e cumprindo a vontade de Salazar, desencadeava o que então se chamou a revolução corporativa.*³

“[...] seguros sociais e seguros em geral [...]”⁴

Tenha sido pela mão de João do Amaral, e do papel que o grupo de *A Ideia Nacional* terá assumido no apoio a uma subida de Oliveira Salazar à pasta das Finanças, ou meramente pelo facto do mesmo Salazar ter tido conhecimento do trabalho de Pedro Theotónio Pereira na área dos seguros, na sequência de diversos artigos que este fizera publicar na imprensa (mas cuja data e título se desconhecem). Tendo-se conhecido pessoalmente pela primeira vez apenas nessa altura, por razões directa ou indirectamente ligadas às condições de exercício da actividade seguradora, ou anteriormente, movidos por razões de reflexão e acção política, a verdade é que a partir do dia 27 de Abril de 1928, Oliveira Salazar e Pedro Theotónio Pereira começaram a colaborar com uma cada vez maior intimidade e regularidade, tanto do ponto de vista técnico como político.

Seria tão interessante como importante saber até que ponto qual das facetas – a tecnocrática ou a política –, terá sido mais relevante na aproximação entre os dois, uma vez que a partir daí seria mais fácil conhecer e perceber os motivos de alguns dos passos dados por Oliveira Salazar na constituição da base de apoio que o guindou ao poder antes e depois de

¹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 63.

² Oliveira Salazar, “Prefácio da 4.ª edição” in *Discursos*, 1.º volume, 1928-1934, 4.ª ed. (revista e acrescida de novo prefácio do autor), Coimbra, Coimbra Editora, 1948, p. xxii.

³ Marcello Caetano, “Revolução Permanente” (Saudação aos delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, reunidos no Ministério das Corporações, em 6 de Novembro de 1968), in *Pelo Futuro de Portugal*, s.e., s.l., Verbo, s.d. (1969), p. 41.

⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 65.

“A Reforma Corporativa”

Abril de 1928.⁵ Isto porque ou bem que a política e a ideologia tiveram na acção de Oliveira Salazar assinalável precedência, ou a necessidade de se rodear de técnicos capazes que com ele colaborassem nas respectivas áreas de especialidade acabou por criar condições para que nascessem e se aprofundassem laços de cooperação política.⁶

Se se seguir à letra o testemunho de Pedro Theotónio Pereira sobre estes factos – e que se caracterizam por ser contraditórios e até confusos –, conclui-se que a sua colaboração com Oliveira Salazar terá tido início a partir de finais de Abril de 1928 e por razões essencialmente técnicas, sendo lícito supor que teria sido justamente por essa via que se conheceram pessoalmente algumas semanas ou escassos meses antes do dia 27 de Abril de 1928. Já o depoimento deixado por António Rodrigues Cavalheiro não deixa dúvidas quanto ao importante contributo que o grupo de *A Ideia Nacional* teria dado para que o professor de Coimbra viesse a assumir a pasta das Finanças (ver capítulo IV), chegando ao ponto de afirmar que essa influência teria contribuído para dar à governação salazarista o cunho do pensamento inconfundível de António Sardinha.⁷ O testemunho único de António Rodrigues Cavalheiro, segundo o qual teriam existido, já antes daquela data, laços políticos e até pessoais entre vários

⁵ Sobre a relação entre a tecnocracia e a política, há quem defenda que Oliveira Salazar valorizou sempre “a legitimação ‘técnica’ das [...] funções” exercidas pelos seus colaboradores no Governo, e que as “áreas propriamente políticas do regime não foram no geral elevadas a ministério”, sendo que nesses casos “a prática era o despacho directo com Salazar.” Assim aconteceu com o “Secretariado da Propaganda Nacional de António Ferro” e, “ainda que por outros factores, [n]o caso das Corporações, sob a direcção de Teotónio Pereira.” Isto porque o “discurso oficial de Salazar era o de que, apesar de a política como arte humana, [ser] sempre necessária, enquanto existirem os homens; o governo [...] será cada vez mais uma função científica e técnica.” António Costa Pinto, “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo” in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p. 1059. Sendo verdade, parece que o autor interpretou muito à letra as palavras citadas de Oliveira Salazar. Marcello Caetano, por exemplo, era um técnico competentíssimo. Mas tardou a ser aproveitado politicamente por Salazar. Muito provavelmente por considerar que, entre outros factores, lhe faltava talento político, em geral, e o talento político de que Salazar necessitava, em particular. Por outro lado, o pensamento e a prática de Salazar nesse domínio não eram particularmente originais. Marcello Caetano, por exemplo, escrevia em 1927: “[...] o legislativo tem de ser executivo. Mas é necessário que quem legisla se aconselhe bem, esteja acima das tendências particularistas e das paixões em jogo. Daí o sistema que me parece melhor: conselhos técnicos, escrupulosamente escolhidos, órgãos de trabalho pagos pelo Estado: estudam, aconselham, preparam leis. Mas, como por serem *técnicos* há o perigo de se deixarem demasiadamente imbuir pela doutrina, pelas preocupações de classe ou de profissão, é bom submeter os seus trabalhos, ainda antes de o ministro os apreciar – o ministro, que deve ser um político no mais alto sentido da palavra, e não um técnico – à apreciação de uma assembleia formada pelo conjunto de todos os interesses, por delegados de todas as classes, de onde poderá sair uma crítica justa, um ponto de vista interessante.

No fim disto, o Governo está autorizado a decidir, na posse de elementos de sobra.” Marcello Caetano, “A margem de uma conferência” in *A Voz*, 16 de Novembro de 1927, p. 1.

⁶ Além de Pedro Theotónio Pereira, também o exemplo de Marcello Caetano é testemunho do facto de Oliveira Salazar ter podido e ter sabido rodear-se de jovens colaboradores. Além de possuidores de um forte nervo político que rapidamente se manifestou, eram senhores de uma excelente preparação técnica que os tornava duplamente úteis. Esse facto permitiu-lhes subir rapidamente, caso o pretendessem, na máquina da burocracia estatal onde, nas palavras de Salazar, faltava gente tecnicamente preparada e politicamente fiável. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 23-25.

⁷ “... Raros poderão ser entre todos aqueles que hoje servem o País nos postos de maior responsabilidade, os que, embora não havendo recebido dele influência directa, não devam com justiça juntar-se-nos nesta hora de reconhecimento.” Pedro Theotónio Pereira no vigésimo sexto aniversário da morte de António Sardinha. Citado em AAVV, *António Sardinha e o Iberismo: Acusação Contestada*, s.e., Lisboa, 1974, p. 27.

“A Reforma Corporativa”

membros do grupo da *Ideia Nacional* e Oliveira Salazar – e no caso de João do Amaral isso é indesmentível –,⁸ além de verosímil, faz presumir que sem a existência de tais laços – e ainda que se tenham ido sempre aprofundando até à entrada de Pedro Theotónio Pereira para o Governo em Abril de 1933 –, não teria sido possível perceber o convite que Oliveira Salazar veio a dirigir ao mesmo Theotónio Pereira para colaborar na reforma da actividade seguradora concretizada em 1929, para exercer um cargo politicamente tão relevante como o de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e, antes disso, para participar na discussão da redacção de alguns “capítulos” da futura Constituição.⁹ Esta proximidade política demonstra a existência de uma forte comunhão de ideias, de uma cada vez maior confiança pessoal e, finalmente, o reconhecimento pelos dois homens das vantagens políticas que traria a continuação e aprofundamento de uma cooperação que se ia tornando cada vez mais intensa. É justo perguntar porque razão iria Oliveira Salazar pedir uma colaboração técnica, mas que era também política, nos termos em que o fez, a alguém que apenas conheceria através da leitura de artigos de jornal? É que apesar do universo de técnicos portugueses de seguros não ser extraordinariamente numeroso, existia um número apreciável de empresas a trabalhar naquela área e apresentando bons resultados. Algumas contavam com a colaboração de reputados especialistas, muitos deles pronunciando-se publicamente sobre os problemas com que o sector se deparava e as soluções que poderiam ser adoptadas a nível governamental para melhorar o seu desempenho. Simplesmente, nenhum desses técnicos dava as garantias políticas de Pedro Theotónio Pereira, tanto quanto à forma como o exercício da actividade se deveria estruturar com base na promulgação de nova legislação, como quanto à possibilidade de a partir desse tipo de actuação se poder constituir um esteio minimamente sólido de apoio às pretensões políticas de Oliveira Salazar. Simultaneamente, e por várias razões – de política, de política económico-financeira e outras –, Salazar parecia poder cumprir os desígnios de Pedro Theotónio Pereira e daquilo que este representava social e politicamente. Para Pedro Theotónio, Oliveira Salazar foi-se tornando na encarnação de objectivos e ambições das mais diversas mas que tinham em comum o facto de ser necessária uma organização do Estado com um formato idêntico aquele que viria a assumir a partir de 1933.¹⁰

⁸ Também se sabe, e isso já foi dito, que Oliveira Salazar tivera oportunidade de conhecer pessoalmente ao longo de vários anos, e muito antes da sua chegada ao Governo em Abril de 1928, várias figuras de proa do Integralismo Lusitano como Pequito Rebelo, Hipólito Raposo e António Sardinha, todos eles companheiros políticos e amigos pessoais de Pedro Theotónio (àqueles, embora não se tratasse de um integralista, poder-se-á ainda juntar a figura do conselheiro Fernando de Sousa).

⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 94-97.

¹⁰ Ao contrário do testemunho citado no capítulo IV, é muito pouco provável que, em Abril de 1928, Salazar representasse já, mesmo para Pedro Theotónio Pereira, a esperança única de encarnação do projecto político de que Portugal necessitaria para poder ser finalmente regenerado. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 66. É possível

“A Reforma Corporativa”

Recorde-se que além de ter colaborado, ao longo do segundo semestre de 1928 e nos primeiros nove meses de 1929, na feitura de um novo projecto de Decreto-lei sobre resseguros e o exercício de toda a actividade seguradora, Pedro Theotónio Pereira participou na análise dos comentários que suscitara a consulta pública sobre o tema, sendo depois convidado para presidir à entidade entretanto criada pela nova legislação e que se destinava a regular essa mesma actividade seguradora – a Inspeção de Seguros –, mas apelo esse que recusou.¹¹ Também discutiu informalmente com Salazar a questão dos “chamados seguros sociais”, tendo sistematicamente sublinhado – com a aparente concordância do ministro – a necessidade de os reformar e, sobretudo, de zelar pela aplicação efectiva da legislação que os viesse regular.¹² Na sequência e por causa de uma colaboração que era cada vez mais estreita e, evidentemente, mais política, numa carta enviada a Oliveira Salazar no princípio do ano de 1931, Pedro Theotónio Pereira sentia-se capaz de evocar a “confiança afectuosa que V. Ex.a me tem demonstrado”, acrescentando nas derradeiras palavras que concluíam a missiva: “Estas linhas são as de um amigo sincero [...], amigo não apenas pelos laços do coração mas pela mais elevada consideração moral e pela mais pura comunhão de ideias [...]”¹³ Mais tarde, em 1932, logo no “começo” do ano, estando “já bastante adiantado o trabalho base da futura Constituição”, Oliveira Salazar solicitou a Pedro Theotónio Pereira uma opinião sobre a melhor forma de naquele documento integrar “todo o espirito do novo regime.” Aparentemente, e uma vez que o ainda ministro das Finanças “sofria muito dos olhos e chegou até a estar proibido pelos médicos de ler mais do que uns tantos minutos sem interrupção”,¹⁴ Pedro Theotónio Pereira deu-lhe a preciosa

que a confiança política de Theotónio Pereira em Salazar tivesse tomado dimensões mais sérias a partir de 1929-30, quando se tornaram evidentes as qualidades políticas do ministro das Finanças.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 70. Caberia ao capitão de engenharia Raul Cardoso Ressano Garcia – nome sugerido por Pedro Theotónio Pereira e prontamente aceite por Salazar – vir a desempenhar as funções de Inspector dos citados serviços. Rinaldo José Cabral Feliz Campeão, foi nomeado subinspetor actuário e Políbio Artur dos Santos Garcia subinspetor contabilista. Finalmente, coube a Marcello Caetano ocupar o cargo de subinspetor em Direito, acumulando estas funções com as que já exercia de auditor jurídico no Ministério das Finanças. *Diário do Governo*, II série, n.º 279, 29 de Novembro de 1929.

¹² Estas conversas voltariam a repetir-se no primeiro semestre de 1932, quando Oliveira Salazar convidou Pedro Theotónio Pereira para com ele analisar “os novos conceitos económicos e sociais” a introduzir no “projecto de Constituição.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 71 e 94-95.

¹³ Documento 1, 3 de Março de 1931. CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I, (1931-1939), s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, pp. 13-14.

¹⁴ De uma “conjuntivite”, recordava-se Marcello Caetano cerca de cinquenta anos mais tarde, padecia Oliveira Salazar na altura. O sucessor de Salazar na presidência do Conselho, não escondeu nas suas *Memórias* a frustração sentida pelo facto de ter sido preterido, em favor de Pedro Theotónio Pereira, na redacção do “relatório anteposto ao projecto” de Constituição. Tinha todo o cabimento que tivesse sido ele, com sólida formação jurídica e também colaborador na discussão e redacção do novo projecto constitucional, e não Pedro Theotónio Pereira – que não era jurista e até aí não participara na preparação da lei – a interpretar e a redigir “a ideia” daquilo que Salazar “queria” antepor à proposta em causa. E concluía desoladamente Marcello Caetano o seu testemunho: “Estou convencido de que pretendeu evitar que alguém se arrogasse em exclusivo a colaboração nessa obra fundamental: assim foram vários a ajudá-lo, uns nisto, outros naquilo, diluindo-se no trabalho de equipe a contribuição de cada qual.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 45. Como se não bastasse, Marcello Caetano, ao contrário de Pedro Theotónio

“A Reforma Corporativa”

ajuda de que necessitava para tratar duma delicada e importante questão política, nada mais nada menos do que a “preparação de uma «nota prévia» que «trocasse por miúdos» todos os conceitos, especialmente as novidades económicas e sociais (e eram muitas!) que a Constituição comportava”, tornando assim compreensível para a “massa do povo [...] a importância do novo diploma constitucional [...]”.¹⁵

Recuando ao mês de Setembro de 1928, a colaboração de Pedro Theotónio Pereira alargava-se já a um envio ao ministro das Finanças de um documento no qual comentava, como lhe fora pedido, o projecto para a organização das Associações de Socorros Mútuos. Estando em causa a perspectiva de uma colaboração de Pedro Theotónio Pereira na criação de toda a estrutura de previdência social pública e privada do salazarismo, e enquanto naquela primeira esfera não se avançava, Oliveira Salazar consultava-o para que se pronunciasse sobre as medidas a adoptar num dos dois principais domínios privados da segurança social, o do mutualismo. No parecer enviado, transmitia a opinião de que o projecto em causa atendia a todas as questões por si consideradas importantes, de modo a evitar abusos e deficiências no funcionamento das instituições,¹⁶ ficando assim assente que por esta altura, e segundo a documentação disponível, se passara rapidamente além da revisão da legislação sobre

Pereira, fora convidado por Salazar para fazer parte do Conselho Político Nacional criado pelo art.º 1.º do decreto n.º 20 643 de 22 de Dezembro de 1931. Sobre a composição deste órgão, IAN/TT, AOS/CO/PC-3B, fls. 30 e 31. Para as primeiras apresentações públicas do trabalho realizado por este órgão, Damião Peres, *História de Portugal. Edição Monumental. Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade. Suplemento*, s.e., Porto, Portucalense Editora, 1954, pp. 480-482. Ver ainda Fernando Rosas, “As grandes linhas da evolução institucional” in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, col. “Nova História de Portugal”, vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1992, p. 105. Mais tarde, a 14 de Fevereiro de 1933, foi criada uma comissão com o intuito de redigir a versão final do projecto da Constituição. Era composta por Manuel Rodrigues Júnior (ministro da Justiça que presidia), Fezas Vital e Armindo Monteiro. Respondia politicamente perante Oliveira Salazar e, também, embora indirectamente, diante de Carmona. Idem, *ibidem*, p. 112. Sobre o significado político deste novo órgão – produto duma tentativa frustrada por parte da “instituição militar de controlar a solução constitucional que servisse de remate à sua crua intervenção política” –, José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 168-169.

¹⁵ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 69-73 e 89-90. Depois de plebiscitada a nova Constituição, Pedro Theotónio Pereira será uma das “personalidades” (ou um dos “amigos mais chegados”) de quem que Oliveira Salazar recolheu “informações, pareceres, conselhos sobre a encruzilhada política.” Franco Nogueira, *Salazar, II Os tempos áureos (1828-1936). Estudo Biográfico*, s.e., Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 198. Franco Nogueira cita, além de Theotónio Pereira, Leal Marques, Quirino de Jesus, Pereira da Rosa, José António Marques, Marcello Caetano e Garcia Pulido.

¹⁶ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar. 6 de Setembro de 1928. IAN/TT, AOS/CO/PC-10, Pasta 2, fls. 36-37. Sobre o difícil percurso do mutualismo durante o Estado Novo e os esforços desenvolvidos para, a partir de 1934, organizar, disciplinar e integrar as instituições mutualistas no sistema corporativo, Vasco Rosendo, *O Mutualismo em Portugal: Dois Séculos de História e Suas Origens*, s.e., s.l., Montepio Geral, s.d., pp. 522-526. Ver ainda, Joaquim Romero de Magalhães, *op. cit.*, pp. 122-123. Paladino do mutualismo em Portugal durante os primeiros sete anos do Estado Novo, embora sem grande êxito, foi a *Revista Portuguesa de Seguros*. Para uma apresentação da política e das ideias de Salazar no domínio “previdência social” enquanto expressão do pensamento e da prática mutualista portuguesa, António de Sousa Gomes, “Salazarismo e Mutualismo” in *Diário da Manhã*, 1 de Agosto de 1933, p. 1.

“A Reforma Corporativa”

resseguros e seguros que o Governo da Ditadura Militar fizera publicar antes da chegada de Salazar ao ministério das Finanças.¹⁷

Ao terem sido postos de parte os decretos publicados pelo Ministério das Finanças antes da tomada de posse de Oliveira Salazar, o que implicava o adiamento da adopção de uma política pública de seguros sociais obrigatórios, na sequência da entrevista que tivera lugar a 28 de Abril, Pedro Theotónio Pereira e o novo ministro concentraram a sua atenção na reforma da lei de seguros de João Franco,¹⁸ sendo simultaneamente produzida legislação que criava uma Inspeção de Seguros.¹⁹ Durante todo este processo, Marcello Caetano desempenhou um papel importante,²⁰ tanto pelo facto de possuir laços pessoais e políticos com Pedro Theotónio Pereira, como, sobretudo, por este o ter entretanto convidado para “chefe de contencioso” do “Ramo Vida” da Companhia de Seguros Fidelidade, altura a partir da qual começou a estudar a “fundo a técnica e o Direito dos Seguros de modo a poder corresponder” ao que dele se esperava.²¹ A partir daí tornou-se num colaborador incontornável de todo o processo legislativo em causa.

Em termos gerais, e do ponto de vista político, interessava tanto a Oliveira Salazar como a Theotónio Pereira rever a fundo a legislação deixada por Sinel de Cordes no Ministério das Finanças. Embora se tratasse de uma legislação preocupada em criar um condicionamento do mercado segurador – que era muito do agrado de Pedro Theotónio Pereira –, optara por associar o financiamento parcial da previdência social pública aos lucros provenientes do resseguro, actividade que passaria a ser exercida exclusivamente pelo Estado. Esta escolha era considerada, tanto por Salazar como por Theotónio Pereira, mas sobretudo por muitas seguradoras, como de excessiva intervenção estatal na actividade em causa e que, por isso, merecia ser congelada e revista quanto antes. Sendo o novo ministro das Finanças da opinião

¹⁷ O decreto n.º 15 431 de 7 de Maio de 1928, suspendeu os decretos n.º 15 342 e 15 343 de 11 de Abril de 1928.

¹⁸ O principal documento legislativo decorrente desta iniciativa foi a publicação do Decreto-lei n.º 17 555. Continha várias disposições sobre o exercício e fiscalização da indústria de seguros.

¹⁹ Sobre a evolução, o significado e as atribuições da Inspeção de Seguros desde a sua criação até ao fim do Estado Novo, Joaquim Romero de Magalhães, *Tranquilidade: História de uma Companhia de Seguros*, s.e., Lisboa, Companhia de Seguros Tranquilidade, 1997, pp. 111-115. O mesmo autor não se exime em designar de “forte jacobinismo prático que o Corporativismo depois oficialmente professado não chegou sequer a temperar”, a forma como, a partir de 1929, o Estado, através da Inspeção de Seguros, passou a subordinar as companhias de seguros às suas decisões. Idem, *ibidem*, p. 115. E ainda: “As companhias [de seguros] vão passar a sentir o peso do novo e poderoso organismo fiscalizador, repressivo e preventivo [...]. A intervenção do Estado, que fora diabolizada durante a República como prenunciando o advento de um qualquer socialismo, afinal não era má de todo, desde que fosse exercida por uma ditadura respeitadora dos poderes económicos dominantes.” O autor chama ainda a atenção para o facto do Grémio dos Seguradores mais tarde criado, ter sempre vivido subordinado à Inspeção de Seguros. *Ibidem*, p. 111.

²⁰ Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 23.

²¹ Em 1934, Marcello Caetano seria nomeado director da Companhia de Seguros Fidelidade, cargo que Pedro Theotónio Pereira nunca ocuparia. Esta nomeação diz muito sobre o valor de Marcello Caetano e a confiança nele depositada tanto pela generalidade dos accionistas como, em especial, pelos Theotónio Pereira que lá o haviam colocado. Companhia de Seguros Fidelidade, *A Companhia de Seguros “Fidelidade” no seu primeiro centenário: 1835-1935*, s.e., Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1935, p. 32.

“A Reforma Corporativa”

que uma revisão da actividade seguradora deveria ter por base os “princípios clássicos”, libertando-a de “quaisquer ligações com a máquina da previdência social a instalar num futuro próximo”,²² trabalhou-se directamente na reforma da já citada lei de seguros produzida pelo Governo de João Franco em 1907,²³ “um diploma de condicionamento das actividades seguradoras cujos princípios pareciam não ter envelhecido, mas que obviamente necessitava de ser actualizada.”²⁴

Independentemente dos “trabalhos da reforma da lei de João Franco” terem criado várias oportunidades para que Salazar e Theotónio Pereira trocassem “impressões [...] sobre aquele importantíssimo tema” que era o de “instalar num futuro próximo” uma “máquina da previdência social”,²⁵ a verdade é que esses momentos se constituiriam na ocasião ideal para que Marcello Caetano emergisse não apenas como mentor da fórmula em que a discussão e elaboração da futura legislação sobre seguros deveria ser feita com o ministro das Finanças,²⁶ mas, sobretudo, enquanto conhecedor dos pormenores da legislação portuguesa que enquadrava a reforma do sector.²⁷ As sucessivas correcções jurídicas aos projectos de diplomas que por intermédio de Pedro Theotónio Pereira foram chegando às mãos de Oliveira Salazar, permitiram que Marcello

²² Esta futura reforma profunda do sistema de previdência social seria transitoriamente substituída por uma revisão da lei que João Franco fizera publicar em 1907.

²³ Decreto com força de lei de 21 de Outubro de 1907. Encontra-se reproduzido e comentado por Marcello Caetano, na qualidade de auditor jurídico do Ministério das Finanças e da Inspeção de Seguros, no *Boletim de Seguros*, n.º 2 (segunda série), pp. 127-144 e *idem*, n.º 4, (2.ª série), pp. 105-129.

²⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 69-70. Resta saber, embora não haja nada que o prove, se a imediata disponibilidade demonstrada por Oliveira Salazar para rever a legislação sobre seguros feita publicar pelo seu antecessor, e nada do agrado de vários empresários do sector, não terá sido um favor necessário para pagar apoios políticos. Sobre a contestação das seguradoras à letra e ao espírito da lei 1907, S. A., *A Companhia de Seguros Bonança. Cento e Cinquenta Anos de História*, s.e., Lisboa, 1960, pp. 220-221.

²⁵ *Idem, ibidem.*

²⁶ “A minha opinião foi logo que seria preferível que o Pedro apresentasse projectos já redigidos com as melhores soluções, o que permitiria que as estudássemos e discutíssemos primeiro entre nós, levando ele depois já bem sabidas as razões em que se fundamentavam. [...] E pusemos mãos à obra produzindo dois projectos: um contendo o regime jurídico da indústria de seguros para substituir a lei em vigor, de 1907, outro criando uma Inspeção de Seguros.” Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 23. Tomando à letra o testemunho de Marcello Caetano, parece evidente que tanto ele como Pedro Theotónio Pereira tentaram, e eventualmente conseguiram, fazer aprovar legislação sobre o sector segurador que estava de acordo com o entendimento que tinham daquele que deveria ser o seu enquadramento jurídico e político. Se essa legislação servia para plasmar o seu pensamento político – herdeiro de Sardinha –, os interesses da Companhia de Seguros Fidelidade ou ambos, é algo que nunca se saberá com certeza absoluta.

²⁷ A incipiente historiografia sobre a actividade seguradora em Portugal nos séculos XIX e XX, tem considerado a legislação de 1907 da autoria do ministro das Finanças de João Franco, Martins de Carvalho, e a reestruturação da actividade seguradora decidida em 1929, como dois dos três grandes marcos (o outro será o processo de nacionalizações de 1975) no seu percurso histórico, parecendo evidente que a actividade seguradora em Portugal tem estado muito dependente da acção do poder político e do “quadro institucional” que aquele tem produzido. Joaquim Romero de Magalhães, *op. cit.*, p. 15. Opção idêntica de periodização, valorizando a importância da legislação produzida pelo ministério de João Franco, assumiu António Alves Caetano, *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. I, *Da Fundação à Sede do Corpo Santo (1835-1863)*, s.e., Lisboa, 2000 e *idem A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. II, *Primus inter pares (1864-1907)*, s.e., Lisboa, 2002. Ver ainda Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves, *Aliança UAP: Uma História de Seguros*, s.e., Porto, 1995, pp. 48-59.

“A Reforma Corporativa”

Caetano não apenas conhecesse pessoalmente o neófito ministro, como fizeram com que acabasse por ser por ele convidado para, com apenas 23 anos, ocupar o cargo recentemente deixado vago de “Auditor Jurídico do Ministério das Finanças.”²⁸

Já no domínio da previdência social, Pedro Theotónio Pereira pretendia, tal como Salazar, fazer aprovar legislação que, independentemente da sua feição ideológica e dos interesses que servia, se queria de acordo com os recursos económicos e financeiros do País e do Estado, recusando, por exemplo, o modelo alemão fundado por Bismarck e que se caracterizava para muitos dos seus críticos por ser demasiado caro e pesado, aliás como qualquer outro copiado de “fórmulas adoptadas em países ricos e com larga experiência”, mas que “nunca poderia adaptar-se às nossas medidas nem aos nossos recursos”. Se não se queria que a legislação sobre uma questão essencial se mantivesse como no passado, publicada “no Diário do Governo” mas não se fazendo “nenhuma ideia da época em que poderia passar a vigorar” (em parte, também, por causa da crónica instabilidade governativa), a única opção realista passava por, paulatinamente, se ir criando um sistema pautado por uma “organização parcelar e progressiva à medida que o económico fosse permitindo a consolidação social.”²⁹ Neste domínio, e naquilo que a Salazar dizia respeito, é muito provável que tenha sido influenciado em algum momento pelo pensamento do seu mestre coimbrão, o professor Marnoco e Sousa, reconhecido adepto do chamado “socialismo catedrático” e de que Bismarck é sempre considerado como exemplo paradigmático.³⁰ De qualquer modo, em 1928, Salazar não era manifestamente um crente nos princípios bismarckianos do Estado social.

²⁸ Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 22-24.

²⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 71-73. Bastante favorável era a opinião de Theotónio Pereira, e presume-se também que a de Oliveira Salazar, acerca do realismo e das vantagens da legislação produzida em 1913 e “reajustada” em 1919 “relativa aos desastres no trabalho.” *Idem, ibidem*, p. 71. Para uma visão da (re)emergência da segurança social nos primeiros anos da Ditadura Militar e do Estado Novo como fenómeno meramente de propaganda e sem quaisquer preocupações pela resolução “questão social”, Pierre Guibentif, “Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o Corporativismo” in *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 27-58. No já longínquo ano de 1919, uma publicação do Estado dedicou um número à legislação recentemente aprovada sobre seguros sociais obrigatórios, manifestando-se aí a intenção de criar uma solução portuguesa para o problema, ao basear-se naquilo que de mais aproveitável existia nos modelos vigentes em França, no Reino Unido e, sobretudo, na Alemanha. *Boletim da Previdência Social*, ano II, n.º 7, Outubro 1918 – Maio 1919, pp. 265-273. Foram aprovados no Conselho de Ministros, presidido por Domingos Pereira, do dia 9 de Maio de 1919, “cinco extensos projectos de diplomas legislativos, que, logo aprovados, constituíram decretos datados de 10: três, estabelecendo o seguro social obrigatório, para os casos de doença, de acidente no trabalho e de invalidez, velhice ou sobrevivência; um criando o Instituto de Seguros Sociais, organismo centralizador; e outro organizando Bolsas de Trabalho.” Damião Peres, *História de Portugal. Edição Monumental. Comemorativa do 8º. Centenário da Fundação da Nacionalidade. Suplemento*, s.e., Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 241.

³⁰ Joaquim Romero de Magalhães, *op. cit.*, p. 58 e Carlos Bastien, “José Ferreira Marnoco e Sousa” in José Luís Cardoso (coord.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, 1.ª ed., Lisboa, Temas & Debates, 2001, p. 324. Sobre as circunstâncias políticas em que Bismarck, entre 1881 e 1889, avançou e consolidou as reformas que conduziram à construção de um amplo sistema de protecção social aos trabalhadores alemães, A. J. P. Taylor,

“A Reforma Corporativa”

A legislação sobre a actividade seguradora que Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano ajudaram Oliveira Salazar a preparar é particularmente importante pelo seu conteúdo e pelo seu significado. Sinteticamente, pode-se dizer que ela proclamava o desejo sentido e declarado por vários empresários portugueses do sector que, por necessidade ou por convicção, desejavam ver a actividade seguradora económica, política e juridicamente condicionada. Uma leitura da apresentação do decreto n.º 17 555 tornava evidente que, do ponto de vista do legislador, os derradeiros anos da vigência do regime republicano tinham reforçado um ambiente de anarquia na competição entre empresas seguradoras, realidade essa que remontava aos anos da guerra quando começaram a proliferar tanto pequenas empresas nacionais com as mais variadas características e propósitos, como empresas estrangeiras de média dimensão mas que contavam com importantes recursos e argumentos para triunfarem no mercado português.³¹ Comprometendo-se a deixar para depois a “obra mais completa mas bem mais demorada de uma revisão e codificação geral da legislação sobre seguros”, e que competiria à Inspecção de Seguros realizar, o decreto n.º 17 555 pretendia “garantir à indústria seguradora um ambiente de prestígio e confiança indispensável” para que pudesse “desenvolver-se satisfatoriamente, em concorrência com as companhias estrangeiras que, num regime de favoritismo, fruto da desordem de muitos anos, se vieram a multiplicar” no País. Condicionava-se, por isso, a actividade das empresas seguradoras, impondo-se-lhe o cumprimento de uma série de novas regras de natureza jurídica, técnica e financeira. Parecendo ser evidente que o exercício deste tipo de actividade atravessava uma importante crise – como sucedia noutros sectores da vida económica –, o novo decreto procurava criar condições legais e políticas para que não apenas algumas das empresas do sector pudessem no imediato continuar a exercer a sua actividade, mas que se tornassem no futuro dominadoras do mercado, mercado esse no qual a competição seria fortemente restringida.³² De resto, toda a terminologia do decreto e da sua introdução era

Bismarck: The Man and the Statesman, s.e., s.l., Penguin Books, s.d., pp. 201-208; Gordon A. Craig, *Germany 1866-1945*, s.e., Oxford, Clarendon Press, 1981, pp. 150-153.

³¹ “[...] a desvalorização da moeda, a anarquia das sociedades de seguros criadas durante a época tumultuosa da guerra, a perturbação profunda dos espíritos e dos costumes a que aquela deu lugar, a invasão do mercado nacional por uma legião de companhias estrangeiras, vieram criar uma situação difícil em que assumem aspectos sobremaneira graves muitos dos males que o decreto de 21 de Outubro de 1907 se propunha resolver.” Decreto n.º 17 555 in *Diário do Governo*, 5 de Novembro de 1929, p. 2277. Sobre o grande incremento na criação de empresas seguradoras no decurso da Primeira Guerra Mundial e nos anos que imediatamente se lhe seguiram – “a guerra despertara muita gente para a necessidade de constituir seguros” –, um fenómeno aliás não apenas português, e o processo de abandono de actividade e fusão que se seguiu, Joaquim Romero de Magalhães, *op. cit.*, pp. 65-69 e 276-279.

³² Curiosamente, os autores do Parecer do Conselho Fiscal ao Relatório sobre o exercício da Fidelidade no ano de 1929, deixavam cair a seguinte observação: “É dever nosso acentuar os relevantes serviços prestados à nossa Companhia pelo Sr. Dr. Pedro Teotónio Pereira, pelo hábil actuário e ainda pelos distintos clínicos.” Afirmavam os membros do Conselho Fiscal serem de “parecer” que “ao director técnico, actuário [Luís Filipe Leite Pinto] e clínicos e aos agentes e correspondentes se agradeçam os serviços que prestaram durante o ano de 1929.” Um

“A Reforma Corporativa”

naturalmente muito técnica, o que tornava evidente a autoridade de Pedro Theotónio Pereira na sua redacção. Mas verdadeiramente importante era o facto de indicar uma orientação política e uma matriz ideológica – partilhada pelo menos em parte pelos seus autores – que marcaria um volume significativo da legislação produzida no domínio económico e social tanto pela Ditadura Militar como pelo Estado Novo: proteger empresas criadas ou a criar,³³ condicionar a concorrência no exercício da actividade económica e constituir organismos públicos – apetrechados técnica e politicamente – que zelassem pelo cumprimento da lei e preparassem eventuais futuras alterações à mesma.

Sendo verdade que houve várias empresas seguradoras que consideraram pouco ambiciosas as limitações à concorrência – nomeadamente por congéneres estrangeiras –, impostas pela legislação produzida a partir de 1929,³⁴ criticando-a por defeito, certo é que o decreto n.º 17 555 também mereceu, pelos seus excessos, comentários muito duros por parte de gente ligada à actividade seguradora. Quando se tornou possível, passados alguns anos sobre a sua entrada em vigor, fazer uma primeira avaliação dos seus méritos e deméritos, estes seus críticos sublinhavam que a legislação de Novembro de 1929 em vez de se ter constituído num “benefício para a indústria nacional”, tê-la-ia arrastado para uma “verdadeira ruína.” Embora se concordasse com a “necessidade” de impor o “aumento dos depósitos iniciais e com a constituição e aplicação das reservas de garantia e matemáticas”, apontava-se o dedo ao facto de que não apenas se houvera propositadamente ignorado “o estado de coisas criado pela legislação anterior” à de Novembro de 1929, como não se previra qualquer período transitório naquilo que respeitava à definição das novas condições técnicas e financeiras necessárias para o exercício da actividade. Daí que, acusava-se, se tivesse dado cobro ao fortalecimento no mercado das

cumprimento em moldes idêntico repete-se no relatório de exercício do ano seguinte. *Boletim de Seguros*, n.º 1 (2.ª série), p. 58. Entretanto, como contrapartida à publicação de legislação que condicionava a actividade seguradora, tiveram durante o ano de 1930 as indústrias daquele sector que suportar um forte agravamento da tributação. O relatório de contas apresentado pela direcção da Fidelidade em 1931, recordava que se em 1927 a empresa pagara pouco mais de 350 mil escudos de impostos, em 1929 despendera algo mais do que um milhão de escudos. Já no ano a que relatório se reportava – 1930 – as suas responsabilidades fiscais atingiram quase um milhão e duzentos e cinquenta mil escudos. A carga fiscal submeteu a empresa a “uma dura prova”, sendo que a sua “situação” vinha sendo “mais delicada e excepcional, quando é certo que ela é uma consequência isolada da última reforma tributária, elaborada seguramente com o maior critério para um meio económico deprimido, mas que, para a nossa Companhia, resultou severa em extremo, devido à elevada cotação das suas acções, mesmo depois da correcção ulteriormente verificada na taxa da contribuição industrial.” *Boletim de Seguros*, n.º 3 (2.ª série), p. 58. Por isso, há quem sustente que os patrões, mais do que os assalariados, terão tardado em render-se às virtudes da introdução do Corporativismo na actividade seguradora, para o que muito contribuiu a reforma tributária posta em prática pelo Governo da Ditadura Militar a partir de 1928. Joaquim Romero de Magalhães, *op. cit.*, p. 116.

³³ Que incluíam a adopção de medidas fiscais que no caso dos seguros eram há muito legitimamente “reclamadas”, embora se garantisse que tal era conseguido “sem prejuízo para o Tesouro.” Do ponto de vista fiscal, além de se reformar e uniformizar legislação dispersa, as “disposições tributárias” previstas favoreciam as grandes empresas que se dedicavam ao resseguro, penalizando-se as pequenas e médias, nomeadamente as estrangeiras. Decreto n.º 17 555 in *Diário do Governo*, 5 de Novembro de 1929, p. 2278-2279.

³⁴ Joaquim Romero de Magalhães, *op. cit.*, pp. 123-125.

“A Reforma Corporativa”

empresas com mais recursos e ao conseqüente desaparecimento de várias seguradoras que com diversas características e natureza, não se viram habilitadas a preparar a transição nos termos definidos pela lei.³⁵ É certo que legislação posterior, de Novembro 1932, terá vindo atenuar as condições draconianas, do ponto de vista dos interesses das pequenas seguradoras, impostas ao mercado anteriormente, em especial ao permitir que o “caucionamento integral das suas reservas matemáticas e de garantia”, que devia ter ficado concluído até 30 de Abril de 1930, pudesse afinal concretizar-se apenas em Abril de 1935,³⁶ reconhecendo assim o Governo que a legislação sobre a matéria publicada em 1929 era ou se tornara irrealista em virtude da “situação da indústria” e “atendendo à crise económica.”³⁷ Mas as críticas à acção do Governo e, indirectamente, de Pedro Theotónio Pereira na tentativa de reformular o exercício da actividade seguradora, fizeram-se sentir noutros momentos em termos insusceptíveis de causar dúvidas quanto aos interesses que aquela política defendia, o tipo de sociedade e de organização económica que propunha e, também, dando notícia da existência na sociedade portuguesa, ao longo do chamado período áureo do salazarismo,³⁸ de um pensamento político e económico de feição liberal, e que tanto na teoria como na prática estava muito pouco ou nada na moda tanto em Portugal como pelo mundo.

Entretanto, num artigo publicado em finais de 1932, Pedro Theotónio Pereira tinha dado nota do aparecimento de uma empresa seguradora francesa – presume-se que no mercado português – que pretendia dedicar-se exclusivamente aos “seguros de crédito”, propondo-se assim

³⁵ A nova legislação “deu azo à liquidação precipitada de entidades seguradoras, que um pouco de melhor boa vontade, da parte do Estado, teria salvo da ruína.

Sobretudo, na parte que diz respeito às Sociedades Mútuas, esse Decreto [n.º 17 555] representou uma autêntica violência.

Realmente, exigir-se-lhes obrigações iguais às das Sociedades Anónimas e, até, um sistema tributário, pelo qual são colectadas por importâncias superiores às daquelas sem, ao menos, estabelecer-lhes umas condições especiais que, com elas, as pusesse em igualdade de direitos, para hipótese de desejarem operar, nesse sentido, a sua transformação, foi uma medida violenta e injusta, e que a ninguém serviu.” Segue-se depois o enunciado do dano que o citado decreto provocou, também, junto de várias sociedades anónimas. S. A., “Palavras justas e necessárias” in *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros)*, Ano 1, n.º 2, Dezembro de 1932, pp. 1-2.

³⁶ Os pagamentos far-se-iam em quatro prestações anuais que venciam nos dias 15 de Maio de 1932 e as restantes até 30 de Abril de 1933, 1934 e 1935.

³⁷ S. A., “Palavras justas e necessárias” in *op. cit.*, p. 2. Seis meses antes, porém, defendia Marcello Caetano que a “reorganização da indústria [seguradora] tem de firmar-se na concentração de empresas, pela liquidação dessas pequenas companhias sem possibilidades. Depois, eliminados os organismos débeis e por isso mesmo propensos aos mórbidos processos de concorrência, impõe-se o entendimento em base de grande sinceridade e correcção entre os que ficarem, para que não continuem, em guerra mortal de abaixamento de tarifas para além do mínimo que a boa técnica indica como indispensável à cobertura do risco, a desorganizar o já precário mercado português.” Marcello Caetano, “Notas económicas e financeiras: A indústria portuguesa de seguros” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, 9 de Junho de 1932, p. 1. Era evidente que três anos passados a legislação de 1929 não fora capaz, apesar de tudo, de disciplinar o mercado, dele excluindo aquelas seguradoras que os seus autores consideravam nele não deverem ter lugar.

³⁸ Ver, por exemplo, Franco Nogueira, *op. cit.*. Talvez tenha sido assim designado pelo facto de não ter atingido ainda um certo monolitismo político e ideológico que o caracterizaria sem sombra de dúvida a partir de 1933-34.

“A Reforma Corporativa”

cobrir junto dos empresários segurados o “«risco dos [seus] clientes não pagarem.»” Sob vários pontos de vista aproveitou Pedro Theotónio Pereira para questionar o seguro do crédito enquanto “tábua de salvação” desse risco inerente à actividade empresarial que era o dos “clientes não pagarem”, fosse pelas dificuldades criadas pela conjuntura, fosse pela degradação das mais elementares regras deontológicas que deviam reger o mundo dos negócios, facto detestável que viria ganhando cada vez mais terreno.³⁹ No domínio dos princípios, Pedro Theotónio Pereira concluía que os “seguros de créditos” eram benéficos não só à actividade seguradora mas até ao domínio mais amplo da actividade económica. Porém, ao analisar as modalidades pelas quais se podia realizar este tipo de seguro – a de «insolvência» e a de «crédito» –, concluía que apenas na primeira modalidade “o segurador tem muito mais defesas.”

No risco de «tesouraria» o caso é muito mais urgente: o segurado espera que a entidade seguradora liquide automaticamente logo que o mau pagador fraqueje; é portador duma apólice de seguro desse tipo e não do 1.º, exactamente porque o que lhe interessa é fazer o seu negócio tranquilamente seguro. A fórmula de «insolvência» é lenta e complicada, o que lhe interessa é a garantia de que alguém lhe entregará o dinheiro se o cliente não pagar, estando ou não insolvente, no mesmo dia em que se vence no banco a letra que se descontou para não lhe faltarem fundos no negócio. Assim, o risco de «tesouraria» é, no seguro de créditos, aquele que seduz todos os espíritos inquietos, pela promessa que parece encerrar.⁴⁰

Portanto, e apesar de algumas virtudes teóricas, na prática os seguros de créditos, particularmente na conjuntura económica de então, pareciam a Pedro Theotónio Pereira encerrar alguns problemas sérios, os suficientes para que tivesse a convicção de que não poderiam vir a ter grande “sucesso industrial”, nomeadamente porque para eles estava criado um “ambiente de cilada e de fraude”. É que apesar de todas as medidas tomadas pela generalidade das seguradoras, de forma a minorarem os riscos do negócio dos seguros de crédito, a verdade é que para além dos problemas técnicos sérios que encerravam e para os quais ainda não tinha sido encontrada uma “solução fácil”, esses mesmos seguros de créditos nunca poderiam, em rigor, ser adoptados pelas seguradoras, uma vez que “as circunstâncias desgraçadas da época [...] (fértil em burlas, fraudes, e simulações)” prometiam criar “uma vida tão perigosa, que mal se afigura que alguma logre durar.” Concluindo, portanto, que a “experiência contemporânea” era “das mais desanimadoras” – isto com base na análise dos resultados, dia para dia piores, do ramo de seguro de créditos por parte de empresas que se dedicavam ao negócio –, mas não ignorando

³⁹ “Poderá o seguro de crédito – que se destina a cobrir o risco dos clientes não pagarem – servir de defesa aos comerciantes, aos industriais, aos agricultores, a todos que realizem enfim uma transacção, por forma a permitir-lhes a solução honrosa dos compromissos por sua vez assumidos perante os bancos, quando um mau pagador deixa de cumprir?” Pedro Theotónio Pereira, “Os Seguros de Crédito” in *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros*, Ano 1, n.º 5, Março de 1933, p. 9.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

“A Reforma Corporativa”

que o ramo tinha os “seus entusiastas”,⁴¹ Pedro Theotónio Pereira rematava, não deixando para o efeito de recorrer a uma imagem familiar a todos aqueles que conheciam os pormenores da navegação em alto mar:

[...] Como pilotos trepados em tope real, eles perscrutavam as brumas do presente buscando o caminho daquela enseada económica em que possam deitar as suas ancoras.

Mas pode, porém, acontecer que encontrado enfim o ambiente propício para ser lançado o grande remédio, se reconheça ter-se recuperado afinal um estado de saúde há muito perdido, aqueles velhos tempos do aperto de mão e da palavra dada, dos dias felizes em que não se pensava segurar os créditos...⁴²

Este texto é exemplar na forma como revela o entendimento que Pedro Theotónio Pereira tinha do exercício da actividade seguradora em particular e da actividade económica em geral. Conservador resguardado por uma retórica assente em argumentos que valorizam a boa moral, a cautela e o bom senso. Por um lado, não deseja a afirmação e o eventual triunfo de um novo ramo segurador por considerar que ele é arriscado para as empresas que se dediquem ao seguro e ao resseguro. Por outro, por considerar que a generalização do seguro ao crédito pudesse abrir caminho à afirmação de um ambiente de negócios feitos em novos moldes, mais competitivos, ao contrário daqueles até aí predominantes e que considerava, acima de tudo, virtuosos porque assentes numa tradição inventada. Mas para além disso, erguia a sua voz contra uma realidade do mundo dos negócios em que aquilo que estava em causa não era apenas a saúde económica e financeira das seguradoras que aceitassem garantir créditos. Preocupava-o a possibilidade de, ao decidirem por aí avançar, pudessem criar espaço para que o recurso ao crédito se generalizasse, ao mesmo tempo que aqueles que o concediam, a partir do momento em que podiam segurá-lo, estavam a procurar alargar o mercado de reais e potenciais clientes em todo o ramo segurador. Esta possibilidade era tanto maior quando era reconhecido que as instituições de crédito tinham activos para os quais não encontravam destino rentável. Pedro Theotónio Pereira, no seu artigo publicado originalmente na *Revista de Contabilidade e Comércio*, respondia não apenas àqueles que no mercado segurador ambicionavam avançar no negócio prometedor do seguro ao crédito. Dirigindo-se contra os que desejando utilizar os recursos financeiros disponíveis em instituições de crédito públicas e privadas, procuravam reanimar a vida económica do País, condenava essa reanimação – que se tornava desenfreada por via da reclamada liberalização das condições de acesso ao crédito –, porque dela via derivar um processo de mutação social e política incontrolável que rapidamente

⁴¹ *Ibidem*, p. 10.

⁴² *Ibidem*.

“A Reforma Corporativa”

romperia com o equilíbrio existente, equilíbrio esse que a ordem económica e financeira que recentemente passara a prevalecer parecia querer, e queria, perpetuar.

Um dos rostos visíveis da opção económica criticada por Pedro Theotónio Pereira no sector segurador foi Luís Costa Santos.⁴³ Tratava-se de um dos mais notáveis defensores do mutualismo e de um técnico de seguros que exerceu a sua actividade nas décadas de 1920 e 1930. A partir de 1932, e até 1940 – quando foi suspensa – Luís Costa Santos foi colaborador da *Revista Portuguesa de Seguros*, passando a dirigi-la a partir de Março de 1934, tendo aí sistematicamente criticado tanto a política governamental para o sector como as opções seguidas pelos poderes públicos naquilo que respeitava à resolução do chamado problema social, desde logo quanto à opção doutrinária seguida. Logo no início de 1933, e quando o problema da sanidade das finanças públicas parecia definitivamente resolvido, Luís Costa Santos publicou na *Revista Portuguesa de Seguros* um texto em que chamava a atenção, fazendo um discurso muito crítico, para o facto de em Portugal o acesso ao crédito ser extremamente difícil, realidade tanto mais incompreensível pelo facto das instituições financeiras (Bancos e Caixas Económicas) terem conhecido entre 1930 e 1931 um crescimento dos seus depósitos “em mais de 518 mil contos”.⁴⁴ Tratavam-se, portanto, de recursos “imobilizados”, mas que caso fossem racionalmente utilizados pela liberalização do crédito poderiam inverter a conjuntura económica e atingir resultados positivos noutros domínios, nomeadamente no social.⁴⁵ Por isso, ao não estar o “crédito” a ser utilizado como um instrumento de inversão da

⁴³ Nasceu a 29 de Maio de 1897 na Moita do Ribatejo. Estudou na Casa Pia, até 1914, tendo iniciado a sua actividade profissional numa companhia de seguros. Desde logo viria a interessar-se pela técnica dos seguros. Além de funcionário da direcção dos Caminhos de Ferro do Estado, procurou intervir politicamente através da colaboração na fundação de jornais como *Evolução*, *República* e *A Noite*. Durante a I República, em 1921 e 1923, foi administrador, respectivamente, dos concelhos de Aldegalega (Montijo) e Moita do Ribatejo. “SANTOS (Luís Costa)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume 27, s.e., Lisboa – Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., p. 371.

⁴⁴ Curiosamente, num artigo publicado no *Jornal do Comércio e das Colónias*, a 19 de Julho de 1933, Marcello Caetano defendia a “existência de um seguro contra os riscos de falta de pagamento e de insolvência que, dando mais segurança aos negócios, facilitaria o restabelecimento da confiança e pouco a pouco conduziria ao saneamento das praças.” Sobre este tema, era óbvio que a posição de Marcello Caetano estava a meio caminho entre aquela que era defendida pelo seu amigo Pedro Theotónio Pereira e a que protagonizava Luís Costa Santos.

⁴⁵ Luís Costa Santos reconhecia que as restrições ao crédito não se tratavam, apenas, de um problema português. A primeira vez que o autor chamou a atenção para a crescente disponibilidade de poupanças nas instituições financeiras, e para as quais não se vislumbrava possibilidade de aproveitamento produtivo, foi em “De tudo um pouco...” in *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros)*, ano 1, n.º 2, Dezembro de 1932, p. 9. Aqui antecipar-se-ia a tese apresentada em Luís Costa Santos, “O Crédito” in *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros)*, ano 1, n.º 3, Janeiro de 1933, p. 1.

⁴⁶ “A usura e a avareza fizeram convencer-nos a quase todos (o mal é quase geral), que a riqueza era o *oiro*, o *dinheiro*.”

E assim, cada um de nós todos, logo que as primeiras dificuldades económicas e financeiras surgiram aos nossos olhos, tratámos de guardar, bem guardado, o nosso *rico dinheirinho*.” Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 10.

“A Reforma Corporativa”

conjuntura, a sua não disponibilização tornara-se num factor de bloqueio da mobilidade social, uma vez que condicionava, para não dizer que impedia, as “iniciativas” “rasgadas, inteligentes e engenhosas”, os “resultados” eventualmente “sublimes”, coarctando as legítimas aspirações “daqueles que não” tendo “mais do que talento, competência, espírito de iniciativa e de realização ainda que sejam honestíssimos”, não conseguiam mais do que “o sorriso incrédulo e enigmático do Banqueiro ou do Capitalista, a quem solicitaram apoio para os seus empreendimentos.”⁴⁶ Portanto, a quase ausência de crédito, aliado ao facto daqueles que dispunham de capital tantas vezes o confundirem com “penhor”, além de não resolver o problema económico tinha profundas consequências sociais ao limitar fortemente a emergência de uma nova classe empresarial ou o crescimento das empresas de pequenas dimensões – e que um dia poderiam ser grandes –, ao mesmo tempo que condenava as classes mais desfavorecidas ao baixo salário e, muitas vezes, ao desemprego. A saída desta situação de impasse, para não dizer de retrocesso, passaria pela restauração da confiança e do crédito. Sabendo-se onde este estava e que fim deveria ter, haveria que criar um ambiente de confiança capaz de garantir que o tão necessário crédito capitalista fosse disponibilizado. Para que houvesse confiança, propunha Luís Costa Santos – e foi isso que Pedro Theotónio Pereira criticou duramente no seu artigo publicado na *Revista de Contabilidade e Comércio* –, que a actividade seguradora apostasse cada vez mais na cobertura do risco, sobretudo no domínio da insolvência, advogando, pela própria demonstração das suas vantagens, a “ligação da Banca com as Empresas seguradoras”, algo que em Portugal se tornaria um fenómeno que se consumaria apenas nas décadas de 1960 e 1970.⁴⁷ Finalmente, e já antecipando críticas, recordava que existiam “elementos” e recursos técnicos capazes de determinar em termos fiáveis “a taxa e mais condições para a cobertura” do seguro do crédito por razões de insolvência. Além de uma percepção diferente do valor daquela que fora a estratégia adoptada pelo Governo para resolver o problema económico e financeiro português, pelo menos a partir de Abril de 1928, Luís Costa Santos valorizava soluções económicas expansionistas

⁴⁵ “Todos sabem que são as *estatísticas* que são os elementos mais valiosos na organização e prática do seguro e, felizmente, existem entre nós, os dados estatísticos necessários para se estabelecer a percentagem da *insolvabilidade* [sic] do nosso País.

Conhecida essa percentagem, fácil será, aos técnicos, estabelecerem, em bases conscientes, essa nova modalidade de seguro, que seria nesta hora, a tantos títulos graves, o melhor elemento para restabelecer o *crédito*, factor indispensável ao progresso e à Paz social e económica.” *Ibidem*.

⁴⁶ A julgar pelo teor do testemunho dado por Luís Costa Santos – e não há razões para duvidar –, as suas ideias e propostas foram acolhidas muito favoravelmente em vários sectores da sociedade portuguesa: “[...] publicámos um artigo [...] que tivemos o prazer de transcrito em vários jornais do País e por cuja publicação recebemos imerecidas mas amáveis felicitações.” Luís Costa Santos, “Os Seguros de Crédito” in *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros)*, ano 1, n.º 7, Maio de 1933, p. 1.

⁴⁶ Luís Costa Santos, “O Crédito” in *Revista Portuguesa de Seguros (Estudos Económico-Sociais – Divulgação e Propaganda de Seguros)*, ano 1, n.º 3, Janeiro de 1933, p. 1.

⁴⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 10.

“A Reforma Corporativa”

assentes em potencialidades garantidas pelos enormes recursos financeiros disponíveis, fazendo ainda uma crítica dura às opções ideológicas e culturais em boa medida conservadoras – e não apenas de um calculismo sensato e previdente – que sustentavam a orientação de política económica – e não só – do Governo.⁴⁸

Não querendo deixar morrer o assunto da exequibilidade dos seguros de crédito, já com Pedro Theotónio Pereira à frente do subsecretariado das Corporações, Luís Costa Santos procurou demonstrar que a descrença do novo membro do Governo sobre o futuro económico daquele ramo segurador era infundado, socorrendo-se do exemplo norte-americano. Do outro lado do Atlântico, depois das dificuldades iniciais sentidas no seguimento da sua introdução, os anos de 1900 a 1920 tinham vindo demonstrar que as “indenizações pagas” pelo sector do seguro do crédito eram comportáveis, sendo, por exemplo, “inferiores às pagas pelo de incêndios.” Era possível, por um lado, determinar os riscos, atenuá-los depois, sendo que o segredo do negócio estava na “capacidade de selecção e apreciação dos riscos.” O êxito dependia de algumas mudanças de procedimentos a que as seguradoras estavam acostumadas, o que passava por uma “muito perfeita e criteriosa organização de serviços de informações, em colaboração com os Bancos e Agências da especialidade.” É claro que se impunha a elaboração de “uma legislação especial” e uma ligeira modificação na orgânica da Inspeção de Seguros, nomeadamente pela criação de uma “Repartição anexa.” O resultado da mudança não apenas asseguraria a saúde das “transacções comerciais correntes”, mas tornar-se-ia ainda, recordando-o novamente, “o meio fácil de garantir e proteger muitas iniciativas boas de gente activa e trabalhadora que, até agora, têm visto morrer os seus sonhos largos de trabalho e de fortuna, à mingua de crédito e de finanças.”⁴⁹

⁴⁸ Como é óbvio, as teses favoráveis à promoção pública de estímulos ao expansionismo económico mereciam à época sérias críticas, embora estivessem à beira de começar a ser adoptadas convictamente por Governos tão distintos como o de Hitler na Alemanha e o de F. D. Roosevelt nos E. U. A.. Mas o que importa aqui salientar é o teor do debate e o facto dele se ter livremente realizado. Note-se que para Luís Costa Santos aquilo que está em causa, directamente, não é o custo do dinheiro. Preocupava-o, isso sim, a excessiva cautela do sector bancário quando se tratava de apoiar com crédito o investimento daqueles que poucas ou nenhuma garantias podiam apresentar. Refira-se que num passado recente o Governo decretara o valor máximo das taxas de juro de descontos e empréstimos efectuados pela banca, indexando-os à taxa de desconto do Banco de Portugal. Decreto n.º 20 983 de 8 de Março de 1932. A cerca de um ano de distância parecia evidente que, embora tabeladas para baixo, as taxas de juro dos empréstimos continuavam, senão pouco atractivas, pelo menos incapazes de, por si só, contribuírem para um aumento e democratização assinaláveis do investimento. Sobre a política económica da Administração Roosevelt no decurso do seu primeiro mandato, David M. Kennedy, *Freedom From Fear. The American People in Depression and War, 1929-1945*, vol. IX, in *The Oxford History of the United States*, ed. geral Vann Woodward, s.e., Nova Iorque-Oxford, Oxford University Press, 1999, *passim*.

⁴⁹ Idem, *ibidem*. As dificuldades no acesso ao crédito por parte das classes médias portuguesas, era preocupação dos nacionais sindicalistas e, em particular, de Rolão Preto. Consequência, entre outros factores, das elevadas taxas de desconto praticadas – muito do agrado daqueles que viviam dos seus rendimentos –, o “problema do crédito” era motivo “do grito angustiante da pequena e média lavoura, do pequeno e médio comércio, dos funcionários do Estado, dos empregados das empresas particulares, não falando da legião amarga do desemprego.” Rolão Preto, “As classes médias agonizam: O problema do crédito” in *Revolução*, 3 de Abril de 1933, p. 1. No

“A Reforma Corporativa”

Este conjunto de factos parece poder levantar o problema de saber se Oliveira Salazar, ao ter sido apoiado na sua ascensão ao poder por forças políticas, económicas e sociais mais ou menos insondáveis – interesses económicos, sectores nacionalistas do Exército, Igreja católica, forças políticas nacionalistas formais e informais dos mais variados matizes –, o foi essencialmente por mérito e vontade própria, ou acima de tudo pela coincidência dos interesses daquelas forças com as suas características pessoais e políticas. Na verdade, a futura constituição de um Estado autoritário de feição nacionalista e corporativista teve, entre muitos outros, o apoio político de uma figura – Pedro Theotónio Pereira –, que além de monárquico, integralista da autodesignada dissidência sardinhista, pragmático e heterodoxo, membro do grupo da *Ideia Nacional*, católico militante, era um reputado técnico e director dos ramos vida e de acidentes de trabalho⁵⁰ da Companhia de Seguros Fidelidade, o que, tudo junto, o tornara especialista em questões de previdência social. Mas além disso, era representante de um complexo de interesses económicos que, como outros, tentou influenciar politicamente a Ditadura Militar e o Estado Novo e, antes disso, já procurara intervir nos destinos da República. A partir de 1928-1929, por convicção político-ideológica, pelo simples facto de ter contas a saldar, ou pelas duas razões, a verdade é que Oliveira Salazar deu início a uma política económico-financeira que, embora apenas em parte, satisfizesse interesses empresariais com um determinado perfil e num determinado sector de actividade. O facto de que para executar tais medidas tenha podido contar com a formação técnica e a formação política de Pedro Theotónio Pereira, significa tanto uma coincidência como o facto de se ter rodeado de colaboradores políticos que representavam determinados interesses económicos, sociais e políticos e não outros. Que, no entanto, Oliveira Salazar tenha chegado ao poder e exercido esse mesmo poder apenas como fator de interesses semelhantes àqueles que Pedro Theotónio Pereira representava, é certamente uma afirmação que não corresponde à realidade, pelo simples facto de tais interesses económicos, ou outros eventualmente beneficiados pela forma como o poder

discurso que pronunciou nas cerimónias de celebração do 4.º aniversário do 28 de Maio, Oliveira Salazar não deixou de recordar os efeitos benéficos que a resolução dos problemas das finanças públicas tivera no barateamento do crédito. Ao definir as “três condições essenciais à produção”, nomeia “meios rápidos de transporte, crédito fácil, energia barata [...]”. Na prática o crédito tendia a tomar-se relativamente barato mas era muito pouco acessível. Oliveira Salazar, “Ditadura Administrativa e Revolução Política” in *op. cit.*, p. 55 (itálico nosso). Neste mesmo discurso, Salazar recorda que no respeitante ao “problema social, no qual englobaria a higiene, a assistência, a instrução, a educação, os problemas do trabalho [...]”, não chegara “ainda a hora das grandes soluções.” Idem, *ibidem*, p. 57. Sobre a política de crédito do Estado Novo, enquanto instrumento de enquadramento das actividades económicas, Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o estudo na natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa, 1986, pp. 254-257.

⁵⁰ A Companhia de Seguros Fidelidade foi autorizada a iniciar a sua actividade neste ramo por portaria publicada no *Diário de Governo* a 23 de Outubro de 1929. Em 1929, realizou Pedro Theotónio Pereira um “estágio [...] na Caisse National des Accidents du Travail, de Lucerna, onde” conviveu “com o seu eminente director, M. Tzaut.” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias...*, vol. I, 2ª. ed., 1972, p. 95.

“A Reforma Corporativa”

era exercido, terem pago também o seu preço, desde logo e a partir do ano fiscal de 1928-1929, com o assinalável agravamento da carga fiscal sobre as empresas. Por outro lado, e do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, parece certo que jamais teria podido fazer valer os interesses empresariais que também representava caso as suas ideias políticas tivessem sido outras, sendo ainda verdade que muito provavelmente nunca teria sido aquilo que foi na política no caso de não possuir a formação técnica e a experiência profissional adquiridas na Faculdade de Ciências, em utilíssimos estágios na Suíça e nos quantos anos de trabalho na Fidelidade. Ou seja, apesar das variáveis serem muitas e até contraditórias, não deixam de indiciar um padrão de comportamento e dele permitem que se retirem algumas conclusões. Porém, outros interesses, e tantas vezes opostos, serviram e apoiaram os desígnios tanto de Oliveira Salazar como de Pedro Theotónio Pereira, sendo ainda que não poucas vezes até o próprio interesse nacional na forma por eles definido.

“[...] operários ilustres da recuperação de Portugal?”⁵¹

Em meados de Setembro de 1927, e muito por causa do fracasso recentemente sofrido pelo projecto que ficou conhecido pela designação do jornal que lhe tinha dado forma – *A Ideia Nacional* –, Marcello Caetano, um dos seus mais jovens “apóstolos”, mais destacado mas, também, mais independente, publicou em *A Voz* um conjunto de artigos. Especialmente no derradeiro constatava “a existência de uma grave crise do nacionalismo português” e prescrevia-lhe os “remédios mais convenientes [...]”. Apontava para “a necessidade de uma reforma de mentalidade” que desse o “devido valor ao esforço individual”, incutindo nos portugueses “a fé na própria actividade, na própria energia”, tirando-os desse “terrível hábito de tudo” esperarem de um “messia-ditador [sic], chefe de partido, ou o próprio Estado transformado entre nós desde sempre no comunismo burocrático.”⁵² Em segundo lugar, o autor aconselhava aos nacionalistas e católicos a que preferencialmente se dirigia, a aceitação de um regime político que se destacasse por oferecer “garantias de honestidade e tranquilidade”. Mas apelava, sobretudo, a que se o não discutisse e o não guerreasse, de forma a que pudesse permanecer no poder o tempo necessário para que o País convalescesse das suas “enfermidades, deixando para o tempo das vacas gordas a solução definitiva do problema político então mais facilmente solucionável.” Aparentemente sem preconceitos, desejava que o sempre tão debatido problema político (monarquia ou república) se resolvesse de acordo com a evolução da conjuntura, à medida que se fizesse “o estudo consciencioso” das “condições naturais de existência e desenvolvimento do

⁵¹ Marcello Caetano, “Novos Horizontes” in *Cadernos Corporativos*, tomo II, n.º 7, 20 de Abril de 1933, p. 10.

⁵² Marcello Caetano, “O Grande Problema” in *A Voz*, 12 de Setembro de 1927, p. 1.

“A Reforma Corporativa”

País”. Daí decorria que boa parte da solução de regime a encontrar tivesse a obrigação de passar por “fórmulas novas inspiradas pela tradição tais como nós as definimos e modificáveis em harmonia com as lições da prática, procurando-se assim encontrar a constituição essencial da Nação Portuguesa.”⁵³ Definido desta forma o problema e apontadas algumas soluções, parecia óbvio que no futuro o êxito do programa nacionalista dependia da formação de um “escol”, uma vez que sem ele a doutrina, por maior “grau de perfeição” que tivesse, estava condenada ao fracasso. Este escol que não existia e que era urgente que se formasse (dependendo o “ressurgimento nacional” da resolução de um “problema de educação”), devia estar espalhado por todas as áreas essenciais da vida nacional.⁵⁴ Definido o escol como a “aristocracia” que deveria “orientar eficazmente a obra do ressurgimento nacional”, e apesar dos êxitos futuros dependerem da sua existência em qualidade e em quantidade, verdade é que tal não impedia que o projecto e a ambição de conquista do Estado por parte daqueles sectores nacionalistas a que Marcello Caetano pertencia, nunca deixou de se constituir na sua componente essencial, uma vez que só essa conquista permitiria “tornar extensiva a toda a Nação a reforma intelectual e moral” que se andava empenhado em “realizar”. Mas acrescentava:

Para que se justifique a conquista do Estado é pois necessário: primeiro, que se saiba já o que se quer; segundo que se saiba como se há de querer, como se hão de realizar os propósitos de que se está animado.

Independentemente daquilo que de estético⁵⁵ e retórico existe na expressão “conquista do Estado”, a verdade é que enquanto acontecimento político, aquela não era tida como uma necessidade imediata. Ao contrário de outros na posse de ideias genéricas e de programas igualmente genéricos – mas política e socialmente totalizantes –, os sardinhistas – ou o que deles restava – pareciam, transitoriamente e após o fracasso político recente que fora *A Ideia Nacional*, terem percebido que era melhor saber esperar, ao mesmo tempo que afirmavam estar em

⁵³ *Idem, ibidem.*

⁵⁴ “[...] no comércio, nas indústrias, na agricultura, no exército, na magistratura, no jornalismo, nas profissões liberais, na burocracia [...] que sirvam de fermento das suas classes, nas suas profissões, tomando efectivas as reformas decretadas, espalhando o indispensável espírito de cooperação, convencendo, amoldando, limando resistências, numa palavra governando de colaboração com aqueles que dirigem os soberanos interesses do Estado.” *Ibidem.* Era a herança das ideias e dos métodos integralistas que prevalecia na argumentação de Marcello Caetano.

⁵⁵ Estético no sentido em que a conquista do Estado era uma componente essencial da forma como os sardinhistas – Armando Silva, Manuel Múrias, Rodrigues Cavalheiro, Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira – se auto-representavam. Era uma parte essencial de um discurso cultural e político-ideológico que abarcava a visão de uma sociedade no seu todo. Esse mesmo discurso era ainda importante uma vez que era em função dele que os sardinhistas podiam ser apreendidos por adversários, seguidores ou indiferentes. É claro que por “representação” não se entende aqui aquela dimensão que muitos académicos apresentam como sendo sinónimo de “associações psicológicas ou textuais.” O termo é aplicado no seu sentido literal. Sobre o fascismo – que entendo ter sido muito diferente do sardinhismo – considerado enquanto “movimento cultural”, “revolucionário” e “totalizante”, naturalmente possuidor de uma estética própria, George L. Mosse, *The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism*, s.e., Nova Iorque, Howard Fertig, 1999, pp. x-xi e, especialmente, pp. 45-53 (“Fascist Aesthetics and Society: Some Considerations”).

“A Reforma Corporativa”

condições de começar a estudar as “questões mais comezinhas”, evitando assim “dar ao País um espectáculo de indecisão e inconsistência”, ao tudo prometer para depois prosseguir pelo “caminho da anarquia [...]”.⁵⁶

Cerca de dois anos e meio mais tarde, era evidente que as cautelas de Marcello Caetano sobre os riscos inerentes a um acesso e a um exercício do poder político no Estado a destempo, se alguma vez fizeram escola entre os seus jovens camaradas sardinhistas, haviam sido completamente abandonadas.⁵⁷ Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano, depois de terem dado o seu modesto mas sintomático contributo na eleição de Carmona para o cargo de presidente da República, haviam-se tornado colaboradores necessários de Oliveira Salazar e, aos poucos, deixado de acreditar nessa ideia defendida por Marcello num momento de debilidade política conjuntural, quando o acesso ao poder parecia um objectivo dificilmente alcançável. É que se tornara evidente que não apenas o estabelecimento da unidade monárquica e nacionalista era uma impossibilidade nos termos em que fora tentada, mas, também, que a possibilidade de pressionar as cúpulas da Ditadura Militar no sentido da aceitação da recusa de uma solução constitucional de feição democrática e de consequente adopção de uma solução nacionalista para o regime a ser institucionalizado teria de passar pela utilização de outro tipo de argumentos.

Para Pedro Theotónio Pereira, e num texto escrito que publicou a propósito do quinto aniversário da morte de Sardinha – cerca de três anos após aquele atrás citado de Marcello Caetano –, tornara-se evidente que, tal como teria defendido o seu mestre, um “pensamento mesmo restrito a um círculo isolado”, desde que possuidor de um “corpo de doutrina seguido com tenacidade”, seria capaz de “avassalar o mundo”.⁵⁸ Pelo apoio, que era também a “fé”, dado pela “nova geração” à “reconstituição financeira levada a efeito por um destes homens que aparecem de longe em longe na vida das nações”,⁵⁹ era claro que desde há algum tempo, teriam começado a cumprir-se os desígnios e as profecias de Sardinha, pelo que o achegamento ao poder de dois dos seus discípulos deveria ser interpretado com optimismo e não com apreensão.⁶⁰

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ Já as sérias e justificadas apreensões sobre a possibilidade de se poder pôr a funcionar em Portugal um sistema corporativo, mesmo depois da aprovação da nova Constituição e da criação da subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, foram uma constante, sendo que o passar do tempo mais parecia confirmar a sua inviabilidade do que o seu contrário. Mas a este tema voltar-se-á mais à frente.

⁵⁸ António Sardinha, “O Último Livro de António Sardinha” in *Gil Vicente*, n.º 1 e 2, VI volume, 1930, p. 8.

⁵⁹ Ao contrário de Marcello Caetano três anos antes, Pedro Theotónio Pereira não desprezava totalmente a figura do messias.

⁶⁰ “E não sei que mais comovedora e gloriosa consagração que reconhecer que foi António Sardinha quem reergueu mais cruzeiros de fé no pensamento português, charneca desolada por um vento mau, vindo de muito longe.” *Idem, ibidem*, p. 11.

“A Reforma Corporativa”

Pelo menos desde que colaborara na produção da nova legislação reguladora da actividade seguradora, a história do relacionamento entre Oliveira Salazar e Pedro Theotónio Pereira passara a ser a de um crescente aprofundamento, tanto político como, em boa medida, pessoal. É claro que se tratava de uma relação desigual na forma e nos objectivos. Enquanto para Theotónio Pereira, Salazar pareceu ter sido sempre a personificação de tudo aquilo que Portugal necessitava para poder alterar profundamente a sua natureza social, política, económica e, sobretudo, ideológica, não havendo nada na sua biografia política capaz de indiciar qualquer traição ou, sequer, infidelidade àquele que desde 1928 soube reconhecer como a solução de liderança pessoal de que Portugal necessitava, já para o ministro das Finanças e depois chefe do Governo, Pedro Theotónio Pereira foi sobretudo um instrumento – entre muitos outros, embora continuamente um dos mais importantes – ao serviço dos seus designios políticos mas que, naturalmente, gostava de fazer confundir com os da pátria. É claro que um e outro viam as suas biografias de uma perspectiva diferente, assentes em pressupostos distintos e buscando finalidades diversas. Enquanto Salazar apenas se via como o vértice de uma pirâmide, a Pedro Theotónio Pereira sempre lhe terá bastado ficar pelo topo, mas sem ambicionar ou, pelo menos, viver obcecado pela ocupação do vértice.⁶¹ Como já foi pelo menos afluído, Salazar – podendo também ter sido usado – utilizou Theotónio Pereira. Fê-lo logo a partir de Abril de 1928, no esforço de subverter a ordem legislativa sobre seguros vigente em Portugal desde 1908 e na qual o próprio Sinel de Cordes quis deixar a sua marca nos últimos dias em que exerceu o seu mandato de ministro das Finanças. Se neste caso Oliveira Salazar utilizou a competência técnica de Pedro Theotónio Pereira e do seu amigo Marcello Caetano, também é verdade que deles viria a fazer uso para aos poucos ir penetrando no crescentemente vitalizado, embora sempre disperso, sector constituído por jovens e aguerridos nacionalistas portugueses, fosse com o objectivo de melhor o conhecer para o enfraquecer e derrotar, fosse, em complemento, com a pretensão de o atrair para o projecto político que deveria suceder à Ditadura e que aos poucos foi visualizando e construindo.⁶²

Uma vez que não existe informação que permita seguir com grande pormenor o percurso político de Pedro Theotónio Pereira até à sua entrada para o Governo em Abril de

⁶¹ Não eram apenas retóricos as confissões que Pedro Theotónio fazia a Oliveira Salazar sobre as limitações que em si encontrava para desempenhar devidamente as funções de subsecretário de Estado que lhe foram confiadas em Abril de 1933. “V. Ex.a sabe muito bem que muitas vezes me sinto mal no lugar porque vejo que não posso dar conta do recado.” IAN/TT, AOS/CO/PC-10-A, Pasta 3, fls. 115-116. Documento não datado, mas que pelo timbre se presume ter sido redigido quando o autor ocupava a subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social.

⁶² De modo idêntico fez Salazar uso da disponibilidade mostrada por vários jovens oficiais nacionalistas para o apoiarem de forma praticamente incondicional a partir da Primavera de 1927. Além de o guindarem ao poder, fizeram com que uma vez aí o seu projecto e ambição pudessem triunfar. Assis Gonçalves e Santos Costa são os mais notados rostos desta importante facção política e geracional do Exército.

“A Reforma Corporativa”

1933, cabe apenas registrar que, e antes de chegar ao subsecretariado das Corporações e Segurança Social, o jovem sardinhista foi sendo integrado na estrutura política e estatal que ia preparando a transição do regime de excepção que era a Ditadura Militar para o regime constitucional que ficou conhecido por Estado Novo.⁶³ Já com Oliveira Salazar na chefia do Governo, e na sequência da publicação do decreto lei n.º 21 300, a 28 de Maio de 1932, que lançou “as bases da Federação Nacional dos Produtores de Trigo”, no dia 14 de Julho foi empossada, pelo ministro Linhares de Lima, a comissão instaladora daquele novo órgão. Na qualidade de “técnico” – a comissão seria constituída por técnicos e lavradores –, Pedro Theotónio Pereira veio dela a fazer parte, tendo juntamente com os seus colegas a missão de ajudar ao cumprimento de diversos objectivos, nomeadamente “promover o armazenamento do cereal, sua conservação e estalonização, e à warrantagem dos trigos em celeiros municipais da rede criados para esse fim.”⁶⁴ Sendo certo que o diploma de 28 de Maio de 1932 “não deu imediatamente lugar à instalação” da citada Federação, quando, finalmente, teve lugar um passo decisivo na sua criação – pelos decretos lei n.º 22 871 e 22 872 de 22 de Julho de 1933 –, Pedro Theotónio Pereira estava já a exercer as funções de subsecretário de Estado das Corporações pelo que não participou a partir de dentro na constituição da “infra-estrutura” essencial a “toda a Organização Corporativa da cerealicultura.”⁶⁵ Ainda em 1932, Pedro Theotónio Pereira discutiu com Duarte Pacheco – então ministro das Obras Públicas – os “métodos actuariais que se deviam aplicar nos estudos financeiros dum novo plano de casas de renda económica.”⁶⁶ De qualquer modo, não havia dúvida de que se estava perante um jovem nacionalista formado nas escolas do Integralismo Lusitano e do sardinhismo que, ao contrário de muitos outros, não ocuparia o seu tempo, entre 1932 e 1934, e mesmo antes, a combater Oliveira Salazar e o seu projecto político

⁶³ Entre Agosto de 1930 e Maio de 1931, o nome de Pedro Theotónio Pereira, juntamente com o de Marcello Caetano, foi sugerido por Quirino de Jesus a Oliveira Salazar para fazer parte de um “órgão provisório” da União Nacional, ao qual deviam pertencer, entre outros, “alguns rapazes militares e civis.” A “atribuição” do citado órgão seria a de “aconselhar” o ministro do Interior em matérias previamente definidas. CLNSRF, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, pp. 105-107 (Documento 17, s.d., mas que os organizadores do volume consideraram ter sido redigido entre 10/07/1930 e 18/05/1931).

⁶⁴ Segundo Theotónio Pereira, teria sido Linhares de Lima a insistir na sua para a “primeira direcção da Federação.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 236. Acompanham Pedro Theotónio Pereira na citada Comissão, o tenente-coronel António Cortez de Lobão, António Van-Zeller Pereira Palha, o tenente-coronel Marques de Oliveira e os engenheiros agrónomos Nuno de Gusmão e António Luis de Seabra. Rogério de Figueiroa Rego (Relator), *Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1933-1963, Subsídios para o seu historial*, s.e., Lisboa, 1963, pp. 29 e 34.

⁶⁵ *Idem*, *ibidem*, pp. 35 e 40.

⁶⁶ “Em virtude” da identidade de pontos de vista entre os dois homens, ficou “decidido” que Pedro Theotónio Pereira prepararia os “aspectos do projectos” que fossem mais da sua “especialidade.” Um ano mais tarde voltaram a trabalhar juntos, dessa vez a “título oficial.” Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 139.

“A Reforma Corporativa”

e jurídico, projecto esse que parecia tão moderado aos olhos dos espíritos que naquele período e em número crescente passavam a militar no Nacional Sindicalismo.⁶⁷

Neste contexto, o aparecimento dos *Cadernos Corporativos*⁶⁸ no início do ano de 1933 pode ser entendido como o testemunho da fase derradeira de uma ofensiva em curso por parte daqueles sectores que, apoiantes da Ditadura Militar na figura de Salazar, desejavam que a solução constitucional em vias de ser adoptada se constituísse na maior ruptura possível – do ponto de vista social como político – com a herança liberal que vigorara em Portugal desde 1834. Por outro lado, os *Cadernos Corporativos* representava a intenção de, mesmo antes da aprovação plebiscitária da nova Constituição que se sabia corporativa,⁶⁹ se constituir num “posto de observação”, mas também de “irradiação dum pensamento impulsionador que procura os seus fundamentos na acção.” Conscientes das dificuldades que a construção de um Estado corporativo comportava – nomeadamente em Portugal –, os responsáveis pela edição dos *Cadernos Corporativos* desejavam mesmo assim vir a poder constatar no futuro “a marcha ascendente das realizações corporativas, tanto na ordem económica como na ordem social.”⁷⁰ Não admira, portanto, que *A Revolução, Diário Nacional-Sindicalista da Tarde*, tenha noticiado, embora com algum atraso, o início da publicação dos *Cadernos*. Depois dos elogios feitos ao seu director – “um valor intelectual da velha guarda nacionalista” –, o redactor da *Revolução* sublinhava que era “da mais alta vantagem”, numa “hora em que as formas jurídicas dos Estado” se iam “pouco a pouco transformando, que aparecesse numa revista especializadamente

⁶⁷ Neste período, e mesmo anos mais tarde, é evidente que ao contrário de Pedro Theotónio Pereira, Marcello Caetano não era em absoluto um apoiante e colaborador incondicional de Salazar. É certo que com ele trabalhou nas tarefas já citadas e viria ainda a contribuir para a “revisão final” do “projecto de Constituição”. Um par de anos mais tarde, redigiu o projecto do novo Código Administrativo. Tinha já feito parte da Junta Consultiva e, depois, da Comissão Executiva da União Nacional (onde era “o único” da sua “geração”). Muito antes disso, logo depois da chegada de Salazar ao Ministério das Finanças, dera o seu apoio em vários artigos publicados no *Jornal do Comércio*, à política iniciada de saneamento das Finanças Públicas. Porém, e como o próprio testemunhou, havia, para além dos “laços de colaboração política”, uma forte incompatibilidade pessoal e também política entre os dois, que se prolongaria até à morte de Salazar. Marcello Caetano, à distância de 40 anos, não se eximiu de considerar que na década de 1930 se tratava de “um jovem impertinente que se permitia atitudes rebeldes.” Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, pp. 52-56 e pp. 59-63.

⁶⁸ Publicação periódica dirigida por Augusto da Costa, de que saíram 9 números – entre 20 de Janeiro e 20 de Maio de 1933. Nele se encontram alguns nomes que colaboravam regularmente no *Jornal do Comércio e das Colónias*.

⁶⁹ O início do ano de 1933 foi particularmente agitado naquilo que respeitou à discussão do projecto constitucional. Enquanto os nacionais sindicalistas vinham conhecendo um crescendo de notoriedade que rentabilizavam nas críticas genéricas mas ideologicamente importantes que faziam ao projecto de Constituição, o general Vicente de Freitas executa em Janeiro e Fevereiro o “lance mais saliente e significativo do campo liberal-conservador” contra os planos do Governo naquela matéria. Sobre o debate e a crise política que precede a redacção e apresentação da versão final da nova Constituição no primeiro trimestre de 1933, Fernando Rosas, “As grandes linhas da evolução institucional”..., pp. 105-114.

⁷⁰ *Cadernos Corporativos*, tomo I, n.º 1, 20 de Janeiro de 1933, p. 3

“A Reforma Corporativa”

corporativa”, uma publicação “que fosse [...] o gráfico dessa transformação, o índice do espírito novo lubrificando as engrenagens perras da administração pública.”⁷¹

Nos *Cadernos Corporativos* colaboraram, entre outros, o Conde de Aurora,⁷² Marcello Caetano⁷³ e Pedro Theotónio Pereira.⁷⁴ A julgar pelo título de uns quantos escritos e pelo nome de alguns dos seus co-autores, é óbvio que os *Cadernos Corporativos* retomavam muitos dos temas sociais e económicos que mais mobilizavam o Nacional Sindicalismo, mas que de forma alguma eram um exclusivo seu no panorama político-ideológico português, uma vez que se reportavam à tradição integralista e, em especial, a alguns dos ensinamentos de António Sardinha e que iam sendo utilizados de acordo com convicções e conveniências das mais diversas. Nesse sentido, nacionais sindicalistas e sardinhistas – neste caso como Theotónio Pereira e outros –, tinham em comum o facto de recusarem o imobilismo a que a Junta Central do Integralismo Lusitano impusera ao movimento que conduzia,⁷⁵ ao mesmo tempo que privilegiavam uma acção orientada para a conquista do poder político e administrativo com a concomitante resolução do problema social. Simplesmente, enquanto os homens comandados por Rolão Preto não se reviam – primeiro parcialmente, depois absolutamente – num projecto político conduzido por Salazar, considerando-o demasiadamente moderado, os sardinhistas, desde muito cedo, consideraram globalmente que seria com Salazar que o seu programa se poderia cumprir, independentemente de possuir uma raiz ideológica comum ao Nacional Sindicalismo: o Integralismo Lusitano.⁷⁶ Ou seja, enquanto pelo menos certos sardinhistas se tinham tornado já figuras respeitáveis, colaboradoras e cúmplices da acção governativa da Ditadura, os membros do Nacional Sindicalismo – em parte, também, uma continuação da problemática Liga Nacional 28 de Maio⁷⁷ –, embora se pudessem tornar em aliados de determinados sectores da governação, eram-lhe essencialmente exteriores e, globalmente,

⁷¹ *Revolução*, 16 de Março de 1933, p. 1.

⁷² “Cinema – Sex-appeal – Família” in *Cadernos Corporativos*, tomo I, n.º 6, 5 de Abril de 1933, pp. 249-251.

⁷³ “Corporações no Estado ou Corporações do Estado?” in *Cadernos Corporativos*, tomo I, n.º 4, 5 de Março de 1933, pp. 151-155 e “Novos horizontes” in *Cadernos Corporativos*, tomo I, n.º 7, 20 de Abril de 1933, pp. 151-155.

⁷⁴ “Espírito Corporativo” in *Cadernos Corporativos*, tomo I, n.º 2, 5 de Fevereiro de 1933, pp. 56-60.

⁷⁵ Sobre as condições do progressivo afastamento político e ideológico do Nacional Sindicalismo em relação ao Integralismo Lusitano, António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1992, pp. 93-107.

⁷⁶ Se assim não fosse não se compreenderia não apenas a colaboração, já citada, dada por Pedro Theotónio Pereira e Marcello Caetano à acção política e governativa de Oliveira Salazar entre Abril de 1928 e Abril de 1933. Marcello Caetano, por exemplo, seria ainda convidado por Salazar para fazer parte do Conselho Político Nacional, criado pelo Decreto n.º 20 643 de 22 de Dezembro de 1931.

⁷⁷ António Costa Pinto, “A Direita Radical e a Ditadura Militar: A Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)” in *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Eduardo de Sousa Pereira e Walter C. Opello (ed.), s.e., Lisboa, Teorema, 1985, pp. 23-39. O testemunho em primeira mão de algumas das principais circunstâncias que levaram à constituição da Liga Nacional 28 de Maio, encontra-se em Assis Gonçalves, *Intimidades de Salazar. O Homem e a sua Época (Memórias do seu Secretário nos primeiros sete e difíceis anos da sua Vida Pública)*, 2.ª ed., Lisboa, Liv. Bertrand Editora, 1972, pp. 54-62.

“A Reforma Corporativa”

vistos como agitadores hostis.⁷⁸ Daí que a revista dirigida por Augusto da Costa possa ainda ser entendida como tendo-se tratado dum instrumento político com vários objectivos, mas sendo que um deles seria a sua utilização enquanto um instrumento mais ao serviço da tentativa de esvaziamento do Nacional Sindicalismo, numa altura em que o movimento tinha ainda muita força e se encontrava numa fase de pujança ascendente. De igual forma, o lançamento dos *Cadernos Corporativos* não terá também deixado de ser uma chamada de atenção a Oliveira Salazar e, sobretudo, aos seus apoiantes mais moderados e possuidores de um entendimento mais céptico acerca da bondade dos princípios de organização social propugnados por sectores radicais da Ditadura e reconhecidamente próximos, do ponto de vista programático, de alguns aspectos do Nacional Sindicalismo. Neste caso, os *Cadernos Corporativos* queriam significar que se eventualmente não se avançasse na direcção de uma organização económica e social corporativa, não apenas estariam defraudadas as legítimas aspirações da Nação mas, sobretudo, aberto o caminho para a intranquilidade e agitação legítima por parte dos sectores nacionalistas mais extremistas.⁷⁹

Nesse sentido, é defensável argumentar que pode ter havido uma certa promiscuidade, ou interdependência, entre aquilo que foi a ascensão de Pedro Theotónio Pereira à subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social e o início do fim do movimento Nacional Sindicalista. É certo que este movimento podia ter conhecido um desfecho menos dramático – não se tivesse ele mantida tão intransigente quanto à impossibilidade da sua descaracterização –, mas a verdade é que o modo como ficou traçado o seu destino se deveu ao facto de Salazar ter reconhecido que a sua vitória e a derrota de Rolão Preto passava não apenas pela promulgação de uma Constituição que no seu art.º 5.º denominava o “Estado português” como “uma República unitária e corporativa.” Era preciso que o Estado Novo adoptasse um discurso e uma certa prática político-ideológica, nomeadamente no domínio da propaganda, da mobilização e da adopção de medidas de política social, que demonstrasse que o Nacional Sindicalismo não possuía qualquer lugar enquanto força política autónoma tanto dentro como fora do novo regime. Para executar

⁷⁸ Em relação a Oliveira Salazar, e sendo o Nacional Sindicalismo, também, uma continuação da Liga Nacional 28 de Maio, trazia consigo o ónus de, no início de 1932, o sector militar da citada Liga ter tentado impor a entrega da chefia do Governo da Ditadura Militar a João de Almeida. Para além de outros acontecimentos e atitudes assumidos pelo Nacional Sindicalismo entre 1932 e 1934, é óbvio que dificilmente o novo presidente do Conselho poderia esquecer tal afronta. Sobre aqueles factos ocorridos no início de 1932, António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 90-91. Sobre o envolvimento dos militares nas peripécias que precederam a nomeação de Oliveira Salazar para a chefia do Governo, Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 45-48.

⁷⁹ Sobre as diversas fases da conturbada relação dos Governos das Ditadura Militar e do Estado Novo com o Nacional Sindicalismo, António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 130-131 e pp. 232-255 e Fernando Rosas (coord.), “O Estado Novo (1926-1974)”, in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores/Ed. Estampa, 1994, pp. 176-184.

“A Reforma Corporativa”

essa política, mas também para a pensar, todos os testemunhos que possuímos permitem-nos concluir que Pedro Theotónio Pereira foi o parceiro que Salazar escolheu.⁸⁰

“[...] belas qualidades que distinguem o seu nobilíssimo carácter.”⁸¹

Embora Salazar e Theotónio Pereira comungassem uma certa fé nas virtudes do Corporativismo – comunhão que não era de todo idêntica em muitos dos seus aspectos –, a verdade é que a nomeação deste para subsecretário de Estado foi para o presidente do Conselho a aposta na figura que mais qualidades políticas possuía para combater os nacionais sindicalistas no seu próprio terreno. Talvez valha por isso a pena recordar e comentar uma parte do processo que além de ter conduzido à substituição do último Governo de Ditadura Militar pelo primeiro Constitucional, implicou alterações na orgânica governamental e conduziu à criação da subsecretaria de Estado das Corporações e Segurança Social.

Presume-se que já depois de realizado o plebiscito que viria a aprovar o novo texto Constitucional,⁸² mas ainda antes do dia 7 de Abril,⁸³ data em que, recorda Marcello Caetano, teve uma conversa com Salazar e na sequência da qual foi sondado sobre a possibilidade de vir a fazer parte do novo Governo,⁸⁴ Pedro Theotónio Pereira foi “convocado com urgência” pelo

⁸⁰ “[...] Pedro Teotónio Pereira era apontado como simpatizante [do Nacional Sindicalismo] e foi causador indirecto da morte do movimento quando entrou no governo, e levou para seus próximos colaboradores alguns nacionais sindicalistas mais destacados.” António Seabra, *O Meu Tempo*, s.e., Lisboa, 1989, p. 121.

⁸¹ “Política constitucional” in *A Voz*, 13 de Abril de 1933, p. 6.

⁸² A decisão de aprovar a nova Constituição através de um plebiscito, foi discutida numa reunião do Conselho Político Nacional. O Governo tinha ponderado três opções possíveis: decretar uma Constituição em Ditadura, “fazendo uso dos poderes excepcionais em que a Revolução de 28 de maio a investira;” fazer “promulgar uma lei eleitoral e fazer eleger uma Câmara constituinte que discutisse e votasse a Constituição;” finalmente, “submeter o projecto de Constituição à aprovação do povo por meio de plebiscito.” Nesta reunião do Conselho Político Nacional, falando sempre em nome do Governo, Salazar considerou que embora o “primeiro processo fosse o mais expedito” e estivesse “dentro da lógica situação e dos poderes revolucionários” de que o Governo se encontrava “munido”, parecia-lhe que não “se levaria a bem que a lei fundamental do Estado fosse imposta à Nação por um acto da Ditadura.” “O segundo processo, além de moroso, teria o “inconveniente de se fazerem eleições e de se constituir uma Câmara antes de estarem definidos os objectivos a atingir; seria um salto no desconhecido.” O “terceiro processo”, adoptado pelo Governo, na consciência de que o “povo” não estava, “na sua grande maioria, apto para votar em perfeita consciência o texto completo da Constituição”, tinha, no entanto, “um significado político” que não era “lícito desprezar.” Tratar-se-ia de “um voto de confiança nos dirigentes.” “Acta da sessão de 5 de maio de 1932”. Arquivo Marcello Caetano (AMC), Conselho Político Nacional (Actas), 1932-1933, Caixa 1, Livro.

⁸³ No dia 7 de Abril, à noite, certamente a propósito da questão da nomeação do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Theotónio Pereira enviou a Marcello Caetano uma carta num tom tanto enigmático – e declaradamente jocoso –, em que parece evidente não estar qualquer um deles com grande disposição para aceitar o convite de Salazar para fazer parte do novo Governo. “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 7 de Abril de 1933 (documento n.º 17). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

⁸⁴ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 58. O encontro deverá ter tido lugar a 5 de Abril, uma vez que dois dias mais tarde – presumivelmente a 7 ou a 8 – Salazar e Theotónio Pereira voltaram a encontrar-se para ter a conversa definitiva sobre a entrada deste para o Governo. Uma vez que o encontro do chefe do Governo com Marcello Caetano foi a 7, e nesta data já tinha Salazar, segundo Marcello Caetano, conversado com Theotónio Pereira e Lumbralles sobre as suas possíveis entradas para o Governo, podemos apontar para os dias 5 e 7 ou 8 as datas das duas conversas que levaram Pedro Theotónio Pereira à subsecretaria de Estado, em detrimento dos dois outros maiores rivais.

“A Reforma Corporativa”

presidente do Conselho. Salazar preparava já a remodelação ministerial que deveria iniciar uma nova fase na vida política do País depois de conhecidos e promulgados os resultados da consulta realizada a 19 de Março último. Os rumores da “crise ministerial” que se aproximava ainda não tinham começado a correr e, também por isso, Pedro Theotónio Pereira terá ficado surpreendido com o teor e a direcção tomada pela conversa mantida.⁸⁵ Sentado à “mesa de trabalho” de Salazar, mostrou-lhe este “uma relação de nomes” com “pessoas que já se tinham salientado no quadro político do País”, caracterizando-se ainda por serem “particularmente conhecedoras das diferentes matérias” e por gozarem de “prestígio pessoal e político.” Convidado a pronunciar-se sobre os nomes escolhidos, Pedro Theotónio Pereira deu uma opinião favorável sobre o que lhe parecia ser “material para uma recomposição ministerial,” reparando “que, no fim da lista, havia um lugar relativo a Corporações e Previdência Social, seguido dum ponto de interrogação.” Aparentemente, o “ponto de interrogação” parecia mais uma delicadeza pessoal ou um artifício político do que propriamente decorrente de qualquer dúvida substancial. Salazar terá dito a Theotónio Pereira que o lugar nas Corporações lhe estava “reservado”, devendo-se a “interrogação” apenas ao facto de, aquando da elaboração da lista que acabara de mostrar, ter tido presente certas “observações” feitas noutros momentos pelo futuro subsecretário de Estado, pelo que apenas preencheria a vaga com um nome depois de realizada “uma longa conversa”.⁸⁶

A “longa conversa” foi particularmente instrutiva, e não apenas pelo facto de ter possibilitado “um exame do quadro político da Nação e dos homens mais representativos do seu pensamento.” Pedro Theotónio Pereira tomou a liberdade de fazer as suas sugestões para a composição de um novo Governo teoricamente ainda em formação, mas nenhuma delas foi aceite, uma vez que Salazar tivera já pensado nessas “hipóteses”, considerando-as

⁸⁵ O encontro poder-se-á ter realizado ainda antes do dia 5 de Abril, uma vez que na edição do dia 6 de Abril, em editorial, o *Diário Notícias* informava os seus leitores quanto à iminência de uma remodelação governamental que se tomava necessária após a entrada em vigor da nova Constituição (esperava-se ainda a contagem final dos votos e a publicação dos resultados oficiais do plebiscito). Entre vários comentários e notícias, e depois de desmentida a possibilidade de criação de um Ministério da Defesa Nacional que integrasse os Ministérios da Marinha e da Guerra, lia-se a certa altura: “Toma vulto [...] a ideia da criação dum subsecretariado de Estado de «Corporações e Previdência Social», que funcionando junto da Presidência do Ministério, reuna os serviços do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e outros do mesmo género a criar de acordo com as intenções manifestadas pelos homens públicos da Ditadura, no sentido de alargar bastante a acção protectora do Estado e exercer a sua influência de estímulo e fiscalização nas organizações de classe e na vida nos trabalhadores.” “O Momento Político” in *Diário de Notícias*, 6 de Abril de 1933, p. 1.

⁸⁶ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. 1, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, p. 101. Parece ainda óbvio, a partir da descrição desta parte da conversa, que Salazar desejava certificar-se da opinião de Pedro Theotónio Pereira sobre os prováveis membros do novo Governo. As opiniões manifestadas por aquele teriam certamente alguma influência na composição final do Governo. Se, nomeadamente, veiculasse opiniões demasiadamente hostis, certamente que não viria a ser convidado para as Corporações; ou então – embora pouco provável – era possível que Salazar fizesse algum arranjo de última hora no novo Gabinete que vinha cuidadosamente preparando, de forma a dar seguimento às preocupações manifestadas pelo seu interlocutor.

“A Reforma Corporativa”

“cuidadosamente” como inferiores às que previamente seleccionara. Não é possível saber que nomes terá Pedro Theotónio Pereira sugerido, excepto num caso que, aliás, não nomeia, mas que sabemos tratar-se de Marcello Caetano. Marcello Caetano foi o nome que Theotónio Pereira recomendou “com maior insistência”, e embora tivesse aparentemente boas hipóteses de ser o escolhido para ocupar a pasta que iria tratar de resolver os “problemas da reforma do Estado” – o Corporativismo e a Previdência Social – a verdade é que se tratava de uma possibilidade que o próprio tratara de abortar, ao fazer constar aos quatro ventos que aquilo que o movia na altura era o desejo de se tornar professor da Faculdade de Direito, e não o desempenho de cargos políticos de maior relevância e responsabilidade do que aqueles para os quais já fora chamado por Oliveira Salazar. De facto, em Abril de 1933 Marcello encontrava-se a ultimar as provas que apresentou no início desse Verão na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sendo que neste encontro que reuniu Salazar e Theotónio Pereira ambos teriam chegado à conclusão de que, “humanamente”, não era aquele “o momento de lhe pedir que *virasse as costas à carreira que nele era uma verdadeira vocação*.”⁸⁷ Aparentemente – e apesar de algumas afirmações em contrário que nos deixou nas suas *Memórias*⁸⁸ –, Marcello Caetano estava interessado em entrar para o Governo, e caso Salazar assim o tivesse decidido esse teria sido o seu destino (sobretudo se em vez de lhe ter sido oferecida uma subsecretaria de Estado lhe fosse oferecido um Ministério). Simplesmente, e do ponto de vista da utilidade, da eficácia e da fidelidade política e pessoal, Pedro Theotónio Pereira apresentava a Oliveira Salazar muito mais vantagens. A insistência deste para que fosse Marcello Caetano a avançar para as Corporações, dependia certamente de considerar o seu amigo mais apetrechado tanto do ponto de vista político como, sobretudo, doutrinal, mas também não é de excluir a possibilidade de Theotónio Pereira desejar manter-se na reserva uma vez que não vislumbrava um futuro fácil para o responsável pela instituição do Corporativismo. De qualquer modo, e constatada a impossibilidade Marcello Caetano, discutiram-se outros nomes que “havam mostrado interesses pelos problemas da

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 102 (itálico nosso).

⁸⁸ Se Marcello Caetano não estivesse na altura – como nos anos imediatamente anteriores e nas décadas que decorreram até à sua subida à presidência do Conselho em 1968 –, interessado em ocupar cargos de elevada responsabilidade e notoriedade política às ordens de Oliveira Salazar, não teria deixado escapar este desabafo: “As minhas relações com ele [Oliveira Salazar] nos quase três anos decorridos desde a minha entrada como funcionário para o Ministério das Finanças tinham sido de pouca intimidade. A expectativa que me animara de início, de ser um colaborador intensamente aproveitado, foi-se desvanecendo com o tempo.” Idem, *ibidem*, pp. 48, 58 e 60. Vários dos seus inimigos e adversários políticos, indefectíveis de Salazar, viriam a acusá-lo sistematicamente de ser possuidor de uma ambição política desmesurada. Também acusavam Marcello Caetano, e sobretudo em comparação com Oliveira Salazar, de ser possuidor de um talento político de qualidade discutível. Eduardo Freitas da Costa, *Acuso Marcello Caetano*, s.e., s.l., Editorial e Publicidade Portugal Brasil, 1975, p. 32 e Manuel Maria Múrias, *De Salazar a Costa Gomes*, 2.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada, 1998, pp. 163-166.

“A Reforma Corporativa”

reforma do Estado.”⁸⁹ Corridos todos um a um por Salazar, acompanhava-os de um seu comentário sobre as respectivas possibilidades, ficando assim demonstrada a “segurança e vastidão dos seus juízos.” A seguir coube a Pedro Theotónio Pereira fazer os seus próprios comentários sobre as figuras em causa – pronunciando-se sobre aqueles que conhecia melhor –, aproveitando para tentar alinhar “méritos nos casos mais favoráveis, da mesma maneira que não” se recusou “a actuar de cardeal-diabo quando não podia esquecer os aspectos negativos.” Depois de eliminados – com a preciosa ajuda de Theotónio Pereira – todos os candidatos creíveis para desempenhar funções nas Corporações, Oliveira Salazar concentrou os seus esforços no candidato que tinha diante de si. Era Theotónio Pereira que Salazar queria para o cargo, mas sabia que a aceitação do desafio – e estava quase a ser aceite – dependia do valor da argumentação. Competia-lhe valorizar as suas qualidades políticas e pessoais, de o fazer sentir-se quase encurralado, sem grande capacidade para reagir, pelo que teria de saber apelar ao seu patriotismo. O chefe do Governo chegou ainda a declarar reconhecer e até aceitar o “espírito de independência e isenção pessoal” de Theotónio Pereira, sendo que esse mesmo espírito era reconhecidamente uma qualidade que sobrelevava “os méritos reconhecidos” para ocupar “um lugar apropriado.” Sabia que o “posto” oferecido poderia não calhar, fosse por coincidir com o rumo imprimido à vida pessoal e profissional, fosse por não “agradar”. Mas tratava-se duma “ocasião particularmente premente.” Foi neste momento de aperto que, aparentemente, Salazar informou Theotónio Pereira que o convidava não para ser ministro mas sim subsecretário de Estado. Pensara o chefe de Governo – e provavelmente sobre isso conversara anteriormente com Theotónio Pereira – na possibilidade de criação de um Ministério, mas chegara depois à conclusão de que a “nomeação do novo membro do Governo encarregado das reformas económicas e sociais” devia fazer-se integrando-o na Presidência do Conselho o que daria ao cargo “mais força do que em qualquer outro Ministério.”⁹⁰ Theotónio Pereira respondeu a Salazar

⁸⁹ “Eram em geral ensaístas de temas políticos pouco inclinados à análise de soluções concretas e por isso mesmo melhores na crítica que na tarefa de construir.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 102. Ficava assim demonstrada uma vez mais a desconfiança de Pedro Theotónio Pereira em relação aos intelectuais.

⁹⁰ Embora não o refira nas suas *Memórias*, em pelo menos uma das duas conversas que Salazar e Theotónio Pereira mantiveram antes da entrada deste para o Governo, Theotónio Pereira terá insistido muito nas vantagens de que a implantação do Estado corporativo beneficiaria caso fosse feita a partir de um Ministério das Corporações e não de uma Subsecretaria de Estado. É óbvio que Salazar não podia aceitar uma proposta dessas. Não tanto e não apenas pela sua descrença no Corporativismo como paliativo político e ideológico, mas também por uma tal medida estar condenada a produzir inúmeros problemas tanto ao nível governamental como na própria sociedade sobre a qual se propunha rapidamente intervir. CLSNRF, *op. cit.*, p. 27 (Documento 11, 12 de Fevereiro de 1934). Convém aí recordar que o penoso processo de edificação do Corporativismo fascista italiano pressupôs a existência, desde Julho de 1926, de um Ministério das Corporações. O primeiro titular desta pasta foi Mussolini, cargo que a partir de Julho de 1932 voltaria a ocupar. Entre Novembro de 1926 e Julho de 1932 o ministro das Corporações Giuseppe Bottai. Renzo De Felice, *Mussolini il fascista. II. L'organizzazione dello Stato Fascista. 1925-1929*, s.e., Turim, Einaudi, 1995 (“Le piú alte cariche dello Stato e del PNF dal 1925 al 1929”, pp. 486-487); *idem*, *Mussolini il Duce. I.*

“A Reforma Corporativa”

em termos que mostravam estar à altura da situação. Disse que não queria entrar para o Governo, da mesma forma que anteriormente sempre recusara todos os convites feitos por Salazar para que ocupasse qualquer cargo na administração pública. Estava bem onde estava, reconhecendo ainda que o seu “feito” se coadunava “pouco com o serviço burocrático.” Por outro lado, declarou a certeza de que o novo Governo ia ser mais eficaz que os anteriores e que por esse facto a vida da Nação iria melhorar, o que faria, sabe-se lá porquê, com que devessem ir para o serviço do Estado aqueles que para tais tarefas se sentissem mais “inclinados”, ficando no sector privado aqueles que o desejassem. A resposta era, portanto, negativa. Mas como nestas coisas há muitas vezes um óbice, Pedro Theotónio Pereira reconhecia que não podia recusar. Salazar precisava de quem o ajudasse, dera ele mesmo o “exemplo” de sacrifício à Nação e, portanto, apenas lhe restava deixar ao chefe do Governo resolver o problema, fazendo aquilo que achasse “melhor”. Colocava-se à “disposição.”⁹¹ Salazar terá então dito que tinha na sua posse “uma outra lista de homens novos que poderiam ocupar” o cargo, prometendo ir “revê-la”.⁹² Tratavam-se de Costa Leite (Lumbralles) e de Marcello Caetano.⁹³ Terá falado primeiro com o seu colega da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e só depois com Marcello Caetano.⁹⁴ Dois dias após a conversa mantida com Theotónio Pereira, Oliveira Salazar chamou-o. Passando “em revista a sua relação” e “concretizando contra-indicações”, acabou por anunciar a sua escolha “para primeiro subsecretário das Corporações.”⁹⁵

Das três principais hipóteses que considerou para o desempenho do novo cargo governamental – Lumbralles, Marcello Caetano e Theotónio Pereira –, Oliveira Salazar escolheu aquele que além de poder possuir um melhor perfil político e pessoal para o desempenho do cargo, era o que mais longe se encontrava do Nacional Sindicalismo. É até possível que tenha sido, no início de 1933, um dos mentores da estratégia política que Salazar conduziu e fez executar para derrotar o Nacional Sindicalismo e que evocou numa carta dirigida a Salazar

Gli anni del consenso. 1929-1936, s.e., Turim, Einaudi, 1996 (“Le più alte cariche dello Stato e del PNF dal 1930 al 1936”, pp. 884-885).

⁹¹ Talvez aquilo que fez com que Pedro Theotónio Pereira não recebesse de braços abertos o convite, foi o facto de Salazar se propor a criar uma Subsecretaria de Estado e não um Ministério. Seria interessante conhecer o impacto que a não criação de um Ministério das Corporações terá tido no núcleo dos jovens sardinhistas e nos nacionais sindicalistas mais próximos de Salazar. Por outro lado, seria curioso saber das verdadeiras razões que levaram a que Salazar tivesse feito essa escolha. O chefe do Governo declarara ser o Estado Novo unitário e corporativo, mas acabaria por criar apenas uma Subsecretaria de Estado para executar tão necessária, ainda que espinhosa, tarefa.

⁹² Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 103.

⁹³ Recorde-se que entre Julho e Novembro de 1929, Lumbralles fora subsecretário de Estado das Finanças. Quando, entre Outubro de 1934 e Dezembro de 1937, Lumbralles desempenhou as funções de subsecretário de Estado das Finanças, foi considerado, juntamente com Salazar e Theotónio Pereira, um dos homens chave da “transformação” corporativa então em curso. Léon de Poncins, *Oliveira Salazar y el Nuevo Portugal (traducción de Angel Minchero)*, s.e., San Sebastián, Librería Internacional, 1937, p. 89.

⁹⁴ A conversa entre o presidente do Conselho e Marcello Caetano encontra-se relatada por este em Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 58

⁹⁵ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 103.

“A Reforma Corporativa”

datada de 1933 ao afirmar: “Continuo a pensar que a maneira de acabar com as tolices do N. S. é aproveitar-lhe os melhores elementos e pô-los a trabalhar numa boa direcção.”⁹⁶ Lumbralles e Marcello Caetano, pelo contrário, deixaram-se evidentemente seduzir pelo Nacional Sindicalismo. Lumbralles, pertenceu ao núcleo do movimento composto por professores da Universidade de Coimbra (juntamente com Eusébio Tamagnini, Fernando Pires de Lima, José Carlos Moreira e Cabral Moncada),⁹⁷ e embora nessa qualidade tenha tido um papel activo na cisão pró-salazarista que o Nacional Sindicalismo conheceu a partir do Outono de 1933,⁹⁸ levá-lo ao Governo em Abril de 1933 poderia ter significado tanto um sinal de fraqueza como um acto de irresponsabilidade uma vez que se recrutava alguém que pertencia a um grupo que publicamente criticava a passividade burguesa e administrativa que era tanto a do regime a instituir como a do seu chefe.⁹⁹ Marcello Caetano, por outro lado, ousara defender o movimento, não por concordar com as suas premissas ou de por causa da sua emergência se ter passado a sentir menos fiel à pessoa de Salazar e aos princípios por ele defendidos, mas por ter criticado frontalmente a política de confronto com os nacionais sindicalistas adoptada pelo chefe do Governo, pelo menos a partir do final de 1932. Admitindo que não desconhecia “as condições em que se” desenvolvia “esse movimento de rapazes sem norte definido, sem ideias precisas, batido por influências contraditórias”, apoquentava-o o facto de estar a ser hostilizado enquanto “*primeiro movimento espontâneo de opinião*” que surgia desde que havia “Ditadura; um movimento que”, ao contrário da União Nacional, não fora “dolorosamente posto em marcha pelo Ministro do Interior,” que não era “obra dos governadores civis”, que se não sustentara “à custa dos favores do Governo, que não” era “agência eleitoral.” Para além de elogiar o Nacional Sindicalismo pelo facto de ter tirado a “Ditadura” da “modorra ideológica” em que se habituara a viver, e de ter recrutado apoiantes para a mesma Ditadura em meios que anteriormente estavam dispostos a deixar-se levar pela “sedução comunista”, Marcello Caetano criticava Salazar por não ter querido, de “início,

⁹⁶ IAN/TT, AOS/CO/PC-10-A, Pasta 3, fl. 114. Este documento não tem informação do mês e do dia em que foi redigido. Opinião idêntica era sustentada por Assis Gonçalves no início de 1933, no rescaldo do banquete Nacional Sindicalista realizado em Lisboa no dia 18 de Fevereiro de 1933. “A gente do N. S. poderá servir para alguma coisa (p. ex. – acção de organização social-corporações) mas assim, como está, antes parece a todos os que seriamente os observam, «um empecilho, um perigo, um instrumento de divisão entre as forças da Situação... e quem nos diz que não poderá vir a ser também uma *grave conspiração contra V. Ex.a e uma bárbara traição contra formação do Estado Novo?* [...]” CLNSRF, Assis Gonçalves: *Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1939*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1981, p. 81.

⁹⁷ António Costa Pinto, *op. cit.*, p. 160.

⁹⁸ Posto o problema com simplicidade: “Salazar não aceitou a aliança proposta por Rolão Preto e incitou o seu antigo assistente da Universidade, o Prof. Lumbralles a minar o Movimento, o que acabou por se concretizar numa reunião magna de dirigentes havida uma tarde na moradia de Alberto de Monsaraz, na Rua Vítor Cordon.” A. Jacinto Ferreira, *Ao Serviço da Pátria e do Rei: Memórias Políticas (1926-1974)*, Prefácio de Henrique Martins de Carvalho, s.e., Lisboa, Ed. Autor, 1991, p. 78.

⁹⁹ “Os novos que tinham acolhido alvoroçadamente a ideia de uma Revolução Nacional não se satisfaziam com aquela moderada ditadura administrativa.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 69.

“A Reforma Corporativa”

chamar a si essa corrente de entusiasmo, de generosidade, de mocidade”, recordando que ter-lhe-ia sido muito fácil fazê-lo. Chamava-os de “nossos amigos” e achava que embora já não pudessem ser integrados na Ditadura poder-se-ia e dever-se-ia, pelo menos, procurar uma “fórmula de coexistência” que não destruísse aquilo que o Nacional Sindicalismo tinha de “mérito da espontaneidade, do entusiasmo, da homogeneidade relativa que pode tornar-se perfeita.” Independentemente das garantias que Marcello Caetano dava de continuar a ser “admirador incondicional” do chefe do Governo, cerca de trinta anos mais tarde ainda estava convencido de que teria sido possível encontrar consensos. Por outro lado, a verdade é que o conteúdo da missiva datada do início de 1933, e certamente outros factos a ela associados, limitava as possibilidades de num futuro imediato Marcello Caetano poder em condições normais ambicionar uma colaboração política com Salazar mais próxima do que aquela que até aí tinha existido, fechando-se-lhe assim as portas para uma entrada no Governo através da via mais previsível para um jovem com as suas qualidades e as suas limitações.¹⁰⁰

Pedro Theotónio Pereira, pelo contrário, viu desde muito cedo em Salazar o “homem admirável” que devia ser ajudado por parte de todos aqueles que desde o assassinato de D. Carlos buscavam de novo rumo para o País, mas o que mais faziam era perderem-se “em lutas intestinas e demolidoras, não servindo sempre o puro interesse nacional.”¹⁰¹ Este tipo de afirmações que repetiu vezes sem conta nas suas *Memórias*, mas aonde não se esqueceu também de fazer referência às mais variadas zangas políticas que manteve com Salazar, são corroboradas pela documentação – infelizmente escassa – que retrata os primeiros anos da convivência política entre os dois homens. Independentemente de em 1932 se ter deixado, pelo menos duas vezes, desvanecer por atitudes tão diversas, mas também tão correctas, publicamente demonstradas por Oliveira Salazar,¹⁰² noutras tantas, e apesar de um certo tom

¹⁰⁰ José Freire Antunes (ed.), *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 91-92 (Documento C2, datado de 1933). Pela utilização repetida da expressão “Ditadura”, por parte de Marcello Caetano, ao longo da carta, e pelo facto de nela fazer referência a acontecimentos datados de finais de 1932 e inícios de 1933, supõe-se que a missiva terá sido redigida e enviada em Janeiro ou Fevereiro de 1933. Para a datação e enquadramento histórico dos acontecimentos referidos por Marcello Caetano, António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 214-215.

¹⁰¹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 105.

¹⁰² Numa carta de 11 de Janeiro, Pedro Theotónio Pereira elogia veementemente Salazar pelo facto ter participado num acontecimento ligado à actividade piscatória. Devidamente preparada, a iniciativa conheceu grande cobertura jornalística e causou grande impacto junto da “honrada gente da praia” vivendo nas imediações da “Caparica”. Em missiva datada de 2 de Agosto, Theotónio Pereira, “comovido” com a forma como Salazar soubera organizar as exéquias de D. Manuel II, garantia ao recentemente nomeado presidente do Conselho que “nas orações que todos os portugueses hoje elevaram a Deus pela alma do Rei e pela Pátria, o seu nome [de Salazar] foi mil vezes recordado com gratidão e fé.” CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I, (1931-1939), s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, pp. 16-17. Marcello Caetano considerou terem constituído as exéquias D. Manuel II uma boa oportunidade para que se criasse em torno do recém empossado presidente do Conselho e do seu Governo um ambiente de comunhão e de apoio de que se achavam um e outro muito carenciados. As cerimónias possibilitaram um tipo de mobilização que a União Nacional era incapaz de

“A Reforma Corporativa”

crítico e da manifestação de algum cepticismo, deixou sempre bem claro que era no então ainda ministro das Finanças que depositava – e no qual os sectores nacionalistas do País também deviam depositar – toda a sua esperança, por ser nele que residia o resto de autoridade que a Ditadura, como um todo, não parecia querer assumir.¹⁰³ Escusado será dizer que dentro ou fora da Ditadura, dentro ou fora do Governo, rapidamente deixou de haver alguém que, do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, pudesse cumprir um projecto de ruptura com o velho projecto liberal e de afirmação de um outro com feição vincadamente oposta. Foi portanto com este espírito que Theotónio Pereira rumou ao Governo.

A 11 de Abril de 1933, tomou então posse o primeiro “governo constitucional” presidido por Oliveira Salazar. Nos termos do art.º 142.º “das disposições gerais e transitórias do projecto constitucional”, e pelo facto de naquela data ter sido publicado “na folha oficial a cópia da acta da assembleia geral de apuramento de resultados” do plebiscito realizado a 19 de Março, na Segunda-feira dia 10 de Abril entrara em vigor a nova Constituição da República.¹⁰⁴ Na manhã do dia seguinte, reuniu-se o Conselho de Ministros com o objectivo de apreciar “a situação política” e aprovar os “últimos diplomas do período ditatorial”. Resolveu depois, “por unanimidade e por proposta do seu presidente”, apresentar a demissão ao Chefe do Estado. A reunião, que decorreu entre as 11 e as 14 horas, produziu ainda uma nota oficiosa onde além de se dar conta do conteúdo daquela, se enaltecia a importância política do plebiscito de Março, dos seus resultados e da entrada em vigor da nova Constituição.¹⁰⁵ Pouco depois das duas da tarde o chefe de Governo demissionário já se encontrava em Belém. Foi recebido por Carmona que ali também se deslocara “vindo da cidadela em Cascais”.

A conferência entre os dois homens públicos durou cerca de uma hora, e, ao sair, o sr. dr. Oliveira Salazar informou os jornalistas de que acabara de apresentar a demissão colectiva do Ministério; que esta fora aceita e que o sr. Presidente da República lhe ratificara a sua confiança, encarregando-o de organizar o

proporcionar. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 54. Um curto mas elucidativo relato das manifestações de hostilidade de alguns sectores republicanos provocadas pela decisão de se organizarem os funerais, assim como uma descrição do ambiente de insegurança e de receio que rodeou as cerimónias e tomou conta das autoridades nos momentos iniciais do transporte do féretro de D. Manuel II desde o ponto do seu desembarque até à chegada a S. Vicente, encontra-se em Assis Gonçalves, *op. cit.*, pp. 224-226.

¹⁰³ CLNSRF, *op. cit.*, pp. 13-15.

¹⁰⁴ “Foi grande a afluência às urnas. Votei no ginásio do Liceu Camões [...]. Os rumores de perturbação da ordem não intimidaram o eleitorado. O eleitorado estava cheio de gente e entre os partidários do Governo reinava efervescente entusiasmo.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 57. “A institucionalização do regime saído da revolução do 28 de Maio [...] decorreu perante a indiferença apática da maioria da população [...]. [...] ninguém acreditou nos resultados, pois as secções de voto tinham ficado desertas todo o dia, mas também ninguém se ralou.” António Seabra, *op. cit.*, p. 163. Na altura, António Seabra era menor de idade e simpatizante do Nacional Sindicalismo.

¹⁰⁵ “O sr. presidente do Ministério salientou a transcendente importância política da entrada em vigor da Constituição e o alto significado que teve o plebiscito que o aprovou [...]” Excerto da nota oficiosa citada in *O Século*, 12 de Abril de 1933, p. 1.

“A Reforma Corporativa”

*primeiro Ministério constitucional do Estado Novo, e ainda, que, no fim da tarde, o Governo estaria formado, prestaria o compromisso de honra e tomaria posse.*¹⁰⁶

“Pouco depois das 17 horas”, o Ministério do Interior enviava à imprensa uma nota com a composição do novo Governo. O “novo gabinete” que Salazar iria apresentar a Carmona “pelas 18 horas”, era constituído por figuras politicamente prestigiadas no País, em função dos seus desempenhos sobretudo após o 28 de Maio, reflectindo, além das preferências de Oliveira Salazar, o peso relativo das várias facções no interior da Ditadura Militar e do Estado Novo no período de transição.¹⁰⁷ Por outro lado, as individualidades que compunham o Ministério eram consequência do tipo de política global e sectorial que o primeiro Governo do regime recém criado queria desenvolver.

Fosse como fosse, “pouco depois da 17 horas”, Salazar chegara a Belém e apresentara a Carmona “cumprimentos de despedida dos componentes do gabinete cessante, para quem” o Presidente da República “teve as mais lisonjeiras referências, pelos seus serviços à causa pública.” Às 18 horas o chefe do novo Governo estava de volta a Belém, “desta vez acompanhado pelos membros do novo Governo, os quais foram introduzidos junto do sr. Presidente da República.” Prestaram o seu “compromisso de honra e assinaram o auto de posse, que, pouco antes, fora lavrado pelo sr. dr. Martinho Simões, director geral da Administração Política e Civil.” Aquele documento foi lido pelo comandante Jaime Atlas, o secretário geral da Presidência da República, para ser depois assinado pelos ministros. Desta vez, e ao contrário do que seria de esperar, a “cerimónia oficial de posse” de um novo Governo “não foi acompanhada dos costumados discursos políticos, na sala do Conselho do Estado.” Foram proferidas, pelo chefe do Governo e pelo Presidente da República, simples palavras de circunstância.¹⁰⁸

Theotónio Pereira,¹⁰⁹ assim como os restantes subsecretários de Estado,¹¹⁰ não tomou posse em Belém. O subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social foi investido

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ Além de reconhecida tanto na época como na actualidade, a existência de diversas facções ou sensibilidades no seio do Estado Novo, essa realidade terá sido pelo menos uma vez ostensivamente admitida por um dos seus dirigentes, referindo-se ao facto nos seguintes termos: “Quando o [...] Prof. Carneiro Pacheco foi presidente da União Nacional visitou, um dia, Vila Real, onde o governador civil do distrito, o famoso tenente Assis Gonçalves, ao saudá-lo, em nome dos situacionistas ali reunidos, teve esta expressão lapidar: «Sr. Presidente, tem V. Ex.a aqui, à sua volta, todas as facções da União Nacional...»” Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 2ª edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1987, pp. 225-226.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁹ A biografia de Pedro Theotónio Pereira publicada no jornal *O Século* era a seguinte: “O sr. dr. Pedro Theotónio Pereira, é natural de Lisboa, onde nasceu a 7 de Novembro de 1902. É filho do sr. João Theotónio Pereira Júnior, antigo director do Banco de Portugal e actual director da Companhia de Seguros «Fidelidade», cargo que exerce há muito tempo. O novo subsecretário de Estado licenciou-se, aos 22 anos, em matemática, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e entrou logo para aquela Companhia, onde exerce, também, o lugar de director técnico do ramo de seguros de vida e acidentes de trabalho, a que tem dedicado um aturado estudo. Esteve em Zurique, prestando serviço numa importante companhia de seguros, no ramo de vida, e foram tais as provas que ali deu, que

“A Reforma Corporativa”

nas suas funções, conjuntamente com Águedo de Oliveira, por Oliveira Salazar, no dia 12, no gabinete do ministro no Ministério das Finanças. Nestas instalações juntou-se um “grande número de admiradores dos empossados”, embora tudo tenha decorrido na maior “simplicidade”, a ele assistindo apenas Armindo Monteiro pelo facto de se encontrar “casualmente” naquele Ministério.¹¹¹ Nesta Quarta-feira, de tempo “bonançoso”, primaveril, com a temperatura registada em Lisboa a oscilar entre os 12°C de mínima e 18°C de máxima, Theotónio Pereira seguiu imediatamente, depois de tomar posse, para a presidência do Ministério, onde, “provisoriamente”, ficou instalado. Ali, “recebeu os cumprimentos de grande número de individualidades em destaque na actual situação política”.¹¹² Chegara ao Governo, com 30 anos e com condições atmosféricas que parecia prever um bom futuro. No entanto, o vento que soprou da parte da tarde do quadrante noroeste fazia adivinhar que navegaria muitas vezes em mar alteroso.¹¹³

Pode imaginar-se, além da natural apreensão, a enorme emoção que terá tomado conta de Pedro Theotónio Pereira quando foi nomeado e depois tomou posse do cargo de subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social. Fosse pelo muito que ambicionava realizar, fosse porque as atenções do País político se centravam com alguma expectativa no novo organismo governamental e para o seu titular. Tinha ficado claro que embora apenas com a categoria de subsecretário de Estado,¹¹⁴ iria trabalhar na dependência

a direcção dessa empresa insistiu para que ele continuasse ali, num lugar importante, o que o sr. dr. Theotónio Pereira não aceitou.” *O Século*, 12 de Abril de 1933, p. 5.

¹¹⁰ Águedo de Oliveira nas Finanças e Leovegildo e Sousa na Agricultura.

¹¹¹ Na verdade, presenciaram ainda o acto de posse Águedo de Oliveira, Manuel dos Santos (secretário geral interino do Ministério das Finanças); Marcello Caetano, consultor jurídico; Perestrelo de Vasconcelos, director da Casa da Moeda; Sousa Gomes e Leal Marques, chefes de gabinete, respectivamente, da Presidência e das Finanças; finalmente, Assis Gonçalves e Fernando Teixeira (secretários de Oliveira Salazar). *O Século*, 13 de Abril de 1933, p. 1 e *Novidades*, 13 de Abril de 1933, p. 6.

¹¹² *Idem, ibidem*.

¹¹³ Acto que Pedro Theotónio Pereira protagonizou no dia da sua tomada de posse e que teve elevado significado político, foi a participação na cerimónia em que foi empossado o novo ministro do Exército. Pedro Theotónio Pereira apareceu numa fotografia evocativa do acto ao lado do novo titular da Pasta. No centro daquela, rodeado por cinco personalidades civis e militares, estava não o novo ministro mas o novo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social. É pouco provável que a arrumação das personalidades se tratasse apenas de uma mera opção estética. *Diário de Notícias*, 13 de Abril de 1933, p. 1.

¹¹⁴ Numa tentativa de pressionar Salazar e, sobretudo, os cépticos do Corporativismo dentro do regime, mas também numa tentativa de apaziguar os sectores políticos mais à direita – dentro e fora do Estado Novo –, fez-se eco nos *Cadernos Corporativos* de que o recém criado subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, ficaria apenas transitoriamente “anexo” à Presidência do Conselho, uma vez que era fácil nele “reconhecer o germen de um grande departamento da pública administração.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 7. Esperança de que o subsecretariado se transformasse, “num prazo de tempo relativamente curto”, num “verdadeiro Ministério das Corporações” foi também prontamente manifestada por Augusto da Costa. *Cadernos Corporativos*, tomo II, n.º 7, 20 de Abril de 1933, pp. 28-29. Os autores dos votos e das profecias tiveram que esperar quase um par de décadas para que as vissem concretizadas. A recusa de Salazar em criar um Ministério das Corporações iria perdurar. Sucederia apenas a 2 de Agosto de 1950, tendo à sua frente José Soares da Fonseca. Na altura, o cargo foi oferecido por Salazar a Pedro Theotónio Pereira que não aceitou. Carta de Oliveira Salazar para Pedro Theotónio Pereira. 11 de Outubro de 1949. IAN/TT, AOS/CD-18, Pasta 3, fls.264-272. Para uma curta biografia de Soares da Fonseca, Fernando Martins, “FONSECA, José Soares da” in *Dicionário de História do Estado Novo*, volume 1, A-L, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 365.

“A Reforma Corporativa”

directa do presidente do Conselho na elaboração do quadro não apenas teórico, mas também na aplicação prática do Corporativismo português. Aliás, o facto de o dia da sua nomeação ter sido, e não casualmente, o mesmo em que entrou em vigor a nova Constituição, atesta simbolicamente não só a sua importância institucional mas, ainda, a relevância pessoal da mesma.

Foi também a partir do seu primeiro desempenho de um cargo governamental que Pedro Theotónio Pereira poderá ter equacionado seriamente a possibilidade de vir a ocupar, cedo ou tarde, posições de maior projecção na acção governativa. E essa possibilidade é tanto maior quanto se constata a importância política do convite. Importância tanto real como simbólica, independentemente da sua nomeação ter sido uma imposição fruto das circunstâncias criadas pela conjuntura política, ou um convite da exclusiva vontade e responsabilidade do chefe do Governo e decorrente das suas convicções políticas e ideológicas. A chegada de Theotónio Pereira à subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, não se tratou, como vimos, apenas da escolha de alguém considerado tecnicamente apto para o desempenho das funções que lhe estavam à partida atribuídas em consequência daquela que era a estrutura da nova Constituição. A sua escolha deve ser também analisada à luz do facto de Pedro Theotónio Pereira ser monárquico e, sobretudo, porque sendo monárquico era ainda um jovem político que professava ideias então tidas em muitos sectores como sendo das mais avançadas. Por esse facto podia continuar a ser um instrumento útil de aliciamento e apaziguamento daqueles rapazes que, na sua grande maioria, eram reconhecidamente ambiciosos e capazes, mas que por uma espécie de fatalidade professavam ideias nacionalistas excessivamente radicais. Sucedia que caso estas figuras mais ou menos inorgânicas, do ponto de vista social e político, fossem devidamente enquadradas pela autoridade de Salazar, contra ele facilmente acabariam por reunir forças, acabando por pôr em causa todo o trabalho de “acalmação” por si conduzido e o prestígio também por si acumulado e de que tanto necessitava para se manter onde, havia muito, não só desejava estar mas também ambicionava continuar.¹¹⁵

A nomeação de Theotónio Pereira para o subsecretariado das Corporações é por isso um importante testemunho das dificuldades que Salazar e o recém nascido Estado Novo, com a União Nacional lançada e a Constituição finalmente aprovada, tinham tanto política como sociologicamente no enquadramento do radicalismo minoritário mas aguerrido dos nacionalistas

¹¹⁵ Implícita ou explicitamente também Oliveira Salazar reconheceria que o seu poder e as suas políticas só poderiam ser legitimadas, demonstrando que como governante era ou competente ou indispensável. Sobre a validade deste aforismo em regimes autoritários na antecâmara do totalitarismo, Ronald Grigor Suny, “Stalin and his Stalinism: power and authority in the Soviet Union, 1930-53” in Ian Kershaw e Moshe Lewin (ed.), *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1997, p. 27.

“A Reforma Corporativa”

simpatizantes dos exemplos revolucionários recentemente triunfantes na Alemanha e havia cerca de uma década em Itália. Em função dessas dificuldades, a entrega da subsecretaria de Estado das Corporações e da Previdência Social a Theotónio Pereira foi uma vitória politicamente importante dos monárquicos e da direita radical que vivia no seio do novo regime, embora não desequilibradora. Ao afirmar Salazar, no seu discurso de 28 de Novembro de 1932, que importava “[...] não deixar os homens amarrados a cadáveres [...]”,¹¹⁶ ao propor a União Nacional como a força política em torno da qual, naturalmente, a “nação” devia reunir-se, deixando de fora apenas a “extrema direita” e a “extrema esquerda”,¹¹⁷ e sabendo-se que na altura esta última não era um problema despiciendo na tarefa de construção do novo regime – veja-se o impacto das revoluções do ano de 1931¹¹⁸ e da queda da Monarquia em Espanha no mesmo ano¹¹⁹ –, pode-se afirmar que desde 1932 Salazar procurava aliviar a pressão vinda dos sectores mais intratáveis da direita que, muito mais do que no rescaldo das revoluções de Fevereiro de 1927, saíram fortalecidos pelo ambiente de guerra civil entretanto recriado.¹²⁰ Isto significa que caso Salazar tivesse em Abril de 1933, e depois, uma maior margem de manobra política, e os seus objectivos de então tivessem sido atingidos, ou não teria convidado Theotónio Pereira para a subsecretaria de Estado das Corporações, ou então não só esse convite não teria o significado que depois se lhe atribui, como ao mesmo Pedro Theotónio Pereira não lhe teriam sido conferidas tarefas que desde a remodelação governamental de 5 de Julho de 1932 – em que Salazar passa à presidência do Conselho – tinham pertencido ao ministério das Obras Públicas e Comunicações chefiado por Duarte Pacheco. Tratando-se este de um homem reconhecidamente republicano e

¹¹⁶ Oliveira Salazar, “As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional (23 de Novembro de 1932)” in *op. cit.*, pp. 159-182. Pronunciado durante a cerimónia de tomada de posse dos membros dos corpos directivos da União Nacional.

¹¹⁷ António Ferro, *Salazar: O Homem e a Sua Obra. Com Prefácio e Oliveira Salazar*, s.e., Lisboa, Edições Fernando Pereira Editor, 1982 (1.ª ed., 1933), p. 76.

¹¹⁸ Revoluções designadas por “Revolta das Ilhas” e “movimento revolucionário do ‘26 de Agosto’”. A primeira iniciada a 4 de Abril na Madeira, alastrando depois aos Açores e à Guiné. A segunda teve lugar em Lisboa. Pelo meio sucedeu o “movimento abortado de 2 de Maio”. Luís Farinha, *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, 1.ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 127-208.

¹¹⁹ Hipólito de la Torre Gómez, *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha (1919-1930)*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 133-140; *idem*, *A relação peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1933-36)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 27-33; César Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d., pp. 85-131. Presumivelmente em 1931, e a propósito da situação em Espanha e da sua influência em Portugal, Quirino de Jesus dirigia-se a Salazar nos seguintes termos: “Quando a situação do país é a que nós sabemos e além da fronteira há 150 000 anarquistas e comunistas que avançam para a revolução extremista, a minha razão apenas compreende que deve ser substituído o Governo, para termos uma política externa previdente, uma política interna que mantenha o equilíbrio das forças da ditadura e uma administração económica e social reconstrutiva.” CLNSRF, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, p. 34 (Documento 4, s.d., mas que os organizadores do volume consideraram ter sido redigido entre 10/07/1930 e 18/05/1931).

¹²⁰ Nas suas *Memórias*, Marcello Caetano chama a atenção para o facto de a radicalização política sob o salazarismo ter dependido em grande medida mais das circunstâncias do que de uma estratégia ou da vontade do seu dirigente de topo. Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 73. Também o atentado contra Salazar, de 4 de Julho de 1937, justificou uma nova vaga repressiva e uma certa radicalização de políticas. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 329.

“A Reforma Corporativa”

preocupantemente moderado segundo os padrões das importantes franjas da direita radical que mantinham ainda uma relação indefinida com Salazar, a criação da subsecretaria de Estado das Corporações pode ser vista, em grande medida, tanto como uma consequência inevitável da natureza corporativa plasmada na Constituição de 1933 e como uma cedência indirecta à extrema direita nacional sindicalista. Recorde-se que Duarte Pacheco começou logo no mês de Julho de 1932 a desenvolver um programa que poderia ser – indirectamente – considerado corporativo e de previdência social, declarando que pretendia utilizar nas obras públicas postas em marcha pelo seu Ministério, as verbas do Fundo de Desemprego, iniciando assim o que julgava ser uma efectiva política social.

Se se reconhecer que um dos aspectos que mais preocupava Salazar no Corporativismo era a previdência ou a assistência social e a sua função de propaganda, e que embora o presidente do Conselho considerasse desejável a organização política e social portuguesa em moldes corporativos, nunca no seu espírito, que se saiba, pretendeu sacrificar a afirmação e a durabilidade do seu poder pessoal às convicções de corporativização da sociedade que indiscutivelmente tinha. Portanto, o problema do nascimento e consolidação possível do Corporativismo português e da agitada relação política que Salazar manteve com Theotónio Pereira entre 1933 e 1936 foram em grande medida uma consequência de uma visão substancialmente diferente do ritmo e do alcance prático do modelo corporativo a implantar. Naquele período sucedeu que, caso o chefe do Governo resistisse ao estabelecimento a um ritmo acelerado do Corporativismo, arriscava-se a sucumbir politicamente como consequência das pressões exercidas pela extrema direita. No entanto, caso avançasse muito rapidamente com a institucionalização do Corporativismo tal como desejava a extrema direita – boa parte dela integrada no regime –, Oliveira Salazar corria o risco de não suportar as pressões exercidas por sensibilidades mais moderadas do Estado Novo e de inúmeros sectores da sociedade portuguesa. Portanto, caso a questão da implantação do Corporativismo não fosse bem gerida politicamente, o chefe do Governo arriscava-se a que aquela que era uma das principais linhas orientadoras do seu pensamento político e a matriz ideológica do regime que ajudou a formar, acabasse por liquidá-lo politicamente, tornando claro que uma coisa eram as convicções ideológicas corporativistas de Salazar e outra a consciência que tinha das resistências existentes à implantação em Portugal do Corporativismo e das críticas ao ritmo a que aquela podia ser feita e ia sendo feita. O pragmatismo de Salazar, para mal de Theotónio Pereira e daquilo que representava, triunfou sobre as convicções ideológicas que também tinha. Em grande medida a história da sua relação política com Pedro Theotónio Pereira por causa do Corporativismo diz respeito à forma como um e outro introduziam na acção política mais ou menos pragmatismo,

“A Reforma Corporativa”

mais ou menos ideologia, mais ou menos senso comum. A constituição de um regime corporativo poderia assim ser o primeiro passo tanto para a fácil substituição de Salazar, tal como, e antes disso, qualquer tentativa mais ou menos voluntariosa de travar liminarmente uma revolução corporativa em nada ajudaria a manter Salazar no poder.

Convém ainda recordar que desde a chegada de Oliveira Salazar ao Governo, várias foram as iniciativas políticas e legislativas que faziam prever a afirmação de uma solução de tipo corporativo, mas sem que nenhum organismo governamental fosse necessariamente criado para a sua promoção e adopção. Nesse caso o Corporativismo, mais do que uma opção estruturante para um novo regime, teria sido uma opção casuística. Correspondera às necessidades políticas de Salazar e de certos sectores da Ditadura e do Estado Novo, independentemente de ter decorrido da formação ideológica do antigo professor da Universidade de Coimbra. Mas, sobretudo, serviu para dar forma a um novo regime, ajudando-o política e ideologicamente a vencer alguns impasses momentâneos e preocupantes.¹²¹ Em favor da ideia de que para Salazar, como para muitos dos seus apoiantes, a adopção do Corporativismo como matriz política e ideológica do regime não deveria ser muito mais do que um expediente com causas e objectivos variados mas nunca essenciais, é por exemplo o facto de em algumas das declarações públicas que proferiu na primeira metade da década de 1930 – com excepção de uma única realmente importante¹²² – ter criticado e manifestado dúvidas, mais do que apoiado, as ideias e os mentores político-ideológicos do Corporativismo que consigo colaboravam.¹²³

¹²¹ Alguns dos mais notáveis ideólogos do novo regime – Marcello Caetano e Quirino de Jesus – advogando é certo que a Constituição a redigir e a aprovar devia ser corporativa e nacionalista, nunca negaram que nela haveria de integrar muito daquilo que de positivo se podia retirar do liberalismo. Isto significa, por exemplo, que não foram apenas os sectores e as personalidades republicanas e conservadoras da Ditadura Militar que seguiram Salazar, a desejarem salvar aquilo que pudesse ser salvo da tradição republicana, laica, democrática e liberal. Marcello Caetano, *A Constituição de 1933: Estudo de Direito Político*, 2.ª ed., s.l., Coimbra Editora, 1957, pp. 6-8 e Quirino Avelino de Jesus, *Nacionalismo Português*, s.e., Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932, pp. 77-78. Segundo Marcello Caetano a Constituição de 1933 era eclético e empírico. As suas fontes seriam: “a) a experiência da Ditadura Militar, traduzida parcialmente em leis, como a da dupla presidência, da República e do Conselho, a da tendência presidencialista e a da faculdade legislativa do Governo; b) a Carta Constitucional da Monarquia e a Constituição de 1911 e as lições extraídas da sua prática; c) a Constituição da República Federal da Alemanha votada em Weimar em 1919; e d) os programas anteriormente apresentados pelos Governos da Ditadura, com o compromisso de formação de um regime corporativo.” Marcello Caetano, *Constituições Portuguesas*, 6.ª ed., s.l., Verbo, 1986, pp. 107-108 (itálico no original).

¹²² Oliveira Salazar, “Conceitos económicos da nova Constituição” in *op. cit.*, pp. 185-210. É verdade que no discurso que proferira a 30 de Julho de 1930 – na sala do Conselho de Estado – o então ministro das Finanças declarou que seria essencial coordenar “[...] as corporações, federações e confederações económicas de carácter patronal ou operário, formadas espontaneamente ou por impulso do Poder, desviando-as das competições e lutas e sujeitando todas as actividades e interesses às necessidades e interesses superiores da Nação – eis o pensamento que, por todo o lado, deve dominar a lei e a administração pública.” Oliveira Salazar, “Princípios fundamentais da revolução política” in *op. cit.*, p. 89. No entanto, se para Oliveira Salazar estes pressupostos ideológicos fossem de grande preponderância política dificilmente se compreenderia o impasse sofrido pelo Corporativismo ao longo dos quarenta anos que durou a sua governação.

¹²³ Costa Brochado, *Salazar e “A Verdade”*, s.e., Porto, Livraria Educação Nacional, 1937, pp. 66-68, 70 e 83-84. Para se ter a noção do empenho efectivo – ou seja, modesto e circunstancial – de Oliveira Salazar no apoio à

“A Reforma Corporativa”

Nesse sentido, a ascensão de Pedro Theotónio Pereira deveu-se em boa medida ao facto do Nacional Sindicalismo ter emergido na vida política portuguesa em grande força a partir de 1932, não apenas pelas razões normalmente apontadas – se elas fossem válidas em absoluto a ascensão daquele movimento poder-se-ia ter dado tanto mais cedo como mais tarde¹²⁴ – mas também pelo impacto dos golpes revirahistas de 1931¹²⁵ e da queda da Monarquia e de Primo de Rivera em Espanha.¹²⁶ Aliás, fenómeno idêntico de radicalização à direita de parte da sociedade portuguesa por razões que lhe são a ela externas como ao regime, acontecerá no Verão e no Outono de 1936 com o início da Guerra Civil de Espanha e um novo recrudescimento da contestação oposicionista.¹²⁷ O impacto das revoluções abortadas de 1931, não se ficou apenas pela emergência em força do Nacional Sindicalismo no ano seguinte. A legislação corporativa de 1931-32 foi a resposta possível mas não suficiente da Ditadura Militar para aplacar a pressão da direita – interior ou exterior à Ditadura –, e ainda para procurar desmobilizar as chamadas classes trabalhadoras numa futura manobra política e militar revirahista mais ou menos idêntica àquela que acabara de se verificar, tudo agravado pelo facto de pelo início da década de 1930 se terem começado a fazer sentir em Portugal os efeitos da profunda crise económica internacional.¹²⁸

Convém por isso perguntar porque motivo a adopção pelos Governos da Ditadura de medidas com preocupações políticas e sociais idênticas àquelas reveladas pelas sensibilidades representadas, na Ditadura Militar e no Estado Novo, por figuras como Pedro Theotónio Pereira

construção de um Estado e de uma Nação essencialmente corporativos, tomando-se evidente a ambiguidade das suas posições, comparem-se estas declarações com o teor da palestra que proferiu no Secretariado de Propaganda Nacional, a 13 de Janeiro de 1934, na primeira de uma série de conferências organizadas por Pedro Theotónio Pereira para divulgar o Corporativismo recentemente decretado pelo Estado. Oliveira Salazar, “Problemas da organização corporativa” in *op. cit.*, pp. 283-298.

¹²⁴ António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 93-149.

¹²⁵ Um exemplo e uma descrição da reacção do “povo” nacionalista à implantação da República em Espanha e às tentativas revolucionárias em Portugal no ano de 1931, materializada na realização de manifestações e no lançamento de artefactos bombistas sobre estas, encontra-se em António Seabra, *op. cit.*, pp. 115-117.

¹²⁶ Sobre a sequência dos acontecimentos que conduziram ao derrube da monarquia em Espanha e à reimplantação da República, Raymond Carr, *Espanha. 1808-1975. Edición española corregida y aumentada por el autor*, 5ª ed., Barcelona, Ariel, 1990, pp. 542-577.

¹²⁷ Adérito Sedas Nunes, “Portugal, sociedade dualista em evolução” in *Análise Social*, vol. II (7-8), 2.ª semestre de 1964, pp. 407-462; Adérito Sedas Nunes e J. David Miranda, “A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações” in *Análise Social*, vol. VII (27-28), 1969, pp. 333-381; Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 38-45; Simon Kuin, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude” in *Análise Social*, vol. XXVIII, (122), 1993 (3ª.), pp. 555-568 e Luís Nuno Rodrigues, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo. 1936-1944*, 1ª. ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 33-70.

¹²⁸ Uma análise original e pertinente sobre a forma como evoluiu, na Europa no período entre guerras, a conjuntura de crise das instituições democráticas, tratando ainda do significado das sucessivas crises económicas, Mark Mazower, *Dark Continent: Europe’s Twentieth Century*, s.e., s.l., Penguin Books, 1999, pp. 1-39 e 106-140. Para uma caracterização e análise crítica da situação da economia internacional nas décadas de 1920 e 1930, Derek H. Aldcroft, *From Versailles to Wall Street. 1919-1929*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d.; Charles P. Kindleberger, *The World in Depression 1929-1939*, s.e., s.l., Penguin Books, s.d. e Harold James, *The End of Globalization: Lessons from the Great Depression*, s.e., Cambridge, Massachusetts – Londres, Harvard University Press, 2002.

“A Reforma Corporativa”

e por organizações como a Liga Nacional 28 de Maio e, depois, pelo Nacional Sindicalismo, tendo já uma vida própria para além daquela reiniciada em Abril de 1933 com a criação da subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, não foi pura e simplesmente prosseguida? Porque motivo se deu uma mudança substancial na orientação política do Governo a partir de Abril de 1933 se o seu chefe era o mesmo e antes daquela data não havia nada, como não houve, que impedisse uma tal guinada? Se eventualmente Salazar não mudou, modificou-se isso sim, uma vez mais, o alinhamento de forças no seio da Ditadura que passara a ter formato constitucional. Aliás, logo a partir de 1934, Salazar regressará à via de Corporativismo moderado para, novamente, e na sequência da crise política que se seguiu às cerimónias do 5.º aniversário da eleição de Carmona para a chefia do Estado, se ter mais uma vez Salazar virado para os sectores chamados “ultras” do regime, tanto na esfera civil como militar, vindo transitoriamente Pedro Theotónio Pereira e o Corporativismo a lucrar com o facto. Tendo-o feito mais por convicção ou necessidade, a verdade é que depois de um abrandamento dos ímpetus corporativistas de Salazar e do Governo – e de que Pedro Theotónio Pereira tanto se queixou – convém talvez recordar que vários são os exemplos de que a obra corporativista estava já em marcha antes de Abril de 1933 e que até então tinha vindo a ser executada de forma quase indiferenciada por diversos ministérios e respectivos responsáveis políticos. Sucedeu que tanto antes como depois de Abril de 1933, a aplicação do programa corporativo estava dependente do seu grau de compatibilidade ou incompatibilidade com a chamada gestão política quotidiana. Não se devendo menosprezar o papel da ideologia na acção política, a verdade é que o avanço rumo ao Corporativismo dependeu, em grande medida, da realidade política do País, das pressões internas ou externas ao regime e ao Governo que iam no sentido ora de um maior empenho na sua aplicação ou, pelo contrário, na aposta na redução ou quase estagnação do ritmo de introdução desse mesmo Corporativismo. Assim, e por maior que tenha sido o empenho e a vontade de Pedro Theotónio Pereira na aplicação do programa corporativo expresso em linhas gerais na Constituição – e já lá iremos – a verdade é que esse seu designio foi sendo sucessivamente boicotado pela acção daqueles que nos mais variados quadrantes se lhe opunham por uma questão de princípio ou pela força das circunstâncias. E no entanto, nos termos em que foi evoluindo a Ditadura Militar e em que mais tarde nasceu o regime constitucional que lhe sucedeu, várias eram as forças e as vozes que previam o possível fracasso do projecto corporativista. Os insuspeitos nacional sindicalistas, ao noticiarem a criação da subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social e a entrega do exercício do cargo a Pedro Theotónio Pereira, não deixavam de chamar a atenção para as dificuldades previstas, independentemente da bondade da medida e das qualidades do seu executante.

“A Reforma Corporativa”

Publicando na primeira página um retrato de Pedro Theotónio Pereira¹²⁹ – o mesmo que A *Monarquia* utilizara na sua edição de 28 de Janeiro de 1922 – dando-lhe a honra de integrar a selectiva “Galeria Nacionalista”, informavam os nacionais sindicalistas que o “chefe do governo” o encarregava, “sob a sua alta direcção, do subsecretariado das corporações, [...] departamento ministerial mais importante,” cabendo-lhe “a tarefa difficilima de criar, de organizar e disciplinar toda a estrutura económico-social do Estado Novo,” mesmo que a escolha feita tivesse sido a “mais judiciosa e proficua”.¹³⁰

O “lançamento das bases da futura democracia portuguesa [...]”¹³¹

Do ponto da história do Corporativismo português enquanto fenómeno essencialmente de política económica e social, muito pouco de realmente importante irá ocupar a actividade legislativa do Estado entre 1926 e 1931.¹³² Dada como técnica e politicamente resolvida a questão financeira, as atenções das facções da Ditadura Militar e, também, da sua oposição externa ir-se-ão virar para a resolução do problema político que vinha sendo mantido numa situação de impasse relativo. As sucessivas crises que, em 1930¹³³ e 1931, se sucederam à saída de Ivens Ferraz do Governo iriam aumentar a pressão para que se procedesse à resolução do problema político,¹³⁴ patamar da conturbada vida portuguesa onde tudo se jogava.¹³⁵ Cresceu por exemplo, na opinião da diplomacia britânica instalada em Lisboa, a

¹²⁹ Segundo o Nacional Sindicalismo – *Revolução*, 15 de Abril de 1933 –, a biografia do novo subsecretário de Estado era sinteticamente apresentada nos seguintes termos: “O dr. Pedro Theotónio Pereira, apesar de novo, pertence à velha guarda nacionalista, onde, ao entrar na adolescência, entusiasticamente enfileirou. Discípulo querido de António Sardinha, o grande mestre da contra-revolução, como então se lhe chamava, da ultra-revolução como hoje lhe chamaremos, o Dr. Theotónio Pereira afirmou cedo a sua forte personalidade intelectual brilhante, activa e, por vezes, duma bela irreverência salutar.”

¹³⁰ *Revolução*, 15 de Abril de 1933, p. 1.

¹³¹ Decreto n.º 20 342 de Setembro de 1931. Decreto da Presidência do Ministério que cria o Conselho Superior de Economia Nacional.

¹³² Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 1.º vol., 1.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 153. Sobre a legislação de carácter económico e social publicada pelo Governo em 1930 e 1931, idem, *ibidem*, pp. 154-165. Para o período anterior e sobre o corporativismo económico, ver a relação de legislação publicada no *Diário do Governo* em Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o estudo na natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa, 1986, pp. 290-297. Para uma visão da história económica do salazarismo enquanto fenómeno essencialmente político, idem, *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948)*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 11-12 e *passim*.

¹³³ Em 1930, além da revolta em Angola que se não levou à promulgação do Acto Colonial em Julho daquele ano, pelo menos acelerou o processo, houve ainda três tentativas revolucionárias que resultariam abortadas em Junho, Julho e Dezembro.

¹³⁴ “The fourth anniversary of the dictatorship on the 28th May was notable this year for a gathering at the Ministry of Marine, where various members of the Government addressed the assembled officers of both services. Influenced by events in Spain and the nervousness in Lisbon, the speeches were more insistent and unanimous than ever before on the necessity of preparing a return normality. [...] Most of the Ministers laid stress on the word republic which Dr. Salazar avoided [...].” Sir F. Lindley to Mr. A. Henderson – (Received January 22 [1931]).” (Annual Report, 1930) Lisbon, January 1 1931. PRO, FO371/15758.

¹³⁵ Artur Ivens Ferraz, *A Ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz* (prefácio e anotações de César de Oliveira) 1.ª ed., Lisboa, O Jomal, 1988, *passim*. Fernando Rosas (coord.), “O Estado Novo (1926-1974)”, in *História*

“A Reforma Corporativa”

ameaça de instabilidade promovida por “integralistas”, nomeadamente de jovens oficiais afectos ao ideário daquele movimento, materializar-se-ia numa disposição clara para consumir um golpe militar no caso de se concretizarem as desconfianças de um regresso à velha ordem.¹³⁶ É reflectindo este ambiente de grande indecisão que deve ser interpretada uma carta enviada por Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar, no rescaldo dos graves acontecimentos político-militares que tinham tido lugar na Madeira (estendendo-se depois aos Açores e à Guiné) e da agitação estudantil sucedida em Lisboa e no Porto. Como constata Fátima Patriarca, Theotónio Pereira ao felicitar Salazar pelo conteúdo da “nota política” que este fizera publicar no início de Maio – e que tivera como objectivo tratar da “situação económico-financeira” e dos problemas suscitados pelo regresso da desordem “pública”¹³⁷ –, demonstrava ser também sua aquela que era a preocupação de muitos dos apoiantes da pessoa do ministro das Finanças e da própria Ditadura, nomeadamente quanto ao que poderia vir a ser o “destino e evoluir” político da situação. Discutia-se qual seria a melhor forma de “conquistar apoios” e “neutralizar adversários”, isto apesar de no mês de Maio a situação parecer muito mais positiva do que aquela que Pedro Theotónio Pereira descrevera a Oliveira Salazar no início do mesmo ano.¹³⁸ Assim, se por um lado as palavras de Salazar, e que eram as do Governo, escoradas no apoio da imprensa – Pedro Theotónio Pereira cita na missiva enviada a Salazar um artigo do *Diário de Notícias* e ainda o *Diário da Manhã* –, tinham agradado aos conservadores – apoiantes declarados, ou não, da Ditadura¹³⁹ –, verdade era que o mesmo Pedro Theotónio Pereira chamava a atenção para a necessidade de lançamento imediato de algumas medidas que fossem capazes de criar

de Portugal, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores/Ed. Estampa, 1994, pp. 191-193. Sobre o clima de agitação estudantil de feição oposicionista à situação saída do 28 de Maio, Cristina Faria, *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, s.e., Lisboa, Edições Colibri, 2000.

¹³⁶ “Their party comprises a fair number of the younger officers who have ardently supported the dictatorship and Dr. Salazar in the hope of being able to steer the Government into the desired channel. Had a rising occurred, it would, no doubt, have been put down; but both the dictatorship and Dr. Salazar would have suffered a serious, if not mortal, blow.” “Sir F. Lindley to Mr. A. Henderson – (Received January 22 [1931]).” (Annual Report, 1930) Lisbon, January 1 1931. PRO, FO371/15758.

¹³⁷ Nota oficiosa, publicada na Imprensa, de 7 de Maio de 1931: “A situação económica e financeira do país. A ordem pública.”

¹³⁸ Fátima Patriarca, *op. cit.*, p. 157. O pessimismo que atormentava Pedro Theotónio Pereira no início do ano e do qual deu conta a Oliveira Salazar, encontra-se num documento publicado em CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I, (1931-1939), s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, pp.13-14 (Documento 1, 3 de Março de 1931).

¹³⁹ O que dizia muito sobre a sua aparente frouxidão política e ideológica. Escrevia Pedro Theotónio Pereira: “Encontrei anteontem um professor universitário que me disse: ‘– Viu o artigo de fundo do *Notícias*? Ali há coisa: Eles que avisam o país para apoiar a força armada e o governo é porque estão informados... Será o comunismo em Espanha?’ Idem, *ibidem*, p. 15.

Aqui tem V. Ex.a quem inspira o conservador. Um artigo do *Notícias*!

Com mais um comentário como os de hoje e um certo cuidado no *Diário da Manhã*, a burguesia faz as pazes com a Ditadura!

E bem é preciso que isso aconteça porque fizeram tudo quanto puderam os bons dos conservadores para entregar o país ao diabo.” Carta de 8 de Maio de 1931, CLNSRF, *op. cit.*, p. 15.

“A Reforma Corporativa”

cumplicidade entre o Governo e aqueles grupos sociais que mais vinham sofrendo com o impacto da crise económica que tinha origem tanto na situação internacional como nas consequências da política financeira de reequilíbrio orçamental desenvolvida com certa dureza e algum rigor desde Abril de 1928. Aparentemente habituada a que nada por ela fosse feito, aquela plebe das duas maiores cidades do País que sentia os reflexos da subida do desemprego e da degradação dos salários, podia ser transitoriamente conquistada pela simples instituição de uma “sopa aos pobres.”¹⁴⁰ Em resultado, “o povo agradecerá e será menos uma arma contra a Ditadura que os *meneurs* acusam de ter trazido a fome.” Assim, e enquanto se não podiam “fazer reformas sociais” – sobre cuja necessidade Pedro Theotónio Pereira e Salazar pontualmente conversavam desde a Primavera de 1928 –, avançava-se com um paliativo que não resolvendo nem pretendendo resolver o problema social, ajudava por via da propaganda a que se ganhasse algum tempo por forma a que se tratasse devidamente do problema político.¹⁴¹

Após a nota enviada à imprensa por Salazar no dia 7 de Maio, e depois de consumada a derrota do reviralhismo em território nacional insular e colonial, de abafadas e reprimidas as movimentações estudantis que vinham ocorrendo desde Março, muito à imagem dos acontecimentos ocorridos em Fevereiro e Março de 1927, o Governo recompôs-se e contra-atacou. As “forças expedicionárias, regressadas dos Açores e da Madeira, desfila[ra]m perante o Chefe de Estado”, enquanto Domingos Oliveira – chefe do Governo – se deslocou ao Porto para medir o pulso ao ambiente político naquela cidade e dar provas de firmeza tanto aos apoiantes da Ditadura como aos seus adversários. Aparentemente, pelo elevado significado político que encerrava, um dos acontecimentos mais relevantes desta contra-ofensiva foi a convocação e realização de uma manifestação de rua em Lisboa de apoio ao regime e ao Governo e de homenagem a Carmona.¹⁴² Podendo ou não ser considerado uma “manifestação de massas”, a verdade é que o evento foi a primeira prova clara da utilidade política, social e ideológica que a União Nacional podia encerrar. Governo e União Nacional organizaram “comboios especiais” que

¹⁴⁰ “As camadas populares apesar da propaganda dissolvente e da miséria que por aí alastra, será menos difícil de captar.” *Ibidem*.

¹⁴¹ Theotónio Pereira sugeria a Salazar que agisse em função de ensinamentos passados: “dar sopa e pão a uns tantos desgraçados. Fê-lo o Sidónio em hora parecida e o efeito agora talvez fosse ainda maior por causa do desemprego.” *Ibidem*. O problema do desemprego em Portugal, mesmo na segunda metade de 1931, era, apesar de tudo, de um ponto de vista estatístico – relativo, absoluto e comparado internacionalmente – pouco relevante. Pior do que o desemprego era o espectro do desemprego. Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 161-165.

¹⁴² O pretexto imediato para esta manifestação foi o desembarque em Lisboa das forças expedicionárias que, semanas antes, tinham debelado as revoltas da Madeira e dos Açores. No dia 12, à parada no Terreiro do Paço seguiu-se um desfile triunfal pela Avenida da Liberdade. Participou não apenas a população da capital, mas ainda inúmeros familiares dos soldados desembarcados que “vieram da província” Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, volume XIII, *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, s.e., s.l., Editorial Verbo, s.d. (1997), pp. 207-208.

“A Reforma Corporativa”

deveriam transportar para a capital os manifestantes.¹⁴³ Fez-se depois com que os manifestantes percorressem algumas das principais artérias de Lisboa, desembocando finalmente em Belém “para vitoriar Carmona e entregar-lhe uma mensagem de adesão”, sendo ainda que um “contingente de seis mil homens” marchou “em força” para “honrar” o general. Se nada com esta dimensão tinha acontecido depois da vitória das forças da situação sobre o Revirinho em Fevereiro de 1927, mesmo assim alguma semelhança tinha com as manifestações que logo depois daquela data tinham sido organizadas pelos estudantes do Porto, de Coimbra e de Lisboa, e nas quais haviam expressado o seu apoio à Ditadura.¹⁴⁴ Na sequência da vitória, realizou-se ainda um “cortejo fluvial” e teve lugar uma “sessão em São Carlos promovida pela União Nacional.” Finalmente, no Coliseu dos Recreios, efectuou-se a “jornada de doutrinação e de afirmação política.” Numa sala a abarrotar, encontrou-se a nata da Ditadura e do seu braço político, a União Nacional. Salazar falou no fim, tendo sobre os ombros “uma capa académica” colocada pelos estudantes.¹⁴⁵ Toda esta sequência de eventos deixou naturalmente em grande euforia homens que como Pedro Theotónio Pereira aguardavam, desde a chegada de Salazar ao poder, por grandes momentos de mobilização das almas através da força das ideias e grandeza dramática que apenas alguns acontecimentos eram capazes de encerrar. Tendo certamente sido membro da União Nacional, uma vez que participou nos trabalhos do seu I Congresso, e desconhecendo-se se pertenceu ou não à Liga Nacional 28 de Maio, que na sequência dos acontecimentos da Primavera de 1931 recuperou o seu fôlego, a verdade é que as manifestações, os desfiles, os “comícios” no São Carlos e no Coliseu, devem ter enchido de

¹⁴³ Dando assim um sinal claro que lhe era impossível organizar uma grande manifestação popular com gente oriunda de Lisboa e dos seus arredores, sendo por isso claro que o seu apoio estaria sobretudo na “provincia”.

¹⁴⁴ Um outro acontecimento de grande mobilização patriótica organizado pela direita nacionalista e que o Governo da Ditadura Militar viu com bons olhos, foi conduzido pela Liga Nacional 28 de Maio permitindo-lhe ganhar um importante espaço de intervenção política de propaganda ideológica. Esteve ele intimamente relacionado com a recusa protagonizada por Ivens Ferraz (que fora a Genebra conferenciar), das condições que a Sociedade das Nações queria impor ao Estado português para lhe conceder o empréstimo considerado vital para salvar a saúde periclitante das finanças públicas. O ambiente de exaltação patriótica que precedeu, acompanhou e sucedeu à chegada do ministro interino das Finanças a Portugal, além de lançar aquela organização para ribalta da vida nacional, por ela também aproveitada para condenar “os manejos criminosos de quem não devemos mais considerar nossos compatriotas [...]”, numa clara referência às iniciativas da Liga de Paris junto da S.D.N. com o intuito de impedir a concretização do empréstimo externo português. Paulatinamente, porém, os chefes militares da Ditadura, e depois também Oliveira Salazar, tratariam de moderar e até calar a espontaneidade da prática e da retórica radical da Liga 28 de Maio. Mas os estragos por ela provocados levariam algum tempo a ser reparados. Arnaldo Madureira, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O quadro político em que se estruturou o salazarismo*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 152-158. Sobre a atitude da oposição republicana exilada face à questão do empréstimo externo, ver a documentação publicada em A. H. de Oliveira Marques (org. e notas), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928): A Questão do Empréstimo Externo*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, 1976.

¹⁴⁵ Discurso proferido a 17 de Maio. Oliveira Salazar, “O Interesse Nacional na Política da Ditadura” in *Discursos*, 1.º volume, 1928-1934, 4.ª ed. (revista e acrescida de novo prefácio do autor), Coimbra, Coimbra Editora, 1948, pp. 115-134. Sobre a mobilização política e social em prol da Ditadura ao longo do mês de Maio de 1931, Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 115-116.

“A Reforma Corporativa”

esperança e orgulho Pedro Theotónio Pereira, fazendo com que voltasse a aumentar a sua confiança em Salazar como grande dirigente político nacional. Era como se as suas advertências e conselhos, estimulados pelos acontecimentos de Março e Abril, estivessem a ser devidamente interiorizados e adoptados pelo Governo.¹⁴⁶ Havia mobilização, ideias, um programa, uma formação política capaz de movimentar apoios na hora certa e, mais importante do que tudo, um dirigente: Oliveira Salazar. O ministro das Finanças fora o autor da nota à imprensa que tanta impressão causara em Theotónio Pereira, pronunciara o principal discurso proferido no Coliseu e ainda aí fora tratado por praticamente todos os presentes naquela sala como o chefe incontestável da Ditadura e o homem sobre o qual recaíam todas as esperanças de que finalmente seria incutido um cunho nacional à Ditadura. Ora para Theotónio Pereira, vencido o Revirvalho, ungido Salazar e proclamados por este alguns princípios básicos mas essenciais sobre aquela que deveria ser a orientação política e doutrinária da Ditadura, era hora de concentrar alguma atenção no problema social, como fizera notar na missiva enviada a Salazar, já citada, e datada de 8 de Maio de 1931.¹⁴⁷

Mesmo que inconscientemente o Governo fez-lhe a vontade. Ainda antes das revoltas estudantis e militares de Março e Abril, as autoridades não ficaram paradas em matéria de legislação sobre as grandes questões sociais. Por exemplo, em Fevereiro de 1931,¹⁴⁸ o ministro do Interior mandara publicar uma portaria nomeando uma comissão que tinha como objectivo “codificar num diploma único tudo o que existe em matéria de legislação operária.” Além deste objectivo – porque estava tudo tão disperso “não só no tempo, como no espírito que anima cada um dos diplomas que a constituem” –, desejava expressamente que a legislação operária a recuperar e a criar não viesse a colidir com aquela que regulava e disciplinava “os interesses patronais”. Ambicionava o Governo que “inteiramente” se harmonizassem uma e outra, considerando ainda que a “oportunidade” criada proporcionaria a “elaboração de um diploma vazado em moldes modernos”, capaz de facilitar e preparar melhores dias para as “massas operárias [...], pela conjugação dos seus esforços e dos delas com os das classes patronais”. Daí que o ministro do Interior, Lopes Mateus, nomeasse uma comissão à qual caberia elaborar “um projecto de decreto regulando o trabalho nas suas relações com o capital, estabelecendo as bases das associações operárias e patronais na sua maior amplitude”, aproveitando aquilo que

¹⁴⁶ CLNSRF, *op. cit.*, pp. 13-14.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 15.

¹⁴⁸ A 16 de Maio de 1930, fizera promulgar o Decreto n.º 18 415, que previa além da organização de um “Registo de Desempregados”, estabelecia “restrições ao emprego de cidadãos de nacionalidade estrangeira em todas as empresas comerciais e industriais, singulares e colectivas, do continente [...]”, com excepção dos “cidadãos de nacionalidade brasileira” e dos “estrangeiros que se encontrassem ao serviço” do referido tipo de “empresas à data da saída do decreto.” Esta proibição não era, porém, total e liminar. O Decreto apenas dificultava o processo de contratação. Fátima Patriarca, *op. cit.*, p. 154.

“A Reforma Corporativa”

em Portugal e no “estrangeiro” se havia “legislado sobre o assunto e dando ao seu projecto uma orientação segundo as doutrinas modernas”, nomeadamente “enquanto estas se coadunem com a prática e não apresentem com aspectos de tendências subversivas da ordem estabelecida”.¹⁴⁹ Parece pois evidente que caso alguma vez o trabalho desta comissão tivesse produzido resultados políticos e legislativos, eles não teriam andado muito longe do espírito e da letra daquilo que viria a ser o Estatuto do Trabalho Nacional, embora seja lícito pensar que uma profunda reforma da legislação laboral, mesmo que feita numa base corporativa, seria sempre em tudo diferente no seu significado daquilo que ficou lavrado em dois textos fundadores como foram tanto o dito Estatuto como a Constituição plebiscitada em Março de 1933.

De qualquer modo, em 1930 como ainda no início de 1931, foi promulgada mais alguma legislação de clara influência corporativa, mesmo que essa não fosse ainda oficialmente a referência ideológica do Estado português. Trataram-se de medidas de carácter geral “que de alguma maneira contribuíram para minimizar preventivamente o problema do desemprego [...]”. Foram elas relativas “ao desenvolvimento da pesca da sardinha e apetrechamento da respectiva frota”; aos “empréstimos contraídos” em Março de 1930 para “financiar a construção e apetrechamento dos portos nacionais”; o agravamento das “pautas aduaneiras, em Dezembro de 1930”; finalmente, em Fevereiro e Novembro de 1931 (através do Decreto lei n.º 19 354 e do Decreto n.º 20 251), “o condicionamento das indústrias” passava a aplicar-se imediatamente. Primeiro a alguns daqueles subsectores que mais “dificuldades atravessavam” e, depois, à quase generalidade da indústria transformadora.¹⁵⁰

A partir do Verão de 1931, terá então começado o Governo a preocupar-se com o problema do desemprego, sendo óbvio que a resolução das dificuldades sociais, ou o enfrentamento da questão social, por um Governo ainda não chefiado por Oliveira Salazar, não obedecia àquele programa mental que houvera algumas vezes, a partir de Abril de 1928,

¹⁴⁹ *Diário do Governo*, II Série, n.º 35, 12 de Fevereiro de 1931, pp. 523-524. A comissão nomeada era composta por oito individualidades. Coronel João Maria Ferreira do Amaral; dr. Afonso de Melo Pinto Veloso; José Francisco Grilo; Dr. Afonso Rodrigues Pereira; Dr. Francisco Rebelo da Costa; Dr. Manuel de Vasconcelos Cameiro de Meneses; Carlos Ribeiro Ermida e Augusto Machado. Uma comissão teoricamente composta por figuras conservadoras, conhecedoras do fenómeno do Corporativismo e com ele simpatizantes, mas politicamente muito longe do radicalismo de feição integralista, fosse por via da Liga Nacional 28 de Maio ou do sardinhismo colaborador da acção governativa de Oliveira Salazar.

¹⁵⁰ Fátima Patriarca, *op. cit.*, p. 156. Ver ainda, sobre o agravamento do protecçãoismo pautal, Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o estudo na natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa, 1986, pp. 124-137. Para o condicionamento industrial, José Maria Brandão de Brito, *Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965): O Condicionamento Industrial*, 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 111-142; João Confraria, “condicionamento industrial (1)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento AVE*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 392-394 e J. Silva Lopes, “condicionamento industrial (2)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento AVE*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 394-396.

“A Reforma Corporativa”

virtualmente explanado em conversas com Theotônio Pereira. Tanto o desemprego como a questão social eram abordados tendo em conta a forma como se declaravam no momento, fruto um e outro de uma crise económica que tinha uma face nacional e outra internacional. Será o momento da publicação de legislação regulamentadora da fiscalização do horário de trabalho (Decreto n.º 20 207, de 13 de Agosto de 1931),¹⁵¹ ao que se seguiu, dois dias mais tarde, a promulgação no *Diário do Governo* do Decreto n.º 20 222 que impunha o “recenseamento urgente dos «desempregados forçados»”. Esta peça legislativa era a demonstração clara de que o problema do desemprego não apenas se tornara sério em si mesmo – eventualmente mais sério porque mais grave –, mas que passara também a ser levado mais a sério pelo Governo.¹⁵²

Entretanto, foi ainda promulgado o Decreto n.º 20 342 que criou o Conselho Superior da Economia Nacional, substituindo este o organismo com o mesmo nome nascido cerca de quatro anos antes.¹⁵³ Como se afirmava no preâmbulo ao documento, a criação (ou recriação) deste organismo tinha como objectivo lançar as “bases da futura democracia portuguesa”, mas democracia essa que assentaria não nas bases económicas e sociais que tinham caracterizado a história portuguesa dos últimos cerca de cem anos, e que os autores do documento não consideravam efectivamente democrática. A nova democracia, a verdadeira, a autêntica, far-se-ia, entre outros factores, através da “constituição” e “funcionamento dos organismos representativos das profissões e dos interesses económicos dos grandes grupos de actividades.” Dava-se desse modo “aos elementos humanos da produção uma solidariedade que não tinham, uma força de actuação directa e de representação na vida geral do País que quase não dispunham, uma formação unitária que lhes faltava.” E depois insistia-se:

*Esta organização será o alicerce sobre que se levantará a nova democracia portuguesa, que, ao contrário da antiga, procurará ser construtiva, não se deixando abandonar a todas as forças da desordem, actuando em virtude de um pensamento profundo, mais vasto, progressivo e nobre do que a simples realização da vontade da maioria, expressa por um sufrágio viciado pelos processos do recenseamento e pelas formas de apuramento dos eleitos.*¹⁵⁴

Enquanto não se avançava para um novo texto constitucional, cujo formato derradeiro muitas discussões no seio da Ditadura Militar ainda iria gerar, dava-se um sinal claro através da publicação deste Decreto de que a estrutura económica e social seria não apenas corporativa,

¹⁵¹ Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 158-161.

¹⁵² *Idem, ibidem*, pp. 161-165, onde se pode seguir a forma como o sindicalismo tratava politicamente a questão do desemprego e a sua reacção às movimentações do Governo no combate àquele.

¹⁵³ Resultando este último do Decreto n.º 13 457, de 17 de Abril de 1927. Sobre a aparente vida efémera deste Conselho, AOS/CO/PC-3C, fls. 79-84, onde se podem consultar duas listagens de individualidades eleitas e escolhidas para dele fazerem parte. Em AOS/CO/PC-10B pode consultar-se documentação que trata das alterações ao Decreto n.º 20 342.

¹⁵⁴ Preâmbulo ao Decreto n.º 20 342, *Diário do Governo*, 24 de Março de 1931, p. 2099.

“A Reforma Corporativa”

ia, entre outros factores, através da “constituição” e “funcionamento dos organismos representativos das profissões e dos interesses económicos dos grandes grupos de actividades.” Dava-se desse modo “aos elementos humanos da produção uma solidariedade que não tinham, uma força de actuação directa e de representação na vida geral do País que quase não dispunham, uma formação unitária que lhes faltava.” E depois insistia-se:

Esta organização será o alicerce sobre que se levantará a nova democracia portuguesa, que, ao contrário da antiga, procurará ser construtiva, não se deixando abandonar a todas as forças da desordem, actuando em virtude de um pensamento profundo, mais vasto, progressivo e nobre do que a simples realização da vontade da maioria, expressa por um sufrágio viciado pelos processos do recenseamento e pelas formas de apuramento dos eleitos.¹⁵⁴

Enquanto não se avançava para um novo texto constitucional, cujo formato derradeiro muitas discussões no seio da Ditadura Militar ainda iria gerar, dava-se um sinal claro através da publicação deste Decreto de que a estrutura económica e social seria não apenas corporativa, mas de um Corporativismo a construir a partir do Estado e sob um controle rigoroso desse mesmo Estado.¹⁵⁵ Ainda que se escrevesse que no sistema então legalmente criado os organismos existentes no seu topo – os conselhos nacionais da Agricultura, Comércio, Indústria, Trabalho e Colónias que constituíam o Conselho Superior de Economia Nacional – estariam “em comunhão permanente e íntima com os organismos inferiores, dos quais, a cada minuto, poderão receber inspiração”, a verdade era que tal nunca se verificaria, tanto porque esse não era o espírito do corporativismo português, como pelo facto do próprio organismo ter tido vida efémera para além do *Diário do Governo*. De qualquer modo, o objectivo era assinalar mais uma vez as intenções corporativistas e genuinamente democráticas do Governo da Ditadura, e explicar aos eventuais adversários mais crédulos que o regime em gestação era francamente aberto à cooperação entre os diversos interesses que compunham a Nação e, portanto, muito mais democrático do que aquele que cessara na sequência do 28 de Maio de 1926.¹⁵⁶

No ano seguinte, a 24 de Fevereiro de 1932, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de medidas que procurou tratar o problema social, sendo que desta vez se deve ter em

¹⁵⁴ Preâmbulo ao Decreto n.º 20 342, *Diário do Governo*, 24 de Março de 1931, p. 2099.

¹⁵⁵ Para que não houvesse dúvidas, e apesar de alguma ambiguidade propositada, podia ler-se a certa altura no preâmbulo: “Nestes termos parece mais simples e razoável deixar que em cada concelho, sob a vigilância dos agentes do Estado e dos órgãos superiores da nova organização, se constituam as secções corporativas que nele sejam uma criação lógica, natural, exigida pelas circunstâncias do meio.” Idem, *ibidem*, p. 2103.

¹⁵⁶ Numa palestra proferida por Alves Monteiro (director da P.I.C. de Lisboa) na Associação Comercial e Industrial do Fundão e intitulada “Estado Corporativo”, o conferencista sublinhou que antes da recente promulgação do novo texto constitucional, fora o decreto n.º 20 342 a “estabelecer e concretizar [os] princípios” nos quais repousavam “o fulcro” das “justas reivindicações que [...] salutarmente” tinham sido colocadas “no primeiro plano da actividade do Estado.” *Diário da Manhã*, 11 de Maio de 1933, pp. 10-11. Sobre o decreto n.º 20 342, Howard J. Wiarda, *Corporatism and Development: the Portuguese Experience*, s.e., Amherst, The University of Massachusetts Press, 1977, p. 96.



“A Reforma Corporativa”

conta que as decisões adoptadas tomaram em consideração o diagnóstico da situação económica nacional e internacional produzido por Salazar aquando da apresentação pelo Governo do orçamento para 1933.¹⁵⁷ Por outro lado, e ao contrário do sucedido com decisões de tipo idêntico adoptadas anteriormente, as medidas tomadas não foram casuísticas mas obedeceram a uma estratégia que tinha em conta não apenas a realidade da conjuntura económica mas, também, a delicadeza do momento político. A confirmar esta evidência esteve o facto de o Governo ter procurado dar ao evento uma grande visibilidade pública, nomeadamente através da solenidade que envolveu a reunião do Conselho. Enunciadas na sua generalidade as medidas, no próprio dia em que se reuniu o Governo, elas viriam a ser publicadas em *Diário do Governo* até à chegada do mês de Maio. Além da legislação produzida com o intuito de contribuir directa e indirectamente para a reactivação da actividade económica, e da qual o crescimento do emprego seria uma consequência, a prazo e em principio, inevitável,¹⁵⁸ foi promulgado um conjunto de decretos de “carácter directamente social”, criando tanto uma “Caixa de Auxílio aos Desempregados” como promovendo a realização “de um inquérito às condições de vida dos funcionários públicos.”¹⁵⁹ Nas medidas económicas relativas à disponibilização de recursos financeiros para a construção de algumas infra-estruturas, note-se a dupla componente social de algumas delas, uma vez que promoviam por um lado a criação de emprego na construção civil e em áreas situadas tanto a montante como a jusante daquela actividade, ao mesmo tempo que importantes recursos financeiros foram canalizados para a conclusão da edificação de obras de cariz social, nomeadamente através da autorização da contratação do Governo com a Câmara Municipal de Lisboa no sentido de se proceder à conclusão das obras do bairro do Arco do Cego, mas ainda de outros “bairros sociais” cuja construção houvera sido iniciada havia já alguns anos mas ainda não concluída.¹⁶⁰

Do ponto de vista social, a medida tomada com maior impacto foi a criação, por decreto de 7 de Março de 1932, “junto do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e sob sua fiscalização, [d]a Caixa de Auxílio aos Desempregados.” Optando por uma estratégia de colaboração de classes a que não era estranho um certo espírito corporativista (se mais de

¹⁵⁷ É verdade que a 27 de Janeiro de 1930, Salazar dera ao *Diário de Notícias* uma entrevista onde se pronunciara sobre a crise económica vivida tanto na metrópole como nas colónias. Mas desse facto não tirou o Governo consequências idênticas àquelas que se produziram dois anos mais tarde.

¹⁵⁸ No geral tratam-se de medidas que reproduzem aquelas que vinham sendo adoptadas em países cujas economias vinham sentindo os duros efeitos da profunda crise económica internacional. Barateamento do crédito, investimento público em “melhoramentos”, protecção e revitalização do mercado interno, nomeadamente através da promoção da integração e complementaridade entre a economia metropolitana e as economias dos diversos territórios coloniais.

¹⁵⁹ Decreto n.º 20 982, de 7 de Março de 1932.

¹⁶⁰ Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 165-168.

“A Reforma Corporativa”

matriz católica, fascista ou outra, isso agora pouco importa), a nova legislação impunha que os serviços da referida Caixa deveriam obrigatoriamente, tanto a nível distrital como central “ser geridos por uma Comissão formada por representantes patronais e sindicais.” Os fundos da Caixa seriam constituídos “por contribuições obrigatórias e por donativos voluntários.” As contribuições seriam compostas pela “importância de 1% dos salários ou vencimentos” pagos mensalmente pelos empregadores em empresas com três ou mais funcionários, e por 2% dos salários auferidos pelos trabalhadores, quantia que deveria ser-lhes descontada à cabeça. Ou seja, um terço da contribuição obrigatória para sustentar a Caixa de Auxílio aos Desempregados saía dos bolsos dos empregadores, enquanto dois terços dessa mesma contribuição saía dos salários dos trabalhadores. Não deixaria de gerar contestação esta medida, uma vez que na sua maioria tanto patrões como empregados não desejavam contribuir para o fundo legalmente instituído. No caso dos trabalhadores por julgarem que o fundo devia ser inteiramente pago pelos patrões e pelo Estado. No caso dos empregadores por considerarem que o auxílio material aos desempregados tendia a promover a preguiça, além de não deixarem de pensar que a contribuição que lhes era aplicada não mais passava do que dum novo imposto mais ou menos encapotado.¹⁶¹ De qualquer modo, a medida era do ponto de vista doutrinal relativamente liberal e política e financeiramente inteligente.¹⁶² Envolvia apenas indirectamente o Estado na questão do auxílio ao desempregado, uma vez que lhe atribuía simplesmente uma função criadora e fiscalizadora, ao mesmo tempo que deixava para a sociedade o ónus do financiamento do novo sistema, ao mesmo tempo que não envolvia nesta equação quaisquer sectores da economia e da sociedade para os quais o problema do desemprego não se colocasse politicamente ou se colocasse de diferente forma. Este conjunto de factos é importante porque permite compreender uma das facetas mais relevantes e originais do Corporativismo português, sobretudo no domínio social mas, também em parte, embora menos, no campo económico. Ou seja, nasceu de um desejo de intervir na resolução dos problemas económicos e sociais que fustigavam a sociedade portuguesa, mas na prática faltar-lhe-á sempre força política e recursos económicos e financeiros que o fizessem atingir os objectivos que se colocava e que eram os de produzir uma profunda reforma, para não dizer revolução, tanto no seio do Estado como da sociedade.

¹⁶¹ Sobre estas medidas, nomeadamente a criação da Caixa de Auxílio aos Desempregados, e o seu alcance, além das reacções que provocou em diversos sectores políticos e socio-económicos, idem, *ibidem*, pp. 168-217.

¹⁶² Independentemente de resolver, ou não, o problema do auxílio económico e financeiro aos desempregados. O importante para o Governo era resolver o problema político criado pelo problema social, e não resolver o problema social para daí retirar dividendos políticos. Não importa agora discutir por que conjunto de razões não resolveu, ou não tentou resolver, o problema social do desemprego.

“Lembra-se do que o Cambronne disse aos Ingleses?”¹⁶³

Foi na sequência deste impulso protocorporativo que teve lugar nos anos de 1930 a 1932, que Pedro Theotónio Pereira chegou pela primeira vez ao Governo, sendo que nessa altura, em Abril de 1933, havia quase um ano que o *Diário de Governo* não publicava nada de muito significativo que possa hoje, como então, ser entendido enquanto expressão das preocupações sociais que estiveram por trás da construção do Corporativismo português.¹⁶⁴ Não importa agora saber se todas estas medidas, como aquelas que seriam tomadas no futuro, enquanto Theotónio Pereira se manteve à frente da Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, foram sobretudo o resultado de um programa e de uma doutrina que determinava a acção política e que nesse sentido torna o salazarismo num caso específico da história tanto portuguesa como europeia, ou se pelo contrário, e apesar da presença destes factores vindos de cima, as medidas legislativas que fundaram o Corporativismo português foram essencialmente uma resposta às pressões e às circunstâncias oriundas e em certo sentido impostas de baixo, fossem elas políticas, ideológicas, sociais ou económicas. Certo ainda é que o conjunto de medidas adoptadas no período citado, significou que o quadro político em que Pedro Theotónio Pereira se viu obrigado a agir a partir de Abril de 1933 se encontrava parcialmente tomado, mesmo que fosse para construir uma realidade nova. Havia, portanto, uma vontade reformista em matéria de política social que antecedeu a sua chegada ao poder, parecendo evidente que com a aprovação da nova Constituição e a inauguração do novo regime se poderiam então dar passos mais firmes e melhor direccionados rumo ao objectivos definidos por aqueles sectores mais nacionalistas do salazarismo. Mas por outro lado, dentro ou fora do Estado Novo, e a começar por Salazar, existiam muitas resistências, possuidoras de motivações diversas, à implantação da ordem corporativa.¹⁶⁵

¹⁶³ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 105.

¹⁶⁴ Note-se que se por um lado no mês de Maio deixa de ser publicada legislação que procurava obviar alguns problemas sociais premente, realiza-se no dia 11 daquele mês uma reunião do Conselho Político Nacional que aprova o “projecto de Constituição política” e nomeia a comissão que iria “proceder à sua redacção definitiva.” João Morais e Luís Violante, *Contribuição para uma cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal, 1926-1985*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 49. É pois natural que as prioridades políticas do Governo se orientassem até Março de 1933 noutra direcção.

¹⁶⁵ Independentemente da ordem corporativa ter conseguido uma pacificação relativa de certos meios operários e agrícolas normalmente muito instáveis e reivindicativos, fracassou claramente em alguns casos. Tal sucedeu, por exemplo, em algumas regiões e meios económicos e sociais abrangidos pela área de influência da Federação de Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, criada a 17 de Novembro de 1933, pelo decreto lei n.º 23 231. Dulce Freire, “Sector vinícola contra a organização corporativa (1933-1937)” in *Ler História*, n.º 42, 2002, pp. 175-198. Sobre a pacificação dos assalariados rurais no Alentejo, José Pacheco Pereira, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, s.e., s.l., Publicações Europa-América, s.d., pp. 118-120. Sobre a atenuação dos conflitos sociais nos meios industriais, nomeadamente em Lisboa e nos seus arredores, Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a*

“A Reforma Corporativa”

Já se viu de que forma, e aquando do convite que lhe foi endereçado por Salazar para conduzir a “reforma do Estado”, Pedro Theotónio Pereira se considerou imediatamente condicionado pelo facto de ir desempenhar as funções de subsecretário de Estado e não de Ministro, sendo isso por ele imediatamente interpretado como uma clara demonstração das objecções que certos sectores republicanos do regime colocavam à corporativização do Estado e da sociedade. Porém, no mesmo dia da sua posse foi Theotónio Pereira duplamente alvo das pressões à sua direita, de uma direita que se autodesignava social, corporativa, monárquica e nacionalista que se mantinha intransigentemente fora do regime acabado de inaugurar e em relação a ele bastante céptica, crítica e até combativa.

A notícia sobre o primeiro exemplo de coacção sofrida deu-a *A Voz*, e apenas *A Voz*. Aconteceu na sequência da sua “saída do gabinete do Ministro das Finanças”, onde acabara de lhe ser dada posse. Aí Theotónio Pereira “foi alvo duma carinhosa manifestação de simpatia por parte dum grupo de numerosos amigos e admiradores das belas qualidades” que distinguiam “o seu nobilíssimo carácter.”¹⁶⁶ Do Ministério das Finanças “dirigiu-se” o recém empossado subsecretário de Estado “para a Presidência do Ministério, onde ficava provisoriamente instalado o seu gabinete de trabalho.” Também aqui “compareceram a apresentar cumprimentos numerosas individualidades em destaque na actual situação política e no meio social.” Como se isto não bastasse para evidenciar a relevância do acto de posse e da personagem que assumia as funções de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, o novo titular do cargo seria felicitado por “um grupo de nacionais-sindicalistas” que para o efeito propositadamente se deslocou ao edifício onde se encontrava instalada a Presidência do Conselho. Este grupo que pretendia apresentar cumprimentos em nome do “sr. dr. Rolão Preto”, o seu “chefe”, era capitaneado por Alçada Padez, uma das figuras de topo daquele movimento.¹⁶⁷ Curioso acontecimento este, uma vez que trás à discussão o problema do grau de

Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945), s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1990, pp. 337-339.

¹⁶⁶ *A Voz*, 13 de Abril de 1933, p. 6. Note-se que como o próprio Theotónio Pereira relata, ao ter-se ido despedir da “d direcção e do pessoal” da Fidelidade, no dia da sua posse, à “saída” foi-lhe “prestada uma demonstração de afecto como só em Portugal pode acontecer. Precedidos pelos administradores, centena e meia de chefes e empregados da velha companhia” acompanharam-no “a pé ao longo da Rua do Arsenal”, desde o Largo do Corpo Santo até à porta do Ministério das Finanças, cruzando toda a Praça do Comércio. No Ministério aguardava por Theotónio Pereira “um pequeno grupo de amigos” da sua nova “casa” e ali recebeu “pela primeira vez a continência da praça da Guarda Nacional Republicana de sentinela na Arcada. Tal qual uma cerimónia da Casa dos 24!” Idem, *ibidem*, pp. 104-105. Como confessou noutro testemunho escrito, a emoção provocada por esta atitude dos trabalhadores da Fidelidade quase que lhe deu “cabo” do discurso que tinha improvisado para dizer na sua tomada de posse. “Carta de Pedro Theotónio Pereira a Fernando Delgado (finais de 1966)”, *Aniversário. Primeiro Jornal Comemorativo do 5.º Aniversário da Reorganização da Casa do Pessoal da Companhia de Seguros Fidelidade*, Maio de 1967, p. 1.

¹⁶⁷ Alçada Padez, integralista e fundador do Nacional Sindicalismo, foi membro do Grande Conselho, organismo de “carácter consultivo” do movimento. Mesmo durante a “fase clandestina” do Nacional Sindicalismo, “manteve-se

“A Reforma Corporativa”

comprometimento de Pedro Theotónio Pereira com o Nacional Sindicalismo. O mais conhecido, embora não muito fiável testemunho, afixando uma relação de cumplicidade entre Pedro Theotónio Pereira e o Nacional Sindicalismo encontra-se nas *Memórias* de Costa Brochado. Diz-nos ele que um dos grupos daquele movimento, “capitaneado” pelo subsecretário de Estado das Corporações, ter-se-ia instalado na governação “disposto a continuar com Salazar, mas tendo o fito do assimilarem” às suas ideias, ao seu projecto.¹⁶⁸ Ou seja, Theotónio Pereira seria nacional sindicalista e teria por moto próprio chefiado a dissidência que o movimento viria a conhecer no final de 1933, o que significa que em Abril de 1933 seria ainda um homem de Rolão Preto – e não de Oliveira Salazar –, tendo entrado para o Governo na qualidade não de representante de uma sensibilidade do salazarismo mas como homem de mão do líder dos camisas azuis que, no final, acabaria por trair. No entanto, esta explicação dificilmente pode ser considerada como a mais correcta. Em primeiro lugar, por ser evidente que desde 1928 Pedro Theotónio Pereira se rendeu aos encantos pessoais e políticos de Oliveira Salazar – como se pode confirmar através de alguns testemunhos citados ao longo deste trabalho –, sendo certo que o contrário também sucedeu, embora de forma menos emotiva, em virtude tanto da posição política ocupada por Salazar como pela natureza, muito mais reservada, do seu temperamento. Em segundo lugar, e mesmo ignorando esta primeira explicação, a hipótese de um Pedro Theotónio Pereira nacional sindicalista não responde à pergunta que é a de saber porque razão iria Oliveira Salazar correr o risco de convidar um reconhecido membro daquele movimento para fazer parte do seu Governo, e logo para exercer funções numa área onde iria ser posta em prática parte do programa político reivindicado pelos homens de Rolão Preto, não tendo o chefe do Governo quaisquer garantias sobre qual iria ser o comportamento futuro do subsecretário de Estado nessas condições indigitado. É certo que poderia sempre tê-lo convidado com o intuito de o integrar e assim, optando por Theotónio Pereira e não por Rolão Preto (já para não falar em Lumbralles ou em Marcello Caetano), combater o Nacional Sindicalismo através de um elo mais fraco, mais facilmente maneável, mas que de qualquer modo não dava quaisquer garantias de ser facilmente derrotado. Tudo isto seria possível não fosse o facto da generalidade da

sempre ao lado de Rolão Preto”, participando na tentativa golpista de 1935, facto que levou à sua deportação. Colaboraria nas “campanhas da «oposição democrática», integrando-se no campo “anti-salazarista, após a 2.ª Guerra Mundial.” António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 161 e 164n. Curiosamente, numa missiva dirigida por Quirino de Jesus a Salazar e datada de 17 de Setembro de 1932, podia ler-se: “Um amigo meu escreveu-me para o norte pedindo-me que lhe recomendasse com o maior empenho um amigo dele, *Alçada Padez*, que entrou no concurso para Tesoureiro de Aveiro ou da Guarda, ambos vagos segundo me disse. A lei o dirá, mas se dentro dela houver possibilidades, aí lhe deixo o meu pedido.” CLNSRF, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, p. 72 (documento 8). Em itálico no original, por se encontrar “sublinhado pelo punho de Salazar”.

¹⁶⁸ Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 2ª edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco, 1987, p. 142.

“A Reforma Corporativa”

documentação disponível o contradizer e, simultaneamente, ter como ponto de partida um testemunho que não é particularmente credível. Embora ele encerre algo de verosímil – um certo voluntarismo da parte de Pedro Theotónio Pereira mas que Oliveira Salazar teria apenas que enfrentar com uma maior cadência depois do Verão de 1934 –, a verdade é que ao longo das suas *Memórias*, Costa Brochado Coelho refere-se sempre a Theotónio Pereira em termos que procuram desacreditá-lo como pessoa e como político. Revela por isso ter tido com o futuro embaixador em Espanha contas pessoais a ajustar – sentimento em sentido contrário poderá ter acontecido ou não – como, aliás, com a generalidade dos monárquicos notáveis do salazarismo, pelo facto de, como não se cansa de sublinhar Costa Brochado, ter sempre pertencido à facção republicana do regime, a única que classifica como tendo sido verdadeiramente fiel ao chefe do Governo e autêntico intérprete do espírito da “situação” saída da Constituição de 1933.¹⁶⁹

Vista a natureza ambígua do filo Nacional Sindicalismo dirigidas a Pedro Theotónio Pereira,¹⁷⁰ aquilo que se pode dizer foi que Alçada Padez terá, em companhia de outros camaradas seus, procurado felicitar pessoalmente o novo subsecretário de Estado como um acto de cortesia que merecia alguém que vinha das hostes integralistas, onde fora dirigente estudantil e se transformara em interlocutor directo e privilegiado de António Sardinha. Por outro lado, eventualmente, os nacionais sindicalistas apresentaram-se na Presidência do Conselho para darem ao novo subsecretário de Estado um sinal do seu apoio no caso da área das Corporações deles vir a necessitar, tendo em conta aquele que era o complicado processo de executar a tão desejada revolução corporativa. Finalmente, esta comitiva vestida em tons de azul poderá ter ainda procurado exercer alguma pressão política sobre Theotónio Pereira, confrontando-o com o seu passado político e com a militância de muitos camaradas, amigos e conhecidos seus nas hostes do Nacional Sindicalismo, algo que dificilmente seria compatível com uma rendição incondicional ao cinzentismo de Salazar e que na sequência da tomada de posse do novo subsecretário de Estado estaria a concretizar-se. Pedro Theotónio Pereira, porém, e aparentemente, não se terá deixado impressionar. Trabalhou sistematicamente com

¹⁶⁹ As referências profundamente depreciativas em relação a Pedro Theotónio Pereira e aos monárquicos encontram-se especialmente em idem, *ibidem*, pp. 77 (“[...] Os monárquicos, porém, criaram-lhe [a Sidónio Pais] toda a espécie de dificuldades, como haviam de fazer, anos depois, com Salazar.”), e ainda pp. 140-143; pp. 153-154; p. 157; pp. 162-163; pp. 170-171; p. 305; pp. 345-346; pp. 347-351 e 400. Ver ainda o relatório enviado por Costa Brochado a Oliveira Salazar onde denuncia inúmeras maquinações da ala direita do regime contra o chefe do Governo, e nas quais Pedro Theotónio Pereira assumiria elevado protagonismo. IAN/TT, AOS/CP-41, fls. 1-7.

¹⁷⁰ Sobre a natureza ambígua da relação de Pedro Theotónio Pereira com o Nacional Sindicalismo, veja-se o testemunho deixado pelo embaixador Matim de Faria e Maia: “Depois surgiu o Movimento Nacional Sindicalista [...] de orientação predominantemente social corporativa, e em cujos meios [...] ouvi indicado Pedro Teotónio Pereira como um dos maiores valores a aproveitar na almejada revolução nas estruturas da governação do país, dadas a sua formação político-nacionalista e a sua competência em técnica actuarial [...]”. Martim de Faria e Maia, “In Memoriam de um grande Mestre e Amigo” in *Diário dos Açores*, 11 de Dezembro de 1973, p. 1.

“A Reforma Corporativa”

Salazar e com apoiantes deste no Nacional Sindicalismo com o intuito de quebrar a espinha ao movimento, integrando-o no Estado Novo ou extinguindo-o. Mesmo que não tenha participado nas reuniões de Conselho de Ministros que no início de Julho e no final de Setembro discutiram as medidas a adoptar para resolver os problemas suscitados pelo Nacional Sindicalismo,¹⁷¹ certamente que sobre o assunto terá conferenciado com o chefe do Governo uma vez que pelo seu passado e ligações políticas Pedro Theotónio Pereira se encontrava numa posição privilegiada para contribuir para o seu desmantelamento. Quando a partir de Setembro de 1933 começa a ser publicada a legislação que edificará a estrutura política e jurídica do Corporativismo Estado Novista, a subsecretaria de Estado a que presidia não deixou de solicitar e contar com a contribuição de muitos dos antigos membros do Nacional Sindicalismo para a preencher e para pôr a funcionar algumas instituições criadas e que eram imprescindíveis ao seu funcionamento e eficácia.

O segundo sinal de exercício de coacção sobre Pedro Theotónio Pereira, desta vez sob a forma de um pedido de explicações para a sua entrada num Governo chefiado por um homem que parecia cada vez menos capaz e menos desejoso de dar garantias aos projectos e ambições dos sectores monárquicos e nacionalistas mais intransigentes, foi levado a cabo por uma personagem que o subsecretário de Estado não nomeou nos escassos parágrafos das suas *Memórias* onde relatou o episódio. Percebe-se, pelo teor do relato passado à posteridade, que se trataria de alguém pertencente ao Integralismo Lusitano, funcionário público ou colaborador regular de algum serviço do Estado instalado nas imediações ou no próprio Ministério das Finanças. Mas não mais do que isso.

Segundo nos conta, saía Pedro Theotónio Pereira do seu “novo gabinete”,¹⁷² quando “já batiam as oito da tarde no relógio de caixa alta” ali depositado, e tendo percorrido os amplos corredores vazios que davam acesso à “larga escadaria de pedra que conduzia à antiga entrada principal das Finanças”, deu de caras com um seu “antigo amigo conhecido das lutas políticas do Chiado.” Este dirigiu-se a Pedro Theotónio Pereira “com um sorriso maldoso” e disparou: “– Como é que você se deixou apanhar pelo Salazar? Isso não é lugar para nós. Não o posso felicitar!” Prosseguiu a personagem o seu discurso com recurso a “expansões de azedume”, sendo que na altura ao recém empossado subsecretário apenas lhe ocorreu deplorar para si o

¹⁷¹ Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 237 e 237n. Será na reunião do Conselho de Ministros realizada a 7 de Julho que Salazar terá afirmado que os nacionais sindicalistas estariam a “ultrapassar os limites do tolerável” e que era “necessário pôr cobro às suas iniciativas.” João Morais e Luís Violante, *Contribuição para uma cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal, 1926-1985*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 55. Precisamente em finais de Setembro, no dia 25, foi suspensa a publicação do jornal *Revolução*.

¹⁷² “[...] mobilado e decorado no tempo da «outra senhora», com discreto luxo e bom gosto, recebia pelas duas grandes janelas toda a claridade do Terreiro do Paço e do rio e fazia luzir no interior dos móveis antigos de pau-santo umas poucas peças de loiça da China de grande beleza.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 105.

“A Reforma Corporativa”

facto de as escadarias e suas imediações se encontrarem vazias, sem “mais pessoas da mesma mentalidade a quem pudesse dizer duas coisas” que lhe terão parecido “muito oportunas naquele fim de tarde.” Lamentando poder dirigir-se apenas a um dos muitos nacionalistas que tinham militado e ainda militavam no Integralismo Lusitano,¹⁷³ e que em Abril de 1933 constituíam um núcleo de oposição política a Salazar presente um pouco por todo o País, disparou umas palavras duras que explicavam as razões da sua adesão ao projecto político corporizado em Salazar, explicando, em primeiro lugar, que fizera tudo para “ceder a outro” o cargo que ocupava, sobretudo se esse outro “fosse capaz de o aceitar e cumprir.” Passou depois para a argumentação mais genérica mas que ia de encontro ao âmago das suas convicções e que era, ao mesmo tempo, uma crítica mordaz aos sucessivos erros e fracassos acumulados pelos meios políticos que frequentara desde a sua adolescência:

Passámos anos em lutas intestinas e demolidoras, não servindo sempre o puro interesse nacional. Está agora na chefia do Governo um homem admirável. Se ele nos pede colaboração devemos não a regatear e antes fazer coisas que mostrem que as nossas ideias são melhores que as daqueles que criticávamos. E já lá vão 38 anos!¹⁷⁴ – Despedi-me do meu amigo correligionário com mais uma palavra: - Você lembra-se do que Cambronne disse aos Ingleses? Pois é isso mesmo!¹⁷⁵

Pelo menos em parte, estava explicado, como confessou o próprio Theotónio Pereira nas suas *Memórias*, “qual o caminho por que fui ter ao Terreiro do Paço e a razão por que o fiz.”¹⁷⁶ Ou seja, e independentemente do seu indiscutível conteúdo político-ideológico, por dever patriótico e pela devoção pessoal e política a um homem e àquilo que ele valia e significava politicamente para Portugal. Embora nos anos que se seguiram de entrega por parte de Pedro Theotónio Pereira no serviço à coisa pública, outras razões viessem a justificar as suas atitudes, a sua persistência e a sua prevalência, o que o levaria ainda a participar 35 anos mais tarde nas reuniões do Conselho de Estado e nas consultas levadas a cabo pelo presidente da República que conduziram à indigitação por Américo Tomás de Marcello Caetano para substituir Salazar na

¹⁷³ Em Julho de 1933, a Junta Central do Integralismo Lusitano deu “conta aos seus filiados da sua dissolução como organismo político.” Um ano antes, na revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, a cúpula do movimento mostrara-se crítica quanto ao espírito e à forma do projecto de Constituição que fora publicamente apresentado para discussão. A. Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano: Uma doutrina política de ideias novas*, s.e., Lisboa, Edições Cultura Monárquica, 1991, pp. 86-93.

¹⁷⁴ Aparentemente numa referência à chamada ditadura político-administrativa iniciada, de facto, por João Franco em 1894, mas cujas principais medidas legislativas seriam lançadas no ano seguinte. Esta experiência governativa de João Franco acabaria sem glória em 1897. Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in *História de Portugal*, vol. VI, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Circulo de Leitores, 1994, pp. 217-225; idem, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2001, pp. 65-103; M. Fátima Bonifácio, *O século XIX português*, s.e., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 118-119.

¹⁷⁵ O barão de Cambronne (1770-1842) teria dito em Waterloo, quando chamado à rendição: “La Garde meurt, mais ne se rend pas”. O barão, porém, sempre negou ter dito tal coisa. Nunca deixou de insistir que tinha apenas pronunciado “Merde.” J. M. & M. J. Cohen, *The New Penguin Dictionary of Quotations*, s.e., s.l., Penguin Books, 1998, p. 96.

¹⁷⁶ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 105-106.

“A Reforma Corporativa”

presidência do Conselho, a verdade é que os grandes princípios que o nortearam na política depois de 1928, mas sobretudo, depois de Abril de 1933, assentaram nessa devoção àquilo que designava por serviço à Pátria e cujo único intermediário era a pessoa de Salazar. Foram estes princípios e estas escolhas que levaram Pedro Theotónio Pereira de um pequeno grupo político marginal, complexo e conflituoso, para o centro da decisão política de um Estado e de um País que muitos procuraram fazer renascer após a promulgação da Constituição de 1933.

“[...] a pobreza do seu viver [...]”¹⁷⁷

A pobreza generalizada que grassava em Portugal na primeira metade do século XX, e que, entre outros, muito preocupava os Nacionais Sindicalistas,¹⁷⁸ não deixava ninguém indiferente, sendo verdade que o processo de crescimento e de modernização económica e social que Portugal conheceu, em termos relativamente moderados, tanto na segunda metade o século XIX como na primeira metade do século XX, pouco contribuíram para qualquer progresso qualitativo na vida quotidiana da generalidade dos portugueses.¹⁷⁹ Em Portugal, os ricos eram poucos e, se comparados, com os de outros países, mal passavam naturalmente da mediania económico-financeira.¹⁸⁰ As classes médias existiam, mas eram relativamente pobres e declaradamente frágeis se comparadas com as de outros países que normalmente eram tomados como referências pelos seus apreciáveis ou até elevados índices de progresso.¹⁸¹ A este facto, a desgraça da Grande Guerra, da participação portuguesa na mesma, a crónica instabilidade político militar que caracterizou a Nova República Velha e a Ditadura Militar nada contribuíram

¹⁷⁷ Domingos Fezas Vital, “Parecer sobre a propostas de lei n.º 120 (Casas dos Pescadores)” in *Diário das Sessões, Suplemento ao n.º 100*, 11 de Janeiro de 1937, p. 152B.

¹⁷⁸ Como sublinha Hermínio Martins, os dois dirigentes máximos do Nacional Sindicalismo, Alberto de Monsaraz e Rolão Preto, tinha sido já entre os integralistas aqueles que “mais interessados” sempre tinham estado “nas «questões sociais», nos problemas do trabalho e na propaganda integralista entre a classe operária.” Hermínio Martins, *op. cit.*, p. 36.

¹⁷⁹ Sobre os índices do crescimento económico português desde o primeiro terço do século XIX até meados da década de 1980, Ana Bela Nunes, Eugénia Mata e Nuno Valério, “Portuguese Economic Growth: 1833-1985” in *Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2, Roma, Fall, 1989, pp. 291-330.

¹⁸⁰ Da enumeração, feita por Hermínio Martins, dos segmentos que compunham a “classe alta” portuguesa na década de 1960, apenas incluiria na minha definição os “latifundiários, financeiros, grandes industriais e outros homens de negócios” Hermínio Martins, *op. cit.*, p. 105. Ver ainda Manuel Villaverde Cabral, “Classes Sociais” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento AVE*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 336. Para uma avaliação qualitativa do comportamento dos “grupos sociais dominantes” na primeira metade do século XX, com destaque para a “grande lavoura absenteísta e rentista” e os “principais interesses do triângulo banca/comércio internacional/comércio colonial”, por oposição aos menos numerosos e socialmente subordinados representantes do “«capital produtivo»” (“grandes capitalistas agrários” e “«capitães de indústria»”), Fernando Rosas (coord.), “O Estado Novo (1926-1974)” in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores/Ed. Estampa, 1994, pp. 111-115.

¹⁸¹ Hermínio Martins, *op. cit.*, pp. 112-122, faz uma análise (também comparativa) de algumas das características e da situação das classes médias portuguesas, mas trabalhando dados relativos à década de 1960. Ver ainda Manuel Villaverde Cabral, *op. cit.*, pp. 335-336. Finalmente, Fernando Rosas (coord.), *op. cit.*, pp. 115-117, onde analisa o “vasto pântano das classes intermédias” nas décadas de 1930 e 1940.

“A Reforma Corporativa”

para uma melhoria das suas condições de vida. Além disso, e independentemente daquela que tenha sido a expressão demográfica e, portanto, também social, das classes médias, verdade foi que aquelas que viviam de rendimentos fixos, assalariadas ou não, viram, com a inflação que acompanhou e foi além da Grande Guerra, degradar-se profundamente o nível de vida a que estavam habituados.¹⁸² No resto do País a grande maioria dos portugueses vegetava numa assinalável miséria material, independentemente de alguns estudiosos terem notado uma evolução positiva nas condições de vida da população portuguesa desde finais do século XIX até à Grande Guerra e mesmo depois, já no decurso da década de 1920.¹⁸³ De qualquer modo, o problema do atraso no desenvolvimento económico colocava no domínio da previdência e da segurança social um problema de muito difícil resolução, embora não impossível, pelo facto do volume de riqueza produzida pela economia nacional ser manifestamente insuficiente para cobrir parte significativa das carências sociais do País. Esta não era claramente capaz de garantir investimento criador de emprego, nem, tão pouco, libertar recursos para uma distribuição que, eventualmente executada pelo Estado, aplicada em políticas de assistência pública das mais diversas, desde a saúde ao ensino, produzisse quaisquer resultados ao nível de uma melhoria generalizada das condições de vida.¹⁸⁴ O Estado Novo herdou um País e um Estado que sofria de uma enfermidade crónica, a pobreza, sendo que tal como os regimes políticos que o antecederam possuía uma forte vontade de resolver a questão social uma vez que esta estava tão intimamente ligada à sua sustentabilidade política.

Quando se fala na mais absoluta miséria e indigência que grassava pelo País, uma miséria inimaginável aos olhos de hoje, sentida, embora de modo diferente, tanto pelos cidadãos como pelo Estado, basta recordar, à falta de outros exemplos, que no início da década de 1920 grassou em Braga uma epidemia de febre tifóide, facto que obrigou ao encerramento naquela cidade do Hospital de São Marcos e o da Misericórdia por não existirem recursos financeiros que lhe permitissem fazer face ao flagelo. Como reconhecia o ministro do Trabalho da altura, José Domingues dos Santos, numa declaração ao Parlamento, o estado em que se encontrava o referido Hospital de São Marcos era o “mesmo” em que se encontravam “todos os hospitais do País.” Nenhum desses “estabelecimentos” tinha quaisquer “possibilidades de fazer

¹⁸² Sobre a situação crítica vivida pelas classes médias durante a vigência da Nova República Velha, Rui Ramos, *op. cit.*, pp. 597-601 e pp. 605-607.

¹⁸³ Para o período anterior à Grande Guerra, João Lopes Carneiro Moura, *A instrução Educativa e a organização geral do Estado. Relatório*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 283; Leon Poinsard, *Portugal Ignorado. Estudo Social, Económico e Político seguido de um apêndice relativo aos últimos acontecimentos*, s.e, Porto, 1912, *passim*. Para as décadas de 1920 e 1930, Paul Descamps, *Le Portugal : La Vie Sociale Actuelle*, s.e., Paris, Firmin-Didot et Cie, Éditeurs, s.d., *passim* e Adérito Sedas Nunes e J. David Miranda, *op. cit.*, *passim*.

¹⁸⁴ Sobre as condições de vida materiais do campesinato português – pequeno proprietário rural e ou assalariado agrícola – na primeira metade do século XX, Fernando Rosas (coord.), *op. cit.*, pp. 48-59.

“A Reforma Corporativa”

face às suas despesas, dentro das verbas dos orçamentos” que possuíam, pelo simples facto de que, desde 1914, qualquer incremento nos recursos ter sido congelado, enquanto as “despesas iam aumentando consideravelmente dia a dia.” Previa até que os hospitais públicos poderiam vir a fechar no caso do “Estado lhes não acudir!”¹⁸⁵ A questão social, neste ou noutros moldes (assistência na doença, à velhice, desemprego, regulamentação salarial, horário de trabalho, etc.), era, do ponto de vista do da Ditadura Militar e do Estado Novo, muito simples, como aliás sempre fora no passado. Ou se resolvia politicamente, ou então a elite política e social que transitara da Ditadura Militar para o Estado Novo, como uma nova que entretanto emergira, dificilmente poderia manter-se no poder durante muito tempo.¹⁸⁶ Numa primeira fase, e como referiu Pedro Theotónio Pereira numa curta missiva enviada a Salazar já citada, o problema da miséria generalizada poderia ser resolvida com paliativos.¹⁸⁷ Criado o Estado Novo, haveria que dar início a uma profunda mudança na forma como os poderes públicos encaravam e resolviam os profundos e crónicos problemas sociais, dando inclusivamente a entender que todo o trabalho desenvolvido pelos Governos da Ditadura Militar nesse domínio, mesmo aqueles a que Salazar pertencera e até chegara a chefiar, ainda faziam parte do passado sombrio que remontava a 1834.

“[...] realismo e originalidade [...]”¹⁸⁸

O *Sistema Corporativo* de Marcello Caetano, publicado em 1938, quando Pedro Theotónio Pereira se encontrava já em Espanha exercendo tarefas diplomáticas, terá sido escrito, confessa o autor, com o propósito de satisfazer a curiosidade da

multidão de portugueses que ansiosamente procura instruir-se no espírito da nova ordem constitucional; nos dirigentes da organização corporativa; e, sobretudo, nos dirigentes e graduados da Mocidade Portuguesa, em cujas mãos está o futuro do Estado Novo e dos seus princípios.

E depois acrescentava:

*Não quero deixar de mencionar aqui o nome de Pedro Teotónio Pereira, meu querido e já velho amigo, em quem a Nação saúda o estadista que fundou os alicerces do sistema corporativo português com o espírito de realismo e originalidade que entre outras modernas experiências lhe dão realce e inconfundível valor!*¹⁸⁹

¹⁸⁵ Costa Brochado, *Para a História de um Regime*, s.e., Lisboa, Editorial Império, 1949, pp. 129-130. Ainda que este livro seja um manifesto político contra a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, pode ser lido com interesse todo o capítulo relativo à “Assistência” (pp. 127-138).

¹⁸⁶ Daí a obsessão de Oliveira Salazar pelo rigor nas contas públicas. De facto, este era um instrumento precioso de controle da estabilidade da moeda e, portanto, da inflação. A experiência dos anos da Grande Guerra e de grande parte da década de 1920, de descontrolo orçamental e consequente espiral inflacionista, com erosão dos salários reais, especulação económica e financeira de todo o tipo e, concomitantemente, forte agitação social, permitiram a quem o desejasse retirar as ilações necessárias sobre aquela que era uma das principais receitas a adoptar para garantir alguma estabilidade no exercício do poder político.

¹⁸⁷ CLNRF, *op. cit.*, p. 15 (documento datado de 8 de Maio de 1931).

¹⁸⁸ Marcello Caetano, *O Sistema Corporativo*, s.e., Lisboa, 1938, p. 5.

“A Reforma Corporativa”

Evocado aquele que parecia ser o aparente êxito político do Corporativismo e feitos os elogios à figura cimeira do Corporativismo português – tendo curiosamente como destinatário Pedro Theotónio Pereira e não Oliveira Salazar –, Marcello Caetano tratou de apresentar aquelas que considerava serem as bases teóricas mais próximas do modelo corporativo adoptado pelo Estado Novo (e de que o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foi o maior expoente, ficando reservado a Pedro Theotónio Pereira o protagonismo no domínio da acção política).¹⁹⁰ Do ponto de vista histórico e político radicava, em primeiro lugar, no catolicismo social cuja expressão simbólica e real mais significativa eram a encíclica de Leão XIII *Rerum novarum*¹⁹¹ e a encíclica de Pio XI *Quadragesimo ano*.¹⁹² Por outro lado, Marcello Caetano, como outros teóricos do Corporativismo português, pretendeu sempre encontrar na história portuguesa medieval e de Antigo Regime exemplos claros de organização social, económica e espiritual de base corporativa, da mesma forma que se identificaram antigos estudiosos e teóricos do Corporativismo luso, porque só assim seria possível afirmar tratar-se o Corporativismo adoptado pelo Estado Novo, de uma solução genuinamente nacional e nacionalista.¹⁹³ No entanto, e quanto à marca deixada pelo catolicismo, e em especial pelos documentos produzidos no Vaticano, no Corporativismo português, cumpre salientar a mensagem da encíclica *Quadragesimo ano* uma vez que aí se condenava “a excessiva

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁰ Adriano Moreira classificou Pedro Theotónio Pereira como o “responsável pela execução do pensamento constitucional” em matéria de Corporativismo. Adriano Moreira, *Direito Corporativo. Súmula das Lições dadas ao 3.º ano do Curso de Administração Ultramarina*, s.e., s.l., Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, s.d., p. 108. Manuel de Lucena chamou a Pedro Theotónio Pereira o “artesão” do Estatuto do Trabalho Nacional. Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 1.º vol.. *O Salazarismo*. s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, p. 179. E é verdade. Mas nesta tarefa executiva esteve certamente sob direcção política de Oliveira Salazar e o aconselhamento doutrinal de Marcello Caetano que, aliás, fora já um precioso ajudante do presidente do Conselho na redacção da Constituição. Mas deste tema falar-se-á com mais detalhe um pouco mais à frente.

¹⁹¹ 15 de Maio de 1891. Sobre a importância da encíclica de Leão XIII, escreveu o Conde Aurora, um dos mais dilectos colaboradores de Pedro Theotónio Pereira na “batalha” em prol da instituição do Corporativismo: “[...] Mas também aí não foi inútil a acção dos percursores, pois desde a *Rerum Novarum*, à sombra da qual inteiramente se abriga em toda a sua grandeza o nosso Estatuto do Trabalho Nacional, até aos doutrinadores portugueses do século passado, lá fora e cá dentro, a todos se deve também a nova revoada da legislação social que veio desintoxicar e espiritualizar o trabalho português. [...]” Conde de Aurora, *Esse Direito Novo: O Trabalho*, Coimbra, 1949, p. 20. Sobre a raiz cristã do corporativismo português, Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo: O Caso de Coimbra. 1926-1961*, s.e., Coimbra, Minerva, 1999, pp. 46-47. Sobre a influência do “pensamento social democrata-cristão” do “corporativismo salazarista”, Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, s.e., s.l., Editorial Presença, s.d., p. 18.

¹⁹² 15 de Maio de 1931. Aliás, a definição de sistema corporativo apresentada por Marcello Caetano, foi ele buscá-la àquela apresentada em 1884 pela União Católica de Friburgo. Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 7. Sobre a influência exercida pelas várias correntes do Corporativismo no programa e na prática política fascista, Roger Eatwell, *Fascism: A History*, s.e., s.l., Vintage, 1996, *passim*.

¹⁹³ Sobre o percurso histórico português que conduziu ao “Corporativismo moderno”, desde a Idade Média ao liberalismo, passando pelos primeiros sinais de renascimento corporativo, com a promulgação a 27 de Dezembro de 1924 do decreto n.º 10 415 que permitia “a reunião das associações de classe ou sindicatos profissionais em Federações ou Uniões”, idem, *ibidem*, pp. 9-21. Sobre a formação do “moderno pensamento corporativo português”, *ibidem*, pp. 21-24.

“A Reforma Corporativa”

intervenção do Estado na vida social”, ao mesmo tempo que “considerava necessária uma reforma das instituições” que atribuíssem “a sociedades menores dentro do Estado a realização de uma parte dos fins humanos.”¹⁹⁴ Resulta que a escola corporativa católica, assente numa base doutrinal precisa e numa experiência histórica que a sustentasse, tivera ampla expressão em Portugal, nomeadamente através do CADC e de figuras como Oliveira Salazar.¹⁹⁵

Por outro lado, e embora Marcello Caetano as considerasse menores, também mereciam destaque as influências exercidas “pela experiência italiana” no Corporativismo português, uma vez que lá como cá o corporativismo nascera da “necessidade de organização económica”, consubstanciando-se, tal como em Portugal, cautelosamente, através de “aproximações sucessivas que a prática ia aconselhando e corrigindo, até à definição formal dos princípios.” Como a italiana, também a experiência corporativa portuguesa estava a ser “eminentemente jurídica [...], formada sobre textos legislativos que iam marcando a evolução da organização experimentada.” Simplesmente, enquanto em Itália o Corporativismo fora influenciado por “certas correntes socialistas e sindicalistas” com forte expressão doutrinária, social e política, de onde aliás Mussolini era oriundo,¹⁹⁶ em Portugal essa ascendência não se fizera sentir, a não ser indirectamente, através da presença de alguns dos jovens elementos do Nacional Sindicalismo que acabaram por ser recrutados para colaborar nas diversas estruturas criadas pelo Estado e que permitiram pôr a funcionar o Corporativismo. É difícil saber em que medida e em que momento poderão ter desejado os jovens mentores do Corporativismo português – já depois da entrada em vigor da nova Constituição e da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional –, adoptar os elementos sindicalistas e socialistas técnica e teoricamente presentes no Corporativismo italiano.¹⁹⁷ No entanto, um dos principais, se não o principal

¹⁹⁴ Marcello Caetano citava e depois comentava a parte da encíclica que melhor definia o espírito e o “princípio” do Corporativismo que era também o português: “«Deixe, pois, a autoridade pública ao cuidado de associações inferiores aqueles negócios de menor importância, que a absorvem demasiado; poderá então desempenhar mais livre, enérgica e eficazmente o que só a ela compete, porque só ela o pode fazer: dirigir, vigiar, urgir e reprimir, conforme os casos e a necessidade requeiram. Persuadam-se todos os que governam de que quanto mais perfeita ordem hierárquica reinar entre as várias agremiações, segundo este princípio de função supletiva dos poderes públicos, tanto maior influência e autoridade terão estes, tanto mais feliz e lisonjeiro será o estado da Nação.»” *Ibidem*, pp. 25-26.

¹⁹⁵ “Por isso, é profunda a sua influência na actual doutrina e política corporativa portuguesa, especialmente no que toca à defesa e protecção da pessoa humana.” *Ibidem*, p. 27.

¹⁹⁶ *Ibidem*, pp. 27-28. Alguns anos antes, num artigo que publicou em *A Voz* e no qual comentava o *Código do Trabalho* em preparação pelo ministro da Justiça, era evidente que o exemplo da *Carta do Trabalho* italiana parecia a Marcello Caetano muito adaptável à realidade portuguesa, nomeadamente quanto àquela que parecia ser a melhor fórmula a adoptar para reorganizar os sindicatos desde a raiz até à copa. M. C., “O Código do Trabalho” in *A Voz*, 8 de Outubro de 1927, p. 1.

¹⁹⁷ “[...] guarda o Corporativismo fascista, na sua técnica, o culto da violência como factor de coesão sindical e de elevação moral das massas; e nos seus princípios, o conceito totalitário do Estado que em si absorve todos os indivíduos e todos os grupos não concebendo vida social senão no Estado, pelo Estado e para o Estado. A tendência estadual do Corporativismo fascista juntamente com a limitação do sistema à organização económica, eis as suas principais características entre as diversas correntes corporativas.” *Ibidem*, p. 28.

“A Reforma Corporativa”

doutrinador do Corporativismo português, Marcello Caetano, apenas admitia que do seu homónimo italiano, o Corporativismo português se limitara a assimilar – na Constituição e, sobretudo, no Estatuto do Trabalho Nacional – “algumas fórmulas de doutrina e organização.”

*Como o Corporativismo fascista, o português não admite a liberdade sindical, atribuindo as funções de representação e disciplina profissional em cada distrito a um só sindicato autorizado – o sindicato nacional.*¹⁹⁸

Outra importante influência doutrinária recebida pelo Corporativismo, recordava Marcello Caetano, era oriunda do Integralismo Lusitano,¹⁹⁹ nomeadamente “a concepção portuguesa de um *Corporativismo integral* [...], não restrito ao domínio económico, mas extensivo a toda a organização social, ao contrário da orientação italiana.” Ou seja, a formação integralista acolhida, aceite e interpretada “por grande parte do escol da juventude portuguesa antes de 1926”, fora marcante na definição de algumas das mais relevantes linhas doutrinárias do regime instituído com a promulgação da Constituição de 1933 e prosseguida em várias peças legislativas produzidas depois daquela data.²⁰⁰ Nesse sentido, o Corporativismo português coincidia, ainda que parcialmente, com a “*escola do Corporativismo integral e puro*” do sociólogo austríaco Othmar Spann e do economista romeno Manoïlesco,²⁰¹ ao mesmo tempo que se integrava num movimento geral vivido em muitas sociedades ocidentais – algumas delas rejeitando ostensivamente os princípios políticos e doutrinários do Corporativismo – que advogava a existência de “um Estado forte e respeitador da moral, independentemente de grupos, servo do interesse social, exemplo de dignidade na vida e «penetrado de preeminência da sua função política mas instruído das realidades de vida económica», o que seria conseguido através duma “«economia ordenada, feita de ordem nos espíritos e nos interesses», resultante de honesta colaboração no quadro de organizações livres.”²⁰²

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ Ao avaliar o peso da doutrina integralista no regime corporativista português, um estudioso norte-americano escreveu o seguinte: “[...] almost the entire Integralist ‘Old Guard’ continued to press for a monarchical restoration and, when this failed to transpire, went into opposition against Salazar. Hence, it was the Integralist ‘New Guard,’ Caetano and Pereira, less militant and extremist, more humane, and more committed to social justice than the ‘Old Guard’, who were assimilated into the Salazar regime. Quadregesimo Anno and Manoïlesco would come to serve as their guides, not Hitler, Maurras or Mussolini.” Howard J. Wiarda, *op. cit.*, pp. 78.

²⁰⁰ *Ibidem*, pp. 29-30 (itálico no original). Os integralistas da Junta Central, pela sua parte, sempre acusaram a Constituição de 1933 de, precisamente, ser uma negação dos princípios corporativistas advogados pela sua doutrina. José Manuel Quintas, “O Integralismo face à institucionalização do Estado Novo: Contra a ‘Salazarquia’” in *História*, Ano XXIV (III série), n.º 44, Abril, 2002, pp. 40 e 41.

²⁰¹ Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 30-31 (itálico no original).

²⁰² *Ibidem*, p. 32 (citando e parafraseando Pierre Joly, *La mystique du Corporatisme*). A especificidade e superioridade – por comparação com o italiano – do modelo corporativo português foi reconhecido em França, logo em 1936, por vários sectores políticos e sociais. “Les exemples italiens et surtout portugais étaient alors étudiés de très près. [...] L’œuvre du dictateur portugais confirmait [...] que le corporatisme n’était pas une chimère, puisqu’une constitution avait pu être donnée en 1933 au Portugal, qui construisait «l’État social et corporatif en rapport étroit avec la constitution naturelle de la société. [...]»” Marc Olivier Baruch, *Servir l’État français. L’Administration en France de*

“A Reforma Corporativa”

No capítulo da origem da doutrina corporativa portuguesa e da sua aplicação prática, Theotónio Pereira tratou de reconhecer que o Estatuto do Trabalho Nacional integrara dois ou “três artigos da carta corporativa italiana”, mas sublinhava as diferenças:

*Nosotros tenemos del Estado un concepto distinto, un concepto más espiritualista de las bases de la vida, y queremos conservar la libertad humana; en nombre del bien público negamos provisionalmente ciertas libertades, pero salvaguardamos la libertad del alma humana que es una conquista del espíritu cristiano y de la verdadera civilización. En el Estatuto portugués esos principios están limpiamente asentados, y el Estado debe obrar en los límites de esos principios.*²⁰³

Mesmo que o Corporativismo português tivesse na prática sido muito mais estatista do que Theotónio Pereira reconhecia e eventualmente desejaria, a verdade é que era decisiva a sua preocupação, assim como a de outras figuras destacadas do regime muito ligadas à imposição do Corporativismo, em sublinhar a respectiva dimensão cristã que devia diferenciar o Corporativismo português do italiano. Isto numa época em que o fascismo mussoliniano era ainda um regime que apesar de muito criticado à esquerda era tido como razoavelmente respeitável a nível internacional do ponto de vista de sectores políticos e sociais conservadores.

Independentemente daqueles que foram os alicerces históricos e doutrinários do Corporativismo do Estado Novo, a verdade é que Pedro Theotónio Pereira se lançou na execução de uma espécie de empreitada que lhe tinha sido adjudicada por Oliveira Salazar. Na noite da sua tomada de posse foi jantar a casa de seus pais, no Chiado, como regularmente continuou a fazer mesmo depois de casado. Quase trinta anos mais tarde recordava-se que seu pai lhe chamara a atenção para o facto de irem começar a jantar a desoras – “passadas as nove e meia da noite!” – mas imediatamente, fazendo gala na “sua seriedade e sentido de dever”, tranquilizou-o dizendo-lhe que fizera “muito bem”, uma vez que ao “Dr. Salazar” não se podia “dizer que não numa ocasião como esta.” Como também viria a manifestar mais tarde ao presidente do Conselho, revelou a seus pais no decurso deste jantar que receava poder não estar à altura das exigências do cargo, vistas as suas “dificuldades”. Estava “deprimido” mas não o demonstrou. A mãe, por seu lado, tentou tranquilizá-lo dizendo que se tinha sido convidado era porque possuía “qualidades” de que “ninguém duvidará”, sentenciando ao afirmar que se o “Dr. Salazar [...] te aprovou lá terá as suas razões.”²⁰⁴ No dia seguinte, e apesar da sua nomeação não ter caído “mal” na “opinião pública”, Marcello Caetano publicou no *Jornal do Comércio* um artigo no qual, além de elogiar o seu amigo e a sua escolha para as Corporações, chamou a atenção para as dificuldades que se adivinhavam, sublinhando que não era de “invejar [...] a

1940 à 1944, Préface de Jean-Pierre Azéma, s.e., s.l., Fayard, 1997, p. 24. Robert O. Paxton, *Vichy France: Old Guard and New Order, 1940-1944*, s.e., Nova Iorque, Columbia University Press, 1982, p. 230.

²⁰³ Léon de Poncins, *op. cit.*, p. 97.

²⁰⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 106.

“A Reforma Corporativa”

sorte do homem a quem foi comedida tão árdua tarefa.”²⁰⁵ Ocupava o “mais difícil posto” que naquele “momento” existia no Governo, mas o facto de ser Pedro Theotónio Pereira e não outro a ocupá-lo era “bastante para incutir ânimo e esperança a quantos olhavam duvidosos o futuro da ideia corporativa” em Portugal. Numa indirecta ao facto do Corporativismo ter sido reduzido à dimensão de subsecretaria de Estado, reclamava Marcello Caetano a disponibilização de todos os “instrumentos de trabalho absolutamente indispensáveis” para que novo organismo governamental pudesse “realizar a sua difícilíssima missão.” Finalmente, pedia que se não exigissem “impossíveis” nem que se lhe negasse “auxílio e cooperação.”²⁰⁶

Decidido a “caminhar depressa e tratar de recuperar as dezenas de anos perdidos com as divergências estereis do parlamentarismo e o mau aproveitamento dos recursos, mesmo modestos da vida nacional”, passou os primeiros dias no seu gabinete afogado em demonstrações de “patriotismo”, recebendo “abraços e felicitações de alguns amigos e conhecidos e de muitos mais que, vindos de todos os pontos do País, queriam dizer também que se associavam com entusiasmo às novas políticas da Constituição.”²⁰⁷ Embora chegasse ao Ministério sempre “antes das 10”, sentia que o tempo lhe “fugia”. Prolongava o seu dia de trabalho em casa, ficando debruçado sobre papéis “bem pela noite dentro sem fazer o necessário descanso.” Logo desde o início era evidente que “reinava [...] vasta confusão acerca

²⁰⁵ Apesar deste e doutros apoios públicos e privados dados por Marcello Caetano a Pedro Theotónio Pereira enquanto exerceu funções na Subsecretaria de Estado das Corporações e no Ministério do Comércio e Indústria, não deixaram de ter os dois homens importantes divergências políticas que, no entanto, nunca terão afectado a sua amizade pessoal. Ver “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” S.d. [provavelmente de finais de 1934] (documento n.º 18). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34. Num cartão enviado a Marcello Caetano na Primavera de 1936, um dia depois do 10.º aniversário do 28 de Maio – claramente um tempo de balanço –, Theotónio Pereira indignou-se pelo facto do seu amigo ter declarado numa “lição” sobre Corporativismo, segundo noticiava *O Século*, “que isto se faz ‘timidamente’”. O advérbio não será esse. Se quiser ter pachorra leia uma releitura que o Óscar Paxeco me sacou em ½ hora de conversa há 3 dias e que vem no suplemento de ontem do *Século*. Era aquilo que o compadre devia dizer na sua via erudita porque aquilo é que é verdade.” “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 29 de Maio de 1936 (documento n.º 21). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

²⁰⁶ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 107-108. O apoio dado pelo *Jornal do Comércio e das Colónias* a Pedro Theotónio Pereira e ao programa corporativista foi o primeiro e o mais sólido. A este periódico deu o novo subsecretário de Estado – que desempenhava “espinhoso cargo” – a sua primeira “entrevista” (21 de Abril de 1933), e que não foi mais do que a transcrição de um artigo seu publicado no n.º 2 dos *Cadernos Corporativos*. No *Jornal do Comércio* publicaram-se ainda inúmeros diversos artigos de fundo em que analisava e louvava a bondade e a necessidade imperiosa do País avançar pela via do Corporativismo. Augusto da Costa, por exemplo, além de colaborador de Theotónio Pereira na sua acção governativa, escrevia regularmente no *Jornal do Comércio*. Além de um forte apoio a este domínio da acção governativa, o *Jornal do Comércio* veiculava inúmeras notícias e opiniões de apoio ao desenvolvimento de uma nova política colonial, que na altura era da responsabilidade de Armino Monteiro. A par de Marcello Caetano, Costa Leite era um dos mais destacados comentadores do jornal em questões económico-financeiras. Ou seja, havia um forte núcleo de jovens falcões afectos ao regime, mais ou menos próximos do Nacional Sindicalismo, que podiam contar com um jornal respeitável para veicular as suas opiniões sobre as grandes questões políticas do Estado. Finalmente, e naquilo que respeita ao ano de 1933, deve ser sublinhada a forte curiosidade e a simpatia com que o *Jornal do Comércio* acompanhava o fenómeno de ascensão e consolidação política de Hitler e do Nacional Socialismo na Alemanha.

²⁰⁷ Não tardariam a aparecer, “passada a primeira vaga de visitantes de categoria”, as “cartas” a “pedir empregos” ou “para comentar as tarefas que tinha na frente à luz de lugares-comuns mais ociosos de sentido.” *Ibidem*, p. 108.

“A Reforma Corporativa”

da escala de meios e oportunidades que necessariamente teríamos de observar.”²⁰⁸ Como se isso não bastasse confrontou-se Pedro Theotónio Pereira com o hábito singular que tinha Oliveira Salazar de não realizar reuniões do Conselho de Ministros, preferindo “trabalhar individualmente com cada ministro” o que, além de outros problemas, lhe diminuía o espaço na sua agenda para atender mais amiúde o seu subsecretário de Estado, como seria necessário e como estaria subjacente o facto das Corporações trabalharem na dependência directa da presidência do Conselho.²⁰⁹ O que evidentemente tudo isto demonstrava era que enquanto Theotónio Pereira queria andar depressa tanto por convicção como por achar serem os primeiros momentos que passara a ocupar o cargo de subsecretário de Estado das Corporações o adequado para avançar imediatamente, Oliveira Salazar, pelo contrário, desejava prosseguir devagar “no trabalho comum da reforma do Estado.”

“[...] a primeira fase do plano metódico [...]”²¹⁰

De meados de Abril a meados de Maio de 1933, Pedro Theotónio Pereira apercebeu-se de que para Salazar deveria haver um “largo compasso de espera” entre a tomada de posse do subsecretário de Estado das Corporações e a definição e consequente adopção das “primeiras medidas de fundo” necessárias à “reforma do Estado.” Como essa não era a visão que tinha do problema, Theotónio Pereira fez “sentir com todo o respeito, mas com não menor firmeza” ao presidente do Conselho “que seria um erro perder tempo!” Por meados de Maio, conseguiu fazer valer a sua posição utilizando argumentos que não se conhecem mas cuja recolha e

²⁰⁸ Um dos problemas com que desde muito cedo se defrontou Theotónio Pereira foi de natureza orçamental. Os recursos à sua disposição eram duplamente escassos. Tanto para pôr políticas em prática como, antes disso, para dotar os serviços a criar dos recursos materiais e humanos que seriam indispensáveis à execução daquelas. Em documento não datado da autoria de Pedro Theotónio Pereira, mas certamente redigido do Verão de 1933, uma vez que nele se inserem comentários e alterações ao Estatuto do Trabalho Nacional, a respeito do orçamento do futuro Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), informava: “Reduzi bastante as verbas em que primeiro se tinha pensado e não me parece que no exame de cada uma, V. Ex.a venha a encontrar exageros. Não pode haver paralelo algum entre o antigo I.S.Sociais e aquilo que se espera do novo organismo. Julgo todavia que V. Ex.a ficará bastante contrariado com a verba global encontrada.” Prosseguia adiantando alguns expedientes que lhe iam permitindo alguma poupança: “Não se nomeando já o secretário geral, saindo as nomeações dos delegados, escrivães e oficiais a pouco e pouco, penso que algumas economias se virão a fazer. Uma economia que se poderia também adoptar neste primeiro ano, era não nomear os três delegados dos Açores (dizendo que só se criariam tais lugares em 1934-35).” Passava depois a enumerar outros critérios de escolha de funcionários para o INTP: “Os lugares de chefes de secção são 4. Proponho a V. Ex.a nomear 2 dos chefes de secção do Instituto e o chefe de circunscrição do Porto, que me pareceu um bom funcionário. Diz ele que o restante pessoal do Porto não presta. Quanto ao 4.º lugar de chefe de secção desejaria que fosse provido por livre escolha num rapaz com curso superior, para ficar com as corporações. No instituto não há nenhum que preste nem possa aproveitar-se em tal matéria. (Secção das Corporações da Repartição do Trabalho e Corporações).

Deixo também vagos 2 lugares de oficiais. Desejaria pôr num um rapaz com curso de actuário (Ciências Económicas e Financeiras) e no outro um rapaz por quem muita gente se interessa incluindo o subsecretário das Finanças.” IAN/TT, AOS/CO/PC-10-A, Pasta 3, fls. 117-119.

²⁰⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 108-109.

²¹⁰ Pedro Theotónio Pereira, “Prefácio” in Augusto da Costa, *A Nação Corporativa. Textos legais, comentados e justificados*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 7.

“A Reforma Corporativa”

sistematização ficou muito a dever àquilo que os “elementos cooperantes [...] foram oferecendo” ao subsecretário de Estado. Entretanto, num Domingo, por meados de Maio, conseguiu finalmente arrastar Salazar para um passeio “pelos arredores da capital” para que se pudesse “conversar tranquilamente.”²¹¹ Reconheceu então perante o presidente do Conselho que era legítimo que o considerassem apressado, mas que estava disposto a manter-se na sua orientação. Do seu ponto de vista haveria que aproveitar as vantagens políticas momentâneas – “a maré tão favorável” – trazidas pela aprovação do “novo texto constitucional”, pela tomada de posse de um novo Governo e pela existência de “um novo subsecretário de Estado encarregado daquelas matérias” que tinham passado a ser definidas como reforma do Estado. Encontrando-se, no seu entendimento, o País mais disponível para aceitar as reformas, era então esse o momento de as começar a aplicar porque dessa maneira seria possível não apenas conseguir mais rapidamente resultados palpáveis e visíveis, mas, também, resgatar um maior número de apoios e colher aceitação junto daqueles sectores da sociedade que se mantinham cépticos quanto às vantagens do Corporativismo.²¹² Para o subsecretário de Estado, possuidor de um temperamento e formado numa escola política que não era a do chefe do Governo, o momento era aquele uma vez que estavam reunidas as melhores condições tanto para tomar medidas como para as fazer medrar. Para Salazar era evidente que não.²¹³ Além daquela que seria a sua fé limitada nas virtudes políticas do Corporativismo – pelo menos como “revolução” a partir de cima – , depois da agitação trazida pelos acontecimentos de Março e Abril, mas também das vitórias que permitira averbar, seria preferível fazer uma pausa prolongada de forma a deixar repousar o ambiente e manter intocáveis os equilíbrios que sustentavam a situação política subjacente ao compromisso constitucional.²¹⁴ Décadas mais tarde, Pedro Theotónio Pereira afirmou que teria transmitido ao chefe do Governo a sua ideia sobre a inevitabilidade de se avançar quanto antes para a fase das “realizações” de forma a evitar-se “a todo o custo uma

²¹¹ Porém, e segundo Franco Nogueira, as coisas ter-se-iam passado da seguinte forma: “Salazar preocupava-se em particular com a mentalização corporativa do país; e em entrevistas e passeios tem repetidas conversas com Pedro Theotónio Pereira [...], e encarrega-o de proferir uma conferência sobre a problemática do corporativismo que vai ser apresentada aos portugueses.” Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 217.

²¹² Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, pp. 109-110. “Eu tomara posse em 14 de Abril [...] e era tal o ambiente de confiança nos programas de Salazar que seria de facto erro capital não dar saída, e sem perda de tempo, a esse impulso vindo dos melhores sectores nacionais. Muitas vezes têm-se visto situações políticas que, para darem uma impressão de vitalidade nos seus apoios, manobram à maneira dos soldados da ópera, com uma dezenas de indivíduos que desfilam ao fundo da cena em cadeia aparentemente ininterrupta.” Pedro Theotónio Pereira, desejava muito mais do que isso. *Idem, ibidem*, p. 115.

²¹³ Pelo menos um autor chamou já a atenção para este facto de forma explícita, embora não tenha procurado discernir as causas da atitude assumida por Oliveira Salazar, Howard J. Wiarda, *op. cit.*, p. 379n.

²¹⁴ “[...] o compromisso constitucional de 1933 levou o corporativismo português a afastar-se da pureza político-institucional pretendida por Salazar e os demais doutrinadores do regime dos anos 30, surgindo, mesmo no desenho institucional da nova Constituição, como um corporativismo subordinado a órgãos de poder de natureza formalmente liberal.” Fernando Rosas (coord.), *op. cit.*, p. 278.

“A Reforma Corporativa”

aparência de adiamento que não estava no seu espírito nem no meu.” No fundo teria dado Pedro Theotónio Pereira a Salazar o ânimo e os argumentos que faltavam para que se executasse algo que, no fim de contas, seria desejável e imprescindível também do ponto de vista do chefe do Governo. Ora esta visão dos acontecimentos não coincide com a personalidade fria de Oliveira Salazar, que tendia a não agir politicamente excepto quando a isso se via obrigado ou quando considerava que os trunfos que tinha na sua posse poderiam permitir-lhe tomar a iniciativa e fazer com que ganhasse a partida.²¹⁵ Por outro lado, não explica porque motivo tendo Salazar aceite em 1933, depois da conversa mantida com Pedro Theotónio Pereira, a inevitabilidade e a bondade de um avanço rápido da reforma do Estado, acabasse logo a partir do início de 1934, mas, sobretudo, nos últimos meses daquele ano, por praticamente abandonar um projecto em que acreditava tão profundamente, ao ponto dos dois últimos anos passados por Pedro Theotónio Pereira nas Corporações terem sido de demonstração de uma dissonância e discordância política clara entre o subsecretário de Estado e o presidente do Conselho, com aquele a pedir umas quantas vezes insistentemente para ser substituído por considerar, precisamente, que a instauração do Corporativismo não avançava.²¹⁶ O que terá acontecido, e muito provavelmente aconteceu, embora Pedro Theotónio Pereira não o refira nas suas *Memórias*, foi que em Abril e Maio, mas ainda ao longo de todo o ano de 1933, até ao início do seguinte, Salazar pensou, ou foi levado a pensar, que tacticamente o avanço na construção do Estado corporativo seria uma boa solução ou então uma opção menos má.²¹⁷ Finalmente, e segundo o próprio Theotónio Pereira, apenas no momento em que, no Verão de 1933, saiu do Caramulo – onde discutiu com Salazar o conteúdo e os objectivos da legislação corporativa –, com os “textos dos decretos de 28 de Setembro” na sua “pasta” é que percebeu que “aos olhos de Salazar” as “Corporações” tinham “carta de alforria.” Ou seja, só nessa data, se não no espírito de Salazar, pelo menos no de Pedro Theotónio Pereira, ficou percebido que a “reforma” podia prosseguir e influenciar “toda a frente da administração [...]” Salazar reconhecia

²¹⁵ Sobre a atitude típica de Salazar naquilo que respeitava à formação de uma opinião e à sua total indisponibilidade para transigir, Marcello Caetano observou nas suas *Memórias*: “Manda com segurança e decisão: as suas qualidades naturais de comando manifestam-se em toda a plenitude. Gosta de mandar e de ser obedecido prontamente. Não aprecia discussões. Ouve com atenção o que lhe dizem mas desde que exprime uma opinião já não se afastará dela.” Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 63.

²¹⁶ Como se verá, Pedro Theotónio Pereira não pedia apenas mais reformas. Reclamava, sobretudo, apoio para a aplicação daquelas que já tinham tido expressão legislativa e empenho político explícito por parte do Governo.

²¹⁷ Um outro argumento político que Pedro Theotónio Pereira terá usado junto de Salazar, foi o de lhe manifestar a sua intenção de apresentar a sua demissão caso o Corporativismo não avançasse. “Quando nos metemos no automóvel para regressar a casa, trazia o seu acordo para se fazerem umas tantas coisas. Para mim isso era vital ou não teríamos subsecretário para muito tempo.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 110.

“A Reforma Corporativa”

finalmente “que não havia erros nem contradições susceptíveis de criar algum risco ao que ele tinha dito e prometido.”²¹⁸ Pelo menos enquanto assim pudesse ou tivesse que ser.

Depois de iniciado o ano de 1934, é óbvio que o adiamento das reformas passara a andar cada vez mais no seu “espírito”, uma vez que tacticamente essa se tornara a melhor opção. Isto sucedeu fundamentalmente pelo facto de até ao princípio daquele ano o Corporativismo social ter sido encarado como um dos mais eficazes antídotos na luta contra o Nacional Sindicalismo. Ainda que houvesse o perigo de, através de um forte apoio do presidente do Conselho às intenções de Pedro Theotónio Pereira e dos sectores políticos que ele representava, poderem ser postas em causa as pretensões daqueles sectores do regime que tinham forçado a introdução no documento fundador do regime de princípios de base liberal – e por várias razões esses sectores e esses apoios continuavam a ser politicamente muito importantes para Oliveira Salazar –, a verdade é que o Corporativismo era um instrumento se não imprescindível pelo menos muito útil para derrotar em definitivo o movimento de Rolão Preto. Se foi este um argumento – ou o argumento essencial – utilizado por Pedro Theotónio Pereira para convencer o seu interlocutor, ou este a ter-se apercebido da utilidade política de Pedro Theotónio Pereira e das medidas que se propunha adoptar para cumprir o objectivo estratégico de vencer o Nacional Sindicalismo, nunca o saberemos realmente. Certo é que a grande diferença existente na vida política portuguesa entre 1933 e 1934 (apenas nas primeiras semanas) e depois foi, precisamente, a presença em força, primeiro, e o desaparecimento, depois, do Nacional Sindicalismo.²¹⁹

De qualquer modo, avançou-se. Para o que faltava de ano, o projecto de Pedro Theotónio Pereira tinha três fases distintas. Propaganda, redacção e publicação de legislação e aplicação desta. A primeira, que deveria existir em regime de permanência, embora com fases de maior ou menor intensidade, ocuparia numa primeira etapa aquilo que restava da Primavera e grande parte do Verão, voltando a ganhar força com a publicação das primeiras medidas legislativas, uma vez que deveria acompanhar a fase de implementação no terreno das reformas. A segunda passava não apenas pela redacção dos decretos tidos como essenciais, mas também pela mobilização de todo o Governo à volta das medidas e do programa já

²¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 318.

²¹⁹ É claro que o Corporativismo não bastou para atingir este objectivo. A criação do Secretariado de Propaganda Nacional e da Acção Escolar de Vanguarda também se revelaram muito importantes neste combate. Foram-no, porém, já numa fase adiantada do confronto entre Salazar e Rolão Preto. António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, *A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*, s.e., Lisboa, Cooperativa Editora, 1980, pp. 19-23; pp. 27-31 e p. 69. António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 251-253.

“A Reforma Corporativa”

previstos desde a aprovação da nova Constituição.²²⁰ A terceira, teria um primeiro momento que se veria vir a acontecer logo no início do Outono com a publicação de uma série de diplomas que aprofundavam as linhas essenciais da reforma do Estado já presentes na Constituição.²²¹ Após este encontro e de vários de cariz idêntico que se seguiram entre os dois homens ao longo de anos, aprendeu e concluiu Pedro Theotónio Pereira que Salazar para “não era difícil [...] dar razão aos outros quando reconhecia que a tinham. Havia que reagir e obter o seu acordo.” Em Maio de 1933, sentiu-se reconhecido pelo facto do chefe do Governo lhe ter dado “generoso crédito”. Tinha sido animado a “continuar” aceitando Salazar aquelas que eram “ideias de recurso a uma fase inicial de métodos de diferenciação” – semelhantes aos “praticados na análise matemática” – e que tinham a seu favor o facto de permitirem “tirar partido de certas zonas aonde nos sentíamos mais evoluídos e com mais recursos.” Resumindo, era óbvio que “todo um programa de acção social que ia ser posto em movimento” com a “reflectida” aprovação de Oliveira Salazar.²²²

²²⁰ Um pouco surpreendentemente, e no decurso da conversa tida, Pedro Theotónio Pereira mencionou pela primeira vez a Oliveira Salazar “um quadro de previdências legislativas que estava organizando para servirem de base à nossa política de ataque a alguns problemas sociais mais urgentes.” Salazar, que aparentemente não sabia de nada, mostrou estar “inteiramente de acordo.” Idem, *ibidem*.

²²¹ Neste encontro dominical ficou ainda decidido que Pedro Theotónio Pereira se deslocaria a Genebra para participar numa reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), la tratar de um assunto melindroso, uma vez que não tendo sido ainda aprovada no “plano internacional a regra geral da semana das 48 horas, aparecera [...] a Itália a fazer demagogia com a sua proposta para as 40 horas.” *Ibidem*. Sobre a ida a Genebra, *ibidem*, pp. 117-118; CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I, (1931-1939), s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, pp. 20-21 (Documento 7). Na missiva relatando o evoluir dos trabalhos em Genebra e publicada nesta recolha de documentação, Pedro Theotónio Pereira começava a sua narração da seguinte forma: “Cá estou nesta Meca desde ontem à noite.” Ver ainda idem, *ibidem*, p. 23 (Documento 8). A posição do Governo português nesta conferência, a propósito da semana das 40 horas, foi explicada por Pedro Theotónio Pereira numa entrevista dada a *O Século* (22 de Junho de 1933, pp. 1-2). A entrevista fora reclamada pelo subsecretário de Estado pelo facto de *O Século* ter divulgado notícias sobre a questão do horário de trabalho discutida na conferência. Como é óbvio havia todo o interesse em esclarecer a opinião pública sobre esta matéria. No ano de 1935, no início do mês de Junho, Pedro Theotónio Pereira voltou a participar numa reunião da OIT, desta vez em Paris. Desde a capital de França, lembrou a Salazar que “a situação de Portugal” na OIT, era “intolerável” e que face a essa realidade alguma coisa deveria ser feita. CLNSRF, *op. cit.*, p. 38 (Documento 21). Ver ainda AOS/CD-12, Pasta 3, fls.142-143. Recorde-se também que enquanto Pedro Theotónio Pereira desempenhou o cargo de subsecretário das Corporações e Previdência Social, Portugal ratificou apenas uma medida aprovada nas Conferências Gerais daquela organização e relativa aos “trabalhos subterrâneos” executados por mulheres – ou ao “emprego de mulheres em locais subterrâneos”. Seria passada à legislação portuguesa já depois de ter deixado de ocupar tal cargo (Decreto-lei n.º 27 891, de 26 de Julho de 1937). Uma justificação de natureza jurídica para a não ratificação pelo Estado português de muitas das Convenções Internacionais de Trabalho para o período compreendido entre 1919 e 1974, encontra-se em Manuel Fidalgo, *Convenções Internacionais de Trabalho Ratificadas por Portugal (1928-1985)*, s.e., Lisboa, Rei dos Livros, s.d., pp. 23-24. O Diário da Manhã de 13 de Julho de 1933, reproduzia um telegrama da United Press onde se destacava que os “trabalhos da Conferência perante a opinião pública perderam a maior parte da sua importância, ao adiar-se a discussão, da semana das 40 horas de trabalho. Também a retirada da delegação alemã da Conferência foi um rude golpe para os seus trabalhos.”

²²² Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 111. Comparado com Marcello Caetano, é óbvio que Pedro Theotónio Pereira faz nas suas *Memórias* uma avaliação diametralmente diferente das qualidades pessoais e políticas de Oliveira Salazar. Tal deveu-se a um conjunto variado de factores. Desde logo à circunstância de ambos os testemunhos terem sido escritos em momentos totalmente diferentes da vida pessoal e política de cada um. Por outro lado, e igualmente importante, é o facto de Theotónio Pereira, ao contrário de Marcello Caetano, ter tido sempre uma relação muito mais próxima, tanto do ponto de vista pessoal como político, com Salazar. Por último, e

“A Reforma Corporativa”

O sinal evidente do início do programa de propaganda, teve lugar em Junho, no dia 5, quando se realizou às 9,30 da noite no teatro São Carlos,²²³ em Lisboa, a primeira conferência de apostolado do Corporativismo, para usar um termo tão caro aos integralistas e por onde Theotónio Pereira tinha andado ainda não havia muito tempo. O órgão oficial da União Nacional, o *Diário da Manhã*, acompanhou o evento e deu-lhe destaque nas páginas centrais da edição do dia 6.²²⁴ Não poupando adjectivos, classificou a conferência proferida pelo “sr. dr. Pedro Theotónio Pereira sobre «Corporações e Previdência Social»” como “uma eloquente manifestação de quanto interessam ao Governo os magnos problemas de protecção das classes trabalhadoras.” O jornal reproduziu na totalidade o conteúdo da palestra,²²⁵ sublinhando nas palavras de Pedro Theotónio Pereira o facto do “auxílio na doença e na invalidez às classes menos favorecidas”²²⁶ ter sido apresentado como “um dos primeiros objectivos da [...] acção social do regime”, devendo ficar claro que as novas soluções – corporativas – que iriam ser adoptadas para resolver os problemas sociais estariam conforme “«as realidades nacionais»”, negando-se aos “velhos e novos hábitos de copiar tacitamente o que se faz no estrangeiro em matéria de seguros sociais em especial e em matéria de questões sociais duma maneira geral.” Contrariando, porém, as descrições sobre o evento feitas por Pedro Theotónio Pereira nas suas *Memórias*, quando afirmava que “o País inteiro [...] se apresentava e oferecia impaciente cooperação” tal era a sua “confiança nos programas de Salazar”, o *Diário da Manhã* sublinhava que o ambiente vivido dentro e fora da sala era afinal de “curiosidade e esperança”, mesmo que se estivesse perante “a porta aberta duma nova era social onde o corporativismo e a previdência social constituíam pilares sólidos de uma organização económica feita em bases mais perfeitas do que as actuais.” Ou seja, o *Diário da Manhã* não negava, antes confirmava, que só depois da

tendo presentes as especificidades políticas e pessoais de cada um, é óbvio que Marcello Caetano e Pedro Theotónio Pereira eram possuidores de personalidades totalmente opostas e, por via disso, tinham uma visão muito diferente do mundo que os rodeava, mesmo antes da morte política Salazar em 1968.

²²³ “A vasta sala – cenário decrépito, um tanto anacrónico para aquela manifestação de vitalidade e progresso político-social – está completamente cheia por uma assistência em que predominam os elementos populares.” João Ameal (dir.), *Anais da Revolução Nacional*, 3.º vol., s.e., s.l., s.d., p. 245. João Ameal era, na altura da conferência no São Carlos, nacional sindicalista.

²²⁴ Já a *Revolução*, que no dia em que se realizaria a conferência a anunciou fazendo uso de linguagem elogiosa, tanto para Pedro Theotónio Pereira como para o programa corporativo que por ele iria ser apresentado, na edição do dia 6 limitava-se, certamente por força da acção da censura, a transcrever excertos da palestra, classificando o evento como “um acontecimento verdadeiramente notável [...]” *Revolução*, 5 e 6 de Junho de 1933, p. 4 em ambas as edições.

²²⁵ Reproduzida, com algumas alterações formais, em Pedro Theotónio Pereira, *A batalha do futuro. Organização corporativa*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937, pp. 19-54. Esta segunda edição diverge da 1.ª pelo facto de ter “um pouco ampliada a teoria dos grémios.” “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 17 de Novembro de 1937 (documento n.º 29). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

²²⁶ A propósito desta ideia e declaração chave, o repórter deixou cair o seguinte comentário: “Achamos que é de facto esse um dos principais fins a atingir para uma futura solução do problema social português e um dos melhores e mais indispensáveis meios de combater a quase eterna miséria das nossas classes trabalhadoras.” *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 6.

“A Reforma Corporativa”

realização da conferência se poderia ficar a saber algo em concreto sobre a bondade e a lógica do caminho a percorrer, e isso era algo.²²⁷

Antes do subsecretário de Estado falou Salazar. A imprensa assinalou o facto com o realce merecido – não se esquecendo de mencionar a composição da mesa, repleta com alguns notáveis do regime e do Governo –, e destacou o facto de que quando o chefe do Governo entrou no palco “acompanhado do sr. ministro das Colónias e pelo conferencista [...] toda a assistência, como que impulsionada por mola oculta irrompeu numa ovação delirante, ouvindo-se vivas ao *salvador da Pátria* de mistura com calorosa salva de palmas.”²²⁸ Simultaneamente, era óbvio que regime e Governo, para além dos seus adversários e inimigos, atravessavam um momento muito favorável do ponto de vista político, um facto que tivera certamente início com a realização do plebiscito à Constituição em Março e que continuara com a tomada de posse do novo Governo em Abril, as comemorações do sétimo aniversário do 28 de Maio e a abertura, em sessão solene no dia 1 de Junho, da I Conferência Imperial.^{229/230}

A propósito da sessão no São Carlos, Salazar manteve-se inicialmente na defensiva. Comprometeu-se com Pedro Theotónio Pereira a falar apenas durante cinco minutos. As cautelas do chefe do Governo decorriam, entre outras razões, do facto de existirem sensibilidades da “Situação” que além de não simpatizarem com a opção corporativista, estarem convictos de que a sensibilidade da opinião pública a essa mesma opção seria difícil ou até mesmo impossível de conseguir. Por outro lado, e embora reconhecendo que era necessário conquistar apoios para a nova realidade política, verdade é que tinham dúvidas quanto à eficácia do proselitismo. Theotónio Pereira, pelo contrário, atento ao lado prosélito da e na política, e tendo já muita experiência sobre a forma como se deveria agir de maneira a tornar eficazes iniciativas idênticas àquela que estava prestes a iniciar-se no São Carlos, estava seguro que daria “conta do recado.”²³¹ Com ou sem o apoio da União Nacional – não o sabemos, embora

²²⁷ *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 6.

²²⁸ Além de Salazar e de Pedro Theotónio Pereira, compunham-na, à direita do chefe do Governo, o general Domingos de Oliveira – comandante da Guarnição Militar de Lisboa e antigo chefe do Governo –, o coronel Lopes Mateus – comandante da P. S. P. de Lisboa e dirigente da União Nacional – e o dr. Almeida Eusébio. À esquerda sentaram-se Armindo Monteiro – então ministro das Colónias – e o general Teófilo da Trindade. *Ibidem*.

²²⁹ A União Nacional organizou manifestações em Lisboa e na província. Ainda na capital realizaram-se desfiles militares, uma récita de gala em São Carlos, um serviço religioso conduzido pelo cardeal Gonçalves Cerejeira e uma sessão política no Coliseu dos Recreios na sequência da qual Oliveira Salazar proferiu um discurso: “É esta a Revolução que esperávamos?” *Discursos*, 1.º volume, 1928-1934, 4.ª ed. (revista e acrescida de novo prefácio do autor), Coimbra, Coimbra Editora, 1948, pp. 223-229. Os nacionais sindicalistas, pela sua parte, envolveram-se em incidentes em Ermesinde e fizeram ouvir as suas críticas ao rumo que a revolução tinha tomado. João Morais e Luís Violante, *op. cit.*, p. 55.

²³⁰ Na I Conferência Colonial Oliveira Salazar proferiu o discurso “A Nação na Política Colonial”. Foi publicado em Oliveira Salazar, *ibidem*, pp. 233-242.

²³¹ Aos cépticos – e apesar de reconhecer que a “dúvida fosse sempre legítima” – chamava Pedro Theotónio Pereira “amigos da onça” e divulgadores de “frivolidades”. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 115.

“A Reforma Corporativa”

tenham assistido pelo menos dois dirigentes desta organização ao evento –, mas correndo o rumor de que os trabalhadores da Fidelidade, entre outros, teriam sido instados por João Theotónio Pereira Júnior a estar presentes no São Carlos, a verdade é que duas horas antes do início dos trabalhos “já todos os lugares estavam ocupados.” É verdade que durante a tarde Pedro Theotónio Pereira tinha recebido uma carta anónima que procurava obviamente abater-lhe o “moral”, e que nela se garantia que todas as tentativas que fossem feitas com o objectivo de conquistar a classe trabalhadora seriam infrutíferas uma vez que esta se encontrava “irremediavelmente afastada” das “ideias” do regime e, em particular, das professadas pelo subsecretário de Estado. Tenha sido com a ajuda de João Theotónio Pereira Júnior, ou não, a verdade é que Salazar, ao observar a assistência através de um dos “óculos do pano”, ficou mais descansado. Sabia do rumor que corria acerca daquela que seria a base de recrutamento para a composição do interior da sala, e desse facto deu notícia Pedro Theotónio Pereira, tendo este logo respondido à altura dizendo que não sabia ter seu pai “tantos empregados”. De qualquer modo, e independentemente dos boatos e da ironia, Salazar parecia ter ficado impressionado com a capacidade de mobilização e organização reveladas.²³² E isso era o que mais interessava a uma cara nova no Governo.²³³

Depois de Salazar ter falado durante os cerca de cinco minutos previstos, Theotónio Pereira deu início à sua “palestra” que terá durado hora e meia e na sequência da qual não prometeu “bacalhau a pataco” nem tentou “dizer que era tarefa fácil a que tínhamos pela frente”. No seu realismo, e embora tivesse organizado um “esquema” discursivo que lhe “permitisse abraçar uma vastidão de assuntos”, preocupava-o o desenvolvimento dos “temas que melhor fossem entendidos pelo público” e, uma vez que se tratava do único “orador”, tinha em mente fazer durar “aquilo [...] que a resistência e interesse dos espectadores viessem a permitir. A festa, ou se abreviava, ou se ia prolongando à medida do prazer geral e enquanto fosse útil.”

²³² Entre a assistência contavam-se figuras notáveis do sector nacionalista (tanto monárquico como republicano) do salazarismo, algumas delas amigas pessoais e camaradas de Pedro Theotónio Pereira desde os tempos da sua juventude. Lá estiveram o conselheiro Fernando de Sousa, o comandante Filomeno da Câmara, Fernando Campos, o conselheiro João de Azevedo Coutinho, João do Amaral e Marcello Caetano. Além destes assistiram figuras tão diversas como os representantes da Associação Comercial de Lisboa e da Associação Industrial de Lisboa [sic.], o almirante Gago Coutinho, Assis Gonçalves, Carneiro Pacheco e o brigadeiro João de Almeida. *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 12.

²³³ A relevância que o Governo quis dar ao acontecimento fica ainda atestada pelo facto da “conferência” ter sido “radiodifundida pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos”, sendo por isso “escutada e apreciada em várias terras [...]”. Em Coimbra, por exemplo, “antes da hora marcada [...] já se encontravam algumas centenas de pessoas no Largo Miguel Bombarda [...] onde havia sido instalado um alto-falante para transmissão da conferência.” Mais informou o correspondente do *Diário da Manhã* naquela cidade que o “trânsito chegou a estar impedido, tendo a transmissão sido feita com grande nitidez.” Do Barreiro informavam que a audição da conferência tinha causado a “melhor impressão nos meios operários [...]”. Já nas “sociedades possuidoras de T. S. F. e no «Café Chic», era enorme a afluência de pessoas, que se não cansavam de comentar favoravelmente o trabalho do ilustre homem público.” Idem, *ibidem*.

“A Reforma Corporativa”

Essencial “era encontrar maneira de se falar na mesma língua.”²³⁴ Independentemente daquilo que foi dito, e da sua importância relativa, como recordava cerca de três décadas e meia mais tarde, o êxito do acontecimento manifestara-se na forma como todos os participantes saíram empolgados do São Carlos. O público porque vibrou desde o momento em que Salazar apareceu sozinho no palco até ao fim do longo discurso proferido por Pedro Theotónio Pereira, demonstrando a quem quisesse ver que o Corporativismo não se tratava de “uma posição teórica” mas de um “programa de acção que estava já iniciado”. Os dirigentes políticos, e o subsecretário de Estado das Corporações em particular, deviam sentir-se felizes consigo próprios e com a situação criada, considerado-se mais determinados para o desempenho das suas missões pelo facto da massa presente ter tido um comportamento tão acima das expectativas, criando um ambiente de comunhão social e politicamente tão necessário. Theotónio Pereira, por exemplo, confessou mais tarde ter saído do São Carlos mais motivado para cumprir a sua missão depois de ter presenciado o “espectáculo” proporcionado por aquela “gente admirável”. Fé não lhe faltava, mas se dela estivesse necessitado para poder desempenhar convenientemente as suas funções, aquelas cerca de duas horas teriam sido suficientes para recuperá-la.²³⁵

A palestra do São Carlos proferida por Pedro Theotónio Pereira não pode ser dissociada da presença de Oliveira Salazar, da pequena apresentação feita por este logo no início da sessão nem, tão pouco, do facto da intervenção de fundo ter sido preparada por estes dois homens. O presidente do Conselho de Ministros declarou estar presente pelo facto da obra que as Corporações iriam realizar ser também do “interesse” do Governo. Perante o País comprometia-se com a criação das organizações corporativas e com o começo do seu funcionamento, uma vez que essa dupla realidade acabaria por “trazer uma melhor segurança para a vida dos trabalhadores portugueses.” Depois, além de garantir que aquilo que aí vinha não só era diferente, assegurava ainda que radicava nas raízes históricas do País e adaptava-se às suas necessidades, afirmando que iam começar a ser postas de parte “as teorias seguidas até agora”, sendo que a diferença estaria no facto de que a partir de então se seguiria “pelo caminho do sentido da objectividade das coisas de modo a fazer-se obra digna.” Finalmente, asseverava que tudo aquilo que até ao presente tinha sido publicado em matéria de assistência social, esse “aluvião de decretos [...] eivados de ideologia”, ia ser posto de lado porque os homens do Estado Novo não eram “ideólogos” mas sim “realizadores”.²³⁶

²³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 116.

²³⁵ *ibidem*, p. 117.

²³⁶ *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 6.

“A Reforma Corporativa”

Na intervenção de Pedro Theotónio Pereira destacava-se, em primeiro lugar, o agradecimento a Salazar pela sua presença e o elogio das suas qualidades de chefe, ao mesmo tempo que mostrava o regozijo por aquele que era, do ponto de vista social, o humilde recheio da sala, “tão popular e tão isento das galas [...]”.²³⁷ Passou em seguida para uma prelecção em torno daquilo que para o Governo devia ser o papel do Estado na vida económica nacional numa época de profunda e generalizada crise moral e material, muito embora na introdução que fez não deixasse de dizer para quem o quisesse ouvir que o Estado corporativo português, porque era uma “experiência política, económica e social” nacional, era também “a certeza duma transformação urgente que temos de realizar a tempo e horas.” Censurando o liberalismo económico com veemência e garantindo a sua falência²³⁸ – independentemente de alguns méritos que conhecera ao longo da sua história já centenária –, o grosso das suas palavras nesta fase da conferência consubstanciou-se numa crítica violenta ao excesso de intervencionismo estatal que à escala internacional se constatava existir nas variadas economias nacionais, afirmando:

*O que é em todo o caso certo, é que neste intervencionismo absorvente que se está tornando cada dia mais sensível, todos vamos correndo o grave risco de sermos impelidos para uma situação tão artificial e tão precária como daquela donde saímos.*²³⁹

E mais à frente concluía:

*Tudo o que os Estados estão fazendo por esse Mundo fora, substituindo-se à iniciativa particular tomada de pânico, comprando, vendendo, semeando, emprestando, retendo e repartindo, pode não ser mais que os primeiros passos para uma nova escravidão económica.*²⁴⁰

É claro que além de sentida, genuína, do ponto de vista político e ideológico, esta crítica desassombrada a qualquer presença excessiva do Estado na vida de uma nação, e em particular na economia, tinha uma razão de ser. Era um instrumento de retórica que preparara para levar os ouvintes (e mais tarde os leitores) a aceitar aquilo que lhes viesse a ser dito na segunda parte da conferência: que o novo regime, caso levasse até ao fim o seu programa de reforma do Estado, instaurando o Corporativismo, iria imiscuir de uma forma nunca vista os poderes públicos nas mais variadas dimensões da sociedade portuguesa. Por isso, e apesar das suas críticas ao estatismo, perguntava Pedro Theotónio Pereira;

²³⁷ Humildade sim, mas não absoluta. Em vez de traje de gala todos os presentes envergavam “trajo de passeio.” Não havia nada no evento que se pudesse comparar ao obreirismo do Nacional Sindicalismo. Veja-se a *Revolução* onde a determinado passo do anúncio da conferência no São Carlos se escrevia: “O trajo, tanto para o palco como para a sala, é de passeio.” *A Revolução*, 5 de Junho de 1933, p. 4.

²³⁸ “Os deploráveis métodos que têm prevalecido na vida económica nacional, somados à nossa maneira de ser já demasiadamente individualista e imprevidente, deram como resultado a grande desordem que lavra em todas as nossas fontes de riqueza pública.” *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 7.

²³⁹ *Ibidem*, p. 6.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 7.

“A Reforma Corporativa”

Qual a forma de nos salvarmos de uma tão grave contingência? Uma grande reforma no arranjo das nossas actividades. O individualismo, anárquico e dissolvente, tem de ceder o lugar a um espírito novo de cooperação nacional.

Tudo aquilo que disse a seguir já no domínio das grandes questões sociais era a confirmação de que não havia cooperação nacional sem Estado e que este passaria a ter, por princípio, uma forte presença na nova arquitectura – numa “missão de vida ou de morte” –, mesmo que tantas vezes, muito mais no social do que no económico, aparecesse afinal como simples regulador (embora um regulador com poderoso respaldo legal e imbuido de uma enorme vontade política de intervir). Às associações patronais e aos representantes dos seus interesses que se moviam no seio do regime ou no próprio Governo, disse Pedro Theotónio Pereira que deixaria de ser possível continuar a caminhar “dispersos e desordenados”, chamando a atenção para as dificuldades que acarretaria “a adaptação a um regime corporativo.” E antecipando críticas afirmava:

Hoje queixamo-nos amargamente porque o Estado não intervém. Mas já amanhã achamos que interveio mal, embora não tivéssemos dado um passo para que as coisas se compusessem por forma melhor.

Alertando para o facto de que aquilo que existia em matéria de organização corporativa – “na defesa económica da produção nacional” – era “certamente pouco”, e que para além de umas quantas “excepções felizes que se apontam a dedo” as “associações patronais” resumiam-se à “boa vontade obstinada de meia dúzia” que não se resignavam a “uma dispersão suicida, mas cujo esforço” era “seguramente inutilizado pela indiferença da massa”, prometia-se que “nada” seria “esquecido nem posto de parte para se atingir o funcionamento harmónico de *tão complexa máquina* [...]”²⁴¹

Para a parte final da intervenção, a mais longa, estava reservada a definição da acção do Estado corporativo português no domínio do apoio à “mão de obra.” Começando por deixar claro que o novo Estado português não iria ser nem “burguês” nem “proletário”, sendo que “ambos os epítetos lhe desagradam por igual”, emergia como absolutamente extraordinária e original a forma como o Estado pretendia abordar a questão social e resolver os problemas das classes trabalhadoras, o que ficara expresso num célebre discurso de Oliveira Salazar e cujo trecho essencial Pedro Theotónio Pereira citou na sua palestra:

*[...] nós trataremos do seu emprego, da sua habitação, da sua higiene, da sua saúde, da sua invalidez, do seu salário, da sua educação, da sua organização e defesa, da sua elevação social, da sua dignidade, nós melhoraremos a sua condição – não digo bem – nós transformaremos a sua posição na vida económica e no Estado [...].*²⁴²

²⁴¹ *Ibidem*. Itálico nosso.

²⁴² Oliveira Salazar, “As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional” in *op. cit.*, p. 182, citado em *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 7.

“A Reforma Corporativa”

E no entanto, com grande pena do conferencista, muito pouco destas promessas solenes feitas pelo chefe do Governo – e que Pedro Theotónio Pereira sempre considerou terem sido poucas –, iriam poder ser cumpridas. Por outro lado, em virtude daquilo que eram as limitações económicas e financeiras, mas também as referências ideológicas do novo Estado português, e que deveriam orientar o comportamento de toda uma sociedade, não haveria a definição de um salário mínimo (nem geral nem para todas as profissões consideradas individualmente). Isso não iria ser feito não porque não fosse um bom e um justo princípio de justiça social, mas porque o Governo tinha a consciência de que inúmeras e profundas dificuldades assediavam nos tempos que corriam “o industrial, o agricultor, o comerciante.” Deixava porém a ideia de que quando estivesse devidamente tratada a “desordem da produção [...], pondo termo a normas de concorrência absurdas, eliminando processos contrários ao equilíbrio geral e ao bem comum, realizando-se enfim tudo [...] sobre a nova ordem social e económica”, os salários seriam os “primeiros a beneficiar [...].” Mas havia uma excepção que era também uma promessa em matéria de salário mínimo, ou “suficiente, e no domínio do qual o Estado se comprometia a avançar rapidamente e que nem por isso se tratava de uma acção de valor despreciando uma vez que se pretendia assumir como um exemplo, como um padrão, a prazo, no domínio do nivelamento salarial para valores económica e socialmente aceitáveis. Disse Theotónio Pereira que,

*o Estado vai dando já o seu concurso para essa sagrada aspiração dum salário suficiente aos que trabalham, determinando que nas obras públicas se fixem mínimos de remuneração, e adoptando quantas providencias possam parecer de utilidade para um fim de tão alta justiça social.*²⁴³

Não podendo ser a determinação do salário “suficiente” o caminho a trilhar pelo Governo – porque numa era de desemprego generalizado, ter trabalho mesmo mal remunerado não era certamente a maior das fatalidades –, centrar-se-ia a sua intervenção noutras áreas que muito marcavam a questão social e que se designava por “previdência”.²⁴⁴ Este instrumento, uma fatalidade imposta pelo advento do liberalismo e pela destruição do velho Corporativismo, era, efectivamente, uma prioridade, porque por mais baixos que pudessem ser os salários pagos, a verdade era que o pior que podia acontecer a um chefe de família era a “doença” que o prostrava, a “invalidez, a tragédia do farrapo humano inutilizado para a luta pela vida...”, e a “velhice, miséria derradeira dos que não puderam precaver-se a tempo...” Mas se nestes domínios da previdência o Estado não tinha quaisquer dúvidas de que poderia e deveria ajudar

²⁴³ *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 7.

²⁴⁴ Sobre a obra de previdência social a ser feita, reconhecia-se que na gravosa situação vigente ela se dirigia aos “proletários”, às “populações pobres dos campos e todos os assalariados em geral que precisam de medidas proficuas que os defendam”, mas também a uma “grande parte da nossa classe média” que se debatia na “mais angustiosa situação.” Idem, *ibidem*.

“A Reforma Corporativa”

intervindo – não através do financiamento público mas apenas da criação de legislação, controle e fiscalização –, havia um outro em que embora não se abstinhasse de cumprir algum papel, iria certamente fazê-lo com grandes cautelas. Esse domínio era o do apoio financeiro ao desempregado. Ignorando ostensivamente de forma objectiva que o problema do desemprego era social e politicamente muito sério no Portugal de 1933, afirmava, isso sim, considerar, em geral, a situação de desemprego do homem “válido que quer ganhar o seu pão!” como uma realidade “que choca e revolta todo o espírito bem formado”, o que afinal muito dizia em desabono do sistema económico e social dominante pelo mundo, mas que apesar dessa fatalidade tinha que ser resolvido, embora, e acima de tudo, numa base de “confiança”.

A questão da “confiança” queria dizer duas coisas no domínio do sistema de previdência social a criar. Em primeiro lugar que não iriam ser criadas estruturas “pesadas” assentes nos modelos vigentes noutros países e nos quais as soluções legislativas criadas pela I República se tinham inspirado mas sem conseguirem obter quaisquer resultados práticos. Portugal não teria recursos financeiros nem económicos para importar modelos, modelos esses que ainda por cima Pedro Theotónio Pereira garantia estarem a atravessar uma profunda crise de financiamento visto tanto a crise económica internacional, como o crescente recurso que inúmeros trabalhadores faziam, de forma abusiva, aos seus serviços e, ainda, os custos que as estruturas burocráticas montadas impunham de forma crescente aos depauperados cofres públicos. Por outro lado, o conferencista voltava a colocar o problema da “confiança” ao referir-se a “mais uma espécie de escravidão” assente na

minoría que produzisse e trabalhasse para sustentar e garantir o futuro da massa, todos os dias crescente, dos que, juntando-se aos verdadeiros desempregados, aos verdadeiros doentes, aos verdadeiros inválidos, procurariam arranjar maneira de levar a vida direita.

Daí que o sistema de previdência social a instalar não pudesse nem devesse ser público, feito com recursos financeiros públicos e sustentado por uma burocracia estatal. Fosse a previdência social “uma organização [...] do [...] agregado profissional” do trabalhador, “uma obra sua”, à qual estivesse ligado “o seu sacrificio, a sua responsabilidade, a sua esperança” e, claro está, “integrados na organização corporativa”, então o caminho para o êxito, ainda que feito com passos lentos mas supostamente firmes, estaria garantido. Neste sistema todos os “elementos da produção nacional”, com excepção do Estado, seriam “chamados a dar a sua participação” financeira:

Pagarão os patrões e pagarão os operários num justo e harmónico plano de atribuição de responsabilidades.

Resumindo, o pensamento e a linha de acção mais ou menos imediata do Governo em matéria de corporações e previdência social, tal como era visto no início de Junho de 1933 – e

“A Reforma Corporativa”

note-se que o conceito de “previdência” encerra um entendimento do significado da política social muito diferente do de “segurança” –, passava por atribuir ao Estado a função de “acompanhar de perto o desenvolvimento dos novos organismos, definindo a sua feição técnica” e auxiliando “a formação do ambiente de solidariedade,” acabando por rodeá-los com o “prestígio” e a “solidez” considerados “indispensáveis.” Ao mesmo tempo, iria ser “criada” uma “entidade oficial” à qual competiria “o estudo e a coordenação de todos os problemas do trabalho e de previdência social, bem como a orientação de tudo o que for sendo realizado.” Por último, avançar-se-ia com ritmos e prioridades diversas na “reparação às vítimas de acidentes de trabalho”,²⁴⁵ no “auxílio na doença e na invalidez”²⁴⁶ e no “seguro de reforma”,²⁴⁷ sendo que o “problema das habitações económicas” estava a ser estudado, embora se pudesse garantir que “dentro em pouco” seria transposto para o “campo dos factos.”²⁴⁸ Concluída a prelecção, o orador “foi muito aplaudido, cumprimentado e abraçado.”²⁴⁹

Independentemente das cautelas mostradas pelo Governo – mas que em boa medida eram da lavra do próprio Pedro Theotónio Pereira –, repercutirem constrangimentos políticos, económicos e financeiros, sendo de igual modo produto de uma ideologia, de uma visão do mundo, talvez mereça a pena acrescentar uma observação. De facto, parece que tanta circunspecção na gestão da coisa pública, sobretudo no domínio da chamada previdência social, era e foi também consequência da formação de alguém que passara importantes anos da sua vida – já para não falar do peso da herança familiar neste domínio – sujeito às imposições próprias do exercício de actividade na iniciativa privada, especialmente no sector segurador. No fundo, para Pedro Theotónio Pereira, a previdência social devia ser tendencialmente privada porque temia a força da presença do Estado numa área que tecnicamente podia funcionar numa

²⁴⁵ Princípio de “elevado significado moral”, prometia-se que a legislação existente iria “sofrer uma remodelação completa, tendente a dar-lhe o máximo de justiça, de *rigor* e de *eficiência*.” *Ibidem*. Itálicos nossos.

²⁴⁶ Dirigido apenas às classes menos favorecidas, era um dos “primeiros objectivos” da “acção social” da subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social. Porém, o problema não seria resolvido “duma penada como alguns” pretendiam. Seria feito “partindo de bases sólidas”, apoiando-se em organizações modelares. *Ibidem*.

²⁴⁷ Esta medida ficava para mais tarde. Seria o “coroamento [sic.] duma grande obra de previdência social”, uma vez que viria “quando se houver acudido às necessidades instantes.” *Ibidem*.

²⁴⁸ E acrescentava: “Também não poderemos acudir a todos ao mesmo tempo. Mas tanto quanto as possibilidades o permitam, procurar-se-á encher de sol, de ar e de luz o lar dos que trabalham.” *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 12. O *Diário da Manhã* dos dias 7, 9 e 21 de Junho publicou dois editoriais e um artigo de fundo nos quais se puderam ler comentários elogiosos à conferência de Pedro Theotónio Pereira. O primeiro, assinado por António de Sousa Gomes, o director do periódico, sublinhava o facto do programa apresentado corresponder às expectativas legítimas do “operariado no sentido vulgar do termo.” “Construção sólida” in *Diário da Manhã*, 7 de Junho de 1933, p. 1. No segundo, elogiava-se o programa económico e social do Governo por se tratar do melhor antídoto no combate ao comunismo. Moura e Sá, “Salazarismo e Comunismo” in *Diário da Manhã*, 9 de Junho de 1933, p. 1. No último, que não vinha assinado, destacava-se o facto do Governo pretender começar a resolver o problema da assistência social através do “ordenamento das relações do trabalho”, o que seria a “razão de ser da organização associativa ou sindical-corporativa.” “Assistência Social” in *Diário da Manhã*, 21 de Junho de 1933, pp. 3 e 8.

“A Reforma Corporativa”

lógica de economia privada ou, quando muito, mista. Por outro lado, era óbvio que a “previdência social” devia evoluir cautelosamente para a universalidade, pelo simples facto de apenas dever e poder correr os riscos que corriam os negócios das companhias seguradoras no domínio dos seguros de vida ou de acidentes de trabalho. Do mesmo modo que pelo reconhecimento da existência de constrangimentos técnicos, financeiros, humanos ou outros à evolução da actividade seguradora privada, a expansão desta devia ser sempre feita de modo a não pôr em causa a boa saúde das empresas, também o alargamento qualitativo e quantitativo da acção de previdência sob a tutela ainda que teoricamente distante do Estado devia estar submetido ao mesmo tipo de considerações ou de lógica que condicionavam a evolução do negócio em qualquer empresa seguradora tida por bem gerida, como era o caso da Fidelidade. A previdência social, como a Companhia de Seguros Fidelidade, devia deixar os seus clientes satisfeitos mas, antes disso, tinha que ter a certeza que não os ia defraudar e que não dava prejuízo. O reverso da medalha era que apesar das promessas de afastamento relativo do Estado no domínio da previdência, muito pouco da estrutura corporativa montada pelo Estado Novo caía fora do controle do Estado. Tanto do ponto de vista social, económico e até político, Estado, patrões e trabalhadores viriam muitas vezes ora a condenar ora a celebrar esta realidade. Simplesmente, à ausência do Estado no financiamento do sistema equivalia o exercício de uma forte tutela política sobre toda a estrutura corporativa, tanto no domínio do social como do económico. No entanto, não se pense que em qualquer das suas esferas de acção, e apesar da determinação e das convicções do subsecretário de Estado das Corporações e dos serviços por ele tutelados, a actuação seria fácil. Independentemente de algumas vitórias terem sido conseguidas, quando transitou para o Ministério do Comércio e Indústria o espírito de Pedro Theotónio Pereira encontrava-se fortemente vergado por todo o tipo de fracassos, derrotas e desilusões políticas no estrito domínio em que desenvolvera a sua acção.

“Não [...] abusar da confiança dos pobres ou dar asas às desconfianças dos ricos.”²⁵⁰

A entrevista dada por Pedro Theotónio Pereira ao *Diário da Manhã* em Julho de 1933 tinha a intenção de explicar de forma resumida e em linguagem mais simples aquilo que era o programa corporativista no seu espírito, nas suas vertentes e na sua cronologia de aplicação prática.²⁵¹ A

²⁵⁰ P. R., “Reformas Sociais” in *Diário da Manhã*, 21 de Julho de 1933, p. 1.

²⁵¹ “A imprensa ajudou dedicadamente na difusão dos princípios”, tendo sido inúmeros “os jornalistas que, contagiados pelas novas ideias de reformas económicas e sociais, davam a sua contribuição directa agitando ideias e apoiando uma política de acção que tinha fundamentalmente que ver com a vida e o trabalho de cada um.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 118.

“A Reforma Corporativa”

escassas semanas da apresentação pública daquela que iria ser a breve trecho a primeira legislação corporativa à luz da nova Constituição, Pedro Theotónio Pereira declarou ao jornalista daquele diário que aquilo que efectivamente o preocupava era “trabalhar no campo dos factos”, sendo que de seguida, fazendo uso duma clareza e franqueza notáveis, dizia em tom desafiador que aquele domínio onde preferia e devia conduzir a sua acção era “razoavelmente difícil e delicado.”²⁵² Ou seja, por melhor que fosse a doutrina, não tivesse estado Theotónio Pereira no terreno a manobrar, a discutir, a guerrear, nada de palpável teria sido feito e nada no futuro poderia vir acontecer em prol da construção do Corporativismo português. Naquilo que respeitava ao calendário de edificação da “organização corporativa” garantia que as coisas não seriam feitas em “8 dias”, pelo que não vinha qualquer mal ao mundo, uma vez que em Itália processo idêntico tardara vários anos.²⁵³ Mas o exemplo do fascismo italiano não significava que “as nossas reformas” precisassem “de tão longos períodos.”²⁵⁴

A 10 de Agosto realizou-se no palácio de Belém uma reunião de Conselho de Ministros presidida por Carmona. Aprovam-se “as grandes linhas do regime corporativo”, sendo que “em dias sucessivos” Salazar irá convocar “novas reuniões do Conselho, de manhã e à tarde, para apuramento final dos textos.” Ainda em Agosto alguma imprensa anuncia que irá começar a publicar os textos que iniciariam a reforma do Estado, acabando depois por divulgá-los. A 16 de Setembro, “no rápido da manhã”, Salazar “parte para Santa Comba e o Vimeiro.”²⁵⁵

²⁵² No dia 24 de Julho, também o *Jornal do Comércio e das Colónias* publicou uma entrevista com o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

²⁵³ “Veja-se um pouco o que foi a evolução dessa obra na Itália, e os anos que foram precisos para se chegar ao Conselho Nacional das Corporações, criado 8 anos depois [20 de Março de 1930] da Marcha Sobre Roma e a 4 anos da reforma da lei dos sindicatos! E a Itália tinha o partido fascista com as suas organizações... Nós temos pouca coisa, e quase tudo para refazer.” *Diário da Manhã*, 20 de Julho de 1933, p. 6. Podia ter acrescentado que três anos após a criação pelo Estado italiano do dito Conselho – acto fundador do Corporativismo em Itália –, ainda nenhuma corporação entrara em funcionamento. Por outro lado, a ofensiva corporativista italiana então em curso fora em grande medida muito mais uma reacção aos efeitos da crise económica internacional do que o resultado de profundas convicções ideológicas. Jasper Ridley, *Mussolini*, s.e., s.l., Constable, 1997, pp. 226-227. Seria interessante saber até que ponto Pedro Theotónio Pereira acompanhava o debate político e ideológico em torno do Corporativismo em Itália, nomeadamente aquele que se dera no início da década de 1930. Sobre a nova fase desse debate, Renzo De Felice, *Mussolini il Duce. I. Gli anni del consenso. 1929-1936*, s.e., Turim, Einaudi, 1996, pp. 1-18 e *passim*. Sobre a “primeira” estruturação do Estado fascista italiano e as suas “premissas económicas e sociais” – entre elas a publicação da *Carta del lavoro* –, cuja qualidade e grau de acompanhamento por parte dos jovens sardinhistas portugueses não se conhece em absoluto, idem, *Mussolini il fascista. II. L’organizzazione dello Stato Fascista. 1925-1929*, s.e., Turim, Einaudi, 1995, pp. 221-381.

²⁵⁴ Por isso recordava, como fizera a Salazar, que apesar de todas as dificuldades se vivia um “momento” político único, reunindo “um conjunto de circunstâncias tão excepcional” para o lançamento da “organização corporativa”. Idem, *ibidem*. Na edição do dia seguinte, o *Diário da Manhã* comentou a entrevista dada pelo subsecretário de Estado das Corporações, sublinhando a moderação, o equilíbrio e o realismo das reformas que se encontravam em fase adiantada de preparação. P. R., “Reformas Sociais” in *Diário da Manhã*, 21 de Julho de 1933, p. 1.

²⁵⁵ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 234. Segundo o testemunho de Pedro Theotónio Pereira, Salazar passou o final do mês de Agosto e o início de Setembro no Caramulo, instalado em casa de um amigo. Foi aí, eventualmente no início de Setembro, que vindo de Pedras Salgadas, Pedro Theotónio Pereira se encontrou com o chefe do Governo. Instalados no “terraço da casa, frente à grande massa de serra da Estrela”, comentaram e corrigiram a legislação

“A Reforma Corporativa”

Exactamente uma semana mais tarde, o *Diário do Governo* publicou os documentos que inauguraram formalmente, depois da promulgação da Constituição, o período de produção de legislação corporativa sob o Estado Novo.²⁵⁶ No dia 23 publica-se o Decreto lei n.º 23 048 que promulga o Estatuto do Trabalho Nacional;²⁵⁷ o Decreto lei n.º 23 049 estabelecendo as bases a que devem obedecer os Grémios;²⁵⁸ o Decreto lei n.º 23 050 que reorganiza os Sindicatos Nacionais; o Decreto lei n.º 23 051 autorizando em todas as freguesias rurais a criação de Casas do Povo (organismos de corporação social, com fins de previdência social, assistência, instrução e processos locais); o Decreto lei n.º 23 052 que autorizou o Governo a promover a construção de casas económicas em colaboração com as Câmaras Municipais, Corporações administrativas e organismos do Estado; o Decreto lei n.º 23 053 que criou – no Subsecretariado das Corporações e Previdência Social –, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social (INTP) – extinguindo o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral assim como os tribunais dos desastres no trabalho, de árbitros avindores e arbitrais de previdência social – o “novo serviço para a promoção” da política corporativa.²⁵⁹

De todas estas peças legislativas o Estatuto do Trabalho Nacional tratou-se do mais relevante, do mais marcante.²⁶⁰ Foi aquele que fez com que Pedro Theotónio Pereira pudesse vir

que seria publicada a 23 de Setembro. Salazar fora recebendo no Caramulo os projectos legislativos preparados na subsecretaria de Estado das Corporações. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 127.

²⁵⁶ Num artigo de fundo intitulado “Vida Nova?”, a propósito da legislação corporativa publicada dias antes, escrevia-se: “Está para sempre enterrada a ilusão do Liberalismo. [...]”

O retorno do liberalismo é impossível: e em face desta verdade só dois caminhos restam – ou suprimir de todo a liberdade, tornando o individuo simples peça da máquina social, submetendo a massa à tirania de uns poucos, e temos a solução comunista para a qual tendem mais ou menos declaradamente todas as fórmulas socialistas; ou salvar o que se puder aproveitar, desse mesmo liberalismo salvar a autonomia individual de que a propriedade privada é o mais forte reduto, salvar sobretudo a liberdade espiritual pela separação entre o político, o económico e o religioso, e temos a segunda solução que melhor ou pior, com maior ou menor perfeição, os nacionalismos procuram realizar.” Marcello Caetano, “Vida Nova?” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, 26 de Setembro de 1933, p. 1.

²⁵⁷ Quatro meses depois da publicação da encíclica *Quadragesimo Anno* (Pio XI) – que “expressamente elogiava o corporativismo fascista: «Basta reflectir um pouco para ver as vantagens desta organização»” – e quatro anos depois da promulgação da *Carta del Lavoro* em Itália. Caetano de Melo Beirão, *op. cit.*, pp. 12-13. “[...] Não é tanto uma lei como um manifesto frio, racionalista, por artigos concisos de doutrinas poderá servir para acelerar a consecução do clima revolucionário.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 1.

²⁵⁸ Aquando da publicação de *A Batalha do Futuro*, numa recensão dada à estampa numa publicação académica, o seu autor notava que em todo o seu trabalho teórico sobre os grémios, sobretudo, mas também na sua dimensão prática, Pedro Theotónio Pereira permitira que ficassem de fora “alguns aspectos da teoria económica.” Por outro lado, já em 1938, estava por decidir se os grémios portugueses seriam “apenas associações de empresas ou também organismos patronais” e em que “medida” se diferenciavam “dos sindicatos monopolistas (cartéis) e se aproximavam dos sindicatos produtivistas (grupos).” T.R. in *Boletim da Faculdade de Direito*, Universidade de Coimbra, vol. XIV (1937-1938), Coimbra, Coimbra Editora, 1938, p. 490.

²⁵⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 126. Neste mesmo dia o órgão de imprensa do Nacional Sindicalismo, *Revolução*, é suspenso. No dia seguinte foi criado, junto da presidência do Conselho, o Secretariado da Propaganda Nacional (Decreto lei n.º 23 054). João Morais e Luís Violante, *op. cit.*, p. 56.

²⁶⁰ “O Estatuto do Trabalho Nacional era uma espécie de «lei mental» que eu trazia no espirito desde as primeiras conversas com o Dr. Salazar após a sua nomeação para a pasta das Finanças quatro ou cinco anos antes.” Ou seja, desde que tivera notícia da publicação da *Carta del lavoro* em Itália. Embora tenha sublinhado o facto deste

“A Reforma Corporativa”

a receber merecidamente o epíteto de “arquitecto da nascente organização corporativa”,²⁶¹ e a ser reconhecido nas fileiras do regime como o “doutrinador” do corporativismo português.²⁶² O Estatuto foi, apesar de Salazar não ter pensado na sua publicação para tão cedo, o prolongamento e o aperfeiçoamento da ordem económica e social corporativa enunciada no Título VIII da Constituição e da qual reproduz várias disposições. Nele foram desenvolvidos os princípios fundamentais da ordem instaurada e a instaurar, nomeadamente naquilo que dizia respeito à propriedade, ao capital e ao trabalho, definindo os respectivos direitos e deveres, a colaboração entre classes e entre grupos sociais, tudo com o intuito de promover o interesse nacional devidamente tutelado pelo Estado, sendo que a este competiria uma interferência autoritária, embora, e apenas em princípio, complementar, ao atribuir para si a tutela da economia e da sociedade. Simultaneamente, definia os princípios em que a construção do Corporativismo deveria assentar, sendo de destacar a unicidade dos órgãos socio-profissionais representativos, a organização separada, em princípio, e na base, de patrões (nos grémios) e de trabalhadores (nos sindicatos). Finalmente, o Estatuto do Trabalho Nacional definia o poder regulamentar das corporações, nada mais do que os órgãos superiores do sistema instituído e que, quando criadas, além de reunirem os organismos de base, tutelariam toda a política económica e social do País, retirando ao Estado tanto essa tarefa como esse fardo.²⁶³

Além do Estatuto do Trabalho Nacional, e da restante legislação corporativa publicada na mesma data, criaram-se em 1934 os grémios facultativos do comércio e da indústria, sendo que em 1937, quando Pedro Theotónio Pereira se encontrava já à frente do Ministério do

documento ter “feito grande impressão”, e que houvesse muita gente convencida que era adequada “às nossas circunstâncias”, nas suas *Memórias* Pedro Theotónio Pereira preocupou-se em demonstrar que mais do que seguir a experiência e o exemplo italiano, o Estatuto do Trabalho Nacional cumpria as “puras tradições da Nação”, concluindo por isso que não apenas a Constituição fora copiada, como “no terreno da promoção social” se dispunham “métodos inteiramente” portugueses. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 121. Sobre a íntima relação entre a *Carta del lavoro* e o Estatuto do Trabalho Nacional, Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 1.º vol.. *O Salazarismo*. s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, pp. 179-205. Para uma comparação do modelo corporativo português com o do fascismo italiano, *idem*, *ibidem*, pp. 209-222.

²⁶¹ Manuel de Lucena, “Pereira, Pedro Teotónio” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, p. 47. No regime havia quem pensasse que este adjectivo assentava como uma luva a Salazar, afirmando que fora ele quem “riscou a traça do edifício” corporativo. *Diário da Manhã*, 28 de Maio de 1935.

²⁶² “Rodeado de um valoroso grupo de colaboradores na Subsecretaria de Estado e nas delegações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência – colaboradores provindos, na sua quase totalidade, dos quadros do Integralismo Lusitano [e do Nacional Sindicalismo], e por isso mesmo bem doutrinados e de espírito retemperado para a luta –, Pedro Teotónio Pereira conseguiu o verdadeiro milagre de pôr em funcionamento, em curto espaço de tempo, toda a engrenagem básica da organização corporativa.” Guilherme Braga da Cruz, “Formação Social e Corporativa” in *Obras Esparsas*, volume IV, *Estudos Doutrinários e Sociais*, 2.ª parte, s.e., Coimbra, 1985, p. 149.

²⁶³ Manuel de Lucena, “Pereira, Pedro Teotónio” in *op. cit.*, p. 47. Sobre o Estatuto do Trabalho Nacional, José Barreto, “Estatuto do Trabalho Nacional” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 680-684.

“A Reforma Corporativa”

Comércio e Indústria, foram instituídos os grémios da lavoura e as Casas de Pescadores.²⁶⁴ Criado o INTP – organismo estatal directamente dependente do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social – nasceu o aparelho de tutela sobre “os organismos corporativos e previdenciais (bem como sobre os processos de negociação colectiva)”, ao mesmo tempo que a acção na prevenção e resolução de conflitos laborais. Por último, no mesmo pacote legislativo de 23 de Setembro de 1933 (Decreto lei n.º 23 052), deliberou-se sobre as casas económicas. E muito embora, formalmente, esta matéria não respeitasse à criação da estrutura corporativa propriamente dita, a verdade é que é sintomático que tenha sido pensada para ser posta em marcha juntamente com todas as outras tidas como explicitamente corporativas. Ou seja, e independentemente de tudo aquilo que eram as legítimas pretensões de Pedro Theotónio Pereira de produzir a reforma do Estado na sua dimensão corporativa, a verdade é que na primeira fase do seu exercício vivia na convicção de que seria no domínio da política, da acção social do Estado que se deveria apresentar legislação e rapidamente passar à acção de forma a produzir os tão almejados resultados.²⁶⁵ Mesmo que em 1933, e depois, vários aspectos tidos por essenciais da reforma corporativa não tenham avançado como era o desejo do subsecretário de Estado, a verdade é que começou por definir, juntamente com Salazar, que os primeiros e firmes passos a serem dados teriam de acontecer na área da política social.²⁶⁶ Porém, e para Pedro Theotónio Pereira, a aprovação desta e de outra legislação que se seguiria não valia por aquilo que significava do ponto de vista doutrinal, uma vez que, como gostava de recordar, a doutrina era algo que existia pensada e trabalhada desde os tempos da sua passagem, e de muitos dos seus colaboradores, pelo Integralismo Lusitano. O importante na aprovação da Constituição, do Estatuto do Trabalho Nacional e de outra legislação mais ou menos estruturante do corporativismo português não era aquilo que no papel determinava que devia acontecer – viesse a concretizar-se ou não – mas sim aquilo que permitia efectivamente fazer. A doutrina assumida pelo Estado, explanada no *Diário do Governo*, era apenas condição para a acção política. E era isso que Pedro Theotónio Pereira previa e desejava que viesse a ter lugar. Assim as circunstâncias o permitissem.²⁶⁷

²⁶⁴ Sobre a criação das Casas de Pescadores, Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 168-170 e pp. 313-314.

²⁶⁵ A política das “Casas económicas”, independentemente de ter sido “dirigida às classes menos favorecidas”, destinava-se declaradamente a ser distribuída “entre funcionários públicos e membros de Sindicatos Nacionais em partes iguais.” *Idem*, *ibidem*, p. 126.

²⁶⁶ Howard J. Wiarda, *op. cit.*, pp. 128-155; Manuel de Lucena, “Pereira, Pedro Teotónio” in *op. cit.*, pp. 46-49.

²⁶⁷ “Temos uma doutrina, o que significa que sobre o potencial dos sentimentos profundos e das aspirações ardentes que nos andam na alma, construímos uma teoria dos tempos novos e uma clara razão de viver. [...] O momento é de acção, da grande e bela poesia do esforço. Do trabalho construtivo e do sacrifício. Não nos interessam nem as abstrações dos construtores de utopias nem as futilidades da crítica vagabunda e da literatura sem alma.” Pedro Theotónio Pereira, “Prefácio” in Conde D’Aurora, *Pela Grei. Exortações*, s.e., Porto, 1936, p. 10.

“A Reforma Corporativa”

O Verão de 1933 fora o de “um trabalho esgotante.” Além de se ter desempenhado a tarefa de “articular um quadro de diplomas fundamentais que definissem princípios e estabelecessem as normas de acção”, Pedro Theotónio Pereira não pôde recolher-se apenas a esse trabalho de gabinete. Efectivamente, a maior parte do tempo foi dedicado “aos contactos pessoais para acolher e estimular o entusiasmo dos que vinham dar-me o seu apoio [...]” Ou seja, andou a arregimentar apoios e a recrutar colaboradores no campo nacional sindicalista, ao mesmo tempo que dentro do próprio regime terá tentado mobilizar consciências e adesões, chegando ainda à fala com “elementos da melhor qualidade nos vários ramos do trabalho nacional – mesmo que nem sempre totalmente convertidos [...]” De qualquer modo, mostraram estar “decididos a dar a sua colaboração e a marcar posição.” Salazar, pelo meio, “ia sendo informado”, tendo dado “uma ajuda efficacissima”. O chefe do Governo recebia-o aqueles minutos que podia dispensar-lhe e ia transmitindo os “reflexos” do fenómeno “chegados por outras vias à Presidência do Conselho.” Em função daquilo que viria a acontecer mais tarde e do abandono político de que se sentiu vítima, Pedro Theotónio Pereira comentou nas suas *Memórias* que se algures durante todo o processo que decorreu no Verão de 1933 Salazar sentiu que se estava a ir depressa demais, “nunca” lho “chegou a dizer.” O País, era coisa assente para o subsecretário de Estado, colaborava e era esse facto que garantia que a “experiência” avançasse e que ele, pessoalmente, batalhasse “com os neutros e os inimigos declarados – que eram bastantes e nem sempre tolos.”²⁶⁸

Entre os colaboradores de Pedro Theotónio Pereira, Marcello Caetano foi o “mais brilhante e dedicado [...]”²⁶⁹ Houve, claro, a preocupação de “seleccionar um número limitado de dirigentes que pudessem ser postos em contacto com as realidades”, facto importante tanto pela escassez de quadros fiáveis como pela importância que iriam ter na “reforma em curso.” Dentro e fora da Subsecretaria de Estado, entre os inúmeros colaboradores, estavam figuras que iam desde Augusto da Costa, companheiro de Pedro Theotónio Pereira dos tempos do Integralismo Lusitano, ao seu irmão Luís Theotónio Pereira, que viria a estar à frente do grémio da indústria seguradora, ou Henrique Tenreiro, Luís Supico Pinto, Miguel de Sá e Melo,²⁷⁰ até José Clemente

²⁶⁸ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, pp. 118-119 (itálico nosso).

²⁶⁹ Marcello Caetano redigiu o capítulo sobre a “Magistratura do Trabalho, que constituía a parte final do Estatuto”, socorrendo Theotónio Pereira “num curtíssimo prazo” com “três bem condensados artigos que resumiam tudo o que havia de novo no assunto e o clima em que íamos trabalhar nesse domínio.” Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª. edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1977, p. 128.

²⁷⁰ Que viria a falecer precocemente. Quando já se encontrava a desempenhar funções de embaixador em Espanha, Pedro Theotónio Pereira redigiu um pequeno mas sentido texto de homenagem a este seu antigo colaborador – “sempre entusiasta pelo trabalho, apaixonado por servir” –, recordando o papel que tinha desempenhado num momento de “preocupação” e “ansiedade”. Pedro Theotónio Pereira, “Miguel de Sá e Melo” in *Estudos. Revista de Cultura e Formação Católica*, n.º 197-198, Fascículos 5-6, Maio-Junho, Coimbra, 1941, p. 201.

“A Reforma Corporativa”

dos Anjos (guarda-freio da Carris), Jaime Ferreira (empregado bancário), António Colares e Vasco Amaral (empregados de seguros).²⁷¹

Durante todo este tempo, desde a sua tomada de posse em Abril, o regime conheceu sérias dificuldades. Desde logo, pelo facto do Nacional Sindicalismo continuar ainda em condições de marcar a sua posição, de divulgar o seu programa, de emitir a sua mensagem política, ao ponto de controlar, por um lado, importantes unidades do exército e, por outro, fazer declarações políticas tidas como gravosas para o prestígio e a autoridade do chefe do Governo.²⁷² Independentemente de terem sido desenvolvidas pelo Governo outras iniciativas, o advento da Subsecretaria de Estado das Corporações e a rápida entrada em cena de Pedro Theotónio Pereira tanto na conferência no São Carlos como através da publicação de legislação respeitante à “reforma de Estado”, produziram um enorme impacto no campo do Nacional Sindicalismo. É verdade que muitos seguidores de Rolão Preto dificilmente teriam optado por este, em vez de Salazar, mesmo que o Corporativismo não tivesse arrancado. No entanto, o endurecimento do Governo no combate ao Nacional Sindicalismo, a radicalização da parte deste movimento indefectível do seu líder e a promulgação da legislação corporativa, tiveram no seu conjunto o condão de reforçar as posições de Salazar e de enfraquecer terrivelmente as de Rolão Preto e dos seus seguidores, independentemente da repressão que iria ser exercida. Basta recordar que o “Estado Corporativo” era uma peça central do programa dos nacionais sindicalistas. Se o espírito e a letra da nova Constituição já avançara algo neste domínio, a criação da Subsecretaria de Estado das Corporações, a indigitação de um homem com as características pessoais e políticas de Pedro Theotónio Pereira para ocupar o cargo e a decisão de se avançar rapidamente no sentido da promulgação de um conjunto de legislação que tornasse real as intenções corporativistas do Estado Novo, abalaram duplamente o movimento de Rolão Preto. Por um lado, e como já se disse, porque se apropriava de um elemento essencial do seu programa. Por outro, porque uma vez prosseguida a instituição do Corporativismo, uma dos locais privilegiados para o recrutamento dos activistas do novo regime seria o Nacional Sindicalismo, uma vez que era ali que se encontrava muita gente doutrinada e com o espírito de combate essencial às batalhas políticas que era necessário travar.²⁷³ Como

²⁷¹ Pedro Theotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, vol. I, 2ª. ed., s.l., Verbo, 1972, pp. 119-120.

²⁷² Graças à protecção do sector militar que lhe era afecto, Rolão Preto pôde atacar publicamente Salazar na sequência de uma conferência proferida por um tropa nacional sindicalista, em Julho, no São Carlos. Simultaneamente, era reconhecido nos meios políticos que o “Secretariado Militar Nacional Sindicalista controlava unidades militares operacionais.” António Costa Pinto, *op. cit.*, p. 234.

²⁷³ Isto não significa que o recrutamento de jovens nacionalistas para a máquina corporativa, ou para outras áreas chave do regime, fosse feito de modo acritico. Na resposta a um empenho de Marcello Caetano, Theotónio Pereira respondia-lhe nos seguintes termos: “Cá recebi o rapaz e veremos o que se pode fazer. Espero que não surjam

“A Reforma Corporativa”

escreveu um historiador atento e conhecedor do Nacional Sindicalismo, a promulgação dos Decretos lei de 23 de Setembro, a começar pelo Estatuto do Trabalho Nacional, “provocou uma natural tensão dentro do movimento.” Fosse porque este “não tinha sido chamado nem ouvido, como à revelia dos organismos dirigentes, vários filiados [do movimento] foram convidados a colaborar na criação do edifício corporativo.”²⁷⁴ Certo era que a aprovação da legislação que se deu no início da última semana de Setembro, assim como o trabalho político desenvolvido anteriormente, e como muito bem sintetizou Pedro Theotónio Pereira, forçava “à integração de factos e necessidades da vida corrente dentro do novo regime.”²⁷⁵

No entanto, não foi apenas com a intenção de desarmar a direita que o Governo agiu a partir da criação da Subsecretaria de Estado das Corporações. Dentro e fora do regime deu-se combate aos seus adversários e inimigos políticos. Como resultado, e logo no curto prazo, verificou-se o aliciamento de muitos deles, sendo lícito pensar que terão aderido à solução corporativa estatal tanto gente oriunda do movimento de Rolão Preto como da própria esquerda que girava em torno dos universos comunistas e anarco-sindicalistas. Independentemente de nas suas *Memórias* Pedro Theotónio Pereira ter repetido afirmações dando notícia de que o País se preparava para aderir, ou já aderira, em finais de 1933, na sua quase totalidade, ao novo espírito reformador, importa chamar a atenção para vários factos. Por exemplo, com data do dia 23 de Setembro, Assis Gonçalves enviou a Salazar um relatório repleto dos mais variados “boatos” político-militares, embora antecedido de uma nota em que informava, “simples e rapidamente”, que não se verificavam “complicações políticas de maior vulto e que mereçam desenvolvimento especial [...]”.²⁷⁶ Mas para além do relatório de Assis Gonçalves, a realidade era mais complexa e um pouco preocupante. Nos últimos dois meses de 1933, fora do regime, era evidente que nem à direita nem à esquerda os seus inimigos tinham sido derrotados pelo efeito causado pela promulgação dos decretos de 23 de Setembro. Sabendo o Governo que, nomeadamente, nos meios operários e revirahistas existiam movimentações cujos objectivos revolucionários não seriam muito difíceis nem de prever nem de investigar, além de outras

complicações do facto de ele ter sido sempre um dos últimos jovens abencerragens da intransigência hipolitiana. Por mim só tenho simpatia pessoal por ele e o importante é que além de precisar dum lugar ele venha com gosto ajudar este esforço – com gosto e com fé.” “Cartão de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” 10 de Março de 1937 (documento n.º 26). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 1-34.

²⁷⁴ E acrescenta ainda: “Nas palavras da embaixada inglesa, o Estatuto veio «roubar o fogo» ao N[acional] S[indicalismo].” Idem, *ibidem*, p. 235. O relato da reacção oficial do Nacional Sindicalismo ao Estatuto do Trabalho Nacional encontra-se em idem, *ibidem*, pp. 241-242. Sobre o “aparelho corporativo” – sindicatos e INTP, por exemplo – enquanto instrumento de “integração” de vários nacionais sindicalistas no Estado Novo, *ibidem*, pp. 249-251,

²⁷⁵ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 128.

²⁷⁶ CLNSRF, Assis Gonçalves: *Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1939*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1981, p. 103.

“A Reforma Corporativa”

medidas repressivas que foram sendo tomadas, aprovou-se a 6 de Novembro de 1933, dirigido aos meios sindicais, o decreto lei n.º 23 203, “pelo qual” equiparava “a greve política e revolucionária à rebelião.”²⁷⁷ Menos de duas semanas mais tarde a componente republicana da revolução que viria a ser preparada começava a ser liquidada.²⁷⁸

O desenlace de toda esta situação complexa e conflituosa foi o 18 de Janeiro de 1934. Nas suas vésperas ainda tentou Pedro Theotónio Pereira, e eventualmente conseguiu, desmobilizar alguns dos grevistas. Em entrevista dada ao *Diário de Lisboa* procurou ser contemporizador, recordando, por exemplo, que para quem lesse com “atenção a lei de 1891 e o decreto n.º 23 050”, e o fizesse “francamente, sem qualquer espécie de reserva mental”, encontrava nos “dois textos certas semelhanças”, reconhecendo “facilmente” que não havia “diferenças profundas na regulamentação da vida dos novos sindicatos.” Ou seja, o Governo não “estava impondo uma organização geométrica que representasse a improvisação precipitada de um sistema demasiado revolucionário.”²⁷⁹ Tanto a eficácia da acção policial, como a atitude pedagógica assumida por determinados sectores do Governo, contribuíram para que aquilo que restava do plano inicial do 18 de Janeiro viesse a fracassar. Não funcionando a cenoura, avançava o pau.²⁸⁰ Embora uma das razões normalmente apontadas para o fracasso desta iniciativa revolucionária tenha residido no facto do movimento operário se encontrar dividido, desorganizado e desmoralizado por um conjunto diverso de factores, a verdade é que as causas da derrota do chamado sindicalismo livre no 18 de Janeiro residiram, também, na força e na inteligência utilizadas pelo Governo.²⁸¹ Porém, e tendo em conta a perspectiva da análise desenvolvida neste trabalho, talvez valha a pena insistir na ideia de que para aquele fracasso também poderá ter contribuído, numa escala não tão pequena quanto isso, a acção, muitas vezes persuasiva, tanto política como de doutrinação, desenvolvida pelo Subsecretariado de Estado das Corporações e pelo INTP (o que era virtualmente a mesma coisa) junto das

²⁷⁷ Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2000, p. 198.

²⁷⁸ Idem, *ibidem*, pp. 200-206.

²⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 15 de Janeiro de 1934, p. 5.

²⁸⁰ Embora não diga em que data começou a usar tal procedimento, a verdade é que Theotónio Pereira decidiu passar a receber “duas vezes por semana as direcções dos Sindicatos Nacionais para ficar conhecendo os elementos mais influentes nos diferentes meios e para estimular com uma troca de impressões a política de confiança recíproca que estávamos fomentando.” Também o relato de um encontro de Pedro Theotónio Pereira com um “grupo do pessoal circulante da Carris” é contado com algum detalhe nas suas *Memórias*. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 153-154. Já em Junho de 1933, quando se deslocou a Genebra para participar nos trabalhos da OIT, Theotónio Pereira e o Governo mostraram abertura e vontade de contemporizar ao aceitarem que o representante do operariado português fosse “nomeado – como sempre fora – pelas associações de classe e por associações de esquerda.” Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 642.

²⁸¹ Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2000, p. 220. Durante toda a crise, Pedro Theotónio Pereira foi um dos membros do Governo que mais de perto a acompanhou e ajudou a resolver. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 252.

“A Reforma Corporativa”

“associações de classe”.²⁸² Como sublinhou Pedro Theotónio Pereira nas suas *Memórias*, e independentemente de poder ter usado de algum exagero, verdade é que a “tentativa” revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 teve lugar depois “duma actividade de muitos meses” que resultara na “inscrição em massa” de muitos trabalhadores nos Sindicatos Nacionais.²⁸³ Tido como uma tentativa desesperada de combater a “fascização” dos sindicatos,²⁸⁴ o 18 de Janeiro só faz sentido num quadro naturalmente complexo que incluía como objectivo, por parte daqueles que o prepararam e executaram, o travar da sangria de trabalhadores das associações sindicais não corporativas existentes até 1933, para a realidade sindical criada pelo novo regime.²⁸⁵ Poderá parecer pouco provável que um movimento desta natureza pudesse ter acontecido, pelo simples facto de sermos tentados a pensar que o Estado Novo não podia tratar-se de um regime capaz de corresponder aos interesses das classes trabalhadoras. No entanto, esta asserção só é válida se olharmos para a realidade político-social, em finais de 1933 e no início de 1934, de duas maneiras. Em primeiro lugar, não perdendo de vista os acontecimentos ocorridos nos anos da Guerra Civil de Espanha e, sobretudo, da Segunda Guerra Mundial, quando a crise internacional e a radicalização de atitudes na política europeia ajudou à recuperação de posições por parte da esquerda obreirista cada vez mais hegemónica e organizada – em novos moldes – pelo Partido Comunista Português.²⁸⁶ Em segundo lugar,

²⁸² Esta “bonomia” governamental, apenas transitória, envolvendo o Ministério do Interior, manifestou-se desde Agosto, vindo a alterar-se apenas em Novembro. Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, pp. 248-256.

²⁸³ Em resposta a algumas das associações de classe que até 31 de Dezembro 1933 se tinham recusado entrar na ordem corporativa, o subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social emitiu uma nota oficiosa de que depois publicou uma brochura. INTP, *A «moção» de resistência das associações de classe. Nota do gabinete do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social em resposta à moção aprovada por algumas associações de classe que se recusaram a reformar os seus estatutos*, s.e., s.l., Edições do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1934.

²⁸⁴ Na verdade, e em consequência da acção preventiva de repressão levada a cabo pelas autoridades, o 18 de Janeiro foi sim uma “reedição diminuída da revolta de 3/9 de Fevereiro de 1927.” Isto é, o seu objectivo inicial não era politicamente tão limitado como se apresentou no momento da sua concretização. Foi limitado porque as autoridades assim o desejaram. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2000, p. 488.

²⁸⁵ Foi o próprio líder de facto dos comunistas que reconheceu na década de 1940, e retroactivamente, o êxito conhecido pelos sindicatos nacionais na etapa inicial da sua implantação. “[...] a coacção fascista, de um lado, as promessas demagógicas, do outro, a sindicalização obrigatória, nuns casos, *certas vantagens mínimas*, noutras, levaram as massas operárias a ingressar nos sindicatos nacionais *com maior ou menor gosto*, mais ou menos contrafeitas. Isto é, os *sindicatos nacionais tomaram-se de facto amplas organizações de massas*.” Álvaro Cunhal, *O PCP e a luta sindical (1935-1973)*, Lisboa, Ed. «Avante», 1975, p. 22, citado em Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 336n (itálico nosso).

²⁸⁶ Depois do 18 de Janeiro, os “núcleos de resistência à organização corporativa” encontrar-se-ão esfrangalhados. “A juventude de boa parte dos militantes e os anos de prisão ou degredo a que são condenados provocam [...] uma não menos grave ruptura geracional, tomando quase impossível a recomposição das elites operárias e sindicais. O sindicalismo livre e de esquerda perdia, num ápice, os seus elementos mais velhos e experientes, mas também os seus herdeiros, deixando, em grande medida, o terreno aberto para que os sindicatos corporativos pudessem instalar-se.” Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, s.e., s.l., Imprensa de

“A Reforma Corporativa”

porque se tem a tendência para em relação a 1933 e 1934, e apesar das profundas dificuldades sentidas pelo movimento operário – e hoje reconhecidas pela historiografia –, se interpretarem os acontecimentos como sendo tanto os do fim de uma época, como os do necessário prelúdio de uma outra, quantitativa e qualitativamente melhor, e na qual os trabalhadores portugueses perdidos política e ideologicamente, abandonados pelos seus líderes entretanto encarcerados, deportados, aguardaram sem vacilar pelo advento de uma nova fase da luta contra o regime e o Governo. De facto, e como terá sublinhado por António Ferro na noite de 17 para 18 de Janeiro, na sede do SPN em Lisboa, onde alguns notáveis do regime aguardavam o desenlace previsto das movimentações revolucionárias em curso, não só não havia “grandes batalhas sem riscos!”, como depois de tudo passado o “povo” se preparava para “conhecer melhor a nossa causa.”²⁸⁷ Independentemente daquilo que de cinico e até de brutal existia nesta afirmação – desde logo porque o Governo sabia que ia ganhar o 18 de Janeiro e a que preço²⁸⁸ –, a verdade é que nada nos pode fazer crer que a acumulação de derrotas lancinantes por parte do oposicionismo na sua luta frente à Ditadura Militar e ao Estado Novo – reviralhistas e movimento operário –, como o conseqüente crescimento da capacidade da Situação para resistir, para aguentar e até para dar mostras não apenas de firmeza mas também de estabilidade governativa, não possam ter produzido efeito em amplos sectores políticos e sociais. Assim sendo, não terão sido os trabalhadores certamente uma excepção, sendo que também por via dessa realidade a estrutura sindical e de política social nascida à sombra da legislação promulgada a 23 de Setembro de 1933 iria sair reforçada.²⁸⁹

Ciências Sociais, 2000, p. 490. Ou ainda: “[...] a liberdade sindical morria sem a honra de uma batalha digna desse nome [...].”

Os sindicalistas revolucionários, a quem a nova ordem das coisas criara uma realidade inexplicável, que deixara de lhes obedecer e em que eles deixaram de se reconhecer, vêem chegar o seu ocaso [...]. Restavam os comunistas que, embora dizimados, começavam a sua interminável educação da transformação das derrotas em vitórias – a doutrina ensinava-lhes que as catástrofes eram uma manha da história que irresistivelmente trabalhava em seu favor – para, na década seguinte, em boa parte graças aos novos ventos da história, poderem enfim começar a ocupar o terreno deixado vago pelos concorrentes de outrora” Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 282.

²⁸⁷ Na noite de 17 proferiu o ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, Sebastião Ramires, a convite de Pedro Theotónio Pereira, uma conferência “sobre os problemas económicos da ordem corporativa.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 129. Este ciclo de conferências fora aberto uma semana antes por Oliveira Salazar. Oliveira Salazar, “Problemas da organização corporativa” in *op. cit.*, pp. 287-302.

²⁸⁸ Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, s.e., s.l., Imprensa de Ciências Sociais, 2000, p. 476.

²⁸⁹ Sobre a “táctica de assimilação»” adoptada pelo regime em relação a “antigas associações de classe” e “antigos dirigentes e militantes”, Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*, 2 vols., 1ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, pp. 280-281. As posições manifestadas pelos sócios pertencentes àquela “pequena parcela” de associações de classe reunidas na segunda quinzena de Dezembro de 1933, para tomarem “uma posição sobre” o Estatuto do Trabalho Nacional e o Decreto n.º 23 050, permitem concluir que a recusa da nova realidade esteve longe de ser uma opção generalizada ou, sequer, maioritária. Idem, *ibidem*, pp. 256-263 e 279.

“A Reforma Corporativa”

É verdade que os três primeiros Sindicatos Nacionais a serem constituídos representavam o sector dos serviços, aquele onde, teoricamente, e eventualmente também na prática, era mais fácil ao Governo dar os seus primeiros passos. No entanto, aquando da confirmação, em cerimónia pública realizada no São Carlos a 18 de Novembro, da constituição dos sindicatos dos bancários, dos funcionários das empresas do sector dos seguros e empregados de escritório, não apenas se tinham “constituído numerosos sindicatos”, como “a massa associativa” era “cada vez mais densa”, mostrando-se “ansiosa de demonstrar o seu lealismo e a sua capacidade de colaboração”. Assim sendo, o caminho percorrido até Novembro de 1933, ou até meados de Janeiro do ano seguinte, parecia cheio de êxitos já confirmados e de outros que mais cedo do que tarde se iriam concretizar. Daí que tanto antes do 18 de Janeiro, como depois, Pedro Theotónio Pereira percorresse o País levando a palavra e a acção do Corporativismo. Nas suas *Memórias* deixou referências às visitas que fez tanto a diversas freguesias rurais como a várias localidades costeiras onde as comunidades piscatórias tinham uma grande importância económica e social.²⁹⁰ No caso das freguesias rurais a sua presença teria sido solicitada “especialmente pelas comissões organizadoras das Casas do Povo”, dando a entender que à revolução corporativa a partir de cima, nas Casas dos Povo como nos sindicatos nacionais correspondeu uma resposta favorável da parte de sectores da sociedade portuguesa afectos à política governamental e que se encontravam espalhados um pouco por todo o País. Do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira era óbvio que a nova realidade decorrente das propostas feitas no domínio das corporações e da previdência social tinham quebrado a normal “apatia e o desinteresse nos meios rurais”, passando a haver “um entusiasmo contagioso que se manifestava por igual nas serras de Trás-os-Montes e nas planuras do Alentejo.” Esta mudança de atitude não era apenas consequência das alterações legislativas, mas o resultado de uma mudança de mentalidade provocada pela reforma corporativa em marcha, algo que fizera com que onde “durante anos faltara um proprietário agrícola com vocação para a acção social, surgia de repente um *leader* [sic.] animado por um grande espírito.” Independentemente daquilo que neste testemunho possa haver de autoglorificação e de visão parcelar e parcial dos acontecimentos, a verdade é que não apenas para Pedro Theotónio Pereira e os seus colaboradores os acontecimentos pareciam haver tomado o rumo certo.²⁹¹ Tendo o regime a natureza política que teve, isso não significa que após a promulgação da nova legislação de protecção social e de promoção da cooperação entre classes, não tenha conseguido reunir apoios alargados e concitado esperanças de que resolvido o problema

²⁹⁰ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 168-170.

²⁹¹ *Idem*, *ibidem*, p. 135.

“A Reforma Corporativa”

financeiro e o problema político não se pudesse agora tratar com êxito dos problemas económicos e sociais.

“[...] corporativo na Presidência do Conselho e livre cambista nas Obras Públicas.”²⁹²

Foi neste contexto que na véspera do Dia de Reis de 1934, Salazar e Pedro Theotónio Pereira rumaram à aldeia de Barbacena, localizada no distrito de Portalegre, já muito próximo de Espanha, para “inaugurar” a primeira Casa do Povo “constituída dentro do regime de 23 de Setembro.”²⁹³ A reduzida comitiva governamental, acompanhada por jornalistas que seguiam numa terceira viatura cujo interior era protegido de modo muito ténue das baixas temperaturas e do “torvelinho das correntes de ar que sopravam em todas as direcções” com o recurso a “cortinas de cabedal (à moda do tempo)”, tardou todo um dia para percorrer o complicado emaranhado de estradas que ligava a capital àquela parte do Alentejo que mais longe ficava do litoral (“uma zona onde não passavam os grandes caminhos”). Nas suas *Memórias*, Pedro Theotónio Pereira deixou a descrição de um ambiente de harmonia social e política que, globalmente, rodeou a implantação do Corporativismo. Ao testemunhar os eventos que acompanharam a inauguração da primeira Casa do Povo, fica-se inclusivamente com a ideia de que ou bem que aquela instituição já existia ou não era de todo necessária. Isto porque no Dia de Reis, quando a cerimónia muito simples mas muito bem preparada e melhor executada de inauguração se deu, todo o povo não apenas assistiu paciente e devotadamente à missa como ainda, com a mesma disponibilidade, ouviu as palavras de Oliveira Salazar. O chefe do Governo, além de elogiar e de se mostrar emocionado com as “coisas simples e quase eternas que constituíam o património espiritual das gentes de aldeia”, evocou aquelas que deveriam ser as “melhorias cada vez mais justas e necessárias a introduzir na vida de cada dia das populações rurais” e sublinhou que ali em Barbacena tinha lugar o “primeiro acto governamental de 1934.” Segundo o relato da cerimónia, ela terá agradado aos autóctones, trazendo-lhes aparentemente algum benefício material, social e até um certo conforto espiritual. Mas aquilo que estava em causa no Alto Alentejo no dia 6 de Janeiro de 1934 era um acto político com o maior significado, e só a pretensão de o publicitar amplamente, para deles retirar dividendos políticos, justifica uma penosa deslocação ao interior do País – de Oliveira Salazar e de Pedro Theotónio Pereira – para

²⁹² *Ibidem*, p. 166.

²⁹³ Na verdade tratava-se de proceder à colocação da primeira pedra do novo edifício e de dar notícia de que numa pequena povoação se dava início ao processo administrativo de criação de uma Casa do Povo.

“A Reforma Corporativa”

inaugurar na presença de jornalistas da capital a primeira Casa do Povo.²⁹⁴ Por outro lado, a breve descrição feita por Pedro Theotónio Pereira dos acontecimentos que tiveram lugar em Barbacena demonstra que, neste caso concreto, a implantação da primeira Casa do Povo dependeu da acção de Rui de Andrade. “O distinto lavrador [...] propusera-se antes de mais ninguém para presidente da assembleia geral da primeira Casa do Povo que pedira alvará”, fosse por a tal ter sido instado por Theotónio Pereira – o mais provável –, fosse por se ter espontaneamente disponibilizado, sendo assim rapidamente aproveitado pelo Governo para o objectivo que se desejava cumprir.²⁹⁵ Como se isso não bastasse recebeu e alojou no monte de que era proprietário naquela região os representantes do Governo e os jornalistas. Ora o espírito que presidira à criação das Casas do Povo tendia a promover o voluntarismo dos chamados “protectores natos”, ou seja dos grandes proprietários agrícolas que abundavam nas províncias do Alto e do Baixo Alentejo e do Ribatejo. Deles dependeu em grande medida ao longo da sua história, tendo esse facto sido evidente tanto no lançamento da Casa do Povo de Barbacena como no predomínio que este tipo de instituição teve nas regiões do País acima citadas, sendo que fora delas apenas no distrito Braga conheceu uma implantação notável.²⁹⁶ É verdade que não sabemos a medida exacta em que homens como Rui de Andrade terão sido determinantes para o avanço da instalação das Casas do Povo, mas caso a sua predominância tenha sido uma realidade, certamente que limitava muito as suas possibilidades de expansão e, sobretudo, de enraizamento político e social. Mesmo que tenha sido em Janeiro de 1934 uma solução de recurso, a verdade é que Rui de Andrade era um homem de excepção, nomeadamente pelo facto das vantagens que encerrava terem sido também as suas limitações. Senão atenda-se à sua singular biografia. Filho de mãe italiana e pai português, nasceu em Génova em Junho de 1880. Conhecido latifundiário na região do Alto Alentejo, destacara-se pelo seu espírito inovador e empreendedor no sector agrário onde adoptara, nomeadamente na herdade de Fonte Alva, “métodos” dos mais modernos. Monárquico, fora presidente da Câmara Municipal de Elvas (1908-1910) e deputado durante os últimos anos da monarquia, no decurso do sidonismo e ainda, em duas ocasiões, enquanto vigorou a “Nova República Velha”. Em 1934, Rui de Andrade olhava certamente com benevolência e alguma expectativa para a iniciativa que levava Salazar e

²⁹⁴ O impacto político mais imediato foi notado pela comitiva governamental no seu regresso a Lisboa. “[...] havia gente em quase todas as aldeias com o desejo” de “ver e aplaudir” Salazar, sendo que os “primeiros programas de radiodifusão” que “começavam apenas a grande jornada que os havia de consagrar entre os mais poderosos meios de informação” tinham e vinham desempenhando um importante papel no reforço da boa imagem geral do regime mas ainda de promoção da actividade corporativa através da apresentação dos seus primeiros resultados práticos. *Idem, ibidem*, p. 137.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 136.

²⁹⁶ Manuel de Lucena, “Casas do Povo” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento AVE*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 246-248.

“A Reforma Corporativa”

Theotónio Pereira à remota aldeia de Barbacena e que ele na qualidade de grande proprietário agrícola bem conhecia e em boa medida aprendera a saber tutelar.²⁹⁷

De regresso a Lisboa dar-se-á início a mais um ciclo de conferências subordinado ao tema do Corporativismo. Embora não se conheçam as circunstâncias em que se decidiu a sua realização – Pedro Theotónio Pereira apenas disse que tinham como objectivo “alimentar o fogo sagrado” –,²⁹⁸ poder-se-á presumir que tinham como objectivo continuar o exercício de doutrinação e de mobilização de todos aqueles sectores que dentro e fora da Situação ou bem que se mostravam seus adversários, ou bem que se mostravam muito cépticos e pouco empenhados na profunda reforma que o Estado português se manifestaria credor. Recorde-se que em Janeiro de 1934 se estava na fase de lançamento da Acção Escolar de Vanguarda (AEV), um útil instrumento de desmobilização do Nacional Sindicalismo e de aliciamento dos membros deste movimento que vinham passando para o lado do Estado Novo.²⁹⁹ Por outro lado, tratava-se de uma demonstração pública da força e da importância de dois novos organismos criados durante o ano de 1933 e que desejavam empenhados nas tarefas de propaganda do regime e de mobilização em seu torno (Subsecretaria de Estado das Corporações e SPN). Ao mesmo tempo pretendia ser uma iniciativa voltada para a desmobilização dos espíritos que directa ou indirectamente poderiam ser atraídos para o campo do Revivalho ou do chamado pelo regime sindicalismo de feição internacionalista e que precisamente em meados de Janeiro se tinha mostrado activo. Finalmente, foi a fórmula encontrada para, no seio do próprio Governo, se atrelarem ao Corporativismo aqueles que dele mais descaradamente divergiam. Neste último caso, o relato por Pedro Theotónio Pereira nas suas *Memórias* de alguns dos pormenores que envolveram o convite a Duarte Pacheco para que falasse em público sobre um dos aspectos da “reforma do Estado” – a questão das Casas Económicas – seriam premonitórios. Tendo o ministro das Obras Públicas começado por se escusar a dar a sua contribuição, quando transigiu

²⁹⁷ Rui de Andrade seria procurador à Câmara Corporativa de 1935 a 1938 e deputado à Assembleia Nacional entre 1945 e 1957. Dirigente da Causa Monárquica, foi membro da Junta da Casa de Bragança e vice-presidente e presidente da Fundação Casa de Bragança. Rita Almeida de Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, s.e., s.l., Assembleia da República / Edições Afrontamento, s.d., p. 191.

²⁹⁸ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 138.

²⁹⁹ Sobre os problemas causados pelos seguidores de Rolão Preto na periferia do poder ainda em 1934, nomeadamente no distrito de Vila Real, e a forma como as estruturas da União Nacional e, sobretudo, do INTP na região foram de grande utilidade para que o governador civil, Assis Gonçalves, os apaziguasse e integrasse no regime, CLNSRF, *Assis Gonçalves: Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1939*, s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1981, pp. 128-129 e 132. Sobre o significado do processo de “apaziguamento e aliciamento” de velhos e de novos poderes, por parte das autoridades do Estado Novo, no interior predominantemente rural que caracterizava o distrito de Vila Real, Rui Ramos, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)” in *Análise Social*, vol. XXII (90), 1997, pp. 109-135. O autor chama ainda a atenção para o facto da implantação do Estado Novo no “interior rural” – poder-se-á acrescentar que não apenas em regiões com essas características, mas em todo o País –, ter correspondido a “um choque entre a vontade de mudança de alguns sectores [...] da Situação e a persistência dos equilíbrios e sistemas de poderes tradicionais.” Idem, *ibidem*, p. 114.

“A Reforma Corporativa”

não se furtou a deixar cair alguns comentários menos abonatórios sobre os pressupostos e os objectivos do programa corporativo.³⁰⁰ Ora esta atitude antecipava os problemas políticos que Pedro Theotónio Pereira e o Corporativismo iriam sentir entre Fevereiro e finais de Abril de 1934,³⁰¹ e, novamente, a partir de finais desse mesmo ano. Era o sinal das dificuldades que tinha tido e que iria ter se queria enfrentar com êxito aqueles sectores da governação e da sociedade que não se reviam no processo iniciado em Abril de 1933 e renovado em Setembro. Finalmente, a atitude de Duarte Pacheco talvez fizesse prever aquele que viria a ser o desinteresse de Salazar por um projecto que havia parecido querer ter, mas nunca teve, um significado idêntico ao da reforma financeira iniciada em finais de Abril de 1928.³⁰²

Durante a sua passagem pelo Governo, antes da sua partida para Espanha, Pedro Theotónio Pereira protagonizou com Duarte Pacheco – ministro das Obras Públicas – diversos conflitos políticos. Estes além de ajudarem a perceber o ascendente que os dois homens iam ganhando no panorama político do Estado Novo, são o exemplo de outras guerras entre projectos e individualidades que o regime foi conhecendo ao longo da sua história, dando ainda uma noção clara tanto da forma como o regime e os seus governos funcionavam, como das soluções por que Salazar eventualmente adoptava para lhes pôr cobro. Desde, pelo menos, finais de 1933, princípios de 1934, tornou-se evidente que Duarte Pacheco e Pedro Theotónio Pereira representavam duas sensibilidades totalmente distintas na vida do regime. Ambos fortemente políticos mas também possuidores de uma sólida formação tecnocrática, ocuparam no Governo duas áreas que se bem aproveitadas poderiam tornar-se nas mais notadas e, implicitamente, nas mais reputadas. É claro que pastas como as do Interior, das Finanças, da Justiça ou das Colónias tinham uma enorme importância e prestígio. Simplesmente não estavam nas mãos de homens tremendamente aptos politicamente e dispostos a muito fazerem para tornarem as suas áreas de intervenção naquelas que mais prestígio poderiam trazer ao Governo e ao regime e que mais mobilização em seu torno poderiam gerar. Fosse por uma questão de carácter ou de convicções, a verdade é que enquanto Duarte Pacheco queria transformar as Obras Públicas num instrumento de acção, de propaganda, de mobilização política e de eficácia tecnocrática, em que a resolução da questão social, se presente, era apenas instrumental,

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 139-141.

³⁰¹ Coincide também este arufo entre Theotónio Pereira e Salazar com a decisão por parte do Governo de criar a Fundação da Casa de Bragança, facto que indis pôs muitos monárquicos contra o regime. D. Duarte chegaria a publicar em *A Voz* um artigo em que protestava contra tal medida. João Morais e Luís Violante, *op. cit.*, p. 59.

³⁰² “Remédio perfeito há um só: V. Ex.a convencer-se que a reforma do Estado é hoje o problema principal e dirigi-la em pessoa como dirigiu a reorganização financeira. Não percebo mesmo que se fizesse uma nova Constituição e se pretendesse entrar em regime corporativo ser V. Ex.a a comandar a acção. Haverá outras soluções? V. Ex.a dirá.” CLNSRF, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I, (1931-1939), s.e., s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1987, p. 30 (Documento 14).

“A Reforma Corporativa”

Theotónio Pereira, embora olhasse para a sua Subsecretaria de Estado como um instrumento político com características idênticas, não deixou de lhe atribuir desde o princípio um maior pendor e sensibilidade para o ataque aos problemas de natureza social. Para Theotónio Pereira a resolução social era um fim. Não o único. Mas um fim. Assim, enquanto Duarte Pacheco parecia tudo sacrificar ao afã edificador de obras públicas, mas descurando, nomeadamente, os mais elementares direitos dos trabalhadores que com muito trabalho a Subsecretaria de Estado das Corporações e vários organismos na sua dependência vinham impondo, Pedro Theotónio Pereira só compreendia a tão desejada eficácia da acção nas Obras Públicas no caso de não apenas não alienar mas inclusivamente conseguir cativar a massa trabalhadora, respeitando os direitos que iam sendo estabelecidos. E para isso, o Estado, por um lado, e o patronato, por outro, tinham a obrigação de aceitar as regras do Corporativismo.

Com as Obras Públicas teve Pedro Theotónio Pereira que enfrentar não apenas o problema do cumprimento das disposições relativas aos níveis salariais praticados,³⁰³ mas ainda, como já vimos, a uma competição directa sobre se caberia àquele Ministério ou à Subsecretaria de Estado das Corporações a gestão e atribuição de recursos financeiros do Estado a aplicar na construção de “casas económicas”, ou na mediação de acordos laborais entre patrões e assalariados.³⁰⁴ Porém, o mais grave, dizia respeito à forma como descaradamente Duarte Pacheco agia segundo a velha mentalidade “livre cambista”. Embora não se tratasse do único departamento do Estado em que a legislação de protecção social dos trabalhadores não era cumprida, a verdade é que se tratava da mais evidente e, portanto, a que mais punha em causa a autoridade de Pedro Theotónio Pereira e dos serviços e das políticas que, respectivamente, dirigia e conduzia.

O resultado das suas políticas ao longo dos quase três anos em que ocupou a Subsecretaria de Estado das Corporações condenaram Pedro Theotónio Pereira, como ele próprio reconheceu, à hostilidade por parte daqueles a quem o seu trabalho nos domínios do salário justo, da regulamentação do horário de trabalho e da imposição e fiscalização do direito

³⁰³ Sobre a luta entre as Corporações e as Obras Públicas em torno da questão do cumprimento da legislação sobre o salário mínimo após a publicação do decreto n.º 25 701, de 1 de Agosto de 1935, escreveu a dado passo Pedro Theotónio Pereira: “Primeiro que tudo o Estado tinha de dar o exemplo. Nos concursos para adjudicação de obras das mais importantes entrava-se em linha de conta com remunerações que não estavam de acordo com os propósitos duma política social franca e aberta.”

Foi esse outro ponto de atrito constante com os métodos empregados pelas Obras Públicas. Estas últimas não hesitavam em estimular, através das obras que dirigiam, a baixa de salários que as Corporações consideravam para além de certos limites como o inimigo público n.º1. [...] A “mecânica dos contratos colectivos de trabalho” tomaram-se no “método mais justo e eficaz para a revisão do quadro de remunerações.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 201-202. Quanto às dificuldades de aplicação do citado decreto noutros sectores da actividade económica por ele abrangidos, Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 505-565.

³⁰⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 161-162 e 181.

“A Reforma Corporativa”

ao descanso semanal importunava: os patrões. Daí, também, as dificuldades sentidas na constituição dos grêmios previstos no decreto n.º 23 049. Em Fevereiro de 1934, a cristalização da situação era de tal forma evidente que o conteúdo da carta que enviou a Salazar descrevendo as dificuldades sentidas poderia ser repetido vezes sem conta até que saiu da subsecretaria de Estado.

[...] o Subsecretariado e o Instituto Nacional do Trabalho trabalharam quase exclusivamente a massa operária visto que os restantes sectores se retraíram. Organização corporativa é apenas sindicatos e casas do povo. Eu estou absurdamente transformado pela força dos factos numa espécie de procurador infeliz dos interesses proletários. E digo infeliz porque não colho senão insucessos e vejo a confiança fugir-me. V. Ex.a sabe isto há muitos meses. Não me iludo nem iludo V. Ex.a. É tempo de dar remédio ao caso.

Como não era homem para desistir, pelo menos enquanto fosse da opinião de que havia possibilidade de continuar a fazer obra porque podia contar com o empenho de Salazar, dava sugestões de tática e de estratégia política ao chefe do Governo.³⁰⁵ Porém, por finais de Janeiro ou no início de Fevereiro de 1934, tinha já enviado a Oliveira Salazar uma “carta-relatório” em que “demonstrava a absoluta impossibilidade” de se “manter no posto que ocupava.”³⁰⁶ No início de Abril, aproveitando umas curtas férias de Salazar, manda dizer que não pode “continuar nas condições” em que se encontrava, pedindo implicitamente que fosse libertado do cargo. Sem a colaboração activa do chefe do Governo devia ser rendido por outro.³⁰⁷ Insistia neste pedido em finais de Abril, recordando que trabalhava “numa obra isolada e num terreno cheio de perigos graves.” E acrescentava:

Não tenho forma de agir nem de fazer cumprir as novas leis, nem sequer a possibilidade de pedir a intervenção de V. Ex.a porque passam-se semanas que não lhe falo. As minhas medidas não têm oportunidade nem eficiência: há três meses que andam na minha pasta decretos e portarias que não podem ter seguimento. As complicações e os conflitos crescem à medida que tais deficiências se multiplicam [...]. Dentro de poucos meses, não terão conta os desiludidos e os que clamarão que fizemos uma política de bacalhau a pataco. Vão pois tendo razão os espíritos positivos que desde o início disseram que isto era «poesia»...

Para concluir, e uma vez mais, apelava a Salazar para que se empenhasse pessoal e politicamente na direcção da “reforma do Estado” como fizera aquando da “reorganização financeira.” Era óbvio que Salazar se vinha resguardando cada vez mais politicamente, por razões que, pelo menos em parte, estariam ligadas a um afastamento progressivo e uma desconfiança crescente entre o chefe do Governo e o chefe de Estado, consequência de movimentações e intrigas atribuídas a militares afectos aos nacionais sindicalistas. O seu ponto

³⁰⁵ CLNSRF, *op. cit.*, p. 27 (Documento 11).

³⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 30 (Documento 14, 25 de Abril de 1934).

³⁰⁷ *ibidem*, p. 29 (Documento 13, 3 de Abril de 1934).

“A Reforma Corporativa”

alto viria a decorrer das palavras proferidas pelo major Luna de Oliveira e pelo ministro da Guerra, Luís Alberto de Oliveira, nas cerimónias relativas ao 6.º aniversário da eleição presidencial.³⁰⁸ O ministro afirmou ostensivamente que o líder político do regime reconhecido pelos militares era Carmona e não Salazar. A este incidente seguiram-se algumas palavras menos avisadas dirigidas pelo general ao chefe do Governo, reclamando deste o exercício do cargo de forma a não contribuir para a perda de “prestígio pessoal e político” do chefe de Estado.³⁰⁹ Resolvida a crise a contento de Salazar, logo este recuperou Pedro Theotónio Pereira informando-o pelos jornais de que deveria acompanhá-lo ao Porto para participar nas comemorações do 6.º aniversário da sua tomada de posse como ministro das Finanças,³¹⁰ o que implicava ser brindado com um banho de multidão e ter papel activo na cerimónia que dava início à construção de um bairro de casas económicas no Porto – o primeiro a ser iniciado pelo Estado Novo.³¹¹

“«venceremos»”³¹²

Independentemente de Salazar se ter reaproximado do subsecretário de Estado das Corporações depois de vencida a crise envolvendo Carmona e parte do sector militar que era hostil ao chefe do Governo, Pedro Theotónio Pereira não deixou de, um ano após a sua tomada de posse, tentar suprir dentro das suas possibilidades o isolamento político a que vinha sendo votado.³¹³ No seu gabinete no INTP teve lugar uma cerimónia anunciada como espontânea de

³⁰⁸ Finalmente, e contribuindo para uma antagonização de posições entre Salazar e os militares, contribuíram notícias e comentários postos a correr nos jornais por apoiantes do chefe do Governo, na Primavera de 1934, e segundo os quais “Salazar deveria ser o próximo Presidente da República.” José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 178-179.

³⁰⁹ O mal estar entre Carmona e Salazar arrastava-se desde o mês de Março, mas os acontecimentos que conduziram à crise foram provocados pelos acontecimentos ocorridos no dia 15 de Abril em Caçadores 5. No dia seguinte Salazar endereçou a Carmona uma carta onde pedia a sua demissão. Não foi aceite. À tarde estava tudo resolvido e o chefe de Governo saía politicamente reforçado de um incidente que não desejara e tão pouco provocara. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 259-263 e Manuel de Lucena e António Barreto, “Salazar, António de Oliveira” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 338-339. Ver ainda Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000, pp. 52-60.

³¹⁰ CLNSRF, *op. cit.*, p. 31 (Documento 14, 25 de Abril de 1934).

³¹¹ Para uma cobertura pela imprensa da época da visita de Salazar ao Porto e da cerimónia em torno do início da construção do bairro de “casas económicas”, *O Século*, 29 de Abril de 1934.

³¹² *Revolução Nacional*, 3 de Maio de 1934, p. 4.

³¹³ As entrevistas dadas por Pedro Theotónio Pereira ao *Diário de Lisboa* e à *Revolução Nacional*, a 15 de Janeiro e a 5 de Março de 1934, respectivamente, foram também um argumento utilizado para mostrar a quem quisesse ver a vontade política de que o subsecretário de Estado se encontrava imbuído para dar continuidade à sua luta, independentemente das adversidades. A entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, dirigia-se ao sindicalismo relapso e aos grevistas que ainda estariam disponíveis para participar em aventuras grevistas. A entrevista concedida à *Revolução Nacional*, órgão de imprensa da dissidência Nacional Sindicalista afecta ao Estado Novo e política, ideológica e geracionalmente muito próxima de Pedro Theotónio Pereira – o único, dos seus, que fazia parte do Governo –, foi uma forma de marcar as suas posições face ao chefe de Governo e, sobretudo, aos sectores mais

“A Reforma Corporativa”

apresentação de cumprimentos por “colaboradores” e “subordinados” seus. Às 12 horas, “os directores de serviço e assistentes daquele organismo, acompanhados do respectivo secretário geral foram apresentar-lhe cumprimentos e expressar-lhe a sua solidariedade [...]” Ao discurso proferido por um dos homenageantes, respondeu Theotónio Pereira agradecendo e “pondo em relevo o apoio moral, representado por aquela manifestação de simpatia [...]” Incitou depois todos a que redobrassem os esforços, no sentido de ser dada inteira execução à missão nacionalista que lhes esta[va] confiada.” À tarde, para a apresentação de cumprimentos, Theotónio Pereira recebeu a visita dos funcionários da subsecretaria de Estado e das “repartições de Previdência Social, Trabalho e Corporações e Casas Económicas.” Depois de agradecer, despediu-se “apertando a mão aos seus subordinados.”³¹⁴

A visita ao Porto, no decurso da qual acompanhou Salazar, ocupando papel de destaque na comitiva e nos objectivos políticos para ela definidos, assim como as celebrações do 1.º de Maio em Braga, foram um tónico importante para Pedro Theotónio Pereira.³¹⁵ Não apenas por aquilo que significavam em si mesmo, ao mesmo tempo que valorizavam o seu campo de acção política, mas também pelo facto de o terem ajudado a recuperar e a alargar apoios para a conturbada tarefa da reforma do Estado. Em Braga, merecia destaque, além da ampla participação popular nas comemorações,³¹⁶ o desfile de carros alegóricos e, em particular, a presença nesse mesmo desfile de representantes da AEV e do ramo nacional sindicalista afecto ao regime. Estes últimos, “conduziam grandes tabuletas onde se lia: «venceremos»; «dr. Teotónio Pereira»; «pão e trabalho para todos»; «Salazar», etc., e o seu carro tinha o dístico: «Revolução dos trabalhadores».” Juntamente com os filiados na AEV e os representantes de diversas “formações desportistas”, quando no momento do desfile passaram frente à tribuna, “saudaram à romana, levantando o braço direito, ao mesmo tempo que num entusiasmo delirante aclamavam a Ditadura, o Chefe do Estado [...], Oliveira Salazar e o dr. Teotónio

ardentemente corporativistas e nacionalistas do regime, que ainda recentemente haviam estado às ordens de Rolão Preto. A um e a outros prometia não transigir com o patronato naquilo que dissesse respeito à sua integração na ordem corporativa. Por outro lado, declarava a recusa definitiva por parte do Governo de dar aos funcionários públicos qualquer possibilidade de uma futura sindicalização. *Revolução Nacional*, 5 de Março de 1934, pp. 1-3.

³¹⁴ *O Século*, 11 de Abril de 1934, p. 8. Pedro Theotónio Pereira teve a visita dos ministros do Interior e do Comércio e Indústria. O jornal fazia ainda referência às inúmeras felicitações recebidas em forma de telegramas ou de cartões, oriundos de vários governos civis, “câmaras municipais, comissões concelhias da União Nacional, juntas de freguesia, Casas do Povo e comissões administrativas e organizadoras de grande número de sindicatos nacionais.”

³¹⁵ O testemunho do subsecretário de Estado das Corporações sobre os acontecimentos de Braga no 1.º de Maio de 1934, encontra-se em Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 157-161.

³¹⁶ “A multidão estendia-se ao largo do vasto recinto, ouvindo-se constantes «vivas» a Salazar e ao Chefe do Estado, à República Nova e à Ditadura, à religião católica e ao arcebispo primaz” que, com Pedro Theotónio Pereira e o governador civil, além de outros representantes das autoridades, assistia ao desfile de uma tribuna. *O Século*, 3 de Maio de 1934. Tratava-se, aliás, de uma iniciativa que propositadamente procurava envolver o País localizado a norte do Mondego. “Cheguei na véspera [do 1.º de Maio] à tarde à capital do Minho. O movimento de automóveis e camionetas, sobretudo de Coimbra para cima, deixava ver bem claramente o que se preparava.” Idem, *ibidem*, p. 158.

“A Reforma Corporativa”

Pereira.³¹⁷ Finalmente, no “coreto da avenida” dos Combatentes, “exibiu-se, findo o desfile, o «Rancho Minhoto» de Barcelos, nos seus bailados e canções regionais.”³¹⁸ Quando pelo fim da tarde se realizou uma sessão solene no teatro Circo presidida por Pedro Theotónio Pereira,³¹⁹ destacaram-se no uso da palavra o delegado do INTP em Braga, que muito elogiou o subsecretário de Estado ali presente, “condutor e defensor dos trabalhadores de Portugal”, salientando que a ele se devia, “em parte, a organização corporativa.” Depois de terem discursado os representantes dos sindicatos nacionais, falou Pedro Theotónio Pereira. Evocou o significado político da visita triunfal de Salazar ao Porto uns quantos dias antes, fazendo depois um balanço da actividade da sua Subsecretaria de Estado, garantindo que outros problemas iriam ser resolvidos, nomeadamente o “salário mínimo, o horário de trabalho, a previdência [...]” Imediatamente antes, ao dirigir-se aos representantes dos sindicatos mas, também, aos membros ali presentes do Nacional Sindicalismo e da AEV, fez questão de sublinhar que sabendo embora que “muitos desejavam caminhar mais depressa”, deviam os que assim pensavam ter presente que o “Estado Corporativo” era “calmo e metódico”, dizendo publicamente aos mais radicais do regime aquilo que Salazar lhe confidenciava em privado acerca da forma como devia ser conduzido o processo de instituição do Corporativismo português. A outra parte mais significativa do seu curto discurso deixou-a Pedro Theotónio Pereira para elogiar Salazar, recordando aos presentes que era a ele que se devia “a parte mais bela da revolução nacional”: o Corporativismo.³²⁰ Referiu-se, pela primeira vez, numa declaração pública àquilo que significa ser a ameaça constituída por ideias e pessoas “comunistas e comunizantes [sic]”, afirmando que juntamente com o parlamentarismo e o conservadorismo, aqueles ideais tinham de desaparecer.³²¹ Mas o mais significativo de todo o evento foi o facto de Pedro Theotónio Pereira ter sido recebido como alguém que, embora subordinado às directrizes do regime e à autoridade e ao prestígio inquestionáveis de Carmona e Salazar, conquistara ou preparava-se para conquistar o seu próprio espaço político dentro do regime. Disso deu notícia, voluntariamente ou não, tanto *O Século*³²² como a *Revolução Nacional*. Este último, informou

³¹⁷ Theotónio Pereira respondeu fazendo “continência, sendo nesse momento calorosamente aplaudido.” *Revolução Nacional*, 3 de Maio de 1934, p. 4.

³¹⁸ *O Século*, 3 de Maio de 1934.

³¹⁹ Na mesa, e entre outras personalidades e autoridades políticas e militares, encontravam-se os representantes das comissões distrital e municipal da União Nacional, o chefe do Nacional Sindicalismo em Braga, dr. Cerqueira Gomes, e o chefe da sub-delegação da AEV, que não era sequer nomeado. *Ibidem*. “Quando o dr. Teotónio Pereira entrou no palco os N. S. formaram em meia lua, saudando-o à romana, no meio de grandes aplausos da multidão.” *Revolução Nacional*, 3 de Maio de 1934, p. 4.

³²⁰ *O Século*, 3 de Maio de 1934.

³²¹ *Revolução Nacional*, 3 de Maio de 1934, p. 4.

³²² *O Século* noticiava que a “Festa do Trabalho Nacional” em Braga tinha sido promovida pelo delegado das Corporações no distrito, “o sr. dr. Miranda da Rocha.” *O Século*, 3 de Maio de 1934. A cobertura dos acontecimentos

“A Reforma Corporativa”

que Theotónio Pereira começara por ser “alvo de uma delirante manifestação” no início da sessão no teatro Circo. A meio do evento, e a pedido do presidente do Sindicato dos Chapeleiros, prometeu “solenemente” a construção de um bairro operário (“– «O bairro faz-se!»”), levantando-se imediatamente a “assistência” a aplaudir em “delírio, ouvindo-se constantes «vivas» a Carmona, a Salazar, a Teotónio Pereira, Estado Novo, etc..”³²³ Antes, tinha já um estudante colocado sobre as costas do subsecretário de Estado uma capa da AEV, “tendo nessa altura o dr. Cerqueira Gomes oferecido ao dr. Teotónio Pereira uma braçadeira do N. S. que sua S. Ex.a quis colocar no seu braço direito.” Como é óbvio, a “assistência rompeu em entusiásticos e vibrantes aplausos que atingiram o delírio.” Posteriormente, perto das sete da tarde, os camisas azuis seguiram para o hotel onde Pedro Theotónio Pereira se encontrava instalado, fazendo-lhe “uma entusiástica manifestação.”

Os nossos camaradas Ruy Vechi e D. Sebastião Calheiros subiram aos aposentos do sr. subsecretário das Corporações, pedindo-lhe que chegasse à janela.

Nessa altura o entusiasmo dos nossos camaradas atingiu o delírio.

*Milhares [sic.] de pessoas se juntaram nessa altura aos camisas azuis tendo a manifestação ao dr. Teotónio Pereira resultado verdadeiramente apoteótica.*³²⁴

Pedro Theotónio Pereira teve ainda no Hotel Bom Jesus, onde se encontrava hospedado, um “jantar íntimo” oferecido pelo governador civil. Nele participaram várias figuras que colaboravam com a máquina corporativa, tanto a nível nacional como distrital. Esteve também presente o correspondente da Voz em Braga. Para os jornais nada transpirou sobre o

pela *Revolução Nacional* fazia adivinhar que os sectores nacionais sindicalistas integrados no Estado Novo seguiram com particular interesse as cerimónias de Braga. No novo órgão de imprensa nacional sindicalista, vincava-se, em primeiro lugar, o papel assumido por Pedro Theotónio Pereira nas comemorações. Em segundo lugar, destacava-se o contributo dado pelos nacionais sindicalistas para as celebrações, embora referências elogiosas fossem feitas aos representantes da AEV (teriam desfilado 300 nacionais sindicalistas e 400 filiados na AEV). *Revolução Nacional*, 3 de Maio de 1934, p. 4.

³²³ Idem, *ibidem*. O relato parcelar e parcial das circunstâncias em que foi feito o pedido de construção de um bairro de casas económicas em Braga e das razões da aceitação desse pedido, encontra-se em Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 160-161. Sobre o mecanismo financeiro bastante heterodoxo encontrando por Theotónio Pereira para poder financiar a construção do novo bairro, relatando ainda a reacção de Salazar sobre o expediente utilizado para valorizar os recursos do “Fundo das Casas Económicas”, idem *ibidem*, pp. 161-162. Nas comemorações do 1.º de Maio de 1935, em Guimarães, Pedro Theotónio Pereira voltaria a ser principal figura governamental presente. Tal como em Braga, e sem que Salazar tivesse qualquer conhecimento prévio, voltou a prometer a construção de “um grupo de casas económicas” Carta de Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar (9 de Maio [1935]). CLNSRF, *op. cit.*, p. 36 (Documento 19). As comemorações do 1.º de Maio de 1935, demonstraram ainda a existência de uma curiosa proximidade política entre o subsecretário de Estado das Corporações e o presidente da República. A demonstração pública deste facto foi a concretização, no dia 1 de Maio, de uma “audiência especial”, por parte do presidente da República em Belém, aos “representantes dos Sindicatos Nacionais”. Além de Pedro Theotónio Pereira, estiveram presentes os procuradores à Câmara Corporativa e alguns colaboradores do subsecretário de Estado no INTP. *A Voz*, 3 de Maio de 1935, pp. 1 e 6. Não seria a primeira vez nem a última que Carmona elogiava publicamente o trabalho de Pedro Theotónio Pereira, constituindo-se dessa forma num importante apoio político para o cumprimento dos designios políticos do “arquitecto” do Corporativismo português. É possível que Carmona tenha visto em Theotónio Pereira um contrapeso para o protagonismo que neste época Salazar indiscutivelmente gozava no País e no regime.

³²⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 161-162.

“A Reforma Corporativa”

teor das conversas, sabendo-se apenas que não tinham sido feitos quaisquer discursos. Certamente que houve conversas sobre os eventos do dia em Braga, como acerca daqueles que tinham tido lugar no Porto a 28 e 29 de Abril. Abordaram-se provavelmente os múltiplos problemas com que se defrontava a reforma corporativa. De qualquer modo, as entusiásticas manifestações populares do Porto e de Braga eram uma demonstração, aparentemente clara, de que o regime tinha, pelo menos no norte do País, amplo apoio popular, o que é diferente de um apoio unânime ou até maioritário. Mas esse apoio existira, existia. Se no Porto a atenção daqueles que saíram às ruas se centrava em Salazar, em Braga, e muito pela forma como se comportaram “vanguardistas” e “camisas azuis”, o povo aclamou Theotónio Pereira. De repente, a estratégia de recurso a uma activa mobilização dos sectores mais nacionalistas que até aí tinham vivido nas franjas ou mesmo fora do regime, dava-lhe um enorme sinal de força, de dinamismo, de entusiasmo e de juventude. Porém, os acontecimentos de Braga, protagonizados pelos nacionais sindicalistas já integrados no Estado Novo, pelas estruturas do INTP e pela AEV, mostravam que para além de Carmona e de Salazar emergia, por mérito político próprio, no firmamento do regime, uma nova estrela. Essa estrela era o subsecretário de Estado das Corporações, o autodenominado “procurador infeliz dos interesses proletários”.³²⁵ Por mais que Theotónio Pereira não desejasse para si tanto reconhecimento público, a verdade é que no 1.º de Maio em Braga pouco fez para o não receber e o não multiplicar. É certo que no decurso da alocução feita no teatro Circo, recordou o papel primordial de Salazar na obra que o regime tinha já edificado, a começar pelo Corporativismo. Porém, era a ele, mesmo que tivesse já deixado cair algumas afirmações apelando à moderação no processo de execução da reforma do Estado – fazendo suas as ideias que eram, em grande medida, as de Salazar –, que os sectores radicais do regime aplaudiam e, objectivamente, apoiavam.

É natural que quando chegou à subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, Pedro Theotónio Pereira não tenha desejado ou sequer imaginado poder vir a viver uma situação idêntica àquela que ocorreu em Braga um ano e três semanas após a sua tomada de posse. No entanto, e independentemente daquela que seria a sua inclinação natural para promover e protagonizar situações idênticas àquelas que ocorreram em Maio de 1934 na chamada cidade dos arcebispos, a verdade é que para poder vencer as dificuldades que vinha sentindo no exercício do cargo que ocupava, a festa do trabalhador nos moldes em que veio a ser preparada e a decorrer poderia significar um excelente trunfo político e um reforço das suas debilitadas posições. Foram por isso, sobretudo, as circunstâncias políticas que o levaram a

³²⁵ CLNSRF, *op. cit.*, p. 27.

“A Reforma Corporativa”

aceitar a proposta de Miranda da Rocha para patrocinar “uma festa cívica do 1.º de Maio em Braga.” Daí que depois de se ter feito deslocar a Lisboa “para conversar sobre o assunto”, não demorasse “muito em regressar” ao Minho “com luz verde na sua frente.” A partir daí Pedro Theotónio Pereira passou a ocupar-se pessoalmente da organização do evento. “Eu próprio me quis certificar do que podia ser a reacção da Polícia perante aquele plano duma concentração de cem mil pessoas na cidade que vira partir o espírito do 28 de Maio a caminho de Lisboa.” Conseguiu convencer os mais cépticos quanto às vantagens da organização deste tipo de eventos, como era o caso, sobretudo, de Salazar. O chefe do Governo acabou por manifestar “a sua simpatia pelo projecto”, aprovando as “grandes linhas do mesmo” e dando “as suas bênçãos à rapaziada das Corporações.”³²⁶

Mas não era apenas o aperto político em que vivia que favoreciam a realização da festa do trabalho. A institucionalização do Corporativismo e as circunstâncias de luta política à esquerda e à direita em que essa institucionalização se deu, permitiu-lhe criar à sua volta um núcleo forte de rapazes que o viam, dentro do regime, como a única personagem capaz de lhes dar utilidade política e de cumprir as esperanças que os tinham feito trocar o Nacional Sindicalismo de Rolão Preto pelo de Salazar, pela AEV e pelo INTP. Simplesmente, se estes apoios eram suficientes para realizar cerimónias como aquela que descrevemos ou como a que veio a protagonizar na estação do Rossio, em Janeiro de 1938, aquando da sua partida para Espanha, como agente especial do Governo português junto do general Franco,³²⁷ verdade era que não lhe permitiu alterar a orientação global do País, do regime e do Governo, sempre muito moderada, no respeitante ao avanço das reformas do Estado, caso tenha sido esse o seu objectivo. Por outro lado, e até porque revelaria uma enorme megalomania política, apesar da base de apoio que foi construindo à sua volta enquanto foi subsecretário de Estado das Corporações e ministro do Comércio e Indústria, Pedro Theotónio Pereira nunca a utilizou para arquitectar no seio do Estado Novo uma alternativa a Salazar. Os apoios que conquistou serviram-lhe essencialmente para fugir ao isolamento, à insignificância e, em última análise, à morte política. Por isso, e não apenas pela sua fidelidade política e pessoal a Salazar, se viu este obrigado a conservá-lo no Governo até finais de 1937. Que os seus apoiantes tenham imaginado e desejado, em vários momentos dos anos cada vez mais difíceis que decorreram na segunda metade da década de 1930, que Theotónio Pereira fosse melhor aproveitado pelo Governo e pela “revolução”, ou até guindado à chefia de um e de outra, não significa que tivesse sido esse alguma vez o seu desejo. Tal como escreveu uma vez, a propósito do oitavo

³²⁶ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 158.

³²⁷ Ver capítulo VI.

“A Reforma Corporativa”

aniversário da sua morte, que Portugal tinha tido em “António Sardinha o seu profeta dos tempos modernos”,³²⁸ para Pedro Theotónio Pereira, Salazar seria cada vez mais, a partir de Abril de 1928, o sacerdote supremo.

As “[...] plantações floriram num ambiente cheio de esperança.”³²⁹

O restabelecimento da normalidade no relacionamento político entre Pedro Theotónio Pereira e Salazar, permitiu que durante parte daquilo que restava do ano de 1934, o projecto de reforma corporativa viesse a avançar, a ganhar um ligeiro fôlego. Porém, seria sol de pouca dura. No final do ano, e durante 1935, Pedro Theotónio Pereira não tinha qualquer base de apoio fora daqueles meios onde tradicionalmente tinha conseguido angariá-lo, o que não lhe permitia continuar a trabalhar no projecto de institucionalização do Corporativismo. Em Março de 1935, comunicava a Salazar que ia aproveitar o Carnaval para passar uns dias em “casa de parentes no Ribatejo.” E depois informava, dando ostensivamente um sinal ao chefe do Governo daquele que era um relativo desinteresse da sua parte sobre os negócios públicos, que tinha necessidade de se ausentar do País, para acompanhar seu pai, durante “aproximadamente 60 dias”. Mas para que não restassem dúvidas quanto aos verdadeiros motivos da sua ausência, recordava Salazar que não tinha oportunidade de com ele falar directamente havia já “bastante tempo.”³³⁰ Mas havia mais do que isso. Duarte Pacheco vinha conquistando espaço num domínio da acção governativa que Pedro Theotónio Pereira considerava sua pertença, sem que isso implicasse qualquer manifestação ostensiva de solidariedade política da parte de Salazar. Primeiro, Duarte Pacheco conseguira a transferência para o Ministério das Obras Públicas de uma verba antes adscrita às Corporações e que estava destinada à construção de um “bairro operário” prometido em Braga aquando do 1.º de Maio de 1934. Em segundo lugar, o mesmo Duarte Pacheco interferira, através de declarações públicas muito críticas, num acordo laboral conseguido na Carris em consequência da interferência moderadora de Theotónio Pereira. O dito acordo não apenas fora muito difícil de alcançar, como tinha um grande significado político. Consequentemente, Theotónio Pereira teria falado com Salazar pelo telefone “solicitando a sua atenção para o assunto” e pedindo-lhe uns “dias de licença para descansar”, mas não deixando de lhe “entrevêr” que se “sentia ofendido com tal procedimento por parte de um colega.” Concluiu

³²⁸ Pedro Theotónio Pereira, “António Sardinha e a sua missão” in *Gil Vicente*, n.º 1 e 2, IX volume, 1933, p. 13.

³²⁹ *Idem, ibidem*, p. 157.

³³⁰ Pedro Theotónio Pereira seria substituído interinamente pelo subsecretário de Estado das Finanças, Costa Leite (Lumbralles). Carta de 2 de Março de 1935. CLNSRF, *op. cit.*, p. 33.

“A Reforma Corporativa”

as “férias” quando lhe “pareceram suficientes a ausência e o descanso [...]”.³³¹ Também nesta altura, e porque percebia a delicadeza da sua posição política, imediatamente antes ou imediatamente depois das férias passadas na Madeira, Pedro Theotónio Pereira elucidou Salazar sobre as

duas ordens de providências que era preciso adoptar: estender a toda a área do Governo os métodos de acção que a vida moderna exigia e aproveitar as boas oportunidades para oferecer substituição aos membros do Governo já com três ou quatro anos nos postos, que não parecessem felizes com a tarefa.

O próprio oferecia-se para sair, fosse porque estava no limite das suas forças, porque as tarefas já cumpridas podiam perfeitamente ser desempenhadas por outro e, finalmente, porque já ia no terceiro ano de exercício de funções.³³² Curiosamente, porém, falou do assunto a Carmona, confidenciando-lhe a sua “renúncia ao cargo das Corporações.”³³³

De qualquer forma, e ainda antes da ocorrência destes incidentes, no decurso do Verão de 1934, o presidente do Conselho dera andamento a algumas peças legislativas que Pedro Theotónio Pereira considerava essenciais para continuar a por em marcha os seus projectos e para lhe garantirem um mínimo de prestígio e autoridade política no seio do Governo e do País.³³⁴ Mas a condescendência de Salazar era também uma compensação para a participação empenhada do subsecretário de Estado das Corporações, e dos apoios que conquistara no País e no regime, no I Congresso da União Nacional.³³⁵ Na sequência deste, confirmou-se que ao chamado “partido único” incumbiria também a missão de “dar corpo ao ideário corporativo,” participando na “corporativização do regime.” A Comissão Central, “de acordo com as indicações

³³¹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 161-162, 181 e 185-186. Convém notar que o relato que Theotónio Pereira fez nas suas *Memórias* das razões deste “exílio” na Madeira, não coincide, nos pormenores, com o testemunho recolhido na correspondência publicada pela CLNSRF. Sobre a mediação pessoal de Pedro Theotónio Pereira, tendo em vista uma melhoria das condições laborais na Carris, Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 153-157.

³³² Em finais de 1935, numa carta datada de 28 de Novembro, pedia a Salazar para não se esquecer de o substituir à frente da subsecretaria de Estado, recordando que quanto mais depressa tal sucedesse mais rapidamente poderia assumir as suas funções de deputado. Nesta missiva faz menção explícita ao delicado estado de saúde de sua mulher, tomando claro que também do ponto de vista pessoal a sua manutenção no Governo lhe causava importantes transtornos. CLNSRF, *op. cit.*, p. 43 (documento 24).

³³³ Idem, *ibidem*, p. 214. A julgar pelo seu testemunho, 1935 e 1936 foram anos em que nasceu e se consolidou uma certa cumplicidade política e até pessoal entre Theotónio Pereira e Carmona. Este propôs a Salazar a entrega das “insígnias do grande-oficialato de Cristo.” Ao que parece, nas suas viagens pelo País, o chefe de Estado pudera constatar o alcance social e político do trabalho feito pela Subsecretaria de Estado das Corporações. Idem, *ibidem*, pp. 204-205.

³³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 25-26 e p. 32. Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 365-366. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, Salazar veio em socorro de Theotónio Pereira e em defesa de alguns dos pressupostos da reforma do Estado particularmente difíceis de pôr em prática. Nomeadamente, porque ao ter sido anunciada a criação do Centro de Estudos Corporativos, anunciava-se naturalmente a passagem da “fase sindical [...]” para a fase corporativa.” Mas a entrevista foi acima de tudo uma chamada de atenção aos “serviços públicos”, aos “elementos patronais” e aos “trabalhadores” da necessidade de não continuarem a colocar obstáculos ao avanço da “reforma do Estado”. Os apelos, a julgar pelos posteriores desabafos de Pedro Theotónio Pereira junto de Oliveira Salazar, foram muito pouco ouvidos por aqueles a quem se dirigiam. *Diário de Notícias*, 14 de Agosto de 1934, p. 1.

³³⁵ Neste evento, Pedro Theotónio Pereira presidiu à segunda das subsecções (Organização Social da Nação). Augusto da Costa foi o vice-presidente. António Duarte Silva, o Conde de Aurora e o Eng. Higinio de Queirós e Melo, tudo homens das corporações, eram os restantes participantes nesta mesma subsecção.

“A Reforma Corporativa”

do I Congresso” não tardou em criar um Centro de Estudos Corporativos presidido por [...] Pedro Theotónio Pereira, a cuja comissão orientadora deu posse a 12 de Agosto de 1934” e que foi “inaugurado” a 13 do mês seguinte.³³⁶ Por outro lado, a reaproximação de Salazar a Pedro Theotónio Pereira pretendia ainda garantir a disponibilidade deste para fazer parte da lista da União Nacional que se ia apresentar ao sufrágio que definiria a composição parlamentar da primeira legislatura, tal como previa a Constituição plebiscitada em Março 1933.³³⁷ Finalmente, a proximidade política entre Salazar e Pedro Theotónio Pereira que se verifica até finais do Outono de 1934, reflecte as dificuldades políticas daquele na sua relação com os militares e o presidente da República e cujo desfecho será a celebração de um acordo em que “Carmona será o candidato do Governo às eleições presidenciais”, aceitando Salazar convocar rapidamente as “eleições para a Assembleia Nacional e apressar assim o regresso, ao menos formal, à «normalidade constitucional».”³³⁸

Pedro Theotónio Pereira foi então candidato a deputado nas primeiras eleições legislativas do Estado Novo.³³⁹ Foi eleito, como seria normal, em lista única.³⁴⁰ A actividade parlamentar, e sobretudo a própria existência de um Parlamento, mesmo que com as características daquele que vigorou sob a Constituição de 1933, nunca o seduziu.³⁴¹ Habitua-

³³⁶ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, s.e., Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 138. O Centro foi criado para “apoiar e consolidar” a doutrina do Corporativismo, ou ainda para “interpretação e difusão da doutrina.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 175-176. Constituiu-se igualmente o Conselho de Ministros para o Comércio Externo.

³³⁷ As “consultas intensivas” realizadas por Salazar para “constituição da lista da UN”, fez-se logo após a publicação da nota oficiosa de 24 de Outubro de 1934 (“O Momento Político”). Embora o processo tenha sido rápido – rapidez “imposta pela própria exiguidade do prazo fixado pela lei eleitoral” – não significou que estivesse isento “de alguns problemas”, parecendo óbvio que havia mais candidatos a deputados do que lugares na futura Assembleia Nacional para oferecer. Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo. As eleições de 16 de Dezembro de 1934*, 1.ª ed., Lisboa, Edições «O Jornal», 1985, p. 43.

³³⁸ Pelo meio, Carmona aceita aceder à substituição do ministro da Guerra, Alberto de Oliveira – desde Abril desejada por Salazar –, mas opondo-se a que seja o chefe do Governo a sobraçá-la. Passos e Sousa seria escolhido, sendo deste modo estabelecido o consenso possível. Finalmente, e ainda como resultado desta crise político-militar, Salazar anunciará o início do reapetrechamento do Exército e da Armada com o consequente regresso dos militares ao exercício de funções para as quais estavam vocacionados (a defesa nacional em vez da política). Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 21-22.

³³⁹ Uma eleição muito pouco participada segundo o testemunho de António Seabra. Depois de “espreitar” uma “assembleia” de voto, era possível “verificar que os votantes eram menos que raros.” António Seabra, *op. cit.*, p. 163.

³⁴⁰ Sobre as eleições de 1934 e, em particular, a sua “regulamentação legal”, Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 33-41. Pedro Theotónio Pereira, com os seus 32 anos, encontrava-se, num universo de 90 candidatos eleitos, entre os oito candidatos mais novos. *Idem, ibidem*, p. 46 (quadro 1).

³⁴¹ Valha a verdade que quando perdeu o mandato no início da II Legislatura, na “declaração” que anunciou esse facto deu-se notícia de que Theotónio Pereira tinha enviado à Assembleia Nacional uma circular em que informava o seu presidente da consulta que fizera ao Governo sobre a possibilidade de abandonar as suas funções de embaixador e, portanto, assumir o mandato de deputado. *Diário das Sessões*, n.º 14, 11 de Janeiro de 1939, p. 96. Na sequência daquela que foi a sua primeira perda de mandato, em 16 de Dezembro de 1937, Pedro Theotónio Pereira apresentou as suas “despedidas” na Assembleia Nacional, assim como a “expressão da sua maior consideração” além do “testemunho do seu apreço e a expressão da sua mágoa por se ver afastado dos trabalhos” daquela “Casa.” *Diário das Sessões*, n.º 157, 18 de Dezembro de 1937, p. 283.

“A Reforma Corporativa”

se a considerar o parlamentarismo como a causa primeira da decadência que julgava ter Portugal conhecido desde a implantação do liberalismo em 1834. Apesar da primeira renúncia, na sequência da “sua nomeação para uma missão diplomática”, e desta situação se ter continuado a manter nas vésperas da segunda legislatura do Estado Novo (1938-42), Pedro Theotónio Pereira repetiu a sua candidatura ao lugar de deputado. Desta vez foi eleito com 730 387 votos.³⁴² A Assembleia Nacional, na sessão de 10 de Janeiro de 1939, “considerou como tendo perdido o mandato” nos “termos da alínea a) do § 1.º do artigo 90.º” e, sobretudo, “do n.º 2.º do artigo 9.º da Constituição.”³⁴³ Não voltaria a candidatar-se ao cargo. Isto não significa que, por exemplo, como ministro do Comércio e Indústria, no decurso da I Legislatura, tivesse querido, ou sequer podido, ignorar as atribuições da Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa. Em 1937, os problemas da indústria em Portugal, e do seu condicionamento, eram enormes. Só do ponto de vista, e não era pouco, da sua adaptação à legislação que institucionalizara o Estado Corporativo, havia importantes medidas a tomar.³⁴⁴ Como escreveu Theotónio Pereira no relatório que precedeu a proposta de lei apresentada à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa, a nova legislação sobre o condicionamento industrial, embora não estabelecesse, nem pudesse estabelecer, “um regime definitivo”, permitia a “transformação urgente do condicionamento industrial de 1931.” Como se verá, estava-se perante uma realidade imposta pelos princípios que tinham passado a orientar a “organização da vida económica e social”, e que exigiam que “todas as reformas neste domínio se lhes” fossem “conformando”, independentemente de outras “razões,” mais prosaicas, embora também “sérias” e nada “estranhas ao prestígio e ao bom rendimento dos serviços públicos” fossem de considerar, uma vez que estes tinham a “seu cargo tão delicadas quanto importantes funções.”³⁴⁵

“[...] atrevo-me a pedir [...] a minha substituição no cargo [...]”³⁴⁶

As relações com o patronato, ou por outras palavras, a necessidade e a vontade do Governo estender a organização corporativa do Estado através da criação dos grémios obrigatórios (na indústria, comércio e agricultura) e facultativos do comércio e indústria, revelaram-se como tarefa

³⁴² O deputado mais votado nestas eleições foi José Alberto dos Reis, com 736 272 votos.

³⁴³ *Diário das Sessões*, n.º 14, 11 de Janeiro de 1939, p. 96.

³⁴⁴ Também foi muito importante, embora mais curta, a discussão na Assembleia Nacional da “questão dos petróleos”.

³⁴⁵ “Proposta de lei [n.º 172] sobre condicionamento industrial. Relatório” in *Diário das Sessões*, n.º 114, 3 de Fevereiro de 1937. “Câmara Corporativa. Parecer sobre a proposta de lei n.º 172” in *Diário das Sessões*, 3.º Suplemento ao n.º 118, 18 de Fevereiro de 1937. O parecer teve Rui Enes Ulrich como relator. A discussão, na generalidade e na especialidade, na Assembleia Nacional, ocorreu nas sessões de 5, 6, 7 e 8 de Abril de 1937.

³⁴⁶ Carta de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar (28 de Novembro de 1935). CLNSRF, *op. cit.*, p. 43 (Documento 24).

“A Reforma Corporativa”

política tão ou mais complicada do que a criação de Sindicatos Nacionais ou a estruturação e extensão do sistema de Casas do Povo. Note-se que, e compreensivelmente do ponto de vista dos seus interesses, o patronato apenas estaria disposto em fazer cedências políticas e sociais globais, a partir do momento em que tivesse lugar a mudança económica que lhes garantisse uma estabilidade e uma rentabilidade dos negócios que tornassem suportáveis os custos sociais do Corporativismo. Por outro lado, tanto no aparelho de Estado como na sociedade em geral, o Corporativismo era um corpo estranho, não tanto ou não apenas por aquilo que queria introduzir, mas por aquilo que queria destruir. Ainda que muito da tradição liberal portuguesa tivesse sido mantida ou até recuperada pelo Estado Novo, a verdade é que o Corporativismo quis substituí-la, destruí-la. E essa foi uma tentativa que mereceu tanto uma resistência activa como passiva, tanto fora como dentro do regime.

Certo era que desde 1935, senão antes, e apesar da promulgação de diversa legislação corporativa tanto na Subsecretaria de Estado das Corporações como noutros serviços do Estado encontrava grandes resistências da parte daqueles sectores da sociedade que pretendia enquadrar. Não havia “mentalidade” corporativa. Os trabalhadores, em grande número, não desejavam organizar-se de acordo com as fórmulas emanadas da governação. O mesmo sucedia com o patronato – provavelmente numa escala ainda maior. Pretendendo ter o Corporativismo, na óptica dos arquitectos do sistema, uma missão criadora de novos equilíbrios políticos e sociais que, em primeiro lugar, dependiam da forma como na esfera económica os vários interesses se organizavam e aceitavam passar a funcionar, na verdade e apesar dos avanços que se revelavam através da criação de grêmios e de sindicatos, do progressivo alargamento ao mundo rural das Casas do Povo e do início da construção e conclusão de bairros de Casas Económicas, a verdade era que as resistências eram muitas e fortes. Enquanto teve responsabilidades na construção do sistema corporativo português – e tendo-se resolvido optar por uma “aplicação gradual das nossas ideias a todo o país” –, não paravam de crescer as opiniões daqueles que se “queixavam da excessiva pressa com que o sector reformista estava agindo.”³⁴⁷ Ora, apesar da moderação e do cepticismo de muitos, o Estado tinha tendência a interferir cada vez mais de forma a impor o seu programa, mesmo que os resultados da sua interferência tendessem a ser escassos e com custos políticos não despreciandos. Apesar da violência que o regime sempre utilizou para atingir vários fins mas, também, para tornar a economia, a sociedade e o sistema político corporativos, a verdade é que caso se quisesse executar com eficácia e celeridade o programa que estava explanado na Constituição ou no

³⁴⁷ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 165.

“A Reforma Corporativa”

Estatuto Trabalho Nacional, o seu recurso à violência teria de ser muito maior. E isso, como regra, nunca aconteceu. O regime foi violento muito mais para se manter do que para ser aquilo que tinha prometido ser.

Por exemplo, quando a 14 de Novembro de 1934, no “salão nobre da Câmara Municipal de Gaia” foi “assinado o primeiro contrato colectivo de trabalho em conformidade com a doutrina do Estatuto do Trabalho Nacional”, envolvendo o “Grémio dos Exportadores de Vinhos, os industriais da tanoaria do Porto, Gaia e Matosinhos e o Sindicato Nacional dos Operários Tãoeiros e Ofícios Correlativos do Porto”, apenas com condescendência esse acto podia ser interpretado como um êxito da reforma corporativa enquanto fenómeno que pretendia envolver todo o País.³⁴⁸ É verdade que à data da sua assinatura tinham passado apenas cerca de 14 meses sobre a publicação da primeira grande vaga de legislação corporativa. Simplesmente, e mesmo que sempre se tivesse afirmado que para que tudo corresse bem não se avançaria nunca muito depressa, a verdade é que ninguém estava disposto a esperar indefinidamente pela conclusão de uma obra, enquanto inúmeros problemas não apenas não se resolviam como se iam acumulando, acumulando-se não apenas porque não se resolviam mas porque apareciam sempre outros novos, muitas vezes mais sérios e mais graves. Ao fim de um ano assinara-se o primeiro contracto colectivo e já se haviam constituído vários grêmios, sindicatos nacionais e Casas do Povo. Simplesmente o grosso do País vivia na sua grande maioria fora da nova ordem e era, por isso, muito difícil continuar a pedir sacrifícios em troca de poucas ou nenhuma certeza. Além disso, pela sua natureza, a estrutura do Corporativismo português obrigava a uma intervenção sistemática do Estado na resolução de problemas políticos que tinham lugar ora na esfera social ora na esfera política. Como é natural tal intervenção resultava amiúde na insatisfação de pelo menos uma quando não de todas as partes envolvidas em disputas. Mas se, por outro lado, se procurasse avançar com a opção problemática de acelerar a institucionalização do Corporativismo, os custos políticos a serem pagos poderiam ser ainda maiores, insuportáveis mesmo. As dificuldades existentes e as resistências impostas à reforma do Estado tenderiam a agravar-se, colocando-se em causa os fracos equilíbrios que sustentavam o regime. Ora acontece que nem a liderança do regime, a começar por Salazar e acabando em Carmona, como uma parte significativa da sua base política, económica e social de apoio, não estavam dispostos a protagonizar ou sequer a apoiar um movimento de ruptura. O Estado Novo, independentemente da sua retórica revolucionária, era acima de tudo um regime conservador que sabia poder apenas afirmar-se pela superação daquela que tinha sido a

³⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 167.

“A Reforma Corporativa”

característica essencial da República e da Ditadura Militar: a instabilidade. O Corporativismo era por isso credor de uma impossibilidade. A impossibilidade de crescer e de se afirmar no ritmo virtualmente previsto ou em passo acelerado, rompendo com os cânones da velha sociedade, da velha economia, da velha política. É claro que à medida que os anos foram passando o Estado e a sociedade portuguesa foram-se tornando cada vez mais corporativistas.

Foram estes dilemas que atormentaram Pedro Theotónio Pereira enquanto teve responsabilidades governativas tanto na Subsecretaria de Estado das Corporações como no Ministério do Comércio e Indústria. A pretensão manifestada por Pedro Theotónio Pereira, em Abril de 1933, de querer, para iniciar a reforma do Estado, que fosse criado um Ministério das Corporações e não uma Subsecretaria de Estado, mesmo que na dependência da presidência do Conselho, era uma consequência das dificuldades previstas. Por, supostamente, se tratar duma opção menos “flexível” do que aquela que viria a ser adoptada, Salazar recusou-a liminarmente.³⁴⁹ Mas dados os primeiros passos, Pedro Theotónio Pereira reforçou a sua convicção de que a continuação do esforço de reforma do Estado feita a partir da Subsecretaria de Estado tendia a condená-la ao fracasso. Por isso, e depois de constatar que o País tinha respondido muito favoravelmente aos desafios lançados pela promulgação da Constituição e da legislação de 23 de Setembro, perguntava nas suas *Memórias*:

Que devíamos fazer? Prosseguir na política do Estatuto do Trabalho Nacional e adaptar progressivamente às novas realidades os sectores limítrofes, ou partir do princípio de que o Estado devia cuidar, tanto quanto possível simultaneamente, da sua própria reforma e preparar-se para realizá-la sem perda de tempo?

Tendo em conta as suas convicções e, sobretudo, a observação que fazia muitas vezes *in loco* da resposta do País à nova realidade que lhe era imposta, parecia-lhe indiscutível ser apenas necessário mas também possível prosseguir com a “reforma” em novos e mais ambiciosos moldes. Mas se nos “diversos meios – grandes e pequenos – da vida da Nação” haveria tal abertura – o que é, no mínimo, discutível –, existiam “várias zonas da política em que se achava que as coisas não eram para grandes pressas e em que se entendia que a evolução dos «factos da vida» económicos e sociais não era afinal urgência de sangria desatada.” Perante este dilema, e para que se cumprisse aquilo que do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira parecia a melhor opção a ser tomada, a atitude de Salazar era essencial. Ora Salazar, eventualmente mais por necessidade do que por convicção, nunca respondeu aos apelos mais ou menos velados, mais ou menos declarados feitos por Theotónio Pereira, manteve-se sempre

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 178.

“A Reforma Corporativa”

em ritmo moderado em matéria de construção do Corporativismo.³⁵⁰ E era lógico que assim fosse, uma vez que não fazia qualquer sentido que estando as coisas a correr bem, como pretendia, em parte, Pedro Theotónio Pereira, que alterasse o ritmo e a estratégia. Da mesma forma que, estando o avanço do Corporativismo a correr mal, ou menos bem, não tinha qualquer lógica política forçar com o avanço de um programa que em boa medida os portugueses manifestamente recusavam ou, pelo menos, apenas parcialmente aceitavam.

Pelo menos enquanto se manteve à frente da Subsecretaria de Estado das Corporações, e passados os primeiros meses, eventualmente a partir de 1935, Pedro Theotónio Pereira foi insistindo cada vez mais na bondade de uma solução que tornasse todo o Estado corporativo e não apenas a Presidência do Conselho. Em boa medida, a criação do Conselho Corporativo e do Centro de Estudos Corporativos foram uma cedência de Salazar a esta pretensão de se avançar no sentido da corporativização do Estado. Mas era pouco.³⁵¹ Não se chegou nem à criação de um super Ministério das Corporações que tutelasse toda a sociedade e todo o Estado, nem à criação de uma subsecretaria de Estado das Corporações em todos os Ministérios.³⁵² Esta impossibilidade, além de travar o avanço do Corporativismo, causava enormes problemas a Pedro Theotónio Pereira, fosse na sua relação com a realidade social e política com a qual tinha de trabalhar, como com os restantes organismos do Estado que ou bem que ignoravam a reforma corporativa e a sua prioridade, ou então a iam realizando ao sabor das suas conveniências e das sensibilidades que as comandavam.³⁵³ Assim, a passagem de Pedro Theotónio Pereira para a pasta do Ministério do Comércio e Indústria, pretendeu não permitir que ficasse fora do Governo uma personagem que se tornara politicamente muito relevante e reunira muitos apoios o que, portanto, poderia causar alguns problemas políticos, mas sobretudo garantir que numa esfera da acção política onde ainda muito havia para ser feito de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da estrutura corporativa, o seu novo titular pudesse continuar a agir no domínio que continuava a sentir ser o seu. O Ministério do Comércio e Indústria não era ainda o Ministério das Corporações, mas tratava-se de uma importante

³⁵⁰ “Habitado a conversar com o Dr. Salazar em termos de absoluta franqueza, fui-lhe dizendo sempre o que pensava da política nacional.”

³⁵¹ Além da Câmara Corporativa ter iniciado funções constituída por procuradores nomeados pelo Governo, o que significava uma perversão dos termos em que fora pensada política e constitucionalmente.

³⁵² Uma vitória importante para Pedro Theotónio Pereira no ano de 1935 seria a criação da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Decreto-lei n.º 25 495, de 13 de Junho de 1935. Sobre a “Génese da FNAT”, José Carlos Valente, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, s.e., Lisboa, Colibri/INATEL, 1999, pp. 40-52.

³⁵³ “As maiores dificuldades vieram frequentemente por parte de reconhecidos correligionários – ornamentos do funcionalismo público ou inclitos representante dos interesses privados. As resistências e as complicações começavam a soprar ordinariamente como ligeiras brisas, mas não raro mostrando tendências para se transformarem em ventanias desenfreadas. Havia que estar prevenido para acudir com pronta reacção. E tudo se recompunha.” *Ibidem*, pp. 180-181.

“A Reforma Corporativa”

estrutura política e administrativa que se poderia juntar à Presidência do Conselho e à sua Subsecretaria de Estado das Corporações para engordar as “guardas avançadas da política” que vinham executando a política de reforma de Estado.³⁵⁴

“[...] uma situação menos difícil que a das Corporações.”³⁵⁵

À medida que se aproximava o final do ano de 1935, foi-se degradando a relação política entre Pedro Theotónio Pereira e Oliveira Salazar.³⁵⁶ As razões desta degradação, e segundo o testemunho do então subsecretário de Estado das Corporações, estavam, podemos recordá-lo, intimamente relacionadas com o facto do chefe do Governo ter uma “diferente medida do tempo e sentido de oportunidade” sobre as reformas políticas a adoptar no domínio da “reforma do Estado.” Especialmente no decurso do ano de 1935, Salazar não hesitou em dizer “não” a Theotónio Pereira quando o tinha que dizer. Um “não” que significava essencialmente, face às muitas dificuldades surgidas, que em vez de se encetar “uma determinada manobra, não era raro que, na sua voz invariavelmente calma, ele recomendasse apenas que se aguentasse o rumo” ou, “então”, era “vê-lo cerrar os beiços e remeter-se a um silêncio total” que “mais impacientava ainda os que sentissem dúvidas acerca da sua reacção do momento.” Apesar de ter acabado por reconhecer a bondade das posições de Salazar e das suas capacidades políticas, em finais de 1935 Pedro Theotónio Pereira entregou o seu “pedido de renúncia”. Aparentemente, e do ponto de vista de Salazar, tratou-se de um gesto que lhe aumentou as contrariedades, uma vez que tinha consequências políticas que não podiam ser ignoradas. Assim sucedia, em primeiro lugar, porque a coesão do Governo se vinha degradando e se tinha tornado cada vez mais óbvia a necessidade de uma remodelação. Ora a demissão de Pedro Theotónio Pereira precipitaria essa remodelação. Por outro lado, convém recordar que Theotónio Pereira ganhara o seu espaço político dentro do regime, reunindo à sua volta o apoio dos inúmeros dirigentes e funcionários nascidos com o aparecimento, crescimento e afirmação da nova estrutura corporativa, algo que não permitia que a sua demissão fosse tratada como um problema menor.³⁵⁷ Gente que se revia no seu programa político, no seu carisma, na sua

³⁵⁴ Pelo testemunho deixado nas suas *Memórias*, é muito possível que tivesse manifestado a Salazar a sua preocupação pelo facto das “pastas económicas” estarem “atrasadas na sua conversão às necessidades do momento presente e sobretudo dum futuro próximo.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 212.

³⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 228.

³⁵⁶ As zangas teriam “muito pouco” provocadas “por divergências pessoais que, não obstante, são o vale de lágrimas da nossa vida terrena, a causa dos mais graves conflitos entre os indivíduos e as nações.” *Idem, ibidem*, p. 224.

³⁵⁷ Veja-se, por exemplo, o conteúdo da mensagem endereçada na Câmara Corporativa à “Presidência do Conselho” pelos representantes “das profissões livres, das artes e do trabalho organizado [...]” que aí iriam passar a ter assento. Dirigindo-se pessoalmente a Pedro Theotónio Pereira no dia 23 de Setembro de 1935, além dos elogios

“A Reforma Corporativa”

competência e que tanto podia sentir-se traída ou descontrolada, como levada a atitudes que poderiam ir desde o confronto político directo contra determinados sectores do regime, como a uma desmobilização, desmoralização ou divisão, cujos custos para o Governo e o regime seriam certamente de evitar. Por outro lado, e quanto a apoios, Theotónio Pereira era o mais notável e notado representante do sector monárquico, que se confundia com a direita radical, apoiante do regime no Governo, pelo que também por isso não podiam ser ignoradas as suas movimentações.³⁵⁸ Por tudo isto, e como salientou implicitamente Theotónio Pereira, o seu pedido de resignação foi uma tentativa parcialmente conseguida de ganhar margem de manobra política, numa jogada de antecipação que retirava alguma iniciativa ao chefe do Governo, e que tinha como objectivo conquistar mais poder e representatividade para aquilo (Corporativismo³⁵⁹) e aqueles que representava (sectores nacionalistas monárquicos e corporativistas). Procurando que a sua atitude pudesse vir a ser “uma boa demonstração útil para o regime”, uma vez que era possível manter e evidenciar “firmeza [...] sem que isso implicasse a sua excomunhão”, salvaguardando ainda a imagem de Salazar, normalmente tido como “um déspota intratável [...] que não tomava em consideração a vontade dos outros”, a saída de Pedro Theotónio Pereira desejava ainda calar aqueles que – sobretudo “certos comentadores estrangeiros” – questionavam a sua “lealdade política” e “amizade pessoal” para com o presidente do Conselho.³⁶⁰

A sua jogada foi bem sucedida, provavelmente mais do que seria expectável. Embora parte desse êxito não possa ser imputado directamente à iniciativa política de Pedro Theotónio Pereira, a verdade é que cerca de quinze dias após a aceitação da sua demissão – quando se declara uma crise ministerial que Salazar não desejava mas que se revelava cada vez mais inevitável –, pôde escolher o seu sucessor à frente da subsecretaria de Estado que desejava

produzidos à pessoa de Salazar e do seu subsecretário de Estado das Corporações, recordavam: “«Mas não menos frequentemente terá V. Ex.a sofrido dissabores, ingratidões, resistências iníquas dos que tinham o dever de corresponder à nobreza e ao desinteresse do seu esforço, a vil incompreensão dos que não estão à altura do momento que passa e daqueles que não desistem mesmo do regresso à anarquia doutro tempo para melhor satisfação dos seus ilegítimos interesses.»” *Ibidem*, p. 219.

³⁵⁸ Segundo Marcello Caetano, “depois de 1933 formou-se à volta de Pedro Theotónio Pereira uma falange monárquica; e logo à volta de Manuel Rodrigues Júnior a falange republicana. Os dois grupos digladiavam-se e, como sempre sucede nas lutas de facções, não faltava a troca veemente de palavras feias com críticas infundadas e apreciações injustas. Os dois não conseguiram isentar-se da rixa dos amigos, e para quem como eu, era amigo dos dois, criavam-se, frequentemente, situações incómodas. [...]”

Enfim, tudo isso se esbateu com a saída de Pedro Theotónio Pereira para Espanha.” Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 108.

³⁵⁹ A sua demissão do cargo de subsecretário de Estado das Corporações pretendia ser uma demonstração clara de que, uma vez posta de pé a “máquina corporativa”, não era “acertado que se lhe reservasse um papel secundário e accidental entre as instituições da Nação.” *Ibidem*, p. 224.

³⁶⁰ *Ibidem*.

“A Reforma Corporativa”

abandonar – optou por Manuel Rebelo de Andrade³⁶¹ –, foi convidado para ocupar o cargo que na estrutura governamental existente lhe permitia continuar, agora com maior protagonismo e poder, a obra que iniciara mas deixara incompleta nas Corporações,³⁶² ao mesmo tempo que via ser afastado de responsabilidades governativas uma das figuras que no firmamento político português mais problemas lhe causara entre 1933 e 1935: Duarte Pacheco. Independentemente da sua rivalidade com Manuel Rodrigues, não apenas os problemas políticos acumulados com Duarte Pacheco eram muito significativos, como o ministro das Obras Públicas era entre os ministros do Governo o único com carisma comparável ao de Theotónio Pereira. Daí que a saída de Duarte Pacheco fosse uma vitória pessoal e política importante, mesmo que Salazar não tivesse sacrificado Duarte Pacheco para agradar ao indigitado ministro do Comércio e Indústria.³⁶³ Finalmente, Theotónio Pereira teve a seu favor o desgaste político do seu antecessor, Sebastião Ramires, muito criticado “pelos meios económicos” que lhe atribuíam “as dificuldades existentes.”³⁶⁴

³⁶¹ Não apenas pôde escolher um homem da sua confiança pessoal e política para as Corporações, como Salazar aceitou que o Ministério do Comércio e Indústria e Subsecretaria de Estado das Corporações se associassem. *Ibidem*, p. 228. Também aqui Theotónio Pereira conseguiu uma importante vitória tática, embora ficasse muito a dever ao facto de Salazar sentir e ter a necessidade cada vez maior de se concentrar na “reforma” do Exército e noutras questões da Defesa Nacional mas, também, na política externa. Nesta altura, e apesar de Armindo Monteiro ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros, Salazar começou a estudar “os relatórios dos representantes portugueses no estrangeiro; e nas ausências do ministro está em contacto assíduo com Teixeira de Sampaio”, secretário geral naquele Ministério. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 353. Sobre o renovado interesse de Oliveira Salazar pelos problemas da instituição militar a partir do início de 1936, tentando inclusivamente, embora sem êxito, ocupar a pasta da Guerra aquando da remodelação governamental, *idem, ibidem*, pp. 351 e ss. Na verdade, os problemas com a instituição militar tinham sido para Salazar uma constante desde, pelo menos, 1934. Telmo Faria, *op. cit.*, pp. 53-66. Sobre o desenvolvimento destes mesmos problemas nos primeiros meses de 1936, *idem, ibidem*, pp. 86-121.

³⁶² “Pedro Theotónio Pereira insiste em abandonar as Corporações e Previdência Social: considera que as estruturas fundamentais do corporativismo estão implantadas: e o seu temperamento leva-o a pretender novos horizontes.” Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 350. Do ponto de vista de Theotónio Pereira, a sua “colaboração” com Rebelo de Andrade abriu as portas “a uma aliança estreita de cooperação do económico com o social.” Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 312.

³⁶³ Substituído por Joaquim José Silva Abranches. Note-se que Duarte Pacheco apenas regressaria ao Governo em Maio de 1938, quando Pedro Theotónio Pereira se encontrava já em Espanha a exercer as funções de agente especial junto do general Franco. Sobre a saída de Duarte Pacheco do Governo, em Janeiro de 1936, Franco Nogueira escreveu: “Acima de tudo, porém, está posto o caso Duarte Pacheco. No país, este é popular e admirado; mas o seu dinamismo atrabiliário lesou muitos interesses particulares; politicamente tem a oposição dos meios da União Nacional e da ortodoxia do regime; e uns e outros pretendem o seu afastamento. Salazar hesita, e solicita que lhe sejam indicados nomes para o substituir.” *Idem, ibidem*, p. 351 (itálico no original). Para Pedro Theotónio Pereira, o ministro Joaquim Abranches foi “um engenheiro distintíssimo e um trabalhador incansável.” Politicamente nada significava. Depois dos trabalhos provocados por Duarte Pacheco, foi um alívio para o novo ministro do Comércio e Indústria. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 227. Convém ainda recordar que desde Abril de 1935, Sebastião Ramires e Duarte Pacheco eram os dois ministros mais criticados por certos sectores militares. Telmo Faria, *op. cit.*, pp. 73-74 e 85. Infelizmente, o autor não adianta os motivos dessas críticas, como também não afirma que a saída daqueles ministros do Governo se tivesse devido apenas à pretensão de Salazar acalmar certos sectores da tropa.

³⁶⁴ Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 351. Na verdade, parece que a saída de Sebastião Ramires se terá devido a questões pessoais e não políticas. Embora seja previsível que Salazar tentasse, em qualquer circunstância, dar um Ministério a Pedro Theotónio Pereira, a verdade é que do ponto de vista dos seus interesses e dos de Salazar, a nomeação de Theotónio Pereira para o Comércio e Indústria pareceu ter sido possível apenas graças à forma

“A Reforma Corporativa”

O convite a Theotónio Pereira para que viesse a desempenhar as funções de ministro do Comércio e Indústria terá sido feito, segundo conta nas suas *Memórias*, de surpresa. Para quem tinha manifestado desejo de regressar à sua actividade privada e estava ainda disposto a ocupar tranquilamente o seu assento na Assembleia Nacional – podendo aí, eventualmente, recordar com gosto os tempos em que, ainda adolescente, assistia às atribuladas sessões do parlamento sidonista –, a aceitação da indigitação foi demasiado rápida. Se a esse facto juntarmos um outro: o de que Pedro Theotónio Pereira era amigo pessoal e cúmplice na acção política de Sebastião Ramires, mais facilmente se percebe que com toda a certeza não apenas sabia que podia vir a ser convidado, como conhecia os motivos que levavam à saída do seu antecessor e à opção que por ele tomara Salazar. Muito provavelmente terá sido previamente sondado e apresentado as suas condições para um regresso ao Governo mesmo que, tal como confessa nas suas *Memórias*, não tenha escolhido a pasta do Comércio e Indústria.³⁶⁵

Aquilo que de mais significativo representou a passagem de Pedro Theotónio Pereira da Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social para o Ministério do Comércio e Indústria, esteve associado ao facto de, como ele rapidamente terá compreendido uns dias depois de ter começado a desempenhar novas funções governativas, ter deixado de ser num abrir e fechar de olhos “o protector dos *direitos* legítimos dos trabalhadores” para se “transformar no árbitro dos não menos legítimos *interesses* dos industriais.”³⁶⁶ Do ponto de vista político e pessoal era uma mudança que poderia ter enormes consequências – irreparáveis mesmo – porque de repente poderia perder toda a rede de apoios que laboriosamente construira desde, pelo menos, Abril de 1933.³⁶⁷ Poder-se-á dizer que a estes poderia juntar outros, em virtude da natureza das novas funções. Mas apenas muito dificilmente tal podia acontecer. Se as classes trabalhadoras se tinham visto forçadas a aceitar – se é que alguma vez aceitaram –, a bondade do Corporativismo apenas a troco da implementação de alguns direitos sociais, muito teria Pedro Theotónio Pereira que porfiar no exercício das suas novas funções para não alienar aqueles e,

oportuna como se manifestou um problema pessoal de um ministro. Entrevista com o eng. Fernando Sanchez Ramirez. Évora, dia 15 de Março de 2004.

³⁶⁵ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 226-227. No dia em que foi visitado por Pedro Theotónio Pereira no Ministério do Comércio e Indústria, Sebastião Ramires estava francamente “desolado” com a sua saída do Governo. O novo titular assegurou-lhe que a “pasta” não fora “escolha” sua. Mais tarde voltaram a encontrar-se para falar sobre os assuntos respeitantes ao Comércio e à Indústria. Coincidência, ou não, na sua “primeira semana no novo Ministério surgiu um incidente” decorrente das “conclusões que Salazar fizera à indústria das conservas de peixe quatro ou cinco anos antes [...]”. Convém por isso recordar que eram por demais conhecidos os laços de Sebastião Ramires e de familiares seus à indústria das conservas de peixe. *Idem, ibidem*, pp. 228-230.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 230 (itálico nosso).

³⁶⁷ Na notícia sobre a tomada de posse do novo Governo, na biografia sobre Theotónio Pereira o redactor do Diário de Notícias destacava: “[...] Durante o seu período académico destacou-se logo como um vibrante elemento das campanhas nacionalistas, acompanhando António Sardinha, de quem foi amigo íntimo. Colaborou largamente em jornais e revistas de carácter erudito e social. [...]” *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1936, p. 1 (1.ª coluna).

“A Reforma Corporativa”

ao mesmo tempo, conquistar também o patronato para a causa do Corporativismo. Por muito que a doutrina do Corporativismo o desejasse, certo era que a enunciação destes não era suficiente para sanar interesses naturalmente divergentes e, até, em muitos casos, absolutamente opostos.³⁶⁸

Quando a 18 Janeiro 1936 (dois anos depois do emblemático “18 de Janeiro), Pedro Theotónio Pereira tomou posse como ministro do Comércio e da Indústria,³⁶⁹ tinham passado cerca de oito meses desde a promulgação da Lei de Reconstituição Económica.³⁷⁰ Não parece, por isso, que a remodelação governamental que teve lugar no início de 1936, a 18 de Janeiro, com a passagem de Pedro Theotónio Pereira para a chefia do ministério do Comércio e Indústria tenha tido algo que ver com um desejo por parte de Salazar em escolher alguém com um talento especial para colaborar na boa aplicação daquela importante lei, ou pelo menos num sector específico, mas sim razões estritamente políticas ligadas a necessidades de realinhamento e reequilíbrio no Governo e no regime. No desempenho do seu novo cargo, e segundo os recursos postos à disposição dos vários ministérios directamente ligados à obra de “reconstituição” económica e ao plano estratégico que lhe era inerente, Pedro Theotónio Pereira tinha como obrigação investir, ou promover o investimento, em “pesquisas carboníferas”, no “fomento mineiro” e colaborar financeiramente na “construção do caminho de ferro do couto mineiro do cabo Mondego.”³⁷¹ Sendo importantes, mas não excepcionais, os recursos financeiros previstos para investimento ao abrigo da Lei de Reconstituição Económica, tanto por causa dos condicionalismos orçamentais subjacentes ao compromisso de equilíbrio das contas públicas, como pela necessidade de canalizar, como consequência da agitada situação política

³⁶⁸ Sobre a impossibilidade do Corporativismo português, pela sua natureza estatista, Fernando Rosas (coord.), *op. cit.*, pp. 279-281. Na qualidade de fonte inspirador do seu homólogo português, uma breve descrição dos motivos que levaram ao fracasso do Corporativismo italiano, enquanto sistema económico capaz de superar o “velho antagonismo entre capital e trabalho”, Denis Mack Smith, *Mussolini, s.e.*, Londres, Phoenix, 1994, pp. 118-119.

³⁶⁹ Considerações sobre a orgânica do Ministério, a sua escassez em recursos humanos qualificados e a crescente burocratização da actividade política na pessoa do ministro, Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 249-250. Para obviar alguns problemas, a primeira medida tomada foi a criação do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria (decreto-lei n.º 26 370 de 24 de Fevereiro de 1936). Com ele pretendia o novo ministro proceder à “formação” de “elementos de acção” (“negociadores”) que eram de “urgentíssima necessidade.” *Idem, ibidem*, pp. 250-252. Na verdade era o “elemento de coordenação da actividade económica dos vários organismos corporativos dependentes do mesmo Ministério [...]” CLNSRF, *op. cit.*, p. 62 (Documento 31a). Sobre a reestruturação do Ministério em moldes corporativos, Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, pp. 309-311.

³⁷⁰ Lei n.º 1914, promulgada a 24 de Maio de 1935. Ana Bela Nunes e Nuno Valério, “A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução: Um exemplo dos projectos e realizações da política económica do Estado Novo” in *Estudos de Economia*, vol. III, n.º 3, Abril-Junho, 1983, pp. 331-359. Previam-se, nos diversos sectores, um gasto global de 6 500 000 contos em quinze anos.

³⁷¹ Em 1936 e 1937, e ao abrigo da Lei de Reconstituição Económica, não foi gasta qualquer verba em “fomento mineiro” ou em subsídios para a “construção do caminho de ferro do couto mineiro do cabo Mondego.” Em “pesquisas carboníferas” foram gastos em 1936 e 1937, respectivamente, 100 mil escudos e pouco mais de 200 mil escudos. *Idem, ibidem*, pp. 338 e 355.

“A Reforma Corporativa”

internacional e da base militar do regime,³⁷² uma percentagem elevada das receitas públicas para a Defesa, não favoreciam sectores como o Comércio e a Indústria. Se esquecermos o volume de recursos canalizados para o apetrechamento das Forças Armadas, verdade é que Pedro Theotónio Pereira chegou a um Ministério a que fora incumbido o investimento nas outras duas áreas estratégicas consideradas mais relevantes: a energia e os transportes.³⁷³

A “Lei de Reconstituição Económica”, pelo seu “carácter”, não podia ser entendida, por razões tanto económico-financeiras como político-ideológicas, como uma espécie de “plano quinquenal de economia dirigida” – uma das “preocupações” demonstrada pelos deputados no momento da sua discussão. Mas não se tratava, igualmente, de um simples “plano de investimentos ou de meros gastos”. Resumia-se a um “cálculo de disponibilidades financeiras e uma lista de prioridades para a sua aplicação”, algo que dependia de vários factores, a começar pelo facto de o País não dispor de “capacidade para fazer melhor”.³⁷⁴ Esta falta de quadros, a todos os níveis, que dificultava o esforço modernizador a que o regime se propunha, fora várias vezes deplorada por Pedro Theotónio Pereira, no campo da política social, quando na qualidade de subsecretário de Estado se preocupava com a instituição do Corporativismo. Apesar da sua importância, a “Lei de Reconstituição Económica” pouco ou nada dizia respeito a Pedro Theotónio Pereira e ao Ministério do Comércio e Indústria.

De qualquer modo, a passagem de Pedro Theotónio Pereira pelo Ministério do Comércio e Indústria seria marcada por aspectos relevantes para a sua biografia política, mas que também seriam importantes na história daquela área da governação e na história económica e política do País durante o Estado Novo. Duas medidas essenciais foram tomadas a 12 de Fevereiro e 17 de Maio de 1937 – as leis n.º 1947 e n.º 1956, respectivamente. Uma referente aos “petróleos” e a outra ao “condicionamento industrial”. Ambas herdadas do seu antecessor,³⁷⁵ receberam o toque

³⁷² Está provado não ser possível estabelecer qualquer relação entre as despesas significativas previstas para a Defesa e qualquer “crença no efeito dinamizador dos gastos militares no conjunto da economia – esse modelo era aplicado na época com [algum] êxito na Alemanha, mas era inviável num país que importava praticamente todo o seu equipamento militar.” *Ibidem*, p. 336. De qualquer modo, e pelo menos desde 1927, personalidades da direita nacionalista tinham sublinhado ser essencial para a promoção do crescimento económico, uma aposta em gastos com o reapetrechamento das Forças Armadas (ver capítulo IV). Sobre o rearmamento e a recuperação económica alemã na década de 1930, Richard Overly, *War and Economy in the Third Reich*, s.e., Oxford, Clarendon Press, 1995, pp. 1-89 e, sobretudo, pp. 175-256.

³⁷³ Seguiam-se, por ordem, descendente: “comunicações telegráficas e telefónicas”; “colonização interior”; “saneamento” (que incluía urbanização); “fomento colonial (a colocar talvez acima dos dois anteriores)”; educação, cultura e administração (com destaque para os ensinos primário e profissional).” Ana Bela Nunes e Nuno Valério, *op. cit.*, p. 334.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 336.

³⁷⁵ Sebastião Garcia Ramires, que ocupou o cargo entre Julho de 1933 e Janeiro de 1936, passou a partir desta data a desempenhar as funções de deputado à Assembleia Nacional. De 11 de Abril a 4 de Julho de 1933, a pasta do Comércio e Indústria incluía ainda a Agricultura com a subsecretaria de Estado entregue a Leovigildo Franco de Sousa. “Orgânica Governamental” in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, volume II, M-Z, s.e., s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 1028.

“A Reforma Corporativa”

político pessoal de Pedro Theotónio Pereira e, pelo menos em alguns dos seus aspectos, apenas depois de 1937, já com Theotónio Pereira em Espanha, puderam ser complementadas do ponto de vista jurídico e político.

É certo que nenhuma daquelas esgotou o trabalho que desenvolveu durante os quase dois anos que durou a sua curta passagem pela pasta do Comércio e Indústria. Mas tanto o condicionamento industrial como, anteriormente, a legislação sobre produtos petrolíferos que acabaria por ser aprovada pela Assembleia Nacional, dizem-nos muito sobre o gosto especial que Pedro Theotónio Pereira tinha em poder agir politicamente numa vertente que lhe era muito cara, porque visivelmente patriótica. Participou, como se dizia então, na libertação do “País do monopólio das grandes empresas petrolíferas”, tendo-o feito de uma forma notoriamente inovadora, uma vez que permitiu a reorganização de uma parte do sector energético ao dar-se início, em moldes absolutamente novos, a um tipo de produção industrial até desconhecido no País.

“[...] a seiva [...] é hoje o petróleo.”³⁷⁶

O mercado português de produtos petrolíferos era na altura em que Pedro Theotónio Pereira ocupou a pasta do Comércio e Indústria, e assim continuou até 1939, exclusivamente abastecido por produtos petrolíferos refinados no exterior, sendo a sua distribuição feita por empresas sucursais de empresas estrangeiras como a Vacuum, a Shell e a Atlantic (empresa norte-americana que a BP adquiriria na década de 1950), existindo ainda uma revendedora portuguesa: a Sonap. Isto significa que, no início de 1936, o mercado petrolífero em Portugal, além de pequeno – embora em rápido e firme crescimento –, estava, duplamente, nas mãos de estrangeiros, facto que se passou cada vez mais a considerar preocupante para os interesses do País.³⁷⁷ O petróleo era uma matéria prima essencial mas com origem fora do território nacional.

³⁷⁶ Palavras proferidas pelo deputado Álvaro Moma no início da discussão, na Assembleia Nacional, da “proposta de lei sobre a importação e destilação de petróleos brutos e seus derivados.” *Diário das Sessões*, n.º 95, 17 de Dezembro de 1936, p. 84.

³⁷⁷ As críticas a esta situação já vinham de longe. Em 1928, *O Século* conduziu uma campanha contra a política comercial levada a cabo pelas petrolíferas estrangeiras estabelecidas em Portugal, acusando-as de uma “exploração escandalosa do monopólio” e de roubarem tanto o Estado como os consumidores, estando em causa o comportamento da Shell e da Vacuum. Segundo *O Século*, aquelas empresas importavam gasolina no valor 128 milhões de escudos, revendendo-a por mais de 237 milhões de escudos, com um lucro de 109 689 mil escudos, enquanto as importações de petróleo para uso doméstico teriam tido o valor base de 52 716 441 escudos, para renderem 114 633 123 escudos, obtendo com o negócio um lucro de quase 62 milhões de escudos. Embora houvesse alguma demagogia e exagero na notícia e nas razões para uma tão grande diferença entre aquilo que era o preço de compra e o preço de venda daqueles combustíveis – ignorando-se, nomeadamente, o peso dos impostos alfandegários e de consumo que encareciam os produtos –, verdade era que em Lisboa um litro de petróleo custava cerca do dobro do preço cobrado em Londres. Como então notava o representante do Governo de Sua Majestade Britânica em Lisboa, era provável que as autoridades portuguesas estivessem a estudar a possibilidade de estabelecer, à imagem do que recentemente sucedera em Espanha, o monopólio estatal do comércio dos produtos

“A Reforma Corporativa”

Os derivados do petróleo consumidos em Portugal eram na sua totalidade produzidos no estrangeiro. Se a esta realidade se juntar o evidente agravamento da situação política internacional na segunda metade da década de 1930, era óbvio que o Estado português devia procurar afincadamente a melhor solução para o problema petrolífero. Sendo ele apenas uma pequena parte da questão energética com que o País ainda essencialmente rural e agrário se confrontava, a verdade era que, com o passar do tempo, tendia a ganhar uma cada vez maior importância.³⁷⁸ Como se tudo isto não bastasse, havia que acrescentar o conhecimento officioso, por parte das autoridades, sobre o facto daquelas empresas que operavam em Portugal terem entre si estabelecido acordos para a “fixação dos preços e repartição do mercado”.³⁷⁹ Finalmente, face à eventual necessidade de agir politicamente sobre a questão petrolífera, juntavam-se duas das ideias económicas formadoras do salazarismo: o condicionamento da actividade económica e a autarcia parcial. Esta realidade induzia a adopção de medidas que, de alguma maneira, nacionalizassem uma parte do negócio do petróleo e dos seus derivados em Portugal.

Por previsão e designio, mas também por mero acaso, a passagem de Pedro Theotónio Pereira pelo Ministério do Comércio e Indústria conseguiu ajudar a resolver um problema político e económico sério que preocupava Salazar e, antes dele, certos sectores da opinião pública, das forças vivas e da governação. Estando em causa a diminuição tão grande quanto possível da situação de dependência do mercado português em relação aos combustíveis produzidos a partir do petróleo, Pedro Theotónio Pereira recordou nas suas *Memórias* a forma como tomou contacto com a relevância do problema assim que chegou ao Ministério. A partir daqui, e logo “numa das

petrolíferos. Nunca tal aconteceu, sendo que apenas uma década mais tarde, pela mão de Pedro Theotónio Pereira, e numa conjuntura específica, se resolveu o problema da hegemonia estrangeira sobre o comércio do petróleo e seus derivados em Portugal. “Mr. Osborne to Lord Cushendum – (Received October 17 [1928]).” (N.º 346) Lisbon, October 11 1928. PRO, FO371/13427. Em Espanha a criação de monopólios obedecia tanto à “desesperada” necessidade de aumentar as receitas públicas como a “um nacionalismo económico dogmático.” Sobre a nacionalização da importação e distribuição de combustíveis em Espanha sob Primo de Rivera, que a decretou inesperadamente a 27 de Junho de 1927, com tremendas e curiosas consequências, Raymond Carr, *Espanha. 1808-1975. Edición española corregida y aumentada por el autor*, 5ª ed., Barcelona, Ariel, 1990, p. 556 e Javier Tusell, *Historia de España en el Siglo XX. II. La crisis de los años treinta: República y Guerra Civil*, s.e., s.l., Madrid, Taurus, 1998, pp. 501-502. Finalmente, “Parecer das 13.ª, 19.ª e 21.ª Secções sobre a proposta de lei n.º 82 (“Importação e destilação de petróleos brutos e derivados”) in *Diário das Sessões*, n.º 88, 9 de Junho de 1936, p. 26. As implicações da opção espanhola de constituir um monopólio nacional de importação e distribuição do petróleo e dos seus derivados foram criticamente publicitados e analisados em Portugal. Veja-se Luís Vieira de Castro, *Em Pé de Guerra*, s.e., Funchal, Tipografia Esperança, 1938, pp. 165-171. Trata-se de um texto publicado originalmente em 21 de Maio de 1937.

³⁷⁸ Uma das principais críticas feitas ao projecto lei sobre o petróleo, apresentado para análise e parecer por parte da Câmara Corporativa, reportar-se-ia precisamente ao facto de ser considerado parcelar. Isto é, o legislador e o político não teriam aproveitado a oportunidade para se debruçarem sobre todo o sector energético de forma a poder ser suscitada e apresentada uma resolução cabal para o problema da extrema dependência externa naquela área e, em consequência, adiantar soluções para a sua resolução. Câmara Corporativa, *op. cit.*, pp. 1-48.

³⁷⁹ “[...] não há, porém, conhecimento oficial deste acordo.” Apenas “particulares”. Câmara Corporativa, *op. cit.*, p. 20.

“A Reforma Corporativa”

primeiras reuniões do Conselho de Ministros” em que participou, fez “uma análise breve mas objectiva das disposições” da proposta deixada pelo antecessor e que Theotónio Pereira assumia, chamando a atenção para os problemas colocados pela situação em que se encontrava o comércio e distribuição daquela matéria-prima essencial, a começar pelo “abastecimento da nova Marinha de Guerra.”³⁸⁰ Chamou a atenção para o facto das “novas unidades navais [portuguesas], que haviam custado milhões”, não terem quaisquer problemas de reabastecimento em Lisboa, uma vez que era precisamente aí, nas margens do Tejo, que as grandes empresas estrangeiras tinham localizados os depósitos de combustível,³⁸¹ mas que uma vez deslocados para pontos da costa mais longínquos não encontrariam nos restantes portos quaisquer possibilidades de se reabastecerem, ficando tão inoperantes “como um frigorífico no sertão africano onde não chegasse a corrente eléctrica.”³⁸² Obviamente, empresas como a Shell ou a Vacuum não estavam interessadas em construir depósitos de combustíveis noutros pontos do país que não na desembocadura do Tejo ou nas suas proximidades,³⁸³ aumentando assim as reservas do mercado português em produtos petrolíferos, por considerarem ser essa operação de rentabilidade duvidosa. Também não queriam criar em Portugal refinarias de petróleo sobre cuja rentabilidade tinham dúvidas e, sobretudo, porque entrariam em concorrência com outras que lhes pertenciam e que se encontravam localizadas no estrangeiro e partir daí abasteciam o mercado português.

Analisada em Conselho de Ministros a proposta de lei deixada pelo seu antecessor, Pedro Theotónio Pereira chamou a atenção para o facto de algumas das “disposições” nela contidas não lhe parecerem eficazes, insistindo

³⁸⁰ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 259.

³⁸¹ A localização dos “depósitos de gasolina” das empresas que então actuavam em Portugal – Vacuum, Shell, Atlantic e Sonap – encontra-se em Câmara Corporativa, *op. cit.*, p. 19 (Quadro XIV).

³⁸² *Idem, ibidem*, pp. 259-260. Este tipo de análise e de intervenção seria mais adequada ao ministro detentor da pasta da Marinha. Pelos vistos, não foi isso que aconteceu, muito por causa dessa verdadeira paixão que Pedro Theotónio Pereira tinha pelas coisas do mar. Pode também ter sucedido que este aspecto da sua intervenção tivesse sido concertada com o seu colega da Marinha, buscando-se dessa forma reforçar politicamente, do ponto de vista dos interesses da Armada, os objectivos de uma nova política energética naquilo que ao comércio e distribuição dos derivados do petróleo dizia respeito. Na altura, o ministro da Marinha era Manuel Ortins de Bettencourt, que ocupou o cargo entre Janeiro de 1936 e Setembro de 1944. Ortins de Bettencourt, além de se ter destacado por ter aplicado à marinha mercante e à actividade piscatória, nas suas diversas vertentes, alguns dos princípios essenciais da organização corporativa – “introduziu o sistema de condicionamento à Marinha Mercante, transformou profundamente o estatuto do trabalho portuário e reformulou as pescas, arrancando com a organização corporativa, grémio dos armadores da pesca do bacalhau, [...] [e] da sardinha, dos importadores de bacalhau e arroz e outros, regulando o mundo trabalho e segurança social através das Casas de Pescadores [...]” – viria a ocupar o cargo de administrador da Companhia dos Combustíveis do Petróleo.” Vítor Crespo, “Bettencourt, Manuel Ortins de” *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 180.

³⁸³ Portugal era, em virtude da sua privilegiada situação geográfica, país reexportador de produtos petrolíferos refinados. Essa reexportação ultrapassara ligeiramente as 260 mil toneladas em 1935. “[...]Lisboa é já um porto de distribuição de petróleos de certa importância [...]” Câmara Corporativa, *op. cit.*, p. 19

“A Reforma Corporativa”

*sobretudo na grave carência que resultava de não estarem previstas sanções mais directas para os casos de recusa no cumprimento das novas disposições legais que já se anunciavam. A proposta nesse aspecto resultava académica. Admoestava os desobedientes, mas dir-se-ia que fazia vista grossa às manifestações de resistência.*³⁸⁴

Independentemente de se ter sentido na obrigação de, em Conselho de Ministros, propor uma alteração naquele ponto da política que o Governo se preparava para adoptar, tornando-a mais severa para os eventuais prevaricadores, Pedro Theotónio Pereira foi imediatamente pressionado no seu gabinete no Ministério por representantes das companhias petrolíferas que operavam no mercado português e que se sentiam lesadas pelas medidas que estavam a ser preparadas. No que respeitava ao conteúdo da “proposta” de lei deixada por Sebastião Ramires, os operadores queixavam-se das condições previstas de “armazenamento”. Na altura, e como confessou, encontrava-se enquanto ministro numa posição de debilidade, “muito fraca” mesmo, e esse facto tê-lo-á impedido de dizer tudo o que pensava sobre assunto aos seus interlocutores, sobretudo aqueles que representavam as empresas estrangeiras de maior dimensão, independentemente do delegado da Sonap ter tido uma atitude mais compreensível em relação às intenções do Governo. A fraqueza do ministro devia-se ao facto de, e até ao momento em que pudesse apresentar uma revisão da proposta de lei que se encontrava em cima da mesa, o Governo se encontrar com o flanco descoberto e, por isso, em condições de vir a sofrer pressões que o impedissem de prosseguir na sua política.³⁸⁵ Esta fraqueza era uma consequência da estratégia adoptada para a resolução do problema. Passava ela por uma aproximação discreta do Estado português, e seus representantes privados, a empresas petrolíferas estrangeiras que não operassem em Portugal mas que tivessem em condições e interessadas a aí investir, caso a proposta a ser apresentada pelo Estado português se provasse suficientemente interessante.

Parte dos objectivos perseguidos por Pedro Theotónio Pereira terão sido conseguidos utilizando uma rede de contactos pessoais e empresariais, tendo Edmundo Batalha Reis desempenhado um importante papel, acabando como responsável técnico pela criação da nova empresa petrolífera portuguesa. Edmundo Batalha Reis iniciara a sua actividade profissional no Banco Inglês, passando depois para a *Atlantic*. Em meados da década de 1930 pôde juntar à sua ambição e intuição o facto da vaga de reorganização económica portuguesa ter chegado

³⁸⁴ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 259. Um dos aspectos considerados mais positivos por Pedro Theotónio Pereira na proposta de lei em causa, foi a obrigação das “companhias importadoras” passarem a “dispor de reservas permanentes em depósitos afiançados não inferiores a 50% do total negociado no anterior por cada uma delas.” *Idem, ibidem*. O problema da constituição de reservas era importante uma vez que em 1935 o total de combustível disponível em Portugal, com os depósitos na sua máxima capacidade, daria para sustentar o consumo durante “cerca de três meses”. Câmara Corporativa, *op. cit.*, p. 20. Além de “outras disposições draconianas”, no Japão a lei obrigava os “titulares” de licenças de importação a constituírem “stocks equivalentes a 50 por cento do consumo anual.” *Idem, ibidem*, p. 24.

³⁸⁵ Teria afirmado aos seus interlocutores: “– Se for aprovado, o texto legal [...] é para se cumprir.” *Ibidem*, p. 261.

“A Reforma Corporativa”

também ao sector dos petróleos. Percebeu e rentabilizou o importante mal-estar de Oliveira Salazar para com as multinacionais instaladas em Portugal. Estas, por sua vez, fazendo uso de uma posição de força no negócio dos combustíveis, viam “com maus olhos” as intenções governamentais que tinham como objectivo pôr em prática uma política energética autodenominada de nacional mas que o Estado considerava particularmente importante pelo seu alcance estratégico, tanto do ponto de vista económico como político.

Edmundo Batalha Reis tornou-se assim na testa de ferro de um conjunto de empresários que, independentemente de terem ou não sido instigados na sua acção pelo poder político, percebeu que os produtos petrolíferos eram um negócio com futuro e de futuro, onde havia ainda muito para fazer, dado o enorme potencial de crescimento que se confirmava dia a dia, e que o poder político estava disposto a entregar quase de mão beijada a quem se mostrasse capaz de enfrentar os interesses estrangeiros instalados e a servir os autodenominados interesses estratégicos do Estado. Porém, e uma vez que não possuíam nem o capital nem o saber fazer necessário para romper a hegemonia das grandes petrolíferas no mercado português, Pedro Theotónio Pereira promoveu o contacto com uma empresa romena do ramo, sediada em Paris (a *Redeventz – Éssences et Carburants de France*). Tendo chegado até si o conhecimento desta através das sondagens feitas por particulares agradados pelo tipo de negócio que o Estado português queria proporcionar através da promulgação de nova legislação, avançou-se para a proposta de um entendimento empresarial em que se salvaguardassem os interesses daquela empresa do leste europeu, a leitura política que o Governo fazia do negócio do petróleo em Portugal e, naturalmente, os interesses do arquitecto do negócio (Batalha Reis). Pensou-se, ao recorrer a uma “pequena empresa [...] não enfeudada às grandes potências”, em romper o cerco naturalmente imposto pelas grandes multinacionais. Pretendia-se, de igual forma, obter a capacidade tecnológica que permitiria construir uma refinaria em Cabo Ruivo (Lisboa) e, com a progressiva consolidação do negócio que dependia da utilização de “um nome já conceituado”, “mobilizar os capitais necessários ao empreendimento.” Os romenos, capitaneados pelo Sr. Sain, perceberam que a proposta era boa.³⁸⁶ A refinação do petróleo era um negócio virgem que o Estado português queria ajudar a criar e estava disposto a proteger no futuro, ao mesmo tempo que prometia intervir no negócio apenas com o intuito de proteger o mercado nacional a favor da nova empresa a troco de contrapartidas bastante aceitáveis. No entanto, os romenos terão começado por procurar aproveitar a oportunidade sozinhos, sem capitais lusos, e apenas

³⁸⁶ Em 1934, a Roménia era o quarto produtor mundial de petróleo, com 4,1% da produção total. Os EUA produziam cerca de 60%, “Rússia e Sakalina” 11,8% e a Venezuela 9,8%. Valores citados em Câmara Corporativa, *op. cit.*, p. 15.

“A Reforma Corporativa”

com a protecção política do Governo. Edmundo Batalha Reis, ao perceber que seria deixado para trás, não se deu por vencido. Ao longo de todo o processo mantivera um amigo seu, “chefe do gabinete”³⁸⁷ de Pedro Theotónio Pereira no Ministério do Comércio e Indústria, a par das peripécias do negócio que não competia ao Governo acompanhar de perto. Theotónio Pereira, tal como Salazar, para quem o assunto era politicamente relevante, não permitiram que os romenos se estabelecessem no negócio sem primeiro aceitarem as condições previamente definidas de respeito pelo interesse nacional tal como era entendido pelo Estado. Estando um e outro ansiosos por “libertar o País do monopólio das grandes empresas petrolíferas”, e tendo desde o início acompanhado os principais contactos e negociações, “fizeram saber aos romenos” qual era o português com “quem teriam de negociar” e que o Estado “reconhecia como intermediário” entre as partes (Estado português, empresários portugueses e a companhia petrolífera romena). Esse homem era Edmundo Batalha Reis e o projecto a aprovar não poderia afastar-se, quanto ao essencial, daquilo que ele tinha previamente concebido e combinado com Oliveira Salazar e Pedro Theotónio Pereira. O resultado foi a fundação e desenvolvimento da Sacor, com Batalha Reis ocupando o cargo de director geral durante cerca de duas décadas, sendo finalmente obrigado a sair, ao que parece, pelo facto do seu velho interlocutor romeno ter pretendido e conseguido recuperar influência na empresa. Na altura, de pouco lhe valeram os amigos que ainda lhe restavam na política.³⁸⁸

A Sacor constituiu-se numa das primeiras empresas de “economia mista” com dimensão nacional, tendo-lhe sido conferida em regime de monopólio a “refinação em Portugal”. Como contrapartida do avultado investimento, a Sacor viu garantido o “direito de abastecer 50% do mercado português de *combustíveis*”, vendo-se os restantes operadores obrigados a “reduzir as vendas na mesma proporção”.³⁸⁹ Como consequência das intenções políticas prevaletentes por trás deste acordo, assim como de boa parte da filosofia económica que deu forma ao salazarismo pelo menos até finais da década de 1950, a produção e o consumo de combustíveis ficaram “condicionados”. Fixaram-se preços à saída da refinação, embora baseados no valor real dos produtos importados em bruto. Mais tarde, com o entendimento entre a Sonap portuguesa e a Total francesa, que conduziu a um crescimento da sua quota de importação em detrimento das multinacionais estabelecidas em Portugal, uma segunda empresa petrolífera portuguesa viu

³⁸⁷ Higinio de Matos Queiroz de Mello (1900-1960). Seria, entre 1936 e 1960, presidente da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau. José Carlos Valente, *op. cit.*, p. 42n.

³⁸⁸ Joaquim Paço D’Arcos, *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*, II volume, s.e., s.l., Guimarães & C.ª Editores, s.d., pp. 34-37. Pelo menos até 1945, Jaime Batalha Reis foi subdirector geral. O cargo de director geral era ocupado por Eduardo Cohen.

³⁸⁹ Para proteger a Sacor das “hostilidades da concorrência”, o Governo decidiu que se “reservasse” àquela empresa, além dos “50% do consumo da Metrópole, “o direito exclusivo à nova refinaria pelo período de dez anos.” Pedro Teotónio Pereira, *op. cit.*, p. 263.

“A Reforma Corporativa”

aumentar o seu peso no mercado,³⁹⁰ pelo que, a prazo, as medidas legislativas adoptadas em 1936 permitiram a criação de um mercado petrolífero relativamente aberto e competitivo. Apesar da Sacor, e depois também a Sonap, terem nascido e/ou crescido à sombra do Estado, sucedeu que o mercado dos combustíveis em Portugal, concluída a Segunda Guerra Mundial, era muito menos protegido, mais aberto ao exterior e competitivo do que, por exemplo, o espanhol ou o francês.³⁹¹ Por trás de uma retórica nacionalista, aquilo que de facto o Governo procurou, e Theotónio Pereira em particular, e independentemente das benesses a particulares e a alguns políticos que serviram o regime, e que a “nacionalização” da política dos petróleos trouxe,³⁹² foi encontrar uma solução política e economicamente equilibrada para um problema que se arrastava havia algumas décadas e com o qual se confrontavam todos os países europeus não produtores de petróleo e que numa determinada altura da sua história se viram defrontados com aquilo que parecia ser a intolerável hegemonia de empresas multinacionais numa área de grande importância estratégica e elevada delicadeza política e económica.

No entanto, o êxito imediato que se procurava obter com a legislação promulgada com Theotónio Pereira ainda na pasta do Comércio e Indústria, acabaria por ser reduzido, embora isso não se tenha devido exclusivamente aos eventuais deméritos da política. A refinaria da Sacor no Cabo Ruivo, com uma capacidade de 200 000 toneladas, começou a laborar em Janeiro de 1940. Mas o conflito militar então em curso, e que nos anos subsequentes se agravaria, não apenas não permitiu resolver o problema do abastecimento de combustíveis ao País, como houve que continuar a importação de “produtos acabados” em quantidade superior ao desejado.³⁹³ A Pedro Theotónio Pereira preocupava-o – e essa preocupação resultou

³⁹⁰ Pedro Pires Miranda, “Petróleos” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 78-79.

³⁹¹ *Idem*, *ibidem*, pp. 79-80.

³⁹² Por exemplo, João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), na altura antigo ministro do Comércio e Indústria, das Finanças e da Presidência, além presidente da Câmara Corporativa, foi designado em 1956 para o lugar de “Administrador Presidente da Comissão Executiva da Sacor.” Gago de Medeiros (visconde de Botelho), *Eu e a Sacor*, Lisboa, 1957. Sobre esta nomeação ver ainda: “Carta de João Pinto da Costa Leite (Lumbralles) a Oliveira Salazar”, 30 de Agosto de 1955, AOS/ CP – 152 4.3.3.1/1, fls. 416-424.

³⁹³ Sobre o impacto da guerra nos resultados económicos e financeiros da Sacor durante os seus primeiros anos de actividade, Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal, SACOR, *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1940*, Lisboa, s.d. A dado passo escreveu o Conselho de Administração que não apenas a guerra estava a impedir o aumento do consumo de produtos petrolíferos refinados, como a subida do preço do petróleo no mercado internacional – em “virtude do aumento do custo dos fretes e dos prémios de seguro” – não se estava a repercutir no mercado português, cabendo à Sacor acompanhar “a política seguida pelo Governo no interesse da Economia Nacional, de consentir temporariamente sacrifícios de preços.” Esta realidade estaria presente nos relatórios dos anos de 1941 a 1943. Só em 1944 a situação da Sacor melhorou, tendo sido possível também neste ano, o regresso da refinaria à actividade para que fora construída, com “resultados” que não deram “inteira satisfação.” *Idem*, *Relatório e Contas: 31 de Dezembro de 1944*, Lisboa, s.d.. No parecer sobre a proposta de lei sobre “Importação e destilação de petróleos brutos e seus derivados”, já se tinha chamado a atenção para o facto de que quando a lei fosse promulgada pudesse não vir a ter “tão rápida e tão eficaz aplicação como a presente conjuntura reclama.” Câmara Corporativa, *op. cit.*, p. 1. Sobre a escassez de petróleo e dos seus derivados durante

“A Reforma Corporativa”

evidentemente do estudo que fez do problema ouvindo os poucos especialistas portugueses em questões petrolíferas –, o facto de por causa da política de distribuição das multinacionais e da ausência de refinação no País – que as mesmas multinacionais não queriam desenvolver em Portugal – a economia nacional poder ser colocada, com intoleráveis custos políticos, à mercê dos interesses daquelas mesmas empresas. É claro que o Estado poderia ter resolvido o problema seguindo o modelo espanhol, da mesma forma que lhe teria sido possível adoptar uma solução mais liberal através da qual se procuraria aproximar os seus interesses, que seriam os interesses do público, dos interesses das empresas, criando legislação que obrigasse à adopção de um outro comportamento em matéria de refinação e distribuição. Neste caso, o Estado actuava legislando e, depois, fiscalizando, impondo, se fosse o caso, às empresas as sanções previstas pelo não cumprimento da lei. O Estado, porém, ficou a meio caminho entre o forte intervencionismo espanhol e o liberalismo cada vez mais fora de moda nas políticas económicas adoptadas a partir de finais da década de 1920.³⁹⁴ Achou por bem intervir no mercado, criando uma nova empresa distribuidora.³⁹⁵ Por outro lado, e como aparentemente não existiam recursos financeiros privados disponíveis em quantidade suficiente, o Estado tornou-se accionista minoritário da nova empresa, funcionando como imã e âncora que pretendia atrair e depois segurar a presença de capitais maioritariamente portugueses mas, também, estrangeiros. No domínio do pensamento económico como da acção política, o objectivo era obviamente nacionalizar mas não estatizar, tanto a empresa como o mercado. Tratava-se de uma solução que se apresentava relativamente original e económica para as finanças públicas, ao mesmo tempo que permitia regular o mercado protegendo directamente o capital português e estrangeiro que criava a Sacor e, indirectamente, o próprio capital que sustentava as restantes empresas petrolíferas em actividade. A entrega de 50% do chamado “mercado metropolitano” à Sacor impôs perdas iniciais às suas concorrentes, embora casualmente atenuadas pelos efeitos produzidos pelo início da guerra. Porém, a troco de um mercado mais pequeno, mas que em

a guerra, Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, s.e., Lisboa, Editorial Estampa, 1990, pp. 98-107.

³⁹⁴ Sobre os vários caminhos à disposição do Governo em matéria de opção política e conseqüente trabalho legislativo, ver o primeiro discurso de Sebastião Ramires na Assembleia Nacional. As intervenções do antigo ministro do Comércio e Indústria na Assembleia clarificam a posição do Governo, da mesma forma que indicam claramente que do ponto de vista da doutrina económica a solução adoptada foi bastante liberal, comparemo-la, ou não, com aqueles que foram os desejos expressos pela Câmara Corporativa no seu “parecer”. *Diário das Sessões*, n.º 95, 17 de Dezembro de 1936, p. 89. Para as críticas de Sebastião Ramires à argumentação das empresas petrolíferas já estabelecidas contra a proposta de lei em discussão, *ibidem*, p. 90. Sobre o progressivo abandono do liberalismo económico à escala internacional na década de 1930, Harold James, *op. cit.*, pp. 101-167.

³⁹⁵ Como dizia Sebastião Ramires no seu discurso sobre a proposta de lei em discussão, “Portugal é o único país da Europa em que o problema do petróleo estava absolutamente abandonado da acção do Estado. A este respeito, é oportuno salientar a perfeita coincidência de opiniões entre os países liberais, os países autoritários e os países comunistas, até. Todos eles legislaram nesta matéria.” *Diário das Sessões*, n.º 95, 17 de Dezembro de 1936, p. 89. Tanto se resolvia um problema como se seguia uma tendência.

“A Reforma Corporativa”

circunstâncias normais tinha um grande potencial de crescimento, garantia-se o exercício de actividade em regime de competição controlada. Nestas condições, era provável e desejável que os lucros nunca se extremassem, mas também se garantia que as falências ou outros problemas sérios, como os decorrentes da acumulação de prejuízos, dificilmente teriam lugar. Finalmente, e nas condições criadas para o seu funcionamento, é óbvio que o capital investido na Sacor, porque superiormente protegido, proporcionaria com toda a certeza grandes dividendos, parecendo e sendo neste sentido o Corporativismo português uma solução política ao serviço (de uma parte) do capital mas, também, dos consumidores.³⁹⁶

Como recordou mais tarde Theotónio Pereira, a “nova empresa teria o Estado por accionista, mas sem maioria da sua parte, porque essa era a doutrina do Estatuto do Trabalho Nacional. Não queríamos o monopólio! O restante capital seria distribuído no País”, enquanto a “colaboração técnica que se julgava necessária seria prestada por elementos estrangeiros em número reduzido.”³⁹⁷ Como é óbvio, não seria nunca necessário qualquer documento como o Estatuto do Trabalho Nacional para fazer com que o Estado tivesse um papel maioritário, minoritário ou outro na Sacor. O espaço que o Estado decidiu ocupar na Sacor ao apoiar a sua criação nada tinha de excessivamente ideológico, tratando-se apenas de uma opção política entre outras possíveis. Sucede, porém, que Pedro Theotónio Pereira prosseguiu aparentemente parte da sua vida na convicção de que era possível, e era até benéfico, que as forças económicas e sociais portuguesas e toda a acção política do Estado nesta área, se deveria guiar por aquele documento político-ideológico. Nada mais errado. Efectivamente, aquilo que a política do seu Ministério para a área dos petróleos produziu – após a correcção inicial às ameaças de abuso de posição que a existência de multinacionais parecia poder criar ou tinha até já criado –, foi uma situação de funcionamento de uma empresa em posição de privilégio num mercado protegido de concorrência séria, com o argumento de que só através dessa protecção ficavam garantidos os interesses gerais dos consumidores e do próprio Estado enquanto intérprete e representante dos interesses do Estado. O próprio Theotónio Pereira reconheceria décadas mais tarde que o interesse geral fora parcialmente sacrificado ao inusitado interesse de edificar uma empresa petrolífera portuguesa. Isto por ter sido “definido o regime de privilégio” tido por “necessário” para fazer nascer e crescer a “nova companhia nacional”. O Governo chegaria ao ponto de discutir o problema genérico da concessão de novos alvarás para novas empresas, tal

³⁹⁶ É óbvio ainda que as condições de funcionamento da indústria portuguesa no sector petrolífero permitiram aos seus assalariados relevantes regalias sociais e salariais.

³⁹⁷ Afirmação idêntica seria proferida, em discurso na Assembleia Nacional, por Sebastião Ramires. “[...] quer pela Constituição, quer pelo Estatuto do Trabalho Nacional, o Estado deve manter-se tanto quanto possível alheado duma intervenção directa na gerência das actividades económicas particulares.” *Diário das Sessões*, n.º 95, 17 de Dezembro de 1936, p. 89.

“A Reforma Corporativa”

como foi apresentado no projecto lei de condicionamento industrial, em consequência dos interesses que determinavam a criação de uma empresa de refinação e distribuição de produtos petrolíferos portuguesa. Por isso, o “articulado” da questão da concessão de alvarás a empresas como a Sacor no projecto lei do condicionamento industrial, se por um lado “cheirava a tudo menos a petróleo”, tinha sido elaborado com o pensamento na Sacor, mas “sem nunca se lhe pronunciar o nome.”³⁹⁸ Portanto, e durante o Estado Novo, a presença do Estado e da política na economia não se fazia através de uma qualquer apropriação colectiva dos meios de produção – ainda que em termos modestos – mas pela regulamentação que, em última análise, se encontrava nas mãos do poder político que tinha ideias mais ou menos claras sobre a forma como a economia se devia comportar e a quem se devia abrir ou fechar. Tal como no seguro do crédito, também no petróleo como noutros sectores da actividade económica “condicionados” politicamente, imperava a vontade de proteger os que estavam no mercado, excepto quando aqueles que estavam não podiam ou não conseguiam captar a protecção do Estado. Nestes casos, poderiam sair penalizados nos seus interesses.

Confrontando, porém, a proposta de lei e, depois, a própria lei com o conteúdo do parecer apresentado pela Câmara Corporativa, pode dizer-se sem margem de dúvida que a solução anunciada e adoptada pelo Governo acabava por ser realista e moderada uma vez que se preocupava com a resolução de um problema concreto e delimitado em função daquelas que eram as verdadeiras possibilidades do País e do Estado.³⁹⁹ Daí que, em momento algum, tenha o legislador encarado a resolução do problema da dependência petrolífera e energética, através de uma mobilização de recursos públicos e privados cujo objectivo fosse tentar a irrealista e impossível autarcia. Já os subscritores do parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei n.º 82, não se abstiveram de enunciar tal devaneio.⁴⁰⁰ A solução portuguesa, segundo o

³⁹⁸ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 262.

³⁹⁹ À margem do confronto que aqui se tem seguido, a proposta de lei tocava ainda os interesses dos pequenos e médios importadores e comerciantes de petróleo e dos seus derivados. Enquanto para Sebastião Ramires a sua actividade deveria ser fortemente condicionada – concorrentes prejudiciais que “sem empate de capital, sem encargos, sem organização de venda ou de distribuição, contribui a cada momento para fortes perturbações no mercado, muitas vezes sem quaisquer benefícios para o consumidor e sempre com prejuízo para os importadores organizados.” Para Antunes Guimarães estava-se perante uma tentativa – na proposta de lei e no parecer – de supressão “das pequenas e médias actividades actuais” e que considerava “preciosas.” *Diário das Sessões*, n.º 95, 17 de Dezembro de 1936, pp. 90 e 93. No último dia do debate, grande parte da discussão será dedicada a este tema. *Diário das Sessões*, n.º 98, 21 de Dezembro de 1936, pp. 127-131.

⁴⁰⁰ O oitavo ponto do parecer intitulava-se sintomaticamente: “Importância Económica, Política e Militar do Problema da Energia – Tendências para a Autarcia”. Aí, embora se reconhecesse que a substituição do petróleo era mais difícil do que a substituição da hulha, não se virava a cara à adopção de uma solução autárquica do problema energético. Pelo contrário: “[...] o petróleo, [...] é arma de guerra que paralisa e não mata. Eis porque todos os países, ciosos da integridade da sua independência e previdentes, procuram acautelar o futuro, ou constituindo reservas de petróleo (solução precária) ou promovendo a substituição do petróleo natural por combustíveis líquidos fabricados no território nacional com matérias primas do mesmo território: petróleo de síntese ou de hidrogenação de carvões, de alcátrões e de óleos diversos; óleos vegetais; álcoois; etc. (solução eficaz). Às tentações

“A Reforma Corporativa”

legislador, seguia na linha das adoptadas pela generalidade dos países importadores, sendo por isso contrária aos desejos que vieram a ser manifestados no “parecer” emitido pela Câmara Corporativa, e que a própria reconhecia como dominante: “constituição de reservas consideráveis de produtos refinados” e “instalação de fábricas desses produtos.”⁴⁰¹ Por razão prática mas também de doutrina, a que se juntava a incapacidade técnica, Portugal não adoptou o modelo autárquico que os subscritores do “parecer” da Câmara Corporativa defenderam de forma arreganhada e que foram buscar ao exemplo historicamente tentado na Alemanha e que, em meados da década de 1930, entrara numa fase de desenvolvimento acelerado.⁴⁰² O irrealismo maximalista e economicamente irracional contido no parecer da Câmara Corporativa seria obviamente ignorado por Salazar e pelo seu ministro do Comércio e Indústria, significando essa atitude não necessariamente uma discordância com aquele princípio, mas o reconhecimento de que uma solução moderada e equilibrada do problema do petróleo seria aquela que melhor serviria os interesses imediatos e a prazo do País. Aliás, os poucos resultados do esforço alemão em prol da auto-suficiência petrolífera eram constatados no “parecer” da Câmara Corporativa, mas merecendo apesar de tudo a simpatia dos procuradores.

“[...] queixas de todos os lados [...]”⁴⁰³

Desde que em 1931 tinha sido introduzida a primeira legislação prevendo a adopção de um regime de condicionamento industrial, ficara prevista o alargamento e aperfeiçoamento do seu âmbito de acção. Como Pedro Theotónio Pereira confessou nas suas *Memórias*, a lei n.º 1956 não veio a alterar substancialmente os pressupostos do condicionamento.⁴⁰⁴ Se quisermos, e

maximalistas expressas no “parecer”, respondeu Sebastião Ramires na Assembleia Nacional: “Diz a Câmara Corporativa que a proposta não parece resolver o problema da energia em Portugal.

Era escusado que o afirmasse, porque foram bem mais modestas as minhas aspirações.” *Diário das Sessões*, n.º 95, 17 de Dezembro de 1936, p. 89.

A tendência moderna é, portanto, para a *autarquia energética*.” Câmara Corporativa, *op. cit.*, p. 8. Apenas “as formas de actividade económica, não essenciais à vida da Nação [...] podem, em rigor, utilizar fontes de energia importada [...]” *Ibidem*, p. 10. Em nota de rodapé (13), os autores do parecer acrescentavam que todas as grandes potências europeias (são citadas o Reino Unido, a França, a Bélgica e a Alemanha), mesmo quando possuindo territórios coloniais com ricas jazidas petrolíferas, subsidiavam por razões estratégicas a construção de “fábricas de petróleo sintético.” *Ibidem*, p. 14.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁰² Sobre as características da “solução alemã”, Câmara Corporativa, *op. cit.*, pp. 24-25.

⁴⁰³ Carta enviada por Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar (17 de Dezembro de 1936) in CLNSRF, *op. cit.*, p. 61 (Documento 31).

⁴⁰⁴ Sujeitas ao condicionamento estavam as indústrias em que se verificassem seis tipos de situações: “excesso de capacidade”; “importação de equipamentos de custo elevado ou de consumos intermédios”; “níveis de emprego elevados, eventualmente em perigo na sequência de projectos de mecanização”; “fabrico de produtos de grande importância económica e social”; “fabrico de produtos para exportação com grande peso na balança comercial”; “organização corporativa.” João Confraria, “condicionamento industrial (1)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 392. Ver ainda José Maria Brandão de Brito, *Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965)*: O

“A Reforma Corporativa”

além dos aspectos gerais da nova legislação já mencionados, a lei da autoria de Pedro Theotónio Pereira seria a confirmação de que o condicionamento era uma pedra angular da forma como o regime via o exercício de uma grande parte da actividade industrial, assim como procurava adaptá-la o melhor que podia à realidade corporativa saída da promulgação da Constituição e do Estatuto do Trabalho Nacional, bem como da legislação dispersa que sobre a matéria foi sendo publicada em vários departamentos do Estado depois de Setembro de 1933.⁴⁰⁵ Esta adaptação significava de facto a sua submissão ao Corporativismo, uma vez que a lei previa que competiria às corporações conduzir e decidir sobre o destino a dar aos pedidos de instalação de novas empresas industriais ou de alteração da sua capacidade produtiva.⁴⁰⁶ É claro que do ponto de vista daquela que era a ideia de organização do Estado, da economia e da sociedade, a Lei do Condicionamento Industrial era um instrumento mais – tal como os Organismos de Coordenação Económica – de regular o exercício da actividade económica de forma a proporcionar às empresas e aos empresários – ao capital e aos capitalistas – as condições mínimas de estabilização dos mercados que ao garantirem lucros por um lado, pediam em troca o cumprimento de uma série de compromissos em relação às condições de exercício da actividade económica por parte da classe trabalhadora – melhores salários, regulamentação do horário de trabalho, previdência social, salário suficiente... Ou seja, pela introdução de algumas reformas na lei do condicionamento, Pedro Theotónio Pereira, além de responder a algumas pressões da parte de industriais para que em alguns aspectos a lei fosse mudada, estava a melhorar as condições de exercício de actividade económica, o que além de um bem em si mesmo e uma resposta política à crise económica nacional e internacional, pretendia ser uma tentativa de retirar aos empresários os argumentos económicos por si utilizados para não cumprirem a legislação social que o Corporativismo português vinha inspirando e fazendo publicar desde Setembro de 1933. Mais do que preservar os interesses instalados, que também fez, embora a decisão sobre a continuação ou não dessa preservação residisse sempre no Governo, era uma melhoria nas condições de exercício da actividade

Condicionamento Industrial, 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 119-128. “Foi só em 1970 que se deu um passo significativo no sentido da liberalização, com a retirada do regime de condicionamento de um número apreciável de actividades industriais (Dec.-Lei n.º 393/70, de 19 de Agosto).” J. Silva Lopes, “condicionamento industrial (2)” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 394.

⁴⁰⁵ Sobre a urgência colocada por Pedro Theotónio Pereira no cumprimento da lei do condicionamento industrial publicada a 17 de Maio de 1937, CLNSRF, *op. cit.*, pp. 82-83 (Documento 43, datado de 23 de Setembro de 1937). Sobre um caso de aplicação concreto da lei sobre o condicionamento da indústria, *idem*, *ibidem*, p. 86 (Documento 46, s.d., mas posterior ao mês de Maio de 1937).

⁴⁰⁶ Enquanto as corporações não fossem criadas, esta atribuição caberia, quando existissem, aos Organismos de Coordenação Económica das respectivas actividades industriais, ou então, também na falta destes, aos conselhos gerais ou às direcções dos organismos corporativos já existentes. Caber-lhes-ia ainda fiscalizar o cumprimento das disposições gerais.

“A Reforma Corporativa”

económica no seu todo, com as inevitáveis consequências sociais positivas, que Pedro Theotónio Pereira garantia procurar através da corporativização da economia portuguesa.⁴⁰⁷

Para Pedro Theotónio Pereira, os Organismos de Coordenação Económica foram sobretudo o núcleo das futuras corporações. Na prática não se tratou disso, sendo que até os problemas que causaram e a antipatia e a animosidade que criaram queriam fazer crer que se tratavam de uma perversão do Corporativismo e das corporações. Oficialmente designados como “organizações pré-corporativas”, os Organismos de Coordenação Económica pretendiam evoluir para “estruturas corporativas verdadeiramente representativas.”⁴⁰⁸ O diploma que lhes deu origem foi o decreto-lei n.º 26 757, de 8 de Julho de 1936, sendo que a sua preparação e o vislumbre da sua entrada em vigor mereceu o maior cuidado e atenção da parte do Governo e, em particular, do ministro do Comércio e Indústria. Pedro Theotónio Pereira confessaria que esta se tratou da peça legislativa que “mais preocupação” lhe “causou” e mais “trabalho” lhe deu. De facto, não era tarefa fácil “organizar”, como nunca tinha acontecido, a actividade económica e, partir daí, obter a sua “autodirecção”, reservando-se ao Estado “o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social, determinando-lhe os objectivos e subordinando todos os interesses parcelares ao conceito maior do interesse da Nação.”⁴⁰⁹ Mais uma vez, e para Pedro Theotónio Pereira, as novas medidas económicas reproduziam o espírito do Estatuto do Trabalho Nacional. A sua permanente evocação, além de pretender, *a posteriori*, introduzir um elemento de coerência política e ideológica no processo de criação e afirmação do Corporativismo português, constituía-se sobretudo como um argumento a utilizar para o convencimento daqueles que nos mais diversos patamares socio-económicos e político-ideológicos se continuavam a opor ao avanço da reforma do Estado.⁴¹⁰ Nesta como noutras medidas, a solução técnica adoptada e o caminho político seguido eram muito mais uma consequência da ditadura das circunstâncias do que da vontade daqueles que vinham pensando e procurando executar o programa corporativo. Para homens como Pedro Theotónio Pereira, e ainda que representasse um avanço, a criação dos Organismos de Coordenação Económica

⁴⁰⁷ Manuel de Lucena, “Pereira, Pedro Teotónio” in *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, *Suplemento P/Z*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), 1.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2000, p. 50.

⁴⁰⁸ Já depois da saída de Pedro Theotónio Pereira do Ministério do Comércio e Indústria, os decretos lei n.º 29 110 e n.º 29 111 lançavam as bases da conversão dos Organismos de Coordenação Económica em corporações. Howard J. Wiarda, *op. cit.*, p. 152.

⁴⁰⁹ Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 265.

⁴¹⁰ “[...] foram logo combatidos por uma mão-cheia de pessoas de categoria no regime. Atacavam a estrutura jurídica que lhes fora encontrada e perdiam de vista as inúmeras vantagens que nos ofereciam os conceitos pré-corporativos.” Um dos seus adversários mais tenazes e ostensivos foi Mário de Figueiredo que escassas semanas depois de Theotónio Pereira ter partido para Espanha, “apresentou” na Assembleia Nacional “um aviso prévio” que pretendia “pôr em discussão a legitimidade dos organismos” criados, pretendendo vê-los substituídos por instituições mais flexíveis como o Conselho Técnico Corporativo. Na Assembleia Nacional a “defesa das novas instituições” foi feita, com êxito, por Luís Supico Pinto. Idem, *ibidem*, p. 266.

“A Reforma Corporativa”

significava o reconhecimento de que politicamente se optara por uma “solução mista”, para não dizer ambígua, em que o “Governo, [...] evitava lançar-se numa reforma de fundo.”⁴¹¹

Além dos seus primeiros problemas declarados com a imprensa, desde o *Diário da Manhã* e do *Diário de Notícias*, até à *Verdade*,⁴¹² Pedro Theotónio Pereira viveu atormentado com a forma como os problemas económicos e políticos do País afectavam a sua acção e a imagem desta. Se na subsecretaria de Estado das Corporações levava a cabo uma luta política em que era mais fácil determinar uma dimensão estratégica – era a “reforma do Estado” que directa ou indirectamente parecia estar sempre em causa –, no Ministério do Comércio e Indústria agia muito em função de acontecimentos que não paravam e que tendo que ver com a sua área de acção, extravasavam a dimensão essencialmente reformista que abraçara ao entrar para o Governo em Abril de 1933. Por outro lado, começou a ser cada vez mais confrontado com os efeitos das medidas que ia tomando e que na esfera económica pareciam ser muito mais volúveis do que na esfera social, uma vez que contestação mais ou menos aberta, oriunda de dentro ou de fora do regime, sempre houve. A questão da subida de preços de um número significativo de bens essenciais, associados a fenómenos como o do avanço da especulação e do mercado negro foram um tormento em 1936 e em 1937. Assim, e embora a política de estabilização monetária – que se fazia por via do equilíbrio das contas públicas – tendesse a contribuir para uma baixa da inflação e das taxas de juro, de facto só poderia tornar-se efectiva no momento em que pudesse ser liberalizada. Para que assim fosse, teria que proceder-se a um investimento numa política de estímulo à produção nacional – que era imposta, em boa parte, pela necessidade de equilibrar a balança comercial e a balança de transacções correntes que, por sua vez, deveriam igualmente contribuir para a estabilidade monetária – e de controlo dessa mesma comercialização, mas que produziu resultados parcialmente contrários aos desejados, uma vez que a “carestia” revelou-se um tormento político, económico e social. Pretendendo, em boa medida, os Organismos de Coordenação Económica intervir no mercado, controlando as actividades económicas mais importantes, muitas delas ligadas à importação e exportação de bens tidos como essenciais, nomeadamente alimentares, a verdade é que rapidamente produziram maus resultados.⁴¹³ No caso do arroz, embora a lógica da política económica

⁴¹¹ Idem, *ibidem*. Redefinidas seriam ainda as funções do Ministério no domínio do comércio externo. Além de se ter procurado valorizar este sector da actividade económica e da acção governativa, introduziram-se reformas que no estrito domínio do comércio externo reforçaram a cooperação com organismos de cooperação económica, por uma parte, e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, por outra. Idem, *ibidem*, pp. 309-312. Ver ainda CLNSRF, op. cit., pp. 76, 80 e 88.

⁴¹² Carta do ministro do Comércio e Indústria para o presidente do Conselho (11 de Julho de 1936) in CLNSRF, op. cit., p. 45 (Documento 26).

⁴¹³ Idem, *ibidem*, pp. 61-69 (Documentos 31 e 31a). Na nota sobre a carestia de vida preparada por Supico Pinto e enviada a Salazar, que depois de lida daria eventualmente autorização para que seguisse para a imprensa, havia

“A Reforma Corporativa”

corporativa de protecção à produção impusesse aos portugueses o consumo de “arroz da terra” de má qualidade, eles, naturalmente, e tanto quanto podiam, recusavam-se a consumi-lo, trocando-o sem mostras de patriotismo pelo arroz importado de muito melhor qualidade. De repente, e como este existia em pouca quantidade, começou a ser açambarcado e apenas comercializado a preços muito elevados em “regime de mercado negro.” O problema era de tal ordem que a governanta de Salazar, a Da. Maria, se tinha queixado dos preços e da escassez ao chefe do Governo, arvorando-se em porta-voz das donas de casa portuguesas.⁴¹⁴ Theotónio Pereira, devidamente informado sobre o alcance da crise – afinal já chegara a S. Bento –, terá tentado resolvê-lo imediatamente, pondo-se em contacto com o seu amigo e antigo colega na Faculdade de Ciências, Jorge Cordeiro Blanco, que exercia as funções de presidente da Comissão Reguladora do Comércio do Arroz. De um momento para o outro ficou decidido socializar e estatizar o comércio daquele cereal, encetando-se uma medida que muitos dos adversários políticos de Pedro Theotónio Pereira, nos tempos da sua passagem pela Subsecretaria de Estado das Corporações, classificavam de “bolchevismo branco”. Não resolvendo o problema da escassez de arroz “carolino” de qualidade no mercado – fruto da reduzida e má produção de arroz carolino nacional, assim como o de uma importação que ficava aquém das necessidades –, não deixou o ministro de agir de acordo com o voluntarismo que o caracterizava e com os princípios que, afinal, também definiam uma parte da filosofia que norteava aquele que era o seu entendimento sobre a política económica do regime. O “plano de acção a executar imediatamente” constava de três pontos. “Requisitar, ao preço da tabela oficial, umas toneladas de arroz carolino existentes nos armazéns por grossos.” Seguiu-se o arrendamento de “uma loja num sítio central” em Lisboa, onde seria instalada, “com o mínimo de despesa e por pouco tempo, um armazém regulador dos preços do arroz.”⁴¹⁵ Finalmente, fez-se publicar nos “principais diários, anúncios de meia página informando o público de que, até à próxima entrada no mercado de arroz especial de produção nacional, não seria autorizada a compra” por qualquer consumidor “identificado” de mais do que “um quilo de arroz carolino ao preço da tabela.” Quando passado um par de dias a “loja abriu”, houve, nas primeiras 24 horas,

uma clara preocupação de salientar que a subida dos preços não era uma consequência da “ordem económica e social que vai em curso.” *Ibidem*, p. 62. A pergunta que se poderia fazer era porque motivo se criava uma nova ordem se ela não era capaz de controlar a subida dos preços para além do razoável.

⁴¹⁴ A dado passo do relato deste episódio nas suas *Memórias*, Pedro Theotónio Pereira confessa que “tinha grande receio de discutir com ela problemas de abastecimentos”. Se assim acontecia, era porque a política de abastecimentos do Governo, nomeadamente depois do início da guerra em Espanha, começara a ser alvo de críticas generalizadas, uma vez que embora tendo muito de política tinha pouco de abastecimento. Pedro Theotónio Pereira, *op. cit.*, p. 237. Também Pereira da Rosa, director de *O Século*, conversou com Supico Pinto dizendo-lhe que tinha “queixas de todos os lados e que convinha imenso que fosse dada uma orientação.” Carta enviada por Pedro Theotónio Pereira a Oliveira Salazar (17 de Dezembro de 1936). CLNSRF, *op. cit.*, p. 61 (Documento 31)

⁴¹⁵ “Pelo telefone ficou apalavrada uma loja disponível na Rua do Jardim do Regedor.”

“A Reforma Corporativa”

“bicha” e venderam-se “dois mil quilos de arroz carolino [...]”. Nos dias seguintes os “totais” comercializados “foram diminuindo rapidamente até que se verificou que o assunto caíra no esquecimento.” Como resultado, e segundo Theotónio Pereira, tinham sido conseguidos efeitos positivos tanto no imediato como a prazo. O mercado fora rapidamente controlado, sossegando as “donas de casa que se alarmavam pela falta do seu arroz favorito”, ao mesmo tempo que se garantiu logo na campanha daquele cereal do ano seguinte um crescimento sustentado da produção nacional de “arroz especial que rapidamente fizeram esquecer a Birmânia e as Carolinas americanas”, tendo-se Portugal, a prazo, tornado num país capaz de produzir todo o arroz que consumia, “do mais barato ao produto de luxo.” Como se não bastasse, e independentemente dos grandes riscos inerentes ao cultivo de arroz, esta ter-se-ia tornado numa “das culturas mais regularmente reguladoras.”⁴¹⁶ Mas na realidade, agradados com o efeito e o significado daquela medida e com aquela que era a política do regime para a produção e comercialização de arroz, ficavam, sobretudo, os produtores nacionais de arroz de qualidade medíocre, mas que o Governo considerava ser sua obrigação continuar a proteger. Igualmente satisfeitos, embora menos, quedavam-se as donas de casa que, de repente, viam disponibilizado no mercado lisboeta, alguns quilos de arroz de qualidade e a preços tabelados. Afrontados tinham sido os interesses dos importadores de arroz que tentaram, com êxito reduzido, subverter a lógica da política governamental de regulação do comércio daquele cereal recorrendo à especulação através do açambarcamento. Finalmente, tinham-se calado as vozes insatisfeitas que criticavam a escassez de arroz carolino no mercado, embora não a daqueles que percebiam que a escassez tornada passageira, assim como a subida de preços provocada por essa mesma escassez, não era apenas consequência da acção de especuladores egoístas e anti-patriotas

⁴¹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 238-239. Em 1936, “nos cais livres do porto de Lisboa”, foram desembarcados 5 361 337 quilos de arroz oriundos do estrangeiro e um pouco mais 902 mil quilos do mesmo cereal proveniente das colónias. *Anuário Estatístico de Portugal, Ano de 1936*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, pp. 383 e 385. Em 1937, Portugal exportou cerca de 300 mil quilos de arroz, importando à volta de 145 mil quilos. Das colónias chegaram um pouco mais de 506 mil quilos de arroz. Idem, *Anuário Estatístico de Portugal, Ano de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, pp. 425 e 427. Embora a partir de 1938, o *Anuário Estatístico* tenha deixado de discriminar os quantitativos de arroz importados e exportados, pode-se presumir a evolução do movimento daquele produto no comércio externo do território metropolitano português, enunciando os valores, em quilos, da produção de arroz na metrópole em 1936, 1937 e 1938. Assim, e respectivamente, esses valores foram contabilizados da seguinte forma: 64 178 447, 84 859 102 e 68 412 642 quilos. *Anuário Estatístico de Portugal, Ano de 1938*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939, p. 228 (Quadro 11). Finalmente, em 1939, produziram-se em Portugal continental 71 640 toneladas de arroz. Idem, *Anuário Estatístico de Portugal, Ano de 1939*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1940, p. 218 (Quadro 11). Aparentemente, a produção nacional ter-se-á tonado mais satisfatória em termos quantitativos e, eventualmente também, na sua qualidade. Parece no entanto, e nos anos que precederam o início da Segunda Guerra Mundial, ter atingido os níveis enunciados por Pedro Theotónio Pereira nas suas *Memórias*. Eventualmente, mais do que terem resolvido o problema da produção de arroz, as medidas adoptadas por Pedro Theotónio Pereira terão contribuído para a resolução do problema político associado à distribuição daquele cereal no mercado português.

“A Reforma Corporativa”

mas de uma opção política de fundo tomada desde finais da década de 1920 e que, convictamente, considerava ser possível e desejável controlar o funcionamento do mercado.⁴¹⁷

Particularmente irónico era o facto de o Governo, e em especial o Ministério do Comércio e Indústria, ter que, por causa da subida de preços dos géneros alimentícios, esclarecer a opinião pública tanto naquilo que dizia respeito aos produtos cuja comercialização era regulamentada por organismos corporativos e em que os preços eram tabelados (vinho, arroz ou bacalhau), como quanto ao comportamento dos preços de outros bens que funcionavam em regime de mercado livre (frutas e legumes ou o açúcar e o azeite).⁴¹⁸ Paralelamente, e além de se garantir que era a organização económica corporativa que mantinha a evolução dos preços numa direcção mais favorável para produtores e consumidores, havia que lutar “contra campanhas surdas e nem sempre bem intencionadas” que visavam “a organização corporativa”⁴¹⁹ e contra aqueles que punham em causa os princípios e os fins em que vinham assentando as reformas sociais conduzidas a partir da Subsecretaria de Estado das Corporações, tendo como referências o Estatuto do Trabalho Nacional. Por isso, defendia-se o Governo, ninguém tinha “o direito de supor que da aplicação das [...] reformas sociais – em especial da difusão benéfica da previdência e elevação do nível dos salários –” pudesse “resultar aumento sensível das condições da produção e portanto do custo de vida.” Isto porque nada fora feito ao acaso. Ao contrário do que sucedia noutros países, segundo opinião expressa pelo subsecretário de Estado das Corporações, Rebelo de Andrade, as medidas de política social tomadas não prejudicavam o comportamento da economia. Havendo já, em finais de 1936, cerca de 120 mil trabalhadores no comércio e na indústria beneficiando de “salários mínimos, não tão elevados como algumas vezes se poderia desejar”, não apenas se tornava evidente que o caminho percorrido representava uma “garantia contra o envilecimento do custo da mão-de-obra”, como caso não continuasse a ser combatido se transformaria em “causa de miséria social

⁴¹⁷ Um balanço officioso da política de produção e comércio de arroz nacional após a criação da Comissão Reguladora do Comércio de Arroz, encontra-se em *Diário da Manhã*, 28 de Maio de 1937.

⁴¹⁸ “É preciso que o público saiba que não há grémios de batatas, hortaliças e cebolas como os não há do azeite, das frutas e do açúcar.” CLNSRF, *op. cit.*, p. 66. A Junta Nacional do Azeite foi criada pelo decreto lei n.º 28 153 (12 de Novembro de 1937). “A junta devia articular a sua actividade com um outro organismo, inicialmente chamado Grémio dos Exportadores de Azeite e depois Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite [...]” Luciano Amaral, “azeite e óleos” in *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, *Suplemento A/E*, coord., António Barreto e Maria Filomena Mónica, s.e., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 155. A Junta Nacional do Azeite foi criada na sequência de um ano de enorme escassez na produção portuguesa que não pôde ser compensada pela importação de azeite espanhol por causa do início da Guerra Civil. No entanto, o ano de 1937 seria de grande produção, prevendo-se logo em Setembro que haveria produção suficiente para exportação. CLNSRF, *op. cit.*, p. 81 (Documento 42, s.d., mas, provavelmente, de Setembro de 1937).

⁴¹⁹ “Murmura-se: os preços sobem por causa dos grémios. Quem põe a correr tais atoardas? Os especuladores, os habilitados, todos em suma que não se sujeitam a quaisquer regras e são contrários a todos os princípios de ordem na vida económica porque melhor lhes convém a ausência completa de restrições defensoras do interesse geral.” *Idem, ibidem*, pp. 66-67.

“A Reforma Corporativa”

e de regressão de nível económico.” Uma vez que estava a decorrer uma “campanha contra o egoísmo, a ganância e as resistências”, era no mínimo “criminoso pretender entravar” a “obra” do Governo “com boatos e atoardas que não podem deixar de ser tendenciosas.” Restava ao “público [...] desconfiar daqueles” que queriam “servir-se dos salários mínimos ou das caixas de previdência para abusivamente subirem os preços”, uma vez que na “maioria dos casos o aumento de salário” seria “obtido por se ter apenas imposto que a margem de lucros da produção ou do comércio fosse compartilhada com os seus empregados ou operários.”⁴²⁰

“Quando um dia se fizer história dos tempos que estamos vivendo [...].”⁴²¹

A 18 Março de 1956, com Pedro Theotónio Pereira desempenhando as funções de embaixador em Londres, o Governo deu, aparentemente, um importante passo para completar o “carácter corporativo do Estado Novo” ao submeter à Assembleia Nacional um projecto lei definindo o estatuto das corporações e criando os seus seis primeiros corpos (Despacho 563 de 18 de Abril de 1956)⁴²² no que dizia respeito à agricultura, indústria, comércio, transportes e turismo, banca e seguros, pesca e conservas. Desde o início da construção do Estado corporativo, que coincidira com a promulgação da Constituição, em 1933, apesar do esforço legislativo realizado no domínio corporativo, tendo sido fundados organismos corporativos “primários e secundários”, nenhuma corporação, enquanto tal, tinha sido criada. É claro que a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial, com a inerente e subsequente deterioração das “condições económicas”, mas, sobretudo, a falta de um entusiasmo geral, dentro e fora do regime, em torno do Corporativismo, contribuíram para uma desaceleração na construção do edifício corporativo.⁴²³ No entanto, no decurso da acalmia socio-económica e política vivida em meados

⁴²⁰ *Ibidem*, pp. 68-69.

⁴²¹ Pedro Theotónio Pereira, “Corporações e previdência social: Primeiros aspectos” in *Diário da Manhã*, 6 de Junho de 1933, p. 5.

⁴²² A 22 de Agosto foi publicada a lei n.º 2 085 que promulgou as bases para a instituição das corporações (revogando o decreto lei n.º 29 110 de 12 de Novembro de 1938). Segundo a nova lei, as corporações eram consideradas pessoas de direito público, organizando integralmente as diferentes actividades para a realização do bem comum, exercendo a sua actividade em colaboração com o Estado e com as outras corporações, conformando-se aos princípios de nacionalismo e da colaboração, rejeitando o domínio de quaisquer grupos ou classes. As principais atribuições das corporações eram políticas (eleição de Procuradores à Câmara Corporativa, representação e defesa – junto da Câmara Corporativa, Governo e Administração Pública – dos interesses do sector); hierárquicas (coordenação geral dos organismos corporativos que as compunham e arbitragem entre eles, julgamento de questões disciplinares em caso de recurso, etc.); sociais (promoção e aperfeiçoamento da Previdência Social e das Convenções Colectivas, podendo intervir nas negociações e na conciliação); e económicas (estudo dos problemas do sector respectivo, promoção do progresso técnico e mediação entre os seus membros). João Morais e Luís Violante, *op. cit.*, p. 146.

⁴²³ No início de 1939, Pedro Theotónio Pereira declarou que o sistema corporativo português estava concluído e que no espaço de poucas semanas as próprias corporações seriam criadas. Ainda em 1939 (a 5, 12 e 19 de Maio),

“A Reforma Corporativa”

da década de 1950, foi possível prosseguir a actividade legislativa de que retomava a “reforma” do Estado, uma realidade que não apenas fora prometida na década de 1930 como vital na resolução de todos os males políticos e sociais do País, mas que, sobretudo, se tornara no elemento identificador e diferenciador do regime.⁴²⁴ Naturalmente, podem ser discutidas as razões que conduziram, nesta altura, a um novo fôlego corporativo. A presença de Marcello Caetano no Governo, com a sua capacidade de influência política e o seu enorme currículo na área da legislação corporativa, poderá ter sido uma razão. De qualquer modo, talvez as pressões existentes para uma saída de Salazar da presidência do Conselho, não apenas porque se presumia existir uma alternativa (Marcello Caetano), mas porque o então chefe do Governo poderia sair em glória num momento de acalmia, fizessem com que se regressasse ao Corporativismo. Por outro lado, e segundo alguns testemunhos, o regresso ao Corporativismo acontecia não com o intuito de acelerar o afastamento de Salazar, mas de o protelar. É verdade que, como Oliveira Salazar viria a dizer a Santos Costa, a sua saída da chefia do Governo estava para breve,⁴²⁵ garantindo-lhe tudo depender da conclusão da construção do edifício corporativo.⁴²⁶ Porém, este era exactamente o tipo de argumento que podia ser utilizado tanto no caso de ser necessário encontrar um pretexto para que o presidente do Conselho se mantivesse em funções ou saísse. Fosse porque razão fosse, e havia muitas, é óbvio que Oliveira Salazar,

Marcello Caetano publicou no *Século* uma série de três artigos de fundo sobre a temática corporativa. Sintomaticamente, o primeiro intitulava-se “Crise do Corporativismo”. O autor concluía negando a existência de qualquer crise. Mas não era convincente em absoluto. Em Julho desse mesmo ano, Rebelo de Andrade, o subsecretário de Estado das Corporações e Segurança Social, informou publicamente que estavam concluídos os projectos relativos à criação das corporações e que entrariam em actividade antes da realização do I Congresso Corporativo Português, apazado para Maio de 1940, aquando do XIV aniversário do 28 de Maio. Para manter a tradição, aquele membro do Governo declarou que a maior parte da nova legislação seria promulgada a 23 de Setembro de 1939. O início da guerra, a 1 de Setembro de 1939, ficou para a história como a razão da não promulgação do pacote legislativo previsto e anunciado. Também por causa da guerra não teve lugar o citado Congresso. Talvez algum dia se saiba se a Segunda Guerra Mundial foi a razão ou apenas o pretexto evocado para o congelamento do processo de corporativização do País. Uma vez mais, “a estabilidade política e económica” tão cara a Salazar, teve precedente sobre “a implementação do sistema corporativo.” Como é óbvio, nada disto significou que o controle do Estado sobre a economia e a sociedade tenham diminuído durante e imediatamente depois do fim daquele conflito militar. Howard J. Wiarda, *op. cit.*, pp. 153-154.

⁴²⁴ Sobre a evolução do Corporativismo português no pós-guerra, *idem, ibidem*, pp. 184-199. Aí se chama a atenção para o conteúdo e o resultado das críticas dirigidas ao formato assumido pelo Corporativismo durante a guerra, nomeadamente aquele que foi produzido por alguns dos seus técnicos e estudiosos mais reputados – Marcello Caetano, Sedas Nunes, José Augusto Correia de Barros, José Pires Cardoso, etc.. São ainda caracterizadas as condições em que se deu início ao “revivalismo” corporativo a partir do início da década de 1950.

⁴²⁵ Ver o capítulo X. “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 110, 27 de Agosto de 1958, NA, General Records of the Department of State (GRDS), 1955-1959. Caixa n.º 3409 (753.0018-2758 HBS).

⁴²⁶ Recorde-se que em Junho de 1933, na abertura da conferência ali proferida por Pedro Theotónio Pereira, Salazar afirmou: «O Governo não poderia julgar cumprido o seu dever nem dar por terminada a sua tarefa sem ter lançado ao menos as bases da organização económica e social do País e posto a funcionar as instituições de que espera a melhoria das condições de vida de todos os trabalhadores portugueses.» Palavras citadas por Pedro Theotónio Pereira num discurso proferido em Vila Nova de Gaia, no dia 18 de Abril de 1936. *Diário da Manhã*, 19 de Abril de 1933, p. 2 (3.ª coluna). Estas palavras proferidas em 1933 no Teatro de São Carlos, pareciam ratificar a sinceridade do desabafo de Salazar perante Santos de Costa.

“A Reforma Corporativa”

ao contrário de Pedro Theotónio Pereira, rapidamente reconheceu que o Corporativismo era muitas coisas, mas nunca um programa a ser aplicado na sua totalidade, fosse por nele não acreditar, fosse por rapidamente ter reconhecido e aceite que as resistências à sua aplicação eram demasiado grandes e que, portanto, os custos políticos que comportava não mereciam ser pagos. O Corporativismo era apenas, ou tornou-se, num paliativo. Em 1956, este novo passo em direcção ao Corporativismo, poderá ser interpretado, em primeiro lugar, como o paliativo utilizado por Oliveira Salazar, e, em segundo lugar, como uma manobra de propaganda muito a propósito da comemoração dos 30 anos do 28 de Maio de 1926.⁴²⁷

Em finais do primeiro trimestre de 1957, era já evidente que apesar do ressuscitar do comprometimento do regime com o Corporativismo, a abordagem era uma vez mais pragmática e, portanto, seriam sempre feitos os ajustamentos necessários à teoria em função da realidade, e não o contrário, avançando-se com “passos lentos e hesitantes”. Não era possível acreditar que as novas corporações, que continuavam a existir “principalmente” apenas no “papel”, tivessem produzido qualquer mudança digna de registo, por exemplo, nas relações entre o patronato e os assalariados. O facto da lei n.º 2 085 ter providenciado a criação de um Centro de Estudos Sociais e Corporativos e de um Instituto de Doutrinação Social e Corporativa, com o objectivo de ensinar o povo português a “pensar corporativamente”, dificilmente poderia ser interpretada como qualquer sinal de um “despertar do interesse público pelo assunto”. Em resumo, se alguma conclusão poderia ser retirada desta recuperação legislativa tardia do Corporativismo, era que o “povo na globalidade e grande parte dos homens de negócios e intelectuais estavam mais cépticos do que nunca [...]”.⁴²⁸

Como notara Marcello Caetano em Março de 1950, há nas “grandes transformações políticas ou sociais uma hora inesquecível de euforia”, aquela em que “se celebra o triunfo como termo de todas as coisas injustas e erradas do passado e ponto de partida para grandes realizações futuras.” Houve, de facto, no momento da constituição da Subsecretaria de Estado das Corporações e da sua chefia por Pedro Theotónio Pereira, um momento em que aqueles que acreditavam no Corporativismo como instrumento de mudança, julgaram ser possível pôr a vida a “correr por novos trilhos, amoldar-se a modelos novos e enquadrar-se inteira nos princípios redentores.” Já se viu que não foi assim ou que, pelo menos, não foi totalmente assim. Basta recordar o teor da correspondência trocada entre Pedro Theotónio Pereira e Salazar, ou

⁴²⁷ Marcello Caetano manifestava preocupação pela não execução do programa corporativo desde a década de 1930. Ainda quanto à vertente propagandista das medidas legislativas promulgadas em 1956 e, também, à sua relação com o problema da sucessão de Salazar, “Da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado”, despacho n.º 482, 13 de Março de 1957, NA, GRDS, 1945-1949. Caixa n.º 3408 (753.00/3-1357 HBS).

⁴²⁸ Idem, ibidem.

“A Reforma Corporativa”

algumas passagens das *Memórias* daquele, para reconhecer as resistências dos interesses instalados às mudanças pensadas não apenas pelos teóricos do Corporativismo mas, também, por políticos pragmáticos e influentes como era o subsecretário de Estado na altura. Praticamente desde o início, e enquanto crescia, o Corporativismo definhou, consumiu-se a si próprio, não apenas no enorme esforço necessário à sua implantação, procurando vencer inúmeras resistências, dentro e fora do regime, dentro e fora dos governos, mas ainda no desgaste provocado pelo seu lado meramente propagandístico. E, no entanto, algumas das suas ideias foram progressivamente sendo postas em prática, sendo particularmente notáveis aquelas respeitantes à sua dimensão social.⁴²⁹ De qualquer forma, a “revolução corporativa” nunca existiu enquanto programa racionalmente pensado e implantado em consequência, mas sim como reacção à ditadura das circunstâncias, circunstâncias essas que tanto o faziam avançar como logo lhe impunham uma paragem quando não um recuo.⁴³⁰ Nesse sentido, a “revolução corporativa” foi proclamada, foi emocionante, mas nunca existiu. Anunciada a dita “revolução”, as “bandeiras” foram rapidamente guardadas, como depressa se calaram “as fanfarras”, e os “chefes” se encerraram nos seus gabinetes e, naturalmente também, a “máquina” do Estado retomou o “seu andamento pesado e austero”, pelo que “pouco a pouco o delírio da vitória, as dores do combate, a paixão das ideias, a veemência dos propósitos reformadores”, foram triturados e fundidos nos “cadinhos do Direito para originar a inevitável rotina”.⁴³¹ Sendo óbvio que dificilmente se poderia construir o Estado corporativo português em regime de grande e permanente excitação revolucionária, a verdade é que a rotina que sucedeu à revolução, se tornou demasiado rotineira para os agitados corporativistas da primeira hora, mesmo aqueles que como Pedro Theotónio Pereira oscilavam entre um sincero enamoramento pelos virtuosismos da doutrina e dos fins que comportava e o enorme realismo político que nunca perdeu de vista e que lhe garantiu passar quase cinco anos a construir o Corporativismo e, depois, uma carreira de mais de três décadas ao serviço do Estado Novo. Depois da guerra, e até à década de 1960, o Corporativismo foi, sobretudo, uma tentativa bem sucedida, à luz

⁴²⁹ Para uma avaliação do significado e do alcance do Corporativismo na política social do salazarismo desde o início da década de 1930 até meados da década de 1940, sendo aí recordada a ambiguidade ideológica voluntária da prática política do Corporativismo português, Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 637-654.

⁴³⁰ Em Outubro de 1956, Theotónio Pereira escreveu de Londres para Marcello Caetano. O novo fôlego que o Corporativismo parecia tomar ocupava um espaço importante na missiva. Mas à esperança sucedia depois o comentário que era bem o espelho de uma boa dose de realismo e a recordação dos tempos em que o próprio Theotónio Pereira lutara em prol da implantação de uma ordem corporativa. “Calculo como será difícil o progresso da constituição das Corporações. Gostei muito de duas ou três palavras suas sobre os ataques que elas sofreram. E não foram ataques do revirinho!” “Carta de Pedro Theotónio Pereira para Marcello Caetano.” Londres, 22 de Outubro [de 1956] (documento n.º 82). AMC, Correspondência, PEREIRA, Pedro Teotónio, Caixa 44, n.º 65-91.

⁴³¹ Marcello Caetano, “O Corporativismo Português” in *Páginas Inoportunas*, s.e., Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 116-117.

“A Reforma Corporativa”

daquela que era sua própria lógica de sobrevivência e de reprodução, de protecção socio-económica aos mais variados interesses oriundos das áreas do capital ou do trabalho. Com Marcello Caetano, o Corporativismo foi o nome português dado ao esforço de construção tardia, em comparação com a restante Europa desenvolvida, do *Welfare State*, sobretudo se se tiverem em conta os escassos recursos financeiros proporcionados pela economia portuguesa ao Estado. Para Pedro Theotónio Pereira o Corporativismo tinha parecido poder ser o modelo político-ideológico que melhor reflectiria a complexa realidade portuguesa e, portanto, melhor resolveria os seus problemas de organização política, económica e social, proporcionando estabilidade, aumento da produção de riqueza e uma distribuição mais justa desta. Era a fórmula através da qual o País podia encontrar, e transitoriamente encontrou, para fugir à profunda crise do capitalismo liberal e do parlamentarismo, sem cair em fórmulas de organização social e política inspiradas no modelo bolchevique. Nunca tendo sido aquilo que efectivamente desejava que fosse, também nunca foi aquilo que a todo o custo queria evitar. Uma vida, também na política, costuma ser assim.

